

**ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE
1922 - 2022**



Realização



Co-realização



FICHA TÉCNICA

Publicado por

Editora Universitária da UFRPE
Cátedra Manuel Correia de Andrade - UFRPE
Grupos de Pesquisa Rede de Pesquisadores Itinerários da Educação Geográfica (RePEG)

Diagramação

Jaime de Lima Guimarães Junior

Arte

Sandir Costa

Endereço

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Cátedra Manuel Correia de Andrade
Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Sala 30 do CEGOE, 2º andar,
Dois Irmãos, Recife – PE, CEP: 52171-900
E-mail: catedra.manuelcorreia@ufrpe.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anais do Seminário Nacional A Terra e o Homem [livro eletrônico]: centenário de Manuel Correia de Andrade 1922-2022 / Maria Rita Ivo de Melo Machado. [et al.]. -- 1. ed. -- Recife, PE: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2022.

PDF.

Outros autores: Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega, Gevson Silva Andrade, Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa, Jaime de Lima Guimarães Junior, Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas, Gerlane Gomes da Rocha.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86547-83-2

1. Andrade, Manuel Correia de, 1922-2007 2. Homenagem 3. Meio ambiente 4. Planejamento territorial 5. Reforma agrária
6. Terra - Ocupações - Brasil I. Machado, Maria Rita Ivo de Melo. II. Nóbrega, Pedro Ricardo da Cunha. III. Andrade, Gevson Silva.
IV. Barbosa, Ingrid Klebyane Farias de Luna. V. Guimarães Junior, Jaime de Lima. VI. Freitas, Rhuann Rodrigo Oliveira de. VII.
Rocha, Gerlane Gomes da.

22-140039

CDD-910

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



2022

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor.
Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

REALIZAÇÃO

Grupo de Pesquisa Rede de Pesquisa
Itinerários da Educação Geográfica (RePEG)
Cátedra Manuel Correia de Andrade

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profª Drª. Maria Rita Ivo de Melo Machado - UFRPE
Prof. Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega - UNIVASF
Prof. Dr. Gevson Silva Andrade - UPE
Prof. Mestrando Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas - UDESC
Profª Mestranda Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa – UFRPE
Prof. Mestrando Jaime de Lima Guimarães Junior – UFRPE
Graduanda Gerlane Gomes da Rocha - UFPE

APOIO

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidade de Pernambuco (UPE)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFPE)
Programa de Pós-Graduação em História (PGH-UFRPE)
Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE)
Editora Universitária da UFRPE
Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato
Laboratório de Geografia Humana da UNIVASF
Programa de Educação Tutorial em Geografia da UFPE



COMISSÃO CIENTÍFICA

Adauto Gomes Barbosa
Alderlan Wellington de Oliveira Silva
Allef de Lima Laurindo Fraemann Matos
Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Ana Karina Nogueira de Andrade
Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha
Andrezza Monteiro Alves
Antonielle Cunha
Arthur Albuquerque Batista de Oliveira
Atila de Menezes Lima
Carlos Avelar de Melo
Caterine Soffiati Cabral
Clélio Cristiano dos Santos
Deyglis Fragoso de Lima
Edvaldo Carlos Lima
Flamarion Dutra Alves
Gevson Silva Andrade
Gilvaneide Ferreira de Oliveira
Helena Paula de Barros Silva
João Allison Ribeiro de Carvalho
José Díaz Diego
José Geraldo Pimentel Neto
José Plácido da Silva Junior
Katielle Susane do Nascimento Silva
Kleber Costa Silva
Luz Stella Carmona Londoño
Márcia Cristina de Souza Matos Carneiro
Maria Ana Paula Freire da Silva
Maria Pricila Miranda dos Santos
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Maria Rosalva Santos Vasconcelos
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Matheus de Almeida Prado Sampaio
Natália Micheli Tavares do Nascimento Silva Mendes
Otávio Augusto Alves Santos
Patrícia Alves Ramiro
Paulo Tavares Muniz Filho
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega
Rafael Aubert de Araujo Barros
Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas
Rodrigo Dutra Gomes
Rúbio José Ferreira
Solange Fernandes Soares Coutinho
Susan Lewis
Talitha Lucena de Vasconcelos
Thais Lourdes Correia de Andrade
Vanice Santiago Fragoso Selva
Yohanne Aguiar Costa

CÁTEDRA MANUEL CORREIA DE ANDRADE



A Cátedra Manuel Correia de Andrade foi criada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco no ano de 2009 através da resolução de número 452/2009. O professor Jacques Alberto Ribemboim, do hoje extinto Departamento de Letras e Ciências Humanas foi o proponente e primeiro coordenador, tendo sido nomeado pela Portaria de número 430/2010-GR, de 19 de abril de 2010.

Cátedra Manuel Correia, Biblioteca Manuel Correia e Diretório Acadêmico de História Manuel Correia são espaços da UFRPE que materializam o reconhecimento desta instituição a enorme relevância que a obra do Patrono tem para as ciências humanas, em especial as Sociais, Geográfica, História e a educação brasileira. Suas contribuições se deram através do seu conhecimento sobre o espaço geográfico, revelando a relação dialética entre o meio e a sociedade as relações de poder geradas a partir destas relações, as diferentes classes sociais e seus conflitos.

A trajetória do professor é marcada por significativas contribuições como docente, pesquisador, nordestino, geógrafo, advogado, historiador, bem como seus fundamentos ambientalistas e a importante contribuição à educação, quer seja pelas publicações de livros didáticos e científicos, quer seja pela sua postura didática e de construção de redes de cooperação, em múltiplos âmbitos. Neste sentido, os objetivos estabelecidos para a Cátedra Manuel Correia de Andrade em 2009 eram e continuam sendo:

- I. Promover conferências, cursos, seminários e pesquisas relativas aos grandes temas de trabalho do seu patrono, em especial as relacionadas à pesquisa geográfica, histórica, cultural, ambiental e econômica do Nordeste do Brasil;
- II. Promover a visita e intercâmbio de professores e pesquisadores, nacionais ou estrangeiros, de renome estabelecido ou notório saber nas áreas de pesquisa-foco de seu patrono;
- III. Promover a publicação e aquisição de livros, revistas e outros meios de divulgação dos resultados da produção científica resultantes de suas atividades;
- IV. Estabelecer vínculos com outras instituições de interesse para a Cátedra;
- V. Promover o debate acerca da posição da Região Nordeste no cenário brasileiro, com o propósito de melhorar as condições socioambientais da sua população;
- VI. Possibilitar a criação de uma disciplina específica sobre a vida e obra do seu patrono, cumpridas as exigências legais e estatutárias para este fim.

Com as comemorações do centenário de Manuel Correia de Andrade, no ano de 2022, o Grupo de Pesquisa – Rede de Pesquisadores Itinerários da Educação Geográfica (RePEG), liderado pela professora Maria Rita Ivo de Melo Machado, organizou uma série de atividades que dialogam com os objetivos da Cátedra e tendo com o foco a construção de um ambiente de pesquisa colaborativo capaz de ampliar algumas questões, em especial as principais pautas debatidas por Andrade e que foram eixos temáticos do Seminário Nacional em sua homenagem.

Diante deste contexto, o professor Jacques Ribemboim indica a professora Maria Rita Machado para assumir a coordenação da Cátedra Manuel Correia de Andrade - UFRPE, que já organizava junto com os membros do RePEG e outras parceiras e parceiros o “Seminário Nacional A Terra e o Homem: centenário de

Manuel Correia de Andrade”, além de outras atividades, como os “Esquentas para o Seminário Nacional”, que aconteceram de forma remota e o Ciclo de Leitura, realizado de forma presencial na sala 30 do CEGOE-UFRPE, que atualmente aloca a Cátedra.

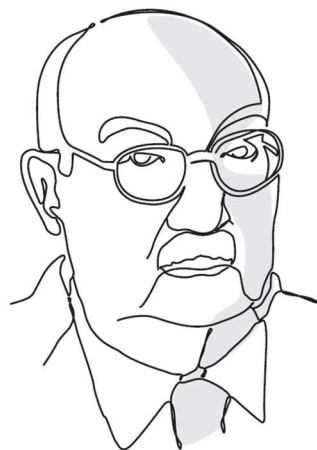
Os membros da Cátedra Manuel Correia de Andrade, diante da movimentação acadêmica estabelecida entorno dos temas debatidos por Andrade, abre espaço para agregar parcerias e estabelecer diálogos interdisciplinares sobre as temáticas tratadas pelo patrono, sintam-se convidadas e convidados a participar das nossas atividades e entrar em contato conosco através dos nossos contatos pelo e-mail catedra.manuelcorreia@ufrpe.br e pelo Instagram [@catedra_manuel_correia](https://www.instagram.com/catedra_manuel_correia).

Te aguardamos,

Profa. Dra. Maria Rita Machado (UFRPE)
Coordenadora da Cátedra Manuel Correia de Andrade – UFRPE

Prof. Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega (UNIVASF)
Membro da Cátedra Manuel Correia de Andrade – UFRPE

Prof. Dr. Gevson Silva Andrade (UNIVASF)
Membro da Cátedra Manuel Correia de Andrade – UFRPE



Cátedra Manuel Correia de Andrade

Universidade Federal
Rural de Pernambuco

APRESENTAÇÃO

A contribuição do geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade para as ciências humanas está materializada nos seus livros, artigos científicos, colunas semanais em jornais, orientações de teses, dissertações e materiais didáticos. Essas contribuições acadêmicas influenciaram inúmeros pesquisadores e se desdobraram em artigos, monografia, dissertações e teses das mais variadas áreas das ciências humanas e sociais, além de trabalhos que analisam especificamente a sua trajetória acadêmica, modo de organização e sistematização do pensamento e suas contribuições para as ciências humanas e sociais como um todo.

O autor de “A terra e o homem no Nordeste” é uma referência não só para o debate e reflexões sobre a questão agrária, mas também para diferentes temas, tais como: planejamento regional e territorial, geopolítica, questões ambientais e fonte importante para compreender a história das revoltas populares.

Caracterizado pela interdisciplinaridade nas múltiplas faces das ciências humanas e sociais e pela linguagem acessível, mas de abordagem teórico e metodológica sólida, Manuel Correia de Andrade vem recebendo inúmeras homenagens no ano de 2022, que é marcado pelo seu centenário (3 de agosto de 2022). Diante de tal contexto, os grupos de pesquisa Rede de Pesquisadores - Itinerários da Educação Geográfica (RePEG), Produção do Espaço, Metropolização e Relação rural-urbano (GPRU), Grupo de Pesquisa do Desenvolvimento Território, Espaço e Região, o Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Produção Social do Espaço, o Laboratório de Geografia Humana da UNIVASF e o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato organizaram o evento comemorativo “SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM: Centenário de Manuel Correia de Andrade”, que teve como objetivo homenagear e debater as temáticas centrais do pensamento de Manuel Correia à luz da atualidade.

O evento teve a duração de quatro dias e contou com mesas redondas, apresentação de Grupos de Trabalho (GTs) e trabalhos de campo. Os temas foram debatidos através dos seguintes eixos: a questão agrária; planejamento territorial e regional; o ensino da História e da Geografia; o rural e o urbano; meio ambiente e as relações entre a terra e o homem. Além disso, abriu-se um campo de discussão para a Vida e Obra de Manuel Correia de Andrade.

Assim sendo, este Anais é resultado de artigos e resumos enviados para o “SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM: Centenário de Manuel Correia de Andrade”, analisados e aprovados pela Comissão Científica. Diante da magnitude de sua obra que deixa também um legado, não resta dúvidas que ele não só foi um intérprete do Brasil, mas é também um patrimônio intelectual e que através dele e das suas ideias é possível contar parte da história das ciências humanas e sociais do Brasil.

Desejamos um bom aproveitamento deste material.

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

QUESTÃO AGRÁRIA

- 15** **MAPAS E DOCILIDADES DOS CORPOS-TERRITÓRIOS: REDESENHANDO O ESPAÇO AGRÁRIO DO CARIRI CEARENSE**
Cassio Expedito Galdino Pereira
- 34** **TRABALHADORES DO AÇÚCAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO: CONFLITOS E DISPUTAS NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA DO BREJO PARAIBANO**
Vilma Pires Bernardo | Patrícia Alves Ramiro
- 47** **TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CAMPO COMO CONSEQUÊNCIA DAS AÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS DE ECONOMIA MISTA**
Cícero Luciano Ferreira de Castro | Claudio Ubiratan Gonçalves
- 61** **MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI**
Rafael Aubert de Araujo Barros
- 81** **DAS PLANTATIONS CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO**
Patrícia Alves Ramiro | Catherine Soffiati Cabral
- 90** **A PECUÁRIA NO SERTÃO DE ALAGOAS: RECONFIGURAÇÕES NAS DINÂMICAS PRODUTIVAS DA BOVINOCULTURA**
José Natan Gonçalves da Silva | Sônia de Souza Mendonça Menezes
- 103** **LA RENUNCIA DEL SOCIALISMO A LA REFORMA AGRARIA EN EL SUR DE EUROPA: APROXIMACIÓN AL CASO ANDALUZ**
José Díaz Diego
- 114** **QUESTÃO AGRÁRIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: UMA ANÁLISE ACERCA DO ENGENHO UNA – MORENO/PE**
Renata Érica de Figueredo Ataíde | Claudio Ubiratan Gonçalves
- 126** **DO CAMPO A MESA: DE ONDE VEM O ALIMENTO CONSUMIDO?**
Mariana Romanzini Freire
- 135** **UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA NA PESQUISA QUALITATIVA PELA GEOGRAFIA AGRÁRIA**
Rodrigo de Paulo Souza e Silva
- 147** **OS DESAFIOS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DAS COMUNIDADES MATA DO RONCA NO MUNICÍPIO DE PAULISTA-PE E ENGENHO AMAZONAS NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA-PE PARA SE TORNAR LIVRE DE AGROTÓXICOS**
Ianna Louise Araujo Chagas | Manoel Saraiva Marques
Josimar Fernandes Gurgel | Nathália Sá Alencar do Amaral Marques
- 159** **A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA E O LATIFÚNDIO COMO FATORES DETERMINANTES PARA O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1950**
Filipe Barbosa de Santana

- 169** | **QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**
Simone Maria Leme
- PLANEJAMENTO REGIONAL E TERRITORIAL**
- 186** | **O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO AGRESTE NORDESTINO ENTRE AS DÉCADAS DE 1930-1990: EXPANSÃO DAS CIDADES COMO FORÇAS PRODUTIVAS**
Davidson Matheus Félix Pereira | Gabriel Madureira Attem
- 198** | **POLARIZAÇÃO E CIDADES MÉDIAS: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO NORDESTE BRASILEIRO**
Leonardo Alves Leite dos Santos | Lucas André Penha dos Santos
- 211** | **MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO**
Gerlane Gomes da Rocha | Rodrigo Dutra Gomes
- 223** | **SOBRE A IMINÊNCIA DAS CIDADES INTELIGENTES: ALGUMAS REFLEXÕES**
Lucas André Penha dos Santos | Leonardo Leite dos Santos
- 232** | **MOVIMENTOS SOCIAIS E MÚLTIPLAS ESCALAS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE A PARTIR DA GEOGRAFIA**
Jairis Daniel Santos da Silva | Vanessa Muriely Martins da Silva | Zenis Bezerra Freire
- 243** | **A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE PARA O ENTENDIMENTO DAS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
Pablo Leandro Ferraz de Lima | Gevson Silva Andrade
- 255** | **POTENCIALIDADES DA FOTOGAMETRIA INTERPRETATIVA: ANÁLISE DA URBANIZAÇÃO DE RISCO A PARTIR DE ORTOFOTOS DO BAIRRO ALTO SANTA TEREZINHA, EM RECIFE – PE**
Helena Beatriz Gonçalves Cavalcante | Aryanna Barbosa de Araújo Gonzaga
Aramis Leite de Lima
- 265** | **A ESPACIALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS SUB-REGIÕES DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
José Lucas Costa Ribeiro | Analine Maria Martins Parente
- 281** | **PLANEJAMENTO REGIONAL PARA O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA REGIONAL A PARTIR DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR**
José Geraldo Pimentel Neto | KeilhaCorreia da Silveira
- 293** | **DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES – AL**
Maurício Luiz dos Santos | Marciana Conceição da Silva | Clelio Cristiano dos Santos

- 307** | **PRECARIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: UMA EXPRESSÃO DA
CRISE NEOLIBERAL**
Otto Neves Rocha
- O ENSINO DA HISTÓRIA
E DA GEOGRAFIA**
- 322** | **A MATA E A CIDADE: CONSTRUINDO RELAÇÕES EDUCATIVAS
CONFLUENTES ENTRE O SOCIAL E O AMBIENTE**
Marina e Silva Lima | Josias Ivanildo Flores de Carvalho
Amaro Afonso Maia de Albuquerque e Melo
- 336** | **“EDUCAÇÃO OUTRA”: A CULMINÂNCIA DAS DATAS DE 13 DE MAIO E 20
DE NOVEMBRO**
Katiane da Silva Santos
- 346** | **POR UMA GEOGRAFIA PARA A VIDA: O TRABALHO COM PROJETOS
COMO CAMINHO PARA A AUTONOMIA DE ESTUDANTES NA ESCOLA
BÁSICA**
Maria Ana Paula Freire da Silva | Gilvaneide Ferreira de Oliveira
- 359** | **O USO DAS TIC NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: DAS CONTRIBUIÇÕES AOS
DESAFIOS PARA ALCANÇAR A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, O
PROTAGONISMO JUVENIL E A CIDADANIA**
Emanuela Cruz Barbosa Vieira
- 368** | **A HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE
CHÃ DE ALEGRIA -PE**
Silvyenn Marlys da Silva Vieira
- 386** | **ENSINO DE GEOGRAFIA E LEITURAS DE PAISAGENS: A NOÇÃO DE
RUGOSIDADES JUNTO À CIDADE DE PAULO AFONSO-BA**
Taítalo Eduardo Gomes Gentil | Kleber Costa da Silva
- 395** | **ENSINO EM SOLOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA:
DEBATES NECESSÁRIOS PARA A SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO
PEDOLÓGICA**
Anderson Felipe Leite dos Santos | Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa
Marcos Antônio Vieira Dias | Rafaella Larissa Gomes da Silva
- 416** | **A REGIÃO NORDESTE EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO 7º ANO:
ALGUNS APONTAMENTOS**
Anderson Felipe Leite dos Sntos | Rafaella Larissa Gomes da Silva
Marcos Antônio Vieira Dias | Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa
- 435** | **UMA RELEITURA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL NO LIVRO DIDÁTICO
DE GEOGRAFIA: NOVOS TEMPOS OUTROS SENTIDOS?**
Natan Barboza de Oliveira | Vivian Sterfany
Maria Milena Mouzinho Ferreira | Bianca Pereira Franklin

- 454** | **O ENSINO INSTITUCIONALIZADO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
Ariadne Fernanda Ferraz Vieira | Josias Ivanildo Flores de Carvalho
Carlos José dos Santos Freitas | Gerlane Gomes da Rocha
- 466** | **DO GEO-PROCESSAMENTO DO RACISMO AMBIENTAL AO RACISMO DO GEOPROCESSAMENTO: COMO MAPAS, CARTAS E PLANTAS INVISIBILIZAM A POPULAÇÃO PRETA EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**
Carlos Avelar de Melo
- 468** | **TRILHA ECOLÓGICA CONECTADOS COM A NATUREZA**
Ricardo André Guimarães de Holanda Brasil
- 469** | **HISTÓRIA DE VIDA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM OLHAR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS, PAIS E PROFESSORES EM ESCOLAS DE PERIFERIA DO RECIFE - PE**
Vicente Celestino de França
- VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
- 474** | **A CONTRIBUIÇÃO DE “A TERRA E O HOMEM DO NORDESTE” (1963) DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE À GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA**
João Marcellus Amorim Barbosa | Cláudio Ubiratan Gonçalves
- 485** | **JOAQUIM NABUCO E O SABER GEOGRÁFICO: UMA LEITURA A PARTIR DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
Noême Martins de Araújo | Alyne Karollayne Melquiades da Silva
Hugo Arruda de Moraes
- 506** | **OS SERTÕES, O SABER GEOGRÁFICO E A HIPÓTESE DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva | Noême Martins de Araújo
Hugo Arruda de Moraes
- 523** | **INFLUÊNCIA RECLUSIANA NA GEOGRAFIA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
Walter Luiz Junior | Flamarion Dutra Alves
- 533** | **MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**
José Wellington Carvalho Vilar
- MEIO AMBIENTE: RELAÇÕES ENTRE A TERRA E O HOMEM**
- 551** | **O PISF E OS IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS NO SERTÃO DO MOXOTÓ PERNAMBUCANO**
Edmaylson Joia Leandro | João Henrique Lúcio de Souza

- 563** | **AS ÁREAS DESIGNADAS PARA PARQUES PÚBLICOS NA PERIFERIA DE UBERABA-MG: USOS SOCIAIS E IMPASSES DA POLÍTICA URBANA**
Marcos Antônio Silvestre Gomes
- 579** | **A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM ESPAÇOS PERIURBANOS: REFLEXÕES E CAMINHOS PARA A DISCUSSÃO**
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão
- 592** | **TERRITORIALIDADES, RURALIDADES E CONVIVALIDADES NA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE**
Maria Augusta Mundim Vargas | Daniele Luciano Santos
Cicero Bezerra da Silva | Felipe Santos Silva
- 611** | **MEANDROS DA PRODUÇÃO SEGREGADA DA CIDADE: ANÁLISE DE PAISAGENS NOS ESPAÇOS PERIURBANOS DE GARANHUNS-PE**
João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão
- 630** | **LEITURA DAS PAISAGENS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DE VISITAS DE CAMPO: TRILHAS PARA O CONHECIMENTO ECOSSOCIAL**
Solange Fernandes Soares Coutinho | Edneida Rabelo Cavalcanti
Juvenita Lucena de Albuquerque | Tarcísio dos Santos Quinamo
- 643** | **A AGRICULTURA TRADICIONAL E O USO DO SOLO NA COMUNIDADE RURAL SERRA DO CAVALO EM ÁGUA BRANCA-AL**
Juliana dos Santos Lima | Raquel Oliveira Alves
- 659** | **AÇÕES VOLUNTÁRIAS COMUNITÁRIAS EM ÁREAS VERDES URBANAS DE JOÃO PESSOA – BRASIL: AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOCULTURAIS COM BASE NA TEORIA DA RECIPROCIDADE**
Carmem Lucas Vieira | Tomás Ponce Dentinho
- 674** | **RESILIÊNCIA CAMPONESA NA PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS: UM ESTUDO NA COMUNIDADE OLHOS D'ÁGUA, MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG**
Mônica Arruda Zuffi | Rosselvelt José Santos
- 693** | **ÁGUAS DE ALUVIÃO NO RIO CAPIBARIBE/PE: IMPORTÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM DO AGRESTE E NO ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO DIFUSA**
Edneida Rabêlo Cavalcanti
- 695** | **TERRITORIALIDADE DAS ATIVIDADES CULTURAIS EM PRESIDENTE PRUDENTE**
Alex Gonçalves Carvalho
- O RURAL E O URBANO**
- 699** | **O URBANO E O RURAL EM CAMPINA GRANDE – PB: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE O CAMPO E A CIDADE**
Gabriel Madureira Attem | Davidson Matheus Félix Pereira
Natan Barboza de Oliveira

- 718** **COMPREENSÕES ACERCA DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ESPAÇO URBANO DE CAICÓ/RN: UMA ANÁLISE DA ZONA OESTE**
Iapony Rodrigues Galvão
- 728** **BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE (CE): A RELIGIÃO E O URBANO**
Gerlane Gomes da Rocha | Cláudio Ubiratan Gonçalves
Carlos José dos Santos Freitas
- 739** **A CAMINHO DA CIDADE: CONFLITOS E MIGRAÇÃO DE MORADORES ATINGIDOS POR CONSTRUÇÕES DE BARRAGEM NO INTERIOR DO CEARÁ**
Joalysson Severo Batista
- 749** **ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO E CIDADE: AS CIDADES DO CAFÉ NA REGIÃO IMEDIATA DE ALFENAS – MG**
Guilherme Guiari Silva Correia | Flamarion Dutra Alves
- 763** **TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: CONFLITOS EM TORNO DO USO DE SUAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ**
Fabiano José Lopes Alves
- 781** **RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO IMEDIATA DE TRÊS CORAÇÕES-MG**
Deilson Alves Dias | Flamarion Dutra Alves

ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



QUESTÃO AGRÁRIA



MAPAS E DOCILIDADES DOS CORPOS-TERRITÓRIOS: REDESENHANDO O ESPAÇO AGRÁRIO DO CARIRI CEARENSE

Cássio Expedito Galdino Pereira

RESUMO

Este artigo analisa o imaginário espacial construído pelos mapas históricos que configuram os territórios do Cariri cearense no processo da modernidade-colonialidade imposta pela classe dominante, tendo impacto direto aos sujeitos subalternizados, influenciando no seu modo de vida, seus saberes e fazeres. A partir de levantamentos bibliográfico, documental e cartográfico, mostra-se que este processo se articula com os grandes projetos que vem sendo desenvolvido desde a colonização nessa região para a agroindústria do sistema capitalista, criando uma violência nos corpos-territórios para dominação e docilidade. Nesse sentido, há um redesenho do espaço agrário caririense que se desloca dos povos originários e tradicionais para as lógicas hegemônicas da classe dominante.

Palavras-chave: Cartografia; Modernidade; Territorialidades.

ABSTRACT

This article analyzes the spatial imaginary built by the historical maps that configure the territories of Cariri Ceará in the process of modernity-coloniality imposed by the dominant class, having a direct impact on subordinated subjects, influencing their way of life, their knowledge and actions. From a bibliographic, documentary and cartographic survey, it is shown here that this process is articulated with the great projects that have been developed since the colonization in this region for the agroindustry of the capitalist system, creating violence in the bodies-territories for domination and docility. In this sense, there is a redesign of the Cariri agrarian space that moves from the original and traditional peoples to the hegemonic logics of the ruling class.

Key-words: Cartography; Modernity; Territorialities.

INTRODUÇÃO

Estudar os processos da questão agrária do Nordeste em pleno século XXI nos faz pensar sobre suas várias transformações das condições sociais de acesso à terra, notando a necessidade de tencionar as práticas coloniais impostas às comunidades camponesas. Tais práticas servem até os dias atuais como meio de controle dos sujeitos que vivem no campo, sofrendo inúmeros ataques que acontecem pelos interesses econômicos e políticos do mercado local, nacional e internacional. Nesse sentido, como propõe Manuel Correia de Andrade (2006), necessitamos colocar em conflitos os interesses das classes dominantes que comandam as evocações do Estado, notando o bem-viver dos sujeitos subalternizados. Para chegar às transformações e autonomias dos sujeitos subalternizados é preciso conhecer como se originou a apropriação, ocupação e formação do Nordeste.

Sobre isso, os escritos do professor Manuel Correia de Andrade nos trazem um arcabouço sobre essa região, mostrando o controle social pelas questões econômicas e política, especialmente com a obra *'A terra e o homem no Nordeste'* (ANDRADE, 2006). No entanto, algumas questões no âmbito social ainda necessitam serem entendidas, como a construção sociocultural do Nordeste a partir dos mapeamentos oficiais. Assim, a partir da tese defendida por Walter D. Mignolo (2005), propõem-se aqui que os mapas oficiais não só inventaram e delimitaram o Nordeste, mas proporcionaram transformações no imaginário geográfico, bem como na estrutura moderno-colonial de poder nesse território. As repercussões de tais mapas e mapeamentos não são apenas uma reestruturação do Nordeste, mas também uma instauração de corpos-territórios dóceis para usar nos interesses dos grandes projetos territoriais do capital.

Para comprovar tal tese, este texto irá tratar sobre o imaginário espacial feito pelos mapas históricos nos quais aparecem os territórios do Cariri cearense, que desde 1766 até a contemporaneidade vem sendo uma 'arma' geoestratégica e geopolítica para consolidar os ideários modernos-coloniais da classe dominante. Desse modo, os mapeamentos oficiais que são realizados vão buscar destruir os territórios dos Kariris, bem como impedir outras territorialidades que não sejam a imposta pelo Estado. Por conseguinte, agora é matematizado e esquadrihado pela cartografia oficial um controle não apenas do território, mas dos corpos-territórios, fazendo com que estes se tornem dóceis para a classe dominante explorar as riquezas e a posição geográfica dessas terras, desenvolvendo sua acumulação.

Vale destacar que a história dos mapas no mundo social e sua relação na Ciência Geográfica na modernidade-colonialidade é bem intensa, contendo várias situações que carecem de pesquisas profundas para a apreensão de como estes intervieram e intervêm em nosso cotidiano. A partir dos

levantamentos feitos pelos(as) intelectuais da Nova História da Cartografia (NHC), tendo como principal propulsor John Brian Harley (2005), houve transformações no campo epistemológico e ontológico dos mapas e mapeamentos, onde debates sobre suas relações políticas e socioculturais tornaram-se latentes.

Nesse mesmo período há as releituras sobre a relação corpo-território, tendo uma perspectiva que analisa que o corpo é um componente imprescindível para a produção do território, como aponta Rogério Haesbaert (2020) inspirado no debate feminista e indígena. Assim sendo, corpos-territórios demonstram que há uma ligação umbilical, que qualquer dano em um pode significar consequências ao outro. Então, não se pode distinguir corpo de território, pois corpo significa sua vida e experiência e é o primeiro território de luta, conforme lembra Haesbaert (2020). Se esses sujeitos morrem, inevitavelmente, acaba o território e se extermína suas histórias territoriais.

Mesmo com toda essa importância, essa temática tornou-se importante e vem se intensificando somente nos últimos anos para pensar o estudo e papel dos corpos nas práticas, bem como disputas de saber-poder e de mapeamentos dos territórios. Logo, o projeto global de apagamentos de outras epistemologias e a busca de um território isotrópico pela dimensão técnica do mapeamento no Cariri Cearense alavancaram mudanças no modo de vida societal, bem como provocaram distanciamento e perdas de suas ancestralidades.

A busca por apagar outras territorialidades com suas epistemologias, sejam essas indígenas, negras, camponesas ou outras minorias, é um projeto em curso da modernidade-colonialidade, que apoia a ideia de um Cariri Cearense, o Oásis do Sertão, Terra de Padre Cícero ou da Fé. Em outras palavras, o projeto busca apoiar um Cariri da classe dominante, não deixando claro mistificadas, etnicidades, racialidades, multiplicidades, coetaneidade e relacionalidades distintas. Como consequências se realiza a dessocialização dos corpos com este território dos Kariris e entre outras territorialidades, pois na geopolítica e geoestratégia do capitalismo só há uma única possibilidade de território, o seja, um Cariri construído para apropriação, exploração, pilhagem e saque das riquezas naturais da Chapada do Araripe, bem como a subalternização dos sujeitos para a agroindústria da cana-de-açúcar, algodão, arroz, babaçu, macaúba e outras plantas. Mesmo em processo de r-existências constantes pelos conflitos territoriais que marcaram a região, os corpos-territórios ainda sofrem nas relações de trabalho, fome e miséria. Há uma violência constante que intimida, segrega, silencia e faz adaptar as epistemologias e ontologias dos corpos-territórios à lógica do sistema capitalista, preso nas ideias de universalidade, homogeneidade, linearidade e racionalidade imposta pelo projeto de modernidade aqui

apontado. Todas essas são constituídas por estes mapas e mapeamentos que deixaram dóceis os corpos-territórios.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento das atividades inerentes dessa pesquisa foi necessário basear-se em uma metodologia nos fundamentos na análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Assim, seguindo esses princípios, foi usado um conjunto de técnicas para coletar e interpretar os dados presentes nos mapas e discursos acadêmicos, tendo como propósito fazer uma leitura crítica e aprofundada sobre os mapas. Nesse sentido, os mapas tornaram-se pontos de partidas para as descrições e interpretações destes materiais, gerando ao final materiais escritos que poderão subsidiar pesquisas empíricas e/ou estudos de caso.

Por adotar a análise do conteúdo como fundamento, foi necessário fazer interações e aproximações teóricas e empíricas, ou seja, pensar a bibliografia da pesquisa em consonância com a realidade social. Nessa etapa foi levantado o referencial bibliográfico do recorte temático de acordo com o interesse de pensar os mapas como modificadores do imaginário espacial, apagando as territorialidades existentes para impor outra territorialidade. Desse modo, analisamos literaturas que dialogassem sobre colonialidade, formação territorial, Cartografia, grandes projetos e Geografia Agrária.

Em paralelo a esse levantamento bibliográfico foi também realizado o levantamento cartográfico e documental existente da região do Cariri, buscando desde a aparição da primeira vila (Crato) até os mapas que existem nos dias atuais. Este momento foi feito através dos acervos disponíveis em meio digital ou em órgãos e associações que possam ter tais dados, como: Centro de Documentação do Cariri da Universidade Regional do Cariri (CEDOC/URCA); Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Regional do Cariri (LABGEA/URCA); Laboratório de Cartografia da Universidade Regional do Cariri (LABCART/URCA); Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Regional do Cariri (LABGEA/URCA); Instituto Cultural do Cariri (ICC); Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino; e Fundação Biblioteca Nacional.

Essa etapa contribuiu para a próxima, que consistiu na verificação dos contextos dos mapas. Para isso se fez uma análise dos símbolos e toponímias, dos cartógrafos, da sociedade da época produzida e atual, além de realizar uma comparação com outros mapas do mesmo autor ou do mesmo tema (HARLEY, 2005). Nesse viés se alcançou a ação espacial e seus efeitos nos(as) leitores(as), saindo das aparências e indo para a história social existente nessas obras. Para alcançar isso fez-se uma compreensão da realidade, verificando em gabinete quais dilemas e situações estão expostos nos

mapas. Ao verificar esses territórios representados pode-se iniciar o levantamento dos eventos históricos, sociais, econômicos e culturais que influenciaram essa representação, tencionando na análise as possíveis transformações e ideologias existentes.

Todo este processo foi anotado para facilitar a última etapa, que é a sistematização dos resultados para mostrar e discutir os primeiros resultados da pesquisa. Nesse momento, inicia-se uma materiais, gerando ao final materiais escritos que poderão subsidiar pesquisas empíricas e/ou estudos de caso.

Por adotar a análise do conteúdo como fundamento, foi necessário fazer interações e aproximações teóricas e empíricas, ou seja, pensar a bibliografia da pesquisa em consonância com a realidade social. Nessa etapa foi levantado o referencial bibliográfico do recorte temático de acordo com o interesse de pensar os mapas como modificadores do imaginário espacial, apagando as territorialidades existentes para impor outra territorialidade. Desse modo, analisamos literaturas que dialogassem sobre colonialidade, formação territorial, Cartografia, grandes projetos e Geografia Agrária.

Em paralelo a esse levantamento bibliográfico foi também realizado o levantamento cartográfico e documental existente da região do Cariri, buscando desde a aparição da primeira vila (Crato) até os mapas que existem nos dias atuais. Este momento foi feito através dos acervos disponíveis em meio digital ou em órgãos e associações que possam ter tais dados, como: Centro de Documentação do Cariri da Universidade Regional do Cariri (CEDOC/URCA); Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Regional do Cariri (LABGEA/URCA); Laboratório de Cartografia da Universidade Regional do Cariri (LABCART/URCA); Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Regional do Cariri (LABGEA/URCA); Instituto Cultural do Cariri (ICC); Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino; e Fundação Biblioteca Nacional.

Essa etapa contribuiu para a próxima, que consistiu na verificação dos contextos dos mapas. Para isso se fez uma análise dos símbolos e toponímias, dos cartógrafos, da sociedade da época produzida e atual, além de realizar uma comparação com outros mapas do mesmo autor ou do mesmo tema (HARLEY, 2005). Nesse viés se alcançou a ação espacial e seus efeitos nos(as) leitores(as), saindo das aparências e indo para a história social existente nessas obras. Para alcançar isso fez-se uma compreensão da realidade, verificando em gabinete quais dilemas e situações estão expostos nos mapas. Ao verificar esses territórios representados pode-se iniciar o levantamento dos eventos históricos, sociais, econômicos e culturais que influenciaram essa representação, tencionando na análise as possíveis transformações e ideologias existentes.

Todo este processo foi anotado para facilitar a última etapa, que é a sistematização dos resultados para mostrar e discutir os primeiros resultados da pesquisa. Nesse momento, inicia-se uma reflexão sobre esses mapas e sociedades, produzindo um acervo de dados com análises desconstrutivista-decoloniais para a estruturação de novos estudos, especialmente empíricos nas comunidades camponesas do Cariri cearense.

MAPAS, CARIRI CEARENSE E PROJETO MODERNO-COLONIAL

Desde a modernidade, a classe dominante elabora mapas para legitimar e controlar os territórios, realizando pilhagem nos territórios, avançando a acumulação por espoliação, bem como levando aos epistemicídios dos saberes-fazer e das epistemologias que os sujeitos subalternizados detinham. Vale ressaltar que, de forma simbólica, mapeamentos são feitos para o interesse de imaginar e organizar o espaço para a manipulação de saber e poder (HARLEY, 2005). Logo, esse processo constitui uma destruição criativa (HARVEY, 2015), levando os sujeitos violentados terem a degradação da capacidade produtiva de compreender fatos e conhecimentos geográficos expostos por diferentes mapas. Nesse ponto, há uma ideia de que a maioria da sociedade, especialmente sujeitos oprimidos e marginalizados, não conseguem ler um mapa, mas não se questiona os motivos e interesses por detrás dessa situação.

Sobre isso Jacques Lévy (2008) nos lembra que a evolução da linguagem cartográfica teve um duplo movimento. De um ponto se especializou em ser propriamente cognitiva, valorizando os usos técnicos, seja militar, administrativo e jurídico, que fez/faz apagar as dimensões do imaginário espacial e mitos nos territórios. De outro ponto houve a padronização de mapas a partir da busca de precisão geométrica e geodésica, originando a Cartografia Matemática. Tais situações entram em consonâncias com o processo de colonização, essencial para a formação territorial do sistema capitalista moderno, que ocasionaram apropriação da natureza, genocídio, epistemicídio, subordinações, bem como domínio, dos saberes e fazeres dos povos originários e tradicionais (SOUSA NETO, 2020). Para isso, Sousa Neto (2020) reforça que sempre existiam teorias geográficas, institucionalização de discursos e práticas para justificar a colonização, como podemos analisar com os mapas que vão representando e inventando os territórios.

O mapa é a forma universal que demonstra a valorização espacial, que representa nessa lógica do sistema capitalista o espaço natural apropriado e o espaço social, construído ao longo do tempo, derivando-se do trabalho dos sujeitos que criam e materializam valores, levando este a ter qualidades (MORAES, 2000). Pensando os valores materiais e simbólicos no território há nas primeiras representações espaciais do que hoje compreendemos como parte do Cariri cearense um processo de construção da classe dominante, na lógica universal de seus interesses bélicos, demarcando o que havia

ali, sejam dilemas, monumentos ou fenômenos, para instaurar grandes projetos que redesenham o espaço. Essa situação pode-se observar no detalhe da carta topográfica de Pernambuco, de José Gonçalves da Fonseca, feita em 1766 (figura 01).

Figura 01 – Detalhe da carta topográfica de Pernambuco com a região dos Palmares circundada em vermelho, de José Gonçalves da Fonseca, 1766



Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar apud Lara (2019)

Quando se observa esse mapa é necessário verificar que este traz a demarcação de territórios que em determinados momentos na história foram dissidentes, que ao mesmo tempo interligam com corpos subalternizados: negros (quilombo de Palmares) e dos povos originários (Vila do Crato dos Índios Cariris).

O projeto moderno-colonial, como mostra Fanon (2008), precisa ser evidenciado nas marcas que deixa no corpo e reverbera no território, como evidencia-se com os corpos não brancos, criando uma relação íntima. Nesse contexto destaca-se que “o corpo é atribuído não apenas pelas determinações físicas do contexto geográfico; mas pelas construções culturais que fundamentam a ideia de espaço, lugar, território, comunidade e contexto” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017, p. 41). Por esse sentido, Cruz Hernández (2017, p. 43-44) mostra a importância de investigar sobre essas construções culturais a partir do termo corpo-território, que:

(...) é uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e a partir de mulheres de povos originários que vivem em comunidade; ou seja, a articulação corpo-território coloca no centro a comunidade como modo de vida. Além disso, ajuda todas as outras pessoas a se olharem territorialmente em diferentes escalas. Já que enfatiza a escala mais micro, mais íntima, que é o corpo. Onde nosso corpo é o primeiro território de luta. No entanto, consideramos que o corpo feminino e outros corpos dissidentes são a encarnação de muitas outras escalas de opressão, de resistência: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social,

território indígena etc. A relação do corpo com essas outras escalas gera uma poderosa dialética entre nossa existência e as relações que a vinculam aos territórios que habitamos.

Cruz Hernández (2017) e Haesbaert (2020) também argumenta que estes corpos são marcados, registrados e ordenados com uma linguagem e epistemologia anterior, estruturada pelos interesses dos atores hegemônicos do capitalismo, que coisificam, racializam e inferiorizam os corpos subalternos, tirando suas terras, suas vidas, seus territórios por diferentes linguagens, como a cartográfica.*

Essa docilidade é bem visível na colonização do Cariri, especialmente no processo de aldeamento nas primeiras décadas do século XVIII, tendo como propósito a espoliação das terras dos povos originários, forçando-os ao deslocamento ou novas territorializações.

Segundo Oliveira (2017, p. 20), os aldeamentos trouxeram para os povos originários “uma série de modificações na forma material de sua vivência, ocasionando altos índices de mortalidade; as mudanças nos modos de organizar o trabalho e a produção da vida cotidiana” (OLIVEIRA, 2017, p. 20). Os contatos e relações constituídas foram perdendo saberes e fazeres, por exemplo sua língua, mas resistiram e re-existiram, tornando-se ‘caboclos’ que vivem no pé-de-serra da Chapada do Araripe (OLIVEIRA, 2017), coletando, plantando e lutando para não serem subalternizados.

Assim, a geometrização com as toponímias, como observa-se no mapa supracitado (figura 01), buscam esvaziar as territorialidades existentes para impor a do colonizador, que busca deixar dócil os corpos dissidentes para serem explorados no projeto capitalista, como é o caso do processo de aldeamento dos índios Kariris. Isso acontece porque os povos originários, os Kariris, estavam aqui, cultivando e cuidando das terras, tendo uma espiritualidade e ligação íntima com a terra. No entanto, este projeto colonizador que se inicia busca construir um imaginário espacial com a ideia de civilidade, progresso, desenvolvimento, apagando as territorialidades e epistemologias anteriores, fragmentando e criando docilidade para a subalternidade (MIGNOLO, 2005).

Essa docilidade é bem visível na colonização do Cariri, especialmente no processo de aldeamento nas primeiras décadas do século XVIII, tendo como propósito a espoliação das terras dos povos originários, forçando-os ao deslocamento ou novas territorializações. Segundo Oliveira (2017, p. 20), os aldeamentos trouxeram para os povos originários “uma série de modificações na forma material de sua vivência, ocasionando altos índices de mortalidade; as mudanças nos modos de organizar o trabalho e a produção da vida cotidiana” (OLIVEIRA, 2017, p. 20). Os contatos e relações constituídas

* A partir de Girardi (2014) alerta-se sobre a naturalização da cultura cartográfica, fazendo suas autojustificativas pelo processo que ela engendrou, tendo pouca sintonia com a realidade, a epistemologia e ontogênese que necessitamos. Segundo a autora, o mapa é visto como o dado pelos colonizadores. Isso proporciona olharmos o espaço agrário a partir da sua extensão, vendo a geometria com mensurações de distância entre dois pontos para calcular custo, tempo ou outra distância física, deixando oculto seus aspectos sociais. Baseado em Harvey, Girardi (2014) diz que tal fato é o impedimento da análise do espaço como sendo relacional, ficando preso apenas ao absoluto e relativo. Logo, devemos saber, bem como usar, mapas para proporcionar uma racionalidade descolonizadora no espaço agrário, trazendo as transformações e conflitos no modo de vida camponês.

foram perdendo saberes e fazeres, por exemplo sua língua, mas resistiram e r-existiram, tornando-se 'caboclos' que vivem no pé-de-serra da Chapada do Araripe (OLIVEIRA, 2017), coletando, plantando e lutando para não serem subalternizados.

Cabe salientar, a partir de Oliveira (2017), que os Kariris possuem conexões com o Médio São Francisco, levando aos capuchinhos usarem seu dialeto como suporte para dominação e doutrinação de outros sertões. No entanto, a colonização dos sertões do Cariris Novos se deu de forma tardia em comparação com os outros sertões das capitanias vizinhas. A hipótese para este atraso possa ser pela dificuldade de penetrar a Chapada do Araripe, localização distante do litoral e/ou pela resistência dos povos originários.

Também é preciso dar ênfase, conforme Oliveira (2017) e Gonçalves (2006), às disputas por terras e contra os aldeamentos entre os povos originários e os invasores, originando a resistência armada, intitulada Confederação dos Kariris. Para Gonçalves (2006, p. 43), essa resistência:

(...) quase eliminou a colonização lusa em seus fundamentos. O levante e a revolta dos tapuias contra as fazendas de gado e os povoados dos colonos foi a derradeira gesta no inevitável processo de avanço e apropriação territorial, a partir do litoral, dos europeus sobre os indígenas confederados. O enfrentamento do projeto civilizacional referenciado na propagação da fé cristã e na expansão comercial revelou a desumanidade que compõe todas as guerras.

No entanto, no período que esse mapa ficou pronto, aproximadamente oitenta anos depois das primeiras terras concedidas nessa região, os colonizadores já haviam vencido a guerra, com a primeiras terras concedidas nessa região, os colonizadores já haviam vencido a guerra, com a ajuda da Igreja, penetrando na região e instaurando seus fundamentos (SILVA, 2015). Os aldeamentos que ocorreram na região fizeram com que se silenciassem vozes e corpos dissidentes dos donos das terras. Nesse sentido, concordamos com Césaire (2020) que o colonizador quer controlar o colonizado para o trabalho forçado, o roubo, a intimidação, a violação, as culturas obrigatórias. Assim, esse autor nos ajuda a entender que a 'desorganização' dos povos originários e tradicionais que deu lugar aos grandes projetos do colonizador, no ideário de 'desenvolvimento' agrícola, acomete uma violência e imposição. Porém, para fazer isso é preciso criar o sistema de ser inferior e servilismo, retirando as sociedades comunitárias de suas terras para constituir a sociedade do capital.

Uma questão importante que este mapa (figura 01) nos mostra é o texto colocado perto do rio Salgado, que está escrito 'nessa margem do R. Salgado, estão as Minas chamadas dos Cariris que sem embargo [ilegível], ainda nelas há extração de ouro oculta'. Essa informação apresenta a primeira tentativa de ordenar o território para o capital, que foi a exploração de ouro incursada de 1756 a 1758 pela Companhia de Ouro das Minas de São José dos Cariris Novos. Essa Companhia adentrou nas terras Morros Dourados, que hoje conhecemos como Missão Velha, iniciou a mineração, mas não

encontrou- ouro (SILVA, 2015). No entanto, Silva (2015) aponta essa incursão como proporcionadora para a chegada de novos colonizadores na região, usando das condições geoambientais favoráveis da Chapada do Araripe para o plantio de cana-de-açúcar e a implantação das fazendas de gado, graças às fontes de água. Outra questão que se pode dialogar é que essas representações, diferentes de mapas anteriores, apagam símbolos pictóricos, deixando estes nos ideais estabelecidos pela modernidade. A partir disso temos uma busca pela representação do espaço em seus aspectos físicos, esquecendo as questões místicas, sociais e culturais que compõe este território como, por exemplo, a representação cartográfica feita por José Gonçalves da Fonseca sobre as minas de Mato Grosso (figura 02), bem como o trabalho de Almeida (2009) sobre os mapas de José Gonçalves que também foram feitos desse Estado.

Figura 02 –Carta da configuração da Chapada das minas do Mato Grosso, 1818



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (2022)

Ao comparar essa representação de Mato Grosso com o mapa anterior (figura 01), verifica-se que José Gonçalves, “secretário governo do Estado do Maranhão Grão Pará” (ALMEIDA, 2009, p. 220), segue o padrão dos mapeadores daquele tempo, destacando rios e relevos acentuados para construir os limites territoriais. Pensando a lógica de valorizar o espaço, evidencia-se que a produção mostra um território sem vida, favorecendo a vinda de pessoas e investimentos socioeconômicos.

Tendo essas evidências, pode-se considerar que José Gonçalves buscava em suas representações traçar os caminhos, a rede hidrográfica e os acidentes geográficos a partir das técnicas e instrumentos da época. Todavia, uma questão que Almeida (2009) considera sobre Mato Grosso e

deve ser pensada nessa representação feita na carta do Pernambuco é o ouro. Tal fato deve-se pela preocupação da Coroa Portuguesa que o ouro em Minas Gerais e posteriormente em Mato Grosso poderia ser contrabandeado para a Coroa Espanhola ou outros colonizadores e/ou invasores, sendo os povos originários possíveis ajudantes dos espanhóis. Por esse motivo, mapear Mato Grosso torna-se fundamental para controlar as minas de ouro, mas também os corpos dissidentes que deveriam ser aldeados, aculturados e catequizados. A partir dessas constatações desse controle dos corpos territórios (povos originários) em Mato Grosso, pode-se avaliar que a Coroa Portuguesa e/ou José Gonçalves deve ter pensado algo semelhante nesse mapa da capitania de Pernambuco, levando a constatar o processo de controle dos corpos dissidentes (quilombolas e indígenas), bem como as possíveis riquezas no território.

Ao longo do século XIX o Cariri vai se constituindo como região, tendo a divisão de duas classes, sendo a “classe dominante, formada por proprietários de terras, políticos e intelectuais locais– que, via de regra, eram também senhores de sítios –, e outra classe, a despossuída, formada por escravizados (até 1884), livres e libertos – os camponeses, em geral” (IRFFI, REIS, 2020, p. 4). Irffi e Reis (2020, p. 4) consideram que a partir dessas

(...) diferenças econômicas, as distinções políticas eram implementadas. Os cargos políticos nas vilas carirenses, como a chefia do mercado público, ficavam no encargo dos homens mais ricos e que não tivessem entre seus ascendentes o sangue negro, mulato ou nativo. É nesse instante que a sociedade caririense se diferencia das outras porque, nela, a população pobre, camponesa, formada na união entre homens e mulheres negros e nativos vai ser progressivamente destacada e desqualificada pela classe senhorial. Eram os chamados cabras, em geral homens pobres e de cor, cujos serviços eram aproveitados pelos senhores de sítios na lavoura, mas que tinham suas reivindicações engadas. Esse grupo, nem um pouco homogêneo, foi forjado e desqualificado em tempos de seca, de epidemias, e de revoltas, quando as cabras buscaram melhorar suas condições de vida, bem como manter seus costumes e tradições.

Nesse processo os mapas onde há indicações do território caririense vão servir para o interesse da classe dominante, sendo dirigente dessa tirania para manter o poder soberano sobre o território para seus interesses de exploração e sulbaternização dos despossuídos. Para isso acontecer, engenheiros e militares que faziam o processo de mapear estavam aprimorando suas técnicas e instrumentos em busca da precisão geométrica, que levasse a exatidão para atender os interesses políticos, com efeitos de poder na sociedade e cultura. Eis a situação apontada no mapa de Antônio José da Silva Paulet de 1818. Conforme Jucá Neto (2007, 2010) argumenta que o engenheiro Paulet, apoiado no mapa feito por João da Silva Feijó, apontou as configurações territoriais do que é Ceará, conseguindo traçar este atual desenho do Estado.

Jucá Neto (2007, 2010) revela que desde quando Paulet chegou, no ano de 1812, foi delegado pelo governador Manoel Ignacio de Sampaio que buscava a perfeição nessa carta, mas isso não ficou

somente numa questão estética, pois necessitava-se de conhecimentos precisos e desenhos rigorosos da Capitania. Nesse intuito, o mapa deveria conter “a posição exata dos rios (...), anotar sobre a sua manufatura e exportação; a posição, o estado e o melhoramento das estradas; o estado dos presídios da costa e levantar todas as “indagações” que julgasse “para o conhecimento estatístico” do Ceará” (JUCÁ NETO, 2010, s./p.).

De tal modo, o mapa na figura 03 apresenta um Cariri já com suas duas vilas do período, Crato e Jardim, que estão próximo da Chapada do Araripe. Contudo, este mapa nem nas toponímias revela aspectos dos sujeitos que ali vivem, especialmente os territórios dissidentes. Tais atitudes vão de encontro com as políticas públicas feita em oitocentos que ordenam o território para desaparecer a lógica do ‘Seara indígena’, buscando promover a ideia de civilização e que as pessoas ordenassem sua vida para o trabalho (COSTA, 2012). Como Oliveira (2017) argumenta que não há o genocídio completo dos povos originários, as políticas com o mapa de Paulet tentam desenhar um Ceará do atrasado, provocado pelos corpos dissidentes com suas práticas socioculturais precárias e retrógradas, para a modernidade. Costa (2012) observa que o governo de Sampaio (1812-1820) força os indígenas a entrarem nessa lógica de civilização. Todavia, este autor afirma que estes entram em indisciplinação, fazendo r-existências, que se tornam marcas e monumentos nos territórios.

Figura 03 – Detalhe da carta da capitania do Ceará, de Antonio José da Silva Paulet, 1818



Fonte: Biblioteca Nacional (2022)

Nas comunidades camponesas do Cariri pode-se encontrar muitas dessas práticas através dos saberes-fazeres de comunidades tradicionais no pé-de-serra da Chapada do Araripe, como já apontou Oliveira (2017). Um exemplo são os coletores, rezadores, benzedeiros e parteiras na Chapada do Araripe, que pensam a floresta como lugar sagrado, constituindo aquele circuito para seu ritual, bem como conhecem plantas e árvores podem nos curar ou retirar os males feito por presságios de pessoas negativas e/ou ruins, além de saber trazer ao mundo crianças no ventre das mães.

Outros sujeitos que seguem essa r-existência a modernidade são os/as artesãos, que realizam suas práticas em cerâmica, palha da palmeira de coco babaçu ou outra árvore da região. Estes articulam suas oficinas em suas casas construídas ou na floresta, posicionando uma arte advinda de gerações e com muita misticidade. Essas r-existências, saberes e fazeres são passados de geração em geração, cuidadosamente dialogados entre si, permanecendo em sua maioria na oralidade, que está sendo perdida com o avanço do tempo e a modernização do espaço. Porém, sujeitos ainda salvam alguns saberes pelas brincadeiras infantis, coco de roda, maneiro pau, literatura de cordel, cantorias e repentes.

Porém, mesmo com essas r-existências é evidente que o século XIX foi avalassador resultando no apagamento dessas territorialidades para o projeto de nação ser instaurado. Isso fica evidente com grandes projetos que começam a serem planejados e executados no Ceará, como a ferrovia e a Transposição do Rio São Francisco, que são esquadrihadas em gabinetes para materializar valores*.

Os ajustes espaciais feitos pelas instituições na crise do capitalismo (HARVEY, 2005) trazem um novo boom nessa história: o mapa deixa de ser usado apenas pelo Estado e profissionais para uma democratização questionável entre a classe não hegemônica. Edney (2019) aponta que este processo se deve pela explosão da mobilidade provocada pelos avanços do capitalismo do século XIX ao XX. Turísticos, comerciais, planejamentos, escolares ou jornalísticos, os mapas entram nas vidas das pessoas como instrumento atraente e envolvente na percepção do espaço (EDNEY, 2019). Nesse ponto fica-se a tarefa de mapear as r-existências, esses corpos dissidentes que (re)exploram, (re)estruturam e (re)criam o mundo pela suas territorializações contra a barbárie instaurada.

A consolidação da cultura cartográfica no Brasil, com o mapa naturalizado, se deve aos avanços de grandes projetos de integração regional e expansão do capital impulsionados no século XX. Esse processo foi crucial para continuar a acumulação das riquezas pelo capitalismo, onde a construção da ciência no Brasil auxilia a retomar o ideário de nação no início do período republicano, destacando instituições que “avocaram os projetos de modernização e integração do território brasileiro” (DUARTE, 2018, p. 17). Duarte (2018, p. 25-26) aponta os planos colocados para

(...) atender à ânsia modernizadora do Estado republicano e das classes hegemônicas como parte do projeto de dominação e controle do território e de sua população, tendo como lastro teórico as teses geográficas que já circulavam na Europa entre aqueles que se preocupavam com os destinos de um mundo cingido entre potências imperiais e áreas de novas e antigas colônias. Em terras brasileiras, compactuariam deste pensamento instituições e personagens interessados em modernizar e integrar o território a partir de materialidades (como os grandes projetos de ligação ferroviária e telegráfica) e de conseguir mostrar o Brasil como pertencente ao rol das nações “civilizadas”. O conhecimento geográfico do território, traduzido em linguagem cartográfica, servia aos interesses daqueles que pretendiam fazer avançar a “civilização no País” (...).

* Para aprofundar sobre os mapas desses grandes projetos leia: Seemann (2015); Cortez e Irffi (2016); Cortez (2015).

Diante do contexto, o autor considera que a classe dominante produz raciocínios com a cartografia como instrumento de reprodução da acumulação do capital. Brito (2016) nos lembra do papel do Estado enquanto operador e legitimador para a expansão e integração, como também de impor o discurso nacionalista. O autor argumenta que as grandes obras de integração servem como ratificantes e legitimadores da nacionalidade e a centralidade como discurso, além de serem propulsoras de transformação de modos de vida e produção para se integrar aos ideais do capitalismo mundial.

As concepções do capitalismo mundial são estruturadas no processo colonizador da América Latina em locais considerados terras disponíveis ou vazios demográficos (PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012). No caso do Cariri, o quadro se caracterizava por terras disponíveis com recursos e sujeitos não hegemônicos em abundância para serem explorados. Brito (2016, p. 41) esclarece que a abundância dos recursos naturais “acompanhada da construção histórica, política e territorial da posse concentrada da terra, do subsolo e de fontes de água, legou a essa região situações de movimentos migratórios, graves índices de desigualdades sociais, conflitos e processos de resistência”.

Na maioria das vezes esses dilemas aflige e flagela as comunidades camponesas. Essas comunidades vivem em processo solidário (GONÇALVES, 2005), no qual congregam suas experiências, práticas, fé, direitos e/ou alimentos. Nesse sentido, a classe dominante do Cariri coloca a lógica acumuladora na motriz desenvolvimentista o que se deve à sua centralidade no quesito geoestratégico e geopolítico (GONÇALVES, 2005). Sobre isso, Gonçalves (2005) argumenta que por ter uma diversidade de animais e vegetais existentes e se manter nesse território, graças a Chapada do Araripe com sua rica sociobiodiversidade, a região é um lugar geoestratégico. Já na questão geopolítica, o autor declara a posição geográfica onde o Cariri se situa, sendo fronteira de Paraíba, Pernambuco e Piauí. Essa posição afirma que “o Caririzeiro do Ceará está equidistante (*sic*) dos centros de poder das principais capitais nordestinas” (GONÇALVES, 2005, p. 9).

A partir do exposto acima e das reflexões de Porto-Gonçalves e Quental (2012), evidencia-se que as comunidades camponesas do Cariri sofrem violência em ter sua região naturalizada e recortada pelos mapeamentos que acontecem a partir de 1850 e vai até os dias atuais, como se ver na figura 04. Essa configuração se deve as tensões entre comunidades camponesas e classe dominante, nas quais se enxerga as expropriações, desterritorializações, silenciamentos, marginalizações e opressões dos saberes-fazer. Logo, o colonialismo dessa cultura cartográfica persiste e busca invadir e conquistar (PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012).

Figura 04 – Mosaico de mapas que apagam outras territorialidades



Fonte 04: Biblioteca Nacional (2019); IBGE (2022).



Este processo surge desde a colonização branca até a contemporaneidade que grandes projetos vêm sendo atrelados a esse território. Contudo, pela ânsia da classe dominante no início da república (DUARTE, 2018) há uma leva de projetos transpassando esse território para construir o Cariri a partir da década de 1930 até os dias atuais pelas políticas nacionais desenvolvimentistas (BRITO, 2016). Brito (2016) trata esse período sendo uma continuação do processo de (des)construção realizada anteriormente, no início da república, provocados por conflitos fundiários e transformações territoriais.

A engrenagem dessa ideia é provocada pelas construções de obras, como também pela chegada de autores e instituições, entre os quais se destacam a Estrada de Ferro de Baturité, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Projeto Asimow, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e o Cinturão das Águas do Ceará (CAC).

Entre as transformações postas pelo mapa está o modo de vida das comunidades camponesas, sendo arrebatadas pelo capital vestida de um caráter ético, criando um imaginário espacial. A ética capitalista já tinha sido alertada por Gonçalves (2005), mostrando que foi implantada entre os camponeses, trazendo disputas, mudanças e conflitos territoriais. Gonçalves (2005, p. 214) alerta que no Cariri se possui:

(...) um Estado de inspiração weberiana caracterizado por impedir a livre iniciativa da sociedade e ser o principal indutor do desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, essa relação foi perpassada pela sobreposição dos interesses privados sobre os interesses públicos. Por meio das agências intervencionistas como SUDENE, DNOCS ou CODEC, assistimos as desastrosas políticas de oferta de infra-estrutura (*sic*) e de incentivo industrial na tentativa de abafar os conflitos sociais, conter a migração e concretizar a modernização das relações de produção.

Todavia, o autor conclui que a r-existência aos projetos megalomaniacos acontece diariamente e as comunidades buscam continuar em seu modo de vida solidário e harmônico com a natureza. Assim sendo, tendo como base estes mapas elaborados ao longo da história da formação territorial e as r-existências, nota-se que o projeto de construir docilidades nos corpos, feitos por diferentes sujeitos ao longo do tempo (Igreja, Estado, empresas ou outro grupo hegemônico), quer desenvolver o território, modernizando o espaço para o capitalismo, levando impactos e ações para a vida dos subalternizados.

Diante de tudo isso, concorda-se com Acselrad (2015, p. 8) que o Estado atua ao longo da história espacial do capitalismo com os mapas para a (re)produção e expansão da acumulação, seguindo dois movimentos: “o da busca de novos horizontes, fronteiras e localizações para a acumulação de riqueza; e o da transformação de espaços pré-existentes, no qual formas sociais não- capitalistas (*sic*) são desestruturadas, extraindo-se delas terra, trabalho e recursos naturais para serem incorporados aos circuitos da grande produção comercial”. Logo, este processo favorece e legitima conquistas, bem como pilhagens no território, gerando metamorfoses, conflitualidades, desigualdades e r-existências, nas quais necessitam ser estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de conteúdo é preciso pensar a influência do mapa que adentrou ou foi feito por esses grandes projetos de integração regional e expansão do capital nas comunidades camponesas.

Por esse sentido precisamos notar a produção, circulação e consumo desses mapas dentro desses territórios, bem como produções deles para deslumbrar.

Destaca-se que mapas que não seguem o padrão formal são ditos como errados, levando os sujeitos a serem reféns das cartografias oficiais com sua função posta por quem tem poder no espaço. A complexidade desse espaço agrário é reduzida apenas ao terreno, exterminando os arraigados processos e práticas sociais existentes. É preciso refletir como a tentativa desses grandes projetos buscam internalizar e naturalizar essa configuração territorial pelo mapa como apenas um terreno para os povos tradicionais, analisando os processos de exploração capitalista e r-existências no Cariri cearense.

O enfoque feito aqui convida a refletir sobre as concepções e interesses da classe dominante por detrás desses mapas para o Cariri, vendo os métodos, abordagens e inovações postas. Por este motivo, questionam-se as apropriações simbólicas com todos seus valores no espaço, que implicam nas questões sociais, econômicas, culturais e históricas. De tal modo, compreender os significados e ideologias apreendidos nesses mapas, como foram brevemente apontados aqui, pode nos direcionar aos efeitos nas (re)produções de conhecimentos, saberes e fazeres no campo, bem como as novas territorializações.

Portanto, este movimento tenciona a contextualização histórico-geográfica vazia, criado pelo modelo racionalista colonizador, que se alia aos avanços capitalistas no intento de eliminar epistemologias e territorialidades anteriores ao capitalismo. Logo, essa análise garante a reconstrução das singularidades espaço-temporais deste local, fazendo críticas ao processo de colonização do pensamento pelos aportes teóricos e metodológicos feito pelo mapa, auxiliando a ida a pesquisas empíricas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao fomento da CAPES pelo financiamento da pesquisa, bem como agradeço a todos e todas integrantes que fazem parte do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e os integrantes do Imago da Universidade Regional do Cariri.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leitura. In: ACSELRAD, H.; GUEDES, A. D.; JABACE, L. (Org.). **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leitura. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

ALMEIDA, A. F. de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749- 1752). **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, v. 17, n. 2, p. 215-235, 2009.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o homem no Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

- BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no Cariri cearense**: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras, Crato/CE. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- COSTA, J. P. P. A seara ainda é indígena? O Ceará enquanto um não-lugar para os índios (1812- 1820). **Veredas da História**, v. 5, p. 40-54, 2012.
- CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2017.
- DUARTE, R. B. **Cartografias capitais**: os projetos do Mapa Internacional do Mundo e da Carta do Brasil ao Milionésimo (1891-1930). Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- EDNEY, M. H. **Cartography**: the ideal and its history. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.
- FANON, F. **Pele Negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GIRARDI, G. Funções de mapas e espacialidade: elementos para modificação da cultura cartográfica na formação em Geografia. **Revista Brasileira de Cartografia** (Online), v. 66, p. 861-876, 2014.
- GONÇALVES, C. U. **Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense**: solidariedade e conflito. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- _____. A geografia do ethos capitalista no Cariri Cearense. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 1, n. 223, p. 38-50, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. **Geographia** (UFF), v. 22, p. 75-90, 2020.
- HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- IRFFI, A. S. C.; REIS, A. I. R. P. C. O Cariri visto de baixo. **Oficina do Historiador**, v. 13, p. 1-13, 2020.
- JUCÁ NETO, C. R. Desenhando o Ceará. In: 3º Simpósio Ibero Americano de História da Cartografia, 2010, São Paulo. **Anais...** Agenda para História da Cartografia Ibero Americana, 2010. v. 1. p. 1-20.
- _____. Sobre a pouca importância do Ceará no movimento expansionista português em direção à América Espanhola. **Trajetos** (UFC), v. 5, p. 265-288, 2007.
- LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 153-167.
- MIGNOLO, W. . A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, 33-49p.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- OLIVEIRA, A. J. de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis** (Santiago. en Línea), v. 11, p. 1, 2012.
- REIS, A. I. R. P. C. **O Espaço a serviço do Tempo**: A Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- REIS, A. I. R.P.C.; IRFFI, A. S. R. P. C. Cartografias Históricas e modernização do território cearense na segunda metade do século XIX: Primeiros resultados de uma pesquisa. **Revista Porto**, v. 3, p. 27-44, 2016.
- SEEMANN, J. Histórias cartográficas do Cariri cearense. In: SEEMANN, J.; RIBEIRO, S. C.; SOARES, R. C. **Geografias do Cariri cearense**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015, p. 35-44.

SILVA, J. F. da. A formação histórico-econômico-territorial do Cariri no contexto ocupacional do semiárido. In: SEEMANN, J.; RIBEIRO, S. C.; SOARES, R. C. **Geografias do Cariri cearense**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015, p. 9-23.

SOUSA NETO, M. F. Narrativas em História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo. In: SOUSA NETO, M. F.; LIRA, L. A. de; DUARTE, R. B. (Org.). **Geografia da Ciências, dos Saberes e da História da Geografia**. São Paulo: Alameda Editora, 2020, p. 129-134.

TRABALHADORES DO AÇÚCAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO: CONFLITOS E DISPUTAS NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA DO BREJO PARAIBANO

Vilma Pires Bernardo
Patrícia Alves Ramiro

RESUMO

Este artigo traz resultados de uma pesquisa que visa compreender como os conflitos sociais da agroindústria canavieira são apresentados na Justiça do Trabalho. Para tanto, baseia-se no caso da usina Santa Maria, localizada no Brejo paraibano, cuja falência foi decretada no ano de 1992. Analisamos aqui 41 reclamações trabalhistas realizadas entre os anos de 1987 e 1994 contra a usina que nos mostram alguns dos múltiplos agentes implicados nessas disputas judiciais, as motivações das ações apresentadas pelos trabalhadores, além de apontarem para algumas das relações sociais das regiões canavieiras que atravessam os litígios trabalhistas. Em geral, mostraremos que há tanto continuidades, quanto mudanças no conteúdo dos processos trabalhistas.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar; Justiça do Trabalho; Trabalho rural.

ABSTRACT

This article presents the results of a research that aims to understand how the social conflicts of the sugarcane agroindustry are presented in the Labor Court. For that, it is based on the case of the Santa Maria mill, located in Brejo, Paraíba, whose bankruptcy was decreed in 1992. We analyze here 41 labor claims made between 1987 and 1994 against the plant that show us some of the multiple agents involved in these legal disputes, the motivations of the actions presented by the workers, in addition to pointing to some of the social relations of the sugarcane regions that cross labor disputes. In general, we will show that there are both continuities and changes in the content of labor processes.

Palavras-chave: Sugar-cane; Labor Court; Rural work.

INTRODUÇÃO

No ano de 2019, uma vasta documentação anteriormente abandonada por uma usina sucroalcooleira localizada no Brejo Paraibano entre a década de 1930 até meados de 1990, quando ocorreu sua falência, foi doada ao Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essa doação ocorreu através de parceria com o projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”*, que, desde 2017, visa compreender as múltiplas estratégias de reconversão social utilizadas pelos agentes sociais antes vinculados à referida usina após o fim de suas atividades (RAMIRO, 2021).

Entre os milhares de documentos doados se encontram fichas de registro de empregados, processos trabalhistas, contratos de venda ou arrendamento, entre outros que revelam informações sobre a condição socioeconômica dos trabalhadores ligados à empresa, as relações de trabalho desta agroindústria e, de modo mais amplo, sobre um contexto em que a atividade usineira direcionava a economia nesta região.

A partir desse acervo, foi empreendida pesquisa com documentação relativa a processos trabalhistas, composta por reclamações trabalhistas, contestações, atas de audiência, termos de conciliação, entre outros. Este artigo traz uma parte desta pesquisa, que se debruça sobre o conteúdo de 41 reclamações trabalhistas realizadas entre os anos de 1987 e 1994 contra esta usina açucareira do Brejo Paraibano com a pretensão de entender como os conflitos sociais da agroindústria açucareira atravessam as ações trabalhistas, evidenciando nestas os movimentos de disputas e resistências nas argumentações (COSTA, 2010).

Essa problemática foi desenvolvida levando em consideração a compreensão que as disputas judiciais não são estabelecidas somente pelo regramento e a institucionalidade do Direito, mas também pelas relações e normas sociais que perpassam esse espaço (SIGAUD, 1996). Dessa forma, a pesquisa examina a presença dos conflitos sociais na Justiça do Trabalho, tendo em vista os processos de expropriação e exploração da mão de obra rural correntes então (SIGAUD, 1979).

O TRABALHO COM A DOCUMENTAÇÃO: desafios e procedimentos

Ao tomar os documentos do Acervo Documental da Agroindústria Açucareira como fontes de pesquisa é necessário indicar que, antes de tudo, os documentos passam por um processo de tratamento. Primeiramente esses são desmetalizados, no qual objetos metálicos como cliques e grampos

* Projeto coordenado por Patrícia A. Ramiro com apoio financeiro da Chamada interna produtividade em pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB (Edital nº 03/2020), da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital nº09/2021- DEMANDA UNIVERSAL) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNCT nº 18/2021- UNIVERSAL).

são retirados, em seguida são higienizados, momento em que são eliminadas impurezas, e, por fim, são digitalizados.

Nesse processo de tratamento e organização, busca-se manter a ordem original da documentação, que se relaciona com os critérios da usina que a acumulou, apesar de ser marcado por intervenções posteriores no decorrer de sua construção. Dessa forma, ao ter um arquivo como fontes de pesquisa, se faz necessário indicar que esse acervo é um fragmento da realidade (HEYMANN, 1997).

A pesquisa em questão foi realizada no contexto da pandemia de Covid-19, momento no qual as atividades em arquivo estavam interrompidas. Desse modo, a investigação se deteve aos processos trabalhistas que já haviam sido digitalizados e que, portanto, estavam acessíveis à distância. Foram identificados documentos relativos a 46 ações trabalhistas. Com o objetivo de organizar tais fontes da pesquisa, estas foram numeradas por ordem cronológica, o que permitiu a sua identificação por tal numeração*.

Contudo, é importante ressaltar que tal documentação se encontra fragmentada, de forma que os autos do processo não são encontrados em sua integralidade, mas alguns dos documentos que os compunham, especialmente as reclamações trabalhistas, as contestações, as atas de audiências e os termos de acordo que são relativos a momentos e agentes distintos do processo trabalhista.

Este artigo se dedica sobre o conteúdo das reclamações trabalhistas, peça inicial que apresenta a ação à Justiça do Trabalho. Primeiramente, nela é indicada a Junta de Conciliação e Julgamento a que foi designada, seguida pela qualificação dos litigantes (reclamante, empresa reclamada e seu representante), são apontados os fatos que motivam a ação e listados os direitos pleiteados com base nisso, finalizada com indicação de local e data. A partir desses dados, foi possível indicar alguns dos agentes envolvidos nos litígios e os direitos reivindicados pelos trabalhadores vinculados à usina, além de vislumbrar as relações sociais e de trabalho que permeiam os conflitos trabalhistas judicializados.

Como indicado anteriormente, alguns processos não continham este documento, de modo que foram analisadas 41 reclamações trabalhistas realizadas entre os anos de 1987 e 1994. Os dados de tais documentos foram tabulados em planilhas em formato .xlsx†, o que permitiu perceber algumas repetições e mudanças nos processos ao longo dos anos. Além disso, a leitura dos processos, especialmente da parte que relata a motivação da ação trabalhista, foi acompanhada de apontamentos em caderno de campo com vinculação ao referencial teórico sobre relações de trabalho e conflitos na

* É importante indicar que essa numeração de identificação foi realizada somente para os fins desta pesquisa e não faz parte da organização do acervo.

† Na tabulação, cada coluna da planilha era reservada para uma informação identificada da ação e transformada em categoria, sendo a coluna A para nº de identificação do processo, a B para Junta a que foi designada, a C para data da reclamação, e assim por diante. Por sua vez, cada linha da tabela se referia a cada processo.

atividade canavieira e das lutas políticas de trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro na segunda metade do século XX, em especial do Brejo paraibano nas décadas de 1980 e 1990.

ENTRE PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS: os conflitos e as reivindicações

Firmada sobre a concentração fundiária, a produção para exportação e o uso de mão de obra escravizada, a lavoura canavieira não se caracteriza somente como atividade produtiva mas na constituição de relações sociais que o trabalho nela implica (ANDRADE, 1976; MELO, 1975). Ao longo de seu desenvolvimento, conforma relações de dependência e dominação amparadas na moradia concedida em função do trabalho no engenho (HEREDIA, 1988).

Estas relações sofrem rupturas decorrentes dos processos de modernização e expansão canavieira que abrangem consigo conflitos sociais tais como a expropriação e exploração da mão de obra. No primeiro caso, os proprietários visando a ampliação da lavoura realizam pressões num movimento de expulsão dos trabalhadores que residem no interior das propriedades, no outro há diferentes manobras patronais que aumentam o trabalho dispendido pelo trabalhador provocando o crescimento produtivo (SIGAUD, 1979). Ambas situações encontram resistência e enfrentamento que assume a institucionalidade e a legalidade como um dos instrumentos de ação.

A regularização do trabalho rural no Brasil se deu de forma gradual ao longo do século XX. Os trabalhadores rurais foram alcançados pela legislação protetiva especialmente por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, que expandiu a esta categoria direitos já conquistados na Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT) (DABAT, 2008; OLIVEIRA et. al., 2019). A partir de então, a Justiça do Trabalho se tornou um espaço para disputas entre trabalhadores e patronato rural.

Com essa possibilidade, os sindicatos rurais tinham como uma forma de ação a judicialização dos conflitos desde sua emergência. Contudo, é na década de 1980, que a luta por direitos se fortalece no Brejo paraibano, região periférica de atividade canavieira, mas local de promoção de campanhas trabalhistas e salariais que mobilizavam trabalhadores rurais, fomentavam ações trabalhistas e realizavam negociações (TOSI, 1988).

O caso estudado se trata de uma usina sucroalcooleira sediada em Areia entre as décadas de 1930 e 1990 que, ao longo do tempo, consolidou propriedades em outros 3 municípios. Tal empresa traça uma trajetória de auge produtivo nas décadas de 1970 e 1980, com instalação de destilação anexa subsidiada pelo Proálcool e arrendamento e aquisição de terras pela maior demanda de cana-de-açúcar. Apesar desse momento de expansão canavieira, tem sua falência decretada e seu fechamento em 1992, quando reunia uma dívida trabalhista a um endividamento por créditos de investimento e custeio (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

A isso, segue-se um processo de reivindicações pelo pagamento de direitos trabalhistas dos trabalhadores antes vinculados à usina. Tal demanda, não respondida e estendida, converte-se em um processo de luta pela terra, que culminou com a criação de dez assentamentos de reforma agrária em terras que anteriormente eram propriedades da usina (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). A partir desse caso, a pesquisa buscou entender como os conflitos sociais e de trabalho da agroindústria canavieira se apresentam no âmbito judicial, atentando aos usos da Justiça do Trabalho como espaço de disputa por direitos trabalhistas.

Foram investigadas 41 reclamações trabalhistas realizadas por trabalhadores entre os anos de 1987 e 1994, com maior presença de ações dos anos 1989 e 1991. Este documento, como peça inicial do processo judicial, é iniciado com a qualificação dos litigantes, que indica informações como nome, nacionalidade, estado civil, atividade laboral, domicílio e mediação jurídica, seguida pela motivação da ação e reivindicação de direitos, que apontam os conflitos da relação de trabalho.

Na tabela 1 a seguir, mostramos que desde 1988 a Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira era o principal local acessado pelos advogados dos reclamantes, concentrando 76% dos processos analisados. Esta Junta, no momento de sua criação em 1986 e posterior instalação em 1987, abrangia sob sua jurisdição três dos quatro municípios que continham propriedades da usina, sendo o outro abarcado pela Junta de Campina Grande.

Tabela 1: Distribuição da frequência dos processos de acordo com o ano e a instituição (comarca e juntas de conciliação e julgamento).

ANO DA AÇÃO	COMARCA	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO				TOTAL
	Comarca de Pilões	JCJ de Guarabira	JCJ de Campina Grande	JCJ de João Pessoa	Não Consta	
1987	1	0	0	0	0	1
1988	0	3	0	0	0	3
1989	0	13	0	0	0	13
1990	0	1	1	0	0	2
1991	0	11	4	0	1	16
1992	0	1	1	0	0	2
1993	0	1	0	2	0	3
1994	0	1	0	0	0	1
TOTAL	1	31	6	2	1	41

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

No que concerne ao perfil dos reclamantes, a maioria desses declara realizar atividade rural, apesar de diferentes categorias serem citadas: 24 afirmam ser trabalhadores(as) rurais, 2 indicam ser agricultores, enquanto as categorias canavieiro, trabalhador-rural da cana-de-açúcar e trabalhador braçal são apontadas uma vez cada. Em outros 3 processos é indicado a função de vigilante, além de pedreiro e zeladora em outros 2 casos cada. Por fim, há 3 reclamações nas quais nenhuma atividade laboral é declarada pelo pleiteante (Tabela 2).

Tabela 2: Frequência de processos por sexo e atividade laboral declarada pelo reclamante.

ATIVIDADE RECLAMANTE	SEXO RECLAMANTE		
	HOMEM	MULHER	TOTAL
TRABALHADOR RURAL	20	4	24
AGRICULTOR	2	0	2
TRABALHADOR RURAL DA CANA-DE-AÇÚCAR	1	0	1
CANAVIEIRO	1	0	1
TRABALHADOR BRAÇAL	1	0	1
VIGILANTE	3	0	3
PEDREIRO	2	0	2
MOTORISTA	2	0	2
ZELADORA	0	2	2
NÃO CONSTA	3	0	3
TOTAL	35	6	41

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

A partir de seus nomes foi deduzido o sexo dos reclamantes, dos quais 35 são do sexo masculino. No que se refere a estado civil, em 25 afirmam serem casados(as), 15 solteiros(as) e 1 aponta ser “casado/solteiro”, o que impede conhecer o que se pretendia declarar.

Quanto ao local de residência, 23 dos reclamantes indicam morar em sítios, fazendas, engenhos ou usinas dos quais 11 apontam residência em propriedade comprada ou arrendada pela Usina em questão. Além desses, outros 14 processos indicam residência em ruas e conjuntos e 4 não apontam nenhum local.

Sobre a assistência jurídica desses trabalhadores, em 21 ações a reclamação é mediada por “advogados e procuradores” sem indicar a existência de vinculação sindical. Em outros 19 processos é exposto a assistência de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região do Brejo paraibano,

especificamente dos municípios de Pilões, Serraria, Areia e Marí. Em um único caso, não foi indicado nenhuma forma de mediação jurídica ou nome de advogado.

Tabela 3: Distribuição da frequência da forma de mediação jurídica dos processos por ano.

ANO DA AÇÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA						TOTAL
	SINDICATO DE TRABALHADOR RURAL				SEM VÍNCULO AO SINDICATO	NÃO CONSTA	
	STR PILÕES	STR MARÍ	STR SERRARIA	STR AREIA			
1987	0	0	0	0	0	1	1
1988	1	1	0	0	1	0	3
1989	3	0	1	0	9	0	13
1990	0	0	0	1	1	0	2
1991	10	0	0	0	6	0	16
1992	0	0	0	0	2	0	2
1993	0	0	1	0	2	0	3
1994	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL	14	1	3	1	21	1	41

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

Já no que se refere ao perfil da empresa reclamada na grande maioria das reclamações, 36 destas, ela é citada pelo nome da Usina, em 2 casos são apontados engenhos relacionados a ela por compra e 1 cita duas propriedades, tanto a Usina como um engenho vinculado por arrendamento. Como representantes de tais empresas são citados o proprietário da usina e do engenho arrendado.

Contudo, a partir de 1993 a Usina passa a ser referida como massa falida, termo presente em 2 ações. Com início no mesmo ano, os processos passam a apontar o síndico como representante da reclamada. Segundo a Lei de Falências vigente no período, este síndico é nomeado por um juiz dentre os maiores credores da empresa para administrar a falência desta, atribuição esta que inclui representá-la em processos judiciais (BRASIL, 1945).

Após esse momento de qualificação dos litigantes, os trabalhadores fundamentam seus pleitos, apontando as razões para realizarem a ação trabalhista. Tendo em vista que cada reclamação é escrita de forma particular, esses diferentes motivos foram organizados em amplas categorias para, pela tabulação, perceber as repetições para além dessas especificidades. Assim, foram identificados alguns pontos de conflito nas relações de trabalho estabelecidas entre a usina açucareira e os trabalhadores.

O relato mais presente nas reclamações trabalhistas investigadas trata sobre o recebimento de direitos de modo incompleto ou em valor abaixo do devido. Nesse sentido, o salário é o mais citado, constante em 29 ações, apesar de também ser indicado o recebimento incompleto do 13º salário em 6 das 41.

Tabela 4: Distribuição da frequência de reclamações que apresentam recebimento de direitos incompletos ou inferior ao devido como uma das motivações para a ação.

MOTIVAÇÃO DA RECLAMAÇÃO		FREQUÊNCIA DE AÇÕES EM QUE SÃO CITADAS
Recebimento de direitos incompletos ou inferior ao devido	Recebimento de 13º salário incompleto	6
	Recebimento de salário inferior ao regional	1
	Recebimento de salário inferior ao mínimo	5
	Recebimento de salário inferior ao da classe	3
	Recebimento de salário inferior ao da categoria	17
	Recebimento de salário inferior ao PNS	3

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

A demissão é indicada como uma das razões basilares das ações trabalhistas vistas, especialmente a alegação de demissão sem pagamento de títulos rescisórios. Em outros casos também são indicados a dispensa imotivada ou a não quitação do pagamento de direitos relativos à rescisão

Tabela 5: Distribuição da frequência de reclamações que apresentam a demissão como uma das motivações para a ação.

MOTIVAÇÃO DA RECLAMAÇÃO		FREQUÊNCIA DE AÇÕES EM QUE SÃO CITADAS
Demissão	Demissão sem pagamento de títulos rescisórios	20
	Demissão imotivada	2
	Demissão com pagamento de direitos, sem quitação	2

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

Um dos casos de demissão sem quitação do pagamento é de uma trabalhadora rural que questiona por meio de uma ação trabalhista apresentada em 1989, por intermédio do STR de Pilões, o acordo realizado entre a empresa e seu esposo que deveria cobrir seus direitos.

[...] 5. Que em 01/12/88 foi dispensado pela reclamada, quando, na oportunidade, a mesma fez um acordo com o esposo do reclamante, em que este recebeu a quantia de NCZ\$ 600,00, pretendendo a reclamada que nesse montante estivessem também incluídos os direitos da reclamante, sendo que o referido acordo não poderia ser, tal o absurdo de pretensão da reclamada, homologado por quem de direito poderia fazê-lo, não satisfeito o que dispõe o art. 477 da C.L.T., portanto a ele não podendo ser dado qualquer valor jurídico.[...].

Neste caso, a reclamante questiona um acordo realizado com seu esposo que deveria incluir seus direitos rescisórios, argumentando que este não foi convencionado com quem “de direito poderia

fazê-lo” e então não possui valor jurídico nos termos da CLT sobre a rescisão (BRASIL, 1943). Contudo, nessa fundamentação, a pleiteante contesta essa abordagem da usina de demissão mediada pelo marido, questionando assim um elemento constituinte da morada*, relação tradicional nas regiões canavieira do Nordeste na qual a família do morador, a esposa e filhos, também estão implicados nas atividades dos engenhos a partir da mediação do morador, autoridade doméstica sob a qual estão submetidos (SIGAUD, 1979). Dessa forma, não reconhece o acordo feito pelo esposo e não dá a rescisão como quitada, acionando a Justiça do Trabalho para tal.

Outro motivo apresentado para fundamentação destas questões trabalhistas é o não recebimento de distintos direitos trabalhistas durante o período trabalhado para a usina e engenhos vinculados, sendo férias e 13º salário os direitos mais citados. Em um caso específico, o reclamante afirma que não foi registrado no Programa de Integração Social (PIS), de forma que não recebe ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Tabela 6: Distribuição da frequência de reclamações que apresentam não recebimento de direitos trabalhistas como uma das motivações para a ação.

MOTIVAÇÃO DA RECLAMAÇÃO		FREQUÊNCIA DE AÇÕES EM QUE SÃO CITADAS
Não recebimento de direitos trabalhistas	Não recebimento férias	23
	Não recebimento de 13º salário	19
	Não recebimento de horas extras	10
	Não recebimento de repouso semanal remunerado	8
	Não recebimento de domingos trabalhados	3
	Não recebimento de salário família	3
	Não recebimento de adicional noturno	2
	Não recebimento de aviso prévio	2
	Salário retido	2
	Não recebimento de feriados e santificados	2
	Não recebimento de FGTS, sem registro ao PIS	1

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

Os pleiteantes também indicam alguma forma de irregularidade com a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), principalmente a anotação por período menor ao realmente trabalhado. Em

* Relação de dominação que se estabelece pelo pedido de morada, ou seja uma casa dentro do engenho com uma área próxima para o cultivo de lavouras de subsistência (roçado). Ao pedir morada, cria-se uma dívida material e simbólica que demanda uma contrapartida o trabalho no engenho por parte do morador (GARCIA JR., 1989; HEREDIA, 1988).

menor quantidade, há relatos de CTPS que não foram assinadas por todo período laborado. Quanto a isso, coloca-se a questão do trabalho clandestino na atividade canavieira, ou seja, o trabalho não formalizado.

Tabela 7: Distribuição da frequência de reclamações que apresentam irregularidades com a CTPS como uma das motivações para a ação.

MOTIVAÇÃO DA RECLAMAÇÃO		FREQUÊNCIA DE AÇÕES EM QUE SÃO CITADAS
Irregularidades com a CTPS	CTPS não anotada por parte do vínculo de trabalho	15
	CTPS não anotada por todo o vínculo de trabalho	5

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

Ao longo dos anos, os processos trabalhistas apresentaram em suas fundamentações relatos de recebimento incompleto de direitos e sobre o não pagamento destes, inclusive relativo aos títulos rescisórios, além de irregularidades na anotação da carteira de trabalho. Todavia, algumas das motivações para reclamações apareceram ou se tornaram mais consistentes a partir do ano de 1991.

Nesse sentido, está inclusa a alegação de que a usina parou de pagar os salários aos trabalhadores, em alguns casos somada com o apontamento de interrupção de oferta de serviço pela empresa. Ainda que tenha sido feita em 1989 a primeira reclamação que indica o não pagamento de salário, somente em 1991* outras 11 apontaram o mesmo.

Tabela 8: Distribuição da frequência de reclamações que apresentam paralisação de pagamentos e/ou produção como uma das motivações para a ação.

MOTIVAÇÃO DA RECLAMAÇÃO		FREQUÊNCIA DE AÇÕES EM QUE SÃO CITADAS
Paralisação de pagamentos e/ou atividades de produção	Usina deixou de pagar salário	10
	Usina deixou de pagar salário e oferecer serviços	5

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires

A partir disso, os reclamantes ainda pleiteiam a rescisão do contrato de trabalho, especialmente a rescisão indireta, com o argumento de que a usina não efetua suas obrigações patronais, tais como pagar os salários e demais direitos trabalhistas e ofertar trabalho. Este é o caso de uma trabalhadora rural que em 1989, através do STR de Pilões, apresenta reclamação trabalhista com pedido de rescisão indireta diante de pressões sobre esta e membros de sua família.

[...] 5. Que no dia 02 de dezembro de 1988 foi ameaçado com seu marido, pelo administrador da Fazenda, tendo sido proibida de colher suas benfeitorias do roçado, ademais teve seus

* Apesar de grande parte das ações trabalhistas que foram vistas indicarem o ano de 1991 para a paralisação do pagamento de salários, estas apontam momentos diferentes deste mesmo ano para tal. Todavia, a maioria relata esta paralisação a partir do mês de março do ano citado.

filhos menores demitidos injustamente, como forma de pressionar a reclamante a deixar o serviço, visando caracterizar um abandono de serviço; 6. Que a reclamante não suportando mais as ameaças e insultos, vem perante esse juízo requerer a V. Exa. seja decretada a rescisão indireta do contrato de trabalho, com o pagamento dos seguintes títulos: [...].

Esse caso explicita um dos conflitos referentes a componentes da morada como as pressões sobre o roçado, com a proibição de colheita, e sobre o trabalho da família, pela demissão de atividades assalariadas, atingindo duplamente a reprodução familiar. Tais pressões são, segundo Sigaud (1979), uma forma de induzir os trabalhadores à saída das propriedades de modo que não seja enquadrado como uma expulsão. Segundo a reclamante, neste caso, tais pressões serviriam para configurar um abandono de serviço, uma vez que o recurso à institucionalidade pela trabalhadora realiza uma tradução desta situação à linguagem e ao espaço da Justiça pelo pedido de rescisão indireta do contrato e demanda de pagamento de direitos, e então possibilitar alguma forma de enfrentamento e resistência.

Ao fim da reclamação, os pleiteantes listam os direitos que reivindicam na Justiça do Trabalho. Neste caso estes também foram organizados em categorias mais amplas para permitir avistar o que é reclamado de modo a transcender a especificidade de cada caso.

Tabela 9: Distribuição de frequência de ações por direito trabalhista reclamado.

DIREITOS PLEITEADOS	FREQÜÊNCIA DE AÇÕES EM QUE SÃO CITADOS
FÉRIAS	41
13º SALÁRIO	41
AVISO PRÉVIO	39
INDENIZAÇÃO	36
DIFERENÇA SALARIAL	32
CORREÇÃO DA CTPS	23
FGTS	20
HORAS EXTRAS	18
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	16
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	15
SALÁRIO RETIDO	14
DOMINGOS TRABALHADOS	6
SALÁRIO FAMÍLIA	4
ADICIONAL NOTURNO	2
ABONOS	2

Fonte: Acervo Documental da Agroindústria Açucareira. Organização: Vilma Pires.

Como visto acima, as férias e o 13º salário são reclamadas em todas as ações, sendo citadas de formas distintas como férias em dobro, simples, proporcionais, etc. O mesmo ocorre com o 13º salário, que é pleiteado tanto integral, como proporcional e a complementação de ambos.

Em seguida se encontram direitos relativos à rescisão, como o aviso prévio e a indenização, estes também manifestados de formas múltiplas. Ainda há os pedidos de diferença salarial, seguido por demandas referentes à CTPS especialmente retificação, na qual se reivindica o tempo trabalhado como clandestino, mas também são citadas a anotação e baixa.

São requeridos também o FGTS, as horas extras, o repouso semanal remunerado e o salário retido. Dos 15 pedidos de honorários advocatícios, 14 solicitam pagamento ao sindicato rural assistente. Por último, ainda são pleiteados outros direitos trabalhistas requeridos em menor número de ações, como os domingos trabalhados, o salário família, o adicional noturno e os abonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido anteriormente, há continuidades e mudanças nos agentes implicados nessas disputas e nos pleitos realizados, principalmente relacionadas à falência da empresa. Enquanto o não pagamento de direitos, ou seu pagamento incompleto, as demissões e as (irregulares) anotações de CTPS permanecem ao longo dos anos, os relatos de paralisação dos salários e das atividades produtivas da usina aumentam a partir do ano de 1991, o que talvez indique a subsequente falência da usina a partir de 1992. Nesse sentido, ressalta-se como mudança nos agentes partícipes desses processos, a aparição do síndico como representante da empresa.

Ademais, os casos apresentados permitem antever alguns dos conflitos relativos à (resquícios das) relações tradicionais presentes nas regiões canavieiras que permeiam os processos trabalhistas desta usina, e uma transposição destes à linguagem jurídica e ao espaço da Justiça do Trabalho junto a outras demandas trabalhistas.

Portanto, se sobressai a indicação pelos pleiteantes da Usina como geradora do conflito da relação de trabalho, esta que em seus relatos não paga os direitos trabalhistas, não cumpre as obrigações patronais especialmente no momento da falência, e tem práticas arbitrárias quanto à relações tradicionais das regiões canavieiras do Nordeste.

Apesar de algumas limitações no acesso às fontes e no alcance da pesquisa tendo em vista o momento em que esta foi realizada, vale ressaltar o valor dessa documentação e a relevância de investigá-la pois essa não só registra aspectos do trabalho no caso indicado ou na agroindústria açucareira paraibana, mas descortina disputas e resistências inscritas no âmbito da Justiça do Trabalho, espaço possível, tanto para demarcação de um posicionamento, como para ganhos econômicos.

Dessa forma, essa documentação revela parte da própria história do Brejo paraibano uma vez que essas reivindicações por direitos não se encerram somente nos processos trabalhistas vistos neste artigo, mas se estendem em um processo mais amplo das reivindicações de trabalhadores e de mudanças ocorridas nesta região.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. O processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural brasileiro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945. Lei de falências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7661-21-junho-1945-449981-publicacaooriginal-36829-pe.html>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos - entre o passado e o presente. **Matrizes**, ano 3, n. 2, p. 171-186, jan./jul. 2010.

DABAT, Christine Rufino. Uma “caminhada penosa”: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. **Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica, n. 26- 2, p. 291-320, 2008.

GARCIA JR., Afrânio Raul. A dominação tradicional e seus limites. In: GARCIA JR. Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT- CNPq, 1989. p. 35-100.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPq, 1988.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos históricos**, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

MELO, Mário Lacerda de. Os sistemas de organização agrária. In: MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos no Nordeste canavieiro**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard; MOREIRA, Emilia R. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de et. al. O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros de Pernambuco por direitos. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (Org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 125-188.

RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 460-466, mai.-ago. 2021.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção no mundo dos engenhos. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 36-388, 1996.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

TOSI, Giuseppe. **Terra e salário para quem trabalha: Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano**. Campina Grande: Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), Universidade Federal da Paraíba, 1988.

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CAMPO COMO CONSEQUÊNCIA DAS AÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS DE ECONOMIA MISTA

Cícero Luciano Ferreira de Castro
Cláudio Ubiratan Gonçalves

RESUMO

Este artigo tem por objeto averiguar as ações do estado através da empresa de economia mista a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, uma instituição pública de economia mista que participa de forma indireta do Governo do Estado do Ceará no gerenciamento de leis de incentivos fiscais buscando fomentar desenvolvimento sob a lógica acumulativa do capital em desfavor das forças produtivas menos rentáveis. Dentro dessa lógica, esse modelo de administração pública faz surgir novos atores sociais e novas relações de trabalho. Diante de tal situação surgem questões norteadoras para pesquisa: Quando foi que no processo de desenvolvimento da sociedade surgiu, pela primeira vez, a ideia de participação de empresas de Sociedade Anônima com economia mista participarem da administração pública? E como essas obras estruturantes impactam o modo de vida do camponês e/ou camponesa? À vista disso, pode-se afirmar que o modelo de colonização imposto perpetua-se, em uma relação de poder entre os dominadores e dominados, sobretudo no imaginário através de propagandas midiáticas em desfavor da agricultura camponesa ao dar destaque ao modelo de produção agrícola empresarial.

Palavras-chave: camponês, transformações territoriais e políticas econômicas.

ABSTRACT

This article aims to investigate the actions of the state through the mixed economy company, the Agency for the Development of the State of Ceará - ADECE, a public institution of mixed economy that participates indirectly in the Government of the State of Ceará in the management of fiscal incentive laws seeking to promote development under the accumulative logic of capital to the disadvantage of less profitable productive forces. Within this logic, this model of public administration gives rise to new social actors and new labor relations. In light of this situation, guiding questions for research arise: When was it that in the process of the development of society, the idea of participation of joint stock companies with mixed economy in the public administration emerged for the first time? And how do these structuring works impact the peasant's way of life? In view of this, it can be said that the colonization model imposed is perpetuated, in a power relationship between the dominators and the dominated, especially in the imaginary through media advertisements in disfavor of peasant agriculture by highlighting the model of corporate agricultural production.

Keywords: peasant, territorial transformations and economic policies..

INTRODUÇÃO

Durante a pesquisa do Mestrado em Geografia Humana da USP nos deparamos com as empresas de economia mista participando de forma indireta da administração pública no estado do Ceará. Essa situação ocasionou provocações a respeito desse modelo de organização administrativa no estado.

Assim como a curiosidade de quem se lança ao rio com intuito de descobrir o que há na outra margem, as respostas para inquietações da participação das empresas de economia mista na administração pública o são para esta pesquisa.

Para saber se havia alguma tese ou dissertação que tratasse especificamente desse tema, assim como para cumprir os procedimentos pertinentes a elaboração do projeto de pesquisa de doutorado, a buscar na base de dados da CAPES tornou-se o primeiro passo na longa jornada desse projeto de pesquisa. Fato este que até o momento não é do meu conhecimento.

Tendo como base a institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e a forma como essa empresa de economia Mista participa da administração pública, verificar se no estado do Ceará há outras empresas que também fazem uso desse expediente indo além de sua simples existência e verificando os desdobramentos das ações de empresas como a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE causam na (re)estruturação do espaço geográfico cearense.

No atual contexto em que estamos inseridos, pode-se observar o desenvolvimento e execução de políticas territoriais que favorecem os interesses empresariais.

Portanto, entender as dinâmicas envoltas no processo de produção do espaço geográfico sob a perspectiva da lógica de acumulação do capital, no qual há um desmonte das forças produtivas menos rentáveis (KURZ, 2015) passa pela constatação das ações do Estado que vem agindo como gerente dos interesses das grandes empresas corporativas (SANTOS, 2014).

Nessa lógica o estado do Ceará vem cumprindo uma agenda que tem se mostrado determinante para atender aos interesses empresariais, criando leis e desenvolvendo grandes projetos estruturantes do espaço geográfico. Dessa forma, surgem tensões e conflitos juntos a parcela da população que sofre por não ter as demandas sociais atendidas pelo poder público.

Logo, na execução de políticas territoriais estruturantes do espaço, o estado do Ceará através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, vem dando prioridade aos interesses empresariais ao invés de atender as demandas sociais. (SANTOS, 2012).

METODOLOGIA

Num primeiro momento é necessário a busca por um embasamento teórico necessário para compreensão da problemática com o objetivo de facilitar a interpretação dos dados coletados. Nesse sentido leituras que fundamentem duas inquietações: quando e onde surgiu na literatura a ideia de instituir empresas de economia mista para participarem da administração pública?

A pesquisa documental é fator importante, já que ela contribuirá de forma substancial para pesquisa. Como fontes de pesquisa documental pode-se citar os jornais de grande circulação no estado do Ceará, os sites do Governo do Estado do Ceará, sobretudo os sites das Secretarias de Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o site da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, assim como o site do IPECE e IBGE.

A elaboração de ferramentas de coleta de dados torna-se de fundamental na tentativa de compreender os conflitos e transformações territoriais no campo cearense e os resultados que elas propiciam na (re)estruturação do estado do Ceará a partir das ações das empresas públicas de economia mista.

Dessa forma será possível identificar que ações as empresas de economia mista efetivamente tomam, bem como as consequências dessas ações e de que forma essas consequências impactam na condição de vida dos camponeses cearenses.

O manuseio do software Excel® proporcionará uma melhor visualização dos dados coletados, com cuidado de trabalhar os dados de forma qualitativa.

O Corolário da Governança e Suas Predileções

O estado do Ceará de acordo como o censo de 2010 tem 8.452.381 habitantes e segundo estimativa do IBGE para 2022 esse valor chega a contabilizar 9.286.581 habitantes. Dos quase 8,5 milhões de habitantes 6,3 milhões estão localizados na zona urbana do estado.

Segundo dados do IBGE o rendimento nominal mensal domiciliar per capita é de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais), fator que posiciona o estado do Ceará na 22ª posição entre os 27 estados do Brasil. O primeiro lugar fica com Brasília com R\$ 2.548,00 (dois mil quinhentos e quarenta e oito reais) e o segundo com o estado de São Paulo que apresentou R\$ 1.712,00 (mil setecentos e doze reais) rendimento nominal mensal domiciliar per capita.

Para dar conta da economia do estado do Ceará que apresenta IDH de 0,682 ficando na posição 17 entre os 27 estados (IBGE, 2010) o Governo do Ceará colocou como meta o aumento da receita em 6 bilhões. Essa medida faz parte da proposta do segundo mandato do Governador reeleito Camilo Santana.

Segundo notícia publicada no jornal o povo em 21 de dezembro de 2018:

A medida faz parte da reforma fiscal do Estado, que inclui gestão pelo lado da despesa, da dívida pública e previdenciária, sem aumento de impostos. O montante a ser alcançado não contabiliza receitas públicas de 2018, que, até então, segundo a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplog), já chegam a R\$ 907 milhões (O POVO, 21 de dezembro de 2018).

Além dessas medidas o estado do Ceará planeja vender 30% das ações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), vender a folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, combater a sonegação fiscal e realizar redução de despesa na folha de pagamento no valor de 1,6 bilhões, o que representa cortes nas secretarias de saúde, educação, segurança, esporte, lazer, cultura e infraestrutura.

A organização do espaço é formada pelas ações do Estado em conjunto com as atividades do circuito econômico. Dessa forma, há forte tendência para concentração com efeitos acumulativos, (SANTOS, 2004). Dentro da lógica da economia globalizada o estado do Ceará se vê obrigado a acompanhar a modernização.

Nessa perspectiva a institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, como estratégia para administração pública desenvolver políticas que priorizem os interesses empresariais, sobrepondo-se as demandas sociais (CASTRO, 2018).

O desafio na busca pela compreensão do espaço sob a perspectiva em primeiro plano da dimensão socioespacial da economia e da política no estado do Ceará, tendo como objeto empírico as empresas de economia mista que participam da administração pública de forma indireta.

Para atender aos interesses do Capital o Estado desenvolve políticas de (re)estruturação com viés produtivo, dotando de equipamentos urbanos voltados para produção e a serviço do setor empresarial. O geógrafo Milton Santos nos alerta para o fato do Estado atender aos interesses da classe dominante, ou seja, as políticas desenvolvidas pelo Estado estão a serviço do capital e pouco se faz pelas necessidades coletivas dos trabalhadores (SANTOS, 2012).

No estado do Ceará a institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, como empresa privada de economia mista, participa da administração pública de forma indireta.

Essa empresa privada de economia mista no estado do Ceará, vem desenvolvendo suas ações sempre com o objetivo de criar atrativos para que o setor empresarial desperte o interesse de investir capital no estado do Ceará, seja na atividade primária, secundária ou terciária.

Como então explicar o surgimento da ideia de colocar empresas para participarem da administração pública ainda que de forma indireta – mesmo que essa empresa tenha capital misto

assumindo caráter de Sociedade Anônima S/A? Onde e quando no decorrer da história do ser humano repousa as bases desse modelo de administração pública?

Para dar conta desses questionamentos Keynes (1978) ao tratar do individualismo e laissez-faire ele menciona o Marquês d'Argeson e o coloca como grande entusiasta do modelo em que os governos possam deixar o comércio livre. A frase que ecoa desde 1751 pronunciada pelo Marquês foi *"Pour gouverner mieux, il faudrait gouverner moins"** (Keynes, 1984, p111). Pode-se supor então que esse é o momento na história do ser humano que pela primeira vez se pensou em reduzir o tamanho do Estado.

Em encadeamento a seu raciocínio Keynes (1978) propõe o reconhecimento de entidade semiautônomas:

Creio que, em muitos' casos, o tamanho ideal de unidade de controle e organização esteja em algum ponto entre o indivíduo e o Estado moderno. Sugiro, portanto, que o progresso reside no desenvolvimento e reconhecimento de entidades semi-autônomas dentro do Estado – entidades cujo critério de ação com seus próprios campos seja unicamente o bem público, tal como das o compreendem; e de cujas deliberações estejam excluídos os motivos das vantagens particulares, embora ainda possa ser preciso deixar-lhes algum lugar até que se amplie o âmbito de altruísmo dos homens, para o proveito isolado de grupos, classes ou congregações específicas –, entidades que, no curso habitual da vida social, são basicamente autônomas dentro das limitações que lhes são prescritas, sendo porém sujeitas, em última instância, à soberania da democracia expressa através do Parlamento. (Keynes, 1978, p7).

Dessarte, é possível que empresas privadas de economia mista encontrem nas ideias que Keynes desenvolveu sustentáculos para legitimar a institucionalização e participação da administração pública mesmo que de forma indireta.

Outro fator que deve ser levando em conta é a intersubjetividade coletiva imposta no processo de colonização que regula o comportamento da elite dominante, bem como a forma como essa se vê e é vista. Dessa forma Quijano (2014) afirma que o poder se elaborou também como uma colonização do imaginário em uma relação de poder entre os dominadores e dominados.

Nessa perspectiva De Menezes (2002) fundamenta essa questão quando baseada na contribuição teórica de James C Scott sobre o discurso de autoimagem das elites que cumprem um papel social no qual determinadas obrigações devem ser impostas em relação aos dominados.

Através da racionalidade eurocêntrica se estabelece um padrão de pensamento imposto no processo de colonização, negando ao povo colonizado qualquer forma de ocupar o lugar (QUIJANO, 2014). Por conseguinte, o direito de retirar da natureza os elementos necessários para sobrevivência foram negados, mesmo atualmente a perpetuação dessa forma de pensar persiste e se adequa ao atual sistema econômico e político, assumindo a forma de empresas de economia mista que ao participarem

*PARA GOVERNAR MELHOR, DEVEMOS GOVERNAR MENOS

de forma indireta da administração pública tornam-se ferramentas a serviço do estado priorizando os interesses das grandes corporações econômicas.

Santos (2004) coloca que a política de desenvolvimento econômico é uma das formas que o Estado age em apoio ao crescimento do circuito econômico urbano, além dos incentivos fiscais, a construção de obras é outra maneira também. Dentro dessa lógica, no estado do Ceará a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE vem realizando ações que fomentam o desenvolvimento econômico, priorizando acumulação de capital.

Essa modelo de administração pública, ocorre pela necessidade de modernização para acompanhar a evolução que ocorre no mercado empresarial financeiro. Santos (2004) afirmam que de acordo com uma economia globalizada o Estado se vê obrigado a acompanhar a modernização. Logo, a criação e inserção de empresas de economia mista na administração pública, torna-se a solução facilitadora para o Estado atender os interesses do Capital.

Como resultado desse novo modelo de administração faz surgir novos atores sociais e novas relações de trabalho. Nesse sentido Rossini (2017) observou esse padrão ao desenvolver pesquisas votadas para o novo modelo de produção impulsionado pelo processo de industrialização tanto na cidade quanto no campo.

Partindo desse pressuposto temos como hipótese que as empresas de economia mista estão transformando a agricultura familiar em agricultura a serviço do capital. O surgimento de empresas privadas de economia mista que participam da administração pública de forma indireta, implementam políticas neoliberais.

Logo, as decisões administrativas priorizam os interesses das grandes corporações sobrepondo-se as demandas sociais (Harvey, 2005). Além do mais, seguindo a lógica de acumulação do capital, há um desmonte das capacidades de produção menos rentáveis dentro do processo de produção do espaço geográfico (KURZ, 2015). É possível notar o discurso que empobrece a agricultura familiar colocando-a como atrasada ao mesmo tempo que enaltece a produção agrícola dentro da lógica de acumulação capitalista (FERNANDES, 2014).

Ao abordar a estrutura organizacional do estado do Ceará em sua política de desenvolvimento econômico materializada em incentivos fiscais e reestruturação do Estado é de fundamental importância para compreender o desenvolvimento de políticas estruturantes (GONÇAVES Et All, 2016).

Nessa continuidade, a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, se tornou o caminho pelo qual o Governo do Estado do Ceará vem priorizando os interesses das grandes

corporações em detrimento às demandas sociais(SANTOS, 2014), casando desfortúnio para uma parcela da população que compõe as forças produtivas menos rentáveis (KURZ, 2015).

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE é constituída de uma sociedade de economia mista sob o controle acionário do estado do Ceará, fundamentada na Lei N° 13.960, de 04 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 10 de setembro de 2007. Vinte e quatro dias depois da instituição da N° 13.960 a Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE foi constituída, exatamente no dia 28 de setembro de 2007.

Por estar vinculada diretamente ao Conselho Estadual de Desenvolvimento do Ceará a ADECE participa de forma indireta da administração pública. Essa empresa de economia mista vem participando ativamente das grandes obras estruturantes do estado do Ceará: Cinturão da Águas do Ceara – CAC, duplicação da CE 293 e pavimentação da CE 292. Nessas obras, o grupo composto de Diretores da ADECE buscou por meio de diálogos com o poder público, tanto Estadual quanto Federal, destravar aplicação de recursos financeiros para continuação dessas obras.

A partir dessa perspectiva cria-se um discurso de desenvolvimento que perpassa pela busca de solução da problemática de escassez hídrica do estado do Ceará mas que ao final apenas atende aos das grandes empresas. (GONÇALVES:OLIVEIRA, 2009).

Como pode ser observado o caminho a ser percorrido requer implementação de políticas territoriais que priorizem todas as forças produtivas incluindo as menos rentáveis. Para tanto, faz-se necessário ações governamentais isonômicas, isto é, que proporcionem imparcialidade, justiça e regularidade.

De acordo com DE OLIVEIRA SANTOS e LIMA o estado do Ceará vem sendo conduzido por políticas neoliberais nos últimos vinte anos.

O projeto de modernização do território cearense, levado a efeito pela liderança política neoliberal dos últimos vinte anos, associada aos interesses privados, optou claramente por uma integração excludente do território cearense ao sistema-mundo: integrou-se apenas o “Ceará moderno” ao mundo globalizado. (DE OLIVEIRA SANTOS:LIMA. 2012, p 68)

Logo, esse tipo de política pública vem dando condições para que as empresas de economia mista, com sua lógica neoliberal capitalista, tentem instalar no território cearense um modo de produção agrícola diferente.

Dessa forma as empresas de economia mista vêm buscando substituir a agricultura familiar por uma agricultura a serviço do capital. Para Fernandes (2014) a agricultura campezina e familiar são o mesmo sujeito.

Portanto, todo conjunto de ideologias jogados sobre a agricultura familiar tornando-a pobre e sem lucratividade faz parte da lógica neoliberal capitalista. De acordo com Vasconcelos e Lima

Esse é um dos aspectos que reforça o fato de o espaço cada vez mais receber fluxos e influenciar a reestruturação, com as inovações da técnica, com a desenfreada busca por acumular capital e satisfazer o consumismo. É isso que revela a crise global do sistema produtivo, com mudanças nas relações de trabalho, influenciando a sociedade na reconstrução do espaço [...]. (VASCONCELOS:LIMA, 2011, p108).

Nesse sentido, há também a necessidade de representatividade das forças produtiva menos rentáveis nos locais de tomada de decisão que estão para além das reuniões de associações ou comitês, bem como reunião administrativas para aprovação de PPA (Plano Plurianual) que só servem para legitimar política públicas excludentes em razão do pouco esforço do poder executivo na divulgação dessas reuniões assim como na explicação de sua importância.

O Decreto N° 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, que consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) sete dias depois, precisamente no dia 15 do mesmo mês e ano. Dá fundamento legal às políticas de incentivos fiscais no Ceará.

Logo no Capítulo I, Artigo 2° podemos perceber o objetivo pertinente à criação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI. Centrados em atração de investimento, disponibilização de infraestrutura, apoio e treinamento e/ou capacitação de mão-de-obra qualificada.

Sobre as origens dos recursos financeiros necessários para aplicação do plano de desenvolvimento econômico, sua fundamentação repousa no Capítulo II Artigos 5° e 6° do Decreto N° 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, assegurando que: a) o Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI reterá 3% dos recursos destinados às empresas contempladas com recursos financeiros, b) a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE receberá 1%, o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Ceará –FIT receberá 1,5% e o Fundo de Investimento Industrial do Ceará – FDI ficara com 0,5%, c) as Empresas que optam pelo Simples Nacional, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, fundamentadas na Lei Complementar N° 123/06, não poderão usufruir dos benefícios previstos no Decreto N° 29.183/08, por serem mencionadas no Capítulo III desse decreto.

As políticas de incentivos fiscais do Ceará oferecem no máximo até 75% de isenção de ICMS com prazo do benefício de 5 a 10 anos podendo ser renovado e carência de 36 meses.

Para receber o benefício as empresas têm que apresentar os documentos citados no Capítulo 6°, Artigo 26: Certidão Negativa de Débito Estadual – CNDE da sociedade empresarial e de seus representantes legais, Declaração de Informações Econômico-Fiscal – DIEF, Documento de

Arrecadação Estadual – DAE autenticado relativo ao período imediatamente anterior e Quadro Demonstrativo da Produção Física.

Na aquisição de máquinas, equipamentos e peças metálicas para compor o ativo permanente da empresa, adquiridos no exterior ou em outros estados ocorre diferenciamento na tributação do ICMS, além da isenção total de impostos para aquisição no exterior de matéria-prima e insumos, para utilização no processo industrial.

O Estado vem promovendo reestruturação do espaço geográfico voltada para o apoio às grandes empresas tanto na construção da infraestrutura que essas empresas necessitam, como através de uma política de incentivo fiscais. Milton Santos coloca muito bem essa situação quando escreveu:

Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento e o desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida a concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infra-estruturas caras, a formação profissional, a produção das indústrias de base, os subsídios a produção e a exportação e todas as formas de acordo com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e plano de desenvolvimento. Tudo isso certamente reduz a capacidade de investimento dos Estados nacionais nos setores que interessam diretamente à população. (SANTOS 2004, p.161-162).

O ponto destinado à cultura será considerado se forem feitos investimentos em aparelhos culturais, investimentos em patrimônio material, investimentos em patrimônio imaterial, tecnologia aplicada à cultura, investimentos fonográficos, investimentos audiovisuais, investimentos musicais, acervos e outros. Já o ponto destinado ao esporte será considerado se houver investimentos no esporte que favoreçam famílias de baixa renda.

A Ilha Digital é constituída de prédio com uma sala que fornecerá serviço de internet para a população da cidade onde a empresa está instalada. O ponto só será contabilizado se a empresa montar e manter o serviço.

Para cada 1% do ICMS a recolher investido em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), serão concedidos cinco pontos, valor máximo para a variável P₅, que serão reconhecidos e validados pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).

Adequabilidade a Base de Produção Regional representada pela variável P_e concede até 30% da soma de P₁+ P₂ + P₃ + P₄, para os empreendimentos cujas atividades representem avanços concretos na consolidação de setores econômicos que apresentem relevância estratégica para o desenvolvimento da região onde os referidos empreendimentos pretendem se instalar, definidas a critério do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará – CEDIN.

Por fim se o resultado final de I_T for igual ou menor que 75 pontos a empresa receberá 25% de retorno no ICMS, entretanto se o resultado for superior a 75 pontos será aplicado uma equação final que apontara o percentual de retorno do ICMS.

O prazo do benéfico é estabelecido de acordo com a pontuação obtida se o resultado for maior que 50 pontos será concedido um prazo de 10 anos, se o resultado estiver entre 35 a 49 o prazo será de 8 anos e se a pontuação for menor que 35 será dado um prazo de 5 anos.

Tendo em vista esse conjunto de leis que organizam a concessão de incentivos fiscais para instalação de empresas no estado do Ceará, o agronegócio cearense vem crescendo no Estado.

Considerando o recorte temporal entre 2006 e 2015 para comparar o avanço da produção de bananas em Missão Velha – CE torna-se de grande relevância averiguar a produção pretérita ao plantio de banana nessa região. Partiu-se do princípio de que a produção de milho, amendoim, feijão, cana-de-açúcar e mandioca estava voltada para atender à demanda de subespaços. Já a produção de bananas está inserida dentro do circuito espacial produtivo, atendendo aos interesses econômicos distantes das unidades de produção localizadas em Missão Velha no interior do estado do Ceará.

TABELA 01 – MISSÃO VELHA – CE: COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE MILHO, AMENDOIM, FEIJÃO, CANA-DE-AÇÚCAR, MANDIOCA E BANANA ENTRE 2006 E 2015 (EM TONELADAS)

Produto Agrícola	2006 Produção(t)	2015 Produção(t)	Varição da Produção entre 2006 e 2015
Milho	12960	2864	-77,90%
Amendoim	264	64	-75,76%
Feijão	1238	996	-19,55%
Cana-de-açúcar	48000	6440	-86,58%
Mandioca	2000	1730	-13,50%
Banana	10325	89760	+769,35%
Total	76793	103869	+35,25%

Fonte: PAM/IBGE. 2022

Elaboração e Organização: CASTRO, 2022

A tabela 01 foi elaborada a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal de 2006 e 2015 com objetivo de possibilitar a comparação da produção entre esses dois períodos.

No ano de 2006 a produção de milho contabilizava 12.906 toneladas, nove anos depois essa produção caiu 77,90%. Acompanharam essa queda os gêneros alimentícios: amendoim (264t), feijão(1.238t) e mandioca(2.000t) com perdas percentuais de 75,76%, 19,55% e 13,50% respectivamente. Com a desativação no ano de 2004 da Usina de cana-de-açúcar Manoel Costa Filho, localizada no limite municipal entre Barbalha e Missão Velha, a produção de cana-de-açúcar em Missão Velha – CE até o ano de 2006 era apenas para produzir rapadura e açúcar nos engenhos localizados em Barbalha. Essa produção sofreu a maior queda com a diminuição de 86,58%.

Entretanto, a produção de banana, no período de 2006 a 2015, teve aumento de 10.325 para 89.760 toneladas o que representa uma variação positiva de 769,35%. A exemplo do que observou Elias

(2003) na região de Ribeirão Preto as transformações na produção estão diretamente ligadas ao consumo produtivo.

TABELA 02 – BRASIL: OS 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS EM 2015

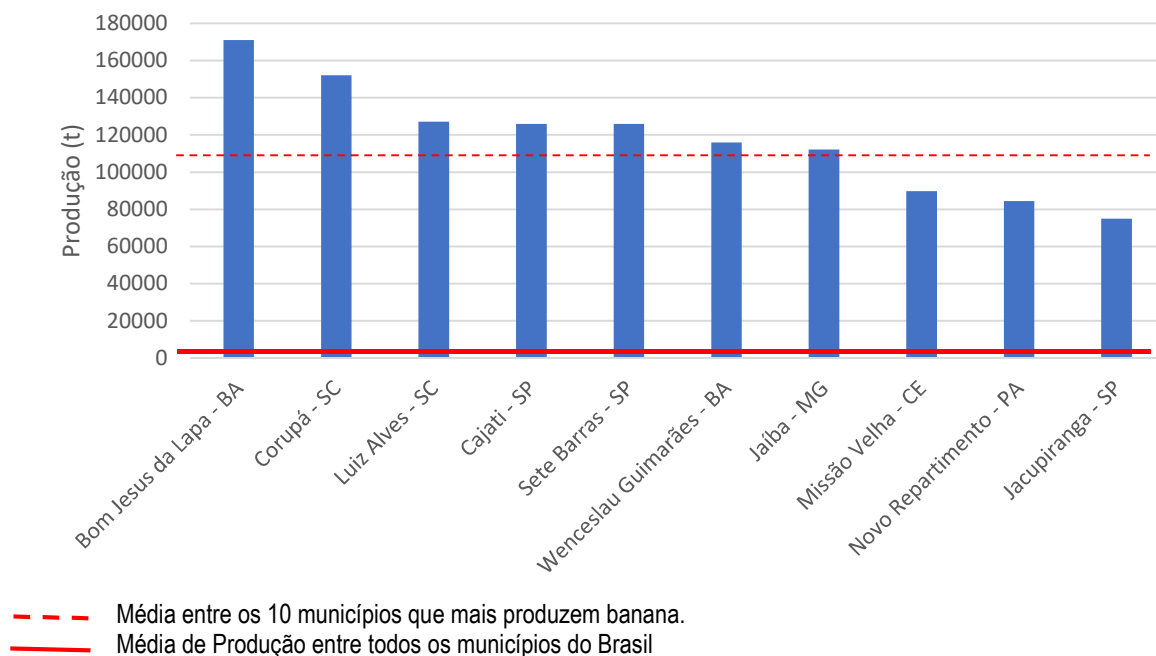
Município	Quantidade Produzida (t)	Área colhida (ha)	Rendimento médio da produção (kg/ha)	Valor da produção (Mil Reais)
Bom Jesus da Lapa - BA	171.000	8.500	20.118	234.270
Corupá - SC	152.014	5.312	28.617	59.474
Luiz Alves - SC	127.100	4.100	31.000	69.905
Cajati - SP	126.000	4.500	28.000	107.100
Sete Barras - SP	126.000	4.200	30.000	88.200
Wenceslau Guimarães - BA	115.900	6.100	19.000	93.879
Jaíba - MG	112.120	5.206	21.537	116.100
Missão Velha - CE	89.760	2.815	31.886	78.928
Novo Repartimento - PA	84.500	6.500	13.000	95.485
Jacupiranga - SP	75.000	3.000	25.000	63.750

Fonte: PAM/IBGE, 2022
Elaboração e Organização: CASTRO, 2022

A tabela 02 compara os municípios produtores de banana no ano de 2015, através dos dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal 2015. Depois de uma exaustiva busca, averiguando a produção municipal de banana de cada Estado, foi possível elaborar uma tabela com dez municípios que mais produzem banana no Brasil. Em primeiro lugar temos Bom Jesus da Lapa localizado na Bahia com uma produção de 171.000t (cento e setenta e uma mil toneladas), na segunda posição vem Corupá no Estado de Santa Catarina que produz 152.014t (cento e cinquenta e duas mil e quatorze toneladas), em terceiro lugar na região sul do país, Luiz Alves localizado em Santa Catarina com uma produção de 127.100t (cento e vinte e sete mil e cem toneladas), na quarta posição Cajati localizada no Estado de São Paulo e sua produção é também de 126.000t (cento e vinte e seis mil toneladas), no quinto lugar também com produção de 126.000t (cento e vinte e seis mil toneladas), Sete Barras que fica em São Paulo, em sexta posição temos Wenceslau Guimarães que apresenta produção de 115.900t (cento e quinze mil e novecentas toneladas), em sétima posição Jaíba em Minas Gerais com uma produção de 112.120t (cento e doze mil e cento e vinte toneladas), a oitava posição está ocupada pelo município de Missão Velha no estado do Ceará com uma produção de 89.760t (oitenta e nove mil, setecentos e sessenta toneladas), o nono lugar ficou com o município de Novo Repartimento localizado no Pará 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentas toneladas) e por último ocupando a décima posição o município de Jacupiranga localizado

no Estado de São Paulo, cuja produção contabiliza 75.000t (setenta e cinco mil toneladas). O gráfico nº 3 mostra a produção de banana desses dez municípios.

GRÁFICO 01 – BRASIL: OS 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR PRODUÇÃO EM TONELADAS DE BANANAS EM 2015



Fonte: PAM/IBGE, 2022
Elaboração e Organização: CASTRO, 2022

Ao considerar a produção dos dez municípios que mais produzem banana no Brasil, organizados no gráfico nº 01 (Brasil: Os 10 Municípios Com Maior de Produção em Toneladas de Banana em 2015), encontramos a média de 117.939t (cento e dezessete mil novecentos e trinta e nove toneladas) mas ao adicionarmos todos os municípios do Brasil a média cai para apenas 2.115t (duas mil cento e quinze toneladas).

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal de 2015 entre os 3.238 (dois mil duzentos e trinta e oito) municípios produtores de banana dispersos nas 27 Unidades da Federação Missão Velha está entre os dez que mais produz banana ocupando a posição número oito.

A forma como as relações de produção do espaço vem ocorrendo seguindo a lógica de acumulação do capital, evidencia o desmonte das capacidades de produção menos rentáveis dentro do processo de produção do espaço geográfico (KURZ, 2015). Como consequência o discurso que empobrece a agricultura familiar colocando-a como atrasada ao mesmo tempo que enaltece a produção agrícola dentro da lógica de acumulação capitalista (FERNANDES, 2014), transforma o território sobretudo no campo para atender as grandes corporações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE em 21 de outubro de 2007 fundamentada na Lei N° 13.960 de 04 de setembro de 2007 foi de fundamental importância para as ações do Estado que priorizaram interesses empresariais em vez das demandas sociais.

Nesse sentido, as transformações territoriais no campo surgem como consequência da ação participante da empresa de economia mista identificada como Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, que sustentadas por leis que regulamentam e legitimam seu funcionamento, servem como instrumento para gerenciar os interesses das grandes corporações a serviço do Capital.

Ademais, o discurso midiático que coloca a atividade agrícola no modelo empresarial no palco do mercado reflete a continuação do modelo de colonização imposta, sobretudo como nos lembra Quijano (2014) ao afirmar que o poder se elaborou também como uma colonização do imaginário em uma relação de poder entre os dominadores e dominados.

Por conseguinte, ocorre um processo de desmonte das forças produtivas menos rentáveis (KURZ, 2015) sustentadas por um discurso de que a agricultura camponesa é obsoleta como nos lembra Bernardo Mançano (FERNANDES, 2014). Faz-se necessário (re)considerar os impactos socioeconômicos casado pelo atual modelo de desenvolvimento político e econômico, para que seja possível incluir a agricultura camponesa, fazendo com que o agricultor e a agricultora também tenham garantido o seu espaço.

REFERÊNCIAS

CAMILO SANTANA agora promete cumprir reforma fiscal sem aumento de impostos. Jornal O Povo, Fortaleza, 20 de jun. de 2018. Disponível em: < <https://www20.opovo.com.br/acervo/>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

CASTRO, Cicero Luciano Ferreira de. A (re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha - Ceará. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-22032019-133541. Acesso em: 2022-05-23.

CEARÁ. Decreto N° 29.183 de 8 de fevereiro de 2008. Consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 15 de fevereiro de 2008, série 2 Ano XI N° 031° Caderno Único. p. 1-6.

DE MENEZES, Mariilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 21, n. 1, p. 32-44, 2002.

DE OLIVEIRA SANTOS, Elizete; LIMA, Luiz Cruz. REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE: SERVIÇOS MODERNOS EM EVIDÊNCIA NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS (Sociospatial restructuring in cearense territory: modern services in evidence in dynamic subspaces). Acta Geográfica, v. 6, n. 13, p. 59-76, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina¹. Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), p. 19, 2014.

GONÇALVES, Claudio U.; OLIVEIRA, Cristine F. de. Rio São Francisco: As águas correm para o mercado. Revista Boletim Goiano de Geografia (Goiânia. Online). V. 29, n.2, 113-125, 2009

GONÇALVES, Claudio Ubiratan et al. Região, Regionalização e Políticas Territoriais: Escalas, Experiências, Atores. Revista da ANPEGE, v. 12, n. 18, p. 57-76, 2016.

HARVEY, David. Produção Capitalista Do Espaço, A. Annablume, 2005.

KEYNES, John Maynard. Economia /organizador (da coletânea Tamás Szmrecsányi). São Paulo: Ática, 1984.

_____. O fim do laissez-faire. John Maynard Keynes. São Paulo: Ática, 1978.

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial. Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas En Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder: antología esencial. p. 757-775, Clacso, 2014.

ROSSINI, Rosa Ester. O rural e o urbano/a cidade e o campo: suas relações com a força de trabalho e com a terra no estado de São Paulo e no Brasil de ontem e de hoje. Revista Rural & Urbano, v. 2, n. 1, 2017

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido. 2ª edição. Edusp. São Paulo 2004.

_____. A Metamorfose do Espaço Habitado. Edusp, 2012

_____. A Natureza do Espaço. 4ª edição. Edusp. São Paulo 2014.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; LIMA, Luiz Cruz. A reestruturação socioespacial como aporte metodológico de análise do território cearense. Formação (Online), v. 2, n. 18, 2011.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI

Rafael Aubert de Araújo Barros

RESUMO:

Manuel Correia de Andrade(1922-2007) renomado geógrafo e historiador da região do nordeste brasileiro, produziu durante mais de 50 anos de atividades acadêmicas um corpo de obras acadêmicas centrado no estudo multidisciplinar dos problemas e das questões que eram pertinentes aos trabalhadores Nordestinos. O presente trabalho tem como objetivo central estudar a atualidade e aplicabilidade do diagnóstico elaborado por Manuel Correia de Andrade quanto à questão agrária, focando principalmente no estabelecimento da interpretação do autor e nos impactos das mudanças ocorridas na década de 2010 sobre as relações de produção e o posicionalmente dos trabalhadores perante a propriedade e distribuição das terras. Na execução de tal propósito, serão explanadas seis seções, cada uma com objetivos específicos, a saber: (I) uma breve introdução; (II) As terras do nordeste: delimitações de uma região; (III) Lutas camponesas no Nordeste: A interpretação de Manuel Correia de Andrade; (IV) A reforma agrária em debate; (V) Estrutura fundiária no século XXI e por fim (VI) Algumas considerações finais.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Manuel Correia de Andrade, Nordeste; Economia Regional; Planejamento Regional.

ABSTRACT:

Manuel Correia de Andrade (1922-2007), renowned geographer and historian of the Brazilian northeast region produced during more than 50 years of academic activities a body of academic work focused on the multidisciplinary study of the problems and issues that were relevant to the Northeastern workers. The main objective of the present work is to study the relevance and applicability of the diagnosis elaborated by Manuel Correia de Andrade regarding the agrarian question. Focusing mainly in establishing the author's interpretation and on the impacts of the changes that occurred in the 2000s and the position of workers in relation to land ownership and distribution. In carrying out this purpose, six sections will be explained, each with a specific objective, namely: (I) a brief introduction; (II) The lands of the northeast: delimitations of a region; (III) Peasant struggles in the Northeast: The interpretation of Manuel Correia de Andrade; (IV) The agrarian reform under debate; (V) Land structure in the 21st century and finally (VI) Some final remarks.

Keywords: Agrarian Reform; Manuel Correia de Andrade, Northeast; Regional Economy; Regional Planning.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária, como um conjunto de programas e medidas voltadas à transformação da estrutura fundiária nas regiões camponesas do Nordeste Brasileiro, foi, e ainda é, um profícuo objeto de estudo de diversos economistas, geógrafos, historiadores e sociólogos, que visam compreender os freios e barreiras ao desenvolvimento econômico da região. Durante a segunda metade do século XX, o debate centrado nas formas das políticas econômicas capazes de realizar um processo de desconcentração da propriedade de terras do Nordeste teve significativa difusão, guinada pelas ações de instituições como a SUDENE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como pelas contribuições de estudiosos proeminentes como o economista Celso Furtado, o sociólogo Francisco de Oliveira e do geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade. O consenso formado entre instituições e intelectuais foi que o Nordeste teria de alterar a sua distribuição de propriedade de terra, reduzindo a significância dos grandes latifúndios perante as médias e pequenas unidades produtoras da agricultura e pecuária. A reforma agrária foi concebida um passo fundamental para superar as mazelas sobre o povo Nordestino. Essa criaria um ambiente socioeconômico capaz e pronto a deixar as formas arcaicas de produção que se perpetuaram desde o processo de ocupação das terras coloniais.

Quanto aos estudos da questão agrária, Manuel Correia de Andrade traz à tona um diagnóstico das relações econômicas no Nordeste focando nas interações entre os trabalhadores e os espaços rurais e urbanos. Andrade observa que processos de industrialização e avanços técnicos da agropecuária impactaram sobre a vida dos trabalhadores no campo e nas cidades, sendo tais fenômenos processados pelas peculiaridades regionais, de forma a gerar um movimento migratório no sentido do campo à cidade, que levou à formação de uma população trabalhadora marginalizada. Em obras como: *A Terra e o Homem no Nordeste*; *Aceleração e Freios ao Desenvolvimento Brasileiro*; *Cidade e o Campo No Brasil e O Planejamento e o Problema Agrário no Brasil*, Andrade elabora os seus diagnósticos sobre a reforma agrária de forma contínua dando sempre ênfase a como as transformações econômicas, sociais e políticas, sejam elas de origens endógenas ou exógenas, impactam sobre a vida dos trabalhadores e como esses interagem com as Terras do Nordeste.

Considerando os contextos acima mencionados, cabe agora indagar sobre os desdobramentos mais recentes das questões relacionadas a distribuição das terras efetivamente utilizadas na agropecuária. O último censo realizado pelo IBGE em 2017 pinta um retrato de estabilidade da estrutura fundiária em todo o Brasil, destacando o Nordeste pelo seu maior número de estabelecimentos agropecuários com porte de até 50 hectares, no entanto é também a região com os mais elevados índices de concentração de terras. O fenômeno de muitos estabelecimentos pequenos com pouca área ocupada

e poucos latifúndio com grande representação nas terras utilizadas não é algo novo mas é algo que se perpetua ao longo da história do Nordeste, isso “é evidenciado por Andrade no capítulo 2 de *A Terra e o Homem no Nordeste* no qual ao se observar os dados do INCRA o autor aponta que “ (A concentração fundiária) é consequência do caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina, caráter este que se manifestou desde de o início da colonização(...)”(ANDRADE, 2011, p. 64).

A estabilidade da estrutura fundiária não deve se confundir com a ausência de mudanças, a formação econômica do Nordeste brasileiro, assim como qualquer história está sempre no meio de processos de transformação que culminam e iniciam novas mudanças baseadas nos resultados passados. Na segunda metade do século XX, houve a modernização agropecuária guiada em não pequena parte pelas instituições governamentais que interviram de maneira a garantir a substituição elementos do antigo modo de produção por um modelo novo de ver o estabelecimento rural dentro de uma lógica capitalista moderna e integrada. Entretanto, como mostrou Andrade em seu livro *Modernização e pobreza*, os esforços realizados pelas instituições de planejamento do desenvolvimento, sob a égide dos governos autoritários militares, focaram no aspecto técnico da produção, com medidas voltadas a garantir a viabilidade econômica da expansão de indústria açucareira pondo em segundo plano as transformações sociais que tal modernização traria, nessa época intensificou-se o êxodo rural como resultado da substituição do trabalhador pela máquina.

Quando se trata da questão da distribuição das terras é necessário começar pelo escopo do estudo. Afinal não se pode tratar das lutas pelas terras do Nordeste sem estabelecer primeiro o que é considerado o espaço do Nordeste Brasileiro, quais são as terra compõem essa região e como o Andrade considera sua formação.

As terras do nordeste: delimitações de uma região.

O Nordeste Brasileiro pode ser categorizado de diversas formas, como região problema devido ao seu alto nível de desigualdade social, como região condicionada pelo polígono das secas ou como um mosaico formado por diversos territórios econômicos interligados que em suas buscas individuais pelo domínio econômico, social, cultural e político transformam as passagens naturais ao longo do espaço que se estende do sul da Bahia ao Oeste do Maranhão. É nessa realidade, de uma região diversa, que, no decorrer do século XX foram estabelecidas várias delimitações das fronteiras Nordestinas. Manuel Correia corrobora tal amplitude de formas de interpretar o Nordeste ao escrever que:

Na realidade, conforme o aspecto abordado e o ponto de vista em que se coloca o autor, o Nordeste é apontado ora como área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvidas devido à baixa renda *per capita* dos seus

habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala Manuel bandeira em seu poema *Evocação do Recife*.”(ANDRADE, 2011, p. 35)

No parágrafo acima Andrade expressa a ideia de que dependendo do olhar do intérprete e qual aspecto esse esteja tratando, o nordeste brasileiro se apresentará de forma distinta. Entretanto, há um ponto levantado que precisa ser destacado, esse sendo, a noção de que as diferentes interpretações foram, ao longo da formação econômica da região, um fator decisivo para a alocação de verbas e criação de políticas dedicadas a tratar do que seriam considerados as principais mazela que assolam os Nordestinos. Dentro dessa multiplicidade de delimitações se destacaram as estabelecidas por órgãos de pesquisa e desenvolvimento de políticas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Banco do Nordeste e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O Nordeste brasileiro entendido como é hoje, dividido em seus 9 estados, com extensão total de 1.553.927 Km², já teve seus limites espaciais alterados. O IBGE após ter sido instaurado e efetivado em 1936 levou 5 anos para delimitar, pela primeira vez, as grandes regiões do Brasil, dividindo a nação 5 grandes regiões compostas de diversas zonas fisiográficas. Nesse primeiro esforço de realizar o agrupamento dos espaços do Brasil o IBGE considerava a região Nordeste como aquela área composta pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o Território Federal de Fernando de Noronha. O processo de adoção da atual configuração durou até 1968, tendo coexistido a divisão oficial do IBGE com outras de instituições como a SUDENE que abarcava em seu planejamento a área do norte de Minas Gerais ao Maranhão (ANDRADE, 2011). Dessa forma, ao tratar das questões referentes às lutas pela propriedade da Terra, é importante ter em mente que mesmo as macrorregiões se alteram com o passar do tempo. É de suma importância para qualquer debate sobre as questões agrárias estabelecer o objeto de estudo fazendo sempre alusão as suas características econômicas, geográficas, sociais e históricas.

Quanto às condições naturais, Andrade parte da base de termos empregadas por por André Cholley em seu guia para estudantes de geografia apontando a confluência dos fatores naturais, econômicos, sociais e políticos na formação das paisagens do Nordeste (Andrade, 2011). Admitindo a natureza multifacetada das influências de diversos fenômenos na formação do mosaico é possível destacar desses os toques que as relações de trabalho e propriedade das terras têm sobre os espaços consolidados da região. Por exemplo no litoral ocidental, mais especificamente do leste Sergipano ao nordeste do Rio Grande do Norte, existe uma extensa área dedicada a produção da cana-de-açúcar que domina o espaço de maneira quase que ininterrupta, somente cedendo terras a pequenos sítios de agropecuária familiar de pequeno porte, assentamentos cedidos pela força de ação governamental e atividades de estabelecimentos da agropecuária sem porte suficiente para ameaçar a hegemonia do

açúcar. No entanto, não se pode dizer que há uma homogeneidade em todos os aspectos geográficos dentro da área de ocupação da cana, mas sim que nessa se sobressai um elemento comum, sendo esse elemento os mares de cana das colinas e tabuleiros do Nordeste.

Com a ação do homem trabalhador rural sobre a terra Andrade categoriza quatro subdivisões para os espaços do Nordeste. Sintetizando da seguinte forma:

Daí podemos, em um ensaio de síntese como este sobre o Nordeste, dividi-lo em quatro grandes regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, dando às mesmas os nomes consagrados pela tradição: Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. (ANDRADE, 2011 p.38)

Tal agrupamento encontrado em sua obra estruturante “A Terra e o Homem No Nordeste” esclarece qual a abrangência e contextualização que devem ser consideradas ao se pretender estudar as disputas por terra dentro das obras de Manuel Correia, já que as lutas dos trabalhadores teriam que ocorrer dentro dos espaços dessa subdivisão. Assim sendo as confluências de fenômenos de natureza social, econômica, política e geográfica terão consequências específicas para cada sub-região e refletirão tais especificidades nas questões distributivas das terras. Afinal um hectare de terra na Mata terá produtividade distinta de um hectare no Sertão.

Lutas camponesas no Nordeste: A interpretação de Manuel Correia de Andrade

A terra na economia política é considerada um dos três fatores essenciais para realizar a produção de uma nação, quando associada ao trabalho, segundo fator produtivo, tem em seus frutos mercadoria essencial a sobrevivência de qualquer nação. Quando se acrescenta o terceiro tipo de fator produtivo, o capital, a ampliação da produtividade do trabalhador da terra permite ao proprietário da terra lançar mão de um excedente crescente com utilização de um número cada vez menor trabalhadores. É do processo de configuração da exploração do trabalho do camponês, ou seja, do trabalhador que ativa e extrai os frutos da terra (ANDRADE, 2000), que surgem as principais fontes de tensão entre as classes sociais dominantes e as dominadas no campo. Isso ocorre porque o camponês pode ou não ser o proprietário das terras que cultiva, sendo-lhe negado, quando não for dono das terras, o acesso a parcelas significativas da riqueza que produz.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a cadeia produtiva da cana-de-açúcar passou por um processo de modernização e mecanização de sua produção. Cooptando iniciativas de instituições como a SUDENE e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) a burguesia rural foi capaz de consolidar um processo de longa data no qual visava transformar os trabalhadores camponeses em trabalhadores assalariados totalmente destituídos das poucas terras que lhe eram cedidas. Tal transformação causou sequelas nas estruturas econômicas e sociais do Nordeste, as quais, ainda hoje, tem impacto direto no cotidiano do trabalhador rural e no desenvolver das cidades. É desse processo de transformação do

camponês em trabalhador assalariado, acompanhado de mecanização da produção, que surgem as principais forças intensificadoras do êxodo rural e do crescimento descontrolado das cidades. Sobre tal transformação do trabalho nos campos do Brasil, Octavio Ianni aponta que:

Do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor de força de trabalho. Em outras palavras, do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o camponês) e a propriedade dos meios de produção. Talvez se possa dizer que a ocasião em que o proletário aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que já não possui, nem real nem imaginariamente, os meios de produção. (IANNI, p. 132)

Os camponeses destituídos buscaram melhores condições de vida nas cidades que se tornaram os centros de atração dos movimentos migratórios e cresceram sem poder assimilar a população imigrante a seus processos produtivos. Com isso surgiram diversos bairros em regiões marginais das cidades com grande representação populacional. Um exemplo claro disso é a formação do Bairro do Benedito Bentes em Maceió no estado de Alagoas, esse bairro representa 4% do território da cidade, mas que é habitado por 200 mil habitantes representando 18,97% da população maceioense.

Andrade interpretou essa transformação do trabalho camponês livre no trabalho assalariado como uma repressão aos movimentos reivindicatórios que surgiram com as formações das ligas camponesas e com desenvolvimento uma maior capacidade de organização dos trabalhadores estimulados pelo antigo Partido Comunista Brasileiro(PCB). Sobre isso Andrade relata:

As primeiras associações, chamadas de Ligas Camponesas, foram organizadas pelo então Partido Comunista do Brasil, no período em que ele esteve na legalidade, e reprimidas depois da cassação do registro do partido. Após a Segunda Guerra Mundial. Com o estímulo dado ao aumento da capacidade de produção das usinas, os usineiros expandiram os canais para alimentar a demanda das novas moendas. Essa expansão restringiu a concessão de terras, sob a forma de sítios, aos moradores e causou seu desalojamento dos engenhos e usinas, provocando a intensificação do êxodo rural e o conseqüente crescimento das cidades e vilas. (ANDRADE, 1994, p.207)

As classes dominantes rurais visando a manutenção de suas posições no *status quo* suprimiram as iniciativas organizacionais dos camponeses sob a égide do governo autoritário militar do pós golpe de 1964. Justificados por uma busca pela eliminação das heranças feudalistas coloniais que mantinham o agronegócio nordestino com baixa rentabilidade os proprietários dos meios de produção lançando mão de recursos advindos dos cofres públicos, realizaram uma reestruturação agrária visando estabelecer um modelo de produção capitalista moderno no campo. Nesse predomina o grande latifúndio voltado a produção para o mercado externo e com maior exploração das forças de trabalho, cujo ténue elo com as terras do Nordeste ficará cada vez mais comprometido. Andrade vivenciou tal movimento das classes dominantes e já em 1984 descreveu a implementação desse novo modo de produção:

(...),o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas do Terceiro Mundo, induzida por programas elaborados nos países do Primeiro Mundo e em função do interesse desses países, que desejam adquirir os produtos agrícolas a preços baixos e vender insumos, vem contribuindo para uma especialização regional voltada para o mercado externo ou para o mercado das regiões mais desenvolvidas do próprio país, em detrimento tanto dos produtores como das classes mais pobres da região.(ANDRADE, 1984, p.27)

Sobre as políticas agrárias foram uma ferramenta fundamental de modernização das capacidades produtivas das principais atividades da agropecuária voltadas a exportação, sendo que também tiveram papel de enfraquecer a ligação do trabalhador com as terras mais produtivas do Nordeste, causando um duplo efeito de expansão das capacidades produtivas com revitalização dos poderes tradicionais regionais sobre o controle das terras. Essa é uma herança que assola os pequenos e médios produtores rurais até os dias de hoje, os camponeses, agora trabalhadores assalariados, habitantes das cidades e vilas do interior do agreste e do sertão estão completamente desconectados do mais abundante e frutífero fator produtivo. O resultado então foi uma política agrária que embora tenha expandido as fronteiras da agropecuária, incorporando terras antes tidas como inutilizáveis ou não rentáveis, concentrou as terras mais produtivas nas mãos dos grandes latifúndios. Assim Andrade aponta que:

Ao desenvolver a política agrária no Brasil (primeira metade do século XX) partiu-se do princípio de que só a grande agricultura era rentável, o que vinha confirmar a ideologia dos grandes produtores agrícolas que controlam a produção desde a época colonial, e de que se deveria, conseqüentemente, intensificar a utilização do fator capital e beneficiar a grande empresa. Admitia-se que para o trabalhador rural a condição de assalariado, gozando de uma série de direitos já concedidos ao trabalhador urbano – férias, aviso prévio em caso de demissão, contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aposentadoria na velhice ou por invalidez etc. – era melhor do que o fortalecimento de uma pequena agricultura camponesa que, produzindo em pequena escala, não podia concorrer com a grande empresa, moderna, capitalista. (ANDRADE, 1979, p.41)

É nesse contexto, de modernização e expansão das formas de utilizar as terras menos produtivas que lutas camponesas pelo direito a propriedade das terras mais produtivas, localizadas nas regiões da zona da mata e do agreste, tiveram sua legitimidade questionadas e foram suprimidas. Com processo de redemocratização as lutas pelos meios de produção aconteciam em um contexto diferente daquele da década de 1960, embora os latifundiários, os usineiros e os agentes políticos continuassem suas dinastias hereditárias o controle exercido sobre as terras se reconfigurou para incorporar a figura da empresa capitalista moderna, surgiu o agronegócio dominante e impassível cujo objetivo era a geração de lucros para manutenção da empresa rural que tomaria a forma de engenho açúcar, usina de álcool, fazenda de criação de gado bovino, caprino ou bufalino. Ao “modernizar” a agricultura tirando-lhe dela o caráter extensivo da exploração de trabalho e usando de máquinas para explorar o excedente rural com maior intensidade os donos da terra conseguiram liberar com maior facilidade a riqueza produzida pela terra, permitindo uma maior capacidade de reorganização das atividades dominantes por

toda a região do Nordeste. Assim nos anos finais da década de 1990 e durante toda a década de 2000 o agronegócio expandiu e se diversificou mantendo constante a estrutura fundiária concentrada.

Em 1994 Manuel Correia já apontava para o papel das inovações tecnológicas como agentes de perpetuação das estruturas de exploração do trabalho e de concentração da propriedade das terras, assim mostrou que:

O desenvolvimento tecnológico, porém, vem favorecendo sobretudo os industriais que procuraram reagir às pressões dos trabalhadores, substituindo-os por máquinas e pelos processos mais modernos de uso de herbicidas e adubação química. Dentre as máquinas, as mais importantes são as colhedoras, que desfilam entre as “ruas” da cana, apanhando as que já estão cortadas e colocando-as sobre caminhões, caçambas e tratores. Admite-se que uma colhedora substitua cerca de sessenta trabalhadores. E, se inicialmente elas só eram usadas em canaviais situados em planícies, hoje já fabricam colhedoras que atuam em áreas inclinadas. No caso de Pernambuco, onde a maioria dos canaviais se encontra em encostas, a colhedora, adaptada a um relevo movimentado, vem dando uma grande contribuição para o processo de “modernização” da indústria. (ANDRADE, 1994, p. 218)

Partindo dessa visão negativa quanto a modernização da relações de produção no campo é pontuar que com a redemocratização as forças organizacionais que foram suprimidas durante a ditadura militar também se revitalizaram e tomaram novas formas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) se reorganizou e associado ao Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) têm sido agentes de luta para resolução de conflitos rurais em favor dos trabalhadores. Outra instituição que agregou as lutas dos trabalhadores rurais foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária constituiu ainda em período dos governos militares em 1970, esse passou a criar assentamentos de trabalhadores sem terras em terras desapropriadas de fazendas não produtivas (GOSCH, 2020).

O sentido de uma mudança estrutural na sociedade, economia e por consequências nas paisagens do mosaico nordestino teriam de passa pelo prisma social estabelecido pelo processo de transformação das empresas rurais no campo e das empresas industriais nas cidades, sendo que a extensão do alcance de tais mudanças está diretamente ligada a dois condicionantes, um interno a economia Nordestina estabelecido pelas relações de produção e suas capacidades adaptativas locais, e um condicionante externo que é referente aos mercados nacionais e internacionais que agindo de forma exógena estabelecem os parâmetros de funcionamento e rentabilidade das atividades exportadoras.

No tocante as alterações do mercado nacional se destacou uma tendência que teve início no começo do século XX, São Paulo, centro industrial do Brasil passou a produzir açúcar e álcool em concorrência com os produtores do Nordeste. No final da década de 1990 estava claro que o setor sucroalcooleiro paulista havia ganhado a luta pelo mercado. São Paulo estava em uma situação que permitiu a atração intensa de capitais externos, isso associado a uma região climática propícia ao plantio da cana-de-açúcar não limitada pelo polígono das secas, garantiu a supremacia do açúcar e álcool

paulista. Quanta superação dos produtores nordestinos Alcides Soares ao estudar a evolução da agricultura canavieira em São Paulo expõe:

A persistência da crise de abastecimento em São Paulo no pós-guerra, aliada a diversos outros fatores, propiciou o enfraquecimento da posição dos usineiros nordestinos e o fortalecimento das reivindicações dos fabricantes de açúcar paulistas. A existência, em São Paulo, de excelentes condições naturais para o cultivo da cana-de-açúcar; bem como de relativa abundância de capitais, de indústria produtora de conjuntos completos de usinas e destilarias de álcool, de instituições de pesquisa e agroindústria açucareira paulista. Esta localizava-se, além disso, próximo ao mercado consumidor de maiores dimensões e de mais rápido crescimento do país – o Centro-Sul e, particularmente, São Paulo – e tinha possibilidade de abastecê-lo de açúcar a preços inferiores aos do produto nordestino. (SOARES, 2000, p.101)

Considerando o contexto da luta desenvolvida pelos trabalhadores rurais em busca da tão almejada terra própria e os desdobramentos que aconteceram durante todo o século XX é preciso ter em mente que quando se trata da questão agrária no Nordeste há um processo de formação histórica já evidenciado por cientistas como Manuel Correia de Andrade em suas análises dos espaços do mosaico nordestino que tem ramificações na estrutura da economia e sociedade da região. Tal estrutura já mostrou que iniciativas de crescimento produtivo sem alteração das relações de produção no campo serão cooptadas pelos proprietários das terras para manterem certos aspectos arcaicos dos modos de produzir, sempre afastando do trabalhador ou camponês a propriedade daquilo que lhe dará liberdade, seja terra ou capital.

A reforma agrária em debate.

Discutir reforma agrária dentro da problemática da questão agrária é estudar a forma como uma determinada sociedade dentro de seus processos econômicos e políticos aloca a terra utilizáveis para agropecuária à população geral de uma determinada região e a partir disso contemplar as possibilidades que podem ser alcançada dado uma mudança no modo pelo qual o trabalhador interage com os recursos naturais. Manuel Correia de Andrade durante toda a sua vida acadêmica defendeu a reforma agrária como um passo essencial para superar o sofrimento do povo do Nordeste. A luta por melhores condições de acesso a terra é travada contra a predominância dos grandes latifúndios com ênfase na extrema representação dos desses na área ocupada para cultivos agrícolas e sistemas de criação de gado. Em nenhum momento se prega a completa erradicação dos latifúndios, esses teriam lugar por utilizarem terras de baixa produtividades cuja utilização ficaria condicionada a uma produção extensiva de grande escala. O problema atual da estrutura fundiária é a reversão da natureza do tipo de estabelecimento rural, as terras mais produtivas são ocupadas pelos grandes latifúndios e as menos produtivas e ainda viáveis é onde se encontra maior acesso as terras. Andrade considerando a formação dos grandes latifúndios aponta que:

(a formação dos grandes latifúndios) dificulta o acesso do agricultor à terra, provoca a proletarianização do mesmo e cria áreas de atrito e de tensão social. Daí os problemas de

reforma agrária e de colonização. A palavra **reforma agrária**. Hoje de uso generalizado, consistiria na aplicação de uma série de medidas visando modificar a **estrutura fundiária** – sistemas de propriedade da terra através da redistribuição das terras apropriadas ou da redistribuição dos produtos da atividade agrícola. (ANDRADE, 1976, p.145)

Andrade complementa posteriormente essa definição com uma explanação mais detalhada sobre o que considera como estrutura fundiária, conceituando que:

A estrutura fundiária corresponde a uma situação dada, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são resultado de uma evolução histórica, de uma opção política e do nível tecnológico existente. Sabe-se porém que esta estrutura evoluiu a partir de uma ação violenta de um grupo que se apropriou das terras, a partir da ocasião em que o agricultor foi capaz de produzir um excedente que poderia ser acumulado e comercializado. (ANDRADE, 1980, p. 16)

Reformar os espaços agrícolas é quebrar com o paradigma histórico perpetuado e singularizado pela estrutura fundiária corrente, é implementar um novo sentido a alocação das terras produtivas do Brasil de maneira ampla, e do Nordeste de maneira específica. Esse novo sentido para garantir uma sociedade sustentável tem de contemplar as necessidades os trabalhadores ao acesso aos meios de produção e respeitar os limites que são estabelecidos pelo meio ambiente, de maneira a não degradar a capacidade futura de reprodução dos modos produtivos correntes. A reforma agrária para Andrade é entendida como:

(...) aquelas medidas que decorrem de uma revolução, em que a classe dominante é apeada do poder e substituída, na direção do país, pelas classes dominadas(...) Em contraposição à reforma agrária, a reestruturação agrária ocorre quando naqueles países em que a própria classe dominante, constatando a desadequação entre os sistemas agrícolas e os processos de modernização, resolve investir na agricultura, fazendo transformações de pequeno porte para que ela se modernize e não sirva de estrovo ao desenvolvimento econômico.(ANDRADE, 1980, p.72)

Dessa forma fica claro que o que transcorreu nas três últimas décadas do século XX foi um esforço de reestruturação nos moldes estabelecidos por Manuel Correia de Andrade, para ele:

O fato de não ter sido realizada uma política de reforma agrária, impediu que houvesse uma maior mobilidade vertical da população, freando a ascensão das classes pobres e da população de cor à condição de classes sociais de níveis de renda mais elevado. (ANDRADE, 2011, p.280)

Essa associação entre o bloqueio as terras produtivas e a desigualdade de renda da região se reflete em diversos outros estudiosos como Souza e Pochmann que ao discutir os fatores de atraso do nordeste brasileiro apontam que:

(...), a concentração da propriedade da terra e, por extensão, dos recursos naturais, constituíram-se fundamentais para a proliferação da desigualdade distributiva da renda. Na antiga sociedade agrária brasileira, a posse da terra era fundamental para ascender ao poder e à riqueza. (SOUZA e POCHMANN, 2017, p. 21)

A má distribuição das terras é uma problemática a muito estudada por pesquisadores e intérpretes do Nordeste desses se destacou Celso Furtado que criou a SUDENE em 1959 na qual agiu

com o intuito de promover a superação do subdesenvolvimento regional nordestino. Para tanto a reforma agrária planejada e executada com os poderes locais teria objetivo reduzir os impactos das secas e criar um ambiente propício a redistribuição das terras do Nordeste (BARROS, 2020). Ao Ser entrevistado por Raimundo Rodrigues Pereira, Maria da Conceição Tavares e Manuel Correia de Andrade, Furtado reflete sobre seu período na SUDENE, apontando que:

Vamos começar pelo drama da secas, que se repete. O drama do Nordeste é demasiado conhecido. Não é de hoje e nem vou responsabilizar um determinado governo. Tentei fazer alguma coisa no Nordeste e sei como é difícil qualquer mudança. A responsabilidade é da classe política nordestina, que se prevalece das suas posições no governo para dificultar a formulação de uma política. (FURTADO, 1999, p.15)

Assim Furtado reconhece que um dos principais gargalos a implementação de mudanças estruturais no Nordeste é uma classe política tradicional, ligada aos interesses locais que, para garantir seus cargos o mecanismo do governo, impedem quaisquer iniciativas de órgão de planejamento. Para além disso, essa classe política nada mais é do que um reflexo de uma velha estrutura de produção que se perpetua ao longo da formação econômica do Nordeste. Trata-se de grupos que utilizam das heranças econômicas e políticas para desvirtuar aos movimentos de transformação estrutural para com isso garantir seus padrões de vida e sua relevância política.

Quanto a questão agrária, deve-se então ter em mente sempre que existe no Nordeste uma estrutura e superestrutura, nos sentidos marxistas, comprometidas com a manutenção de elementos que impedem uma revolução nos moldes definidos por Manuel Correia. Sendo assim faz se necessário a elaboração de uma reforma agrária que tenha consciência das reações dos poderes locais. Em sintonia com a noção de que uma reforma agrária não pode ser somente uma reestruturação agrária Marcelo Gosch ao analisar a formação dos assentamentos de trabalhadores rurais sem terras no cerrado goiano expressa:

Nesse sentido, a pura e simples conquista da terra; tão sonhada e concretizada por milhares de posseiros, arrendatários, meeiros e assalariados rurais; em si só; não é garantia e certeza de emancipação dos trabalhadores outrora excluídos. É sim, uma possibilidade, cuja realização demanda o auxílio do Estado, no tocante a implementar uma política de reforma agrária que contemple as demandas produtivas, sociais e ambientais que permeiam a realidade dos assentamentos rurais. (GOSCH, 2020, p.34)

A revolução que Andrade almejava não poderia ser assim uma transformação somente da esfera dos fenômenos econômicos, ou sociais, ou geográficos. Teria de ser uma revolução sistêmica capaz de garantir que o acesso a terra seja um elemento basilar ao acesso do trabalhador aos frutos e benefícios provenientes da terra que cultiva, auxiliado por um estado que haja como garantidor os padrões técnicos e tecnológicos de maneira universal.

Estabelecido o processo histórico de lutas e as interpretações ora pertinentes sobre reforma agrária resta evidenciar o atual contexto da estrutura fundiária. Somente com a união das interpretações

dos contextos históricos e conjunturais pode se estabelecer bons pilares para elaboração de políticas capazes de vislumbrar uma possível reforma agrária.

Estrutura fundiária na década de 2000 e 2010

A estrutura fundiária do Nordeste no novo milênio passou por diversas mudanças conjunturais específicas ao cenário político das décadas de 2000 e 2010. Os governos de Luiz Inácio “Lula” da Silva mostram indicadores de desenvolvimento humano (IDH) progressivos em todos os estados da região. A tabela 1 mostra os valores do IDH para os anos de 2000 e 2010

Tabela 1. IDH por estado do Nordeste de 2000 a 2010.

Estado	2000	2010
Alagoas	0,598	0,631
Bahia	0,620	0,66
Ceará	0,616	0,682
Maranhão	0,558	0,639
Paraíba	0,609	0,658
Pernambuco	0,643	0,673
Piauí	0,584	0,646
Rio Grande do Norte	0,636	0,684
Sergipe	0,624	0,665

Fonte: IPEA, 2016

Cabendo destacar os avanços dos estados do meio norte o Maranhão, Ceará e Piauí, nos quais o avanço no IDH superior valor a 10% do valor do ano de 2000. É interessante notar também, que esses não contêm eles área ocupada pelo antigo sistema produtivo sucroalcooleiro não tendo sua produção e crescimento comprometido pela crise açucareira.

A estrutura agrária foi descrita por Andrade em sua obra “*Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*” em 1980 da seguinte forma:

“O Brasil é um dos países do mundo cuja estrutura fundiária se caracteriza pelo domínio absoluto da grande propriedade subexplorada, do latifúndio. Quando analisarmos os dados estatísticos disponíveis. Observamos que há uma grande quantidade de minifúndios, de propriedades de extensão exígua, ao lado de um número relativamente pequeno de grandes propriedades que entretanto ocupam $\frac{3}{4}$ da área apropriada do país.” (ANDRADE, 1980, p.23)

A organização da utilização das terras foi assim definida há mais de 40 anos e precisa ser atualizada para compreender em que direção andou o fator de produção mais abundante do Nordeste, tendo de se denotar como os estabelecimento rurais se configuraram, suas áreas ocupadas e a quais as predominantes utilizações das terras. A tabela 2 mostra a distribuição dos estabelecimentos rurais por área ocupada.

Tabela 1. Distribuição dos Estabelecimentos Rurais por área de ocupada de 1955 – 2017

Tamanho do estabelecimento rural	Ano - % do total de estabelecimentos				
	1955	1960	1975	1980	2017
Menos de 10 Hectares	85,17%	59,12%	37,08%	35,84%	67,338%
10 a 99 Hectares	11,48%	27,28%	12,81%	13,80%	28,355%
100 a 499 Hectares	2,72%	11,16%	46,95%	47,09%	3,452%
500 a 1000 Hectares	0,30%	1,46%	2,96%	3,06%	0,460%
Acima de 1000 Hectares	0,33%	0,99%	0,21%	0,22%	0,394%

Fonte: ANDRADE 1961 para os anos de 1955 e 1960; demais anos, IBGE, Censo agropecuário 2017.

Ao observar a evolução das distribuições dos estabelecimentos rurais por grupo de extensão de área ocupada é possível observar que de 1980 até 2017 houve uma mudança na tendência de aumento da participação dos estabelecimentos de médio porte que ocupam de 100 a 499 hectares, sendo que esses passaram a representar valores equivalentes ao do ano de 1950. Durante o período de 1955 a 1980 os pequenos estabelecimentos com até 10 hectares perdiam significação em relação ao todo das unidades rurais, saindo de um patamar de 85,17% em 1955 chegando em 1980 a 35,84%. Essa tendência de queda foi acompanhada pelo crescimento da representação os estabelecimentos de 100 a 499 hectares que 1955 representavam 2,72% crescendo para 47,09% no ano de 1980. A tendência observada nos trinta anos de 1950 a 1980 se inverteu nos trinta anos posteriores. Os pequenos estabelecimentos voltaram a maioria em números de totais de unidades rurais, isso não significa que os pequenos produtores ocupam as maiores áreas ocupadas. De 1980 a 2017 estabelecimentos com menos de 10 hectares partiram da significância de 35,84% para o novo patamar de 67,33% fenômenos esse que aconteceu sem a disseminação de novos pequenos estabelecimentos. Em termos absolutos havia 1.654.841 pequenos estabelecimentos rurais espalhados por todo o Nordeste em 1980, valores que se refletem em 2017, mostrando leve queda para o valor de 1.510.018.

O aumento da participação percentual dos pequenos estabelecimentos rurais está associado a consolidação dos grandes latifúndios que embora não tenham aumentado em números assimilaram as área ocupadas pelos estabelecimentos de médio porte, tendo esse últimos reduzido significativamente seus números absolutos, onde em 1980 havia 2.174.421 unidades rurais com 100 a 499 hectares, em 2017 havia somente 77.417. Para compreender melhor a estrutura fundiária e sua concentração é preciso contrapor a distribuição dos números de unidades rurais com suas relativas áreas ocupadas. A Tabela 2 traz a distribuição percentual dos estabelecimentos rurais por grupo de área ocupada, assim como o percentual da área do Nordeste dedicadas a agropecuária ocupadas por cada grupo em 2017

Tabela 2. Distribuição percentual dos estabelecimentos e representação das terras dedicadas a agropecuária do Nordeste por grupo de área ocupada – 2017.

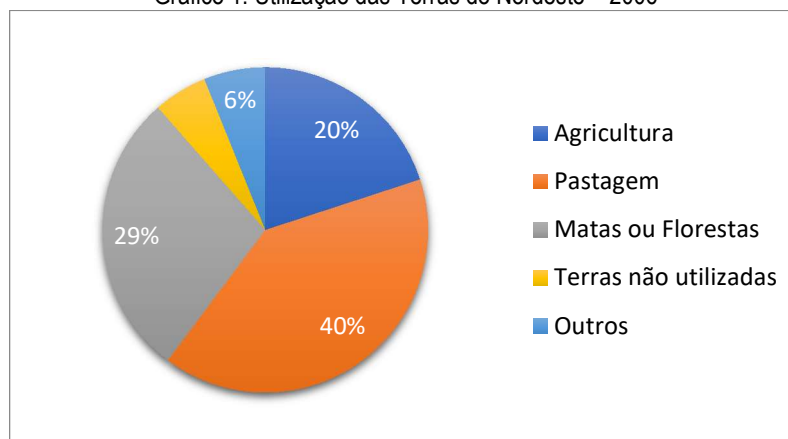
Tamanho do estabelecimento rural	Numero de estabelecimentos	Área ocupada
Menos de 10 Hectares	67,34%	5,15%
10 a 99 Hectares	28,35%	27,69%
100 a 499 Hectares	3,45%	24,62%
500 a 1000 Hectares	0,46%	9,94%
Acima de 1000 Hectares	0,39%	32,59%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Censo Agropecuário 2017

Considerando as informações da tabela 2, temos uma estrutura fundiária da agropecuária em os 67,34% das unidades produtivas ocupam 5,15% do total das terras produtivas dos Nordeste, na mesma medida os 4,31% maiores estabelecimentos, agregando os grupos com mais de 100 hectares, representam 67,16% das terras ocupadas. A predominância dos grandes proprietários de terra que Andrade havia descrito em 1980 se consolidou até 2017, as conjunturas se alteraram, a produção se mecanizou, o êxodo rural seguiu seu curso mas a estrutura permanece a mesma, a terra contínua concentrada nas mãos dos Latifúndios.

Quanto a utilização dada pelos latifúndios as terras no período de tempo de 2006 a 2017 pode se observar um contexto de perda da utilização das terras para a agricultura tradicionais como o plantio da cana em benefício de atividades agrícolas diversas, seja o plantio de eucalipto no litoral Alagoano. O Gráfico 1 apresenta a utilização das terras para o ano de 2006.

Gráfico 1. Utilização das Terras do Nordeste – 2006



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de: IBGE, Censo Agropecuário 2006

No gráfico destaca-se a relevância das terras destinadas as pastagens que em 2006 dominavam 40% das paisagens do Nordeste. Entretanto é importante pontuar que esse 40% das pastagens não estão distribuídos de forma uniforme pela zona da mata, agreste, sertão e meio norte se concentrado as pastagens no agreste e no sertão. Na zona da mata e nas regiões litorâneas a agricultura tem maior relevância e afastam as terras dedicadas aos sistemas de criação do gado. O mapa 1 mostra a utilização das terras do Nordeste para as pastagens no ano de 2006.

O mapa 1 é complementado pelo mapa 2 da utilização das terras para a cana-de-açúcar em 2006, expondo, assim, que as terras do litoral oriental são dominadas pela lavoura da cana-de-açúcar. Dessa maneira onde domina o gado não se entra o açúcar e onde domina o açúcar não se cria gado de forma a contestar o território da ativerdes dominante. Mapa 2 traz a regiões onde é produzido cana-de-açúcar para o ano de 2006.

Mapa 1. Terras utilizadas para pastagens no Nordeste - 2006.

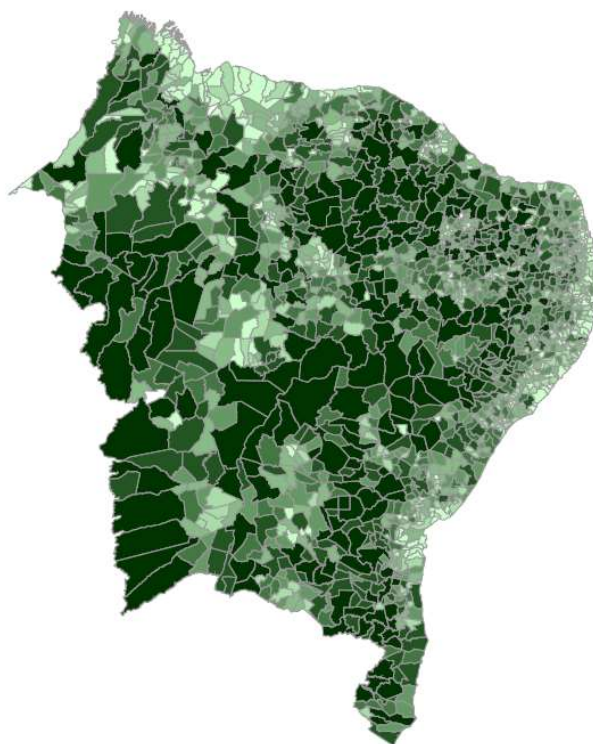


Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

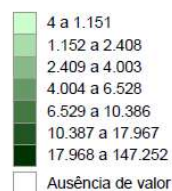
Utilização das terras - Pastagens - naturais - Área dos estabelecimentos agropecuários

Unidade: Hectares

Estados: MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA



Utilização das terras -
Pastagens - naturais - Área dos
estabelecimentos agropecuários em
Hectares



Censo Agropecuário: Fonte: Censo Agropecuário 2006. NOTA: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão "Não disponível", a fim de evitar a individualização da informação.
Desenho do cartograma: Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (malha generalizada).
O IBGE se isenta de qualquer responsabilidade sobre o índice calculado pelo usuário.

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Mapa 2. Quantidade de cana-de-açúcar produzida por região do nordeste - 2006

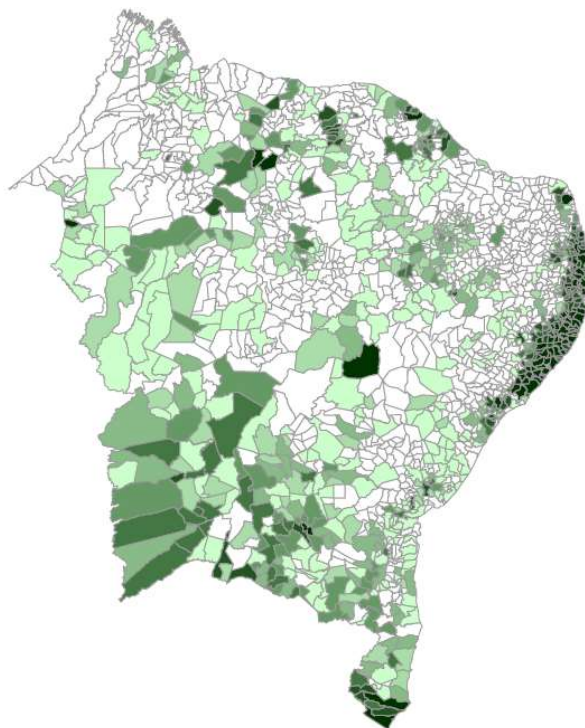


Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Produtos da lavoura temporária - Cana-de-açúcar - Quantidade produzida

Unidade: Toneladas

Estados: MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA



Produtos da lavoura temporária -
Cana-de-açúcar - Quantidade produzida em Toneladas



Censo Agropecuário: Fonte: Censo Agropecuário 2006. NOTA: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão "Não disponível", a fim de evitar a individualização da informação.
Desenho do cartograma: Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (malha generalizada).
O IBGE se isenta de qualquer responsabilidade sobre o índice calculado pelo usuário.

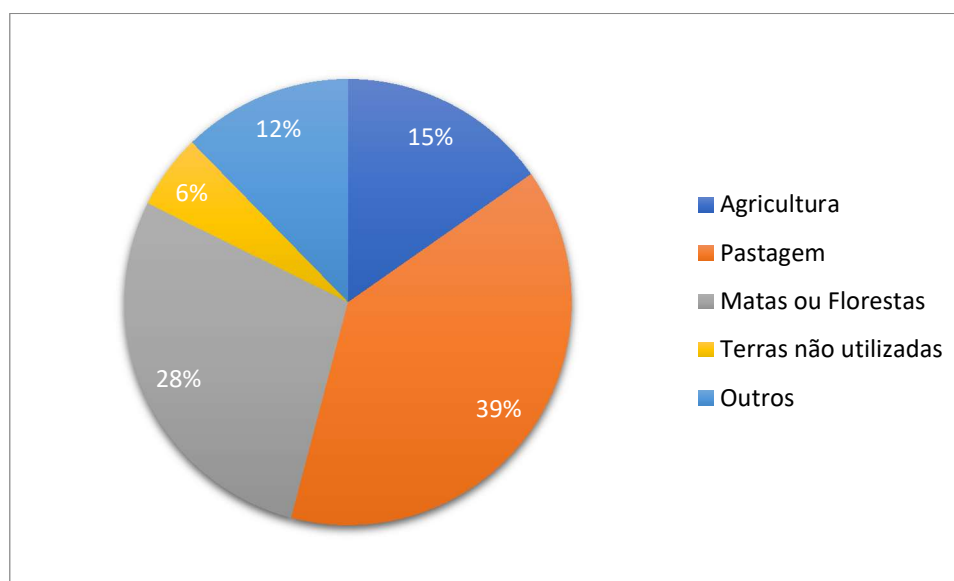
Fonte: Censo Agropecuário 2006

Realizando a análise de ambos os mapas acima expostos é possível argumentar que as terras com maior disponibilidade de recursos hídricos e não assoladas pelo polígono das secas estão sendo utilizadas para a produção da cana-de-açúcar e que o gado adentra as áreas do agreste e do sertão. Os

sistemas de criação do gado têm um caráter de exploração extensiva das terras, visando abarcar maiores quantidades, isso é consequência de um modo de criação do gado antigo, quando havia limites mais restritivos ao transporte de água para regiões do semi-árido de difícil acesso. O gado reproduzido com uma mentalidade quase que colonial precisa de vastas extensões de terra para garantir as necessidades dos animais, sendo que essas poderiam ser satisfeitas com uma fração das terras utilizadas para pastagens se houvesse planejamento político de um programa de mudança do sistema de criação extensivo para um intensivo com abastecimento de água e alimentos dos animais garantidos por políticas públicas.

O cenário da utilização das terras variou pouco de 2006 para 2017, somente a agricultura tradicional perdeu espaço, isso ocorreu devido a crise no Sucrialcooleiro regional que continua a ser defrontado pelo açúcar e álcool do sudeste perde relevância nacional. O número de usinas no Nordeste em 2018 totaliza 73 unidades produtoras de açúcar e álcool, já no Sudeste, somente no estado de São Paulo havia 172 usinas em operação. O gráfico 2 traz o novo cenário de utilização das terras no Nordeste para o ano de 2017.

Gráfico 2. Utilização das terras do Nordeste – 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Partindo dos gráficos 1 e 2 encontramos um cenário de estabilidade das proporções com apenas a redução das terras utilizada para o grupo de “agricultura” que em 2006 possuía 20% das terras do Nordeste para o novo nível de 15% das mesmas em 2017. A perda do grupo agrícola é compensada

pelo aumento da participação do grupo “outros” que nada mais é do que diversas novas culturas que surgiram a partir do processo de queda da cultura tradicional das cana-de-açúcar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da questão agrária no Nordeste é um tema que ganhou impulso com a temática da possibilidade da realização de uma reforma agrária no século XX. Manuel Correia de Andrade dentro os defensores da reforma agrária possuíam uma visão que, partindo da geografia, englobava o tema do usos das terras e do acesso as terras pelo trabalhador de maneira multidisciplinar. A solução de Andrade para os problemas que assolavam e ainda assolam o trabalhador rural do Nordeste não poderia em si ter caráter unicamente econômico, político ou social, teria de lançar medidas e programas conscientes dos contextos geográficos e históricos que formam e condicionam as relações dos homens no campo para com os proprietários dos meios de produção e para com o meio ambiente.

A luta dos trabalhadores no campo para garantir o acesso as terras produtivas no Nordeste não é algo novo, de fato, trata-se de um longo processo histórico de formação das relações dos proprietários dos fatores produtivos com os indivíduos que somente podem ofertar seu trabalho. Relações cujos traços estruturantes ainda remetem ao período colonial. Entretanto, se as estruturas pouco se alteraram a conjuntura mudou substancialmente, processos como o êxodo rural, a globalização e mecanização das produções agrícolas foram utilizados pelas classes dominantes regionais para afastar o indivíduo que trabalhava as terras do campo. Houve então a corrosão de um elo que ligava o homem as terras rurais, o trabalhador agrícola moderno assalariado vive nas cidades e vilas indo ao campo somente para realizar sua jornada de trabalho.

Outro lado da atual conjuntura traz uma situação vantajosa, os trabalhadores agora amontoados nas cidades têm maior capacidade organizacional, essa constantemente reprimida para impedir que as massas trabalhadoras formem uma união com força de mudança mais significativas, as ligas camponesas destituídas nos governos militares foram apenas uma personificação de uma demanda social que ao longo do tempo continua reaparecendo. Movimentos como o MST seriam outra forma do surgimento dessa demanda social que necessita somente do contexto conjuntural político e econômico para se tornar um agente de mudança em prol do trabalhador e para uma configuração de estrutura fundiária menos desigual e com maior grau de acessibilidade das terras. O atual momento de transformação da agricultura com a crise do setor sucroalcooleiro pode ser um fator para transformação da estrutura fundiária ou uma nova reafirmação do velho monopólio das terras. Tudo vai depender se as classes dominantes terão acesso novamente os fundos públicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e O Homem no Nordeste**: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 334 p. ISBN 978-85-249-1115-6.

_____. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 115 p.

_____. **Aceleração e Freios ao Desenvolvimento Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973. 179 p.

_____. **Aspectos Geográficos da Região de Ubá**. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961

_____. **Cidade e Campo No Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974. 223 p.

_____. **Geografia Econômica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1976. 267 p. ISBN 85-2240-118-7.

_____. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980. 115 p. (80-1375).

_____. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2000. 64 p. ISBN 85-08-01098-2.

_____. **Modernização e Pobreza**: A expansão da agroindústria canaveira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Unesp, 1994. 250 p. ISBN 85-7139-066-5.

_____. **O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1976. 180 p.

_____. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Massangana, 1984. 129 p. ISBN 85-7019-070-0.

BARROS, Rafael Aubert de Araujo; SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Revisitando as Hipóteses de Manoel Correia de Andrade: A SUDENE e os Planos Diretores de 1961 a 1973. **Revista de Economia Política**, [S. l.], ano 16, n. 44, p. 05-22, 1 jul. 2020.

FURTADO, Celso; ANDRADE, Manuel Correia de; TAVARES, Maria da Conceição; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e Poder**: Entrevista com Celso Furtado. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 94 p. ISBN 85-86469-11-4.

GOSCH, Marcelo Scolari. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: Algumas Considerações sobre Cerrado Goiano. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], n. Edição Especial, p. 20-38, 16 jul. 2022.

IANNI, Octavio. Formação do Proletário Rural no Brasil - 1971. In: STEDILE (ORG), João Pedro et al. **A Questão Agrária no Brasil**: O debate na esquerda 1960 - 1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. cap. 4, p. 127 - 146. ISBN 85-87394-72-X.

IPEA. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**. PNUD: IPEA : FJP, 2016– Brasília - ISBN: 978-85-88201-31-6.

SOARES, Alcides Ribeiro. **Um Século de Economia Açucareira**: Evolução da moderna agroindústria do açúcar em São paulo, de 1877 a 1970. São Paulo: Cliper, 2000. 160 p. ISBN 85-86427-15-2.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de; POCHMANN, Márcio. **Desigualdade no Brasil**. 1º. ed. São Paulo: LCTE, 2017. 88 p. ISBN 978-85-9085-8-4.

Webgrafia

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>

<https://www2.ifal.edu.br/campus/benedito/o-campus/abrangencia>

DAS PLANTATIONS CANAVIEIRAS AOS ASSENTAMENTOS: REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO

Patrícia Alves Ramiro
Caterine Soffiati Cabral

RESUMO:

O presente artigo descreve os impactos na estrutura fundiária, nos regimes de propriedades e na produção de lavouras antes e depois da reforma agrária na região do Brejo paraibano, a qual, no início dos anos noventa passou por grandes transformações sociais em decorrência da falência da Usina Santa Maria. Proprietária de cerca de cinco mil hectares, os quais, através da luta pela reforma agrária foram reconvertidos em dez assentamentos rurais. Para tanto, nos baseamos em diversas fontes de pesquisa que se complementam, em especial, em depoimentos coletados via pesquisa de campo na região e em certidões de propriedades adquiridas e/ou arrendadas que se encontram sob a guarda do Acervo Documental da Usina Santa Maria no arquivo central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os resultados evidenciam que a transformação da área da plantation canvieira (terra de negócio) em assentamentos (terra de trabalho) gerou impactos desde a estrutura fundiária dos municípios como nas condições alimentares da população.

Palavras-chave: Reforma agrária, Brejo paraibano, Usina Santa Maria.

ABSTRACT:

This article describes the impacts on the land structure, property regimes and crop production before and after the agrarian reform in the Brejo region of Paraíba, which, in the early nineties, underwent major social transformations as a result of the failure of the Plant Santa Maria. Owner of about five thousand hectares, which, through the struggle for agrarian reform, were reconverted into ten rural settlements. In order to do so, we rely on several research sources that complement each other, in particular, on testimonies collected via field research in the region and on certificates of acquired and/or leased properties that are under the custody of the Documental Collection of Usina Santa Maria in the central archive of the Federal University of Paraíba (UFPB). The results show that the transformation of the sugarcane plantation area (business land) into settlements (work land) generated impacts from the land structure of the municipalities as well as the food conditions of the population.

Keywords: Agrarian reform, Brejo Paraibano, Usina Santa Maria.

INTRODUÇÃO

Este trabalho mostrará como foi o processo de auge e declínio de uma usina sucroalcooleira no Estado da Paraíba até a desapropriação de suas terras para implantação de dez assentamentos rurais de reforma agrária*. Através de uma perspectiva histórica e sociológica, abordaremos o caso da usina Santa Maria, instalada no ano de 1931 e falida no início dos anos 1990, na região do Brejo, no agreste paraibano. Com a falência da usina, milhares de trabalhadores ficaram desamparados e através da mobilização de agentes de diversos segmentos sociais que se juntaram num Comitê de apoio aos trabalhadores da usina Santa Maria, as terras da usina foram reconvertidas em assentamentos nos municípios de Pilões, Areia e Serraria.

Tal reconfiguração do espaço rural das *plantations* canvieira era inimaginável na época das pesquisas realizadas na mesma região por Manuel Correia de Andrade, fonte fundamental para compreensão do processo de transformações do Nordeste brasileiro nos anos 1950 e, posteriormente, pesquisada por Afrânio Garcia Jr. (1989) no auge dos plantios canvieiros subsidiados pelas políticas públicas da ditadura militar na segunda metade dos anos 1970.

O início dos anos 90 é marcado pela crise do setor açucareiro nordestino, quando diversas usinas entraram em falência (L'ESTOILE; SIGAUD, 2006; MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013) e novas reconfigurações sociais foram necessárias. O presente artigo descreve os impactos na estrutura fundiária, nos regimes de propriedades e na produção de lavouras antes e depois da reforma agrária na região.

Do ponto de vista metodológico, foram utilizadas pesquisas de campo na região do Brejo, quando nos valem da observação participante e da realização de entrevistas gravadas, além do uso de dados secundários obtidos por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de documentos históricos da usina Santa Maria, pertencentes ao Acervo Documental da Usina Santa Maria, que está em fase de organização.

Panorama Histórico da Usina Santa Maria e sua Expansão Territorial

A Usina Santa Maria, construída no município de Areia, pertencente à região do Brejo Paraibano, possui características físicas e ecológicas propícias ao cultivo da cana de açúcar (ALMEIDA, 1980). Sua primeira produção foi registrada na safra de 1931/1932, produzindo no total 5.400 sacos de açúcar. A usina ocupava aproximadamente 600 hectares de terras, que não foram expandidas durante duas décadas.

* Pesquisa inserida no projeto "Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI", coordenado por Patrícia A. Ramiro, que conta com apoio financeiro da Chamada interna produtividade em pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB (Edital nº 03/2020), da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital nº 09/2021- DEMANDA UNIVERSAL) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNCT nº 18/2021- UNIVERSAL).

Em pesquisa de campo, realizada em 1957, Andrade (1997) e sua equipe, constataram que a expansão territorial da Usina Santa Maria ocorreu a partir de 1952 quando foi adquirida pelo novo proprietário, Solon Lyra Lins, que já possuía outras propriedades na região, passando a usina a dispor de aproximadamente 1.000 hectares de terras próprias. Andrade (1997) evidenciou que a Usina Santa Maria possuía uma área natural de expansão, pois nas terras da usina os riachos eram permanentes e sua topografia íngreme, apesar de impossibilitar a mecanização da lavoura, facilitava a irrigação feita por gravidade, e que a cultura de subsistência perderia o espaço para a cana-de-açúcar.

A partir da análise dos documentos como certidões de propriedades e escrituras públicas de compra e venda de propriedades* da Usina Santa Maria é notório que as constatações de Andrade se concretizaram. Nos anos 1960, a usina expandiu e adquiriu três novas propriedades, chegando a ter, aproximadamente, 1.500 hectares. Mas, foi na década de 1970, que a usina adquiriu a maior quantidade de propriedades da sua história, chegando a comprar quase 3 mil hectares de terras só nessa década, no mesmo período foram implementados dois programas do Instituto Nacional do Alcool (IAA) para o setor, o PROÁLCOOL e o PLANALSUCAR.

A produção de açúcar da Usina Santa Maria era extremamente inferior à média de produção nacional. Como destacado por Garcia Jr. (1989), somente na safra de 1969/70 a usina atingiu a produção de 100 mil sacos de açúcar, que foi a média nacional na safra de 1953/54. Quando a Usina Santa Maria atingiu a produção de 100 mil sacos de açúcar, a média nacional girava em torno de 270.500 sacos.

Segundo documentos, no ano de 1987, a propriedade da usina nomeada de Mercês possuía 254,75 hectares destinados a cana (socas e planta), sendo que a propriedade possuía no total 300 hectares. Cabe destacar que na mesma propriedade existiam 29 casas de moradores, que representam a relação de moradia típica das regiões canavieiras do nordeste do Brasil. Importante destacar que o termo morar na região canavieira nordestina possui um significado diferente de habitar, morar é um termo que envolve uma relação particular entre casa e trabalho, na qual o morador se encontra em uma relação de sujeição com o senhor-de-engenho por morar dentro do seu domínio, na qual está implícito o ato de trabalhar nas terras do proprietário da morada (PALMEIRA, 1977; GARCIA JR., 1989). O que se relaciona com o conceito de terra de negócio, ou seja, quando o capital se apropria da terra e a transforma em terra de exploração do trabalho alheio daqueles que não tem terra (MARTINS, 1980).

A propriedade Mercês tinha quase toda a sua área era utilizada para a cana-de-açúcar sendo um exemplo do que ocorria no período de expansão canavieira, na qual “a cana chega até a biqueira da casa”, expressão utilizada pelos ex-moradores, para referenciar que a cana tomava todo espaço do

* DOCUMENTOS DO ACERVO DOCUMENTAL DA USINA SANTA MARIA SOB GUARDA DO PROJETO “XXX” EM FASE DE ORGANIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO.

roçado*. Como explica a entrevistada J.†, "era o partido da cana, então a gente não tinha o direito de plantar outras culturas para que a gente pudesse comer também, cuidar da alimentação". A perda do roçado significou a falta de alimentos e de nutrição para as famílias nordestinas das zonas da cana, como descreveu o sociólogo francês Linhart "com as grandes fábricas (usinas) e a monocultura açucareira de exportação, o flagelo da monotonia alimentar abateu-se sobre a população" (1981, p.40).

Devido a necessidade das usinas de adquirirem cada vez mais terras para aumentar a área canavieira, a Usina Santa Maria além de expandir através da compra de propriedades, também realizava contratos de arrendamento rurais com propriedades em seu entorno. A finalidade dos contratos de arrendamentos rurais, como descrito nas cláusulas, é especificamente a exploração agrícola de cana de açúcar.

Cabe destacar que além das propriedades próprias e das propriedades arrendadas, as usinas também utilizavam canas provindas de fornecedores‡. Na Usina Santa Maria, assim como no Nordeste em geral, os fornecedores produziam grande parte das canas moídas (ANDRADE, 1989). Na safra de 1977/1978, por exemplo, na Usina Santa Maria 95% da cana moída provinha dos fornecedores (GARCIA JR., 1989). É necessário pontuar sobre os fornecedores, pois eles evidenciam que o domínio de uma usina vai além de suas propriedades, impactando diretamente outras propriedades localizadas em seu entorno.

Importante destacarmos que a força de trabalho das usinas de açúcar do Nordeste era formada por dois grupos: os trabalhadores agrícolas e os trabalhadores ligados à parte industrial. Andrade (1997) constatou que, em 1957, a Usina Santa Maria possuía 50 trabalhadores industriais, destacando que esses trabalhadores não eram especializados, como nas usinas de Pernambuco ou do Vale do Paraíba, que possuíam químicos e agrônomos.

Entre os trabalhadores agrícolas era comum a figura do morador, que representa a relação de moradia típica das regiões canavieiras do nordeste do Brasil, conforme esclarecido anteriormente. O morador aparece nas documentações do acervo da usina, por exemplo, no caso da propriedade Mercês, que possuía 29 casas de moradores em 1987, numa área total de 300 hectares, sendo que dessa área 254,75 hectares eram destinados a plantação de cana (socas e planta). Tal situação é um exemplo

* Os moradores em alguns casos possuíam o direito ao roçado, que era o local destinado ao cultivo de "produtos para subsistência doméstica, culturas temporárias que só ocupam o terreno por um ano ou dois" (GARCIA JR., 1989, p.39).

† Líder do assentamento União. Entrevista realizada por: Luciana Chianca, Marilda Menezes, Edgard Malagodi e Afrânio Garcia Jr. Transcrição: Catherine Soffiati (PIBIC/CNPq) e Maria C. de Menezes (PIVIC/CNPq).

‡ Segundo Andrade (1986) os fornecedores são divididos em duas categorias, os fornecedores proprietários: fornecedores que cultivam em suas próprias terras, podendo fornecer para mais de uma usina. E os fornecedores rendeiros: fornecedores que alugam engenhos da usina para plantar, e só podem vender para a usina proprietária da terra. Pagam cerca de 15% ou 20% da renda da produção ao usineiro.

concreto do que Andrade (1997) constatou já nos anos 1950, ou seja, a percepção de que a cana iria tomar o espaço das plantações de subsistência.

Ressalta-se o papel do Estado, através dos programas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na expansão do setor açucareiro nacional, expansão tanto do setor industrial, como do setor agrícola. Tamás Szmrecsányi (1979) escreve que nos anos 1960 o IAA lança o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, no qual referia-se ao reaparelhamento das usinas já existentes e quotas para a construção de novas usinas, tendo como meta principal a produção de 100 milhões de sacos de açúcar por safra. Já nos anos 1970, Szmrecsányi (1979) explica que o IAA implementou diversos programas para o setor, entre eles, o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira de 1971, e o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira de 1973, que permitiram pela primeira vez na história do IAA uma profunda intervenção na produção agrícola. Na mesma década foi instituído o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), em 1975, que visava uma rápida expansão da produção de álcool no país "através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras" (SZMRECSÁNYI, 1979, p.438).

A implementação do Proálcool na Paraíba gerou o crescimento na produção de açúcar no estado, expansão das destilarias de álcool (anexas e autônomas) e expansão dos canaviais (ARAGÃO; PAKMAN, 1991). No caso da Usina Santa Maria, os recursos do programa permitiram a criação de sua destilaria de álcool anexa, em 1978, intitulada de Santa Maria. Segundo documentos, obtidos em pesquisa de campo, a maior produção de açúcar e álcool da Usina Santa Maria ocorreu durante a vigência do Proálcool, tendo produzido cerca de 600.000 mil sacos de açúcar na safra de 1982/1983, e aproximadamente 12 mil metros cúbicos de álcool na safra de 1986/87.

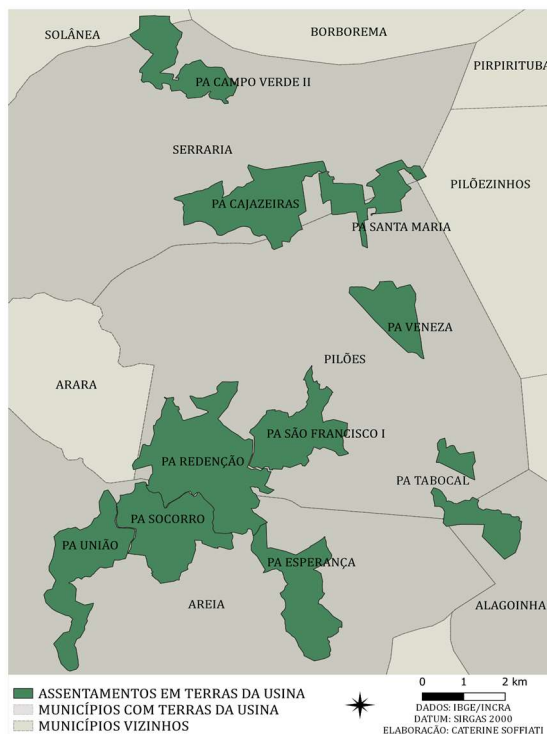
A Falência da Usina Santa Maria e a Formação dos Assentamentos Rurais

No início da década de 90 inicia-se a crise no setor açucareiro nacional e o encerramento do IAA, destaca-se que a crise não atinge as regiões e usinas da mesma maneira, no caso da Paraíba a crise possuía uma complexidade maior, "face à grande dependência do estado dessa atividade econômica e, mais ainda, por ser esta a sua principal atividade agro-industrial, em termos de valor da produção, do número de empregos criados e um dos pilares de sustentação da economia local" (LIMA; ARAGÃO, 1999, p.89). Na safra de 1988/1989 o estado da Paraíba possuía 16 unidades industriais, sendo 7 usinas e 9 destilarias autônomas, mas, na safra de 1993/1994, esse número cai para 9 unidades industriais, formadas por 4 usinas e 5 destilarias autônomas (LIMA; ARAGÃO, 1999).

Entre as usinas falidas durante a crise do setor, estava a Usina Santa Maria, na qual enfrentou um longo processo de falência, iniciado no ano de 1990 até a safra de 1993/1994 quando a usina paralisou definitivamente a sua atividade produtiva. A falida Usina Santa Maria deixou uma dívida de 24,7 milhões de reais com o Banco do Brasil e aproximadamente 5 milhões de dólares em dívidas trabalhistas (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). A usina enfrentou vários processos trabalhistas, principalmente durante seu período de declínio, sendo alguns dos motivos das reclamações o não pagamento de direitos trabalhistas ou pagamento incompleto (BERNARDO, 2021).

Abandonadas à esmo, sem o recebimento dos direitos trabalhistas, nesse contexto de espera das decisões judiciais e a situação de extrema pobreza, muitas famílias recorrem às migrações para outros municípios ou estados. Outras famílias que não possuíam as disposições necessárias para migrar em busca de outra opção de trabalho, permaneceram nas terras e recorreram à estratégia de plantar para garantir a sobrevivência. A partir das diversas estratégias adotadas pelos ex- trabalhadores e o envolvimento ativo de pessoas de diferentes setores da sociedade civil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizou a desapropriação das terras da Usina Santa Maria, formando dez assentamentos rurais de reforma agrária, totalizando 4.269,86 hectares, abrigando 416 famílias, nos municípios de Areia, Pilões e Serraria, como vemos na figura 1 a seguir:

Figura 1: Assentamentos rurais em terras da usina Santa Maria, falida em 1992



Os assentamentos Veneza, São Francisco I e Santa Maria foram criados em novembro de 1997. Já os assentamentos Esperança, União, Redenção, Campo Verde II, Cajazeiras e Tabocal, foram implementados em dezembro de 1997. O assentamento rural Socorro, localizado onde ficava o parque industrial da usina, foi criado posteriormente, em dezembro de 1999.

Relacionando a área total de cada um dos municípios, segundo os dados do IBGE (2021), com a quantidade de hectares da usina transformados em assentamentos rurais em cada município, de acordo com os dados do INCRA (2014) temos que, no município de Areia os 1.053,47 hectares destinados à reforma agrária representam cerca de 3,9% do território total do município. Em Serraria, foram 991,23 hectares reconvertidos em assentamentos, o que representa 15,23% do total de terras do município. Já em Pilões, os assentamentos ocupam 1.986,35 hectares, que representam aproximadamente 30,29% do território do município. A reforma agrária* modificou a estrutura fundiária dos municípios, principalmente o de Pilões, como vemos na tabela 1:

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área no município de Pilões, nos anos de 1985 e 2017

Grupo de área	1985	2017
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	0	3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	0	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	0	0
De 0,5 a menos de 1 ha	15	4
De 1 a menos de 2 ha	43	54
De 2 a menos de 5 ha	79	275
De 5 a menos de 10 ha	41	161
De 10 a menos de 20 ha	30	21
De 20 a menos de 50 ha	10	5
De 50 a menos de 100 ha	11	3
De 100 a menos de 200 ha	9	4
De 200 a menos de 500 ha	13	0
De 500 a menos de 1.000 ha	1	0
Total	252	530

Fonte: Censo agropecuário IBGE (1985 e 2017).

Os dados são de dois períodos históricos distintos, o primeiro durante o auge do Proálcool (1985) e o segundo após a reforma agrária na região (2017). Os dados evidenciam que a estrutura agrária do município foi modificada, comparando o ano 2017 com o de 1985 temos que o município extinguiu propriedades de 200 a 1.000 hectares. Em relação às propriedades de 10 a menos de 100 hectares, ocorreu uma queda de aproximadamente 43%. As propriedades de 5 a menos de 10 hectares

* Destacando que o município de Pilões além dos assentamentos em terras da antiga Usina Santa Maria, o município possui mais 2 assentamentos o Florestan Fernandes e o Josué de Castro, que juntos ocupam 756,29 hectares. Esses 2 assentamentos estão em terras de antigos fornecedores de cana para a Usina Santa Maria, o engenho Poçoões e o Engenho Pinturas. Se considerarmos os assentamentos em terras da usina e os assentamentos em terras de fornecedores temos que, as terras destinadas à reforma agrária no município ocupam 2.742,64 hectares, que representam especificamente 41,82%, de todo território do município.

aumentaram consideravelmente, cerca de 292%, as propriedades de 2 a menos de 5 hectares tiveram um aumento significativo, aproximadamente 210%.

O município de Pilões também é o maior em relação a quantidade de famílias assentadas, possuindo 191 famílias assentadas, que representam cerca de 45,91% do total de famílias assentadas em terras que eram da usina. O município de Areia abriga cerca de 33,66% das famílias, especificamente 140 famílias. Já o município de Serraria abriga 85 famílias, o que representa 20,43%.

Além das modificações na estrutura fundiária, a reforma agrária na região gerou a transformação no regime da propriedade e, seguindo a definição de Martins (1980), podemos considerar as terras dos assentamentos, como terra de trabalho, na qual a propriedade é um instrumento para quem nela trabalha. Em pesquisa de campo no assentamento rural União, temos que a terra que anteriormente era ocupada por plantações de cana, atualmente é ocupada por diversos cultivos, como descrito em entrevista pelo assentado H. que informou haver em seu lote plantações de banana, macaxeira, batata doce, abóbora, coentro, capim (para o gado), cana-de-açúcar, feijão de corda, feijão carioca e milho. (H.* 59 anos, casado, morador do assentamento União). A assentada N. afirmou possuir plantações de macaxeira, feijão, milho, coentro, cebola, espinafre, couve, tomate e banana (N†., moradora do assentamento União, 47 anos).

A diversidade da lavoura e a liberdade de cultivar roçados impactam diretamente nas condições alimentares dos assentados, como afirmou J. “hoje nós temos uma variedade de alimentos, a gente mesmo produz para o consumo” (J., 36 anos, casada, moradora do assentamento União)‡, o que difere da situação vivenciada no tempo da usina, na qual “algumas vezes perdidas eles davam um pedaço pequeno ao redor de casa para que a gente pudesse plantar um pouco de macaxeira, de feijão e milho, mas nem todo mundo tinha esse privilégio” (J.§, 36 anos, casada, líder do assentamento União). Evidenciando o que Andrade (1980) já alertava em suas obras, o latifúndio e o agravamento do baixo nível alimentar da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As terras da Usina Santa Maria marcadas pelas áreas de *plantation* canavieira foram transformadas em terras de reforma agrária, ocorrendo assim modificações nos regimes de propriedades, de terra de negócio a terra de trabalho. Essa modificação é visível na própria paisagem da

* Entrevista realizada em 2017.

† Entrevista realizada em 2017.

‡ Entrevista realizada em 2018.

§ Entrevista realizada em 2018.

região, na qual onde se tinha o domínio da cana hoje existem diversas lavouras. Além disso, a política de reforma agrária na região gerou importantes transformações no cotidiano de ex-trabalhadores/assentados, principalmente em relação ao trabalho, alimentação, e o fim da relação de sujeição (RAMIRO et al., 2019). Os fatos apresentados consolidam assim, o que Manuel Correia de Andrade, defendeu durante sua carreira, a reforma agrária no lugar do latifúndio, pois só a partir da solução do problema da terra as principais questões que entravam o país podem ser solucionadas (ANDRADE, 1980).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: Memórias de um município. 2. ed., João Pessoa : Ed. Universitária UFPB,1980.
- ANDRADE, M. Correia de. **O rio Mamanguape**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- ANDRADE, M. Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Troccoli. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia**, Campina Grande, n. 8, p. 113-114, 1991.
- BERNARDO, Vilma Pires. **Conflitos trabalhistas na agroindústria açucareira no Brejo Paraibano**. Orientadora: Patrícia Ramiro. 2021. TCC (graduação)- Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21740/1/TCC%20VILMA%20PIRES%20BERNARDO.pdf>. Acesso em 06/04/2022
- GARCIA Jr., Afrânio R.. **O Sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.
- L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2021
- LIMA, Ricardo Ribeiro de; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia**, vol. 156, n. 19, p. 88-100, 1999.
- LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1981.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**:a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MENEZES, M.; MALAGODI, E; MOREIRA, E. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto** (Rio de Janeiro), v.2,n.2, p. 103-114,1977.
- RAMIRO, Patrícia. *et al.* Representações sobre a reforma agrária no Brejo Paraibano. **Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 202-220, jul./dez. 2019.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil**:(1930-1975). São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas,1979.

A PECUÁRIA NO SERTÃO DE ALAGOAS: RECONFIGURAÇÕES NAS DINÂMICAS PRODUTIVAS DA BOVINOCULTURA

José Natan Gonçalves da Silva
Sônia de Souza Mendonça Menezes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a configuração da pecuária no Território da Bacia Leiteira em Alagoas, estabelecendo uma relação entre o processo de expansão dessa atividade no território e as dinâmicas recentes da bovinocultura protagonizada pela agricultura familiar. A metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica, análise de dados estatísticos e pesquisas de campo. Os resultados denotam que uma tendência de transformações das práticas criatórias que se traduzem na predileção à pecuária leiteira, em detrimento da bovinocultura de corte que foi predominante até a primeira metade do século XX. Nota-se, também, que embora essa atividade tenha sido historicamente alicerçada na constituição do latifúndio, gradativamente a criação de gado bovino foi incorporada pelas pequenas unidades de produção. Os desafios que se colocam à manutenção dessas práticas presumem a adoção de estratégias que otimizem as atividades da pecuária nos estabelecimentos da agricultura familiar e reduzam os impactos dos excessos climáticos na depreciação econômica da agropecuária.

Palavras-chave: Pecuária; Bovinocultura leiteira; Agricultura familiar; Semiárido de Alagoas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the configuration of livestock in the *Território da Bacia Leiteira* in Alagoas, establishing a relationship between the process of expansion of this activity in the territory and the recent dynamics of cattle farming carried out by family farming. The methodology was based on bibliographic research, statistical data analysis and field research. The results show that there is a trend of transformations in the breeding practices that translate into a predilection for dairy farming, to the detriment of beef cattle, which was predominant until the first half of the 20th century. It is also noted that although this activity has been historically grounded in the constitution of large estates, the raising of cattle was gradually incorporated by small production units. The challenges facing the maintenance of these practices assume the adoption of strategies that optimize livestock activities in family farming establishments and reduce the impacts of climatic excesses on the economic depreciation of agriculture.

Keywords: Livestock; dairy cattle; Family farming; Alagoas semiarid.

INTRODUÇÃO

A literatura sobre a configuração do espaço agrário no Nordeste evidencia o estado de Alagoas como um dos exemplos exitosos de desenvolvimento da pecuária leiteira (ANDRADE, (2011; FERRARI, 1990). *A priori*, essa atividade estava dominada exclusivamente por grandes pecuaristas, que combinavam a bovinocultura a manutenção de latifúndios. Embora distinta das grandes propriedades, deve-se ressaltar que gradativamente a criação de gado também foi incorporada pela pequena unidade de produção familiar.

Desde a primeira publicação em 1968 da obra “*A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*”, de Manuel Correia de Andrade, até os processos recentes de transformação do mundo rural, foram observadas modificações na dinâmica produtiva da pecuária leiteira do semiárido alagoano, especialmente com a integração da agricultura familiar às atividades de produção e beneficiamento do leite, bem como, ciclos econômicos de crise do setor produtivo diante da competitividade com a agroindústria do leite macroempresarial, a repetição periódica de problemas associados a seca e as contradições intrínsecas às políticas governamentais de financiamento agrícola.

Para efetuação dessa pesquisa, foi utilizado como recorte geográfico o Território da Bacia Leiteira – TBL. Alguns municípios que integram esse território apresentaram redução na produção leiteira entre os censos agropecuários de 2006 a 2017, mas, no cômputo total, o TBL registrou crescimento na quantidade produzida da matéria-prima no referido período. Em consonância com essa abordagem, esse estudo tem como objetivo analisar a configuração da pecuária, antevendo para as transformações na dinâmica produtiva da bovinocultura.

Ao ser priorizado neste estudo o uso da categoria território, considera-se relevantes as abordagens realizadas por Raffestin (1993) ao conceituar o território como o espaço apropriado por atores sintagmáticos, que se territorializam mediante ações concretas e abstratas que estão situadas na dimensão das representações sociais e simbólicas. Logo, a atuação conflituosa e marcada por relações de poder entre latifundiários e pequenos criadores de gado no processo de apropriação do TBL traduz a projeção do território sob a lógica da reprodução social, mas também, da perspectiva produtivista da economia.

Além dessa introdução, o artigo segue estruturado com quatro seções: na primeira, apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa; na segunda, discute-se a expansão e a consolidação da pecuária bovina no TBL, destacando o cenário atual de integração da agricultura familiar às atividades criatórias; e na terceira seção, são tecidas as considerações finais, que, posteriormente, são seguidas pelas referências bibliográficas utilizadas no texto.

METODOLOGIA

A metodologia apresenta perfil qualitativo e esteve, a princípio, embasada na pesquisa teórica (ABREU, 2006). As revisões da literatura partiram, sobretudo, de autores que fundamentaram os primeiros estudos sobre a formação econômica e a produção do espaço agrário em Alagoas e no sertão nordestino (ABREU, 1960; FURTADO, 1961; ANDRADE, 2011; PRADO JÚNIOR, 2011), mas também, referenciais produzidos nas últimas décadas que já apresentavam os processos de transformação da estrutura fundiária e produtiva do espaço agrário do semiárido alagoano (FERRARI, 1990; MENEZES, 2009; SILVA, 2021).

Concomitante às análises teóricas também foram realizados levantamentos de dados secundários disponíveis em documentos legais, órgãos públicos e instituições de pesquisa (fontes digitais e impressas), que apresentam informações sobre o perfil socioeconômico, fundiário e agropecuário dos municípios que compõem o TBL.

Os dados secundários reforçaram algumas evidências constatadas nas pesquisas teóricas e de campo. Entretanto, eles também foram analisados de forma contestatória, sobretudo, quando os números apresentavam informações distorcidas e não condizentes com a realidade.

Durante os anos de 2019 e 2020, a metodologia esteve centrada nas pesquisas de campo. Essa etapa possibilitou o confronto entre a teoria e a empiria, bem como, a interpretação dos conceitos mediante a inter-relação com a dimensão prática. No ano de 2020, o planejamento incluía a realização de atividades de campo a partir do mês de março. Todavia, em função da emergência e avanço da pandemia da Covid-19 as mesmas foram temporariamente suspensas. Essa etapa foi retomada entre os meses de setembro e dezembro de 2020 após a publicação do Decreto Estadual nº. 71.467, que flexibilizou o funcionamento das atividades essenciais e não essenciais em todo o estado de Alagoas, diante do cenário de redução do número de novos casos e mortes pela Covid-19. Seguindo as orientações sanitárias de enfrentamento ao novo coronavírus foram realizadas as seguintes medidas preventivas: uso de máscara, higienização das mãos e ferramentas de pesquisa com álcool-gel 70 e distanciamento de 1,5 metros em relação aos entrevistados.

A definição da amostra durante os anos de 2019 e 2020 descortinou-se pelo uso da técnica *snowball* ou “bola de neve” (VINUTO, 2014). Conforme demonstrado pela autora, nesse procedimento metodológico o número de entrevistas é limitado à saturação de informações repassadas pelos indivíduos. Assim, a amostra foi concluída à medida que os novos nomes indicados não trouxeram novas informações ao quadro de análise. Nesse procedimento foram utilizados informantes-chaves que indicaram pessoas situadas em uma população geral e com perfil necessário à execução da pesquisa.

Em seguida, as pessoas indicadas apontaram novos contatos por meio da sua rede de sociabilidade que, posteriormente, formaram o quadro de amostragem de interesse do pesquisador.

Durante as investigações de campo foram aplicadas entrevistas semiestruturadas (GIL, 1999) junto a 50 produtores rurais e três profissionais em agropecuária que realizam a prática da inseminação artificial em unidades de produção visitadas. Os agricultores familiares identificados realizam, predominantemente, atividades criatórias de pequenos rebanhos leiteiros.

A DINÂMICA DA PECUÁRIA NO TBL: PROCESSOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES

A configuração territorial do sertão de Alagoas está alicerçada no processo espaço-temporal de formação econômica e social do Nordeste brasileiro, que nas terras semiáridas deu-se, sobremaneira, pelo estabelecimento da pecuária. Nas discussões acerca das economias fundadoras do Brasil, Prado Júnior (2011) é enfático ao afirmar que nos sertões nordestinos formou-se a primeira, mais extensa e importante zona criatória da colônia.

Embora o domínio da região no fornecimento de bovinos e carnes já cedesse espaço aos mercados concorrentes do centro-sul no início do século XIX, a bovinocultura continuou a desempenhar relevância em sua dinâmica econômica. Tal fato reforça o pensamento de Andrade (2011, p.198) ao mencionar que “a pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do Sertão”. A consolidação dessa atividade permitiu a constituição de grupos sociais, cuja cultura, economia, rotina e o modo de conceber a vida ocorrem aliados ao ciclo das práticas criatórias.

A princípio, mantida de forma ultraextensiva, a criação de gado no semiárido nordestino estava alicerçada na estreita combinação de exploração dos recursos naturais em seu favor: do bioma caatinga, usufruía-se o espaço de pastejo e as espécies vegetais, que serviam de alimento para os bovinos; dos cursos fluviais, sobretudo o rio São Francisco e seus afluentes, utilizava-se a água; e no sopé das serras, obtinham-se pastagens naturais embrenhadas em áreas úmidas, para onde se deslocava com o gado na ocorrência de estiagens.

Para Andrade (1988, p.62), o sertão nordestino era considerado de “boa qualidade para a pecuária ultra-extensiva em campo aberto”, colonizado com o propósito de fornecimento de mantimentos alimentares e de animais (bovinos e equinos) para a zona da mata canavieira. A relevância da pecuária na ocupação dessas terras reflete na paisagem do sertão de Alagoas, especialmente em municípios as margens do rio São Francisco.

Andrade (2011) considera que em contraposição ao domínio da cana-de-açúcar no litoral, foi no sertão que a pecuária avançou, dominando os sertões alagoanos, sobretudo, nas terras situadas no vale do rio São Francisco e nas bordas do Planalto da Borborema. A escassez de chuvas – característica do

clima semiárido – e o domínio de cursos fluviais intermitentes condicionaram a valorização das terras localizadas às margens do rio São Francisco, fato que viabilizou o prodigioso desenvolvimento das fazendas de gado.

Abreu (1963), Prado Júnior (2011), Furtado (1961) e Moreira (2014) concordam que, dentre outros fatores, a criação de gado nos sertões foi potencializada pela própria estrutura econômica necessária ao seu desenvolvimento, que praticamente abolia capitais fixo e circulante, “multiplicando-se sem interstício” (ABREU, 1963, p.145). Independentemente das condições da demanda, Furtado (1961) assevera que a economia criatória era induzida a permanente expansão, tendo em vista, que de modo diferente do que acontecia com a economia açucareira, aquela “não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva” (FURTADO, 1961, p.77-78).

Para Azevedo (2007), o desenvolvimento da pecuária no sertão estava alicerçado no modelo extensivo e desempenhou importantes eixos de expansão por apresentar baixos custos e capacidade produtiva baseada na multiplicação dos animais e na demanda. Por não depender diretamente de condições produtivas exógenas, a criação de gado tornou-se mais resistente às crises do complexo econômico nordestino, sobretudo quando comparada às práticas canavieiras.

Mesmo considerando a configuração de um cenário de domínio do gado crioulo e do manejo extensivo no sertão nordestino, Andrade (2011) reporta que na segunda metade do século XX alguns estabelecimentos ensaiavam o processo de melhoramento genético dos rebanhos bovinos mediante a introdução de reprodutores zebus, originários da Índia. Além disso, o autor reporta que, assim como identificado nos Cariris Velhos da Paraíba e no Sertão Baixo de Pernambuco, algumas áreas do sertão de Alagoas apresentaram significativo desenvolvimento da pecuária. Na ocasião, além de Palmeira dos Índios, situado no agreste alagoano, o autor evidencia a importância dos municípios sertanejos de Major Isidoro, Batalha, Jacaré dos Homens e Pão de Açúcar na pecuária leiteira, decorrente da introdução do gado holandês, inicialmente trazidos do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia.

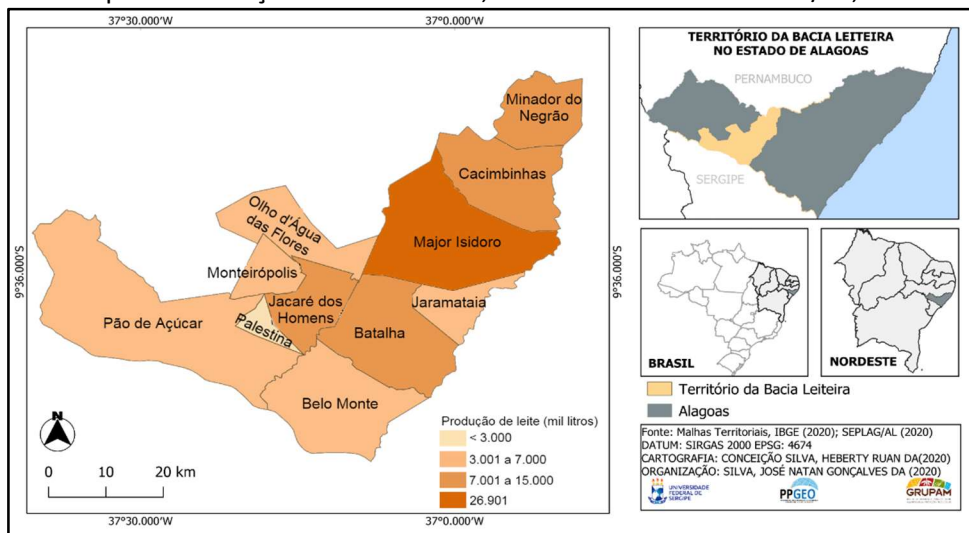
Tal dinâmica representou um marco na reconfiguração das estruturas de exploração dominantes por três séculos, anteriormente vinculada à pecuária extensiva e de corte e, mais recentemente, marcada por processos de especialização produtiva associada à produção de leite e derivados artesanais e industriais. Ao retratar a organização das atividades produtivas no sertão alagoano, Ferrari (1990) considera que a região reportada por Andrade (2011) apresentou a partir da década de 1960 uma nova configuração do espaço agrário em decorrência da ampliação e melhoria dos rebanhos. Gradativamente a criação extensiva na caatinga cedeu espaço para a pecuária semiconfinada em pastagens e coqueiras, onde ocorre a alimentação à base de ração e forragem processada. Embora nesse cenário ainda

persistisse a pecuária de corte, o impulsionamento das atividades está vinculado à produção de leite, fato que justifica a especialização na criação de gado leiteiro, resultante do cruzamento de reprodutores da raça holandesa e turina com matrizes de vacas indianas.

Menezes (2009) ao analisar a produção da pecuária leiteira no sertão de Sergipe, observa que na década de 1940 o município de Batalha, em Alagoas, já despontava como importante produtor de leite no Nordeste. Para autora, a partir da década de 1980 o crescimento do número de vacas ordenhadas no sertão sergipano e, por consequência, o aumento da produtividade de leite decorreu, sobretudo, do melhoramento genético dos bovinos, realizado por meio da inserção de matrizes holandesas oriundas do município de Batalha. Posteriormente, as crias das reses “são repassadas pelos agricultores na sua rede de sociabilidade, havendo uma mestiçagem com os animais zebuínos” (MENEZES, 2009, p.69). No TBL é recorrente entre os agricultores atribuírem as suas reses a denominação de “mestiças holandesas”.

Atualmente, o estado de Alagoas ocupa a sétima posição na produção de leite de vaca entre os estados da região Nordeste, segundo o censo agropecuário do IBGE realizado em 2017. Esse cenário reflete uma queda no *ranking* em relação ao levantamento constatado pelo censo agropecuário de 2006, quando o estado ocupava a sexta posição. Em dados estatísticos, o estado apresentou redução na quantidade produzida do alimento entre os anos de 2006 e 2017, passando de 176.588 para 173.965 mil litros de leite. O mapa 1 demonstra um cenário heterogêneo sobre a produção de leite no TBL.

Mapa 1 – Produção de leite bovino, Território da Bacia Leiteira/AL, 2017



Dos 11 municípios do TBL, oito apresentaram crescimento na produção de leite entre 2006 e 2017, possibilitando que no cômputo total o território apresentasse crescimento na produção leiteira.

Nesse cenário, destacam-se os municípios de Major Isidoro, Batalha e Cacimbinhas que despontam como maiores produtores do TBL, sendo o primeiro, também, o maior produtor do estado (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção da pecuária bovina, Território da Bacia Leiteira/AL, 1995-2017

Município/Território	Bovinos (cabeças)			Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite (mil litros)		
	1995	2006	2017	2006	2017	1995	2006	2017
Major Isidoro	24.590	23.828	22.198	7.831	14.392	17.211	21.893	26.901
Pão de Açúcar	19.916	18.300	15.036	4.184	2.761	7.098	7.045	4.646
Cacimbinhas	16.085	14.133	13.704	3.482	3.551	5.564	5.794	8.655
Batalha	18.596	13.326	10.976	4.308	6.067	18.821	12.276	12.708
Minador do Negrão	12.847	11.097	9.458	2.824	2.647	4.323	6.935	7.896
Jacaré dos Homens	11.081	6.822	8.759	2.428	2.157	9.140	4.627	7.283
Olho d'Água das Flores	8.153	8.315	7.547	1.830	1.672	2.426	2.791	2.798
Belo Monte	11.145	10.339	5.771	1.891	1.284	4.678	4.064	3.746
Jaramataia	5.272	5.795	4.103	1.934	1.522	4.228	5.049	4.174
Monteirópolis	5.951	5.604	3.846	1.473	1.057	2.609	3.323	3.336
Palestina	1.895	1.770	1.920	484	467	837	550	1.231
Bacia Leiteira	135.531	119.329	103.318	32.669	37.577	76.935	74.347	83.374

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995-2017.

Org. José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

Embora haja o aumento no número de vacas ordenhadas e na produção de leite, observou-se entre os anos de 1995, 2006 e 2017 uma redução no quantitativo geral de bovinos. Esses resultados reforçam mudanças nos padrões das atividades vinculadas à pecuária: a criação de grandes rebanhos de bovinos para corte gradualmente vem sendo substituída por manadas menores de vacas ordenhadas, cujo melhoramento genético potencializa o desenvolvimento da bovinocultura leiteira especializada.

Durante as pesquisas de campo também foi constatado que a redução do cômputo geral de bovinos também decorre do estímulo à comercialização do gado novilho (15 a 18 meses de idade) em função dos impactos causados pelas estiagens prolongadas. Indicadores da precipitação anual, disponíveis pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas, retratam que a década de 2010 consistiu em um período de déficit pluviométrico no semiárido alagoano, resultando em secas prolongadas. No ano de 2016, dados coletados na estação meteorológica de Pão de Açúcar, pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, indicaram precipitações anuais de apenas 366,8 mm. No ano seguinte, o mesmo instituto indicou precipitações de 614,9 mm no município. Ainda em 2017, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN divulgou dados pluviométricos de Olho d'Água das Flores e Major Isidoro, que apresentaram, respectivamente, 812,2 mm e 380,2 mm de precipitações anuais. Apesar de Olho d'Água das Flores apresentar, em 2017, excepcionalidade climática em relação aos demais municípios monitorados, observa-se que no TBL as isoietas não ultrapassaram 700 mm.

Assim como ocorre em outras regiões do semiárido nordestino, no sertão de Alagoas a pecuária leiteira distribui-se entre os grandes estabelecimentos agropecuários e as pequenas unidades de produção. O primeiro caso, reflete a continuidade da propriedade patronal, alicerçada na constituição do latifúndio; no segundo caso, tem-se a representação da agricultura familiar cujo acesso à terra deu-se por processos diversos: transformação do vaqueiro em pequeno produtor em função do sistema de quarteação que perdurou até meados do século XX (ANDRADE, 2011), repartição da propriedade rural em função da divisão de bens em contextos de transmissão de heranças e, principalmente, o acirramento de conflitos entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários que desencadeou, sobretudo a partir da década de 2000, na criação de assentamentos rurais. Esses três segmentos inseridos na agricultura familiar perfazem a amostra de entrevistadas realizadas durante as pesquisas de campo.

Os dados da tabela 2 demonstram que os agricultores familiares realizam suas atividades em pequenos estabelecimentos fundiários e pequenas atividades criatórias associadas a bovinocultura leiteira. Paralelo a essas práticas, eles efetuam a produção artesanal de queijo coalho e/ou a comercialização do leite para fabriquetas de derivados de leite e laticínios com bases industriais em Alagoas e Sergipe. Tal fato denota a manutenção de diferentes estratégias de territorialidades: o leite obtido em um turno muitas vezes é comercializado ao laticínio, enquanto a matéria-prima proveniente da ordenha do contraturno é utilizada na elaboração do queijo caseiro.

Tabela 2 – Estabelecimentos agropecuários identificados, Território da Bacia Leiteira/AL, 2019-2020

Características fundiárias e produtivo	Valores em média
Total de unidades de produção identificadas	50
Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	23,84
Número de bovinos	14
Número de vacas ordenhadas	6
Volume diário de leite (l)	60

Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020.

Org. José Natan Gonçalves da Silva; Sônia de Souza Mendonça Menezes, 2022.

A sujeição da produção familiar aos laticínios dar-se por mecanismos alienantes, que forjam um contexto aparentemente vantajoso em relação à opção pela produção artesanal do queijo. No TBL, os produtores rurais são atraídos pelo aumento monetário do valor do leite, que posteriormente não apresenta uma valorização progressiva e regular. Nota-se ainda a oferta de assistência técnica e a construção de uma logística de escoamento do leite, traduzida na disponibilidade de tanques de resfriamento em associações e centros comunitários, que funcionam como pontos de recolhimento e armazenamento da matéria-prima. Tais condições, a princípio benéficas, contrastam com os elevados custos na manutenção dos equipamentos de refrigeração e nas exigências à especialização produtiva.

A comercialização do leite em detrimento da produção caseira de queijo é motivada, sobretudo, pela ausência de uma política eficaz de convivência com o semiárido que implique a redução dos impactos causados pelas estiagens periódicas, especialmente, no tocante à nutrição dos animais. Com a redução da produção leiteira no período seco, torna-se inviável a produção artesanal dos derivados de leite. O cenário de fragmentação social e econômica no sertão nordestino em função das estiagens, já visualizado em discussões realizadas por Andrade (2011) e Azevedo (2007), denotam a perpetuação no século XXI de uma política da seca fundamentada na manutenção de ações emergenciais e assistencialistas em detrimento de políticas emancipatórias.

Nas pequenas unidades de produção familiar identificadas, observam-se transformações no que diz respeito a alterações na dieta alimentar em função do balanceamento nutricional à base de silagem de milho, farelo de soja e palma forrageira. Há, por sua vez, uma dependência do uso extensivo das pastagens naturais e plantadas nos períodos chuvosos. Apesar da inserção de suplementos alimentares na dieta dos bovinos atenuar os impactos das estiagens na produção leiteira, deve-se ressaltar que em situações de déficit pluvial, a redução das pastagens e o estresse calórico dos animais, provocado pela elevada temperatura, a alta radiação solar e a baixa umidade, implicam a redução do fornecimento de leite pelos animais. No TBL, a produção média da matéria-prima (Tabela 2) por queijaria corresponde a 60 litros diários no período da estiagem, que se prolonga de agosto a março. Esse dado sofre variação entre abril e julho, durante o período chuvoso. Nas narrativas dos produtores, se o inverno for chuvoso, a produção do leite aumenta em até 50% no mês de junho.

Na percepção dos agricultores familiares, os desafios da convivência com o semiárido tornam-se ainda mais latentes em função do cenário de esgotamento dos recursos naturais. A transformação sofrida pela natureza diante da retirada da vegetação, que cedeu espaço às pastagens, e do uso de maquinários e agroquímicos, que degradam os solos e intensificam o manejo dos cultivos, constituem elementos que retiraram a vitalidade das terras, alteraram o clima e tornam as chuvas mais incertas e insuficientes. Trata-se da mudança na relação entre homem e natureza, semelhante ao processo previamente identificado por Brandão (1981) no sertão do Mato Grosso Goiano, que consiste na transmutação da natureza controlada e aliada do homem, para a natureza destruída. Na prática, os saberes e as experiências tradicionais* dos homens e mulheres do campo sobre o comportamento do tempo e do clima tornaram-se imprecisas.

*A relação estrita dos agricultores com a natureza perpetuou, em diferentes gerações, saberes e experiências fundamentadas no comportamento da natureza e no imaginário simbólico. Assim, em caso de chuva e plantio no dia de São José (19 de março) é certa a colheita no São João; o juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.) com muito fruto é sinal de bom inverno, porque "juá só cai na lama"; mandacaru (*Cereus jamacaru*) florando na seca é sinal que a chuva logo chega.

O desequilíbrio dos recursos naturais também interfere na estrutura social e econômica da unidade de produção. Com a terra mais “desgastada” e as chuvas mais escassas, as pastagens também se tornam mais “fracas” e os cultivos menos produtivos. Mesmo diante dessas alterações, a chuva continua sendo o evento natural mais esperado pelo sertanejo. É no inverno que os barreiros e barragens, fornecedores de água aos animais, têm seu nível de água elevado, bem como, é nesse período que a pastagem enverdece e o gado é criado solto no pasto. O volume do leite aumenta porque se tem água em abundância, a temperatura é mais agradável ao rebanho bovino e o “verde chama o leite”³. Embora o aumento da oferta durante o período chuvoso implique a redução do valor monetário do leite, os produtores consideram que no inverno as relações de produção e troca da matéria-prima ou do queijo são mais vantajosas, haja vista a redução de custos com a suplementação alimentar dos bovinos.

A respeito dos conhecimentos técnicos empregados no manejo dos rebanhos bovinos do TBL, observa-se que são contempladas atividades tradicionais, repassadas pelas gerações familiares, e outras práticas modernas, que foram recentemente incorporadas no território: incremento nutricional, aquisição de matrizes de bovinos potencialmente mais produtoras de leite (gir e holandesa) e experiências com inseminação artificial. Woortmann e Woortmann (1997) ao retratarem sobre o campesinato já haviam mencionado sobre a complexidade envolvendo a introdução de inovações, paralelas a manutenção de espaços e relações produtivas internalizadas no campo simbólico dos saberes.

Nos estabelecimentos identificados a relevância das práticas modernas está relacionada à capacidade de especialização e à abertura da unidade de produção às inovações. No tocante à proeminência das atividades tradicionais, elas reforçam a importância da transmissão do saber-fazer para as gerações que compõem os membros da base familiar e comunitária. Por sua vez, esses conhecimentos estão imersos em processos dinâmicos que permitem a modificação de alguns elementos, sem necessariamente comprometer os basilares da essência cultural e simbólica. Embora exista no TBL a emergência de novas tecnologias, que alteram a dinâmica das atividades agroalimentares e de manejo das unidades de produção, considera-se ainda a relevância de práticas enraizadas no território e fundamentadas nos saberes tradicionais.

Nos estabelecimentos rurais verificou-se o uso irrestrito da ordenha manual, embora médios e grandes proprietários de estabelecimentos agropecuários já ensaiem a adesão à prática de forma mecânica. Nesse tipo de ordenha, a disponibilidade do leite ocorre por meio da aplicação injetável do

³Conotação frequente entre os agricultores familiares, que se referem à relevância da pastagem como suplemento nutritivo e que estimula a produção do leite.

hormônio ocitocina no animal. Geralmente, tal procedimento é realizado em condições precárias de higiene, incluindo o compartilhamento de seringas durante a aplicação da ocitocina. O uso de agulhas contaminadas compromete a sanidade dos animais e, em diferentes estudos (TERÁN; SOTA, 1997; SOUZA et al., 2019), é apontado como uma das causas da transmissão da *Trypanosoma vivax*, agente causador da tripanossoma bovina.

Em contrapartida, na ordenha manual realizada nas unidades de produção alvo da pesquisa utiliza-se o instinto biológico no fornecimento da matéria-prima. Nesse processo, a obtenção do leite é estimulada pela presença do bezerro (filhote) próximo à vaca. A prática do apoio natural no território é semelhante à identificada por Cruz (2012) nos Campos de Cima da Serra/RS. Antes da ordenha, o bezerro é ligeiramente amamentado com os primeiros jatos de leite, condição que possibilita a limpeza das tetas e a liberação do leite. A disponibilidade contínua do alimento é garantida pela presença da cria, junto à mãe. No final da ordenha os animais são soltos e o bezerro é amamentado com o resto do leite. A autora chama a atenção que a prática leva ao esgotamento das tetas, prevenindo a ocorrência da mastite em função da liberação completa do resíduo da mama.

Ainda em relação à ordenha manual, nota-se que 58% dos produtores realizam o procedimento duas vezes ao dia, uma no início da manhã, e outra no final da tarde, enquanto 42% dos entrevistados fazem uma ordenha no período matutino. Outrora, quando o leite possuía apenas valor de uso, e a carne consistia no produto de troca, a ordenha das reses era realizada apenas durante a manhã. Semelhante ao processo identificado em Sergipe (MENEZES, 2009; 2015), observa-se que em Alagoas a miscigenação do rebanho do gado pé duro e gir com matrizes da raça holandesa, que produzem mais leite, contribuiu para o aumento do número de ordenhas.

Duas justificativas foram mencionadas por aqueles que na ocasião das entrevistas realizam apenas uma ordenha: a primeira, diz respeito aos efeitos da sazonalidade, ou seja, com a chegada das estiagens reduz-se o volume do leite produzido pelo rebanho; e a segunda, refere-se aos cuidados e apreço aos animais. Na percepção de muitos produtores, o ato de realizar duas ordenhas é *“uma judiação com os bezerros, que fica com pouco leite para mamar”*.

Nessas unidades de produção persistem elementos que alinham as relações entre as categorias terra, família e trabalho. Nas culturas agrícolas tradicionais é possível identificar homens e mulheres que não pensam “a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23). Logo, nos estabelecimentos da agricultura familiar, o valor simbólico que se atribui à terra, também se estende aos animais, e de modo particular aos bovinos, dos quais se retira o sustento da família e fundamenta-se o modo de vida do ser sertanejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acirramento da questão agrária no semiárido nordestino está associado, *a priori*, ao estabelecimento da pecuária extensiva mediante a destruição da organização social, cultural e produtiva dos povos originários durante o contexto da colonização. Essa atividade, difundida mediante a formação do latifúndio, foi posteriormente incorporada pelos segmentos da agricultura familiar que passaram a ter acesso à terra por diferentes processos: ascensão social do vaqueiro para pequeno produtor em função do sistema de quarteação, repartição da propriedade rural pela transmissão de heranças e criação de assentamentos rurais por atuação dos movimentos sociais de campo.

No sertão de Alagoas, a pecuária apresentou processos relevantes de transformação produtiva a partir da década de 1950 diante da tendência de adesão à bovinocultura leiteira, em detrimento da pecuária de corte predominante desde as primeiras intervenções de colonização portuguesa. A introdução de matrizes de gado holandês e, posteriormente, de bovinos da raça gir possibilitou que na segunda metade do século XX o semiárido alagoano despontasse na produção de leite no Nordeste do Brasil.

As principais bases técnicas que recentemente alteraram a dinâmica produtiva da bovinocultura constituem o incremento nutricional dos animais e mudanças genéticas do gado, inicialmente por processos de reprodução natural e, posteriormente, pelo uso de experiências com inseminação artificial. Embora consideravelmente utilizadas nas grandes propriedades, essas técnicas também foram acessadas pela agricultura familiar. Por sua vez, deve-se ponderar que nas pequenas unidades de produção há o predomínio de práticas tradicionais de manejo da pecuária, sobretudo, a ordenha manual e a criação extensiva em pastagens plantadas e naturais.

Nos estabelecimentos da agricultura familiar existe uma notória dependência aos fatores naturais, especialmente, às condições do clima. Assim como observado nos primórdios de expansão da pecuária no sertão do Nordeste, a seca ainda implica à fragmentação da estrutura social e econômica das atividades criatórias. Para a redução desses agravos, sugere-se a construção e a efetivação de uma política de convivência com o semiárido e o acompanhamento institucional e planejado dos segmentos da agricultura familiar, a fim de garantir a otimização produtiva e das tecnologias associadas à agropecuária.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES órgão viabilizador da pós-graduação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. Capítulos de história colonial, 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- ABREU, R. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em Memória Social. In: GONDAR, J. DODEBEI, V. (Org.). O que é Memória Social? Contra capa: Rio de Janeiro, 2006. p.27-42. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/23-o_que_e_memoria_social.pdf>. Acesso em 01 de ser. de 2017.
- AZEVEDO, F. F. Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar. 2007. 476 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2007.
- ALAGOAS. Precipitação mensal e anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2016-2017. Disponível: <<http://www.semarnh.al.gov.br/tempo-e-clima/analises-tecnicas/precipitacao-mensal>>. Acesso: 24 jan. 2021.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M. C. **Nordeste**: alternativas da agricultura. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- BRANDÃO, C. R. Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- CRUZ, F. T. Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- FERRARI, O. F. A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a definição dos centros urbanos. **Cadernos de Geociências**; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n.1, Edição Especial, Rio de Janeiro, p.01-53, 1990.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE. Censo agropecuário 1995, 2006 e 2010. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso: nov. 2018.
- MENEZES, S. S. M. A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão/SE, 2009.
- MOREIRA, R. A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011[1942].
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SILVA, J. N. G. **Territórios queijeiros**: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas. 2021. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021. Disponível: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14944>>. Acesso: 14 mai. 2022.
- SOUZA, A. L. et al. Tripanossomose bovina em um rebanho leiteiro no município de Monte Carmelo, Minas Gerais: relato de caso. *Pubvet*, v.13, n.10, a437, p.1-5, out. 2019. Disponível: <<file:///C:/Users/Natan/Downloads/tripanossomose-bovina-em-um-rebanho-leit.pdf>>. Acesso: 14 jan. 2021.
- TERÁN, M. V. SOTA, C. A. La tripanosomiasis bovina en América Latina y el Caribe. *Educación Continua*, Santiago/Chile, v. 33, n. 136, p.17-21, oct./dic. 1997. Disponível: <<http://www.revistasmvu.com.uy/index.php/smvu/article/view/522/345>>. Acesso: 14 jan. 2021.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.
- WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.
- WOORTMANN, E. F. WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

LA RENUNCIA DEL SOCIALISMO A LA REFORMA AGRARIA EN EL SUR DE EUROPA: APROXIMACIÓN AL CASO ANDALUZ

José Díaz Diego

RESUMEN

En plena transición a la democracia, las principales fuerzas políticas andaluzas decidieron incorporar en el primer Estatuto de Autonomía de Andalucía la obligación de la Comunidad Autónoma de acometer una reforma agraria, que permitiera, entre otros avances, la corrección de la desequilibrada estructura agraria y el pleno empleo en el campo. Dado el mandato estatutario, el Partido Socialista Obrero Español - PSOE, vencedor de las primeras elecciones autonómicas celebradas en 1982, presentó al Parlamento andaluz un proyecto de ley de reforma agraria, que saldría adelante en 1984 con los votos a favor solo de sus impulsores. La primera y última Ley de Reforma Agraria andaluza contemplaría tanto el apoyo a la mejora productiva de las explotaciones que lo requirieran cuanto la expropiación y/o compra de tierras para su reparto entre los jornaleros. Sin embargo, la ejecución de la reforma pivotaría pronto hacia la primera medida, convirtiendo en testimonial la segunda, especialmente a partir de 1991, evidenciando la renuncia del socialismo andaluz a la reforma agraria como instrumento transformador de las áreas rurales.

Palabras clave: Reforma Agraria, Andalucía, 1984-2011.

ABSTRACT

During the transition to democracy, the main Andalusian political parties decided to incorporate in the Statute of Autonomy the obligation of the Autonomous Community to promote an agrarian reform. That agrarian reform should allow, among others advances, the correction of the asymmetric agrarian structure and the full employment in the countryside. The statutory mandate obligated to the Spanish Socialist Labour Party – PSOE, winner of the first regional elections of 1982, to submit to the Andalusian Parliament a law project of agrarian reform. It would be approved in the chamber in 1984 only with the votes of the promoting party. The first and last Andalusian Agrarian Reform Law contemplated both the support for the productive improvement of farms that required it and the expropriation and/or purchase of land for distribution among agriculture labours. However, the execution of the reform would soon pivot towards the first measure, making the second testimonial, especially since 1991, what evidenced the Andalusian socialism's renunciation of the agrarian reform as a transformation instrument for the rural areas.

Key-words: Agrarian Reform, Andalusia, 1984-2011

INTRODUCCIÓN

Las reformas agrarias simbolizaron por mucho tiempo la solución rápida y efectiva a los problemas de precariedad económica que sufría – y en parte aún sufre – la población campesina y jornalera de países y regiones, por veces, de características sociales y agroeconómicas dispares en contextos y épocas, además, disímiles. Pero bajo la convicción, en cualquier caso, de que la gran propiedad favorecía tal concentración social de recursos agrícolas y económicos que obstaculizaba las posibilidades de mejorar el nivel de vida de los trabajadores de la tierra, perpetuando la inequidad y la pobreza en los entornos rurales. Bajo estas premisas básicas, las propuestas de intervención tomaron luego direcciones distintas en virtud, al menos, del marco ideológico desde el que se promovía y de los análisis sociopolíticos y agroeconómicos de mayor reconocimiento en los paradigmas dominantes. Así podemos identificar proyectos agrorreformistas a lo largo de los últimos dos siglos con diferencias de carácter ideológico, de impulso institucional, de ámbito territorial, de diseño y aplicación técnica, de inversión presupuestaria, de respaldo social y de resistencia por parte de los grupos afectados con implicaciones agrícolas y socioeconómicas diametralmente distintas, que sin embargo coincidimos en calificar de reformas agrarias en la medida en que trastocaron la propiedad de la tierra para su redistribución y promovieron nuevas formas de aprovechamiento y gestión.

En el caso español, el retorno a la democracia y la aprobación de la nueva Constitución Española (1978) permitieron una descentralización del país gracias a la transformación de las regiones en comunidades autónomas con amplio margen competencial, lo que implicó por primera vez en la historia de España la aprobación de leyes de ámbito regional. Dos de estas comunidades autónomas, Andalucía y Extremadura, en el sur del país, decidieron impulsar sendas reformas agrarias ideadas como proyectos de modernización rural para sus sectores agroforestales y la población ocupada en los mismos, si bien por vías distintas: en la primera de ellas, Andalucía, se aprobó una ley expresamente de reforma agraria mientras que en la segunda, Extremadura, se avanzó en el proyecto haciendo uso de normas subsectoriales. En el caso andaluz, las principales fuerzas políticas habían consensuado en 1979 un Estatuto de Autonomía (Víboras y Terrón, 2003), aprobado por referéndum en 1981, en que la reforma agraria pasaba a considerarse un objetivo de la Comunidad para “la transformación, modernización y desarrollo de las estructuras agrarias y como instrumento de una política de crecimiento, pleno empleo y corrección de los desequilibrios territoriales” (ESPAÑA, 1982, art. 11).

Lo recogido en el Estado relativo a la reforma agraria se alineaba bien, en cualquier caso, con la opinión de los andaluces de la Trascición, pues un 72% de ellos consideraba grave o muy grave los problemas que aquejaban al campo y un 76% valoraba la reforma agraria bastante o muy necesaria en

ese momento. Se trataba de la iniciativa política que la mayor parte de los encuestados elegía como la más urgente de todas y, por mayoría, los mismos creían que serviría para crear empleo, generaría una agricultura más rentable, permitiría una mejor distribución de la tierra, facilitaría el acceso de los trabajadores asalariados a la propiedad, terminaría con el latifundismo y estimularía el cooperativismo (CIS, 1984, 160-167).

LA REFORMA SOCIALISTA

Obligados a reformar, por ser un objetivo estatutario, los principales partidos políticos que concurrieron a las elecciones parlamentarias andaluzas de 1982, tuvieron que posicionarse al respecto. Y como aquellas elecciones las ganaría el partido al que apuntaban todas las encuestas, el Partido Socialista Obrero Español – PSOE, sería este el encargado de proponer al Parlamento una ley de reforma agraria. Así, Rafael Escuredo, presidente entonces de la Junta de Andalucía, anunciaría el proyecto en un meeting en 1983 en la ciudad de Carmona (provincia de Sevilla), confirmando a terratenientes y jornaleros que la amenaza para unos y promesa para otros, de una reforma agraria, no se quedaba en los panfletos y arengas electorales sino que se transformaría en una iniciativa real. En cualquier caso, el proyecto se fijaba propósitos y alcances significativamente distintos a los que tradicionalmente habían venido definiendo a las reformas agrarias integrales y se situaba más bien cerca de lo contemplado por Ley de Fincas Manifiestamente Mejorables (ESPAÑA, 1979), de carácter productivista y conservador.

La reforma agraria prometida por los socialistas ambicionaba la transformación del medio rural para nivelar sus rentas con la del medio urbano, la dotación de infraestructuras que permitieran el impulso de la actividad socioeconómica, el diseño de políticas de precios adecuados al medio agrario, la puesta en regadío de tierras en secano y el aumento de la producción agrícola (ESCUREDO Y CANO, 2000, 352). Presentado como Proyecto de Ley, recibió casi 300 de enmiendas por parte de una oposición defraudada por el texto, cuando no diametralmente en contra.

Casi trescientas enmiendas al articulado debate durante estos días la comisión parlamentaria andaluza encargada de dictaminar el texto del proyecto de ley de Reforma Agraria, que será nuevamente elevado al pleno para su aprobación definitiva, lo que no es obstáculo dada la amplia mayoría del PSOE en la Cámara. El partido andalucista ni siquiera ha presentado enmiendas al texto, como prueba de su rechazo total al mismo (REIG, 1984).

Dada la mayoría de los socialistas en el Parlamento andaluz, la aprobación del proyecto no tendría excesivas dificultades. Eso sí, solo contaría con el voto a favor del partido que la promovía pues otras organizaciones progresistas, como el Partido Comunista, votarían en contra al considerarla parca en capacidades transformadoras y partidos conservadores, como Alianza Popular, harían lo propio al ver cuestionada la propiedad privada. Sin consenso en la Cámara, la Ley de Reforma Agraria de Andalucía (en adelante LRAA) se aprobaría el 3 de julio de 1984 (ANDALUCÍA, 1984). Se trataba de la primera - y

última - ley de reforma agraria netamente andaluza, en la medida en que las anteriores habían sido aprobadas por el Estado central, lejos de diseñarse en función de las características y necesidades económicas, sociales e históricas andaluzas. En su exposición de motivos, la LRAA justificaba su necesidad recordando la larga historia de dificultades sociales y económicas sufridas en los entornos rurales por, entre otras causas, la desequilibrada propiedad de la tierra:

La sociedad andaluza se ha caracterizado históricamente por una estructura social muy marcada, y que ha tenido en la posesión de la tierra su línea divisoria. De un lado, unos pocos grandes propietarios que explotaban sus tierras de modo extensivo y de otro una gran masa de trabajadores agrícolas sin tierra y de pequeños campesinos con insuficiente tierra, que debían acudir también al mercado de trabajo para completar sus ingresos. El aprovechamiento extensivo de las grandes explotaciones y la ausencia de alternativa de empleo en otras actividades daban lugar a situaciones de paro crónico, con prolongados períodos de paro estacional, estableciendo así las bases de una economía en precario que provocaba, especialmente en ciertas coyunturas de malas cosechas, agudos problemas sociales, que daban lugar a un alto nivel de conflictividad, manifestando reiteradamente a través de movimientos huelguísticos y revueltas promovidas por las organizaciones obreras. (...) [Y] aunque el desarrollo productivo de la agricultura andaluza ha sido notorio, la existencia de una determinada estructura de propiedad y explotación ha determinado una evidente infrautilización del recurso tierra. Así, a pesar de que una gran parte de los grandes propietarios acometieron la modernización de sus explotaciones, sus estrategias empresariales han conducido a una estructura de cultivos, a un uso del suelo y a unos desequilibrios agricultura-ganadería que evidencian, entre otras cosas, un aprovechamiento inadecuado de los recursos naturales de Andalucía (ANDALUCÍA, 1984a, 23562).

A grandes rasgos, la ley se fijaba los objetivos, por un lado, de permitir el acceso a la propiedad de la tierra por parte de los trabajadores del campo y, por otro, de modernizar el sistema agropecuario andaluz. Quería hacerse evaluando el aprovechamiento y la productividad de todas las fincas que, dentro de las áreas declaradas como comarcas de reforma agraria, fueran iguales o mayores a 50 hectáreas de riego, 300 hectáreas de secano o 500 hectáreas de monte, con sus correspondientes equivalencias: 1 ha de riego = 6 ha de secano = 10 ha de montes (Sánchez, 1992, 144) e interviniendo, según los indicadores comparados de la explotación durante el último quinquenio, (1) en la gestión de la finca, solicitando a los dueños un plan de mejora, (2) en el derecho de uso de la explotación, traspasándola a terceros que mejor la aprovecharan o (3) en la propiedad del dominio, expropiando la finca a favor del IARA. En los años en que duró la reforma, las dos últimas medidas se revelarían testimoniales.

La LRAA y sus reglamentos se alejaban de modelos clásicos de intervención directa en la gran propiedad vía expropiación y redistribución, basculando más bien hacia el impulso de medidas que permitieran la modernización de las infraestructuras agrarias a través del apoyo a la transformación de cultivos, la mejora de los caminos, del riego, de la electrificación de las fincas, de las construcciones agrícolas, etc. Los asesores de la Junta de Andalucía vislumbraban que, impulsada así, la reforma agraria permitiría “un proceso dinamizador de la agricultura en su conjunto y del medio rural” mediante “una serie de medidas de apoyo para el impulso y fomento de la comercialización de productos agrarios,

transformación industrial de dichos productos”, lo que a su vez les reportaría “el apoyo de todo este sector social: la población trabajadora y los pequeños campesinos, la juventud rural, [...] y quizás, hoy alejados de la tierra, los empresarios andaluces” (GATECO, 1986) .

Con la ley nacía también su ente ejecutor, el organismo autónomo “Instituto Andaluz de Reforma Agraria” (en adelante IARA), cuyas competencias lo harían decisivo durante años en la gestión tanto de las explotaciones agrarias como, en parte, de los montes andaluces. El artículo 8 de la LRAA dotaría al IARA de cinco funciones básicas, a saber: 1) aportar los informes o los estudios concernientes a la elaboración de los planes de reforma agraria; 2) proponer las actuaciones en materia de reforma agraria que deban ser aprobadas por la Consejería de Agricultura y Pesca o elevadas por ésta al Consejo de Gobierno; 3) ejecutar las actuaciones anteriormente reseñadas y todas aquellas concernientes a la política agraria que le sean especialmente encomendadas; 4) la titularidad y ejercicio de los derechos sobre la tierra que sean adquiridos por la Administración Autónoma para la realización de la reforma agraria; y 5) las competencias en materia de reforma y desarrollo agrario y de montes y forestal, de acuerdo con las correspondientes normas de asignación con el traspaso de competencias de la Comunidad Autónoma.

LA RESISTENCIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

El procedimiento para la aplicación de la reforma agraria, como el de todas las iniciativas de este tipo, no fue sencillo. La LRAA se desarrolló con la ejecución de dos reglamentos, el primero de ellos, aprobado en octubre de 1984* y el segundo de ellos, aprobado en 1986† tras un diferendo sobre la necesidad de un informe previo del Consejo de Estado sobre el reglamento inicial, que terminó considerándose prescriptivo, sin menoscabo de la constitucionalidad de la norma, que contó con el visto bueno del Tribunal Constitucional (PÉREZ ROYO, 1988). Cabe recordar que, en 1984, 53 senadores de Alianza Popular habían interpuesto un recurso de inconstitucionalidad a la LRAA dada su supuesta desviación de la carta magna en tres “bloques de materias”, dice el Pleno del Constitucional, esto es en: (1) violaciones de los derechos constitucionales de propiedad y libertad de empresa, (2) ingerencia en competencias exclusivas del Estado y ámbitos de regulación no contemplados en el Estatuto andaluz y, finalmente, (3) la inconstitucionalidad del Impuesto sobre Tierra Infrutilizadas (TC, 1987, 13). En su sentencia núm. 37 de 1987, el Constitucional desestimó el recurso, avalando la constitucionalidad de la ley y la defensa de la misma por parte del Parlamento andaluz, el Gobierno andaluz y el Gobierno central.

Lo anterior no frenaría, en cualquier caso los múltiples intentos de paralización jurídico-administrativa de las actuaciones reformistas por vías alternativas. El garantista marco procedimental de

* Decreto 276/1984, de 30 de octubre, por el que se aprueba el Reglamento para la ejecución de la Ley de Reforma Agraria (ANDALUCÍA, 1984b).

† Decreto 402/1986, de 30 de diciembre, por el que se aprueba el Reglamento para la ejecución de la Ley de Reforma Agraria (ANDALUCÍA, 1987).

la LRAA y sus reglamentos, en la línea del sistema judicial español, hizo de la interposición de recursos y demandas la principal estrategia contrarreformista de la oposición política y patronal. No se obró con celeridad, como recomendaba Martínez Alier unos años antes: “una reforma agraria debe ser un proceso rápido en el cambio de gestión de las fincas [...]. Puede irse despacio en la definitiva adjudicación y en el pago de indemnizaciones, pero no es conveniente dejar las tierras bajo amenaza de expropiación durante meses y años” (MARTÍNEZ ALIER, 1978, 237). Ni se maniobró con el PSOE nacional, con mayoría parlamentaria en Madrid, para impulsar en el Congreso de los Diputados la aprobación de una ley que permitiera la creación de órganos judiciales especializados en la materia, a modo de tribunales agrarios, tal como tuvo la reforma agraria chilena*, que pudieran absorber en primera instancia la avalancha de recursos promovidos por los dueños de la tierra y sus representantes político-patronales.

En todas las ocasiones, los tribunales han actuado a instancias de organizaciones agrarias afiliadas a la Confederación Nacional de Agricultores y Ganaderos (CNIAG), asociada a su vez a la Confederación Española de Organizaciones Empresariales (CEOE) [...]. En todas las ocasiones, la Junta de Andalucía ha recurrido las sentencias ante el Tribunal Supremo. El cúmulo de sentencias contra la reforma agraria y de recursos presentados por el Gobierno regional ha creado una compleja de acción jurídica (CARRIZOSA, 1986).

Los múltiples recursos y demandas interpuestas tanto por los afectados particulares como por sus representantes enmarañaron el procedimiento interventor hasta colapsar la Administración. En una nota manuscrita de la Oficina Comarcal para la Reforma Agraria de la Vega de Sevilla, se recoge la queja de un técnico por los más de 9 meses de retraso de la Consejería en la tramitación de los recursos. Su volumen era tal que había congestionado el registro de entrada y salida. En la nota, el remitente concluía pidiendo que se reforzase “el aparato administrativo que la Consejería ha diseñado para atender a la gestión de los recursos” (IARA, 1986). Las iniciativas contrarreformistas superaron en muchas ocasiones la capacidad de la Administración pública, desde el registro de la Consejería hasta el gabinete de letrados encargados de argumentar y defender las iniciativas del IARA y la Junta de Andalucía, pasando por los técnicos y administrativos que debían cursar y resolver los expedientes.

EL PASO ATRÁS

Por la documentación archivística y de prensa trabajada, la falta de convencimiento de la necesidad de una reforma agraria estuvo presente en los cargos institucionales y, en no pocas ocasiones, técnicos de la Junta de Andalucía prácticamente desde la aprobación de la ley. Nada más comenzar la reforma agraria, José María Sumpsi, presidente entonces del IARA, reconocía en el diario El País que hablar de reforma agraria podría haber sido “nuestro mayor pecado”, y puede que la causa de “nuestra mayor penitencia” (en RELAÑO, 1985) a pesar de reconocer posteriormente que tanto la concentración

* Ley 16.640 del Ministerio de Agricultura, de 16 de julio de 1967, de Reforma Agraria (CHILE, 1967).

de la propiedad (más del 50% de la SAU ocupada por fincas mayores de 300 hectáreas) como los serios problemas de desarrollo económico de las áreas rurales andaluzas la justificaban sobradamente (SUMPSI, 1988, 21).

Se presentaba una paradoja derivada de la confluencia de dos elementos difícilmente compatibles: por un lado, del interés político por el músculo evocativo de la reforma agraria en la conciencia del pueblo andaluz, su potencial electoral y su funcionalidad discursiva al tiempo que, por otro lado, del desinterés de los administradores de lo público por sus complejidades jurídicas, técnicas, económicas y políticas, que no eran pocas, como en toda reforma agraria. Esa contradicción comenzaría a resolverse en 1990 que, para la reforma agraria andaluza, sería el principio del fin. La llegada a la Presidencia de la Junta de Andalucía de Manuel Chaves supuso el cambio de consejero de Agricultura y Pesca. El consejero hasta entonces, Miguel Manaute, era un agricultor ligado a las reivindicaciones del campo andaluz, primero en el Sindicato de Obreros del Campo – SOC y luego en la Unión de Agricultores y Ganaderos de Andalucía – UAGA, un convencido de la reforma agraria, nombrado consejero en 1982 por el impulsor de la ley, Rafael Escuredo. El sucesor de Manaute sería Leocadio Marín.

El nuevo consejero, Marín, estaba lejos de ser un entusiasta de la reforma agraria. Y tenía varias razones para ello. La litigiosidad de la reforma había abrumado a la Administración andaluza y paralizado infinidad de expedientes. El Fondo IARA del Archivo Central de la Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Desarrollo Sostenible de la Junta de Andalucía conserva centenares de recursos, tanto individuales como asociativos, que demuestran una activa resistencia a la reforma por parte de sus opositores, ejercida por estos desde los niveles más técnicos, votando contra el sistema de clasificación de suelos, los índices técnico-económicos para el cálculo del rendimiento de las explotaciones o las bandas de precios en las reuniones de las Juntas Provinciales, hasta los más altos niveles judiciales, como el referido constitucional, pasando por los niveles administrativos y jurídicos intermedios, recurriendo los límites de la comarcalización o los decretos de actuación aprobados por la Administración autonómica, sin olvidar la significativa falta de cooperación demostrada por un empresariado que rara vez facilitaba la información económica y laboral requerida por los técnicos del IARA antes de su reclamación a través de los boletines oficiales de las diputaciones provinciales.

Para sortear, al menos, la maraña judicial que suponía la expropiación de fincas, la principal vía para la adquisición de tierras pasaría a ser la compra de suelo por oferta voluntaria de los dueños a justiprecio de mercado, lo que no solo era caro sino que impedía toda planificación comarcal, pues las fincas ofrecidas eran pocas y su localización y características no siempre las deseadas. De hecho, muchas de las propiedades ofrecidas al IARA eran explotaciones forestales, de bajo o nulo perfil agrícola,

cuya compra permitía a la Administración aumentar los montes públicos pero no avanzar en la reforma agraria.

Por otro lado, si los partidos políticos más afines al empresariado agrícola no cesaron de cargar contra la Junta por el carácter intervencionista de la reforma, el escaso avance de la misma hizo lo propio con la oposición progresista a partir de 1988, en que Izquierda Unida inició una campaña municipalista de reivindicación reformista, llevando a los plenos de los ayuntamientos la necesidad de instar a la Junta a su impulso en sus municipios. Así enviaron sus acuerdos plenarios, entre otros, los ayuntamientos de Adamuz, Fernán-Núñez, Pizarra, El Viso del Alcor o Brenes. Paralelo a lo anterior, la entrada de España en la Comunidad Europea (después Unión Europea) en 1986 había asegurado la llegada de fondos estructurales para el desarrollo rural, que se unían a los programas propios para paliar los efectos del desempleo jornalero, todo ello menos conflictivo que la reforma agraria, de difícil encaje además en una Europa de integración de mercados y alineación de intereses agroalimentarios que supeditaba la financiación del campo al cumplimiento de la Política Agraria Común - PAC, en las antípodas de los objetivos reformistas.

La reforma agraria se había convertido en un problema de gestión política de primera magnitud para la Junta de Andalucía, de “efectos perversos y situaciones diabólicas”, decía el consejero Marín, que el Ejecutivo quería desarmar, empezando por suprimir las expropiaciones (en ÁLVAREZ, 1991:39 y 51). Cuando lo decide, se habían decretado ya 10 comarcas de reforma agraria (Cuadro 1), que se extendían por un total de 14.287 km² (16,37% de la región), afectando a 385.558 hectáreas en explotación (Figura 1). El IARA había realizado además cientos de acciones fuera de dichas comarcas, junto con una multimillonaria inversión anual en mejora de las infraestructuras agropecuarias de punta a punta de la Comunidad Autónoma, que irían reduciéndose conforme le restaban peso económico (Figura 2).

Cuadro 1. Comarcas declaradas de reforma agraria, con decreto de aprobación y fecha de publicación en el Boletín Oficial de la Junta de Andalucía.

Comarca	Declaración y publicación en BOJA
Antequera (Málaga)	Decreto 297/1984 de 20 de noviembre, en BOJA de 27/11/1984
Osuna – Estepa (Sevilla)	Decreto 319/1984 de 18 de diciembre, en BOJA de 29/12/1984
Vega de Córdoba	Decreto 323/1984 de 18 de diciembre, en BOJA de 29/12/1984
Vega de Sevilla	Decreto 323/1984 de 18 de diciembre, en BOJA de 29/12/1984
Campiña de Cádiz	Decreto 239/1985 de 6 de noviembre, en BOJA de 10/12/1985
Medina Sidonia (Cádiz)	Decreto 240/1985 de 6 de noviembre, en BOJA de 10/12/1985
Condado – Campiña (Huelva)	Decreto 272/1985, de 26 de diciembre, en BOJA de 04/02/1986
Los Montes (Granada)	Decreto 273/1985 de 26 de diciembre, en BOJA de 04/02/1986
Vega de Andújar y Campiñas Bajas de Jaén	Decreto 151/1988 de 5 de abril, en BOJA de 20/05/1988
Los Vélez (Almería)	Decreto 152/1988 de 5 de abril, en BOJA de 20/05/1988

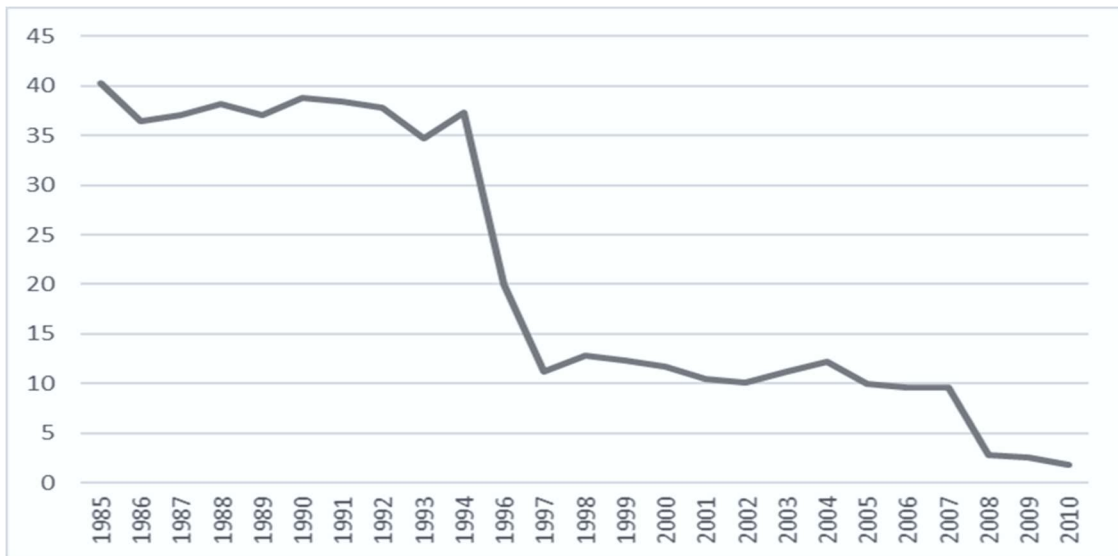
Fuentes: Boletín Oficial de la Junta de Andalucía – BOJA y SÁNCHEZ (1992, 140-141). Elaboración propia.

Figura 1. Mapa de los municipios con superficie declarada de reforma agraria.



Fuente: decretos de declaración de comarcas de reforma agraria, recogidos en el cuadro 1. Elaboración propia.

Figura 2. Gráfico del peso relativo del presupuesto del IARA en las partidas agrarias de la Junta de Andalucía (%).



Fuente: leyes de presupuestos de la Junta de Andalucía. Elaboración propia.

El IARA sobreviviría aún dos décadas más, dada su utilidad para la gestión de ayudas y el control público del campo andaluz pero no para acometer su principal objetivo: la reforma agraria. La Junta de Andalucía liquidaría el IARA en 2011, incluyéndolo en la Ley de Reordenación del Sector Público (ANDALUCÍA, 2011), en la que, bajo los principios de “simplificación y racionalización de la estructura organizativa” de la Administración autonómica, se disolvería el ente encargado de la reforma para reducir

el gasto público y poner a la venta su patrimonio. Una década más tarde, buena parte de las fincas adquiridas para robustecer el tejido asociativo del agro andaluz, siguen en subasta (ANDALUCÍA, 2021), sin provecho para el colectivo jornalero ni beneficio económico para las arcas públicas pero bajo el objetivo impertérrito de deshacerse - “dinamizar” dice la ley - de un patrimonio rústico que, de conservarlo, redundaría sin embargo en la posibilidad de contar con tierras públicas con las que experimentar e impulsar proyectos alternativos en un sector económico y sociolaboral decisivo para Andalucía, como el agroalimentario.

CONSIDERACIONES FINALES

La historia de la aplicación de la Ley de Reforma Agraria de Andalucía muestra, como pocas, la efectividad de las estrategias terratenientes para mantener el status quo de la mediana y gran propiedad en el contexto de una democracia liberal al tiempo que la escasa confianza del socialismo andaluz en la necesidad de corregir las desigualdades socioeconómicas en los ámbitos rurales a través del acceso de los ciudadanos a recursos estratégicos, como la tierra. La reforma agraria andaluza, que se redujo más bien a un programa de fomento de infraestructuras agrarias y de apoyo a la gestión de las explotaciones privadas, instrumentalizó un anhelo social de eco histórico en el pueblo andaluz, poniéndolo al servicio de la gobernabilidad de la Comunidad Autónoma, en un tiempo de clara conciencia colectiva de la importancia de impulsar nuevas formas y estructuras para trabajar el campo. La renuncia a la reforma agraria por parte del PSOE andaluz supuso un giro en la lectura socialista de la historia de Andalucía y la potencialidad de los proyectos alternativos, adheriéndose más bien a una concepción epocal, que por entonces ya se auguraba protagónica, de una agricultura supeditada a la iniciativa privada sin la coparticipación de la Administración en las explotaciones, más allá de sus responsabilidades administrativo-legislativas y de gestión de ayudas.

AGRADECIMIENTOS

El trabajo de investigación, actualmente en desarrollo, cuenta con financiación del proyecto de I+D “Memoria, gestión y efectos de la promesa, impulso y renuncia reformistas de acceso a la tierra y a su trabajo en Andalucía desde la Transición a nuestros días”, cód. P20-00864, de la Consejería de Transformación Económica, Industria, Conocimiento y Universidades de la Junta de Andalucía y el Plan Operativo FEDER de la Unión Europea. Algunas de las ideas del texto han sido expuestas en el IX Congreso de la Sociedad Portuguesa de Estudios Rurales (Faro, Portugal, 2022) y el XIV Congreso de la Federación Española de Sociología (Murcia, España, 2022).

REFERENCIAS

ÁLVARIZ, J. El Consejero de Agricultura advierte que el gobierno se va a replantear todas sus acciones en reforma agraria. **ABC**, Madrid, 13 nov. 1991. Andalucía, p. 39.

ANDALUCÍA (Comunidad Autónoma). Decreto 276/1984, de 30 de octubre, por el que se aprueba el Reglamento para la ejecución de la Ley de Reforma Agraria. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**: Sevilla, n. 107, 23 nov. 1984b.

ANDALUCÍA (Comunidad Autónoma). Decreto 402/1986, de 30 de diciembre, por el que se aprueba el Reglamento para la ejecución de la Ley de Reforma Agraria. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**: Sevilla, n. 4, 20 de ene. 1987.

ANDALUCÍA (Comunidad Autónoma). Decreto 78/2021, de 2 de febrero, por el que se establece el procedimiento para la enajenación de tierras vacantes procedentes del extinto Instituto Andaluz de Reforma Agraria. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**: Sevilla, n. 24, 5 feb. 2021.

ANDALUCÍA (Comunidad Autónoma). Ley 1/2011, de 17 de febrero, de reordenación del sector público de Andalucía. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**: Sevilla, n. 36, 21 feb. 2011.

ANDALUCÍA (Comunidad Autónoma). Ley 8/1984, de 3 de julio, de Reforma Agraria. **Boletín Oficial del Estado**: Madrid, n. 193, p. 23562 – 23570, 13 ago. 1984a.

CARRIZOSA, José Antonio. La Junta de Andalucía aprueba nuevas actuaciones de reforma agraria, pese a la reiterada oposición judicial. **El País**, Madrid, 29 may. 1986. Disponible en: https://elpais.com/diario/1986/05/29/economia/517701603_850215.html. Acceso: 10 jul. 2022.

CHILE. Ley 16.640 del Ministerio de Agricultura, de 16 de julio de 1967, de Reforma Agraria. **Diario Oficial de la República de Chile**: Santaigo de Chile, 28 jul. 1967.

CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas). **2º Barómetro de Andalucía. Estudio 1.442**. Madrid: CIS, 1984. 29 p.

DELGADO, M. *et al.* Una aproximación al metabolismo socioeconómico de la agricultura intensiva almeriense. **Asociación Española de Historia Económica**. Madrid: AEHE, 2016. Disponible en: <https://www.aehe.es/wp-content/uploads/2016/01/Delgado-et-al..pdf>. Acceso: 07 jul. 2022.

ESCUREDO, R. y CANO, J. **Valió la pena la lucha de Andalucía por su autonomía**. 1. ed. Valencia: Tirant Humanidades, 2020. 360 p.

ESPAÑA. Ley 34/1979, de 16 de noviembre, sobre fincas manifiestamente mejorables. **Boletín Oficial del Estado**: Madrid, n. 281, p. 27054 – 27056, 23 de nov. 1979.

ESPAÑA. Ley Orgánica 6/1981, de 30 de diciembre, de Estatuto de Autonomía para Andalucía. **Boletín Oficial del Estado**: Madrid, n. 9, p. 517 – 524, 11 ene. 1982.

GATECO (Grupo asesor). Estudio histórico de la reforma agraria. **Archivo Central de la Consejería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural de la Junta de Andalucía**: Sevilla, Fondo IARA, caja 44003, 1986.

IARA (Instituto Andaluz de Reforma Agraria). Recursos: problemas en Consejería. **Archivo Central de la Consejería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural de la Junta de Andalucía**: Sevilla, Fondo IARA, caja 44463, ca. 1986.

PÉREZ ROYO, J. Crónica jurídica de la reforma agraria andaluza. **Revista Jurídica de Navarra**, Pamplona, n. 5, p. 11-36, 1988.

REIG, R. La reforma agraria, entre el escepticismo y la esperanza. **La Vanguardia**, Barcelona, 24 mar. 1984. Disponible en: <https://digital.march.es/fedora/objects/linz:R-54/datastreams/OBJ/content>. Acceso: 05 jul. 2022.

RELANO, A.. José María Sumpsi. Un ingeniero catalán es el encargado de realizar la reforma agraria auspiciada por la Junta de Andalucía. **El País**, Madrid, 01 ago. 1985. Disponible: https://elpais.com/diario/1985/08/01/ultima/491695204_850215.html. Acceso: 20/06/2022.

SÁNCHEZ, A. El proceso de aplicación de la Ley de Reforma Agraria Andaluza. En: VV.AA. **Gran propiedad y política agraria en la Península Ibérica. A propósito de la Ley de Reforma Agraria Andaluza**. Granada: Universidad de Granada, 1992, p. 131-168.

SUMPSI, J. M. La reforma agraria en Andalucía. En: VVAA. **La reforma agraria**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988, p. 11-54.

TC (Tribunal Constitucional de España). Sentencia 37/1987, de 26 de marzo sobre el recurso de inconstitucionalidad 685/1984. **Boletín Oficial del Estado**: Madrid, n. 89, p. 6-22, 14 abr. 1987.

TOLÓN, A. y LASTRA, X. La agricultura intensiva del Poniente almeriense. Diagnóstico e instrumentos de gestión ambiental. **Revista Electrónica de Medioambiente**, Madrid, n. 8, p. 18-40, 2010.

QUESTÃO AGRÁRIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: UMA ANÁLISE ACERCA DO ENGENHO UNA – MORENO/PE

Renata Érica de Figueiredo Ataíde
Cláudio Ubiratan Gonçalves

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar as principais disputas sócio territoriais provocadas pela monocultura da cana de açúcar e pelos grandes projetos privados, presentes na Zona da Mata Pernambucana. Iremos analisar o posicionamento do Poder Judiciário e das demais instituições que compõem o Sistema de Justiça frente às demandas judiciais resultantes das disputas territoriais travadas entre as classes no campo. Nosso recorte parte do Engenho Una, localizado no município de Moreno, na região da Zona da Mata Pernambucana. Para a consecução do trabalho, utilizamos o método dialético que teve como intuito questionar a “neutralidade” do Estado, aliado ao capital. Assim, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico e documental; b) análise de dados secundários colhidos; c) trabalho de campo.

Palavras-chave: Zona da Mata, Conflitos sócio-territoriais, Judicialização.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo abordar las principales disputas socio-territoriales causadas por el monocultivo de caña de azúcar y los grandes proyectos privados, presentes en la Zona da Mata Pernambucana. Analizaremos la posición del Poder Judicial y de las demás instituciones que compone el Sistema de Justicia en relación a las demandas que surgen de disputas territoriales entre las clases em el campo. Nuestro recorte es parte del Engenho Una, ubicado en el municipio de Moreno, en la región de zona da Mata Pernambucana. Para lograr el trabajo, utilizamos el método dialéctico que pretendía cuestionar la "neutralidad" del Estado, aliado al capital. Así, fueron realizados los siguientes instrumentos: a) levantamiento de la literatura y documental; b) análisis de datos secundários cosechado; c) trabajo de campo.

Palabras clave: Zona da Mata, Conflictos socio-territoriales, Judicialización.

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo consiste em abordar os principais conflitos sócio territoriais provocados pela monocultura da cana de açúcar e pelos grandes projetos empreendidos pelo Estado e empresas, presentes na Zona da Mata Pernambucana. Acreditamos que à questão agrária brasileira se tornou mais complexa seu entendimento, na medida em que essa está estruturada sobre uma intensa concentração fundiária e os danos dessa concentração repercutem de diferentes maneiras para as pessoas que vivem no campo.

A partir do exposto, estudaremos os conflitos sócio-territoriais sob dois enfoques: o do Direito Agrário e o da Geografia Rural, analisando assim, respectivamente o setor jurídico e a dimensão espacial dos fenômenos em sua territorialidade que se colocam pertinentes frente aos desafios atuais. A monocultura da cana-de-açúcar possui seus precedentes históricos dentro do contexto nacional desde o período colonial. Considerando esta problemática de caráter social, político e econômico se faz necessário analisar as especificidades regionais levando em consideração o papel da região no contexto da economia internacionalizada.

No ano de 2012, momento no qual integrei a equipe da CPT NE II – Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, tive a oportunidade de conhecer e acompanhar alguns conflitos agrários na Zona da Mata, o Engenho Contra Una foi uma das comunidades que me deixou indignada por imensa injustiça que os posseiros/camponeses sofrem.

Com isso, traremos em nossa discussão algumas polêmicas, seja porque contraria o direito de propriedade, concebidas ainda hoje por muitos, como direito subjetivo, seja porque a região da Zona da Mata Pernambucana, é palco, de uma intensificação dos conflitos territoriais e da violência no campo. A partir do exposto, traremos os conflitos no território do Engenho Una, localizado no município de Moreno na Zona da Mata de Pernambuco e assim, suas implicações no campo jurídico. O conflito em questão gerou diversos processos judiciais e prolongou-se por duas décadas. De acordo com relatório do INCRA/PE vários acordos foram negociados para resolver o conflito, porém não se chegou a nenhum consenso por intransigência e falta de sensibilidade dos proprietários do Engenho.

Para tal, nosso intuito é identificar os sujeitos e as territorialidades camponesas, em especial os camponeses/posseiros do Engenho Una, que sofrem ou sofreram algum tipo de impacto ou disputa territorial em decorrência às grandes usinas da cana-de-açúcar e os grandes empreendimentos privados e públicos. Nesse contexto pretende-se trabalhar nesta pesquisa como se desencadeiam as disputas territoriais entre os camponeses e os latifundiários. É relevante verificar quais os instrumentos jurídicos que vêm comumente sendo usados pelas Usinas contra os camponeses para expulsá-los da terra

quando querem expandir o monocultivo da cana-de-açúcar, e como o judiciário reage a tudo isso? Vem ele reforçando os interesses da elite açucareira ou garantindo os direitos dos camponeses? Diante tais inquietações, nosso objetivo será discutir as grandes transformações paradigmáticas enfrentadas pelos sujeitos sociais no espaço geográfico da Zona da Mata Pernambucana, além de investigar a luta pela terra, a defesa dos territórios e os conflitos socio territoriais na comunidade em apreço e assim, apresentar elementos de suas implicações no campo jurídico.

Através do método dialético o trabalho teve como intuito questionar a “neutralidade” do Estado, aliado ao capital. O que vem acontecendo na região, e em especial nos domínios do Engenho Una nos leva a questionar o processo de territorialização/desterritorialização os quais permeiam uma disputa social, territorial entre os “senhores da terra” e os camponeses/posseiros

A metodologia que usamos neste estudo parti do pressuposto que há distinção entre método de interpretação e método de pesquisa, como nos alerta autores como MORAES & COSTA (1999). O primeiro relaciona-se à visão de mundo do pesquisador, as posturas filosóficas e políticas que o inspiram. Já o Costa aborda o conjunto de técnicas utilizadas em determinada investigação. Com isso nosso estudo será desenvolvido em duas frentes: **trabalho de gabinete/bibliográfico** e **levantamento de campo**. Procuramos entender, a partir da contraditória construção da realidade, a sobreposição de tempos e os marcos político-sociais-espaciais que sinalizam o ocaso dos momentos de desenvolvimento do capitalismo na região da Zona da Mata. Para isso buscamos inspiração, em periodizações construídas por autores como, PORTO-GONÇALVES (2012). Contudo, o trabalho de campo será realizado duas abordagens: a primeira, identificando o espaço geográfico nas comunidades tradicionais e a segunda abordagem, o olhar empírico - privilegiando a observação direta, o uso da fotografia, do GPS e a vivência no cotidiano desses sujeitos, camponeses, moradores de engenho e para muitos sem-terra.

DISPUTAS TERRITORIAIS E IDEOLOGIA JURÍDICA O CASO DO ENGENHO UNA

O uso ou função da terra e de outros bens sempre existiu na sociedade, mas há pouco tempo o Direito passou a reconhecê-lo e integrá-lo na chamada Ordem Jurídica. Isto quer dizer, a transformação da terra em propriedade privada foi um processo teórico, ideológico contrário à realidade, à sociedade e aos interesses de pessoas em geral, dos grupos humanos e dos povos, porque todos dependem da terra para viver. Exatamente por isso foram se criando exceções, no início chamadas públicas, hoje coletivas ou difusas, estreitando, ou aproximando da realidade, a ideia da propriedade (MARÉS, 2003 p. 137).

Historicamente a luta pela reforma agrária no Brasil vem de longa data, tem pontos de confronto /avanço e momentos de tristezas e recuos. Desde o século XVI, com a implantação do sistema das sesmarias, passando pela concessão de terras devolutas instituídas em 1850, sempre houve no país uma política de impedimento aos povos oprimidos do campo, sobre essa abordagem o autor Marés (2003), ressalta que: “de fato, a partir de 1981, com a Constituição Republicana e Federalista, as elites

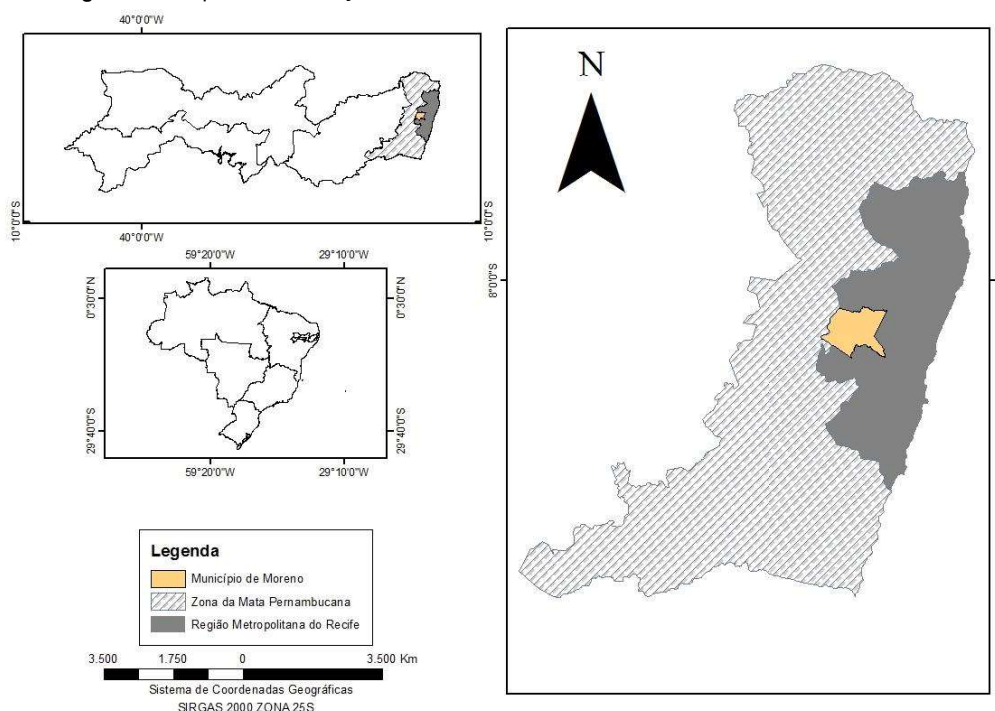
locais passaram a dispor das terras chamadas devolutas e outorgavam títulos segundo leis urdidas em suas Assembleias Legislativas. Os títulos eram emitidos sobre terras ocupadas por camponeses, negros libertos, índios, mestiços que mantinham uma economia de subsistência satisfatória e conseguiam viver bem, pobres, mas alimentados e unidos pela força da solidariedade” (MARÉS, 2003. p. 104).

Sem considerar uma especificidade de Pernambuco, já que vivemos em uma sociedade na qual a sociabilidade está alicerçada na propriedade privada, sabemos que o favoritismo para com os detentores de poder político-econômico tem-se apresentado de maneira evidente em muitas decisões que envolvem a luta pela terra. Nos últimos tempos os proprietários de Engenhos da Zona da Mata para não perderem suas terras (que não cumpri a função social da terra) recorrem ao Estado para exigir a proteção do seu direito de propriedade – sobre fração rural do território e amizades políticas. Do outro lado, os camponeses buscam o cumprimento do preceito constitucional que determina a desapropriação de imóvel rural que não cumprir a obrigatoriedade da função social da terra. Nesta perspectiva sentencia Carlos Marés, *a Constituição define como requisitos para que uma propriedade rural (Art. 186 da CF, 1988) cumpra a função social: 1) aproveitamento racional do solo; 2) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; 3) observação das disposições que regulam as relações de trabalho; 4) exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores*, ou seja, há uma contradição entre a interpretação e a determinação constitucional. Dessa forma, os embates chegam na esfera jurídica, levando o Poder Judiciário o papel de solucionar o problema.

A análise das disputas territoriais que ocorrem no espaço agrário na zona da mata pernambucana necessariamente nos leva a estabelecer um diálogo com a questão jurídica, tendo em vista o fortalecimento da ideologia jurídica da questão agrária.

O Engenho Una, comunidade a qual estamos estudando localiza-se no município de Moreno (Figura 1, pág. 04), estado de Pernambuco, na Zona da Mata e é de propriedade da Usina Bulhões, a propriedade possui cerca de 485 hectares que historicamente foram exploradas pela atividade do monocultivo da cana-de-açúcar e encontra-se desativada.

Figura 01- Mapa de Localização da área em Estudo – Brasil, Pernambuco e Zona da Mata.



Fonte: IBGE, Área territorial oficial, Consulta por Unidade da Federação, ArcGIS 9.3.

Organizado por: SILVA. A.C, 2017.

A propriedade da terra sempre foi objeto de polêmica, defendida pelo liberalismo como direito fundamental e pela doutrina marxista como a causa de todos os males para o homem. Como é sabido, de acordo com o Estatuto da Terra, “considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visava promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Lei n. 4.504/1964, art. 1º, § 1º). Na década de 60, o discurso desenvolvimentista do governo Federal continha uma base escalar que pressupunha o desenvolvimento econômico de cada região do país. O modelo progressista do Estado, no período dos governos militares tinha um viés utilitarista relacionado ao grande “empreendimento nacional”.

Foi nesse período dos anos de 1970 que o agronegócio (representado neste estudo – monocultivo da cana-de-açúcar) expandiu através da aliança entre as empresas estrangeiras, grandes proprietários de terra e o Estado. Muitos Engenhos tornaram-se Usina e o crescente processo de expansão do agronegócio (territorialização do capital), desterritorializava os posseiros/camponeses e trabalhadores rurais. Para explicar essas transformações sociais no mundo agrário da zona da mata Delgado relata que:

“[...] a estratégia do agronegócio detém uma soma desproporcional de recursos de poder para promover seus interesses, seu projeto de expansão, inserido, no ajuste constrangido do qual ganha poder de impulsão, é por isto mesmo incompatível com um projeto de desenvolvimento nacional” (DELGADO, 2009, p. 71).

E fundamentando nessa expansão do agronegócio que mais uma vez o Estado trouxe para a região o programa do PROÁLCOOL, que foi instituído a partir do Decreto nº 76.593/75, por se dizer foi dividido em duas fases distintas, a primeira utilizava-se o bioetanol como aditivo à gasolina e a segunda passou a utilizar, o etanol puro, em substituição à mesma, fazendo então uso das duas formas, tanto o etanol aditivado à gasolina como em substituição à mesma. Sobretudo em Pernambuco esse programa criou condições técnicas para o avanço do plantio da cana-de-açúcar em áreas impróprias para o cultivo, ocasionando diretamente a expulsão de muitos camponeses.

Marco histórico de uma virada democrática, a Constituição Federal de 1988 deixou claro o anseio por uma correção de trajetória, com um reordenamento de prioridades ao indicar como fundamento da República a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e entre seus objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como a erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais (art. 3º, I e III), enfatizando a política de reforma agrária e a obrigatoriedade do cumprimento da função social da propriedade rural para a garantia do direito à propriedade.

Com isso, tendo em vista, a propriedade privada para sustentação do modo capitalista de produção, o que se constata é que a norma que dispõe sobre a função social da propriedade segundo o Art. 186, CF 1988, não se efetiva, e a democratização do acesso à terra vem ocorrendo, de forma parcial e muitas vezes restrita. O que se percebe é que essa efetivação da CF funciona apenas pela pressão exercida pelos movimentos sociais do campo junto ao Estado.

A sociedade brasileira abriga o conflito entre proprietários, que desejam a proteção de seus bens, e aqueles que são excluídos de ter bens, esses excluídos anseiam por uma oportunidade de ser proprietário. Estas disputas ganham contornos de batalha quando se dá no campo. São dois “exércitos”: de um lado latifundiários e do outro os camponeses, trabalhadores rurais.

As famílias que vivem no Engenho Una possuem praticamente a mesma história dos camponeses e moradores de Engenhos da região da zona da mata Pernambucana. Entretanto, grande parte dessas histórias não é encontrada em arquivos ou documentos oficiais. Nesses casos, a oralidade tem sido o principal instrumento de manutenção da história e tradição de muitas comunidades camponesas. Então, o que se sabe das primeiras famílias que chegaram ao Engenho, estão na memória de seus descendentes e são repassados de pai pra filho através da história oral e agora abordados aqui neste trabalho.

Na década de 1990, o Engenho Una, assim como muitos Engenhos na Zona da Mata, passou as terras para a Usina Bulhões, nesta mesma época – anos 90, com a crise internacional do açúcar, o Engenho Una atravessou uma crise econômica. Os administradores do Engenho, ao invés de plantar cana, faziam “à solta”, com plantação de capim para criação de gado que destruiu toda a plantação dos sítios dos trabalhadores. Foi um período em que os posseiros/trabalhadores da cana se organizaram, aumentando seus plantios. Mas foi nos anos de 2000 que a disputa territorial do Engenho chamou atenção das autoridades no âmbito Federal e Estadual.

O INCRA, instaurou um procedimento administrativo com vistas à desapropriação da Usina, esse procedimento ainda não foi concluído. Já é sabido que a Usina Bulhões não cumpria com sua função social, que está falida há anos e deve milhões aos cofres públicos e com isso já deveria, assim, ser destinada ao programa nacional de reforma agrária. O procedimento corre a passos lentos, fato este atribuído, dentre outras coisas, às investidas do proprietário da Usina, que ajuíza inúmeras ações judiciais com o intuito único de impedir a destinação legal do engenho à Reforma Agrária.

Durante as ações realizadas no local, como visitas *in loco*, audiências públicas, reuniões no Engenho, etc., ficou evidente o clima de tensão e terror entre os camponeses, que enfrentam cotidianamente o risco de se verem expulsos de suas casas e a preocupação com ameaças e atentados contra suas vidas.

Atualmente no Engenho moram 50 famílias, quase todas formadas por sítiantes nascidos e criados no local. O período em que as terras estão sob o domínio da Usina Bulhões tem sido marcado por inúmeras ameaças, perseguições, destruições de lavouras a fim de expulsar os camponeses de suas posses, de suas casas e de intimidá-los em suas lutas. Os posseiros lutam para garantir a terra como condição de sua existência. É a luta contra a expropriação, contra o grileiro que usurpa a lei e por esta é protegido. A seu favor, o posseiro tem a resistência e a persistência determinadas pela lógica da sobrevivência.

QUESTÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

É muito difícil trazer para este estudo uma abordagem sucinta da questão agrária na Zona da Mata Pernambucana e da luta travada entre os beneficiários da sua apropriação e os excluídos que vivem da terra. Porém, para entender os conflitos na região em estudo, é preciso conhecer um pouco mais sobre sua tríade: monocultivo, latifúndio e escravidão.

A concentração fundiária e a monocultura da cana-de-açúcar determinaram inúmeros aspectos da vida dos principais sujeitos sociais da região, os trabalhadores rurais, esses foram os verdadeiros alicerces da chamada civilização do açúcar. O tipo mais comum de trabalhador era o (morador de

engenho), ao qual o senhor de engenho lhe dava para uso um pequeno casebre na propriedade do engenho e mais para frente da usina. Ali ele vivia com sua mulher e numerosos filhos, apinhados em um quarto a dois, sem luz, sem água e sem nenhuma instalação sanitária. Algumas vezes ao redor do casebre esses moradores tinham direito de usar um pequeno lote para plantar culturas de subsistência. Fora isso, o trabalhador não tinha quaisquer direitos legais a esse espaço ao qual vivia e podia ser expulso a qualquer momento.

A precariedade da situação dos trabalhadores rurais era extrema. Embora fossem citadas famílias que permaneceram no engenho por três ou mais gerações (após a abolição), a condição para isto era a sujeição absoluta ao senhor de engenho. A fome nunca era apresentada como uma questão social, a responsabilidade de uma má repartição das riquezas, pelo menos até que a usina entrasse em cena e, nesse caso, como seu exclusivo atributo. Além do mais, a fome era sempre associada a algum traço desprezível.

As formas de exploração da terra e a expansão da produção imprimiram modificações substanciais nas relações de trabalho, intensificando e empobrecendo cada vez mais os grupos mais pobres. *“Assim, na passagem da agricultura de meação e do sistema de moradores para o sistema assalariado, os trabalhadores foram afastados do controle dos meios e instrumentos de produção e passaram a receber o salário em moeda ou em vales”* (ANDRADE, 2004, p. 81-82).

Foi nesse contexto, que a intensificação do processo de exclusão da classe trabalhadora no setor agropecuario, se concretizará de forma mais significativa, principalmente em meados do final da década de 1950. Diversas forças sociais animavam ou encorajavam esses trabalhadores, os movimentos, Ligas Camponesas, Sindicatos e Igreja Católica. Entretanto, a miséria dos trabalhadores/moradores da Zona da Mata era tão flagrante que se questionava a necessidade de alguma mudança nessa região.

No caso do estado de Pernambuco, foi nos anos de 1960, no então governado de Miguel Arraes que houve um esforço para exercitar uma autoridade legalista e moderna num âmbito difícil onde os trabalhadores rurais lutavam por seus direitos trabalhistas, contudo, o momento mais importante na época para os trabalhadores rurais da zona canvieira de Pernambuco foi, o acordo de Campos – que garantia não só um nível salarial convencionado, com base em salário mínimo, mas sobre tudo estabeleceu tabelas de tarefas, nesta perspectiva o pesquisador Andrade, traz a seguinte abordagem

“A lei que estendia a garantia do salário-mínimo aos assalariados das zonas agrícolas aumentou consideravelmente a remuneração dos trabalhadores, até então submetidos a condições de vida extremamente miseráveis. Isso teve como efeito reunir contra o governo, os proprietários de terra que estavam habituados a dispor de uma mão-de-obra barata. No entanto, era a mediocridade dos salários pagos aos trabalhadores o seu principal trunfo” (ANDRADE, 1986, p. 53).

Foi nesta época dos anos de 1960 que surgiu também várias organizações que reivindicavam a abolição da exploração do trabalho camponês. Tal qualificativo designava, de fato, todos aqueles tipos de remuneração da força de trabalho que não fossem simples assalariamento com pagamento feito exclusivamente em espécie, um exemplo era a utilização de cambão “*O cambão obrigava certos locatários a trabalhar nas terras do proprietário na tarefa por ele fixada, a condição em trabalho fornecido pelos moradores dos engenhos*” (CARVALHO, 1982 p. 82).

Nesse contexto, as Ligas Camponesas organizaram fortes efetivos de canavieiros e pequenos produtores da região, forçando as autoridades e a opinião pública a tomar uma aguda consciência dos problemas sociais dessas populações. Sua miséria apavorada era bem conhecida. Mas a emergência da mobilização coletiva dessas massas adotava contornos políticos, embora na sua maioria não voltassem. Transformou-se assim a atitude dos demais setores da sociedade, polarizando as posições. Para isso, Moraes aborda “*as autoridades tiveram atitudes brandas frente às iniciativas das Ligas Camponesas que defendiam facilmente as ocupações de terra, inclusive pela pressão concreta na lei ou na marra*” (MORAIS, 1997, p.76).

Apesar de todos os recuos devido a repressão, as entidades sindicais, movimentos sociais se reorganizaram com relativa rapidez e, ao mesmo tempo em que sustentaram lutas que se dispensaram politicamente como decorrência da própria conjuntura nacional, partiram para ampliar e fortalecer sua organização em nível municipal, estadual e nacional.

Contudo, os moradores dos engenhos, isto é, as relações de trabalho vigentes nos canaviais de Pernambuco na lenta passagem da escravidão à proletarização conheceram tratamento diversificados em termos historiográficos. Esses sujeitos expressavam interpretações, cujas conclusões davam sentido à história de toda a região, o morador de engenho (que tornaria proletariado/trabalhador rural). E esse processo histórico não foi diferente dos trabalhadores rurais do Engenho Una, que vivem sobre uma predominância de ameaças, miséria e violência.

Para se refletir sobre a problemática aqui abordada, tem-se que levar em conta a modernização da agricultura, o advento da questão ambiental e a globalização da economia. A importância do assunto nos leva a pensar, que as condições históricas aqui apresentadas privilegiaram uns e excluíram muitos outros, num processo de desterritorialização que segue sendo a matriz da nossa questão agrária.

Atualmente o setor sucroalcooleiro de Pernambuco divide espaço e recursos públicos com outros setores da economia que estão em crescimento, como é o caso da construção civil (grandes condomínios de luxo), estaleiro, refinaria e montadora (FIAT). Os novos empreendimentos que estão se instalando e em crescimento na Zona da Mata, têm impulsionado uma outra territorialidade do capital, que conta com

o apoio dos governos Estadual e Federal. Nesse estudo iremos identificar a presença das distintas territorialidades: a territorialidade do capital, na qual, o espaço possui o valor de negócio, da acumulação de capital; e a territorialidade do camponês, que procura se enraizar, permanecendo no seu lugar para viver e para trabalhar de forma a garantir a sua identidade e sustentabilidade, podendo ser assim considerada uma territorialidade de resistência. Entretanto, de acordo com Santos (2002) *“o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superadas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade”*. A abordagem do autor é bastante eficaz quando destaca o modo de uso territorial.

Dessa forma o uso do território como mencionamos traz elementos para compreendermos, a questão agrária, que é atravessada pelas relações de poder socioeconômicos (relações históricas, de exploração, de concentração de riquezas, de capital). A dinâmica dessas relações imprime mudanças no quadro da apropriação territorial que se materializam em processos simultâneos de territorialização e desterritorialização. Nesse processo tiramos como exemplo os sujeitos sociais que aqui iremos analisar – enfrentam cotidianamente o risco de se verem expulsos de seus territórios e a preocupação com ameaças e atentados contra suas vidas. Contudo, iremos considerar duas premissas que devem ser inegáveis na noção de território: a primeira refere-se à apropriação social do espaço e a segunda diz respeito a identidade – o sentimento do lugar, a dinâmica singular que existe entre o sujeito e o meio.

Acreditamos que a questão agrária, enquanto processo histórico, nos permitirá trazer distintas possibilidades de abordagens, como: investigar as disputas territoriais, os interesses do grande capital em territorializar-se, a concentração da terra, da água. Fernandes (2004), ressalta que a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam a questão constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas últimas colocações que se apresentam, põem sim, a etapa final de um trabalho de pesquisa, mas não às observações vivenciadas que evidenciaram as relações de exploração das comunidades camponesas selada pelo Estado e dirigida pelo grande capital e nem tão pouco os questionamentos e esforços que foram ladrilhados no caminho de outras concepções sobre os avanços e desafios dos conflitos territoriais evidentes na Zona da Mata Pernambucana.

As observações que foram expostas, não possuem, pois, caráter conclusivo, elas refletem, antes de tudo, as possíveis tendências que se configuram a partir de novas condições objetivas articuladas às práticas do homem do campo em geral, sejam esses, posseiros, trabalhadores sem terras, trabalhadores

assentados, entre outros tantos resistentes na luta pela terra, neste momento em que a política agrária representa muito mais recuos que avanços. Este trabalho representa, assim, a tentativa de se compreender uma temática complexa e instigante, sem a pretensão de esgotar todas as suas possibilidades.

A Zona da Mata Pernambucana, é uma região que apresenta grande desigualdade social. Suas disparidades em termos de distribuição de riqueza têm profundas raízes históricas. Este artigo tentou apresentar um importante legado e um permanente aspecto da injustiça social na região em apreço: a acentuada desigualdade da sua estrutura fundiária e violência originou-se na era colonial e é mantida até hoje por meio de diversas práticas políticas. Sabemos que a sociedade brasileira nasceu com fortes traços oligárquicos, ancorados em uma poderosa classe latifundiária e um Estado débil e patrimonialista.

E quanto as análises expostas nos tribunais sendo reproduzidas no poder judiciário as desigualdades econômicas que marcam nossa sociedade, dando tratamento desigual aos latifundiários e camponeses que figuram nas ações jurídicas resultantes das disputas territoriais. Esse favoritismo aos proprietários da terra evidencia as contradições que permeiam o discurso institucional da imparcialidade e sua prática em geral discriminatória em relação aos camponeses, trabalhadores rurais, movimentos sociais.

A contradição é que no mesmo momento em que alguns se apropriam de um bem, outros tantos são excluídos da fruição deste, ficando condicionados, se quiserem ter acesso a seus “benefícios”, aos mandamentos ditados por aqueles que se tornaram proprietários. A propriedade produtiva, tal como vem sendo concebida e aplicada pelos profissionais do direito (judiciário), representa uma pedra importante no caminho da reforma agrária. A produtividade da terra não pode ser avaliada apenas ao seu aspecto econômico que privilegia a estrutura latifundiária originária das sesmarias. É necessário incluir os demais elementos da função social. Nesta perspectiva o autor Marés (2003) nos mostra o seguinte: “dito em outras palavras, a reforma agrária capitalista propunha apenas a mudança de proprietários da terra, como uma dupla mobilização do capital: transformar uma terra improdutiva em produtiva e liberar dinheiro aos latifundiários para investir em outros negócios. Este novo negócio capitalista deveria ser feito com dinheiro público. Desta forma a elite se recompunha e se protegia, porque os donos da terra mal-usada, enriquecidos com o dinheiro público, passavam a gastá-lo com produtos ou com investimentos que movimentavam a economia a favor do capital” (MARÉS, 2003, p. 88).

Seguindo o histórico da Zona Açucareira em Pernambuco, os latifundiários colheram benefícios da proteção do Estado e o acesso privilegiado aos recursos públicos. O resultado é que características patrimoniais geraram um modelo de desenvolvimento concentrador e conseqüentemente excludente.

Enquanto pesquisadores é preciso abrir mão dessa submissão ideológica alicerçada em valores e visão de mundo, da classe dominante e romper com essa cultura de regalias aos que fazem da terra espaço de especulação, conflitos e violência no campo.

A dialética do processo social faz com que esta pesquisa sob a égide das ciências humanas (geográfica e jurídica), seja entendida por nós através de uma relação entre o homem e a natureza. Intrínseca ontologicamente ao processo de formação do homem no âmbito do trabalho, haja vista que o território produzido dar-se-á por e a partir das relações de poder, constituindo-se como resultado da ação humana através do trabalho, sendo este o objeto transformador do espaço.

Assim, gostaríamos de afirmar a importância da construção de um debate sobre o campo que transcenda os limites da Geografia Agrária e da Ciência Jurídica enquanto saberes específicos, mas que transcendem as barreiras dos espaços. Os resultados expostos não significam o final do nosso debate. Entendemos esta etapa como o início importante de outras que virão. Sempre no intuito de apreender as múltiplas facetas da questão agrária na Zona da Mata.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no Nordeste**: construção ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AZEVEDO, André Luiz Barreto. **Judiciário, Direito à Terra e Reforma Agrária no Brasil: um estudo da posse e da propriedade a luz dos conflitos coletivos e dos tribunais**. CCJ/FDR/UFPE. Recife, 2012.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **A pesquisa participante**. Revista Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, 2007.
- CARVALHO, Abdias Vilar e INCÃO, Maria da Conceição D (Org.). **Reforma Agrária, Significado e viabilidade**. São Paulo. Vozes, 1982.
- CHAYANOV, A. **Teoria dos Sistemas econômicos não-capitalistas**, Daniel Thorner, Basile Kerblay, R.E.F. Smith, 1924.
- CHEMERIS, Ivan Ramon. **A função social da propriedade: o papel do Judiciário diante das invasões de terra**. 1ª Edição. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Universitária – UFPE, 2007.
- DELGADO, Guilherme C. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Brasília, 2005, PP.51-90.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Revista: NERA, p. 57. 2004.
- MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Org. Christine Rufino Daat. 2 ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 223, 2010.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- PORTO-GONÇALVES. **A natureza da globalização e a globalização da natureza**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- SANTOS, Milton. **Os Grandes Projetos: Sistema de Ação e Dinâmica Espacial**. Recife: Editora Universitária UFPE. Belém, 1995.

DO CAMPO A MESA: DE ONDE VEM O ALIMENTO CONSUMIDO?

Mariana Romanzi Freire

RESUMO:

O trabalho em questão tem como objetivo analisar a relação da produção dos grandes e pequenos produtores, observando a distribuição dos alimentos em caráter nacional, para compreender a origem dos produtos que chegam a mesa dos brasileiros, mais precisamente, dos moradores do estado de Minas Gerais, além de identificar possíveis discrepâncias de produção. Para isso, será feita a análise por um viés quali-quantitativo, realizando um levantamento bibliográfico de trabalhos que estudem a relação dos agricultores no geral, e o enfoque que esses possuem para a venda dos seus produtos, e um compilado de dados, fornecidos pela plataforma Sidra – IBGE, que corroborem para um maior embasamento do assunto apresentado.

Palavras Chave: Produções; pequenos produtores; alimentos.

ABSTRACT:

This project aims to analyse the relationship between the production of large and small producers, observing the food partition on a national basis, to understand the origin of the products that arrive to the brazilian population, more precisely, the residents of Minas Gerais, in addition to identify possible production discrepancy. In order to that, an qualitative-quantitative analisys will be made, doing a bibliographic survey of works that study the relationship of the farmers in general, and the objective that they have to sell their products, and a compilation of data, provided by the platform Sidra – IBGE, that corroborate for a better foundation of the presented subject.

Keywords: Productions, small producers, food.

INTRODUÇÃO

O caminho percorrido pelos alimentos desde sua produção até o consumo pode ser objeto de debates (Simon, 1987), pois, apesar de chamados pequenos produtores, esses podem ser considerados os responsáveis pela distribuição dos alimentos para as famílias brasileiras. Segundo o Censo – IBGE de 2006, como exemplo o sudeste, a agricultura familiar era responsável por cerca de 88% dos estabelecimentos agropecuários, além disso, sua produção, quando somada, ultrapassava as de agricultura não familiar. Isso indica que as pequenas produções possuiriam produtos suficientes para exportação. Porém, devido a alta distribuição destas, não pertencendo a um só produtor, se torna pouco viável, logo, isso contribui para que os alimentos advindo dessas sejam distribuídos para a população mais próxima. Já os grandes produtores visualizam a exportação, uma vez que, pela grande produtividade pertencente a um único proprietário, esses conseguem obter lucro suficiente para comercializar com diversos compradores, escolhendo a quem vender.

Dessa forma, é possível notar discrepâncias presentes entre os tipos de produções, uma vez que a rentabilidade e o valor de investimento contribuem para a forma como o alimento é produzido. Convém dizer que a produção de alimentos não apresenta o caráter de homogeneidade que muitas vezes lhe é atribuído. “A produção de alimentos básicos ocorre também sob diferentes formas de organização da produção, refletindo as diferentes formas de penetração do capital no campo” (Simon, 1987). Este também pode ser um fator de interferência nas produções, uma vez que os pequenos produtores, devido o menor capital, muitas vezes precisam cultivar diversas culturas, para se obter o sustento, enquanto o grande pode dar enfoque em um só tipo, o que facilita na hora da venda para grandes compradores. (Schneider e Cassol, 2013) colocam também que há venda direta aos consumidores, quando se trata dos pequenos produtores, e que são muitas vezes realizadas através das feiras livres locais e de modo informal, possuindo representatividade significativa enquanto destino das vendas tanto da produção da lavoura temporária como da produção da lavoura permanente. Ou seja, os pequenos produtores buscam meios de levar o alimento a população, apesar disso, como colocado por (Navarro, 2010) há razões práticas e políticas, que estão domiciliadas na crescente percepção de ineficácia de implementações de ações governamentais que possuam foco neste grupo de produtores. O autor também coloca que:

Ao ignorar a imensa diversidade dos subgrupos componentes da AF, as políticas públicas esbarram em crescentes inconsistências, pois não são informadas pelas diferenças socioeconômicas, padrões de racionalidade e graus diferenciados de sociabilidade capitalista que são a marca principal do mundo rural brasileiro. (NAVARRO, 2010, p. 206).

Dessa forma, fazendo um compilado do que se foi tratado, diz-se que, apesar das pequenas produções serem voltadas para a alimentação da população de seu entorno, essas enfrentam grandes dificuldades de se manter, o que envolve a falta de apoio governamental e as grandes discrepâncias entre essas pequenas e as grandes produções.

Sendo assim, tem-se o objetivo de compreender as relações de produção dos grandes e pequenos produtores, analisando a distribuição dos alimentos em caráter nacional e identificar possível discrepâncias de produção. Se é esperado compor um artigo que auxilie no entendimento das produções, visando as relações de distribuição dos alimentos de cada tipo de produtor. Ou seja, qual tipo de produção é responsável por produzir o alimento consumido pelas famílias brasileiras? Quais as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores? Como a venda dos alimentos pode interferir na distribuição geral dos alimentos, considerando a relação de exportação e distribuição?

METODOLOGIA

A metodologia se baseará no viés quali-quantitativo. No primeiro momento, será realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, buscando autores que possam contribuir com os resultados esperados. Para isso, se utilizará trabalhos de autores como (Simon, 1986), (Schneider e Cassol, 2013) e (Navarro, 2010), entre outros.

Após essa primeira fase, se fará o levantamento quantitativo, uma vez que, para (Gil 1999, p.35), os procedimentos estatísticos fornecem considerável reforço às conclusões que podem ser obtidas com os fatores mais subjetivos. Para isso, se utilizará a plataforma Sidra – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Neste, será buscado, principalmente, a relação de produção, diferenciando os pequenos, médio e grandes produtores. Dessa forma, se visa entender qual o destino das produções ocorrentes no Brasil, com enfoque na região de Minas Gerais. O tempo de estudo será definido pelas informações presentes na plataforma, considerando os dados presentes na seção de “Agroindústria Rural” e “Agricultura Familiar”.

Os tipos de cultivos considerados para o estudo serão os de maior consumo no dia-a-dia da população em geral, como o arroz e verduras, por exemplo. Uma vez que a região escolhida possui uma grande produção e exportação de produtos como soja e café, esses não serão considerados, pois o objetivo é entender os alimentos que chegam a mesa da população local de forma mais direta.

Como método se utilizará o materialismo histórico-dialético, uma vez que não há intenção de se trabalhar com uma neutralidade total, mas sim de trazer uma problematização ao tema, causando uma reflexão sobre as disparidades de produção e distribuição desta. Dito isso, o materialismo histórico-dialético, na sua essência, se apresenta como um método capaz de gerar núcleos de sentido a partir da

noção de contradição, que não opões indivíduo-sociedade, mas prevê desvelar suas mediações constitutivas (ALVES, 2010, p. 11). Sendo assim, o método em questão trás uma abordagem crítica que torna possível o entendimento nas nuances presentes nas relações dos produtores.

A ORIGEM DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS

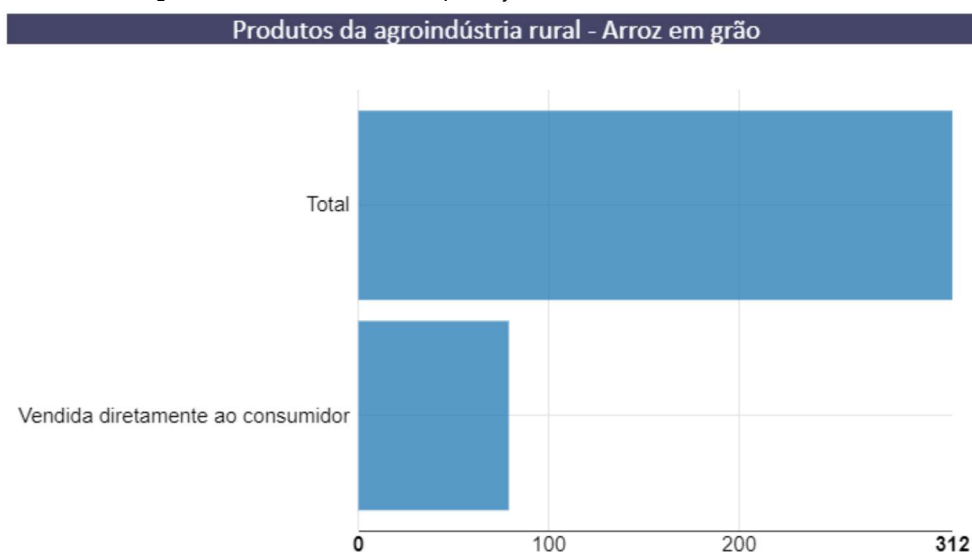
O consumo de alimentos é essencial a população, dessa forma, saber qual a sua origem pode ser uma informação importante. No Brasil, há uma forte produção voltada para o agrícola, e no que tange às taxas anuais de crescimento da agricultura brasileira, podemos dizer que foram sempre positivas (Teixeira, 2005). Alguns processos que ocorreram no campo, como a modernização agrícola, contribuíram e contribuem para o aumento dessas produções, mas esses não auxiliam todos os tipos de produtores, beneficiando, de maneira mais completa, os de maiores produções. Para o autor:

Esse avanço nos meios técnicos-produtivos não atingiu todos os produtores e propriedades, excluindo os menos favorecidos. Foram favorecidos os grandes proprietários e determinados segmentos da produção, ou seja, aqueles que eram de interesse da indústria e aqueles voltados para exportação [...] Mesmo diante dessa questão, não podemos negar que o processo de modernização do campo contribuiu grandemente para a expansão e aumento da produtividade no país, integrando novas regiões a economia nacional e aumentando a exportação de produtos agrícolas. (TEIXEIRA, 2005, p. 41).

Dito isso, temos que o enfoque das grandes produções, se voltam para venda em grande quantidade, e não para o consumo regional, pois, assim, é possível a obtenção de maiores rendimentos, logo, produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com a finalidade principal de auferir lucros (Matos e Pessoa, 2011). Dessa forma a produção de alimentos provém de pequenas unidades não só em tamanho, mas também, em termos de valor da produção, predominando os imóveis que utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar (Simon, 1987). Ou seja, a alimentação da população é gerada, granemente, pelos pequenos produtores, que não possuem condições de comercializar seus produtos em maior escala.

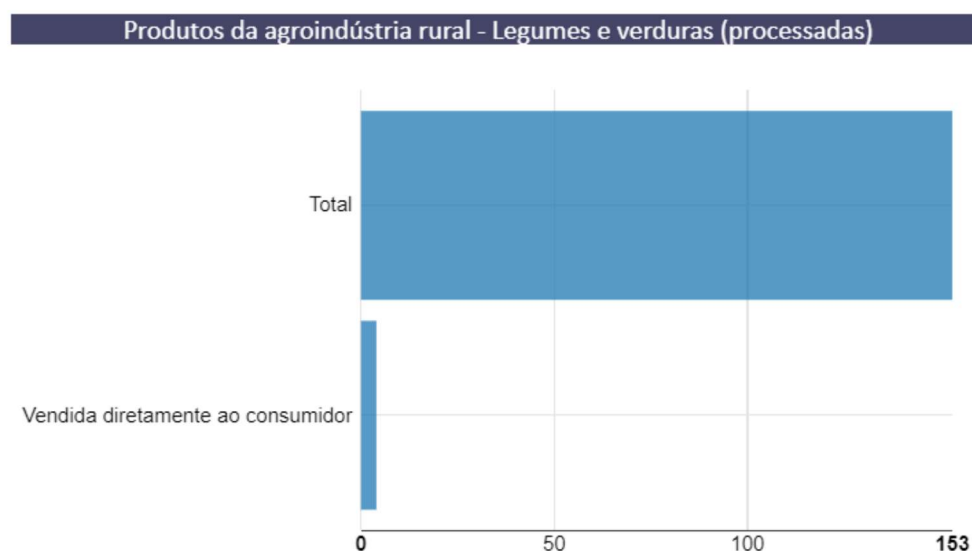
Para se constar este fato, pode-se observar a produção de Minas Gerais. Nesta, é possível verificar que os alimentos vendidos diretamente ao consumidor não representam a maioria destes, grande parte dos produtores repassam os produtos a intermediários. Como exemplo a venda de arroz, temos que apenas 25% do total produzido é destinado ao consumidor de maneira direta (Figura 1), já com relação aos legumes e verduras, apenas 2,61% (Figura 2) Censo – IBGE - 2006. O restante é destinado a vendas terceirizadas.

Figura 1: Gráfico do destino da produção de arroz em Minas Gerais - 2006



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE.

Figura 2: Gráfico do destino da produção de legumes e verduras (processadas) em Minas Gerais – 2006



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE.

Isso se dá também pelo fato de que os agricultores familiares possuem uma produção diminuta, não produzindo grande quantidade de alimento, enquanto os grandes, dão enfoque em uma cultura por vez, o que facilita a comercialização desta em lotes maiores, obtendo maiores lucros, uma vez que, para eles, a venda direta a população, em menores quantidades, não geraria grande movimentação de renda.

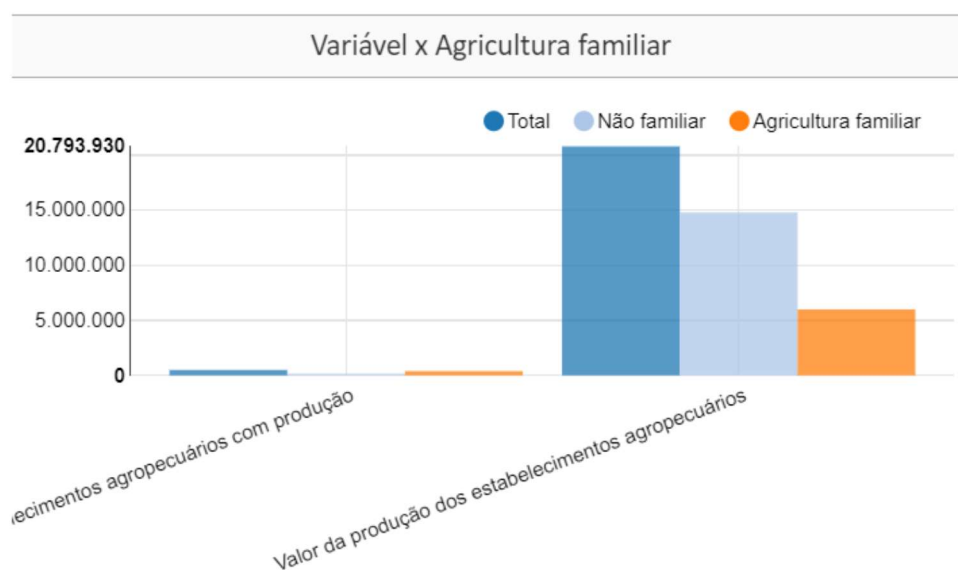
DISPARIDADES ENTRE PRODUÇÕES

Se observarmos o número de agricultores familiares, é possível dizer que, também neste grupo, ocorreu crescimento, como colocado por (Guanziroli, Buainain e Di Sabbato, 2012)

foi feita a comparação da evolução da agricultura familiar entre os Censos Agropecuários do IBGE de 1996 e 2006. Essa comparação revela que o número de agricultores familiares cresceu no decênio entre os censos, passando de 4.139.000 para 4.551.855, o que representa 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. O Valor Bruto da Produção dos agricultores familiares em 2006 foi de R\$ 59,2 bilhões, correspondente a 36,11% da produção agropecuária total. (GUANZIROLI, BUAINAIS e DI SABBATO, 2012, p.356).

Considerando as características das propriedades rurais, familiares e não familiares, em Minas Gerais, de acordo com o Censo do IBGE – 2006, esse primeiro grupo era responsável por 75,78% da quantidade dos estabelecimentos rurais. Apesar disso, quando se olha a relação do valor da produção, como um todo, esse grupo fica com apenas 28% deste, enquanto os agricultores não familiares ficam com maior parte dos rendimentos. (Figura 3)

Figura 3: Gráfico de estabelecimentos e valor de produção de agricultura familiar e não familiar em Minas Gerais - 2006



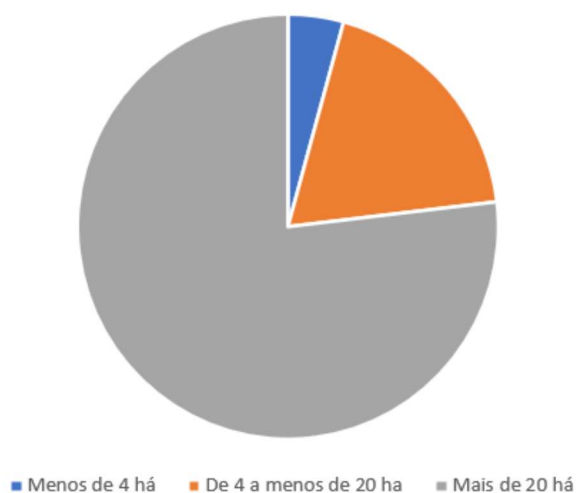
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE.

Há diversos motivos para isso, e o fato dos pequenos produtores não terem condições de exportar, comercializando localmente, é um deles, pois, como já citado, quando há uma venda em maiores quantidades, a possibilidade de obtenção de lucro, é aumentada. Os processos que grandes produtores incluem nas plantações também interferem na maior produtividade, uma vez que “a produção capitalista, esforça-se para reduzir não somente o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, mas também o excesso de tempo para produção sobre o tempo de trabalho.” (MANN; DICKINSON, 1987, p. 16). Além disso, a quantidade de estabelecimentos pode ser maior, mas se olhar o tamanho dessas, os grandes produtores ultrapassam a área de cultivo do outro grupo.

Uma relação que corrobora grandemente para isso é o fato de que os grandes produtores possuem um capital maior para investir. Dessa forma, além dos hectares de terra serem superiores aos da agricultura familiar, também há, como já citado, um grande potencial para implementar tecnologias que aumentem a produção de forma geral. De acordo com o Censo – IBGE 2006, pode-se observar a relação dos agricultores e a utilização de máquinas agrícolas, nessa, pode-se ver que a maioria dos usuários desses equipamentos, são os com elevados hectares de terra. Apenas 4,2% das máquinas e implementos agrícolas são utilizados por produtores que possuem menos de 4 hectares de terra, enquanto 18,85% destes são encontrados em produções entre 4 e menos de 20 hectares, e 76,87% dos maquinários e implementos agrícolas são de produtores com mais de 20 hectares (Figura 4).

Figura 4: Número de máquinas e implementos agrícolas em estabelecimentos agropecuários em Minas Gerais - 2006

Quantidade de maquinário e implemento agrícola



Fonte: Acervo pessoal

Dessa forma, pode-se dizer que o aparecimento de novas tecnologias que auxiliem na maior produção de alimentos e maior rendimento ao produtor, não está disponível a todos os tipos de estabelecimentos agropecuários. Para Agra e Santos (2001):

Dentro do processo de globalização e do aparecimento do 'novo rural brasileiro' e da queda de participação da agricultura, verificou-se aumento da pobreza no campo, o que leva à conclusão de que não é toda agricultura que está globalizada, mas apenas sua parcela mais rica. (AGRA e Santos, 2001, p.1).

Esse fator de desigualdade no campo, que inclui as tecnologias, a capacidade de investimentos dos produtores, e quantidade de terras que cada um possui, interfere, de maneira significativa na vida dos pequenos produtores. Para (Gonçalves Neto, 1997)

Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-deobra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no

campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109)

Ou seja, os pequenos produtores passam por grandes quantidades para conseguirem produzir e comercializar os alimentos para a população, e, mesmo dessa forma, eles ficam como grandes responsáveis por essa comercialização direta, muitas vezes entregando produtos mais baratos para conseguir a venda.

NOTAS FINAIS

Com a utilização dos compilados de métodos, se pode concluir que, apesar de grandes produtores conseguirem uma ampla produção, ocupando a maior parte dos hectares de terra, seus alimentos não são destinados ao povo ao seu entorno, mas sim a exportação e a vendas em maiores quantidades, visando um maior lucro.

Enquanto isso, os pequenos produtores, apesar das dificuldades e diferenças de rendimento, ficam responsáveis por alimentar a população da qual fazem parte. Os agricultores familiares também produzem mais de um tipo de cultura, tendo maior amplitude na venda, uma vez que não conseguem focar em um só tipo de alimento, devido a competição com grandes produtores, que possuem uma maior capacidade de investimento, tanto em maquinários, como em insumos, por exemplo.

Dessa forma, uma valorização destes pequenos produtores deveria ocorrer, uma vez que, apesar das dificuldades encontradas por eles, são, em maioria, os responsáveis pelos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros. Apesar disso, pode-se dizer que muito dessas comercializações se dá também pela falta de oportunidade desses pequenos produtores de fazer parte de um mercado mais amplo, como os grandes produtores, não vendendo esses alimentos direto ao consumidor, em maioria por opção, mas sim por necessidade.

REFERÊNCIAS

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreirados. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. **Anais do XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia**. Recife, 2001.

ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.35.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GUANZIROLLI, Carlos Enrique Guanziroli, BUAINAIN, Antonio Marcio Buainain e DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996, 2006). **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 351-370, Abr/Jun 2012 – Maio de 2012

IBGE – SIDRA – **Censo agropecuário**. Acesso em 30 de junho de 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=3&unidade=31#/S/CA/A/Q>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA IBGE**. Acesso em: 28 de abril de 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1278#resultado>

MANN S.A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1. p. 6- 25, 1987.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. **Embrap estudos e capacitação**, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. SERIE DOCUMENTOS DE TRABAJO Documento Nº 145 Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Setembro de 2013.

SIMON, Elias José. Repensando a produção e distribuição de alimentos no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, 9/10: 21-35, 1987.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS**, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005

UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA NA PESQUISA QUALITATIVA PELA GEOGRAFIA AGRÁRIA

Rodrigo de Paulo Souza e Silva

RESUMO

Quando falamos de pesquisa qualitativa, agrega-se valor de discussão teórica. Nesse sentido, o presente artigo visa refletir a importância social das pesquisas realizadas pela geografia agrária a partir do método utilizado, em especial o materialismo histórico e dialético, e também das técnicas pensadas, com provocações de abordagem, de forma com que auxiliem na construção do pensar geográfico. Foi realizado um levantamento bibliográfico que fundamenta a discussão. A geografia agrária como uma área do pensar geográfico fundamental na observância das dinâmicas existentes no espaço rural.

Palavras-chave: Materialismo histórico e dialético; Metodologia de pesquisa; Geografia agrária; Geografia marxista.

ABSTRACT

When we talk about qualitative research, the value of theoretical discussion is added. In this sense, this article aims to reflect the social importance of research carried out by agrarian geography from the method used, especially historical and dialectical materialism, and also from the techniques thought, with provocations of approach, so that they help in the construction of the think geographical. A bibliographic survey was carried out to support the discussion. Agrarian geography as an area of fundamental geographic thinking in the observance of the dynamics existing in rural space.

Palavras-chave: Historical and dialectical materialism; Research Methodology; Agrarian geography; Marxist Geography.

INTRODUÇÃO

A Análise Comparativa Qualitativa (ACQ) tem a finalidade de compreender de quais formas e até que ponto as mudanças socioterritoriais ocasionadas pelas relações contraditórias entre a produção do agronegócio e do campesinato/agricultura familiar surgem no espaço, nesse sentido, pela Geografia Agrária pode-se realizar uma leitura crítica da realidade, levando em consideração os impactos que se territorializam no espaço geográfico através da conjuntura contraditória do agronegócio junto as suas relações de expropriação dos camponeses.

Com a abordagem dialética é possível avaliar o modo como as constantes mudanças no espaço rural ocorrem, contribuindo no pensar da superação de desigualdades no campo e na cidade, para Silva (2021), se o objetivo é compreender os rearranjos que existem no campo, é essencial a apropriação destes questionamentos como fonte do saber geográfico. A partir destas abordagens que se consegue observar o desdobramento de como a agricultura e o capitalismo se relacionam, e também como esse relacionamento resulta em contradições. É pela questão agrária que se pode estudar a questão estrutural do capitalismo e de como superá-lo sobre seus rebatimentos abusivos no campo, afinal, são irreconciliáveis nas perspectivas do campesinato e a do capital mediante as transformações provocadas pelo avanço do sistema capitalista na agricultura.

Segundo Triviños (2019), o marxismo compreende três aspectos fundamentais: o materialismo dialético, o materialismo histórico, e a economia política. O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações concisas para os fenômenos da natureza, sociedade e do pensamento, sendo uma concepção científica da realidade e enriquecida com a prática social da humanidade. Nesse sentido, o pensar filosófico tem como objetivo principal o estudo das leis mais gerais que regem a natureza. O materialismo histórico é a consciência filosófica do marxismo que compreende as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e de prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade, ressaltando a força das ideias capazes de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. O materialismo histórico constitui-se como antifilosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos na história natural e humana (QUAINI, 1979). A importância da história na relação do homem com a natureza, abordando os objetos mais simples que existam aos mais complexos, ao serem abordados junto à questão histórica e estrutural, enriquece a compreensão de como aquele objeto é influenciado por algum fenômeno. Já em relação à economia política, são compreendidas as representações obscuras do movimento histórico que sucede o movimento atual e que antecede o movimento futuro. Um movimento cíclico do comportamento econômico enquanto sociedade.

Para Moreira (2004), na fase da "geografia radical/crítica" um esforço de unificação é feito através dos conceitos de espaço pelo lado da ação do homem e do meio ambiente pelo lado da ação da natureza, espaço e meio ambiente unificando-se no limiar do plano concreto dos territórios. O dialético deve ter muito cuidado na determinação do método e não poderá perder de vista a reflexão radical, crítica e totalizante para evitar o risco de encaminhar apenas uma leitura empirista da realidade (BECKER, 2007). Junto do esforço existente sobre compreender essa relação entre homem e natureza, vale salientar que pelo aspecto social a economia burguesa proporciona a abertura do debate sobre como as economias antigas surgiram e de como as economias atuais se configuram, ou seja, se existe um modelo econômico atual, ele pode ser compreendido pelo modelo econômico anterior à ele, e que com o método dialético em questão, pode-se pensar as formas de superação do modelo atual.

Essa conjuntura existe pela Geografia Agrária, mas vale salientar antes que "a sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas" (MARX, pág. 6, 2011). Retomando sobre a Geografia Agrária, visto o embasamento teórico prévio sobre o materialismo histórico e dialético como método da pesquisa qualitativa, vale salientar que ele oportuniza a compreensão dos impactos que as cercam como corrente geográfica e que edifica a conjuntura do espaço agrário, e suas contradições.

Fazer Geografia, conforme a perspectiva do método dialético se concentra no confronto de ideias, o que equivale a reconhecer que o pensamento elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre os dois modos de pensamento (BECKER, 2007). A pesquisa geográfica com embasamento dialético, ressignifica o conhecimento, e contribui para que a ciência geográfica esteja em constante movimento. Por isso, com o caráter qualitativo da pesquisa, se faz necessária a compreensão de que abordagens com enfoque críticos-participativos (TRIVIÑOS, 2019), em intersecção com a dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer a realidade através de percepções, reflexão e intuição, auxiliarão de forma direta na compreensão e análise do que é real e perceptível.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi organizado um levantamento bibliográfico utilizando o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério de Educação do Brasil (MEC), também foram utilizados materiais desenvolvidos na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" encontrados em seu Repositório Institucional,

além também de consulta de livros que discutam epistemologia e metodologias de pesquisas socioespaciais. Os textos foram fichados tecnicamente e utilizados na discussão do tema proposto.

Alguns mapas serão apresentados de forma autoral. Os mapas foram confeccionados através da utilização de *SIG* 's, sendo o *software* livre *QGIS* o principal para execução dos mapas temáticos e análise espacial. O recorte regional para as provocações elencadas localiza-se na Região Geográfica Intermediária de Varginha, onde compõe a Região Geográfica Imediata de Alfenas, polarizando 13 municípios. O debate deste artigo será entorno da Região Imediata de Alfenas, por ser polo do agronegócio nas imedaticidades propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Karl Marx (1818-1883), ao fundar a doutrina marxista, revolucionou o pensamento filosófico ao realizar uma abordagem política de suas ideias (TRIVIÑOS, 2019). O marxismo visa superar os ideais promulgados pelo sistema capitalista de forma crítica, relacionando pela dialética as contradições existentes no campo material e na sua historicidade, o olhar marxista se modifica com o andar histórico (QUAINI, 1979). O marxismo, portanto visa superar o capitalismo, compreendendo os rebatimentos econômicos no espaço, tentando superar as contradições capitalistas, permitindo assim a construção de um pensamento de contra movimento.

Em relação à evolução do pensamento marxista pode-se pontuar quatro fases as quais foram determinantes na sua configuração, a primeira representada pelo próprio Marx, a segunda na qual Marx e Engels trabalham juntos, a terceira fase com as contribuições de Lênin e o quarto, na abordagem marxista em diversas tendências contemporâneas (TRIVIÑOS, 2019). Três categorias gerais têm em comum o marxismo e a geografia numa perspectiva ontológica: a natureza, o trabalho e o homem (MOREIRA, 2004). As raízes do entendimento de mundo de Marx estão interligadas aos fundamentos idealistas de Hegel, Marx se apropria de ideias de Hegel para edificar o marxismo, podemos citar o exemplo do conceito de alienação (TRIVIÑOS, 2019).

As ideias nascem das relações materiais da existência, o contato com o mundo externo nos forma, e assim, por possuímos os meios de produção, reproduz as relações materiais de existência. Mas como compreender essas relações e como elas rebatem no mundo em que vivemos? No texto *Ideologia Alemã* (2007), fica evidente que o materialismo histórico e dialético é um método fundamental para compreensão de como se dão as evoluções das estruturas que formam o mundo do trabalho, se pegarmos as fases propostas por Marx e Engels, podemos observar as diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho e de como as mesmas significam outras tantas formas diferentes, como o da propriedade.

A primeira forma de propriedade, a tribal; a segunda forma, a comunal; e a terceira forma, a propriedade privada. Analisando-as fica evidente a presença de questões estruturais similares, mas que ganham características distintas com o andar do tempo, uma classe que detém os meios de produção e uma classe subalterna que produz e ao mesmo tempo é explorada, é um exemplo (MARX, 2007). Além disso, os rebatimentos que essas estruturas causam no espaço, delimitam trajetórias contraditórias em diferentes lugares que detenham essas mesmas características que as formam, ou seja, existe singularidade no desenvolvimento de suas relações de trabalho e também de distribuição de terras sobre a divisão do trabalho. Por exemplo, a estrutura feudal é resultado de uma metamorfose nas relações existentes entre os indivíduos no decorrer do tempo em como eles se relacionam com o que é material, levando a uma conjuntura similar de reprodução do seu modelo econômico à época para outras localidades se comparada ao seu lugar de origem.

E como tratado no texto do Manifesto do Partido Comunista (2010), “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe” (MARX, 2010, não paginado), nesse sentido, ainda existe o conflito de ideias existentes na estrutura antagônica entre burguesia e proletariado. A antiga organização feudal industrial, por exemplo, foi suplantada pela manufatura, edificando uma nova forma, a corporativa, que visava reproduzir agora seus interesses através de uma nova divisão do trabalho. Denota-se, portanto que novas estruturas surgem resultantes de outras que já existiam, e as forças produtivas se tornam cada vez mais poderosas e avançam ao mesmo tempo através de questões sociais quase que irreversíveis. Por isso a importância de se debater o assunto, para tentar assim, superar essas contradições que o sistema vigente impõe nos diversos setores da sociedade.

Assim, como trabalhado no texto Prefácio da Economia Política (1982), a ideia de que podemos compreender a sociedade civil a partir da economia política se baseia na tese de que na produção social da vida, o homem contrai determinada relação de produção que corresponde a uma determinada fase de sua força produtiva material. O conjunto dessas relações entre diversos indivíduos formam a estrutura econômica da sociedade. “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política, e espiritual em geral.” (MARX, 1982, não paginado). A ideia de que cada nova força produtiva, na medida em que não é a mera extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.

Segundo Triviños (2019), o marxismo compreende três aspectos fundamentais: o materialismo dialético, o materialismo histórico, e a economia política. O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo. Nesse sentido, o pensar filosófico tem como objetivo principal o estudo das leis mais gerais

que regem a natureza. O materialismo histórico é a consciência filosófica do marxismo. Já em relação à economia política, são compreendidas as representações obscuras do movimento histórico que sucede o movimento atual e que antecede o movimento futuro. Um movimento cíclico do comportamento econômico enquanto sociedade.

O método dialético se destaca sobre os demais métodos, pois considera a dinâmica das coisas em constante transformação e inter-relação do todo. A análise é radical, crítica e totalizante (BECKER, 2007). A relação indissociável entre espaço e tempo ou, no caso da Geografia, entre a espacialidade e a temporalidade do mundo que a sociedade produz pela transformação da natureza, implica reconhecer que a única distinção possível entre Geografia e História (HAESBERT, 2014) envolve reconhecer a partir de dois olhares a realidade social, nisso, se evidencia a importância da dialética, na promulgação de conhecimento sobre a temática aqui abordada. Assim, “o chamado desenvolvimento histórico se baseia, sobretudo no fato de que a última forma considera as formas precedentes como etapas até si mesmas” (MARX, 2011, pag. 7).

Para Quaini (1979), Marx não se interessa pela natureza como problema filosófico, mas sim como práxis humana, assim dizendo a natureza se abordada de forma imaterial, e especulativa, de nada serve o homem. A história da natureza e dos homens é mútua. Ou seja, é válido analisar a sociedade, a humanidade, a partir do momento que ela se relaciona com o que é material pela natureza, uma relação que se dá pela historicidade e que pode ser abordada pela Geografia. A geografia vista como uma ciência espacial da sociedade e da história, do espaço geográfico como produto do trabalho dos homens nos diferentes contextos históricos de sociedade e dos arranjos do espaço geográfico como dado estruturador das ações, das contradições e dos conflitos sociais de classes (MOREIRA, 2004).

A categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva, ou seja, é uma interação entre aspectos opostos que determina o papel e a importância existente na formação material e a origem do movimento em desenvolvimento (TRIVIÑOS, 2019). O núcleo do pensamento de Marx sobre a sociedade capitalista se baseia principalmente nas relações da divisão social do trabalho, ou seja, nas configurações das classes sociais que se destoam pelos sistemas de produção, assim, se ligarmos a questão do que é natural, apropriado e transformado pelo homem e de como isso interfere economicamente no espaço geográfico, faz da Geografia, a partir do segmento espacial, uma ciência crítica, que por suas discussões coloca significado nas teorias marxistas junto do significado espacial, uma relação dialética entre geografia e economia por exemplo, que visa compreender os rebatimentos da relação de expropriação, exploração e fetichismo do trabalho e da mercadoria.

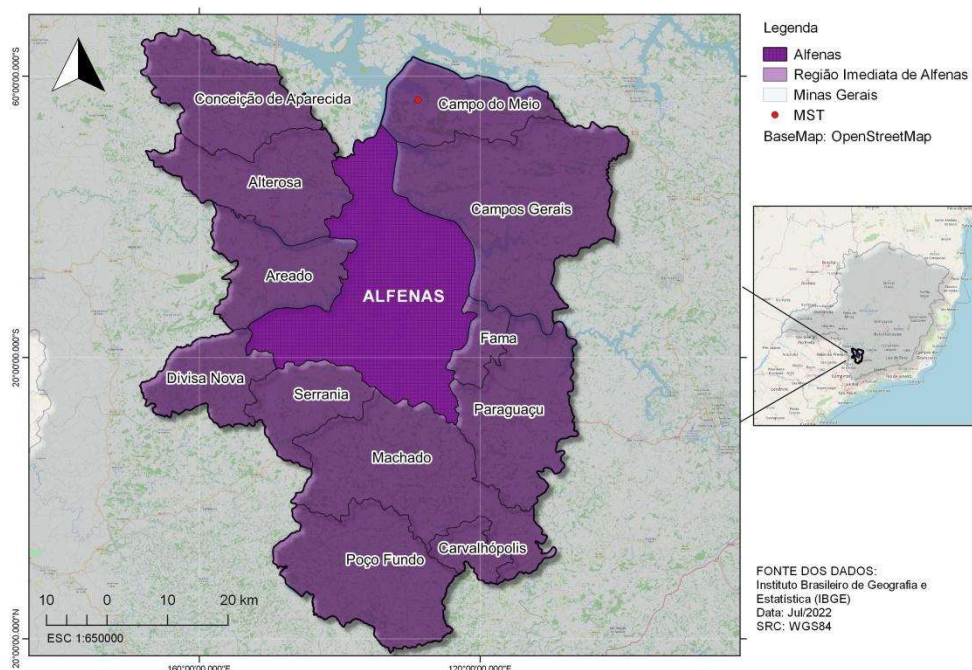
Agora, a pesquisa quando desenvolvida no campo agrário e qualitativa, com a abordagem marxista presente, estabelece pontes de compreensão que perpassam a conjuntura espacial, mas também ressignifica a geografia das coisas pela temporalidade e materialidade. O que facilita o mapeamento das conjunturas que precisam ser abordadas e estudadas para assim serem superadas com proposições que vão além da problemática. Com o problema mapeado, Becker (2007), faz uma provocação essencial para a escolha dos caminhos que a pesquisa possa encaminhar à medida que for construída:

“O problema de pesquisa deve ser identificado a partir de uma situação ou dificuldade observada e deve se constituir na questão maior sobre a qual devem ser concentradas todas as atenções. Nesse momento, cabem algumas indagações: qual o problema (questão) que se pretende estudar e/ou resolver com a pesquisa? O que já é conhecido sobre o problema? O que está relatado na literatura? A revisão de literatura foi a mais completa possível? Por que o problema é importante? Quais os prejuízos sociais, ambientais e/ou econômicos desencadeados? Que benefícios resultarão do estudo ou eventual solução do problema (para a ciência? para a educação? para a sociedade?) Quais as questões já respondidas por outros pesquisadores? Quais as questões que o projeto pretende responder? Não existe conhecimento científico e/ou empírico suficiente sobre o assunto, de fácil transposição a partir de outros países ou regiões em que o mesmo problema já foi resolvido? Portanto, emergem dessas indagações a necessidade de refletir sobre o assunto e de fazer a revisão de literatura, de forma bastante completa” (BECKER, 2007, pág. 55).

Por isso, com o caráter qualitativo da pesquisa, se faz necessária a compreensão de que abordagens com enfoque críticos-participativos (TRIVIÑOS, 2019), em intersecção com a dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer a realidade através de percepções, reflexão e intuição, auxiliarão de forma direta na compreensão e análise do que é real e perceptível. A Análise Comparativa Qualitativa (ACQ) tem a finalidade de compreender de quais formas e até que ponto as mudanças socioterritoriais ocasionadas por fenômenos geográficos ocorrem em unidades de produção do agronegócio e do campesinato/agricultura familiar.

Vejamos o exemplo da Região Imediata de Alfenas-MG, nela encontramos unidades produtivas tanto do agronegócio como também do campesinato. No município de Campo do Meio temos a presença dos camponeses assentados e acampados do Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), mesmo estando inseridos em uma região dominada pelo agronegócio, conseguem desenvolver suas atividades que resultam em soberania alimentar e práticas agroecológicas (COCA, et al., 2019). Contudo, se olharmos nas demais localidades da Região Imediata de Alfenas, principalmente no município de Alfenas, encontram-se corporações do agronegócio que especializam suas relações e assim se territorializam, em especial empresas como: Adecoagro®, CofcoAgri®, OllanCoffe®, Grão de Ouro® e Ipanemma Coffes®.

Mapa 01: Região Imediata de Alfenas, Minas Gerais.



Fonte: Autoria própria, 2022.

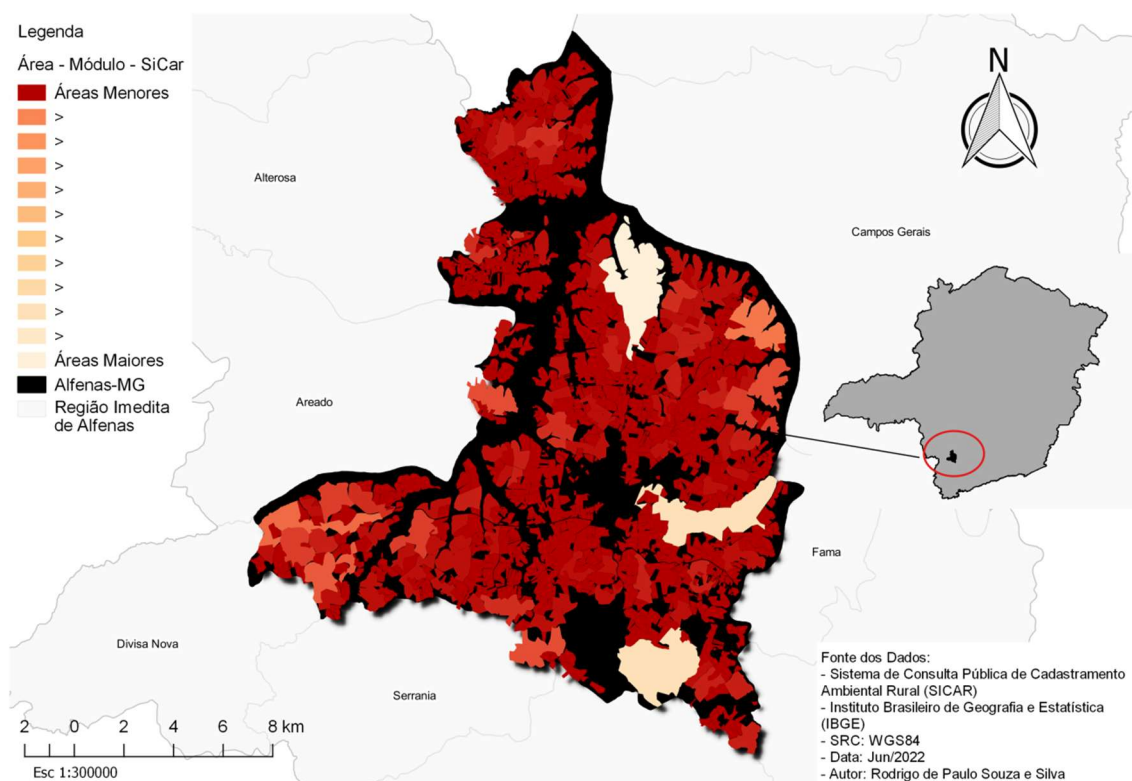
Com a análise comparada podem-se delimitar perfis de espacialização e também dos impactos causados com as atividades desempenhadas pelo agronegócio na região de análise, e a partir do momento que se estabelece um tema de pesquisa, desvenda-se as novas formas e dinâmicas no espaço rural. Somando a isso o método dialético, que insere temporalidade sobre a materialidade, pode-se compreender de forma mais efetiva a evolução dos fenômenos agrários. Captamos como exemplo as tecnologias digitais no campo, como serviços de nuvem, aplicativos de celular, mecanismos de sensoriamento remoto (por exemplo, IoT, GNSS, RTK, VRT, PLF, UAV e imagens de satélite), Big Data e cibersegurança têm sido cada vez mais importantes na organização da cadeia produtiva, articulando desde a seleção de sementes até a comercialização de commodities pelo agronegócio. Assim, Esse processo tem gerado mudanças na identidade dos agricultores, nos modos de produzir e nas relações de poder nas unidades de produção (KLERKX; JAKKU; LABARTHE, 2019), caracterizando novas territorialidades no campo (FERNANDES, 2016).

O marxismo permite uma abordagem científica de forma trinitária: terra-capital-trabalho, expressada através da circulação de rendimentos autônomos, ou seja, a terra pela renda da terra; ao capital pelo lucro; e ao trabalho pelo salário (DAMIANI, 2016). A partir deste ponto, sugiro algumas temáticas que podem ser desenvolvidas e que exemplificam nosso debate até agora.

A noção de renda fundiária entendida como uma relação social de produção, é decorrente de um processo historicamente condicionado, via acumulação primitiva que confere às terras, uma

acumulação flexível do capital que tange umas das razões da loucura econômica defendida por Harvey (2016). Podemos notar um rearranjo espacial no Mapa 02, que favorece a reprodução da exploração das terras no município de Alfenas-MG, no caso, uma organização favorável para a reprodução do modelo de arrendamento de terras exercido pelo setor do agronegócio. Diferentemente de outras localidades no Brasil, a distribuição fundiária nas imediações de Alfenas é bastante fragmentada, são pequenas parcelas de terras que se organizam em módulos específicos que resultam na agressiva expansão por arrendamentos, afinal, a lógica exercida neste caso, contempla o valor agregado no pagamento do arrendamento um valor justo para a corporação e de mais valia para o proprietário da terra, já que sua parcela de terra é fruto de uma metamorfose que ocorre com o tempo (avô para pai, pai para filhos – visão patriarcal proposital).

Mapa 02: Mapa de divisão fundiária do Município de Alfenas – Região Imediata de Alfenas-MG.



Fonte: Autoria própria, 2022.

A atual configuração que retrata a distribuição de terras em Alfenas, torna atrativo ao agronegócio um modelo que garanta aos arrendatários contínuas atividades agrícolas em suas terras, já que a corporação que ali está ocupando o espaço agrário garante a manutenção de uso e ocupação do solo. No caso, antes de arrendar a terra, a empresa capita o arrendatário com o discurso de que o mesmo não teria nenhum custo operacional na sistematização agrícola que iria ser implantada, a grosso modo,

“não colocaria a mão no bolso” para o plantio da lavoura e também em todo o processo produtivo, o arrendatário ali recebe o “dinheiro limpo”. A concentração de terras não é alta, pois a divisão de terras é diversificada, contudo, os aglomerados corporativos formados pelo arrendamento de terras se tornam mais vigentes, uma concentração de terras formada pelo arrendamento corporativo. Obviamente, existirá distinção nos preços a serem pagos pelas corporações de acordo com a commodity que ali será cultivada.

As provocações que ficam são: quais são as formas de materialização dessas relações? O preço pago pela corporação para um arrendatário que possui 100 hectares de terra é o mesmo para aquele que possui 20 hectares de terra? O preço pago na região imediata de Alfenas é o mesmo pago nas terras que estão localizadas na fronteira agrícola brasileira, como no Matopiba ou mesmo no Pantanal? Como esses fenômenos podem ser entendidos através do tempo? Como as tecnologias digitais influenciam no processo de financeirização do alimento?

Já pela questão do mundo do trabalho podemos abordar, como as tecnologias digitais inseridas no agronegócio tem alterado as formas de como os trabalhadores se relacionam com sua rotina de trabalho. Para exemplificar essa questão, a empresa Usina Monte Alegre, produtora de açúcar e etanol, que pertence ao grupo Adecoagro®, localizada em Monte Belo-MG, tem em sua organização administrativa um software chamado Solinftec® (SILVA, 2021). Ele possui a função de gerenciar e organizar a rotina dos trabalhadores. Por exemplo, o operador agrícola responsável por dirigir um trator observa que seu equipamento precisa de manutenção hidráulica, ele para sua operação com o trator e indica um código no painel de controle do sistema, que alertará a central de comando que está alocada na sede agrícola da empresa, que em seguida alertará a oficina mecânica que o trator precisa de manutenção. O detalhe desta questão é que os tempos gastos são todos computados, ou seja, o tempo que o trator fica parado, o tempo que o trabalhador da central de operações faz a chamada para oficina mecânica, o tempo que demora em a oficina mecânica checar o trator que está parado, até mesmo o tempo em que demora o atendimento da oficina mecânica na manutenção do trator. Essas informações são organizadas em relatórios, potencializando o controle sob a automatização dos serviços cotidianos de trabalho.

As provocações que ficam são: como o trabalhador se sente em ser vigiado a todo o momento? Percebem que as ações da empresa regulam sua rotina? Percebem que sua rotina de trabalho precisa ser enquadrada num contexto de metas a serem batidas por um modelo produtivo que gera lucro para a empresa? Percebem que suas ações cotidianas rebatem no espaço de forma a garantir que o agronegócio reproduza suas ações? Como se especializam essas relações do capitalismo e vigilância?

Sobre a cultura do consumo, o capitalismo se rearranja, e as corporações agroindustriais tem se apropriado nos últimos anos, de práticas agrícolas fadadas à sustentabilidade, um exemplo claro que se encontra na Região Imediata de Alfenas vem da Adecoagro®, que produz açúcar orgânico (SILVA, 2021). Vale ressaltar que quando falamos de agronegócio, tratamos de produção de commodities agrícolas, e não de fato em alimentos, o agronegócio trabalha com ideia de que o alimento é uma moeda de troca. Assim se dá também com a soja, grãos diversos e também o próprio café. Outra correlação, o agronegócio atualmente, respeita as demandas da economia flexível, de capital flexível, e encontra assim um foco produtivo para exportação daquilo que é produzido. Alimento produzido aqui na região, mas escoado para o mercado internacional.

As provocações que ficam são: o açúcar orgânico, ele chega na mesa do trabalhador que o produz? Ou é escoado para exportação? Quais são as redes e fluxos gerados com essa relação de exportação? Como se dão os rebatimentos econômicos dessa exportação de commodities no espaço geográfico?

Nesse sentido, diversas abordagens podem ser realizadas, contudo, para não cair na armadilha do estudo empirista, é necessário inserir nestas análises uma carga crítica que possa levar ao debate ou ações conjuntas que visem superar as desigualdades geradas no campo pelo agronegócio. Colocando significado social na pesquisa, e proporcionando um cenário de transformação para quem se apropria da pesquisa desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As provocações aqui elencadas até agora, objetivam olhar a geografia agraria como uma área do pensar geográfico fundamental na observância das dinâmicas existentes no espaço rural. Quando escolhido um método que seja capaz de observar as mudanças nas estruturas agrárias, e uma metodologia capaz de dialogar cenários que estão materializados no espaço, a pesquisa ali que é construída, se faz importante para a transformação da sociedade. O uso corporativo do solo pelo agronegócio a partir das suas orientações sobre a terra, o trabalho e o lucro, pode ser compreendido a partir de abordagens dialéticas entre economia e espaço. Analisando o funcionamento do sistema econômico no espaço, explicando as suas distribuições nos eventos de produção, e de como são dispostos e consumidos, proporciona-se a compreensão de seus rebatimentos, da distribuição da produção, da circulação e do consumo de bens.

REFERÊNCIAS

- BECKER, E. L. S. A Geografia e o método dialético. **VIDYA**, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005, Santa Maria, 2007
- COCA, et al. Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio-MG. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 34, p. 168-186, 2019.

DAMIANI, A. L. A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra. **Revista Continentes** (UFRRJ). v. 5, n. 9, 2016.

FERNANDES, B. M. A questão fundiária do mundo agrário e urbano atual. **Katalysis**, v. 19, p. 173–174, 2016.

HAESBERT, R. Por uma constelação geográfica de conceitos In: **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

HARVEY, D. **As 17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KLERKX, L.; JAKKU, E.; LABARTHE, P. A review of social science on digital agriculture, smart farming and agriculture 4.0: New contributions and a future research agenda. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, v. 90–91, p. 100315, 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. (Prefácio) **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos económicos de 1857-1858. In: **Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, p. 76-88, 2011.

MOREIRA, R. O marxismo e a Geografia. **GEOgraphia**, Ano. 6 – nº6 – 2004

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**/Massimo Quaini; tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, R.P.S. **As faces do agronegócio e a financeirização do alimento pela Usina Monte Alegre-Adecoagro**. Orientador: Estevan Leopoldo de Freitas Coca. 2021. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia Licenciatura, Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas. 2021. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/geografia1/wp-content/uploads/sites/141/2021/06/Rodrigo_Paulo.pdf Acesso em: 10/01/2022.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

OS DESAFIOS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DAS COMUNIDADES MATA DO RONCA NO MUNICÍPIO DE PAULISTA-PE E ENGENHO AMAZONAS NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA-PE PARA SE TORNAR LIVRE DE AGROTÓXICOS

Ianna Louise Araujo Chagas
Manoel Saraiva Marques
Josimar Fernandes Gurgel
Nathália Sá Alencar do Amaral Marques

RESUMO

A agricultura acontece em sítios urbanos desde o aparecimento das primeiras cidades. Não sendo um fenômeno recente nas cidades, passa a ter caráter social na Europa a partir do século XVIII em resposta ao desemprego causado pela migração da população rural para as áreas urbanas e na América Latina, África e Ásia desde a década de 1980 como uma estratégia de sobrevivência e redução da pobreza. Este estudo de caso tem o objetivo de analisar os desafios da produção de alimentos livre de agrotóxicos por agricultores familiares da zona urbana e periurbana dos municípios de Paulista e Ipojuca, situados na região metropolitana do Recife-PE e avaliar a importância da Agricultura Urbana e Periurbana frente à Segurança Alimentar. O trabalho de identificação das unidades de AUP foi realizado utilizando imagens de satélite, bases cartográficas do município e softwares de geoprocessamento. A coleta de dados se deu por meio de formulários e entrevistas semiestruturadas e abordou questões referentes ao perfil do agricultor, infraestrutura da propriedade, sistema de produção, comercialização e renda. Diante da análise dos dados coletados verifica-se que as dificuldades encontradas são diferentes nos municípios estudados fazendo-se necessário distintas soluções para enfrentar e/ou mitigar o problema.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura urbana e periurbana; Segurança Alimentar; Agricultura orgânica.

ABSTRACT

Agriculture takes place in urban places since the appearance of the first cities. Not being a recent phenomenon in cities, it has a social character in Europe from the 18th century onwards in response to unemployment caused by the migration of the rural population to urban areas and in Latin America, Africa and Asia since the 1980s as a strategy survival and poverty reduction. This case study aims to analyze the challenges of producing pesticide-free food by family farmers in the urban and peri-urban areas of the municipalities of Paulista and Ipojuca, located in the metropolitan region of Recife-PE and to assess the importance of Urban and Peri-urban Agriculture. front of Food Security. The identification work of the AUP units was carried out using satellite images, cartographic databases of the municipality and geoprocessing software. Data collection took place through forms and semi-structured interviews and addressed issues related to the farmer's profile, property infrastructure, production system, marketing and income. In view of the analysis of the collected data, it is verified that the difficulties encountered are different in the municipalities studied, making different solutions necessary to face and/or mitigate the problem.

KEYWORDS: Urban and peri-urban agriculture; Food Safety; Organic agriculture.

A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA - AUP

A agricultura acontece em sítios urbanos desde o aparecimento das primeiras cidades. Com a evolução do sistema de produção e das relações comerciais, veio o capitalismo acompanhado da divisão do trabalho, especializações das funções e urbanização das cidades. Aliado ao rápido crescimento urbano surgem as metrópoles, que estabelecem em torno de si uma centralização econômica, atraindo pessoas, capitais e investimentos.

Apesar de toda essa modernização, ainda é possível constatar a insistência de ruralidades nos espaços urbanos com função fundamental de qualidade de vida e autoconsumo de uma parcela da população urbana. Madaleno (2001) indica que a agricultura urbana não é um fenômeno recente nas cidades.

As primeiras iniciativas com caráter social originadas na Europa durante o século XVIII em resposta ao desemprego causado pela migração da população rural para as áreas urbanas que precisava satisfazer a necessidade humana básica de se alimentar para sobreviver (MATOS, 2010).

Feiden, Andrade Junior e Cavassa (2007) consideram que os termos “agricultura” e “urbano”, historicamente, são opostos. No entanto, nos últimos anos começou-se a ouvir a expressão “agricultura urbana”, pois o cultivo de hortaliças nas cidades foi estimulado desde a década de 1980 na América Latina, África e Ásia como uma estratégia de sobrevivência e redução da pobreza (MAXWELL, 1995; BRYLD, 2003).

A maior diferença entre a agricultura urbana e a rural é a primeira acontecer em um ecossistema econômico urbano, não se resumindo apenas à localização urbana. As possibilidades de atividades são variadas, desde o cultivo intensivo em hortas urbanas até a pesca e criação de animais de pequeno porte. Ela ainda pode ser classificada, de acordo com a sua localização nas cidades, em periurbana e intraurbana ou urbana - quando se realiza na periferia/entorno e dentro das cidades, respectivamente (MOUGEOT, 2000).

De acordo com outros autores a área periurbana tem uma definição mais complexa pela indefinição de limites, pois está próxima às cidades, mas pode variar dezenas quilômetros dependendo da infraestrutura e custos de transporte (MACHADO e MACHADO, 2002). Ela passou a ser definida pela Comissão de Meio Ambiente- CMA como

“todas as atividades destinadas à produção, à transformação e à prestação de serviços inerentes ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, condimentares e aromáticas, frutíferas, espécies nativas e exóticas, flores, à criação de pequenos animais, à meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) e à piscicultura, praticada em áreas urbanas e no seu entorno, e que atendam às dimensões ambiental, social, cultural e econômica”. (AGÊNCIA SENADO, 2021)

Sabendo que o homem se desenvolveu a partir da exploração dos recursos naturais e que o modo de vida atual, baseado em altos padrões de consumo e desperdício, tem trazido riscos aos ecossistemas bem como a sobrevivência das espécies na Terra, a AUP pode ser uma saída viável para o aumento da oferta de alimentos e manutenção do meio ambiente.

Neste sentido, incentivar o desenvolvimento da AUP pode constituir numa opção interessante para enfrentar tanto problemas ambientais quanto socioeconômicos. No contexto de urbanização acelerada ela responde às novas demandas de produção, consumo, serviços e aproveitamento do espaço nas cidades. No quesito social ela promove a geração de empregos diretos e indiretos através da produção, comercialização e transporte dos alimentos nos centros urbanos servindo como fonte de renda para muitas famílias.

Em termos ambientais a AUP pode contribuir para a amenização de impactos ambientais e conservação dos recursos naturais (solo e água) e a possibilidade de reciclagem de resíduos sólidos (CHAPLOWE, 1997; DIAS 2000; MACHADO; MACHADO, 2002). Pode colaborar ainda com a formação de microclimas e a manutenção da biodiversidade. Entre as vantagens da AUP podemos destacar também a capacidade de apresentar características propícias para práticas produtivas de base ecológica gerando alimentos livres de agrotóxicos, que são substâncias químicas amplamente utilizados pela agricultura convencional.

Este estudo de caso tem o objetivo de analisar os desafios da produção de alimentos livre de agrotóxicos por agricultores familiares da zona urbana e periurbana da região metropolitana do Recife-PE e avaliar a importância da Agricultura Urbana e Periurbana frente à Segurança Alimentar.

AUP E SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (SAN)

O desenvolvimento acelerado e sem planejamento vem causando um processo de urbanização desordenado que sofre com crises econômicas, aumento no preço dos alimentos e mudanças climáticas. Diante dessas consequências da urbanização, a AUP se apresenta como uma alternativa de suprir os sistemas de alimentação urbanos, relacionando-se com a segurança alimentar.

A Agricultura Urbana e Periurbana é uma atividade multifuncional e as áreas que a realizam colaboram para o desenvolvimento socioeconômico e territorial, tanto dos espaços urbanos como dos periurbanos (ABRAMOWAY, 1992). Essa multifuncionalidade inclui a produção, a agricultura, o extrativismo e a sua coleta, a pecuária como também o processamento e beneficiamento de alimentos de origem vegetal e animal, cuja finalidade é o autoconsumo, a troca ou a comercialização.

Segundo Salmito (2004), existem diversos programas e iniciativas que indicam a importância da AUP por parte de organizações governamentais ou não governamentais e pelas agências internacionais.

Nas instâncias internacionais foram criados o Programa Especial de Segurança Alimentar, a Cúpula Mundial da Alimentação, a 15ª sessão do Comitê de Agricultura da FAO e Declaração de Quito. Na esfera nacional para impulsionar e estimular a AUP foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Brasil ainda vem se destacando com as políticas de incentivo ao pequeno produtor com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, e o Governo Federal criou a Lei nº11.947/2009, a qual obriga a aquisição de produtos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE, e o Programa e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Estes contribuem para a segurança alimentar saudável e sustentável, atendendo às necessidades nutricionais desse público (BRASIL,2016; BEVILAQUA,2016).

A criação desses programas e políticas voltadas para a agricultura urbana tem como ponto central a segurança alimentar e nutricional, já que a alimentação é um problema de ordem mundial. Zeeuw et al. (2000) afirma que, para garantir sua segurança alimentar, é necessária a combinação da produção de alimentos nas zonas rurais e urbanas. A agricultura urbana se desenvolve em áreas reduzidas situadas nas zonas urbanas, enquanto a AUP utiliza espaços mais amplos que se situados nos perímetros das zonas consideradas urbanas.

Para garantir a segurança alimentar e nutricional é necessário que a população tenha acesso contínuo à alimentação diversa através do desenvolvimento de ações estratégicas, visto que SAN é o direito de todo indivíduo ter acesso a uma alimentação adequada e de qualidade que respeite as necessidades essenciais e individuais (BRASIL,2006)

A AUP é vista como um mecanismo de promoção da SAN em razão da produção e disponibilidade de alimentos frescos, da proximidade com o mercado consumidor, da redução do custo com transporte, do acesso e do consumo diário de alimentos tornando-se um mecanismo importante na promoção da saúde, bem estar social e qualidade de vida da população urbana mais vulnerável.

DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA FAMILIAR

O modelo de produção convencional traz problemas econômicos, sociais e ambientais. Por mais que seja um modelo altamente produtivo, precisa constantemente de incentivos públicos e ainda não conseguiu resolver o problema da fome. Além desses fatos, o seu manejo provoca grandes e difusos impactos ambientais como a exaustão do solo, afetando a fertilidade, pondo em risco toda a perpetuação futura das espécies. Este tópico não visa uma solução para estes problemas, apenas busca a compreensão e quiçá a discussão sobre um outro modo de produção agrícola.

A agricultura familiar é uma “forma de produção que compreende o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, com mão de obra representada principalmente por membros do núcleo

familiar, e em que a direção dos trabalhos é exercida pelo próprio produtor rural” (LANDAU *et al*, p. 7, 2013) Ela foi normatizada pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 sendo considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. (BRASIL, 2006)

Atualmente, no Brasil, esse modelo organizacional é extremamente diversificado e responsável pela produção de 70% dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira (LIMA; SILVA; IWATA, 2019). Esses pequenos produtores rurais são assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

A produção de alimentos vem crescendo a cada ano, assim como a demanda por eles. Nesse sentido a agricultura familiar assume uma condição substancial na produção de insumos alimentícios saudáveis, através de práticas que não agridem o meio ambiente, favorecendo a conservação da biodiversidade e a saúde, aumentando a produtividade.

A procura e consumo de alimentos saudáveis oriundos de uma produção sustentável visando à eliminação do uso de agrotóxicos, como a orgânica, vem aumentando gradativamente devido ao fato das pesquisas realizadas nos setores da saúde e da alimentação confirmarem os males que a má alimentação causa à saúde, além da preocupação com o meio ambiente. (NASCIMENTO, 2012; SOUZA, 2011)

Penteado (2000) afirma que a agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais que atendam às expectativas do consumidor.

Essa nova demanda impulsiona à adoção de técnicas de produção orgânica por parte dos produtores, que buscam uma valorização do seu produto assim como uma melhor qualidade de vida para si e sua família. Dito isto, parece que a agricultura orgânica se configura como uma alternativa não só ecologicamente correta e sustentável, mas vantajosa.

Rezende *et al* (2003) destacam que, a agricultura orgânica, além de representar esforços na busca da produção de alimentos de qualidade de uma maneira sustentável, também pode ser vista como um instrumento à disposição de agricultores familiares que buscam formas de valorizar sua produção.

A realidade não é tão simples. A transição do modelo convencional para o orgânico esbarra em diversas dificuldades. O primeiro ponto é que o processo de transição é lento, podendo durar 3 anos.

Nesse período, pela ausência de defensivos e baixo nível de conhecimentos das práticas de manejo, a cultura fica mais susceptível as pragas e doenças resultando em perdas para os agricultores.

O segundo ponto a ser ressaltado é o custo, tanto para obter insumos quanto para manter a mão de obra, que é maior nesse modo de produção. Santos e Monteiro (2004) também constataram maiores custos de produção na agricultura orgânica em razão de maior demanda de mão de obra e alguns insumos.

Outros pontos importantes são a escassa assistência técnica recebida pelos agricultores familiares e as barreiras logísticas para comercializar os alimentos produzidos. Pádua (2014), pontua que algumas dificuldades enfrentadas pelos produtores orgânicos de algum modo, inibem o desenvolvimento da produção, como o baixo conhecimento científico e tecnológico nos sistemas produtivos orgânicos, limitação de mão de obra, falta de maquinários e equipamentos, falta de desenvolvimento científico de estudos na área, falta de investimento governamental em áreas que não sejam de produção convencional, baixa escolaridade dos agricultores e pouca condição financeira para investimento, além da.

Esses entraves (Figura 1) são responsáveis podem levar ao abandono da prática da agricultura orgânica pelos agricultores familiares que necessitam de retorno financeiro imediato.

Figura 1: Dificuldades da Produção Orgânica



Fonte: Johann, L. *et al*, 2019

Além das dificuldades citadas acima, o agricultor familiar ainda esbarra na burocracia. Outra dificuldade encontrada pelo agricultor familiar para ser um produtor orgânico é processo de certificação

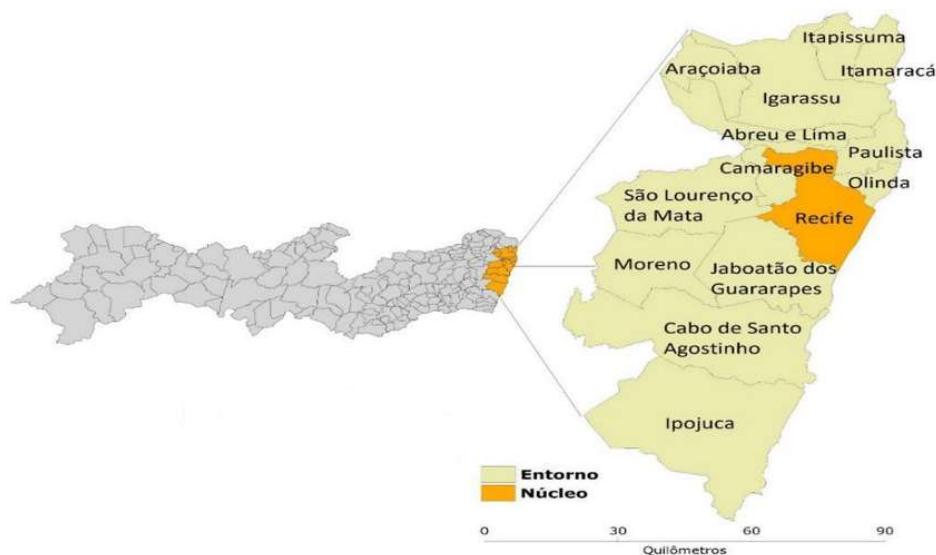
e sua manutenção. Este processo é feito junto a empresa certificadoras envolvendo custos e padrões de difícil compreensão para certificar e manter o certificado. A certificação de seus produtos junto a uma empresa certificadora trará melhor competitividade no mercado e a confiabilidade do consumidor. O selo é a certificação e ela é indispensável para agregar valor ao produto. Conforme Campanhola e Valarini (2001), a certificação de produtos orgânicos visa conquistar maior credibilidade dos consumidores e conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção orgânica. Sendo ela realizada por empresas habilitadas, que classificam e padronizam as formas de produção conforme o conjunto de normativas e regulamentos nacionais (PINHEIRO, 2012)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a pesquisa foi exploratória, pois conforme Gil (2009) ela visa desenvolver familiaridade com o problema, explicitando-o e tendo planejamento flexível, e qualitativa, visto que se trata de um estudo de caso. Os aspectos quantitativos não foram desconsiderados, para não correr o risco de produzir uma interpretação distorcida e enviesada da realidade.

Uma amostra aleatória estratificada, que é um método útil na pesquisa em ciências sociais, mapeou 10% das unidades de produção localizadas nos municípios de Paulista ao norte e Ipojuca ao sul da capital pernambucana, ambas situadas na região metropolitana do Recife (RMR) (Figura 2). “Uma amostra aleatória estratificada divide a população em grupos separados, chamados estratos e, então, seleciona uma amostra aleatória simples de cada estrato” (AGRESTI; FINLAY, 2012).

Figura 2: Localização da área de estudo.



Fonte: SIDRIM, R & FUSCO, W. 2019

A RMR foi institucionalizada pela Lei Federal nº 14 de 1973 (figura 2), e atualmente é composta por 14 municípios (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de

Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, e São Lourenço da Mata), ocupando uma área de 2.770 km² onde vivem 4.029.527 habitantes, segundo estimativas de população do IBGE para 2020. O recorte utilizado para o estudo foram os municípios de Ipojuca e Paulista.

Na pesquisa de gabinete foram conduzidos estudos e análises documentais e de dados em órgãos de governos municipais, estaduais e federais que se fizeram necessários a complementação das informações. Foram entrevistados agricultores dos municípios de Paulista e Ipojuca, escolhidos por amostragem em comunidades “rurais” por colaboradores do IPA, a fim de poder fazer uma comparação entre a AUP dos dois municípios, que sofrem influências de agentes externos diferentes.

O trabalho de identificação das unidades de AUP foi realizado utilizando imagens de satélite, bases cartográficas do município e softwares de geoprocessamento. Todas com acesso gratuito. A coleta de dados se deu por meio de formulários e entrevistas semiestruturadas. A “pesquisa de campo” abordou questões referentes ao perfil do agricultor, infraestrutura da propriedade, sistema de produção, comercialização e renda.

As visitas aconteceram em mais de um encontro, mediante um aviso prévio, entre os meses de janeiro e março de 2022.

RESULTADOS

Através das entrevistas realizadas com os agricultores urbanos e periurbanos levantamos importantes características acerca da SAN dos entrevistados, da condução de suas propriedades e da importância do sistema adotado.

Diante do exposto pelo entrevistado em Paulista observou-se grande esforço em ter e manter um sítio orgânico autossustentável, sem uso algum de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Tudo vem da natureza e volta para ela, não tendo sequer problemas com pragas e/ou desequilíbrios no solo, de forma que sua maior dificuldade é conviver com a violência, roubos e arrombamentos sofridos em seu sítio oriundos da proximidade com o centro urbano.

O sítio em questão conta com 8.500m² e um sistema agroflorestal sistematizado e desenvolvido ao longo de 11 anos, mas ainda se encontra sem o selo de orgânico devido a burocracia que esbarra no agricultor familiar. (Figura 3)

Figura 3- Sítio Orgânico em Paulista



Fonte: Próprios autores. 2022

A realidade encontrada em Ipojuca é completamente diferente, pois a comunidade visitada encontra-se em terras desapropriadas de um engenho as margens de grandes plantações de cana de açúcar. Os agricultores da região se veem, muitas vezes, compelidos a plantar cana de açúcar para vender a usina, mas muitos ainda resistem a essa pressão.

O entrevistado relatou não usar agrotóxico e nem fertilizantes químicos, apenas adubos orgânicos e caldas caseiras, mas que todo seu esforço não vale de nada, pois a usina utiliza pulverizador aéreo em toda a sua plantação e através da dispersão do ar todo esse veneno chega ao sítio queimando folhas e frutos, prejudicando sua lavoura. (Figura 4)

Figura 4- Sítio Orgânico em Ipojuca



Fonte: Próprios autores. 2022

O que vemos em comum nas entrevistas dos dois municípios é o relato que a segurança nutricional para quem planta está garantida, pois alimento na mesa do agricultor é simples, mas não falta.

Os agricultores demonstraram ter total compreensão dos benefícios da agricultura orgânica traz, não só para quem consome, mas também para o meio ambiente, porém eles esbarram em desafios que

são verdadeiras travas no impulsionamento desse tipo de cultivo entre os agricultores familiares urbanos e periurbanos, como a violência urbana, burocracia, vizinhança usando agrotóxicos, assistência técnica precária e problemas com a sucessão da terra.

No quesito segurança alimentar e nutricional, a AUP está cumprindo o seu papel primário de garantir o acesso regular e permanente de alimento a uma parcela da população urbana mais vulnerável.

CONCLUSÃO

O homem possui necessidades básicas de sobrevivência e por isso ele produz e consome através do seu trabalho. Nesta pesquisa encontramos pessoas dispostas a aliar suas necessidades básicas com a conscientização ambiental.

A AUP se desenvolve pautada em diversos pilares, um deles é a identificação dos agricultores com a atividade agrícola aliada a necessidade de trabalhar.

A agricultura orgânica é compreendida neste estudo como uma alternativa aos agricultores familiares urbanos e periurbanos de agregar valor ao seu produto, além de propiciar saúde aos que praticam essa atividade e equilíbrio ao meio ambiente. Ela pode ser entendida como uma alternativa de adaptação.

Quando se trata de desenvolvimento não podemos levar em consideração apenas a questão ambiental. Esses agricultores esbarram em tantas dificuldades para serem certificados como produtores orgânicos que parte deles acabam desistindo no meio do processo e sucumbindo as pressões criadas pelo agronegócio, criando assim alternativas para sua manutenção e sobrevivência no campo.

A comercialização dos seus produtos é feita de forma rudimentar, porta a porta, ou em feiras tradicionais, desvalorizando o produto pela falta de certificação. Certificação essa que é dispendiosa para o agricultor familiar e difícil de manter por causa das suas especificações.

A assistência técnica oriunda dos órgãos públicos é escassa e não colabora para o desenvolvimento da prática e aumento da produção. Para sua expansão é necessário o olhar mais atencioso dos órgãos públicos, tanto para a questão de assistência técnica quanto para a inserção e participação do maior número possível de agricultores familiares nos programas de políticas públicas voltados para a agricultura familiar urbana,

A SAN para os agricultores familiares orgânicos está garantida, desde que eles tenham organização sobre o seu calendário produtivo, pois além de poder obter alimentos do seu próprio cultivo, ainda terá excedente para vender e gerar renda.

Com a mudança de padrões relacionados a qualidade de vida e sustentabilidade, a sociedade começa a focar na preservação ambiental. Nesse processo a AUP é fundamental para a produção de

alimentos saudáveis necessários para a segurança alimentar, através de práticas educacionais e ecológicas, que não agredem o meio ambiente e preservam a biodiversidade.

AGRADECIMENTO

Agradecemos a FACEPE pelo apoio financeiro ao projeto **APQ-0491-5.01/21** e a bolsa **BCT-1621-5.01/21**.

REFERÊNCIAS

AGENCIA SENADO. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/cma-aprova-projeto-que-institui-politica-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>>. Acesso em 15/04/2022.

AGRESTI, A.; FINLAY, B. Método estatístico para as ciências sociais. Tradução: Lori Viali. Ed. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BATISTA, S. C. P.; COSTA, S. C. F. das C.; COSTA, F. S. da; DIAS JÚNIOR, L. As dificuldades dos agricultores familiares na produção orgânica na feira agrourfama de Manaus, AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n. 14, p. 09-15, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i14p9-15>

BEVILAQUA, K. A. Pensando Além Da Produção: Uma Análise Da Agricultura Familiar Como Ferramenta De Consolidação Da Sustentabilidade Pluridimensional E Da Segurança Alimentar. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/148615>>. Acesso em 15/05/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. 2. ed. Brasília: FNDE, 2016. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-areagestores/pnae-manuais-cartilhas/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-deprodutos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>. Acesso em: 12 /05/ 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006. Sistema Nacional de Segurança Alimentare Nutricional –SISAN. Brasília: CONSEA; 2006.

BRYLD, E. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. **Agricultural and Human Values** V. 20, p.79-86. 2003.

CHAPLOWE, S. G. Sustainable Prospectsin urban agriculture. In: MADDEN J.P; CHAPLOWE, S. G. **For All Generations: making world agricultura more sustainable**. Glendale:WSSA, 1997. P. 70-100.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 69-110, 2001

FEIDEN, A.; ANDRADE JUNIOR, E. B.; CAVASSA, A. V. **Agricultura urbana em Corumbá - MS**. ADM -Artigo de Divulgação na Mídia, Corumbá - MS, p. 1 - 3, 21 mar. 2007. Disponível em < <https://www.opantaneiro.com.br/colunistas/post/agricultura-urbana-em-corumba-ms/571/>>. Acesso em 20/04/2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 175 p. 2009.

JOHANN, L. *et al.* Alimentos orgânicos: dinâmicas na produção e comercialização / Liana Johann, Marlon Dalmoro, Mônica Jachetti Maciel (Org.) – Lajeado: Editora Univates, 2019. P. 191. ISBN 978-85-8167-284-7

LANDAU, E. C. *et al.* **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo. ISSN 1518- 4277; 155. 2013.

LIMA, A. F; SILVA, E.G. de A. IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, nº.1, p.50-68, 2019, ISSN: 1516-8182

NASCIMENTO, F. G. O mercado de produtos orgânicos em Silvânia - GO: um estudo de caso. 2012. 57 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontificia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

MADALENO, I M. **Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente**. Lisboa: Instituto Tropical, 2001.

MATOS, R. S. A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano -reflexões. **Tese** (Doutorado). Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora. 2010

MAXWELL D.G. Alternative food security strategy: a household analysis or urban agriculture in Kampala. **Food Policy** v. 23, p. 411-424. 1995.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: Bakker et al. (eds.). **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**, p. 1-42, 2000.

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Editora Grafimagem, 110 p. 2000.

SANTOS, G. C.; MONTEIRO, G. Sistema orgânico de produção de alimentos. **Alimento & Nutrição**, v. 15, n. 1, p. 73-86, 2004.

SIDRIM, R & FUSCO, W. **Mobilidade Pendular E Inserção Ocupacional Na Região Metropolitana Do Recife**. 2019

ZEEUW H., de GUNDEL S, WAIBEL H. La integración de la Agricultura en las políticas urbanas. La **Revista Agricultura Urbana**. v.1, jul. 2000. Disponível em:< https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf>. Acesso em 15/04/2022

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA E O LATIFÚNDIO COMO FATORES DETERMINANTES PARA O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1950

Filipe Barbosa de Santana

RESUMO

A modernização da produção do açúcar no final do século XIX a partir da instalação e expansão das usinas possibilitou novas formas de organização do sistema agrícola e relações de exploração da mão-de-obra do trabalhador rural no Nordeste brasileiro. A estrutura fundiária, por sua vez, não sofreu alterações significativas e continuou seu processo de concentração sob o domínio de uma elite agrária que daí em diante passa a ser constituída não só por donos de engenhos historicamente estabelecidos, mas também por usineiros que ao longo das primeiras décadas do século XX foram estabelecendo estreitas relações com os antigos engenhos como forma de consolidação dos seus domínios. Com forte atuação em Pernambuco e Alagoas, principalmente, a nova indústria açucareira influenciou a proliferação de *engenhos de fogo morto*, ambiente onde nasce o *cambão* e o trabalhador *foreiro*, duas importantes categorias de análise que foram de suma importância para o surgimento do movimento social camponês denominado de Ligas Camponesas em 1955.

Palavras-chave: Ligas Camponesas; latifúndio; usina.

RESUMEN

La modernización de la producción de azúcar a finales del siglo XIX, con la instalación y expansión de los ingenios, permitió nuevas formas de organización del sistema agrícola y de las relaciones de explotación del trabajo rural en el Nordeste brasileño. La estructura agraria, por su parte, no experimentó cambios significativos y continuó su proceso de concentración bajo el dominio de una élite agraria que, a partir de entonces, estuvo formada no sólo por propietarios de molinos históricamente establecidos, sino también por propietarios de molinos que a lo largo de las primeras décadas del siglo XX establecieron estrechas relaciones con los antiguos molinos como forma de consolidar sus dominios. Con fuertes operaciones principalmente en Pernambuco y Alagoas, la nueva industria azucarera influyó en la proliferación de ingenios de "quema muerta", ambiente en el que nacieron el *cambão* y el trabajador *foreiro*, dos importantes categorías de análisis que fueron de suma importancia para el surgimiento del movimiento social campesino llamado Ligas Campesinas en 1955.

Palabras clave: Ligas campesinas; latifundio; instalación.

O cenário que deu condições para o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste constituiu-se ao longo de séculos, desde a chegada dos portugueses e a constituição das capitanias hereditárias, sistema que serviu como base para a concentração fundiária e a exploração da cultura da cana. Mas foi somente na segunda metade do século XVIII que os engenhos de açúcar se consolidaram como elementos influentes na paisagem geográfica da região, e tendo o *senhor de engenho* como uma figura paternalista que exercia uma autoridade absoluta naqueles espaços, as relações de dominação e submissão nos vínculos trabalhistas se mantiveram constantes mesmo após a abolição da escravatura em 1888 (PAGE, 1972).

O período que antecede o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) privilegia, no Nordeste brasileiro, a presença de diversos engenhos de fogo morto (nome dado aos engenhos onde a produção de açúcar havia sido encerrada) na paisagem da zona canavieira. Tal condição se deu a partir da expansão das usinas de cana-de-açúcar que com a modernização e aumento da produção foram tomando os espaços dos antigos engenhos e se consolidando como o principal meio de produção do açúcar para exportação (ANDRADE, 2005, p. 121).

Essas usinas começaram a ganhar notoriedade a partir do final do século XIX e início do século XX, apoiadas por medidas governamentais e implementadas em um contexto de transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro. Porém, a substituição dos engenhos pelas usinas na produção em larga escala - alteração essa que foi cercada de objetos tecnológicos e inovadores à época - não proporcionou mudanças profundas nas condições de vida da população camponesa do Nordeste. A fome, as doenças, o analfabetismo e a baixa expectativa de vida continuaram presentes conforme os anos iam se passando (PAGE, op. Cit.).

A tabela 1 nos mostra a alteração no número de usinas nos estados nordestinos na segunda e terceira década do século XX, respectivamente.

TABELA 1: NÚMERO DE USINAS NOS ESTADOS DO NORDESTE: 1910 E 1920

Estado	Nº de usinas em 1910	Nº de usinas em 1920
Rio Grande do Norte	4	3
Paraíba	5	2
Pernambuco	46	54
Alagoas	6	15
Sergipe	62	70
Bahia	7	22

Fonte: ANDRADE, 2005, p. 111

Ao analisarmos os dados expostos na tabela acima devemos ter a consciência de que o número total de usinas em cada estado não correspondia necessariamente a uma proporção alta ou baixa de produção. Por exemplo, Alagoas, em 1920, com apenas 15 usinas em operação, conseguia desenvolver uma produtividade 50% maior do que Sergipe com suas 70 instalações. Isso acontecia devido ao fato

das usinas sergipanas serem de pequenas dimensões, as quais muitas não resistiram à concorrência das indústrias dos estados vizinhos e acabaram fechando suas portas. Em consequência, muitos trabalhadores precisaram migrar em busca de emprego ou ficaram nos antigos canaviais que passaram a ser substituídos por pastos para a criação de gado (ANDRADE, 2005).

Com o advento desse novo ambiente, os engenhos de fogo morto tiveram suas funções redirecionadas, sendo duas as principais possibilidades para o uso daquelas terras. O primeiro era o seu arrendamento às usinas, onde eram utilizadas como área de expansão para o cultivo da cana. Os donos dos engenhos associados às industriais canavieiras recebiam a denominação de *fornecedores*, e até o ano de 1930 se relacionavam com as usinas em um sistema desigual de poder, pois a moagem da cana não era realizada nas instalações do engenho e isso acabava por dificultar a fiscalização da balança, deixando-os nas graças dos industriais. Posteriormente, em um ambiente cercado de conflitos e disputas de interesses de ambas as partes, a união dos fornecedores em torno de um objetivo comum abriu as portas para a mudança na estrutura da produção. Daí em diante a moagem da cana passou a ser feita dentro dos engenhos, com maior fiscalização por parte de seus proprietários. Além disso, os fornecedores passaram a ter uma cota na porcentagem da produção das usinas, acesso ao crédito com juros mais baixos e diversos outros benefícios econômicos. Essas regalias possibilitaram a formação de uma classe média rural que estava diretamente vinculada às elites (ANDRADE, *ibidem*).

A segunda possibilidade de uso dos engenhos de fogo morto - a que mais nos interessa - é a divisão das terras em sítios alugados a trabalhadores com pouca ou sem terra. As divisões eram realizadas em sua grande maioria nos engenhos que se localizavam distantes das usinas e que não possuíam uma conexão direta com as estradas que facilitavam o escoamento da produção. Esses trabalhadores ficaram conhecidos na região canavieira de Pernambuco como *foreiros*, e consequentemente o aluguel anual que se pagava pelas terras utilizadas passou a ser denominado de *foro*. O foro era pago através do repasse em dinheiro de uma quantia pré-estabelecida pelas partes, geralmente de forma verbal e sem a constituição de documentos prescritos - o que segundo Manuel Correia de Andrade (1980, p. 63) proporcionou uma dependência maior ao grande latifúndio pois “não havendo em geral contratos escritos, podem os agricultores serem afastados de suas posses com bem maior rapidez”. Ademais, o foreiro era obrigado a conceder ao dono da terra alguns dias de trabalho de forma gratuita caso fosse solicitado, atividade essa que ficou conhecida como *cambão*, mas que também era referenciada como *condição* ou *obrigação*.

O cambão era visto em muitos casos como um ato de humilhação para com o trabalhador foreiro, uma vez que o trabalho obrigatório sem qualquer tipo de remuneração passava a fazer referência às

atividades desenvolvidas pelos negros escravizados. E por mais que o foreiro tivesse a possibilidade de escolher uma outra pessoa para cumprir os dias de trabalho gratuitos em seu lugar, muitos latifundiários exigiam a presença do próprio arrendatário com o objetivo de intensificar as humilhações e atos de vergonha pública, a fim de fazer com que ele saísse das terras sem maiores controvérsias. A luta contra o cambão também foi um forte elemento que impulsionou o levante dos grupos de trabalhadores camponeses que paulatinamente foram criando Ligas ou se juntando às existentes em todo Nordeste brasileiro (JULIÃO, 2013).

Era comum que ano após ano o preço do foro aumentasse significativamente e isso acabava dificultando a manutenção da permanência dos trabalhadores nos sítios. Em condição de vulnerabilidade e sem ter para onde ir, muitas famílias acabaram se sujeitando às exigências dos donos dos engenhos e assim foi se consolidando na zona canavieira do Nordeste uma relação de submissão semi-escravista. Foi exatamente essa estrutura que abriu margem para a ascensão das Ligas Camponesas em Pernambuco.

Assim, o fim das hostilidades na segunda grande guerra trouxe consigo uma nova dinâmica para a geopolítica mundial. Com a Europa devastada, Estados Unidos e União Soviética passaram a disputar no campo militar, ideológico e econômico a hegemonia do mundo, constituindo assim uma bipolaridade entre os ideais capitalistas defendidos pelos americanos e as ideias socialistas/comunistas propagadas pelos soviéticos. Dentro desse cenário, o Brasil encontrava-se em uma posição de exportador de suprimentos básicos para os países europeus em reconstrução. Na lista das exportações de bens alimentícios estava o açúcar, um dos principais motores da economia da região Nordeste do país na época.

O aumento do preço do açúcar pós 1945 despertou o interesse dos latifundiários donos de engenhos de fogo morto em restabelecer a produção da cana-de-açúcar em suas terras, mas para que isso fosse feito seria necessário que as localidades habitadas por famílias de foreiros fossem desapropriadas gradativamente e que muitas de suas lavouras de subsistência fossem completamente retiradas. As usinas também se apresentaram como um elemento incentivador para que muitos donos de terras voltassem a trabalhar no campo, uma vez que essas indústrias necessitavam cada vez mais de espaço para expandir a área de cultivo e encontraram precisamente nos engenhos de fogo morto uma oportunidade para ampliar seus domínios. Ainda, o uso de caminhões e o aprimoramento das rodovias otimizaram o escoamento da produção e possibilitaram o avanço das usinas em áreas antes não exploradas por esse setor industrial (ANDRADE, 2005; ROGERS, 2017).

Em paralelo ao avanço das usinas sobre as terras dos engenhos, em 1943 a legislação trabalhista amplia suas fronteiras e abarca os trabalhadores rurais em quesitos anteriormente exclusivos do proletariado urbano, beneficiando-os com o direito de receber o salário mínimo. Além disso, no ano seguinte é sancionada a lei que atribuía a possibilidade de criação dos sindicatos rurais - reconhecida pelo Ministério do Trabalho -, onde foram concebidos os mesmos benefícios já declarados aos sindicatos urbanos. No entanto, o trabalhador rural nordestino não alcançou tais benefícios por mais que eles estivessem assegurados pela lei, dado que a estrutura fundiária e o sistema agrário beneficiavam as relações desiguais de poder mantidas pelos latifundiários e dificultavam as mobilizações do proletariado rural em prol de melhorias no meio em que viviam e trabalhavam (PAGE, 2012, p. 109-110).

A figura da usina nos canaviais nordestinos e as relações trabalhistas trouxeram consigo uma dualidade para trabalhador rural que, a partir da década de 1950, buscava meios para se alcançar uma evolução nas condições de vida.

A expansão e modernização da cultura da cana-de-açúcar, na Zona da Mata, após 1945, transformou a maior parte dos trabalhadores rurais em proletários e criou as condições de um movimento operário. Este surgiu refletindo a existência de duas estratégias conflitantes dentro das fileiras dos trabalhadores do campo: de um lado, esforçar-se para recuperar o acesso à terra, e do outro, aceitar a condição de proletário e lutar pela aplicação da legislação trabalhista no campo. As Ligas Camponesas, que dominaram o movimento de 1955 a 1961, adotaram a primeira estratégia; sindicatos, que se tornaram predominantes a partir de 1961, defendiam a segunda (PEREIRA, 2008, p. 246).

A luta pelo acesso à terra ainda se relacionava de maneira direta com as mazelas sociais que degradavam a vida do camponês. Até a década de 1950, 80% da população nordestina não tinha uma expectativa de vida maior do que 35 anos e a mortalidade infantil atingia o nível alarmante de 60%, fatores que adicionavam “lenha na fogueira” dos camponeses no que se refere a movimentação contra a concentração fundiária.

Antes da ascensão das Ligas Camponesas em 1955, o PCB organizou trabalhadores do campo em um movimento de mesmo nome entre 1945 e 1947, mas que ideologicamente estava vinculado ao partido e não apresentava uma autonomia abrangente como a das Ligas Camponesas da década seguinte. A mobilização dos comunistas em Ligas surgiu como uma alternativa às burocracias institucionais que dificultavam a criação de sindicatos rurais, em um contexto de redemocratização após a ditadura de Vargas. Porém, não foi capaz de lançar lideranças relevantes e de sustentar-se por conta própria durante as repressões aos membros do PCB associadas ao posto de ilegalidade dado ao partido em 1947 (MORAIS, 2012, p. 22-23).

Muitas eram as estratégias utilizadas para coibir os camponeses e fazer com que eles se retirassem das terras em que trabalhavam. O uso da violência por meio de ameaças e até mesmo casos extremos que levavam a assassinatos, além do aumento abusivo do preço do foro e da exploração da

mão-de-obra foram algumas das mais cruéis armas utilizadas. A elite rural - lê-se os latifundiários - estabelecia contatos firmes e de interdependência com autoridades da lei e do campo político, fato que consumava a impunidade e o passe livre para a exploração da classe camponesa. Os trabalhadores tinham apenas duas opções diante dessa conjuntura: aceitar as condições impostas ou resistir da melhor forma possível. O fato é que essas resistências apresentavam-se espacialmente isoladas uma das outras, em casos particulares, e isso facilitava a repressão dos revoltosos que ousavam enfrentar a autoridade do senhor de engenho (JULIÃO, 2013). Afinal, ainda não existia um movimento amplo e estruturado que auxiliasse a unificação dos camponeses em torno de objetivos semelhantes. Esse cenário também afirmava a posição do senhor de engenho como autoridade máxima nas relações interpessoais do latifúndio. O trabalhador não tinha a quem recorrer, dado que “a única interferência do Estado em assuntos de relações de trabalho era de acudir a chamada ‘classe produtora’, apelido curioso que designa os empregadores” (DABAT, 2004, p. 162).

E como nos mostram Dabat (idem) e Rogers (2017), a ajuda estatal recebida pelos usineiros do Nordeste fundamenta-se a partir da transferência da concentração da produção da cana-de-açúcar para o Sudeste do Brasil, condição influenciada pela carência de renovação do maquinário, a degradação excessiva do solo e a ausência de técnicas agrícolas que dessem conta do aumento da produção.

Dentro do campo da literatura, diversos intelectuais renomados pertencentes à classe dominante da época procuraram por muito tempo legitimar as ações promovidas pelos latifundiários e os demais grupos que buscavam a manutenção da estrutura desigual de acesso à terra. Dessa maneira, toda e qualquer tentativa de insurgência era coibida e criticada como tentativas de desestabilização da ordem social não só no contexto do contato direto entre os camponeses e os agentes detentores do poder, mas também no campo intelectual que tinham sua parcela de influência na formação da opinião pública. E com o estabelecimento político-ideológico da Guerra Fria, rebelar-se contra as estruturas sociais hegemônicas poderia ser visto como um ato movido por influências comunistas, concepção essa que sempre foi caçada e malquista pelos grupos conservadores capitalistas da época. Manuel Correia de Andrade ao abordar esse ponto apresenta duras críticas a essa classe intelectual - principalmente a dos historiadores - ao falar que

A maior parte dessas revoltas durante muito tempo não recebeu a mesma atenção que as revoltas desfechadas com a participação das classes dominantes; os historiadores brasileiros, em sua esmagadora maioria, têm feito a história das classes dominantes para glorificar os seus heróis e legitimar as estruturas que foram implantadas no período colonial e que, com as modificações e adaptações necessárias ao processo evolutivo, ainda são mantidas. (ANDRADE, 1989, p. 13).

O posicionamento de Andrade citado acima pode ser acrescido pelo pensamento de Christine Dabat quando ela destaca que

O reconhecimento explícito que havia, no campo, classes opostas nos seus interesses feria a mitologia herdada da literatura de José Lins do Rego e Gilberto Freyre, segundo a qual a harmonia entre exploradores e explorados reinaria nos engenhos governados benevolmente pelos seus senhores. Essa idéia conscienciosamente alimentada pela classe patronal havia freado por decênios a organização legal dos trabalhadores rurais em entidades separadas das dos plantadores (DABAT, 2004, p. 151).

Além de receberem respaldos da classe intelectual, do uso da violência física e psicológica, os donos dos latifúndios utilizavam de outros instrumentos para minimizar as revoltas camponesas e manter a ordem no meio rural, e um desses instrumentos era a religião. Consequentemente, era comum que discursos movidos pelos ideais cristãos, sejam eles católicos ou protestantes, fossem usados para afirmar as condições de pobreza e concentração fundiária (JULIÃO, 2013). Tal ponto acabava sendo cada vez mais efetivo na medida em que os trabalhadores se encontravam em situação de analfabetismo ou devoção acrítica daquilo que estava sendo pregado. Ironicamente, os mesmos ideais cristãos foram fartamente explorados pelas Ligas Camponesas a partir de 1955 para mobilizar os trabalhadores rurais na luta contra a ordem vigente.

É justamente nesse contexto, motivados por todos esses abusos e péssimas condições de vida, em um ambiente onde cada vez mais se via as claras influências da bipolaridade da Guerra Fria, que os foreiros do Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, região da mata pernambucana, oficializaram legalmente em janeiro de 1955 a *Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco*, grupo que posteriormente ficou conhecido como a primeira Liga Camponesa de grande visibilidade no estado

Mas qual teria sido o estopim para a formulação da organização? Após se tornar um engenho de fogo morto, as terras de Galiléia foram repartidas em *foros* entre os camponeses que lá trabalhavam, os quais teriam que cumprir com uma série de medidas estabelecidas pelo latifundiário, e entre essas medidas estava o pagamento do foro (GALILEIA, 2016, p. 23). Segundo Bastos (1984, p. 18), o camponês residente no Galiléia de nome José Hortêncio não apresentou a quantia de Cr\$ 7.200,00 referentes ao pagamento atrasado do *foro* e isso gerou ameaças de expulsão do local. Em consequência, vai ao encontro de José Ayres dos Prazeres, antigo filiado ao Partido Comunista e dirigente da Liga Camponesa da Iputinga, que após a instituição da clandestinidade do partido passou a trabalhar como intermediário entre camponeses e latifundiários na solução de conflitos. Por sua vez, Prazeres identificou casos em comum ao de José Hortêncio vindos da mesma localidade, e para que a situação fosse solucionada, sugeriu a criação de uma sociedade agrícola com o intuito de adquirir um engenho e livrar os camponeses da Galiléia do pagamento do foro.

E conforme nos mostra Engels (1971, p. 51, apud BASTOS, 1984, p. 36),

[...] A privação, nos primórdios de um movimento social, tem sentido revolucionário, na medida em que se constitui em patamar que possibilita a consciência da posição desigual frente aos demais elementos da sociedade, e nesse sentido funciona como elemento aglutinador dos camponeses na luta.

A privação do acesso à terra e a bens de consumo básico no caso Galiléia colaborou com as ações de caráter revolucionário que aqueles camponeses necessitavam para sair de uma situação de “ócio” em busca de transformações no meio em que viviam, o que leva, no fim de 1954, José Hortêncio a reunir um grupo de trabalhadores rurais - designando funções específicas a cada um deles - e fundar a SAPPP.

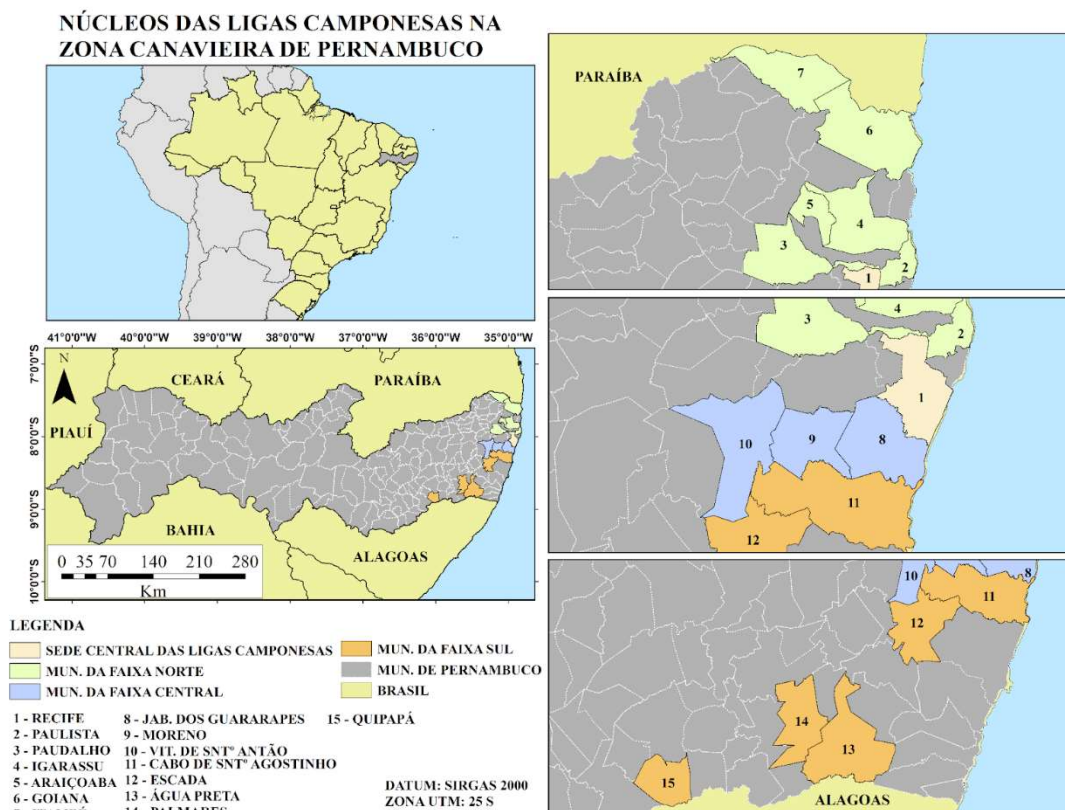
Já em 1955, com a adesão ao movimento do advogado e deputado estadual Francisco Julião - que posteriormente se tornou o principal porta-voz e líder das Ligas -, a Liga de Vitória de Santo Antão começa sua movimentação em prol ao acesso à terra, a luta contra o cambão e outros direitos sociais, entre eles a possibilidade de alfabetização das crianças do local.

Antes da criação da SAPPP e da transformação do engenho em fogo morto, as crianças do Engenho Galiléia tiveram acesso à educação após Oscar Beltrão encaminhar sua filha para dar aulas no barracão. Porém, a medida durou pouco tempo e logo foi descontinuada. Para que seus filhos não ficassem sem estudar, os camponeses enviavam suas crianças às escolas da cidade, a pé, em percurso de cerca de dez quilômetros. O latifundiário soube disso e tratou de repreendê-los, convocando os trabalhadores de forma individual para dizer:

Eu contratei você com sua família para trabalhar, e não para estudar. Volte pra [sic] casa e tire seus filhos da escola, senão mando embora do engenho. Amanhã quero ver eles no eito, no corte de cana, amarrando ou cambitando, ou na capinagem da soca (GALILEIA, 2016, p. 21).

Após a consolidação da SAPPP como a primeira Liga Camponesa de grande influência em Pernambuco, outras Ligas foram sendo fundadas no estado, tendo um maior destaque aquelas que estavam localizadas espacialmente na zona canavieira, como nos mostra o mapa abaixo.

MAPA 1: NÚCLEOS DAS LIGAS CAMPONESAS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO



Fonte: o autor, 2022.

Tendo a capital Recife como sede, os núcleos foram divididos em três faixas (norte, centro e sul) de acordo com a proximidade geográfica e eventuais ligações estratégicas entre eles. Embora fosse o principal nome do movimento, Francisco Julião estimulava a autonomia desses núcleos e ainda colaborava na medida do possível com a organização de lideranças locais capacitadas para a mobilização camponesa na luta contra o latifúndio. E além de Pernambuco, os demais estados nordestinos seguiram fundando Ligas nos anos subsequentes a 1955, mas cada um contendo suas particularidades.

Por fim, o surgimento das Ligas Camponesas abriu parâmetros para uma nova forma de luta social no campo. Agora, com todo apoio jurídico das Ligas, os camponeses passaram a ter uma mínima capacidade de combate no campo legal da lei, cenário que anteriormente era monopolizado pela classe dominante rural. Como consequência, várias vitórias significativas para o movimento foram sendo conquistadas, onde o exemplo maior é a desapropriação do Engenho Galiléia em favor dos foreiros entre o final de 1959 e início de 1960.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DABAT, Christine Rufino. Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez. Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana". **Clio**, n. 22, p. 149-188, 2004.
- GALILÉIA, Zito da. **A história das ligas camponesas**: testemunho de quem a viveu. Recife: Cepe, 2016.
- JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 21-76.
- PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Tradução de SUASSUNA, Ariano. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PAGE, Joseph A. Caos no Campo (1972). In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 103-131.
- PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República. **Clio**, Louisiana (EUA), vol. 26, n. 2, p. 245-272, 2008.
- ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Simone Maria Leme

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de caracterizar o espaço agrário sul-mato-grossense e as transformações provocadas pelo avanço do capitalismo. A partir da década de 1970, culturas destinadas ao mercado externo, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar, passam a se destacar no estado. Junto a expansão do agronegócio verifica-se a presença de camponeses que se reproduzem a partir da produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização no mercado local. Buscou-se na pesquisa um levantamento de dados, em órgãos públicos oficiais, que demonstrem a realidade agrária do estado. Essa busca teve o objetivo de caracterizar a estrutura fundiária, a expansão capitalista no campo, as alterações nas relações de trabalho e produção, as mudanças nas características produtivas e dados relacionados a luta pela terra no estado. A estrutura fundiária concentrada e a expansão capitalista são elementos que caracterizam o campo sul-mato-grossense. A pequena produção camponesa está presente nos assentamentos e comunidades rurais. Embora a presença de camponeses seja uma característica do estado, percebe-se a redução de gêneros alimentícios que fazem parte da alimentação diária da população local. Torna-se importante o direcionamento de políticas públicas para a produção camponesa, estimulando a permanência de famílias no campo e a produção de alimentos.

Palavras-chave: Questão agrária, agronegócio, campesinato, Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This article has the objective of characterizing the agrarian Mato Grosso do Sul and the transformations caused by the advance of capitalism. From the 1970s onwards, crops destined for the foreign market, such as soy, corn and sugarcane, started to stand out in the state. Along with the expansion of agribusiness, there is the presence of peasants who reproduce from the production of food for self-consumption and sale in the local market. The research sought to collect data, in official public bodies, which demonstrate the agrarian reality of the state. This search aimed to characterize the agrarian structure, capitalist expansion in the countryside, changes in labor and production relations, changes in production characteristics and data related to the struggle for land in the state. The concentrated land ownership structure and capitalist expansion are elements that characterize the Mato Grosso do Sul countryside. Small peasant production is present in rural settlements and communities. Although the presence of peasants is a characteristic of the state, there is a noticeable reduction in foodstuffs that are part of the daily diet of the local population. It is important to direct public policies towards peasant production, encouraging the permanence of families in the countryside and the production of food.

Keywords: Agrarian issue, agribusiness; peasantry; Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Atualmente, são poucas as pesquisas geográficas que abarcam a totalidade dos processos que condicionam a produção territorial, prevalecendo a perspectiva de homogeneização dos espaços produtivos no campo, com destaque para o predomínio do agronegócio, desconsiderando a diversidade de formas de viver e trabalhar no campo.

Buscou-se nesta pesquisa, caracterizar o espaço agrário do estado de Mato Grosso do Sul e as transformações provocadas pelo avanço do capitalismo, a partir da década de 1970. O estado do Mato Grosso do Sul é formado por 79 municípios e possui uma área de 357.145,531 km² (IBGE, 2010). Localizado na Região Centro-Oeste, faz fronteira com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, além dos países Bolívia e Paraguai. De acordo com dados do IBGE (2010), sua população era formada por 2.449.024 habitantes, sendo predominantemente urbana (85,64%). A população rural, por sua vez, representava 14,36% do total.

Uma das atividades econômicas de destaque desde o início do século XIX no estado foi a pecuária. A ocupação das terras se deu pela migração de famílias originárias de Minas Gerais e São Paulo seguindo a rota do Rio Paraná, visando à apropriação de terras para o estabelecimento de fazendas e a criação do gado, tornando, assim, a pecuária como uma das principais atividades econômicas da região. As características naturais contribuíram para essa ocupação, tendo em vista o predomínio da vegetação do Pantanal e do Cerrado, utilizadas como pastagem natural para o gado.

A partir da década de 1970, com modernização da agricultura para atender as demandas do agronegócio, culturas destinadas ao mercado externo como a soja, o milho e a cana-de-açúcar passam a se destacar, ocorrendo uma grande ampliação de áreas utilizadas por essas culturas em Mato Grosso do Sul.

Embora o agronegócio tenha avançado sobre o campo sul-mato-grossense nos últimos anos, verifica-se também a presença de camponeses que se reproduzem a partir do desenvolvimento de várias estratégias para a permanência na terra, dentre essas estratégias destaca-se a produção de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local. A expansão do capitalismo no campo tem apresentado desafios aos camponeses.

Assim como Martins (1990) e Oliveira (1990, 1991), considera-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo se realiza em um movimento desigual e combinado, pois, junto à grande expansão capitalista, ocorre a permanência de relações não capitalistas de produção que se subordinam ao processo de reprodução capitalista. O caráter contraditório do capitalismo permite a diversidade de relações de trabalho e produção encontradas no campo.

Para Fernandes (2001), a questão agrária é um problema estrutural que está relacionado ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo, reunindo os seguintes aspectos na atualidade: a concentração de sua estrutura fundiária, a modernização do espaço agrário para atender a expansão da produção de *commodities*; o aumento do capital estrangeiro; a resistência de trabalhadores e camponeses que lutam contra a expropriação; e as políticas agrícolas de produção para o mercado que privilegiam grandes grupos econômicos.

Dessa forma, o campo sul-mato-grossense revela os aspectos contraditórios, aos quais o avanço das relações capitalistas de produção criou, ao mesmo tempo, alguns espaços altamente tecnificados e outros de luta e resistência contra os processos de expropriação.

Andrade (1998) analisando mudanças nas relações de trabalho e produção, no nordeste brasileiro, indica sérias consequências sociais para trabalhadores rurais assalariados e para pequenos produtores sem-terra, os chamados foreiros, que acabaram sendo expulsos do campo pelos processos de mecanização e ampliação de culturas destinadas ao mercado externo, resultando na intensificação dos processos de concentração de terra e de renda.

A partir de 1970, em Mato Grosso do Sul, ocorre alterações no processo produtivo, a partir de mudanças na base técnica do campo. Essas modificações representam o crescimento do capital industrial, de agriculturas de exportação vinculadas ao agronegócio e da introdução da prática da pecuária melhorada, alterando profundamente as relações sociais e de produção no campo.

Entende-se que a presença de pequenas propriedades camponesas se torna fundamental para a permanência de pessoas no campo e para a produção de gêneros alimentícios que fazem parte da alimentação diária da população. A ampliação de áreas voltadas para a produção de grãos para a exportação coloca em risco a produção de alimentos. A partir da década de 1970, com o aumento dessas áreas, houve um intenso fluxo migratório campo-cidade, e esse movimento reduz a qualidade de vida das pessoas tanto no campo como na cidade, tendo em vista os processos de industrialização que o campo vem passando.

Nesse sentido, o conceito de soberania alimentar torna-se importante, pois se trata do direito à alimentação a toda população, com base em pequenas e médias propriedades, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos de produção e de comercialização. Além disso, é um direito que os povos têm de produzir seus próprios alimentos.

Nessa perspectiva, buscou-se na pesquisa um levantamento de dados que demonstrem a realidade agrária do estado e as transformações do espaço agrário a partir da década de 1970. No que se refere aos procedimentos metodológicos, realizou-se um levantamento de dados no Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), censos agropecuários de 1975, 1980, 1985, 1995, 2006 e 2017, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2019), com o objetivo de caracterizar a estrutura fundiária, a expansão capitalista no campo, as relações de trabalho e produção, as alterações nas características produtivas, e dados relacionados a luta pela terra no estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mato Grosso do Sul inseri-se no contexto nacional de ampliação de produção de *commodities* direcionadas para o mercado externo. Para Graziano da Silva (1982), a modernização da agricultura brasileira foi conservadora e dolorosa, pois manteve a estrutura fundiária das terras concentrada e houve um intenso processo migratório campo-cidade e a expropriação camponesa, com profunda degradação das relações sociais e ambientais no campo.

A modernização da agricultura brasileira contribuiu tanto para o aumento da produção e da produtividade, quanto para a redução da mão de obra nas atividades rurais. Esse crescimento foi resultado de atribuição de técnicas, maquinários e insumos modernos. Essas alterações implicam nas migração campo-cidade. Em 1970, a população urbana representava 45,53% da população total, em 1980 passa a corresponder a 67,05%. No último Censo Demográfico (IBGE, 2010) foi registrado um total de 85,64% vivendo nas áreas urbanas do estado. Esse fato se relaciona principalmente às mudanças no espaço rural da região, considerando a expansão dos processos de industrialização do campo. A partir da análise da tabela 1, pode-se verificar a evolução da urbanização em Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2010.

Tabela 1 – Estado de Mato Grosso do Sul
Crescimento da população (1970-2010)

Situação do domicílio	População									
	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Rural	550.594	54,47	461.641	32,95	365.646	20,56	330.357	15,92	351.786	14,36
Urbana	460.137	45,53	939.510	67,05	1.413.095	79,44	1.744.520	84,08	2.097.238	85,64
Total	1.010.731	100	1.401.151	100	1.778.741	100	2.074.877	100	2.449.024	100

Fonte: IBGE (2010).

Paralelamente ao grande aumento da taxa de urbanização em Mato Grosso do Sul, atualmente ultrapassando 85%, houve um profundo agravamento na questão agrária. Tem-se a permanência de um estado com estrutura fundiária extremamente concentrada, e ações de reforma agrária ocorrendo mediadas pela atuação dos movimentos sociais.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área em Mato Grosso do Sul, no período de 1975-2017. Em 1975, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares (ha) (5.017 estabelecimentos) ocupavam 85,02% da área total, e aqueles com menos de 10 ha (22.279 estabelecimentos), somavam um espaço de apenas 0,38% da área total. No Censo Agropecuário

de 2017, verifica-se que os estabelecimentos com mais de 1000 ha (6.843 estabelecimentos) ocupavam uma área de 77,33% da área total, enquanto os com menos de 10 ha (18.628 estabelecimentos), totalizavam apenas 0,31% da área total. Nesse mesmo levantamento, os estabelecimentos de 10 a menos de 50 ha (26.271 estabelecimentos), ocupavam uma área de apenas 1,85% da área total.

O Censo de 2017 registrou um total de 44.899 estabelecimentos agropecuários com menos de 50 ha, que ocupavam apenas 2,16% da área total. Esses dados mostram a presença da produção camponesa no estado e a heterogeneidade do campo sul-mato-grossense.

Verifica-se uma grande diminuição dos estabelecimentos com menos de 10 ha, no período de 1975 (22.279 estabelecimentos) a 1995 (9.170 estabelecimentos), neste período ocorre a grande expansão do agronegócio, resultando na expropriação camponesa. No Censo Agropecuário de 2006, registraram-se 13.398 estabelecimentos com menos de 10 ha. Esse dado referente a 2006 é um demonstrativo da organização dos movimentos sociais, pois, a partir da segunda metade da década de 1990, tem-se o maior número de assentamentos criados. A territorialização dos movimentos sociais no campo contribuiu para caracterizar a presença camponesa no estado.

Tabela 2 – Estado de Mato Grosso do Sul
Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (1975-2017)

1975			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	22.279	110.117	0,38
10 a menos de 50	17.348	394.708	1,36
50 a menos de 100	3.475	242.766	0,84
100 a menos de 500	7.089	1.705.796	5,94
500 a menos de 1000	2.637	1.843.442	6,42
Mais de 1000	5.017	24.395.759	85,02
Total	57.853	28.692.584	100
1985			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	14.916	64.490	0,21
10 a menos de 50	14.127	345.329	1,10
50 a menos de 100	4.623	325.245	1,04
100 a menos de 500	10.682	2.600.216	8,35
500 a menos de 1000	3.992	2.806.098	9,02
Mais de 1000	6.215	24.967.432	80,26
Sem declarações	76	–	–
Total	54.631	31.108.813	100
1995			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	9.170	39.681,907	0,13
10 a menos de 50	13.451	333.467,894	1,08
50 a menos de 100	4.303	303.695,132	0,98
100 a menos de 500	10.842	2.747.525,635	8,88
500 a menos de 1000	4.581	3.245.150,622	10,49
Mais de 1000	6.902	24.273.252,044	78,44
Sem declarações	175	–	–

Total	49.423	30.942.773, 234	100
2006			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	13.398	64.818	0,21
10 a menos de 50	24.830	563.436	1,87
50 a menos de 100	4.447	310.264	1,02
100 a menos de 500	10.539	2.675.999	8,84
500 a menos de 1000	4.689	3.315.350	10,95
Mais de 1000	6.661	23.345.109	77,11
Sem declarações	300	–	–
Total	64.864	30.274.975	100
2017			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	18.628	95.376	0,31
10 a menos de 50	26.271	565.534	1,85
50 a menos de 100	4.346	303.339	0,99
100 a menos de 500	10.100	2.573.606	8,43
500 a menos de 1000	4.774	3.389.200	11,09
Mais de 1000	6.843	23.622.125	77,33
Produtor sem área	202	–	–
Total	71.164	30.549.179	100

Fonte: IBGE (1979, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

A tabela 3 apresenta dados sobre a utilização das terras no estado, no período de 1975-2017, com destaque para a expansão das áreas usadas pelas lavouras temporárias: em 1975, havia um total de 1.208.715 ha; em 2006, foi registrado um total 2.178.812 ha e, em 2017, um total de 3.591.388 ha. De 1975 a 2017, houve um aumento de 2.382.673 ha utilizados pelas lavouras temporárias. Em Mato Grosso do Sul, o desenvolvimento desse tipo de plantação é representado pelas culturas da soja, milho e cana-de-açúcar, que se destacam no cenário agroexportador brasileiro.

Outro elemento que deve ser destacado são as alterações na utilização das características naturais do solo, considerando o crescimento da atividade econômica mais tradicional do estado, a pecuária. No período, houve uma significativa redução das áreas utilizadas por pastagem naturais: em 1975, foram usadas 15.580.241 ha, reduzindo para 4.913.017 ha, em 2017. Ao longo dos anos, as pastagens naturais passaram a ser substituídas pelas pastagens plantadas, que representavam 5.213.256 ha, em 1975, e em 2017 passam a totalizar 13.526.818 ha. De acordo com Mizusaki (2009), a partir de 1950, nas áreas de mata no sul do estado, começa a se desenvolver uma pecuária melhorada, tratada com pasto plantado. Esse processo resultou na formação de grandes propriedades em áreas até então ocupadas por mata nativa.

Tabela 3 – Estado de Mato Grosso do Sul
Área dos estabelecimentos agropecuários, por utilização das terras em hectares (ha) (1975-2017)

Ano	Total	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Pastagens Naturais	Pastagens Plantadas	Matas Plantadas
1975	28.692.584	65.912	1.208.715	15.580.241	5.213.256	183.557

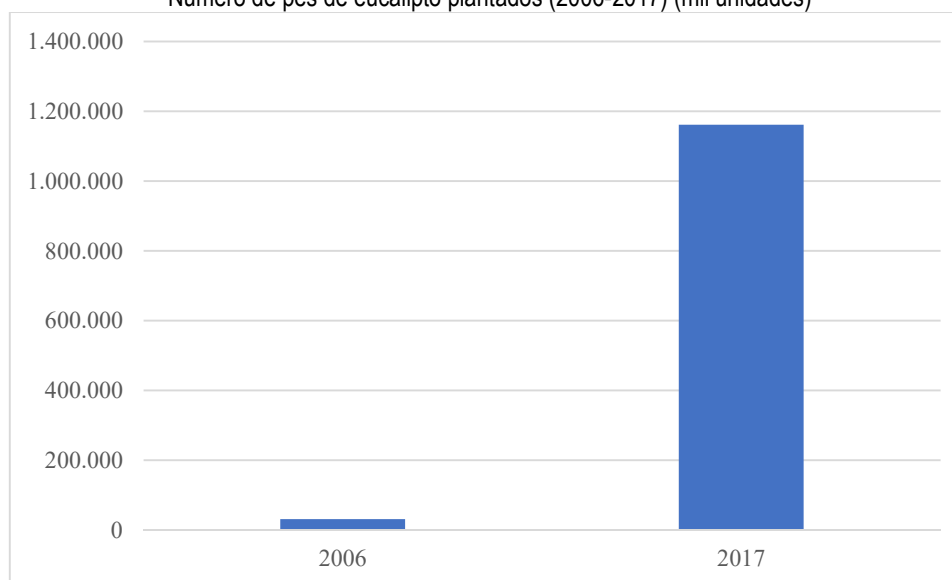
1980	30.743.738	52.526	1.589.475	12.266.007	9.068.931	442.112
1985	31.108.813	28.501	1.874.462	9.658.224	12.144.529	454.251
1995	30.942.772	16.215	1.367.496	6.082.778	15.727.930	181.080
2006	30.274.975	61.593	2.178.812	6.220.544	14.834.578	104.553
2017	30.549.179	36.968	3.591.388	4.913.017	13.526.818	1.005.275

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

As lavouras permanentes ocupavam, em 1975, uma área de 65.912 ha e sofreu variações ao longo dos anos e, em 2017, foi registrada a utilização de uma área de 36.968 ha por culturas permanentes. As lavouras permanentes em Mato Grosso do Sul são representadas, principalmente, pela produção de frutos (banana, laranja, limão, manga, tangerina e coco-da-baía).

A grande expansão das áreas de matas plantadas é representada pelo crescimento da plantação de eucalipto, ocorrendo especialmente na região leste do estado, tendo em vista a territorialização das indústrias de papel e celulose nessa região. Em 1975, foram produzidos 183.557 ha de matas plantadas e, em 2017, foi registrado um total de 1.005.275 ha. No gráfico 1, indica-se a expressiva ampliação da produção de eucalipto no Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2006 e 2017. Em 2006, foi catalogado um total de 31.355 (mil unidades) de pés de eucaliptos plantados, em 2017 houve registro de um total de 1.161.356 (mil unidades) de pés de eucaliptos plantados.

Gráfico 1 – Estado de Mato Grosso do Sul
Número de pés de eucalipto plantados (2006-2017) (mil unidades)



Fonte: IBGE (2017b, 2017c).

A tabela 4 apresenta a produção vegetal nos estabelecimentos agropecuários por tipo de produção vegetal. No período de 1975 a 2017, verifica-se uma grande expansão da produção de culturas temporárias vinculadas ao agronegócio, com destaque para a soja, do milho e da cana-de-açúcar.

Tabela 4 – Estado de Mato Grosso do Sul

Evolução da produção vegetal nos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção vegetal (1975-2017)

Tipo de produção vegetal	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Algodão em caroço (toneladas)	31.790	50.094	90.479	76.708	68.490	143.719
Arroz em casca (toneladas)	585.439	337.369	235.347	162.392	94.410	74.014
Banana (mil cachos)	1.606	1.308	1.753	1.515	2.471	9.364
Cana-de-açúcar (toneladas)	10.473	242.042	2.454.098	5.160.330	11.253.497	50.479.440
Coco-da-baía (mil frutos)	158	53	132	99	1.328	407
Feijão em grão (toneladas)	9.743	19.719	24.336	12.616	14.209	13.420
Laranja (mil frutos)	58.813	23.912	41.672	37.328	20.569	13.955*
Limão (mil frutos)	2.495	2.151	4.310	3.686	4.070	921*
Mandioca (toneladas)	73.719	76.720	132.146	244.545	349.251	403.080
Manga (mil frutos)	7.241	7.071	10.852	13.984	262	124*
Mamão (mil frutos)	193	540	392	1.149	424	1.542*
Milho em grão (toneladas)	130.128	163.107	254.314	1.328.032	2.174.710	9.232.573
Soja em grão (toneladas)	167.981	1.042.237	1.811.881	1.796.994	3.872.197	8.064.607
Tangerina	8.035	3.392	6.688	8.387	419	501*
Trigo em grão (toneladas)	5.929	78.033	238.085	34.619	42.935	24.669

Legenda: * Toneladas.

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

A década de 1970 é marcada pelo crescimento da soja. Em 1975, foi registrada uma produção de 167.981 toneladas, passando para 1.042.237 toneladas, em 1980. Em 2017, houve um total de 8.064.607 toneladas. De acordo com Mizusaki (2009, p. 57), essa cultura se expande em áreas até então utilizados pela pecuária tradicional, devido ao baixo preço das terras. Posteriormente, com a elevação do preço das terras, a soja passa também a ser produzida por meio do sistema de arrendamento. Ainda segundo a autora, a grande expansão da soja resulta de uma “conjunta econômica favorável e condições geográficas favoráveis, o esgotamento da fronteira agrícola no Sul do país, e os incentivos do Estado...”. Atualmente, a soja é um dos principais produtos da pauta de exportação do estado. Paisagens denominadas por Reboratti (2010), em pesquisa realizada na Argentina, como “um mar de soja” se expandem no estado.

O trigo foi empregado no sistema de consórcio de inverso com a soja e teve um notável aumento da sua produção até a década de 1980. Em 1975, foi registrado um total de 5.929 toneladas de trigo, passando para 238.085, em 1985. A partir de 1990, ocorre uma significativa redução em sua produção e a expansão da cultura do milho.

A expansão do milho foi impulsionada também pela introdução da avicultura e da suinocultura no estado, considerando que o milho é um dos principais componentes da ração de aves e suínos

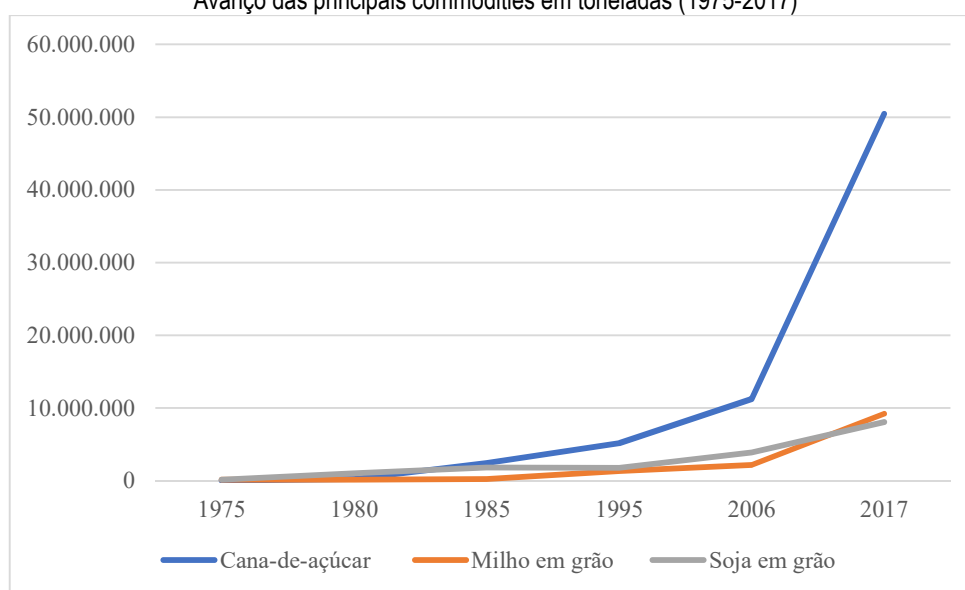
(MIZUSAKI, 2009). Em 1995, houve um total de 1.328.032 toneladas de milho e, em 2017, o total foi de 9.232.573 toneladas.

A expansão das culturas mecanizadas em Mato Grosso do Sul, como a da soja e do milho, recebe do Estado todo o aparato público necessário e inaugura “a passagem do domínio da subordinação do capital comercial para o domínio da subordinação do capital industrial e financeiro”. O campo passa a ser subordinado ao capital industrial (MIZUSAKI, 2009, p. 58).

Já no tocante à cana-de-açúcar, para Mizusaki (2017, p. 60-61), “a expansão recente da cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul relaciona-se ao contexto nacional/mundial de demanda pelo consumo de álcool”, considerado uma fonte limpa no que se refere às questões ambientais, sua produção foi apropriada pelas grandes empresas e seu consumo tem crescido em nível mundial, impulsionando a instalação de usinas em países produtores. O avanço da produção de cana-de-açúcar no estado teve início nos anos de 1980 e, em 1985, registrou-se um total de 2.454.098 toneladas, apresentando constantes aumentos ao longo dos anos, registrando um total de 50.479.440 toneladas em 2017.

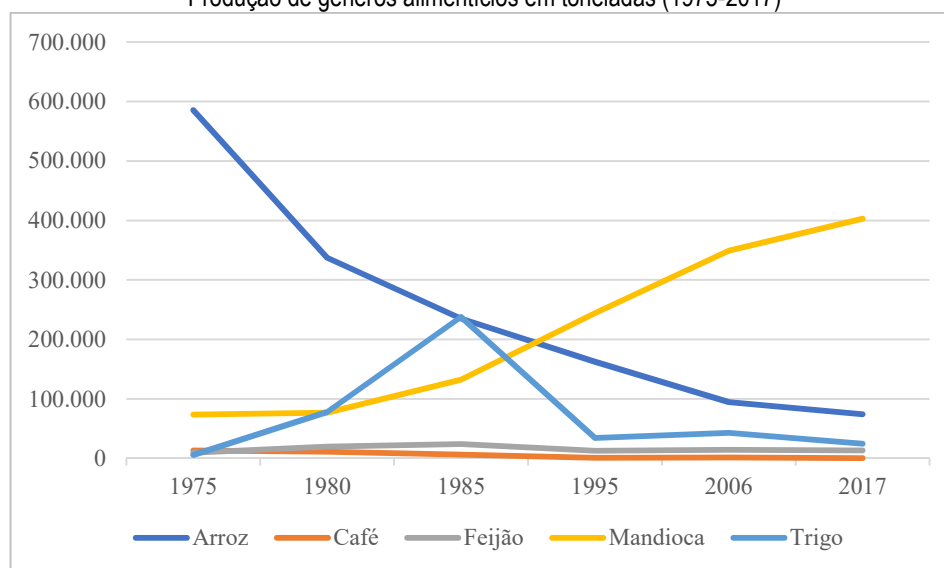
Por meio dos gráficos 2 e 3, podemos estabelecer uma análise comparativa entre a produção de *commodities* e a produção de alimentos. Verifica-se o avanço da soja, do milho e da cana-de-açúcar entre 1975 e 2017, e uma significativa redução da produção de gêneros alimentares que estão presentes na rotina do sul-mato-grossense, como o arroz, o café e o trigo, com exceção da mandioca, que apresentou um importante aumento no período. O feijão também progrediu até 1985, e demonstrou uma notável diminuição a partir de 1995.

Gráfico 2 – Estado de Mato Grosso do Sul
Avanço das principais commodities em toneladas (1975-2017)



Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

Gráfico 3 – Estado de Mato Grosso do Sul
Produção de gêneros alimentícios em toneladas (1975-2017)



Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

A mandioca é um dos produtos que fazem parte da cultura sul-mato-grossense. Por ser um alimento muito consumido no estado, é facilmente encontrado em unidades de produção camponesa, principalmente para o autoconsumo da família e para a produção de farinha de mandioca de forma artesanal. Nos últimos anos, a mandioca passa a apresentar uma importância maior para outras categorias de produtores, devido à implantação de várias fecularias no Mato Grosso do Sul.

De acordo com Costa (2014), a implantação de fecularias no estado introduziu a cultura da mandioca no agronegócio sul-mato-grossense. Ele também afirma que Mato Grosso do Sul representa a segunda maior concentração de fecularias e de produtores de matérias-primas do país. Com o início na década de 1980, a produção vem se expandindo devido à subordinação de camponeses, que antes produziam para a comercialização apenas no mercado local.

No tocante à pecuária, ela representa a atividade mais tradicional da economia sul-mato-grossense e, atualmente, é constituída pela criação de bovinos, aves, suínos, equinos, ovinos, caprinos e bubalinos (tabela 5). A carne bovina também é um dos principais produtos da pauta de exportações do Brasil. Como já destacamos anteriormente, a partir de 1970 houve uma ampliação das áreas de pecuária utilizadas por pastagem plantada (pecuária melhorada).

Com a rápida expansão das culturas de soja, milho e cana-de-açúcar no estado, ocorre a introdução do sistema semi-intensivo e intensivo para a criação de bovinos. O primeiro utiliza-se de pastagem plantada e de suplementos proteicos e energéticos. Já no segundo, por seu turno, empregam-se suplementos proteicos e energéticos, porém os bovinos ficam em um confinamento. O objetivo desses

sistemas é interferir no ciclo natural de desenvolvimento do gado, obtendo um intervalo mais curto no período de cria, recria e engorda, aumentando, assim, a produtividade, usando uma menor área para a criação desses animais (EMBRAPA, 2020)

Tabela 5 – Estado de Mato Grosso do Sul
Evolução do efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários, por espécie de efetivo (1975-2017)

Espécie de efetivo	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Bovinos (cabeças)	8.871.154	11.862.907	15.017.906	19.754.356	20.634.817	19.485.201
Bubalinos (cabeças)	41.540	20.874	25.520	10.799	8.896	10.033
Equinos (cabeças)	194.362	215.987	271.516	318.140	249.242	222.835
Asininos (cabeças)	675	1.533	2.401	3.319	1.738	2.109
Muareles (cabeças)	22.649	27.201	31.772	38.184	27.442	27.014
Caprinos (cabeças)	17.452	18.097	21.808	20.303	20.550	26.698
Ovinos (cabeças)	100.938	129.917	204.453	346.431	384.318	271.326
Suínos (cabeças)	473.461	398.719	400.656	508.813	864.317	1.401.034
Aves*	2.884	2.615	2.801	10.971	24.768	28.252.765

Legenda: *Galinhas, galos, frangas e frangos (mil cabeças).

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

Também se destacam no estado a produção de suínos e aves, registrando um aumento significativo no Censo de 2017. A expansão da exportação da carne de suínos e aves é a principal responsável pelo crescimento recente dessa produção. É interessante ressaltar que a criação de suínos e aves também está atrelada ao avanço da produção da soja e do milho, que são as principais matérias-primas da ração destinadas às granjas.

No que se refere a produção de origem animal, Mato Grosso do Sul se destaca na produção de ovos de galinha e leite de vaca, conforme dados apresentados na tabela 6. A partir da década de 1970, com a expansão das empresas de laticínios, houve um considerável acréscimo na produção do leite no estado. Em 1975, houve uma produção de 90.476 (mil litros). Em 2006, a quantidade de leite era de 383.880 (mil litros) e, em 2017, foi registrado um total de 424.092 (mil litros).

A produção de ovos de galinha mostrou um expressivo aumento nos últimos anos: em 1975 eram produzidos 7.155 (mil dúzias) de ovos, e em 2017 foi registrado um total de 45.720 (mil dúzias) de ovos.

Tabela 6 – Estado de Mato Grosso do Sul
Evolução da produção de origem animal em estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção (1975-2017)

Tipo de produção	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Leite de vaca (mil litros)	90.476	203.957	268.014	385.526	383.880	424.092
Leite de cabra (mil litros)	39	23	41	275	133	56
Lã (toneladas)	43	58	88	79	48	22
Ovos de galinha (mil dúzias)	7.155	11.092	12.541	18.810	30.209	45.720

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

Segundo Mizusaki (2017), no Mato Grosso do Sul a opção econômica por agriculturas de exportação vinculadas ao agronegócio tem causado uma perda de áreas destinadas à produção de gêneros alimentícios, a expropriação de camponeses e impactos ambientais provocados pelas monoculturas, em virtude da utilização de agrotóxicos.

A alteração da base técnica do processo produtivo, para atender uma demanda produtiva que é destinada ao mercado externo, pode ser verificada na tabela 7, que apresenta dados do número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, a partir de 1975, e o crescimento da quantidade de tratores no campo sul-mato-grossense.

De acordo com dados do Censo Agropecuário, em 1975, o Mato Grosso do Sul possuía 12.291 tratores e, no Censo de 2017, foi registrado um total de 53.439 tratores, um acréscimo de 41.148 tratores no campo.

Tabela 7 – Estado de Mato Grosso do Sul
Pessoal ocupado e número de tratores em estabelecimentos agropecuários (1975-2017)

Ano	Pessoal ocupado	Tratores
1975	275.132	12.291
1980	230.983	23.162
1985	253.993	31.076
1995	202.709	36.387
2006	211.193	37.900
2017	254.971	53.439

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

No que se refere ao número de pessoas ocupadas no campo, em 1975 o total era de 275.132 indivíduos. Essa quantidade apresentou quedas ao longo dos anos e, em 2017, houve o registro de 254.971 pessoas ocupadas no campo sul-mato-grossense, 20.161 a menos do que em 1975. Na tabela 9, organizamos o número de pessoal ocupado por grupo de área em 2017, com o objetivo de identificar em qual deles concentram-se as maiores parcelas de pessoal ocupado no campo.

Analisando os dados contidos na tabela 8, verifica-se que os estabelecimentos agropecuários de até 50 ha possuíam um total de 108.119 pessoas ocupadas (42,39% do total de pessoal ocupado no campo), extrato que representa a presença do campesinato. Esses estabelecimentos ocupavam uma área de 660.910 ha, o que corresponde a apenas 2,16% da área total. Aqueles com mais de 1000 ha possuíam 81.657 indivíduos ocupados, correspondendo a 32,03% do total, esses estabelecimentos ocupavam 77,33% da área total dos estabelecimentos agropecuários no estado.

Dessa forma, constatamos que o campesinato sul-mato-grossense, apesar de ocupar uma pequena área do total de área ocupada por atividades rurais, em número de pessoas é muito representativo. Esse cenário demonstra a força do campesinato para a manutenção de pessoas no campo e da grande propriedade capitalista na formação de vazios demográficos rurais, considerando as

alterações na base técnica do processo produtivo, com uma utilização cada vez maior de maquinários agrícolas.

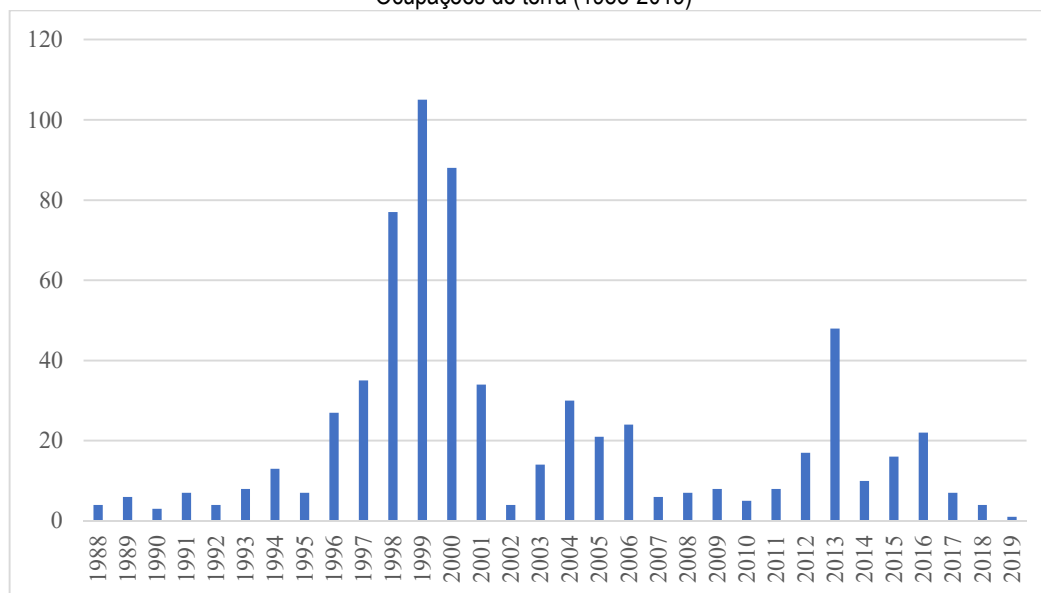
Tabela 8 – Estado de Mato Grosso do Sul
Pessoal ocupado, por grupo de área, em estabelecimentos agropecuários (2017)

Grupos de área (ha)	Pessoal ocupado	% do total de pessoal ocupado	Área em hectares (ha)	% da área total
Total	254.971	100	30.549.179	100
Menos de 10	42.537	16,68	95.376	0,31
10 a menos de 20	35.021	13,73	195.912	0,64
20 a menos de 50	30.561	11,98	369.622	1,21
50 a menos de 100	11.834	4,64	303.339	0,99
100 a menos de 500	32.808	12,87	2.573.606	8,43
500 a menos de 1000	20.357	7,99	3.389.200	11,09
Mais de 1000	81.657	32,03	23.622.125	77,33
Produtor sem área	196	0,08	–	–

Fonte: IBGE (2017c).

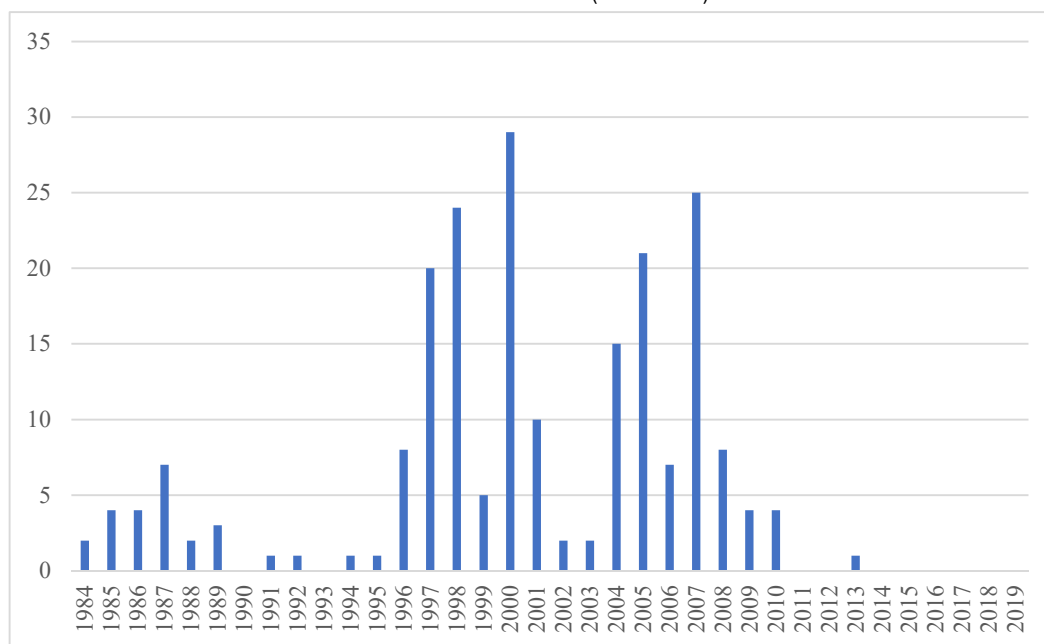
No processo de desenvolvimento do capital industrial sobre o campo é importante destacar a afirmação histórica do campesinato enquanto classe social. Analisando os gráficos 4 e 5, percebemos que a quantidade de assentamentos criados no estado acompanha os períodos de maior número de ocupações de terra. Os dados revelam, sobretudo, que no processo de intensificação de relações capitalistas tem havido também resistências.

Gráfico 4 – Estado de Mato Grosso do Sul
Ocupações de terra (1988-2019)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019).

Gráfico 5 – Estado de Mato Grosso do Sul
Assentamentos criados (1984-2019)



Fonte: INCRA (2019).

Em um país onde não há reforma agrária, as ocupações têm sido a principal estratégia dos movimentos sociais para a conquista da terra. Por meio dessa tática e da formação de acampamentos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se territorializou em Mato Grosso do Sul.

No Brasil, de acordo com Fabrini (2007), a luta pela terra tem início no fim da década de 1970, reunindo camponeses expropriados pelo avanço do capital no campo, que através da resistência passam a realizar ocupações de terra, recusando, assim, a proletarização. Os primeiros movimentos surgiram de forma isolada e foram ações organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O MST nasceu no ano de 1984, “marcando o início da articulação nacional das lutas do sem-terra” (Fabrini, 2007, p. 18) e tem na ocupação da terra seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Em virtude da não realização da reforma agrária, os sem-terra, por meio das ocupações, intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2001).

No contexto histórico de expansão do agronegócio, Almeida (2003, p. 143) relata que a conquista e a implantação dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul são resultado de um processo histórico de luta pela terra, “ainda que entendido pelo Estado brasileiro como uma política de Reforma Agrária”. Nesse sistema, temos a atuação do Estado na distribuição de lotes, em áreas que geralmente estão sob pressão e conflito de famílias organizadas por movimentos sociais.

Partindo desse histórico das políticas agrárias, entende-se que a luta pela terra é sempre necessária para que a conquista seja efetivada. Enquanto o modelo hegemônico do agronegócio ditar as regras das políticas agrárias, como podemos observar no Brasil e em Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra veem na organização dos movimentos sociais a única esperança de conquistar a terra. A luta pela terra e por políticas públicas que fomentem a produção camponesa deve ser uma bandeira dos movimentos sociais do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a questão agrária em Mato Grosso do Sul insere-se no contexto nacional de ampliação da produção de *commodities*, utilizando-se cada vez mais de técnicas modernas para aumentar a produtividade. A estrutura fundiária concentrada também é um elemento do espaço agrário. Junto à expansão do capital no campo, verifica-se também a territorialização da produção camponesa, presente nos assentamentos e em comunidades rurais. A criação de assentamentos rurais está associada a luta pela terra no estado.

Embora a presença de camponeses seja uma característica do estado, percebe-se o grande aumento de culturas vinculadas à exportação e uma significativa redução de gêneros alimentícios que fazem parte da alimentação diária da população local. Políticas públicas tendem a privilegiar o agronegócio, em detrimento da produção camponesa.

Constata-se também a importância da pequena propriedade camponesa para a manutenção de pessoas no campo, indicando mais qualidade de vida para essas famílias que produzem alimentos para o autoconsumo. Torna-se necessária a ampliação de políticas públicas para fomentar a produção camponesa, para estimular a permanência de famílias no campo, resultando no aumento da produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste** – contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6 ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

COSTA, Ucleber Gomes. **Industrialização e relações de produção nas feculares de Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CPT. **Conflitos no campo 1985-2019**. Goiânia, GO: CPT, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 8-32, jul./dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1979.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1983.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1985.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 7 fev. 2018.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 7 fev. 2018.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- INCRA. **Assentamentos de Mato Grosso do Sul**. Brasília, DF: INCRA, 2019.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. Modernização, desenvolvimento e dinâmica territorial: Considerações a partir da análise da expansão do agronegócio em Mato Grosso do Sul. In: SILVA, Walter Guedes da; SILVA, Paulo Fernando Jurado da (org.). **Mato Grosso do Sul no início do século XXI: as múltiplas escalas do desenvolvimento**. Campo Grande, MS: Life Editora, p. 59-76, 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, SP: Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1991.
- REBORATTI, Carlos. **Un mar de soja: la nueva agricultura en Argentina y sus consecuencias**. Revista de Geografía Norte Grande, Buenos Aires, Argentina; 45: 63-76, 2010.

ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



PLANEJAMENTO REGIONAL E TERRITORIAL



O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO AGRESTE NORDESTINO ENTRE AS DÉCADAS DE 1930-1990: EXPANSÃO DAS CIDADES COMO FORÇAS PRODUTIVAS

Davidson Matheus Félix Pereira
Gabriel Madureira Attem

RESUMO

O presente estudo busca refletir acerca do processo de acumulação do capital industrial na região do Nordeste brasileiro, tendo como enfoque a região Agreste. Busca-se compreender o contexto e as relações socioespaciais entre as cidades interioranas da região e as transformações das forças produtivas para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. A pesquisa está pautada em uma metodologia quali-quantitativa, compreendendo: revisão bibliográfica acerca do processo de industrialização no Nordeste, orientados pelas seguintes obras: ARAÚJO (2000); OLIVEIRA (1981); ANDRADE (1973); (1981); utiliza também análise de dados do Cadastro Central de Empresas e Censo Demográfico do IBGE e RAIS (MTE/RAIS, 2021), tendo por finalidade observar a evolução do número de empresas e postos de trabalho no setor industrial nordestino. Conclui-se que o desenvolvimento industrial no Agreste nordestino se deu de maneira heterogênea, privilegiando alguns centros regionais em detrimento de outras, em função da dinâmica histórica e da maneira particular com que se deram as transformações nas relações de produção da região.

Palavras-chave: Indústria Nordestina, Condições Gerais de Produção, Agreste, Campina Grande-PB, Caruaru-PE.

ABSTRACT

The present study seeks to reflect on the process of accumulation of industrial capital in the northeast region of Brazil, focusing on the Agreste region. It seeks to understand the context and socio-spatial relations between the interior cities of the region and the transformations of productive forces for the development of capitalist production relations. The research is based on a quali-quantitative methodology, including: Bibliographic review about the Northeast Industrialization Process, guided by the following works: Araújo (2000); Oliveira (1981); Andrade (1973); (1981); It also uses data analysis of the Central Register of Companies and Demographic Census of IBGE and RAIS (MTE/RAIS, 2021), aiming to observe the evolution of the number of companies and jobs in the northeastern industrial sector. It is concluded that industrial development in the northeastern Agreste was heterogeneous, favoring some regional centers over others, due to the historical dynamics and the particular way in which the transformations in the region's production relations were given.

Keywords: northeastern industry; General production conditions; Agreste; Campina Grande-PB; Caruaru-PE.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento industrial no Nordeste tem se mostrado um fenômeno multideterminado histórico e espacialmente. Os estudos na Geografia conseguiram demonstrar as relações entre a dinâmica agroexportadora e o desenvolvimento das relações de produção nessa região, entendendo que a urbanização e a industrialização nessa porção do território nacional, se deu de maneira particular se compararmos com a região Centro-Sul, embora o crescimento das forças produtivas nas diferentes regiões tenha se dado de forma articulada e desigual. Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1981) nos dá importantes pistas para entendermos essa dimensão socioespacial, apontando os efeitos históricos do colonialismo como traço fundante da configuração regional e produtiva brasileira.

Entretanto, as especificidades e divisões internas historicamente construídas na região nordestina, foram amplamente discutidas por Manuel Correia de Andrade (ANDRADE, 1973), a partir de uma leitura que compreendeu a interrelação entre as diferentes sub-regiões, o papel da divisão da propriedade capitalista da terra nessa região e a dinâmica de acumulação e disputas pelo domínio político desse espaço.

Nesse sentido, o Agreste é um dos focos de análise de Manuel Correia, entendendo sua formação socioespacial atrelada a localização entre os "caminhos de penetração" para o Sertão, que permitiram a conformação de importantes centros de comércio de gado (ANDRADE, 1973, p.149-150). A indústria têxtil, relacionada ao beneficiamento de algodão, acabou pautando em certa medida o desenvolvimento industrial dessas cidades, sobretudo a partir do século XX. Contudo, esse desenvolvimento não subsumiu as atividades agrícolas presentes, complementando-as e permitindo, de certa maneira, o rearranjo da estrutura fundiária da região e econômica. Essa indústria exigia um menor investimento de capital se comparada a indústria açucareira na Zona da Mata, o que permitiu, segundo Manuel Correia de Andrade, uma industrialização mais "barata e mais democrática", que envolvia também os pequenos produtores.

Contudo, e essa é a problemática que apresentamos aqui, o desenvolvimento industrial no Agreste não foi homogêneo, pelo contrário, historicamente se concentrou e mobilizou algumas cidades específicas. Esse aspecto é pouco considerado, tendo em vista que os centros regionais do Agreste são núcleos importantes de integração econômica e regional, interligando cidades da rede urbana desde o litoral até o Sertão. Além do mais, são economias urbanas importantes na distribuição de serviços, pelo seu comércio e, em alguns casos ainda mais específicos, pela importância do setor industrial, setor este que apenas se desenvolveu minimamente, ao ponto de ter uma representatividade econômica em poucas cidades dessa região como veremos nesse texto.

Desse modo, importa saber, de que modo esse desenvolvimento industrial foi determinado pelas condições gerais dessa região e às particularidades sub-regionais e de cada centro-urbano. Isto é, por que apenas algumas cidades se industrializaram? Já que o processo de formação socioespacial do Agreste dos estados nordestinos foi em alguma medida semelhante, tendo em comum a relação com as economias gado-açucareira e gado-algodoeira?

Tendo essa pergunta, buscamos entender primeiramente os principais elementos que se desdobraram da conformação do Agreste Nordestino até o início de sua industrialização. Nosso segundo objetivo foi pautado em identificar quais foram os principais núcleos urbanos que se formaram no Agreste e a posição do setor industrial nas economias urbanas. Por fim, intentamos analisar as condições gerais que influíram na configuração dos principais núcleos industriais dessa sub-região.

Essa pesquisa, tem antes de mais nada, um caráter exploratório e inicial, já que pretende pôr em evidencia as contradições do processo de crescimento das forças produtivas nessa sub-região e chamar a atenção para o desenvolvimento socioespacial desigual nessa sub-região. Sendo assim, não temos a pretensão de abarcar o movimento geral de formação desse espaço regional, nem mesmo apresentar o quadro geral do seu desenvolvimento industrial, apenas busca-se salientar alguns elementos que podem ter definido a capacidade diferencial de desenvolvimento das forças produtivas desses centros regionais, sendo alguns mais “industrializados” que outros.

METODOLOGIA

A pesquisa está pautada em uma metodologia quali-quantitativa, compreendendo: revisão bibliográfica acerca do processo de industrialização no Nordeste, orientados pelas seguintes obras: ARAÚJO (2000); OLIVEIRA (1981); ANDRADE (1973); (1981) tendo por enfoque particular a mesorregião do Agreste; levantamento e análise de dados do Cadastro Central de Empresas e Censo Demográfico do IBGE (2018) e RAIS (MTE/RAIS, 2021), tendo por finalidade observar a evolução do número de empresas e postos de trabalho no setor industrial nordestino e identificar os principais núcleos urbanos nessa sub-região.

O AGRESTE NORDESTINO, SUA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, SUAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO

Concordamos com Francisco de Oliveira sobre a existência de vários “nordestes”, (OLIVEIRA, 1981, p. 32) sendo um deles aquele chamado Agreste, estamos falando de uma sub-região que é fruto de uma luta histórica por hegemonia, que se observa até o momento – a saber uma hegemonia entre o desenvolvimento do interior e o desenvolvimento das capitais. Contudo, essa região também acaba tendo

uma centralidade na economia regional, criando relações de centro-periferia com relação ao Sertão, tendo em vista que nesse espaço vai se dar um processo de acumulação do capital mercantil e comercial.

É no Agreste que se conforma uma configuração socioespacial complexa, congregando os fluxos da Zona da Mata, do Sertão e Meio-Norte nordestino. Essa sub-região possui uma dinâmica mais ligada ao Nordeste profundo, já que a Bahia, Maranhão apenas irão se integrar à essa concepção de região apenas “a partir de meados do século XIX” (OLIVEIRA, 1981, p. 32-33). Desse modo, a integração regional, pelo seu caráter colonial, não vai ser efetivamente integrante, articulando espaços em uma lógica espoliativa, que virão a formar uma espécie de “arquipélago”, como quer Francisco de Oliveria. Nesse movimento, a sub-região do Agreste Nordeste tende a se transformar frente ao desenvolvimento de uma outra divisão territorial do trabalho no Brasil.

Ainda no final do século XIX, a cultura do algodão operou uma transformação na estrutura agrária do Agreste Nordeste, tendo sido até a década de 1940 o único produto que competia economicamente com a economia açucareira da Zona da Mata, ao passo em que também absorvia parte de sua mão de obra excedente (ANDRADE, 1973, p. 150-151). Assim, o algodão, com o impulso oferecido pela revolução industrial, que o tornava uma matéria-prima interessante ao capital, contribui para a transição de uma cultura pecuária no século XVIII para uma cultura doinamente agrícola nos séculos XIX e XX (ANDRADE, 1973, p. 159). Contudo, o desenvolvimento das condições gerais de produção, como a integração viária e comunicacional, o crescimento demográfico e das composições técnicas da produção agrária nessa região, agem de maneira articulada e dialética, na conformação de uma nova importância regional.

Um outro elemento que deve ser ressaltado, como condicionador do que virá a ser o desenvolvimento industrial nessa região, é a estrutura fundiária, ou seja a divisão territorial do trabalho, segundo Manuel Correia de Andrade, no século XX, 85% das propriedades eram constituídas por pequenos estabelecimentos rurais, apesar de corresponderem à apenas 14% do território da região. Essa importância contrastava, com uma maior concentração de latifúndios em outras regiões como a da Mata e o Sertão, o que contribuiu para a formação de uma destacável “classe média rural”. Todavia, malgrado possuírem uma renda média inegavelmente inferior à dos grandes proprietários, sua renda era bastante considerável, se comparados aos trabalhadores sem-terra (ANDRADE, 1976, p. 160).

Esses pequenos proprietários, comumente combinavam várias culturas, como agave, cana-de-açúcar e lavouras de subsistência e possuíam em geral, “um ofício de pedreiro, marceneiro, carpinteiro, mecânico, etc. que lhes garant[ia] uma renda certa” formando uma classe de artesãos nessa região (ANDRADE, 1976, p. 160). Acreditamos que esse aspecto em específico da formação socioespacial do

Agreste, forneceu elementos que permitiram o desenvolvimento de atividades que viriam a envolver uma maior intensividade de capitais, bem como, certos níveis de acumulação que inicialmente poderiam ser utilizados para o investimento no capital comercial. Não obstante, as vilas e cidades locais do Agreste, muitas vezes próximo ao Brejo, possuíam, e ainda possuem, grandes feiras em detrimento da menor concentração fundiária no entorno, tornando mais equitativo os níveis de renda e substancialmente maior o fluxo de mercadorias e capitais nas cidades.

Nos inclinamos a pensar, que essa diminuída concentração fundiária e a consequente formação destas cidades que abrigavam grandes feiras, possibilitaram o rebaixamento do preço de reprodução da força de trabalho urbana, dado o barateamento e a variedade de alimentos que foi sendo ofertada. Esse aspecto ainda é notável nas cidades agrestinas atualmente, mas em nossas leituras ainda foi pouco ou não considerado na Geografia preocupada com a problemática regional, urbana e industrial brasileira.

Por sua vez, aqueles trabalhadores proprietários de terras de dimensões reduzidas que passaram a emigrar em direção a Zona da Mata para trabalhar nas usinas, ou para proprietários de médias e grandes propriedades no século XIX, formou uma população relativa flutuante, bastante considerável e que pode ter sido importante para a formação das economias urbanas agrestinas. Dessa maneira, é possível que o desenvolvimento das relações de produção nas cidades do Agreste, possa vir a ter contado com essa massa de trabalhadores sem-terra e de pequenos agricultores de subsistência (ANDRADE, 1976).

Desse modo, no início do século XX o Agreste foi responsável pela interessante concentração de capitais e fluxos no Nordeste, na medida em que por ser um território de ligação intrarregional e por acomodar certos ramos da indústria algodoeira, passou por uma transformação intensa, tanto do ponto de vista da infraestrutura, com a expansão das ferrovias para escoamento do algodão, quanto das relações sociais de produção, com a expansão das relações salariais tanto no campo quanto na cidade. Mas não são apenas as condições materiais que são alteradas, há uma mudança intersubjetiva, que pode ser definida a partir de alguns pontos, entre os quais destaco: a assimilação do modo de vida urbano e concorrencial; o imbricamento entre as relações sociais entre o campo e a terra pelo mercado algodoeiro e as feiras livres; ampliação do consumo via criação de um mercado nacional, mudança na percepção espaço-temporal, a partir da integração dos transportes; por fim, o que iremos chamar de produção do equilíbrio de forças hegemônicas na região, com a diminuição da importância da economia açucareira em detrimento da algodoeira.

Em algumas cidades agrestinas, como Campina Grande (cidade em que os autores residem) podemos observar a criação de novas articulações das políticas e frações de classe capitalistas, o que

também pode ter implicado em uma (re)definição, do que significaria ser um centro-urbano não-litorânea no Nordeste. Deve-se ressaltar também que, a construção das infraestruturas (sobretudo ferroviária) foi acompanhada pela imigração de trabalhadores qualificados e com culturas advindas de outras regiões, em um contexto de acumulação de capital comercial nesses núcleos urbanos, ou seja, todo o quadro societário e espacial, vinha sendo produzido de modo a tornar mais complexo as relações sociais de produção e intersubjetivas, bem como os múltiplos interesses sobre o controle da produção, da política dessas cidades e da política comercial, acreditamos que o Agreste se redefine enquanto um novo centro de disputas e tensões de classe.

Nesse processo de desenvolvimento da vida urbana no Agreste nordestino tornou-se possível a penetração e intensificação das relações comerciais propriamente capitalistas, integrando os processos produtivos desde o campo, com a produção algodoeira, até a cidade, a partir do beneficiamento e comercialização do algodão. Tão logo, esse desenvolvimento das forças produtivas no Agreste se dava, o capital passava cada vez mais a exigir mercado de trabalho e força de trabalho disponível, estabelecendo de maneira definitiva o trabalho assalariado nessa região (ANDRADE, 1973, p. 151).

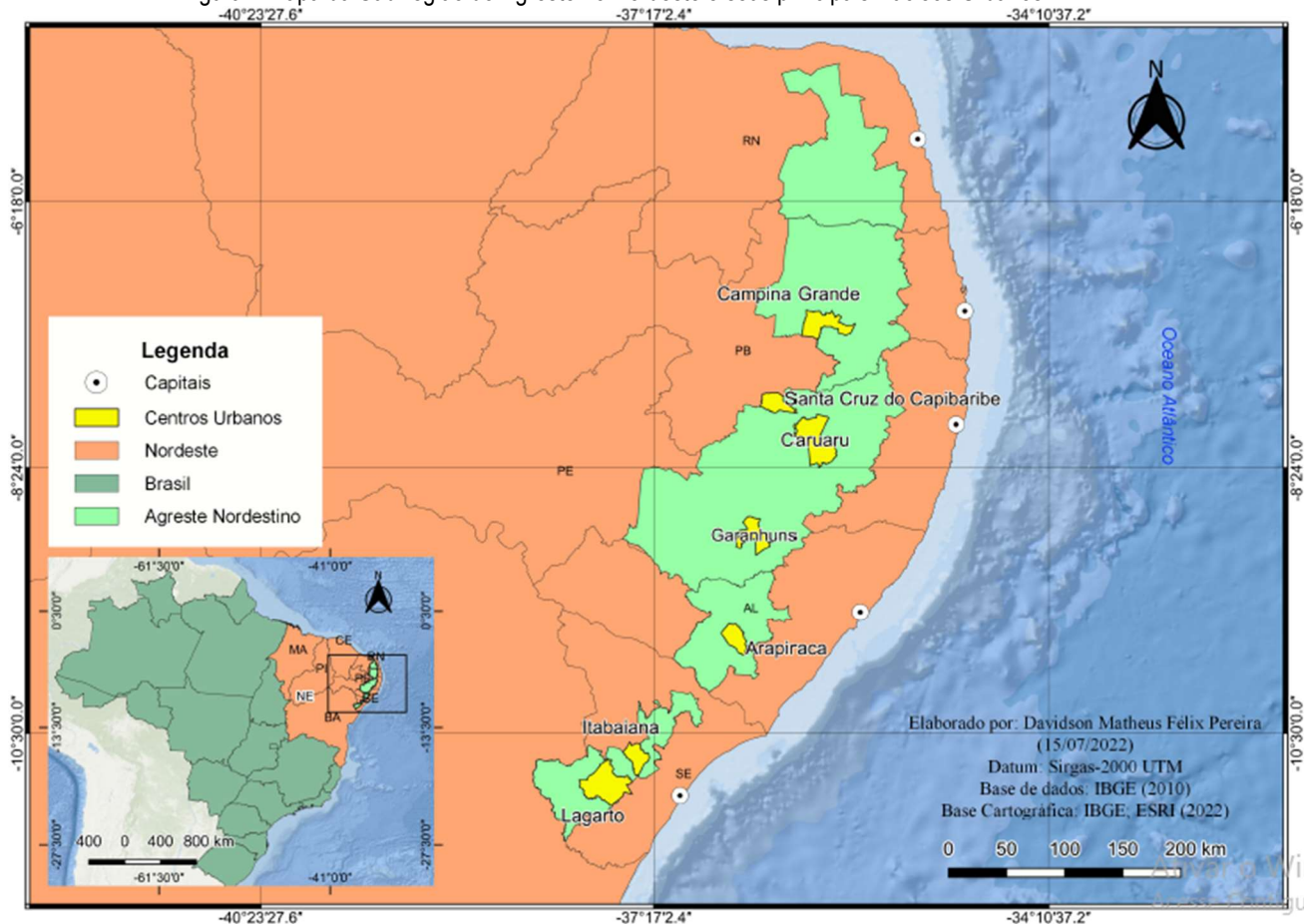
Esse desenvolvimento foi situado e determinado entre outras coisas pela situação geográfica dessa região e sua divisão territorial do trabalho, ou seja, a distribuição da propriedade da terra. Devemos destacar, que as condições climáticas que permitiam o desenvolvimento da cultura algodoeira no Agreste paraibano, facilmente puderam se imbricar a pecuária bovina, na medida em que a produção de gado e de algodão na mesma propriedade era complementar (inclusive pelo uso da palha de algodão como alimento para o gado), por sua vez, os diversos minifúndios, permitiam também assegurar uma produção de subsistência interessante. A industrialização decorrente desse processo, permitiu também a ascensão social de uma camada da sociedade antes despossuída (ANDRADE, 1973, p. 152), mas também deve ter contribuído para o desenvolvimento de outros ramos produtivos, em função das demandas criadas pelo aumento da renda global da população. Talvez o ramo calçadista tenha se desenvolvido em função desse movimento.

A INDUSTRIALIZAÇÃO NO AGRESTE NORDESTINO, AS DIFERENÇAS HISTÓRICAS ESPACIAIS E PRODUTIVAS ENTRES OS PRINCIPAIS CENTROS-REGIONAIS

Após a década de 1930 a economia regional nordestina é drasticamente destruída em função da articulação com a economia Centro-Sul, em especial, o centro de comando nacional, São Paulo. (OLIVEIRA, 1981, p. 76). O Agreste passa a se redinamizar, com a formação dos principais centros regionais que conhecemos atualmente (Figura 1). Estes se desenvolviam em função do amadurecimento

da economia algodoeira, sobretudo, pelo desenvolvimento da indústria têxtil (talvez a primeira indústria agrestina propriamente dita), mas também pelo aumento da circulação de mercadorias no território e da relativa integração do mercado nacional.

Figura 1 Mapa da Sub-região do Agreste no Nordeste e seus principais Núcleos Urbanos



Fonte: Elaboração própria (2022) a partir de dados do IBGE (2010).

Esses núcleos urbanos, estão estruturados em todos os estados da sub-região, excetuando-se o estado do Rio Grande do Norte. O estado com o maior número de centros regionais é Pernambuco, com 3 cidades: Santa Cruz do Capibaribe, Granhuns e Caruaru; a Paraíba com Campina Grande, o estado do Sergipe com Itabaiana e Lagarto; Alagoas possuindo apenas Arapiraca.

Disso decorre, entre outras coisas, em uma nacionalização do capital e na dispersão de algumas atividades industriais para o Nordeste, contudo, os limites do que aqui nos propomos analisar não nos permite delimitar como esse processo se desenvolveu no Agreste nordestino em sua totalidade. Após a década de 1930 e 1950, o Brasil passa, portanto, a ter uma economia nacional, com uma expressão regional, que vai culminar no aparecimento da “questão regional” (ARAÚJO, 2000, p. 72). Esse momento

crítico, resulta da acumulação e concentração industrial em São Paulo desde a década de 1910 e 1920, e posteriormente, sua articulação comercial com outras regiões como o Nordeste.

Não obstante, o parque industrial têxtil do Nordeste, que era até a década de 1950 mais importante que aquele que viera a se formar no Sudeste, é totalmente desestruturado, frente a competição do novo aparato produtivo desse ramo, em função da construção da rodovia Rio-Bahia, por Juscelino Kubitschek. Por meio dessa nova configuração infraestrutural-territorial, o mercado nordestino passa a ser invadido pelos produtos do Sudeste (ARAÚJO, 2000, p. 72). A competição era impossível, dado a redução nos custos frente as condições gerais de produção mais desenvolvidas no Sudeste na esteira da economia cafeeira. Nesse sentido, as economias urbanas agrestinas sofrem um grande impacto, tendo em vista que estas estavam relativamente articuladas a dinâmica desse tipo de indústria, como Campina Grande e Caruaru, que possuíam indústria têxteis importantes dentre as quais destacou-se as filiais da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A (SANBRA)*.

Esse ponto deve ser ressaltado, dado que outras cidades importantes, nunca tiveram a mesma importância industrial de Campina Grande-PB, por exemplo (Tabela 1). Se partirmos da formação socioespacial de Garanhuns-PE, observaremos que a sua economia urbana foi altamente tributária da agricultura e pecuária, e que as usinas de algodão e café figuraram em sua economia de forma insipiente (FERREIRA, 2018, p. 124), mesmo apesar de ser uma fornecedora de algodão (tendo uma ferrovia ligando à Recife sendo criada em 1887) ao parque têxtil recifense (FERREIRA, 2018, p.133). Ou seja, ser um núcleo comercial importante e ser fornecedora de algodão, não garantiu o desenvolvimento industrial de todos os centros regionais agrestino. Atualmente, sua economia é pautada pelos setores de comércio e serviços, tendo destaque as atividades de turismo e eventos, apesar de possuir cerca de 16,15% da indústria no PIB, a segunda maior participação relativa em uma cidade Agreste.

Tabela 2: Participação da Indústria no valor adicionado ao PIB dos Municípios do Agreste Nordestino em 2019

Produto interno bruto; valor adicionado pela indústria e participação da indústria com relação as outras atividades econômicas (2019)			
Município	Produto interno Bruto	Valor adicionado da indústria	Participação industrial no PIB (%)
Campina Grande (PB)	9.510.038	1980097	23,72
Caruaru (PE)	7.610.822	793572	12,14
Arapiraca (AL)	4.975.188	382188	8,61
Garanhuns (PE)	2.603.254	374490	16,40
Itabaiana (SE)	2.007.420	233379	7,08
Lagarto (SE)	1.641.972	221988	16,15
Santa Cruz do Capibaribe (PE)	1.584.520	124150	16,00

* Sobre este aspecto do desenvolvimento industrial da indústria têxtil em algumas cidades, ver o caso de Campina Grande em PEREIRA (2021).

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2019)

Itabaiana-SE (Figura 1), um dos maiores municípios do estado do Sergipe, apesar de ser a menor aglomeração populacional dentre os grandes centros agrestinos (Tabela 2), também se formou a partir de uma aglomeração de apoio rural, servindo de passagem para os mascates e viajantes advindos do litoral, posteriormente desenvolveu-se enquanto receptora da produção algodoeira, apesar de toda a produção ser beneficiada em outras cidades como Estância-SE e Neópolis-SE (CARVALHO & COSTA; 2011, p. 3). Desse modo, a economia dessa cidade se pautou fundamentalmente nas atividades comerciais envoltas em sua feira, sendo a segunda maior feira do estado, subseqüentemente passando por um processo de diversificação de seu setor de serviços. Deve-se destacar, que não foi instalada nenhuma ferrovia nessa cidade, o que pode ter influenciado ainda mais para a pouca diversificação da economia, ou mesmo a menor intensificação da divisão social do trabalho em moldes capitalistas, comparada aos maiores centros regionais nordestinos.

Tabela 3: Maiores aglomerados urbanos na mesorregião do Agreste nordestino em 2010

	Município			
		Total	Urbana	Rural
1	Campina Grande (PB)	385213	367209	18004
2	Caruaru (PE)	314912	279589	35323
3	Arapiraca (AL)	214006	181481	32525
4	Garanhuns (PE)	129408	115356	14052
5	Lagarto (SE)	94861	48867	45994
6	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	87582	85594	1988
7	Itabaiana (SE)	86967	67709	19258

Fonte: IBGE-Censo Demográfico.

Somente após meados do século XX essa cidade irá desenvolver algumas atividades industriais, como aquelas ligadas a produção de cerâmicas e de beneficiamento de algodão, ligadas sobretudo às demandas da capital do seu estado e do interior da região nordestina, tendo um desenvolvimento débil das forças produtivas se comparado a outros centros regionais do Agreste nordestino (CARVALHO & COSTA, 2011, p. 8).

Em outro caso, um dos maiores centros regionais dessa região, Caruaru-PE, teve sua formação impulsionada pelo desenvolvimento da agricultura familiar, paralela aos efeitos espacialmente estruturadores dos caminhos de gado, tendo se formado em seu território um considerável entreposto comercial, encabeçado pela sua impressionante feira. Como efeito, seu aglomerado urbano rapidamente se desenvolve pelo seu caráter de transição entre o Sertão e a capital do estado, Recife-PE (ZANATTA, 2016). Seu desenvolvimento industrial, se dá inicialmente pelo beneficiamento do algodão, abrigando plantas industriais de beneficiamento como a SANBRA.

Na década de 1930, desenvolve-se a indústria de confecções no “estilo sulanca” (originário de Santa Cruz do Capibaribe-PE), tomando proveito dos retalhos advindos das indústrias têxteis de Recife-PE, a partir da decadência da indústria recifense nessa década e, sobretudo, após 1950, observa-se o crescimento dessas atividades na cidade, chegando ao seu maior amadurecimento em 1980, quando essas atividades aliadas ao comércio na Feira, passam a atrair consumidores de todo o Nordeste e até mesmo outras regiões (ZANATTA, 2016, p. 103-104). Nesse caso, a instalação de uma ferrovia nessa cidade foi imprescindível para o seu desenvolvimento econômico, industrial e para a modernização da cidade, embora se comparado a última cidade que analisaremos, Campina Grande, o seu setor industrial não seja tão representativo, fato esse que merece uma análise mais detida em futuros trabalhos.

Campina Grande, bem como as cidades já citadas, teve sua formação socioespacial definida pela sua localização próxima aos “caminhos de penetração” para o Sertão, que permitiram sua conformação enquanto um centro de comércio de gado (ANDRADE, 1973, p.149-150). Apenas no século XIX o cultivo de algodão vai se tornar uma atividade importante. A construção da rede ferroviária, como motor de escoamento da produção para exportação em outras capitais, vai se tornar um marco na produção das condições gerais de produção que fundamentam a expressividade de sua economia urbana na região do Agreste, incluindo o seu importante aparato produtivo.

Nos anos 1940, um importante desenvolvimento industrial se deu nessa cidade. A situação geográfica permitia aos comerciantes e industriais do município obterem uma conexão direta com o sertão paraibano. Isso conferiu condições de crescimento tanto para a economia algodoeira, através da absorção do produto de outras regiões, quanto para a gênese de uma indústria calçadista nascente de bases semiartesanais, via acesso ao mercado coureiro (PEREIRA, 2021, p. 39).

Portanto, a industrialização da cidade se dá inicialmente através do ramo têxtil. O processo produtivo, era sobretudo pautado no beneficiamento e prensagem de algodão imprimido, especialmente, após a instalação da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A), das empresas Anderson Clayton e a Zé Marques de Almeida, na década de 1930, um crescimento econômico notável. Isto é, as economias geradas por essas empresas, criaram as condições gerais de produção* para a alavancagem de outros subsetores, como o calçadista (ALVES, 2013, p. 83).

Com efeito, o nascente ramo calçadista entra em crise nos anos 40, após o encarecimento dos insumos. Essa crise apenas virá a ser superada no início da década de 1950 (ano em que se instala a primeira unidade do SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na cidade). Nesse período

*Sandra Lencioni define dois conjuntos de condições gerais de produção 1. Meio de circulação em conexão direta com o processo de produção: Bancos, Redes de circulação material (rodovias, hidrovias, redes de circulação imaterial (telecomunicação, informática) 2. Meios de consumo coletivos em conexão indireta com o processo de produção (hospitais, escolas, centros de lazer, esportivos) (LENCIONI, 2007).

introduz-se o couro sintético nos processos produtivos, conseqüentemente diminuindo os custos de produção (OLIVEIRA; RODRIGUES,2009, p.30).

O setor industrial de Campina Grande ainda não havia adquirido o amadurecimento que verificamos nos dias atuais. Será apenas após os anos 1965, através da instalação da indústria de metal-mecânica Wallig Nordeste, oriunda da cidade de Porto Alegre-RS, fabricante de fogões a gás. Podemos dizer que a instalação dessa empresa, transforma totalmente o espaço produtivo na cidade e as configurações das relações capital-trabalho, principalmente, através da generalização do assalariamento na cidade e a constituição de uma configuração espacial produtiva mais ampla. Vale lembrar, que a instalação dessa empresa, gerou a abertura de uma certa cadeia produtiva na cidade, que passou a servi-la, empregando cerca de 2000 trabalhadores diretos nos anos 1970 (PEREIRA, 2021, p. 39).

Atualmente, na cidade de Campina Grande estão instaladas grandes plantas industriais de empresas nacionais como a Alpargatas S/A, produtora das sandálias da marca Havaianas, empregando cerca de 8.000 trabalhadores a Coteminas S/A, produtora de fio de algodão, empregando cerca de 2000 trabalhadores, a TESS Comércio e Indústria LTDA, indústria calçadista, produtora das sandálias da marca Kenner, contando com cerca de 1500 trabalhadores (PEREIRA, 2021).

Defendemos que a instalação da Wallig foi talvez o fator mais distintivo dentre todos os centros regionais do Agreste, com relação a formação dos aparatos produtivos, pois a partir da construção dessa empresa também se criou o Distrito Industrial da cidade e passou-se a redefinir e estruturar a cultura operária da cidade, não é nosso objetivo destrinchar essa questão nesse trabalho, mas acreditamos ser um ponto central para entendermos formação das forças produtivas no Agreste nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, apreendemos o processo de desenvolvimento das forças produtivas nessa cidade, considerando a criação de infraestruturas, as economias de escala geradas ao longo das décadas, e a criação de um mercado de trabalho e das relações de trabalho assalariadas no Agreste. Entendemos que a transição da economia açucareira para uma cultura algodoeira, representou a consolidação de expressivos centros-regionais, como Campina Grande e Caruaru.

A partir do incremento do capital comercial nesses núcleos, houve também um movimento de acumulação de capital que pode ter culminado no desenvolvimento de outros setores econômicos, consolidando a centralidade desses núcleos. Por sua vez, o setor industrial, ligado ao beneficiamento de algodão, permitiu a proletarização na região e o advento das relações salariais nas cidades, modificando as relações socioespaciais em sua totalidade nesses núcleos urbanos.

Contudo, essa industrialização se deu de modo seletivo, já que muitas cidades continuaram dependentes da dinâmica agroindustrial, enquanto outras sucumbiram a integração o mercado nacional. Dentre todas as cidades, entendemos que Campina Grande foi a que mais se beneficiou das condições gerais de produção herdadas pela cultura do algodão (inclusive pela construção das ferrovias) e integração viária. Essas condições permitiram o desenvolvimento de um setor metalomecânico, que permitiu reafirmar o papel da indústria nessa economia urbana. Nesse caso, Campina Grande pode ser considerado o maior polo industrial do Agreste nordestino, carregando consigo todas as desigualdades socioespaciais correspondentes e estruturas de exploração da força de trabalho.

Neste seguimento, consideramos que essa pesquisa ainda possui muitos desdobramentos, visto que pouco foi analisado da realidade industrial dessa região em seu aspecto totalizante. Isto é, sugerimos que seja aprofundada a investigação acerca da dinâmica particular do desenvolvimento de cada um dos principais núcleos urbanos, atentando-se as particularidade e singularidades da formação socioespacial de cada cidade. Deve-se observar influência dos condicionantes históricos, que determinaram o desenvolvimento dos diferentes subsetores na indústria em cada cidade, entendendo que algumas assimilaram atividades mais dinâmicas que outras, como foi o caso de Campina Grande.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- ARAÚJO, T. B. **A questão regional e a questão nordestina**. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.
- CARVALHO, D. M., & COSTA, J. E. (2011). **A questão da centralidade urbana em Itabaiana/SE**: uma abordagem preliminar. *Scientia Plena*, 5(9). Recuperado de <https://www.scienciaplenu.org.br/sp/article/view/674>
- FERREIRA, Geovan. **Da cidade das flores à cidade do evento**: a produção do espaço urbano em Garanhuns-PE. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- LENCIONI, Sandra. **Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (07). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm> [ISSN: 1138-9788]
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste, v. 1).
- PEREIRA, Davidson Matheus Félix. **Reestruturação espacial e produtiva na indústria de calçados de Campina Grande-PB**: espaço e trabalho no regime de acumulação flexível. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 121. 2021.
- SANTOS FIRMINO, P. C. **Os alicerces da formação econômica no nordeste brasileiro**: uma análise a partir da sub-região agreste. *Revista Contexto Geográfico*, 4(7), 42–53, 2019. <https://doi.org/10.28998/contegeo.v4i7.7165>
- ZANATTA, Mariana Scusse. **Quando o fabrico se torna fábrica**: desdobramentos do processo de formalização dos empreendimentos industriais de confecções em Caruaru/PE. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2016.

POLARIZAÇÃO E CIDADES MÉDIAS: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO NORDESTE BRASILEIRO

Leonardo Alves Leite dos Santos
Lucas André Penha dos Santos

RESUMO

Este trabalho discute a questão da reestruturação produtiva do setor secundário para as cidades médias, focalizando as cidades médias do Nordeste brasileiro. Buscou-se trazer contribuições da obra e pensamento de Manuel Correia de Andrade para as reflexões postas quanto a problemática da polarização e como este fenômeno vem se desenvolvendo nas cidades médias ao ponto que são focos de atração da reestruturação produtiva do setor industrial. Utilizamos de revisão bibliográfica e da busca de dados empíricos secundários para consolidação da discussão. Concluiu-se que a reestruturação está se dando de forma a desconcentrar as atividades, mas centralizando o comando organizacional na região Sudeste, e que eixos e núcleos de relevada produtividade industrial se formaram sobre essas cidades.

Palavras-chave: : cidades médias; polarização; reestruturação produtiva; rede urbana; geografia industrial.

ABSTRACT

This paper discusses the issue of the productive restructuring of the secondary sector for medium-sized cities, focusing on medium-sized cities of the Brazilian Northeast. We sought to bring contributions from the work and thought of Manuel Correia de Andrade for the reflections posed as to the problematic of polarization and how this phenomenon has been developing in the medium-sized cities to the point that they are foci of attraction of the productive restructuring of the industrial sector. We used a bibliographical review and the search for secondary empirical data to consolidate the discussion. We concluded that the restructuring is taking place in a way that decentralizes the activities, but centralizing the organizational command in the Southeast region, and that axes and nuclei of relevant industrial productivity have been formed over these cities.

Keywords: medium cities; polarization; productive restructuring; urban network; industrial geography.

INTRODUÇÃO

A temática das cidades médias e da reestruturação produtiva industrial são objetos de pesquisa que cada vez mais se cruzam, devido ao fato que as cidades médias estão sendo os principais alvos da realocação de plantas industriais e de serviços correlatos a atividade do setor secundário (REOLON, 2013; MONTE-MÓR, 2006).

Na literatura sobre a urbanização já se encontra sólidos trabalhos de diversas escalas de análise, do global ao local, apontando para uma fase do capitalismo mundial em que a urbanização difusa em cidades médias ou porte intermediário ganha maior dinâmica nos processos recentes (BRENNER, 2014; SPOSITO, 2010). Este processo de disseminação de cidades médias pelo mundo está intimamente relacionado aos fluxos de realocação de plantas ou aglomerados indústrias inteiros de uma região para outra, orientado por variáveis de ganhos locacionais favoráveis na região que se destinam e para fugir dos efeitos das deseconomias de escalas e aglomeração ocorridas nas metrópoles e suas regiões metropolitanas (REOLON, 2013; MAMIGONIAN, 2000; ANDRADE, 1970).

O território brasileiro vem passando por essa reestruturação produtiva desde a segunda metade do século XX. O eixo Centro-Sul, nucleado por São Paulo, formou ao longo do século XX a denominada Região Concentrada (SANTOS, 1993; SANTOS, 2001) onde o adensamento industrial e de serviços dinâmicos para época levou ao limite a potencialidade das forças de economia de aglomeração. Logo os problemas da urbanização ultra concentrada e caótica gerou efeitos negativos ao desenvolvimento do capital na região, levando o Estado e os agentes econômicos dos setores industriais prejudicados a iniciarem projetos de desconcentração das atividades para as demais regiões do país, sendo o Nordeste uma das regiões mais impactadas com os ganhos de atratividade do setor secundária para a região (DINIZ; MENDES, 2021; MONTEIRO NETO; SILVA; SEVERIAN, 2019, 2020; BRANDÃO, 2019).

Os núcleos urbanos em primeiro momento mais impactados foram das principais capitais do Nordeste, o que impulsionou o crescimento de suas Regiões Metropolitanas (RMs), mas dos anos 90 para os presentes dias as cidades médias históricas e as de porte médio emergentes no início do século estão despontando como as principais áreas urbanas para a conformação dos pólos, distritos e complexos industriais na região (MORAIS; PEREIRA, 2016; MORAIS et al, 2019); movimentando capitais nacionais, transnacionais e regionais/locais sobre os limites de seus municípios e entornos.

Este artigo objetiva trazer reflexões sobre esse processo de reestruturação do setor industrial para as cidades médias do Nordeste e os impactos do setor como um todo para a dinâmica de desenvolvimento da região no século XXI. Primeiramente, elencando contribuições clássicas de Manuel Correia de Andrade sobre o tema da economia nacional e regional do Nordeste, contudo, posteriormente,

trazendo para a discussão os aportes contemporâneos da literatura geográfica crítica e estrutural-desenvolvimentista sobre o tema e as reflexões que podemos tirar até então desde processo urbano-econômico que parte de um movimento global, tem sua própria lógica e organização nacional e consequências regionais amplas e diversas.

METODOLOGIA

Para este trabalho realizamos pesquisa bibliográfica de clássicos e trabalhos contemporâneos sobre o temática das cidades médias e da reestruturação produtiva industrial no Brasil bem como da literatura geográfica urbana, industrial e econômica sobre polarização, multipolarização e desenvolvimento territorial (ANDRADE, 1970; ANDRADE; 1987; PERROUX, 1966; ANDRADE; SERRA, 2001; REOLON, 2013; SPOSITO, 2010; MAMIGONIAN, 2000; SANTOS, 1993, 1994; SANTOS; SILVEIRA, 2001; BELLET et al, 2015; MONTEIRO NETO, 2021; MONTEIRO NETO, SILVA; SEVERIAN, 2019, 2020; MONTE-MÓR, 2006; entre outros).

Realizamos pesquisa de dados secundários na CNI (Confederação Nacional das Indústrias) e na plataforma SIDRA (Sistema de Recuperação Automática do Instituto de Geografia e Estatística Brasileiro – IBGE) sobre a produção industrial da região Nordeste, recorte principal da análise da pesquisa. Consultamos também a pesquisa de Região de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Manuel Correia de Andrade e sua Contribuição à Teoria da Polarização e Desenvolvimento

A obra de Manuel Correia de Andrade, em especial sua dedicação aos estudos de planejamento regional, urbano e do espaço industrial, apresentaram uma forte preocupação do autor com a questão do subdesenvolvimento do Brasil. Dentro deste, o autor teve especial afinco em investigar a crescente desigualdade regional socioeconômica dentro do país, analisando suas causas históricas-estruturais na conformação do território e suas regiões de tal forma. Buscou criticamente elencar agentes e estruturas responsáveis como também alternativas para um desenvolvimento equilibrado e sustentado entre as regiões. Uma dessas contribuições foi o estudo teórico-metodológico das regiões polarizadoras do desenvolvimento econômico e social no Brasil (ANDRADE, 1970), a partir da teoria das atividades motrizes e pólos de desenvolvimento de F. Perroux (1966).

Neste aplicação teórica-metodológica a realidade brasileiro na segunda metade do século XX, Andrade (1970) faz críticas as aspirações de uma geração da teoria onde a mesma seria uma “fórmula universal” do desenvolvimento, baseado apenas na concentração de atividades motrizes e formações de pólos econômicos. O autor trás a importância e as consequências no e para o território da constituição de atividades motrizes seguidas por uma atração e/ou formação local a regional de atividades correlatas,

intercadeadas ou inovadas a partir de então, mas enfatiza com veemência que a disposição espacial de tais estruturas polarizadoras sobre a extensão do território e dentro das regiões é primordial.

A obra deixa claro como, na época, o estado de São Paulo, em primazia, acompanhado dos demais da região Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e Minas Gerais, estavam desproporcionalmente concentrados das atividades industriais e de serviços correlatos com taxas de produtividade, qualidade de vida (poder de consumo) e salários bem acima das demais regiões do país (SANTOS, 1993; MAMIGONIAN, 2000). A concentração foi tão intensa que em sua obra, do início da década de setenta, Andrade (1970) já destaca deseconomias de escala correntes nas atividades produtivas da Região Metropolitana de São Paulo por fatores ligados a macroubanização caótica, limites das infraestruturas concentradas, elevação constante das rendas e insumos, etc.

Os rumos tomados pelo Estado na época foi uma política de incentivo a dispenção econômica para as regiões mais desfavorecidas e a criação de superintendências regionais – SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) – para planejar, coordenar e gerir a constituição de eixos, pólos e zonas de desenvolvimento dentro de seus recortes regionais administrativos. Manuel Correia de Andrade via nesses órgãos de Estado a oportunidade para a correte aplicação da teoria-método dos pólos de desenvolvimento, redizer gradativamente o *gap* produtivo, infraestrutural e sócio-econômico existente entre as regiões do Brasil; mais grossamente delimitado entre o eixo Centro-Sul – da Região Concentrada – e o Norte e Nordeste estagnado, menos produtivo, empobrecido e pouco dinâmico em sua participação na configuração do meio técnico, científico e informacional brasileiro (SANTOS, 1994).

Na região Nordeste, as políticas e os fomentos que foram deprendidos pelo Estado através das superintendências e outros mecanismos político-financeiro também concentraram-se espacialmente dentro das Regiões Metropolitanas (RMs), dos três maiores estados em importância econômica e política da região: Pernambuco, Bahia e Ceará. Reproduzindo, em menor escala, mas na mesma intensidade os efeitos de desigualdade e disfuncionalidade socioespacial que a Região Concentrada do Centro-Sul (ARAÚJO, 2002).

A realidade de uma reestruturação produtiva do setor industrial começava a ganhar contornos para a região Nordeste, mas partindo de decisões políticas de Estado aliadas a interesses de classes hegemônicas de grupos estruturalmente no poder da terra, das finanças regionais e do comando do trabalho na região, em maior força os grupos centralizados em Salvador, Recife e Fortaleza. Andrade (1970) aponta como esse processo, na época ainda em formação, resultaria em péssimas consequências

para o desenvolvimento coeso e sustentado da região. Ressalva a importância de impedir uma concentração industrial e de serviços abrangentes apenas sobre as malhas das regiões metropolitanas, reorientar atividades motrizes para cidades médias emergentes ou com antigo papel de intermediação na rede urbana regional seria uma etapa fundamental.

Os eixos centrados nas capitais de Bahia, Pernambuco e Salvador, formaram as três grandes áreas de polarização na hierarquia urbana da região Nordeste, configuração de influência que permanece até os presentes dias no século XXI (IBGE, 2020). Contudo, políticas para atração do setor secundário as cidades médias do Nordeste começaram a ocorrer em meados dos anos 80, centralidades regionais e sub-regionais sertanejas como Petrolina-PE e Juazeiro-BA, Caruaru-PE, Imperatriz-PA, Feira de Santana-BA, Vitória da Conquista-BA, Campina Grande-PB, Patos-PB, Mossoró-RN, Sobral-CE, Juazeiro do Norte-CE, começaram a atrair empresas saídas do Sudeste ou que ampliaram unidade fabril para a região, e, em menor intensidade, a desenvolver atividades secundárias de porte local a sub-regional, a partir da conformação de capitais de agentes empresariais locais (ANDRADE; SERRA, 2001; MAMIGONIAN, 2000).

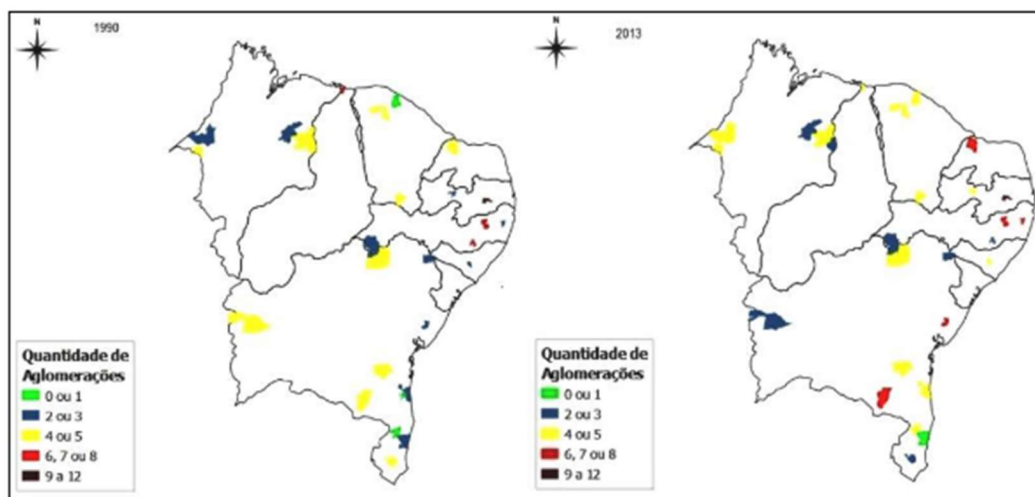
Reestruturação Produtiva e as Cidades Médias: da Região Concentrada para o Nordeste

A reestruturação do setor secundário do Sudeste para as demais regiões do país, no movimento de transferência das atividades para fora do então polígono do desenvolvimento industrial brasileiro (MONTEIRO NETO; SILVA; SEVERIAN, 2019) se intensifica a partir da década de 90 com a mudança de orientação ideológico-política dos governos federal em torno do plano econômico e das políticas industriais para o neoliberalismo. A abertura econômica, os cortes de incentivos fiscais e de crédito público, elevação de juros, privatizações, desproteção do mercado interno para os produtos industrializados nacionais, extinção das superintendências de desenvolvimento regional, foram o quadro da política nacional no final do milênio (PAULINI, 2006; GALA; RONCAGLIA, 2020).

Neste cenário ganha impulso a atração de estabelecimentos industriais para cidades médias do Nordeste e da região Sul. Os agentes políticos locais de cada municipalidade potencialmente alvo da inserção de plantas fabris de empresas transnacionais, nacionais deslocando ou ampliando a produção para fora da Região Concentrada e empreendimentos regionais emergentes. As municipalidades, geralmente de cidades com porte e características de intermediárias na rede urbana regional, disputaram entre si, através de políticas de flexibilização, redução e isenção de impostos para as empresas, marketing urbano agressivo, entre outras concessões que tornaram esse período do final do século passado e início deste conhecido pela “guerra dos lugares” (SANTOS; SILVEIRA, 2001; ARAÚJO, 2002).

Nesse contexto de disputas locais por atração de empreendimentos, resultado do vazio político de coordenação regional da política industrial e do desenvolvimento regional integrado, a região Nordeste ganhou tecido de cadeias de atividades secundárias (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1990 e 2013



Fonte: Moraes; Pereira, 2016.

No mapa de Moraes e Pereira (2016) (figura 1) podemos visualizar que os aglomerados das atividades está nas principais cidades médias – capitais regionais e centros sub-regionais – da região e que não tiveram grandes alterações quantitativas no grau de polarização entre eles. Assim conclui os autores que

Desses dados, podemos inferir que o efeito de aglomeração se torna mais forte quanto maior for a cidade. As cidades com menor volume populacional encontram mais dificuldades, ou seja, menos probabilidade de aumento na quantidade de empregos em relação àquelas de maior volume populacional. (MORAIS; PEREIRA, 2016, P. 17)

Dentro do cenário geral das macrorregiões o Nordeste e o Sul foram as regiões com os estados mais favorecidos entre os que ganharam valor na participação do PIB industrial brasileiro. No Nordeste, Bahia, Pernambuco despontaram e o Ceará apresentou ganhos significativos em terceiro ponto (Figura 2, 3 e 4). Contudo, segundo o estudo da Confederação Nacional das Indústrias - CNI (CNI, 2021) os ganhos nos estados de nordestinos são mais impactados por ação de atividades motrizes como a automobilística e refino de derivados do petróleo em Pernambuco e Bahia, e o Ceará pela siderurgia no porto de Pecém. O que indica que a maior proporção desses ganhos se da concentrado nas RMs dos três estados, mas não descata que houve evolução do ganho de Valor de Transformação Industrial VTI nas cidades médias da região, principalmente das cidades pertencentes aos estados mencionados.

Figura 2 - Variação da participação das regiões geográficas no PIB industrial do Brasil entre os biênios 2007/2008 e 2017/2018 (em pontos percentuais)

Em pontos percentuais

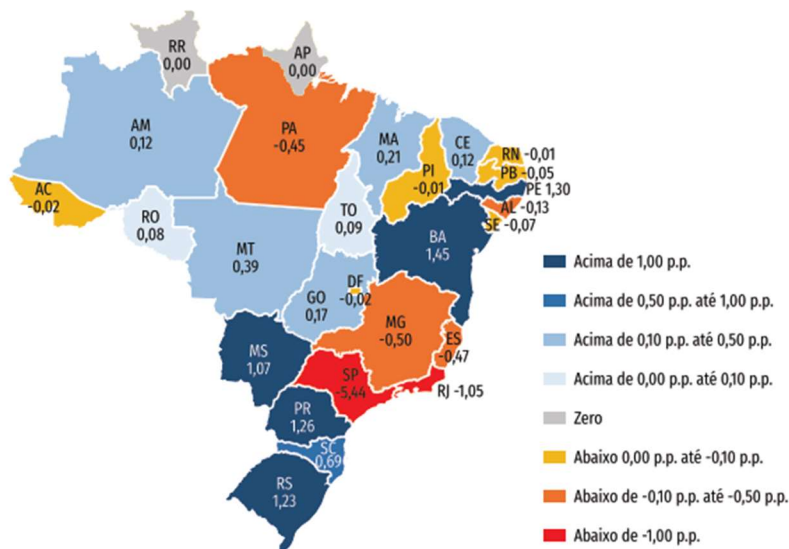


Fonte: CNI, com base em dados do Sistema de Contas Regionais (SCR) – IBGE.

Fonte: CNI, 2021.

Figura 3 - Variação da participação dos estados e do Distrito Federal no PIB da Indústria de Transformação entre os biênios 2007/2008 e 2017/2018 (Em pontos percentuais [p.p.]

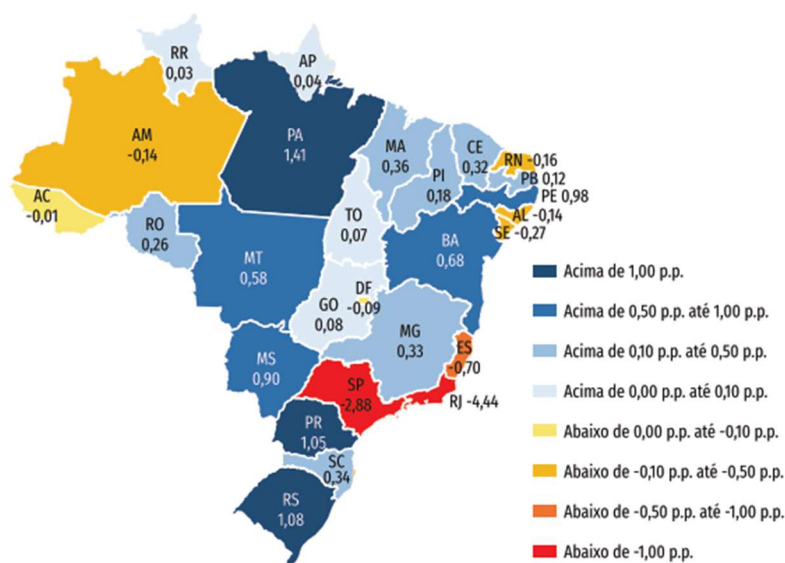
Em pontos percentuais (p.p.)



Fonte: CNI, 2021.

Figura 4 - Variação da participação dos estados e do Distrito Federal no PIB da Indústria entre os biênios 2007/2008 e 2017/2018 (em pontos percentuais [p.p.]

Em pontos percentuais (p.p.)



Fonte: CNI, 2021.

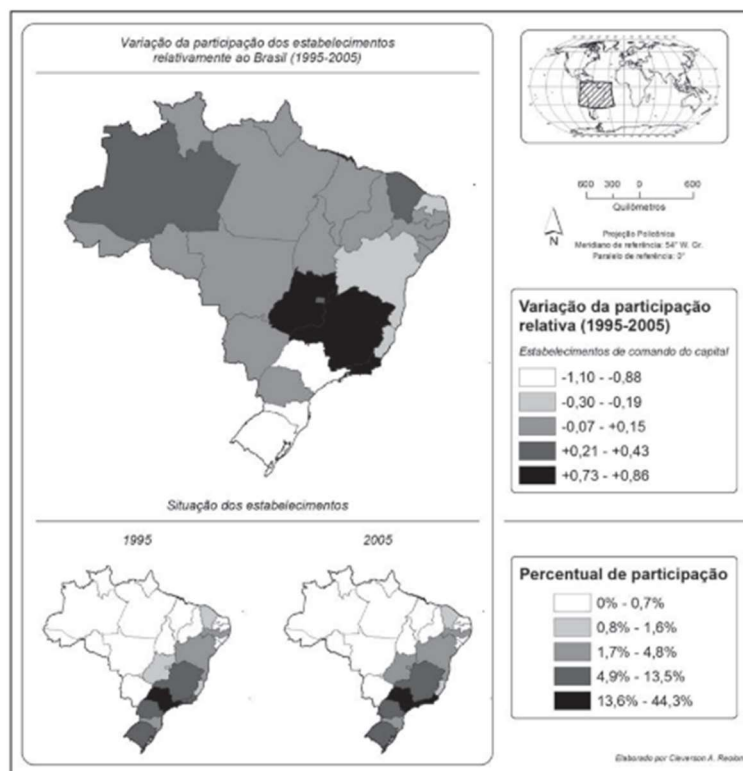
A pesquisa da CNI comprova que entre as duas primeiras décadas do século XXI a regionalização da indústria no país se ampliou, ou como definem Monteiro Neto, Silva e Severian (2019, 2020) o novo mapa da indústria do Brasil é a ampliação do polígono industrial da Região Concentrada. Mas é uma ampliação em que permanece a primazia sólida do estado de São Paulo e o adensamento das atividades mais intensivas em capital, produtividade e complexidade econômica sobre a região Sudeste (GALA; RONCAGLIA, 2020; MONTEIRO NETO, 2021).

Cidades médias do Nordeste no processo de Desconcentração Concentrada

No mapa elaborado por Reolon (2013, p. 110) podemos ver a espacialização com a taxa de variação dos estabelecimentos de comando do capital, tipo de atividade referente a gestão operacional de redes produtivas, centro de ação e planejamento de mercado das empresas (Figura 5). Analisamos esse mapa como crucial para entendermos o quadro lógico da reestruturação produtiva que se prolonga neste século no Brasil, segundo Reolon e demais autores da literatura aqui já citada o processo da reestruturação do setor secundário no Brasil – somando indústrias extrativas, transformação (dentro desta de baixo, médio e alto conteúdo tecnológico) – é de uma dispersão de atividades industriais menos complexas para as regiões Nordeste, Norte e Sul, principalmente para a região Nordeste. Enquanto as instalações de produção são deslocadas para cidades médias ou intermediárias próximas das RMs dos estados nordestinos, as sedes de gestão das cadeias operacionais mantem-se concentradas na Região Sudeste.

Isto representa que, enquanto a Região Concentrada perder valor na produção propriamente industrial de valor e atividade do trabalho ela transforma-se em uma centralidade de serviços sofisticados que orientam o ritmo e a organização da produtividade sobre boa parte dos eixos e pólos de aglomeração produtiva criados em outras regiões do país (REOLON, 2013)

Figura 5 – Unidades da federação do Brasil.
Resultados da redistribuição dos estabelecimentos do grupo de comando do capital (1995- 2005)



Fonte: Reolon, 2013

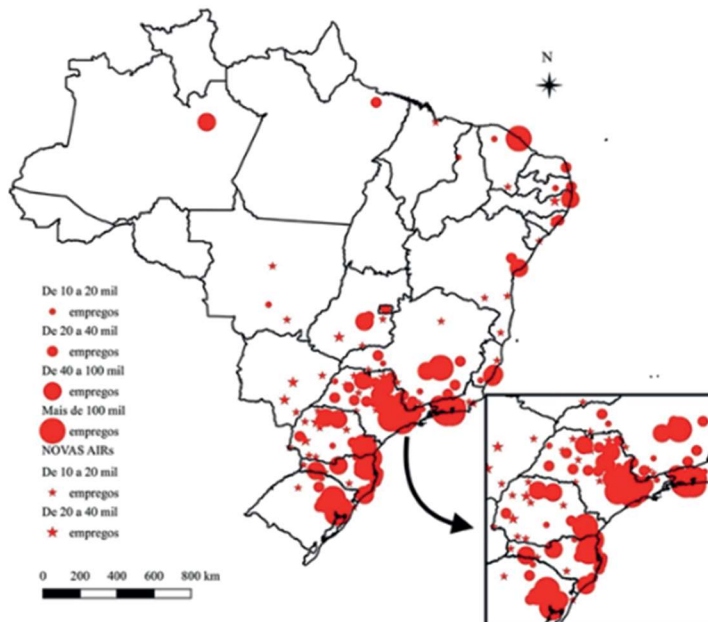
O mesmo processo é analisado por Diniz e Mendes (2021) trazendo dados mais atualizados e um mapeamento das regiões de polarização da atividade industrial em escala nacional (Figura 6). Quanto ao desenvolvimento do Nordeste os autores concluem que

...embora ainda aquém das necessidades de uma melhor distribuição das atividades econômicas no território brasileiro, especialmente em relação à região mais pobre e de ocupação antiga, o crescimento industrial vem sendo importante para o desenvolvimento do Nordeste. (DINIZ; MENDES, 2021, p. 24).

Os pesquisadores acima citados alertam para o contexto político pós eclodida da crise econômica de 2015 e a mudança dos rumos políticos assumidos no poder federal do Estado a partir de 2016, muitos dos projetos foram paralizados, privatizados ou perderam fontes de fomentos do governo

fundamentais para a aceleração do ganho de capacidade e sofisticação produtiva que vinham adquirindo a partir dos macroprojetos de desenvolvimento dos governos Lula e Dilma.

Figura 6 - Brasil: distribuição espacial das AIRs* com mais de 10 mil empregos industriais (2018)
1B – 2018



Fonte: Rais.
Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos legenda e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

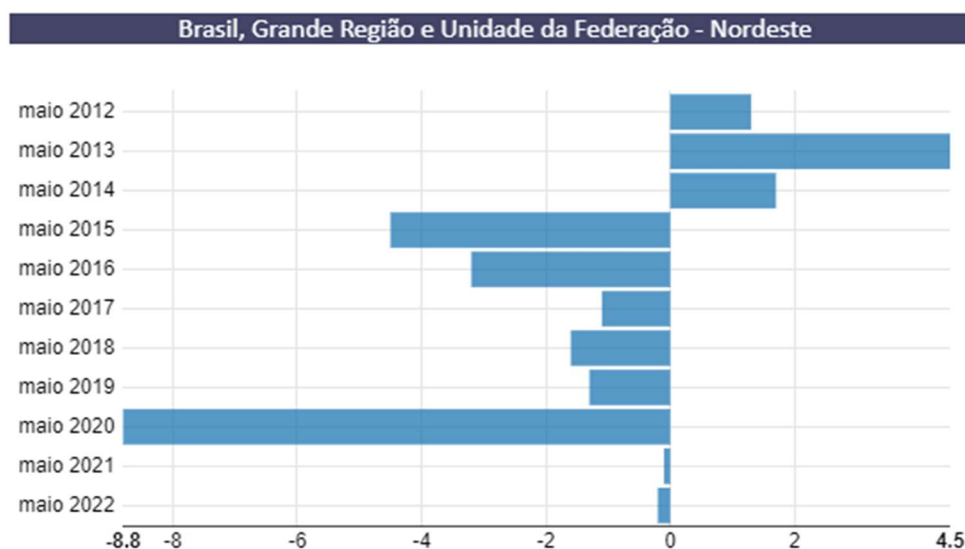
Fonte: Diniz e Mendes, 2021.

Essa ruptura nos ganhos de produtividade industrial da região pode ser vista de forma quantitativa no gráfico 1, onde compomos uma série dos últimos 10 anos da Produção Física Industrial – Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, em que a variação é dada pelo percentual acumulado no ano (base: igual período do ano anterior)†. O grande choque ocorreu no ano de eclosão da crise econômica e política no país de 2014 para 2015, continuou em queda numa taxa de recessão abaixo dos 4% e veio ao declínio intenso no ano de 2020 após o início da pandemia da COVID-19 e suas medidas de isolamento social, paralisações e adaptações nas formas de produção, em 2021 fechou com variação negativa novamente, mas com sinal de estabilização da derrocada desenfreada no ano de 2020 e em 2022 apresenta primeiro trimestre com novo declínio acumulado em relação a 2021. Somando um acumulado de contínua e crescente recessão nos últimos 8 anos bastante preocupante para o tecido industrial produtivo da região no geral.

* Aglomerações Industriais Relevantes (ver DINZ e MENDES, 2021).

† Relação do acumulado nos últimos 12 meses, utilizamos o mês de maio para efeitos de padronização e por ser o mês mais recente do dado divulgado durante a elaboração deste artigo.

Gráfico 1 – Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral da Região Nordeste, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (em porcentagem)



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Fonte: IBGE, 2022.

O gráfico evidencia como de forma geral, toda a região foi seriamente impactada pela crise em curso e pelos estagnações desenvolvimentistas impostas a região. Na busca de reversão desse quadro, vamos de acordo com as ações políticas endereçadas por Diniz e Mendes (2021, p. 24 e 25):

a política regional para o Nordeste e para outras regiões estagnadas ou de baixo dinamismo no Brasil deveria combinar duas dimensões fundamentais: i) manutenção e ampliação das políticas horizontais de distribuição de renda; e ii) a reorientação das políticas de incentivos para projetos com capacidade de induzir efeitos estruturantes, com capacidade de integração e diversificação.

Por fim, ponderamos que mesmo com o processo de reestruturação em curso sob uma lógica territorial econômica da desconcentração concentrada, a região Nordeste teve um forte impulso para a criação e a ampliação de aglomerações produtivas bem como na construção de territórios de desenvolvimento, centrados ou perpassados nas cidades médias da região e das RMs (BRANDÃO, 2019). Sposito (2010) conceitua bem que existem diferenças entre cidades médias e cidades de porte médio, as primeiras desempenham papel de centralidade regional enquanto as cidades de porte médio são mais características não por sua força de centralização de serviços e bens a região, mas por participarem ativamente no quadro produtivo regional, nos eixos de desenvolvimento espalhados sobre os corredores modais do território. Na região Nordeste a maioria das cidades médias com importância nuclear de atividades industriais tiveram melhora nos fatores de vida e consumo urbano (BELLET et al, 2015; MORAIS; et al, 2019), mesmo havendo um longo caminho para o almejado desenvolvimento

econômico e social da região idealizado por Andrade nas suas proposições à economia brasileira e do Nordeste (ANDRADE, 1970; ANDRADE, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva em curso no Brasil está fazendo a região Nordeste do país ganhar destaque na produção industrial nacional. Todavia, essa reestruturação se dá num processo de desconcentração concentrada, pois as atividades operacionais produtivas estão migrando para a região, privilegiando os núcleos urbanos ou eixos de desenvolvimento das cidades médias ou de porte intermediário enquanto as atividades de comando – gestão empresarial, *holding* – permanecem dentro do polígono da Região Concentrada.

Apesar deste contexto de desconcentração seletiva das atividades e da crescente centralização do poder organizacional das atividades secundárias no eixo Centro-Sul, os impactos das estruturas de aglomeração produtiva sobre a região foram significativas, ainda mais sobre as cidades médias e de porte médio da região. Devendo, contudo, retornar-se o foco em políticas de incentivos desenvolvimentistas industrial à região que vem perdendo significativa força de produção após a crise iniciada em 2015 e agravada ao longo da pandemia da COVID-19.

Enfim, essa formação de aglomerados industriais relevantes na região quando não reforçaram os efeitos de aglomeração sobre núcleos tradicionais regionais, estão produzindo enclaves de eixos de desenvolvimento sobre a malha da rede urbana da região. Logo, a urbanização dispersa ou policêntrica tem como uma das variáveis primordiais a força de polarização exercida pelas estruturas industriais realocadas e/ou fomentas sobre essas cidades com papel de intermediação na malha urbana regional.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a CAPES pelas bolsas de fomento à pesquisa aos pesquisadores autores desde trabalho. Agradecimento cordial e saudosista aos mestres/as já falecidos – como o próprio prof. Manuel Correia – e os em vida, somos gratos por toda a contribuição científica ao pensamento geográfico, social e econômico brasileiro e, sobretudo, ao pensamento e a cultura científica nordestina.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 1987
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (ORGS.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes**: que Nordeste? Observanordeste. **Anais...** Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2113-nordeste-nordestes-que-nordeste>>. Acessado em: 02 dez. 2020.
- BELLET, C. et al. (EDS.). **Urbanización, producción y consumo ver ciudades medias/intermedias**. Presidente Prudente; Lleida: Universidade Estadual Paulista; Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

- BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 258–279, 2019. DOI: <10.22296/2317-1529.2019v21n2p258>. Acessado em: 25 ago. 2021.
- BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **E-metropolis**, n. 19, p. 06–26, 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/146?name=teses-sobre-a-urbanizacao>. Acessado em: 17 mar. 2021.
- CNI. **Nota Econômica Nº19. Indústria fica menos concentrada regionalmente**. Brasília: CNI, 2021. Disponível em: <https://fieq.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg/download/Pesquisas/Nota_Economica_N_19_Industria_Fica_menos_Concentrada_Regionalmente.pdf>. Acessado em: 25 jun. 2022.
- DINIZ, C. C.; MENDES, P. S. **Texto para Discussão – Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI**. Brasília: IPEA, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2640>. Acessado em: 27 out. 2021.
- GALA, P.; RONCAGLIA, A. **Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Dos Autores, 2020.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acessado em: 29 set. 2020.
- IBGE. SIDRA. **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física**. Tabela 8159 – Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/8159>. Acessado em: 19 jun. 2022.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a Industrialização Brasileira. **Cadernos Geográficos**, v. 2, n. 2, p. 6–50, 2000. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geográficos-UFSC-Nº-02-Teorias-sob-a-industrializacao-brasileira-.Maio-de-2000.pdf>. Acessado em: 25 set. 2020.
- MONTEIRO NETO, A. (ORG.). **Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI**. Brasília: IPEA, 2021.
- MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O.; SEVERIAN, D. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”? **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 581–607, 2020. DOI:< 10.1590/1982-3533.2020v29n2art09>. Acessado em: 27 out. 2021.
- MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O.; SEVERIAN, D. O novo mapa da indústria no Brasil: as aglomerações industriais relevantes no período 1995-2015. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 20, p. 41–50, 2019. Disponível: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/190711_brua_20.pdf>. Acessado em: 27 out. 2021.
- MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCO, M. A. (Ed.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. P. 61–85.
- MORAIS, A. C. S.; PEREIRA, W. E. N. Cidades médias não metropolitanas do Nordeste e Sudeste do Brasil, no período de 1990 a 2013. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 07, p. 6–19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6906>. Acessado em: 03 fev. 2022.
- MORAIS, A. C. S. et al. Evolução do emprego entre as cidades médias das regiões Nordeste e Sudeste, 1991-2010. Aplicação das cadeias de Markov no emprego industrial. **Cadernos CEPEC**, v. 08, n. 02, p. 48–63, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/8319>. Acessado em: 03 fev. 2022.
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Helder, 1966.
- REOLON, C. A. **Produção industrial e comando do capital no Brasil: uma análise espacial**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, v. 35, n. 1, p. 51–62, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/SPOSITO-Novas-Redes-Urbanas-1.pdf>. Acessado em: 09 dez. 2021.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO

Gerlane Gomes da Rocha
Rodrigo Dutra Gomes

RESUMO

O Geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade desenvolveu um pensamento geográfico de caráter inovador, rompendo com paradigmas conceituais da sua época por meio de uma Geografia histórico-crítica. Assim de forma precursora, Andrade (1973) se utiliza de categorias então não corriqueiras para a representação espacial do Nordeste, como ocupação, uso e distribuição de terras, exploração da força produtiva e conflitos territoriais. Nesse contexto temos como objetivo geral realizar uma sistematização sobre a construção do território nordestino refletida por Manuel Correia de Andrade. Em específico busca-se analisar o conceito de território, seus desdobramentos e interpretações; apresentar uma discussão referente a idealização da região Nordeste e elencar os principais períodos históricos da formação territorial do Nordeste propostos por Manuel Correia de Andrade em suas obras. Para orientar a pesquisa se utilizará a abordagem contextual do Geógrafo francês Vincent Berdoulay (2017), que consiste em analisar a conjunção tanto das lógicas internas da ciência quanto às influências externas contextuais nos quais os cientistas e os objetos de estudo estão situados. Os procedimentos metodológicos baseiam-se em dados secundários obtidos por meio da pesquisa bibliográfica. Manuel Correia de Andrade estudou esse processo de formação do Nordeste ao longo de suas obras, dando destaque também à questão territorial e as relações de poder presentes no desenvolvimento dessa região. A sua produção científica oferece discernimentos, contribuições e reflexões sobre essa temática, auxiliando para uma melhor compreensão da análise geográfica, histórica e crítica das problemáticas sociais dessa região.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Nordeste; Região; Território

ABSTRACT

The Pernambuco geographer Manuel Correia de Andrade developed a innovative geographical thought, breaking with conceptualized paradigms of his time through historical-critical geography. Thus, in a precursory way, Andrade (1973) uses categories that are not commonplace for a spatial representation of the Northeast, such as occupation, use and distribution of land, exploitation of the productive force, and territorial conflicts. In this context, we have the general objective of carrying out a systematization of the construction of the northeastern territory as reflected by Manuel Correia de Andrade. Specifically, the analysis of the territory, its unfolding, and understanding; a discussion regarding the idealization of the region and lists the main histories of the territorial formation of the Northeast proposed by Manuel Correia de Andrade in his books. For the research, a context-oriented approach by the French geographer Vincent Berdoulay (2017) will be used, which consists of a conjunction of both the internal analyzes of context and the external contextual influences in which scientists and studies are situated. The methodological procedures are based on secondary data obtained through bibliographic research. Manuel Correia de Andrade studied this formation of the Northeast throughout his works, also focusing on the territorial issue and the power relations presented in the development of this region. Its scientific production offers insights, contributions, on this theme, helping to better understand the geographic, historical, and critical analysis of the social problems of this region.

Keywords: Manuel Correia de Andrade; Northeast; Region; Territory

INTRODUÇÃO

O Geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade desenvolveu um pensamento geográfico de caráter inovador, rompendo com paradigmas conceituais da sua época. Esse direcionamento foi baseado em uma Geografia histórico-crítica centrada na denúncia da problemática do desenvolvimento socioeconômico desigual brasileiro, sobretudo das desigualdades internas da região Nordeste, dando grande enfoque à sua formação territorial.

Nesse sentido, de forma precursora, Andrade (1973) se utiliza de categorias então não corriqueiras para a representação espacial do Nordeste, como ocupação, uso e distribuição de terras, exploração da força produtiva e conflitos territoriais. Essa reflexão sobre a formação do Nordeste foi realizada por Andrade ao longo da sua vida acadêmica e está diluída em suas obras, por exemplo, em Andrade (1973; 1985; 1988; 2004).

Nesse percurso discursivo nota-se um fator constante nas discussões de Manuel Correia de Andrade, o ser humano enquanto dinâmica de classe social, destacando que o conceito de território deve ser pensado por meio da lógica das relações de poder, pois está intimamente vinculado à ideia de controle e domínio de determinada área (ANDRADE, 2002). Desse modo, ao estudar a questão territorial no Nordeste, buscava esclarecimentos históricos e geográficos para compreender as relações socioeconômicas que dinamizaram a sua produção territorial.

A relevância de se resgatar a análise da formação territorial do Nordeste a partir desse autor se justifica devido a densidade e importância de seus escritos, reconhecidamente um dos precursores e protagonistas sobre a reflexão crítica dessa região. Seu pensamento foi pioneiro em âmbito nacional analisando o território Nordestino como um sistema contraditório de relações de poder. Assim, essas reflexões que se encontram diluídas em suas obras devem ser resgatadas e organizadas a fim de servir de apoio para discussões contemporâneas.

Considerando este contexto, temos como objetivo geral realizar uma sistematização sobre a construção do território nordestino refletida por Manuel Correia de Andrade. Em específico busca-se analisar o conceito de território, seus desdobramentos e interpretações; apresentar uma discussão referente a idealização da região Nordeste e elencar os principais períodos históricos da formação territorial do Nordeste propostos por Manuel Correia de Andrade em suas obras.

Nesse sentido, inicialmente foi realizada uma revisão teórica sobre dois pontos centrais da pesquisa: o conceito de território e suas discussões e a formulação da região Nordeste. Com isso, tornou-se possível embasar a análise feita por Andrade nos seus livros: a terra e o homem no Nordeste (1973), o caso do Nordeste brasileiro (1985), o Nordeste e a questão regional (1993^a) e a questão do território

no Brasil (2004). Por fim, foi abordado o processo de formação da região Nordeste a partir da definição dos principais períodos elaborados pelo autor ao longo das suas produções acadêmicas.

METODOLOGIA

Para orientar a pesquisa se utilizará a abordagem contextual do Geógrafo francês Vincent Berdoulay (2017), que consiste em analisar a conjunção tanto das lógicas internas da ciência quanto às influências externas contextuais nos quais os cientistas e os objetos de estudo estão situados. A partir desse método buscamos 213ontexto213f213213 a produção científica de Manuel Correia de Andrade sobre a discussão territorial do Nordeste compreendendo os enlaces históricos, políticos e sociais envolvidos nesses estudos. Os procedimentos metodológicos baseiam-se em dados secundários obtidos por meio da pesquisa bibliográfica com destaque para as obras de Andrade (1973; 1985; 1988; 2004). A caracterização dessas obras envolveu o discernimento de temas (como ocupação, povoamento, relações de trabalho e conflitos etc), de problemas investigados e períodos históricos analisados. Para reconstituir a história territorial da formação da região Nordeste segundo o pensamento geográfico de Manuel Correia foi feita uma recomposição histórica, a partir dos períodos e temas investigados que foram identificados durante o processo de leitura do material bibliográfico recolhido. Com a finalidade de embasar as discussões sobre a temática proposta e atender o cumprimento dos objetivos foi feita uma breve revisão do conceito de território apresentado por autores como Marcelo Lopes de Souza (2009) Rogerio Haesbaert (2007), Marcos Aurelio Saquet (2009), Antonio Carlos Robert de Moraes (2001), Claude Raffestin (1993) e pelo próprio Manuel Correia de Andrade (1994, 2004), assim como uma leitura sobre o conceito de Nordeste conforme os apontamentos de Iná Elias de Castro (2001) e Manuel Correia de Andrade (1986b).

Revisando alguns conceitos iniciais

O conceito de território assume aspectos condizentes sobretudo com as relações de poder, como aponta Andrade (1994) “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas” (ANDRADE, 1994, p.213). Assim o território também está relacionado com o domínio de determinada área que pode ocorrer tanto por meio de ações de instituições públicas e privadas, quanto por grupos sociais. A discussão sobre o território e o seu contexto na formação do Brasil e do Nordeste assume um debate mais teórico em relação a Manuel Correia de Andrade nos livros “Geopolítica do Brasil” (1993^a) e “A questão do território no Brasil” (2004), bem como no artigo “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder

nacional e do poder local” (1994). A partir dessas obras é possível chegar a definição de 3 conceitos centrais para a temática territorial refletida por esse autor:

1. **Território:** Condiz com o processo de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada onde as relações de poder se fazem presentes;
2. **Territorialidade:** Refere-se a consciência provocada nas pessoas a partir da formação de territórios por meio de um processo de identificação;
3. **Territorialização:** É a forma pela qual o território se materializa.

Nota-se nesses apontamentos que, para Andrade (1993^a, 1994, 2004), o território não existe sem o fator de interferência de produção humana. O espaço, por exemplo, seria mais amplo englobando também as áreas “vazias” que ainda não se territorializaram. Somando-se a isso é importante destacar que a análise territorial desenvolvida por Andrade, em especial no que tange ao Nordeste, tem um enfoque econômico evidente. Conceitualmente para outros autores como Raffestin (1993) e Souza (2009) a construção do território também revela relações marcadas pelo poder que emerge na ótica das relações sociais espacialmente delimitadas, agindo sobre um substrato referencial no qual os grupos hegemônicos determinam suas vontades políticas, econômicas e sociais.

Saquet (2009) acrescenta a essa conceituação o caráter material e imaterial do território que é um produto e uma condição social e está inserido numa lógica espaço-temporal delimitada. Por sua vez Haesbaert (2007) corrobora com essa análise material e simbólica do território destacando a multiterritorialidade atual definida a partir do caráter identitário do mundo pós-moderno. No que tange a territorialização define esse processo como uma habilidade de construir ou desconstruir limites através do espaço geográfico. Já para Moraes (2001) na formação dos territórios ocorre 3 dimensões específicas: o território enquanto uma construção bélica/ militar, uma construção jurídica e uma construção ideológica. Percebe-se a partir dessas conceituações que o território foi retratado com diferentes abordagens sejam elas políticas, administrativas, culturais, econômicas, ou um entrelaçamento dessas vertentes.

De acordo com Andrade (1993b) por muito tempo entendia-se que o território nacional poderia ser compreendido em duas grandes regiões: Norte e Sul, sendo a primeira um contraponto à segunda. Nesse caso se construiu uma certa dicotomia e uma homogeneização das características próprias dessas regiões. O conceito de Nordeste enquanto individualidade e singularidade, por sua vez, foi construído ao longo do tempo, sofrendo influência do seu processo de formação histórico, geográfico e territorial. Assim se estabeleceu em torno do Nordeste um imaginário social que o caracterizou como uma sociedade atingida negativamente por fenômenos de ordens naturais. Com isso ocorreu, por exemplo, a associação entre o fenômeno da seca no Sertão nordestino aos entraves da modernização

econômica e do desenvolvimento social da região. Esse paradigma entre sociedade e natureza na formação da região Nordeste é discutido por Castro (2001) que demonstra como o imaginário pode criar narrativas tão fortes que são tomadas como realidades concretas e absolutas em prol da caracterização de uma identidade regional que tem em seu cerne a disputa por poder.

Segundo Andrade (1986b) esse pensamento baseava-se em uma análise superficial sobre o Nordeste pois mesmo sendo visto como uma região “problema”, superpovoada e subdesenvolvida, tinha grande importância socioeconômica devido às suas atividades produtivas diversas de origem minerais, animais e agrícolas que vinham se modernizando, além de possuir parte representativa do território e da população nacional. Pode-se dizer que no processo histórico de ocupação do território nordestino foram conservadas as estruturas de apropriação da terra e as formas de organização social. Esses aspectos são diretamente responsáveis pelas condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais às secas e a condição de subdesenvolvimento da região que é marcada pela concentração de riquezas. O autor denuncia que esse imaginário que busca naturalizar os processos sociais é uma forma de silenciamento das reais problemáticas do subdesenvolvimento do Nordeste.

Nota-se, contudo, que a construção desse imaginário se iniciou antes mesmo da concepção oficial do Nordeste enquanto região conforme as suas configurações territoriais atuais (CASTRO, 2001). O processo de regionalização oficial do Brasil começou por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1941 a partir da delimitação de 5 grandes regiões (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste), foram consideradas nessa definição principalmente condições naturais (relevo, geologia, hidrografia, clima e vegetação). Os Estados da região Nordeste de acordo com tal regionalização eram: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, já na chamada região Leste estavam Sergipe e Bahia. Mas apenas na década de 1960 ocorre uma nova reformulação da regionalização do Brasil e a partir de então o IBGE define a atual delimitação espacial do território nordestino.

Manuel Correia de Andrade estudou esse processo de formação do Nordeste ao longo de suas obras, dando destaque também à questão territorial e as relações de poder presentes no desenvolvimento dessa região. De acordo com as leituras realizadas foi possível destacar 4 principais períodos de análise sobre essa temática que estão presentes nas obras de Manuel Correia de Andrade, foram esses: o período colonial (séculos XVI e XVIII) a crise do sistema colonial (final do século XVIII e início do século XIX), o processo de industrialização das estruturas produtivas (1930-1950), e o planejamento regional e a questão da SUDENE (a partir da década de 1950). Sobre esses períodos

buscou-se analisar os principais pontos referentes à formação territorial ligados à economia, à sociedade, às relações de trabalho e aos conflitos.

A formação territorial do Nordeste em Manuel Correia de Andrade

O estudo de uma determinada localidade, país ou região a partir da história da formação do seu território é uma possibilidade que se abre para a melhor compreensão das suas particularidades (MORAES, 2001). Inicialmente pode-se apresentar como ponto de reflexão sobre esse processo de formação do Nordeste o período de colonização que modificou a lógica de ocupação e o modo de vida existente na espacialidade do Brasil. No século XVI se inicia o processo de expansão marítima europeia por meio do capitalismo mercantil de acumulação, buscando-se a conquista de novos territórios e recursos. No Brasil a colonização portuguesa em um primeiro momento não teve caráter de povoamento, sendo mantida por meio da exploração dos recursos naturais. O processo de ocupação se acentuou a partir do cultivo da monocultura da cana-de-açúcar que já havia sido iniciado nas Ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico. Conforme Furtado (2005) isso ocorreu porque Portugal perderia as terras americanas se não realizasse um esforço real para ocupa-las permanentemente. Essa expansão territorial por meio da colonização foi empreendida de forma violenta e subjugou os povos originários do Brasil. Tanto a terra quanto os habitantes locais foram vistos como propriedade do colonizador europeu. Os povos indígenas resistiram a essa imposição, mas mesmo sendo em um número superior não possuíam o poderio bélico que os portugueses detinham. Assim, essa população originária foi atingida diretamente pela colonização que aplicou uma desterritorialização do seu espaço por meio da espoliação da natureza. Conforme Andrade (1986), parte desses povos indígenas se transferiu para outras áreas da colônia, construindo novos territórios.

Nesse aspecto, a colonização pode ser entendida então como a efetivação do domínio territorial (MORAES, 2001). A ocupação colonial foi estabelecida por meio da criação de capitanias hereditárias de grandes extensões que eram destinadas a donatários. Dentro desse contexto, a capitania de Pernambuco se destaca como um núcleo colonial, ainda no século XVI, devido ao cultivo da cana de açúcar, com uma população considerável para a época e algumas vilas no seu território, a exemplo de Olinda e Itamaracá. Já a centralização do Governo Geral foi estabelecida em 1549 em Salvador que se tornou oficialmente a 1ª capital do Brasil, esses aspectos demonstram a relevância da posição da região Nordeste no período colonial. Citando contribuições de Celso Furtado, Andrade (1973, p.32) relata que “o processo de ocupação açucareira foi totalmente capitalista devido aos altos investimentos na agricultura e a inserção no mercado econômico”. Nesse sentido, percebe-se que a colonização no Brasil foi um empreendimento econômico típico de domínio do capitalismo mercantil (PRADO JUNIOR, 1980).

Com isso, a colonização lançou o processo de concentração de terras por meio da formação de latifúndios e da exploração da força de trabalho, visando a acumulação de riquezas, modificando assim as relações sociais presentes até então no território invadido.

Esse contexto possibilitou o consequente crescimento do sistema colonial baseado na escravidão e na produção açucareira. Desse modo para suprir a demanda de gêneros alimentícios e animais que a produção açucareira desenvolvida na Zona da Mata nordestina necessitava, a pecuária extensiva presente no Agreste e no Sertão do Nordeste foi de fundamental importância. Tal atividade agiu, portanto, como um eixo complementar ao complexo econômico nordestino presente no período colonial e ao povoamento do interior. A força produtiva explorada inicialmente foi a indígena, mas devido aos conflitos, a maior demanda e a lucratividade do tráfico de escravizados africanos, ocorreu a mudança para a sua utilização. Como isso o Brasil se tornou um expoente no processo do tráfico negreiro que para além da narrativa tradicional relativa à demanda produtiva da monocultura da cana de açúcar estava envolvido como a comercialização e a lucratividade da escravidão.

Contudo, esse apogeu do sistema colonial no Brasil começa a entrar em crise no final do XVIII e início no século XIX. Nesse período ocorreu a expansão napoleônica pela península ibérica que atingiu a monarquia portuguesa e espanhola o que culminou em processos de independência nas colônias e a vinda da família real portuguesa para o Brasil (ANDRADE, 1993^a). Devido a independência foi elaborada uma política para o novo estado, mas sem reformular as estruturas sociais e oligárquicas vigentes, bem como manteve-se a forma de governo representada pela monarquia. Essa mudança alterou o centro de poder político e o sentido de expansão do território brasileiro. Nesse sentido, a nova capital do Brasil foi instalada no Rio de Janeiro, mas a hegemonia dessa região dar-se-ia com o processo de mineração nas minas de ouro e diamantes em São Paulo e Minas Gerais e pela posterior exploração do café. Desse modo, o controle territorial passaria para a elite do eixo sul do país dando início a desapropriação e transferência dos recursos do Nordeste para a essa região.

Outra modificação socioespacial importante desse contexto ocorreu na segunda metade do século XIX, a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravidão. Essas modificações estavam inseridas, além do contexto das lutas internas dos próprios escravizados que formaram revoltas e construíram modos de resistência, no cenário do desenvolvimento do capital que necessitava de consumidores para as suas mercadorias, logo o sistema do escravismo ainda presente no Brasil não era condizente com esse novo momento. Dessa forma, ocorreu uma mudança gradativa para a difusão do trabalho assalariado livre e a posterior proletarização dos trabalhadores rurais. Essas dinâmicas atingiram a produção açucareira no Nordeste que também passou

por um processo de inovação em relação à produção de variedades de cana, e ao aperfeiçoamento dos velhos engenhos para criar competitividade com o açúcar produzido nas Antilhas. Somando-se a esse ponto se tem a implantação de ferrovias ligando as grandes propriedades rurais aos portos (ANDRADE, 1973).

A partir da década de 1930 ocorre uma modificação significativa das estruturas administrativas e ideológicas do país por meio da intervenção do Estado na economia, da ideologia desenvolvimentista e do protecionismo econômico. Essas alterações tinham como finalidade orientar um processo que criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tinha a intencionalidade de formular uma política de racionalização da utilização do território brasileiro (ANDRADE, 1993b). Nesse contexto, se estabeleceu o aumento do processo de industrialização do Brasil que visava o crescimento econômico a nível local, nacional e internacional. Na região Nordeste havia duas culturas principais que concentram os esforços de modernização industrial: a cana de açúcar e a indústria de tecidos (algodão), sendo que a primeira foi a mais impulsionada (ANDRADE, 1993b). Ocorreu então a implantação de engenhos centrais para separar atividades agrícolas e industriais.

Esse cenário resultou posteriormente na substituição desses engenhos pelas usinas que formaram grandes complexos açucareiros, a fim de atender sobretudo a produção de álcool. Isso contou com apoio político local e financiamento governamental, como aconteceu com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933. Contudo tal processo não significou uma mudança real nas estruturas de poder, sendo mantidas as formas sociais só que agora com novas funções, a exploração em si continuou a se reproduzir como aponta Andrade (2002). Assim, todas essas ações econômicas não alteraram o problema agrário na região, que era e ainda é representado pela concentração de terras e pela exploração do campo. Em contrapartida o que houve foi a expropriação das famílias camponesas das propriedades onde viviam na condição de foreiros. Esse cenário, segundo Andrade (1986^a) levou a criação de levantes populares como o caso das Ligas camponesas que se iniciaram na Zona da Mata pernambucana e depois se difundiram para outras regiões do Nordeste.

Em si, a industrialização moderna no Brasil se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial. No Nordeste os investimentos para o seu crescimento continuaram ocorrendo estrategicamente nas estruturas físicas de base, como energética e tecnológica, e monetárias para o fortalecimento do sistema financeiro. Com isso, na década de 1940 já se constroem projetos para o aproveitamento da energia hidroelétrica do Rio São Francisco (construção da Usina de Paulo Afonso). Em 1952 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil, com o intuito de levar crédito aos empreendimentos agrícolas industriais, que em parte focaram nas grandes propriedades fortalecendo a formação de latifúndios. Nesse período

nota-se também uma política constante de valorização do Vale do Rio São Francisco a partir da modernização, do incentivo das atividades agrícolas, da irrigação, e da orientação técnica. Contudo, como ressalta Andrade (1993b, p.36) “Essas medidas, porém visavam muito mais o crescimento da produção e modernização tecnológica do que o desenvolvimento e as transformações sociais”. Percebe-se, então, a interferência inerente das relações de poder na formação territorial do Nordeste atuando desde o período colonial até a sua industrialização contemporânea.

Nesse contexto de desenvolvimento, surge a implementação do planejamento regional. Segundo FRIEDMANN (1960), “planejamento é uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por ele mesmo especificados”. Com o objetivo de organizar o território para atender a lógica do capitalismo começam a surgir cada vez mais nessa época, esforços para a criação de planejamentos regionais de grande amplitude. Na região Nordeste essa perspectiva se estabelece ainda como forma de estudar os aspectos da regionalização e organizar investimentos voltados para o desenvolvimento da política de combate à seca, além da intenção de controle territorial.

Diferente de ações anteriores ocorre de modo mais institucionalizado na década de 1950 a criação de alguns órgãos responsáveis por esse planejamento, como a Operação Nordeste que buscava realizar uma política de desenvolvimento regional, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, e, por fim, já em 1959, surge como resultante desses projetos a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). De acordo com Godoy (2013), a regulamentação inicial da SUDENE foi de difícil aprovação no Congresso Nacional, pois seu funcionamento faria interferência direta no sistema político e oligárquico que controlava a região onde seria aplicada, entretanto esses mesmos agentes políticos utilizaram posteriormente esse órgão como aparato estatal para o favorecimento das elites locais e de grupos empresariais.

Além disso, os estudos desses órgãos chegaram à conclusão de que o problema de ordem climática não era o fator determinante do dilema social do Nordeste. Como salienta Andrade (1985), a principal causa dessa problemática é a questão econômica. Assim ocorria um atraso no desenvolvimento socioeconômico do Nordeste em comparação a outras regiões do Brasil por causa do desvio histórico das suas riquezas e da própria concentração de renda internamente nesta região. Com a criação da SUDENE, o governo sistematizou o processo de intervenção no Nordeste procurando incorporá-lo no sistema econômico brasileiro por meio da sua modernização. Nesse período as indústrias tradicionais do Nordeste estavam em momento de queda devido a sua fragilidade frente ao mercado nacional. A

dinamização dessas políticas desenvolvimentistas e modernizadoras da SUDENE facilitaram a integração do Nordeste neste mercado, sendo isso possível devido a nova organização espacial e econômica que foi criada nesta região.

Pontua-se, porém, que nesse novo direcionamento científico e estatal, as estruturas sociais permaneceram não problematizadas e as políticas públicas em parte subsidiaram empreendimentos de grandes proprietários rurais possibilitando a gradativa concentração de terras. Assim, novamente tal mudança não foi acompanhada de uma transformação social e política, fato que consolidou ainda mais a pobreza regional. Sobre esses aspectos, Andrade (1986) salienta que de forma geral apenas a mão de obra qualificada foi absorvida nesse processo industrial, o que acentuou os processos migratórios da população rural local nos anos de 1960 e 1970 e sua conseqüente marginalização no espaço urbano. Ademais a implementação de indústrias sem estudos prévios e com uma pequena dispersão geográfica proporcionou a concentração industrial em áreas com mais infraestrutura de vias e transportes, acentuando os desníveis de desenvolvimento na própria região. Em relação a esse cenário Andrade (1985), aponta que “o importante não é crescer em termos numéricos, não é competir com outras regiões, mas realizar uma exploração dos recursos que dispõe, possibilitando à população da região uma certa estabilidade econômica e um mínimo de bem estar social” (p.29). Em completo a isso relata ainda a necessidade da inserção da população nesse processo de desenvolvimento regional a partir de uma gestão mais democrática e participativa do território.

O estudo do Nordeste a partir da sua formação territorial auxilia na compreensão dos problemas estruturais dessa região, sejam esses de ordem econômica, política ou social. Pode-se perceber que a construção histórica do Nordeste está inserida em um processo de disputa constante entre os atores sociais do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Correia demonstrou que o Nordeste não era uma região homogênea, tendo dentro do seu território a intercalação de sub-regiões diversas que possuíam formas de ocupação e relações socioeconômicas próprias. Diante do contexto conflituoso e desigual da formação territorial do Nordeste, o autor pregava uma Geografia de cunho político e social que não naturalizasse os problemas de ordens sociais do Nordeste brasileiro. Nesse sentido, analisou o processo de territorialização dessa região, pois assim seria possível questionar e denunciar as suas dinâmicas internas e buscar mecanismos efetivos para solucioná-las.

Nota-se uma constante nos períodos históricos trabalhados nas obras de Andrade (1973; 1985; 1988; 2004): a interferência do poder político em prol de grupos hegemônicos, tendo o poder estatal e

político interferindo a favor de grupos hegemônicos desde o período colonial. Com isso, a exploração do território nordestino continuou e continua se reproduzindo histórica e espacialmente desde o período de colonização até a estruturação de órgãos de planejamento regional, como a SUDENE. As modificações industriais que ocorreram ao longo dessas épocas não trouxeram consigo o desenvolvimento social, mas sim o crescimento econômico que ficou restrito a um recorte populacional, fator que se reflete também no processo de concentração de terras.

A contribuição de Manuel Correia de Andrade para o entendimento desse processo é essencial, pois suas obras, de forma inovadora no período, discutiram e refletiram os dilemas da região Nordeste de forma crítica e dialética, utilizando categorias como território e região de forma central para o estabelecimento das suas análises. Reflete-se então que a produção científica de Andrade auxilia em uma melhor compreensão da análise geográfica, histórica e crítica das problemáticas sociais dessa região.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. **O Caso do Nordeste brasileiro**. 1º edição. Editora ASA Pernambuco – 1985.
- _____. **Poder político e produção do espaço**. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1984.
- _____. **Geopolítica do Brasil**. Editora Ática, 1993^a
- _____. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993b
- _____. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. Território: globalização e fragmentação, v. 4, p. 213-220, 1994.
- _____. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática, 1986^a.
- _____. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. **Economia política**, v. 6, n. 4, p. 125-130, 1986b.
- _____. **Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções**. Espaço e Tempo, n. 12, p. 11-9, 2002.
- _____. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- CASTRO, Iná Elias. **Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste**. 2001.
- DE GODOY, José Henrique Artigas. **Os Nordestes de Freyre e Furtado/The Northeast from Freyre and Furtado**. Política & Sociedade, v. 12, n. 24, p. 61, 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FRIEDMANN, John RP. **Introdução ao planejamento regional**. [Por Mário Faustino] Faustino. Rio de Janeiro: FGV, 1960.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Castro. **História econômica do Brasil**. São Paulo: círculo do livro, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

SOBRE A IMINÊNCIA DAS CIDADES INTELIGENTES: ALGUMAS REFLEXÕES

Lucas André Penha dos Santos
Leonardo Leite dos Santos

RESUMO

O presente artigo versa sobre as principais possibilidades, desafios e vinculações que permeiam o debate a respeito das cidades inteligentes, abordadas numa perspectiva geográfica. De forma inicial, foi realizada uma discussão que aproximou os conteúdos capitais das *smart cities* a temas cruciais na problemática urbana atual, como a sustentabilidade. Posteriormente, a análise da relação *smart cities*-produção do espaço teve por base temas como o direito à cidade e a reterritorialização. Constatou-se que a constituição de uma sociedade crítica, participativa, integrada e tecnologicamente consciente; bem como a reformulação do aparelho governamental do Estado a partir da democratização do serviço público, são vitais – e emergenciais – para o estabelecimento e consolidação de uma cidade inteligente justa e acessível a todos.

Palavras-chave: cidades inteligentes, produção do espaço, direito à cidade, reterritorialização.

ABSTRACT

This paper deals with the main possibilities, challenges and links that permeate the debate about smart cities, approached here from a geographical perspective. Initially, a discussion was held approximating the capital content of smart cities to the crucial themes of today's urban problematic, such as sustainability. Subsequently, an analysis of the smart cities - space production relationship was based on themes such as the right to the city and the reterritorialization. It was found that the constitution of a critical, participatory, integrated and technologically conscious society; as well as the state government apparatus' reformulation from public service's democratization, are vital - and an emergency - to the establishment and consolidation of a smart and accessible city for all.

Keywords: smart cities, space production, right to the city, reterritorialization.

INTRODUÇÃO

As tendências vigentes de organização da metrópole – cada vez mais coibidas pelos movimentos de financeirização do capital (CORRÊA, 2018; FIX, 2011; RUFINO, 2017) – trazem, de forma contígua, um conjunto variado de problemáticas que são cada vez mais percebidas no processo de reestruturação das cidades; problemáticas essas que ensejam novos modos de apropriação, uso e ocupação do espaço, além de inéditas formas de socialização e convívio mútuo entre a população e os agentes da produção do urbano (CARLOS, VOLOCHKO, ALVAREZ, 2018).

Desta maneira, a cidade caminha para uma ressignificação, admitindo novos conteúdos e desdobramentos na *práxis* urbana. As chamadas “cidades inteligentes” – ou “*smart cities*” –, com todo o seu complexo sistema tecnológico-informacional, tecem uma trama que se desenrola no cotidiano a partir de dois cenários gerais: 1) como uma possibilidade de uma gestão mais efetiva do urbano, tendo por base a utilização de aplicações tecnológicas; 2) como uma alternativa de se repensar a construção da cidade, envolvendo temáticas como o direito e a acessibilidade, de forma justa, aos serviços comuns básicos (da educação ao lazer) e novos modos de planejamento, gestão e governança.

O problema central de tal conjuntura reside no fato que o dado processo de ressignificação da cidade – no quadro específico de implementação de *smart cities* – pertence a uma *urbis* que tem as suas estruturas controladas ou geridas, de forma desenfreada, pelo constante refinamento dos sistemas técnico-informacionais que, além de estarem embebidos numa perspectiva de gestão estratégica e segmentada, têm a sua possibilidade de acesso e utilização, diretamente vinculada a fatores que aprofundam a desigualdade (por exemplo, o nível de renda ou o poder aquisitivo de um determinado seguimento social).

Torna-se essencial, então, ponderar acerca das possibilidades que as *smart cities* oferecem no que diz respeito à melhora e manutenção dos mecanismos de gerenciamento urbano; bem como, refletir acerca da tendência de inserção da mesma enquanto emergência e centralidade à luz de prerrogativas e conceitos caros ao planejamento e à reprodução do espaço, sobretudo no contexto metropolitano – onde a tendência de concentração e influência dos dispositivos de tecnologia de comunicação e informação (TICs) é de uma maior intensidade. Cidades Inteligentes: potencialidades e desafios

O atual momento de organização da sociedade – sobretudo, a urbana – é caracterizado pelo intenso e crescente processo de urbanização, facilmente percebido através da instalação de grandes equipamentos e/ou empreendimentos urbanos – de *shopping centers* e condomínios a estádios de futebol – que se manifestam de forma quase instantânea no espaço da cidade e que se colocam como mais um desafio que cerceia a esfera da manutenção das condições ecossistêmicas da mesma.

A reflexão acerca dos desdobramentos socioambientais da urbanização desenfreada (PORTO-GONÇALVES, 2006) não é nova e apresenta, por meio de uma exposição alarmante de dados, os riscos de uma grave conjuntura ecológica que, cada vez mais, se avizinha de todas as esferas da sociedade. A esse respeito, Cury e Marques (2017) expõem que:

Numa análise mesmo superficial, é fácil perceber que as cidades, na forma em que estão sendo administradas e desenvolvidas, certamente permitirão que as questões sobre a água e a qualidade da mesma, a energia, a educação, o gás, a moradia, a mobilidade urbana e a prestação de diversos serviços se tornem um empecilho irremediável ao satisfatório desenvolvimento urbano. Em consequência, a qualidade de vida e a sustentabilidade ficarão somente no plano do desejo, do sonho. (p.109).

Adicionalmente, Weiss, Bernardes e Consoni (2015) apontam que a “[...] intensa urbanização traz perdas de funcionalidades básicas, afetando significativamente a qualidade de vida da população” (p.3). Nessa medida, as adversidades provenientes do processo são múltiplas, indo desde deficiências específicas, relativas à administração dos resíduos, e se estendendo à obsolescência do ciclo de vida das infraestruturas públicas.

Destarte, inevitavelmente, surgem variadas reflexões que sinalizam a emergência da gênese de um projeto de urbano mais sustentável, que ofereça condições de um relacionamento mais saudável entre os cidadãos. Nesse contexto, a discussão acerca das cidades inteligentes ou *smart cities* adquire uma relevância significativa na reivindicação/oferta de uma cidade mais equitativa.

Ao menos na teoria, a designação “cidade inteligente” carrega consigo premissas que se articulam à noção de sustentabilidade*, uma vez que um dos seus principais objetivos é a melhora e o uso mais consciente e eficiente da estrutura energética da cidade (CUNHA, 2016). Contribuindo ao debate, Amorim (2016, p.484) reitera que:

[...] a ideia de cidade inteligente pressupõe fundamentalmente: qualidade de vida para todos os seus moradores e visitantes, e o exercício pleno da cidadania. A adoção de políticas e práticas sustentáveis, com o consumo responsável de materiais e de recursos naturais, ao lado da autossuficiência em energia e em alimentos, bem como a redução de danos ao meio ambiente, fazem parte dessa estratégia.

Assim, a cidade inteligente surge como uma importante possibilidade de aprimoramento das esferas ambiental, econômica e social através da construção de uma infraestrutura tecnológica que tem por objetivo a melhora na oferta e na qualidade dos serviços da cidade por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Complementarmente, reiterando a posição de destaque dos aparatos técnicos, Amorim (2016, p.484) sublinha que a principal característica compreendida nas *smart cities* é o:

[...] uso intensivo e extensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em todo o seu potencial, visando: aperfeiçoar o desempenho dos “serviços urbanos” de modo a

* Segundo Romero (2007, p.51), “[...] cidade sustentável é o assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços [...]”; tendo, a sua população, uma responsabilidade crítica acerca da “prudência ecológica” e da “eficiência energética”.

suportar o desenvolvimento econômico, social e cultural; contribuir para o estabelecimento das “indústrias criativas”; propiciar o maior bem-estar possível a todos os usuários da cidade, e, por fim, assegurar a participação eficaz dos cidadãos em todas as questões que lhe dizem respeito.

É importante destacar que apesar de recente, o debate que envolve as cidades inteligentes é amplo e não se limita apenas às questões tocam a sustentabilidade e o meio ambiente. O ideal de construção de uma integração de dispositivos e sistemas de informação ligados ao cotidiano e à vivência da cidade oferece uma extensa gama de possibilidades e aplicabilidades, podendo promover importantes melhorias em áreas de grande valia para a população, como saúde, educação e segurança.

Durante um estudo que investigou a vinculação existente entre as *smart cities* e os diferenciados processos de reterritorialização dos espaços, Cury e Marques (2017) destacaram os aspectos essenciais – bem como seus significados – à concepção e desenvolvimento das cidades inteligentes (condensados no quadro 1).

Quadro 1 – Aspectos de desenvolvimento urbano, econômico e de vivências das cidades inteligentes.

Aspecto	Significado
Economia	Inteligência econômica significa gerar capacidade de inovação, competitividade, empreendedorismo, flexibilidade nas relações de trabalho, influenciar positivamente nas taxas de desemprego e aprimorar o sistema de transporte público.
Sociedade	A formação de habitantes inteligentes significa uma população local com cultura cosmopolita, o que, entre outros, exige domínio de língua estrangeira, participação nos assuntos públicos, educação formal adequada, afinidade com a educação continuada, boa cultura geral, bom índice de livros lidos por habitante, tolerância étnica, atuação em atividades voluntárias, participação nas eleições.
Governo	Governo inteligente significa um sistema de gestão pública participativo, gerador de serviços públicos e sociais, transparente e dotado de perspectivas estratégicas.
Mobilidade	A cidade deve ter um inteligente sistema logístico e de transporte de pessoas, ter meios eficientes de acessibilidade local e internacional, ter um sistema de transporte sustentável – não agressivo ao meio ambiente – e ter amplo acesso à internet.
Meio ambiente	A gestão inteligente dos recursos naturais significa que a cidade deve ter boa gestão dos espaços verdes, ter programas de reciclagem e proteção ambiental, ter programas sustentáveis de gestão da água, da energia, do lixo e da poluição, e fazer bom uso de seus espaços naturais, de modo a os tornar atrativos.
Qualidade de vida	A cidade inteligente deve ter facilidades culturais, boa educação formal, bom sistema de saúde e segurança individual, as características das moradias devem ser sustentáveis e agradáveis, deve ter opções para atrações turísticas, e ter um bom nível de coesão social, isto é, com programa de percepção do risco social, decorrente dos altos níveis de pobreza.

Fonte: Cury e Marques, 2017.

Ao ponderar sobre os aspectos e significados dos componentes básicos para a instalação de uma cidade inteligente – expostos de forma sintética logo acima –, fica evidente que a conquista, desenvolvimento e continuidade da oferta de tais, figura como um desafio quase que utópico, ainda mais para os países em desenvolvimento, como o Brasil.

De acordo com Amorim (2016):

[...] para se atingir o status de Cidade Inteligente, é essencial que todos os serviços urbanos sejam da mais alta qualidade, visto que o simples emprego dos aplicativos e abordagens para *Smart Cities*, baseados nas Tecnologias de Informação e Comunicação, não possuem o poder de transformar a realidade, muito pelo contrário, sem a infraestrutura necessária, essas tecnologias apenas evidenciam o baixo nível de desenvolvimento urbano e a precariedade dos serviços prestados. (p.487).

Desse modo, cabe agora uma reflexão sobre as principais adversidades que se apresentam aos projetos de implementação, evolução e disseminação das *smart cities*; e sobre a criação de “pré-requisitos” que sejam capazes de converter as dadas adversidades em possibilidades de implementação.

O grande desafio que acomete a concretização e a funcionalidade das cidades inteligentes esbarra numa árdua missão, vital ao processo: a modificação da forma e estrutura de gestão tradicional das cidades. A “gestão” se articula diretamente à esfera da governança, que seria a capacidade de o Estado transformar e melhor gerir a realidade de forma eficiente e efetiva.

De maneira mais específica, a dificuldade de propor uma gestão diferenciada e estável face ao imediatismo tecnológico, que se afaste dos moldes tradicionais esbarra em diferentes conceitos de racionalidade que regem os diversos campos da sociedade. Esses conceitos, que interferem diretamente na dinâmica urbana, são pendulares, admitindo características que privilegiam tanto a maximização da utilidade como a da adequabilidade (BEVIR, 2011).

Consequentemente, uma reforma gerencial dos elementos e ferramentas para o aumento da eficiência da gestão pública figura como uma base e um ponto de partida para a proposição do supracitado projeto. Esse ponto, aliás, aproxima a dificuldade de gerenciamento – a partir da relação público-privada intrínseca ao cenário – das *smart cities* a debates que há muito se fazem presentes na esfera do planejamento territorial urbano. Em específico, destaca-se a discussão trazida por Sassen (2010) a respeito do obstáculo que rodeia a administração – e conseqüente democratização – das TICs por parte dos Estados nacionais frente aos interesses privados, que, por sua vez, têm uma influência notória na concepção e negociação das estruturas tecnológicas.

Para tanto, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento que tenha como alicerce a reconstrução do aparelho estatal por meio de uma modernização da administração pública; desaguando em uma redefinição das relações entre a sociedade e o Estado através da democratização do serviço público (atividade que envolve modificações nas atividades de variadas esferas, como as de burocracia e transparência).

Burgos (2014) salienta que superação do desafio deve passar, antes de tudo, por uma estratégia econômico-político-social que busque a construção de uma cidade comunicacional e informacionalmente integrada, um “[...] lócus de uma sociabilidade urbana liberta [...]” (p.119.). A autora complementa:

Às possibilidades de uma urbis inteligente, apresenta-se os desafios de articulação inter-setoriais da gestão pública, visando maior compreensão dos novos estágios de avanços tecnológico-científicos que corroborem com a redução das desigualdades intra-urbanas [...]. De fato, trata-se antes de um projeto político no sentido amplo, que conduza as possibilidades de uma urbis inteligente que seja sinônimo de uma cidade para todos. (p.118-119).

As cidades inteligentes sob o visor da produção do espaço

Gradativamente, as cidades estão se transformando em grandiosos e emaranhados sistemas de informação – por conseguinte, se tornam cada vez mais funcionalistas –, exigindo, para o seu funcionamento, uma complexa trama de dispositivos destinados à captura, armazenamento e processamento dos dados – as chamadas *big datas*.

A otimização e o incremento dos componentes materiais e virtuais do espaço, bem como a intensa busca por suas constantes vinculações, inauguraram algumas tendências: 1) a expressão de uma inaudita relação entre o mundo físico e o mundo digital (CUNHA, 2016); 2) o desenvolvimento cabal da técnica e o seu direcionamento descontrolado em todas as veredas da sociedade (SANTOS, 2009); 3) o surgimento de uma nova forma de apropriação do conhecimento e um novo modo de se vivenciar o espaço (LÉVY 1993; 1999).

Ocorre que, esse novo processo de produção do espaço (em grande parte, urbano), tendo por base um tipo de desenvolvimento que é caracterizado pela introdução de TICs virtuais, tem a capacidade de rearranjar e ressignificar “[...] o uso e as ocupações dos espaços locais, regionais e nacionais, ensejando uma transformação territorial e, destarte, uma reterritorialização* [...]” (CURY e MARQUES, 2017, p.102); concebendo, assim, uma nova função e forma à produção do espaço e modificando de maneira direta a relação da população para com o mesmo.

Santaella (2016), ao refletir sobre as repercussões da utilização das tecnologias digitais inteligentes sobre o espaço urbano, indaga o leitor a refletir a quem essas tecnologias se dirigem, e se elas são oferecidas de forma igualitária para todos (tanto na sua disponibilidade e acessibilidade, como na qualidade de tal oferta). A autora reforça ao salientar que “o alvo não deve ser apenas aquilo que a cidade inteligente traz, mas sim, para quem ela o traz.” (SANTAELLA, 2016, p.10-11).

A dada discussão abre mais uma perspectiva de análise presente na relação *smart cities*-espaço urbano: o direito à cidade. Burgos (2014, p.116) evidencia que o ambiente inteligente:

[...] potencializa as questões em torno do debate sobre o direito à cidade, pois se o fenômeno urbano tem a potencialidade de revelar o novo e instaurar novas experiências de sociabilidade, a democratização de suas potencialidades passa, necessariamente, pela garantia de acesso e usufruto dos benefícios infra-estruturais e sócio-culturais da denominada *urbis* inteligente por parte das diferentes classes e grupos sociais.

*Aqui, a “reterritorialização” assinala o processo de modificação e reestruturação das forças e agentes econômicos, políticos e culturais; sinalizando, assim, a presença de novas ações estratégicas a serem produzidas por tais agentes sobre o espaço (HAESBAERT, 1995) e acabando por modificar o conjunto de crenças e valores daquela dada população anterior ao processo.

Gama e Fernandes (2006), em produção intitulada “do digital ao inteligente: tópicos para uma abordagem geográfica”, expõem que, na busca por uma cidade mais justa e menos desigual, recursos humanos dignos, democráticos e horizontais – concretizados por uma rede social coesa – não podem ser precedidos pela panóplia de infraestruturas e redes, caso contrário, pouco ou nenhum efeito surtirão as atividades dos dispositivos tidos como “inteligentes”.

Desse modo, a busca de um caminho que concilie os ideais da cidade inteligente às premissas de justiça espacial e de direito à cidade, passa, obrigatoriamente, por fatores como: 1) o uso da tecnologia como um meio e não como um fim para a melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente das cidades; 2) a composição de uma população ativa, “[...] comprometida com o interesse coletivo, motivada a participar, identificando os problemas e se sentindo capaz de contribuir para as soluções.” (CÂMARA *et al*, 2016, p.139); 3) o compromisso em inserir a população de forma direta nas tomadas de decisão a respeito da cidade como uma centralidade no projeto de um urbano plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o contexto urbano atual é, cada vez mais, imperiosamente formado/produzido por complexas articulações entre os “mundos” material e virtual, sendo, esta relação, capaz de fomentar novos condicionantes estruturais no processo de produção espacial.

Dessa forma, a partir de inéditas espacialidades, a cidade acaba adquirindo novos conteúdos, formas e processos, que carregam como característica comum: a crescente influência das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no rearranjo, reconfiguração e reestruturação de seus territórios.

Inúmeros desafios se põem à frente da instalação e da continuidade das cidades inteligentes (a necessidade de uma reformulação da gestão pública e do aparelho estatal; a criação de um ambiente democrático na esfera política da cidade; a inclusão da população nas decisões a respeito da cidade; a construção de uma população que utilize os recursos tecnológicos de maneira consciente e crítica através de programas de capacitação; etc.), acabando por reavivar debates que há muito se desenrolam sobre a condição urbana.

Portanto, a propagação de uma visão de aplicação das TICs de forma mais holística, que não seja exógena nem estranha aos diferentes cotidianos – e demandas – urbanos da população, se torna o componente estruturante para uma correta aplicabilidade e promoção das *smart cities*. Por fim, reitera-se que nesse processo, o envolvimento da sociedade e de uma gestão governamental horizontal, participativa e integradora, pautada em princípios como a justiça espacial e o direito à cidade, figuram de forma vital.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, L. N. SCHREINER, T; COSTA, E. M. da; SANTOS, N. dos. **Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis? Uma revisão sistemática de literatura.** Int. J. Knowl. Eng. Manag., ISSN 2316-6517, Florianópolis, v. 3, n.5, p. 98-120, mar2014/jun2014.
- AMORIM, Arivaldo Leão de. **Cidades inteligentes e city information modeling.** XX Congresso of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. Buenos Aires, 9-11 November, 2016.
- BEVIR, Mark. **Governança democrática: uma genealogia.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.
- BURGOS, Rosalina. **Da urbis inteligente ao direito à cidade.** Triáde: comunicação, cultura e mídia. Sorocaba, SP, v.2, n. 3, p. 116-126, jun. 2014.
- CÂMARA, S. F; CARVALHO, H. J B; SILVA, F. A. A; SOUZA, L. L. F; SOUZA, E. M. **Cidades inteligentes no Nordeste brasileiro: análise das dimensões de trajetória e a contribuição da população.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 69, Maio/Ago. 2016.
- CARLOS, A. F. A. **A (Re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A Cidade Como Negócio.** São Paulo: Contexto, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2018.
- CUNHA, Maria Alexandra. **Smart Cities: transformação digital das cidades.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania – PGPC, 2016.
- CURY, M. J. F; MARQUES, J. A. L. F. **A cidade inteligente: uma reterritorialização.** Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.
- FIX, Mariana de Azevedo Barretto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- GAMA, Rui; FERNANDES, Ricardo. **Do digital ao inteligente: tópicos para uma abordagem geográfica.** Actas do 2º Congresso Luso-brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Universidade do Minho, Braga, de 27 a 29 de Setembro de 2006.
- HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: **Geografia: conceitos e temas** / Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Organizadores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência.** São Paulo: Editora 34, 1993.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.
- MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil.** 2ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ROMERO, Marta A. B. **Frentes do Urbano para a Construção de Indicadores de Sustentabilidade Intra Urbana.** In Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo da FAU-UnB. Ano 6, n. 4 (novembro/2007). – Brasília: FAU UnB, 2007.
- RUFINO, Beatriz. Financeirização do imobiliário e transformações na produção do espaço. In: **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.** FERREIRA, A; RUA, J; MATTOS, R. C de (Orgs.). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- SANTAELLA, Lucia (Org.). **Cidades inteligentes: por que, para quem?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** / Milton Santos. 4. Ed. 5. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SASSEN, S. **Sociologia da Globalização.** Ed. Artmed: Porto Alegre, 2010.

WEISS, Marcos César; BERNARDES, Roberto Carlos; CONSONI, Flávia Luciane. **Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços urbanos e infraestruturas urbanas: a experiência da cidade de Porto Alegre.** URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana. v.7, nº3. Curitiba, 2015.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MÚLTIPLAS ESCALAS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE A PARTIR DA GEOGRAFIA

Jairis Daniel Santos da Silva
Vanessa Muriely Martins da Silva
Zenis Bezerra Freire

RESUMO

O presente trabalho se apresenta como uma ampliação da construção de reflexões teóricas a partir das discussões da disciplina Geografia Regional do Mundo do curso de Licenciatura em Geografia na UERN-ASSU, articulando com a temática dos movimentos sociais na perspectiva das múltiplas escalas, e tem como objetivos: analisar as possibilidades de análise dos movimentos sociais a partir da Geografia em uma perspectiva do desenvolvimento regional e em múltiplas escalas; discutir a articulação dos movimentos sociais no espaço geográfico e refletir a contribuição da literatura científica geográfica para a análise do processo dos movimentos sociais em múltiplas escalas. Dessa forma, esse ensaio tem como questões: Como a Geografia analisa os movimentos sociais em múltiplas escalas numa perspectiva do desenvolvimento regional? Como os movimentos sociais se organizam no espaço geográfico? E de que forma a literatura científica e geográfica contribui para a análise desses processos? Diante disso, o trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir de periódicos, livros e artigos. Neste sentido, o trabalho se desenvolve a partir das discussões dos autores: Haesbaert (2010), Gohn (2011), Fernandes (2005), Quijano (2005), Mignolo (2005) e Castro (2013).

Palavras-chave: Geografia; Movimentos sociais; Múltiplas escalas.

ABSTRACT

The present work presents itself as an expansion of the construction of theoretical reflections from the discussions of the Regional Geography discipline of the world of the Degree in Geography at UERN-ASSU, articulating with the theme of social movements in the perspective of multiple scales, and has as objectives: to discuss the possibilities of analysis of social movements from Geography in a perspective of regional development and in multiple scales; to analyze how social movements are articulated in geographic space and to understand how geographic scientific literature contributes to the analysis of the process of social movements at multiple scales. Thus, this essay has the following questions: how does Geography analyze social movements at multiple scales from a regional development perspective? How are social movements organized in geographic space? And how does scientific and geographic literature contribute to the analysis of these processes? Therefore, the work has as methodology the bibliographic research, from periodicals, books and articles. In this sense, the work develops from the discussions of the authors: Haesbaert (2010), Gohn (2011), Fernandes (2005), Quijano (2005), Mignolo (2005) and Castro (2013).

Palavras-chave: Geography; Social movements; Multiple Scales.

INTRODUÇÃO

Na Geografia a análise das relações escalares e as múltiplas transformações do mundo contemporâneo, tornam-se cada vez mais urgentes. Neste ínterim, visamos debater o lugar das discussões sobre os movimentos sociais nesse contexto, como forma de contribuir com os debates dos movimentos contra-hegemônicos. De acordo com Maria da Glória Gohn (2008) às diversas transformações que ocorreram no mundo, acabaram influenciando algumas mudanças no foco dos movimentos sociais em geral, de múltiplas formas e em diversas escalas, na América Latina em particular, os movimentos sociais não mais se limitam à religião, à política, a questões trabalhistas, ou às demandas socioeconômicas, também ganharam destaque ao lado de movimentos sociais globais, os movimentos por reconhecimento identitários e culturais, mudando também a forma como a ciência analisa esses processos.

Desta forma, podemos compreender a relação dos movimentos sociais com a escala global, pois a partir da escala local se articulam para questionar e lutar contra um sistema hegemônico (capitalista) presente em grande parte do mundo, que afeta diretamente a escala local desses sujeitos que atuam diretamente nos territórios, a exemplo disso destacamos que os movimentos sociais “lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico que não podem ser estudados sem um enfoque de lugar” (BRINGEL, 2007, p. 42), assim, os movimentos abordam tanto questões locais quanto globais.

Este trabalho é fruto de reflexões feitas a partir da disciplina de Geografia Regional do Mundo no Curso de Licenciatura em Geografia no Campus Avançado Assu (UERN-ASSU), os questionamentos e discussões elencados em sala de aula nos imbuíu a ampliar a discussão para compreender as ações dos movimentos sociais em múltiplas escalas e sua relevância nos estudos através da abordagem da Geografia Regional. Devido às lacunas existentes sobre a temática, o trabalho também possui relevância para todos os sujeitos que estão na luta diária nos movimentos sociais, assim como, para os sujeitos que não fazem parte, possibilitando a estes, a compreensão da complexidade dessas relações.

É a partir desta compreensão das relações dos sujeitos com o espaço geográfico, através de ações de luta e reivindicação dos territórios que temos como objetivos: analisar as possibilidades de pensar dos movimentos sociais a partir da Geografia em uma perspectiva do desenvolvimento regional e em múltiplas escalas; discutir a articulação dos movimentos sociais no espaço geográfico e refletir a contribuição da literatura científica geográfica para a análise do processo dos movimentos sociais em múltiplas escalas.

Tendo isso em vista, nosso trabalho se estrutura nas seguintes questões: como a Geografia analisa os movimentos sociais em múltiplas escalas numa perspectiva do desenvolvimento regional?

Como os movimentos sociais se organizam no espaço geográfico? De que forma a literatura científica e geográfica contribui para a análise desses processos? Para tanto, neste sentido, o trabalho se desenvolve a partir das discussões dos autores: Haesbaert (2010), Gohn (2011), Fernandes (2005), Quijano (2005), Mignolo (2005) e Castro (2013).

METODOLOGIA

Diante dos elementos destacados acima, e tendo nossos questionamentos surgido a partir das discussões teóricas sobre o tema, a metodologia, deste trabalho parte de uma revisão bibliográfica que visa contribuir com a análise teórica das relações entre os movimentos sociais e o debate na geografia em múltiplas escalas trabalhando com conceitos e definições que nos servem de base para análise.

Movimentos Sociais E Geografia: Escalas e Conflitos

O diálogo sobre os movimentos sociais e a geografia é necessário, buscamos, portanto, realizar algumas reflexões sobre os Movimentos Sociais, a partir de autores que vêm contribuindo para tal, a exemplo, da socióloga Maria da Glória Gohn (2011) e do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2005). As discussões a partir da Geografia sobre os movimentos sociais surgem na metade do século XX, onde, podemos enfatizar os trabalhos dos autores Manuel Correia de Andrade (1964) e Orlando Valverde (1964) que discutiram sobre os movimentos camponeses, e com isso, três décadas depois, há um descingir para a quantidade dos trabalhos sobre os movimentos sociais, todavia, muitos destes trabalhos não possuem uma base teórica propriamente dita geográfica, uma vez que os geógrafos construíam suas bases a partir de outras ciências, sem que os conceitos-chave da Geografia pudessem contribuir mais efetivamente com o entendimento desses movimentos no espaço, como destaca Neves (2004) em diálogo com Fernandes (2000).

Com isso, de acordo com Gohn (2011) os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335), e amplia destacando que para ações concretas, indo para a pressão direta a partir de negociações, a atos de desobediência civil, distúrbios à ordem constituída, entre outros. A autora elenca que nos dias atuais, muitos movimentos sociais utilizam os meios de informação e comunicação (em destaque a internet), desta forma, se articulando em redes internacionais, nacionais, regionais e locais, as ideias e os saberes sendo compartilhados e articulados, fortalece ainda mais esses movimentos, que sempre existiram, e possivelmente, sempre vão existir, pois priorizam uma sociedade democrática, onde todos os seres tenham seus direitos e deveres zelados, e também lutando contra a exclusão e por políticas públicas de inclusão (GOHN, 2011).

Na América Latina, os movimentos sociais “têm eclodido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. Em alguns casos, elegeram suas lideranças para cargos supremos na nação, a exemplo da Bolívia” (GOHN, 2011, p. 337). A autora coloca que no Brasil muitos dos sujeitos desses movimentos conseguiram entrar em cursos de universidades públicas, trazendo contribuições teóricas e práticas às suas lutas.

Já o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2005), em um dos seus ensaios trás uma breve, mas essencial reflexão, sobre os conceitos de movimentos socioespacial e socioterritorial, para as ciências sociais, principalmente para a Geografia. A princípio, é importante frisar que todas as formas de se organizar, também são espaciais, ou seja, acontecem no espaço geográfico, já que o espaço é uma instância social (SANTOS, 1996).

Podemos compreender a relação do espaço geográfico com os movimentos sociais, também a partir de Castro (2013), que destaca: o espaço e a sociedade através do movimento se transformam. A partir disso, Fernandes (2005) compreende que as relações sociais a partir de suas intenções produzem lugares, territórios, paisagens, regiões e espaços, desta forma, “a produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades” (FERNANDES, 2005, p. 30), e da mesma forma que alguns movimentos transformam espaços em territórios, podem haver processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, levando com eles suas identidades territoriais, suas territorialidades, formando assim, uma pluriterritorialidade (FERNANDES, 2005).

Para ampliar essa discussão, Neves (2004), utilizando as abordagens da territorialidade e da espacialidade, trás que o primeiro representa os movimentos que tem como objetivo a conquista da terra/território, o que dá origem ao termo movimento sócio-territorial, já a espacialidade representa “o fato de que alguns movimentos sociais teriam o espaço como trunfo” ou seja, não necessariamente precisam “possuir” o espaço, que dá origem ao termo movimento sócio-espacial (NEVES, 2004, p. 38). Outra maneira de relacionar a Geografia com os movimentos sociais é a partir da idéia do Bringel (2007):

A ideia de pensar globalmente e agir localmente injeta um jato de ar fresco na discussão sobre o lugar. Os movimentos sociais, principalmente os latino-americanos, começaram a questionar de forma vigorosa a lógica global do capital a partir das peculiaridades e especificidades do âmbito local. Para isso, a interconexão dos movimentos adota crescentemente a estruturação em forma de redes como estratégia, mas sem perder nunca – como tentaram enfatizar vários autores hiper-globistas – os referenciais territoriais/espaciais (BRINGEL, 2007, p. 41).

A partir da citação acima, podemos compreender a relação dos movimentos sociais com a escala global, pois os movimentos em um determinado local, que se articulam para questionar e lutar contra um sistema hegemônico (capitalista) presente em grande parte do mundo, que afeta diretamente o local desses sujeitos. Assim como, os movimentos que atuam diretamente em seus locais, como os

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “que lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico não podem ser estudados sem um enfoque de lugar” (BRINGEL, 2007, p. 42), ou seja, os movimentos abordam tanto questões locais quanto globais.

No Brasil as escalas nacionais, regionais e locais são importantes para uma reflexão de como os movimentos sociais são pensados, do ponto de vista político e estrutural sendo, ligado em grande parte a processos de criminalização, repressão e violência. Ao pensar a perspectiva dos movimentos sociais em escala regional, Cloves Alexandre de Castro (2013), compreende que Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, contribuíram para o debate da realidade brasileira, em particular a da região Nordeste, apresentando uma região explosiva, “fruto da gritante desigualdade originada da estrutura agrária secular baseada nos grandes latifúndios” (CASTRO, 2013, p. 82), essa leitura nos permite compreender como essa situação de desigualdade fomenta a constituição dos movimentos sociais no Nordeste.

Alguns sujeitos desta região lutam e se articulam na tentativa de minimizar a miséria, através da organização camponesa, combatendo a desigualdade construída a partir dos interesses dos latifundiários, que estão muitas vezes associados ao capital internacional, através do “discurso regionalista” (CASTRO, 2013, p. 82).

Tais acirramentos e conflitos levam a criminalização feita aos movimentos sociais em diversas escalas regionais no Brasil, o número de casos de violência contra lideranças vem aumentando ao longo dos anos consideravelmente. O Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2017, pública os dados do Brasil anualmente sobre violência no campo brasileiro desde 1985, desta forma, em 2016 foram registrados 1079 conflitos e 61 sujeitos assassinados, assim como, 200 ameaças de morte, 571 agressões físicas, 228 prisões e 74 tentativas de assassinato, desta forma, representando o maior número de conflitos por terra e o maior número de mortes desde 2003, de acordo com Rocha e Barbosa Jr (2018).

Mesmo com esse número de conflitos no campo, a grande mídia minimiza a situação, encarando esses processos como “ocorrências”, não abordando de fato a violência sistêmica que assola os movimentos sociais que lutam contra as desigualdades, “e seu sentido esteja em constante disputa, denúncias de movimentos sociais e operadores dos direitos humanos apontam para esses infelizes fatos sob um ponto vista político comum, sintetizado na noção de criminalização dos movimentos sociais” (ROCHA e BARBOSA JR., 2018, p. 207), ou seja, o Estado e a mídia ao invés de construir um diálogo com os movimentos sociais para o aprofundamento da democracia, o que ocorre é a repressão física,

psicológica, ameaças, prisões que são colocadas como arbitrárias e outras formas de coerção (ROCHA e BARBOSA JR., 2018).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) já denunciava essa grande criminalização que vem sendo feita aos movimentos sociais, em especial ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), onde destaca que no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) a política de Reforma Agrária passou por momentos de estratégias diferenciadas, que enquanto a política do MST era de denunciar e reivindicar a terra improdutiva e a grilagem de terras pelos latifundiários, a resposta do governo foi a violência policial e a criminalização das lideranças, de acordo com o autor, houve inúmeros casos como o Massacre de Corumbiara em Rondônia, os casos de Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo e o Eldorado do Carajás no Pará.

O panorama aqui apresentado, denota a notoriedade dos conflitos existentes nas diferentes escalas, a partir das assimetrias de poder e de forças entre os movimentos sociais e os agentes hegemônicos, esses processos nos convocam a ampliar esta discussão entendendo o espaço neste campo de tensões e disputas, diante deste contexto, passamos a elencar como os discursos de desenvolvimento regional sobretudo os implementados no Nordeste, nos impulsionam a pensar os movimentos sociais e suas ações.

Desenvolvimento Regional E Os Movimentos Sociais: Territórios Em Disputa

Antes de nos debruçarmos sobre a discussão do desenvolvimento regional e as ações dos movimentos sociais em defesa dos territórios em escala local. Se faz necessário retomar algumas nuances de conceitos de região, aqui discutidas a partir da perspectiva do autor Rogério Haesbaert (2010), uma discussão acerca da integração regional-global. O autor discorre acerca da Região enquanto conceito da geografia e sua complexidade no sentido das suas diversas interpretações, e seus desdobramentos como a regionalização, regionalidade, o regionalizar, entre outros.

O autor sugere que pensemos para além do que é empiricamente posto como “região”, e olhemos para o que de fato ocorre no espaço geográfico e na vida, compreender a região e seus processos articulando com a “ação dos sujeitos que produzem o espaço” (HAESBAERT, 2010, p. 6). Nesta leitura, sobre o entendimento da região, o autor propõe analisá-la como artefato, uma vez que “permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’)” (HAESBAERT, 2010, p. 7).

A partir da ideia do autor entendo a região nesta integração de *artefato* e portanto, como uma construção material e simbólica, buscamos problematizar como os discursos de planejamento e desenvolvimento regional, ligados à escala global pelo eixo de implementação de grandes obras

articuladas ao grande capital, impactam diretamente as escalas locais e geram o enfrentamento e os conflitos com os movimentos sociais que lutam na defesa de seus territórios.

Os chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) são empreendimentos impostos de “cima para baixo”, e evidenciando como esses projetos são colocados como soluções de “progresso” e “modernização” para áreas que são consideradas ou colocadas como “atrasadas”.

Desta forma, os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) desde dos anos 2000, são colocados como a grande solução para um avanço necessário para o Brasil, em outros momentos discursos similares foram recorrentes na história do Brasil, esses grandes projetos são colocados em áreas que impactam os residentes, gerando assim, uma luta diária para a tentativa de manutenção do seu território, uma luta extremamente desigual, pois, o grande capital e o Estado são articulados e se colocam em contraposição a esses sujeitos (ALENTEJANO e TAVARES, 2019). Alguns exemplos são recorrentes no Brasil, a exemplo dos megaprojetos na região amazônica e projetos de desenvolvimento regional implementados no Nordeste do Brasil sob o mesmo discurso.

Um exemplo é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que se localiza próxima aos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, possui mil novecentos e quinze (1915) ribeirinhos, cadastrados como pescadores profissionais, que tinham essa atividade como forma de subsistência, foram atingidos por essa obra, e o barramento da água implicou nas vidas dessas pessoas que desenvolviam tais práticas a gerações, todavia, em momento algum a forma de existência dessas pessoas foi levada em consideração, de acordo com Padinha (2017). O mesmo autor complementa essa lógica hegemônica ao dizer que o ser humano que “conta para projetos desenvolvimentistas é ‘o abstrato’, o quantitativo. Daí sua consideração, enquanto sujeito socioespacial concreto, ser negligenciada, ignorada. Para a racionalidade técnica que opera o mundo onde Belo Monte é objeto sagrado” (PADINHA, 2017, p. 337), a única coisa importante é cumprir a risca o que tá no manual.

Desta forma, colocam Alentejano e Tavares (2019), analisar a implementação dos GPDs é extremamente importante para a Geografia, tanto no que se refere aos conflitos e impactos gerados na escala local, advindo de interesses e de decisões de agentes hegemônicos, quanto nas demais escalas. Desta forma, Alentejano e Tavares (2019) entendem que, muitas vezes essas empresas/pólos apresentam verdadeiros enclaves territoriais, “uma ilha de modernidade” que é cercada por populações que continuam sem qualquer benefício dos aportes de infraestrutura e muitas vezes são vítimas das transformações promovidas localmente, com poluição, expropriações, expulsões, indenizações insuficientes, acrescenta-se a isso, o fato de que estes pólos maximizam desigualdades locais e regionais

“pois alguns segmentos da sociedade se apropriam da renda gerada a partir destes empreendimentos” (ALENTEJANO e TAVARES, 2019, p. 198).

Em sua dissertação de mestrado Guthiêrre Ferreira Araujo (2015) coloca que a ONU (Organização das Nações Unidas) e o FMI (Fundo Monetário Internacional) pressionaram que o desenvolvimento é a principal tarefa dos países periféricos e única condição para a melhoria da vida dos seus habitantes, e para estes conseguirem se desenvolver era necessário seguir a risca um intenso receituário:

Mercado interno apto ao consumo de produtos industrializados; bases industriais formadas lentamente em cerca de 80 anos centrada em indústrias de bens de consumo; uma fonte de divisas robusta estimulada pela produção agropecuária e mineira; estímulos ao crescimento advindo do mercado externo; formação de capitais em taxas satisfatórias (ARAUJO, 2015, p. 20).

Com isso, países da América Latina com instituições e governos passaram a buscar investimentos e mecanismos de proteção para o fortalecimento da indústria, endividando-se, uma vez que, o desenvolvimento desigual em múltiplas escalas, que é o crescimento do capital em uma área, implica na retirada de capital de outras áreas (ARAUJO, 2015), em relação a isso, as políticas de “combate a pobreza” são estimuladas como estratégias para a solução das desigualdades, e para isso, os empreendimentos gigantescos que, como já foi dito, não são para a população, desta forma, “sempre mantém como lógica principal a manutenção do mercado como regulador da sociedade” (ARAUJO, 2015, p, 105).

Neste contexto, os movimentos sociais emergem como contrapartida, resultando em um cenário contraditório, onde há movimentos que lutam pela integração dos excluídos, através da participação comunitária em políticas públicas “exclusivamente compensatórias, com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento” (GOHN, 2011, p. 356) que vem sendo colocado. Dessa forma, compreender a dinâmica de atuação dos movimentos sociais, é compreender uma gama de relações entre o global e o local, assim como a sua atuação nas escalas micropolíticas locais no processo de enfrentamento e resistência.

Movimentos Sociais e a Luta Contra-Hegemônica

A expressão *desenvolvimento* possui toda uma construção ideológica, que historicamente foi inserida na sociedade como uma ideia de progresso, porém a expressão está ligada diretamente à reprodução do capital, tendo em vista que “a idéia de desenvolvimento local vai se introduzindo e se fortalecendo diante da necessidade de reprodução do sistema de metabolismo social do capital” (GOMÉZ, 2011, p. 5), ou seja, é um processo de relações que perpassa por múltiplas escalas, pois insere uma ideia de que o progresso se dá igualmente em todos os locais, uma ideia de que os

“subdesenvolvidos” precisam se “desenvolver”, isso é uma lógica que foi introduzida a partir de um processo histórico de transformação do mundo, o processo de colonização.

Diante disso, a ideia de desenvolvimento pode ser considerada como uma construção do imaginário, formado pelo mundo-moderno-colonial, a partir das ideias de Mignolo (2005) observamos que a construção real e imaginária do continente americano se deu a partir de um processo de colonização, o que levou a transformações no espaço geográfico, através de uma invasão nos territórios dos povos originários que habitavam o que hoje denominamos América.

Tais elementos compõem o processo de construção do mundo-moderno-colonial, pois a colonização desencadeou investidas dos colonizadores nos demais continentes do mundo, impondo seu modo de vida, de agir, de ser e pensar aos povos originários e as pessoas escravizadas. A dinâmica das assimetrias de poder elencadas no processo colonial desencadeiam as bases que fundamentam a estrutura das sociedades no contexto de colonização e perpetua a lógica da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

Sobre a construção do imaginário do mundo-moderno-colonial, Mignolo (2005) dialogando com Glissant (1997), compreende o processo do ‘imaginário’ como uma construção simbólica onde uma comunidade racial, imperial, nacional, sexual, etc, define a si mesma, sendo assim esse imaginário forma uma estrutura de diferenciação com o simbólico e o real (MIGNOLO, 2005). A partir dessa ideia de imaginário podemos entender o processo de identificação dos sujeitos com um determinado local, elencando as ideias formadas do interior para o exterior e vice-versa. Esse entendimento nos permite traçar caminhos para compreender o papel dos movimentos sociais nas lutas contra-hegemônicas e suas formas de resistência nos territórios.

Podemos entender a relevância dos movimentos sociais na luta e conquista por direitos básicos, e em contrapartida observamos as contradições presentes nos discursos de “desenvolvimento regional” onde é defendida a ideia de que um determinado local é “atrasado” e deve ser modificado, melhorado em prol de um possível desenvolvimento, no caso da Região Nordeste, historicamente existem discursos que utilizam os fatores climáticos como justificativa para implementação de obras sob o slogan de “combate à seca”.

Dessa forma, tais discursos tinham como objetivo perpetuar as relações de poder no tocante ao acesso a água e a terra, como observamos nas políticas de construção de barragens na microrregião do Vale do Açu/RN, sob o discurso de “levar água para a população”, os projetos são fomentados e até apoiados pela população em geral, porém os municípios que apresentam os reservatórios em sua maioria não tem acesso a água ou o tem de forma precarizada, o destino da água, portanto, é direcionado

ao fomento das indústrias de fruticultura irrigada que tem lucratividades ainda partir de incentivos fiscais de órgãos governamentais como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), de acordo com (ALVES, *et al.* 2019).

Neste sentido, a fruticultura se apropria da terra já concentrada pelo latifúndio, da água, e da infraestrutura promovida pelo Estado, fatores que fomentam a produção e comercialização do agronegócio no mercado internacional. Restando aos sujeitos que vivem no território, as lógicas de trabalhos precarizados, falta de acesso a terra e água. A partir desses argumentos, podemos compreender a ideia de desenvolvimento atrelada à lógica do imaginário do mundo-moderno-colonial. E as contínuas reprodução da colonialidade do poder, que se materializam no espaço a partir dos processos dos agentes hegemônicos que sob os discursos de “progresso”, “modernização” e “desenvolvimento” reafirmam as lógicas de expulsões.

Em contrapartida, os movimentos sociais vem se articulando ao longo dos anos e criando ações contra-hegemônicas de manutenção dos territórios a exemplo disto destacamos as ações do MST e do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) no Vale do Açu que tem se colocado no enfrentamento a concentração de terra e as formas de produção do agronegócio, bem como as ações que continuamente vem retirando os sujeitos do território para implementação de construções de barragens. Tais articulações e ações em escalas locais se articulam nos territórios para a manutenção da defesa da vida e da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos apresentados, podemos compreender que a ideia de relacionar a Geografia com os movimentos sociais, em uma dimensão de múltiplas escalas, é importante e traz questões relevantes no tocante ao processo de análises desses temas. A partir disso, podemos compreender a atuação dos movimentos sociais e sua importância na lógica contra-hegemônica, assim como, entender esse processo a partir do prisma da Geografia bem como as transformações que suscita no espaço geográfico

Diante disso, observamos que os movimentos sociais ainda carecem de análises a partir da Geografia, visto que os mesmos engloba diversos conceitos dessa ciência, pois a partir do estudo dessas relações entre movimento e sociedade, pode-se aplicar diversas abordagens utilizando as categorias de análise da Geografia, como: espaço, lugar, região, escala, paisagem, redes e território, para refletir sobre esses movimentos. Esse trabalho é uma breve reflexão acerca dessa relação Movimento Social e Geografia, o que deixa ainda diversas lacunas a serem preenchidas tanto pelas outras ciências sociais, quanto pela Geografia e sob as quais pretendemos ampliar as análises, discussões e pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- ARAUJO, G. F. **A trajetória da sudene, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional**. Aracaju: UFS, 2015. *E-Book*. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5507/1/GUTHIERRE_FERREIRA_ARAUJO.pdf. Acesso em 28 jun. 2022.
- ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (gpds): uma análise crítica a partir da geografia. **Terra Livre**, São Paulo, Ago. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1620/1478>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- ALVES, M.; OLIVEIRA, H.; FERREIRA, J. Políticas públicas e conflito ambiental no processo de construção da barragem de oiticica. **CONIMAS**, Campina Grande, Nov. 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/63772>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRINGEL, B. M. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia Goiânia**, Goiás, Dez. 2012, p. 35-49.
Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/2643>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- CASTRO, C. A. Movimento social e geografia: contribuição ao debate. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Fev. 2013, p. 81-108. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2298>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Jun. 2005, p. 14-34. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1460/1436>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- GOHN, M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Ago. 2011, p. 333-512. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCKCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, Presidente Prudente, Nov. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- HAESBAERT, R. **Região, regionalização e regionalidade**: questões contemporâneas. Caxias do Sul: ANTARES, 2010.
- MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In livro: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 71-103.
- NEVES, A. L. Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. **Revista NERA**, Goiânia, Dez. 2004, p. 35-49. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1468>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, Dez. 2001, p. 185-206. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- PADINHA, M. R. **Grandes objetos na amazônia**: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de belo monte às escalas da vida. Presidente Prudente: UNESP, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154150>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In livro: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 227-278.
- ROCHA, P.; BARBOSA, JR. Criminalizar é governar: uma proposta teórica para a compreensão da criminalização dos movimentos sociais do campo no Brasil. **Colombia Internacional**, Madrid, Nov. 2018, p. 205-232. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n93/0121-5612-rci-93-00205.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. Edusp, São Paulo, 1996.
- VALVERDE, O. **Geografia agrária do brasil**. Rio de Janeiro, INEPMEC-CBPE, 1964.

A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE PARA O ENTENDIMENTO DAS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Pablo Leandro Ferraz de Lima
Gevson Silva Andrade

RESUMO

A contribuição do professor Manuel Correia de Andrade a compreensão espacial e do ordenamento territorial regional para o desenvolvimento de Pernambuco, é importante no entendimento atual do Estado. O trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do pensamento e da obra de Manuel Correia no desenvolvimento socioeconômico a partir da regionalização do Estado de Pernambuco. Como método científico foi utilizada a Revisão Sistemática da Literatura, no procedimento metodológico, o conjunto de possibilidade de leituras propostos por Salvador, dividido em 5 momentos. Os principais resultados da pesquisa foram que o intercâmbio na França influenciou nas concepções regionais do professor, o conhecimento acerca do Nordeste e sua criticidade foi importante para aplicabilidade dos seus conceitos e adaptações a realidade pernambucana. Concluindo, assim, que o entendimento sobre as obras do autor é fundamental para análise espacial do Estado, pois, esse foi regionalizado pelo professor duas vezes, com o objetivo de organizar espaço, afim de melhorar a compreensão e potencializar as políticas públicas nessas regiões.

Palavras-Chave: Manuel Correia de Andrade; Regionalização de Pernambuco; Geografia Francesa; Região Nordeste; Polo de Crescimento.

ABSTRACT

The contribution of Professor Manuel Correia de Andrade to spatial understanding and regional territorial planning for the development of Pernambuco is important in the current understanding of the State. The objective of this work is to analyze the contribution of Manuel Correia's thought and work in the socioeconomic development from the regionalization of the State of Pernambuco. As a scientific method, the Systematic Review of Literature was used, in the methodological procedure, the set of possible readings proposed by Salvador, divided into 5 moments. The main results of the research were that the exchange in France influenced the regional conceptions of the teacher, the knowledge about the Northeast and its criticality was important for the applicability of its concepts and adaptations to the Pernambuco reality. Concluding, therefore, that the understanding of the author's works is fundamental for the spatial analysis of the State, since it was regionalized by the professor twice, with the objective of organizing space, in order to improve understanding and enhance public policies in these regions.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Regionalization of Pernambuco; French Geography; Northeast Region; Development hub.

INTRODUÇÃO

Manuel Correia de Andrade prioriza o conceito de região como o principal da geografia, pois, “considerando elementos da natureza e da sociedade, principalmente desta última, evidenciando aspectos fundamentais do uso da terra, da ocupação e das relações de trabalho no Nordeste brasileiro[...]” (SAQUET, 2010, p. 05). Onde os agentes sociais ganhariam centralidade a partir de sua determinada época e que o Nordeste seria compreendido como uma região geográfica.

Na necessidade de regionalizar o Estado de Pernambuco para compreender e corrigir os desníveis regionais foi proposto pelo professor Manuel Correia de Andrade, utilizando como base regionalizações anteriores, sua compreensão empírica e teórica sobre o Estado de Pernambuco e a Região Nordeste do Brasil, o primeiro registro de regionalização no Estado de Pernambuco é apresentado pelo Professor em 1968 um documento elaborado pelo Setor de Regionalização do antigo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), no qual divide o estado em 12 microrregiões homogênea de Pernambuco (MACIEL, 2006).

No período da repressão militar no Brasil, Manuel Correia aceita um convite do Instituto de Estudos Avançados da América Latina da Universidade Sorbonne Nouvelle de Paris, na França, onde tem o primeiro contato com a política de *Aménagement du Territoire* que tinha como objetivo corrigir os desníveis regionais daquele país, no pós-segunda guerra mundial. A partir disso conhece uma das teorias que marcarão de forma definitiva seus estudos, a teoria de polos de crescimento de Perroux onde retrata em seu livro “Espaço, Polarização e Desenvolvimento” trazendo a ideia de Perroux e sua adaptação a realidade brasileira. Em seu regresso ao Brasil, Manuel Correia de Andrade é convidado a reintegrar ao CONDEPE com o objetivo de regionalizar o Estado. Nesse momento, o autor divide Pernambuco em região administrativa utilizando uma adaptação a um Estado subdesenvolvido a teoria de um país desenvolvido (ANDRADE, 2018).

Atualmente o Estado de Pernambuco é dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RDs) que têm como objetivo corrigir os desníveis regionais e interiorizar o desenvolvimento, proposta esta apoiada no estudo das regionalizações anteriores, assim como no esforço teórico de Manuel Correia de Andrade em implementar os polos de desenvolvimento regional como possibilidade de desenvolvimento territorial local.

A análise e revisão das obras de Manuel Correia de Andrade é de grande relevância no entendimento do processo de planejamento do Estado de Pernambuco, principalmente sua influência direta como membro do CONDEPE com a divisão inicial do Estado, a permitir a compreensão da atuação,

a partir da adaptação pelo referido autor da ideia de planificação e regionalização de François Perroux e Bernard Kayser.

As contribuições de Manuel Correia de Andrade a geografia em nível nacional e regional é de grande relevância. Tendo o Nordeste como seu objeto empírico para suas reflexões teóricas, essas voltadas às temáticas agrária, econômica, histórica e regional, da região Nordeste (ANDRADE, 2018).

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a contribuição do pensamento e da obra do Professor Manuel Correia de Andrade no desenvolvimento socioeconômico da regionalização do Estado de Pernambuco. E, como objetivos específicos, levantar a produção de suas obras na aplicabilidade dos seus conceitos de região e regionalização para o Estado de Pernambuco; revisar o conceito de região na obra do autor e a influência recebida da escola francesa da geografia; analisar as contribuições da teoria de polos de crescimento na regionalização do Estado de Pernambuco.

METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa “consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos” (FLICK, 2009, p. 23), desta maneira, têm como métodos utilizar a Revisão Sistemática da Literatura, como modelo de planejamento e organização do trabalho. Identificando, selecionando e analisando criticamente, com base nos dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google acadêmico, e em outras plataformas digitais, além de documentos e obras do/relacionadas ao referido autor.

Em modelo de procedimentos metodológicos utilizou o conjunto de possibilidade de leituras propostos por Salvador (1986) que é dividida em 5 momentos. O 1) Leitura de reconhecimento do material bibliográfico – consistiu em uma leitura rápida que objetivou, localizou e selecionou o material que pode apresentar informações ou dados referentes ao tema em incursões em bibliotecas e bases de dados computadorizados; 2) Leitura exploratória – leitura rápida onde o objetivo é verificar se as informações e dados selecionados interessam de fato para o estudo, momento de leitura dos sumários e de manuseio das obras, para comprovar de fato se as informações respondem aos objetivos do estudo; 3) Leitura seletiva – determinou o material que de fato interessa, onde relacionou diretamente aos objetivos da pesquisa; 4) Leitura reflexiva ou crítica – a partir do ponto de vista do autor da obra com finalidade de ordenar e sumarizar as informações contidas do momento 3; e 5) Leitura interpretativa – relaciona as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca respostas. Interpreta as ideias do autor acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. Associou as

ideias, transferências de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Manuel entendia como Nordeste “toda a região geográfica, pela influência de uma série de fatores” (ANDRADE, 2005, p.36). Esses fatores, eram os aspectos naturais e a organização dos seres humanos dentro desse espaço. Interligados um ao outro, criando assim as paisagens naturais e culturais presente na região.

Em seu livro “A terra e o Homem no Nordeste” a região é dividida em quatro: Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. Na qual o autor descreve que na Mata os aspectos sociais e naturais foram incorporados pela cana-de-açúcar e seus *modus operandi*. No Agreste, uma região de transição da Mata para o Sertão, é policultor para o consumo regional. O Sertão, onde a criação de gado de forma extensiva e arcaica moldou o espaço. Por fim, o Meio Norte, do algodão e da criação de gado.

A partir do seu conhecimento geográfico e principalmente acerca da Região Nordeste, o Professor, afirma que “A aplicação de seus conhecimentos poderia vir a contribuir para modificar, transformar o espaço geográfico de forma que esse viesse a atender aos interesses de ser humano, às suas necessidades” (ANDRADE, 2018, p. 187).

A primeira aplicabilidade do autor dentro da regionalização foi a apresentação, em 1968, e a elaboração, pelo Setor de Regionalização do antigo Condepe, na qual fazia parte, de um estudo que estabeleceu 12 microrregiões homogêneas em Pernambuco, tendo como base o resgate das regionalizações feito por Hilton Sette que dividiu o Estado em 3 regiões naturais – Mata, Agreste e Sertão – e Louis Joseph Lebret que traz as análises socioeconômicas e divide a partir da ideia de ocupação ordenada do território, espacialização das atividades econômicas e criação de cidades polos (MARCIEL, 2006).

Das 12 microrregiões homogêneas 3 estão na zona da mata, 3 na zona do agreste e 6 na zona do sertão. Essa foi a primeira regionalização do Estado de Pernambuco registrada e foi utilizada como base para as regionalizações posteriores. Como por exemplo a atual Regiões de Desenvolvimento (RDs) – conforme representado na figura a seguir:

Figura 1 – Região naturais e Microrregiões Homogêneas



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2006 Apud MARCIEL, 2006.

De acordo com Suely Maciel (2006. p. 67),

(...) o documento* apresentado por Manuel Correia de Andrade (1968) resgata os anteriores, elabora um diagnóstico real e indica o desequilíbrio regional existente. A análise contempla os motivos de ordem física e econômico – social que determinaram a distribuição dos pólos (sic) de crescimento e as diversas regiões polarizadas por estes. Nesta ocasião, é proposta uma política de apoio ao desenvolvimento industrial no interior.

Sendo notavelmente influenciado pela geografia francesa na sua formação, e em seu período de estudos na França e em Israel. Correia, nas suas formulações para o entendimento do conceito de região, adapta e adequa a ideia de planificação e região polarizada de Perroux para a realidade brasileira (ANDRADE, 2018).

Para Perroux, o espaço deve ser entendido economicamente e sobre ele deve incidir três ângulos analíticos: o espaço econômico como conteúdo de um plano, a região plano; o espaço econômico como um campo de forças, a região polarizada; o espaço econômico como um conjunto homogêneo, a região homogênea.

Dessa forma, o referido autor afirma que:

Partindo do conceito econômico de espaço, F. Perroux admite que ele possa ser encarado sob três ângulos: a) o espaço econômico como conteúdo de um plano; b) o espaço econômico como um campo de forças; c) o espaço econômico como um conjunto homogêneo. Daí em conseqüências (sic), os três tipos de regiões econômicas: a) a região plano; b) a região polarizada; c) a região homogênea (ANDRADE, 1987, p. 45).

Na ideia da Região Polarizada, Andrade descreve que

* O documento se refere a regionalização do Estado de Pernambuco produzida pelo CONDEPE e apresentada pelo Professor Manuel Correia de Andrade onde era coordenador do setor.

A idéia (sic) da região polarizada, ao contrário, resulta da observação da interdependência excedente entre várias áreas, às vezes pertencentes a regiões homogêneas diversas, devido à irradiação da influência comercial das aglomerações urbanas. O poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que a cerca, conseqüente (sic) das transações comerciais que realiza com as áreas rurais, provoca a formação de áreas de influência e, em conseqüência (sic), regiões polarizadas (ANDRADE, 1987, p. 45).

Neste caso a região polarizada seria resultado de uma área de aglomeração urbana que uma cidade central exerce o poder de influência sobre as outras cidades periféricas. Essa influência seria resultado da centralização comercial e transações comerciais com as áreas rurais e municípios de menor porte do seu entorno.

Dentro do que se caracteriza como espaço, Manuel Correia diferencia o espaço geográfico e o espaço econômico, segundo BARROS “com isso observar as propriedades individuais, assim como, a maneira pela qual o espaço econômico age sobre o espaço geográfico” (2019, p. 51). Em sua análise a partir das obras de Andrade, diferencia

O espaço geográfico então seria determinado por fatores de natureza física, histórica e política. Entretanto, esse tipo de espaço limita o que se pode estudar sobre uma sociedade a suas fronteiras. O espaço econômico iria além das fronteiras dos estados, sendo determinado pelas formas de interação do homem com os recursos disponíveis e historicamente. Precisar-se-ia, assim, observar a formação econômica e social do Nordeste e suas repercussões sobre os modos de produção da região (BARROS, 2019, p. 51)

Na evolução das relações dos seres humanos no Nordeste com a natureza, pode-se determinar que o espaço econômico trata de um espaço geográfico, onde se observa um traço da organização das atividades econômicas em um dado momento histórico (BARROS, 2019). Sendo assim, o espaço econômico estaria agindo dentro dos espaços geográficos, sendo uma vertente para uma melhor precisão nas análises espaciais de Manuel acerca do Nordeste.

Manuel Correia entendia que adaptar um modelo de um mundo desenvolvido para uma região subdesenvolvida era necessário. “Sabia que esse trabalho envolveria a criação de uma nova metodologia e não poderia simplesmente trazer para o país, para Pernambuco aquela metodologia que havia sido empregada por Perroux para o mundo desenvolvido, mais precisamente, na França. As realidades eram distintas” (ANDRADE, 2018, p. 202).

Pois

Nos países subdesenvolvidos, o problema dos desníveis de desenvolvimento regional tem origem bem diversa e apresenta características próprias em cada um deles. Geralmente, nesses países as áreas especializadas em produtos de exportação, em conseqüência do investimento de capitais estrangeiros, crescem economicamente nos setores atingidos por esses capitais, atraem habitantes, obtêm elevada renda *per capita* e se distanciam das áreas dedicadas a outras atividades econômicas, sobretudo de subsistência. Cria-se desse modo, dentro de um mesmo país, uma dualidade, ____* ou regiões econômicas com diversidade de

* O espaço na citação acima se dá pelo fato do livro obtido para análise estava com a ausência dessa palavra. Portanto, levando em conta da importância do objeto citado, foi mesmo assim inserido no texto.

nível do desenvolvimento atual que fazem com que as mesmas se distanciem no tempo e no espaço (ANDRADE, 1987, p. 53).

Manuel Correia entendia muito bem sobre a região Nordeste e em sua principal obra “A terra e o homem do Nordeste” afirma em seu ponto de vista

[...] o Nordeste é apontado ora como a área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda *per capita* dos seus habitantes ou, então, como região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema *Evocação do Recife*. (ANDRADE, 2005, p. 35).

A necessidade de corrigir os desníveis no desenvolvimento regional e de orientar o crescimento econômico a fim de que ele se processe de forma equilibrada nas várias áreas do mesmo país e nos vários setores econômicos e sociedade deu margem a que surgissem novas disciplinas ou campo de estudos que utilizam os conhecimentos básicos de várias ciências e orientam o estacionamento de um diagnóstico que é indispensável, à planificação. Na França, surge a política de *Aménagement du Territoire*, pois a França passava por um processo de reconstrução pós-guerra e entendia a necessidade de uma reconstrução racional (ANDRADE, 1987).

Assim entende-se que os cursos realizados na França permitiram o acesso a um conceito novo, onde viu o contexto teórico e prático, da política de *Aménagement du Territoire* e um dos seus segmentos, a teoria de Polos de Crescimento. A Profa. Thais Andrade, sua filha, menciona em sua tese que

Face seu interesse pelas questões regionais e de desenvolvimento acreditava que esses cursos lhe dariam subsídios para uma vez voltando para o Brasil sugerir uma política de desenvolvimento regional a partir da identificação de polos de desenvolvimento, fato que ocorreu quando aqui chegando foi convidado para coordenar um grupo que trabalharia com a questão da regionalização de Pernambuco. Sabia que esse trabalho envolveria a criação de uma nova metodologia e não poderia simplesmente trazer para o país, para Pernambuco aquela metodologia que havia sido empregada por Perroux para o mundo desenvolvido. As realidades eram distintas (ANDRADE, 2018, p. 202).

A aplicabilidade do conceito teórico, polo de crescimento, de Manuel Correia em sua volta ao Brasil, veio por meio da coordenação do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), com o objetivo dar início a uma série de estudos de regionalização para o estado de Pernambuco, dividindo o estado de acordo com as regiões administrativas e uma elaboração de uma metodologia para a identificação de polos e de regiões polarizadas (ANDRADE, 2018).

Assim, Thais Correia de Andrade afirma que:

[...] o Governo do Estado de Pernambuco criou no CONDEPE, a unidade de estudos regionais onde Andrade passou a coordenar uma equipe multidisciplinar e a trabalhar a teoria dos polos de desenvolvimento e, elaborar uma metodologia para aplicação no Estado [...]. Achava ele que essa era uma técnica desenvolvimentista já adotada em países de orientação capitalista e socialista e que poderá ser implementada, nos países subdesenvolvidos e em

desenvolvimento, desde que adaptada à realidade dos mesmos, como uma estratégia a ser adotada à planificação regional (ANDRADE, 2018, p. 204 - 205).

A primeira proposta realizada pelo grupo, foi a “ideia de identificar no Estado regiões administrativas com o objetivo de o Governo regionalizar as atividades administrativas e de planejamento foi a primeira proposta realizada pela equipe” (ANDRADE, 2018, p. 214).

Na época o Estado foi dividido em oito regiões administrativas compostas por vários municípios e, em cada uma delas uma cidade sede da região, como Recife, Timbaúba, Palmares, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Salgueiro e Petrolina. Mas, o processo político pesou, pois os representantes políticos queriam que sua base política, seu município, fosse a sede escolhida (ANDRADE, 2018).

Como resultado da regionalização administrativa, Correia descrevia que

A regionalização administrativa evita duplicidade de ações em municípios próximos contribuindo para redução dos custos de investimentos, a subutilização dos serviços e, conseqüentemente, para uma maior eficiência no atendimento às necessidades da população (ANDRADE, 2018, p. 215).

Mas apenas em 1999, no governo de Miguel Arraes, uma regionalização administrativa veio a ser realizada e implementada em Pernambuco como estratégia de planejamento e de gerenciamento de maneira descentralizada. “Naquela ocasião foram delimitadas em Pernambuco, dez Regiões de Desenvolvimento, oficializadas através da Lei Estadual nº 11.725, de 23 de dezembro de 1999” (ANDRADE, 2018, p. 215).

Atualmente,

Elas continuam em vigor até a data de hoje e, uma vez revistas e atualizadas, a reorganização de municípios é feita em função da necessidade de se adequar às solicitações das comunidades locais. Assim, pela Lei Estadual nº 12.427 de 25 de setembro de 2003, a Regionalização anterior passou por alterações e, Pernambuco passou a ser formado por doze Regiões de Desenvolvimento: na Mata, Mata Norte, Metropolitana, Mata Sul; no Agreste, Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional; no Sertão, Sertão de Moxotó, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Araripe, Sertão de Itaparica e Sertão do São Francisco (ANDRADE, 2018, p. 216).

Um outro estudo desenvolvido pela equipe foi a identificação no espaço pernambucano das regiões funcionais ou polarizadas. E, para identificação dessas regiões e dos polos responsáveis por elas, recorre-se à Teoria dos Polos de Crescimento do economista francês François Perroux (ANDRADE, 2018).

Para Perroux os Polos de Crescimento permitem “a elaboração da interpretação da urbanização como decorrente de um processo centralizador, iniciado e moldado por polos individuais, interligados de crescimento econômico” (BARROS, 2019, p. 111).

[...] o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo (ANDRADE, 1987, p. 59).

E é “Nas economias capitalistas modernas, esse polos tenderam a surgir condicionados pelo desenvolvimento das indústrias as quais Perroux denominou de “motrizes” (BARROS, 2019, p. 112). Essas indústrias motrizes, tendem a se estabelecer no entorno de áreas de produção de matéria prima. Assim, Andrade caracteriza essa afirmação:

[..] devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores de produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização (ANDRADE, 1987, p. 58).

“Andrade se diferencia de Perroux quando adapta a teoria para a realidade brasileira, rompendo com a noção de que a centralidade deva se dar em uma cidade cujas raízes de seu crescimento estejam ligadas ao crescimento industrial” (BARROS, 2019, p. 112). No caso de Andrade as “cidades que apresentam uma indústria geradora e uma área para ela polarizada em função desta indústria, mas todas as cidades que têm poder de centralidade, isto é todos os centros regionais e sub-regionais” (ANDRADE, 1974, p. 16 Apud BARROS, 2019, p. 112).

Nesse entendimento, a diferença é que Manuel acredita que as polaridades não serão gerada apenas com o surgimento de uma indústria motriz, mas com outras funções que a cidade tenha de destaque que gere centralidade entre as demais. Como as centralidades comerciais, financeira, portuária, política e etc, que permite suporte a vida dos trabalhadores envolvidos na produção, bem como serviços técnicos que darão suporte ao empreendimento central.

Vale salientar a uma diferença entre o Polo de Crescimento e Polo de Desenvolvimento. “Sabendo-se que F. Perroux distingue o significado dos termos crescimento e desenvolvimento, compreendemos que para ele o pólo de crescimento não se identifica com o de desenvolvimento” (ANDRADE, 1987, p. 59). Então Andrade (1970) salienta para a formação das regiões polarizadas, a diferenciação dos Polos de Crescimento do Polos de Desenvolvimento. Argumentando que

Na realidade, estes (sic) centros polarizadores nem sempre promovem desenvolvimento da região para eles (sic) centralizada, de vez que em alguns casos, nos dos polos de desenvolvimento, eles (sic) drenam e irrigam a área, isto é, eles (sic) criam fluxos da região para o polo e refluxos do polo para a região, enquanto nos polos de crescimento eles (sic) apenas drenam, sem irrigar, isto é, eles (sic) estimulam os fluxos da região para o polo e não compensam a região com os refluxos (ANDRADE, 1970b, p. 5 apud ANDRADE, 2018, p. 218).

A fim de descrever melhor sobre os dois tipos de polos, Andrade caracteriza o surgimento dos polos, afirmando que:

[...] podem ser chamados de crescimento quando provocam o crescimento do produto e da renda *per capita* sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais, e se devem chamar de desenvolvimento quando, ao lado do crescimento do produto, provocam também modificações de estruturas que favorecem à população da região para ele polarizada. Assim, o pólo (sic) de desenvolvimento é, às vezes, espontâneo, mas quase sempre é planejado pelo homem (ANDRADE, 1987, p. 60).

Para Manuel Correia o objetivo não era aplicar a metodologia que Perroux tinha aplicado na França, no mundo desenvolvido e altamente industrializado no espaço pernambucano. Ele achava que era necessário estabelecer uma metodologia para a aplicação da Teoria de Polos e assim buscar:

[...]combinar, ao estabelecer uma metodologia, os princípios empregados pelos franceses J. R. Boudeville, M. Rochefort, pelo norte-americano Kempton Webb e pelo polonês L. Leszczycki através dos quais se identifique, para cada polo: 1) a sua população; 2) a importância de seus equipamentos industriais; 3) a importância de seus equipamentos terciários; 4) a importância dos fluxos de gêneros alimentícios para o polo (ANDRADE, 1970c, P. 127 apud ANDRADE, 2018, p. 220).

Como metodologia aplicada no Estado de Pernambuco, a equipe concebeu a análise e influência do espaço em duas etapas. De acordo com Thaís Andrade:

A primeira consistiu, inicialmente, no levantamento de todas as cidades de Pernambuco com as suas respectivas populações urbanas verificando a sua representatividade no contingente da população total do município para que, em seguida, fosse realizado um levantamento dos equipamentos secundários e terciários existentes nas mesmas. Sabia a equipe da forte relação que existia entre ser o centro urbano mais populoso ou não e a quantidade dos equipamentos que possuíam. Esses equipamentos nessa etapa foram vistos no sentido da existência ou não dos mesmos e, posteriormente, do quantitativo existente (ANDRADE, 2018, p. 220).

A segunda etapa da metodologia não foi aplicada ao espaço do Estado. Seria à identificação da direção e da intensidade dos fluxos e dos refluxos que se formavam entre aquelas cidades estudadas durante a primeira etapa e a área do seu entorno, o que definiria a área de influência das mesmas, ou seja, as regiões por elas polarizadas (ANDRADE, 2018).

Segundo Suely Maciel

Em 1976, o Condepe elaborou uma proposta de estudo que considera as 12 Regiões Homogêneas e as Regiões Administrativas (CONDEPE, 1976). O estudo pretendia analisar a dinâmica da polarização, isto é, a relação entre as cidades pólos (sic) regionais e sub-regionais. Porém, não chegou a ser realizado (MACIEL, 2006, p. 69).

Atualmente o Estado está dividido em 12 regiões, são Araripe, Sertão Central, Pajeú, Moxoto, São Francisco, Itaparica, Agreste Setentrional, Agreste Central, Agreste Meridional, Mata Norte, Mata Sul e Metropolitana. A estratégia é o desenvolvimento local e da interiorização, destaque aos valores endógenos do território e a participação cidadã no processo regional. Utiliza da teoria de Castells, e Jordi, Llorens, Boisier, Amartya Sen (MACIEL, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições do professor Manuel Correia de Andrade para o estudo e compreensão acerca do Nordeste e mais especificamente do seu estado natal, Pernambuco, vai além dos conceitos teóricos científicos. Perpassa pelo pragmatismo da aplicabilidade e suas adaptações a realidade para assim trazer benefícios para população. Manuel, um autor regional, analisa inicialmente o espaço nordestino criticamente e regionaliza a partir de regionalizações anteriores, em 4 regiões fitogeográficas e suas características socioeconômicas. A Mata, da cana-de-açúcar; o Agreste, policultor; o Sertão, da pecuária

extensiva e por fim, o Meio Norte da pecuária e algodão. Trazendo os aspectos modeladores da paisagem e do espaço geográfico da Região, onde até então não teria sido percorrida por nenhum cientista social.

A criação das 12 microrregiões homogêneas em Pernambuco em 1968 foi fundamental para as análises espaciais do Estado sobre seu território. A regionalização feita por Manuel foi a primeira a ser efetivada pelo Governo do Estado, e, portanto, a precursora das atuais regionalizações. Após os seus intercâmbios e com a redemocratização do Brasil, o Professor regionaliza mais uma vez o Estado em regiões administrativas, cria-se logo 8, mas logo vai aumentando. Após, tenta-se criar com o auxílio da teoria de polos de crescimento e sua adaptação a realidade do Estado, a criação das regiões polarizadas, entretanto, essa não foi executada.

Portanto, o professor Manuel Correia de Andrade, um autor regionalista, crítico e defensor a aplicabilidade das ciências sociais. Contribui enormemente para a análise espaciais da Região Nordeste e no pragmatismo científico no Estado de Pernambuco, sendo precursor dos estudos críticos acerca da região e das adaptações de conceitos importados para realidade peculiar do país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao convite em 2019 feito pelo professor Dr. Gevson Andrade a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) onde tive o primeiro contato aos textos do professor Manuel Correia, a minha avaliadora, Dra. Ana Regina Marinho. Também gostaria de agradecer a outros colaboradores para a lapidação deste artigo científico, são eles: Dr. Pedro Nobrega e Me. Aubert Barros. A todos um grande obrigado!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. 5ª Ed. Recife: Editora Atlas S.A, 1987.

_____. **Estado, Capital e Industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

_____. **Tendências Atuais da Geografia Brasileira**. 1ª Ed. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1986.

ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. **Vida e Obra de Manuel Correia de Andrade**: Caminhos Percorridos na Geografia e Contribuições aos Estudos Regionais e Ambientais. 2018. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BARROS, Rafael. **As hipóteses de Manoel Correia de Andrade**: Contribuições à história econômica do Nordeste Brasileiro. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

MACIEL, Suely. **Regionalização como Estratégia de Desenvolvimento:** Política de Desenvolvimento Local de Pernambuco. 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SAQUET, Marcos. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, Região, Espaço e Território. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 152-171. jul./dez. 2010.

POTENCIALIDADES DA FOTOGRAMETRIA INTERPRETATIVA: ANÁLISE DA URBANIZAÇÃO DE RISCO A PARTIR DE ORTOFOTOS DO BAIRRO ALTO SANTA TEREZINHA, EM RECIFE – PE

Helena Beatriz Gonçalves Cavalcante
Aryanna Barbosa de Araújo Gonzaga
Aramis Leite de Lima

Palavras-chave: Urbanização de risco, Fotogrametria, Ortofotos, Infraestrutura urbana.

INTRODUÇÃO

A história da ocupação em áreas de risco tem fundamentos no modo de vida da população frente ao sistema social na qual está inserida. É perceptível que as áreas mais nobres - isto é, centralizadas e estáveis -, comumente, estão povoadas pela classe mais alta. Em contrapartida, áreas menos seguras, distantes dos centros urbanos e passíveis de riscos de vida, estão, majoritariamente, ocupadas por uma população menos abastada.

Nesse aspecto, com o crescimento populacional, mais áreas precisavam ser ocupadas. No entanto, a dinâmica de uso e ocupação do solo é, segundo Casseti (2005), de modo intensivo e numa visão imediatista, até o limite de sua potencialidade. Sendo assim, muitas habitações são construídas em qualquer espaço de terra, na maioria das vezes, sem aparato técnico e/ou condições mínimas de segurança.

No entanto, tal delimitação de ocupação exacerbada e de risco não é recente. A história primordial de tal modo parte desde o final do século XIX, quando a criação dos mocambos - habitações precárias e sem acesso à infraestrutura que povoavam a cidade e eram a marca da desigualdade social - passa a ser cada vez mais intensa. Inicialmente, os mocambos eram sinônimos de quilombos, habitação de pessoas negras e antigos escravizados. Em contrapartida, entretanto:

José Tavares Correia de Lira, em sua obra "Mots Cachés: les lieux du mocambo à Recife" (1998), procura desvendar a história da palavra mocambo, mostrando que há muito ela é estudada em suas significações diversas. O autor revela que no fim do século XIX Recife era a principal zona de cultivo e de exportação de cana-de açúcar, além de se constituir como pólo regional e possuir muitos trabalhadores, além dos escravos. E por causa da aglomeração de trabalhadores na cidade a representação do mocambo não mais era associada somente aos quilombos, mas aos pobres de uma maneira geral. A alta sociedade e os governantes, por outro lado, aboliam por completo esse tipo de moradia, uma vez que mostravam as desigualdades sociais e, além disso, impactavam visualmente as cidades. Logo, tanto as favelas como os mocambos precisariam ser erradicados, no entender de muitos intelectuais e políticos da época, e seus habitantes deveriam trabalhar o mais longe possível do restante da sociedade. Afinal, ao se manter esta situação, "a 'integridade higiênica' da cidade estava ameaçada" (LIRA, 1999, p. 64).

Sendo assim, as pessoas mais pobres são, de maneira orquestrada, enviadas para as áreas não vistas e, conseqüentemente, não povoadas da cidade. Inicia-se, assim, entre os anos de 1920 e 1930 uma política higienista, "limpando" o centro da urbe e povoando as áreas interioranas.

Prova disso, ainda sobre a política higienista, é o total apagamento dessas populações e dos espaços por elas ocupados. Como relata Bonduki (1955) os registros encontrados são, quase exclusivamente, da população rica, que se apodera dos então centros urbanos e passam a modificar o espaço para que ele se pareça cada vez mais com cidade moderna, de aparência europeia, num *modus operandi* de excluir o que tange à realidade proletária e precária da maior parte dos brasileiros da época.

Esse comportamento é característico de grande parte das grandes cidades brasileiras, podendo citar nesse processo: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, dentre outras. De maneira clara e perceptível, nesses locais, a divisão entre bairros de classes mais altas e mais baixas seguem a lógica do poder anteriormente discutida, uma vez que passam por um processo de ocupação das áreas residenciais de maneira muito semelhante.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Em confluência com o histórico ocupacional de tais cidades, coloca-se a realidade do Alto Santa Terezinha, um bairro localizado na Zona Norte do Recife, cuja

População de acordo com o censo de 2010 é de 7.703 habitantes, sendo 3.601 do sexo masculino e 4.102 do sexo feminino. Sua densidade demográfica é de 246 habitantes por hectare. Faz divisa com os bairros de Água Fria, Bomba do Hemetério, Linha do Tiro, Alto José do Pinho e Alto José Bonifácio.

De acordo com fontes locais, a história de ocupação do bairro dá-se a partir do ano de 1947, por esgotamento nas áreas possíveis de habitar nos bairros ao seu entorno, como Alto José do Pinho, Alto do Pascoal e Bomba do Hemetério. Além disso, há o entrelace histórico com a proibição ocorrida a partir de 1945 do então governador do Estado, Agamenon Magalhães, da existência e manutenção de mocambos nas áreas centrais do Recife, potencializando o uso e ocupação do solo em áreas de morros.

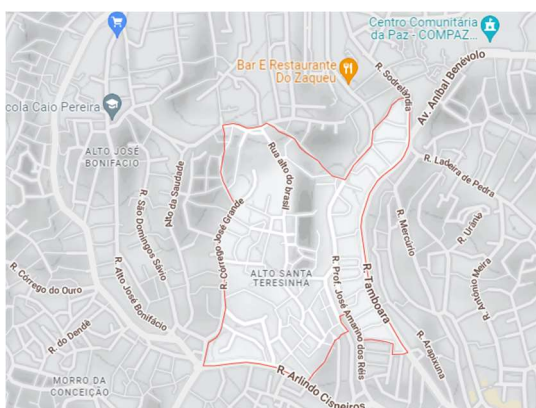


Figura 1: Mapa do Alto de Santa Terezinha.
Fonte: Google Maps, 2022.

Graças à sua topografia não tão simples para a moradia, ele foi um dos últimos morros a ser ocupado. É dotado, principalmente, de ruas estreitas, abismos e terrenos com muitas oscilações. Embora com potenciais entraves, a região, desde os primórdios, foi densamente povoada e munida de pontos comerciais. Constam registros de pequenos negócios, como padarias, mercearias, depósitos, pequenas feiras, etc. Demonstrando, portanto, que existia, ali, um ciclo de necessidades e suprimentos mantido dentro da região.



Figura 2: Fotografia da Rua Tambora, no Alto de Santa Terezinha.
Fonte: ODON (2019).

Quanto à infraestrutura, serviço que, por tratar-se das garantias constitucionais que são dever do Estado proporcionar, é esperado um serviço de maior qualidade. Infelizmente, mais uma vez, a população é fortemente acometida com prejuízos de tais serviços, e os registros oficiais explicitam um total descaso para com tais necessidades.

A iluminação pública só foi oficialmente concluída no dia 20 de novembro de 1966, isto é, quase 20 anos após os primeiros registros de ocupações mais notáveis na região. No mesmo sentido, o saneamento básico demora a chegar, tendo como primeiro registro de abastecimento de água somente em 1952, com chafarizes públicos. Passados anos em condições totalmente aquém do necessitado pelo porte ocupacional da área, apenas em 1973 é iniciado um processo de abastecimento em rede pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA).

Sendo assim, o que se percebe é que a desestrutura, infelizmente, é como um projeto. Portanto, as condições precárias de habitação partem muito mais de um reflexo da falta de subsídios governamentais a uma preferência da população, cujas necessidades são tamanhas e o apoio é praticamente nulo.

Apesar da existência da Lei Federal de N° 10.257, aprovada em 2001, que trata do Estatuto da Cidade, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e de garantir o bem estar de seus habitantes através de uma nova política urbana, é muito comum perceber construções feitas às pressas e, na maioria das vezes, sem nenhum tipo de direcionamento técnico, gerando uma ocupação de risco e áreas instáveis.

Diante de tantas dificuldades na cidade do Recife, segundo Silva *et. al* (2019):

A ocupação desordenada de áreas inapropriadas para habitação é um dos principais problemas urbanísticos que ocorrem na Região Metropolitana do Recife (RMR). Os morros fazem parte da realidade urbana do Recife e infelizmente são mais notados quando ocasionam transtornos em períodos de chuvas intensas.

METODOLOGIA

Observando uma realidade palpável na sociedade, o presente trabalho buscou analisar, a partir de dados gráficos, geográficos, imagéticos, bibliográficos e topográficos a condição de ocupação do Alto de Santa Terezinha, bairro localizado na cidade do Recife, no estado de Pernambuco.

Quando se fala de risco e instabilidade, um outro conceito importante é o de vulnerabilidade. De acordo com ALVES (2006, p. 261)

Atualmente, o conceito de vulnerabilidade vem sendo abordado sob uma ótica social, ambiental, ou ainda, socioambiental. A primeira procura analisar e mensurar as exposições aos riscos, assim como, a insegurança gerada por eventos e mudanças econômicas sobre determinados grupos sociais. A vulnerabilidade ambiental aborda o risco ao qual o meio ambiente está exposto, podendo ser este natural ou causado por fatores externos. A visão global, que sobrepõem características sociais e ambientais é denominada como vulnerabilidade socioambiental.

Para direcionar ainda mais o olhar sobre a vulnerabilidade outrora identificada na localidade, optou-se por recorrer à fotogrametria, que, de acordo com a Sociedade Americana de Fotogrametria (ASP) (1966), é a arte, a ciência, e tecnologia de obter informações de confiança sobre objetos e do meio ambiente com o uso de processos de registro, medições e interpretações das imagens fotográficas e padrões de energia eletromagnética registrados.

Por se tratar de um território com condições de ocupação intrinsecamente ligadas às questões sociais e econômicas, metodologicamente, serão utilizadas as técnicas de fotogrametria interpretativa, uma vez que, de acordo com Marchetti e Garcia (1989) são imprescindíveis para as atividades de fotointerpretação de qualquer região o estudo da localização e condição de estradas, rios, represas, pontes, pântanos e outros aspectos importantes. Outra, as informações devem conter esclarecimentos sobre a configuração do solo e seu conjunto, orientação geral das serras, forma, altitude e declive das elevações, natureza do solo, vegetação e hidrografia sem esquecer a análise combinada desses fatores.

Para obtenção de tais dados e realização da análise supracitada, o banco de dados utilizado foi o ESIG que, na realidade, trata-se de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) administrado pela

Prefeitura do Recife. Este geoserviço oferece dados como os de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, pavimentação de ruas, dentre outros, os quais são cruciais para lançar um olhar abrangente e multifatorial a respeito da localidade.

Para além desse recurso, foram extraídas imagens do Google Earth Pro, que possui a capacidade de apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, cuja constituição dá-se a partir de um mosaico de imagens de satélites de diversas fontes.

Não obstante, uma segunda possibilidade metodológica do presente trabalho foi o Sensoriamento Remoto, graças ao uso de imagens de satélites. Por definição, de acordo com Lillesand e Kiefer (1994), o sensoriamento remoto é a ciência e a arte de obter informação sobre um objeto (alvo), área ou fenômeno através da análise de dados adquiridos por um dispositivo (sensor) que não está em contato direto com o objeto, área ou fenômeno sob investigação.

Com a junção desses dados coletados, foi criado um Banco de Dados Geográficos (BDG), unindo todas as informações, de múltiplas fontes, coletadas que pudessem dar um panorama geral acerca do Alto de Santa Terezinha. Algumas constatações foram feitas ao longo desse processo, as quais serão discutidas em sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o que se sabia da área resumia-se, essencialmente, ao que era veiculado na mídia local. Dentre as mais diversas notícias, o que mais chamava atenção eram os desastres que ocorriam de tempos em tempos, como deslizamentos de barreiras, mortes de pessoas soterradas e agravamento dos problemas de infraestrutura que as chuvas traziam em todos os invernos.

Sendo assim, o primeiro processo foi tentar definir quais eram as principais causas destes problemas. No entanto, o olhar voltou-se para características mais pontuais, como as habitações, vegetação e condições do solo, uma vez que já era conhecido o fato da precariedade da infraestrutura local.

Para delimitar a área de estudo - haja vista a grandiosidade e peculiaridades de cada área ao longo de todo um bairro - foi escolhida uma área de declive localizada na Rua Lajedo, de coordenadas 8° 00' 47, 34" S e 34° 54' 33, 54" O, com elevação de 51m.



Figura 3: Imagem de Satélite da área de estudos. Alto de Santa Terezinha, Recife, Pernambuco.
Fonte: Google Earth Pro, 2021.

Com a área bem delimitada, o segundo passo foi tecer uma comparação histórica mês a mês das imagens de satélites disponíveis da região, especificamente, entre os anos de 1969 e 2021. A principal constatação é acerca da flora local em relação com o crescimento populacional. A vegetação que, nos primórdios, antes de toda a ocupação, permeava todo o morro, vai dando lugar, em ritmo cada vez mais rápido, às moradias.

Nas áreas cuja vegetação nativa foi suprimida, em paralelo, o território dava lugar a verdadeiras manchas caracterizadas por um processo de ocupação desordenada, cujo, infelizmente, o desenvolvimento de infraestrutura não foi capaz de acompanhar a dinâmica social, uma vez que várias ruas - a exemplo da Alto Brasil, CEP: 52080050 - não possui pavimentação, emplacamento, coleta seletiva, rede de esgoto e nem rede de drenagem, comprovando que essa junção de fatores pode considerar a área de risco habitacional. (ESIG, 2022)

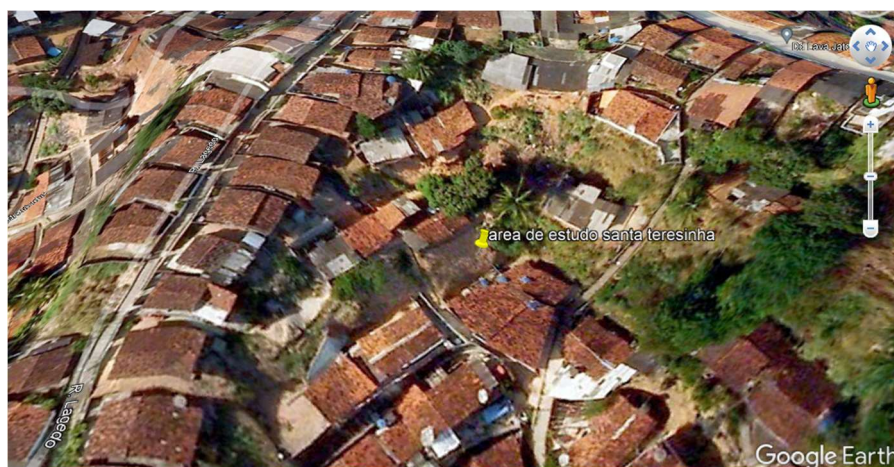


Figura 4: Densa ocupação populacional e consequente desmatamento no Alto Santa Terezinha.
Fonte: Google Earth Pro, Satélite Maxar, 2009.

Com o uso das técnicas de fotogrametria interpretativa, pode-se constatar que:

A observação da paisagem urbana permite perceber a espacialização das diferentes classes sociais; áreas deterioradas, áreas segregadas, áreas nobres, áreas em processo de valorização são facilmente reconhecidas na paisagem. É também possível perceber a historicidade da sociedade materializada na paisagem, por meio de formas antigas que permanecem para além das funções que as criam (CAVALCANTI, 2008, p.66).

Não obstante, o bairro do Alto de Santa Terezinha já foi vítima de diversos acontecimentos drásticos, como alagamento das vias de acesso ao bairro, localizado na Zona Norte do Recife, além de desabamento de casas. Um caso notório para o Alto foi ocorrido em 04 de Julho de 2015, quando, em uma área de morro, uma residência desabou e deixou feridas 3 pessoas, sendo uma adulta e 2 crianças.

Uma hipótese levantada ao longo do processo de análise do território é que as consequências dessas tragédias marcam o espaço não somente em áreas pontuais, mas deixam marcas ao longo de todo o bairro.

Em contrapartida, mesmo cientes de tantos riscos e acidentes causados em épocas pontuais do ano, é percebida uma ausência de medidas preventivas ou mesmo a resolução de tais problemas por parte do poder público, nesse caso, representada pela prefeitura local.

Por outro lado, é extremamente comum a percepção de tomada de ações por parte dos órgãos competentes com soluções de curtíssimo prazo, sem verdadeiramente resolver o problema. Dentre elas, a mais comum de todas é a colocação de lonas plásticas, com o intuito de evitar a infiltração de água nos taludes compostos, majoritariamente, por solo argiloso, de baixa capacidade de sustentação de carga (ANDRADE 2013).



Figura 5: Áreas no declive da Rua Lajedo com a colocação de lonas após fortes chuvas no mês de Julho de 2015.
Fonte: Google Earth Pro, Satélite Maxar, 2015.

Em consonância ao analisado anteriormente, um mês depois da tragédia com mortes, ocorridas em Julho - historicamente, o mês com maior volumes de chuva na cidade do Recife - a imagem abaixo, de agosto de 2015, elucida que foi realizada a colocação de lonas nas barreiras, no entanto, até hoje, nenhum serviço de maior porte para contenção e regularização da área foi feito.

Pelo fato dessa existência estar baseada em uma grande vulnerabilidade e por se tratar de uma moradia extremamente perigosa para os cidadãos, o fomento de infraestrutura e condições seguras de vida é uma necessidade que urge para os moradores das localidades de Altos da cidade do Recife, como é explícito no caso do local estudado no presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, é preciso que o Poder Público monitore esses espaços urbanos, cada vez mais adensados, adotando políticas públicas que visem não só a proteção à vida dos residentes, bem como preservem a integridade de suas moradias, oferecendo condições de segurança e habitabilidade cada vez mais distantes da ocorrência de desastres e mortes, uma vez que as chuvas são uma constante no ambiente e, sem que haja controle na urbanização, existe o movimento de intensificação dessas possíveis fatalidades.

Para o direcionamento desse olhar, a fotogrametria é uma importante aliada, uma vez que consegue traçar perfis temporais de ocupação, ritmo de povoamento das áreas e previsão de localidades mais críticas, conseqüentemente, informando regiões com maior urgência na tomada de decisões reparadoras. Além disso, parte considerável dos softwares e ferramentas de análise são disponibilizadas de forma gratuita, como os utilizados no presente artigo, fomentando uma análise da região com critérios técnicos, seguros e de baixo - ou nulo - custo, com a potencialidade de melhora na qualidade de vida da população e, acima de tudo, proteção de vidas que vivem em constante risco.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN Society of Photogrammetry (ASP). **Manual of Photogrammetry**, 1996, 1220p.
- ALVES, H. P. F. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59. 2006.
- BONDUKI, Nabil, 1955. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura modernista, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 7 ed. São Paulo. Estação da Liberdade: FAPESP, 2017.
- ANDRADE, Rui da SStone, Luís F. e Godoy, Sinnara G. de. **Estimativa da resistência do solo à penetração baseada no índice S e no estresse efetivo**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental [online]. 2013, v. 17, n. 9 [Acessado 10 Julho 2022] , pp. 932-937. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-43662013000900004>>. Epub 29 Ago 2013. ISSN 1807-1929. <https://doi.org/10.1590/S1415-43662013000900004>.
- CASSETI, V. (2005). **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LILLESAND, T.M. and Kiefer, R.W. (1994) **Remote Sensing and Image Interpretation**. 3rd Edition, John Wiley and Sons, Inc., Hoboken, 750.

LIRA, José Tavares Correia de. **A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome**. Espaço & debates. São Paulo: vol. 14, n. 37, 1994.

MARCHETTI, D. A. B. & GARCIA, G. J. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. Ed. Nobel, S. Paulo, 1989, 257p.

SILVA F. A. A.; BARBOSA, B. G. S.; DUARTE, C. C. **Análise da interação entre os eventos pluviométricos e ações antrópicas como agentes deflagradores de deslizamentos na Zona Norte do Recife**. Volume 5, Número Especial ISSN: 2447-3359. Disponível em: <file:///D:/helen/Downloads/17964-Texto%20do%20artigo-56928-1-10-20190606.pdf>. Acesso em: 28 Mar. 2022.

VÍTIMAS de desabamento de casa no Alto Santa Terezinha passam bem. **JC Online**. Recife, 04 de Jul. 2015. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2015/07/04/vitimas-de-desabamento-de-casa-no-alto-santa-terezinha-passam-bem-39174/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2022

A ESPACIALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS SUB-REGIÕES DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

José Lucas Costa Ribeiro
Analine Maria Martins Parente

RESUMO

A referida pesquisa apresenta um estudo sobre como o PMCMV se distribuiu na região nordeste, tendo as sub-regiões debatidas por Manoel Correia de Andrade na obra "A terra e o homem no Nordeste" como recorte de análise da distribuição da produção do programa. Busca-se por meio deste compreender a distribuição desigual da produção habitacional do PMCMV (2009-2020) tendo como base nas desigualdades territoriais desta região do Brasil. A metodologia congregou-se, principalmente, por meio de pesquisa bibliográfica, coleta de dados das habitações entregues pelo PMCMV nos municípios do nordeste, além da produção de mapas temáticos. O PMCMV durante seu período de atuação, 2009 a 2020, tornou-se importante mecanismo na provisão de moradia nos estados da região nordeste, obtendo presença em 95% dos municípios dessa região brasileira. O Nordeste apresenta importante diversidade geográfica, onde essa diversidade, bem como desigualdades, pode ser analisada a partir das sub-regiões, que tem como base as obras de Manuel Correia de Andrade. Em relação à espacialização do PMCMV nas sub-regiões, foi possível assimilar que houve desigualdades nessa distribuição. Assim, marcadamente a presença de tendências a dispersão e concentração da produção habitacional, notadamente uma concentração nas sub-regiões Zona da Mata e Agreste, e dispersão nas sub-regiões Sertão e Meio Norte.

Palavras-chave: Nordeste; PMCMV; Espacialização; Sub-regiões.

ABSTRACT

This research presents a study on how the PMCMV was distributed in the Northeast region, using the sub-regions discussed by Manoel Correia de Andrade in "A terra e o homem no Nordeste" (The land and the man in the Northeast) as a cutout for analyzing the distribution of the production of the program. The aim is to understand the unequal distribution of housing production of the PMCMV (2009-2020) based on territorial inequalities in this region of Brazil. The methodology was congregated, mainly, through bibliographical research, data collection of the houses delivered by PMCMV in the northeastern municipalities, and the production of thematic maps. During its period of operation, 2009 to 2020, the PMCMV has become an important mechanism in the provision of housing in the states of the Northeast region, being present in 95% of the municipalities of this Brazilian region. The Northeast presents an important geographic diversity, where this diversity, as well as inequalities, can be analyzed from the sub-regions, based on the works of Manuel Correia de Andrade. Regarding the spatialization of the PMCMV in the sub-regions, it was possible to assimilate that there were inequalities in this distribution. Thus, markedly the presence of tendencies to dispersion and concentration of housing production, notably a concentration in the sub-regions Zona da Mata and Agreste, and dispersion in the sub-regions Sertão and Meio Norte.

Palavras-chave: Northeast; PMCMV; Spatialization; Sub-regions.

INTRODUÇÃO

Compreender o processo histórico de organização do território é essencial para entender as dinâmicas nos períodos atuais. No caso do Nordeste, desde o processo da colonização brasileira iniciado pelo desenvolvimento das atividades de plantio da cana-de-açúcar, bem como o povoamento das áreas de cultivo que a região passa por um processo de transformação seja econômico, político ou social.

Na história brasileira, houve a criação de políticas públicas habitacionais para atuarem no território nacional, como forma de diminuir a carência por habitação, a exemplo do PMCMV, que se tornou um programa habitacional de impacto em todo o sistema de profusão de habitações sociais (SANTOS, 2020).

A pesquisa busca a forma como o PMCMV se distribuiu na região nordeste, programa relevante para o planejamento urbano e regional, tendo as sub-regiões debatidas por Manoel Correia de Andrade na obra “A terra e o homem no Nordeste” como recorte de análise da distribuição da produção do programa. Haja vista que as sub-regiões revelam características e níveis de desenvolvimento e desigualdades (ANDRADE, 1963; SAQUET, 2010).

As sub-regiões delineadas por Andrade (1963) são: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte, cada uma com suas características para a conformação da dinâmica socioespacial nordestina (ANDRADE, 1963).

Diante do exposto e no intuito de entender a espacialização dos Programas Habitacionais na região, a discussão baseia-se na problemática de como as unidades habitacionais entregues pelo PMCMV se especializam na região nordeste do Brasil (2009-2020), a partir do recorte regional das sub-regiões de Manuel Correia de Andrade?

Desse modo procura-se como objetivo geral compreender a distribuição desigual da produção habitacional do PMCMV (2009-2020) no nordeste, tendo como base as sub-regiões de Manuel Correia de Andrade e as desigualdades territoriais desta região do Brasil; de forma específica: verificar a produção do PMCMV na região nordeste em termos totais, ano de entrega, Faixa de financiamento, e discutir as principais tendências de espacialização das UHs entregues pelo PMCMV na região, a partir das sub-regiões.

A pesquisa, desta forma, pretende trazer uma contribuição para revelar a forma como o PCMMV, uma política pública que teve atuação em todo o país, se distribuiu na região nordeste, bem como no subsídio ao planejamento regional e de futuras políticas no setor, contribuindo para destacar a importância da obra de Manuel Correia de Andrade para entender o nordeste e as políticas públicas implantadas nesta região.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu por meio de alguns procedimentos metodológicos adotados, de início foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores sobre a temática abordada, a exemplo de Andrade (1963), Cardoso e Aragão (2013), Ronilk (2019) e Vasconcelos (2015).

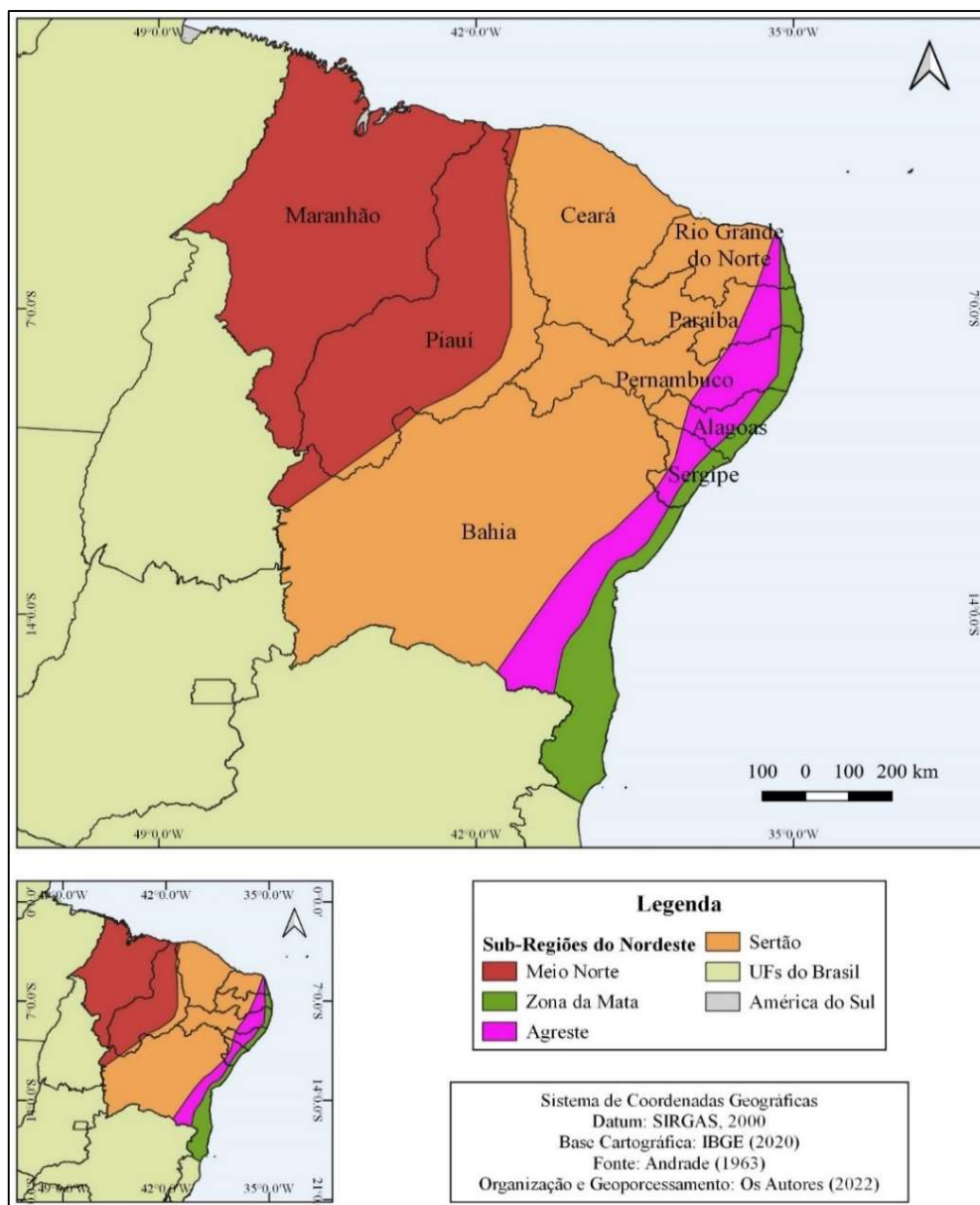
Em seguida, foram coletados dados sobre o quantitativo de Unidades Habitacionais financiadas pelo PMCMV nos municípios do nordeste, tendo em vista os dados de ano, município, faixa de financiamento, modalidade e recursos investidos. Esses dados foram coletados por meio da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação 'Fala-BR' do Controladoria Geral da União – CGU. Também foram coletado dados na base do censo demográfica de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A partir desses dados forma elaborados gráficos e, de fundamental importância para a pesquisa, a produção de mapas temáticas dos tipos: corocromático, círculos pontuais proporcionais e coroplético.

A estrutura do trabalho inicia com uma discussão referente a formação territorial do Nordeste a partir de um contexto histórico de desenvolvimento das sub-regiões definidas por Manuel Correia de Andrade, em seguida um debate sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e as Unidades Habitacionais na região brasileira, assim como a espacialização dos programas habitacionais nas sub-regiões e as considerações finais acerca da temática.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO NORDESTE

A formação territorial do Nordeste como se encontra atualmente foi construída por vários séculos desde a colonização do Brasil no século XVI, assim, até se consolidar enquanto divisão regional passou por um processo histórico de desenvolvimento econômico, político e social. Desse modo, o tópico em questão discorre brevemente sobre o contexto que marcou o início do povoamento e as atividades econômicas que perpassaram as sub-regiões (Figura 1) definidas por Manuel Correia de Andrade.

Figura 1 – As sub-regiões do Nordeste por Manuel Correia de Andrade



Fonte: Andrade (1963); IBGE (2020); Brasil (2021). Organização e Geoprocessamento: Os autores (2022)

O período de colonização marca o processo de estruturação do território e a organização do espaço visando a produção deste e o que ele tinha a oferecer enquanto colônia de Portugal, haja vista que o Brasil no século XVI serviu como fonte de riqueza largamente utilizado e explorado por alguns países da Europa. Dentre as realidades que evidenciadas nesse período, as questões relacionadas ao plantio de cana-de-açúcar, a escravização dos povos indígenas e o desenvolvimento da agricultura são fatos presentes na formação do nordeste brasileiro (ANDRADE, 1973).

O Brasil colônia com a divisão em Capitâneas possuiu alguns protagonistas que visavam a construção de riquezas a partir da exploração do potencial das terras brasileiras. Duarte Coelho, por exemplo, chegou ao Brasil em 1535 com sua família e parentes que desejavam fazer fortuna na América, a vinda deste iniciou verdadeiramente a colonização, consolidando o plantio da cana-de-açúcar. Dentre as atribuições que lhe competia, estava a de doar terras a pessoas cristãs e de escravizar indígenas para usá-los no trabalho. Um fator relevante desse período é que os indígenas também podiam ser exportados para Portugal.

As proximidades com portos foi um fator determinante para o período colonial, pois barateava o transporte e comércio de produtos, não só o café, como das máquinas e os utensílios necessários ao engenho. A mão-de-obra escrava utilizada na época era a dos povos indígenas que eram perseguidos e aprisionados.

A história do Nordeste é marcada por uma estrutura agrária e de latifúndios. Todo o processo é caracterizado pelo interesse de organizar o território e assim iniciar o processo de desenvolvimento econômico e regional. As entradas e bandeiras marcam esse momento de expedições que circulavam pelo rio São Francisco, no intuito de trazer escravos do Sertão. Segundo Andrade (1963) apesar do caminho extenso tinha a vantagem de permitir o transporte pelo rio, levando os entradistas a penetração pela mata.

A entrada no território brasileiro visava impulsionar a produção agrícola e a busca pelas riquezas, no entanto, o motor da economia foi o plantio e cultivo da cana-de-açúcar, onde não foi possível, os proprietários organizaram-se com a construção de currais para a criação de gado, essencial para suprir a área açucareira. No primeiro século da colonização, além da cana-de-açúcar cultivava-se produtos americanos que o europeu se acostumou ao consumo, como por exemplo o algodão, a mandioca, o milho, favas, legumes, que eram introduzidos pelos portugueses (ANDRADE, 1963).

Entretanto, dentre as nações que foram envolvidas na colonização, não apenas portugueses e espanhóis foram responsáveis, mas também os holandeses. O sucesso com o plantio da cana de açúcar atraiu povos tanto para o cultivo, quanto para o trabalho técnico, como é o caso da vinda de israelenses. A conquista de Pernambuco pelos holandeses representou a adaptação europeu a região dos trópicos. No entanto desde a expulsão destes até a abertura dos portos brasileiros o ciclo da agricultura da cana-de-açúcar passou por momentos de decadência e esplendor.

Com o passar dos anos e séculos algumas transformações foram acontecendo, no século XIX houveram transformações econômicas, políticas e sociais. Nesse momento da história os engenhos que ao longo dos três séculos pouco evoluíram, acabaram sofrendo com as imposições da modernidade,

principalmente com as inovações nos processos industriais, bem como em relação ao transporte da produção. O período também marca o surgimento de uma concorrência para agricultura da cana-de-açúcar, o cultivo do algodão (ANDRADE, 2004).

A criação de gado no Agreste foi importante para a economia açucareira e na região nordeste em virtude das condições, alguns produtos eram cultivados na área do agreste, mais afastado na região litorânea, nas áreas que ainda haviam sido pouco exploradas, tendo em vista que a concentração maior era o litoral, tal fato contribuiu para a distribuição da população para essas áreas. Nesse período o algodão surge também como uma atividade que impulsionou a economia.

É importante ressaltar que o plantio da cana-de-açúcar nas áreas de Zona Mata foi possível em virtude das condições climáticas litorânea, os colonizadores sabendo da situação organizavam expedições para explorar o território, capturar indígenas para o trabalho nos engenhos e na agricultura. As relações de trabalho nesse período são marcadas primeiramente com a escravidão dos indígenas, em seguida com escravos africanos.

Além da cana-de-açúcar no litoral, um ciclo importante para a economia e o povoamento da região, a pecuária foi a grande riqueza do Sertão, grande parte das fazendas se localizavam as margens dos rios, penetrando a caatinga, tal atividade fornecia animais de trabalho e ao abastecimento dos centros urbanos. O meio norte foi disputado por franceses e portugueses na busca de conquistar a área transitória da Amazônia (ANDRADE, 1963).

Todo o detalhamento apresentado mostra uma estrutura de desenvolvimento do nordeste brasileiro que se inicia desde a área de Zona da mata, onde a localização possibilitou o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas, ocupação do território e povoamento em virtude do cultivo da cana-de-açúcar, em seguida adentrou-se no intuito de continuar a exploração afim de identificar as possibilidades de cada região, seguindo em direção ao Agreste, Sertão e Meio Norte (SAQUET, 2010).

Assim é possível perceber que conforme as atividades econômicas se especializavam no território das sub-regiões nordestinas durante a colonização brasileira, as dinâmicas provocadas modificavam as estruturas dos núcleos de povoamento, surgindo áreas de maior concentração populacional com demandas diferenciadas.

Nesse sentido, é preciso entender como esse processo histórico de organização foi determinante para sub-regiões com as estruturas atuais e os seus reflexos na distribuição e espacialização das políticas públicas e programas na atualidade. Assim como uma forma de entender a produção das políticas públicas em sua espacialidade.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E SUA PRODUÇÃO DE UHS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

O PMCMV foi criado no ano de 2009 no âmbito do governo federal do Brasil para promover o financiamento de novas habitações, a partir de um conjunto de ações que buscavam dinamizar a economia nacional – devido principalmente a necessidade de minimizar as consequências da crise econômica mundial de 2008 que estava afetando a economia do planeta, assim como para contribuir com a problemática histórica da falta de habitação no país.

De acordo com Maia e Marafon (2020), durante o período de vigência do PMCMV (2009-2020), o estrato de renda familiar mensal foi o principal critério para o enquadramento dos beneficiados pelo programa. As faixas de financiamentos conjugaram-se por meio de 3 (três), principalmente, as faixas 1, 2 e 3, sendo que em 2016 houve o acréscimo da faixa 1,4. A faixa 1 foi destinada para a população de menor renda, de no máximo 1.800,00, mas os critérios de menor renda, beneficiário do bolsa família, quantidade de filhos tiveram mais peso para a concessão dos financiamentos, sendo as outras faixas para pessoas com maior renda familiar.

A operacionalização do PMCMV foi realizada por meio da forte atuação das empresas do setor, onde se tinha a disponibilidade de recursos do governo federal por estado da federação – a partir do déficit habitacional, mas a captação desses recursos foi feito pelas empresas a partir de submissão de projetos às agências da Caixa Econômica Federal - CEF, que se aprovado liberava os recursos e financiamento, ficando a empresa responsável por todo o processo, de compra dos terrenos às construções e localizações (OLIVEIRA, 2017). A forma como o poder público agiu com passividade fez com que houvesse fragilidades no planejamento e aplicação de instrumentos urbanísticos nas cidades (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

A forma como o programa impactou, principalmente no urbano brasileiro, reverbera em vários aspectos por meio da distribuição de, segundo Brasil (2021), 5.173.235 UHs e R\$ 540.569.358.293,00 em investimentos pelo país. Dado a abrangência espacial do PMCMV e suas repercussões, Amore (2015, p. 18), diz que “o sucesso quantitativo e a boa repercussão na opinião pública fizeram o Programa se consolidar na política urbana em nível nacional, com impactos que estão se fazendo sentir no cotidiano das cidades grandes, médias e pequenas”.

As repercussões e principais características da atuação do PMCMV em nível nacional fizeram-se por meio de múltiplos processos que se articularam com interesses variáveis, realidades, cidades e contexto locais, bem como articulações com o ponto central de acumulação e reprodução dos capitais imobiliários e fundiários. Dentre alguns, pode-se citar a questão das localizações, padronizações,

influência da atuação de agentes e interesses, influência na expansão urbana, especulação imobiliária, impactos econômicos e sociais e entre outros (VASCONCELOS, 2015; ROLNIK, 2019).

Em relação aos aspectos quantitativos e econômicos que o PMCMV favoreceu, Ronilk (2019), observa que ele contribuiu no efeito econômico, principalmente para o setor da construção civil. Portanto, o programa atou e favoreceu várias dinâmicas nas cidades, assim como nas regiões brasileiras.

Na região nordeste do Brasil, o PMCMV entregou um total de 1.349.883 habitações no período (2009-2020), somando 114.504.615.110,00 em recursos aplicados. O Nordeste, segundo Brasil (2021), ficou atrás somente da região Sudeste no quesito UHs entregues pelo PMCMV (Tabela 1). Em relação ao quantitativo de UHs por faixa de renda, observa-se que, conforme mostra a Tabela 1, a Faixa 2 foi a que teve maior número de habitações e a Faixa 1 veio logo em seguida com um quantitativo próximo. As faixas 1,5 e 3 obtiveram uma menor expressão de financiamentos. Infere-se que a partir da revelação dos dados, houve uma repercussão expressiva na população mais pobre dessa região do país, pois a Faixa 1 atende a população sem renda mensal ou com pouca renda, denotando a influência dessa política na diminuição de desigualdades regionais

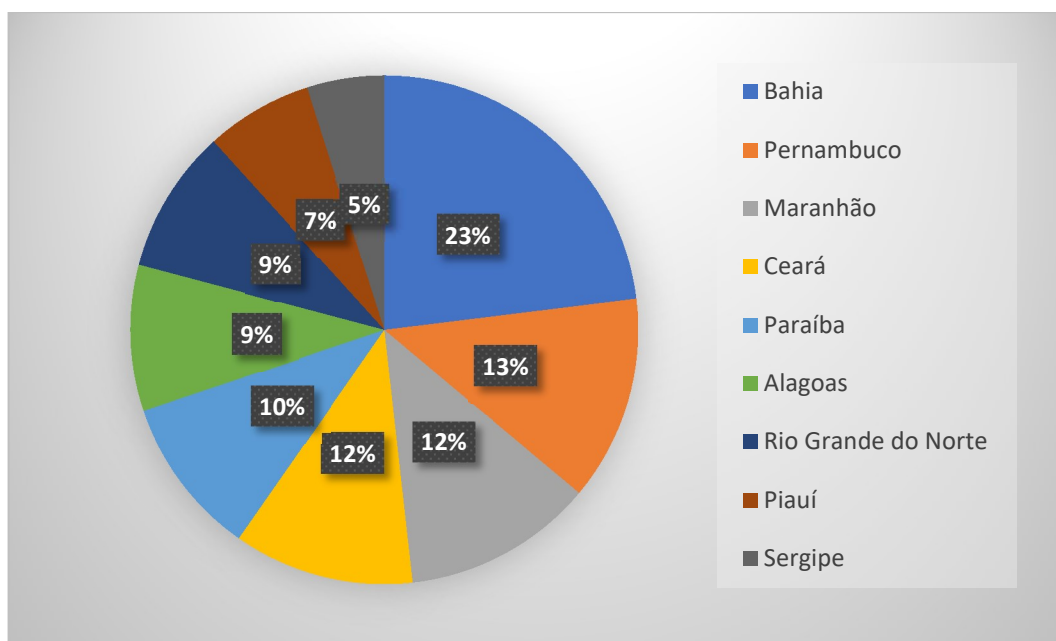
Tabela 1 – Quantitativo das UHs entregues pelo PMCMV no Nordeste (2009-2020)

Faixa	Quantitativo de UHs	Recursos (R\$)
Faixa 1	614.147	37.650.754.697,00
Faixa 1,5	33.638	3.803.942.479,00
Faixa 2	656.394	67.075.631.351,00
Faixa 3	45.704	5.974.286.583,00
Total	1.349.883	114.504.615.110,00

Fonte: Brasil, 2021

No que se refere aos estados da região Nordeste, é possível visualizar a distribuição a partir do Gráfico 1, onde a Bahia aparece com o maior quantitativo (23%), vindo logo em seguida com quantidade próxima: Pernambuco (13%), Maranhão (12%), Ceará (11%), Paraíba (10%) e Alagoas e Rio Grande do Norte, ambos com (9%). Os estados do Piauí (7%) e Sergipe (5%) aparecem como o menor quantitativo.

Gráfico 1 – UHs entregues por estado da região Nordeste

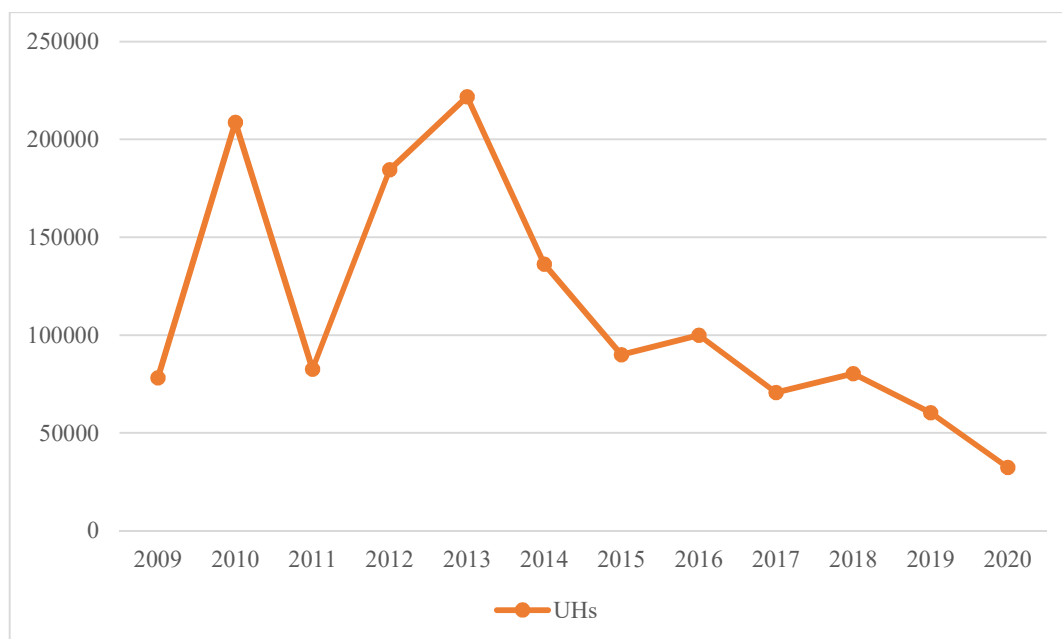


Fonte: Brasil (2021)

O Banco financiador teve papel importante na operacionalização do PMCMV, pois era o responsável por receber as propostas de financiamento e a liberação de recursos aos agentes, por meio de aportes do Governo Federal. No nordeste a maior parte dos financiamentos foram através da CAIXA com 83%, e o Banco do Brasil (12%), outros soma 5%. Observa-se que os dois bancos com maior quantitativo foram a CAIXA e o Banco do Brasil, que juntos perfazem 95%, esses bancos são estatais e possuem grande capilaridade nos municípios brasileiros, e com forte presença nos municípios menores da região Nordeste.

O Gráfico 2 demonstra a distribuição temporal das UHs entregues pelo PMCMV na região Nordeste, tendo em vista o período 2009 a 2020. Verifica-se que o programa teve picos de investimentos nos anos de 2010, 2012, 2013 e 2014, apresentando acentuada queda após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Depois de sucessivas quedas em 2017 e 2018, o programa apresenta menor quantitativo de sua história nos anos de 2019 e 2020, após o Presidente Jair Messias Bolsonaro assumir o governo federal, chegando ao seu fim em agosto de 2020.

Gráfico 2 – UHs entregues no Nordeste, por ano (2009-2020)



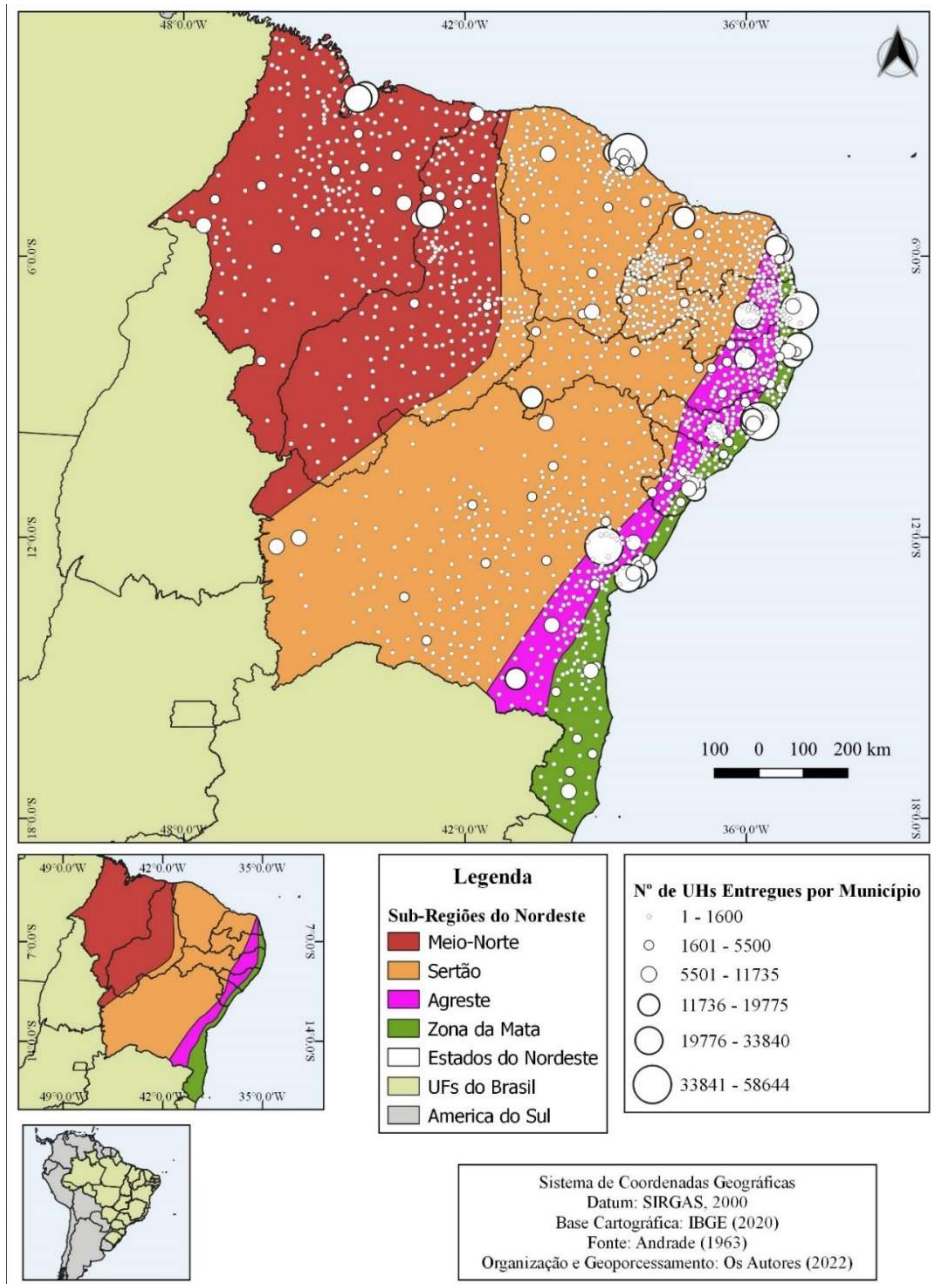
Fonte: Brasil (2021)

Assim, o PMCMV teve acentuado papel na promoção de financiamentos habitacionais na região nordeste, presente em todos os estados e com a maioria nas cidades (94%). Essa produção especializou-se sobre uma região heterogênea e com um passado histórico que suscita um pensar sobre o PMCMV em sua especialização nessa região do país.

A ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL DO PMCMV NAS SUB-REGIÕES DO NORDESTE

A forma como a produção do PMCMV no território especializou-se acabou por contemplar 1.709 municípios, isto representa 95% dos municípios da região. Como a Figura 2 mostra, a partir de círculos proporcionais, é possível verificar que o programa distribuiu-se de forma desigual pela região, ou seja, houve tendências diferenciadas da forma como o PMCMV atuou no financiamento de habitações em cada sub-região caracterizada por Andrade (1963).

Figura 2 – Espacialização das UHs do PMCMV nos municípios do Nordeste (2009-2022)



Fonte: Andrade (1963); IBGE (2020); Brasil (2021). Organização e Geoprocessamento: Os autores (2022).

Com a Figura 2 também pode-se observar que as tendências de concentração, ou seja, porções em que a quantidade de UHs produzidas com financiamento do programa tornou-se maior que em outras áreas, ocorreu nas sub-regiões Zona da Mata e Agreste. As maiores cidades do Nordeste são localizadas nessas sub-regiões, a exemplo da maioria das capitais e suas regiões metropolitanas, que em conjunto

com as cidades médias como Campina Grande, Caruaru e Feira de Santana congregam as áreas de maior concentração de habitações pelo PMCMV.

A Zona da Mata foi a primeira área alvo de ocupação e colonização do Brasil, essa região possui alta concentração demográfica e urbana do nordeste, com forte tendência de concentração histórica da indústria e do comando das dinâmicas econômicas, políticas e culturais do Nordeste. O Agreste, por sua vez, congregou-se como uma expansão da Zona da Mata, já na transição para o sertão, possuindo também uma dinâmica maior de cidades e da própria economia, onde apresentou, junto com a Zona da Mata, maior concentração de municípios com intensidade de UHs (ANDRADE, 1963).

A quantidade de UHs fora dessas duas sub-regiões, discutidas no parágrafo anterior, é menor em direção as sub-regiões do Sertão e Meio Norte, onde a espacialização apresenta uma dispersão maior e com menos intensidade, conforme a Figura 2 demonstrou. Essas sub-regiões foram ocupadas e colonizadas posteriormente a ocupação das sub-regiões Zona da Mata e Agreste, onde se teve uma dispersão populacional muito mais fragilizada e, muitas vezes, vulnerável ao clima semiárido do Sertão e à exploração da população agrária, em que a concentração de terras ainda hoje é forte. A ocupação que teve foco na criação de gado e na instalação de fazendas também favoreceu a dinâmica dessas sub-regiões (ANDRADE, 1963).

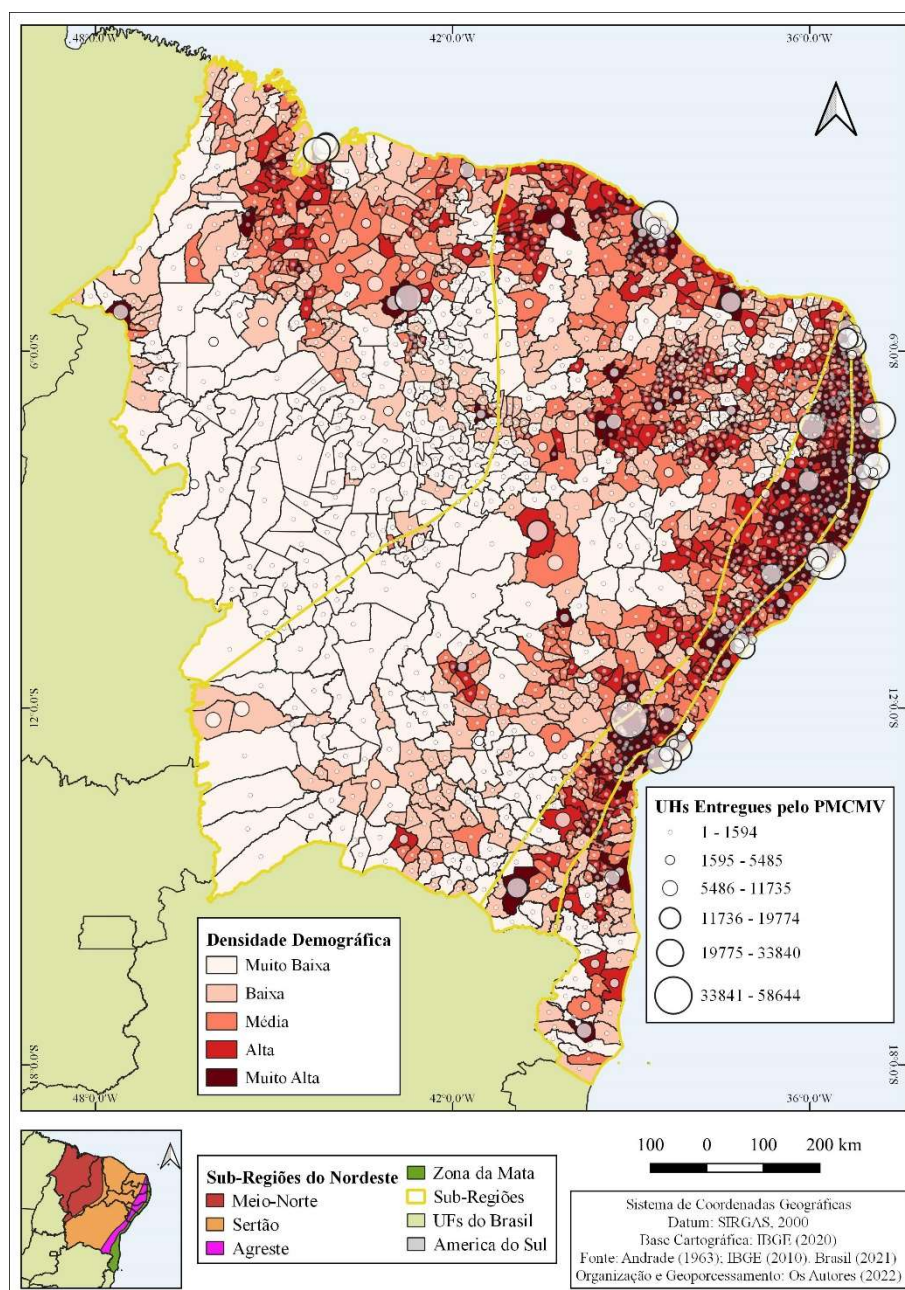
Assim, observou-se também que a dinâmica da produção de UHs por município das sub-regiões Sertão e Meio Norte apresentou um maior destaque para as capitais dos estados, Regiões Metropolitanas - RM e Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDE. No sertão os pontos de maior concentração ocorrerão em Fortaleza e os municípios próximos, principalmente os que integram sua RM, na RIDE Petrolina – Juazeiro, assim como cidades médias a exemplos de Crato – CE, Mossoró – RN e Sobral – CE; já na sub-região Meio Norte, aparecem com maior intensidade São Luís e sua RM, Teresina e a RIDE Grande Teresina, assim como cidades médias como Parnaíba – PI, Picos – PI, Imperatriz – MA.

A Figura 3 traz a espacialização da Densidade Demográfica com a sobreposição das UHs do PMCMV na simbologia de círculos proporcionais. A Densidade Demográfica é a relação entre o número de habitantes e a área que os mesmos estão situados, ou seja, a divisão entre a população absoluta e a área por km² onde ela se localiza. A maioria dos municípios de maior densidade populacional situam-se nas sub-regiões Zona da Mata e Agreste, em que o número de municípios é maior e a população total também, isto é, pequenas áreas com bastante população habitando.

Observa-se, com base na Figura 3, a maioria dos municípios com elevado número de UHs possui Muito Alta ou Alta densidade demográfica. No entanto, a correlação entre densidade e UHs entreguem

não é forte nos municípios com menor UHs, principalmente na Zona da Mata e Agreste, pois há muitos municípios com pouca expressão de UHs recebidas e com densidade Muito Alta ou Alta. Dessa forma, a correlação entre Densidade e UHs não apresenta significativa relação.

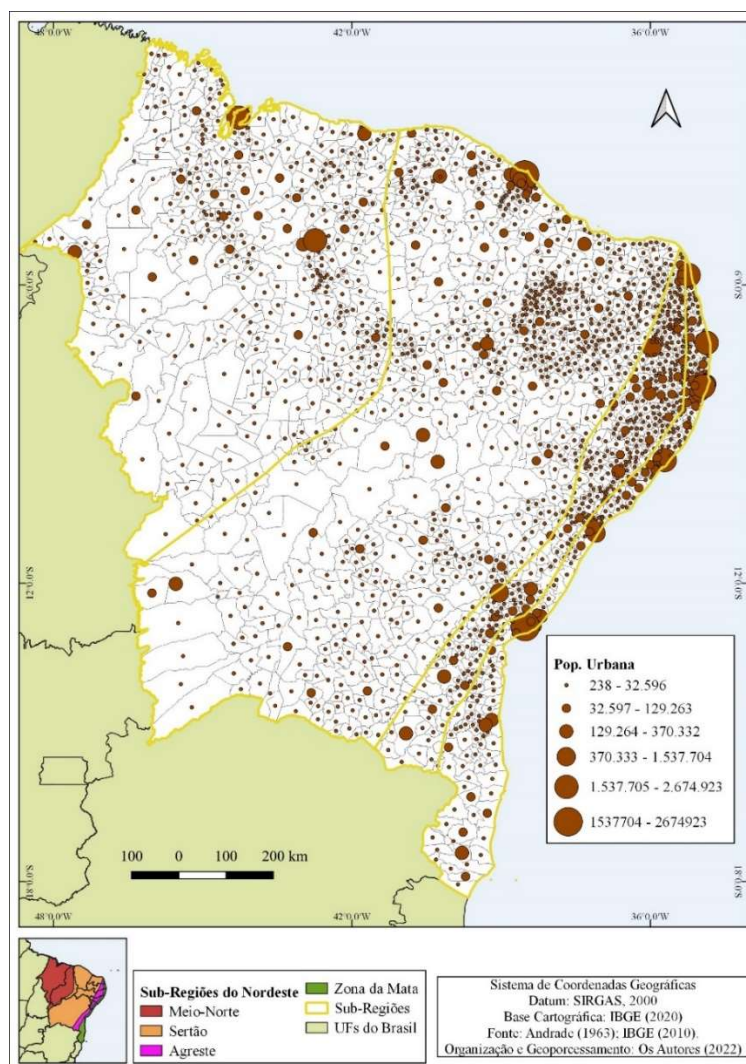
Figura 3 – Densidade Demográfica e UHs do PMCMV nas sub-regiões (2009-2022)



Fonte: Andrade (1963); IBGE (2020); Brasil (2021). Organização e Geoprocessamento: Os autores (2022).

Outro dado importante para dimensionar e entender as tendências de espacialização do PMCMV nas sub-regiões do Nordeste, é a população urbana, ou seja, as pessoas que residem nas cidades, pois o PMCMV teve mais de 90% de sua produção realizada nas cidades. Em relação a essa dados, a Figura 4 destaca a distribuição da população urbana nas sub-regiões, em que se tem a maior concentração na Zona da Mata e Agreste. Verifica-se que a correlação entre população urbana e UHs entregue é alta. Infere-se que uma dos aspectos que mais influenciou na espacialização do PMCMV foi a dinâmica urbana, que é mais intensa, dessa forma, na Zona da Mata e Agreste.

Figura 4 – Espacialização da população urbana nos municípios das sub-regiões (2009-2022)



Fonte: Andrade (1963); IBGE (2020); Brasil (2021). Organização e Geoprocessamento: Os autores (2022).

A concentração de UHs entregue se relacionam, apreende-se, principalmente de acordo com as características demográficas e urbanas do nordeste, onde as sub-regiões revelam subespaço produzidos

a partir do processo histórico de produção do espaço, dado a própria formação territorial da região nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Nordeste foi, historicamente, dotada de diversidade forte do ponto de vista não somente “natural”, mas da população e economia. A presença de riquezas e pobreza concomitantemente a uma realidade fragilizada nas ações e nos discursos dotam o Nordeste como fruto de reflexão de vários pensadores brasileiros, com destaque, nessa pesquisa, para o intelectual Manuel Correia de Andrade, onde buscou ao longo da vida discutir o Brasil e o nordeste em suas particularidades, condições e contradições. Assim, uma das formas de se pensar o Nordeste recaiu a partir de recortes da totalidade, isto é, as sub-regiões do Nordeste, onde cada porção compreende um conjunto dinâmico de sociedade e natureza.

As políticas públicas, nesse sentido, não podem ser vistas distantes dessa realidade, pois são resultado das ações públicas, mas também da conformação da dinâmica territorial de cada realidade. O PMCMV, como discutido no decorrer do texto, notabilizou-se como importante política na provisão de financiamentos habitacionais na região Nordeste, onde esteve presente em 95% dos municípios.

O olhar para a espacialização do PMCMV tendo como referência as sub-regiões de Manuela Correia de Andrade, foi possível observar que as tendências de concentração estiveram nas sub-regiões Zona da Mata e Agreste, e as dispersões nas sub-regiões Sertão e Meio Norte; onde também questões de população urbana, influência na REDE urbana regional, capitais e regiões metropolitanas influenciaram na forma como o programa se localizou nas sub-regiões.

Destarte, a partir da discussão presente no artigo, foi possível trazer um panorama sobre a distribuição do PMCMV na região nordeste, enfatizando a distribuição diferenciada a partir das sub-regiões de Manuel Correia de Andrade, bem como os aspectos demográficos e urbanos atrelados a cada sub-região. Ainda persistem lacunas e questões que podem ser alvo de aprofundamentos a partir de novas pesquisas no futuro, que possam abarcar, por exemplo, a relação com o déficit habitacional atendido e o papel da influência política local e regional.

REFERÊNCIAS

- AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Relatório do número de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MDR, 2021.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MAIA, D. S.; MARAFON, G. J (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro. As dimensões corporativas do Programa Minha Casa Minha Vida: o dilema do limite entre política social e política econômica. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas (org.). **Vinte e dois anos da política habitacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

VASCONCELLOS, Carla Portal. **As políticas públicas de habitação e o território: análise do Programa Minha Casa, Minha Vida nos municípios de Carazinho, Marau e Passo Fundo/RS**. 2015. 282 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PLANEJAMENTO REGIONAL PARA O MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA REGIONAL A PARTIR DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR

José Geraldo Pimentel Neto
Keilha Correia da Silveira

RESUMO

Neste estudo focou-se desenvolver uma investigação para o município de Barra do Corda (MA) no que tange a abertura, oferta de novos cursos e continuidade de uma Faculdade privada para região. A abordagem desta pesquisa tem cunho crítico-descritivo, por meio do método dedutivo com dados secundários de plataforma de pesquisa como IBGE, IPEA, MEC, entre outros que tem como base teórica chave “lugares centrais” e sua relação de atração com cidades de menor porte dentro de uma a região de influência que está relacionada com a atração a partir da estrutura de serviços/comércios de uma determinada cidade de maior porte, que é o caso para a cidade de Barra do Corda, pois é um centro de Zona, atraindo pessoas e fluxo de capital de nove municípios. Os resultados desta pesquisa indicam que o processo de atração para os serviço de educação superior privado pode ocorrer já que, em um raio de aproximadamente 300km, não há nenhuma outra cidade oferecendo este tipo de serviço educacional. Além disso, há situações específicas (recursos, falta de parentes na região, dificuldade de locomoção, entre outros) que impedem, uma parcela da sociedade, de sair para outras áreas para utilizar tal serviço educacional de ensino superior.

Palavras-chave: Planejamento regional; Região de influência; Dinâmica regional; Educação superior; Barra do Corda no Maranhão

ABSTRACT

This study focused on developing an investigation for the municipality of Barra do Corda in Maranhão regarding the opening, opening of new course and continuity of a private college for the region. The approach of this peesquisa has a critical-descriptive nature, through the deductive method with secondary data from a research platform such as IBGE, IPEA, MEC, among others, which has as its key theoretical base "central places" and its attraction relationship with smaller cities within a region of influence that is related to attraction from the structure of services/trades of a given larger city, which is the case for the city of Barra do Corda, as it is a center of Zona, attracting people and capital flow of nine municipalities. The results of this research indicate that the process of attraction to the private higher education service may occur since, within a radius of about 300km, there is no other city offering this type of educational service. In addition, there are specific situations (resources, lack of relatives in the region, difficulty in locomotion, among others) that prevent, a portion of society, from going to other areas to use such educational service in higher education.

Keywords: Regional planning; Region of influence; Regional dynamics; Higher education; Barra do Corda in Maranhão.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco teórico o debate desenvolvido pelo geógrafo alemão Walter Christaller que formulou a teoria dos lugares no seu livro “Central Places in Southern Germany” (1966). Ele verificou certa ordem nos padrões de centralidade das cidades a partir da sua lógica de povoamento e prestação de serviços.

É importante destacar que outrora a abordagem geográfica partia do local, da situação das cidades, das suas origens e funções, de sua influência, porém, sendo desenvolvidos estudos não associados e/ou articulados com essas temáticas ao mesmo tempo. O que fez Christaller foi incorporar esta abordagem articulada, contendo ainda, a posição relativa que cada cidade tinha numa organização geral do povoamento e áreas de influência a partir dos serviços prestados em cada cidade. Neste sentido, o objetivo principal de sua teoria é explicar a organização espacial das povoações e das áreas de influência, em particular a sua localização relativa e dimensão.

Com relação aos procedimentos metodológicos, resumidamente, versam sobre o debate teórico sobre a lógica dos lugares centrais, como já mencionado, o debate da hierarquia urbana brasileira e suas regiões de influência a partir do estudo do IBGE (2020) que para tanto é necessário a coleta de dados secundários nas plataformas do IBGE, IPEA, MEC para gerar mapas temáticos e tabelas analíticas, correlacionando com cenários da região de influência do objeto de estudo que é o município de Barra do Corda, focando a dinâmica da implementação de uma estrutura de educação privada de ensino superior na região e a escolha dos cursos dessa faculdade.

Todo esse debate está associado com a regionalização do estudo do IBGE (2017) que tem como base as análises das regiões imediatas. É verificado que este município possui a maior complexidade urbana para desenvolver vários tipos de ações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, entre outros. Ao tratar a região é verificado que sua população total estimada pelo IBGE (2017) de, aproximadamente, 270 mil habitantes e, ao analisar em Hägerstrand (2013), o fluxo do processo de difusão para os serviços/comércios de baixa e média complexidade está associado ao destino o município de Barra do Corda, pois o município é o mais estruturado, de acordo com os estudos do IBGE (2017 e 2020) e por conta disto ele polariza, em totalidade ou em boa parte a população regional.

Os lugares centrais de Christaller: a base da teoria para o estudo das redes urbanas na lógica da região de influência

Para compreender a teoria dos lugares centrais, Bradford e Kent (1987) fizeram uma síntese da proposta metodológica de Christaller (1966), resultando em oito pontos principais:

1. Existência de uma planície uniforme e sem limites, com igual facilidade de transporte em todas as direções;
2. População igualmente distribuída;
3. Lugares centrais estão localizados para fornecer bens, serviços e funções administrativas à sua área de influência;
4. Consumidores deslocam-se ao lugar central mais próximo que possa fornecer o bem ou serviço que procuram, buscando minimizar as distâncias;
5. Fornecedores agem como agentes econômicos, isto é, têm como objetivo maximizar o lucro, localizando-se na planície de modo a obter o maior mercado possível. Uma vez que os consumidores se deslocam para o centro mais próximo, os fornecedores se localizarão tão longe quanto possível uns dos outros, de forma a maximizar as suas áreas de mercado;
6. Fornecedores procederão dessa forma, desde que esteja dentro do que o consumidor estiver disposto a percorrer;
7. Centros superiores fornecerão certas funções que não são oferecidas pelos centros inferiores, sem deixar de fornecer todas as funções destes;
8. “Todos os consumidores têm o mesmo rendimento e a mesma procura de bens e serviços”.

Dando sequência a teoria, Bradford e Kent (1987) enfatizam que o “alcance ou raio de ação” e “limiar mínimo” de um bem são dois conceitos fundamentais para a teoria de Christaller. É importante perceber que a procura de um bem dependerá de seu preço, pois se o preço aumenta, a procura diminui. Se um consumidor precisa se deslocar a um lugar central para adquirir um bem ele terá menos dinheiro disponível do que aquele que vive no lugar central, ficando sujeito a comprar menos. Essa lógica supracitada é denominada de efeito de fricção da distância, associado ao custo do transporte que provoca a diminuição da procura com o aumento da distância ao lugar central.

Bradford e Kent (1987) chamou alcance ou raio de ação de um bem à distância que o consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem (um produto ou serviço em uma determinada cidade), ou seja, é o raio da máxima dimensão potencial da área de mercado. Quando as procuras de todos os consumidores desta área forem somadas, obtém-se a máxima dimensão potencial do mercado.

Outro ponto verificado em Christaller (1966) é o que ele denominou de “procura mínima” ou “dimensão de mercado” necessária para a venda do bem – limiar mínimo. Para que isso aconteça, os fornecedores precisam se espalhar uniformemente, segundo um padrão triangular. Para assegurar que nenhum cliente deixe de ser servido, os fornecedores se aproximam uns dos outros, interceptando as áreas de mercado originais, transformando-se em áreas hexagonais – o padrão mais eficiente de

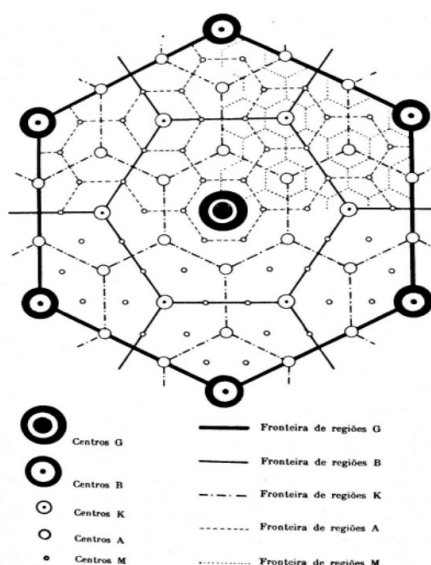
organização que foi denominado de “princípio de mercado” que é a lógica da organização eficiente.

Bradford e Kent (1987) indicam que quanto menor for o limiar, maior será o número de lugares centrais que venderão este bem – chamados de “bens de ordem inferior”. Há muitos centros que só vendem bens de ordem inferior e poucos centros de ordem superior. Centros de ordem superior empregam mais pessoas. Assim, a população dos lugares centrais depende do número de empregos.

Os autores enfatizam que “os centros de ordens diferentes distinguem-se, então, pelo tipo e número de funções que fornecem, pela área de mercado, emprego e população”. Além do princípio de mercado, Christaller também considerou os princípios de tráfego e administração, chamado de rede “ $k = 3$ ”, na qual, esses centros, de cada ordem servem ou dominam três centros: dois de ordem imediatamente inferior e eles próprios.

Christaller (1939, apud BRADFORD e KENT, 1987) identificou arranjos espaciais em rede para ligar os centros. Isto quer dizer que os centros inferiores se localizam ao longo dos caminhos, em linha reta, entre os centros de ordem superior – princípio de tráfego na qual o $k = 4$ e quando for para o para o princípio administrativo o é $k = 7$ que resulta de um hexágono maior e reorientado.

Figura 2 - Ordens de centros e áreas de mercado associadas



Fonte: Vergara (2020)

Em resumo, quando Christaller (1966) analisa o raio de ação de um bem é o pressuposto básico é que as pessoas percorrem distâncias curtas para comprar bens de ordem inferior, tais como, papel, refrigerante, farinha, pão, entre outro. E quando o raio de ação é maior, por exemplo, cirurgias de alta complexidade, compra de bens como carros de luxo ou iates, serviços complexos, entre outros, será verificado um raio bem maior de ordem superior que levará a pessoa para uma grande cidade com maior

complexidade e funcionalidade.

É importante destacar que existem problemas na teoria de Christaller (1966), pois a realidade é mais complexa de que os pressupostos admitidos do teórico, tais como: Linhas de costa, indústrias, localização das matérias primas, planejamento governamental, subjetividade, simbolismo, entre outros fatores que podem diferenciar a ida ou vinda ou nem mesmo saída de uma ordem para outra. Outro fator que deve ser levado em conta é que o governo central, normalmente, não está distribuído de acordo com os princípios da teoria christaliana.

E teoria são realidades limitadas que funcionam como base teórica para estudos diversos que devem ter criticidade na perspectiva do campo e das análises dos dados e, por isso, a principal contribuição para este tipo de estudo na geografia é a compreensão da lógica de povoamento e como colocam Bradford e Kent (1987, p.46) com “a identificação da ordem que se retrata no conjunto do sistema de lugares centrais e áreas de mercado”, pois antes a cidade e sua área de influência eram tratadas separadamente das outras cidades e das respectivas áreas de influência.

Essa realidade supracitada nos estudos de Christaller (1966) pode ser verificada na pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) que tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana do Brasil objetivando estabelecer a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das 5.570 cidades brasileiras. Como são colocadas pelo IBGE (2020) as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir de alguns critérios desenvolvidos pelo estudo tais como:

das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada pela pesquisa. (IBGE, 2020, p.11)

Da mesma forma é verificado intrinsecamente com o estudo do IBGE (2017), principalmente no que se refere com as regiões imediatas, essa relação pode ser verificada na definição a seguir:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. (IBGE, 2017, p.2).

Para validar essa relação é possível verificar que ambas as propostas possuem relação baseada na identificação de cidades-polo, sua força de gravitação e a lógica de influência, gerando uma hierarquização que é identificada no estudo e coincide com as mesmas cidades baseadas na lógica da hierarquia urbana para a cidade de Barra do Corda no Maranhão.

A importante conclusão que se chega é que essa teoria ainda hoje é utilizada em estudos

importantes como os do IBGE (2017 e 2020). Esses dois estudos, por exemplo, são bases para entendimento da região de influência das cidades brasileiras e ajudam a compreender a dinâmica de fluxo e fixo entre as cidades e suas devidas complexidades para o planejamento urbano-regional. Tais estudos fizeram parte deste artigo que associado à teoria dos lugares centrais desenvolveu uma relação entre a cidade de Barra do Corda no Maranhão e sua região de influência para o único serviço de educação superior na cidade e na região.

METODOLOGIA

Metodologia baseada na investigação contendo uma abordagem crítica-descritiva-analítica, por meio do método dedutivo que tem o seguinte ponto focal de teste da hipótese a partir da premissa geral que a lógica dos lugares centrais gera centralizações e regiões de influência, já como premissa particular tem que as cidades brasileiras possuem diversas complexidade e funcionalidade. Nesse sentido, tem-se como conclusão que as cidades brasileiras possuem regiões de influência e centralizações de acordo com suas complexidades e funcionalidades.

A aplicabilidade desta pesquisa foi baseada em dados secundários e entrevistas abertas direcionadas qualitativas com professores de nível superior na região. Os dados secundários versam sobre o debate teórico dos lugares centrais, hierarquia urbana e região de influência; tais dados estão associados às plataformas do IBGE (PIB, População, Taxa de alfabetização, Renda), IPEA (Estrutura de equipamentos urbanos), MEC (número de matriculados no segundo grau) e PNUD (Índice de desenvolvimento humano municipal) para o último ano de cada indicador, pois o mais importante é a compreensão atual dos municípios da região para gerar mapas temáticos e tabelas analíticas, correlacionando com cenários da região de influência do município de Barra do Corda sobre a dinâmica da implementação de uma estrutura de educação privada de ensino superior na região (nove municípios) e a escolha dos cursos dessa faculdade privada.

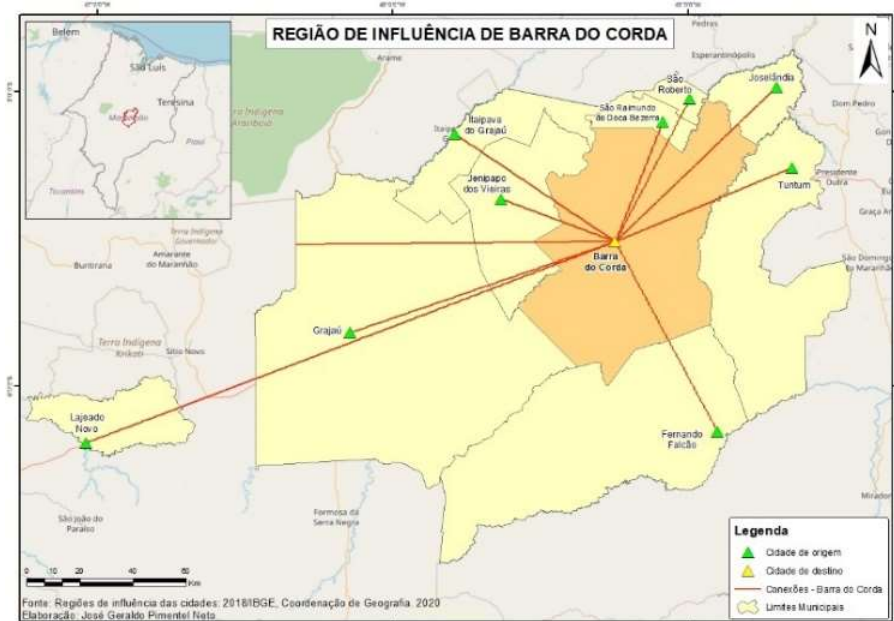
Quanto às entrevistas foram feitas duas perguntas: Por que é importante ter uma Faculdade e mais cursos em Barra do Corda e não nas outras cidades da região? Por que de ter uma faculdade e mais cursos de nível superior em Barra do Corda?. As entrevistas foram realizadas no período de 24 a 28 de maio de 2021, tendo um total de 15 professores de cursos variados como engenharia civil, administração, ciência humanas, farmácia, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os municípios limitados geograficamente por Barra do Corda (Figura 2) são: ao Norte com Joselândia, São Roberto, São Raimundo do Doca Bezerra e Lagoa Grande, ao Sul com Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra e Grajaú, a Leste com Tuntum e a Oeste com Itaipava do Grajaú, Jenipapo e

Grajaú. Eles são, de acordo com IBGE (2020), centros locais, ou seja, são municípios totalmente dependentes de uma cidade de maior porte que é o município de Barra do Corda, que é um centro de zona 4.

Figura 3 - Região de Influência de Barra do Corda-MA



Fonte: IBGE (2020)

De acordo com estudos Correia Filho (2011), o município de Barra do Corda está inserido na Mesorregião Centro Maranhense dentro da Microrregião Alto do Mearim e Grajaú, e abrange uma área de 5.203km², com uma população de 82.692 habitantes e uma densidade demográfica de 15,89 habitantes/km².

Tralhando mais especificamente as estimativas populacionais entre 2013-2017 do IBGE, a população de Barra do Corda era de 87.135 habitantes, sendo composta, em sua maioria, por homens e negros. Entre 2013 e 2017, a população registrou um aumento de 2,49%. A razão de dependência total em Barra do Corda passou de 78,84%, em 2000, para 63,54% em 2010, e a proporção de idosos, de 5,27% para 6,93%. (IBGE, 2010).

Quadro 1 - Região de influência de Barra do Corda-MA

Nome da Cidade	População*	Hierarquia urbana IBGE (2020)
Barra do Corda	88.895	Centro de Zona A
Tumtum	42.242	Centro local
Grajaú	70.692	Centro local
Itaipava do Grajaú	16.464	Centro local
Lajeado Novo	7.653	Centro local
São Raimundo do Doca Bezerra	5.028	Centro local
Fernando Falcão	10.559	Centro local
Jenipapo dos Vieiras	17.123	Centro local
São Roberto	6.856	Centro local
Total da população	265.212 habitantes na região	

Fonte: IBGE (2021)

De acordo com PNUD (2010), o IDHM de Barra do Corda apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, enquanto o IDHM do Estado do Maranhão passou de 0,476 para 0,639. Neste período, a evolução do índice foi de 43,26% para si mesmo, e 34,24% no Estado do Maranhão. Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração 17,75%, o IDHM Educação apresentou alteração 120,35% e IDHM Renda apresentou alteração 13,59%. No questão do raking é verificado que em 2010, o IDHM do município de Barra do Corda ocupava a 3999ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 47ª posição entre os municípios em relação ao Maranhão.

De acordo com o PNUD (2010), o IDHM Educação é composto por cinco indicadores. Quatro deles se referem ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade.

Ao analisar os dados de Barra do Corda, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 95,58%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, era de 75,44%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 46,75%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 21,58%.

De acordo com o IBGE (2010), o indicador Expectativa de anos de estudo sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, ele indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência terá completado ao atingir a idade de 18 anos. No município, esse indicador registrou 5,70 anos em 2000, e 8,95 anos em 2010, enquanto que no Estado

* IBGE - Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2021

registrou 6,87 anos e 9,26 anos, respectivamente. Essa realidade é um primeiro indicativo que a cidade e a região, já que Barra do Corda é o melhor município rakeado, necessidade de ações na área de educação fundamental, ensino médio e superior e isso se materializa nos dados de matrícula do INEP (2020).

Ao trabalhar sobre o foco do artigo, que é o debate sobre educação superior, é verificado que os dados de população matriculada no ensino médio, últimos anos, foco para a educação superior, segundo INEP (2020), para essa regionalização há um total de, aproximadamente 20.000 pessoas para o formato de ensino parcial e mais, aproximadamente, 1.500 pessoas para o formato de ensino integral agregados nos sistemas público e privado.

Outro indicador que pode ser viável para a educação superior são os dados para a população na lógica do ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na mesma plataforma, a população total de EJA no ensino médio é de, aproximadamente, 3.000 pessoas. Ou seja, fazendo o somatório das 20.000 pessoas no regime parcial mais as 1.500 no regime integral e o EJA que possui 3.000 o valor total de pessoas que poderão frequentar a respectiva faculdade com seus cursos é de 24.500 pessoas.

Além disso, há também a população adulta que finalizou o ensino médio e não possui o diploma de nível superior que pode tentar desenvolvê-lo na cidade de Barra do Corda, gerando mais um aumento nos indicadores para a faculdade, normalmente equivale 10% da população da respectiva regionalização, neste caso, podendo chegar a um total de, aproximadamente, 27 mil pessoas.

Em resumo, a um quantitativo estimado de algo em torno de 50 mil habitantes que podem escolher ir estudar nas proximidades da região – na cidade de Barra do Corda na respectiva Faculdade que se torna um ponto de atração baseada na lógica de atração associado ao fator da proximidade física como indica a teoria dos lugares centrais (CHRISTALLER, 1939 apud BRADFORD E KENT, 1987). Além disso, como coloca Liberato (2008) o fator de distanciamento é mais um ponto positivo para a atração e abertura dos cursos e da estrutura universitária privada, pois, o raio de distanciamento de maior quilometragem é de 214 km entre a cidade de Barra do Corda (destino) para a cidade de Lajeado Novo (origem) o restante fica entre 50km até 100km, como indica o quadro 2.

Quadro 2 - Distância entre a cidade e Barra do Corda no Maranhão

Município	Distância para Barra do Corda (Km)
Fernando Falcão	81
Grajaú	106
Itaipava do Grajaú	73
Jenipapo dos Vieiras	46
Joselândia	84
Lajeado Novo	214

São Raimundo do Doca Bezerra	49
São Roberto	61
Tuntum	72

Fonte: IBGE (2020)

Lencioni (2000), ao trabalhar a lógica regional, as populações irão para a menor distância para suprir suas necessidades ilimitadas (comércio e serviços) e por este motivo Barra do Corda se torna um centro de grande atração, pois outros centros urbanos de mesma ou maior complexidade possuem distâncias muito maiores dificultando a ida desta população para essas outras localidades.

É importante destacar que estando na mesma região muitos poderão ter parente, familiares ou mesmo amigos que proporcionam uma moradia mais barata, gerando a permanência da pessoa na cidade de Barra do Corda já que há a estrutura universitária com os devidos cursos de interesse. Essa realidade é rotineira nessa região e isso possibilita a diminuição de custos que se fosse para outra localidade geraria mais dispêndio.

E foi o que indicaram os 15 professores da respectiva Faculdade nas entrevistas. Essas entrevistas foram feitas de forma remota utilizando o aplicativo ZOOM. Ao entrevistá-los foram identificando pontos de cinergia nas respostas dos quinze entrevistados. Uma delas é a questão da proximidade de parente na cidade de Barra do Corda, esse cenário é verificado para uma boa quantidade dos alunos que, segundo os professores 100% são da região e dessa lógica algo entorno de 60% é da própria cidade de Barra do Corda, o restante, 40% são dos outros municípios relacionados na região.

Nessas entrevistas outro ponto de destaque é que a saída de parte da sociedade de Barra do Corda e região está associada ao poder aquisitivo e aos cursos que não são oferecidos na região, principalmente, os de engenharia civil e farmácia, por este motivo, no período da entrevista, os professores estavam em recesso de avaliação do Ministerio da Educação (MEC) para abertura desses dois cursos.

Com relação aos professores entrevistados, 10 dos 15, eram da região e foram estudar fora dela se aperfeiçoarem, se especializaram, trabalharam fora da Região, principalmente em Imperatriz e Açailândia e hoje voltaram para trabalhar na região natal ou são da cidade de Barra do Corda ou fazem parte da região supracitada. Mais um ponto de relevância para a estrutura educacional de ensino superior privada. Deve-se levar em conta que os professores podem, em alguma medida, estarem defendendo o seu vínculo empregatício, ou seja, partindo de um interesse individual oportunizado pelo trabalho com a Faculdade, mas o ponto focal é que há uma sinergia entre a relação do serviço educacional superior com o fluxo de demandas da região.

Esses pontos indicam que mesmo fazendo partindo de uma lógica capitalista globalizada das

práticas espaciais, seletividade e antecipação espacial de Corrêa (2003), é verificado um possível crescimento econômico regional que pode, por ventura, proporcionar desenvolvimento, em alguma medida, para região. Além disso, pode ajudar nas práticas do planejamento regional para região, ou seja, que os municípios possam perceber que há uma interação e que essa lógica pode proporcionar uma ação mais integradora para os município e gerar, de fato, possíveis ações de planejamento e desenvolvimento urbano-regional para a respectiva região, basta esses municípios iniciarem boas práticas de gestão pública para a lógica da região baseando-se nas questões das necessidades populacionais e de infraestrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como foco a base teórica dos lugares centrais que estabelece as hierarquias e os vínculos entre as Cidades, bem como a delimitação das áreas de influência de uma data área geográfica, que no caso deste artigo, é o Brasil, mais especificamente, o Estado do Maranhão, partindo da cidade-polo Barra do Corda e sua região de influência que coincide com a região imediata do IBGE (2017).

O objetivo deste artigo foi compreender a importância da estrutura do serviço educacional privado de ensino superior para geração de atração, focando a implementação/desenvolvimento da Faculdade e de novos cursos na cidade de Barra do Corda no Maranhão. Essa realidade faz com que os habitantes dessa região tenham novas possibilidades dentro da lógica local-regional no processo de aprendizagem e diplomação no ensino superior. Neste sentido, novas possibilidades econômicas e sociais foram/são geradas para a localidade e seus respectivos municípios da região imediata e influência ambas estudadas pelo IBGE (2017 e 2020).

A problemática que foi verificada é a demonstração do quanto é importante uma implementação de uma faculdade, mesmo privada, em uma cidade com uma população acima de 50 mil habitantes e com menos de 100 mil habitantes que possua certa complexidade estrutural regional (Barra do Corda – centro de zona A), pois a cidade possui força de atração, tendo um processo de influência das cidades menores de sua região, proporcionando necessidades para a lógica econômica, social, cultural e política da região.

Conclui-se que a implementação e continuidade, inclusive com novos cursos, é importante para o crescimento econômico da região e permanência dos cérebros, da lógica do fluxo do capital e da lógica comercial, como coloca Myrdal (1960), evitando a dinâmica da causação circular acumulativa negativa. Obviamente que há uma lógica capitalista globalizada associada a uma dinâmica das práticas espaciais de seletividade e antecipação espacial, mas mesmo havendo essa situação voltada ao mercado é

importante destacar que a prática do planejamento regional necessita da dinâmica economia do setor privado.

Finalmente, não podemos colocar como uma prática de planejamento regional, pois não é uma ação de política pública, mas pode “abrir os olhos” para novas necessidades de estruturas e instituições para essas regiões que não possuem essa realidade e indiquem possibilidade de abertura de um ambiente estrutural para as ações das públicas de educação superior em localidades que não fazem parte da primazia econômica, política, social e cultural, mas já há uma sinergia de força de atração que, em alguma medida, possa levar uma estrutura pública de educação superior para minimizar as disparidades regionais e sociais, promovendo uma política de planejamento urbano-regional de descentralização.

REFERÊNCIAS

- BRADFORD, Michael. G.; KENT, William Ashley. **Geografia humana: teorias e suas aplicações**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1987.
- CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Tradução de Carlisle W. Baskin. New Jersey: Prentice-Hall, 1966, p. 236.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio; LOPES FILHO, José Barbosa. **Estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Barra do Corda**. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011.
- HÄGERSTRAND, Torsten. **A propagação de ondas de inovação**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 2, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias**, Rio de Janeiro, IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Dados de matriculados para o ano 2020**. Brasília, 2020.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- LIBERATO, Rita de Cássia. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. In: **Caderno de Geografia**. v.18, n.29. Belo Horizonte, 2008, p.127-136.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2ª Ed., London: Gerald Duckworth&Co, 1960.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 08 mai. 2022.
- VERGARA, Roberta Mara de Oliveifra; FONSECA, Samuel Ferreira da ; OLIVEIRA, Nilton Marques de. Região Imediata de Dianópolis - Tocantins: interpretando suas atividades produtivas. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 14, p. 47-68, 2020.

DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL- URBANO NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES – AL

Maurício Luiz dos Santos
Marciana Conceição da Silva
Clelio Cristiano dos Santos

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, as relações campo-cidade passaram por profundas transformações, que resultaram em novas dinâmicas socioterritoriais entre esses espaços e a necessidade de discutir as ressignificações dos conteúdos de rural e urbano. Essa nova dimensão do urbano e do rural, isto é, das relações sociais, econômica, políticas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, exige a compreensão de que esses recortes territoriais devem ser pensados, enquanto totalidade, como espaços interdependentes e complementares. Diante disso, a proposta dessa pesquisa é analisar a atual dinâmica socioterritorial das relações campo-cidade e rural-urbano do município de União dos Palmares- AL, visando à apreensão de novas interdependências e complementaridades que caracterizam esses espaços e os seus conteúdos sociais. Para tanto, parte-se do entendimento que campo e cidade são formas espaciais produzidas por relações sociais, cujos conteúdos rural e urbano constituem respectivamente as relações sociais que configuram o modo de vida específico de cada um desses espaços. Todavia, esses conteúdos podem extrapolar os seus supostos limites espaciais de origem, manifestando ruralidades e urbanidades que se combinam tanto no campo quanto na cidade, constituindo espaços híbridos.

Palavras-chave: Espaço urbano; Espaço rural; Urbanidades; Ruralidades; Espaço híbrido.

ABSTRACT

From the second half of the 20th century onwards, rural-city relations underwent profound transformations, which resulted in new socio-territorial dynamics between these spaces and the need to discuss the re-significations of rural and urban contents. This new dimension of the urban and the rural, that is, of the social, economic, political and cultural relations established between the countryside and the city, requires the understanding that these territorial cuts must be thought of, as a totality, as interdependent and complementary spaces. Therefore, the purpose of this research is to analyze the current socio-territorial dynamics of rural-city and rural-urban relations in the municipality of União dos Palmares-AL, aiming at apprehending new interdependencies and complementarities that characterize these spaces and their social contents. Therefore, it starts from the understanding that countryside and city are spatial forms produced by social relations, whose rural and urban contents respectively constitute the social relations that configure the specific way of life of each of these spaces. However, these contents can extrapolate their supposed spatial limits of origin, manifesting ruralities and urbanities that combine both in the countryside and in the city, constituting hybrid spaces.

Keywords: Urban space; Rural space; urbanities; Ruralities; Hybrid space.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, as relações campo-cidade passaram por profundas transformações, que resultaram em novas dinâmicas socioterritoriais entre esses espaços e a necessidade de discutir as ressignificações dos conteúdos de rural e urbano. Com os avanços da técnica e a sua irradiação no espaço geográfico, a dinâmica socioespacial vem se tornando cada vez mais complexa no atual período histórico, ao ponto de ser cada vez mais difícil separar o que é urbano do que é rural.

No Brasil, a retomada dos estudos e das reflexões sobre as relações campo-cidade, ocorrida a partir do início dos anos 1990, encontra-se associada tanto ao debate sobre a tendência à urbanização da sociedade, em razão do processo de modernização tecnológica e científica ocorrido no campo, ampliando as relações entre agricultura e indústria, quanto ao processo de revalorização do campo, associado à presença de atividades não agrícolas, como o turismo, fazendo emergir novas ruralidades (SANTOS, 2019).

Essa nova dimensão do urbano e do rural, isto é, das relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, exige a compreensão de que esses recortes territoriais devem ser pensados, enquanto totalidade, como espaços interdependentes e complementares. O estudo da relação campo-cidade, portanto, torna-se essencial para a compreensão da dinâmica socioespacial, pois, apesar do rural e do urbano caracterizar especificamente cada um desses espaços, seus conteúdos podem extrapolar seus recortes de origem, combinando-se em cada espaço, seja na escala local ou regional, constituindo-se em ruralidades e urbanidades.

A abordagem do hibridismo espacial argumenta que há uma permanência de diferentes ruralidades e urbanidades derivadas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais, ultrapassando uma visão político-administrativa dicotômica e destacando relações e processos sociais no espaço. Os novos relacionamentos entre o rural e o urbano, portanto, retratam interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementariedade territorial. Essas novas relações possibilitam que o campo e a cidade não percam suas identidades social, econômica e cultural.

No âmbito dessas discussões, o município de União dos Palmares apresentava, até a década de 1970, uma realidade essencialmente rural, com 67,5% da sua população vivendo no campo e uma economia fortemente marcada pela agricultura canieira e por um expressivo processo de modernização das usinas. Todavia, associado a esse processo de modernização no campo, ocorreu um expressivo processo de expulsão dos pequenos proprietários do campo, desencadeando um expressivo

fluxo de migrantes em direção à cidade (SILVA, 2017). Atualmente, o município de União dos Palmares apresenta uma taxa de urbanização de 76% e apresenta um acelerado processo de expansão do espaço urbano (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, emerge a questão central desta pesquisa: que aspectos caracterizam as atuais relações campo-cidade e rural-urbano no município de União dos Palmares? Isto posto, parte-se do pressuposto de que a atual dinâmica socioterritorial das relações campo-cidade e rural-urbano se tornaram mais complexas, com novas interdependências e complementaridades, cujos modos de vida urbano e rural extrapolam os seus espaços de origem, manifestando urbanidades e ruralidades que se articulam e caracterizam a escala municipal.

Objetiva-se, assim, analisar a atual dinâmica socioterritorial das relações campo-cidade e rural-urbano do município de União dos Palmares –AL, visando à apreensão das novas interdependências e complementaridades que caracterizam esses espaços e os seus conteúdos sociais. Busca-se, mais especificamente, identificar os principais fluxos existentes e a maneira como eles articulam os espaços urbano e rural do município e verificar junto à população palmarina e aos representantes do poder público e dos setores econômicos as principais formas de manifestação de ruralidades e urbanidades no município.

METODOLOGIA

A partir de uma abordagem crítica, a pesquisa se encontra fundamentada no materialismo histórico dialético. E quanto à natureza dos dados, trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, caracterizada pela necessidade de dados que possibilitam tanto uma análise estandardizada da realidade, embasada em dados estatísticos, quanto uma análise processual, descritiva e discursiva, alicerçada na observação direta através de entrevistas, questionários e/ou formulários, entre outros instrumentos e técnicas de pesquisa.

O local de estudo empírico dessa pesquisa é o município de União dos Palmares- AL, que está localizado na Mata Alagoana, distando 73 km da capital. União dos Palmares ocupa uma superfície territorial de 420.720 km², limitando-se com os municípios de São José da Laje, Ibateguara, Joaquim Gomes, Branquinha e Santana do Mundaú.

De acordo com o censo de 2010, a população do município era de 63.358 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 148,24 hab./km² e uma taxa de urbanização de 76%. O município possuía 15.972 domicílios permanentes, sendo 12.564 urbanos e 3.408 rurais. A população estimada em 2019 era de 65.611 habitantes (IBGE, 2021).

Realizou-se, inicialmente, o estudo da fundamentação teórico-metodológica pertinente ao tema pesquisado. Em outro momento, desenvolveu-se pesquisas documentais e bibliográficas sobre o município e mais especificamente sobre as características e a dinâmica dos espaços urbano e rural. No tocante às entrevistas e à aplicação dos formulários, abordou-se representantes de órgãos públicos e de instituições privadas. Optou-se por entrevistas informais desestruturadas que possibilitaram discutir questões relacionadas aos objetivos da pesquisa de forma não roteirizada.

Quanto à aplicação dos formulários, trabalhou-se com uma amostragem não probabilística, sem rigor matemático ou estatístico, com o intuito de apreender, de forma qualitativa, os principais aspectos relacionados aos objetivos específicos da pesquisa. Na cidade, foram aplicados 90 formulários, sendo aplicados 5 (cinco) formulários em cada um dos 18 (dezoito) bairros que constituem a mancha urbana palmarina. No campo, foram aplicados 85 formulários, abarcando 5 (cinco) formulários em cada uma das 17 (dezessete) localidades rurais visitadas. Em ambos os casos, a aplicação da amostra se deu de forma aleatória, respeitando-se apenas os parâmetros pré-estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de União dos Palmares está organizado político-administrativamente em três distritos: o distrito sede de União dos Palmares, elevado à categoria de cidade através do decreto de Lei nº. 1.113/1889; o Rocha Cavalcanti, elevada categoria de distrito por meio da lei nº 1093/2007; e o Timbó, elevado a categoria distrito através da lei 1141/2009. Registra-se também a existência de dois importantes aglomerados urbanos, os povoados de Pindoba e do Muquém. (Figura 1).

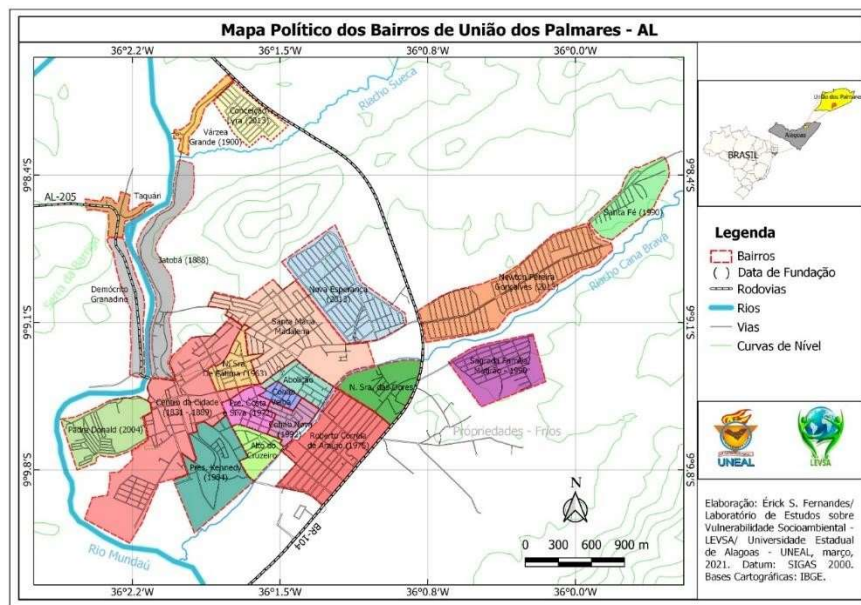
Figura 1 – Mapa Político-Administrativo de União dos Palmares



Fonte: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/296ontexto296-de-uniao-dos-palmares/resource/b15b207c-52b9-461a-374-a4b766a1636b>. Acesso em: 21/04/2021.

A cidade de União dos Palmares está localizada na margem esquerda do rio Mundaú, ocupando uma área de 26,25 km² e é constituída atualmente por 18 bairros, sendo eles: Centro, Roberto Correia de Araújo (Robertão), Taquari, Cohab Velha, Cohab Nova, Alto do Cruzeiro, Abolição, Santa Maria Madalena, Nossa Senhora de Fátima, Presidente Kennedy, Presidente Costa e Silva, Sagrada Família (Mutirão), Santa Fé, Nossa Senhora das Dores (Vaquerjada), Padre Donald, Newton Pereira, Nova Esperança e Conceição Lyra (Figura 2).

Figura 2 – Localização e organização dos bairros de União dos Palmares



Elaboração: Erick Fernandes, 2021.

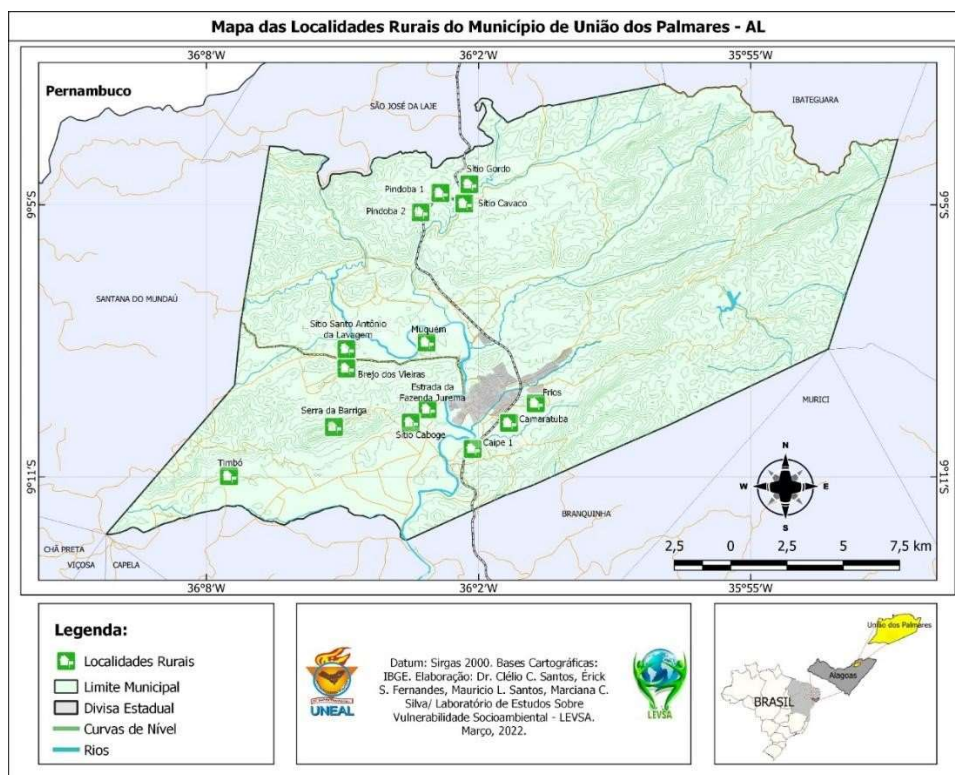
O campo palmarino, ocupa uma área de 401,57 Km² e é constituído por serras, sítios, ranchos, povoados e fazendas. Quanto à utilização das terras, 50% é ocupada por pastagens, 32% por lavouras e as matas e florestas ocupam 18% do espaço rural de União (IBGE, 2021).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), União possui 1.650 estabelecimentos agropecuários, abrangendo uma área de 22.641 ver. Dentre os espaços rurais mais conhecidos, destacam-se Serra dos Frios, Camaratuba, Pindoba, Serra Preta, Sítio do cavaco, Santo Antônio da Lavagem, Sementeira, Sueca, Serra da Barriga, Brejo dos Vieiras, Anhumas, Caípe I e II, Várzea Grande, Barro vermelho, Vale da Pelada, Jacinto, Sítio Belo Horizonte, Serrana, Muquém, entre outros. (Figura 3)

A economia palmarina apresentava em 2017 um Produto Interno Bruto (PIB) de 752 mil, tendo no setor de comércio e serviços, responsável por 64%, uma de suas principais atividades. União dos

Palmares possui um dos centros mais dinâmicos e ativos do Estado, apresentando uma grande diversidade de comércios e de estabelecimentos prestadores de serviços.

Figura 3- Localidades Rurais visitadas em União dos Palmares-AL



Elaboração: Erick Fernandes, 2021.

As atividades turísticas também exercem importante papel na economia palmarina. De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de turismo municipal, a Serra da Barriga é o ponto turístico mais visitado, apresentando mais de 30 mil visitas em 2019. O Parque Memorial Quilombo dos Palmares, patrimônio do Mercosul, diariamente recebe visitantes de todo o mundo.

Os eventos festivos também constituem um importante fator atrativo no município, com destaque para a Procissão do Mastro (terceiro domingo do mês de janeiro), a festa da padroeira Santa Maria Madalena (23 de janeiro à 02 de fevereiro) e a festa da Consciência Negra (20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares).

Além das atividades turísticas voltadas para o turismo cultural e religioso, também ganharam força nos últimos anos o turismo rural, o gastronômico e o ecológico, entre outros. Destinos como a Fazenda Anhumas, o Quilombo Hotel Fazenda, o Restaurante Baobá, entre outros, são procurados por turistas que desejam, de forma idealizada, uma maior integração com a vida no campo e com a natureza. Destaca-se o trabalho realizado pelo apiário Zumbi dos Palmares, que desenvolve projetos

socioambientais, através do cultivo de mudas de plantas e da produção e comercialização de produtos feitos à base de mel.

A agropecuária ainda exerce um lugar de destaque na economia palmarina, respondendo por 30% do PIB. A cana-de-açúcar ocupa a maior parte da área plantada, é a cultura mais produzida e é a que apresenta o maior valor de produção. No tocante a pecuária, destacam-se a criação de galináceos para abate e de galinhas poedeiras (ALAGOAS, 2018).

As atividades industriais contribuem com apenas 6% para o conjunto de bens e serviços produzidos pelo município. Os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE registravam em 2019 a existência de 18 construtoras e 13 indústrias de transformação em União dos Palmares. Dentre estas, destacam-se as indústrias Laticínios Nativille, Pepsico do Brasil, Doces União, Frutvalle do mundaú, Granja Almeida. Entre outras. Essas indústrias estão inseridas tanto no campo quanto na cidade do município.

A economia palmarina reflete uma imbricada relação de interdependência e complementariedade entre os seus espaços urbano e rural, haja vista a expressiva presença de comércios e serviços relacionados aos produtos agropecuários e às demandas produtivas do campo em seu perímetro urbano, assim como se registra a presença de atividades tipicamente urbanas no campo, tais como restaurantes, pequenos comércios e serviços de hospedagens.

No âmbito dessas atividades de caráter híbrido, a feira livre desempenha um importante papel na dinâmica econômica de União dos Palmares. A feira possibilita uma articulação entre os produtores agropecuários, os comerciantes locais e os consumidores urbanos e rurais. Os fluxos de pessoas, mercadorias e capital gerados nos dias de feira dinamizam os circuitos superior, superior marginal e inferior da economia palmarina.

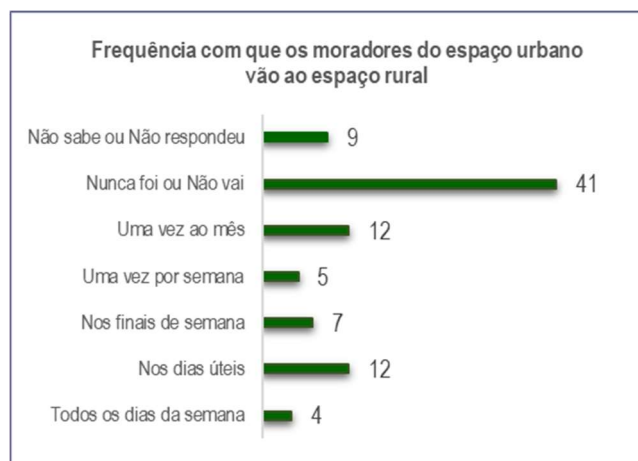
Em União dos Palmares existem 2 (duas) importantes feiras livres. No centro da cidade a feira funciona durante 4 (quatro) dias da semana (segunda, quarta, sexta e sábado) e no bairro Roberto Correia de Araújo (Robertão), um dos maiores bairros da cidade, a feira ocorre apenas aos domingos (SILVA; PIMENTEL, 2011).

No tocante à mobilidade, ou seja, aos deslocamentos das pessoas com o objetivo de desenvolver suas relações sociais e econômicas, a população de União dos Palmares não dispõe de transporte público coletivo por ônibus, sendo necessário pagar pelos serviços de vans de lotação e de mototáxis. O serviço de mototáxis, quer seja pela sua flexibilidade de roteiros nos deslocamentos ou pelos valores relativamente mais acessíveis, é o mais utilizado pela população palmarina.

A outra opção de transporte para a população dos bairros periféricos são as vans de lotação intraurbana. Com a ampliação da mancha urbana da cidade após a cheia de 2010 e a construção dos conjuntos habitacionais Newton Pereira e Nova Esperança, surgiram em 2013 as vans de lotação intraurbana voltadas para atender essa nova demanda de deslocamentos da população residente nessas áreas mais afastadas do centro (SILVA, 2017).

Impõe-se, dessa forma, a necessidade de refletir sobre a dinâmica dos fluxos que articulam os espaços urbano e rural do município. Diante disso, consultou-se, inicialmente, os moradores do espaço urbano com relação à frequência que eles se deslocam para o campo. Constatou-se que 46% dos entrevistados não vão ou nunca foram, acompanhados de perto por 44% dos que costumam se deslocar para o espaço rural semanalmente e apenas 10% das pessoas consultadas não souberam ou não responderam (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Frequência das idas dos moradores do espaço urbano ao espaço rural



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Dentre os fatores que levam os cidadãos a se deslocarem para o campo, destacaram-se as respostas relacionadas às visitas familiares, às atividades de lazer e aos compromissos de trabalho. Esses vínculos com o espaço rural, explicam-se, em parte, pelo fato de 59% dos entrevistados já terem morado no campo, sobretudo, do estado de Alagoas. Além disso, é possível identificar que os cidadãos idealizam o campo de forma bucólica, relacionando-o a um lugar tranquilo de descanso e fortemente vinculado à natureza.

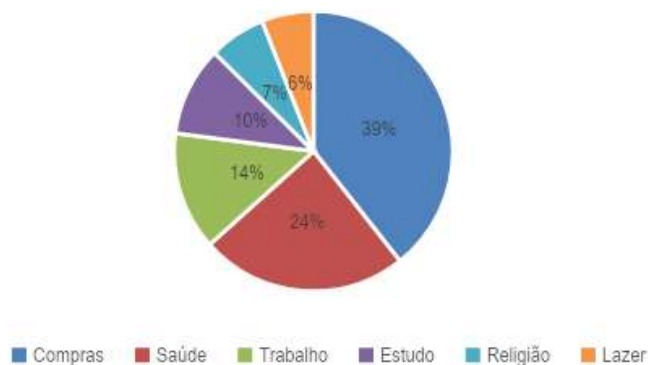
Quanto aos moradores do espaço rural, são intensos os fluxos semanais do campo para a cidade. As respostas mostraram que 65% dos entrevistados semanalmente se deslocam para o espaço urbano, ao passo que 21% informaram idas mensais, 13% costumam ir nos finais de semana e apenas 1% não

soube ou não quis responder. Destaque-se que uma boa parte desse fluxo semanal está fortemente associado a algum dos 5 (cinco) dias nos quais a feira livre ocorre em União dos Palmares.

Identificou-se, junto à população do campo, que os principais fatores associados aos seus deslocamentos à cidade estão relacionados à realização de compras, cuidar da saúde, trabalhar, estudar, entre outras atividades (Gráfico 2). Constatou-se que, apesar de 47% dos entrevistados serem agricultores, uma boa parte deles, 34% dos consultados, trabalham nos setores de comércio e serviços, atividades tipicamente urbanas. Essa relação com a cidade também está associada ao fato de 25% dos moradores consultados terem informado que trocaram a cidade pelo campo como local de moradia.

Gráfico 2. Fatores que levam os moradores do campo irem à Cidade.

Fatores que levam o moradores do campo irem à Cidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A análise dos fluxos que articulam o campo e a cidade em União dos Palmares revela que os espaços urbano e rural palmarinos, mesmo mantendo suas identidades social, econômica e cultural, manifestam, de forma imbricada, ruralidades e urbanidades resultantes de uma maior integração e complementaridade territorial. Os conceitos de ruralidades e urbanidades estão relacionados às territorialidades de indivíduos e grupos sociais, assim como as formas materiais características dos espaços rural ou urbano (RUA, 2005; CANDIOTTO; CORRÊA, 2008).

Ruralidades e urbanidades, são decorrentes tanto dos objetos técnicos, quanto das ações características dos modos de vida urbano e rural (SANTOS, 2019). Nesse sentido, constatou-se urbanidades e ruralidades nos espaços urbano e rural palmarinos, materializadas nas paisagens e nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais desses espaços.

Na cidade, as paisagens revelam a presença de estabelecimentos comerciais voltados tanto para a venda de produtos agropecuários (Figura 3), quanto para atender as demandas produtivas do campo. Evidencia-se também a circulação de meios de transportes, como carroças (Figura 4), carros

pau-de-arara (Figura 5) e cavalos, característicos do rural nas principais avenidas da cidade, datestando a hibridez desse espaço. Outras atividades observadas foram a criação de animais e o cultivo de alimentos, bastante comum nos quintais da população urbana entrevistada.

Figura 4 – Estabelecimento agropecuário



Fonte: Marciana Silva, 2021

Figura 5 – Carroças para frete no centro da cidade



Fonte: Marciana Silva, 2021

Figura 6 – Carro pau-de-arara no centro da cidade



Fonte: Marciana Silva, 2021

No campo, identificou-se a presença de estabelecimentos de hospedagem (Figura 6), de lazer, restaurantes e pequenas atividades industriais. Também se registrou a forte presença de objetos técnicos

como automóveis e motocicletas, além das antenas parabólicas (Figura 7), de energia e de internet, e estradas asfaltadas (Figura 8).

Figura 7 – Quilombo Hotel Fazenda



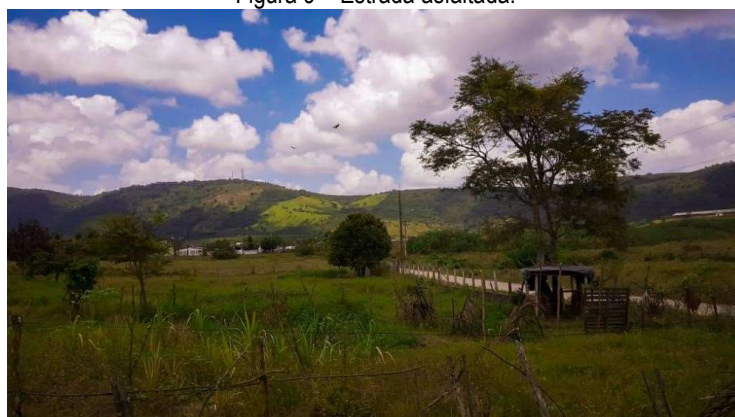
Fonte: Maurício Santos, 2021.

Figura 8 – Energia e antena parabólica



Fonte: Maurício Santos, 2021

Figura 9 – Estrada asfaltada.



Fonte: Maurício Santos, 2021

No tocante às ações, estas se manifestam no cotidiano dos moradores dos espaços urbano e rural do município e são influenciadas pela mídia e internet, revelando ruralidades e urbanidades. Na consulta realizada junto à população rural, observou-se que, além dos eletrodomésticos tradicionalmente presentes nas residências, como a TV e a geladeira, a internet foi citada por 28% dos entrevistados. Quanto aos meios de transporte, registrou-se uma significativa presença de motos com 25% e de carros com 22% presentes nas casas das famílias consultadas. Todavia, também se destacou a expressiva porcentagem de 43% de famílias que não possuem veículos próprio.

Os entrevistados também se posicionaram sobre a possibilidade de virem a morar na cidade, 81% das pessoas consultadas disseram ser contrários a essa possibilidade. Na visão deles, a cidade é um local barulhento e violento, diferente do campo que é mais tranquilo e seria o melhor lugar para se viver.

A população urbana, por seu turno, quando questionada sobre possíveis práticas rurais que desenvolvem em seu cotidiano, citaram, sobretudo, os cultivos nos quintais e a criação de animais. Dos 19% que afirmaram ter uma plantação em casa, os principais produtos mencionados foram: o milho, o feijão, as hortaliças, a banana, o mamão e a cana-de-açúcar, apenas essa última tinha como destino à venda para lhes garantir uma renda, o restante seria para o consumo direto dos cidadãos. Quanto aos 30% que disseram criar animais, a galinha e o cavalo foram as principais espécies citadas, o cavalo por sua vez é utilizado para as carroças, sobretudo para arrecadar uma renda por meio do frete com esse transporte.

Quanto à possibilidade dos entrevistados urbanos virem a morar no campo, a maioria dos consultados, 65%, também se posicionaram contrários a essa ideia. Dentre os argumentos elencados, destacam-se a escassez e a precariedade de acesso a serviços no campo, em oposição a cidade, considerada o melhor lugar de moradia. Já para aqueles que aventaram a possibilidade de uma vida no espaço rural, uma imagem idealizada foi novamente evocada, sendo o campo associado às atividades agropecuárias, a tranquilidade, a natureza e a saúde.

Depreende-se que, apesar do território palmarino se caracterizar pelo desenvolvimento de territorialidades híbridas, persiste entre os seus moradores uma visão dicotomizada de um campo atrasado, associado às atividades agropecuárias, versus a cidade do moderno, das atividades industriais, comerciais e da prestação de serviços. Como bem atestam as opiniões dos entrevistados urbanos em relação às principais características das pessoas que vivem na cidade, destacando, entre outras, a agitação, a receptividade, a educação e o individualismo.

Constata-se, portanto, que a partir de uma abordagem territorial é possível apreender tanto as particularidades e singularidades que caracterizam os espaço urbano e rural, quanto as múltiplas territorialidades dos agentes sociais que vivenciam esses espaços, caracterizando-os como espaços híbridos, inovadores, frutos da interação entre o urbano e o rural. Emergem, portanto, urbanidades e ruralidades resultantes das territorialidades combinadas de localidade ou município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações das relações campo-cidade desencadearam novas dinâmicas socioterritoriais e a necessidade de discutir as ressignificações dos conteúdos de rural e urbano. Para tanto, é essencial o entendimento de que os conteúdos sociais desses espaços extrapolam os seus lugares de origem, manifestando, de forma imbrincada, urbanidades e ruralidades.

Constatou-se que os espaços urbano e rural de União dos Palmares revelam uma configuração territorial marcada pela hibridez da dinâmica socioterritorial do município. As dinâmicas econômica, social e cultural palmarinas manifestam as interdependências e as complementariedades existentes entre o campo e a cidade no município e a forma como esses conteúdos se apresentam através de urbanidades e ruralidades.

Diante disso, validou-se o pressuposto inicial dessa pesquisa, segundo o qual a dinâmica socioterritorial das relações campo-cidade e rural-urbano em União dos Palmares se apresentava de forma complexa, com novas interdependências e complementariedades, cujos modos de vida urbano e rural extrapolavam os seus espaços de origem, manifestando urbanidades e ruralidades que se articulam e caracterizam o território municipal.

Reafirma-se, portanto, a necessidade de se discutir as problemáticas que caracterizam o campo e a cidade de forma integrada, superando as antigas visões dicotômicas. A partir de uma abordagem territorial, é possível analisar a dinâmica socioterritorial dos municípios em sua totalidade, haja vista que o estudo das urbanidades e ruralidades possibilitam apreender a atual complexidade das relações campo-cidade e urbano-rural no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas – FAPAL

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Perfil municipal**. Ano 4, nº 4 (2013). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018.
- CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORRÊA, Walquíria K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/uniao-dos-palmares/panorama>. Acesso em: 16/04/2021.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.

SANTOS, Clélio C. dos. **Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos**: reflexões a partir de Petrolândia – PE. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE, p. 270. 2019.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2006.

SILVA, C. L.; PIMENTEL, M. A. L. **Uso do território: periferias e desigualdades na cidade de União dos Palmares – AL**. TCC (Licenciatura em Geografia) – Campus Universitário Zumbi dos Palmares – CAMUZP, Universidade Estadual de Alagoas. União dos Palmares – AL, p. 82. 2011.

SILVA, F. A. de. **A pobreza na região canavieira de Alagoas no século XXI**: do programa bolsa família à dinâmica dos circuitos da economia urbana. Tese (Doutorado em geografia) -Instituto de geociências da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

PRECARIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: UMA EXPRESSÃO DA CRISE NEOLIBERAL

Otto Neves Rosas

RESUMO

Pretendemos discutir a formação da crise econômico-social, de classes, gênero, raça e etnia, desnudada a partir da pandemia do novo coronavírus. Compreendemos os impactos causados sobre a classe trabalhadora, amplamente impactada pela ascensão do sistema neoliberal desde meados da década de 1980 que, paulatinamente, proporcionou destruição das leis e conquistas trabalhistas, acentuou a pobreza, jogou 43% da população na informalidade, promoveu o desemprego de 11,8% da população. No Brasil, milhões de trabalhadores se veem em situação de risco, submetendo-se a todo tipo de exploração, sujeitando-se a situações precárias e insalubres de trabalho, marginalização e subtração de direitos. Buscamos analisar e compreender o desenvolvimento da crise neoliberal, a partir da situação brasileira. Inferimos que o processo autofágico do capitalismo destrói a classe que sustenta seu sistema, a classe trabalhadora. Concluimos que a crise econômica atinge de forma desigual a população, ao penalizar de forma mais acentuada mulheres, pessoas negras e pobres. Acrescenta-se que o progresso técnico-científico das TICs possibilitou o controle sobre o trabalho, inclusive de forma remota, proporcionando aos capitalistas a redução de deveres para com os trabalhadores e um afastamento da relação empregatícia. Surgem, neste movimento, novas formas de trabalho.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Precarização do trabalho, Informalidade, Desigualdade, População.

ABSTRACT

We intend to discuss the formation of the socio-economic crisis, of class, gender, race and ethnicity, made clear by the new coronavirus pandemic. We understand the impacts caused to the working class, largely impacted by the ascension of the neoliberal system since the 1980s that, gradually, provided the destruction of laws and worker's achievements, increased poverty, threw 43% of the population into informality, promoted the unemployment of 11,8% of the population. In Brazil, millions of workers see themselves in a risk situation, submitting themselves to every type of exploration, subjecting themselves to precarious and unhealthy work situations, marginalization and subtraction of rights. We seek to analyze and comprehend the development of the neoliberal crisis, from the Brazilian situation. We infer that the autophagic process of capitalism destroys the class that sustains its system, the working class. We conclude that the economic crisis hits in different forms the population, when it penalizes in a more accentuated way women, black and poor people. It is added that the technical-scientific progress of the TICs made possible the control over work, including remote ways, allowing for capitalists to reduce their duties with the workers and a distancing from the employment relationship. There emerge, in this movement, new forms of work.

Key words: Neoliberalism, Precariousness of work, Informality, Inequality, Population

INTRODUÇÃO

A ascensão do neoliberalismo, a partir das últimas duas décadas do século XX, proporcionou uma hiper centralidade do capital financeiro e, neste movimento, acentuou a degradação do mundo do trabalho.

Neste sistema de mercado, vigente no mundo atual, tem-se alterações nas relações de trabalho caracterizadas pela devastação dos direitos trabalhistas, ao envolver significativa parcela da população que vive da venda da sua força de trabalho, numa espiral de precarização das formas e relações do trabalho e atirando estes contingentes ao desemprego e à informalidade.

Importante destacar que antes da pandemia da COVID-19, a partir do final de 2019, mais de 40% da população brasileira encontrava-se na informalidade (ANTUNES, 2020). O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tornou mais efetivo o controle da massa de trabalhadores desesperados em busca de renda que lhes permitisse garantir a reprodução da sua sobrevivência, dispendo-se a aceitar situações de trabalho das mais precárias e aviltantes.

Os novos aplicativos de entrega como, por exemplo, 99, Uber, Rappi, dentre outros, são grandes agentes cujo desenvolvimento ocorre coincidentemente com a degradação dos direitos trabalhistas e com o avanço das novas TICs. Acrescentamos, destacadamente, que o processo de precarização do trabalho é uma das consequências da pandemia da COVID-19. Isto porque atingiu-se patamares de desemprego e informalidade, no mercado de trabalho brasileiro, nunca presenciados anteriormente.

Antes da pandemia apresentava-se uma taxa de 11,8% de desempregados no Brasil, após a apresentação de uma face das mais perversas da mencionada crise, esta taxa aumentou para 13,9% no terceiro trimestre de 2020 (DIEESE, 2021). No desenvolver da crise econômica, tais taxas ampliaram-se ainda mais, atingindo 15% de desocupados (IPEA, 2021). Não sendo as únicas consequências, tem-se, também, a ampliação dos postos de trabalho informal, que lançou 43% da população à situação de trabalho informal (IPEA, 2021)*.

A atual crise econômica traz em seu interior outras tantas crises com caráter de gênero, racial, étnica e social, e foi construída a partir do final do século XX sendo marcada: I- pela crise do capitalismo deflagrada a partir dos anos de 2007-2008; II- pelas mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), marcadamente pela lei Nº 13.437, de 2017; III- pelo estabelecimento do teto de gastos, implantado no governo de Michael Temer e reiterado no governo Bolsonaro; IV- pelo aprofundamento da crise estrutural de acumulação capitalista, desnudada pela atual crise sanitária da COVID-19.

* De acordo com a referida pesquisa, "em julho, apesar do aumento da ocupação nos segmentos informais – com crescimento interanual de 22,7% dos empregados sem carteira no setor privado e de 20,3% dos trabalhadores por conta própria".

Sendo assim, afirmamos que a presente crise não é algo novo, criado neste período de pandemia, mas resultante da própria lógica do capital, como uma construção histórica de crise do neoliberalismo, que tornou ainda mais evidentes as desigualdades sociais presentes no mundo. Concordamos com Santos (2000), portanto, que o neoliberalismo não é, senão a sua própria crise.

Após esta breve explanação apontamos que, no presente texto, discutiremos sobre a degradação do trabalho na pandemia da COVID-19, que contribuiu para revelar os efeitos da flexibilização das relações de trabalho, nas quais é flagrante a superioridade do capital e dos grandes e médios capitalistas, sobre o trabalho e os trabalhadores. O resultado tem sido a degradação da classe trabalhadora e dos direitos desta, além de aumentar os níveis de exploração e diminuir responsabilidades dos grandes capitais para com seus empregados, imprimindo a desigualdade presente na atual conjuntura deste sistema mundial.

INFORMALIDADE E DESEMPREGO

O desenvolvimento da crise sistêmica do capitalismo, iniciada no início da década de 1980, assim como o avanço das TICs imprimiram significativas mudanças nas relações de trabalho (Antunes, 2020). Exemplo disso é que “aproximadamente 11,4 milhões de trabalhadores brasileiros utilizam de aplicativos para obter parte ou sua renda total” (CNN, 2021).

Estas tecnologias, desenvolvidas em conjunto com o discurso de aperfeiçoamento da sociedade e supressão das desigualdades e mazelas sociais, servem para intensificar problemas presentes, aumentando o fosso entre as classes e possuindo uma dupla competência de aproximação e distanciamento; elas são carregadas com o discurso alienado e alienante que o desenvolvimento tecnológico carrega acerca da extinção dos problemas sociais. Neste tocante concordamos com Engels (2010) ao afirmar que,

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários [...]. vimos as transformações provocadas nas relações sociais das classes inferiores por uma só máquina, não há por que se espantar com o que pode proporcionar um sistema plenamente coordenado de máquinas extremamente aperfeiçoadas, que recebe de nós a matéria-prima e nos devolve tecidos acabados (p.50-51).

A inclusão das tecnologias ao processo produtivo possibilitou a intensificação da produção industrial e uma nova dinâmica social e econômica, onde o capital financeiro foi rapidamente realocado e reinvestido e, em conjunto, observou-se a desvalorização do preço da mão de obra deixando-a muitas

vezes em situações de subocupação e informalidade. Estes são os principais marcos do início da crise do neoliberalismo. Afirmam Franco e Ferraz (2019):

É importante ressaltar que a disseminação dos computadores e da internet promoveu alterações não somente no ambiente produtivo, mas em toda a sociabilidade humana integrada ao movimento do capital. Nesse sentido, um ponto fundamental para refletirmos quanto à ascensão do trabalho envolto ao processo da uberização, o qual depende invariavelmente do ambiente virtual das plataformas digitais, é que tal processo só pôde se iniciar a partir da tecnologia da conectividade amplamente adotada pelas organizações produtivas e massivamente disponível para um significativo contingente da população – a qual engloba os prestadores de serviços e os consumidores dessas atividades (p.852).

Neste novo momento do sistema capitalista se propõe uma ressignificação da ciência e da informação, onde estas passam a servir, com seus progressos, ao capital monopolista. A busca por desenvolvimento nestes ramos é, sobretudo, para intensificar a produção de capital. Assim, concordamos com Braverman (1974) quando afirma que

[...] A revolução técnico-científica, por essa razão, não pode ser compreendida em termos de inovações específicas, mas deve ser compreendida mais em sua totalidade como um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal. A inovação chave não deve ser encontrada na química, na eletrônica, na maquinaria automática, na aeronáutica, na física nuclear, ou em qualquer dos produtos dessas tecnologias científicas, mas antes na transformação da própria ciência em capital (p.146).

O desenvolvimento da crise acima mencionada chega ao presente momento notavelmente com a existência de grande parcela da população economicamente ativa (IPEA) desempregada ou trabalhando informalmente. E, como alternativa possível às muitas pessoas que vivem do trabalho, observa-se a tendência à ocupação através dos aplicativos, que se tornaram formas de obtenção de meios para o sustento.

No entanto, o que representa uma superexploração do trabalhador, para aqueles que são os seus criadores/proprietários, é compreendido como uma oportunidade de isentar-se dos riscos e deveres para com estes trabalhadores. Na fase atual do capitalismo, as empresas e capitalistas têm no desemprego em massa uma oportunidade de flexibilizar as relações de trabalho, ao reduzir custos, aumentar a produtividade e proporcionar o que denominam de salários flexíveis (ANTUNES, 2019).

Ainda de acordo com Antunes (2020), aos cerca de 40% da população colocada em condições de trabalho informal e aproximadamente 13% em condição de desemprego tem-se como saída deste desespero de sobrevivência submeter-se a condições precárias de trabalho. Nestas condições, com a flexibilização dos contratos de trabalho ou até mesmo a inexistência destes, as empresas aproveitam para reduzir seus custos e ampliar seus mecanismos de exploração do trabalho tornando concebível o aumento das jornadas de trabalho e a diminuição da remuneração recebida, por exemplo, por tais entregadores.

FIGURA 1: *Print* de celular de entregador de aplicativo



Fonte: Filgueiras e Antunes (2020).

Estes trabalhadores de aplicativos são obrigados a intensificar seu trabalho e aumentar as horas trabalhadas. Na figura 1 observamos a tela do celular de um entregador que trabalhou 61 horas ao longo de 7 dias na semana e obteve uma renda de R\$ 212,18. Ou seja, se formos computar os ganhos deste trabalhador concluímos que, ao longo de um mês, o mesmo não receberia nem um salário mínimo. Trabalhando em média 8,7 horas por dia, este recebe R\$ 3,47 por hora trabalhada, valor muito abaixo da remuneração que um trabalhador que recebe um salário mínimo mensal, cuja hora trabalhada rende-lhe R\$ 6,88. Além disso, devido à inexistência de contrato de trabalho, quando um destes se acidenta ou adocece, sua renda é cortada e, ainda mais, encarrega-se de todos os gastos ao longo deste período, sem cobertura privada (proveniente do empregador) ou pública (através dos mecanismos de seguridade social disponíveis).

Nestas condições precárias temos o advento de uma nova identidade ou terminologia conferida ao trabalhador super-precarizado: este é o empreendedor. Ou seja, são estes os desempregados, os desalentados, os que vivem do trabalho informal, empregando este novo subjetivo de identidade como uma tentativa de mascarar as condições precárias do trabalho informal (ANTUNES, 2020).

Nestas condições, nunca foi tão fácil ao capitalista ter controle sobre o trabalho e, ao mesmo tempo, isentar-se dos custos que este enseja. Com o surgimento da pandemia da covid-19 tais problemas foram intensificados, de modo que estes trabalhadores se encontram em uma posição

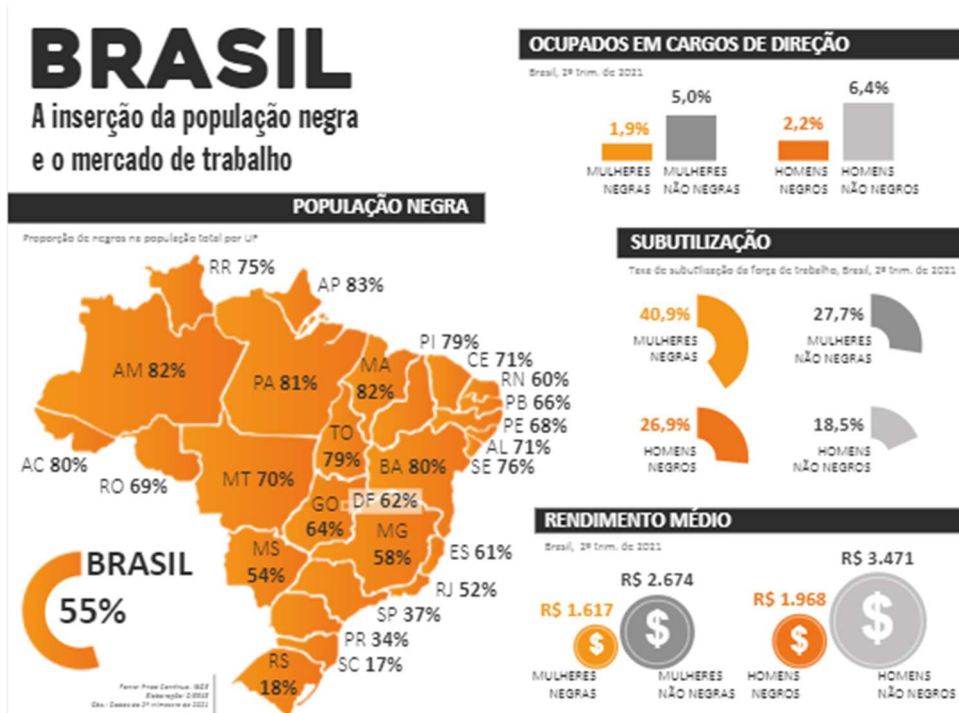
delicada, onde, ao ficarem em casa não conseguem garantir o seu sustento e, se saírem em busca de trabalho arriscam suas vidas caso sejam contaminados pelo novo coronavírus.

Postos em situações insalubres, muitas vezes sobrevivendo com salários precários e assistência governamental insuficiente, além de condições de desespero e pânico, estes trabalhadores são coagidos a se submeterem a extremos de exploração e, jogados à própria sorte, não possuem a escolha de se proteger da presente pandemia. Assim, concordamos com Castilho e Lemos (2021) ao afirmarem que,

Algumas orientações de enfrentamento à pandemia, como “ficar em casa”; “evitar aglomerações” e “lavar as mãos”, não faz parte da realidade de milhares de trabalhadores/as informais no Brasil. Uma parcela considerável da população brasileira não tem acesso à água potável; à moradia; ao automóvel particular, algum bem de consumo ou tipo de direito trabalhista e previdenciário que possibilite a mínima proteção neste momento em que o medo e o pânico parecem tomar conta de todos/as. Para uma parcela significativa da classe trabalhadora, ou sai de casa ou não se tem o que comer, nem pagar as contas; ou se pega o trem lotado ou não se ganha o pão (p.271).

Ainda é necessário compreender que o desemprego, a informalidade e a pobreza chegam à população de forma heterogênea, sendo que os mais afetados são as pessoas negras e as mulheres. Este cenário é agravado por infortúnios sociais históricos, como o racismo estrutural e o machismo.

FIGURA 2: Inserção da população negra no mercado de trabalho



Fonte: DIEESE, 2021.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os negros representavam, no segundo trimestre de 2021, 55% da população do Brasil. Mesmo abrangendo tal percentual da população, também é a que mais sofre com a degradação do trabalho. Os

homens negros, ao exercerem os mesmos trabalhos obtêm apenas, aproximadamente, 56,69% da renda se comparados aos não negros.

Esta situação se agrava para mulheres negras, ao serem comparadas aos homens não negros recebem 46,58% da renda deles e, se comparadas às mulheres não negras, recebem 60,47% da renda destas.

CLT e Mudanças no Mundo do Trabalho

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instaurada em meados do século XX, no governo de Getúlio Vargas, não aconteceu como mera benesse concedida pelo então governo brasileiro, mas, principalmente, como resultante de demandas e lutas das camadas trabalhadoras por ampliação de direitos e melhoria das condições de trabalho.

Devido à pressão popular demarcou-se, então, um novo momento para as relações trabalhistas, ao regulamentar direitos aos trabalhadores como, por exemplo, a delimitação e a regulamentação das jornadas de trabalho, o 13º salário, as férias, o salário mínimo, dentre outros direitos.

Posteriormente, indo em caminho contrário, tem-se a eclosão de sucessivas crises econômicas e o desenvolvimento do neoliberalismo, como por exemplo, a crise de 2008, que atingiu o Brasil, no qual, grandes empresas decretaram falência, ocasionando o início do que seria a aceleração do desemprego em massa de milhões de trabalhadores no mundo todo, com Estados endividados e a perda do consumo da população. Atualmente presenciamos a crise econômica eclodida durante a crise sanitária da Covid-19. Composto estes momentos históricos e significando perda do poder da classe trabalhadora e o desemprego em massa, os capitalistas utilizam deste momento como mais uma oportunidade para fragilizar a classe dos que vivem do trabalho e intensificar a exploração e a expropriação da única riqueza desta classe: a força de trabalho.

Tal crise mencionada em 2008, gerou grandes taxas de desemprego, testemunhamos suas consequências de forma mais clara nos anos posteriores. A taxa de desemprego em 2008 atingia, aproximadamente, 7,39% (PNAD, 2008), tal taxa alcançou 8,76% em 2009. Em termos numéricos, criou-se mais de 1,3 milhões de desempregados no Brasil (PNAD, 2009).

O neoliberalismo é marcado por ter como um dos alicerces a flexibilização das relações de trabalho, marcando um novo momento do capitalismo. Essa flexibilização das relações de trabalho é mostrada e validada pela conjuntura legislativa, apresentando uma relação do Estado com os capitalistas que intensificam as mazelas postas aos trabalhadores.

No atual momento do capitalismo, as grandes forças neoliberais compreendem o momento para legitimar esse processo de degradação do trabalho. Assim, concordamos com Bridi (2020), quando afirma que,

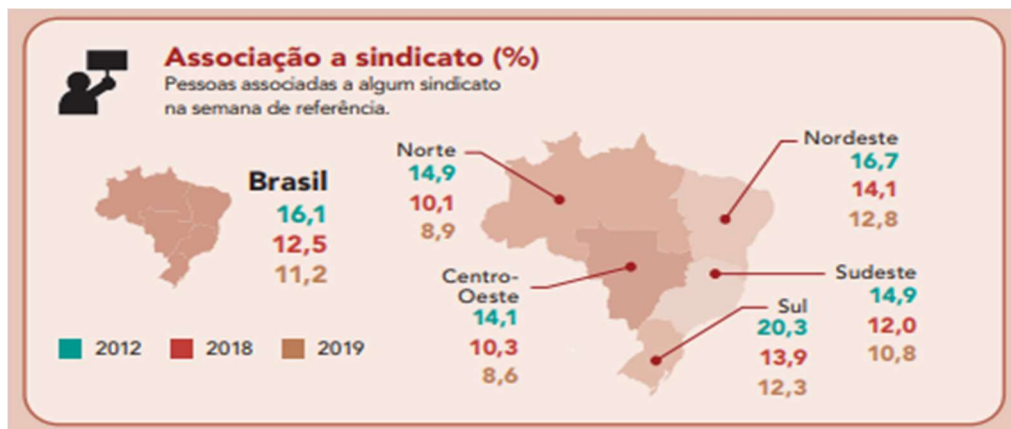
Esse cenário do mercado de trabalho, cujos indicadores sinalizam para a degradação nos últimos anos é um processo vinculado aos problemas econômicos decorrentes de uma nova dinâmica instaurada após 2016 com o governo de Michel Temer. Nesse cenário, as forças neoliberais adquiriram novo ímpeto articuladas com o governo resultando numa escalada de contrarreformas com o objetivo de flexibilização ainda maior do trabalho, dos sistemas de proteção da exploração do trabalhador (p. 144).

Acreditamos que dois momentos da dinâmica interna do sistema capitalista são essenciais para compreender a atual situação de precarização de maiorias de trabalhadores, sendo estas a contrarreforma do governo de Michael Temer e a pandemia do novo coronavírus.

Durante os dois anos do governo Temer observou-se um acelerado processo de flexibilização das relações de trabalho, posto sob a luz da reforma trabalhista executada na vigência da Lei Nº 13.467/2017, que alterou a CLT e trouxe em seu conteúdo perdas significativas dos direitos da classe trabalhadora, conquistados anteriormente a duras penas.

Esta lei carrega consigo mudanças para o mundo do trabalho, das quais emergem novas formas e relações, quando da abordagem entre trabalho e capital. A possibilidade do teletrabalho, denominada de *home office*, é uma de suas marcas, além da flexibilização das relações e a retirada de poder dos sindicatos.

FIGURA 3: Associação dos trabalhadores aos sindicatos (%)



Fonte: PNAD, 2020

Como apresentado, o sindicalismo no Brasil tem perdido força, devido ao desenvolvimento das leis que flexibilizam as relações de trabalho, proporcionando a ampliação do desemprego estrutural e a criação de postos de trabalhos informais. Do ano de 2012 ao ano de 2019 4,9% dos trabalhadores perderam a proteção sindical, ao se desvincularem (PNAD, 2020). Além destas variações quantitativas,

inferimos que tais perdas são presentes em termos qualitativos, com supressão das forças de tais sindicatos.

Além disso, tem-se também a pejetização dos trabalhadores, artifício que transmuta o trabalhador individual em 'empresa' e, portanto, em pessoa jurídica, o que possibilita isentar os capitalistas de gastos e deveres para com os trabalhadores. Tal prática exploratória, possibilitada pela vigência da Lei Nº 6.019/74 estabeleceu margens para as empresas e capitalistas a negarem direitos trabalhistas impostos à luz da legalidade. Retirando, muitas vezes, direitos como 13º, férias, contribuição à previdência, dentre outros.

Sem dúvida, este golpe sem precedentes carrega em si uma dimensão ideológica que, ao se revelar, esconde os seus reais objetivos. Chamar o trabalhador hiper precarizado de empreendedor revela a perversidade que o capitalismo atual impõe, ao mesmo tempo em que cria a ilusão de uma falsa autonomia e independência de quem vive da sua força de trabalho.

Além disso, no governo Temer tem-se a vigência da Emenda 95, que trata do teto de gastos e que congela, ao longo de 20 anos, gastos do governo federal, gerando efeitos diretos e indiretos sobre o trabalho e a renda, paralisando obras públicas, diminuindo investimentos nas áreas da saúde, educação e programas que auxiliam a geração de empregos. Assim, é destacadamente interessante a discussão fornecida por Bridi (2020):

Sob o argumento da criação de empregos, da melhoria da qualidade do emprego e da "modernização" do trabalho, foram aprovadas: a Lei da Terceirização (n.13.429/2017) e, em novembro de 2017, a Lei da Reforma Trabalhista (n.13.467/2017), que representou um dos maiores retrocessos do sistema de proteção do trabalho. A contrarreforma do trabalho que alterou cerca de 200 artigos da CLT legalizou um conjunto de práticas de contratação de trabalho antes consideradas ilegais, fraudulentas (p.145).

Estes antecedentes da crise sanitária do novo coronavírus auxiliaram para que se atingisse um alto grau da crise socioeconômica, sob a perspectiva neoliberal. Assim, em conjunto com as condições históricas construídas desde o século XX e consolidadas no século XXI para a ascensão do neoliberalismo, tem-se os feitos do governo de Bolsonaro, associado com as ações de seu ministro da economia Paulo Guedes, cujos projetos de lei foram aprovados na Câmara Federal e no Senado, proporcionando um desmonte em cadeia dos direitos trabalhistas e acentuando a pobreza e as desigualdades sociais. O aumento massivo do exército de reserva da força de trabalho coloca expressiva parcela da população em situação precária, o que torna mais fáceis e eficientes os mecanismos de exploração da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2020).

Sendo assim, a pandemia do coronavírus não é senão um momento de desnudação das mazelas e contradições do sistema neoliberal, construído durante décadas em todo Brasil. Apoiado numa necropolítica perversa, o governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a

classe trabalhadora, ao tentar exterminar e expor a situações de desespero todos aqueles que ameaçam a ampliação do capital. Tal ofensiva pode ser descortinada a partir de mudanças operadas através da política econômica, que desprivilegia setores afinados com a proteção e o desenvolvimento social como, por exemplo, a redução orçamentária para políticas sociais, os sucessivos cortes de recursos financeiros das universidades, a contrarreforma da previdência social (CASTILHO E LEMOS, 2021).

Capitalismo e o Sistema Autofágico

O sistema capitalista traz em seu seio e aprofundado na atualidade, certas ideologias orientadas por ordem de competitividade e o hiper individualismo. Tais subjetividades sempre se apresentaram no modo de produção capitalista. No entanto, o que ocorre atualmente é a intensificação destas relações, que são trabalhadas para se apresentarem, no interior da sociedade, principalmente a partir de dois meios de coerção: o desespero e a alienação.

Vivenciando situações precárias, a classe trabalhadora se observa em situações degradantes, desesperados para sobreviver a partir de migalhas, que representam seus salários e, assim, sendo obrigados a competir com a grande massa de trabalhadores desesperados, anulando qualquer forma de compaixão ou cooperação com o próximo. Desta forma, numa espiral de degradação do trabalho e marginalização da classe trabalhadora, desenvolvem-se exércitos de reserva de trabalhadores e propicia momentos para intensificação da exploração.

Assim, concordamos com Santos (2000), ao afirmar que “a competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência” (p.57).

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação marca um novo momento histórico das relações trabalhistas. Este progresso marca uma nova dinâmica, encurtando as relações no espaço-tempo. Ou seja, tudo que ocorre atualmente acontece num menor período de tempo se comparado com décadas atrás. Mas estes ‘avanços’ também significaram o desenvolvimento das forças de alienação presentes na sociedade. As informações transmitidas nunca foram tão manipuladas como são atualmente. As ideias propagadas nas grandes mídias estão a serviço do capital, moldando as mentes das populações e inculcando ideologias derivadas do capitalismo monopolista. Ainda, de acordo com Santos (2000),

A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades. [...] O evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos (p.40).

Neste movimento de fragmentação da classe trabalhadora, os agentes capitalistas intensificam seus mecanismos de expropriação e alienação da classe que vive do trabalho. Neste sentido, a força do

capital se amplia, intensificando uma dinâmica de acumulação, gerando para o próprio sistema capitalista suas mazelas, destruindo e definhando seu principal produto de apropriação, a força de trabalho, principalmente, a força de trabalho da população pobre, precarizada, sobrevivente do salário mínimo, que não é suficiente para se alimentar, dificultando e até impossibilitando, a reprodução da sua força de trabalho, jogando-a em situações desumanas, propiciando situações precárias, negligenciando a própria vida, numa tentativa desesperada de sobrevivência.

Neste sentido, concordamos com a análise de Antunes (2020):

Tratando-se de uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital) sua resultante é uma acentuada destrutividade. Para fazer fluir o movimento de autoavaliação, os mecanismos autênticos de inserção humana- e em particular a atividade laborativa- são modulados e calibrados por uma segunda natureza, tal como destacou Marx, voltada essencialmente para expansão e a reprodução do capital (p.9).

Nesta lógica perversa, os capitalistas objetivam gerar lucro e acumular. Regidas por lógicas vazias de acumulação, nossas vidas são tomadas e moldadas para servirem ao capital. Sendo assim acompanhamos a reflexão de Harvey (1982) sobre tal questão.

O comportamento do capitalista individual não depende de sua 'boa ou má vontade', porque a 'concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanescentes do modo de produção capitalista'. Na medida em que os indivíduos adotam o papel do capitalista, eles são obrigados a internalizar o motivo do lucro como parte do seu ser subjetivo [...]. Em um mundo de inovação e mudança tecnológicas, o capitalista que reinveste pode obter a vantagem competitiva do capitalista que desfruta do excedente como receitas[...]. O capitalista só é respeitável como personificação do capital [...]. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanescentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva. A regra que rege o comportamento de todos os capitalistas é, então, 'a acumulação pela acumulação, a produção pela produção' (p.80).

Regido à luz dos desesperos sociais, o capitalismo carrega em seu seio a necessidade de acumular, sendo necessários a expropriação, o estranhamento entre as coisas e o sujeito. A intensificação da marginalização e da exclusão são marcas deste processo de acumulação, estas desenvolvidas dentro da lógica perversa. Segundo Santos (2000), este período do desenvolvimento do neoliberalismo foge do padrão ao criar sua singularidade, visto que é ao mesmo tempo um momento histórico marcado por uma crise.

O desenvolvimento da tecnologia proporciona a emergência de novas concepções de mundo. Antes, onde o trabalho vivo era a principal fonte de acumulação de capital, dá-se vez ao trabalho morto. E, neste movimento de valorização, tem-se a intensificação da exploração e a destruição do meio ambiente, fonte de matérias primas, servindo de alicerce para construção de um mundo baseado em

ideologias de consumo desenfreado que, em seu conjunto, também amplia a produção, para suprir as necessidades de consumo, conduzindo, assim, ao rumo da sua própria destruição.

Nesta perspectiva, Antunes (2020) destaca que,

A produção social que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital. Entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego, a destruição ambiental, a 'mercadorização' da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados. Isso tudo nos trouxe a um quadro pandêmico que amplifica ainda mais o sentido letal do sistema de capital. [...] taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Essa tendência se expressa na redução crescente do tempo de vida útil dos produtos, pois quanto menor for a sua durabilidade, maior será a necessidade de reproduzi-los, independentemente das reais necessidades humanas, visando aumentar a intensidade e o ritmo do processo de valorização do valor (p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual crise econômica do capitalismo é uma construção histórica de sua lógica autofágica. O desenvolvimento de tal momento foi desenhado em fins da década de 1970, com a ascensão do neoliberalismo, a partir da ocorrência de ondas de desemprego estrutural e mudanças nas relações de trabalho.

O desemprego e também a subocupação da força de trabalho de significativo contingente de trabalhadores proporcionaram o ensejo para os capitalistas intensificarem a exploração sobre essa massa populacional. Neste sentido, tem-se que o progresso técnico-científico das TICs possibilitou o controle sobre o trabalho, inclusive de forma remota, proporcionando aos capitalistas a isenção de quaisquer deveres para com os trabalhadores e isentando-os, também, muitas vezes, de se comprometerem com a sustentação de direitos trabalhistas, que foram reduzidos nas reformas ocorridas principalmente a partir de 2017.

Além disso, a crise econômica atinge de forma desigual a população penalizando de forma mais acentuada mulheres, pessoas negras e pobres. Deste modo compreendemos que a atual crise tem caráter de classe, de gênero e racial. Assim, concordamos com Harvey (1992) que existe uma hierarquização no quanto a acumulação capitalista atinge sujeitos que desigualmente exprimem a sua existência. Ou seja, a concorrência de forças em conflito pode servir de alívio ou agravamento da exploração. Compreendemos assim, que, há uma transferência da crise das classes capitalistas para a classe trabalhadora.

Em paralelo, tem-se a legitimação de tais relações em vias de termos legais, previstos durante o governo de Michael Temer, estabelecendo mudanças na CLT que validam a flexibilização das relações trabalhistas e o estabelecimento do teto de gastos, que congela os gastos governamentais durante o período de 20 anos, limitando e fragilizando a educação, a saúde, a economia, dentre outros ramos.

Neste sentido de legalização e precarização das relações de trabalho presenciamos, durante o governo Bolsonaro, a implantação uma lógica fundada numa necropolítica, que ataca todos aqueles que vão contra o grande capital, o que permite viabilizar o desenvolvimento individual e coletivo dos capitalistas. Assim, concordamos com Castilho e Lemos (2021), quando abordam a questão da naturalização e legitimação da violência, insegurança econômica, desmonte de direitos, ataque às experiências democráticas, extermínio da população que vive na periferia, passa a ser encarada como a legalidade que deve ser aceita pela classe trabalhadora (apud VALIM, 2017).

Então, compreendemos que a marginalização e a fragilização da classe trabalhadora, o enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores, as mudanças no mundo do trabalho, as transformações legais da CLT e o desenvolvimento das TICs se tornaram essenciais para reprodução e o desenvolvimento do modelo neoliberal.

Nesta espiral da degradação do trabalho presenciamos também o movimento autofágico que o capitalismo realiza. A ampliação da exploração e da marginalização da classe trabalhadora, levam à destruição de tal sistema, que sobrevive da expropriação do trabalho desta classe, justamente por não compreender os limites do desenvolvimento do capital, este atinge altos níveis de degradação. Assim concordamos com Mészáros (2004), “o capital não é nada sem o trabalho. O capital não trabalha”.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária – a dupla face de um mesmo projeto.** v.2, n.1. Revista jurídica trabalho e desenvolvimento humano, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vítor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo.** Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43. abr./jul. 2020.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista.** 1. ed. São Paulo, 1972.
- BRASIL. IBGE. **Características adicionais do mercado de trabalho de 2019.** Disponível em: <liv101743_informativo.pdf (ibge.gov.br)>. Acesso em: Mar, 2022.
- _____. IBGE. **Desemprego.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: Mar, 2022.
- _____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: Mar, 2022.
- _____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2009_v30_br.pdf>. Acesso em: Mar, 2022.
- _____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2008_v29_br.pdf>. Acesso em: Mar, 2022.
- BRASIL, Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm>. Acesso em: Mar, 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: Mar, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm#:~:text=Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA%2095&text=Altera%20o%20Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art>. Acesso em: Mar, 2022.

BRIDI, M. A. **Pandemia da Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho do Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/3MfRK5yDnzN9HsMzH5bCfQD/?lang=pt>>. Acesso em: Jan, 2022.

CASTILHO, Daniela R.; LEMOS, Esther L. de S. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** V.24 n.2. Katálysis, Florianópolis. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/>>.

DIEESE. **a inserção da população negra e o mercado de trabalho:** 2021. São Paulo: DIEESE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>>. Acesso em: Jan, 2022.

DIEESE. **Especial 1º de Maio dia do trabalhador.** 2021. São Paulo, DIEESE. Disponível em: <DIEESE - outras publicações - Especial 1º de maio Dia do Trabalhador - abril/2021>. Acesso em: Mar, 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** 1ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FRANCO, David S.; FERRAZ, Deise L. S. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJvWqsG4WV3c/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: Mar. 2022.

IPEA: Instituto de Pesquisa Aplicada. **População ocupada cresceu 12% em julho, na comparação com o mesmo período do ano passado.** São Paulo, 2021. Disponível em: <População ocupada cresceu 12% em julho, na comparação com o mesmo período do ano passado (ipea.gov.br)>. Acesso em: Mar, 2022.

IPEA: Instituto de Pesquisa Aplicada. **Trabalho informal e retomada no setor de serviços reduziram desemprego em 2021.** São Paulo, 2021. Disponível em: <Trabalho informal e retomada no setor de serviços reduziram desemprego em 2021 (ipea.gov.br)>. Acesso em: Mar, 2022.

IPEA: Instituto de Pesquisa Aplicada. **Pandemia provocou sobreposição de vulnerabilidades.** São Paulo, 2021. Disponível em: <Pandemia provocou sobreposição de vulnerabilidades (ipea.gov.br)>. Acesso em: Mar, 2022.

LAMEIRAS, Maria A. P.; CORSEUIL, Carlos H.; RAMOS, L.; RUSSO, Felipe M. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211220_nota_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: Mar, 2022.

MÉSZÁROS, István. **A globalização capitalista é nefasta.** Brasil de Fato. 9. ago. 2004. Entrevista a Motta, Débora e Jakobskind, Mario. Disponível em: <<https://www.voltairenet.org/article121714.html>>. Acesso em: Mar. 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 2. ed. São Paulo: Editora Record, 2000.

ANAIIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



O ENSINO DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA



A MATA E A CIDADE: CONSTRUINDO RELAÇÕES EDUCATIVAS CONFLUENTES ENTRE O SOCIAL E O AMBIENTE

Marina e Silva Lima
Josias Ivanildo Flores de Carvalho
Amaro Afonso Maia de Albuquerque e Melo

RESUMO

A pesquisa aqui então fundamentada trata-se, de certo modo, de uma homenagem àqueles que lutam diariamente frente às desigualdades sociais que não são nada contemporâneas. No Brasil, o uso e a ocupação do solo desde o período colonial carrega em seu bojo as entranhas de uma classe esbranquiçada e elitista, o que conseqüentemente levou a uma divisão de terras no contexto, gerando uma urbanização desordenada. Do ponto de vista ambiental, esse processo brusco de desenvolvimento urbanístico e ação antrópica desenfreada, vem causando o que estudiosos denominam como crise ambiental. Assim, a pesquisa em questão tem como finalidade expor projetos voltados à educação ambiental dentro do ensino de Geografia, em uma recente ocupação erguida às margens do Rio Capibaribe na cidade do Recife, visto que trata-se de uma área sensível e de grande valor ecossistêmico. Aqui trazemos um contexto da disciplina de Geografia atrelada a educação para além das salas de aulas. Para isso, foram criadas oficinas voltadas principalmente ao público infantil, obtendo um resultado próspero quanto à conscientização ambiental dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação ambiental, ensino de Geografia, desigualdades sociais.

ABSTRACT

The research based here is, in a way, a tribute to those who struggle daily in the face of social inequalities that are all contemporary. In Brazil, the use and occupation of land since the colonial period carries within it the bowels of a whitened and elitist class. From an environmental point of view, this sudden urban development and unbridled human action has been causing what scholars call an environmental crisis. Thus, the research in question aims to expose projects aimed at environmental education within the teaching of Geography, in a recent occupation built on the banks of the Capibaribe River in the city of Recife, since it is a sensitive area of great ecosystem value. Here we bring a context of the discipline of Geography linked to education beyond the classroom. For this, workshops were created mainly aimed at children, obtaining a prosperous result in terms of environmental awareness of those involved.

Palavras-chave: Environmental education, teaching Geography, social inequalities.

INTRODUÇÃO

Diante a uma faceta globalizada do mundo atual, temos a dinâmica ambiental pautada nos parâmetros sociais e em discussões de cunho científico. Para tanto, dentro dessa temática há diversas preocupações entranhadas, entre elas o principal anseio atualmente, que é a crise ambiental alastrada pelo mundo, ocasionada pela ação antrópica desenfreada, como menciona Krenak (2019, p.11)

Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. Eles inventam kits superinteressantes para nos manter nesse local, alienados de tudo, e se possível tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernâlias para nos entreter.

Visto isso, compreende-se que existe uma necessidade de ações educativas e práticas didáticas partindo desse pressuposto, levando em consideração a grande abrangência das problemáticas ecológicas enfrentadas. Propõe-se que tais ações sejam realizadas em espaços urbanos, que encontrem-se em contato direto com a natureza. Essas medidas dariam estímulo e reforçariam popularmente a necessidade das mesmas, adicionando nas rotinas sociais urbanas a racionalização socioambiental.

A reflexão da ação humana no espaço geográfico, abre caminhos para ressignificação desse uso usurpador dos recursos ecossistêmicos, mostrando portas para uma formação ecocidadã, trilhando a partir da Educação Ambiental (EA), atalhos que imprimam uma concepção educacional pautada em crianças, jovens e adultos críticos para com o meio ambiente. (PINHEIRO e TALAMONI, 2018).

Muitos confrontos são enfrentados quando trata-se de conservação e preservação ambiental, fatores culturais, políticos, sociais e principalmente econômicos regem essas dificuldades, portanto, confiar essa temática na educação apenas explana o poder que o sistema educacional tem quando bem articulado (COSTA, 2018). Sob a luz das perspectivas de Freire (2003) apud Costa (2018, 78), a educação pode ser designada como um “modo de intervenção na realidade e um elemento basilar para recriá-la. Em tal processo, haveria a busca contínua da transformação da realidade por meio da ação-reflexão humana.” Ainda é preciso implementar a ecocidadania, Educação Ambiental, aguçando o cidadão a ter uma visão crítica daquilo que está ao seu redor, enfatizando a ação do espaço-sociedade sob o espaço-natural.

Em frente a essas questões, com o acervo teórico e empírico encontrado nos dias atuais, sabe-se que a miséria e as desigualdades sociais não tem devido reconhecimento na sociedade, mas tem local de concentração de grande valia para a dinâmica ambiental, como nos morros e as áreas próximas aos mangue, por exemplo. Nessas localidades estão englobadas favelas que crescem dia após dia, em sua maioria inseridas em áreas de pouca relevância para a estrutura urbana, não vistas como dignas

para residir, ou, de interesses econômicos para conglomerados que operam a favor do capital. Souza, (2003 p. 95) afirma que:

para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se com muita facilidade duas coisas, os custos sociais e ambientais de tais progressos.

Por esse ângulo, temos a ocupação Chico Lessa, situada na Região Metropolitana do Recife, que sofre com o processo de urbanização em seu contorno, ocasionando danos ambientais severos. Esta ocupação ocorreu dessa maneira, devido a estrutura urbana de habitação desorganizada na cidade do Recife, que, com suas tessituras regadas pela Mata Atlântica, necessita de artefatos vinculados à área educacional que tragam uma maior reflexão aos moradores desta área.

Assim, esse trabalho tem como objetivo central explicar de maneira dialogada as ações ambientais desenvolvidas dentro da ocupação envolvendo o que Cosgrove (2012, p. 236) denomina como “a Geografia está em toda parte” ela está íntima aos olhos de quem vê e como vê, assim, essa relação é composta no simbolismo dos momentos e elementos no espaço geográfico. Significativamente também, para trabalhar a temática ambiental em confluência com as ações sociais, possivelmente unindo de forma bruta e polida ao mesmo tempo as relações da humanidade com a natureza, buscando assim como se era primordialmente em algumas civilizações nativas, de forma que a tecnologia e conhecimento adquirido no decorrer do tempo, não sejam perdidos e sim aprimorados pelas gerações futuras.

METODOLOGIA

Considerando os objetivos aqui já supracitados, a pesquisa é desenvolvida sob o bojo de um apanhado teórico com a finalidade de compreender a relação das ocupações e movimentos sociais com elementos educativos amarrados às práticas de Educação Ambiental. Além disso, segue uma metodologia qualitativa-descritiva, tendo além dos subsídios teóricos, as observações, integração e apontamentos dos autores realizadas no local de estudo. Antropólogos chamam de observação participante, ou seja, aquela que se dá por meio da intervenção direta junto às comunidades estudadas (OLIVEIRA, 1988).

Para a realização da observação participante, o pesquisador deve adquirir algumas habilidades e competências, tais como: ser capaz de estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos; ter sensibilidade para pessoas; ser um bom ouvinte; ter familiaridade com as questões investigadas, com preparação teórica sobre o objeto de estudo ou situação que será observada; ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas; não ter pressa de adquirir padrões ou atribuir significado aos fenômenos observados; elaborar um plano sistemático e padronizado para observação e registro dos dados; (QUEIROZ et al, 2007, p. 277)

Dessa forma, sistematizando com o referencial teórico, foram organizados campos exploratórios para conhecimento do local e das pessoas que o fazem, deixando claro também que, parte dos autores do trabalho são ocupantes da área em questão, o que torna o olhar e procedimentos mais aguçados. Como procedimento prático, os campos foram divididos entre conhecer o local e a população, principalmente o público alvo ao qual centralizamos a ação, no caso o público infantil; organização das atividades pedagógicas voltadas à temática ambiental junto à comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

(Re)conhecendo Chico Lessa e sua história

Carregando em seu nome um símbolo de luta, uma das mais recentes ocupações da RMR foi denominada a partir de uma homenagem a um advogado vinculado a finalidades sindicais, Francisco Lessa, comunista convicto que não a toa, esteve na linha de frente do Movimento das Fábricas Ocupadas, e sofreu com a repressão por suas lutas em defesa dos trabalhadores. Assim, a comunidade Chico Lessa integra-se desde o dia 27 de novembro de 2021, localizada às margens da BR-101, na altura do bairro de Apipucos, na Região Metropolitana do Recife – RMR, Zona Norte. O terreno, que possui cerca de 22 hectares, tem em seu contorno as marcas do que já foi um dia, uma fábrica de olaria, onde atualmente tem mais de 300 famílias cadastradas e em média 150 famílias residindo no local, como é retratado no Figura 01.

O então baixo número de pessoas de fato morando, explana bastante o nível de vulnerabilidade socioeconômica da população que, apesar do cadastro prévio realizado a fim de ter um balanço de quantas possíveis moradias/famílias, poucos são aqueles que têm de fato condições para construir um local com condições um tanto mais adequadas para permanecerem.

Figura 01: Ocupação Chico Lessa



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Com o lema “ocupar, resistir”, a ocupação teve seu despertar junto ao Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto – MUST, que adentrou no terreno, antes ocioso, acompanhados de alguns possíveis moradores que viviam até então em casas de aluguel, em bairros nas proximidades do local. De acordo com um então integrante do núcleo de coordenação do MUST, a entrada foi violenta e contou com repressão armada partindo dos seguranças que trabalham na área.

Desde então, a ocupação vem ganhando seu espaço na sociedade e aos poucos os barracos que representam um esperar da casa própria, vão se erguendo, num contexto de luta e muita resistência. O trabalho que o MUST vem deliberando dentro de Chico Lessa é de apoio e organização, um amparo político/informativo que coordena a situação jurídica do terreno, assim como também veicula projetos para melhorias dentro da ocupação.

É nessa abordagem política que os movimentos sociais vêm ganhando espaço. Primeiramente na Europa Ocidental e América do Norte, traçaram seu contorno a partir da redemocratização e lutas de classe, tendo intensa notoriedade em estudos acadêmicos meados dos anos 60, principalmente no Ocidente (GOHN, 1977). Podem ser entendidos como ações populares feitas por pessoas que possuem

um mesmo interesse, podendo ser integrado aos mais diversos tipos de temática central e agregam em seu bojo múltiplas instâncias da sociedade (TILLY, 2010).

Segundo o coordenador local, tudo teve início a partir de uma roda de amigos envolvidos em projetos ou até outros movimentos sociais, que tinham como objetivo lutar contra as desigualdades sociais que geram a escassez de moradia. Moradia essa, que consta como direito no artigo 6º do Texto Constitucional, e referido na Emenda Constitucional nº 26, nos anos 2000 (BRASIL, 1988). Assim, durante 25 anos, o MUST vem agregando histórias, leituras e releituras de lutas, com ocupações em diversas alturas da RMR abrangendo cerca de 18 mil famílias. São pessoas que dedicam a vida para corroborar com o sonho da casa própria de outros indivíduos, cada um com sua respectiva história e forma de ver o mundo.

Geografia, Educação Ambiental e os Movimentos Sociais: um entrelace de contextos

Quando se fala de movimentos sociais e educação, nesse caso em específico a Educação Ambiental, mas que de uma forma geral vai totalmente de encontro a práticas pedagógicas e a educação em si, trazer isso atrelado aos movimentos sociais em confluência com a Geografia, é possível observar diversos elementos que se integram.

Os movimentos estão integrados com a questão de território, ou melhor, a má gestão/distribuição do território no espaço geográfico. Território, que pode ser caracterizado como um ambiente em processos construtivos, que possui em sua totalidade as relações mais diversas de produção, consumo e afins (OLIVEIRA, 2007). Para Oliveira (2007), o território está diretamente vinculado com as lutas de classes desenvolvidas dentro do espaço geográfico,

(...) quando os movimentos sociais ocupam uma propriedade privada, eles estão fazendo exatamente isso, ou seja, eles estão se confrontando com outra classe que são as classes dos proprietários de terra. Então esta é a idéia que não deve ser abandonada, pois é através das lutas sociais que a sociedade se desenvolve, logo é evidente que as situações de conflito estão presentes na sociedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 8)

Trazendo o elo entre os movimentos sociais com a educação propriamente dita, Arroyo (2003) faz essa relação a partir da percepção do espaço geográfico em sua universalidade, atrelando-o com a abordagem educacional a partir da disseminação de informação para um olhar crítico da sociedade. O autor discorre sobre a exclusão e desigualdades sociais instauradas na sociedade e de como a falta de acesso à educação priva a população de compreender as injustiças às quais estão submetidos.

Retomando a ideia de território, em contrapartida Souza (2003) traz essa conceituação sob a perspectiva da Geografia Política de que território está intrínseco com as relações naturais e sociais, sendo essas duas vertentes as principais responsáveis por moldar a identidade sócio-cultural da população habitante. Assim, o autor correlaciona de forma indissociável o homem-natureza, pauta em

questão que vem sendo muito discutida no meio acadêmico devido aos impactos da ação antrópica ao natural.

Dessa forma, no Brasil o acesso à moradia digna é alarmante, no caso da cidade do Recife que se estende ao litoral da costa nordestina, e tem um grande potencial de crescimento demográfico com um forte núcleo urbano, a situação não é diferente. Assim, o crescimento populacional e o acesso a terra nos centros urbanos estreitam as desigualdades socioeconômicas, o que reforça o desenvolvimento urbanístico irregular, pondo em pauta o nível de vulnerabilidade ambiental de áreas que são valorosas ao meio ambiente (MIRANDA, 2005).

Chico Lessa se enquadra em mais um exemplo do que integra Bitoun e Souza (2015, p. 21) compreendem no tocante a cidade do Recife, “regional, incompleta, periférica e desigual”. A ocupação se estende de maneira desorganizada, em uma situação bastante crítica do ponto de vista ambiental: de um lado o rio Capibaribe, do outro, uma vasta área de mata atlântica. Portanto, o impacto ambiental induzido pela ação antrópica ao decorrer do processo de urbanização do terreno, é preocupante. Reafirmando o pensamento de Miranda (2005), o excesso de precariedade ao acesso a terra e moradia digna que é consentido sob políticas públicas excludentes e elitista, faz com que a população de baixa renda procure por locais ociosos e conseqüentemente inapropriados para o desencadeamento de ocupações. Em confluência com os autores, uma moradora relata:

Não tem pra onde a gente ir, tem que ir pra algum canto. Aonde que eu vou morar com os meus meninos? O povo acha que a gente gosta de morar na beira do rio é? É necessidade, minha filha, a gente ta necessitando, ai vamo ocupar mesmo, vai pra beira do rio. Brasil é comer ou pagar aluguel, isso não é vida não! A gente quer casa pra morar!

Já no tocante a Educação Ambiental – EA, a nível de pequena escala (Brasil) ganha palco para estudos principalmente durante a década de 90, visto a crise ambiental emergente que se alastra não só no Brasil, como também no mundo (RUSCHEINSKY, 2012). Isto posto, as considerações aprofundadas sobre a práxis antrópica no planeta, necessitam, realmente, de uma sistematização de metodologias educacionais voltadas à temática (JACOBI, 2015). Para Botêlho e Santos (2019, p. 1) “nosso horizonte, ao pensar num processo educativo ambiental, é a busca por uma formação humana, ou seja, que busque formar o sujeito, enquanto indivíduo-coletivo, como partícipe de uma trama societária em permanente estado de vir a ser.” Reigota (2010, p. 5-6) complementa na perspectiva política da Educação Ambiental,

Quando afirmamos e definimos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação de mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. A educação ambiental política está comprometida com a ampliação da cidade, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum.

Contudo, quando alavancarmos as discussões sobre Educação Ambiental no presente trabalho, não nos referimos a uma sociedade utópica, idealizando o que Andrade (2002) aponta como a falsa ideia de transformação do planeta em um “santuário ecológico”, esquecendo/ignorando a fome e a miséria que são cada vez mais intensificadas nos países considerados as favelas mundiais. Assim como versa o cantor pernambucano Flávio José (1996), “boi com sede bebe lama, barriga seca não dá sono”, aquele que convive com a fome, exclusão e o racismo diariamente, também não se sente motivado a enxergar além de sua realidade.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica presente no local deve ser totalmente levada em consideração, visto que, como argumenta Ruscheinsky (2012), para se haver uma verdadeira evolução no que concerne o cenário ambiental, primeiramente, se faz imprescindível a assistência nos demais setores básicos da população, tal como uma sociedade justa e igualitária.

Entende-se também que a situação a qual se encontra não só Chico Lessa como tantas outras em situação de vulnerabilidade socioeconômica, carregam em sua substância a injustiça ambiental, no estreito ao racismo ambiental. De acordo com Herculano (2008) “entende-se por ‘Injustiça Ambiental’ o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.” Já o racismo ambiental pode ser sintetizado evidenciando que as problemáticas ambientais têm cor e endereço, como reflete Herculano e Pacheco (2006, p.1) “a expressão suscita estranheza e há quem ache que teria sua dose de oportunismo e “apelação”. Mas olhe a cor da pele de quem mora nas favelas sobre os morros, nos beirários e beira-trilhos; olhe a cor da pele de expressivo número dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos.”

O saber e o fazer, caminhos, métodos e discussões

Como já introduzido, a ocupação Chico Lessa encontra-se em uma área de densa cobertura vegetal de mata atlântica e nas proximidades de um manguezal, como disposto nas Figuras 01 e 02.

Figura 02: Caracterização da vegetação da área.



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Mediante a isso, durante o processo de ocupação, por falta de recursos econômicos para a construção dos barracos, a população sem uma orientação ambiental prévia, fez o recorte de árvores nativas tanto da mata ciliar como também da outra porção de mata atlântica. No demais, a demarcação desordenada de terrenos levou à constituição de barracos muito próximos às áreas de mangue. O uso irregular do solo e dos recursos ecossistêmicos existentes no local, ocasionou, de certo modo, uma diminuição na proteção do Capibar (Figura 03).

Figura 03: Mata ciliar do Rio Capibaribe.



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Pensando em gerar ações educativas e orientação ambiental para os ocupantes de Chico Lessa, os autores em parceria com a coordenação local do MUST, propuseram ideias de projetos, oficinas e reuniões de orientação quanto ao uso do solo, por meio da Educação Ambiental, prezando por propostas acessíveis de baixo custo e que realmente contribuísse significativamente para população.

De forma antecedente, em Chico Lessa já estava sendo desenvolvido um projeto educacional de uma escolinha dedicada a dar aulas de reforço para as crianças a partir dos 6 anos que quisessem participar (Figura 04). O protótipo, denominado como Educa MUST, tem por objetivo principal corroborar para alfabetização dos interessados, contando também com aulas de matemática, artes, música e Geografia. Assim, durante as discussões e interações dentro das aulas de Geografia, surgiram as inquietações quanto a questão a questão ambiental no local.

Figura 04: Educa MUST



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

No íntimo das carências escolares das crianças que frequentam o reforço está, principalmente, a dificuldade na leitura e na escrita, o que colocou em pauta na organização do Educa MUST a busca por pessoas que se dispusessem a colaborar nesse âmbito. De certo modo, por tratar-se de uma ação voluntária dos professores colaboradores ao projeto, a grade de aulas vai se formando a partir dessa disponibilidade de pessoas dispostas. Assim ocorreu com o inserir das aulas de Geografia. Mas, por que a Geografia é relevante nessa circunstância e qual sua relação com a Educação Ambiental?

Nas últimas décadas as discussões sobre o papel da Geografia sucederam reflexões sobre sua importância e papel na sociedade, tal como, o emergir da reformulação das práticas escolares da disciplina, ainda voltadas a uma pedagogia arcaica (CAVALCANTI, 2010). Nesse sentido, a relevância de se discutir Geografia dentro do projeto, para além de ser uma disciplina escolar, está amplamente interligada com o que a ciência geográfica possui em seu bojo, a compreensão da sociedade junto às relações sociais, ambientais, culturais e afins (BOTÊLHO; SANTOS, 2017).

Para Moura et al (2015) a Educação Ambiental ligada ao ensino de Geografia demonstra a potência entre essas duas ciências para formação de indivíduos cientes de seu papel e impacto na sociedade, mais prudentes em relação ao zelo com a natureza e seus recursos. Os autores conduzem em suas considerações a importância dessa união interdisciplinar frente à necessidade de manifestações de cunho intervencionista a crise ambiental que se transfunde.

Ao todo foram desenvolvidos dois projetos em Chico Lessa, o primeiro denominado como “Doe uma muda de árvore e vamos mudar o mundo”, foi voltada ao público adulto com finalidade de conscientizar as pessoas sobre a retirada inadequada de árvores na mata. Para tanto, integrantes da coordenação do MUST fizeram uma reunião com os moradores de Chico Lessa com orientações ambientais da área, reverberando a importância de se manter a vegetação nativa. Para intensificar esse pensamento, foi pedido para que cada família tivesse em sua casa um espaço dedicado à área verde com ao menos uma espécie vegetal nativa da mata atlântica. No demais, visando conseguir a doação de mudas de plantas para repor aquelas que foram tiradas, foi posto uma placa na entrada da ocupação com o nome do projeto.

Em seguida, com a finalidade de integrar as crianças da ocupação com as questões ambientais, realizou-se uma oficina com os participantes do projeto Educa MUT que consistiu no plantio de mudas de árvores nativas. O público alvo foi das mais diversas idades, onde cada um ganhou uma mudinha de planta a qual ficaram responsáveis em plantar e cuidar. (Figura 05).

Figura 05: Execução da oficina



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

A participação e integração das crianças com a oficina revelou o que já tanto se debate na academia pelos interessados em educação, o aluno quando posto em um estado de participação de sua aprendizagem, a valoração ao que é aprendido é potencializada. Isso acaba quebrando a ideia de ensino tradicionalista que ainda tão forte, oprime novas formas de ver e executar processos de ensino-aprendizagem, mesmo longe das salas de aula.

Aqui tratamos o processo de ensino-aprendizagem em um ambiente informal de educação, trazendo a contextualidade e essência geográfica para além dos muros da Universidade e até da escola. As crianças que costumam frequentar o reforço do Educa MUST muitas vezes estão buscando o amparo que não se tem em casa ou na escola, o que vai muito além do conhecimento científico que o letramento básico da leitura e escrita pode proporcionar.

No percurso das aulas de Geografia eram sempre prezadas atividades que tivessem em seu bojo metodologias ativas instigando uma aprendizagem significativa da situação a qual as crianças estão inseridas, abordando contexto social, ambiental, político e cultural. Tomou-se como base as reflexões de Freire (2003; 2002) que pontua uma educação libertadora para liberdade, indo contra ao acúmulo aleatório de informações, e da ideia que o estudante é um mero ouvinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir, pois, as inquietações aqui explanadas precisam de continuidade na sociedade de forma geral, a escrita desse trabalho, gerou desafios, reflexões, experiências e releituras quanto a conexão entre ensino de Geografia-Educação Ambiental-Movimentos sociais. Estar presente na construção de uma ocupação de seu início aos dias atuais traz um olhar geográfico muito mais apurado. É possível entender na prática, todo arcabouço teórico estudado dentro das Universidades nos cursos de Geografia, no tocante ao desenvolvimento urbano, relações sociais, o uso e ocupação do solo, e as desigualdades sociais escancaradas.

Trazer a educação e fenômenos pedagógicos aqueles que sequer vão à escola, pelos mais diversos motivos, assim como também colaborar com aqueles que vão à escola mas mesmo assim precisam de assistência, é um ato de coragem. Por isso, como acentuado já no resumo do trabalho, aqui trata-se, primeiramente, de uma homenagem.

As colocações aqui propostas contextualizam apenas como Educação Ambiental tal como o ensino de Geografia estão coligados, assim como também podem ser trabalhados em situações e realidades diversas, quando bem adaptados. Quando usamos o adjetivo “adaptado” não nos referimos de modo algum a perda de qualidade quanto aos conhecimentos científicos estudados dentro da

Geografia a nível superior, apenas condicionados levando em consideração a vulnerabilidade socioeconômica do local.

Em suma, conclui-se, em mais um trabalho, o racismo ambiental entranhado nas raízes da sociedade brasileira. O desenvolvimento urbano desordenado que tem como centralidade os locais considerados propícios à moradia nas mãos de uma elite excludente, põe em situação de risco famílias que em busca de habitação, vão de encontro a ocupações irregulares em áreas suscetíveis a enchentes, deslizamentos e afins. E, para instigar a continuidade da pesquisa e reverberar a ocupação do terreno: “ocupar, resistir! Quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro!”

AGRADECIMENTOS

Dedicamos a comunidade Chico Lessa. O trabalho não seria construído sem o amparo das pessoas que resistem, existem e fazem acontecer todos os dias! Nosso muito obrigada, seremos de Recife para o mundo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123767>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- BOTELHO, L. A. V. **A ecocidadania como princípio formativo e propositivo: diálogos necessários para construção de uma escola cidadã**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2021.
- BOTELHO, L. A. V.; SANTOS, F. K. S. Ecocidadania, Educação Ambiental e Ensino de Geografia. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 54-64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22331/pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- BOTELHO, L. A. V.; SANTOS, F. K. S. Educação geográfica, ecoformação e ecocidadania: a busca por uma sabedoria. **Revista de Ensino de Geografia (Recife)**, Recife, v. 2, n. 2, p. 131-147, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia/article/view/242049>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 13. Ed. Campinas: Papius, 2010.
- COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R.L;
- ROSENDAHL, Z.; (org.). **Geografia cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p.15-32.
- COSTA, J. J. S. A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria**, Pouso Alegre, v. 7, p. 72-88, 2016. Disponível em: <https://www.theoria.com.br/edicao18/06182015RT.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- JOSÉ, F. **Filho do dono**. LBC, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- HERCULANO, S; PACHECO, T. **Racismo ambiental, o que é isso**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.
- HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. c **INTERFACEHS**, São Paulo, v. 3, n. 1, jan/abr, 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

JACOBI, P. R. Meio ambiente, riscos e aprendizagem social. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 10, n. 26, p. 346-364, set/dez, 2015. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq_26/art_15.pdf. Acesso em: 28 mai. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGUEL, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan/jun, 2003. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MIRANDA, L. **Desenvolvimento humano e habitação no Recife**. Atlas do desenvolvimento humano no Recife [CD-ROM]. Recife: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental; 2005.

MOURA, P. E. F.; MEIRELES, A. J. A.; TEIXEIRA, N. F. F. Ensino de Geografia e educação ambiental. **Geosaberes: Revista de Estudos Educacionais**, Ceará, v. 6, n. 11, p. 47-59. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5548040>. Acesso em: 28 mai. 2022.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e os movimentos sociais. **Perspectiva Geográfica**, v. 3, n. 3, p. 7-28, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/1284>. Acesso em: 07 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Papyrus Editora, 1988.

PINHEIRO, M. A. A.; TALAMONI, A. C. B. (org.). **Educação ambiental sobre manguezais**. São Vicente: UNESP/Instituto de Biociências, 2018.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C.; Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área de saúde. **Ver Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 276-283, abr/jun. 2007. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=475662&indexSearch=ID>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Brasiliense, 2009.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Penso, 2012.

SOUZA, M. A. A. (Org.) **Recife: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SOUZA, M. J. L. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO,

L.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77-117.

SOUZA, M. L. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133-160, jan/jul, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677/1475>. Acesso em: 07 jun. 2022.

“EDUCAÇÃO OUTRA”: A CULMINÂNCIA DAS DATAS DE 13 DE MAIO E 20 DE NOVEMBRO

Katiane da Silva Santos

RESUMO

Tendo como principal enfoque de análise, as emblemáticas datas de Treze de Maio e Vinte de Novembro que são marcos histórico para a comunidade negra brasileira. A pesquisa que se encontra em andamento é um texto de caráter bibliográfico pautado no aspecto teórico das discussões que englobam as relações de poder entre a colonialidade do ser, dos saberes e do poder, que perduram até a atual geração dos descendentes de colonizados. Objetiva-se trazer como questionamentos reflexões sobre os conteúdos das rememorações nas datas de 13 de Maio e o dia 20 de Novembro, esta segunda também possui funções educacionais no sistema de ensino brasileiro, pois, a Lei nº 12.519 (BRASIL, 2011) institui a data como “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, reforçada pela Lei nº 10.639 (BRASIL, 2013) o dia é comemorado pelas comunidades negras e no ensino da Educação Básica do país. Entender esse processo de desconstruções de discursos é também compreender como tem ocorrido a descolonização em nosso país, o contexto das ações e eventos do passado e como implicam no futuro é fundamental para os currículos. Compreende-se que o uso do “passado utilizável” serve para confrontar a colonialidade e amplificar os discursos anti-coloniais.

Palavras-chave: Abolição, consciência negra, educação étnico-racial.

RESUMEN

Teniendo como principal foco de análisis, las fechas emblemáticas de Treze de Maio y Vinte de Novembro, que son hitos históricos para la comunidad negra brasileña. La investigación en curso es un texto bibliográfico basado en el aspecto teórico de las discusiones que engloban las relaciones de poder entre la colonialidad del ser, el saber y el poder, que perduran hasta la actual generación de descendientes de los colonizados. El objetivo es traer como preguntas reflexiones sobre el contenido de las memorias en las fechas del 13 de mayo y 20 de noviembre, este segundo también tiene funciones educativas en el sistema educativo brasileño, ya que la Ley nº 12.519 (BRASIL, 2011) fecha como “Día Nacional del Zombi y la Conciencia Negra”, reforzado por la Ley nº 10.639 (BRASIL, 2013) el día es celebrado por las comunidades negras y en la enseñanza de la Educación Básica en el país. Comprender este proceso de deconstrucción de los discursos es también comprender cómo se ha dado la descolonización en nuestro país, el contexto de las acciones y eventos pasados y cómo implican el futuro es fundamental para los currículos. Se entiende que el uso del “pasado usable” sirve para confrontar la colonialidad y amplificar los discursos anticoloniales.

Palabras clave: Abolición, conciencia negra, educación étnico-racial.

INTRODUÇÃO

O estudo está voltado para a análise das emblemáticas datas de Treze de Maio e Vinte de Novembro, que são marcos históricos para a comunidade negra brasileira, trazem em suas tessituras a culminância das comemorações por direitos alcançados e reivindicações de direitos sociais em atraso, negados pelo Estado nacional.

Objetiva-se trazer como questionamentos reflexões sobre os conteúdos das lembranças nas datas de 13 de Maio e o dia 20 de Novembro, esta segunda também possui funções educacionais no sistema de ensino brasileiro, pois, a Lei nº 12.519 (BRASIL, 2011) institui a data como “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, reforçada pela Lei nº 10.639 (BRASIL, 2013) o dia é comemorado pelas comunidades negras e no ensino da Educação Básica do país. Entender esse processo de desconstruções de discursos é também compreender como tem ocorrido a descolonização em nosso país, o contexto das ações e eventos do passado e como implicam no futuro é fundamental para os currículos. Abordar essas questões a partir de uma visão de uma “Educação Outra” (WALSH; *et. Al.*, 2018), compreendida como o oposto de tudo que já ocorreu no ensino, ou seja, espera-se desconstruir os discursos dominantes construídos entorno dessas emblemáticas datas.

Fundamentam-se as reflexões no entendimento de como a politização dessas emblemáticas datas trata-se de um processo de desvinculação do colonialismo, sendo preciso desvendar o dom de saber olhar o que não é visível e tangível, entre estes elementos que afetam diretamente a dinâmica do espaço, está o poder.

Esta pesquisa que se encontra em andamento, faz parte das discussões de nossa tese de doutoramento em Geografia vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, é um texto de revisão bibliográfica pautada no aspecto teórico das discussões que englobam as relações de poder entre a colonialidade do ser e dos saberes que perduram até a atual geração dos descendentes de colonizados. Possui caráter qualitativo e interpretativo, direcionada por obras que contemplam o tema proposto. Para este trabalho serviram-no de aporte teórico os estudos de Arruti (2006), Schwarcz (2018), Quijano (2005), Cabecinhas; Mapera (2020), Santos (2009; 2010), Almeida (2013), Almeida (2002), Walsh; *et. Al.* (2018) e Chimbunde e Kgari-Masondo (2021).

DO 13 DE MAIO AO 20 DE NOVEMBRO

As datas de Treze de Maio e Vinte de Novembro são marcos históricos para a comunidade negra brasileira. Marcadas por festas, protestos e funções educacionais, cada data traz em seu bojo características importantes de representações sociais e símbolos que constroem as identidades envolvidas, além de proporcionar a coesão social de um determinado grupo.

No Brasil, a abolição da escravidão não foi um processo simples, e ainda foi um dos países com a mais longa escravidão negra no mundo. Neste sentido, a data de Treze de Maio não é tão bem aceita e comemorada pelo movimento negro brasileiro na atualidade, haja vista que deu a liberdade, mas não criou condições para a emancipação econômica e social dos escravizados, que ficaram marginalizados socialmente. Porém, nem sempre foi assim, essa data já foi muito comemorada, atualmente tem passado por um processo de politização, sendo denunciada pelo movimento negro em 1988 como uma “farsa” durante as discussões da elaboração da constituinte lançada naquele ano (ARRUTI, 2006; SCHWARCZ, 2018).

Desde o fim da escravidão (1888), o discurso que ecoou nas comunidades negras, foi o ato da Princesa Isabel que sancionou a Lei “Áurea” - adjetivo que faz referência a sua pessoa por ser uma mulher branca. Produto da colonialidade do poder, esse discurso dominante que desqualifica a luta secular dos escravizados pelo fim da escravidão ainda se faz presente em grupos negros que o assimilaram. Porém, o processo decolonial contribui para que a farsa da abolição seja denunciada e politizada (QUIJANO, 2005; SCHWARCZ, 2018).

Mediante as lutas do movimento negro em prol de seus direitos sociais negados pelo Estado, quem melhor lhes representam como símbolo é sem dúvida um quilombola, conhecido pela comunidade negra como, Zumbi de Palmares. Neste processo decolonial do discurso dominante, o Grupo Palmares e depois o Movimento Negro Unificado propuseram a comemoração da “Consciência Negra” na data de Vinte de Novembro, em que se rememora o aniversário de morte de Zumbi que se deu no ano de 1695, um ano depois do ataque das forças escravistas que destruiu o maior quilombo e primeiro Estado democrático da América Latina, Palmares (Alagoas/ Brasil), e 193 anos antes da abolição da escravidão, então marcou-se como uma data emblemática dessa luta que se iniciou desde o sequestro dos africanos para o tráfico transatlântico.

Nesta direção, o fato histórico da relação entre Estado e a comunidade negra no Brasil, se pauta principalmente nas semânticas das emblemáticas datas comemorativas para as conquistas e empoderamento negro. Nos quilombos brasileiros, o dia 13 de Maio possui 666 eventos catalogados, e no dia 20 de novembro 162, grande parte dos eventos de maio é de protesto contra o significado da data oficial imposta pelas classes dominantes (ARRUTI, 2006).

Os principais questionamentos da proposta desse estudo concentram-se em reflexões sobre os conteúdos das rememorações nas datas de 13 de Maio e o dia 20 de Novembro, esta segunda também possui funções educacionais no sistema de ensino brasileiro, pois, a Lei nº 12.519 (BRASIL, 2011) instituiu a data como “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, reforçada pela Lei nº 10.639 (BRASIL,

2013) o dia é comemorado pelas comunidades negras e no ensino da Educação Básica do país. Entender esse processo de desconstruções de discursos é também compreender como tem ocorrido a descolonização em nosso país.

Sobre essa questão, Janz; Cerri (2017) realizaram um estudo sobre essas datas e sua relação com a Lei de Cotas brasileira, no intuito de identificar a percepção de alunos secundaristas quanto a necessidade das políticas afirmativas. Na pesquisa, os autores constataram que tem sido discutido o tema consciencia negra nas escolas pesquisadas, porém, ainda há muito a superar sobre o entendimento da situação da população negra no pós-abolição, principalmente porque não há orientações curriculares para se discutir na data de 13 de Maio, sendo esta carregada de colonialidade.

[...] Uma parcela importante dos alunos que participaram dessa pesquisa concordou que os negros são inseridos em posição de igualdade na sociedade após a Abolição da Escravatura. Além de corresponder a um erro historiográfico, essa compreensão permite e facilita a propagação do discurso da democracia racial e da meritocracia. Esses dois elementos apareceram de forma bastante frequente nos textos de justificativa sobre a concordância ou não com a política de cotas (JANZ; CERRI, 2017, p. 111).

Cabecinhas; Mapera (2020) nos trazem o exemplo de Moçambique/ África, país que assim como o Brasil foi colonizado por Portugal/ Europa.

[...] Education was perceived as the driving force for the envisioned social and economic progress. But qualified national teaching staff and material resources were scarce. In order to overcome the huge rates of poverty and illiteracy inherited from the colonial [...] (CABECINHAS; MAPERA, 2020, p. 2).

Os autores nos explicam que lá as estratégias utilizadas para superar a mentalidade colonial, ocorreram principalmente através do sistema educacional, que tem sido a fonte motriz para impulsionar esse proceso descolonial.

Entretanto, Cabecinhas; Mapera (2020, p. 4) nos alerta que o Estado é o detentor do poder na efetivação de discursos do passado que legitimam as atuais ordens políticas. “[...] However, despite the recommendations established by international organisations, such as UNESCO, history education continues to be a privileged arena for the State’s soft power [...]”. Neste sentido, os autores denunciam que mesmo com a presença de outras historiografias, a “referência silenciosa” continua sendo a Europa.

Taking into account the extremely asymmetric power relations during the period of European Imperialism and the way that they pervasively undermined the wealth, well-being, self-esteem and self-confidence of former colonised peoples, one of the priorities of African liberation movements has been to rewrite history in order to overcome Eurocentric perspectives [...] (CABECINHAS; MAPERA, 2020, p. 5).

Conforme as teorias epistemologias do sul, a esse processo chama-se de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

DAS COLONIALIDADES ÀS DECOLONIALIDADES

As invasões europeias trouxeram mitos fundadores de uma construção ideológica entre Europa e África que se reflete em dicotomias das diferenças culturais no encontro desses povos que aconteceu na perspectiva de desigualdade de saber e poder, “[...] que transforma a reciprocidade da descoberta na apropriação do descoberto. Toda a descoberta tem, assim, algo de imperial, uma ação de controle e de submissão [...]” (SANTOS, 2010, p. 181). Conforme o autor o encontro entre africanos e europeus era uma relação equipolente, porém, para os invasores era uma relação de dessemelhança.

Santos (*Op. cit.*, p. 182), salienta que estas “descobertas imperiais” têm duas dimensões: (i) a empírica no ato de descobrir; (ii) e a ideia do que está sendo descoberto. A segunda precede a primeira, assim segue todo o ato, é essa dimensão que traz “[...] a ideia de inferioridade do outro, que se transforma num alvo de violência física e epistêmica [...]”.

Conforme Santos (2009), os “descobertos” nessa relação de poder colonial, passam a sofrer pela apropriação que envolve a incorporação, a cooptação e a assimilação, e também pela violência que implica destruição física, material, cultural e humana.

[...] Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial (*Op. cit.*, p. 9).

Esse pensamento ocidental foi definido por Santos (2009) como um pensamento abissal, em que se criam distinções visíveis e invisíveis entre os povos europeus (do norte) e outros povos (do sul).

[...] As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’ [...] A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha [...] (SANTOS, 2009, p. 3).

Aníbal Quijano (2005) sustenta que a Europa como centro do capitalismo mundial, controlava o mercado mundial e ainda impôs domínio colonial a todas as populações do planeta, sob seu padrão de poder formava um “sistema-mundo”. A incorporação dessas heterogêneas culturas a dominação europeia, também estabeleceu hegemonia sobre todas as formas de subjetividades, inclusive o conhecimento e a produção do conhecimento.

Para as regiões e populações afetadas pelo eurocentrismo, implicou em um processo de “*re-identificação histórica*”, sendo-lhes atribuídas novas identidades geoculturais (América-Europa-África-Ásia-Oceania). “[...] Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações [...]” (*Op. cit.*, p.121).

Deste modo, o processo colonial findou, porém, por ser carregado de poder, ainda persiste sua força da colonialidade do ser, do saber e do poder, formando a ordem social hegemônica.

Nesta direção, Almeida (2013, p. 45) discute que os estudos espaciais estão cada vez mais marcados pela invisibilidade e a intangibilidade, desvendar o dom de saber olhar o que não é visível, entre estes elementos que afetam diretamente a dinâmica do espaço, está o poder, “[...] cada vez mais invisível, menos identificável, por ter se deslocado de atores e protagonistas visíveis para grupos e conglomerados sem uma localização precisa”.

Santos (2009) sugere a urgência de ser estabelecido um pensamento “pós-abissal” por meio da ecologia de saberes, para enfrentar a ordem da apropriação/ violência, onde é preciso pensar na experiência social dos que estão do outro lado da linha, que é o Sul global e não-imperial.

O processo de descolonização se faz fundamental para a aniquilação do poder da colonialidade e o alcance da pós-colonialidade, este termo nos ajuda a entender e “[...] a descrever e caracterizar a mudança nas relações globais que marca a transição desigual da era dos impérios para o período pós-independências [...]” (ALMEIDA, 2002, p. 28).

Almeida (2002, p. 28, grifos do autor) acrescenta ainda que o termo pós-colonial, “[...] não pode servir de descritor disto ou daquilo, de um <<antes>> ou um <<depois>>. Deyerá (sic) sim reler a colonização como parte de um processo que é essencialmente transnacional e translocal [...]”.

Nesta direção, compreende-se que o racismo racial é a raiz destes males que acometeram os colonizados e seus pósteros, entre estes africanos no continente e nas diásporas, é urgente ouvirmos as vozes desses sujeitos subalternizados, para valorizar suas histórias de vidas e fazer ecoar suas lutas pelo direito de existir.

Deste modo, o processo colonial findou, porém, por ser carregado de poder, ainda persiste sua força da colonialidade do ser, do saber e do poder, formando a ordem social hegemônica.

Neste sentido, compreendemos que o sistema educacional pode exercer importante papel, desvinculada do eurocentrismo, a “educação outra” valoriza conhecimentos locais, Walsh; *et. Al.* (2018) levanta o debate expondo:

O campo da educação no Brasil vem, nos últimos anos, sendo chamado a rediscutir uma série de questões temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar etc, em função de novas demandas implicadas com o desafio de superar desigualdades e discriminações raciais, de gênero, sexualidade, religiosas, entre outras, assim como reconhecer e valorizar as diferenças, assumindo as tensões entre igualdade e diferença, políticas de redistribuição e de reconhecimento [...] (WALSH; *et. Al.* 2018, p. 6).

Nesta direção, entendemos que implementar o debate nos currículos escolares quanto a questão étnico-racial em volta das datas de treze de maio e vinte de novembro, são fundamentais para gerar um

melhor entendimento do contexto histórico dos seus significados, haja vista, que a presença da colonialidade do poder ainda persistem nos discursos de escravatura/abolição/racismo.

Abordar essas questões a partir de uma visão de uma “Educação Outra” (WALSH; *et. Al.*, 2018), compreendida como o oposto de tudo que já ocorreu no ensino, ou seja, espera-se desconstruir os discursos dominantes construídos entorno das datas de 13 de Maio e 20 de Novembro, esta concepção de educação se contrapõe as lógicas educativas hegemônicas.

Conforme o currículo oficial brasileiro para a Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz como definição do documento, possuir “[...] caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]” (BNCC, 2017, p. 7).

Para tal, o documento curricular BNCC (BRASIL, 2017) estabelece as competências a serem alcançadas pelos discentes deste nível escolar que é a Educação Básica, a qual define como:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2017, p. 8).

Deste modo, o documento curricular brasileiro traz 10 (dez) competências gerais a serem alcançadas no final da formação dos discentes, dentre as que abrangem a discussão que propomos nesta pesquisa, que é a educação para as relações étnico-raciais, são as seguintes; 1, 3 e 9:

Quadro 1 - Competências Gerais da Educação Básica que sustentam a educação para as relações étnico-raciais.

Competências Gerais da Educação Básica
1 - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
3 - Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais , das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p. 9-10, grifo nosso).

A BNCC (BRASIL, 2017) por meio de suas competências gerais para a Educação Básica fortalece o debate da educação para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2013), haja vista, que propomos nesta pesquisa o aprofundamento do debate histórico que envolvem os marcos que são as emblemáticas datas de 13 de Maio e 20 de Novembro.

Atualmente os currículos escolares carregam a exigência apenas de discutir a data de novembro (BRASIL, 2011) em que institui a data como “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, enquanto que a data de maio não traz nenhuma exigência para se discutir o fato histórico da abolição da escravatura.

Sobre essa questão, refletimos no exemplo trazido por Chimbunde e Kgari-Masondo (2021), são reflexões sobre o processo descolonial do currículo educacional no Zimbabué/ África, que herdou em 1980 dos colonizadores britânicos um sistema educacional eurocêntrico. Assim, propõem-se a estudar o uso do “passado do povo”, que orientam práticas presentes e futuras para todas as dimensões da vida para a construção curricular, na intenção de descolonizá-lo, tornando-o relevante para o povo zimbabueano.

Desta forma, descolonizar o currículo é permitir que as sociedades marginalizadas comuniquem suas matrizes de referências, seus sistemas de conhecimentos para a construção de outros conhecimentos. Neste sentido, os autores questionam o conceito de “passado utilizável”.

[...] A ‘usable past’, in this context, means those incidents and experiences which assist us to discern where Zimbabweans are coming from as people of Africa, their current identity, and the aspirations which shape their future identity. However, while the past is useful, not all the past is usable or has potential for usability. In other words, there are certain elements from the past which are undesirable and therefore unusable [...] (CHIMBUNDE E KGARI-MASONDO, 2021, p. 6).

Sendo assim, o passado precisa ser filtrado e reter valores e memórias ligados a identidade, pois, nem todo passado é utilizável. Assim, compreende-se o processo de lá pra cá, entender o contexto das ações e eventos do passado e como implicam no futuro é fundamental para os currículos. “Thus, the ‘usable past’ is a decolonising approach which is “a narrative of return” to African values which had been tainted by colonisation [...]” (CHIMBUNDE E KGARI-MASONDO, 2021, p. 6). Deste modo, compreende-se que o uso do “passado utilizável” serve para confrontar a colonialidade e amplificar os discursos anti-coloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos-nos a refletir sobre as relações entre as emblemáticas datas de 13 de Maio e 20 de Novembro, a primeira produto do colonialismo e a segunda produto das insurgências negras. Pensamos buscar entendimentos sobre a construção histórica de um discurso dominante sobre a abolição da escravatura que traz como marco a data de maio, carregada da presença do poder da colonialidade.

Apontamos também, para o sistema educacional brasileiro, haja vista, que a educação possui importante papel para a concretização da descolonização das mentes. Observa-se que na atualidade, a data de 13 de Maio não há nenhuma orientação para os currículos escolares do sistema educacional brasileiro, já para a data de 20 de Novembro orienta-se discutir o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra” (BRASIL, 2011) e essa proposta é um avanço para o ensino da educação étnico-racial.

Entretanto, consideramos esta, uma questão problemática, haja vista, que o discurso eurocêntrico em volta da primeira data, ainda povoa as mentes da população brasileira fazendo persistir

o poder da colonialidade do ser e do saber. De forma, que entendemos haver uma necessidade de politizar essa data, principalmente pelo fato de a abolição da escravatura no país ter libertado, mas sem ter implementado nenhuma política de reparação social, deixando essa população marginalizada e que as duras resistências e persistências vem lutando por direitos sociais.

Esta pesquisa buscará ainda mais aprofundar o debate em busca de respostas para a existência desta lacuna do ensino básico brasileiro na abordagem desse fato histórico em torno destas datas, principalmente a primeira, e pensando na efetivação da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. **A Propósito do Trato do Invisível, do Intangível e do Discurso na Geografia Cultural**. 2013. Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, p. 41-50. Disponível: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6490>. Acesso: 29/08/2020.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. **O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o Caso “Lusófono”**. 2002. Disponível: <http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/07/o-atlantico-pardo.pdf>. Acesso: 2 abr. 2020.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. São Paulo: Edusc, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC - Ministério da Educação. 2017. Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso: 04 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9/01/2013**, altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso: 9 set. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 12.519 de 10/11/2011**, Institui o dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12519.htm. Acesso: 9 set. 2020.
- CABECINHAS, Rosa; MAPERA, Martins. **Decolonising images? The liberation script in Mozambican history textbooks**. Y&T, Vanderbijlpark, n. 24, p. 1-27, Dec. 2020. Disponível: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70050?locale=pt> ou <http://hdl.handle.net/1822/70050>. Acesso: 6 dez. 2021.
- CHIMBUNDE, Pfuurai. KGARI-MASONDO, Maserole Christina. **Decolonising curriculum change and implementation: Voices from Social Studies Zimbabwean Teachers**. 2021. The Yesterday & Today, v. 25, p. 1-22. Disponível: https://upjournals.up.ac.za/index.php/yesterday_and_today/article/view/3607. Acesso: 6 dez. 2021.
- JANZ, Rubia Caroline. CERRI, Luis Fernando. **Articulação entre passado e presente a partir da compreensão do 13 de maio e do 20 de novembro por estudantes**. 2017. Revista Diálogos, v. 21, n. 2, p. 99-112. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/39531/20659>. Acesso: 6 dez. 2021.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso: 11 set. 2020.
- SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 23-72. Disponível: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf. Acesso: 17/08/2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).
- SCHWARCZ, Lilia. Não há motivos para celebrar os 130 anos da lei áurea. 2018. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/nao-ha-motivo-para-celebrar-os-130-anos-da-lei-aurea-diz-antropologa.shtml>. Acesso: 15 de jun. 2020.

WALSH, C., Oliveira, L. F., & Candau, V. M. (2018). **Colonialidade e Pedagogia Decolonial: Para pensar uma educação outra**. Arquivos Analíticos de Políticas educativas, 26 (83). Disponível: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3874>. Acesso: 16 out. 2020.

POR UMA GEOGRAFIA PARA A VIDA: O TRABALHO COM PROJETOS COMO CAMINHO PARA A AUTONOMIA DE ESTUDANTES NA ESCOLA BÁSICA

Maria Ana Paula Freire da Silva
Gilvaneide Ferreira de Oliveira

RESUMO

O mundo atual está marcado por intensas transformações caracterizadas pelos novos contextos tecnológicos, científicos e pela informação rápida e atualizada. Neste mesmo contexto se encontra a educação formal, buscando caminhos que possam garantir aprendizagem significativa e formação integral dos sujeitos. Entretanto, as escolas ainda divergem desses novos tempos. O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância do trabalho com projetos contextualizados nas aulas de Geografia para o desenvolvimento crítico e a construção da autonomia dos/as estudantes na escola básica, neste caso, trabalhos com metodologia científica. Considera-se aqui a reflexão sobre a prática docente da autora enquanto professora e orientadora de tais projetos. A educação não pode se isolar dos acontecimentos cotidianos, ela faz parte deles. As aulas de Geografia não podem perpetuar-se nos relatos enfadonhos e sem coerência dos(as) estudantes, ao contrário, precisam fazer sentido para suas vidas. A vida real não pode ficar do lado de fora das salas de aula, pois estão pulsando nos corpos e mentes dos que adentram estes espaços. O trabalho com projetos no contexto escolar demanda envolvimento, comportamento dialógico, autonomia e parceria entre professores(as) e estudantes. Apesar de lentos, esses caminhos precisam ser construídos e trilhados.

Palavras-chave: Geografia para a vida; autonomia; projetos; escola básica.

ABSTRACT

The current world is marked by intense transformations characterized by new technological and scientific contexts and by fast and updated information. In this same context is formal education, seeking ways that can ensure meaningful learning and comprehensive training of individuals. However, schools still diverge from these new times. This article aims to reflect on the importance of working with contextualized projects in Geography classes for the critical development and the construction of student autonomy in basic school, in this case, work with scientific methodology. We consider here the reflection on the teaching practice of the author as a teacher and advisor of such projects. Education cannot isolate itself from daily events, it is part of them. Geography classes cannot perpetuate themselves in the boring and incoherent reports of the students; on the contrary, they need to make sense of their lives. Real life cannot remain outside the classrooms, as it is pulsating in the bodies and minds of those who enter these spaces. The work with projects in the school context demands involvement, dialogical behavior, autonomy, and partnership between teachers and students. Although slow, these paths need to be built and walked.

Keywords: Geography for life; autonomy; projects; basic school.

INTRODUÇÃO

Vivemos um confronto de ideias e ideais, um tempo presente marcado pelas velocidades que se mostram imperativas e desafiadoras. O século XXI, definido pelas urgências dos momentos, encurtou distâncias e acelerou o ritmo dos acontecimentos. As técnicas, representadas por “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem produz sua vida [...]” Santos (2009, p. 29), se mostram infinitas no tempo e no espaço, de tal forma que “não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro” (2009, p. 41), um período histórico considerado como meio técnico-científico e informacional. Novas e modernas tecnologias aliadas à ciência e à informação se fazem presentes também no universo da educação formal, indispensáveis e indissociáveis dos novos contextos, impactando direta e indiretamente os cotidianos. As aulas de Geografia não se acham excluídas dessa dinâmica global, por esta razão mesma, justifica-se aqui um olhar mais sensível acerca da importância da ciência geográfica no contexto das salas de aula. Para aulas de Geografia verdadeiramente democráticas, inclusivas, participativas, que corroborem com o pensamento crítico e construção das autonomias dos(as) estudantes, dessa forma, Lopes (2010, p.33), diz que “a Geografia de base humanista-fenomênica emerge-se inegavelmente como alternativa palpável à junção entre objetividade e subjetividade, relevando que o sentimento e as emoções devem ser incluídos na realização dos conhecimentos e saberes”, argumentando que “o homem não deve ser estudado meramente como um ser que racionaliza, todavia este sente, ou seja, experimenta sensações, sentimentos, que é reflexivo, imaginativo, criativo” (2010, p. 29) e a escola não pode fechar-se a essas condições, em que metodologias ancoradas em modelos tecnicistas, centrados em transmissão de conhecimento não funcionam mais.

Essa forma socialmente dominante da geografia escolar e universitária, na medida em que ela anuncia uma nomenclatura e que inculca elementos de conhecimentos enumerados sem ligação entre si (o relevo – o clima – a vegetação – a população...), tem o resultado não só de mascarar a trama política de tudo aquilo que se refere ao espaço, mas também de impor, implicitamente, que não é preciso senão memória (LACOSTE, 2012, p. 32-33).

É notório que apesar dos avanços, que não se resumem apenas aos técnicos, as escolas permanecem encravadas nessas estruturas arcaicas, sujeitas a modelos conservadores, intencionais e com pouca ou nenhuma autonomia, assumindo práticas desarticuladas deste tempo presente. Souza (2021, p.37), complementa que, sabendo-se ser a Geografia “uma ciência do presente que nos faz compreender a vida humana na superfície do planeta nesta atualidade” não se pode desprezar o reconhecimento desta ciência como fundamental para a compreensão e análise crítica do mundo. Desta forma, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do trabalho com projetos contextualizados nas aulas de Geografia para o desenvolvimento crítico e a construção da autonomia

dos/as estudantes na escola básica. Outros teóricos fundamentam esta discussão, dentre estes, Santos (2000;2009), que nos inspira a mantermos em marcha “a nova consciência de ser mundo” (2000, p. 172), ampliando a compreensão da Geografia enquanto ciência do presente, da história de homens e mulheres no território de convivência social e não obstante nos fazer refletir sobre o nosso objeto de estudo, o espaço geográfico, no cotidiano da nossa prática enquanto professores e professoras de Geografia neste mundo em metamorfose. Em Hernández (1998) e Hernández e Ventura (2017, p.87) nos apropriamos de algumas considerações acerca de projetos de trabalho, argumentando que “a função principal do projeto é possibilitar aos alunos o desenvolvimento de estratégias globalizadoras de organização dos conhecimentos escolares [...]” sendo, dessa forma, uma prática de metodologia ativa capaz de despertar nos(as) estudantes a criatividade e interesse pelas aulas e, dessa forma, levando-os à aprendizagem significativa.

Os projetos de trabalho supõem, do meu ponto de vista, um enfoque do ensino que trata de ressituar a concepção e as práticas educativas na Escola, para dar resposta (não “A resposta”) às mudanças sociais, que se produzem nos meninos, meninas e adolescentes e na função da educação, e não simplesmente readaptar uma proposta do passado e atualizá-la (HERNÁNDEZ, 1998, p. 64).

E porque a sociedade não é mais a mesma e os tempos são outros, é que a escola não pode permanecer no mesmo modelo de séculos atrás. Ainda sobre o desenvolvimento de projetos na escola, trazemos também as contribuições de Kilpatrick (2020), discípulo de John Dewey (1859-1952), também sob a perspectiva do trabalho na escola a partir da realidade do estudante, dialogando acerca do “método de projetos” enquanto possibilidade para o envolvimento entre professores e estudantes a partir da atividade intencionada, ativa e significativa no processo de aprendizagem. Demo (2015), também discute acerca da educação pela pesquisa, uma atitude permanente na prática, seja escolar ou acadêmica. Muitas vezes, o contato de um(a) estudante com a pesquisa dá-se somente ao adentrar o nível superior, sendo um grande desafio para estudantes, professores e professoras.

Paulo Freire, outro teórico fundamental para este trabalho, considera a importância da permanente reflexão por parte dos professores e professoras sobre a sua prática, incluindo nesta os educandos, pois “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” Freire (2013, p. 25), o autor chama a atenção para o respeito à condição de sermos eternos aprendizes, cientes do nosso inacabamento enquanto pessoas humanas e com esta percepção, abre espaço à educação integral, respeitosa, libertária e transformadora, pois “O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (2013, p.58). Essa forma de pensar e agir no mundo

concebe outras maneiras de ser e estar presente na escola básica, e o trabalho com projetos proporciona o trabalho coletivo, onde todos e todas podem ser protagonistas de suas ações e articuladores de novas descobertas e saberes. Neste contexto, Morin (2011, p.43) nos diz que “A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem.” E nessas complexas relações, “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias [...]” (2011, p. 49), e complementa “[...] ensinar a viver necessita não só dos conhecimentos, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, do conhecimento adquirido em sapiência” (2021, 47), estabelecendo vínculos, incorporando saberes novos àqueles que já se sabe, sem esquecer que somos todos e todas seres humanos. Devemos ampliar a capacidade que cada um(a) de nós temos enquanto indivíduo de fomentar sonhos e, coletivamente, criarmos condições para que se tornem realidade. A escola muitas vezes aprisiona os sonhos em nome da concretude disciplinar. A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), “É uma das mais eficazes formas disponíveis de envolver os alunos com o conteúdo de aprendizagem [...]” Bender (2014, p.15), possibilitando aos estudantes irem além da sala de aula, se envolvendo em desafios e buscando a resolução de problemas. É certo não será a única condição para promoção de mudanças significativas para a educação, mas pode contribuir com um dia a dia mais participativo e interacional no chão da escola básica.

METODOLOGIA

As reflexões aqui apresentadas consideram a abordagem qualitativa de pesquisa de caráter descritivo, tendo como referência as observações sobre a prática envolvendo projetos científicos contextualizados nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais, um movimento permanente de ação-reflexão-ação “que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores” Alarcão (2011, p.44), e em cujo processo mergulhamos enquanto educadoras na sua didiscência, conceito freireano que se traduz na condição do(a) docente enquanto eterno aprendiz. Em se tratando de pesquisa qualitativa, Minayo (2019, p.20), diz que esta “responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e por ser o objeto das Ciências Sociais histórico, marcado pelas subjetividades inerentes aos seres humanos e suas realidades vividas, neste artigo trazemos a reflexão da própria prática docente da autora enquanto orientadora de projetos científicos nas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Essas

observações foram feitas de forma processual, tendo em vista a condição de professora orientadora nas turmas do Ensino Fundamental dos 8º e 9º anos, mais especificamente entre aos anos de 2016-2021.

Em função do seu objetivo, classificamos a abordagem desenvolvida nesta observação, segundo Bacich e Moran (2018, n.p), como Projeto investigativo “quando o foco é pesquisar uma questão ou situação, utilizando técnicas de pesquisa científica”. As investigações partem geralmente de um problema, uma curiosidade identificada pelos(as) próprios(as) estudantes e suas inquietações, mobilizando seus conhecimentos prévios, afinal de contas ninguém chega à escola desprovido de saberes, e incorporando novos, a partir da prática. Nesse caminho, estarão sempre acompanhados(as) pelos(as) professores(as) orientadores(as). Essas Crianças e adolescentes recebem diariamente estímulos externos à sala de aula, influenciam o meio ao mesmo tempo em que são por ele influenciados e esses estímulos demandam novas adaptações e uma variedade de atitudes inerentes aos novos tempos e situações, para tanto, a escola precisa “Ser um lugar onde pessoas diferentes se encontram para viver juntas experiências de aprender-ensinar-aprender através da construção solidária de seus saberes” Brandão (2003, p.203), com propostas centradas no estudante e envolvendo-o diretamente em todas as etapas do processo que lhes diz respeito diretamente, não como mero receptor, coadjuvante, mas sujeito ativo e essencial.

Os estudantes envolvidos nos projetos de metodologia científica são todos oriundos de escola pública do Recife, onde desenvolveram seus projetos. Atualmente estão cursando o Ensino Médio em outra rede de ensino. Quanto aos projetos vivenciados nas escolas, os próprios estudantes-autores escolhem seus próprios temas, mediante um problema observado na escola, na comunidade, no bairro, na cidade e organizam-se em grupos de até três componentes. São os estudantes também quem escolhem o professor ou professora que os auxiliarão durante todas as fases da pesquisa, desde a introdução, metodologia, desenvolvimento até os resultados e conclusão. A partir dessa mobilização, o contexto da sala de aula ganha outros enfoques, porque mesmo não tendo todos os estudantes de uma mesma sala de aula envolvidos no projeto científico assumido por alguns grupos, todos e todas se envolvem direta e/ou indiretamente nos trabalhos, aprendendo com os colegas autores e contribuindo para o propósito de manter a pesquisa em movimento, através das entrevistas, rodas de diálogo sobre o tema que está sendo pesquisado, fazendo trabalhos que envolvem a temática. Os(as) estudantes pesquisadores(as) também elaboram e alimentam um diário de bordo, “onde o estudante registra cada fase do desenvolvimento de seu projeto” Azevedo (2013, p.48), assim, nada se perde pelo caminho. O diário de bordo é peça fundamental na pesquisa científica escolar e assim como o projeto e o relatório, é solicitado e explorado durante avaliações de feiras de ciências na escola e em eventos científicos

municipais, estaduais, nacionais e até internacionais. São os estudantes também que saem a campo para coleta de dados, essenciais para responder as perguntas relacionadas à investigação, ou as hipóteses formuladas. As orientações são realizadas de acordo com o tempo do(a) professor(a), mas também podem ser realizadas trocas via redes sociais, e-mail e mais recentemente, nas plataformas digitais. O trabalho com projetos está classificado entre as metodologias ativas, “estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”, Bacich e Moran (2018, n.p), dessa forma, para que a prática de projetos com metodologia científica aconteça na escola básica, práticas conteudistas e desarticuladas da vida não funcionam mais.

Será mister desenvolver a face educativa da pesquisa, também para não restringi-la a momentos de acumulação de dados, leituras, materiais, experimentos, que não passam de insumos preliminares. A pesquisa inclui sempre a percepção emancipatória do sujeito que busca fazer e fazer-se oportunidade, medida que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade. Incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice-versa, englobando a ética dos fins e valores (DEMO, 2015, p. 9).

Nessa mesma linha de raciocínio, e ampliando a temática aqui desenvolvida através da “proposta” de uma Geografia para a vida atrelada, entre outras possibilidades pedagógicas, à pesquisa científica na escola básica, precisamos nos indagar que ciência é essa que estamos praticando na escola. Como o empírico e o científico se entrelaçam na busca de garantias efetivas para reconhecer evidências concretas de engajamento dentro do espaço escolar e também fora dele? Muitas respostas podem efetivamente corresponder a essas e tantas outras perguntas, entretanto, é imprescindível saber que fazer ciência na escola básica é considerar que nem tudo precisa ter fórmulas prontas e resultados concretos cercados de objetividade, principalmente em se tratando de pesquisa nas ciências sociais e humanas. “A aprendizagem da ciência é um processo de desenvolvimento progressivo do senso comum. Só podemos ensinar e aprender partindo do senso comum de que o aprendiz dispõe.” Alves (2015, p.12) e a autonomia para esse desenvolvimento não se dissocia de liberdade, autenticidade, criatividade e afeto. Assim, organicamente.

Precisamos nos perguntar se as escolas básicas estão abertas a essas discussões, se estão fomentando o espírito crítico de educadores e educandos dispostos a pensar sobre as realidades vividas de forma sistêmica, não apenas reproduzindo conteúdos dos livros didáticos. O desenvolvimento de trabalhos com projetos científicos nas aulas de Geografia significa possibilidades concretas de abertura para a problematização crítica do mundo a partir do próprio lugar de vivência.

Para Milton Santos o lugar permite ao mundo realizar-se, a oportunidade de uma história que ao se realizar muda, transforma, determina a ação, é onde os homens estão juntos vivendo, sentindo, pulsando, e que tem a força da presença do homem. Esta é para o autor a abertura da Geografia neste final de século (CARLOS, 2007, p. 26).

Grande parte dos trabalhos desenvolvidos sob essa perspectiva, lançou olhares sobre a própria escola e comunidade, fortalecendo elos que extrapolaram os muros da escola e ampliando o olhar crítico dos estudantes sobre o espaço vivido, a leitura das suas paisagens, sua configuração territorial e as relações sociais estabelecidas no lugar, as condições de vida dos moradores, a representatividade feminina na comunidade, a espacialidade dos objetos técnicos, a escassez de elementos que possam produzir maior qualidade de vida para os habitantes da localidade, o trabalho de campo e tantas outras questões socioespaciais que precisam ser trabalhadas nas aulas de Geografia e que vão muito além do que está nos livros didáticos.

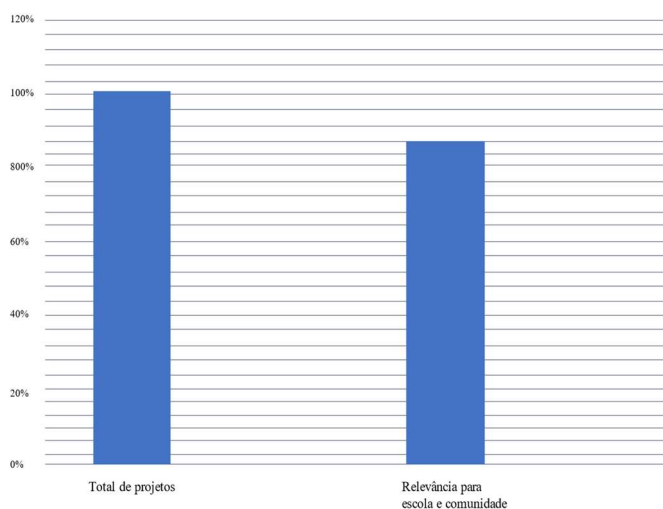
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado, percebe-se a escola mais viva e dinâmica, uma efetiva condição que extrapola não apenas as formas convencionais dos currículos, mas os próprios muros da escola, literalmente. As crianças e adolescentes vivem nesse mundo permeado pelas técnicas, pelas inovações tecnológicas e informações, entretanto, quase sempre, ficam “do lado de fora” das discussões que lhes dizem respeito, não sendo “convidados(as)” a compreender seu papel como atores e atrizes produtores(as) de cultura, por isso, é importante que os educadores e educadoras reconheçam que “é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele”, Freire (2013, p.11), garantindo-lhes participação ativa nos diálogos tão necessários nas aulas e na vida. E complementa, “o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. [...] quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola” (2013, p.11), que precisa estar aberta para que todos e todas possam falar, expressar seus interesses e ideias.

A participação desses estudantes enquanto pesquisadores e pesquisadoras no próprio lugar de vivência, vem efetivando a necessária condição de perceber o mundo através de uma visão sistêmica “permitindo entender como cada lugar, mas também cada coisa, cada pessoa, cada relação dependem do mundo”, Santos (2000, p.169). Faz-se necessário uma ciência, uma escola, uma educação voltada para a vida, de forma ética e responsável no palco das realizações cotidianas, onde as solidariedades ocorrem. Brandão (2015, p.22), diz que “Toda ciência do humano deve servir aos humanos [...]. Ela deve se reconhecer mais em sua fragilidade aberta ao diálogo do que em suas certezas fechadas no monólogo de seus praticantes”. Nem mesmo a ciência praticada na escola básica deve se fazer compreender enrijecida em formatos puramente convencionais, mas abrir espaço para formação ética dos homens e mulheres nos seus lugares de vivência coletiva.

Como amostra para esta discussão, tomamos como referência os quinze projetos realizados entre os anos de 2016 a 2021 de acordo com essa metodologia. A maior parte dos projetos, treze destes, totalizando cerca de 86,7% do total (gráfico 1), abordaram temas relacionados a questões sociais envolvendo a própria escola e/ou comunidade como locus da pesquisa, ampliando o diálogo entre escola e comunidade e a relevância social dos mesmos.

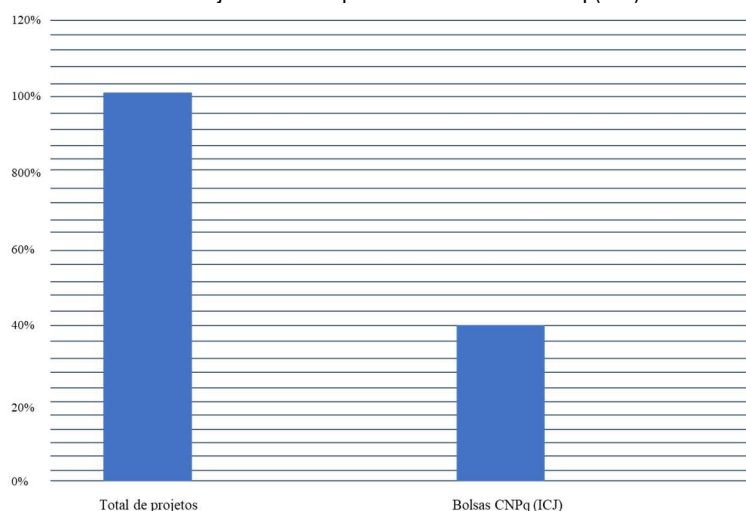
Gráfico 1 – Temáticas voltadas para a escola e/ou comunidade



Fonte: autoria própria

Dos quinze projetos orientados, seis, 40% do total, foram qualificados a receber bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, na modalidade Iniciação Científica Júnior (ICJ), vinculadas às premiações e/ou participações na FEBRACE – Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – USP/São Paulo e Ciência Jovem/Pernambuco, (gráfico 2). Todos os estudantes envolvidos na pesquisa, no caso três para cada projeto da Febrace e dois, da Ciência Jovem, receberam o valor correspondente a R\$ 100,00 (cem reais) durante o período de doze meses. No total, foram dezesseis estudantes beneficiados e que conseguiram continuar suas pesquisas, isso porque “um projeto permite iniciar novos caminhos” Hernández (1998, p. 132), numa busca permanente e prazerosa por novos achados.

Gráfico 2 – Projetos contemplados com bolsas CNPq (ICJ)



Fonte: autoria própria

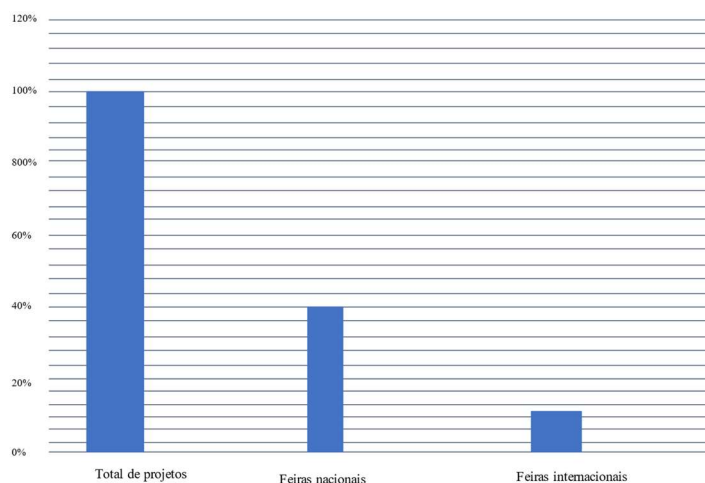
Tendo ainda como referencial o quantitativo de projetos mencionados, é importante salientar que todos participaram de feiras de ciências da escola onde desenvolveram seus trabalhos, sendo quatorze destes, selecionados para a FECON – Feira de Conhecimentos, Ciência, Tecnologia e Inovação do Recife. O único projeto que não participou da feira municipal foi realizado durante a Pandemia do novo Coronavírus, ocasião em que não houve o evento. Entretanto, participaram virtualmente de outra mostra.

Do total de projetos trabalhados, nove foram classificados para feiras externas, sendo seis em feiras nacionais, (40%) e dois, (cerca de 13,33%) em feiras internacionais (gráfico 3), totalizando três países diferentes, pois um mesmo projeto recebeu credenciamento para a Muestra Científica Latinoamericana, Trujillo/Peru (2018) e para a Genius Olympiad, uma competição internacional de projetos em Nova York, Estados Unidos (2019), com o tema: “A questão da fome: de Josué de Castro à segurança alimentar e nutricional”. Devido à relevância do projeto na comunidade, o mesmo recebeu votos de aplausos público da Câmara de Vereadores do Recife. Conhecer outros lugares, culturas e pessoas é uma experiência ímpar na vida desses meninos e meninas, além da condição de poder socializar suas pesquisas com estudantes de outras regiões e países.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2013, p. 31).

Cada tema é uma oportunidade diferenciada de ir além, de conhecer o mundo e pensar em transformá-lo.

Gráfico 3 – Participação em feiras e eventos nacionais e internacionais



Fonte: autoria própria

Além dos projetos mencionados, podemos citar: “Sementes em solo fértil: estudos sobre os impactos positivos e negativos da vegetação em áreas de morro”, apresentado na Milset AMLAT – Antofogasta/Chile (2018). O projeto: “A diáspora dos novos tempos: os caminhos e destinos dos refugiados” foi credenciado para uma feira colombiana, também impossibilitados devido à pandemia do novo Coronavírus. Entre os trabalhos mais recentes, “Vacinar ou não vacinar: os efeitos colaterais do século XXI” repercutiu na escola, na comunidade e extrapolou esses ambientes, participando de eventos nas plataformas digitais e recebendo premiação regional da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz – RJ. Enquanto professora orientadora, percebe-se que a participação dos(as) estudantes nos referidos eventos, garante maior intercâmbio cultural, amplia o círculo de amizades, o respeito às diferenças, a participação feminina enquanto pesquisadoras e o fortalecimento da autoestima e da esperança desses e dessas jovens, em que Morin (2015, p.63), menciona “a possibilidade de nova criação” e complementa, “E a educação, que é ao mesmo tempo transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo, encontra-se no cerne dessa nova missão”, (2011, p.63), no que Freire (2020, p.100), acrescenta “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”, Resta-nos continuar pesquisando para saber as opiniões desses protagonistas em relação a essas vivências e acreditando nas suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode conceber um mundo caracterizado por tantos avanços e técnicas capazes de articular simultaneamente espaços e pessoas que se encontram há quilômetros de distância e ao mesmo tempo desarticular relações e vidas que se entrelaçam nas paredes de uma escola. Na realidade atual,

“a tendência a anulação do tempo/distância entre lugares no espaço do globo terrestre parece diminuir de tamanho articulando lugares agora através das redes de alta densidade de trocas de informações” Carlos (2007, p.24), e diante dessas constatações, podemos nos perguntar: qual escola temos? Qual escola queremos? Como as subjetividades da vida estão presentes nas aulas de Geografia, que é “eminentemente uma ciência social”? Andrade (2008, p.30). Parece que ao adentrar no universo compreendido como “sala de aula” os corpos e mentes devem ser adaptados a regras, e a primeira delas é aquela que transforma gentes em professores/as, em alunos e alunas. Os currículos engessados orientam as práticas e até destinos, vale destacar que “[...] ensinar a viver necessita não só dos conhecimentos, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, do conceito adquirido em sapiência e da incorporação dessa sapiência para toda a vida” Morin (2021, p. 47), mas a regra é deixar prontos e preparados seres humanos aptos para o trabalho, ainda nos moldes e orientações dos anos 1970. Não se pode evidentemente dizer que a maneira disciplinar das aulas focadas nos saberes específicos não funciona mais, não é isso. O que nos desafia é considerar que apenas esse formato não dá conta de compreendermos as múltiplas dimensões das diversas realidades e da vida.

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Esse uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que, com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar (MORIN, 2011, p. 37).

É nesse pensamento, que nos parece sensato o trabalho com projetos na escola básica. Não trazendo modelos prontos, determinados pela coordenação pedagógica das escolas, mas criações livres e desejosas pelos próprios estudantes, determinados a buscar soluções para os problemas que eles e elas consideram relevantes. Assim, Freire (2013, p. 33), complementa “A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, [...] faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move”, não haverá prazer em estudar Geografia ou qualquer outra ciência do currículo estabelecido como obrigatório nos documentos e instituições, se esta ciência não estiver conectada com os saberes da vida, razão e emoção. O estudo na escola tem que fazer sentido para a vida, não simplesmente fazer sentido para testes e provas. No momento em que no contexto das salas de aula de hoje, ainda carregadas de compartimentos disciplinares, com carteiras enfileiradas voltadas para uma única direção, onde estudantes tendem a ter as mesmas respostas, ou não terem resposta alguma, porque nem sabem que podem falar, se abrirem outras possibilidades, outra atmosfera mais solidária e afetuosa, caracterizada por arranjos diferenciados das rotinas de sempre, a educação estará iniciando um rumo novo. Freire (2013, p.139), nos lembra que “A alegria não chega apenas no encontro do achado,

mas faz parte do processo da busca”, uma busca que é individual e coletiva, própria da condição humana de inacabamento, como diz o autor. Santos (2000, p.168-169), diz que “A velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. A descoberta individual é, já, um considerável passo à frente [...]” na busca dessas e de tantas outras propostas que possam nos levar à liberdade, em vez de nos deter no imobilismo.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva** / Isabel Alarcão. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v. 8).
- ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras.** – 19.ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2015. (Coleção leituras filosóficas).
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência da sociedade**/Manuel Correia de Andrade. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos** / Celicina Borges Azevedo, - Barueri, SP: Manole, 2013.
- BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Penso Editora, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/manap/Downloads/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf . Acesso em: 12.07.2022.
- BENDER, Willian N. **Aprendizagem Baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI/** tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. – Porto Alegre, Penso, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1040- **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação.** - São Paulo: Cortez, 2003. (Série saber com o outro; v. 1).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007,
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa** / Pedro Demo. – 10. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2015. – (Coleção educação contemporânea)
- DE SOUZA, Maria Adélia. A GEOGRAFIA RENOVADA E A COMPREENSÃO DO MUNDO ATUAL. **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 21-56, 2021. Disponível em: < <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/1656>> Acesso em: 29.06.2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 45ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- _____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**/Pulo Freire. – 74. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio** / Fernando Hernández, Montserrat Ventura; tradução: Jussara Haubert Rodrigues; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. – 5. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2017.
- _____, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho** / Fernando Hernandez; tradução Jussara Haubert Rodrigues. – Porto Alegre: Artmed, 1998.
- KILPATRICK, William Heard, 1871-1965. **Educação para uma sociedade em transformação** / William Heard Kilpatrick; tradução de Renata Gaspar Nascimento. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. - (Coleção Textos Fundantes de Educação). 4ª reimpressão, 2020.
- LACOSTE, Yves. 1929 – **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**/Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França. – 19ª ed. – Campinas, SP; Papirus, 2012.
- LOPES, Jecson Girão. A geografia humanística como ferramenta de ensino. **Geosaberes: Revista de estudos geoeeducacionais**, v. 1, n. 2, p. 26-38, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5528/552856443003.pdf>. Acesso em: 11.07.2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Maria Cecília de Souza Minayo (Org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos). 2ª reimpressão, 2019.

MORIN, Edgar, 1921 – **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin; tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. Ed.rev. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

_____, Edgar, 1921 - **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / tradução Eloá Jacobina. - 26ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/ Milton Santos. – 4. Ed. 5. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. – (Coleção Milton Santos); 1).

_____, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

O USO DAS TIC NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: DAS CONTRIBUIÇÕES AOS DESAFIOS PARA ALCANÇAR A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, O PROTAGONISMO JUVENIL E A CIDADANIA

Emanuela Cruz Barbosa Vieira

RESUMO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) criaram novas possibilidades de exploração de temáticas escolares facilitando a construção de experiências de ensino/aprendizagem mais interessantes e motivadores e, principalmente, mais próximas dos interesses dos alunos. O objetivo desta pesquisa A presente investigação visa analisar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação Geográfica como importante ferramenta no desenvolvimento da cidadania, da aprendizagem significativa e do protagonismo juvenil, buscou-se compreender como a utilização das TIC propicia a construção da cidadania numa perspectiva de apropriação e intervenção sobre o espaço local. Para a realização deste trabalho, foi analisado o projeto Nós Propomos: Cidadania e Inovação na Educação Geográfica da Universidade de Lisboa e a disciplina Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, ambos trabalhados em três escolas da rede estadual de ensino do estado do Ceará.

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa; Cidadania; Educação Geográfica; Protagonismo; TIC.

ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICT) create new possibilities for communicating materials and building interesting, more interesting and more motivating learning experiences for students. The present investigation aims to analyze the use of Objective and Communication Technologies (ICT) in Geographical Education as an important tool in the development of citizenship, meaningful learning and youth protagonism. perspective of appropriation and intervention on the local space. In order to carry out this work, the project We propose! at the University of Lisbon and the Core of Social Work Education (NTPPS) subject, developed by the Ceará Department of Education, worked in Three Schools of the State Teaching Network of the State of Ceará.

Palavras-chave: Meaningful Learning; Citizenship; Geographic Education; Protagonism; ICT.

INTRODUÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tiveram um vertiginoso crescimento nas últimas décadas, criaram um novo ambiente, gerou impactos na sociedade, uma vez que promoveu mudanças nas formas de realização das atividades cotidianas e nos relacionamentos interpessoais. A sociedade se tornou tecnologicada e globalizada, resultado das transformações espaciais e temporais na conjuntura social atual.

As alterações ocorridas a partir do avanço da tecnologia invadem o nosso cotidiano e as facilidades de comunicação e informação advindas desses avanços traduzem-se em mudanças irreversíveis nos comportamentos pessoais e sociais (kenski, 1996, p. 128).

O aumento da demanda por tecnologias se deu em diversos setores, inclusive no educacional, que é um dos segmentos da sociedade que mais recebe influência das TIC e têm potencialidade de promover novas formas de compreensão da realidade e de atuação, implicando em desafios diários. pois promove mudanças no tempo e no espaço, sendo necessário o uso de dispositivos para desenvolver análises geográficas e transformações nas ações de professores e alunos, exigindo maior rapidez na reflexão e na ação educativa, possibilitando que os alunos alcancem a aprendizagem significativa, desenvolvam o protagonismo juvenil e a cidadania.

A aprendizagem significativa baseia-se na relação existente entre os novos conteúdos e o conhecimento prévio dos alunos (Ausubel, 1978). Este tipo de aprendizagem adquire significado para o aluno a partir de relações com experiências cotidianas, implicando em mudanças, no comportamento do indivíduo ou em suas orientações, atitudes e personalidade (Santos,2008; Farias, 2017; Melo, 2017).

A aprendizagem significativa é aquela em que o ensino resulta em algo verdadeiramente significativo na vida dos alunos, é uma aprendizagem que possui seis componentes: aprendendo como aprender, conhecimento de base, aplicação, integração, dimensão humana e cuidados (Fink, 2003). Dessa forma, as mudanças significativas serão geradas visando preparar os alunos para participação em comunidades, ou para o mundo do trabalho, tornando protagonista de sua aprendizagem e de suas vidas (Farias, 2017).

Considera-se que para haver o protagonismo juvenil deve ser fortalecida a perspectiva de educar para a cidadania, ao mesmo tempo em que se volta ao sujeito, em relação à formação da identidade, autoconceito e autoestima (Brasil, 1999; Costa, 2000).

Esteves (2010) considera que a cidadania é uma relação de pertencimento a uma comunidade, que se encontra territorialmente delimitada, em que alguns valores são compartilhados, assim como direitos e regras de organização social. A cidadania está associada aos direitos e deveres exercidos por um indivíduo em sociedade.

Existe uma forte ligação entre cidadania e educação. Nesse contexto, Cachinho e Reis (2007), valorizam a educação para a cidadania como determinante pelas complexidades e desafios nosso tempo, que exige a revitalização da democracia. Ela repercute na vida pública e na responsabilidade dos cidadãos diante à comunidade em que os mesmos pertencem. A aproximação do cotidiano do aluno com o currículo escolar, e a contextualização com o conhecimento científico, busca o protagonismo juvenil produzido principalmente no meio acadêmico para a construção do saber geográfico na escola de forma a fomentar o ensino e a aprendizagem, numa perspectiva de formação para a cidadania, dando destaque à força do lugar.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) traz a responsabilidade e a educação para a cidadania uma competência associada a todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, as Ciências Humanas, em especial a Educação Geográfica apresenta relações mais estreitas com a cidadania (Claudino e Conscuro, 2021). Uma vez que, a formação de jovens cidadãos reflexivos envolve a compreensão do funcionamento do mundo, o que pode ser propiciado pela capacidade de entendimento dos processos geográficos, alargando a potencialidade dos alunos enquanto cidadãos conscientes, pois permite a reflexão, a tomada de decisão e participação na sociedade, e o uso das tecnologias fornece novas oportunidades e estratégias no processo de aprendizagem e de atuação competente na sociedade (Machon e Walkington 2000; Lambert, 2017; Martins, 2017).

Esta investigação tem como objetivos analisar a contribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação Geográfica para o desenvolvimento da aprendizagem significativa, do protagonismo juvenil e da cidadania, pois a Educação Geográfica tem grande potencial na formação dos jovens, sendo relevante refletir sobre as potencialidades, desafios e as contribuições das tecnologias processo de aprendizagem (Cachinho, 2004). Dessa forma, a utilização das TIC na Educação Geográfica pode desempenhar papel fundamental na formação do aluno, uma vez que, visa o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para o pensamento espacial, raciocínio geográfico, resolução de problemas, tomada de decisões, promovendo o exercício do protagonismo juvenil e da cidadania (BNCC, 2018).

Com a utilização das TIC, o avanço nas pesquisas científicas, as transformações ocorridas no espaço, a Educação Geográfica tornou-se indispensável para a compreensão do mundo atual, pois suas potencialidades fazem com que os alunos percebam seu papel de cidadão. Sendo assim, a Educação Geográfica torna-se fundamental para o desenvolvimento da cidadania, pois constrói e reconstrói conhecimentos, habilidades e valores que ampliam a capacidade dos indivíduos compreenderem o

mundo em que vivem e atuam, numa escola sistematizada como um espaço aberto e vivo de culturas (Vesentini, 2009; Cavalcanti, 2012; EUGEO, 2013; Souto e Claudino,

Discutimos sobre os trabalhos desenvolvidos pelos alunos das 2^{as} séries do Ensino Médio de três escolas estaduais na cidade de Fortaleza, nas disciplinas de Geografia, Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS) em associação com o Projeto! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica, da Universidade de Lisboa e verificamos a relevância da investigação para o cotidiano do aluno e da comunidade. Para execução da pesquisa foi realizada uma, em quatro etapas, que permitiu a construção de experiências de ensino/aprendizagem mais motivadoras, aproximando a escola dos interesses dos alunos, buscou-se compreender como a utilização das TIC possibilita o desenvolvimento de uma consciência cidadã, da justiça espacial e da cidadania numa perspectiva de apropriação e intervenção sobre o espaço local.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa-ação e seu objetivo é o de identificar problemas relevantes dentro da situação investigada, definir um programa de ação para a resolução e acompanhamento dos resultados obtidos, ou seja, possui fases básicas: pesquisa-ação possui fases básicas: a exploratória, o levantamento de dados, ação e avaliação. (Thiollent, 1998;2007).

Este trabalho foi desenvolvido no ano 2021 em três escolas públicas estaduais (regular e tempo integral) da cidade de Fortaleza, sendo estas; EEM Dona Hilza Diogo de Oliveira, E.E.M.T.I Matias Beck e E.E.M.T.I Professor Paulo Freire, teve como objetivos com o desenvolvimento do Projeto Nós Propomos e da disciplina NTPPS promover a autonomia estudantil, o protagonismo juvenil, a aprendizagem significativa, a investigação como princípio pedagógico, a partir da identificação dos principais problemas locais e de propostas de alternativas fundamentadas para resolução dos mesmos, dessa forma, propiciar o desenvolvimento da cidadania espacial local que se inicia na escola e no diálogo com a comunidade (Claudino & Mendonça, 2017).

A realização do projeto se deu em diferentes fases: 1) identificação dos problemas locais pelos estudantes; 2) Escolha do macrocampo, ou seja, eixo mais abrangente onde os temas deverão surgir 3) Formação de grupos de trabalho e apresentação do diagnóstico de macrocampo; 3) Definição do tema de projeto e do objeto de pesquisa; 4) Sessão da equipe de coordenação com os estudantes nas escolas; sessões de trabalho sobre o Plano Diretor Municipal; 5) Realização de trabalho de campo (aplicação de inquéritos de maneira virtual); 6) Elaboração do projeto de pesquisa 7) Apresentação da pesquisa 8) Elaboração do plano de ação; 9) Apresentação do plano 10) Divulgação das propostas dos alunos 11) Entrega dos relatórios 12) Avaliação do Projeto (Claudino, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado da UNESCO, que foi utilizado como referência para a implementação do NTPPS nas escolas apresentam o currículo desta etapa de ensino voltado para o mundo do trabalho e à prática social.

Ele está desenhado para garantir aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e capacidades básicas para o exercício de todo e qualquer tipo de trabalho. Valorizando a continuidade de estudos, procura preparar o jovem para enfrentar os problemas da vida cotidiana e participar na definição de rumos coletivos, promovendo o aperfeiçoamento dos valores humanos e das relações pessoais e comunitárias. (UNESCO, 2011, p.6).

Os Protótipos Curriculares também indicam que a pesquisa conectada ao trabalho,

[...] será instrumento de articulação entre o saber acumulado pela humanidade e as propostas de trabalho que estarão no centro do currículo. Como forma de produzir conhecimento e como crítica da realidade, a pesquisa apoiar-se-á nas áreas de conhecimento ou nas disciplinas escolares para o desenho da metodologia e dos instrumentos de investigação, para a identificação das variáveis de estudo e para a interpretação dos resultados. A análise dos resultados da pesquisa, também apoiada pelas áreas ou pelas disciplinas, apontará as atividades de transformação (trabalho) que são necessárias e possíveis de serem concretizadas pela comunidade escolar. (UNESCO, 2011, p. 9).

O projeto se desenvolveu com os alunos conhecendo suas competências socioemocionais, analisando conceitos geográficos, aplicando questionários e entrevistas online e elaborando suas investigações sobre a realidade local com os objetivos de identificar, analisar e propor soluções aos problemas locais, destacando o uso das tecnologias de informação e comunicação para a aprendizagem significativa, realização das pesquisas, reconhecendo a relevância da investigação para o cotidiano do aluno e da comunidade, e para a construção da cidadania territorial local. Dessa forma, foram elaboradas pesquisas em diversas áreas do conhecimento, que serão apresentadas na figura abaixo:

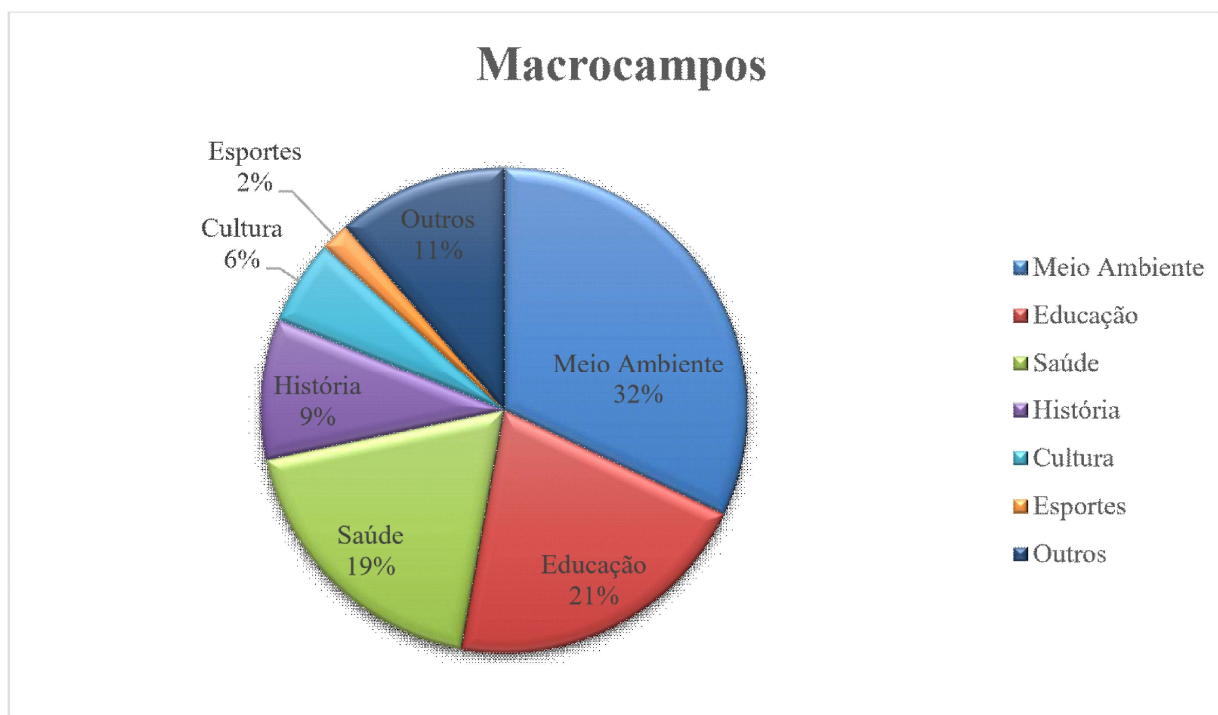


Figura 1 – Macrocampos trabalhados em associação no Projeto Nós Propomos e na disciplina de NTPPS.
Fonte: A autora, 2021.

As propostas de trabalho mais frequentes apresentadas têm como Macrocampo, ou seja, área mais abrangente, e seu diagnóstico fundamentados em preocupações voltadas ao Meio Ambiente (32%), sobretudo investigações que envolvem o cuidado com os animais, a prática do surf como promotora da preservação ambiental, a questão da poluição, do lixo e saneamento básico, que estão diretamente ligados saúde. Seguidas por propostas na área de Educação (21%), com pesquisas sobre Educação Especial (uso de LIBRAS), Cyberbullying, A relação entre aprendizagem e alimentação, O desperdício de alimentos na escola, Evasão Escolar e Educação Ambiental.

Seguem projetos no âmbito da Saúde (19%), que abordam a temática da gravidez na adolescência, saúde mental dos alunos, a falta de saneamento básico, prevenção ao mosquito *Aedes Aegypti* (dengue), saúde da criança e do idoso.

O macrocampo História foi desenvolvido por 9% dos alunos participantes, que abordaram a história do bairro onde vivem e as personalidades que auxiliaram na fundação e desenvolvimento do local. Quanto à Cultura foram desenvolvidas pesquisas sobre os a prática do grafite, os sons na Geografia da cidade, centros culturais e seus efeitos, a relevância das feiras livres e a importância das igrejas católicas para a população local, perfazendo o percentual de 6% das pesquisas. Apenas 2% dos trabalhos envolveram a questão do esporte, dando destaque ao futsal como ferramenta de empoderamento da mulher.

Foi verificada pluralidade de temas, que estimulou a criação da categoria “Outros”, pois não havia uma categorização prévia, foram desenvolvidos trabalhos que envolviam questões que iam desde o uso do espaço público para o lazer das famílias, até o assédio praticado contra as mulheres também no espaço público, prostituição nos bairros, passando por questões econômicas, segurança pública, racismo e gênero. Nesta diversidade, vimos refletidas a “inspiração construtivista do Projeto e a pluralidade de contextos em que trabalham os alunos” (Souto e Claudino, 2019).

Ao longo do ano letivo foi verificado que os alunos analisaram e utilizaram conceitos geográficos e, a partir da leitura de textos, aplicação de questionários e de entrevistas online, os estudantes elaboraram investigações sobre a realidade local com os objetivos de identificar, refletir e propor soluções para os problemas locais, destacando o uso das tecnologias de informação e comunicação para propiciar a aprendizagem significativa, o desenvolvimento das competências socioemocionais, a realização das pesquisas e sua relevância para o cotidiano do aluno, da comunidade e para a construção da cidadania.

Askins & Fuller (2008) argumentam que ensinar e aprender sobre cidadania requer a adoção de relacionamentos entre pessoas em seu contexto espacial, local e ambiental - e a geografia está posicionada para realizar essa função na educação. No texto Thematic network for Geography in higher education meeting (2009) a Geografia se destaca como uma ciência que prepara cidadãos ativos e conscientemente ativos. Ele permite que os alunos desenvolvam uma consciência da relevância das questões em diferentes escalas, desde a escala local até o mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de investigação-ação demonstrou é que a utilização das TIC em sala de aula se revelou uma experiência motivadora, de desenvolvimento de autonomia e capaz trabalhar a cidadania. Tendo sido uma experiência no âmbito das temáticas da Educação Geográfica, também ficou evidenciado que a Geografia tem muito a beneficiar com a utilização das TIC (do ponto de vista dos principais atores educacionais, refletindo no processo de ensino e aprendizagem).

O desenvolvimento simultâneo dos projetos Nós Propomos e NTPPS nos mostrou que a utilização de uma metodologia simples, contribuiu para o desenvolvimento de competências de investigação, tratamento de informações, localização espacial e de atuação no espaço através da identificação e análise de maneira crítica dos problemas que mais afetam suas comunidades e a busca por soluções. Dessa forma, verificamos que a atuação no espaço é muito importante para a formação de cidadãos mais informados, resultando nos objetivos dos projetos, a educação voltada para a

aprendizagem significativa, protagonismo juvenil e para a cidadania territorial, fazendo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base – Ensino Médio. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 03 de julho de 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 1998.

CACHINHO, H. **Criar asas: do sentido da geografia escolar na pós-modernidade**. 2004. Disponível

http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/A2_14Out_Herculano%20Cachinho.pdf> Acesso em 25/05/2016.

CACHINHO, H e REIS, J. **Educação geográfica e Cidadania em Portugal: do discurso à prática escolar**. Didáctica Geográfica, 3.ª época, 3 – 20. 2007.

CEARÁ. Núcleo Trabalho Pesquisa e demais Práticas Sociais (2018). Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/desenvolvimento-da-escola/87-pagina_iniciaiservicos/desenvolvimento-da-escola/8887-nucleo-trabalho-pesquisa-e-demaiss praticassociais-ntpps> Acesso em: 27 jun. 2021.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000

CLAUDINO, S. e CONSCURÃO, R. **Educação Geográfica e Cidadania, o Projeto Nós Propomos! Em Portugal 2019/2020**. Giramundo. v. 6, n. 11, págs. 7 – 16, 2019. CLAUDINO, S. e MENDONÇA, S. **Nós Propomos: uma proposta alternativa de educação geográfica na Iberoamerica**. In Bazppli, et al. (Org.). A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós Propomos”. Palmas: Eduft, 2017.

ESTEVES, M. H. (2010). **“Os percursos da cidadania na geografia escolar portuguesa”**. Tese

EUGEO. **Rome Declaration on Geographical Education** in IV EUGEO Congress, Rome. 2013.

FARIAS, C. **APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: os benefícios da aprendizagem baseada em problemas por meio de um estudo de caso**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 7, n. 14, p. 224-241, jul./dez., 2017 FINK, L. Dee. **Creanting significant learning experiences: na integrated approach to design college courses**. Jossey-Bass: San Francisco, 2003.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2002.

_____. **O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Didática: O ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 1996.

LAMBERT, DAVID. **The Relevance Of Geography For Citizenship Education**. In: LEITE, Laurinda, DOURADO, Luís; AFONSO, Ana; MORGADO, Sofia (Ed.). Contextualizing Teaching To Improve Learning The Case Of Science And Geography. Hauppauge/ NY: Nova Science Publishers, 333p. p. 57-7. 2017.

MACHON, PAUL e WALKINGTON, HELEN. (2000). **Citizenship: the role of geography?**. In: KENT, Ashley. (Ed). Reflective practice in Geography Teaching. Londres: SAGE, 306p p. 179-191. 2000.

MARTINS, Felisbela. **Teaching to Develop Geographical Thinking**. In: BROOKS, Claire, BUTT, Graham, FARGHER, Mary (Ed.). The Power of Geographical Thinking. SPRINGER. 238p p. 199-209. 2017.

SOUTO, XOSÉ MANUEL e CLAUDINO, SÉRGIO. **Construímos uma Educação Geográfica para a Cidadania Participativa**. O caso do Projeto Nós Propomos! Revista Signos Geográficos – Boletim NEPEG de Ensino de Geografia, v. 1, p. 1-16, 2019.

Thematic network for Geography in higher education meeting. **“Citizenship in higher education geography: a draft benchmark statement”**. Herodot, Dublin, Ireland. 2009 UNESCO. **Educação, um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: ASA.1996.

VESENTINI, J. W. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007. UNESCO (1996). **Educação, um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: ASA, 1996.

UNESCO. **Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado**: resumo executivo. 2011. Série: Debates ED, n.1, Maio, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192271> Acesso em: 04 de julho de 2021.

A HISTÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE CHÃ DE ALEGRIA -PE

Silvyenne Marlys da Silva Vieira

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar a formação do município de Chã de Alegria, e assim problematizar sua história, cultura, memória e patrimônio. Como objetivos específicos podemos elencar a compreensão das questões históricas, econômicas, sociais e culturais do referente município. Desse modo, teremos como público-alvo os alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Júlio Carneiro da Silva. Buscando orientar os alunos para a importância do conhecimento histórico e das principais manifestações culturais populares dos alegrienses; a valorização e a preservação patrimonial serão temas abordados. Para a produção desse trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, dissertações, teses e sites da internet para compreensão teórica do tema e do espaço em foco; e também de fontes estatísticas referentes ao município para uma investigação e interpretação das informações, coletadas junto ao IBGE e Atlas Brasil, permitindo um melhor conhecimento do referido espaço, objetivando corroborar as referidas análises e objetos de estudo. Portanto, como produto dessa pesquisa está sendo desenvolvido uma revista para ser compartilhado a todas escolas da rede municipal de ensino.

Palavras-chave: História; Memória; Cultura; Patrimônio; Chã de Alegria.

ABSTRACT

The present work has as main objective to study the formation of the city of Chã de Alegria, and thus to problematize its history, culture, memory and heritage. As specific objectives we can list the understanding of the historical, economic, social and cultural issues of the municipality. In this way, we will have as target audience students from the 9th grade of elementary school of the Júlio Carneiro da Silva Municipal School. Seeking to guide students to the importance of historical knowledge and the main popular cultural manifestations of the people of Alegria; the valorization and preservation of heritage will be topics covered. For the production of this work, bibliographical research was carried out in books, scientific articles, dissertations, theses and internet sites for theoretical understanding of the theme and the space in focus; and also from statistical sources referring to the city for an investigation and interpretation of the information, collected together with the IBGE and Atlas Brazil, allowing a better knowledge of the referred space, aiming to corroborate the referred analyzes and objects of study. Therefore, as a product of this research, a magazine is being developed to be shared with all schools in the municipal education network.

Keywords: History; Memory; Culture; Heritage; Chã de Alegria.

INTRODUÇÃO

O território escolhido como recorte de pesquisa é o município de Chã de Alegria que ocupa uma área de 48,993 km², com uma população estimada em 13.641 habitantes (IBGE, 2021). A presente pesquisa foi construída com o intuito de estudar a formação do referente município, e assim problematizar sua história, cultura, memória e patrimônio. Como produto desse estudo, tem-se a revista que está em fase de produção para ser disponibilizada para os alunos, professores e o público em geral.

Desse modo, o objetivo principal é difundir as dinâmicas socioculturais do município de Chã de Alegria. Como objetivos específicos, compreender questões históricas, econômicas, sociais e culturais do referente município. Também, de promover ações educativas para a comunidade escolar do município, criando debates na sala de aula através da Educação Patrimonial utilizando como referencial a própria cidade, promovendo uma visão ampla de como se constituiu ao longo do tempo.

Então, teremos como público-alvo os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Júlio Carneiro da Silva, para a realização de uma palestra com um viés de mesa redonda pois, foi planejada e conduzida por mim, mas que teve a contribuição dos convidados, dentre eles: professores, produtores culturais, e o diretor da Cultura do município, onde discutiram temas específicos, mas que se mantinha em torno do tema principal. A importância do conhecimento histórico e das principais manifestações culturais populares dos alegrienses; a valorização e a preservação patrimonial serão temas abordados.

Para a construção do presente trabalho, foram estudados e serão discutidos alguns conceitos relacionados à história; memória; cultura; patrimônio; educação patrimonial; entre outras temáticas averiguadas por diferentes autores que contribuem para a concepção dos saberes históricos e culturais.

Nessa perspectiva, analisando o modo de pensar e viver dos nossos antepassados mediante as suas marcas e representações que subsidiam para o entendimento de uma sociedade. Tem-se a história cultural que segundo Sandra Jatahy Pesavento (2005) é uma narrativa de representações do passado, pois formula versões, compreensíveis e plausíveis sobre as experiências vividas pelos homens em outro tempo.

De acordo com Peter Burke (2005, p.10) há um terreno comum aos historiadores culturais que “pode ser descrito como a preocupação com o símbolo e as representações”. Por isso, o historiador cultural tem a função minuciosa de interpretar as fontes encontradas e assim descobrir seus significados. Logo é investigando o que já aconteceu e suas heranças, que identificamos as relações e manifestações numa dada época e de um determinado povo.

Notoriamente, é prestigioso ter pinturas, cartas, fotos que comprovem os estudos científicos. Contudo, também existem as fontes orais que se podem encontrar em forma de lendas, mitos, relatos, entrevistas, documentários e outros. São elas as vozes dos sujeitos sociais que vivenciaram ou escutaram as histórias narradas que se passam de geração para geração.

As entrevistas visam revelar que a memória é capaz de ser reconhecida como meio de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Segundo Le Goff, pela memória temos a propriedade de conservar certas informações que, por nos remeter a um conjunto de funções psíquicas, permite-nos atualizar impressões e informações passadas ou que representamos como passadas (2003, p. 419). Portanto, apreciamos a extensão e pluralidade no que se refere às fontes históricas, e que há grande relevância para os estudos.

Encaminhando-se para a seguinte temática que também aborda múltiplas formas e peculiaridades de como e por quem expressa, tem-se a cultura. Sendo ela as manifestações, os saberes, os hábitos, as crenças, as relações e ações que existe no meio social. Dessa maneira, pode ser expressa na fala, na escrita, na dança, na música, na vestimenta, na comida, ou seja, em tudo que é produzido por um povo.

No Brasil há uma diversidade cultural muito grande, pois herdamos cultura dos povos indígenas; dos povos europeus; dos povos africanos; e outros povos que formaram a população brasileira. Visto que, cada um deles foram transmitindo por gerações, as suas experiências, as festividades, folclore, culinárias, dentre outros que simbolizam o patrimônio histórico cultural.

“O termo patrimônio, de origem latina (*patrimonium*), designa os bens recebidos por herança paterna, familiar, e, por extensão, vem sendo utilizado para nomear o legado de uma geração a outra, não apenas no âmbito da família, como também dos grupos sociais, dos Estados nacionais e mesmo da humanidade. A ideia de transmissão ao longo do tempo é, portanto, constitutiva da noção de patrimônio.” (LONDRES, 2012, p. 14).

Sendo assim, o patrimônio é uma construção social que pode ser individual e/ou coletiva e que necessita ser considerado valioso para ser deixados às gerações futuras. No âmbito da cultura, é uma conexão do tempo e do seu processo, onde os indivíduos produzem e reproduzem um bem cultural que eles se identificam e guardam para dar continuidade na história da sociedade.

O ensino de história local torna possível a utilização da própria cidade como recurso didático, uma vez que “a cidade está lá fora”, apenas à espera de uma leitura, “com suas ruas, praças, avenidas, monumentos, a cidade é um caleidoscópio de imagens, cores e sons” um espaço aguardando pela (re)descoberta (POSSAMAI, 2011, p. 297).

A educação patrimonial no ambiente escolar é um instrumento de suma importância, pois estimula a conscientização e sensação de pertencimento entre os indivíduos e os patrimônios culturais que está inserido no espaço geográfico. Logo, torna-se mais eficaz a valorização da história, memória e identidade, contribuindo para a preservação do patrimônio.

Para evidenciar como acontece um estudo à história local, será tomado como exemplo a escrita sobre a história da formação do município de Chã de Alegria, as manifestações culturais vivenciadas pelo seu povo, e assim compreendendo as transformações socioculturais no tempo.

METODOLOGIA

Sendo assim, no propósito de uma investigação científica, foram utilizados alguns elementos metodológicos para a realização da pesquisa: levantamento bibliográfico, entrevistas e pesquisas arquivísticas. Dessa forma, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

É importante destacar o papel da metodologia da História Oral que permitiu realizar entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Nesse sentido, foram recolhidos depoimentos de moradores e políticos do município de Chã de Alegria acerca da história local. Ademais, foram realizadas atividades em sala de aula para aguçar a investigação do saber científico acerca da sua história e expressões culturais.

Também, vale enfatizar que a presente pesquisa exigiu um grande esforço durante seu processo, pois, não havia nenhuma obra publicada que se tratava da história do povoamento de Chã de Alegria até a sua emancipação política. Nesse sentido, por ser um trabalho pioneiro, foi necessário realizar a busca de fontes disponíveis para a construção de uma narrativa histórica.

Então, como foi mencionado anteriormente na introdução, a pesquisa foi construída com o intuito de estudar a formação do município de Chã de Alegria, e assim desenvolver algumas ações a fim de instruir ou informar o público a respeito das questões históricas, econômicas, sociais e culturais do referente município.

Dessa forma, o presente trabalho aborda as principais temáticas que serão explicitadas na revista que foi o formato escolhido no intuito de oferecer aos alunos, aos professores, e a todos que se interessam a ampliar o conhecimento sobre a formação histórica do município de Chã de Alegria e de suas manifestações populares.

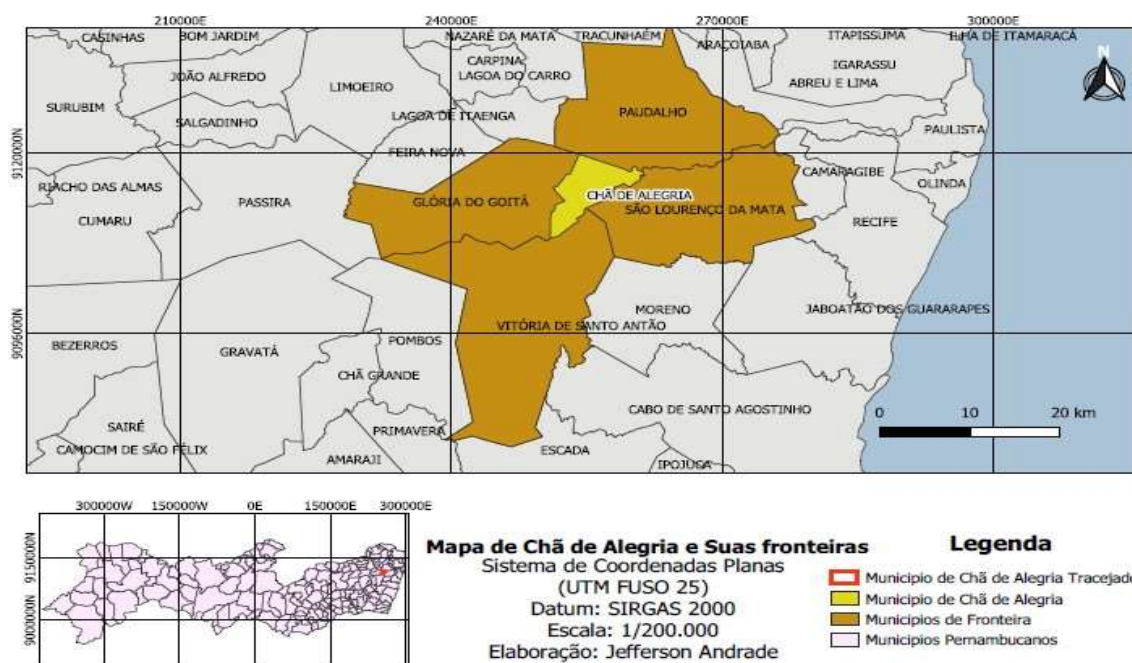
RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Caracterização do Objeto de Estudo

1.1 Análise Socioespacial e Histórica do Município de Chã de Alegria

O município de Chã de Alegria ocupa uma área de 48,993 km² com uma população estimada em 13.641 habitantes (IBGE, 2021). Situa-se na Mesorregião Zona da Mata e na Microrregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco. Limita-se ao norte com o território do município de Paudalho, ao sul com o município de Vitória de Santo Antão, a leste com o município de São Lourenço da Mata e a oeste com o município de Glória do Goitá, conforme ilustra a Figura 1:

Figura 1 – Mapa de localização do município de Chã de Alegria – PE



Fonte: Elaborado por Jefferson Andrade, 2021.

No que concerne à Zona da Mata, a área recebeu esta denominação no período do Brasil-Colônia, pois os portugueses encontraram aqui uma mata exuberante e botanicamente diversificada, que no decorrer do tempo foi sendo destruída com o avanço da exploração, por parte da coroa portuguesa, primeiro através do pau-brasil e posteriormente para dar lugar ao povoamento e colonização, com o objetivo de desenvolver a cultura da cana-de-açúcar através da criação dos engenhos, como também as lavouras de subsistência e a princípio a criação de gado que posteriormente se deslocou para a mesorregião do Agreste (ANDRADE, 1995).

Sobre a formação histórica da cidade, pode referenciar-se conforme o site da Câmara Municipal de Chã de Alegria explana em sua página:

As terras onde hoje se localiza Chã de Alegria pertenciam a Olinda. Uma neta de Duarte Coelho Pereira doou ao preto David Pereira do Rosário na segunda metade do século XVIII.

Naquela época era uma grande parte de mata virgem; era ainda uma região com uma lagoa que ficou conhecida como Lagoa Grande. Além da Lagoa, as águas da região são dos rios Goitá, Aratangi, e dos riachos Palheta, Café, Urubas e Salgado. Foi próximo a Lagoa Grande que David Pereira do Rosário resolveu morar. Segundo historiadores, David deve ter sido um escravo dos Pereira, por isso recebeu esse nome e, deve ter recebido como madrinha de batismo a Senhora do Rosário. E claro, que a chã que fica entre Paudalho, Glória do Goitá, Vitória de Santo Antão e São Lourenço da Mata, foi um lugar de alegria para David, que além da terra, deve ter recebido também a liberdade. Ainda segundo historiadores, David parece que era corcunda, por isso os negros que foram morar com eles naquela terra eram chamados de Pretos do Corcovado. Depois este patrimônio passou a pertencer aos pretos de Cocovado. Mas a Chã tinha que ser de Alegria e a igreja construída no vilarejo foi dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Os pretos do Corcovado construíram as suas casas de taipa e na Rua do Rosário começou o que hoje a cidade de Chã de Alegria. Os pretos Corcovado iniciaram a exploração do território, construindo diversas casas de taipa, uma pequena casa de oração, iniciando assim o povoamento de uma "chã" com poucas casas, porém muito alegre, vindo aí o nome adotado até hoje: Chã de Alegria, cujo gentílico de quem nasce na cidade é alegriense. Chã também é considerada uma região plana e quase sempre fica no alto de uma serra. Uma característica da Mata Norte é que suas terras são altas, em média de cinquenta a cem metros de altitude. Talvez por isso também a origem de seu nome. O município passou a ser distrito de Glória do Goitá, quando Glória passou a ser município no dia 9 de julho de 1877. Elevou-se a categoria de vila através do ato nº35 do decreto nº06 de 12 de janeiro de 1931. E, em 20 de dezembro de 1963, através da Lei nº4985, elevou-se a categoria de cidade, durante o governo do Sr. Miguel Arraes de Alencar, sendo seu primeiro prefeito nomeado Vicente Pereira de Queiroz, que governou um ano e três meses. Assim, a antiga Timbó dos Negros passou a ser a cidade de Chã de Alegria. Mas, ainda hoje existindo uma propriedade denominada com o título de Timbó dos Negros, que foi doada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. As primeiras casas de Chã de Alegria tiveram sua formação inicial na atual Rua do Rosário lá pelo ano de 1842. (CHÃ DE ALEGRIA, 2021).

Sendo assim, foi realizado entrevistas com alguns moradores antigos do município para poder ouvir deles sobre o que sabiam da história do seu município. Muitos deles só conheciam a história de que as terras onde hoje é Chã de Alegria pertenciam a Olinda e que foram doadas para o preto David Pereira do Rosário e assim foi iniciado a ocupação territorial.

Diante disso, indicaram o senhor Djalma Mendonça que é uma pessoa apaixonada pela história, sobretudo do município. Então, realizou-se muitos encontros para conseguir abordar as diversas temáticas. Inicialmente, foi falado sobre as primeiras famílias que vieram morar na localidade, como a família do senhor Joca Ferraz, Vicente Pereira, Américo, Rubem Ribeiro, Sebastião Vieira, que foram um dos grandes comerciantes locais. Também foram abordados os temas: a história da Águia; as eleições, os mandatos dos prefeitos e as principais obras; administradores da Paróquia Nossa Senhora do Rosário e as festividades; e demais assuntos que serão evidenciados na revista produzida.

1.1.1 História da Águia

Conforme o depoimento do senhor Djalma, existe até hoje um estabelecimento comercial muito conhecido como a casa da Águia, que pertenceu primeiramente a Daniel da Cruz Moura que mandou construir esse edifício em 1925, e colocou uma escultura no formato de águia em seu topo. Logo, aquela parte da rua João Pessoa se tornou ponto de referência como "rua da Águia".

Em 1940 o senhor Manoel Beltrão comprou a casa da Águia para fazer mercearia, que antigamente era chamado de venda. Porém, anos mais tarde, no dia 25 de outubro de 2001 a águia foi tirada pelo munck* (Figura 2), e no dia seguinte a casa foi demolida, o que causou muita indignação pelos moradores. Inclusive foi feita um abaixo-assinado para colocarem de volta a Águia, com aproximadamente 500 assinaturas, mas não foi o suficiente.

Figura 2 – A escultura da águia sendo tirada do topo da casa



Fonte: Acervo Pessoal de Djalma Severino Mendonça, 25/10/2001.

Anos mais tarde, na gestão municipal de Cláudio Honório realizou-se a reforma na praça do Cruzeiro, localizada na Rua Manoel Borba, a qual foi inaugurada no dia 03 de junho de 2012, foi nomeada como Praça Manoel Soares Beltrão e puseram a escultura da Águia no pedestal, como podemos visualizar na figura 3. Contudo, a mesma praça realizou-se outra reforma anos posteriores, e a escultura da Águia foi tirada e guardada em outro lugar sem direito à exposição.

* Caminhão guindaste

Figura 3 – Inauguração da Praça da Manoel Beltrão reformada em 2012



Fonte: Acervo Pessoal de Djalma Severino Mendonça, 03/06/2012.

2. Caracterização socioeconômica de Chã de Alegria

Segundo a entrevista* com o ex-prefeito Marinaldo Massena, a cidade foi crescendo através dos atrativos econômicos, como a instalação da Destilaria Álcool Alvorada que vai ser mais detalhado mais à frente. As comunidades rurais (povo que se desenvolve e vive no campo) como Alvorada, Bom Jesus, Lagoinha, Corcovado, Anil, Palhetas e outras começaram a surgir pela agricultura: plantio de macaxeira, mandioca, milho, inhame, feijão. Cultivados tanto para a subsistência da família, como também para o mercado, feira livre da cidade e até mesmo para a capital do Estado, o município de Recife.

2.1 Transformação socioeconômica a partir da instalação da Destilaria Álcool Alvorada

Chã de Alegria era uma cidade tipicamente rural, rodeada pelo Engenho Veneza e Engenho Redemoinho, que produziam aguardente e vendiam diretamente para a Pitú, fábrica de engarrafamento da cidade de Vitória de Santo Antão.

* Entrevista realizada em 2017 para um trabalho acadêmico durante a graduação no Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte.

Através do Proálcool, programa governamental com o objetivo de enfrentar a crise do petróleo nas décadas de 70 e 80 e utilizar o álcool em detrimento aos combustíveis fósseis, em 1981, Geraldo Uchoa encabeçou um movimento de transformar o Engenho Redemoinho numa destilaria de álcool, a qual foi uma das primeiras do Estado de Pernambuco.

Com a instalação da Destilaria de Álcool Alvorada, cativou a chegada de inúmeras pessoas das redondezas para trabalhar; profissionais como engenheiros e técnicos, acompanhados de seus familiares. Essa ocorrência provocou um crescimento urbano, pois a indústria precisou contratar muitos funcionários; enquanto que no campo, sendo eles plantadores, cortadores de cana-de-açúcar e motoristas.

Posteriormente, a Destilaria se estendeu a fabricar o açúcar, logo, mais oportunidades de empregos surgiram e abriram a chegada de mais trabalhadores com conhecimento nessa área, contudo, no ano de 2000 a usina fechou. Um dos principais motivos foram as questões trabalhistas. Apesar disso, ainda se tem a estrutura e servem de estoque de álcool e combustível, da empresa do Geraldo Uchoa.

Atualmente, a economia do município é formada pelo comércio, agricultura de subsistência, monocultura da cana-de-açúcar e prestação de serviços, sobretudo, dos funcionários da Prefeitura.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano* e como pode-se ver no Quadro 1, entre os anos de 1991 e 2000, no que se refere à população do município, houve um crescimento populacional abaixo do crescimento nacional e estadual. Enquanto que na década seguinte, Chã de Alegria teve taxa média anual superior à da unidade federativa, acompanhando o crescimento anual do país.

Quadro 1 – Comparação taxa de crescimento anual entre Município, Estado e País

	Taxa média anual entre 1991 e 2000	Crescimento populacional entre 1991 e 2000	Taxa média anual entre 2000 e 2010	Crescimento populacional entre 2000 e 2010
Chã de Alegria	0,21%	1,95%	1,12%	11,72%
Pernambuco	1,18%	11,08%	1,06	11,07%
Brasil	1,63%	17,33%	1,17%	12,26%

Fonte: Atlas Brasil, 2021. Adaptado pela autora.

* O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é, uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. É divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro – FJP.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DE CHÃ DE ALEGRIA

3.1 Origens do Banho de Cheiro e Carnaval Alegriense

Segundo a entrevista feita com o ex-prefeito Marinaldo Massena, o carnaval, antigamente, concentrava-se na brincadeira do mela-mela, onde as pessoas saíam nas ruas e brincavam de se melar com talco, trigo, até mesmo com tinta. Nessa situação, Marinaldo Massena, quando assumiu a prefeitura, em 1997, teve a ideia de colocar o carro pipa na cidade, com o intuito de acabar o mela-mela. Então as orquestras saíam na frente com o carro pipa e o índice de mela-mela foi diminuindo.

Certo dia, o prefeito, agrônomo de profissão, estava em sua granja, plantando Pau-Brasil, numa sementeira que ele tinha feito um sistema de irrigação por aspersão, quando ele imaginou se aquilo realmente molhava ou banhava uma pessoa. Como estava próximo ao carnaval, faltando aproximadamente um mês, o ex-prefeito contou em sua entrevista que, como já tinha tido a ideia do carro pipa, ele quis estender essa outra ideia que surgiu através da irrigação, para dar um “banho” na população.

Houve alguns testes na sua residência, usando o aspersor no chão com uma bomba que ele possuía, porém não tinha vazão suficiente para alcançar todas as pessoas, então foi colocada outra bomba maior, a qual deu certo. Vale lembrar que isso era no chão, o desafio era como subir e levar a água da caixa até essa tubulação e todos tomarem banho, como um grande “chuveirão”. Com isso, ele montou uma estrutura na sua granja (que se localiza muito próximo ao centro da cidade) e instalou as tubulações em cima das casas.

No primeiro ano fez o “chuveirão” com 20 metros, mas a ideia de colocar o cheiro, foi uma sugestão de um amigo, e começaram a pesquisar tipos de fragrância que não causassem nenhum dano ao ser humano. Então, foram para uma loja de essências em Recife e trouxeram 3 tipos de essências e colocaram para testes, no 1º dia muitas pessoas foram para o hospital com os olhos irritados, pois ainda não estavam dominando a concentração da essência. Cabe destacar que o prefeito sempre acompanhava essa fase de testes, então foi diminuindo a quantidade do produto até encontrar o nível ideal. Também, sem esquecer da questão do tempo de abastecer a caixa d’água com a essência.

Portanto, nos primeiros anos, realizava-se o Banho de Cheiro na Rua Floriano Peixoto, em frente ao Clube Municipal, local que funcionava os carnavais alegrienses de antigamente. Logo, a brincadeira do mela-mela acontecia na rua e o carnaval dentro do Clube assim como nas cidades vizinhas (Vitória de Santo Antão e Glória do Goitá).

Em 1997, Chã de Alegria virou essa página com a criação do Banho de Cheiro, trazendo a festa para a rua. Em 1998, o chuveirão aumentou para 40 metros e a Rua Floriano Peixoto era tomada de pessoas. Que foi necessário mudar o local para a Rua João Pessoa, onde ainda ocorre atualmente.

Portanto, Chã de Alegria ficou conhecida como a Terra do Banho de Cheiro. Vale ressaltar que a Globo veio 6 anos seguidos para exibir na TV a festa popular que crescia ano a ano. Conforme a Figura 4 demonstra a seguir:

Figura 4 – Banho de Cheiro em Chã de Alegria – PE



Fonte: Lorena Tabosa (Globo Nordeste), 2010.

Durante a festividade do Banho de Cheiro os foliões têm a oportunidade de receber atrações musicais diversas. Atualmente a cidade conta com três polos culturais, um é exclusivo para as apresentações de Maracatu, Coco de Roda e Ciranda; outro é destinado para atrações de banda; e o polo do frevo que foi criado em 2018 pela gestão municipal de Tarcísio Massena.

É válido ressaltar que além da presença de grupos de Maracatu, Coco de Roda e Ciranda, Chã de Alegria possui um grupo de Quadrilha Junina, algumas Bandas Marciais, que usualmente se apresentam no mês da comemoração da Independência do Brasil, localmente e nas cidades vizinhas.

3.2 Maracatu Rural como manifestação cultural no município de Chã de Alegria

Mário de Andrade (1959) relaciona algumas possibilidades acerca da origem da palavra maracatu, entre elas uma provável origem americana: Maracá - instrumento ameríndio de percussão muito conhecido; Catu - bom, bonito em tupi; Marã - guerra, confusão; Marãcátú que depois vira marãcátú

por assimilação sendo assim guerra bonita, a briga de enfeite reunindo ao mesmo tempo o sentido festivo e guerreiro do termo (1959, p. 137).

Considerando a definição apontada pelo autor faz-se uma analogia com a dança que os caboclos costumam fazer, visto que, eles seguram lanças cobertas por fitas coloridas, de fato, afigura uma briga de enfeite. Porém, o autor César Guerra Peixe (1980, p. 31), diverge de Andrade (1959) referindo que “o vocábulo ‘maracatu’ não nos parece derivar de expressões ameríndias, mas nomeava uma forma particular de batuque sob o seu aspecto precisamente rítmico”.

Entretanto, o início da história dessa manifestação cultural é emaranhado, a antropóloga Katarina Real (1990) afirma que “com os maracatus adentramos na parte mais complexa do carnaval pernambucano, repleto de mistérios, segredos e magia.” Sabe-se que o maracatu é um ritmo musical tradicional do nordeste brasileiro e que se floresceu há mais de 400 anos, com raízes da música e tradição dos escravos vindos da África.

Em Pernambuco tem duas formas de maracatu: o Maracatu Nação, também chamado de Maracatu de Baque Virado; e o Maracatu Rural, chamado de Maracatu de Baque Solto ou de Orquestra. Ainda existe mais um tipo de maracatu nordestino, que é o Maracatu Cearense.

Desse modo, não se estendendo sobre os demais tipos de maracatu, conduzimos para o Maracatu Rural que é uma forte expressão cultural, que no dia 3 de dezembro de 2014 foi intitulado pelo IPHAN, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Em razão de ser uma das manifestações culturais que reflete a formação da cultura afro-brasileira.

Vicente (2005), em seu livro *Maracatu Rural: o espetáculo como espaço social*, faz referência à matéria “Maracatu bate forte no novo milênio” do jornalista Dario Brito para especificar essa relação com a terra e com a ancestralidade:

Uma das mais belas representações da nossa cultura é feita de homens simples e resistentes e mulheres fortes e com uma coragem invejável, espalhados pelos 87 maracatus de baque solto de Pernambuco. Eles vivem basicamente do corte da cana ou, em muitos casos, de subempregos, mas diante das dificuldades insistem em manter viva a tradição herdada de seus antepassados da África, doando-se de corpo e alma às suas crenças (BRITO, 2001, apud VICENTE, 2005).

O maracatu rural faz parte da memória, da identidade cultural do povo nordestino, principalmente da Zona da Mata Norte Pernambucana, que compõe os municípios de Chã de Alegria, Glória do Goitá, Paudalho, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Carpina, Tracunhaém, Nazaré da Mata, Buenos Aires, Vicência, Aliança, Condado, Itaquitinga, Goiana, Itambé, Ferreiros, Camutanga, Timbaúba e Macaparana.

Para entender melhor sobre a história do Maracatu de Baque Solto, é válido mencionar o que define no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Brincadeira popular que ocorre durante as comemorações do Carnaval e no período da Páscoa, tem como personagem central o Caboclo de Lança e compõe-se por dança, música e poesia, e está associado ao ciclo canavieiro da Zona da Mata Norte de Pernambuco, especialmente, e às áreas sob sua influência cultural. Também ocorrem apresentações na Região Metropolitana do Recife e outras localidades. De seu movimento coreográfico surge uma dança que evoca o combate, e ao mesmo tempo relembra os movimentos dos trabalhadores nos canaviais. O Maracatu de Baque Solto ou Maracatu Rural envolve performances dramáticas, musicais e coreográficas, resultantes da fusão de manifestações populares (cambindas, bumba meu boi, cavalo-marinho e coroação dos reis de congo). O aspecto sagrado/religioso/ritualístico perpassa o folguedo durante todo o ano, em que se dão os ensaios ou sambadas, além das apresentações nos períodos carnavalesco e pascoal, caracterizando-o, fundamentalmente, como possuidor do "segredo do brinquedo". Os mais antigos maracatus foram criados em engenhos onde seus fundadores eram trabalhadores rurais, trabalhadores do canavial, cortadores de cana-de-açúcar, entre fins do século XIX e início do XX. A herança imaterial desse bem é legada aos contemporâneos por meio de gestos e indumentárias, nos "pantins" de caboclos e dos arreiamás, na dança das baianas, nas loas dos mestres, entre outros aspectos. Nas apresentações, o mestre de cada maracatu entoa loas em marchas, sambas e galope acompanhados do terno (as orquestras de sopro e percussão), enquanto no terreiro os caboclos, baianas e arreiamás se exibem fazendo suas evoluções. Possui forte tradição na palha da cana, sobretudo na Zona da Mata Norte, e mesmo convivendo com as adversidades decorrentes de tal contexto socioeconômico, os canavieiros construíram um vigoroso legado cultural, em que os maracatus de baque solto sobressaem. Sua singularidade se expressa por meio da sua musicalidade (um tipo de batuque ou baque solto), seus movimentos coreográficos e indumentária dos personagens, e pela riqueza de seus versos de improviso. (IPHAN, 2021).

No município de Chã de Alegria existem três grupos de maracatu, que são esses: Pantera da Vila, Pavão Dourado e Leão Vencedor. Este último grupo foi o escolhido para representar durante a palestra realizada na Escola Municipal Júlio Carneiro com os alunos do 9º ano do ensino fundamental. Os motivos de este grupo ser o escolhido foram por ele ser muito conhecido no município e, além disso, um dos integrantes da diretoria do grupo também é professor da escola que foi feita a palestra.

O Maracatu Rural Leão Vencedor de Chã de Alegria foi fundado em 08 de novembro de 1991 pelo senhor Bartolomeu João da Silva, mais conhecido por Seu Bartô (figura 5). Tem participado de muitos encontros e eventos de maracatus tanto na própria cidade bem como, nas cidades vizinhas da Zona da Mata Norte e também na cidade do Recife.

Figura 5 – Fundador do Maracatu Leão Vencedor de Chã de Alegria – PE



Fonte: Acervo Maracatu Leão Vencedor de Chã de Alegria, 2019.

3.3 Bloco Rural Boneca Janaína da Alegria como manifestação cultural no município de Chã de Alegria

A Boneca Janaína é um dos maiores símbolos do Carnaval alegriense, pois esse bloco é uma combinação de maracatu, caboclinho, coco de roda, frevo e outras danças típicas de Pernambuco. O bloco da Boneca Janaína deu-se início em 17 de fevereiro de 1996, idealizado pela Maria José dos Santos, mais conhecida como Maria Caboquinha (figura 6).

Figura 6 – Fundadora do Bloco Rural Boneca Janaína da Alegria



Fonte: Autora, 2021.

Durante uma entrevista a fundadora, Maria José dos Santos afirma que:

“Eu tinha vontade e sonho de ter uma boneca e não podia comprar. Aí falei com o Professor Givaldo que era o prefeito, ele me deu a Boneca Janaína. Eu comecei do zero, tudo emprestado, roupa emprestada, bumba emprestada, tudo emprestado. Aí fomos brincando e foi aumentando com a minha família, e chegou aonde tá. Muito linda, muita coisa bonita ela tem.” (SANTOS, 2021).

O grupo cultural possui em torno de 40 membros, dentre eles têm crianças, jovens, adultos, e idosos, que abrange principalmente produtores rurais e os trabalhadores da cana-de-açúcar. A produção geral é realizada por um artesão de Olinda, que é responsável pelo formato da cabeça, cabelo, corpo e o resto da organização é com Dona Maria, que embora ela atualmente tenha algumas limitações

impostas por um Acidente Vascular Cerebral (AVC), no entanto considera importante participar, e conduzir as confecções das roupas, principalmente do vestido da Boneca.

Também foi afirmado na entrevista que as indumentárias dos brincantes não se cobram taxa para as confecções, era através de recursos próprios dos organizadores do bloco, mas também aconteciam bingos para ajudar na aquisição de alguns materiais e instrumentos.

Entretanto, no ano de 2020 pós carnaval, houve a pandemia do COVID-19 no Brasil e em vários países do mundo, e que até no presente momento está sofrendo impactos em todos os âmbitos. Então, no Brasil para atender ao setor cultural foi elaborada a Lei Aldir Blanc, também conhecida Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural.

No ano de 2021 em conformidade com a Secretaria de Cultura de Pernambuco foi:

destinado à premiação de propostas de ações artístico-culturais individuais ou coletivas nos segmentos/linguagens de: Artesanato, Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Cultura Popular, Dança, Design, Fotografia, Gastronomia, Literatura, Moda, Música, Ópera, Patrimônio, Povos e Comunidades Tradicionais e Teatro. As ações devem ser relacionadas com a criação (processo criativo), expressão (manifestação) fruição (oportunização) ou divulgação/difusão (propagação) de atividades artísticas e culturais que deverão ser transmitidas pela internet, disponibilizadas por meio de redes sociais ou demais plataformas digitais. (Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2022).

Por meio desses recursos, a agremiação carnavalesca conseguiu fazer reforma na identidade visual e também dos seus instrumentos, através do Edital de Criação, Fruição e Difusão incentivado pela Lei Aldir Blanc no Estado de Pernambuco (LAB-PE).

4. Apresentação das ações de Educação Patrimonial

É de suma importância resgatar a história, cultura, memória e patrimônio da cidade. Desse modo, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, dissertações, teses e sites da internet para compreensão teórica do tema e do espaço em foco, objetivando corroborar as referidas análises e objetos de estudo.

Por conseguinte, foi escolhido uma escola da rede municipal de ensino para serem realizadas atividades em sala de aula para aguçar a investigação do saber científico acerca da sua história e expressões culturais. Então, teremos como público-alvo os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Júlio Carneiro da Silva, para a realização de uma palestra com um viés de mesa redonda (Figura 7) pois, foi planejada e conduzida por mim, mas que teve a contribuição dos convidados, dentre eles: professores, produtores culturais, e o diretor da Cultura do município, onde discutiram temas específicos, mas que se mantinha em torno do tema principal. A importância do conhecimento histórico e das principais manifestações culturais populares dos alegrienses; a valorização e a preservação patrimonial são temas abordados.

Figura 7 – Palestra/Mesa redonda realizada na Escola Municipal Júlio Carneiro da Silva



Fonte: Autora, 2021.

A posteriori será disponibilizado a revista para que não só a comunidade escolar mas também todos da sociedade tenham acesso, pois é importante pontuar que à princípio foi pensado que o produto seria destinado alguns exemplares para as bibliotecas da rede pública de ensino. Mas em virtude da parceria com a Prefeitura Municipal de Chã de Alegria, que se comprometeu a patrocinar tanto o Projeto Gráfico como a impressão dos exemplares, possibilitando uma tiragem ampla. Desse modo, a revista será disponibilizada para os alunos e o público em geral.

Portanto, esse produto será voltado para o leitor que se interessa pela formação histórica do município; para o leitor que queira conhecer os nomes dos padres que participaram da administração da Paróquia Nossa Senhora do Rosário; para o leitor que queira compreender a história do carnaval alegriense e como ela se tornou a “Terra do Banho de Cheiro”; como também entender o porquê da existência do Maracatu e do Bloco da Boneca Janaína; e além disso ser como um material didático que atenderá os docentes para utilizar nas suas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção deste trabalho foi essencial consultar as fontes primárias, realizar entrevistas com pessoas que vivenciaram ou escutaram as histórias narradas que se passam de geração para geração, consultar documentos na procura de referências que em tempo algum foram reunidas antes. Vale ressaltar que pesquisa alguma possibilita de fazer a reconstrução absoluta dos acontecimentos passados, logo, esse trabalho aponta algumas temáticas mais presentes nos relatos dos moradores alegrienses.

Isto posto, conseguiu-se fazer uma narrativa histórica da formação do município de Chã de Alegria. No decorrer da pesquisa pode-se analisar as questões históricas, econômicas, sociais e culturais do referente município. Por conseguinte, foi viável a concretização de uma palestra com os estudantes do 9º ano da Escola Municipal Júlio Carneiro da Silva, acerca do conhecimento histórico e das principais manifestações culturais populares dos alegrienses, incentivando a valorização e a preservação patrimonial.

É de suma importância trazer o conteúdo referente à construção do espaço e as relações sociais, pois é uma matriz prevista nas bases curriculares, para a dinâmica local, de forma a aproveitar a imersão de conhecimento existente para a sala de aula, adicionando tais condições ao saber científico. Dessa forma, a revista tem a finalidade de oferecer aos alunos, aos professores, e a todos que se interessam a ampliar o conhecimento sobre a formação histórica do município de Chã de Alegria e de suas manifestações populares.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo – Recife: Editora Hucitec Ipespe, 1995.
- ANDRADE, Mário de. **Danças dramáticas do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1959. v.2 (Obras completas de Mario de Andrade)
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Demografia**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/260440#sec-demografia>>. Acessado em: 10 out. 2021.
- BRITO, Dario. **Maracatu bate forte no novo milênio**. Jornal do Comercio, Recife, 20 fev. 2001.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CHÃ DE ALEGRIA. **Chã de Alegria**. Disponível em: <<http://www.camarachadealegria.pe.gov.br/publicacao.php?pg=cha-de-alegria>>. Acessado em: 23 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Chã de Alegria**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cha-de-alegria/panorama>>. Acessado: 10 dez. 2021.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Maracatu de Baque Solto**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/505/>>. Acessado em: 24 set. 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GUERRA PEIXE, Cesar. **Maracatus do Recife**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1980.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Ed Unicamp, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LONDRES, Cecília. **O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

MASSENA, Marinaldo Mariano. **História de Chã de Alegria**. [Entrevista concedida a Silvyenne Marlys da Silva Vieira]. Chã de Alegria, novembro, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade: escritas da memória, leituras da história**. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). Leituras da cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: Editora Massangana, 1990.

SANTOS, Maria José dos. **Bloco Rural Boneca Janaína da Alegria**. [Entrevista concedida a Silvyenne Marlys da Silva Vieira]. História, Memória, Cultura e Patrimônio de Chã de Alegria-PE, Chã de Alegria, novembro, 2021.

VICENTE, Ana Valéria. **Maracatu Rural: o espetáculo como espaço social**. Recife: Associação Reviva, 2005.

ENSINO DE GEOGRAFIA E LEITURAS DE PAISAGENS: A NOÇÃO DE RUGOSIDADES JUNTO À CIDADE DE PAULO AFONSO-BA

Taítalo Eduardo Gomes Gentil
Kleber Costa da Silva

RESUMO

A reflexão sobre ensino de Geografia poder ser desenvolvida com base na já tradicional e relevante proposta de leitura de paisagens. Isso nos leva a pensar a percepção espacial e o uso de ferramentas pedagógicas que auxiliam no aprimoramento do senso crítico por parte dos estudantes. A partir desse pressuposto, pretendemos ora trazer um registro de experiências didático-pedagógicas, no âmbito da formação de licenciatura em Geografia, focadas no entendimento da noção de rugosidade junto às paisagens da cidade sertaneja e baiana de Paulo Afonso. Entendemos que conteúdos históricos se colecionam como marcas da presença humana nas paisagens e que podem ser objeto de apreciação crítica na tentativa de elevar o conhecimento sobre tempo e espaço, espacialidade e identificação dos sujeitos em relação ao meio. Como percurso metodológico, escolhemos propiciar leitura teórico-conceitual, trabalho de campo e culminância com diálogos sobre conteúdos registrados em fotografias acerca das paisagens locais, a título de exercício da prática pedagógica e do ensino-aprendizagem de Geografia. Elencamos como principais resultados o aperfeiçoamento da sensibilidade dos participantes para com conteúdos ligados à história e à geografia da cidade.

Palavras-chave: Paulo Afonso; Ensino de Geografia; Ensino de História.

ABSTRACT

The reflection on Geography teaching can be developed based on the already traditional and relevant proposal of landscape reading. This leads us to think about spatial perception and the use of pedagogical tools that help students to improve their critical sense. Based on this assumption, we intend now to bring a record of didactic-pedagogical experiences, in the scope of Geography undergraduate education, focused on the understanding of the notion of roughness in the landscapes of the countryside city of Paulo Afonso, in Bahia. We understand that historical contents are collected as marks of the human presence in the landscapes and that they can be object of critical appreciation in an attempt to raise the knowledge about time and space, spatiality and identification of subjects in relation to the environment. As a methodological path, we chose to provide theoretical and conceptual reading, field work, and culmination with dialogues about contents recorded in photographs about local landscapes, as an exercise of pedagogical practice and teaching-learning of Geography. The main results were the improvement of the participants' sensitivity towards contents related to the history and geography of the city.

Key-words: Paulo Afonso; Geography Teaching; History Teaching.

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este texto trazer um registro de experiências didático-pedagógicas, no âmbito da formação de licenciatura em Geografia, focadas no entendimento da noção de rugosidade junto às paisagens da cidade de Paulo Afonso, Sertão da Bahia. Entendemos que conteúdos históricos se colecionam como marcas da presença humana nas paisagens e que podem ser objeto de apreciação crítica na tentativa de elevar o conhecimento sobre tempo e espaço, espacialidade e identificação dos sujeitos em relação ao meio.

O contexto de formação histórica da cidade de Paulo Afonso, Sertão da Bahia, está ligado ao ímpeto de represamento das águas e do complexo de usinas hidrelétricas pertencente à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. A cidade é banhada pelo rio São Francisco e, com as naturais facilidades voltadas à produção regional de energia elétrica, tem se destacado como centro de relativa importância nesse sentido, bem como na concentração populacional, de comércio e de serviços. As imagens centrais que sugerem Paulo Afonso histórica e geograficamente como centro importante se revelam através do rio, das cachoeiras, das usinas da CHESF e do aproveitamento turístico, portanto, a saber:

Estas magníficas quedas já eram conhecidas séculos antes e até 1725, quando as terras onde estavam essas cachoeiras foram doadas pelo governador da Capitania de Pernambuco, a quem estas terras pertenciam, ao português Paulo Viveiros Afonso e a maior das quedas d'água passou então a ser chamada de Cachoeira de Paulo Afonso. Antes disso eram conhecidas como Sumidouro, Forquilha (que era também o nome de uma das ilhas próximas da cachoeira) e Cachoeira Grande (GALDINO, 2021).

O que destacou Galdino, sugere a íntima ligação histórica e geográfica de Paulo Afonso com esses grandes acidentes físicos atrelados ao rio São Francisco. A propósito, a atual cidade pertenceu ao município de Glória-BA, de onde foi emancipado de distrito até tornar-se a cidade de Paulo Afonso, adquirindo autonomia política em 28 de julho de 1958. Anteriormente a esta data, em 1945, foi criada a CHESF durante o Governo Vargas como aproveitamento do grande potencial da Cachoeira de Paulo Afonso para a geração de energia elétrica. Posteriormente, o acampamento das obras localizou-se nas terras da fazenda chamada Forquilha, em torno das instalações das primeiras usinas a partir do qual a cidade viria a se desenvolver.

As atenções se voltavam à Cachoeira de Paulo Afonso devido ao grande potencial hidroelétrico que essas cachoeiras poderiam proporcionar ao desenvolvimento da região. O desafio do homem em domar a força da natureza e de transformar a paisagem em função do planos de desenvolvimento para a época construíram a história de Paulo Afonso, que passou a ser reconhecida como a Terra da Energia.

A cidade de Paulo Afonso atravessou ainda transformações que acabaram sendo marcadas em suas paisagens urbanas. Concordamos, tal como asseverou Santos (2006, p.226), que o espaço pode

ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações ao longo da história. Silva (2021, p.76) nos trouxe também o seguinte, “O espaço geográfico se revela, em especial através das paisagens, por meio de formas e expressões espaciais, imagens, símbolos e narrativas que conduzem a percepção, a apreensão e a interpretação (...)”. Isso nos leva a pensar, primeiramente, que as paisagens podem colaborar como evidência de memórias, identificações e significações possíveis de serem interpretadas e reolocados como foco de reflexão e prática do ensino de Geografia.

Ademais, Santos (1988) salientou que o espaço geográfico é resultado da relação da sociedade com a paisagem, e, por isso, paisagem e espaço são como um par dialético nas suas múltiplas relações. O autor ainda destacará que a paisagem não é formada de uma única vez, é fruto de acréscimos e substituições ocorridas em seu entorno, onde ressalta que os objetos inseridos em tempos passados fariam parte da lógica possível de produção daquele momento e hoje presentes estão como heranças de diferentes períodos.

Sobre a discussão motivada por Santos (1988) depreende-se que a técnica e o trabalho apresentados nas transformações adquiridas no tempo e no espaço, introduziram dimensões significativas e processos permanentes no entendimento da paisagem. Para Callai (2002), por sua vez, as relações sociais constituídas pelo trabalho humano determinam a dinâmica das paisagens por meio de suas ações, essas atividades relacionam e transformam a natureza materializando o espaço habitado, produzindo-se, assim, expressões e marcas, influenciando na aparência das paisagens.

Conforme Silva *et al.* (2014, p.36):

O sentido de reflexão pressupõe ainda a relação entre espaço e sociedade. Tal direcionamento se justifica diante da possibilidade de ler-se o fenômeno urbano como configuração ligada às dinâmicas sócio-espaciais. Além disso, considera-se inicialmente que o espaço geográfico é fruto, ao menos a partir de uma ótica moderna, da relação entre sociedade e meio físico-natural que, ao longo do tempo histórico, molda a configuração espacial urbana, legando-lhe formas e conteúdos oferecidos como possibilidade de expressão da produção social e cultural.

A partir desta afirmação, entendemos que as cidades são carregadas de contextos históricos em sua construção cultural, que podem ser fixadas no espaço como forma material e imaterial através de formas e funções. Isso pode ser lido e pensado criticamente, bem como servir de motivação ao ensino de Geografia.

No que diz respeito à cidade de Paulo Afonso, encontram-se presentes em seu espaço público alguns monumentos e antigas construções relacionados à sua história. Após essas considerações, pensamos que trazer as paisagens como marcas de diversas camadas de tempo oportunizam reflexões sobre significados concernentes a processos de formação social e histórica dos lugares.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos partem inicialmente de leituras bibliográficas, através de livros e de artigos científicos que trabalham com o ensino de Geografia, bem como as categorias de análise paisagem e lugar, e especialmente com o conceito de rugosidades.

Consideramos que ensinar Geografia deve proporcionar aos participantes envolvidos, no panorama do processo de ensino-aprendizagem, diversas possibilidades de reflexão crítica e pautadas nas relações do cotidiano.

É nesse sentido que Puntel (2007, p.285-286) assinalou o seguinte:

A paisagem é considerada um instrumento essencial de leitura e de aprendizagem no ensino da Geografia. Acredita-se que seja importante desenvolver, nas crianças e nos adolescentes, a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, reconhecendo seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais, assim como a interação existente entre eles.

A paisagem como categoria mais próxima do espaço geográfico, assim, nos possibilita o trato com diversas interpretações da realidade, carregada de conteúdos naturais, artificiais e culturais, presentes em determinados lugares.

Acerca da paisagem cultural, de acordo com Schier (2003), sua formação fundamenta a ação dos grupos sociais na relação da sociedade com o meio natural. Ou seja:

O aspecto cultural tem desempenhado um papel importante na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica (...) (SCHIER, 2003, p.80).

Na perspectiva da análise da concepção de lugar, conforme Tuan (1983, p.179), este pode ser definido de diversas maneiras: "...é qualquer objeto estável que capta nossa atenção. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos detêm em pontos de interesse (...)". Os lugares segundo o autor, seriam pontos específicos que atraem a nossa concentração e que podem apresentar um sentido simbólico. O autor ainda ressalta que, "A cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis. Mais ainda, a própria cidade é um símbolo" (TUAN, 1983, p.191).

Callai (2002, p.97), por sua vez, apresenta que "(...) o lugar mostra através da paisagem, a história da população que ali vive, os recursos naturais de que dispõe e a forma como se utiliza de tais recursos". Portanto, os lugares podem vir a expressar muito do que diz respeito aos processos históricos, e partindo de um viés geográfico do contexto da cidade de Paulo Afonso, os modos como os habitantes locais, na feição dos muitos sujeitos, atores e agentes sociais, moldaram a terra das energias em pleno Sertão baiano.

Será nesse sentido que a concepção de rugosidades se revela como central. Elas se apresentam enquanto marcas do tempo fixas na sociedade da atualidade, símbolos que representam uma história

construída pelas relações sociais no espaço, como um elo entre o passado e o presente em um conjunto de formas e funções estabelecidas. Segundo Santos, as rugosidades significam o que “...fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares...” (SANTOS, 2006, p.92).

A partir de tais pressupostos, levamos em conta que passa a ser relevante refletirmos sobre as possibilidades e estratégias no ensino de Geografia. As reflexões se direcionam a pensar o presente para além do hoje, abstraindo a realidade espacial com a ajuda de conteúdos de diversos tempos colecionados e marcados nas paisagens e que podem vir a ser focos de apreciação crítica no contexto das aulas de Geografia.

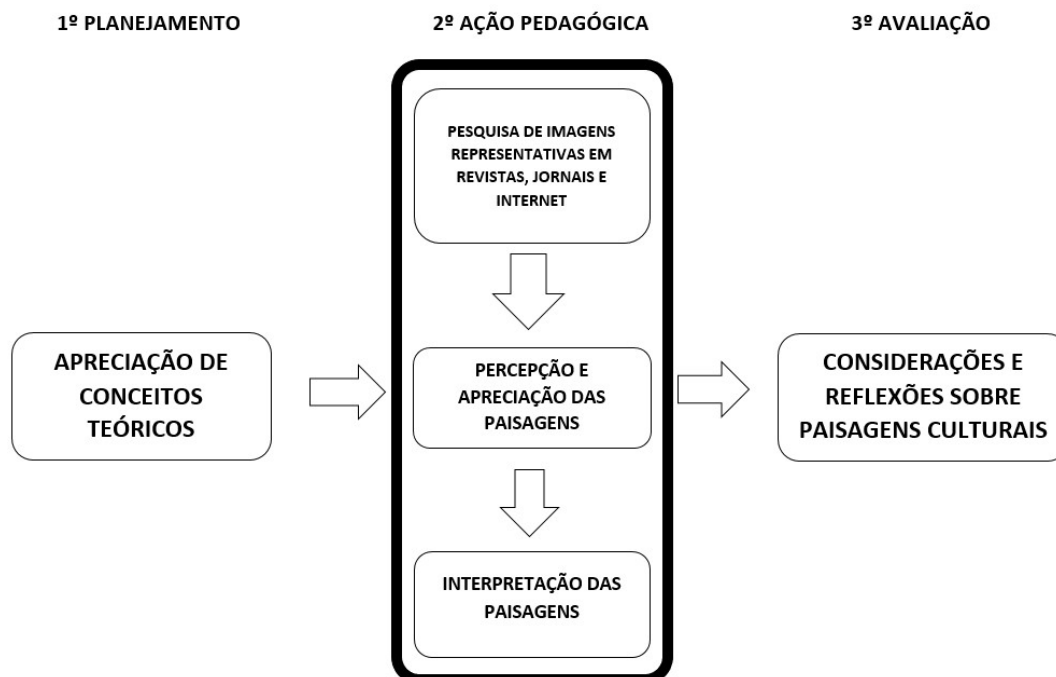
Segundo Callai (2002), ainda mais, o espaço é formado ao longo de diversos processos na construção da sociedade atual, e tais relações sociais que fizeram parte desses processos materializaram conteúdos que podem ser observados por nossos olhares, onde destaca que se existe uma materialização concreta no espaço, cabe à Geografia analisar e interpretar essa realidade sem nos restringirmos apenas à aparência física.

Além disso, a autora acrescenta que a análise e o raciocínio são fundamentais para essa compreensão, “A educação geográfica se caracteriza então, pela intenção de tornar significativos os conteúdos para a compreensão da espacialidade e, isso pode acontecer através da análise geográfica, que exige o desenvolvimento de raciocínios espaciais” (CALLAI, 2011, p.131).

Como base nos direcionamentos teórico-conceituais acima citados, desenhamos um percurso de trabalho com a finalidade de exercitarmos e refletirmos sobre nossa atuação no âmbito de uma proposta de vivências e aprendizados na licenciatura em Geografia. Pensamos ser válida a construção de uma atividade que englobe leitura de conceitos, trabalho de campo e diálogos sobre conteúdos que, firmados numa unidade pedagógica voltada ao desenvolvimento do senso crítico, ajuda no aperfeiçoamento formativo de todos os participantes, tanto docentes quanto discentes.

Assim, o projeto de vivências e aprendizados, como atividade didático-pedagógica, foi realizado em três etapas distintas em uma turma do 1º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Polivalente de Paulo Afonso. A saber:

Figura 1: Procedimentos metodológicos do projeto de intervenção.



Fonte: Elaboração dos autores.

A primeira etapa correspondeu ao planejamento da ação pedagógica, articulada a partir da apreciação teórica em uma aula de 50 minutos, apresentando os conceitos de paisagem, lugar e de rugosidades, contextualizando com imagens selecionadas de outras cidades para que os alunos participantes fossem de início ao encontro com a temática a ser analisada, por meio da apresentação em slides e imagens.

A segunda etapa compreendeu uma ação pedagógica articulada em três momentos, ou seja: a) Pesquisa de imagens representativas em revistas, jornais e internet no intuito de relacionarem a aula teórica no momento inicial a auxiliar suas pesquisas das paisagens culturais da cidade de Paulo Afonso; b) Percepção e apreciação das paisagens, na tentativa de trabalharem os sentidos que levaram a apresentarem determinadas imagens, e de analisarem o contexto geográfico das mesmas além de sua estrutura física; c) Interpretação das paisagens culturais, em busca do significado simbólico que esses lugares buscam instigar e apoiar o pensamento de como

a cidade de Paulo Afonso se desenvolveu histórica e geograficamente, por meio da confecção de quadros-panoramas sobre os recortes das paisagens culturais da cidade, em uma aula prática de 50 minutos.

Os alunos apresentaram como resultado de suas pesquisas imagens que condiziam com a temática apresentada. É necessário destacar que houve a apresentação de imagens de lugares semelhantes e de maior relevância com o contexto histórico e cultural da cidade de Paulo Afonso e outras sem tanto conhecimento por parte dos alunos o que despertou a curiosidade de alguns participantes. Mediante essa discussão, e como ponto de partida, consideramos que:

Um aspecto relevante, nesse sentido, está ligado à percepção, à apreciação e à interpretação das paisagens. Segundo a tradição de especulação geográfica, a leitura de aspectos visíveis é um dos primeiros passos ao encontro com a espacialidade (SILVA, 2021, p.47).

Em seguida, os alunos justificaram suas escolhas oralmente e todos destacaram que as imagens tinham alguma relação com a cidade de Paulo Afonso; algumas informações que foram apresentadas de determinadas figuras condiziam com o verdadeiro significado simbólico do lugar, outras não, apresentando algumas versões contraditórias, como o Monumento aos Trabalhadores (1), erguido em homenagem aos trabalhadores sertanejos que trabalharam na perfuração das rochas e na construção das usinas, e o Monumento o Touro e a Sucuri (2), que representam a força da natureza e a técnica do homem.

Figura 2: Figuras apresentadas por alguns dos alunos da turma.



Fonte: Autores, 2022.

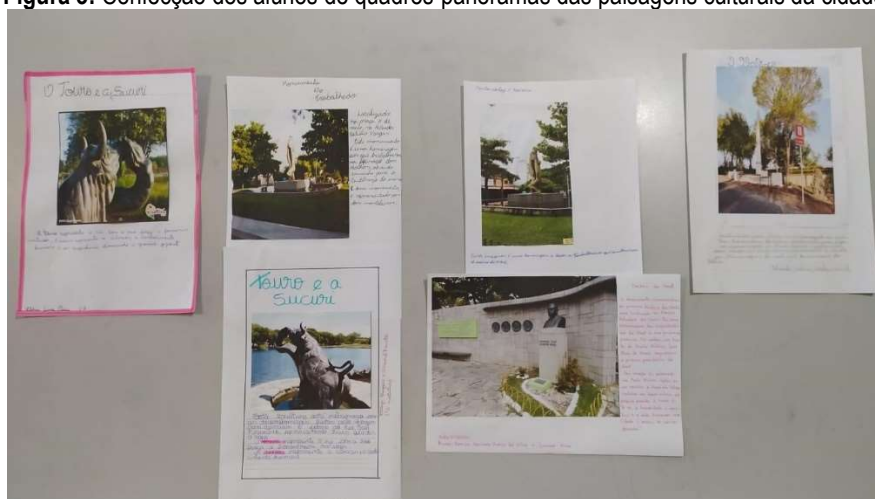
Alguns alunos expuseram algumas imagens de lugares que até então não têm sido tão valorizadas em revistas pela sociedade pauloafonsina, tal como o Monumento 1º Decênio da CHESF (3), em homenagem ao primeiro presidente e de sua primeira diretoria, em celebração ao aniversário de dez anos da Companhia, após algumas tentativas, não conseguiu descrever o significado desses lugares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito à cidade de Paulo Afonso, é válido destacar o rico material encontrado nas paisagens locais e que possibilitam reflexões importantes no âmbito do ensino de Geografia. A cidade é formada por um vasto número de lugares e monumentos que retratam as transformações realizadas pelo homem no espaço da cidade e que se apresentam como síntese nas suas paisagens de uma histórica fervorosa de grandes empreendimentos e disposições sociais à produção de energia e à construção de um ambiente de vivências, moradia e relacionamentos sociais.

Quanto às vivências e proposta de aula de Geografia, a interpretação das paisagens oportunizou discussões sobre o significado dos lugares dentro do contexto histórico da cidade, culminando com a produção de um mural onde os alunos puderam expor as imagens selecionadas por eles e a descrição desses lugares, como exemplificado a seguir:

Figura 3: Confeção dos alunos de quadros-panoramas das paisagens culturais da cidade.



Fonte: Autores, 2022.

Os alunos foram estimulados e levantaram conteúdos que direcionavam o pensamento ao significado da paisagem geográfica, no que compreende a paisagem natural e a paisagem cultural. Entretanto, surgiram questionamentos a partir dos quais os alunos relataram não terem conhecimento sobre muitos dos conteúdos e que não conseguiriam apresentar um lugar da cidade de Paulo Afonso que representasse as paisagens culturais. Além disso, relataram nunca terem estudado sobre o conceito de rugosidades nas paisagens, que para eles era um conteúdo novo, contribuindo assim, na preservação da história e na valorização cultural.

Em diálogo com a turma, alguns ficaram admirados sobre os significados que essas rugosidades, enquanto expressões espaciais e marcas do passado, ainda presentes e resistentes na sociedade atual, fornecem e sugerem pontos de apoio para pensarmos o contexto histórico da realidade urbana e cultural de Paulo Afonso, oportunizando a ampliação do conhecimento, mediado pelo imaginário e pelas narrativas, por meio de memórias e significações dos alunos envolvidos na prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensino de Geografia, compreender as realidades locais em consonância com outros tempos históricos e contextos espaciais passa a ser um desafio rico em relação à reflexão sobre prática pedagógica e sentido da educação. Ademais, elencamos como principais resultados o aperfeiçoamento da sensibilidade dos participantes para com conteúdos ligados à história e à geografia da cidade. Fazer isso com olhares voltados às paisagens e suas diversas feições e possibilidades de interpretação é oportunidade de contemplarmos o mundo que está à nossa volta e que, muitas vezes, não nos habituamos a enxergar os seus significados e valores, sobretudo aqueles marcados na forma de rugosidades. Este trabalho significou uma humilde proposta de iniciação científica e à docência, na tentativa de promover um exercício de ensino pautado nas vivências pessoais e em busca de aguçar o entendimento dos alunos acerca da temática trabalhada e do nosso aperfeiçoamento pedagógico.

REFERÊNCIAS

- CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia Escolar - e os Conteúdos da Geografia**. Anekumene, v. 1, p. 128-139, 2011.
- CALLAI, Helena Copetti. **Ensino de geografia, práticas e textualizações no cotidiano**. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.
- GALDINO, Antônio. **D. Pedro II, um dos primeiros turistas de aventura na Cachoeira de Paulo Afonso**. Paulo Afonso, 17/02/21. Disponível em: <https://www.folhasertaneja.com.br/noticias/turismo/523316>. Acesso em: 07 de junho de 2022.
- PMPA – Prefeitura Municipal de Paulo Afonso. **História da Cidade**. Disponível em: <http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=4004>. Acesso em: 07 de junho de 2022.
- PUNTEL, G. A. **A paisagem no ensino de Geografia**. Ágora, Santa Cruz do Sul, v.13, n.1, p.283-298, 2007.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado - Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.
- SCHIER, Raul Alfredo. **Trajatórias do Conceito de Paisagem na Geografia**. Editora UFPR: Curitiba, 2003.
- SILVA, K. C.; VIEIRA, R. de S. **Sertão, Cultura e Rurbanização em Delmiro Gouveia, Alagoas**. Revista de Comunicação e Cultura no Semiárido, v. 1, p. 39-60, 2014.
- SILVA, Kleber Costa da. **Introdução à Noção de Descrição no Ensino de Geografia**. Recife: Agbook; Clube de Autores, 2021.
- TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar – A Perspectiva da Experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. – São Paulo: DIFEL Difusão Editorial S. A., 1983.

ENSINO EM SOLOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: DEBATES NECESSÁRIOS PARA A SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PEDOLÓGICA

Anderson Felipe Leite dos Santos
Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa
Marcos Antônio Vieira Dias
Rafaella Larissa Gomes da Silva

RESUMO

O solo é um dos recursos físico-naturais responsáveis pela manutenção da vida na Terra. Contudo, nos últimos séculos, vem sofrendo com processos de degradação, especialmente pelo avanço do agronegócio. Nesse sentido, os debates sobre a importância dos solos precisam ganhar destaque na formação de professores de Geografia, sobretudo em relação ao uso de metodologias que despertem a sensibilização e a conscientização pedológica nos alunos da Educação Básica e do Ensino Superior. Posto isso, esse trabalho partiu de um minicurso desenvolvido no XXV Encontro Regional de Geografia do Rio Grande do Norte, realizado remotamente no período de 26 a 30 de outubro de 2020, e tem por objetivo relatar os resultados obtidos no desenvolvimento e aplicação das metodologias voltadas para o ensino em solos na Educação Básica. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. Os resultados mostram a relevância em se utilizar estratégias didático-pedagógicas para abordar o tema solo. A elaboração do plano de aula, solicitado no minicurso e apresentado pelos participantes, suscitou diversos debates e diferentes formas de trabalhar os solos, seja no Ensino Fundamental ou Médio.

Palavras-chave: Ensino em solos; Prática pedagógica; Geografia; Educação básica.

RESUMEN

El suelo es uno de los recursos físicos y naturales responsables del mantenimiento de la vida en la Tierra. Sin embargo, en los últimos siglos ha sufrido importantes procesos de degradación, especialmente con el avance de la agroindustria. En este sentido, es necesario resaltar los debates sobre la importancia de los suelos en la formación de profesores de Geografía, especialmente en relación con el uso de metodologías que despierten la conciencia y la conciencia pedológica en los estudiantes de Educación Básica y Educación Superior. Dicho esto, este trabajo partió de un mini curso desarrollado en el XXV Encuentro Regional de Geografía de Rio Grande do Norte, realizado a distancia del 26 al 30 de octubre de 2020, y tiene por objetivo reportar los resultados obtenidos en el desarrollo y aplicación de metodologías dirigidas a la enseñanza en suelos en la Educación Básica. Metodológicamente se optó por un enfoque cualitativo del tipo estudio de caso. En cuanto a los objetivos, se trata de una investigación descriptiva y exploratoria. Los resultados muestran la pertinencia de utilizar estrategias didáctico-pedagógicas para abordar el tema suelo. La elaboración del plan de clase, solicitado en el mini curso y presentado por los participantes, suscitó varios debates y diferentes formas de trabajar los suelos, ya sea en la Enseñanza Primaria o Secundaria.

Palabras clave: Enseñanza en suelos; Práctica pedagógica; Geografía; Educación básica.

INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que possui relação direta com as ciências da natureza, grupo do qual a Pedologia faz parte sendo a área de interesse do presente estudo. Conforme Andrade (2008), a Geografia tem grande contato com as ciências naturais, já que a apropriação do meio pela sociedade requer conhecimentos prévios sobre a Pedologia, ramo científico responsável pelos estudos da formação, classificação, identificação e mapeamento dos solos.

O ensino em solos na Geografia tem ganhado mais espaço nas discussões acadêmicas, visto que o solo é um recurso finito e de extrema importância para a manutenção dos seres vivos na Terra. Desse modo, trazer o debate para sala de aula, mostrando a importância da preservação do solo e da conscientização para o uso sustentável, deve ser uma pauta indispensável no ensino de Geografia, pois ela objetiva desenvolver um senso crítico nos alunos e torná-los agentes participantes nos debates sociais, ambientais, políticos e econômicos.

A preocupação com os problemas ambientais, de forma geral, ganhou força nos anos 70, e a temática começou a ser discutida como uma “questão de política global”. Assim, de acordo com Vesentini (1994, p. 251), “os discursos do uso consciente passaram a ser mais comuns nas promessas eleitorais, onde [se falava] de renovação entre a sociedade e sua relação com a natureza”. Essas discussões seriam “um passo muito importante para o mundo e o universo escolar” onde, com o tempo, foi criado o conceito de “educação ambiental” (VESENTINI, 1994, p. 251).

Segundo a Lei brasileira de n.º 9.795/1999, entende-se por educação ambiental as habilidades do uso sustentável da natureza, de modo a garantir o bem-estar social e a preservação do ambiente, ressaltando que os conteúdos ambientais devam estar em todos os níveis da educação, em caráter formal e não formal. Branco, Royer e Branco (2018) – analisando os PCNs, DCNs e BNCC – chegaram à conclusão de que os documentos norteadores da educação brasileira trata os conteúdos ambientais apenas como assunto transversal, porém, em verdade, nem sempre são trabalhados em outras disciplinas que não seja Geografia, Ciências e Biologia.

De certa forma, pode-se entender o desinteresse de outras disciplinas no que tange assuntos ambientais, pois nem sempre o profissional de áreas, como Matemática, Física e Filosofia, por exemplo, possui formação para abordar esses temas, considerados transversais. Diante disso, destaca-se a importância do desenvolvimento de projetos escolares onde professores de diferentes disciplinas trabalhem em conjunto, fomentando um debate crítico-reflexivo entre profissionais da educação, alunos e comunidade em geral.

Pensando nessa questão ambiental, com ênfase nos solos especificamente em Geografia, nota-se um reducionismo dos conteúdos, apresentados aos alunos de forma rápida e sem aplicação no seu cotidiano. Para Lima, Lima e Melo (2007), os assuntos de solos são lecionados de forma nula ou são relegados a segundo plano, ou seja, sem muito preparo ou propriedade na discussão do conteúdo, trazendo pouca sensibilidade nas escolhas metodológicas.

Nesse sentido, até mesmo os livros didáticos minimizam os conteúdos de solos, deixando-os superficiais. Analisando os livros didáticos, Silva, Falcão e Falcão Sobrinho (2007) perceberam que eles não promovem o conhecimento dos solos de forma integral, deixando a impressão de que a camada intemperada da crosta terrestre faz parte da paisagem, entretanto ele é um dos componentes essenciais para a sobrevivência dos seres vivos, visto que é um fator condicionante para a vida na Terra. Dessa forma, percebe-se que o conteúdo de solos não é prioridade das disciplinas por vários fatores, entre eles a superficialidade dos livros didáticos os quais muitos professores utilizam como recurso único nas abordagens temáticas.

Partindo desse pressuposto, o ensino em solos precisa ganhar mais espaço, tanto nas aulas de Geografia como de outras disciplinas, tendo em vista que o solo faz parte do ambiente e passa por diversos processos de degradação e de poluição nas diferentes localidades do globo. Diante da contextualização, o presente estudo objetiva relatar os resultados obtidos no desenvolvimento e aplicação das metodologias voltadas para o ensino em solos, principalmente na disciplina de Geografia, de modo que a comunidade acadêmica e os professores explorem mais essas práticas metodológicas de ensino.

As experiências são oriundas da aplicação de um minicurso desenvolvido no XXV Encontro Regional de Geografia do Rio Grande do Norte (XXV EGEORN) de forma remota, no período de 20 a 26 de outubro de 2020. Nesse sentido, o trabalho ressalta a importância de pensar em recursos didáticos para a aplicação do ensino em solos e avaliar qualitativamente os resultados obtidos durante o uso metodológico.

Formação de professores de Geografia na pandemia

A formação de professores, independentemente da área de conhecimento, tornou-se o centro de discussões acerca do desenvolvimento e aprendizado dos alunos. As ferramentas e técnicas utilizadas em sala de aula, as formas de lidar com os alunos e o domínio do conteúdo são profícuos para refletir sobre a formação do professor enquanto agente primordial no processo de ensino-aprendizagem.

Entende-se a formação de professores como desenvolvimento contínuo, acumulando novas habilidades sem necessariamente descartar as anteriormente aprendidas. Assim, como a espiral que

representa o espaço, produzido e organizado pelos seres humanos, acumulando diferentes temporalidades (SANTOS, 2008), o professor representa um conglomerado de sabedoria resultante de ações e percepções ao longo de uma vida. Nessa perspectiva, a formação do professor não depende única e exclusivamente dos cursos de Licenciatura no Ensino Superior, mesmo ele sendo de extrema importância na construção do conhecimento.

Em decorrência de técnicas, tempos e processos de formação, o professor reflete as características de uma sociedade, assim como a questiona e deve, posteriormente, transformar e transmitir-lhe os conhecimentos necessários. Morin (2007), ao abordar o papel da Universidade enquanto formadora de profissionais licenciados, destaca os dois sentidos do termo 'conservador', apontando o lado negativo e positivo das práticas de conservação. Para Morin (2007, p. 15), a "conservação é de importância capital se significa salvaguarda e preservação"; neste sentido, conhecer o passado é essencial para planejar ações futuras e promover o desenvolvimento na formação de professores. Em contrapartida, o autor considera práticas rígidas e conservadoras algo estéril, especialmente por se tratar de uma sociedade mutável, em que as necessidades e anseios se transformam com o passar do tempo.

Cavalcanti (2008) ressalta o papel das experiências que os professores, formados ou em formação, acumulam ao longo do tempo e que, direta ou indiretamente, aplicam no ambiente escolar. Dos exemplos utilizados em aula, da postura adotada perante os alunos, ou ainda a forma de se comunicar com a turma, esses professores são influenciados por sua trajetória ao longo da vida, urgindo questionar e rever suas práticas constantemente. Menezes e Kaercher (2015, p. 50) promovem questionamentos acerca do processo de formação, visto que, por vezes, acredita-se na ideia de que "se torna professor a partir do momento em que se conquista o diploma de licenciatura". No entanto, as vivências são partes essenciais na formação de professores, como infere Cavalcanti (2008).

Reforçando a ideia de acumulação do conhecimento e das experiências, Callai (2011) promove reflexões acerca do saber e do fazer, fortalecendo as discussões que questionam o distanciamento entre teoria e prática. Cavalcanti (2008, p. 85) avalia o papel da formação, por vezes tida como a ação de "dotar o profissional de bases teóricas para que ele possa atuar correta ou adequadamente na prática", porém esse distanciamento entre realidade e prática faz com que os cursos de formação não consigam preparar o professor para lidar com eventualidades identificadas no ambiente escolar.

Dentre as eventualidades que transformam a prática docente, recentemente os professores se viram obrigados a rever sua atuação e aprofundar o seu conhecimento com relação à comunicação e tecnologia. A pandemia da covid-19 se disseminou de maneira exponencial em 2020, alterando significativamente a forma como as pessoas se relacionam profissional e socialmente. Com o fechamento

das escolas devido ao distanciamento social, o ensino remoto tornou-se uma opção para dar continuidade aos estudos tanto no Brasil como em todo o planeta.

Nesse momento de readaptação, os professores se depararam com a seguinte questão: Como fornecer remotamente ferramentas adequadas para o processo de aprendizagem desses alunos? Callai (1995) fornece a resposta quando considera o professor como agente responsável por instrumentalizar o acesso à educação e à cidadania, disponibilizando meios para que o aluno se desenvolva enquanto cidadão. Mediante a realidade do ensino remoto, professores com pouco (ou nenhum) contato com plataformas digitais e redes sociais, se viram obrigados a lidar essas ferramentas para manter o processo de ensino-aprendizagem ativo.

Cavalcanti (2008) destaca o papel da gestão escolar na organização do plano de ação dos professores e gerenciamento dos conteúdos que vêm sendo ministrados. Se antes tal participação já era considerada importante, com a pandemia ela se torna essencial, promovendo a formação continuada dos professores. Mesmo entre os recém-formados, muitos se viram despreparados para ensinar remotamente, ressaltando a ideia de que a teoria não é suficiente se não associada à prática docente e aos intercursos que podem surgir.

Callai (1995), ao abordar a transição da teoria aprendida nas universidades para a prática no Ensino fundamental e Médio, já considerava importante entender como as diferentes linguagens e abordagens poderiam ser aplicadas. As possibilidades de tratamento da informação no ensino remoto aumentaram (como o uso de recursos audiovisuais), ao mesmo tempo em que se tornaram reduzidas, pois nem todos os alunos tinham acesso à internet. O professor, no período pandêmico, teve que encontrar formas de traduzir o conteúdo para práticas que permitiriam a compreensão do aluno, seja por meio de mídias ou de textos impressos enviados a eles.

Nesse sentido, Cavalcanti (2008) reforça a atuação do professor de Geografia enquanto ato político, ao considerar a realidade onde a escola se insere e os problemas sociais que refletem na maneira como os alunos têm acesso à informação. Segundo a autora, apenas o domínio da matéria não é suficiente, tornando primordial questionar a realidade e fazer com que esses questionamentos recaiam não somente sobre a escola, mas também nos alunos e na realidade social em que estão inseridos.

A formação do professor se inicia enquanto agente social, produzido por uma sociedade dividida em classes e cheia de contradições. Na medida em que o professor se depara com a sala de aula, essas contradições são evidenciadas e passam a questionar o processo de formação docente, visto que a teoria nem sempre é suficiente para lidar com os problemas na prática.

Especialmente durante a pandemia, as disparidades sociais tornaram-se abismos na relação entre escola e aluno. Dessa maneira, transpor o conteúdo e promover o acesso ao conhecimento se tornou uma tarefa que independe do interesse e da relação entre professor e aluno. Morin (2007, p. 64) entende que os “problemas mundiais agem sobre os processos locais que retroagem por sua vez sobre processos mundiais”. Então, têm-se dois problemas de âmbito mundial: a pandemia e a desigualdade, que precisam ser superadas, primeiro localmente, para que os alunos tenham acesso à informação e à educação de qualidade.

De fato, nem mesmo os cursos de formação de professores estavam preparados para fornecer discussões acerca do ensino remoto num contexto pandêmico. Nesse sentido, observa-se o distanciamento entre teorias e práticas, bem como a dificuldade em teorizar sobre novas práticas de ensino. Evidencia ainda o distanciamento entre as discussões e as técnicas apresentadas no plano teórico e a realidade vivenciada na prática, tanto pelos professores quanto pelos alunos, especialmente os da rede pública de ensino.

Ensino de solos na Geografia escolar: do livro didático às experiências pedagógicas

O ensino de solos não só apresenta as características morfológicas, a diferenciação de estruturas, a consistência e o manejo sustentável, mas faz-se importante na educação quando, sobretudo, traz a compreensão da riqueza de diversidade dos organismos presentes nele e a necessidade de mantê-lo vivo. “A Educação em Solos busca conscientizar as pessoas da importância do solo em sua vida. Nesse processo educativo, o solo é entendido como componente essencial do meio ambiente, essencial à vida, que deve ser conservado e protegido da degradação.” (MUGGLER; SOBRINHO; MACHADO, 2006, p. 736).

Cunha *et al.* (2013) chamam a atenção para valorização o solo como esse grande organismo, componente do meio ambiente, bem como para transformá-lo de forma sustentável e não apenas enxergá-lo como importante para a produção de alimentos ou como algo degradável. Assim, o ensino em solos deve fazer com que os alunos percebam e (re)conheçam o solo, além de compreendê-lo em suas necessidades, limitações e potencialidades.

Portanto, se faz necessário o uso materiais de apoio, a exemplo do livro didático, sendo uma importante ferramenta para criar estratégias de ensino, auxiliando o educador no processo de ensino-aprendizagem. Para Ferreira (2017), o livro didático é um dos materiais escolares utilizados pelos professores para assegurar aos alunos a aquisição do conhecimento sistematizado. Nos livros de Geografia, segundo Batista (2017, p. 52), os conteúdos “se limitam a abordagens incipientes e fragmentadas, sem contextualização textual ou gráfica, dedicando-se poucas páginas à exploração dos

conteúdos”, tendo definições errôneas, limitando-se a denominações baseadas na abordagem geológica e agrônômica. Becker (2005, p. 75) acrescenta que o componente solo, no Ensino Médio, é quase nulo ou é deixado num plano menor e afirma haver uma lacuna no ensino de solos, “pois o conteúdo que trata do assunto nos materiais didáticos, normalmente, está em desacordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e, frequentemente, encontra-se desatualizado, incompleto ou fora da realidade brasileira”.

Cabe ao professor utilizar novas experiências e outros recursos didáticos pedagógicos que enfatize o ensino dos solos, preenchendo a lacuna deixada pelo livro didático. Para Souza (2007, pp. 112-113), utilizar recursos didáticos “é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade ao manusear objetos diversos que poderão ser usados pelo professor na aplicação de suas aulas.”

Como a temática solo é ampla, o educador pode trabalhá-la de diversas maneiras e pensar no processo de aprendizagem, tornando a aula mais atrativa, trazendo novas possibilidades de ensino, com experimentos em sala de aula, como infiltração da água no solo, erosão, cores etc. Nesse cerne, o livro do Programa de Extensão Universitária ‘Solo na Escola/UFPR’ (KNOPKI *et al.*, 2020) apresenta inúmeros experimentos, mas ressalta: “não visando que todos sejam utilizados em sala de aula, mas no sentido de ofertar um leque abrangente de opções para os docentes”.

Assim, percebe-se a importância do educador como sujeito responsável no desenvolvimento do educando. Isso implica em investimentos na formação inicial dos professores e na formação continuada, associando teoria e prática no convívio direto com a sala de aula. Com isso, o professor pode e deve adotar metodologias próprias e obter experiências didático-pedagógicas, não se limitando apenas ao uso do livro didático, mas também utilizar outros recursos, encarando as dificuldades no dia a dia escolar como meio de desenvolver suas práticas de ensino.

METODOLOGIA

Este trabalho está amparado metodologicamente numa abordagem qualitativa, do tipo participante, que “[...] valoriza não somente a participação direta dos sujeitos (numa clara oposição aos métodos mais objetivos e científicos em seu modo mais tradicional), mas privilegia aquilo que eles produzem em seus discursos” (THIOLLENT, 1986, p. 7). Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva. Em relação à pesquisa descritiva, Gonsalves (2003, p. 65) afirma que “nesse caso, a pesquisa não está interessada no porquê, nas fontes do fenômeno; preocupa-se em apresentar suas características”.

As experiências práticas foram desenvolvidas no XXV Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e o Mestrado Profissional em Geografia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *campus* de Caicó, entre os dias 26 e 30 de outubro de 2020 de forma remota, através do *Youtube* e *Google Meet*. O minicurso “Formação de Professores e o Uso de Experimentos de Solos no Ensino-Aprendizagem de Geografia no Ensino Fundamental e Médio” ocorreu nos dias 29 e 30 de outubro, das 9:00 às 12:00 horas, e contou com a participação de 25 pessoas.

O principal objetivo do minicurso foi de retratar a importância de se trabalhar os conteúdos sobre os solos na Educação Básica, mostrando algumas experiências já desenvolvidas pelos ministrantes através de imagens e vídeos produzidos por eles. Além disso, durante o minicurso foram expostos o projeto “Educação em Solos para todos” e o projeto de extensão “Perfis de Solos Divertidos”, ambos desenvolvidos pela Profa. Dra. Adriana Aparecida Ribon Ogera, cientista do solo da Universidade Estadual de Goiás e o projeto “Solo na Escola/UFCEG” desenvolvido pela Profa. Dra. Adriana de Fátima Meira Vital, da Universidade Federal de Campina Grande, onde trabalha com pesquisas na área de ciência do solo. Ademais, foram explanados planos de aulas, elaborados pelos participantes, sobre como seria a abordagem do tema solo nas aulas de Geografia em uma turma do Ensino Fundamental ou do Médio.

Nesse sentido, o minicurso foi desenvolvido em 2 dias, conforme descrição abaixo:

Primeiro dia: Foi dedicado, primeiramente, à exposição da parte teórica. No Quadro 1 observam-se os conteúdos expostos nesse primeiro dia de minicurso.

Quadro 1 – Temas abordados no primeiro dia do minicurso

Conteúdos abordados no primeiro dia	
1.	Introdução sobre a Ciência do Solo
2.	Conceitos de Solo
3.	Perfil do Solo
4.	Fatores de Formação do Solo
5.	Intemperismo
6.	Sólidos Ativos do Solo
7.	Morfologia do Solo
8.	Erosão do Solo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

No segundo momento, foram expostos os vídeos dos experimentos realizados pelos expositores do minicurso, sendo o primeiro sobre a infiltração da água do solo afetado por resíduos plásticos; dois experimentos sobre a erosão hídrica do solo; e, por último, experimentos com tinta do solo, retratando a cor como uma feição morfológica do solo. Nesse trabalho, ganhará destaque um dos experimentos sobre a erosão dos solos e a prática da elaboração das geotintas. No último momento, foi solicitado que os participantes fizessem um plano de aula individual, ou em grupo, sobre o tema solo para desenvolver em

alguma turma do Ensino Fundamental ou Médio, que deveria constar os dados de identificação da série, tema da aula, objetivos, conteúdo, desenvolvimento do tema, recursos didáticos, avaliação e a bibliografia.

Segundo dia: Iniciou-se com a abordagem dos expositores sobre a Pedologia na Licenciatura em Geografia, a importância do uso de metodologias ativas no ensino da Geografia Escolar e os experimentos de solos como recurso didático-pedagógico na Educação Básica. Posteriormente, os participantes fizeram a exposição dos planos de aulas. Para finalizar, aconteceu a participação das Profas. Dras. Adriana Aparecida Ogera e a Adriana de Fátima Vital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas realizadas sobre o ensino em solos e educação em solos* na Geografia Escolar, vem revelando que essas temáticas são colocadas em plano menor por inúmeros motivos, entre eles a escassez delas nos livros didáticos de Geografia e por, durante a formação inicial, os docentes não dedicarem um espaço à disciplina de Pedologia para trabalhar aspectos didático-pedagógicos de como abordar os solos de forma lúdica e através de experimentos que possam ser voltados à Educação Básica. Em alguns casos, nos cursos de Licenciatura Plena em Geografia, como o da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Presidente Prudente, não se tem na grade curricular obrigatória a disciplina de Pedologia. Daí, destaca-se a importância dos cursos de extensão, minicursos, eventos, entre outras atividades oferecidas pelas universidades e outros órgãos, promoveram debates sobre os solos, contextualizando a teoria com recursos pedagógicos, tornando o conteúdo palpável no cotidiano escolar.

Nesse sentido, para que os alunos se sensibilizem e se conscientizem sobre a importância da conservação dos solos, é preciso que eles conheçam a respeito e se interessem pela temática trazida pelo professor. Ao longo dos dois dias do minicurso, buscou-se justamente alinhar a teoria à prática, instigando os participantes a pensarem sobre diversas formas de abordar os solos nas turmas do Ensino Fundamental e Médio.

No primeiro dia, após a mostra dos conteúdos (Quadro 1), cuja apresentação durou cerca de 2h20min, foram expostas algumas práticas que podiam ser utilizados na Educação Básica. A primeira, voltada para a erosão do solo, buscou retratar os processos de desgaste dos solos nas áreas urbanas. Apesar da frequência observada nos deslizamentos de terra nas pequenas, médias e, sobretudo, nas grandes cidades, os livros didáticos direcionam grande parte das abordagens do solo apenas as áreas rurais. Logo, é essencial que o professor vá além das abordagens propostas nos livros adotados (SILVA; FALCÃO; SOBRINHO, 2008) e direcionem e tragam os debates para o cotidiano de alunos das áreas

* A Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS) não utiliza o termo "Ensino de Solos", e sim "Educação em Solos". Apesar de Ensino e Educação serem termos diferentes, possuem significados que se entrelaçam.

urbanas, visto que muitos deles vivenciam esses problemas socioambientais diariamente, e não sabem formas de se prevenir de possíveis desastres.

Para a realização do primeiro experimento, foram utilizados: 2 garrafas *pets* de 2 litros, 2 kg de solo, um pedaço de grama (o suficiente para preencher uma garrafa de 2 litros), regador, 2 bacias grandes, 2 tampas de caixas de fósforo e 2 litros de água. *A priori*, cortaram-se as garrafas *pets* ao meio, preservando toda a estrutura de baixo. Posteriormente, em uma das garrafas cortadas, colocou-se solo até preenchê-la totalmente, e na outra colocou-se um pouco de solo, deixando um espaço para o preenchimento da grama. Após as garrafas preenchidas (uma apenas com solo e a outra com solo e a cobertura vegetal), fixou-se uma caixa de fósforo na vertical, buscando simular a construção de uma casa ou prédio. É importante para um melhor resultado da prática, não afundar muito a caixa na terra.

Na sequência, foi necessário apoiar as duas garrafas *pets* na lateral de uma bacia (cada uma em um recipiente diferente), deixando a garrafa inclinada, como se fosse a encosta de um morro. Feito isso, é a hora de simular a chuva suavemente em cada uma das garrafas, utilizando o regador. É fundamental e necessário utilizar a mesma quantidade de água para cada garrafa.

Seria interessante, antes da simulação dos efeitos da chuva sobre as garrafas, o professor fazer algumas questões provocativas para os alunos: “O que acontecerá quando simular a chuva em cada uma das garrafas? Você consegue observar diferença entre elas? Qual está mais suscetível aos efeitos erosivos? Acontecerá algo com as caixas? A cor da água que escoar para cada um dos recipientes, será a mesma?”. Essas perguntas despertarão a curiosidade e o interesse dos alunos na realização dos experimentos.

Após a realização do experimento, percebeu-se que, na garrafa onde havia apenas solo, a terra cedeu em grande quantidade, indo parar na parte mais baixa. A água passou a apresentar cor escura e escorreu quase toda para a bacia. A caixa de fósforo se movimentou, em razão do deslocamento da terra. Na garrafa com grama, a terra e a caixa de fósforo não cederam. A água foi absorvida em parte pela terra, escoando em menor quantidade para a bacia. A água que escoou ficou com a coloração mais clara que a da outra bacia.

O experimento permitiu perceber que a vegetação forma uma camada protetora do solo, que não é atingido diretamente pela água da chuva. As raízes das plantas, além de fixarem mais o solo, deixam-no mais arejado, possibilitando uma maior infiltração da água, contribuindo para a qualidade do solo.

No mais, o professor pode indagar aos alunos se no município em que residem é possível observar moradias em encostas de morros sem vegetação, já que esse é um problema observado em

pequenas, médias e grandes cidades, ou seja, em diferentes localidades. Sendo assim, é sempre importante trabalhar a partir dos princípios geográficos (Figura 1). De acordo com Martins (2016, p. 65), “é por meio da síntese destes que o geográfico se estabelece”.

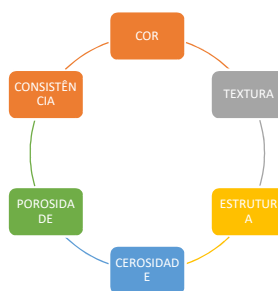
Figura 1 – Princípios que estabelece o geográfico



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em relação às características morfológicas do solo (Figura 2), utilizou-se a cor do solo para demonstrar tal abordagem. De acordo com Lepsch (2011, p. 184), a morfologia do solo é “o estudo da descrição da aparência do solo em seu ambiente natural, segundo as características visíveis a olho nu ou prontamente perceptíveis ao tato”. Ainda nessa perspectiva, Campos *et al.* (2020, p. 142) afirma: “Todos os atributos morfológicos observáveis em campo são fundamentais para caracterização dos solos, juntamente com análises químicas, físicas e mineralógicas realizadas em laboratórios.”.

Figura 2 – Características morfológicas do solo



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Os materiais utilizados para fabricar as tintas são: solos destorroados e peneirados, água e cola branca. Os desenhos podem ser realizados em telas de pintura com moldura de madeira em diversos tamanhos (Figura 3), folha de papel A4, paredes, entre tantas outras possibilidades.

Figura 3 – Pinturas realizadas em telas de madeira com tinta de solos



Fonte: Arquivos dos autores (2022)

Segundo Schroeder (1984), a cor é determinada conforme a presença de matéria orgânica, que escurece o solo em tons de preto, castanho-escuro ou cinza; de compostos oxidados de Fe e Mn, que deixam o solo em tons vermelhos, castanho-preto e castanho; onde compostos de Fe reduzidos dão cores esverdeadas, azuladas, amareladas ou acinzentadas. *

No segundo dia do minicurso, a Profa. Dra. Adriana Aparecida Ribon Ogera apresentou os perfis de solos divertidos (Figura 4), estando diretamente interligado às características morfológicas do solo. Segundo Ogera (2022), eles representam as 13 ordens de solos, conforme o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2018), sendo uma forma criativa e lúdica para construir o conceito das principais classes de solos do Brasil

Figura 4 – Perfis de solos divertidos



Fonte: Ogera (2022)

Na mesma perspectiva, a Profa. Dra. Adriana de Fátima Meira Vidal, retratou a importância da popularização da ciência do solo e retratou os projetos de extensão realizados em parceria com os alunos

* A descrição das cores deve sempre ser seguida conforme Tabela Munsell. A Tabela Munsell é bastante cara, logo, os professores podem apenas fazer a observação da cor, sem utilizá-la, dado que é apenas para fins pedagógicos.

da UFCG, *campus* de Sumé. No Instagram @solonaescolaufcg é possível identificar várias iniciativas de educação em solos, entre elas a utilização de perfis de solos divertidos, durante o novembro azul (Figura 5) dedicado ao combate do câncer de próstata.

Figura 5 – Perfis de solos divertidos utilizando o laço da campanha do novembro azul



Fonte: Vital (2021)

Ao final do minicurso, após observarem inúmeras possibilidades para abordar os solos na Educação Básica e no Ensino Superior, os participantes apresentaram os planos de aulas (Quadro 2) voltados à abordagem do solo na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental ou Médio. Libâneo (2013, p. 267) afirma que o plano de aula “[...] deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para possibilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano”.

Quadro 2 – Informações dos grupos e descrição dos planos de aulas

Grupos	Instituição de origem dos participantes	Descrição do plano de aula
Grupo 1	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	<p>Disciplina: Geografia</p> <p>Série: 6° ano do Ensino Fundamental II / Turma: A</p> <p>Tema: Características morfológicas do solo</p> <p>Conceito Fundamental:</p> <p>PROPRIEDADES do solo: características morfológicas do solo. Portal Embrapa Solos [on-line]. Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/sibcs/proriedades-do-solo. Acesso em: 29 out. 2020.</p> <p>Objetivo Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as diferentes morfologias presentes nos solos e distingui-las. <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associar o conteúdo teórico com práticas educativas;

Grupos	Instituição de origem dos participantes	Descrição do plano de aula
		<p>- Classificar elementos morfológicos dos solos;</p> <p>- Diferenciar os tipos de solos em argiloso e arenoso.</p> <p>Conteúdo: Morfologia do Solo</p> <p>Desenvolvimento do tema:</p> <p>- Partir de uma aula expositiva dialogada, contendo slide, amostras de solos, utilizando a escala de Munsell para identificar diferentes cores de solos.</p> <p>- A partir desse conteúdo, será pedido para os alunos (em grupo) fazerem coleta de amostras de solos que disponham em terrenos das suas residências ou ambientes de convívio (desde que haja caracterização do ambiente e as intervenções antrópicas que acontecem no solo).</p> <p>- Sabendo disso, os alunos farão uma consulta no Portal Embrapa Solos (mencionado acima) para caracterizar as unidades morfológicas do solo, tornando possível a análise da amostra.</p> <p>Recursos didáticos:</p> <p>- Utilização de slide, cartela de cores Munsell, amostra de solos e utilização dos conceitos teóricos disponíveis no Portal Embrapa Solos.</p> <p>Avaliação</p> <p>- A avaliação partirá da exposição das amostras coletadas em uma roda de conversa, contendo suas características morfológicas identificadas a olho nu, e, a experiência vivenciada ao fazer um trabalho de campo, detalhando como foi elaborada a análise e os procedimentos utilizados pelo aluno. Além disso, será passível de nota, totalizando 50% da nota do bimestre, onde a nota máxima será atingida se os elementos: clareza, trabalho em grupo e análise acerca do conteúdo forem alcançadas.</p> <p>Referências</p> <p>PROPRIEDADES do solo: características morfológicas do solo. Portal Embrapa Solos [on-line], Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/sibcs/propriedades-do-solo. Acesso em: 29 out. 2020.</p>
Grupo 2	<p>Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);</p> <p>Instituto Federal do Ceará (IFPB), <i>campus</i> Quixadá.</p>	<p>Disciplina: Geografia</p> <p>Série: 3º ano do Ensino Médio / Turma: A</p> <p>Tema: Erosão do solo causada pela chuva</p> <p>Unidade Temática: Natureza, ambientes e qualidade de vida</p> <p>Objeto de conhecimento: Biodiversidade e Ciclo Hidrológico</p> <p>Habilidades:</p> <p>- (EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de</p>

Grupos	Instituição de origem dos participantes	Descrição do plano de aula
		<p>irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem e finalidade das propriedades magnéticas existentes no solo. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associar as propriedades magnéticas às substâncias magnéticas; - Comparar quais tipos de solos podem ser atraídos por ímãs; - Identificar propriedades magnéticas a partir do experimento de magnetismo no solo; - Demonstrar a alta aptidão dos solos magnéticos; - Desafiar os alunos a encontrarem solos magnéticos. <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propriedades magnéticas, solo, solos magnéticos e experimento do solo. <p>Desenvolvimento do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A aula se iniciará com a parte teórica, a qual deverá ocorrer, primeiramente, com o aula expositiva (tempo médio de 30 min.), abordando a temática, com pontos principais o que é solo; o que é propriedade magnética; onde geograficamente estão dispostos estes solos. Após, abrir diálogo com a turma para trazerem questões e contribuir com o tema (tempo médio de 10 min.). Na parte prática da aula, os grupos deverão seguir as orientações do professor para a elaboração do trabalho (eles devem estar munidos do material a ser utilizado). Em seguida, será aplicado um questionário. <p>Recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quadro, giz e/ou retro-projetor. Para o experimento: uma placa de vidro com as laterais protegidas, 50 g de solo sem a presença de materiais ferrimagnéticos, 50 g de solo com a presença de materiais ferrimagnéticos, papel cartão colorido, um ímã, fita adesiva transparente, duas bandejas, tesoura. <p>Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A partir da elaboração da atividade prática em grupos, serão aplicados questionários individuais, pode-se atribuir nota para validar a compreensão dos alunos. <p>Bibliografia:</p> <p>MAIA, G. N.; LIMA, M. R. de. Magnetismo do Solo. Portal ISSU, [on-line]. Disponível em: https://issuu.com/solonaescola/docs/experimentos_solos/s/10690343. Acesso em: 29 out. 20.</p>
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);	Disciplina: Geografia

Grupos	Instituição de origem dos participantes	Descrição do plano de aula
Grupo 3	SEEC/RN.	<p>Série: 1º Série do Ensino Médio</p> <p>Tema: Solos do Brasil</p> <p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar e identificar os tipos de solos existentes no território brasileiro. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar como se dá a formação dos diversos solos; - Identificar a importância dos tipos de solo e suas particularidades; - Destacar os tipos de solo mais presentes em cada região do país; - Colocar em prática o aprendizado com a elaboração de um perfil de solo em aquário. <p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito de solo para a Geografia/Pedologia; Importância dos solos; Formação dos solos; Tipos de solos existentes no Brasil; Perfil do solo. <p>Desenvolvimento do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudar o solo ajuda a compreender as atividades humanas, pois, desde tempos mais antigos, a humanidade dele se utiliza para prover sua sobrevivência. Portanto, torna-se importante que os estudantes compreendam a existência de vários tipos de solos no Brasil, e apresenta também várias possibilidades de exploração econômica, tornando sua preservação muito importante para a manutenção do equilíbrio socioambiental. <p>Recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático; equipamento multimídia; aquário de vidro adaptado; sedimentos orgânicos (vegetais) e inorgânicos (rochas, argila, etc.). <p>Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Será avaliada a participação de cada estudante nas tarefas individuais e coletivas, avaliando a contribuição e cooperação nas atividades. Da mesma forma, a correção de conceitos e informações, organização de textos e imagens e expressão oral. Será proposto que os estudantes avaliem a experiência e destaquem o que puderam aprender com ela. <p>Referências:</p> <p>MOREIRA, J. C. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2016.</p>
Grupo 4	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	<p>Componente Curricular: Geografia</p> <p>Série: 6º ano Ensino Fundamental II</p> <p>Área do conhecimento: Ciências Humanas / Duração da aula: 50min.</p> <p>Tema: Erosão do solo causada pela chuva</p> <p>Unidade Temática: Natureza, ambientes e qualidade de vida</p> <p>Objeto de conhecimento: Biodiversidade e Ciclo Hidrológico</p>

Grupos	Instituição de origem dos participantes	Descrição do plano de aula
		<p>Habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - (EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares. <p>Objetivos a serem alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entender o papel da chuva na erosão do solo; - Entender os efeitos dessa erosão em solos com e sem cobertura vegetal. <p>Desenvolvimento do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para desenvolvimento do tema será descrição da abordagem teórica e prática do tema. <p>Recursos didáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quadro branco, pincel para quadro, projetor e texto para leitura do tema. <p>Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A avaliação ocorrerá de forma contínua durante toda a aula, vendo a interação dos alunos e o desempenho na atividade. Inicialmente vai ser estabelecido um diálogo com os alunos para questioná-los sobre o que eles entendem sobre solo e perguntar qual o papel do solo no cotidiano deles para que se possa “descobrir a bagagem de conhecimento” que esses alunos trazem e relacionar esses conhecimentos com seu dia a dia, em busca de uma aprendizagem mais significativa (Duração do diálogo: 10 min). Em seguida, será feita a exposição teórica do conteúdo (Duração da exposição: 20 min). E, por fim, faremos uma experiência prática demonstrando a importância da cobertura vegetal sobre o solo (Duração: 20 min.). <p>Referências: Não indicou.</p>
	<p>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</p>	<p>Disciplina: Geografia</p> <p>Série: 6º ano do Ensino Fundamental II / Turma: A</p> <p>Tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O estudo da erosão utilizando como exemplo as características locais e regionais. <p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os processos referentes à erosão do solo em sala de aula de forma prática, relacionando-os com a vivência dos alunos. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudar a erosão do solo e suas consequências; - Identificar as causas da erosão do solo na comunidade. - Demonstrar os conceitos e processos relacionados à erosão do solo de forma prática e lúdica aos alunos do 6ºano.

Grupos	Instituição de origem dos participantes	Descrição do plano de aula
Grupo 5		<p>- Informar aos alunos do 6º ano as medidas mitigadoras para conter os processos erosivos na comunidade.</p> <p>Conteúdo:</p> <p>A. O processo de intemperismo; B. Fatores que auxiliam na fragilização do solo (características físicas, presença ou não de vegetação, ação humana, fatores climáticos); C. O processo de erosão; D. As consequências e as medidas mitigadoras de erosão.</p> <p>Desenvolvimento do tema:</p> <p>- A aula será no modelo expositiva-dialogada, com abordagem da teoria e o incentivo à participação dos alunos na discussão através de experiências vividas. E, em seguida, iremos colocar em prática a teórica compreendida por meio de experimentos propostos pelo professor com o auxílio dos alunos.</p> <p>Recursos didáticos:</p> <p>- A aula foi planejada para a utilização de data-show, computador, caixa de som, com apresentação de slides com bastante imagens e estudos de caso da cidade. Caso a infraestrutura da escola não permita, será utilizado material impresso. Quadro e pincel para quaisquer anotações ou informações importantes. Será realizado um experimento, utilizando como base a ação pluvial no solo, demonstrando a importância da vegetação e presença de biomaterial no solo no aspecto da permeabilidade e erodibilidade.</p> <p>Avaliação:</p> <p>- Como atividade avaliativa, será solicitado um relato do experimento, no qual o aluno identificará os aspectos que auxiliam ou dificultam a erosão, e quais desastres podem ocorrer com a ausência deles. E, por fim, descrever o que pode ser feito para evitar possíveis desastres. Como critério de avaliação, será considerada a compreensão do assunto visto, além da capacidade de o aluno formular possíveis soluções.</p> <p>Referências:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio. Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>EMBRAPA. Como fazer um simulador de erosão. 2016. 1 vídeo (4 min e 56 s). Disponível em: https://ruralpecuaria.com.br/agrovideo/embrapa-como-fazer-um-simulador-de-erosao.html Acesso em: 29 out. 2020.</p> <p>MENDES, S. de O. O solo no ensino de Geografia e sua importância para a formação cidadã na educação básica. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.</p>

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos planos de aulas produzidos pelos participantes (2022)

A partir dos resultados obtidos com a elaboração e exposição dos planos de aulas, percebe-se que os participantes puderem planejar sua aula, cuja temática era solos, envolvendo diversas abordagens como os solos do Brasil, erosão dos solos, perfil de solos, entre outros. Para Libâneo (2013,

p. 246), “o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Assim, “a construção de um plano de aula deve desempenhar noções acerca dos conhecimentos e conteúdos a serem abordados, os objetivos, a metodologia a ser aplicada e de que forma será realizada a avaliação da aprendizagem” (ROCHA, 2021, p. 7).

Algo que chamou atenção foram as propostas de avaliação, prezando pela avaliação contínua. Contudo, destaca-se a necessidade de se colocar as referências utilizadas no plano de aula, ponto que deixou a desejar nos planos elaborados pelos participantes. A partir do minicurso, observou-se que é preciso espaços de diálogos e práticas que contribuam para o processo de formação continuada de professores e de estudantes da Graduação, fomentando novas perspectivas de abordagens da temática solos na sala aula, despertando a consciência pedológica das futuras gerações (MUGGLER; SOBRINHO; MACHADO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das intensas e graves consequências geradas ao solo pelo uso inadequado em nome do lucro, surge a necessidade de criar estratégias que possam despertar a sensibilização e conscientização da importância desse recurso físico-natural para a manutenção da vida na Terra. Nesse sentido, o chão da escola é um local propício para discutir a conservação do solo, tendo a disciplina de Geografia um papel fundamental em promover essas discussões. Ao pensar a relação sociedade e natureza nas diferentes temporalidades e espaços, deve-se compreender como o homem se apropria de determinado espaço, cujo solo compõe esses espaços.

Com a realização remota do minicurso, foi possível reunir diversos licenciandos e professores de Geografia atuantes na Educação Básica de vários lugares do Brasil. Percebeu-se, no relato dos participantes, que faltam mais abordagens sobre o solo nos cursos de Licenciatura em Geografia e na própria disciplina escolar. A proposta de elaboração do plano de aula e sua apresentação contribuíram, coletiva e individualmente, para se pensar novas abordagens da temática solos na escola. Alguns participantes relataram que, antes da pandemia, faziam diversos experimentos sobre os solos, retratando a satisfação dos alunos em manusear e desenvolver atividades com esse recurso nas oficinas desenvolvidas pelos docentes.

No mais, destaca-se a relevância das ações de projetos de extensão desenvolvidas em todo o Brasil que ajudam na popularização do ensino e educação em solos, como os apresentados no minicurso, a dizer o ‘Projeto de Extensão Educação em Solos para Todos’ e ‘Perfis de Solos Divertidos’, organizado pela Profa. Dra. Adriana Aperecida Ogera, da Universidade Estadual de Goiás, e o ‘Solos na

Escola', da Universidade Federal de Campina Grande, idealizado pela Profa. Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da Bolsa de Mestrado Acadêmico, processo nº 2021/04265-5.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **Geografia: Ciência da sociedade**. Recife: Ed. UFPE, 2008.
- BATISTA, R. F. **Educação em solos e o ensino contextualizado com o semiárido: percepções e abordagens**. Monografia (Tecnologia em Agroecologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2017.
- BECKER, E. L. S. Solo e ensino. **Vidya**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 73-80, 2005.
- BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. de. G. A abordagem da educação ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p.185-203, jan./abr., 2018.
- BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 27 de abr. de 1999.
- CALLAI, H. C. A formação do professor de Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 39-41, dez., 1995.
- CALLAI, H. C. O conhecimento geográfico e a formação do professor de Geografia. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, jul./dec. 2011, p. 1-20.
- CAMPOS, J. O. *et al.* Experimentos com características morfológicas como recurso didático para o ensino do solo. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 10, n. 1, p. 136-154, 2020.
- CAVALCANTI, L. de. S. Formação inicial e continuada em Geografia: trabalho pedagógico, metodologias e (re)construção do conhecimento. *In: ZANATTA, B. A.; SOUZA, V. C. de. (org.). Formação de professores: reflexões do atual cenário sobre o ensino da Geografia*. Goiânia: NEPEG, 2008, p. 85-102.
- CUNHA, J. E. da. *et al.* Práticas pedagógicas para ensino sobre solos: aplicação à preservação ambiental. **Terrae Didactica**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 74-81, 2015.
- FERREIRA, S. N. O livro didático e o trabalho docente: significações dos professores da rede municipal de ensino em Jataí-GO. *In: Seminário formação docente: intersecção entre universidade escola*. Dourados, MS, 2017. **Anais [...]**, Dourados, MS, 2007.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- KNOPKI, A. V. G. *et al.* **Experimentos na Educação em Solos**. 1. ed. Curitiba: Programa de Extensão Universitária Solo na Escola/UFPR, 2020.
- LEPSCH, I. F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LIBÂNIO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIMA, V. C.; LIMA, M. R. de; MELO, V. de F. **O solo no meio ambiente: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio**. Curitiba: UFPR/DSEA, Curitiba, 2007.
- MARTINS, E. R. O pensamento geográfico é Geografia em pensamento? **GEOgraphia**, Niterói, v. 18, n. 37, p. 61-79, set. 2016.
- MENEZES, V. S.; KAERCHER, N. A. A formação docente em Geografia: por uma mudança de paradigma científico. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 47 - 59, jun./dez. 2015.
- MORIN, E. (org.). **Educação e Complexidade: os setes saberes e outros ensaios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 104 p.
- MUGGLER, C. C.; SOBRINHO, F. de A. P.; MACHADO, V. A. Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 30, n. 4, p. 733-740, 2006.

- OGERA, A. A. R. **Os perfis de solos divertidos**. Palmeiras de Goiás, 19 jun. 2022. Instagram: @educacao_solos_paratodos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ce_yHhiiYsO/?igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em: 23 de jun. 2022.
- ROCHA, T. B. O plano de aula para educação on-line na pandemia de covid-19. **EaD em Foco**, v. 11, n. 2, e1460, 2021.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- SCHROEDER, D. **Solos**: fatos e conceitos. 4. ed. Berna-Suíça: International Potash Institute (IPI), 1984. Edição original em alemão de 1969. Tradução do inglês para o português: Alfredo Sheid Lopes [2017].
- SILVA, C. S. da; FALCÃO, C. da C; FALCÃO SOBRINHO, J. O estudo do solo sob ótica dos livros didáticos de Geografia no ensino fundamental II: o seu entendimento integrado na paisagem. **Cadernos de Cultura e Ciência**, Crato, v. 2. n. 2, 2007.
- SILVA, C. S. da; FALCÃO, C. L. da C; SOBRINHO, J. F. O ensino do solo no livro didático de Geografia. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, ano II, n. 1, março, 2008.
- SOUZA, S. E. de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. *In*: I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”, 2007, Maringá. **Anais [...]**, Maringá: Arq Mudi, 2007.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- VESENTINI, J. W. **Sociedade e espaço**: Geografia geral e do Brasil. 1. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- VITAL, A. de. F. M. **Os perfis de solos divertidos com o símbolo do novembro azul**. Sumé, 1 de nov. 2021. Instagram: @solonaescolaufcg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVu3dwXpwlI/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 08 de jun. 2022.

A REGIÃO NORDESTE EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO 7º ANO: ALGUNS APONTAMENTOS

Anderson Felipe Leite dos Santos
Rafaella Larissa Gomes da Silva
Marcos Antônio Vieira Dias
Húrbio Rodrigues de Oliveira Costa

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar como a Região Nordeste aparece em livros didáticos de Geografia. Para tanto, realizou-se a análise de dois livros didáticos do 7º ano, aprovados no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD de 2018, sendo eles: “Geografia: território e sociedade”, da Editora Saraiva, e “Geração Alpha Geografia”, da Editora SM. A metodologia adotada é a qualitativa, do tipo estudo de caso. A partir dos resultados obtidos, constatou-se que alguns estados nordestinos, como Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí e Paraíba, aparecem muito pouco nos livros didáticos, ou até alguns desses, como Sergipe, não chega a ter nenhuma representação. Ademais, por outro lado, o professor de Geografia precisa pensar em possibilidades para trabalhar os conteúdos na Educação Básica, entre eles o Nordeste, considerando o vivido pelos estudantes, pois o educador que apenas se detém ao livro didático como única estratégia para desenvolver o processo de aprendizagem dos discentes tende a tornar a disciplina desestimulante para os alunos.

Palavras-chave: Região Nordeste; Livro Didático; Conteúdos; Geografia.

ABSTRACT

The present work aims to analyze how the Northeast Region appears in Geography textbooks. To this end, two 7th grade textbooks were analyzed, approved in the 2018 National Textbook Program - PNLD, namely: "Geography: territory and society", by Editora Saraiva, and "Geração Alpha Geografia", from SM Publisher. The methodology adopted is qualitative, of the case study type. From the results obtained, it was found that some northeastern states, such as Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí and Paraíba, appear very little in textbooks, or even some of these, such as Sergipe, do not have any representation. In addition, on the other hand, the Geography teacher needs to think about possibilities to work with the contents in Basic Education, among them the Northeast, considering what students experience, since the educator who only stops at the textbook as the only strategy to develop the process of students' learning tends to make the discipline discouraging for students.

Keywords: Northeast Region; Textbook; Contents; Geography.

INTRODUÇÃO

O termo “região” tem sua origem no período romano e, até os dias atuais, já passou por diversas reformulações. De acordo com Cunha (2000, p. 41), “Paulo César da Costa Gomes afirma que a denominação região remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império”.

Nesse sentido, ao longo do processo evolutivo da Geografia, muitos autores contribuíram para o avanço das análises sobre a Região na Ciência Geográfica, sendo Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne considerados os percussores das investigações em torno desse conceito que “assume significados distintos, conforme a escola geográfica e o método utilizado para sua compreensão” (MANFIO; BALSSAN, 2014, p. 71).

De acordo com Haesbaert (1999, p. 21),

Hoje encontramos uma multiplicidade de interpretações sobre região e regionalização. Como alguns não admitem uma leitura geral do espaço sob um mesmo critério integrador/diferenciador, a diversidade territorial nem sempre se torna sinônimo de diversidade regional, pois, para muitos geógrafos, nem todo recorte coerente do espaço geográfico é uma região – apenas aqueles que se referem a processos específicos como os movimentos regionalistas e as identidades regionais. Aqui, portanto, os processos responsáveis pela formação de regiões acabam interligando o político, o econômico e o cultural.

Nesse contexto, se torna importante que haja discussões a respeito do conceito de região na disciplina de Geografia, na Educação Básica, para que esse pensamento não fique apenas restrito à Geografia acadêmica; e que os alunos da Educação Básica, além de conhecerem os aspectos físico-naturais e culturais das regiões brasileiras, por exemplo, consigam compreenderem o conceito de região na sua essência. Segundo Manfio e Balssan (2014, p. 69), “a região é um conceito importante para a geografia, assim a categoria região é uma ferramenta de ensino-aprendizado, abordando o cotidiano dos alunos em sala de aula”.

Em relação à divisão regional do Brasil, percebe-se que houve, ao longo da história, inúmeras divisões. No entanto, em 1970, o território brasileiro ganhou o atual desenho regional. Em 1990, já com a Constituição de 1988 instaurada no país, houve algumas mudanças de cunho estrutural: o estado de Tocantins foi criado e outros três estados tornaram-se autônomos, a dizer: Roraima, Rondônia e Amapá. Além disso, a ilha de Fernando de Noronha passou a pertencer ao estado de Pernambuco. Assim, temos a divisão político-administrativa do território brasileiro em cinco regiões, a saber: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, seguindo a divisão regional oficial elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental, as questões voltadas para os debates sobre as regiões brasileiras ganham destaque no 7º ano, onde é possível aguçar nos alunos o

conhecimento e a reflexão sobre os aspectos físico-naturais e culturais da sociedade brasileira, desenvolvendo neles o sentimento de pertencimento a uma nação e ao seu lugar de origem, possibilitando compreender que os espaços passam por várias transformações ao longo do tempo, tendo, numa mesma região, estados com características culturais, sociais, econômicas e políticas diferentes, ou até mesmo semelhantes. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), percebe-se que:

[...] O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (BRASIL, 2017, p. 351).

Nesse campo de contextualização, este trabalho tem como principal objetivo analisar como a Região Nordeste aparece em livros didáticos de Geografia. Para tanto, realizou-se a análise de dois livros didáticos do 7º ano aprovados no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD de 2018, sendo eles: “Geografia: território e sociedade”, da Editora Saraiva, e “Geração Alpha Geografia”, da Editora SM.

Compreende-se, portanto, que analisar como se apresenta determinada temática no livro didático é de suma relevância, visto que muitas vezes este é o único recurso disponível nas escolas públicas brasileiras. Além disso, grande parte dos livros didáticos não evidenciam aspectos sobre as cidades onde os alunos vivem, apesar de destacarem as regiões brasileiras num aspecto geral. Diante disso, revela-se a necessidade de se trabalhar utilizando outras estratégias que aproximem o conteúdo do cotidiano dos alunos na disciplina de Geografia.

O Nordeste do Brasil: contradições e representações da história e da contemporaneidade

O território brasileiro, inicialmente invadido a partir do litoral nordestino, passou a receber navios europeus trazendo pessoas que tinham como objetivo extrair bens e transportá-los para a Europa. A colonização, de caráter exploratório, se aproveitou de recursos naturais como a vegetação e as pedras preciosas para abastecer o mercado europeu. Utilizando-se de trabalho indígena, o litoral nordestino foi sendo ocupado, sobretudo, por portugueses (ANDRADE, 1986). A escravização dos índios pelos europeus significou ainda a destruição de territórios indígenas, a descaracterização de culturas e o rompimento da relação desses com a terra.

De acordo com Andrade (1986), os indígenas passaram a apresentar resistência à escravidão e, com isso, ocorreram diversos ataques aos colonos, que gradualmente se armaram contra tal resistência. Nos locais onde as condições do solo e do clima eram propícias para a produção de cana-de-açúcar, os colonizadores desenvolviam essa atividade, caso contrário, os colonos se focavam na criação e reprodução de gado. Andrade (1986) ressalta ainda a importância de manter a proximidade

com o litoral para baratear o transporte do açúcar, das máquinas e da mão de obra. Nesse sentido, grande parte da produção de bens se concentrava na Zona da Mata.

Carvalho (2018) destaca o quão importante foi a Região Nordeste para a manutenção do mercado europeu, visto que já no século XVI essa região fornecia açúcar e outros bens como a madeira e pedras preciosas. No entanto, a organização desse território no Nordeste se dá de maneira dividida, evidenciando o distanciamento do acesso aos bens de produção. Para além da produção de açúcar, lentamente inseriu-se a pecuária e a produção de algodão, reestruturando o território de acordo com essas atividades e as características naturais que as favoreciam.

Andrade (2004), aponta que a criação de gado foi aos poucos direcionada para o Sertão, acompanhando cursos d'água, especialmente o rio São Francisco, buscando distanciar a atividade das áreas agrícolas. Para Castro (1996), o Nordeste e sua produção estavam claramente divididos em uma Zona da Mata produtora de açúcar e o Sertão focado na produção de algodão e na pecuária. Essas características permaneceram mesmo com o avanço da industrialização e urbanização, incentivadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Já no Agreste, de acordo com Cohn (1976), a produção gerada abastecia a própria região. Por ser dividida em pequenas propriedades, essa zona ficava entre os grandes latifúndios da Zona da Mata e do Sertão, e as atividades realizadas tinham caráter de subsistência. Castro (1996) reforça que por muito tempo as especificidades físicas dessa região por vezes possibilitavam ou restringiam o processo de ocupação e organização do espaço. Além da natureza, o processo de apropriação e ocupação em terras nordestinas promoveu a exaustão de recursos como os solos férteis da Zona da Mata, contribuindo para a vinculação do Nordeste à imagem de pobreza.

Arelado à degradação dos recursos, Andrade (1981, p. 97) entende que a maneira como o espaço foi produzido refletiu os investimentos em uma “modernização anômala, que empobrece o homem e o país, enquanto que se enriquecem os grandes grupos econômicos”. Assim, a imagem progressivamente atrelada ao Nordeste era a de uma região de extrema pobreza, mas que, ao mesmo tempo, produzia e destinava riquezas a outros países e regiões. Andrade (2008) compreende que, para além das condições naturais de um ambiente, a maneira como a sociedade, ou as classes dominantes, escolheram organizar o espaço reflete diretamente nas discrepâncias identificadas no Nordeste, bem como contribuíram para a perpetuação de preconceitos e estigmas com relação à região.

Andrade (2008) traz ainda a necessidade de se reconsiderar a imagem vinculada à pobreza, visto que a região Nordeste tem se tornado, nas últimas décadas, uma das maiores produtoras de frutas e de outras culturas que se adaptaram às condições climáticas. A presença de investimentos bem

direcionados permitiu o desenvolvimento dessas atividades em estufas e em áreas de irrigação. Para Araújo (1997, p. 10), essa transformação no perfil produtivo do Nordeste passa a ocorrer a partir de 1970, “enquanto se reduzia a área cultivada com algodão, mamona, mandioca e sisal, expandia-se a que era ocupada com cana-de-açúcar, arroz, feijão, laranja e milho”. Segundo Andrade (2008) e Araújo (1997), a presença do rio São Francisco foi, e continua sendo, fundamental para o desenvolvimento da região, sobretudo no que tange à produção agrícola.

Araújo (1997), considera que a visão construída ao longo dos anos de exploração faz com que o desenvolvimento atual da região seja, por vezes, ignorado. Para Araújo (1997, p. 13), a imagem criada no passado não reflete “a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas”. Conforme Andrade (2004), essa imagem não somente ignora o desenvolvimento atual como reflete uma divisão no território brasileiro, que só passa a ser superada a partir de políticas de integração do território que surgem a partir do Governo Vargas.

Apesar dos esforços em promover o desenvolvimento da Região Nordeste e romper com a associação à pobreza, Tamanini e Silva (2019, p. 320) apontam que o livro didático, utilizado na maioria das escolas brasileiras, ainda representa a região “de modo estereotipado, parcial e incompleto”. Assim, é importante considerar os períodos e as realidades em que uma representação encontra-se inserida, dado que o Nordeste do século XVI não é o mesmo do século XXI. Embora ainda existam pobreza e distribuição desigual dos bens, a Região já conseguiu superar grande parte dos problemas do passado.

Paiva (2006) entende que a imagem, enquanto objeto, não necessariamente reflete a verdade, pois está sujeita à interpretação, dependendo de quem a lê, perspectivas e informações podem ser deturpadas. Para Tamanini e Silva (2019), o uso de representações e de imagens é essencial para a construção do conhecimento, contudo devem ser trabalhados junto a informações que possibilitem compreender os contrastes e realidades de uma região tão complexa como o Nordeste brasileiro.

Ensino de Geografia e livro didático: como abordar a Região Nordeste?

O livro didático é um recurso essencial para o ensino básico de escolas públicas e privadas do Brasil, o que vem gerando inúmeras pesquisas sobre os conteúdos presentes e a sua estrutura (COPATTI; ANDREIS; ZUANAZZI, 2021). No entanto, algumas questões podem ser levantadas quanto às propostas de conteúdos abordados e de como a visão do autor pode influenciar na construção das aulas. Partindo dessa discussão, Albuquerque Júnior (2011) nota que livros didáticos apresentam a Região Nordeste estereotipada e como um espaço de pobreza, escassez hídrica e de forte

vulnerabilidade social, o que, de fato, não caracteriza o contexto nordestino atual, apesar de existirem áreas, como o polígono da seca, bastante afetadas pela falta de chuvas.

A Região Nordeste do Brasil ocupa cerca de 18% do território do país, contendo aproximadamente 53 081 950 habitantes (IBGE, 2012), possui nove estados e é palco de diversas contribuições para a formação territorial do Brasil. Além disso, a Região oferece potencial para o desenvolvimento de energias renováveis, belezas naturais inigualáveis, que otimiza o turismo, como no Delta do Parnaíba, no estado do Piauí; Caribe Brasileiro, em Maceió; Jericoacoara, no Ceará; Piscinas Naturais do Seixas, na Paraíba; Lençóis Maranhenses, no Maranhão, entre outros. No entanto, a visão dos autores de livros sobre o Nordeste tende a ser reducionista e não aborda a região em suas especificidades, ou até mesmo em suas contradições, optando por definirem, na maioria das vezes, como região problema. Muniz (2007), analisando um livro de Língua Portuguesa, relata que:

O Nordeste no livro didático de Língua Portuguesa pode se basear numa prática excludente, por se operar através da filiação a um só discurso, um discurso de regionalismo de inferioridade, caracterizado pela regularidade com que apresenta objeto e conceito discursivos: Nordeste e nordestino são conceituados como região e povo sofredor e miserável (MUNIZ, 2007, p. 10).

Dessa forma, o meio “científico” acaba alargando a concepção de uma Região pobre e sem perspectiva para o desenvolvimento, ficando clara a própria ausência da crítica da Geografia nos livros didáticos. Segundo Nascimento e Lima (2021), a ciência geográfica, articulada a práticas docentes (e o livro é um dos recursos auxiliares dessas práticas), é responsável pelo desenvolvimento crítico do aluno em relação aos fenômenos e contradições da sociedade que, por sua vez, deve trazer o embate teórico ao cotidiano dos alunos, a fim de potencializar o aprendizado. Mas, para isso, é necessário abordar a Região Nordeste como ela é e não com uma visão deturpada e tendenciosa.

Serrano e Matos ([199-?]) comentam sobre a necessidade de fazer uma interpretação sem rótulos e realista do Nordeste, sem ideias ultrapassadas e com compromisso com a verdadeira face da Região Nordeste, que vem se desenvolvendo a cada década. Portanto, o professor de Geografia desempenha papel-chave na construção do pensamento crítico-reflexivo dos alunos, a partir da forma que irão conduzir o conhecimento sobre as temáticas abordadas na Educação Básica.

Portanto, é imprescindível pensar em estratégias didático-pedagógicas que abordem a Região Nordeste em sua totalidade, como a utilização de músicas de artistas regionais a exemplo de Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Dominguinhos, entre outros. Isso contribuirá para a formação dos discentes, a fim de que sejam sujeitos ativos na sociedade, com opinião crítica sobre os assuntos que lhes são ofertados, cumprindo assim o objetivo da escola e da Geografia Escolar do Ensino Básico, a saber, propiciar que os alunos se tornem cidadãos capacitados para o pleno exercício da cidadania.

METODOLOGIA

O presente trabalho traz uma breve discussão de como a Região Nordeste é apresentada em livros didáticos de Geografia. Sendo assim, esta pesquisa é descritiva e de caráter exploratório, onde se buscou investigar, em dois livros didáticos de Geografia do 7º ano, aprovados no PNLD 2018, aspectos destacados sobre a Região Nordeste.

Para o levantamento bibliográfico, realizou-se buscas em periódicos e revistas indexadas nacionais e internacionais, obtidas por meio da Base Nacional de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), *Google Acadêmico* e *SciELO*. No que concerne ao desenvolvimento do trabalho, foi utilizada uma leitura sistemática, de modo a se obter as categorias necessárias para o aprofundamento e discussão à cerca da temática em questão.

Em relação aos livros didáticos utilizados, primeiramente selecionamos os capítulos em que a Região Nordeste era enfatizada. No livro “Geografia: território e sociedade”, da Editora Saraiva, a Região Nordeste está presente na Unidade 4 e dividida em três capítulos, sendo eles: 9, 10 e 11. No segundo livro analisado, “Geração Alpha Geografia”, da Editora SM, a Região Nordeste se encontra na Unidade 6 e dividida também em três capítulos, a dizer: 1, 2 e 3.

Posteriormente, com uma leitura exploratória, conseguiu-se observar os principais aspectos dos livros acerca da Região Nordeste, para depois selecionar os pontos aqui destacados, fazendo uma leitura crítica-reflexiva e interpretativa de como essa Região está sendo abordada nos materiais analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro livro analisado, “Geografia: território e sociedade” (2018) da Editora Saraiva e autor Elian Alabi Lucci, observou-se que os conteúdos sobre a Região Nordeste são abordados na Unidade 4. *A priori*, o livro didático traz uma discussão sobre o Brasil, em relação ao espaço geográfico, formação territorial, regionalização e suas divisões regionais, as características da paisagem natural, de país agrário a país urbano-industrial, além da urbanização e dinâmica populacional do território brasileiro.

Nesse contexto, destaca-se que os conteúdos referentes à Região Nordeste estão divididos em três capítulos, o 9, 10 e 11. Inicialmente, na apresentação geral da unidade, são expostos os objetivos, habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), competências gerais e específicas de Ciências Humanas e Geografia a serem trabalhadas nas abordagens das temáticas sobre o espaço geográfico nordestino (Quadro 1).

Quadro 1 – Objetivos e habilidades da BNCC, competências gerais e específicas da Unidade 4

Unidade 4 – O Nordeste	
Objetivos da unidade	Identificar como característica socioeconômica da região Nordeste a concentração da propriedade e da renda e o baixo nível socioeconômico da população em geral.
	Identificar as sub-regiões nordestinas (Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte), reconhecendo suas características naturais, econômicas e culturais.
	Reconhecer a relação entre os fatores naturais e econômicos e a organização do espaço nordestino.
	Reconhecer os problemas socioeconômicos e as potencialidades da sub-região sertão.
	Identificar características do processo de desenvolvimento econômico recente da região Nordeste.
	Diferenciar as características econômicas das sub-regiões, suas causas naturais e históricas.
	Identificar as atividades de agricultura e pecuária nas sub-regiões nordestinas.
	Reconhecer o processo de industrialização do Nordeste, identificando fatores econômicos e políticos.
	Reconhecer as principais características da rede de transportes do Nordeste.
	Identificar as características da atividade turística no Nordeste e seus impactos ambientais.
	Reconhecer algumas características da população nordestina, como a sua distribuição e mobilidade, além das condições socioeconômicas.
Identificar e valorizar as diferentes manifestações culturais da região.	
Habilidades da BNCC	EF07GE01 – Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.
	EF07GE02 – Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.
	EF07GE03 – Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do Cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.
	EF07GE05 – Analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo.
	EF07GE06 – Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.
	EF07GE07 – Analisar a influência e o papel das redes de transporte e comunicação na configuração do território brasileiro.
	EF07GE08 – Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.
	EF07GE09 – Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais.
	EF07GE10 – Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.
	EF07GE11 – Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Mata de Araucária).
	Competências gerais
Competências específicas de Ciências Humanas	1, 2, 6 e 7.
Competências específicas de Geografia	1, 3, 4 e 5.

Fonte: Organizado pelos autores a partir de Lucci (2018)

Sendo assim, no Capítulo 9, enfatiza-se a formação e a organização do espaço nordestino, com destaque para a formação do espaço geográfico e o nível socioeconômico. As habilidades da BNCC trabalhadas no Capítulo foram: EF07GE0, EF07GE02, EF07GE05 e EF07GE06. No Capítulo 10, as dinâmicas da natureza no Nordeste ganham visibilidade, com ênfase para a diversidade natural, clima e vegetação, o relevo e a hidrografia, destacam-se as habilidades: EF07GE06, EF07GE08 e EF07GE11. No último Capítulo, o 11, aborda-se o espaço socioeconômico nordestino, com realce para o desenvolvimento da Região, a agropecuária nas sub-regiões, os recursos minerais, a industrialização, a atividade turística, a rede viária e a cultura. As habilidades enfatizadas no Capítulo 11 foram: EF07GE02, EF07GE03, EF07GE06, EF07GE07, EF07GE08, EF07GE09 e EF07GE10.

Com relação ao livro “Geração Alpha Geografia” (2018) da Editora SM e autor Fernando dos Santos Sampaio, observou-se que o conteúdo referente à Região Nordeste está presente na Unidade 6. Semelhante ao primeiro livro didático analisado, o autor destaca as habilidades da BNCC, as competências gerais e identificou os objetivos de cada capítulo (Quadro 2).

Quadro 2 – Objetivos e habilidades da BNCC, e competências gerais da Unidade 6

Unidade 6 – Região Nordeste			
Capítulo	Habilidades	Competências	Objetivos
Capítulo 1 – Região Nordeste: Aspectos gerais	EF07GE02 EF07GE06 EF07GE08 EF07GE11	CGEB1; CGEB2; CGEB7; CECH3; CGEB7; CECH7; CEG1; CEG4; CEG5.	Conhecer as principais características naturais e o processo histórico de ocupação das quatro sub-regiões do Nordeste. Identificar e valorizar a diversidade regional, considerando os elementos naturais, históricos, sociais e culturais. Compreender o projeto de transposição do rio São Francisco e analisar regionalmente os impactos socioeconômicos e as transformações físicas no território.
Capítulo 2 – Região Nordeste: Ocupação e População	EF07GE02 EF07GE03 EF07GE05 EF07GE06 EF07GE11	CECH5; CECH7; CEG3.	Estudar o processo de ocupação da Região Nordeste, desde o período do Brasil Colônia. Conhecer o processo de urbanização, as principais cidades e os polos regionais da Região Nordeste. Analisar os indicadores sociais do Nordeste e compará-los aos das demais regiões do país, compreendendo os desafios do poder público na busca de melhorias da qualidade de vida da população da região.
Capítulo 3 – Região Nordeste: Economia	EF07GE02 EF07GE03 EF07GE06 EF07GE08 EF69LP44	CGEB3; CECH7; CEG1; CEG3; CEG5.	Analisar a economia da Região Nordeste com foco no recente crescimento econômico da região e nas características das atividades agropecuárias e do turismo regional. Relacionar a estrutura fundiária com a desigualdade social e a pobreza na região.

			Compreender a atuação dos órgãos públicos de planejamento no Nordeste e sua histórica relação com as elites locais.
			Relacionar a estrutura fundiária com a desigualdade social e a pobreza na Região.

Fonte: Organizado pelos autores a partir de Sampaio (2018)

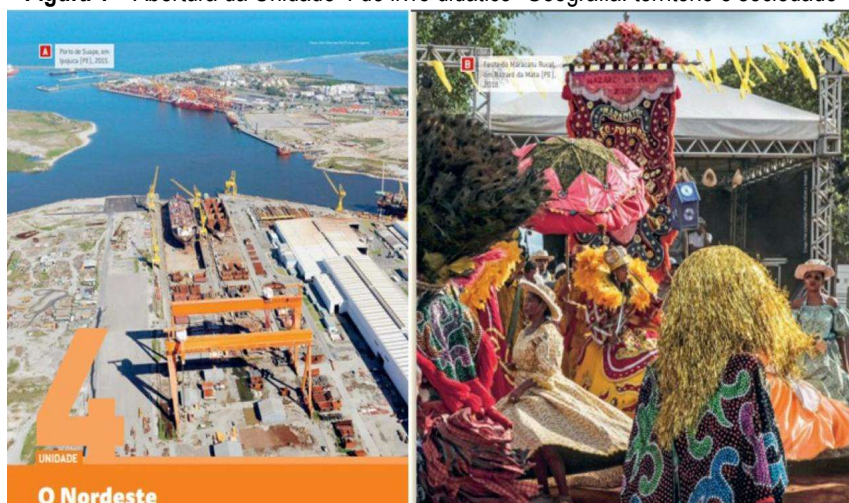
Constatou-se, a partir da observação do livro didático, que o autor primeiramente traz uma abordagem do território brasileiro, destacando suas características gerais, fronteiras, diversidade paisagística, posição no globo, formações vegetais, potencialidades econômicas, fragilidade ambiental e legislação ambiental no Brasil. Além disso, traz uma abordagem da formação do território brasileiro, divisão política, aspectos da população, contextos do campo e da indústria, bem como a urbanização e infraestrutura do Brasil.

Com relação ao conteúdo da Região Nordeste, observou-se que está dividido em três capítulos, onde o primeiro ressalta aspectos gerais da Região Nordeste, destacando suas sub-regiões; e a geografia dinâmica, abordando a transposição do rio São Francisco. O segundo capítulo dá destaque à ocupação do território e à população do Nordeste, enfatizando as características de ocupação, urbanização, condições de vida e povos tradicionais da Região. No último capítulo, destaca-se o crescimento recente da economia, as transformações na agricultura, o polígono das secas e a atividade turística.

Comparando-se os livros analisados, pode-se perceber que em “Geografia: território e sociedade” o autor é mais breve nas discussões referente ao território brasileiro, utilizando oito capítulos para retratar os aspectos gerais do espaço geográfico. Além disso, aborda primeiro a Região Nordeste (algo que não interfere nas análises das regiões). Já no livro “Geração Alpha Geografia”, o autor faz uma abordagem mais detalhada dos aspectos gerais do Brasil e utiliza onze capítulos para enfatizar desde os aspectos da formação até o mercado de trabalho atualmente.

Encetando as discussões sobre o conteúdo Nordeste pelo livro didático “Geografia: território e sociedade”, na abertura do Capítulo foi possível observar duas imagens em destaque: uma mostrando o porto de Suape, em Ipojuca (PE) e outra a festa do Maracatu Rural, em Nazaré da Mata (PE) (Figura 1).

Figura 1 – Abertura da Unidade 4 do livro didático “Geografia: território e sociedade”



Fonte: Lucci (2018, pp. 122-123)

Apesar das imagens retratarem aspectos gerais de parte do território nordestino, abordando características relacionadas à cultura e ao desenvolvimento territorial, o autor poderia ter usado um mosaico com diversas fotos que apresentassem outros estados, não dando enfoque apenas ao estado de Pernambuco.

Nesse sentido, no Capítulo 9, “A formação e a organização do espaço nordestino”, nota-se num primeiro momento uma imagem da obra Painei Cana, de Lula Cardoso Agres, 1960 (Figura 2). O painel decora o salão nobre da Universidade Federal Rural de Pernambuco, localizada em Recife, capital do estado.

Figura 2 – Painei Cana, de Lula Cardoso Agres (1960)



Fonte: Lucci (2018, p. 124)

Apesar de a obra retratar cenas do trabalhador rural nordestino, sobretudo, o cultivo da cana, além do cultivo do algodão e do cacau, e a atividade pecuária, observa-se que não há uma contextualização prévia do conteúdo. Isso poderia provocar dificuldades de interpretação da imagem, atrapalhando os alunos na hora do exercício referente a essa leitura, principalmente relacionando-a com o processo de colonização do Nordeste. Assim, é importante que o professor, inicialmente, faça a contextualização da temática, buscando relacionar a obra retratada no livro didático ao momento histórico de sua criação.

Ainda no Capítulo 9, é interessante mencionar que o autor destaca os aspectos econômicos da Região Nordeste, enfatizando que “historicamente, a economia da Região Nordeste esteve baseada principalmente na produção do açúcar, no cultivo do cacau e na pecuária” (LUCCI, 2018, p. 130). Apesar de o texto informar que recentemente houve o desenvolvimento de lavouras de fruticultura em algumas localidades nordestinas, como no caso do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, é nítido que os estados Pernambuco e Bahia ganham evidência nas abordagens do autor.

As imagens que retratam as áreas rurais, com destaque para a criação de gado em áreas originalmente cobertas por vegetação de caatinga; e áreas urbanas com indústrias e tecnologias, mostram apenas a realidade de Pernambuco e da Bahia, os outros estados não ganham notoriedade. O maior enfoque nesses dois estados pode estar relacionado à industrialização no Nordeste, visto que eles ganharam mais visibilidade nas últimas décadas.

No Capítulo 10, “Dinâmicas da natureza no Nordeste”, é interessante notar que o autor já começa as abordagens dos aspectos da natureza envolvendo a caatinga, um bioma exclusivo brasileiro. Trouxe, junto ao texto “Ecologia e Conservação da Caatinga” de Inara Roberta Leal, a imagem de uma das espécies de animais que existe nesse domínio, a Cutia (*Dasyprocta*) no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI). Isso é relevante, pois os professores em sala de aula poderiam solicitar aos alunos uma pesquisa sobre esse animal, bem como de outras espécies nativas da Região, incentivando os discentes a conhecer melhor a diversidade do bioma Caatinga. Nesse sentido, concordamos com R. Santos e J. Santos (2017, p. 8) quando afirmam que “admitir a Caatinga enquanto bioma é reconhecer sua identidade, diversidades e potencialidades no tocante ao que o bioma de fato comporta”.

Além disso, quando o autor destaca a diversidade do Nordeste, traz imagens de diferentes lugares do espaço nordestino, como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cariri, em Cabaceiras (PB); dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas (MA); Morro do Pai Inácio, no Parque Nacional da Chapada Diamantina, em Palmeiras (BA), o Morro do Pico, ao fundo, as Morro Dois

Irmãos, em Fernando de Noronha (PE), a mata dos cocais em Barreirinhas (MA) e o Manguezal na foz do rio Mucuri, em Mucuri (BA). Observa-se que é extremamente válida a ligação do texto às diferentes imagens, pois os professores dessas regiões, por exemplo, podem trabalhar o contexto local, aproveitando desse mote do livro didático que, por vezes, traz realidades distantes dos alunos. Já os professores de outras regiões podem se apoiar nas imagens e textos disponíveis no livro, de modo que os alunos possam minimamente conhecer a realidade nordestina a partir de tais representações.

Ademais, independente do lugar de onde o aluno esteja tendo acesso ao livro e mesmo que o conteúdo não aborde necessariamente o cenário local onde está inserido, cabe ao professor trazer diferentes temas geográficos relacionados à região estudada para aproximá-la cotidiano dos alunos. De acordo com Giroto (2015, p. 84), para a construção do raciocínio geográfico “é fundamental que o professor possibilite aos alunos situações didáticas que lhes permitam desenvolver a capacidade de localizar, orientar-se, descrever, relacionar, interpretar fenômenos nas mais diferentes escalas geográficas de acontecimentos”, tanto da escala local para a global quanto da global para a local.

A partir de uma paisagem desertificada na Caatinga, em Sertânia (PE), ainda no Capítulo 10, o tema desertificação do semiárido é apresentado aos alunos. A imagem no livro didático dá a oportunidade aos discentes de pensarem em como e porquê esse fenômeno acontece, além de identificar suas características e locais de ocorrência.

Visto que a desertificação afeta outras áreas do território nordestino e outras localidades no Brasil e no mundo, o professor poderia, posteriormente, levar outras imagens que expusessem esse fenômeno, ou realizar experimentos com solos, a fim de demonstrar como ocorre esse processo e quais consequências à manutenção da biodiversidade, despertando uma sensibilização e conscientização a respeito da importância da cobertura vegetal para o solo. Poderiam também ser usadas imagens do *Google Earth* da mesma localidade em períodos diferentes, “Neste contexto, está inserida a questão da escala (temporal e espacial), onde são considerados os critérios do ponto de vista climático, social, botânico, pedológico, entre outros” (VERDUM *et al.*, 2009, p. 85).

Para finalizar o Capítulo 10, destaca-se o tema hidrografia, onde se apresentam imagens do rio São Francisco, trazendo um trecho da cidade de Paratinga (BA), cisternas que são utilizadas no semiárido e caminhão-pipa. É importante ressaltar que, com as políticas públicas direcionadas ao Nordeste, a situação de boa parte da população mudou para melhor, pois a água chegou às torneiras, e um exemplo desses investimentos é a transposição do rio São Francisco. Porém, muitas pessoas em diversas localidades da Região ainda vivem sem água potável, evidenciando a necessidade da

continuação em investimentos que sanem uma necessidade básica da população, o acesso à água de qualidade.

No Capítulo 11, “O espaço socioeconômico nordestino”, destaca-se, de início, uma reportagem informando que a visão do resto do país sobre o Nordeste é negativa, porém falsa. De acordo com Nascimento e Lima (2021, p. 3), “A região Nordeste do Brasil é alvo frequente de discursos de estereótipos, pautados na seca que ocorre periodicamente na região, onde esta é colocada como sendo responsável pela miséria e fome ali concentradas”.

Para retratar o desenvolvimento da Região Nordeste, o livro didático traz os impactos das políticas econômicas implantadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), junto a isso, como exemplificação, mostra-se uma imagem da linha de produção da indústria de automóvel em Camaçari (BA), destacando o alto grau de automação dessas indústrias, beneficiadas pelas políticas de desenvolvimento econômico, trazidas pela SUDENE e pelos governos estaduais. No entanto, frisa-se que, apesar desses investimentos, não houve um aumento expressivo do número de empregos na Região.

Ainda no Capítulo 11, são destacados aspectos gerais das sub-regiões nordestinas, focando nas áreas produtivas dessas localidades, no caso, Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. O livro traz imagens de práticas desenvolvidas nessas sub-regiões: na Zona da Mata, uma fazenda produtora de camarão no Parque Natural Municipal dos Manguezais em Recife (PE); no Agreste, uma representação do processo artesanal de sisal em Valente (BA); no Sertão, plantação de banana às margens do rio São Francisco, em Cabrobó (PE); colheita de uva em Petrolina (PE); e colheita de soja em Formosa do Rio Preto (BA). Quanto ao Meio-Norte, não se apresentou imagens, o que consiste numa falha dos autores, já que em outras sub-regiões foram usados mais de um exemplo. No entanto, as imagens apresentadas no capítulo estavam coerentes com o abordado no texto, apesar da ênfase notória aos estados de Pernambuco e Bahia.

No livro “Geração Alpha Geografia”, o autor faz uma introdução sobre o Nordeste, partindo de questões bem específicas levantadas pelo autor, a dizer: “Como as características do meio físico podem influenciar na ocupação do espaço nordestino?”, “Quais atividades vêm se destacando no quadro econômico nordestino?”. Tais perguntas aparecem sem uma abordagem inicial, e os alunos têm dificuldade em responder por que muitos não atingiram um nível de maturidade, devido ao 7º ano ser ainda uma série inicial do Fundamental II e, talvez, alguns nunca tenham ouvido falar em sub-regiões nordestinas, mesmo àqueles que moram no Nordeste.

Nesse contexto, o Capítulo 1 destaca as sub-regiões logo de início, trazendo uma imagem da praia de Boa Viagem, em Recife (PE), (Figura 3).

Figura 3– Imagem representando Recife (PE)



Fonte: Sampaio (2018, p. 150)

Dessa forma, percebeu-se que a imagem está desconectada da introdução do texto, pois ao analisarmos, não é feita referência a nenhuma sub-região, ou seja, a imagem veio sem contexto. Só depois o autor traz essa abordagem, destacando primeiramente a Zona da Mata, onde há um mapa das sub-regiões nordestinas e uma imagem dos tabuleiros litorâneos. Sendo assim, a paisagem do Recife poderia ser exposta no momento da apresentação da Zona da Mata.

No que concerne à sub-região do Sertão, apresenta-se um pequeno texto destacando o seu tamanho, tipo de clima, relevo, vegetação e atividades econômicas, onde há uma imagem conectada ao texto, mostrando, de forma geral, a vegetação da caatinga. Nas demais sub-regiões, como o Agreste, há informações sobre o planalto da Borborema, policultura e pecuária leiteira, no entanto, sem imagens representativas. No Meio-Norte, a Mata dos Cocais ganhou destaque com a área de sua localização, onde se apresentou uma imagem da Mata dos Cocais em Nazária (PI).

O Capítulo 2, “Região Nordeste: ocupação e população”, inicia-se com as características da ocupação das sub-regiões, trazendo mapas representativos dessa. Nesse sentido, no capítulo retoma-se e aprofundam-se os conhecimentos sobre ocupação do território brasileiro, com foco na Região Nordeste. Ao tratar da urbanização no território nordestino, destaca-se a população urbana e a concentração fundiária, enfatizando as três maiores capitais do Nordeste, no caso Salvador, Fortaleza e Recife. Referente à temática, uma imagem de beira-mar de Fortaleza é exibida, retratando que os terrenos próximos às praias são mais caros e geralmente ocupados por instalações turísticas e por edifícios residenciais da população de renda mais alta. Essa imagem foi bastante relevante, pois ressalta

as desigualdades socioespaciais dessas grandes cidades, onde os mais ricos e os grandes empreendimentos estão concentrados nos espaços luminosos delas.

O último capítulo, cujo tema é “Região Nordeste: Economia”, informa que o crescimento da Região Nordeste é considerado recente, onde se deu destaque à SUDENE e ao crescimento da espacialização das indústrias no território nordestino. Para exemplificar essa questão, citou-se a refinaria de petróleo em São Francisco do Conde (BA). Assim, observou-se que a imagem está coerente com as informações textuais, mas poderiam ser apresentados outros exemplos, pois os alunos veriam que esse crescimento acontece em diferentes espaços geográficos nordestinos. Mesmo assim, o professor pode se apoiar em outras ferramentas, levando imagens em *Power Point*, ou até impressas, que mostrem a espacialização das diferentes grandes empresas no território nordestino, mostrando que nem todos os locais do Nordeste apresentam essas concentrações industriais. Ainda nesse capítulo, retratam-se as transformações na agricultura, onde aparece uma colheita mecanizada de soja na área de Matopiba, em Formosa do Rio preto (BA).

Após a análise das imagens dos livros “Geografia: território e sociedade” e “Geração Alpha Geografia”, pôde-se perceber que alguns estados nordestinos como Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí e Paraíba aparecem muito pouco nos livros didáticos, ou até alguns desses, como Sergipe, não chega a ter nenhuma representação. Assim, há um maior destaque para os estados da Bahia e de Pernambuco, provavelmente por serem mais influentes do Nordeste brasileiro. Outra possibilidade para esse fato pode ser o resquício histórico: o primeiro foi marco da chegada dos portugueses e abrigou a primeira capital do Brasil, já o segundo se configurou como a capitania mais próspera dentre as 14 doadas por D. João III.

Quanto às atividades presentes em ambos os livros didáticos, constatou-se que muitas questões são de difícil compreensão, sendo comum que os professores não utilizem os exercícios presentes nos livros didáticos, criando adequações para a realidade da sala de aula. Sendo assim, é essencial que se repense os exercícios dos livros didáticos. Seria interessante colocar questões que os alunos conseguissem responder a partir do texto disponibilizado no próprio exemplar. Ademais, é fundamental repensar também no público-alvo a que os livros são destinados para tornar os conteúdos e as atividades acessíveis a esses.

Portanto, o olhar do educador sobre o livro didático deve considerar que esse material é um instrumento carregado de ideologias e que, a depender da forma como é trabalhado em sala de aula, suscita o aparecimento de sentidos diversos. Não existe nele uma neutralidade, pois é carregado de discursos vinculados a diferentes ideologias. A escola deve ser vista como uma via na formação do

processo de pensar, um pensar crítico que, conseqüentemente, proporciona uma formação crítica/humanitária.

Por outro lado, o professor de Geografia precisa pensar em possibilidades para trabalhar os conteúdos na Educação Básica, entre eles o Nordeste, considerando o vivido pelos estudantes. O docente que se detém apenas ao livro didático como única estratégia para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem dos discentes tende a tornar a disciplina desestimulante, além de prejudicar a aprendizagem dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região é uma categoria de análise essencial para o trabalho dos geógrafos, não só no âmbito acadêmico, mas também na Educação Básica. Abordar a Região em sala de aula na Geografia Escolar é essencial no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, visto que é possível entender mais sobre a origem epistêmica do conceito e relacionar com o contexto regional brasileiro.

Ao abordar a temática da Região Nordeste, percebe-se como ela é apresentada, muitas vezes desconectada da realidade dos alunos. Nos livros analisados, constatou-se que a maioria dos estados nordestinos – como Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí e Paraíba – aparece muito pouco nos livros didáticos, ou até alguns desses, como Sergipe, não chegam a ter nenhuma representação, ganhando visibilidade apenas Pernambuco e Bahia.

Nesse contexto, caberá aos docentes desenvolver propostas didático-pedagógicas para abordagem dos estados nordestinos em sua totalidade. Uma maneira interessante seria a construção de cartazes com imagens, destacando a cultura, o turismo, economia, entre outros aspectos físicos e culturais de cada estado.

Destaca-se a necessidade dos alunos observarem as potencialidades da Região Nordeste, não os levando a ter uma visão distorcida, associada à pobreza e à estiagem. Sendo assim, vale destacar o papel do educador na formação dos alunos. Ele não pode restringir-se apenas ao uso do livro de didático, ou seja, deve utilizar outras metodologias que atraiam o interesse do aluno e, para isso, o professor precisa estar atualizado e buscando formação continuada para ressignificar a prática docente. No mais, cabe aos órgãos competentes disponibilizar formações para os professores e possibilitarem a participação deles, visto que devido à grande carga horária, o professor muitas vezes fica com pouco tempo disponível para investir na sua própria formação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, M. C. de. **Estado, capital e Industrialização do Nordeste**. São Paulo: Zahar, 1981.
- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o homem no Nordeste**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8971>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- CARVALHO, C. P. de. O desenvolvimento da Região Nordeste nos anos pós-sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Curitiba, v. 39, n. 134, 2018. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/987>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- CASTRO, I. C. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios e novos discursos no Nordeste brasileiro. In: CASTRO, I. C. et al. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- COHN, A. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Perspectiva & Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.
- COPATTI, C; ANDREIS, A. M; ZUANAZZI, L. C. C. Olhares ao programa nacional do livro e do material didático: relações entre estado, mercado editorial e os livros na escola. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 14, n. 27, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/revistapp/article/download/5795/3695>. Acesso em: 14 maio 2022.
- CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/157/92>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- GIOTTO, E. D. Ensino de geografia e raciocínio geográfico: as contribuições de Pistrak para a superação da dicotomia curricular. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 9, p. 71-86, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/144>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- HAESBAERT, R. da. C. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328519929_Regiao_Diversidade_Territorial_e_Globalizacao. Acesso em: 20 maio 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LUCCI, E. A. **Geografia: território e sociedade**. 7º ano. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MANFIO, V; BALSSAN, J. B. Geografia escolar: práticas pedagógicas e o ensino-aprendizagem do conteúdo de regiões brasileiras. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, p. 68-84, jul./dez. 2014. Número Especial. Disponível em: <http://lab.cua.ufmt.br/lepega/file/2017/07/o-ensino-de-geografia-e-as-regi%C3%B5es-brasileiras.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- MUNIZ, C. R. A leitura de identidade nordestina no livro didático: um exemplo de prática excludente de ensino. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 42-55, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rce/article/view/1530/1379>. Acesso em: 23 maio 2022.
- NASCIMENTO, J. N; LIMA, F. E. de. S. O Nordeste brasileiro no ensino de geografia: uma análise a partir do livro didático do ensino médio. **Revista GeoInterações**, Assú, v. 5, n. 2, p. 2-19, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/3230/2971>. Acesso em: 14 maio 2022.
- PAIVA, E. F. **História e imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SAMPAIO, F. dos. S. **Geração Alpha Geografia**. 7º ano. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2018.
- SANTOS, R. R. O; SANTOS, J. M. dos. O Nordeste nas páginas dos livros didáticos. **Revista Com Sertões**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/3701>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- SERRANO, V. M. J; MATOS, M. A. de. **Nordeste, mito ou realidade?** A geografia do Nordeste no livro didático de 6º série. [199-?]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Metodologiaparalaensenanza/670.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

TAMANINI, P. A; SILVA, E. D. R. da. O Nordeste, as imagens e o ensino: o real e o imaginário na iconografia da seca. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 317-337, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820432019317>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VERDUM, R. et al. Desertificação: Questionando as bases conceituais, escalas de análise e consequências. **GEOgraphia**, Niterói, v. 3, n. 6, p. 83-91, 21 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13413>. Acesso em: 2 maio 2022.

UMA RELEITURA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: NOVOS TEMPOS OUTROS SENTIDOS?

Natan Barboza de Oliveira
Vivian Sterfany
Maria Milena Mouzinho Ferreira
Bianca Pereira Franklin

RESUMO

O Seguinte trabalho parte na necessidade de expandir a reflexão sobre a caracterização da região Nordeste do Brasil, cujo praticamente durante séculos de metamorfoses e desdobramentos nas suas organizações socioespaciais ainda é alvo de uma rotulação de uma espécie de “anomalia” regional. Nesse sentido, para tanto, segue-se tal caminho se debruçando na esfera de maior da socialização de saberes e consequentemente do conhecimento regional, isto é, o livro didático este que atua como um dos aportes fundamentais para o encaminhamento da construção das ideias acerca da região, pois em muitas situações que os conceitos são postos no espaço escolar, há o fortalecimento ou desconstrução de uma concepção de Nordeste que mais atua como um horizonte místico ou fantasmagórico que pouco pretende trazer á essencialidade da organização socioespacial. Desta forma, para o encaminhamento desta proposta, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos, seja a organização á priori do acervo bibliográfica acerca dos princípios do livro didático e da própria discussão de região, logo seguindo para a avaliação do dois materiais didáticos do público alvo do 7º do fundamental, assim encaminhando o entrosamento do aporte teórico com às análises críticas, discursivas e novas propostas de significação para região Nordeste no espaço dos materiais didáticos pedagógicos.

Palavras-chave: Região Nordeste; Materiais Didáticos; Significação.

ABSTRACT

The following work starts from the need to expand the reflection on the characterization of the Northeast region of Brazil, whose practically for centuries of metamorphoses and unfoldings in its socio-spatial organizations is still the target of a labeling of a kind of regional “anomaly”. In this sense, in order to do so, this path is followed, focusing on the greater sphere of the socialization of sabers and consequently of regional knowledge, that is, the textbook that acts as one of the fundamental contributions for the forwarding of the construction of ideas about the region, because in many situations in which the concepts are placed in the school space, there is the strengthening or deconstruction of a conception of the Northeast that acts more as a mystical or phantasmagoric horizon that little intends to bring to the essentiality of the socio-spatial organization. In this way, for the forwarding of this proposal, the following methodological procedures were used, either the prior organization of the bibliographic collection about the principles of the textbook and the discussion of the region itself, then proceeding to the evaluation of the two teaching materials of the target audience of the 7th grade, thus directing the interweaving of the theoretical contribution with the critical, discursive analyzes and new meaning proposals for the Northeast region in the space of pedagogical didactic materials.

Key words: Region Northeast; Materials Didactic; Meaning.

INTRODUÇÃO

Falar da região Nordeste do Brasil, nem sempre é algo visto com boas interpretações ou disposições para de facto refletir sobre esta unidade regional do país, pois geralmente há o típico pensamento de achar que nada há para se dialogar sobre um espaço de “perdas” e “secas” que não guardam nenhuma riqueza. Ou simplesmente, recorre-se ao mais comum dos usos que resume a totalidade da região na pequena e mesquinha frase “Nordeste e sua pobreza”, ou seja, sempre há algo negativo a se atribuir da região, mas pouco se nota uma ressignificação das suas características como realmente são, pois estamos tratando de um ambiente heterogêneo, seja no campo biofísica ou nas manifestações e organizações socioespaciais, isto é, existe diferentes formações que praticamente, podemos afirmar ser uma representação do Brasil pela às diferentes sub-regiões que o aclamado “espaço da pobreza” carrega.

Nesse sentido, Andrade (1986), nos lembra o quanto é pertinente essa visão diminuta sobre a região, pois há muitas repercussões sobre os problemas da seca, mas pouco se estabelece uma visão para o todo da região com seus elementos e suas respectivas organizações sociais, logo culmina em um círculo enfadonho que de debates que falam de qualquer grandeza menos das reais particularidades no Nordeste. Por outro lado, o mesmo autor afirma que como forma solução para a discussão sobre a região, criavam duas concepções uma atrelada aos vastos campos do açúcar e a outra às duras e massacrante condições da seca um “ambiente castigante” para a vida presente tal espaço.

Nessa condição, Araújo (2000), expõem em tom de ironia a seguinte reflexão para todos que pensem acerca da região “Nordeste, Nordeste, que nordeste”, logo são tantas as formas de abordar essa região que parece mais criar confusões do que explicações. Por sua vez, Duque (2004), expõem que remeter a discussão sobre o Nordeste do país, é fundamental repensar às distintas transições históricas que serviram de base para construção das fases distintas da região, pois o Nordeste dos coronéis, obreiros ou das elites comerciais/financeiras nem sempre existiram, mas emergiram das mudanças de organização sócio-espacial da produção regional.

Nessa perspectiva, o seguinte estudo, parte da necessidade de se repensar o Nordeste, porém buscando outros caminhos para essa tarefa através da análise do livro didático de geografia, pois na medida que passamos a compreender como o material destinado ao suporte do ensino e aprendizagem interpreta a região Nordeste, seja ao abordar suas características naturais ou suas manifestações culturais e forma de organização espaciais.

Assim, podemos fortalecer novas projeções acerca da valorização do espaço da região esta que em muitas situações, carece de uma leitura que seja capaz de transformar o processo de aprendizagem,

seja por parte dos docentes ou dos alunos, o essencial está em se propor rever a realidade como é em sua totalidade, e não por meras impressões que são postas em falas ou materiais compactos e atrofiados com as marcas de momentos de antanho, sem acompanhar o galope do pleno devir da sociedade, logo é necessário romper a região como paisagem.

Conforme Santos (1988), se precipitar no visível é deixar escapar o motor principal das condições da produção da sociedade que estar na combinação da materialidade e às ações que animam o contexto em seu dado momento. Da mesma forma, temos o Nordeste, pois ao cairmos no paisagismo representado comumente nos estudos concerne a região, mostra o quanto estamos presos ao imediato este que se expressa por condições estáticas, logo atrofiando uma totalidade em prol de uma particularidade enviesada.

Desse modo, o seguinte trabalho tem sua organização distribuída em três momentos, sendo estes: a priori a apresentação dos procedimentos adotados para o prosseguimento do estudo; o segundo o aporte teórico para fundamentar às análises este se intercalando entre a importância do livro didático e o papel do estudo da região na geografia e seus reflexos para o ensino sobre o Nordeste e por fim os resultados sobre as obras postas em análise, buscando pontuar os pontos positivos e negativos e as principais tendências para se pensar o nordeste na atualidade, além de propor uma sequência didática para pensar a região entre sua face conceitual, biológico, socioeconômica e às dinâmicas estruturais da organização do espaço.

METODOLOGIA

O trabalho tem sua abordagem metodológica ancorada na base qualitativa, isto é, promove um campo de partida que ultrapassa apenas questões voltados ao processo de quantificação do objetivo de estudo, mas busca analisar com acuidade às particularidades, razões e dinâmicas atuantes na estruturação do objeto posto para investigação.

Assim, traçando caminhos que fluem para apreensão e significação do objetivo do arcabouço do referente trabalho, logo os caminhos trilhados se nutrem da necessidade de expandir a visualização dos diferentes processos que fazem parte do fenômeno posto para análise, cujo não se exprimem unicamente por dados números.

Nessa perspectiva, o tipo de pesquisa, segue sua organização no caráter “teórico”, de acordo com Demon (1994), ou seja, utiliza-se de dados secundários, buscando trazer novas interpretações e contribuições acerca das bases conceituais da área de conhecimento posta para análise, assim ponderando se a teoria ainda é capaz de trazer explicações para a realidade ou se há necessidade de buscar outros caminhos para se repensar a definição conceitual de um fenômeno.

De acordo, com Santos (1995), temos o objeto de estudo como uma forma de representação da realidade com suas devidas estruturas, isto é, propor um pressuposto implica em criar um sistema de pensamentos/ideias que tenha por alcance a realidade com suas relações e nuances.

No tocante, aos procedimentos adotados para a elaboração do estudo proposto, temos sua organização em três etapas distintas, sendo estas: A princípio trabalhamos na organização seletiva do material bibliográfico que melhor atendesse aos objetivos almejados; e em segundo momento, seguimos para avaliação dos materiais didáticos, no caso três livros ambos do ciclo da ensino fundamental com especificidade nas turmas do 7º ano, cujo se aborda essa discussão da regionalização e consequentemente do Nordeste.

E por terceiro momento, partimos agora a discussão dos resultados, conforme comparações realizadas com o conjunto de perguntas estruturadas, além de propormos uma sequência didática, buscando uma novo horizonte que atenda essa valorização da totalidade e suas respectivas totalizações particulares e consequentemente valorizando o sentido da região enquanto um espaço de pluralidades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Papel do Livro Didático: Suporte ou um Mantra da Educação?

O processo de ensino e aprendizagem vem passando por diferentes mudanças em suas no decorrer das formas de organização da sociedade, assim revelando diferentes concepções sobre os conhecimentos necessários para o fomento de uma formação sócio-cidadã que seja capaz de atender ou ampliar os caminhos necessários para uma visão holística, e mesmo que não chegue a ter resultados de constantes êxitos.

No entanto, diante de tal consideração, é possível o aparecimento de algumas interrogações, sendo assim, destacamos às que geralmente ocorrem com maior frequência: Há recursos necessários para o fortalecimento desse projeto? Os materiais disponíveis são capazes de atender às necessidades do espaço geoescolar? É de regra apenas a utilizar de um único recurso na aula? Mesmo com um ou múltiplos recursos, o docente deve está preparado para imprevistos? A reflexão acompanha a prática no processo de ensino? Nesta condição, abre caminhos para pensarmos um dos principais aportes da educação no cotidiano da construção e fomento ao ensino e aprendizagem, isto é, o livro didático.

De acordo, com Crupi (2008), o livro didático não é apenas um recurso comum, mas dependendo da realidade do espaço escolar, torna-se ou na verdade atua como o único canal de comunicação do aluno com fontes teóricas para os docentes, poderem entender às pluralidade existentes na ampla organização da sociedade com suas facetas em um mosaico de representações e interações. Ou seja, o livro nem sempre é um alvo a ser abatido ou comumente algo execrável, pois não atende às nossas

expectativas enquanto mediadores do processo de ensino e aprendizagem, porém é de sã consciência, partimos pelo caminho que busque olhar o livro com seus alcances e possibilidades para somar na nossa prática social na educação.

Segundo, Castrogiovani e Goulart (2008), pontuam que o professor, deve se posicionar por meio da sua experiência no espaço escolar, buscando avaliar a linguagem do conteúdo para seus alunos e ainda mais as possíveis formas de acessibilidade sem recair na superficialidade, assim trazendo e disponibilizando informações corretas que tragam melhores condições para trabalhar a leitura do conteúdo atrelada com a realidade que esteja sendo abordada.

Nessa perspectiva, Pontuschka (2007), o livro não necessariamente é um estorvo para o processo de ensino e aprendizagem, porém o que está em jogo é a forma que este é utilizado no ambiente de ensino, pois tal recurso é capaz de assumir papéis diferenciados, além de ampliar às possibilidades de múltiplos resultados, porém vai depender de condições como: a formação geográfica e pedagógica do professor, o tipo de escola, o seu público alvo e às relações de classes sociais existentes.

A Região no Pensamento Geográfico: Possibilidades para o Processo de Ensino e Aprendizagem

A categoria/conceito de região na geografia teve por um longo processo várias reformulações, pois maior parte das suas perspectivas, estiveram concentradas em uma perspectiva de criação de um método “particular”, sem influência com nenhum saber ou simplesmente algo que seria totalmente voltado para estudos de natureza geográfica (GOMES, 2000).

Nesse sentido, por volta do decênio de 1850 houve essa afirmação com maior veemência sobre essa lógica de uma visão pura da geografia, embora o período de mostrava a favor dos novos interesses políticos e econômicos influenciados pelas novas ordens do desenvolvimento do capitalismo industrial em paralelo com as rupturas dos pensamentos de outrora pelas as demandas empíricas experimentais do positivismo de Augusto Comte que afirmava ser a única via para se entender os fenômenos naturais e sociais.

Posteriormente, seguindo às tendências incorporação dos ideários das teorias naturalistas de Darwin que vinham ascendendo na época, temos o processo de elaboração do combo duplo de guia da Geografia que se agarra a esses pensamentos e se guia para a compreensão das diferenças dos elementos da superfície terrestre que por consequência recai a afirmação regional.

Assim, os dois polos políticos que estavam na prontidão para o avanço sobre novas áreas e de recursos naturais, sendo esses a Alemanha e França que tratavam seus estudos em bases explicativas diferenciadas, porém ambos com uma finalidade em questão de naturalizar e maquiagem as suas ações e

especulações sobre os avanços em novos locais com disposições de materiais para o favorecimento da indústria em ascensão, isto é, para justificação de práticas imperialistas.

No primeiro caso, sob uma maior efusão das ideias naturalista o alemão Friedrich Ratzel, postula a ideia de uma ordem determinista da natureza sobre o homem esse que ia atendendo esse impulso e expandindo seu espaço vital, assim o empreendimento do geográfico estaria na descrição regional dos elementos gerais de um dado local, logo resultando na noção de Região Natural.

Por contra ponto, a concepção francesa introduz uma nova visão com um enorme rebatimento contra a exposição determinista de uma total sujeição das ações dos homens mediante aos impulsos das matrizes natural, isto é, todas as movimentações estariam ligadas as disposições ambientais no desenvolvimento dos avanços e das materializações e suas determinadas fluídos no espaço propriamente natural, assim pensar o homem era uma tentativa apenas ver este como um componente biológico dos elementos determinantes, sendo assim, a França se destina para um sentido “contrário” em que passa a destacar uma noção em que a natureza propõem possibilidade para o homem ali poder atuar.

Por acréscimo, essas ideias passam a ser moldados e muitos geógrafos se agarraram com o pensamento da “pureza regional”, logo partindo por essa orientação Alfred Hettner, tentando trazer um melhor aprofundamento para a defesa de um campo único da geográfica, propõem que os fundamentos geográficos, devem convergir na anulação desta concepção dubial entre generalizações e especificações (MORAES, 2007).

Posteriormente, essa noção de uma geografia meramente empírica, sem uma base teórica e metodológica consolidada apenas no “regional casual”, é substituída por uma nova percepção da delimitação de uma base teórica e aplicável aos fundamentos técnicos/funcionais, com o jus de um método analítico, sendo assim as diferenciações se áreas se intercalam com as relações de uma visão de combinação de reconhecer variáveis por dados numéricos e com combinações múltiplas, não sendo alto permanente apenas estratégico por uma finalidade de critérios.

Em paralelo na década de 1970 diante dessa região exposta sob um viés mecanicista, embora se utilizando de aportes teóricos para justificar suas aplicações por vias de critérios, temos o soerguimento de uma nova perspectiva a da “**Formação Econômica, Social e Espacial**” de produção da sociedade; segundo Lecione (2005), essa perspectiva retoma às bases do método do materialismo histórico dialético, trazendo às influências das organizações dos modos de produção e o quanto estes refletem de maneiras diferenciadas às dimensões da realidade, pois a produção regional seria esforço

de uma demanda econômica de determinado período, logo atendendo critérios que são pré-estabelecidos em prol de um benefício maior.

Desta forma, o sentido da região ou na verdade da geografia regional segue períodos específicos do momento histórico de uma determinada demanda socioespacial, logo não podendo ser algo natural e tampouco um social inerte posto como determinado por forças estáticas, mas uma realidade que está em constante devir que acompanha as demandas de um dado momento e releva múltiplas faces em uma mesma realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e seus respectivos desdobramentos têm seus alcances concentrados na tarefa da exposição crítico reflexiva dos procedimentos de descrição, análise e projeção das novas possibilidades de releitura para a região Nordeste nos materiais didáticos fornecidos através do PNL (Plano Nacional do livro didático), assim pontuando às tendências do tratamento dos fenômenos regionais no espaço brasileiro, sendo em muitas situações regido ou interpretado por visões extremamente confortantes aos antigos processos ou simplesmente cômodas em relação a “verdade sem validade” que se torna recorrente no espaço da academia e no próprio ambiente geoescolar, pois o conhecer não significa nada, caso não esteja coligado com o lado humano, logo da mesma forma é o livro, sem análise caminha ao uso nas escuras.

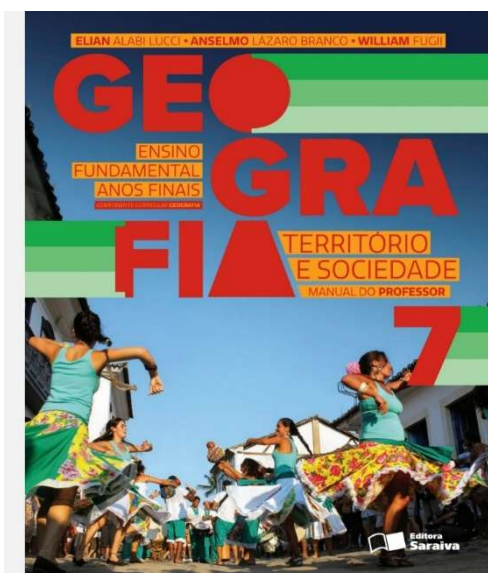
Desta forma, contamos com a avaliação de dois materiais didáticos diferentes obras essas com abordagens oscilando em tons depreciados da unidade regional ou com visões simplesmente perfeita sobre a região, mas também com certas doses críticas em algumas das análises. Por outro lado, por ser dois Nordeste analisados, logo é esperado diferentes representações da realidade ao olhar da análises no espaço regional nos materiais, com isso possibilitando a exploração de esferas diferenciadas sobre a formação social e econômica da unidade regional que consagra uma série de doenças.

Por outro lado, a avaliação dos materiais estão organizadas por um conjunto de critérios estabelecidos para melhor apreender a maneira que o conteúdo está sendo difundido, além analisar às próprias perspectivas acerca de qual região Nordeste está sendo promovida para na formação inicial dos alunados na segunda etapa do ensino fundamental. Nessa condição, temos os critérios adotados estabelecidos na seguinte ordem lógica: *Apresentação visual do material, o conteúdo tratado, os princípios conceituais, o uso e adequação da distribuição de imagens, às propostas metodológicas e a síntese da organização qualitativa do material.*

O Nordeste do Brasil: Historicidade e dados contemporâneos:

O primeiro material analisado, trata-se do livro “GEOGRAFIA: TERRITÓRIO E SOCIEDADE” da editora Saraiva sob organização e estruturação do material por Elian Alabi Lucci et al (2018). Nesse sentido, de início em uma breve leitura do título e sua representação da capa, partimos para uma primeira impressão do conteúdo e de como este vai ser trabalhado no decorrer dos capítulos propostos, pois ao destacar duas categorias cruciais – Sociedade e Território – para a análise da dimensão socioespacial em suas totalizações, espera-se que este compromisso siga no tratamento da região Nordeste, cujo se encontra no capítulo 4 (páginas 123-150) do respectivo material utilizado para o processo de análise didática-pedagógica-conceitual (figura 1).

Figura 1- Ilustração de capa do livro “Geografia: Território e Sociedade”.



Fonte: Elian Alabi Lucci et al (2018).

Por continuidade, seguindo para a análise da região Nordeste no capítulo 4 do livro intitulado “O Nordeste”, temos a princípio a representação de capa do conteúdo, mostrando-se de forma atípica em relação ao que comumente é tratado ao falar da região, pois destaca-se um complexo porto de Suape na zona litorânea do estado de Pernambuco, ou seja, mostrando que para além do típico cenário escaldante ou de pleno ambiente tórrido há formações modernas e com avanço de aplicações tecnológicas, extrapolando o sentido comum da imagem associada ao Nordeste em sua totalidade enquanto parte regional do imenso território nacional. Ademais, de início ocorre essa quebra na difusão da imagem do Nordeste enquanto meio de secura e penúria que é de comum difusão na mídia.

Em relação ao conteúdo proposto o capítulo na própria capa destaca os objetivos centrais a serem percorridos, estando organizados em três perspectivas: A formação do espaço geográfico nordestino, às sub-regiões nordestinas e suas respectivas diferenciações e por fim a avaliação das

características socioeconômicas que integram a totalidade regional. Ou seja, pelo que se propõem se mostra coerente, pois não há como discutir o Nordeste sem partir da sua historicidade e mesmo partir para às avaliações da suas repartições regionais e econômicas desprezando o fator histórico na sua organização socioespacial.

No ver de Santos (2013), não podemos durante o processo de periodização isolar variáveis ou acabamos se perdendo unicamente em um dado campo desconexo do todo, isto é, seja espacial ou temporal, logo sem dispôr de uma maior integração entre espaço-tempo que faça na análise uma construção dialético-estrutural.

Por outro lado, concerne aos conceitos abordados, se mostram adequados ao caracterizar o sentido da definição da “região Nordeste”, além de trazer o enfoque para os termos como o de “colonização” que já serve de âncora para se entender parte da história do desenvolvimento da estrutura de organização da sociedade nordestina em sua gênese primária pela tríade – Latifúndio, Plantation/Monocultura e Mão-de-obra Escrava -, além de pontuar a organização das indústrias de “engenho do açúcar” em paralelo com a implantação da criação da extensão da “pecuária” na região e como está serviu como principal pivô para às organizações das primeiras cidades mais interiores que são palcos hoje das atividades da região.

Entretanto, por mais que aborde essas bases conceituais, nem todos são devidamente esclarecidos, no caso da região tem sua conceitual detalhada, porém em relação aos fatores de impulso para gênese regional se encontram isolados ou pouco pontuados como é o caso do tripé econômico do Nordeste e a própria ideia de colonização que parece está solta quando não os motivos que levaram a ocupação da região.

Em que não se vincula apenas há condições físicas do ambiente, mas também por condições políticas e econômicas, ou seja, os principais conceitos na abertura da discussão permitem uma visualização sobre os primeiros blocos erguidos na região nordeste, porém requerendo de uma maior atenção para buscar fora a parte o aprofundamento de determinados pontos teóricos.

Por continuidade, em relação aos conceitos abordados para a região Nordeste, o livro apresenta às questões relacionadas ao processo de “nível socioeconômico”, “distribuição de renda” e “programas sociais”. Tendo, como destaque a priori às questões sobre às desiguais participações na renda da população nordestino, assim enfatizando, desde os momentos históricos que favoreceram essa condição insustentável, além dos descaminhos da região em relação ao fator social interno para progredir este praticamente estar sob fragalhos, além do mais, o livro também enfoca o perfil social da maior parte dos nordestinos, e logo nas páginas é evidentemente a enorme precariedade condições ligadas ao processo

de ensino e aprendizagem que figura entre os menores da escala regional, ou seja, conseqüentemente com enorme evasão, cujo não é retrata no livro e também há uma parte que fala das políticas setoriais para os donos das imensas terras, mas não há em específico o esclarecimento sobre às articulações sociopolíticas que ao longo da história para efetivar essa discrepância estrutural.

Diante das informações e seus respectivos conteúdos acerca da região Nordeste, o livro faz menção ao período de implementação dos programas de natureza social na unidade regional, cujo serviram de base para a fuga mesmo que por um certo período da realidade estanque promovida em sua formação socioespacial; Segundo Furtado (1999) esse olhar para quebra dos antigos cristas da economia primária ou rudimentar, atrofiada ou de pleno marasmo estrutural se fez possível nos decênios de 1950-1960 onde praticamente todas às regiões estavam subordinadas ao centralismo político e econômico do Nordeste, assim requerendo de novos caminhos para se repensar às orientações de fluxos.

Em complemento, há no livro a abordagem das divisões sub-regiões do Nordeste, logo mostrando á desconstrução da típica concepção do ambiente pleno de segura e acrescentado por misérias, esfacelando o coração do povo “**sofrido no ambiente fervoroso**”, além de tocar os corações da população das demais regiões. Ou seja, este tópico do livro, mostra-se de forma bem trabalhada principalmente pela interseção entre às linguagens verbais e não-verbais, destacando quatro feições que fazem parte de uma mesma totalidade, mas que dispõem de particularidades em suas características, seja da Zona litorânea ou simplesmente da Mata até o Meio-Norte; há domínios do Nordeste que pouco são apresentados aos discentes, embora não se explore muito a caracterização, mas o fato de pontuar e trazer representações dessa existência é de grande validade.

Desta forma, o material em sua íntegra é adequado para atenuar a discussão da região Nordeste, embora deixe alguns pontos soltos, seja pelo déficit da contextualização principalmente em momentos de trabalho conceitual ou a ausência do domínio sociocultural que foi pouco retratado, merecendo um maior enfoque, pois devemos sempre nos acuidar não há região apenas de dados naturais ou simplesmente intocado ao homem, isto é, sua criação é uma conveniência. Logo, com o Nordeste não seria diferente, pois estamos falando de uma formação econômica e social que íntegra diferentes variantes ao longo do tempo sob impulsos que foram construindo o Brasil, porém substituindo seu coração para outro mais periférico – o Sudeste –.

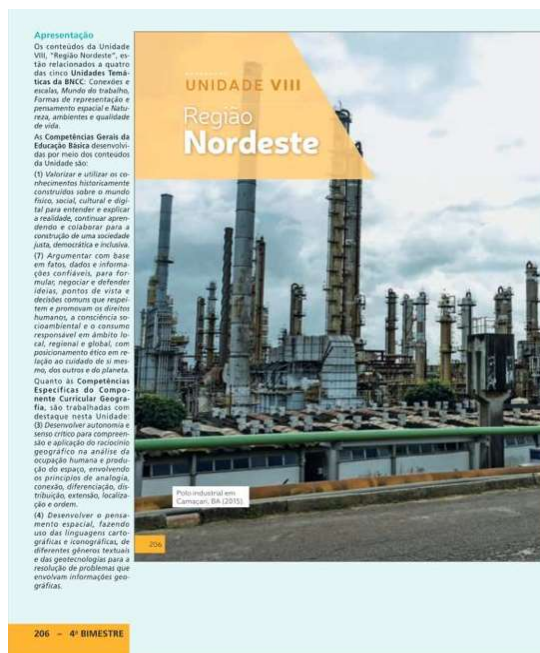
O Nordeste brasileiro: Os caminhos para um atualidade crítica-flexiva:

O segundo livro analisado foi o Araribá Mais Geografia do 7º ano, da editora moderna e do editor responsável Cesar Brunini Dellore, bacharel em Geografia pela universidade de São Paulo. A estrutura

do livro é dividida em oito unidades e dezenove capítulos. A partir do capítulo dez o livro aborda sobre as cinco regiões do Brasil, seus aspectos físicos e de organização espacial. A região nordeste, objeto de estudo dessa pesquisa é tratada nos dois últimos capítulos do livro (18 e 19) que vai da página 206 a 234. O capítulo 18 aborda sobre os elementos naturais que compõe o nordeste (clima, vegetação e hidrografia), como também a ocupação territorial desde o período colonial. O Capítulo 19 aborda as discussões sobre a organização do espaço econômico e a sub-regionalização.

Ao analisar a representatividade da região nordeste, nota-se que na abertura da unidade VIII é exibida a figura de uma indústria petroquímica no estado da Bahia, constatando-se que o autor tem a preocupação de evidenciar por escrito e por meio de inspeção visual as potencialidades regionais, desmistificando o cenário de fome, seca e miséria pra todo o território nordestino, no qual induz a reflexão de outra visão do nordeste, além das desigualdades socioespacial construídas e reconstruída historicamente (figura 1).

Figura 1: Abertura da unidade “região Nordeste”



Fonte: Araribá Mais Geografia.

Em relação ao emprego dos conceitos geográficos para o lineamento do entendimento, há uma coerência e conformidade, tendo em vista a adaptação para cada nível de ensino, ou seja, os conceitos são designados para atender a particularidade do grau intelectual do educando.

Para cada tópico estudado, seja na organização natural ou territorial, o livro é composto de imagens e gráficos didáticos, no qual tem a função de tornar uma leitura geográfica de fácil entendimento para a série destinada, ou seja, as figuras complementam e exemplificam o texto, no qual contribui para uma aprendizagem sólida e visual.

No que se refere às atividades programáticas do livro didático, identifica-se que são questões bem elaboradas que atendem o requisito de induzir o aluno a raciocinar e pesquisar sobre a temática estudada, pois as estruturas são de perguntas que buscam explicações do aluno, como por exemplo: Cite argumentos contrários e favoráveis à transposição.

Portanto, por meio da análise elaborada do livro didático em relação aos conteúdos apresentados, aos conceitos empregados, as figuras ilustradas, e as atividades propostas, nota-se que diferente de muitos livros destinados ao ensino básico, o autor teve a preocupação de abranger a totalidade, as especificidades e as potencialidades da região nordeste, indicando suas limitações hídricas, mas também suas possibilidades, pois é necessário ressaltar as diferenças inter-regionais para obter uma compreensão ampla e decisiva na construção crítica do conhecimento escolar sobre uma das regiões tão importantes para o início da história do Brasil.

Proposta didática-pedagógica acerca do conteúdo “REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA”:

Encaminhamentos para novos descobrimentos

Buscando trazer novas interpretações ou na verdade caminhos que fujam um pouco do receituário do livro didático, pois é comum se prendermos a mensagem do material, sem antes postular um significado daquilo que realmente está em escrito, pois pode dispor de visões inovadoras, mas sem o devido apreço e reflexão tendem a criar mais bloqueios do que realmente uma abertura para resignação. Á vista disto, propõem-se uma sequência didática essa que tem em sua organização de quatro formas de abordagens essas que trazem uma concepção de Nordeste que está intercalada entre os seus aspectos físicos e conseqüentemente às próprias repercussões das dimensões da geografização regional no transcurso do tempo:

SEQUÊNCIA DIDÁTICA - O NORDESTE E A CONSTRUÇÃO DA SECA: DOS DISCURSOS FALASES ÀS POSSIBILIDADES TERRITORIAIS

DOCENTE:

TURMA: 7º ANO DO FUNDAMENTAL

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA

CARGA HORÁRIA: 8h/a

TEMA: O NORDESTE E A CONSTRUÇÃO DA SECA: DOS DISCURSOS FALASES ÀS POSSIBILIDADES SOCIAIS.

OBJETIVOS:

GERAL

- Compreender os processos formativos e organizativos da região Nordeste do Brasil, além de ponderar os mecanismos de construção do ideário do espaço de secas, atrasos e perdas.

ESPECÍFICOS

- Discutir às bases conceituais acerca da região Nordeste, ponderando suas diferenças e significados.
- Apresentar às características da região Nordeste do país, tendo em vista, suas diferenças em relação as demais regiões.
- Refletir sobre os processos históricos de ocupação e organização da região Nordeste, e suas influências na construção do ambiente de “perdas”.
- Pontuar às principais dificuldades da região Nordeste no início do século XX.
- Discutir sobre o processo de industrialização do Nordeste e seus desdobramentos socioespaciais
- Apresentar às ideias de Celso Furtado, e sua visão para a região Nordeste.
- Entender às diferentes das ideias de combate e convivência com seca, além de avaliar às possibilidades de um novo horizonte para o Nordeste brasileiro.

CONTEÚDOS

- A região Nordeste do Brasil: Definições, Mitos e Interpretações
- Há Nordeste ou um Nordeste na formação territorial do Brasil?
- A Construção do Nordeste brasileiro: Do apogeu ao desprezo
- O início de um século: O escândalo da desigualdade regional
- A indústria no Nordeste: Novas demandas e antigas tradições
- O olhar de Celso Furtado para o Nordeste: Uma luz para o desengano estrutural
- Guerra ou Convívio com seca: Um novo amanhã para o Nordeste.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Livro didático.
- Notebook (utilização de slide).
- Imagens digitais; áudios e vídeos (conceituais, jornalísticos e documentais).
- Artigos e livros complementares.

PROCEDIMENTOS E MÉTODO

Por continuidade, os encontros partirão para o seu desenvolvimento de uma abordagem centrada na perspectiva qualitativa, ou seja, buscando investigar, analisar e projetar ações que estejam para além das análises expressas em conglomerados numéricas ou tabulações de dados simplesmente estatísticos que em muitas situações contribuem para a apresentação de realidades que estão em escala externa as particularidades das condições sócio-produtivos que se firmam nas distintas porções espaciais. Ou seja, a construção da abordagem do conteúdo proposto, segue caminhos não engessadas ou de atribuições rasas da totalidade, mas considera-se às múltiplas variáveis, seja a unidade natural, social, política, histórica, cultural e econômica.

Nesse sentido, não há como reunir possibilidades para trabalhar a região Nordeste, caso seja previsto uma tradução comum da associação imediata de uma ambiente em sua totalidade expressa por imagens parciais, pois há na realidade uma longa trajetória de formação desta região principalmente da venda deste ideário “de perdas” e mazelas irreparáveis, pois o natural é a grande força que condicionada a realidade social. No entanto, seguir esses moldes é promover uma volta a geografia de relevo com planos de fundos naturalizados e pouco aprofundados de forma dialética e conseqüentemente dinâmica, pois há promoção da coisa, mas não do “processo”.

Desta forma, para tanto, resolvemos, definir essa abordagem através de quatro etapas, sendo cada uma com 2 h de duração, assim buscando trazer gradativamente maneiras diferenciadas de se pensar o Nordeste, não excluindo a teoria, mas conciliando o universo do imaginário, subjetivo e concreto. Por essa condição, o desenvolvimento do conteúdo conta como mencionado através de quatro etapas essas tocando em cada raiz, torrão, poço, várzea, barreiro, fome, exclusão, manipulação e reestruturação da região problema do país:

1º momento:

O primeiro encontro ou abordagem, trata-se, de um momento de buscar e conseqüentemente analisar a concepção de “Nordeste” por parte do alunado, ou seja, trazer às principais concepções que se mostram presentes de modo corriqueiro no pensamento cotidiano dos discentes, é como estes se expõem com de forma negativa ou positiva. Nessa perspectiva, para tal tarefa, será proposto de modo inicial um espaço de diálogo este intitulado “Nordeste, Qual Nordeste? Quais Nordestes?”, assim através deste norte, espera-se, criar uma rede de ideias ou conceitos atribuídos em relação à unidade regional, logo dependendo das expressões postas em destaque, seguiremos para o momento clímax este que têm por essência, trazer à definição acerca da região, embora trazendo a perspectiva da totalidade e suas

respectivas expressões diferenciadas, principalmente no tratamento da seca como grande marca ou selo de “comprovação do Nordeste ser um ambiente pobre”.

Desta forma, após o círculo de diálogo, no qual, tem por compromisso de sondar a impressão mais geral da região, mas buscando uma profundidade sobre o espaço regional, temos por completo a promoção de uma atividade complementar em relação ao conteúdo, cujo tem por enfoque, a realização de uma pesquisa em ambiente Web de reportagens que tratam da região, assim selecionando duas em específico, é trazendo a imagem de capa da notícia e a forma de abordagem do conteúdo, logo no próximo encontro é o momento de trazer a ideia distorcida da mídia em relação ao Nordeste, é como é necessário ter a compreensão de uma visão mais abrangente desta porção territorial do Brasil.

2º momento:

A próxima abordagem, edifica-se através da retomada inicial da atividade proposta durante o final da dinâmica do “Nordeste, Qual Nordeste? Quais Nordestes?”, assim após fazer o momento síntese da pesquisa e seus principais resultados, além de trazer contribuições para entender outra problemática contemporânea que está na manipulação de informações de modo mais rápido. Nessa perspectiva, segue-se, para o processo completar que está voltado para a discussão em relação ao processo de formação socioespacial da região, ou seja, é necessário entender os motivos de fugir dessas distribuições mais rasas ou pouco significativas acerca da região em sua totalidade, pois estamos, falando de um território que teve uma série de influências para a sua formação, mudando ao seguir do tempo mediante às diferentes demandas ou alterações nas dinâmicas econômicas, políticas e também culturais da unidade regional.

Para tanto, este momento será em uma perspectiva da interdisciplinaridade, pois não como abordar unicamente o Nordeste em sua gênese pela ótica única pela uma visão totalmente geográfica, isto é, de se usar de um único sentido com os conceitos quase que estanques, sem possibilidades de entrosamento e intercâmbio com outros saberes. Nesse ensejo, conta-se, com a contribuição da disciplina de história, logo trazendo uma maior maleabilidade em relação ao conteúdo socioespacial, pois ao intercalar os processos sociais com suas respectivas expressões ou desdobramentos diferenciados no espaço, temos um encaminhamento mais significativo, cujo extrapola o mero comum dando abertura para uma compreensão que correlaciona a tríade dialética do Tempo-Espaço-Sociedade.

Desta forma, esse momento terá situações de alternâncias entre falas dos docentes, ambos pontuando suas diferentes noções, mas que se mostram interligadas e com bastante saldo de conhecimentos entre os polos da geografia e história, logo mostrando um Nordeste que foi condição, meio e produto de um conjunto de organizações políticas preenchidas por demandas econômicas, seja

ao pensarmos às evoluções dos processos de ocupação costeira e do Sertão nordestino, seguindo até sua fase de desvio de fluxos com reflexos mais nítidos para a região, assim ampliando essa concepção de como o imenso vilão foi se modelando.

3º momento:

O terceiro momento, segue com a mesma perspectiva da interdisciplinaridade, logo antes de prosseguir, é necessário fazer uma breve exposição sintética sobre os pontos abordados anteriormente sobre a construção histórica e organização dos grupos sociais no Nordeste. Nesse sentido, após este breve prelúdio, seguimos para o próximo objetivo que está centrado em projetar um novo olhar para o processo de estruturação socioespacial da região em suas diferentes porções; principalmente em relação à modernização regional é como essa foi possível em um espaço que apenas os mares de cana-de-açúcar na maior parte histórica, logo para expandir essa visão sobre um Nordeste contemporânea, teremos a promoção de um espaço de diálogo ancorado nas bases teóricas de Celso Furtado, cujo o sistema de ideias, análises e projeções realizadas pelo professor e economista paraibano, atuam para uma apreensão mais ampla da modernização do Nordeste.

Nesse sentido, essa etapa traz consigo um resgate da construção histórica mencionado anteriormente, pois em decorrência dos caminhos que o Nordeste foi trilhando no decorrer da maior parte dos séculos da sua formação, refletem nas perspectivas que foram adotadas para a reestruturação regional. Nesta circunstância, alternando entre as passagens históricas e os motivos que levaram ao encaminhamento do Nordeste na esteira da modernização, apresenta-se para os alunos os pontos principais do sistema de fundos de investimento FINOR-34/18.

Nessa perspectiva, após explicar as bases da política de investimento adotada pelo governo federal no final da década de 1950 como uma forma de promover o desenvolvimento industrial regional este praticamente nulo durante o período em destaque, cujo fazia do Nordeste uma área agrícola ou simplesmente sem grande importância em relação ao polo Centro-Sul. À vista disto, a aula segue para a exposição acerca dos descompasso que essa política foi sofrendo, pois houve apenas uma introdução de criação de pontos isolados em específico para os setores estratégicos, seja de combustíveis ou minérios, além da própria organização do setor agrícola que se reestruturava de forma a priorizar as antigas condições do agrarismo esse sob a roupagem da modernização do setor primário exportador.

Desta forma, seguindo às exposições referente aos caminhos do processo industrial no Nordeste e às suas respectivas expressões diferenciadas ao longo dos diferentes estados da unidade regional, passamos para a discussão sobre o processo de modernização e suas tendências contemporâneas que dá um novo tom para organização produtiva; encerra-se o encontro, destacando

essa necessidade para olhar o passado como uma oportunidade de se repensar o presente e os caminhos do futuro, pois nenhuma organização socioespacial é feita meramente do acaso.

4º momento:

O último encontro, trata-se de um momento de debate acerca da riqueza sociocultural da região Nordeste e os principais desafios para o processo de desenvolvimento do conhecimento, vivência e prática do convívio com o ambiente do semiárido, ou seja, trazendo novos horizontes para se pensar este ambiente que muitas das vezes é visto como um campo hostil de pouco proveito para a população que nele está inserido, sendo assim, será aplicada uma atividade colaborativa entre os discentes, buscando melhor compreender essa necessidade da região Nordeste.

A princípio, iremos dividir a turma em 9 grupos, logo após tal divisão da turma, cada grupo ficará responsável por um estado da região Nordeste. Assim, os grupos irão em seguida, realizar uma pesquisa sobre os aspectos gerais de cada estado, seja desde: Hidrografia, Aspectos climáticos, Relevo, Cultura, e Economia. Para tanto, durante este momento será fornecido material como textos e outras fontes para fazer a pesquisa de forma mais proveitosa.

Posteriormente, os alunos vão utilizar os materiais fornecidos para estruturar a apresentação dos resultados obtidos em um espaço de socialização. Vale destacar que os alunos são livres para trazer músicas que reverencie a cultura do estado, slides, comidas típicas, cartolinas e até mesmo alguma dança. Os grupos de alunos vão ter liberdade para complementar sua apresentação do seminário. Essa primeira aula, vai ser utilizada para eles terem a liberdade de organizar esses pensamentos sobre o seminário

A aula será finalizada com a análise do professor sobre acerca de como cada grupo estruturou o seu trabalho, ou seja, seja pela forma que foi sintetizado e esquematizado todos os detalhes sobre os estados. Desta forma, sabendo da pouca disponibilidade de tempo atividade da pesquisa será orientada a continuar de forma processual, ou seja, buscando uma alimentação e consolidação mais fértil da temática, é assim melhor apreendendo nas características socioespaciais e as possibilidades para um melhor desenvolvimento de um espaço de convivência.

AValiação:

A avaliação das respectivas aulas têm por direcionamento uma construção na perspectiva processual, ou seja, busca-se uma maior expansão para SIGNIFICAÇÃO e renovação das dimensões reais do conteúdo em seu uso social. Nesse sentido, utiliza-se, para tanto o conjunto de ideias e princípios que partem da compreensão da avaliação como método de aprimoração da aprendizagem mútua entre aluno e docente, isto é, o ato de avaliar como uma forma de intermediação, sendo essa concepção

defendida por pensadores como Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, José Carlos Libâneo entre outros colaboradores que enfatizam que esta etapa compõem os caminhos diários do ensino e aprendizagem, rompendo o mero ou simples enumerar, guiando-se sob o impulso da curiosidade, observação, perspicácia, dedicação e criatividade diante dos impasses que venham emergir.

Desta forma, segue-se às seguintes ações: a priori a sondagem do perfil do alunado, ou seja, buscando conhecer a turma e sua visão sobre o conteúdo proposto para reflexão, apreensão e esclarecimento, logo os demais momentos são alicerçados sob a observação e ponderação da participação dos alunos no desenvolver das atividades, tendo em vista, a acuidade sobre os avanços e dificuldades durante o transcorrer dos objetivos.

Ou seja, trata-se de um caminhar ativo e com construções focadas na atuação durante os momentos de sociabilidade, na resolução das atividades propostas, seja essas em grupo ou individual e no próprio engajamento durante o desenvolvimento das aulas com suas respectivas dinâmicas no processo de compreensão, organização e posicionamento acerca da discussão e reflexão sobre a regionalização do Nordeste brasileiro e seus principais reflexos socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, no decorrer da discussão e conseqüentemente da análise da região Nordeste nos materiais didáticos pedagógicos, evidencia-se novas mudanças em relação ao tratamento da reflexão sobre a unidade regional, pois há o distanciamento das velhas distorções comuns sobre o papel do Nordeste e também às próprias maneiras de ilustrar a região em sua totalidade que geralmente se resumia ao mero espaço de perdas, sem nenhuma vitalidade apenas penúrias e misérias, logo o Mundo vem se transformando e a própria região ganha novas interpretações que atendem ao propósito de valorização do espaço regional.

Por outro, não se tratando de uma perspectiva perfeita de pleno equilíbrio, pois há em certos momentos uma necessidade de complementação da abordagem principalmente ao falar da formação socioespacial regional e das próprias condições culturais que estão presentes na região, mas que acabam sendo pouco aprofundados ou mal mencionadas. Assim, é necessário compromisso com essa necessidade, além da própria organização analítica do material para encaminhar às reflexões críticas e seus desdobramentos significativos, pois não basta apenas enaltecer ou vangloriar um dado material didático, sem se utilizar deste para ampliar a transformação social do ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ARAÚJO, Tânia. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – Heranças e Urgências**. 2000.

- CRUPI, Maria Cristina. A natureza nos livros didáticos de história: uma investigação a partir do PNLD. 2008.
- DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 4. ed. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.
- DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DELLORE, Brunini. Cesar. **Araribá Mais Geografia**. 1ªed., São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/002899327b7683a90af31?authid=RU47i9alrCEc>. Acesso em: 08 mar. 2022.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GOMES, Paulo Cesar da costa. O CONCEITO DE REGIÃO E SUA DISCUSSÃO. In: CASTRO, I. E. de. (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 50-76.
- LECIONE, Sandra. REGIÃO E GEOGRAFIA. A NOÇÃO DE REGIÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da geografia**. 5. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- LUCCI, Elian Alabi. **Geografia: território e sociedade, 7º ano: ensino fundamental, anos finais** / Elian Alabi Lucci, Anselmo Lázaro Branco, Willian Fugii. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. 21º. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- PONTUSCHKA, Nidia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

O ENSINO INSTITUCIONALIZADO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Ariadne Fernanda Ferraz Vieira,
Josias Ivanildo Flores de Carvalho
Carlos José dos Santos Freitas
Gerlane Gomes da Rocha

RESUMO

Manuel Correia de Andrade foi um geógrafo comprometido com as questões sociais do seu tempo, dedicando contribuições consideráveis para a ciência geográfica e para o ensino de Geografia, sendo a sua obra reconhecida como uma das mais importantes contribuições para a análise regional do Nordeste brasileiro. Também esteve inserido no contexto de institucionalização da Geografia no Brasil tanto no ambiente universitário quanto no escolar. Com isso, como discernimento geral, busca-se entender o processo de institucionalização do ensino de Geografia no Brasil e as contribuições teóricas de Manuel Correia de Andrade nesse contexto. Para além da vida acadêmica e dos debates científicos, Manuel Correia de Andrade influenciou o andamento do ensino da Geografia a nível local e nacional, por meio, entre outros aspectos, do desenvolvimento de livros didáticos e da criação de cursos de pós-graduação. Esse contexto foi estabelecido a partir de uma visão interdisciplinar sobre a Geografia e os processos espaciais atuantes principalmente na região Nordeste, levantando assim, um pensamento teórico crítico e reflexivo no âmbito dessa ciência.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Ensino de geografia; Nordeste.

ABSTRACT

Manuel Correia de Andrade was a geographer committed to the social issues of his time, dedicating considerable contributions to geographic science and to the teaching of Geography, and his work is recognized as one of the most important contributions to the regional analysis of the Brazilian Northeast. It was also inserted in the context of institutionalization of Geography in Brazil both in the university and school environment. With this, as a general insight, we seek to understand the process of institutionalization of the teaching of Geography in Brazil and the theoretical contributions of Manuel Correia de Andrade in this context. In addition to academic life and scientific debates, Manuel Correia de Andrade influenced the progress of the teaching of Geography at local and national levels, through, among other aspects, the development of textbooks and the creation of graduate courses. This context was established from an interdisciplinary view of Geography and processes, operating mainly in the Northeast region thus raising a critical and reflective theoretical thought within the scope of this science.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Geography teaching; Northeast.

INTRODUÇÃO

Manuel Correia de Andrade foi um geógrafo comprometido com as questões sociais do seu tempo, dedicando subsídios consideráveis para a ciência geográfica e para o ensino de Geografia, sendo a sua obra reconhecida como uma das mais importantes contribuições para a análise regional do Nordeste brasileiro. Somando-se a isso, esteve inserido também no contexto de institucionalização da Geografia no Brasil tanto no ambiente universitário quanto no escolar.

Somente em meados do século XIX, em pleno processo imperialista, a Geografia teve suas bases consolidadas e sistematizadas com rigor científico. Atribui-se esse acontecimento a Alexander von Humboldt e a Karl Ritter (DUTRA GOMES; VITTE, 2012). Já no Brasil, a formulação dessa ciência se deu principalmente pós-década de 30, quando ocorreu a criação dos primeiros centros universitários do país; a exemplo das Universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Antes desse período, no século XIX, ocorre no Brasil a influência da “Geografia Escolar Clássica”, que foi tido como o momento de constituição do saber escolar no país e tem como marco, a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no ano de 1837 (ROCHA, 2000).

No âmbito do ensino de Geografia se estruturou inicialmente uma análise descritiva do espaço geográfico com base em uma Geografia tradicional. Desde a sua concepção, a educação geográfica serviu para fins ideológicos, seja em questão de valores patrióticos e cívicos ou territoriais. Um marco modificador desse processo foi o movimento de renovação da Geografia empreendido durante a década de 1970 pela corrente da Geografia Crítica, a partir da quebra de paradigmas fomentados pela Geografia tradicional e pela Geografia quantitativa.

Neste contexto Manuel Correia de Andrade pregava uma ciência geográfica preocupada com os problemas sociais, econômicos e políticos do espaço, sendo contrário ao processo de neutralização científica e a naturalização das dinâmicas espaciais. Ao longo da sua trajetória escreveu diversas obras que contaram com temas que vão desde a questão regional, territorial e ambiental do Brasil e da região Nordeste, até o estudo do pensamento geográfico e do ensino da Geografia. Sua atuação no âmbito educacional se concretiza no ensino básico, através do exercício da docência a partir de 1950 e também posteriormente, no ensino superior, onde organizou cursos de pós-graduação e contribuiu com a pesquisa científica.

Em complemento a essas atuações, auxiliou na elaboração de materiais didáticos para o ensino da Geografia juntamente com o geógrafo e professor, Hilton Sette. A construção conjunta desses livros se estabeleceu como demanda decorrente do avanço da Geografia Escolar e também para fazer frente

às produções realizadas no eixo Sul do Brasil (COSTA, 2010). Como pode-se ver, para além do enlace científico, Manuel Correia também assumiu uma posição de destaque na área educacional.

Com isso, se faz necessário compreender mais a fundo como se deu a institucionalização da Geografia e o seu processo de ensino no país, a partir do contexto discursivo da atuação de Manuel Correia de Andrade. Para tanto, se definiu como discernimento geral, entender o processo de institucionalização do ensino de Geografia no Brasil e as contribuições teóricas de Manuel Correia de Andrade. Em específico, foram estabelecidos três pontos de discussão: discernir os aspectos do contexto histórico do ensino institucionalizado de Geografia no Brasil; realizar uma sistematização sobre a trajetória acadêmica de Manuel Correia de Andrade e analisar as principais contribuições desse geógrafo para o ensino de Geografia.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica é uma metodologia amplamente importante em trabalhos científicos, uma vez que utiliza a contribuição teórica de outros autores, para realizar análises de publicações ligadas à área de estudo. Para tal, foi feita uma seleção de obras, artigos e entrevistas, que apresentam as principais contribuições de Manuel Correia de Andrade (1922-2007) para a Geografia, acadêmica e escolar, e para a Educação de modo geral.

Inicialmente, foi realizada a análise a respeito do processo de sistematização da Geografia enquanto ciência com base nas suas escolas geográficas e modificações teóricas ao longo da história, ou seja, uma breve percepção sobre a história do pensamento geográfico. Em seguida, foi comentado sobre a institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império, a criação dos primeiros cursos universitários de Geografia no país, além de órgãos importantes para o desenvolvimento da ciência em território nacional, assim como a forma como o ensino de geografia era apresentado e discutido ao longo dos anos.

Posteriormente, foram feitos breves apontamentos sobre Manuel Correia, enquanto pessoa e profissional, tratando de sua formação científica, principais influências e temas trabalhados pelo geógrafo, além de sua importância para a região Nordeste. Por fim, trabalhou-se com as principais contribuições de Manuel Correia de Andrade em pontos como o ensino de geografia em Pernambuco, em como ele esteve inserido no contexto educacional e de autor de livros didáticos, bem como, sobre sua atuação no nível superior e seu papel importante na construção de cursos de mestrado de geografia e economia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama Geral da Institucionalização do Ensino de Geografia no Brasil

A institucionalização do ensino de Geografia no Brasil percorre um vasto caminho, que não começa especificamente no país. É necessário compreender inicialmente, que antes de ser institucionalizada, a geografia já se fazia presente desde a antiguidade, quando o ser humano passou a preocupar-se em conhecer o espaço que vivia. Ao longo do tempo, o ser humano manteve essa preocupação de conhecer o espaço, e os gregos, por exemplo, tinham a cultura de estudar a cartografia e a partir disso, surgiram os mapas (CARVALHO, 2019). Apesar de já se fazer geografia desde os primórdios da organização do homem em sociedade, ela era amplamente descritiva e informativa. (SEGALA; LEME, 2015)

A sistematização e institucionalização da geografia é atribuída, principalmente aos geógrafos Alexander von Humboldt e Karl Ritter, mas outros nomes como Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache também tiveram ativa contribuição nesse processo em que a Geografia se consolidou, no século XIX, formalmente, enquanto ciência nas universidades (DUTRA-GOMES; VITTE, 2012).

O século XIX é marcado pelo advento da Geografia Moderna na Europa, enquanto que no Brasil (Império), se tinha a “Geografia Escolar Clássica”, que foi tido como o momento de constituição do saber escolar no país e tem como marco, a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no ano de 1837. No colégio, se tinha um sistema escolar organizado e de referência para todas as outras escolas no território nacional, e a geografia era descritiva, enciclopédica e distante da realidade do aluno (ROCHA, 2000).

Somente no século XX que a sistematização da ciência geográfica acontece no Brasil, e a partir dos anos 1910, a Geografia Moderna chega no ensino escolar brasileiro. Por volta de 1930, há uma vinculação da Geografia Escolar com a institucionalização da Geografia Nacional, no qual se criam os cursos de graduação nas universidades e os órgãos oficiais. A década de 30 é amplamente relevante para o desenvolvimento da Geografia no cenário nacional, e um dos nomes mais importantes, é o do geógrafo francês radicado brasileiro, Delgado de Carvalho (1884-1980). Carvalho bebe da fonte da Escola Nova representada por John Dewey, que entende que é mais importante o processo em que se constrói o conhecimento do que o conteúdo que é ‘preciso’ adquirir, e o geógrafo também é um crítico à geografia da memorização e inexistente de conceitos e criticidade, comum no Império (ABRANCHES JR.; AZEVEDO; ARAÚJO, 2018).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foi bastante importante para o cenário educacional no país. A organização da Geografia Acadêmica, com a institucionalização no Ensino Superior, é marcada

com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. O curso superior em Geografia, também foi criado na Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, em 1935. Órgãos como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundada em 1934, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1937, contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da geografia brasileira, e para difusão do conhecimento (ANDRADE, 2019).

As universidades nacionais e os órgãos públicos fortaleceram a formação de geógrafos em território brasileiro, uma vez que, artigos e periódicos passaram a influenciar diretamente no ensino da geografia escolar e na elaboração de livros didáticos. Nesse momento, ainda existia uma geografia considerada descritiva, e foram os franceses Deffontaines, Monbeig e Ruellan, junto com Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, José Veríssimo da Costa Pereira e Josué de Castro, que começaram a desenvolver pesquisas de caráter científico no país (ANDRADE, 1999).

Por volta dos anos 40, nos últimos anos do primeiro governo de Vargas, até o final dos anos 70, apresentou-se a chamada por Abranches Jr., Azevedo e Araújo (2018) de Geografia Escolar Tradicional, que caminhou para consolidação da Geografia Nacional. O positivismo de Augusto Comte, que trata do conhecimento científico como única forma de conhecimento verdadeiro, influencia nesse contexto de uma Geografia inserida em debates científicos.

No pós-guerra, por volta de 1950, surge em virtude do advento tecnológico e econômico na ciência, a chamada “Nova Geografia”, que tem como método científico, uma Geografia quantitativa e teórica. Paul Claval em sua obra “Epistemologia da Geografia”, diz que a Nova Geografia foi bastante criticada por desconsiderar dados importantes e abandonar de certa forma, a preocupação com as relações homem-ambiente, dando enfoque maior nas reflexões dos sistemas econômicos, carecendo de renovação. A renovação vem a ser através da inclusão da experiência e das subjetividades dos seres e dos grupos sociais dentro de suas realidades, ou seja, na forma como o meio vai influenciar na ação dos homens. Entretanto, até obter-se essa renovação, existiram as tentativas (BARBOSA, 2012).

Foi no período histórico e político brasileiro, marcado pelo golpe militar instaurado em 1964, que surgiu a tendência quantitativista e teórica supracitada, pois era extremamente favorável ao governo militar, que deixava à margem, as implicações sociais e visava o crescimento econômico e os trabalhos baseados em estatística (ANDRADE, 1999). Nesse período, a educação não buscava desenvolver a criticidade e a Geografia Escolar era bastante ilustrativa.

Em 1970, na França, a Geografia Crítica propôs o rompimento da geografia que estava sendo feita, a partir do pensamento crítico e reflexivo, e sendo fundamentada no materialismo histórico dialético. Anos depois, essa corrente chega ao Brasil, junto com a abertura política que ocorreu nos últimos

governos militares, de Geisel (1974-1979) e de Figueiredo (1979-1985). Durante o processo de redemocratização, que aconteceu principalmente na década de 80, há uma possibilidade maior de discussão de temas científicos, um estudo comprometido com o meio social.

A Geografia apresenta-se enquanto ciência social, mas que também estuda a natureza apropriada pelos homens, envolvida pelo despertar do senso crítico dos estudantes. A Geografia Acadêmica tem afinidade com o Marxismo, e acaba sendo uma tentativa relativamente bem-sucedida de renovação, apesar de lenta, por incentivar a reflexão e a indagação no ensino escolar e acadêmico (MORMUL; ROCHA, 2013). É ainda na década de 80, que ocorre uma expressiva produção de livros didáticos bons de geografia e que a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) dá enfoque ao ensino de geografia, a fim de promover a divulgação de novos métodos e práticas.

Andrade (1999; 2008) não vê a Geografia Crítica de todo positiva, pois considera que engloba várias linhas de pensamento diferentes, em outros termos, não apresentaria uma uniformidade de pensamento e com isso não formaria uma escola, mesmo propondo a discussão do espaço geográfico e para as relações dele com a sociedade. O autor acreditava que no século XXI haveria ainda um interesse maior pela superfície da Terra, ligadas ao processo de globalização, seguindo os estudos da Geografia Brasileira em um processo infundável de evolução. Sobre esse aspecto, Segala e Leme (2015), refletem a respeito do papel do ensino de Geografia numa realidade pós-industrial, capitalista e globalizada. Para eles, há uma forte tendência de reflexão e entendimento dos processos voltados para o mundo do trabalho a fim de buscar amenizar ou superar problemas resultantes dessa realidade.

Breves Apontamentos Sobre Manuel Correia de Andrade

Manuel Correia de Andrade nasceu no contexto efervescente de mudanças sociais do final do século XIX e início do século XX em agosto de 1922, no Engenho Jundiá, localizado no município de Vicência, Zona da Mata Norte de Pernambuco (ANDRADE, 2019). Nesse sentido, sendo a sua família proprietária de engenho e inserida no contexto de uma aristocracia rural, desde cedo teve contato com a estrutura patriarcal e desigual do sistema produtivo da monocultura da cana de açúcar o que alimentou seu desejo de mudança social. Devido a essas características contraditórias do seu próprio espaço de convivência, Manuel Correia, buscou estudar essa problemática a fundo dando destaque para a análise da região Nordeste e do sistema açucareiro.

No âmbito da sua formação educacional, realizou o ensino primário no município de Vicência, se deslocando posteriormente para Recife, onde estudou desde o colegial até o ensino superior. Em específico concluiu o curso secundário no Liceu Pernambucano em 1939, momento em que realizou a prova para ingressar ao Ginásio e após isso iniciar no primeiro ano do Pré-Jurídico, essa etapa era

necessária na época para ingressar no curso superior de Direito. Já o segundo ano do Pré-Jurídico, foi cursado no Instituto Carneiro Leão (MARINO, 2014).

Depois desse processo, ingressou no Ensino Superior na Faculdade de Direito e Filosofia do Recife, onde se formou bacharel em Direito e passou a advogar a favor da classe trabalhadora (ANDRADE, 2019). Além do curso de direito, Manuel Correia estudou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, que posteriormente originou a Universidade Católica de Pernambuco, com a finalidade de cursar História e Geografia na primeira turma da instituição. Nota-se então que na década de 1940 cursou mutuamente diferentes formações superiores.

Esses aspectos apresentados demonstram a interdisciplinaridade da formação acadêmica de Manuel Correia, o que lhe possibilitou desenvolver um vasto conhecimento em Geografia, História e Economia, ampliando a sua análise teórica e prática a respeito da região Nordeste. Dessa interdisciplinaridade e experiência, escreveu vários livros sobre o Nordeste brasileiro e materiais voltados para o ensino da Geografia, contando com a parceria de Hilton Sette, que foi geógrafo, professor, escritor e membro da Academia Pernambucana de Letras. Devido a tais fatores, Manuel Correia de Andrade, tem atualmente uma grande importância na Geografia de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil. A interdisciplinaridade é um dos diferenciais dos professores acadêmicos de Geografia durante os séculos XIX e XX, conforme Carvalho (2019).

Somando-se a isso, é importante destacar as influências que recebeu ao longo da sua vida acadêmica. A abordagem regional de Manuel Correia é influenciada inicialmente pelo geógrafo francês Vidal de La Blache, que, por conseguinte, instigou o pernambucano a uma preocupação com a questão regional do Nordeste brasileiro, abordando conceitos de delimitação, descrição e explicação do espaço geográfico e suas divisões socioeconômicas existentes evidenciando as necessidades regionais. A Região é um conceito importante da Ciência Geográfica e o estudo de Manuel Correia evidenciaria aspectos elementares da sociedade de forma sistemática, compreendendo as ações e possíveis reações que o planejamento regional pode ensejar, algo que até hoje influencia o Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO, da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como uma de suas áreas de concentração, a Análise Regional e Regionalização.

Essa Geografia Regional presente no pensamento geográfico de Manuel Correia de Andrade era o seu principal enfoque alinhado com os estudos sobre a questão agrária, os fatores socioambientais da ocupação do espaço nordestino, as concepções teóricas sobre a ciência geográfica e também o ensino de Geografia, como aponta Andrade (2019). Manuel Correia de Andrade foi pioneiro no estudo mais crítico e dialético do espaço geográfico com destaque para a questão agrária e as relações

produtivas no Nordeste, tendo desenvolvido esse debate ainda na década de 1960, a partir da sua maior obra "A terra e o Homem do Nordeste" que foi publicada em 1963, sobre solicitação de Caio Prado Júnior.

Neste livro ocorre um processo marcante de regionalização do Nordeste que irá influenciar outras concepções e formas de delimitação dessa região. Nota-se nesse direcionamento teórico de Andrade (1973), um processo de junção entre uma Geografia Regional e um método histórico-dialético para a análise espacial das contradições e problemáticas sociais do Nordeste brasileiro (NETO, 2010).

Na sua preocupação em interpretar os problemas estruturais do Brasil, Manuel Correia sofreu contribuições dos discernimentos desenvolvidos por autores como Josué de Castro, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior (ARAÚJO, 2002). Evidencia-se que Andrade possuiu uma formação diversificada, com influência de pensadores de várias matrizes sociopolíticas, como Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, além de Marx e Elisée Reclus (MARINO, 2014). Já na esfera pessoal e política, Manuel Correia atuou como liderança de movimentos estudantis na oposição ao Estado Novo (1937-1945), defendeu o camponês e o direito da reforma agrária, dirigindo o Grupo Executivo de Produção de Alimentos no Governo de Miguel Arraes em Pernambuco, consolidou a criação de cursos de pós-graduação em Geografia e Economia na UFPE, bem como esteve a frente na presidência da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AMOROSO; IUMATTI, 2015).

A partir do seu discurso acadêmico e prática política, Manuel Correia de Andrade trouxe visibilidade para debates antes não discutidos no âmbito da Geografia mundial e brasileira e, especificamente, da caracterização do espaço agrário nordestino. Deixou também uma vasta bibliografia produzida ao longo da sua carreira que serve de referencial à pesquisa em Geografia, sobretudo referente a formação da espacialidade do Nordeste, suas dinâmicas políticas, territoriais e históricas.

Principais Contribuições de Manuel Correia de Andrade para o Ensino de Geografia

No início da sua formulação teórica e didática, é perceptível notar que o ensino de Geografia se voltou para um debate mais descritivo do espaço geográfico, como a memorização de lugares e a caracterização do relevo. Isso ficou marcado nos materiais didáticos, livros e apostilas da época (ROCHA, 2000). Essas características do ensino que almejavam trazer um aprendizado voltado para o reconhecimento da imponência natural do espaço geográfico brasileiro, estiveram ligadas aos interesses estatais que buscavam empreender um patriotismo cívico por meio da educação.

Desse modo, como discute Lacoste (1988), nota-se a influência dos mecanismos de controle estatal no ensino e na sistematização da Geografia. Essas origens geo-histórias devem ser analisadas para se obter um melhor panorama de tal temática, pois isso irá repercutir na implementação da Geografia no currículo educacional brasileiro. Como já discutido, é a partir de 1930 que a Geografia

institucionalizada começa a ser adotada, tanto no âmbito universitário, quanto na esfera da educação básica no Brasil. Mesmo com os trabalhos que foram realizados pelos centros acadêmicos secundários e superiores relacionados a Geografia, Andrade (2008), ressalta que:

A sua preocupação principal, sobretudo no ensino secundário, continuou a ser a de informar a respeito das várias áreas do globo terrestre, catalogando nomes de montanhas, de rios, de mares, de cidades, de países e de recursos produzidos. Era, assim, um ramo do conhecimento meramente informativo, que não estimulava a reflexão mais profunda (ANDRADE, 2008, p. 19-20).

Para Manuel Correia de Andrade, a Geografia deveria servir, então, como uma ciência interdisciplinar preocupada em solucionar os problemas socioeconômicos e as desigualdades regionais, adotando sempre um posicionamento crítico em relação à realidade vivenciada (ANDRADE, 1984). Esse pensamento vai de encontro então com a ideologia vigente na época, que buscava uma Geografia neutra em relação ao debate científico, e descritiva, com valores patrióticos no que condiz com a questão escolar.

A partir de 1952, Manuel Correia de Andrade, encerrou a sua atuação enquanto advogado passando a se dedicar totalmente ao ensino de Geografia e História. Lecionou essas disciplinas em vários colégios recifenses de cunho privado, a exemplo do Colégio Joaquim Nabuco, Leão XIII, Oswaldo Cruz e Americano Batista, assim como atuou na esfera pública na Escola Normal de Pernambuco e no Ginásio Pernambucano, onde foi professor catedrático, conforme Andrade (2019). No contexto do ensino superior, atuou inicialmente enquanto assistente do professor Gilberto de Osório no Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, realizando pesquisas auxiliares na área de Geografia Física e Regional, posteriormente assumiu a função de professor. Observa-se que o curso de Geografia foi iniciado na UFPE na década de 1950, estando presente já na década de 1940, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, atual UNICAP (ROCHA, 1954).

Esse cenário de institucionalização e avanço da Geografia no âmbito do ensino, irá exigir consequentemente a elaboração de materiais didáticos, a exemplo dos manuais de Geografia. No período de 1950 a 1970, ocorreu o crescimento e difusão considerável desses livros, sendo figuras centrais nesse processo, Aroldo de Azevedo, representando o eixo sul, e Manuel Correia de Andrade juntamente com Hilton Sette, representando o Nordeste. Em relação a esse assunto Manuel Correia comenta em entrevista concedida a Araújo (2002) o seguinte:

Naqueles anos, a Editora do Brasil, de São Paulo, resolvera adotar uma estratégia para enfrentar a Companhia Editora Nacional que tinha o monopólio da edição de livros didáticos. Para fazer livros, em São Paulo e no Rio, os melhores autores já estavam comprometidos. Então ele [o editor] resolveu vir para o norte pegar professores que escrevessem livros didáticos competitivos. Aqui ele contratou Hilton, que era um bom professor de geografia, competente, mas era um pouco lento. E tinha de fazer, de uma carrada, sete livros: quatro para o curso ginasial e três para o curso colegial. Hilton me convidou para me associar a ele.

Então, nós fizemos esses livros, que tiveram uma aceitação boa, no Brasil inteiro (ARAÚJO, 2002, p.102).

Nesse sentido, ocorre uma modificação no eixo produtivo dos livros didáticos, assim, os materiais elaborados por Manuel Correia e Hilton Sette, fazem concorrência aos livros publicados por autores já tradicionais nesse ramo. Dentre o conjunto das obras didáticas criadas por esses dois autores, podemos destacar algumas como: “Geografia do Brasil para terceira série ginásial, 1952; Geografia Geral para a primeira série ginásial, 1954; Geografia Geral para a segunda série ginásial, 1954; e Geografia Geral para a quarta série ginásial, 1956” (COSTA, 2010, p.68). Ainda segundo Costa (2010), esses manuais tinham grande enfoque regional e respeitavam o programa e o conteúdo curricular da época, mas já inovavam em alguns aspectos e terminologias.

No decorrer da década de 1970, Manuel Correia de Andrade, juntamente com Gilberto Osório, Mário Lacerda de Melo e Rachel Caldas Lins, fundou o curso de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), terceiro a ser criado no Brasil, sucedendo os cursos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Torna-se necessário ressaltar também, que esses nomes históricos da Geografia de Pernambuco auxiliaram claramente no desenvolvimento do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE e da Geografia no geral. Fato que ocorreu, por meio da realização de estudos, pesquisas, teses, aulas, encontros e eventos sobre os dilemas regionais do conjunto nordestino.

Na Universidade Federal de Pernambuco, Manuel Correia exerceu, ainda, a chefia do Departamento de Ciências Geográficas e a coordenação do Mestrado em Economia. Trabalhou também como professor no mestrado de Sociologia e no mestrado de Desenvolvimento Urbano. Dentre os vários títulos que recebeu, destacam-se os de Doutor Honoris Causa, por parte de três Universidades Federais: Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, e pela Universidade Católica de Pernambuco; além de ter sido homenageado com o título de professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco, em 1989 (MARINO, 2014).

Além disso, no cenário acadêmico, Manuel Correia de Andrade se opôs junto com outros professores à reforma universitária empreendida durante a Ditadura Militar (1964-1985), conforme relata em entrevista a Araújo (2002), ao destacar a perseguição política que sofreu em sala de aula nessa época. Esse processo foi uma imposição para que a estrutura da Universidade brasileira se ajustasse com a americana, a partir dos sistemas de crédito, além de acabar com as faculdades e criar os centros. Desse modo, ocorreria uma conseqüente desarticulação dos estudantes e dos movimentos estudantis, que foram tão importantes na construção sociopolítica de Manuel Correia de Andrade.

Percebe-se então, que para além da vida acadêmica e dos debates científicos, Manuel Correia de Andrade contribuiu para o andamento do ensino da Geografia a nível local e nacional, tanto no contexto escolar quanto no universitário, por meio do desenvolvimento de livros didáticos e da criação de cursos de pós-graduação. Além da sua constante atuação no campo docente, buscando dar destaque para uma Geografia de cunho crítico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manuel Correia de Andrade passou a sua vida estudando e desenvolvendo pesquisa sobre a região Nordeste e seus problemas sociais, bem como, atuando diretamente no âmbito do ensino. A sistematização da Geografia enquanto ciência ocorre, principalmente, devido a sua regulamentação no ensino superior e posteriormente na educação básica, tendo características cívicas e políticas bem determinadas, e essa sistematização ocorreu no Brasil, a partir da década de 1930. É nesse contexto que a obra do geógrafo Manuel Correia de Andrade está inserida, representando uma ruptura com os padrões desenvolvidos na Geografia, sobretudo relacionados à região Nordeste.

A contribuição de Manuel Correia de Andrade se estabelece também com a criação de livros didáticos e manuais para o ensino de Geografia, juntamente com o geógrafo Hilton Sette. Essa parceria rendeu uma série de livros que tiveram bastante prestígio na época e que já iniciavam uma perspectiva metodológica e didática mais crítica do que a noção tradicional sobre essa disciplina. No cenário da prática docente, Manuel Correia de Andrade atuou como professor da educação básica e do ensino superior, onde proporcionou a criação e desenvolvimento de programas de pós-graduação extremamente importantes na contemporaneidade.

Assim, por compreender a Geografia como uma ciência interdisciplinar, Manuel Correia de Andrade trouxe para o debate dessa área do conhecimento, uma visão crítica e reflexiva dos processos espaciais, o que impacta as suas obras como um todo e também o seu direcionamento no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES JR., N.; AZEVEDO, R. C. G.; ARAÚJO, L. R. O. A GEOGRAFIA ESCOLAR BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO A PARTIR DE DIFERENTES CONCEPÇÕES DIDÁTICAS. **Revista Ensino de Geografia**, Recife/PE, v. 1, n. 2, mai./ago./ 2018.

AMOROSO, M; IUMATTI, P. T. A construção de uma Biblioteca na trajetória de Manuel Correia de Andrade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 199-210, 2015.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. (Revista Atualizada) São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. C. **Poder político e produção do espaço**. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A construção da Geografia Brasileira**. Lisboa: Finis terra, XXXIV, 1999.

ANDRADE, M. C. **A Geografia no Contexto das Ciências Sociais em Pernambuco**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS Vol. 22 n° 65, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Ciência da Sociedade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, T. L. C. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na Geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais**. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2019.

ARAÚJO, R. C. B (Org.) BERNARDES, D, FERNANDES, E. M. **O fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade**. Recife: UFPE. Ed. Universitária, 2002.

BARBOSA, D. T. CLAVAL, P. EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA. TRADUÇÃO MARGARETH DE CASTRO AFECHÉ PIMENTA E JOANA AFECHÉ PIMENTA. FLORIANÓPOLIS: ED. UFSC1, 2011 (Resenha). **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, PE, v. 29, n. 3, p. 266-273, 2012.

CARVALHO, J. I. F. **Formação Inicial de Professores de Geografia por meio do PIBID: trajetórias formativas**. 2019. 160p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

COSTA, L. B. **Uma Leitura Sobre a Geografia Escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB), 2010.

DUTRA-GOMES, R.; VITTE, A.C. **Geografia: sobre sua unidade e fragmentação**. Terra Livre, São Paulo/SP, v. 2, ano 28, n. 39, p. 121-148, jul-dez 2012.

LACOSTE, Y. **A Geografia—Isso Serve. primeiro lugar, para fazer a guerra**, v. 3, 1988.

MARINO, L. F. **Manuel Correia de Andrade: um geógrafo voltado para as causas sociais**. Dicionário dos Geógrafos Brasileiros, vol.1, Editora & Letras, 2014, p.101-118.

MORMUL; N. M.; ROCHA, M. M. **Breves Considerações acerca do Pensamento Geográfico: elementos para análise**. In **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 64-78, set./dez. 2013.

NETO, L. G. Repercussões iniciais de A terra e o homem no Nordeste. **REVISTA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO**, v. 3, n. 1, p. 139-139, 2010.

ROCHA. G. O. R. Uma breve história da formação do (a) professor (a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 129-144, 2000.

ROCHA, T. A Geografia Moderna Brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, N.º -17 45, 1954.

SEGALA, F. J.; LEME, R. C. B. Caminhos da Ciência Geográfica: de sua Sistematização à Disciplina Escolar. **Anais do Educere- XII Congresso Nacional De Educação**, Curitiba, PR., ano 2015, p. 15312-15326, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18337_8947.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2022.

DO GEO-PROCESSAMENTO DO RACISMO AMBIENTAL AO RACISMO DO GEOPROCESSAMENTO: COMO MAPAS, CARTAS E PLANTAS INVISIBILIZAM A POPULAÇÃO PRETA EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Carlos Avelar de Melo

O presente estudo tem como missão analisar dados e informações produzidas e como servem de base para identificar territórios ocupados e suas correlações a partir da ótica educacional e do manuseio dos mesmos para atender a interesses econômicos-corporativos. Também, pode-se inferir a partir da presente proposta, como ocorre a reverberação de conhecimentos para a produção de representações semióticas e estudos de geoprocessamento para a configuração de bases cartográficas que demonstram o racismo ambiental presente nas periferias, bem como a ocultação desses dados a partir da omissão de informações do território.

O entendimento da dinâmica socioespacial por parte de uma quantidade de geógrafos, historiadores, sociólogos, arquitetos e profissionais de ciências afins ao estudo do espaço, se torna cada vez mais desafiador. Trazer a importância de uma parcela da sociedade para a pauta de discussões sobre o “como” atuar no espaço, considerando questões de “para quem” este espaço irá servir, vem ganhando força por parte daqueles/as que não apenas executam a gestão do espaço, mas também o estudam de forma contínua e o usam sobremaneira. É nesta perspectiva que este estudo se consolida, quando traz para o debate as temáticas acerca da população negra que se encontra em territórios da periferia e a partir do qual tem sua representatividade invisibilizada na ótica impressa por mapas, cartas e plantas direcionadas à representação de tais territórios.

É objetivo mais geral do projeto conhecer movimentos de segregação socioespacial a partir do prisma da cartografia com ênfase no processo de invisibilização nos territórios periféricos. Mas também, procura identificar como movimentos presentes no espaço geográfico evidenciam a segregação socioespacial; compreender como este processo segregativo é representado a partir do geoprocessamento; analisar como a cartografia se relaciona com este tipo de representação socioespacial; investigar processos de invisibilização da população preta em territórios periféricos e como estes processos são representados.

Sabemos como a relação entre a produção de dados para compor as bases cartográficas e geográficas dos municípios são flexíveis às mudanças vivenciadas no tempo real, bem como seu grau de vulnerabilidade a processos de manuseio/manipulação possíveis. Pensando nisso, identificar como os mapas, cartas e até plantas refletem o racismo ambiental é uma grita permanente, uma vez que se trata de uma instrumentalização escolar bastante presente em processos de formação na educação básica em Geografia.

Pensando isso, esta pesquisa propõe utilizar de informações produzidas pelos coletivos de estudos sobre as populações negras, bem como estudos e análises realizadas em Universidades e Laboratórios/Observatórios de Políticas Públicas voltadas para esta população e espaços de segregação. Conta ainda com Sistemas de Informações Geográficas – SIGs e Bases de Dados Cartográficos, bem como mapas, cartas e plantas de diversas naturezas que possam relacionar a

questão do racismo ambiental com a produção de materiais e a desigual distribuição socioeconômica da população.

O Espaço reflete as relações humanas presentes na dinâmica social. As representações desse espaço, são necessariamente reflexo também desta configuração, porém, é interessante observar que nessa teia de relações mediatizadas pelo processo preponderante do consumismo, na perspectiva urbano-capitalista, o espaço e suas consequentes representações são intermediadas pelo jogo de interesses, em que o mercado se apresenta como grande executor de infraestrutura e relações. Strauss (Apud SOUZA, 2005) afirma que *“Qualquer sociedade ou grupo social cria estratégias para interiorizar modelos culturais em seus integrantes. Isso assegura a manutenção dos seus valores e crenças e ajuda a sua autoestima”*.

Geertz (2008;03) traz uma reflexão importante no que diz respeito ao contexto de significados da busca da relação cultural de domínio socioespacial com a apreensão simbólica proposta num espectro que é indispensável, quando se observa a grita das periferias, enquanto espaços de vivências significativas. Sendo assim, ele afirma: *“O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e suas análises; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”*. (2008: 04)

É, portanto, a partir dessa relação simbólica, em que teias de relações são construídas que se buscam significados a partir dos acontecimentos sociais e ocasiões das vivências concretas a partir das relações culturais nas ciências, nas linguagens, nas artes, nas relações econômicas e nas religiões que se instauram as capacidades simbólicas de atribuir significados nos modos de pensar, sentir e agir. Para tal, identificam-se dimensões simbólicas da ação social, tendo como elementos de maior relevância as leis criadas para controle social e as ideologias que se disseminam nas sociedades como formas de pensar as ações concretas e suas representatividades simbólicas.

Como resultados temos uma conexão com o manuseio do conhecimento no que concerne a uma relação com a educação em espaços de aprendizagem, instrumentos incontestáveis nas interpretações e processos de formação humanos. Nesta mesma sequência, observamos a referência às relações de produção de dados e informações que foram sendo propositalmente e misteriosamente ocultados nos documentos semióticos.

Palavras-Chave: Geoprocessamento – Racismo Ambiental – Educação – Cidadania

TRILHA ECOLÓGICA CONECTADOS COM A NATUREZA

Ricardo André Guimarães de Holanda Brasil

RESUMO

A educação ambiental se tornou um dos grandes assuntos nos últimos anos e passou a ser um tema bastante relevante nos dias de hoje. As mazelas deixadas pelas grandes revoluções industriais ao longo do tempo, junto com as incertezas do mundo atual, nos fazem refletir sobre a nossa forma de tratar o nosso planeta. A Trilha Ecológica conectados com a natureza é um projeto que vem sendo desenvolvido com muito carinho em parceria com a Reserva Ecológica Aparauá, localizada na cidade de Goiana PE.

A trilha Ecológica na Reserva Aparauá, é um espaço destinado para se conectar com natureza e vem se mostrando como um elemento motivador na valorização dos princípios da educação ambiental, pretendendo criar um sentimento de pertencimento com os espaços naturais, com as relações de convivência e da preservação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, é um documento que reúne propostas contextualizadas e dinâmicas que devem nortear ações pedagógicas no espaço escolar, apontando a trilha ecológica como uma vertente personalizada na construção de sentimentos de valorização de ambientes naturais. Dentro da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída por meio da Lei federal 9.795, de 27 de abril de 1999, as trilhas ecológicas constituem-se como recurso que permite um intenso contato do visitante com os elementos naturais possibilitando múltiplos estímulos sensoriais e uma conscientização sobre a importância do meio ambiente, a partir da experiência e da reflexão (ROCHA, et al; 2010).

A Reserva Aparauá, fica à 70 km da cidade do Recife, é considerada um santuário ecológico, uma vez que, se trata de uma área de proteção ambiental (APA) de natureza privada, esse espaço é composto por um bioma de mata atlântica, nascentes, bicas, anfiteatro e toda uma infraestrutura de lazer em conexão com a natureza. As trilhas ecológicas interpretativas, são guiadas por profissionais, onde existe todo um planejamento, levando ao visitante a oportunidade da socialização, interatividade e conciliação das formas de conhecimento empírico, técnico-científico, dos saberes tradicionais e percepções da natureza, gerando novas mediações e padrões de inter-relacionamentos entre o grupo participante. As trilhas ecológicas interpretativas são inclusivas. Nosso objetivo é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem contando com a participação de todos de acordo com as necessidades individuais de cada estudante.

HISTÓRIA DE VIDA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM OLHAR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS, PAIS E PROFESSORES EM ESCOLAS DE PERIFERIA DO RECIFE -PE.

Vicente Celestino de França

INTRODUÇÃO

Atualmente muito se tem falado sobre a violência na escola. Isto porque ela já faz parte do nosso cotidiano. A nossa opção em estudar as Representações Sociais e a Violência Escolar, Professores, Pais e Alunos, indicam, sobretudo, a necessidade de pesquisarmos a violência em seu contexto mais amplo e seus desdobramentos na Escola.

Violência que se apresenta de diferentes maneiras e classificações. No entanto, qualquer que seja a tipologia, cada violência, da mais sutil a mais evidente, está relacionada a uma cultura de agressividade e uma cultura de dominação, em que o poder de uns se sobrepõe ao poder de outros.

A violência atinge a todas as pessoas e instituições. E, a escola, como instituição social, tem sido atingida pelas diversas manifestações de violência representadas pelas: delinqüência juvenil, tráfico de entorpecentes, movimentos de gangues e até homicídios praticados por crianças. Observamos também as manifestações de violência produzidas pelo sistema educacional traduzidas pela má qualidade de ensino, pela deficiência das políticas públicas, mantenedoras da exclusão social e dos privilégios às classes dominantes.

Nesta pesquisa, as Representações Sociais têm um papel fundamental, visto que elas não estão como um elemento casual, elas estão impregnadas de força, de contrastes e poesias. Elas não são produzidas no isolamento, por isso compõem-se de tanta riqueza e desafia todas as dimensões a uma compreensão mais rígida. Os sujeitos que figuraram o nosso estudo fazem parte de uma sociedade relacional-dinâmica. E suas falas, comentários e desenhos revelam seu modus vivendes, sua cultura e suas relações sociais.

OBJETIVO

- Conhecer as Representações Sociais sobre a Violência Escolar de Alunos, Pais e Professores em Escolas de Periferia da Cidade do Recife.

METODOLOGIA

Optamos por uma pesquisa qualitativa que teve como suporte teórico a Teoria das Representações Sociais do sociólogo Serge Moscovici. Onde para ele, estudar as Representações Sociais é fundamental porque possibilita compreender o modo de como o grupo humano constrói o seu conjunto de saber e expressam sua identidade social. Nesta Teoria, Moscovici (1993, p.237), retrata dois processos dialéticos: a ancoragem e a objetivação. Segundo este mesmo autor.

(...) o primeiro processo dirige-se à ancoragem das representações, trazendo-as a categorias e imagens cotidianas e ligando-as a um ponto de referência reconhecível. O segundo processo está direcionado para a objetivação, isto é, transformar uma abstração em algo quase físico, traduzir algo que existe no nosso pensamento em algo que existe na natureza.

O segundo referencial teórico diz respeito à Teoria da Violência de Michel Maffesoli (1987), como um dos pensadores que na atualidade melhor conceitua a violência:

(...) a violência (força), como elemento de 'potência' no jogo do dinamismo social. E como 'a lógica do poder', é a dominação, a redução ao uno" (apud GUIMARÃES, 1996, p.8).

Esta potência conduz ao pluralismo no exercício do poder e no convívio social. É ela que garante a ambivalência das forças políticas e sociais. Para Maffesoli, "a sociedade deste fim de século caracteriza-se pelo vaivém constante entre massificação e o desenvolvimento de microgrupos, entre a subjetividade e o coletivo". (ibidem, p.9).

É no contexto de violência em que vivem os sujeitos que pesquisamos. A violência faz parte de seu mundo e da sociedade. Pesquisamos seis escolas municipais da periferia da RPA (Região Política Administrativa) Nº 4, da cidade do Recife-PE, no período de janeiro à dezembro de 2022. É neste palco da vida que os agentes escolares estão construindo suas representações através de suas relações com os colegas, professores e familiares. É também o terreno das relações sociais, que verificamos a violência externa que penetra a escola e influenciam as representações dos alunos entre si, com os professores e com os familiares.

A pesquisa em execução nas escolas supracitadas com doze crianças (seis alunos e seis alunas) da quarta série de cada escola, como também doze pais ou responsáveis (seis de cada escola) e as professoras que atuam nas quartas séries.

RESULTADOS

Detectamos nesta pesquisa em curso as Representações Sociais da violência escolar vivida e pensada pelos pais, professores e alunos os resultados parciais, porque a pesquisa ainda está em execução, assim ordenados:

As Representações Sociais dos Pais:

Os pais representam a escola como um lugar de conflitos, visto que na pesquisa eles apresentam uma representação negativa da escola. Para eles a escola é um lugar muito violento, pela ação agressiva dos alunos, dos professores, dos próprios pais e dos agentes externos que atuam no entorno da escola.

As Representações Sociais dos Professores:

Verificamos na pesquisa, que o professor, imprescindível elemento na condução do saber, vive hoje rodeado de contradições e conflitos que abalam a prática docente. Dentre eles, a desvalorização profissional, os baixos salários, a queda na qualidade do ensino, ausência de condições materiais e pedagógicas ao magistério e o enfrentamento das agressividades e violência escolar no cotidiano.

Percebemos que os professores se representaram como uma classe literalmente desvalorizada frente à importância de sua função na sociedade, portanto, expressam viver um paradoxo: como responder a tantos desafios sem as condições necessárias para solucioná-los? Entre elas, a questão da violência escolar, nesta pesquisa evidenciada. No dizer de Manoel Correia de Andrade, as populações periféricas vivem na linha do subdesenvolvimento por ele entendido:

“(...) um terço da população vive nos países desenvolvidos, gozando de altos ou de médios padrões econômicos e sociais, enquanto dois terços da população vivem em condições de vida abaixo daquelas consideradas mínimas para uma subsistência razoável, para uma subsistência digna.” (ANDRADE, 1967, p. 13)

Os professores representam as relações que na opinião de Paulo Freire (1987) “*São concretas, existenciais, elas implicam um conhecimento, representam uma ação e implicam uma missão*” (Freire apud Jorge, 1979, p.52). Neste sentido à medida que os professores identificam na prática pedagógica, a violência escolar, ele é chamado a conhecer criticamente estas representações e ao mesmo tempo, no pensamento freiriano, ele, então, será capaz de se lançar para dar sua resposta frente ao desafio da violência da e na escola.

As Representações Sociais das Crianças:

As crianças representam a escola não como um mundo de paz e harmonia, mas como um mundo fechado sobre si mesmo, aprisionando-os numa trama de lutas e agressões. Neste aspecto fazem lembrar Michel de Foucault para quem a escola é companheira dos hospitais, das clínicas psiquiátricas, dos quartéis, dos conventos, pequenas prisões destinadas a disciplinar e a domesticar os corpos e as condutas.

A efetivação desta pesquisa em curso nos levou a uma ação concreta junto às comunidades educativas da periferia da cidade do Recife com a fundação da ONG Cultura de Paz, trabalhando nas escolas de área de risco, oficinas de prevenção à violência escolar com pais professores e alunos atualmente em excussão na Escola Municipal da Iputinga.

PALAVRAS-CHAVES: Violência, Representações Sociais e Escola.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. De: O Homem e a Cana-de-açúcar no Vale do Siriji. Recife, Museu do Açúcar, 1967.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**", Editora Vozes, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. São Paulo, Vértice, 1987.

MOSCOVICI, Serge. **Introductory address [to the 1st International Conference on Social Representations]**. Pappers on social representations, 2(3), 1993.

ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



VIDA E OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



A CONTRIBUIÇÃO DE “A TERRA E O HOMEM DO NORDESTE” (1963) DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE À GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA

João Marcellus Amorim Barbosa
Cláudio Ubiratan Gonçalves

RESUMO

Desde da chegada da Geografia ao nível superior de ensino no Brasil foi trilhado um longo caminho com a contribuição de diversos autores e obras fundamentais para a sua construção. Algumas dessas obras já importantes num contexto da produção nacional se tornam ainda mais indispensáveis ao falar mais especificamente da Geografia Agrária, como é o caso de *A Terra e o Homem do Nordeste* (1963) de Manuel Correia de Andrade. Este texto busca refletir quanto a contribuição dessa célebre obra do autor pernambucano para os estudos sobre a realidade agrária brasileira assim como seu impacto na forma de se pensar e entender esse universo rural dentro da academia.

Palavras-chave: Manuel correia, agrário, geografia

ABSTRACT

Since the arrival of Geography at the higher level of education in Brazil, a long path has been trodden with the contribution of several authors and fundamental works for its construction. Works that are already important in the context of national production become even more indispensable when talking more specifically about Agrarian Geography, which is the case of *A Terra e o Homem do Nordeste* (1963) by Manuel Correia de Andrade. This paper seeks to reflect on the contribution of this famous work by the author from Pernambuco to studies on the Brazilian agrarian reality as well as its impact on the way of thinking and understanding this rural universe within the academy.

Key words: Manuel correia, geography

INTRODUÇÃO

A história da geografia brasileira institucionalizada é parte de um processo geral que influencia toda a América Latina. São pouco mais de 90 anos de existência desde a sua chegada como disciplina na Universidade de São Paulo (USP). Foi instituída através do Decreto 19.851 de 1931, que regulamenta o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras, que regulamenta a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a primeira onde havia o curso de Geografia, neste momento conjunto ao curso de História, sendo a USP e atual UFRJ (antiga UDF) as primeiras universidades neste modelo. Já em 2014, 80 anos depois da fundação do primeiro, eram 161 cursos de licenciatura e 64 de bacharelado, ambos em Geografia distribuídos por todos os estados brasileiros (ROSOLÉM, 2014). É importante porém pensar sobre essa história lembrando que a Geografia não pode ser contida apenas no seu formato acadêmico mas que ela perpassa a existência e organização das sociedades humanas como afirma Moraes (2000) que a geografia “emerge em todas as épocas históricas, pois refere-se à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga” (MORAES, 2000, p. 2). Traçar a história da construção da Geografia através do seu caminho acadêmico é a limitação imposta pela própria forma como o conhecimento científico hegemônico se organiza de forma que “As geografias espontâneas do cotidiano e o saber geográfico incrustado em mitos e na literatura ficam de fora dessa orientação, que exprime uma epistemé própria - em termos genéticos - à cultura ocidental” (MORAES, 2000, p.3).

É impossível separar as reflexões geográficas da realidade da qual foram produzidas pois elas estão necessariamente atreladas às sociedades e espaços no qual são gestadas e ao tempo no qual estão inseridas. Ao refletir quanto a importância do elemento temporal no entendimento do discurso geográfico, Moraes (2000) afirma se impossível não levar em conta na hora de analisar esses discursos pois são eles “construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemés próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana.” (MORAES, 2000, p. 3) A história da geografia agrária brasileira é portanto, indissociável da história da geografia como um todo, por tanto acompanha os movimentos e reflexos que essa passou em seu caminho histórico. Ferreira (2001) comenta quanto a gravitação quase que inerente da Geografia para os temas do universo agrário, rural, dado o berço de nascimento dessa disciplina como campo do conhecimento científico. Ela afirma que essa concentração dos estudos na temática antes mesmo de uma reflexão profunda sobre o que viria ser uma geografia eminentemente agrária se justifica pois a “Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural.” (FEREIRA, 2001, p.41). Além do próprio caminho de produção

científica em si, foi crucial para o desenvolvimento e o enxergar desse campo quanto a suas especificidades quando começasse a ser refletir quanto ao próprio processo de análise “Alguns geógrafos, além de preocupar-se com o estudo da realidade propriamente dita, efetuaram a discussão e a sistematização teórica desse campo de conhecimento, dentro da Geografia” (FERREIRA, 2001, p.42). Em reflexão sobre a formação dos pilares da Geografia Agrária brasileira, Ferreira (2001) identificou certas periodizações que dizem respeito às transformações socioculturais vivenciadas em cada período e a natureza das produções acadêmicas. Enquanto nas primeiras décadas de institucionalização, 1930 e 1940, a divisão que prevalecia era entre a Geografia dita Humana e a Física, gozando a agricultura de um prestígio nos estudos acadêmicos devido a sua importância na realidade material, a partir de 1950 o processo de urbanização e industrialização ganhará centralidade na realidade econômica nacional e conseqüentemente destaque nas análises. A Geografia Agrária da década de 50 é dita pela autora como “imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica” (FERREIRA, 2001, p.47) . A autora cita os trabalhos de Fulano em 1961 e 1964 como demonstração do surgimento do interesse durante a década de 60 de se “definir como se daria o entendimento geográfico da agricultura ou o pensar geográfico sobre agricultura” (FERREIRA, 2001, p. 51). É nesse contexto que em 1963, Manuel Correia de Andrade lança *A Terra e O Homem do Nordeste* descrito por Medeiros (2010) como “um marco na Geografia Agrária brasileira, pois traz para o debate geográfico questões relativas à propriedade da terra, às relações de trabalho, às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, às intervenções e às ações políticas” (MEDEIROS, 2010, p.194).

Nascido em 1922, o advogado, historiador e geógrafo deixou uma contribuição próxima a 250 livros, artigos, anais e outras produções, além de sua atuação na Geografia Pernambucana, tanto nos cursos da UFPE e UNICAP bem como na FUNDAJ. Durante toda a vida o autor caminhou por diversas temáticas dentro do espectro da Geografia Humana, com uma dedicação especial às questões agrárias e regionais, onde em suas análises estruturais da sociedade nordestina, advogava pela urgência da realização de um projeto de reforma agrária, não homogeneizadora mas apropriada às peculiaridades de cada realidade produtiva da região (ALVES, 2017). Em sua mais famosa obra, *A Terra e o Homem do Nordeste*, publicada em 1963, Andrade realizou uma profunda e minuciosa análise regional, desmistificando as condições socioeconômicas de desigualdade para além de discursos apoiados apenas em características naturais como causa de um subdesenvolvimento econômico regional (ANDRADE, 1963). Mais que apenas uma obra dentro da extensa produção do geógrafo, *A Terra e o Homem do Nordeste* é sua mais célebre e é a que o fez ser considerado um dos pioneiros na área e que “ integra um grupo clássico de geógrafos que inicialmente construíram a Geografia Agrária Brasileira,

entre eles: Orlando Valverde, Pasquale Petrone, Manoel Seabra e Maria do Carmo Galvão, dentre outros. Estes autores são os responsáveis pelo início da construção da Geografia agrária brasileira. “ (MAIA, 1995).

A Terra e o Homem do Nordeste se destacou entre as obras da época porque nela o “processo histórico considerado como fundamental para a compreensão do espaço agrário e das diferentes relações sociais de trabalho e de produção ali desenvolvidas.” (MEDEIROS, 2010). O autor dá atenção às variações entre os processos históricos que se deram em cada parte do Nordeste e procura compreender o “papel que a forma da apropriação da terra e dos recursos naturais, desde a gênese do povoamento até recentemente, desempenham nas relações de produção e de trabalho e como isto tem seu rebatimento na vida das pessoas, notadamente no campo que foi o objeto central de sua análise” (NETO, 2010). Em um momento em que a Geografia ainda não havia rompido completamente a linha entre descrição e explicação, a obra “se destaca tanto pelo pioneirismo como pela audácia de produzir, já nos anos 1960, uma geografia regional histórico-crítica centrada na denúncia da problemática do desenvolvimento desigual brasileiro, sobretudo das desigualdades internas, como ele afirmaria, da região Nordeste.” (SAQUET, 2011).

Este trabalho tem, portanto, o objetivo de se somar à reflexão conjunta quanto ao impacto do livro *A Terra e o Homem do Nordeste* e sua contribuição para o desenvolvimento da Geografia Agrária Brasileira. Busca-se se entender as peculiaridades e novidades, tanto em informações quanto em práticas metodológicas que o fazem tão especial e marcante nos estudos agrários e que o tornam uma rica fonte não apenas no seu momento de lançamento mas até a contemporaneidade.

METODOLOGIA

Este trabalho herda o caminho trilhado entre os autores durante um projeto de iniciação científica sobre a mesma obra. Para entender não só a obra mas também seu impacto e contribuição foi necessário a leitura comparativa entre autores que já fizeram reflexões tanto quanto a obra e trajetória de Manuel como da trajetória da própria geografia agrária brasileira, sendo eles Medeiros (2010), Saquet (2011), Ferreira (2001), Correia (2011), Maia (1995), Barros (2014), entre outros, assim como uma leitura sensível da obra em si buscando encontrar os elementos da obra dialogados por essas produções assim como para relacionar as próprias impressões juntamente à estas reflexões anteriores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de uma abordagem que busca abarcar ao mesmo tempo o singular e o plural, Manuel desconstrói o imaginário generalizado e simplista sob o qual até então era enxergada região Nordeste à medida que pinta detalhadamente o complexo quadro resultante de diferentes transformações espaciais

ao decorrer do tempo neste território. Composta de terras e homens diferentes, essa região de contraste como diz o próprio autor é minuciosamente entendida em suas relações intra regionais, em seus aspectos sociais e econômicos, construída por séculos de invasão e apropriação da terra pelos europeus e enraizado definitivamente a partir implantação da monocultura açucareira que se instala inicialmente nas áreas úmidas litorâneas. A solidificação desse projeto se dá com dificuldades e de forma cruel, destruindo os “empecilhos” que se colocam no território, como a resistência dos povos indígenas, tanto à escravização quanto a própria ocupação de suas terras, visto que as áreas propícias ao cultivo já estavam ocupadas, além da resistência dos escravizados vindos do continente africano. Paralelamente a esse empreendimento inicial de constituição da estrutura agrária, há a vinda de técnicos, homens livres, destinados a parte técnica da produção do açúcar propriamente dito, purgadores, caixeiros dos engenhos, que com alguns lavradores livres formavam uma espécie de pequena classe média rural nas terras litorâneas

Guiada em direção contrária, da foz à nascente, as expedições começam a adentrar o para o interior, o popular “agreste” tendo a pecuária um dos principais fatores que motivaram essa expansão. Sendo uma atividade intimamente associada ao cultivo de cana, tanto no uso da tração animal nos engenhos, mas também relacionada ao transporte de variados tipos de carga, a contradiz a medida que demandava espaço para que esses animais pudessem pastar. É no Agreste que surge o outro principal produto do Nordeste colonial: o algodão. Cultivada desde sempre, mas passado um período de menor atenção, voltou a aparecer com força nos séculos XVIII e XIX, dada a invenção da máquina a vapor e desenvolvimento da indústria têxtil no mundo, e também fatores mais localizados, como a popularização de alguns tecidos mais baratos de produção local como o “algodãozinho”. Esses fatores combinados fizeram o algodão permanecer forte até meados de 1940. A cultura do algodão marcou diferencialmente as relações de produções agrestinas, que por si só já distanciaram das litorâneas. Sua produção não requer um capital inicial nem propriedades tão grandes quanto o da cana de açúcar, além de sua industrialização não possuir prazos tão curtos quanto os da produção do açúcar.

O Sertão tem em sua história de ocupação um misto do Litoral e do Agreste. De lado as longínquas propriedades, conquistadas através do estabelecimento de currais ao longo das margens de rios que adentravam, como o São Francisco, Parnaíba. Os senhores de engenho construíram grandes propriedades de terra através dessa ação e como autor salienta “Construíram assim os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior que muitos reinos europeus pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e afluentes” (ANDRADE, 1963, p.180). As grandes extensões de terra concentradas nas mãos

de uma pequena aristocracia vão ser mais tarde empecilho ainda maior para que essas velhas estruturas herdadas da colonização sejam de fato dinamizadas e substituídas, sobretudo a partir do momento da lenta transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado. Com o encarecimento e posterior fim do comércio de escravos, os senhores de engenho passaram a se valer mais de uma mão de obra livre, não assalariada, mas a qual era permitida utilizar e cultivar terras dentro de sua propriedade. Essa mão de obra livre fragilizada e sem muito recurso fora sua força de trabalho, acabava por cair numa armadilha para garantir a sua sobrevivência, sendo obrigada a não só participar do processo que envolvia o cultivo, mas também fornecer da sua própria pequena produção desenvolvida nas ínfimas terras cedidas ou arrendadas temporariamente, além de ter os senhores de engenho como os únicos fornecedores de produtos que não eram produzidos dentro daquele território. Endividados e sem muitas possibilidades, se viam vulnerabilizados e incapazes de sair daquela situação de caráter servil, uma vez que a realidade nos arredores seria provavelmente semelhante.

O grande elemento de união de *A Terra e o Homem do Nordeste* é sem dúvida o agrário. O autor principia pela constituição embrionária dos latifúndios, as porções de terras infinitas das sesmarias, a dualidade do algodão e seu incentivo a pequena propriedade, as lavouras de abastecimento local e as culturas adaptativas. Além de construir essas paisagens locais, dentro das já conhecidas subdivisões Litoral, Agreste e Sertão, o autor conecta esses entrepostos conforme a sua necessidade mutual para existência, relacionando essas realidades singulares em um mapa maior de interações intra regionais, como exemplifica nos corumbas, trabalhadores migratórios cujo os fluxos são definidos pela necessidade maior de mão de obra em cada sistema produtivo nas diferentes periodicidades e ciclos agrícolas. Tudo isso através de uma visão em movimento, dialogando passado com possibilidades futuras, como comenta Neto (2010)

“Em lugar de apresentar uma descrição estática ou de congelar ou cristalizar a estrutura produtiva de cada unidade, o que se percebe na análise do autor é a ênfase na gênese e no desenvolvimento do processo produtivo e das relações existentes entre os que participam da atividade econômica. Essa forma de abordagem não somente reconstitui o passado mas deixa antever que a atual estrutura é passível de modificações e transformações” (NETO, 2010, p.145)

Saquet (2010) destaca que a obra ao tocar na concentração de terras na região, as relações de trabalhos e as formas de produção se configura como “ uma geografia crítica e de denúncia das condições de trabalho e vida no espaço agrário do Nordeste brasileiro” (SAQUET, 2010, p.) Manuel Correia é atencioso nas diferentes configurações de produção em cada recorte da região Nordeste, minuciosamente pensando e repensando os efeitos das diferentes atividades econômicas no decorrer dos séculos desde a invasão portuguesa. Mais do que uma visão panorâmica e descritiva, Andrade tem uma prática geográfica ativa e concreta, que sem largar mão de conceitos e elementos mais próprios de

produção intelectual. Medeiros (2010) ao caracterizar a obra, afirma que “sua simplicidade transparece ao afirmar sua falta de rigidez em metodologia ao escrever um livro, pois no seu entender a metodologia é um meio, não um fim em si.” (MEDEIROS, 2010) demonstrando esse caráter expansivo da obra, capaz de abranger e envolver diferentes públicos dada o seu dinamismo e proximidade com a realidade.

Detém uma reflexão profunda quando aproxima fatores aparentemente contrastantes como a compreensão do tempo e a produção espacial dos diferentes processos agrários, responsáveis por um desenvolvimento desigual e articulado em escala regional, condicionados por uma série de condições naturais singulares e atividades econômicas específicas a cada território. Mais que isso, é também um espelho teórico-metodológico onde elementos da dialética, reflexões sobre os modos de vida, escala, região e heterogeneidade regional se fazem presentes para a construção de propostas práticas de desenvolvimento regional e econômico, em uma produção comprometida com sua aplicabilidade à realidade. CORREIA (2010) comenta sobre essa eminente aplicabilidade das ideias de Manuel e que isso trouxe o seu destaque pois “chamou a atenção do mundo acadêmico e tomou conta das rodas políticas e dos programas partidários, pois a sua interpretação implicava a definição das estratégias de mudanças socioeconômicas do país” (CORREIA, 2010, p.83). Numa conjuntura política de desenvolvimento e modernização, Andrade defendia que “modernizar não é apenas transformar, como sinalizam alguns grupos que se beneficiaram e ainda se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor e nisso o camponês deve ser não apenas objeto, mas também sujeito dessa modernização”. (ANDRADE, 1995)”.

Existem três eixos centrais os quais podemos refletir a partir da obra em destaque desta pesquisa, importantíssimos para refletir sobre as questões agrárias: São eles: região de contraste, propriedade da terra e formação do campesinato. Essas três ideias-chaves vão aparecer a todo momento ao longo da argumentação do autor e dão a solidez para entender como esse fio segue correndo. Através da diferenciação territorial e a ênfase nas diferentes relações de produção que se dão conforme a variação de interesses, potencialidades e dificuldades especialmente diversificado, Andrade demonstra a necessidade de vislumbrar essa região de contrastes, como a expansão do capitalismo produziu diferentes realidades espaciais interligadas conforme esses interesses vão fluando em diferentes produtos, espacialidades e temporalidades. Barros (2014) refletindo quanto às relações de trabalho em *A Terra e Homem do Nordeste* enfatiza como essas raízes tornam estes movimentos cíclicos que se retroalimentam, quando diz “Isto resultou que em um obra que explicita que a própria estrutura agroexportadora com falta de desenvolvimento cultural que provia mão-de-obra mal qualificada era muito

resistente as ações voltadas para a mudança e que estava constantemente se fortificando pelo seus próprios aspectos culturais” (BARROS, 2014).

A contribuição gigante de Manuel fica evidente na quantidade de menções feitas a sua obra, principalmente quando se fala do seu impacto no momento de lançamento quanto a forma de se entender o mundo agrário dentro da geografia. Sua obra surge num momento mais marcado pelo positivismo e uma neutralidade “sagrada” dentro da ciência e é isso que impulsiona seu destaque. Campos (2011) fala sobre essa espécie de vanguarda que vai começar a trazer para dentro das reflexões acadêmicas as realidades sociais e diz que dentro da Geografia “destaca-se Manuel Correia de Andrade, crítico que, em 1963, com o lançamento da obra *A Terra e o homem no Nordeste*, incorporou à Geografia a discussão sobre os movimentos de luta pela terra na região Nordeste brasileira” (CAMPOS, 2011). O grande passo de Manuel, em sua obra é portanto, integrar as até então excluídas categoria de análise, no enxergar da problemática agrária, interligando o seu processo de construção histórico desde o início da colonização até seu momento, sem pretender ser apenas uma capitulação, mas lançando proposições para aquelas mazelas e problemáticas que foram escancaradas pela análise. Para aquela situação de desemprego, fome, miséria, que o discurso político comum atribuía a condições climática, a reflexão de Manuel foi profunda, não apenas quanto às causas, mas o que fazer em relação a suas consequências, para avançar rumo a outro caminho que não a perpetuação daquelas estruturas de exploração. Neto (2010) discorre quanto à importância da obra, diz quanto a ela que

Trata-se de um painel que analisa, no tempo e no espaço, as formas de relação entre os homens no processo produtivo, levando em conta ademais os ciclos de produção que na história do Nordeste surgiram, se expandiram, desapareceram, transformaram-se, numa apresentação que capta um dinamismo com um nível de detalhe que não é comum na literatura sobre o tema. (NETO, 2010, p. 149)

A obra de Manuel surge num momento em que o debate das questões regionais está começando a mudar de cara no Brasil e no mundo, no final da década de 50 e início da década de 60, um período marcado pela ascensão da visão positivista, em detrimento das clássicas leituras de região, mais empiristas, influenciadas principalmente pelas escolas alemãs e francesas, essa última, com predominância na Geografia Brasileira até então. Saquet (2011) ressalta a importância do pioneirismo de Manuel nas mudanças na Geografia Brasileira e caracteriza *A Terra e o Homem do Nordeste* como “uma fonte fundamental de análise para os estudos sobre a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo, antecedendo o processo de renovação da geografia brasileira desencadeado nos anos 1970.” (SAQUET, 2011). O livro detém uma reflexão profunda quando aproxima fatores aparentemente contrastantes como a compreensão do tempo e a produção espacial dos diferentes processos agrários

e é um convite a enxergar com outros olhos as verdades estabelecidas até aquele momento. Neto (2011) faz uma bela síntese do que pode-se tentar definir essa obra tão marcante

“Em lugar de apresentar uma descrição estática ou de congelar ou cristalizar a estrutura produtiva de cada unidade, o que se percebe na análise do autor é a ênfase na gênese e no desenvolvimento do processo produtivo e das relações existentes entre os que participam da atividade econômica. Essa forma de abordagem não somente reconstitui o passado mas deixa antever que a atual estrutura é passível de modificações e transformações. A história, para Manuel Correia, retrata o processo dinâmico das múltiplas relações do homem com o meio ambiente e dos homens entre si na produção (NETO, 2010, p.145.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trabalha uma obra tão extensamente visitada como a *Terra e o Homem do Nordeste* é ingênuo tentar buscar o nunca visto, o inédito. Este livro de Manuel requer na sua interpretação a mesma sensibilidade que o autor incutiu em suas palavras. Não é qualquer livro temático de cunho acadêmico que se encerra em seu ciclo de reflexão mas uma obra propositalmente construída para envolver o leitor naquela realidade e estimular que através daquele envolvimento e do que foi apresentado ele possa construir a sua impressão. Portanto, o esforço deste artigo é de mais uma vez retomar a discussão em volta do debate atentando para a pertinência da análise da Manuel ainda hoje. Conhecer a história e os processos que influenciaram as mentalidades vigentes dentro da Geografia acadêmica nos ajuda a tentar entender que barreiras podem existir entre essas apreensões e a realidade propriamente dita, os pontos cegos que tentamos encontrar e não conseguimos.

A questão agrária é um problema ainda não solucionado e por isso atual. Assume relevância no campo da política e economia nacional, de forma que problemáticas como: ocupação de terras, concentração fundiária, precarização do trabalho no campo, são realidades tão próximas que facilmente podem ser conectadas à realidade de qualquer indivíduo através de algo imediatamente próximo a ele. A mistificação das problemáticas e dos trabalhadores rurais, demonização dos movimentos sociais de origem camponesa, criaram cortinas aos olhos menos atentos, não permitindo a visualização de até onde estão as conexões entre o cotidiano e os processos relacionados ao espaço agrário brasileiro.

A compreensão da estrutura agrária, a medula óssea do estado nacional moderno, é indispensável para compreender a fundo a realidade atual não apenas do Brasil como um todo, mas também de suas diferentes manifestações em cada região, sem cair na superficialidade da questão quanto a realidades regionais específicas. O espaço agrário é indissociável da vida urbana, presente a todo momento na alimentação, vestuário, bens de consumo em geral sem tratar dos costumes e formas do âmbito da cultura política. Latifúndios improdutivos, uso excessivo de agrotóxicos, concentração de terras e desvalorização da produção familiar camponesa são evidências cujos efeitos não se limitam ao que se pensa como agrário, mas desencadeiam reações na sociedade como um todo.

É hoje um texto fundamental na Geografia Agrária Brasileira pois buscou entender a realidade através da propriedade privada de terras e as relações de trabalho no campo. Nesse caminho, vai-se encaixando os fatores sociais, econômicos, políticos, naturais, e como eles influenciam e são influenciados por essa estrutura latifundiária agrícola exportadora, que não tem seu fim nas áreas rurais, mas estão concomitantemente interligada em complexas relações rural-urbano. A geografia de Manuel é comprometida com os territórios, com a transformação desses espaços a partir das suas potencialidades natas ao seu povo e seu contexto, às luzes das amarras históricas que impedem esse processo. Em um momento de avanço mais rápido e avassalador do capitalismo que já vivenciamos, essa obra relembra outros momentos de transição desta máquina esmagadora, e como apesar da aparente impossível resistência a ela, a resiliência e força do povo em permanecer na luta pelo seu direito à vida e reprodução do seu modo de vida.

A Terra e O Homem do Nordeste apesar de ainda estar a caminho de completar seus 60 anos, é o recipiente perfeito para o que se chama de clássico. Rompedora de barreiras no momento de seu lançamento, sua abordagem parece permanecer atual, visto que grande parte das problemáticas identificadas pelo autor continuam sem solução, como a concentração de terras, que por si só rebate em vários outros problemas, a falta de terras para cultivo da população camponesa, a segurança alimentar popular prejudicada pelos cultivos em larga escala orientados apenas sob a lógica de exportação, o subemprego derivado do grande poder de barganha que essas terras concedem aos seus proprietários e a vulnerabilidade do povo camponês frente a incapacidade de poder garantir sua alimentação e sobrevivência sem ter a sua força de trabalho completamente alienada. Ainda que a realidade do campo tenha se transformado em velocidade cada vez maior nos últimos anos, permanecem velhos problemas, heranças coloniais, que mudam de nome, endereço, slogan, se repaginam e se modernizam conforme a necessidade e as novas burocracias para as quais precisam obedecer para que possam permanecer em funcionamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra. **A Política e O Espaço Agrário na obra de Manuel Correia de Andrade**: Questão social, disputas territoriais e o Nordeste espaço sagrado. *Geographia Opportuno Tempore*. Londrina v. 3, n. 2, p. 59-72, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1963.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: IPESP/ Hucitec, 1995.

BARROS, R. A. A.; SOUZA, L. E. S. , **Revisitando Manuel Correia de Andrade e a formação econômica nordestina: a questão das atividades econômicas**. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v.30, p. 173-187, 2013.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. O CONCEITO DE PARADIGMA NA GEOGRAFIA:: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Maceió, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12109>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CORREIA, Cícero Gomes. A questão agrária em Manuel Correia de Andrade. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. s.n., ed. Edição especial, p. 81-90, ago 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/264>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, 1º Semestre 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/349>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MAIA, D. S. O pensamento de Manuel Correia de Andrade e a sua obra A Terra e o Homem no Nordeste. In: **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e cidadão**. Natal: UFRN, 1995. p. 182.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. 1, ed. Edição Especial, p. 193-203, ago 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/291>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia, **Terra Brasilis (Nova Série)**: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, [s. l.], v. 2, 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/319>. Acessado em: 14 de maio de 2022

NETO, Leonardo Guimarães. Repercussões iniciais de A terra e o homem no nordeste. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. 1, ed. Especial, p. 137-152, ago 2010. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/293>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ROSOLEM, Nathalia Prado. Contexto histórico da institucionalização dos cursos de Geografia no Brasil no período de 1934 a 2014. In: ENANPEGE, XIII., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562510548_ARQUIVO_ROSOLEM,N.P.ARTIGO_ENANPEGE.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2022.

SAQUET, Marcos Aurelio. CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO DA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE: GEOGRAFIA, REGIÃO, ESPAÇO E TERRITÓRIO. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 2, ed. 21, 2º semestre 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1481>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE. **Revista Geografica da América Central**, Costa Rica, ed. Número Especial EGAL, p. 1-16, II Semestre 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/3039/2907/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JOAQUIM NABUCO E O SABER GEOGRÁFICO: UMA LEITURA A PARTIR DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Noême Martins de Araújo
Alyne Karollayne Melquiades da Silva
Hugo Arruda de Moraes

RESUMO

O geógrafo Manuel Correia de Andrade foi um profundo conhecedor da Geografia científica e prestigiado em várias áreas das ciências sociais em todo o território nacional. Segundo esse autor, há enorme contribuição nas concepções de Joaquim Nabuco, principalmente na obra *O Abolicionismo*, a qual – revestida de denúncias da realidade socioeconômica e territorial do país no período oitocentista –, tem potencial para ser enquadrada como saber geográfico. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir a atualidade sóciogeográfica do pensamento de Nabuco (2019), a partir de pressupostos apontados por Andrade (1977, 1991, 1998, 1999, 2002, 2007). Os procedimentos metodológicos pautaram-se em pesquisa bibliográfica e documental, também se empregou a hermenêutica como recurso à investigação dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão e interpretação do conteúdo central. Os principais resultados obtidos demonstraram que Joaquim Nabuco apresentou um conjunto de obras de grande relevância para os estudos históricos, sociológicos e geográficos do Brasil, principalmente ao discorrer sobre as bases do processo de construção da sociedade brasileira, enquanto uma nação inacabada, situando os escravos como os protagonistas dessa feitura. Outrossim, os problemas apontados por Nabuco, naquele período, são ainda recorrentes na contemporaneidade, corroborando a hipótese levantada por Manuel Correia acerca da atualidade desse intérprete brasileiro.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Saber Geográfico; *O Abolicionismo*; Joaquim Nabuco

ABSTRACT

The geographer Manuel Correia de Andrade was a profound connoisseur of scientific Geography and was renowned in various areas of the social sciences throughout the national territory. According to this author, there is an enormous contribution in the conceptions of Joaquim Nabuco, mainly in the work *O Abolicionismo*, which refers to the denunciation of the socioeconomic and territorial reality of the country in the 19th century -, it has the potential to be framed as geographical knowledge. In this sense, this article aims to reflect the current sociogeographic thinking of Nabuco (2019), from assumptions pointed out by Andrade (1991, 19998, 1991, 2007). The methodological procedures were based on bibliographic and documentary research, hermeneutics was also used as a resource for the investigation of texts that deal with the theme, which allowed the understanding and interpretation of the central content. The main results obtained showed that Joaquim Nabuco presented a set of works of great relevance to the historical, sociological and geographical studies of Brazil, mainly when discussing the bases of the process of construction of Brazilian society, as an unfinished nation, placing the slaves as the protagonists of this achievement. Furthermore, the problems pointed out by Nabuco, in that period, are still recurrent contemporaneity, proving the hypothesis raised by Manuel Correia about the actuality of this Brazilian interpreter.

Key words: Manuel Correia de Andrade; geographic knowledge; *O Abolicionismo*; Joaquim Nabuco.

INTRODUÇÃO

As obras de Manuel Correia de Andrade se destacam por abranger uma infinidade de temas contemplados pela Geografia; são textos e reflexões que abarcam, desde aspectos rurais, urbanos, ambientais, perpassando também por questões epistemológicas, teóricas e metodológicas próprias da ciência geográfica. Dentre tais abordagens, uma de suas preocupações tem estreita relação com o pensamento geográfico e a realidade brasileira.

Em relação a isso, Andrade (2007) demonstra que a delimitação da Geografia no espaço e no tempo e, simultaneamente, a compreensão das relações e das trocas que este conhecimento mantém com as ciências adjacentes – sejam sociais, sejam naturais – são centrais para o surgimento de um saber geográfico. Nessa perspectiva, o geógrafo pernambucano alerta para o fato de o conhecimento científico não ficar limitado a um único tempo, nem restrito a um espaço específico; esse evolui, passa por constantes transformações, assim, modificando-se continuamente.

Nesse sentido, Andrade (2007) afirma que o processo de transformação ocorrido no século XIX e no início do XX possibilitou uma série de estudos que, embora não fossem reconhecidos como geográficos, deram amplas contribuições a essa disciplina. O autor defende que, antes mesmo de existir uma Geografia institucionalizada no Brasil, havia um grande interesse e preocupação por assuntos relacionados a ela, os quais eram abordados, frequentemente, nas obras dos “cientistas sociais não-geógrafos”. (ANDRADE, 1977, p. 26).

Diante disso, considera que o conhecimento geográfico brasileiro tem fôlego para fazer frente ao pensamento geográfico internacional – obviamente sem refutá-lo, porquanto os modelos, as ideologias e os princípios teóricos nacionais podem, seguramente, ser elaborados tomando por base as produções da “inteligência brasileira”, desvencilhando-se da função de mera continuidade da erudição de outros povos. Dessa forma, o conhecimento geográfico assume o protagonismo da própria história através dos profundos conhecedores da realidade do país. (ANDRADE, 1977).

Com base nesse pressuposto, faz-se notar a necessidade de um movimento epistemológico submetido à revisão do conhecimento geográfico situado em produções de inúmeros pensadores/autores não geógrafos. Este, possivelmente, seria um percurso fundamental para os avanços teórico-metodológicos na ciência geográfica.

Nessa óptica, reconhece-se a atualidade das ideias proferidas pelo abolicionista Joaquim Nabuco não somente pelo saber histórico contido em seus livros, como n’*O Abolicionismo*, mas também devido à pertinência geográfica apresentada nas produções desse intelectual. Para Andrade (1977), Nabuco (2019 [1883]) conferiu relevantes contribuições à construção da nação ao explicar o modo como

as relações sociais e econômicas, baseadas na escravidão, configuraram o território nacional, explicitando o processo de ocupação do espaço e a produção econômica, ambos protagonizados pelos trabalhadores escravos.

Tomando por base tais observações, apontamos que o principal objetivo deste escrito é refletir a atualidade sócio geográfica do pensamento de Joaquim Nabuco, a partir dos pressupostos apontados por Manuel Correia de Andrade (1977). Para contemplar o objetivo proposto, buscou-se efetuar uma revisão bibliográfica dos seguintes textos de Andrade que abordam o referido assunto: *O pensamento geográfico e a realidade brasileira* (1977); *Atualidade de Nabuco* (1999); *Abolição e Reforma Agrária* (1991), incluindo o prefácio do livro *A escravidão* (1988 [1870]) de Joaquim Nabuco, cuja responsabilidade de escrita ficou pelas mãos do ilustre geógrafo. Ademais, pretendeu-se revisar, de forma sintética, o livro *O Abolicionismo* (2019 [1883]), também de Nabuco, na tentativa de dialogar e perceber as evidências postas por Manuel Correia.

No que tange ao método utilizado para a construção deste artigo ora apresentado, além da pesquisa bibliográfica e documental, empregou-se a hermenêutica como recurso metodológico à interpretação dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão e interpretação do conteúdo central, porquanto

A partir de uma abordagem hermenêutica poderíamos dizer que o texto é a mensagem, a fala, o discurso dos sujeitos; o contexto do texto passa a ser o contexto social-político-econômico-cultural-vital dos sujeitos que fazem a experiência do processo educativo, como uma formação crítica ou como alienação. (GHEDIN, 2004, p. 5).

Essa perspectiva de abordagem dá-nos subsídios para utilização desse procedimento como caminho investigativo no tocante aos escritos teóricos e literários.

Nesse sentido, o presente escrito estrutura-se em duas seções, além de uma subseção. A primeira nomeia-se *O pensamento geográfico e a interpretação da realidade brasileira*, na qual refletimos sobre a necessidade de investigar a hordiedade nacional como percurso para o fortalecimento de um saber centrado nos aspectos das experiências espaciais brasileiras. Seguidamente, pontuamos no seccionamento *Atualidade do pensamento de Joaquim Nabuco: os pressupostos de Manuel Correia de Andrade*, argumentos teóricos tecidos por ambos os autores que ratificam não apenas a característica inovadora de Nabuco (2019), mas reafirmam a pertinência inquiridora de uma dos mais prestigiados nomes da Geografia brasileira. O último segmento, intitulado *Da abolição à (não)Reforma Agrária: As influências da escravidão no Brasil contemporâneo*, apresentamos dados atualizados acerca dos resgates de pessoas submetidas ao trabalho análogo à de escravo entre 1995 e 2021, bem como dos conflitos no campo em consequência da concentração fundiária com recorte temporal de 2012 a 2021, relacionado-os com os apontamentos de Manuel Correia e Joaquim Nabuco.

O Pensamento Geográfico e a Interpretação da Realidade Brasileira

Normalmente, ao depararmos-nos com a expressão “pensamento geográfico”, logo remetemo-nos aos intelectuais europeus clássicos, responsáveis pelo desenvolvimento das teorias geográficas basilares para o estabelecimento da Geografia científica, fato ocorrido primeiramente na Europa. Esses pressupostos, em consonância com a experiência profissional de seus idealizadores, foram se esboçando como percurso interpretativo, além de se comportarem como estratégias de unificação territorial e planejamento bélico. (ANDRADE, 1977). Substancialmente, elas se fizeram fundamentadas na realidade de seus países de origem.

Dessa forma, acreditamos que, no Brasil, figura-se um pensamento geográfico oriundo da problemática nacional, também fruto da vivência social e territorial que, entrelaçadas à qualificação dos nossos intérpretes brasileiros, igualmente traçaram teorias, sobretudo espaciais, como tática de construção da identidade coletiva e da nacionalidade.

Nessa perspectiva, Andrade (2007, p. 17) defende que

Somos daqueles que pensam já haver chegado a hora de se procurar escrever a história do pensamento geográfico brasileiro, procurando situá-lo face ao pensamento geográfico internacional e considerando-o como criativo, como interpretativo de uma realidade e não apenas como continuação do pensamento geográfico de outros povos a respeito da realidade brasileira.

Todavia, ressalte-se que a perspectiva defendida pelo autor não deve ser compreendida como tentativa de invalidar as origens fundadoras da Geografia moderna, mas como forma de reconhecermos que o advento do pensamento geográfico é, também, traçado em consonância com a realidade espacial de cada porção do território. Esse olhar sobre tais especificidades devem ser consideradas, uma vez que a conjuntura de formação do Brasil fora delineado em uma estrutura distinta daquelas européias ou norte-americanas. Inicialmente, acentuamos que o pensamento geográfico é uma formação discursiva ancorada nos temas espaciais, sendo social e historicamente construídos. (MORAES, 2005) a partir de observações tecidas pelas sociedades acerca do meio em que vivem. Tais considerações emergiram “[...] em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc.” (MORAES, 2005, p. 32). Ou seja, “[...] estudos, nem sempre considerados geográficos, mas que abordavam temas referentes ao processo de renovação da organização do espaço.” (ANDRADE, 2007, p. 10).

Nesse sentido, Andrade (2007), guiado por uma sensibilidade intelectual inquestionável, aponta a possível razão que justificaria a facilidade de absorção de teorias estrangeiras como caminho interpretativo à origem do pensamento geográfico brasileiro. Ele discorre:

É a consagração pura e simples de uma ideologia colonialista, de que existem povos superiores que devem dominar e povos dominados que são incapazes de elaborar os seus princípios científicos e as suas ideologias, ou que se limitam a copiar modelos de franceses, ingleses, alemães, americanos, russos ou chineses. (ANDRADE, 2007, p. 17).

Indubitavelmente, a inquietação em se desenvolver princípios teórico-geográficos pautados em um saber nacional e, em certa medida, autônomos de experiências distintas àquela brasileira não é tarefa simples, embora não seja impossível, porquanto

[...] em qualquer sociedade, em qualquer época, há algum tipo de Geografia, porque a simples reprodução da vida social de um dado grupo leva-o à necessidade de estabelecer relações com o espaço que o abriga. Essas relações entre a sociedade e o espaço envolvem, necessariamente, algum nível de conhecimento. Por esse motivo, pode-se dizer que a relação sociedade-espaço é uma relação universal, isto é, em qualquer época, em qualquer sociedade, encontra-se algum tipo de reflexão dos atores sociais a respeito do espaço que ocupam. (MORAES, 2002, p. 151).

Em razão disso, Andrade (1977) defende que os intelectuais brasileiros são plenamente capazes de desenvolver seus próprios fundamentos teórico-metodológicos e desencadear suas concepções ideológicas sem, obviamente, refutar os contributos propiciados pelos pensadores clássicos. Tais teorias não devem nem podem ser negligenciadas, pois, no caso nacional, “É quase impossível pensar a vida intelectual brasileira sem referências estrangeiras”. (RIBEIRO, 2021, p. 3).

Outrossim, os princípios científicos institucionalizados não são exclusivos de classes geracionais ou de grupos particulares que se reconhecem como proprietários de uma verdade absoluta, cujo objetivo é refutar a imensa contribuição e a experiência de pesquisadores e intelectuais acumuladas durante anos de evolução da ciência. (ANDRADE, 1977). Dito isso, salienta-se que não é nosso objetivo contestar os pensadores e teorias clássicas da Geografia, mas agregar à história desta ciência suas origens no Brasil.

Nessa óptica, o pensamento geográfico vai se moldando à medida que reflexões “[...] sistemáticas sobre o espaço e sobre a Terra” assumem “[...] um cabedal de conhecimentos, no qual a Geografia acadêmica vai aparecer como uma modalidade.” (MORAES, 2002, p. 152). Pode-se, a partir dessa colocação, afirmar que a ciência geográfica nacional dispõe de condições para formular concepções teóricas compatíveis com a vivência, com os hábitos e com a praxe brasileira. Quanto a isso, Andrade (2007, p. 18) argumenta que “[...] quando pensamos em elaborar modelos para o Brasil, não devemos procurar nos informar de modelos ideais, abstratos, elaborados em outros continentes, mas procurar conhecer a nossa realidade e os desafios que ela apresenta.”

A inquietação em desvendar as raízes do saber geográfico brasileiro, demonstradas por Andrade (2007), relaciona-se com a lacuna que esse conhecimento carrega consigo, no que concerne ao período anterior a 1930, década de fundação das ciências sociais no Brasil. Nessa direção, Moraes (2002) indica preocupação semelhante àquela apresentada por Manuel Correia:

[...] a história da Geografia brasileira ainda está para ser contada. Há ainda um número pequeno de estudos historiográficos, mas há grandes buracos-negros na história da Geografia no Brasil. Basicamente, quando se recua no tempo, maiores se tornam as lacunas do conhecimento na área, em grande parte porque aqui o campo disciplinar da Geografia só se vai compor nos anos de 1930. Antes dessa década, não existia o especialista geógrafo, e é difícil falar de uma única filiação ou de uma única tradição que abarque todo o escopo da disciplina. Enfim, é difícil falar de um campo disciplinar da Geografia no Brasil antes desse período.

A partir dessa afirmação feita por Moraes (2002), comprova-se a necessidade de se pensar as raízes dessa ciência como resultado de uma praxe espacial específica de formação.

À vista disso, Andrade (1999a, p. 21) aponta que, à proporção que as terras brasileiras iam sendo conquistadas e consolidadas, o território nacional tornava-se “[...] conhecido por meio das numerosas obras escritas”. Esses registros feitos documentam a produção intelectual acerca da realidade brasileira que dão sustentação a um saber geográfico, fruto da experiência nacional. Ainda segundo Andrade (1999a, p. 21),

Desde o seu descobrimento, o Brasil foi objeto de observações de interesse geográfico por parte de não geógrafos - navegadores, degredados, comerciantes etc -, que escreveram importantes textos sobre o que viram, as paisagens e o homem que vivia na nova terra descoberta. Esses textos, hoje publicados e analisados por especialistas, constituem material de grande interesse para o conhecimento geográfico do país.

Além disso, já no século XIX – período de grande efervescência intelectual –, existia um conglomerado de interpretações teóricas que tinham como principal objetivo desvendar e traduzir o que, de fato, era o Brasil dentro do quadro internacional. Aliás, essas concepções esforçavam-se para arquitetar um percurso que desaguasse na construção da nacionalidade brasileira e no fortalecimento da pátria juvenil enquanto Estado-nação. Dito isso, acreditamos que esse momento histórico seja o cerne de um pensamento geográfico brasileiro propriamente dito.

Apesar da colocação anterior, Andrade(1977) vai, mais adiante, apresentar escritos que supostamente, contenham os indícios da origem do que seria as primeiras manifestações de um saber alicerçado na realidade do país. Relativo a isso, ele declara que é necessário, para esse entendimento,

[...] conhecimento das obras dos primeiros cronistas, como Pero de Magalhães Gandavo, Ambrósio Soares Brandão, Gabriel Soares, Hans Staden e Fernão Cardim, que conheceram o nosso país nos primeiros anos de colonização e emitiram opiniões sobre a forma como se procedeu à conquista e à ocupação do território, sobre a estruturação de um sistema econômico que voltou a adotar o modo de produção escravista visando ao desenvolvimento de um comércio capitalista, ou pré-capitalista. Os documentos holandeses do século XVII, feitos com o fim de orientar a conquista e consolidar a ocupação, também são muito ricos em informações de interesse geográfico, podendo ser utilizados em larga escala. Do século XVIII dispomos, dentre outros trabalhos, do estudo de síntese, verdadeiro relatório dos vários sistemas ou subsistemas de exploração dos solos e de organização socioeconômica, feita por Antonil (1967) e largamente utilizado nos dias de hoje por historiadores e sociólogos. Do século XIX, quando o sistema colonial português, profundamente atingido pelas guerras napoleônicas, atingiu o máximo de deterioração e permitiu a visita ao nosso país de cientistas

e viajantes estrangeiros, chegando até a estimular a vinda de técnicos e artistas como os que compunham a Missão Francesa, de engenheiros como Varnhagen e Eschwege, dispomos de livros interessantíssimos, como o do próprio Eschwege, os de Saint-Hilaire, Spix e Martius (1938), etc. (ANDRADE, 1977, p. 17;18).

Desse modo, embora tenha elencado uma lista de nomes, majoritariamente estrangeiros, o sentido é sempre buscar as interpretações acerca da realidade brasileira e demonstrá-las como foram escrupulosamente pautadas na geografia do país. Para não se limitar às concepções de pensadores vindos do exterior, Andrade (1977), de forma brilhante, traz contribuição antológica para o pensamento geográfico brasileiro ao apontar obras de intelectuais não geógrafos nacionais; dentre alguns citados por ele, destacamos Euclides da Cunha e o livro *Os sertões*; e Joaquim Nabuco e sua obra *O abolicionismo*.

A sensibilidade e a autonomia, próprias do geógrafo Manuel Correia de Andrade, fizeram-no assimilar com destreza que tais autores e obras são fundamentais para compreender parte da história e das origens de uma geograficidade vernacular. Por este motivo,

Constituem uma bibliografia indispensável para os especialistas em Geografia, de vez que, se esta ciência serve para fazer a guerra, como salienta Yves Lacoste (1976), serve também para analisar as estruturas que contribuem tanto para a preservação do subdesenvolvimento como para fornecer as indicações necessárias ao planejamento do desenvolvimento econômico e social. (ANDRADE, 1977, p. 20).

Embora as produções intelectuais elaboradas durante a época imperial e nos primeiros anos da república não tivessem o explícito caráter geográfico, “face à preocupação com a realidade brasileira, tinham interesse para a geografia e abordavam temas que hoje preocupam geógrafos”. (ANDRADE, 1999a, p.23).

Nessa perspectiva, deter-nos-emos à obra de Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, a qual apresenta um relato descritivo da dinâmica brasileira situada no final do século XIX. Frequentemente, ao defender o fim da escravidão, ao tratar da estrutura social e econômica do país, o autor desenvolveu temas de grande interesse geográfico. Não por acaso, Andrade (1977, p. 19) salienta:

Joaquim Nabuco, em livro polêmico e de campanha política em favor da libertação dos escravos, ao analisar a contribuição dos africanos ao desenvolvimento e à ocupação do espaço brasileiro e ao polemizar sobre a posse e o uso da terra, dá uma contribuição sócio-geográfica de grande atualidade aos geógrafos de hoje. É impressionante como o político pernambucano, apesar de sua fidelidade à Monarquia, compreendia a problemática agrária brasileira, e como foi consequente em sua ação política.

A partir de tal afirmação, acentuamos que Nabuco (1883) foi um dos pioneiros a incluir o trabalhador escravizado como principal agente produtor do espaço geográfico brasileiro, como também apresentou o processo de estruturação econômica baseada na monocultura açucareira e o modo pelo qual esse ordenamento impactou na configuração territorial nacional. Partiremos, pois, das pontuações acerca do pensamento de Nabuco (1883), enfatizadas por Andrade (1977), na tentativa de evidenciar a

atualidade sóciogeográfica do pensamento de Joaquim Nabuco e sua contribuição para o pensamento geográfico brasileiro.

Atualidade do Pensamento de Joaquim Nabuco: Os Pressupostos de Manoel Correia de Andrade

O termo *atualidade* nos remete à ideia do que é recente, novo, contemporâneo e dentre outras do mesmo campo semântico. São tantas as expressões sinônimas referentes a esse vocábulo que poderíamos nos alongar mais do que gostaríamos para tentar abarcar todos. Considerando que um dos adjetivos atribuídos por Manuel Correia de Andrade ao pensamento de Joaquim Nabuco foi, justamente, o de “atualidade”, por este ter dado expressiva “contribuição sócio-geográfica” ao profissional “geógrafo de hoje”. (ANDRADE, 1977, p. 19). Embora esse pensador tenha vivido no período oitocentista e falecido na primeira década do século XX, suas ideias são identificadas como revolucionárias dentro do contexto histórico em que foram concebidas.

Joaquim Nabuco foi um político pernambucano que se destacou pelo ideal liberal, monarquista – ainda que tenha mantido um apoio crítico a essa forma de governo – e, principalmente, por conduzir a causa abolicionista ao parlamento. O período de atuação do escritor como antiescravista teve início ainda na juventude quando, em 1870, ao completar 21 anos, escreveu seu primeiro livro dedicado à luta a favor da abolição, intitulado *A escravidão* – não obstante esse escrito veio a público somente em 1949. (ANDRADE, 1988). *O abolicionismo (1883)*, outra obra desse mesmo autor, retomou a pauta escravista, embora se apresente mais completa e com um nível de maturidade intelectual superior à anterior. No que diz respeito a essas publicações, ambas revelaram um Nabuco sensível aos dramas sociais, especialmente no que se refere à pessoa escravizada e aos desdobramentos dessa estrutura econômica na configuração do país enquanto nação.

Nessa óptica, Andrade (1977) reconhece que há, no pensamento de Joaquim Nabuco, subsídios que podem servir de apoio aos estudos geográficos. Ora, o político abolicionista – antes mesmo da institucionalização da Geografia no Brasil –, já estava tratando da “[...] contribuição dos africanos ao desenvolvimento e à ocupação do espaço brasileiro” e encarregando-se das discussões acerca da posse e uso da terra (ANDRADE, 1977, p. 19). Acresce-se a isso, sua “[...] capacidade de compreensão dos problemas sociais pode-se dizer que sociológica, antropológica, surpreendente para sua época, se considerarmos que nela as chamadas Ciências Sociais ainda engatinhavam”. (FREYRE, 1999, p. 10).

Todavia, o geógrafo pernambucano alerta que “Sabendo-se que o livro foi escrito há mais de um século, deve-se fazer a leitura do mesmo raciocinando-se em função da época em que foi escrito, com suas crenças, seus pensamentos, suas limitações e seus pré-julgamentos”. (ANDRADE, 1988, p. 15).

Atentando-se ao contexto no qual a obra se situa, será possível observar a atualidade que essa demonstra. (ANDRADE. 1988).

Posto isso, faz-se propício discutirmos a concepção de Manuel Correia acerca da atualidade das ideias de Joaquim Nabuco e como o abolicionista, por meio de seus escritos, pode trazer valiosas contribuições ao pensamento geográfico brasileiro.

Como dito anteriormente, Nabuco não só defendeu o fim da escravidão, mas levantou também discussões sobre o latifúndio. Andrade (1991, p. 29) afirma que o jovem liberal vislumbrava a necessidade de “[...] condenar não só a propriedade do homem sobre o homem como também a propriedade da terra”, como alternativa de consolidação de uma nação desenvolvida. Exemplo disso está em um dos seus discursos manifestos na campanha abolicionista de 1884:

Senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (NABUCO, 2005 [1884], p. 58).

Seguramente, Joaquim Nabuco, mesmo sem dispor do cabedal da Geografia na condição de ciência, naquele momento histórico dispunha de uma leitura espacial inteligível que nos revela a realidade daquele período dentro de uma perspectiva minimamente geográfica. Em vários de seus escritos e discursos, demonstrou como o território brasileiro vai se moldando por intermédio da estrutura escravocrata. Ora, “Como se sabe, o regime da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de grandes propriedades” (NABUCO, 2019 [1883], p. 133).

Substanciado na perspectiva da escravidão como principal agente no arranjo territorial do Brasil, particularidade quase que exclusiva do país, Manuel Correia, no livro *Abolição e Reforma Agrária*, aborda tal problemática e, na discussão teórica, o jurista nordestino Joaquim Nabuco faz-se presente em vários momentos do escrito daquele. Andrade (1991), mesmo não tendo o objetivo centrar a sua abordagem estritamente ao que Nabuco defendia, reiterou a atualidade do pensador social oitocentista.

Conforme a perspectiva de Andrade (1991, p.5), as campanhas pela abolição da escravidão e pela reforma agrária são dois “movimentos político-sociais realizados com um século de distância um do outro” e, teoricamente, são lutas por causas distintas. No entanto, Nabuco (2019 [1883]) já conseguia uni-las em um mesmo propósito, além de identificar uma causa comum para ambas: a escravidão. Nesse sentido, Andrade (1991), de certo modo, retoma a abordagem inaugurada por Nabuco (2019 [1883]) ao refletir de forma conjunta a questão abolicionista e a democratização do solo, reconhecendo a pertinência em se investigar simultaneamente a abolição e a reforma agrária, mesmo que discrepâncias temporais se apresentem e estejam intimamente ligadas. Em razão disso, ele comenta que, embora causasse

estranhamento, justifica que “[...] quando analisamos que a causa remota de um e de outro é a mesma e que a luta dos grupos sociais menos favorecidos para alcançar um lugar ao sol se processou e se processa através de fontes bastante semelhantes”. (ANDRADE, 1991, p. 5).

Ainda segundo esse autor, tais campanhas são resultados da forma como se procedeu à conquista do território, os critérios que as populações autóctones foram submetidas ao sistema de uso e posse da terra e, principalmente, as circunstâncias impostas “[...] aos grandes contingentes de negros trazidos da África para possibilitar o desenvolvimento das grandes plantações”. (ANDRADE, 1991, p. 5).

Concernente ao pensamento revolucionário de Nabuco quanto à democratização do solo e as outras propostas por ele apresentadas, em conjunto com outros abolicionistas, teria possivelmente mitigado alguns dos problemas vigentes no século XXI que, no entanto, prolongam-se desde o final do século XIX. Nota-se essa afirmação mediante as observações de Andrade (1991, p. 6):

A Lei Áurea não foi complementada por outras leis propostas por abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e João Alfredo, que desejavam leis que promovessem o desenvolvimento da agricultura, através de crédito abundante, fácil e barato; desejavam também a criação de colônias agrícolas que abrigassem os libertos e a desapropriação de terras que não fossem exploradas, situadas às margens das ferrovias em construção. Igual medida era sugerida para as terras situadas às margens dos rios navegáveis e no litoral. Daí postularem Joaquim Nabuco e André Rebouças, respectivamente, a necessidade de uma democracia rural.

Outrossim, a concentração fundiária, como já observado, deriva do regime de trabalho escravo adotado para reprodução econômica desde a colonização. Acresce-se que, na concepção de Nabuco (2019 [1883]), essa estrutura possui mais um agravante, a monocultura. Ele observa:

Mas essa ilusão toda de riqueza, de desenvolvimento nacional, criada por este [café], como a do açúcar e a do algodão no norte, como a da borracha no vale do Amazonas, como a do ouro em Minas Gerais, não engana a quem a estuda e observa nos seus contrastes, na sombra que ela projeta: a realidade é um povo antes escravo do que senhor do vasto território que ocupa. (NABUCO, 2019 [1883], p. 139).

Nota-se, nos escritos do abolicionista, um grande incômodo quanto à concentração produtivo-econômica em uma única cultura agrícola. Esse desconforto provinha não somente de pensar o latifúndio enquanto espaço da monocultura e da suposta insegurança econômica que esse sistema produtivo provocaria, mas também das consequências que a preservação e reprodução de uma prática que beneficiava apenas um seletivo e reduzido grupo de pessoas ocasionaria na coletividade e no país como um todo.

Tal colocação pode ser percebida quando Nabuco (2019 [1883], p. 139) menciona um discurso presenciado por ele: “Quando o Sr. Silveira Martins disse no Senado, ‘O Brasil é o café, e o café é o

negro' – não querendo por certo dizer o escravo –, definiu o Brasil como fazenda, como empresa comercial de uma pequena minoria de interessados, em suma, o Brasil da escravidão atual”.

Nesse ínterim, Nabuco (2019 [1883]) traz uma dimensão global ao observar o vastíssimo e potencial território brasileiro reduzido ao café; quanto aos outros momentos da história, analisa as diversas fases e ciclos que sempre seguiram os moldes da monocultura. Este revela:

Mas basta que um país, muito mais vasto do que a Rússia da Europa, quase o dobro da Europa sem a Rússia, mais de um terço do Império Britânico nas cinco partes do mundo, povoado por mais de 10 milhões de habitantes, possa ser descrito daquela forma, para se avaliar o que a escravidão fez dele. (NABUCO, 2019 [1883], p. 139).

A adoção desse complexo de produção econômica, segundo ele,

[...] não açoitou somente as costas do homem negro, macerou as carnes de um povo todo: pela ação de leis sociais poderosas, que decorrem da moralidade humana, essa fábrica de espoliação não podia realizar bem algum, e foi, com efeito, um flagelo que imprimiu na face da sociedade e da terra todos os sinais da decadência prematura. (NABUCO, 2019 [1883], p. 139).

Diante disso, Andrade (1999, p. 20) relata que “Para ele [Joaquim Nabuco] a abolição da escravatura não era apenas a libertação para os negros, ela devia ser seguida de uma reforma agrária que desse aos negros condições de trabalho, reforma que ele reivindicou na Câmara Imperial, já antes, em 1884, o que lhe custou a não-reeleição”. Concernente ao período em que Nabuco exerceu seu primeiro mandato como deputado geral pela província de Pernambuco, além de dar início à sua diligência contra a escravidão, “[...] combateu um projeto de exploração do Xingu, defendendo os direitos dos indígenas” (ANDRADE, 1999, p. 25).

A sensibilidade de perceber a dinâmica geográfica decorrente da apropriação da terra por meio da monocultura, senda esta regida pela escravidão, é indiscutível no pensamento nabuconiano por meticulosamente perceber “[...] que em parte alguma a cultura do solo foi mais destruidora” (NABUCO, 2019 [1883], p. 140). Logo, consoante Nabuco (2019 [1883]), tal regime de exploração da terra também conduz a outro grande problema: a devastação da natureza.

De forma lacônica, ele consegue fazer um ensaio da instalação da monocultura inflada pela escravidão, desde a retirada da cobertura vegetal natural até o esgotamento da terra. Nesse sentido, “[...] onde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo e, quando levanta as suas tendas, deixa após de si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proletários nômades”. (NABUCO, 2019 [1883], p. 131;132).

Joaquim Nabuco trata da questão ambiental submetida à dinâmica escravista de uma forma muito inovadora para a época na qual estava inserido. Ele consegue ter uma percepção muito clara e sistematizada daquele momento histórico, unindo elementos naturais, sociais, econômicos aos

territórias; ele vai desvelando a maneira como a escravidão foi moldando a geografia nacional. Nas palavras dele,

O parcelamento feudal do solo que ela instituiu, junto ao monopólio do trabalho que possui, impede a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio no interior. Em todos os sentidos foi ela, e é, um obstáculo ao desenvolvimento material dos municípios: explorou a terra sem atenção à localidade, sem reconhecer deveres para com o povo de fora das suas porteiras; queimou, plantou e abandonou; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu pontes, nem melhorou rios, não canalizou a água nem fundou asilos, não fez estradas, não construiu casas, sequer para os seus escravos, não fomentou nenhuma indústria, não deu valor venal à terra, não fez benfeitorias, não granjeou o solo, não empregou máquinas, não concorreu para progresso algum da zona circunvizinha. O que fez foi esterilizar o solo pela sua cultura extenuante, embrutecer os escravos, impedir o desenvolvimento dos municípios e espalhar em torno dos feudos senhoriais o aspecto das regiões miasmáticas, ou devastadas pelas instituições que suportou, aspecto que o homem livre instintivamente reconhece. (NABUCO, 2019 [1883], p. 142).

Perceba que o pensamento nabuconiano já revelava pautas que, posteriormente – mais de um século depois –, tornaram-se recorrentes e extremamente importantes e que, inclusive, ressalta-se aqui, tornaram-se uma das incubências da ciência geográfica. Consoante Andrade (2008, p. 30), “Cabe à Geografia, estudando as relações entre a sociedade e a natureza, analisar a forma como a sociedade atua, criticando os métodos utilizados e indicando as técnicas e as formas sociais que melhor mantenham o equilíbrio biológico e o bem-estar social”. (ANDRADE, 2008 p. 30).

Andrade (1988, p. 15) observa a capacidade analítica que seu conterrâneo, Joaquim Nabuco, dispunha. O professor aponta que “Nabuco preocupou-se em focalizar o problema sem delimitá-lo metodologicamente dentro de um esquema positivista, de separação do conhecimento científico em compartimentos estanques”. Essa conduta, *per se*, já o distingue e atesta seu caráter atual em relação aos demais intelectuais de sua época, dado que a abordagem positivista ainda era um parâmetro válido e muito utilizado no Brasil. Outro aspecto que diferenciava o escritor *d’O abolicionismo* era que, na perspectiva de Andrade (1988, p. 15),

Ele tinha uma visão de totalidade, analisando a escravidão sob os mais diversos enfoques, o histórico, o social, o jurídico e o religioso, embora sua preocupação primeira fosse as suas consequências sociais, como uma instituição ilegítima e ilícita que degrada a sociedade, tanto a classe dominante dos senhores, quanto a dominada, dos escravos.

Outro aspecto interessante e que corrobora com o pressuposto apontado por Andrade (1977), quanto à atualidade do pensamento de Nabuco e sua contribuição para o pensamento sóciogeográfico brasileiro, é a precisão com que o abolicionista identifica o trabalhador escravizado como o principal agente produtor do espaço. Em virtude disso, Nabuco expõe que

[...] o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; isso quer dizer que foi ela que construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu. (NABUCO, 2019 [1883], p. 45).

Ainda detalha:

Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. (NABUCO, 2019 [1883], p. 45).

Nessa óptica, fundamentados no pensamento de Joaquim Nabuco e mediados pela perspectiva geográfica de Manuel Correia de Andrade, descortina-se a realidade do Brasil no final do século XIX. Gradualmente, o sentido do arranjo territorial brasileiro balizado nesse período vai, em certa medida, demonstrando suas nuances na contemporaneidade que se manifesta não só a atualidade de um dos mais importantes intelectuais do pensamento social brasileiro, como também a sua contribuição para se pensar um saber geográfico nacional.

Andrade (1988, p. 20) julga de suma importância a leitura e reflexão dos escritos de Joaquim Nabuco como uma forma de resgatar a problemática que envolve a configuração do território brasileiro, pois “[...] a partir de uma reflexão sobre o texto, verão que os grandes problemas do Brasil, para serem solucionados, levam dezenas de anos em discussão e, uma vez solucionados legalmente, levam também muitos anos para que sejam aplicados.”

Este apontamento de Andrade (1988) remete-nos às inúmeras leis que foram promulgadas ao longo de décadas no Brasil e que tinham o intuito de resolver problemas seculares advindos da escravidão. Muitas dessas normas jurídicas foram criticadas pelo próprio Nabuco (2019 [1883]), o qual, como advogado, apresentou uma leitura apurada e direcionada aos motivos da não aplicação ou da transgressão dessas, apoiada, em alguns casos, pelo próprio império brasileiro, a saber, a Lei Feijó, que proibiu em 1835 o tráfico negreiro e que nunca fora cumprida. Outras foram decretadas como estratégia de manutenção da escravidão ou como forma de protelar sua abolição. (NABUCO, 2019 [1883]).

Com efeito, a análise dos escritos de Joaquim Nabuco, conforme Andrade (1988, p. 20), avança às contribuições geográficas, diante da evolução histórica do Brasil, e leva-nos a refletir e propicia o entendimento da “[...] grande resistência das estruturas sociais a qualquer política de mudança”. Logo, torna-se evidente que, por vezes, “é [...] mais fácil realizar mudanças formais na legislação do que reais, no funcionamento da própria sociedade”. (ANDRADE, 1988, p. 20). Essa conjuntura pode muito bem ser observada quando dispomos de leis que decretam a função social da terra, legislam acerca da Reforma Agrária, mas, de fato, nunca as põs em prática. Finalizando esta seção com as palavras do ilustre geógrafo Manuel Correia de Andrade, que traz à cena o pernambucano Joaquim Nabuco, cujos

pensamentos e ideias histórico-geográficas fascinaram-no e instigaram-no a escrita, reafirmamos e tomamos como préstimo que

O cientista social deve, [...], basear-se no conhecimento histórico para compreender e explicar o processo que fez evoluir o sistema até o estágio atual, e compreender a estrutura de pressões que tentam sustar a evolução do sistema ou dirigi-la em benefício de determinados grupos sociais ou do conjunto da população (ANDRADE, 1977, p. 23).

Da Abolição à (Não)Reforma Agrária: As Influências da Escravidão no Brasil Contemporâneo

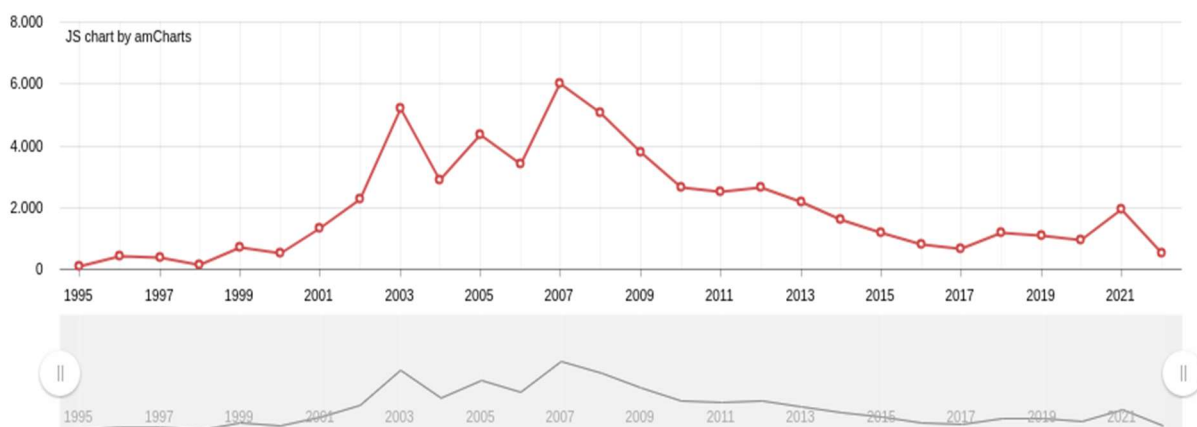
Nas últimas décadas do século XIX, Joaquim Nabuco estava exigindo a abolição, e não apenas isso. Para ele, era insuficiente apenas libertar as pessoas escravizadas; era necessário incluí-las na sociedade, dar-lhes educação, terra para plantar e inseri-las no mercado de trabalho. Em trecho d'O *abolicionismo*, ele comenta:

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durante todo o período de crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos. (NABUCO, 2019 [1883], p. 33).

Não por coincidência, Manuel Correia de Andrade, desde 1977, alerta para a contribuição do pensamento de Joaquim Nabuco para a Geografia da atualidade. Nomeadamente, o geógrafo atuou escrevendo livros e organizando obras que tratavam do intelectual do pensamento social brasileiro. Ora, Andrade reconhecia a extrema hodiernidade de Nabuco não só pelo necessário resgate de uma parcela do pensamento geográfico nacional desenvolvido por este, mas também pela forma de ele nos provocar reflexões acerca das circunstâncias adversas que se presentificam no país e espelham-se na contemporaneidade, além de fazermos entender como o arranjo territorial moldado no final do século XIX repercute-se e reproduz-se nos dias vigentes. A manutenção desse *status quo*, fincada em uma estrutura desigual e cruel, como é o caso da escravidão, que não foi ainda plenamente abolida no século XXI e espantosamente tem sua validação e vigência.

O Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil – Radar SIT – revela que 58.166 trabalhadores em condições análogas à de escravo foram encontrados pela Inspeção do Trabalho em todo o Brasil, no período de 1995 a 2021. O total de estabelecimentos fiscalizados foi de 2.767, incluindo áreas urbanas e rurais. O Gráfico 1 apresenta um apanhado geral dos anos e da quantidade de pessoas resgatadas.

GRÁFICO 1 - Quantidade de Trabalhadores em Condições Análogas à Trabalho Escravo em Todos os Anos no Brasil



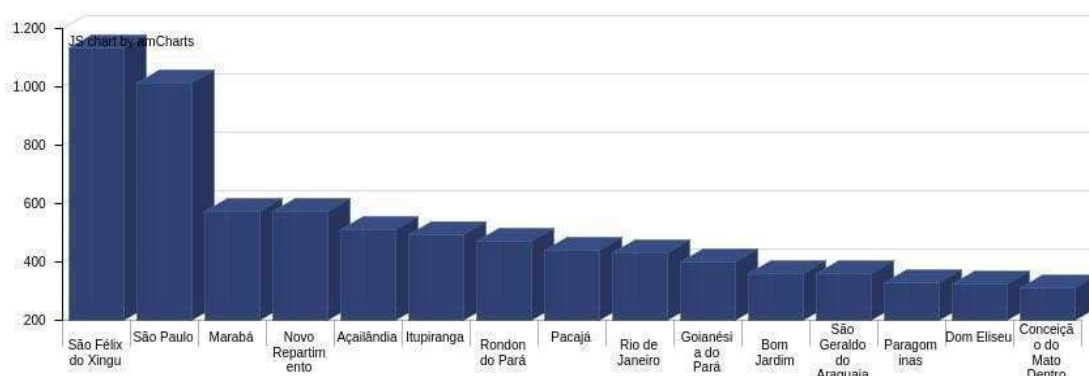
Fonte: Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil – Radar SIT (2022).

Os estabelecimentos autuados de maneira recorrente são, respectivamente, fazendas, canteiros de obras, garimpos, carvoarias, fábricas de cerâmicas e domicílios residenciais (Radar SIT, 2022). Observam-se picos no quantitativo de resgates entre 2003 e 2007, contabilizando o número de 6.025 trabalhadores. No entanto, após esse ano os registros só caíram no decorrer dos anos, houve um leve aumento em 2021 com a marca de 1.933 salvamentos.

Apesar de não ser o objetivo deste escrito, é impossível não refletirmos acerca da queda dessas libertações; indagamo-nos se esse declínio revelaria uma diminuição das práticas escravistas contemporâneas ou se apenas houve diminuição da fiscalização. Neste momento, não temos subsídios para sanar tal inquietação.

Retornando aos dados, constatamos no Gráfico 2 que, dentre os 15 municípios listados com o maior número de infrações, 11 localizam-se na região Norte, mas precisamente no estado do Pará, sendo estes: São Félix do Xingu, Marabá, Novo Repartimento, Itupiranga, Rondon do Pará, Pacajá, Goianésia do Pará, São Geraldo do Araguaia, Paragominas e Dom Eliseu. Dentre todas as localidades relacionadas no Gráfico 2, São Félix do Xingu apresentou o índice mais elevado de pessoas descobertas por órgãos fiscalizadores em condições análogas à de escravo: 1.134 trabalhadores entre os anos de 1995 a 2021. Ressalte-se que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), essa cidade tem notável evidência no Brasil por concentrar o terceiro maior rebanho de gado do Brasil, importante relevo na produção agrícola e na extração mineral industrial, além de haver garimpos irregulares.

GRÁFICO 2 - 15 Municípios com mais Autos de Infração lavrados entre 1995 a 2021



Fonte: Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil – Radar SIT (2022).

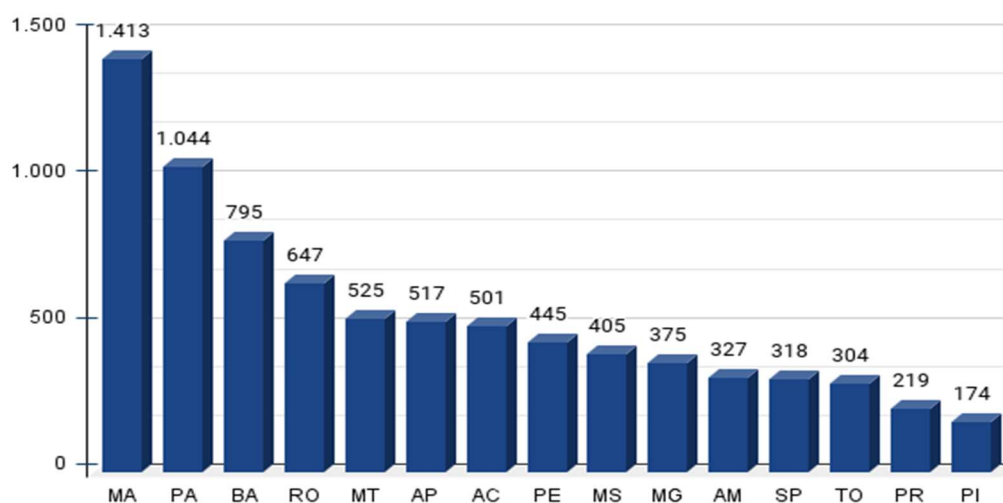
A região Nordeste figura em destaque com uma cidade, Bom Jardim, situada no estado pernambucano, com quase 400 trabalhadores em condição de escravizados. Os demais municípios expostos no gráfico pertencem à região Sudeste: São Paulo, ocupando a segunda posição com 1.317 resgatados; Rio de Janeiro, com 596 pessoas libertadas; e Conceição do Mato Dentro em Minas Gerais, com 313. Outrossim, cerca de 80% dos indivíduos libertados são negros ou pardos e apresentam baixo nível de escolaridade (Radar SIT, 2022).

Ainda segundo o Radar SIT (2022), mais de 90% dos indivíduos libertos na região Sudeste foram identificados em áreas urbanas e eram submetidos, principalmente, a serviços domésticos, à fabricação de artefatos de concreto, cimento, gesso e similares, como também eram submetidos à construção civil, tecelagem de fios de algodão e dentre outras atividades sem registro trabalhista legal.

Em contrapartida, aquelas pessoas resgatadas nas áreas rurais exerciam principalmente funções agrícolas, criatórias e as voltadas à extração de minérios; de maneira secundária, figuraram-se a confecção de peças de vestuário, edificação, o transporte de materiais e dentre outros. (Radar SIT, 2022).

Quando relacionamos esses dados com os da Comissão Pastoral da Terra, que apontam os conflitos fundiários, perceberemos que os locais onde apresentam alto número de resgates de pessoas em condição de trabalho análogo à de escravo são, igualmente, bem frequentes na região Norte; seguida pelo Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e, em menor contingente, o Sul do Brasil. No Gráfico 3, encontram-se informações sobre o cômputo dos enfrentamentos no campo entre 2012 e 2021. Os estados do Pará, Rondônia, Amapá, Acre, Amazonas e Tocantins, se somados os dados, alcançaram a marca de 3.340 conflitos entre 2012 e 2021, fazendo do Norte do país a área com mais hostilidades no campo.

GRÁFICO 3 - CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO BRASIL (2012 -2021)



FONTE: Comissão Pastoral da Terra – CPT (2022).
Organização dos dados e elaboração do gráfico: Noême Martins de Araújo (2022)

Embora o Maranhão ostente a primeira posição, o Nordeste – com os estados da Bahia, de Pernambuco e do Piauí, além do maranhense – apresentou, dentro do período analisado, 2.827 notificações; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambos no Centro-Oeste, identificaram 930 denúncias; São Paulo e Minas Gerais representam a soma do Sudeste, com 693. Por último, o Paraná, único representante do Sul do Brasil, com 219 queixas.

Tais conflitos alternam-se entre assassinatos, ameaça de morte, agressão, danos materiais (destruição de roçados, casas e outros bens), despejos, tentativas de expulsão, subordinação por dívida, impedimento de ir e vir, contaminação por agrotóxico, estupro e pistolagem. (CPT, 2022). Os envolvidos nos embates são fazendeiros, grileiros, indígenas, agricultores familiares, posseiros, garimpeiros, madeireiros, empresários e o Estado. (CPT, 2022).

Tais ocorrências foram dispostas neste artigo para corroborar a hipótese de Manuel Correia de Andrade, quando este autor entende o pensamento de Nabuco como de “grande atualidade”. Em vista disso, Nabuco (2019 [1883], p. 164) fez uma confissão que, pela conjuntura, pode ser encarada como uma espécie de previsão do futuro nacional. Ele revelou: “[...] eu não acredito que a escravidão deixe de atuar como até hoje sobre o nosso país quando os escravos forem todos emancipados”.

Os dados do Brasil atual apontam que Joaquim Nabuco estava correto: a emancipação dos trabalhadores escravizados sem as reformas necessárias só transferiu o problema. No final do século XIX, os movimentos abolicionistas reivindicavam a libertação de pessoas; atualmente, a luta é pela alforria da terra. Nessa óptica, após a Abolição, “[...] a grande propriedade se manteve e se expandiu em função do poder e da violência dos seus proprietários. Muitas vezes houve casos de luta entre famílias

de latifundiários pela posse da terra que se transformaram, também em lutas políticas”. (ANDRADE, 1991, p. 37).

Substancialmente, as informações exploradas nos Gráfico 1, 2 e 3 só reafirmam que, mesmo após a emancipação dos escravizados, as maiores vítimas dessa estrutura montada no Brasil continuam sendo, majoritariamente, indivíduos pobres, negros, pardos e com acesso restrito à escolarização.

Sem terra para plantar, sem emprego e sem perspectiva nenhuma de melhoramento de vida, são presas fáceis, ludibriados com falsas promessas, são submetidos ao trabalho forçado, insalubre, com baixa ou nenhuma remuneração. Quando não, estão lutando pela realização da Reforma Agrária como forma de garantir trabalho e subsistência. Em meados do século XX, Carolina Maria de Jesus desabafava: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!” (JESUS, 1992, p. 27).

A realidade de Carolina, em meados do século XX, é a rotina de muitos outros no século XXI: o ordenamento do país foi se delineando em 1888, ano da Lei Áurea, mas esse arranjo estrutural favoreceu a poucos, porquanto

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica. (SOUZA, 2017, n. p.).

Em suma, as palavras de Souza (2017) refletem não somente a hodiernidade da população sujeitada entre 1888 e as primeiras décadas da era seguinte, mas abrange esta contemporaneidade.

Concluimos, aqui, reafirmando e convencidos de que o pensamento de Nabuco, endossado por Manuel Correia, proporciona contribuições fantásticas acerca da configuração do território, das bases econômicas, moldando o sentido de existência e, certamente, o pensamento geográfico brasileiro. A respeito disso, Nabuco (2019 [1883], p. 140; 141) reflete sobre o poder da prática escravista e como ela influenciou na formação do Brasil:

Para resumir-me num campo de observação que exigiria um livro à parte: a influência da escravidão sobre o território e a população que vive dele foi em todos os sentidos desastrosa. Como exploração do país, os seus resultados são visíveis na carta geográfica do Brasil, na qual os pontos negros do seu domínio são uma área insignificante comparada à área desconhecida ou despovoada; como posse do solo explorado, nós vimos o que ela foi e é. O caráter da sua cultura é a improvidência, a rotina, a indiferença pela máquina, o mais completo desprezo pelos interesses do futuro, a ambição de tirar o maior lucro imediato com o menor trabalho próprio possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes.

Por meio desses apontamentos, ficam claras a sensibilidade e a capacidade de análise geográfica que Joaquim Nabuco (2019) possuía acerca do espaço disposto à sua volta. Ele tinha uma leitura capaz de captar a totalidade, e isso o tornou, aos olhos de Andrade (2007), um potencial referência aos estudos espaciais geográficos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado da investigação foi de apresentar uma perspectiva teórica e reflexiva a partir da hipótese de Manuel Correia de Andrade (2007), que apontou para a necessidade de verificação e investigação do saber produzido por Nabuco (2019) em seus escritos. Isso permitiu entender que as ideias do abolicionista pernambucano foram construídas dentro de um contexto histórico-geográfico bem definido, mantendo uma forte e indissociável relação com o processo de configuração do território brasileiro.

Concomitantemente, a referida inquirição aponta para a importância d'O *Abolicionismo*, destacando a atualidade de suas ideias, evidencia a colaboração desse escrito para a formação de um pensamento geográfico no/do Brasil.

A partir das reflexões prestadas por Manuel Correia de Andrade, é possível compreender que Joaquim Nabuco apresentou um cabedal de informações por meio de suas obras de grande relevância para os estudos históricos, sociológicos e geográficos do Brasil, principalmente no que concerne às bases do processo de construção da sociedade brasileira, desvelando-se enquanto uma nação inacabada, ainda hoje buscando seu equilíbrio.

De forma original, Nabuco situou os trabalhadores escravizados como os protagonistas da produção do espaço brasileiro, inclusive apresentando, mediante seus conhecimentos, ideias, vivências e posição, além de sua forma de ler a dinâmica espacial, as representações da nação interposta pela maneira como se deu a organização territorial do país.

Ademais, os dados, infelizmente, explorados de maneira breve, validaram e corroboraram com a hipótese levantada por Andrade (1977) de que os escritos históricos “não-geográficos” assumem como centralidade a interpretação da realidade brasileira, tornando-se fundamentais para a construção de um saber “sócio-geográfico de grande atualidade para os geógrafos de hoje” (ANDRADE, 1977, p. 19). Por meio desses, foi possível refletirmos as raízes históricas da profunda desigualdade ostentada pelo país. A origem dos males, podemos dizer assim, vai se delineando a partir das formas de exploração do trabalho, assumindo sua materialidade com uma Abolição tardia e mal-planejada. Nessa perspectiva, contrapõe-se ao ideal de Nabuco.

Nesse sentido, esperou-se mais de 300 anos para que o fim da escravidão fosse decretado, processo esse subsidiado pelo próprio Estado, por intermédio de leis que aspiravam postergar a emancipação dos cativos. Tal situação nos provoca uma indagação: serão necessários mais 300 anos para que a terra seja livre?

Assim, nas impecáveis palavras de Andrade (1991, p. 11), “como em maio de 1888, na luta contra a escravidão, atualmente os ânimos estão exaltados; alega-se mais uma vez o ‘sacrossanto’ direito de propriedade, procurando minimizar o princípio de que a propriedade da terra tem função social”. Dentro dessa perspectiva, Nabuco lutou pelo fim do trabalho escravizado e exigiu a democratização do solo, era contra a monocultura e incentivou a agricultura familiar e a policultura (ANDRADE, 1999), o que demonstrou todo seu caráter inovador e atual.

Portanto, desejamos “Que as idéias de Nabuco penetrem nas consciências e formem o caráter dos jovens (...), e que marquem a mente dos cientistas que realizam encontros culturais no mesmo [antigo Engenho Massangana], à sombra das paredes que abrigaram Nabuco menino.” (ANDRADE, 1999, p. 21).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, São Paulo, n. 54, Junho 1977, pp. 5-28.
- ANDRADE, M. C. A. A importância do ensaio “A escravidão”. In: NABUCO, J. **A escravidão**. Compilado por José Antônio Gonalves de Mello: apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva; prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.
- ANDRADE, M. C. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, [S. l.], v. 34, n. 67/68, 1999a, pp. 19-34. DOI: 10.18055/Finis1681. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1681> . Acesso em: 12 jun. 2022.
- ANDRADE, M. C. **Abolição e Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- ANDRADE, M. C. **Atualidade de Nabuco**. 1. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1999.
- ANDRADE, M. C. A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 65, v. 22, 2007, pp. 9-16.
- ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Massacres no campo**. Brasil: Goiânia, 2012-2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias> . Acesso em: 2 jul. 2022.
- FREYRE, F. M. Presença de Joaquim Nabuco. In: ANDRADE, M. C. **Atualidade de Nabuco**. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1999.
- GHEDIN, E. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS – SIPEQ, 2. ed., 2004. **Anais II** Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos, Universidade Sagrado Coração: Bauru, São Paulo. p. 1-14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**: agricultura, pecuária e outros. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 02 jul. 2022.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MORAIS, A. C. R. [Palestra] A história do pensamento geográfico no Brasil: indicações. **GEOGRAFARES**, Vitória, nº 3, jun. 2002.

MORAIS, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005. 158 p.

NABUCO, J. **Campanha abolicionista no Recife**: (eleições 1884 / Joaquim Nabuco). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

PAINEL DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL (Radar SIT). **Trabalho escravo**. 2022. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 2 jul. 2022.

RIBEIRO, G. «Agentes da tradução e circulação dos clássicos na periferia da ciência», **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 15 | 2021, posto online no dia 31 julho 2021. Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/8014>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.8014>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

OS SERTÕES, O SABER GEOGRÁFICO E A HIPÓTESE DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Alyne Karolayne Melquiades Souza da Silva
Noême Martins de Araújo
Hugo Arruda de Morais

RESUMO

O geógrafo Manuel Correia de Andrade foi um profundo conhecedor da Geografia científica e prestigiado em várias áreas das ciências sociais em todo o território brasileiro. Segundo esse autor, a ciência geográfica tem como uma de suas definições ser uma forma de saber centrada em torno das relações entre sociedade e natureza. Ao mesmo tempo, a gênese de um pensamento geográfico no Brasil é resultado de uma série de interpretações da própria realidade nacional. Nessa óptica, o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha destaca-se por ser um escrito com a dimensão espacial como centralidade. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir a constituição de um saber geográfico presente no livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha, numa tentativa de confirmar a hipótese de Manuel Correia de Andrade. Os procedimentos metodológicos pautaram-se em pesquisa bibliográfica e documental, também se empregou a hermenêutica como recurso metodológico para a interpretação dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão e interpretação do conteúdo central. Os principais resultados obtidos demonstraram que as ideias euclidianas foram construídas dentro de um contexto histórico-geográfico bem definido, mas que mantém uma forte ligação com o processo de configuração do território brasileiro e gênese de um pensamento geográfico. Outrossim, o livro *Os Sertões* se apresenta com uma teoria interpretativa que perpassava a concepção de atraso vivenciado pela nação, permitindo uma análise com forte dimensão espacial e que se configura como um saber geográfico, corroborando a hipótese levantada por Manuel Correia.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Saber Geográfico; *Os Sertões*; Euclides da Cunha.

ABSTRACT

Manuel Correia de Andrade was a geographer, respected in several areas of social sciences throughout the Brazilian territory, and had a profound knowledge of scientific geography. According to this author, one of the geographic science definitions is to be a way of comprehension centered around the relations between society and nature. At the same time, the geographical thought in Brazil has its genesis in a series of interpretations of the national reality itself. In this view, the book *Os Sertões* (The Backlands) by Euclides da Cunha stands out as piece of writing that has the spatial dimension as centrality. In this sense, this paper aims to reflect on the constitution of geographical knowledge present in the book *Os Sertões*, trying to confirm the hypothesis of Manuel Correia de Andrade. The methodological procedures were based on bibliographic and documentary research. Hermeneutics was also used as a methodological resource for assimilating texts dealing with the theme, which allowed the understanding and interpretation of the study content. The main results showed that Euclides developed his ideas within a well-defined historical-geographical context, but that has a strong connection with the process of configuration of the Brazilian territory and the genesis of geographical thought. The book *Os Sertões* presents itself as an interpretative theory that permeated the concept of backwardness experienced by the nation, allowing analysis with a spatial dimension, and configuring itself as a piece of geographical knowledge, corroborating the hypothesis raised by Manuel Correia.

Keywords: Manuel Correia de Andrade; Geographical Knowledge; *Os Sertões*; Euclides da Cunha.

INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto forma de saber, emergiu e emergirá em todas as épocas e em todas as sociedades (MORAES, 2005), dado que ela se interliga as manifestações culturais e se apresenta de forma dinâmica e com forte caráter social (ANDRADE, 2008). Nesse sentido, carrega consigo uma conexão intrínseca com as estruturas sociais de seu contexto (ANDRADE, 2008).

Logo, a Geografia irá se constituir como um saber singular, fruto de uma construção de diversos outros conhecimentos produzidos (MORAES, 2005). Nesse processo, apresenta aspectos únicos de cada espaço e sociedade, sendo encontrada em várias formas de sapiências e emergindo dentro da dinâmica de um dado povo (MORAES, 2005; ANDRADE, 2008).

Tal posicionamento inicial é importante ser destacado, uma vez que, no imaginativo social ocidental, o espaço ocupa uma categoria relevante, sendo elaborado a partir desse esforço cognitivo, tendo representações e simbologias geradas pela experiência social (MAIA, 2008). Ao mesmo tempo, num país de passado colonial como o Brasil, o peso da dimensão espacial é central e fruto das determinações que permanecem mesmo com o fim da colônia (MORAES, 2005).

Dessa forma, o que se rotula de ciência Geográfica não recobre todo o campo de esmiuçamento da temática espacial. A Geografia convive com disciplinas que margeiam os temas geográficos e que se sobrepõem a seus supostos objetos. Inclusive com saberes informais “pré-científico” (MORAES, 2005). Nessa óptica, o pensamento geográfico científico é uma parte muito diminutiva de discursos dispersos sobre a relação homem e meio (MORAES, 2005).

Nesse caminho interpretativo, observa-se que o contexto nacional de surgimento da ciência geográfica tem-se a institucionalização no Brasil ocorrendo apenas no início da década de 1930, com a implantação do primeiro curso na Universidade de São Paulo (USP). Porém, como afirma Andrade (1977), não se pode negar que antes do estabelecimento da Geografia acadêmica havia um conjunto de saberes e noções que fundamentaram o pensamento geográfico brasileiro. Ou ainda nas palavras de Moraes (2005), a geografia científica tem o conhecimento do espaço de forma ordenada, sistematizada e padronizada, visando a atender uma lógica dos fenômenos. Mas, há muitas reflexões espaciais que não são nomeadas como Geografia, mesmo assim, mostram as relações do homem com o meio que o constitui.

Com base nessas premissas, é importante destacar que a história desta ciência no país é resultado das análises e dos debates em torno da formação da sociedade e dos vários tipos de intervenções que esta executa na natureza. Tal concepção permite afirmar que reflexões de outras áreas do saber e formas do conhecimento dialogam e qualificam o conjunto de saberes da Geografia

(ANDRADE, 1977). Ainda nas palavras do geógrafo pernambucano, observa-se que “a inteligência brasileira é capaz de, sem desprezar a contribuição dos povos mais desenvolvidos, elaborar os seus princípios teóricos, os seus modelos e a sua ideologia” (ANDRADE, 1977, p.13).

Nessa perspectiva, o pensamento espacial no Brasil estabeleceu suas bases no século XIX e início do século XX, a partir de “trabalhos de alto interesse geográfico, embora não metodologicamente geográficos” (ANDRADE, 1977, p. 7). Por meio de diversas formações discursivas (MORAES, 2005), escritores e intelectuais deram grande contribuição ao país e à Geografia graças à sensibilidade interpretativa, ligadas à história, à sociologia, filosofia e às ciências humanas (CÂNDIDO, 2006; ANDRADE, 1977). Num processo em que a constituição do campo de saber espacial é produto e se confunde com o fazer científico no país (SOUSA NETO, 2001).

São concepções que assumem um processo interpretativo da nação, por meio de perspectivas ideológicas captadas do debate científico europeu, mas que têm no Brasil o dado empírico (MORAES, 2002). Ou seja, um saber construído pela leitura do espaço, mas assumindo concepções teóricas importadas e adaptadas a nossa realidade territorial.

Não obstante, as afirmações postas até o momento são no sentido de corroborar com a hipótese de Andrade (1977). Segundo o geógrafo pernambucano, diversos autores e pensadores sociais brasileiros, das mais variadas áreas do conhecimento, deram a ciência geográfica uma grandiosa contribuição, principalmente nas análises da relação do homem com o meio e nas múltiplas formas de organização e desenvolvimento humano na superfície terrestre (ANDRADE, 1977).

Para Andrade (1977), o pensamento espacial não é uma modalidade específica da Geografia, mas tem nela uma síntese de reflexões de outros campos de conhecimento sobre a relação homem e natureza. Nesse caminho, afirma que o saber acumulado nas diversas áreas permitiram um diálogo profícuo a formulação e fundamentação dos conceitos e categorias da Geografia: “O pensamento científico se desenvolve em um processo que caminha com aperfeiçoamentos e recuos, conforme a maior ou menor possibilidade de utilização de novas técnicas e a agregação de novos conceitos” (ANDRADE, 1977, p. 6).

Por isso, reconhece-se que no Brasil a construção do saber geográfico é fruto da leitura da realidade nacional (ANDRADE, 1977). Não é uma cópia de saberes do cientificismo europeu, mas fruto de uma interpretação dos problemas nacionais. Assim, observa-se que a literatura construída no século XIX foi uma das bases desse processo, uma vez que essa se fundamentou como um sistema articulado de saber com forte arcabouço histórico e espacial (CÂNDIDO, 2006).

Nessa trajetória de constituição de um saber oriundo de um processo criativo e interpretativo da realidade brasileira, Euclides da Cunha é um exemplo (ANDRADE, 1977). Tido como um marco inicial da leitura do Brasil por meio do espaço (MAIA, 2013), o autor de *Os Sertões* é um dos precursores do pensamento social brasileiro ao pensar a nação por meio de um processo de reflexão centrada na dimensão espacial, tendo o território e a população como essenciais.

Com base em tal hipótese, chama-se atenção para o livro *Os Sertões* (1902), o qual surge com o intuito de retratar a Guerra de Canudos, deflagrada no interior da Bahia em 1896, mas que vai além desse propósito. Ao expor o contexto do conflito civil no arraial baiano, o escrito euclidiano também traz à tona um retrato do sertão nordestino desconhecido e desintegrado do restante do espaço nacional, uma realidade pouco integrada ao território da jovem pátria.

Dividido em três partes, *A Terra, O Homem e a Luta*, a obra estabeleceu uma perspectiva de saber histórico que possibilitou uma leitura do país (SEVCENKO, 1999). Ao mesmo tempo, é possível perceber alguns dos vários debates caros à ciência geográfica, como a questão da identidade nacional e regional; o debate ideológico do Estado nação, do povo e do território; a integração dos diversos territórios do país; as formas de representação espacial. Temas que foram incorporados pelos geógrafos e que permitiram uma compreensão da formação territorial do Brasil (ANDRADE, 1977).

A partir de tais apontamentos, chama-se a atenção para o objetivo central que norteou o presente escrito: refletir a constituição de um saber geográfico presente no livro *Os Sertões* de Euclides de Cunha, numa tentativa de confirmar a hipótese de Manuel Correia de Andrade.

Para contemplar o objetivo proposto, buscou-se efetuar uma metodologia centrada em procedimentos da consulta, interpretação e análise das ideias acerca da problemática levantada por Andrade (1977, 2008, 2007). Ademais, pretendeu-se revisar, de forma sintética, o livro *Os Sertões* (2017 [1902]) na tentativa de dialogar e perceber as evidências postas por Manuel Correia.

No que tange ao método utilizado para a construção do escrito, ora apresentado, além da pesquisa bibliográfica e documental, empregou-se a hermenêutica como recurso metodológico para a interpretação dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão e interpretação do conteúdo central, dando-nos subsídios para utilização desse procedimento como caminho investigativo no tocante aos escritos teóricos e literários.

Nesse sentido, este trabalho está estruturado em três seções. A primeira nomeia-se *A Geografia e o saber geográfico da realidade brasileira*, onde refletimos como as explicações sobre as relações entre sociedade e natureza no Brasil é resultado, também, de uma interpretação de pensadores não geógrafos. Seguidamente, pontuamos, no seccionamento *Euclides da Cunha e as características gerais do livro Os*

Sertões, argumentos que apresentam a perspectiva do jornalista e escritor construir um livro-reportagem que traz na sua essência uma linguagem literária e a perspectiva filosófica e científica central para se pensar a nação. Por fim, na seção *Os Sertões, o saber geográfico e o discurso da nacionalidade pelo espaço*, buscamos trazer uma interpretação livre do conteúdo da obra principal euclidiana, numa tentativa de confirmar a hipótese de Andrade (2008; 1977), ao chamarmos a atenção para a constituição de uma teoria interpretativa sobre o país, por meio de um discurso da nacionalidade pelo espaço.

Destaca-se, ainda, que nas duas últimas seções, estabelecemos um diálogo com autores que já refletiram sobre Euclides da Cunha e a representatividade de uma nacionalidade presente no livro, permitindo compreender que o saber proferido na referida obra desencadeou um pensamento sobre a representação espacial do território do Brasil.

A GEOGRAFIA E O SABER GEOGRÁFICO DA REALIDADE BRASILEIRA

Para Andrade (2008), a ciência geográfica tem como uma de suas definições ser uma forma de saber centrada em torno das relações entre sociedade e natureza, ao longo do tempo (ANDRADE, 2008). Nessa perspectiva, Andrade (2008) defende que, o processo de construção dos saberes da Geografia se estabelece a partir de análises em cada formação econômico-social. Assim afirma:

[...] o processo de produção e reprodução do espaço, cada formação econômico-social procura organizar o seu espaço à sua maneira, ao seu modo, de acordo com os interesses do grupo dominante e de acordo também com as suas disponibilidades de técnica e capital (ANDRADE, 2008, p. 23).

Como define Moraes (2002), a Geografia é forma de saber que envolve conhecimento em relação ao espaço ocupado, onde o saber geográfico não é único, mas que se estabelece num processo de expressar as várias formas de representação do espaço. Nessa perspectiva, Moraes (2022) defende que:

Essas relações entre a sociedade e o espaço envolvem, necessariamente, algum nível de conhecimento. Por esse motivo, pode-se dizer que a relação sociedade-espaço é uma relação universal, isto é, em qualquer época, em qualquer sociedade, encontra-se algum tipo de reflexão dos atores sociais a respeito do espaço que ocupam (MORAES, 2002, p.151).

Nessa trajetória, a Geografia passa a dialogar com uma série de ciências afins, permitindo um intercâmbio de conhecimento e uma capacidade de interdisciplinaridade, aproximando-a de vários debates presentes em outros campos do saber: “se interpenetra com o pensamento das demais ciências, tanto sociais como naturais” (ANDRADE, 2008, p. 23).

Ainda detalha:

[...] estudando as relações entre sociedade e natureza, ela tem áreas em comum com os dois grandes grupos científicos, e se o espaço é produzido e reproduzido pela sociedade, a Geografia tem grande aproximação com as mais diversas ciências sociais; se analisa a intervenção desta sociedade na natureza, tem naturalmente a necessidade de manter contato com as ciências ditas naturais. Ao mesmo tempo, ao usar as técnicas modernas, divulgadas

pelos ciências exatas, a Geografia necessita manter contatos com as chamadas ciências exatas (ANDRADE, 2008, p. 23).

Tal perspectiva possibilita um caminho interpretativo que a coloca com uma visão totalizante, tendo no conhecimento empírico um caminho para formulações teóricas (ANDRADE, 2008). Admite-se, assim, que a Geografia se apresenta dentro de uma diversidade na construção do saber, ao mesmo tempo é uma e tem autonomia de conhecimento, ligando explicações dos fenômenos físicos/naturais aos sociais/humanos (ANDRADE, 2007; 2008).

Isso faz atentar-se para o fato de que o conhecimento científico não fica limitado a um único tempo, e nem restrito a um único espaço (MORAES, 2002). O que faz com que “[...] a ciência geográfica passe a ser vista na moldura de seu tempo, sem anacronismos” (SOUSA NETO, 2001, p. 121). O saber feito pela ciência geográfica evolui e vai armazenando, absorvendo, acumulando e se transformando continuamente:

O conhecimento científico não é limitado no tempo, devido à própria evolução do processo de apropriação do espaço, da evolução dos processos de reflexão e do avanço tecnológico. Não se pode esquecer também que o processo está em mudança constante e que o conhecimento já armazenado vai absorvendo novos conhecimentos, assimilando-os e transformando-se. E, se o conhecimento necessita ser transformado continuamente, ele não prescinde da produção do passado para absorver o novo sem nenhuma vinculação anterior (ANDRADE, 2007, p. 9).

Uma das principais fontes para a construção do saber geográfico era e, ainda é, a própria realidade brasileira (1977, 2007). Tal afirmativa já foi colocada como questão.

Assim, inquiriu:

[...] deve a Geografia desenvolver-se para o mero devaneio intelectual dos cultores desta ciência ou deve a Geografia desenvolver-se visando a fornecer condições para a racionalização da organização do espaço brasileiro e, conseqüentemente, para oferecer uma contribuição à solução dos principais problemas que freiam o desenvolvimento da nossa sociedade? (ANDRADE, 1977, p. 20).

A perspectiva levantada por Andrade (1977, 2007) abre caminho de reflexão que parte do pressuposto que no início do século XX havia uma série de estudos que nem sempre considerados geográficos, deram contribuições fantásticas a Geografia:

No Brasil de um modo geral, e em Pernambuco em particular, o processo de transformação do conhecimento geográfico ocorreu a partir, sobretudo, do início do século XX, com estudos, nem sempre considerados geográficos, mas que abordavam temas referentes ao processo de renovação da organização do espaço (ANDRADE, 2007, p. 10).

A referida argumentação se coloca como central, uma vez que os avanços na constituição de um pensamento geográfico brasileiro é fruto de um desenvolvimento que foi moldado já no final do século XIX e início do XX. Para Andrade (1977), é nesse período histórico que há o processo de gênese de um saber com forte capacidade de interpretação da relação do homem como meio e as diversas formas de organização e desempenho humano na superfície terrestre, com destaque a capacidade de leitura crítica do arranjo territorial nacional.

Nessa perspectiva, entende-se que pensamento geográfico no país é todo o conjunto de saberes que fundamentam e fundamentaram essa ciência. Fruto não só de sua institucionalização, mas uma construção anterior, resultado dos esforços de diversos pensadores:

Em Geografia, por sua vez, o tratamento dado à área no Brasil está ainda vinculado à noção de pensamento geográfico. Nesse caso é preciso que se efetive uma mudança de mentalidade, em que a noção de pré-institucionalidade ou institucionalidade pré-científica seja superada [...]”. (SOUSA NETO, 2001, p. 121).

Ao trilhar a história de “passado colonial”, a Geografia nacional acompanha o próprio desenvolver das ciências no país: “A história da ciência no Brasil seguiu a mesma trilha que nos demais países de passado [...]” (SOUSA NETO, 2001, p. 124). Ou seja, é um saber fruto do esforço analítico de “diversos intelectuais não necessariamente geógrafos” (SOUSA NETO, 2001, p. 129) que tiveram na dimensão espacial uma centralidade (MORAES, 2005).

Nesse caminho, o debate ideológico de Estado Nação, povo e território no século XIX fundamentaram um processo de identidade do espaço nacional (MORAES, 1991). Por isso, no entender de Moraes (1991), o discurso geográfico criar mais do que um sentimento de pátria, mas toda uma conjuntura analítica em que a formação discursiva ancorada nos temas espaciais possibilita um cruzamento entre a história social da nação e do pensamento pelo espaço (MORAES, 1991).

Daí porque Andrade (1977) afirma que o pensamento geográfico se encontra em vários pensadores/autores não-geógrafos. Estes apresentam uma leitura da realidade brasileira sobre o prisma de orientações filosóficas das mais diversas, possibilitando um caráter de diversidade da leitura e entendimento da relação sociedade e meio (ANDRADE, 2008).

Tais afirmações possibilitam construir a ideia de que a Geografia nacional não é uma cópia do pensamento de outros povos. Antes, é criativa, reflexiva e interpretativa de nossa realidade.

Assim, pontua:

Somos daqueles que pensam já haver chegado a hora de se procurar escrever a história do pensamento geográfico brasileiro, procurando situá-lo face ao pensamento geográfico internacional e considerando-o como criativo, como interpretativo de uma realidade e não apenas como continuação do pensamento geográfico de outros povos a respeito da realidade brasileira. Não concordamos com aquela distinção feita por geógrafos mais apressados, geógrafos de formação francesa— os do passado — e geógrafos de formação norte-americana — os mais jovens — que, a nosso ver, depõe contra a capacidade intelectual dos classificados e dos que classificam. É a consagração pura e simples de uma ideologia colonialista, de que existem povos superiores que devem dominar e povos dominados que são incapazes de elaborar os seus princípios científicos e as suas ideologias, ou que se limitam a copiar modelos de franceses, ingleses, alemães, americanos, russos ou chineses” (ANDRADE, 1977, p. 17).

Nesse percurso, compreende-se que, já no século XIX, viajantes e cientistas estrangeiros, através de escrita de relatórios técnicos, depoimentos e roteiros, deram grande contribuição para o

entendimento dos problemas em que se encontravam o país, principalmente pela perpetuação anacrônica do sistema colonial português em nossas terras. Assim afirmou Andrade (1977): “Daí acharmos da maior importância o estudo e a meditação sobre o que escreveram cronistas e viajantes sobre nosso país” (ANDRADE, 1977, p. 17).

São um conjunto de reflexões que forneceram as bases para temas de maior relevância para a Geografia:

Nesses trabalhos, estudando problemas como o da urbanização, das migrações, da posse e uso da terra, dos modos de produção, abordam os mais importantes tópicos que estão ligados à organização geoeconômica do espaço brasileiro, fornecem informações e interpretações do maior interesse geográfico (ANDRADE, 1977, p. 20).

Dentre os vários autores e obras, Andrade (1977) cita as contribuições de Euclides da Cunha à formação de um pensamento geográfico no Brasil. Assim afirma:

Substancial também, embora às vezes preconceituosa, é a contribuição de Euclides da Cunha em livros como *Os Sertões*, em que faz a interpretação dos fatos desenrolados em Canudos, reduto de fanáticos confundidos por republicanos radicais como restauradores monarquistas, e a excelente, embora já bastante ultrapassada, visão da Amazônia, exposta nos artigos publicados em *À Margem da História*” (ANDRADE, 1977, p. 18).

No entendimento de Andrade (1977), Euclides da Cunha é um dos pensadores sociais que tem um estudo “para geográfico” e que merece atenção por trazer uma interpretação histórica à formação dos problemas nacionais e se apresenta como destaque na construção de um saber científico e geográfico no Brasil.

EUCLIDES DA CUNHA E AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO LIVRO OS SERTÕES

Euclides da Cunha (Cantagalo, 20 de janeiro de 1866-Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1909) foi cientista e poeta, um intelectual capaz de dar ao seu país o conhecimento que tanto ansiava a respeito de seu povo, como também de apresentar um retrato das opiniões, inquietações e reflexões de seu tempo (ABREU, 1998).

Autor de uma das maiores obras da literatura brasileira, *Os Sertões*, teve sua formação caracterizada por conteúdos exatos e fórmulas. Entretanto, em sua escrita, há um caráter forte da sua paixão pelo jornalismo e o romance (BERNUCCI, 1998). Ao mesmo tempo, traz aspectos sociais que dialogam com a temática científica, caracterizando-se por uma linguagem literária com a obsessão científica (SEVCENKO, 2003; BERNUCCI, 1998).

Euclides foi um homem das ciências “duras”, uma vez que sua formação se deu no âmbito da engenharia militar. Tornou-se bacharel em matemática e ciências físicas e naturais, através da Escola Superior de Guerra, localizada no Rio de Janeiro, onde residiu grande parte de sua vida. Contudo, faz-se importante destacar que o estudo no país era muito restrito ainda neste período. Apesar de seu acesso

a uma formação, grande parte do que Euclides veio a aprender foi fruto de uma busca própria através de intelectuais influentes do período (FACIOLI, 2008).

Posterior a sua formatura, Euclides muda-se para São Paulo, passando a exercer sua profissão, porém, não deixa de lado seu fascínio pelo jornalismo. Fato que o fez escrever para o jornal “O Estado de São Paulo”.

Com a irrupção da Guerra de Canudos nos Sertões da Bahia, Euclides e diversos pensadores do período deixaram claro seus interesses em debater o conflito. Abreu (1998) ressalta que “Canudos, com seu horror e com sua potência trágica, despertou intensa reflexão” (ABREU, 1998, p. 03), atraindo para si relatos de diversos intelectuais da época e sendo amplamente noticiada, ficando conhecida como um grande evento jornalístico do país (ABREU, 1998).

A Guerra de Canudos era divulgada por muitos enquanto movimento monarquista que visava restaurar esse regime (VENTURA, 1990). Tanto, que a primeira publicação de Euclides a respeito deste acontecimento, ocorreu por meio de um artigo, em 1897, intitulado de “Nossa Vendéia”, realizando uma correlação de Canudos com a revoltosa Vendéia francesa (VENTURA, 1990) local onde havia um grupo de monarquistas que buscavam a restauração desse modelo de governo (LIMA, 2011).

Constata-se que ao viajar para Canudos, Euclides já tinha em mente redigir um livro sobre o acontecimento e seu objetivo era escrever “um valioso documento nacional” (LIMA, 2011, p. 195), uma vez que ele já realizava anotações anteriores em sua caderneta de campo, tanto sobre os aspectos físicos, como o clima e a flora, quanto sobre os da própria comunidade de sertanejos e seus costumes.

Isto posto, é preciso entender que a obra máxima de Euclides foi fruto de uma sequência de acontecimentos e de anotações, como seus primeiros artigos ao jornal “O Estado de São Paulo” e sua notória Caderneta de Campo. Com isso, observa-se que além de buscar compreender a obra central, deve-se entender qual a perspectiva que influenciou essa redação.

No início de sua viagem, Euclides acreditava, assim como toda a sociedade litorânea brasileira, que havia um levante contra o governo republicano na tentativa de restaurar a monarquia, uma vez que para justificar a falha das campanhas anteriores, criou-se uma narrativa de que “algum poderoso reino estrangeiro (a Inglaterra, possivelmente) supria os revoltosos de farta e moderna munição” (MEDEIROS, 2009, p. 11). No entanto, após suas constatações *in loco*, Euclides busca redimir-se de suas afirmativas anteriores através da obra.

Como resultado de sua jornada, o engenheiro e jornalista retorna a São Paulo com diversas anotações de campo que deram origem ao aclamado livro *Os Sertões*, publicado em 1902.

É importante afirmar que a obra foi a primeira a ser considerada do gênero de Livro- reportagem, que entendemos ser a escrita correspondente a um fato narrado através da literatura, por meio de ótica de prosa (OLIVEIRA, 2006).

Sendo um gênero que consiste no intuito de informar, mas que também consegue “envolver, até mesmo, entreter o público, através da leitura de um fato verdadeiro” (OLIVEIRA, 2006, p. 5), esse romance se utiliza de linguagem aprofundada, cujo objetivo reside em intensificar a utilização de elementos narrativos para estruturar seu relato, daí seu aspecto literário (OLIVEIRA, 2006).

Em consonância, entende-se ser essa “uma escrita voltada para compreender e explicar o Brasil a partir de Canudos e, ao mesmo tempo, comover com força expressiva da arte literária as elites e as camadas letradas do país” (FACIOLI, 2008, p. 110).

Tais características são visíveis no livro, posto que ele possui uma capacidade de abarcar diversas questões, como também, demonstra-se cheio de contradições, o que o levou a se tornar um dos livros fundamentais para se interpretar o país. Assim afirma Schneider (2013):

Os Sertões foi capaz de tocar uma multiplicidade de questões que vão do econômico- social (o latifúndio, a pobreza) ao político (a República e seus limites), do intelectual (o cientificismo, o naturalismo, o decadentismo) ao religioso (o messianismo, o catolicismopopular). Por essas e outras razões, Os Sertões é um dos documentos fundamentais da história do Brasil, reflexo e reflexão de um país carregado de temporalidades polissêmicas e contraditórias. (SCHNEIDER, 2013, p. 79)

As diversas possibilidades no livro mostram que Euclides foi um homem fruto dos novos tempos gerados pela República (SCHNEIDER, 2013). A obra desse autor traz a perspectiva da literatura como missão, onde percebe-se, claramente, a literatura como um instrumento de ação (SEVCENKO, 2003).

Mesmo com uma publicação tardia e o vasto acervo já produzido a respeito do evento, Os Sertões teve grande repercussão no período de seu lançamento, apesar de ser uma obra que dispôs de um caráter distinto, onde expõe o território como o enfoque principal em seu debate (ABREU, 1998). Ao mesmo tempo, o escrito apresenta a barbárie do litoral e da civilização contra a bestialidade do sertanejo místico e retrógrado (SCHNEIDER, 2013), o que possibilita desempenhar o papel de divisor de águas no aspecto do pensamento social brasileiro (ABREU, 1998).

Ao descrever aquela região do sertão em torno do Arraial de Canudos, que até então estava dissociada do território nacional, principalmente, da dinâmica do Rio de Janeiro, o autor d’Os Sertões divide sua obra em três partes estratégicas: *A Terra, O Homem e A Luta*.

Essa divisão deixa bem claro que o livro adquire uma configuração de ser científico, mas também literário (SEVCENKO, 2003; BERNUCCI, 1998). Ao buscar retratar a terra do sertão, a partir de Canudos, manteve uma relação entre a gênese do homem e as causas e consequências de uma luta do litoral

contra o sertão, Euclides da Cunha tem como objetivo “[...] o estudo, a partir de bases científicas, dos sertões” (ABREU, 1988, p. 06).

Fato que permite afirmar que Cunha, tal como os demais pensadores do período, caracterizava-se por seu posicionamento racional e de uma mentalidade “antiespiritualista” e “antimetafísico” (SCHNEIDER, 2013), uma vez que retratou a realidade da sociedade e do território tal como se apresentava. Ou, como afirma Amory (2009), há na narrativa euclidiana umatríplice escala temporal: “[...] pré-história terrestre, história social do Nordeste e história ocular dos acontecimentos, correspondentes à história ‘quase imóvel’, a história lenta dos grupos móveise a viva ‘historie événementielle’ de Braudel” (AMORY, 2009, p. 207). Tais características fazendo texto de Euclides uma obra com uma linguagem literária, mas com fortes marcas científicas (SCHNEIDER, 2013).

Para Abreu (1988), a guerra de Canudos despertou uma profunda reflexão sobre o Brasil eo livro Os Sertões é uma mistura de “Emoção e razão, arte e ciência”, com uma qualidade artística e uma forte rigidez científica. Mas, além de ser uma obra com fortes características científicas e literárias, os escritos euclidianos possuem uma forte dimensão espacial (SEVCENKO, 2003, p.162).

OS SERTÕES, O SABER GEOGRÁFICO E O DISCURSO DA NACIONALIDADE PELO ESPAÇO

Pode-se entender o porquê de a obra Os Sertões ser considerada um marco para o pensamento nacional (LIMA, 1998), mas também, geográfico, a partir do momento em que ela oferece uma oportunidade de análise da sociedade e do país no final do século XIX e início do XX. Um processo analítico que perpassa em mostrar disparidade da formação territorial da nação.

Euclides em Os Sertões exerceu um perfil de “observador interessado” (SOUZA, 1997, p.27), sendo capaz de demonstrar uma narrativa que objetivava descrever uma realidade na qual estava inserido: “E tanto quanto o permitir a firmeza do nosso espírito, façamos jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela o merece.” (CUNHA, 2017, p. 34).

O jornalista carioca se une ao esforço nacional que busca compreender seu próprio país e a raiz de seus males (LIMA, 1998). Por consequência, na visão euclidiana, a maior problemática brasileira ocorria devido a esta dualidade entre sertão e litoral (LIMA, 1998), na qual ambos, a partir de uma combinação oposta de sociedade e terra, ocasiona uma polarização territorial.

Lima (1998) destaca:

Isto explica, por exemplo, por que a disputa na caracterização de Os sertões, de Euclides da Cunha, ora apresentado como texto literário, ora como documento científico de cunho etnográfico, ora como um trabalho de geografia e assim por diante. Parece-me correto afirmar que tanto os médicos como engenheiros, como os advogados preocupados com o Brasil real, além daqueles poucos que conseguiram ter na literatura a atividade praticamente exclusiva, intentavam construir uma teoria interpretativa do Brasil (LIMA, 1998, n. p.).

Com isso, Euclides apresenta uma teoria interpretativa do Brasil que perpassava a concepção de atraso nacional, onde há uma segmentação do território em que uma parcela está mais propícia à modernização e a outra é mais conservadora e tradicionalista (LIMA, 1998).

Diante de tal perspectiva, a obra euclidiana foi capaz de retratar e delinear uma sociedade e região que eram vistos apenas como uma área vazia e arcaica. Ao mesmo tempo em que era atribuído a esse espaço condicionantes singulares de sua formação e que impediam o seu desenvolvimento, tais como: a atividade econômica, o meio e, principalmente, o distanciamento do poder público e da sociedade litorânea.

Tais fatores incidiram sobre a constituição territorial do sertão, tornando-o algo singular, dispare e dissociada do restante da nação. Assim, observa-se em *Os Sertões*:

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, [demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão — abandonados — há três séculos. (CUNHA, 2017, p. 132)

A concepção de uma área vazia, representada pelo território sertanejo, seria "necessária" para encobrir a realidade daquela parcela da Nação que se encontrava desassistida e isolada física e socialmente.

Desse modo, Euclides cria, a partir de *Os Sertões*, a imagem de uma sociedade e de um sujeito sertanejo que seriam a representatividade da nação. Assumindo Canudos como o reflexo de um passado fruto da negligência do Estado. Assim, afirmou:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa [...] Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime (CUNHA, 2017, p. 35). (grifo nosso)

Ao mesmo tempo, compreendemos que o autor de *Os Sertões* realiza uma construção textual a partir de uma noção de "representação geográfico/social" (LIMA, 1998), buscando entender não só a sociedade e a nação, mas ambas dentro de uma dimensão espacial.

Sendo assim, Euclides da Cunha nos apresenta o Brasil:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. (CUNHA, 2017, p. 211)

Nessa perspectiva, o olhar fundante de Euclides demonstra a todos que essa diferença cultural e social se refletia espacialmente, uma vez que moldava o espaço vivido pelos sertanejos de forma totalmente distinta dos litorâneos (SOUZA, 1997). Para ele, o fator segregacional imposto pela característica do Sertão e pela indiferença dos governadores condicionou-os a serem "mercenários inconscientes" (CUNHA, 2017, p. 34) visto que se cometia um constante crime contra a nacionalidade.

Tal caminho interpretativo reflete não apenas nas condicionantes do meio físico, mas também no carácter sociológico do conceito de isolamento, dado que este influi diretamente na organização social e numa cultura segregada (CÂNDIDO, 2012). Porém, mais que um carácter sociológico, observamos uma dimensão espacial na escrita euclidiana, uma vez que, a partir do debate e da tentativa de representação da nacionalidade, o escritor pré-modernista debate a relação homem e meio. Cândice Souza (1997) ressalta:

O relato sobre os habitats das formas sociais e sertanejas e litorâneas estabelece valores em termos de gradientes de nacionalidade, escala em que se distribuem os lugares de acordo com a sua proximidade a um modelo de nação desejável (SOUZA, 2015, p. 43).

Logo, para Euclides há uma contrariedade à medida em que ele se empenha em descrever e compreender tal sociedade sertaneja, tanto em sua obra máxima quanto em suas anotações. No entanto, ao fim de suas conclusões, ele a coloca como central para se compreender a formação do território e da nação brasileira.

Observa-se assim em sua obra o desenvolvimento do “sertanejo típico, filho da segregação, isolado do resto do País” (CÂNDIDO, 2012, p. 02). Em sua visão, os sertanejos representavam uma cultura ou raça, tendo em vista as terminologias da época, totalmente distinta dos seus patrícios litorâneos:

Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável, aqueles sertanistas, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, semelhavam uma outra raça, no arrojo temerário e resistência aos reveses (CUNHA, 2017, p. 109) (grifo nosso)

Ao se deparar com aquele povoado e com o conflito ocorrido, Euclides da Cunha observa que esse fenómeno da “*demora cultural*” (CÂNDIDO, 2012, p. 03) ocasiona justamente o conflito exposto na parte final do livro, em consequência ao choque entre o “evoluído” e a “barbárie”.

À vista disso, observamos que o sertão é palco de um dilema civilizatório (LIMA, 1998), posto que, a obra redigida com base em uma visão a respeito das contraposições da população e do território demonstra “[...] o abismo existente entre o interior bárbaro e o litoral europeizado, entre o Brasil, que almejava civilizar-se, e a Europa, civilizada e moderna” (DIAS, 2009, p. 144).

Ainda, segundo Dias (2009):

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional (CUNHA, 2017, p. 493).

Destacando o contato quase nulo que ambas as culturas tiveram, Euclides afirma que a sociedade brasileira estava dividida e condicionada a uma série de embates. Em razão disso, o litoral era representado através de seu contato com a Europa, onde buscava o estabelecimento de um padrão

modernizador e progressista, mas que se apresenta de forma excludente as diferentes culturas presentes nos demais fragmentos do território:

Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria (CUNHA, 2017, p. 493).

Para Euclides, o projeto modernizador da República não foi capaz de incluir seus irmãos retrógrados, mas foi responsável por tentar extinguir sua cultura e sociedade. Assim, ele afirma: “É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização. Ora os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte forraram-se a esta última” (CUNHA, 2017, p. 131).

Nesse caminho interpretativo, Euclides apresenta o Sertão enquanto a identidade representativa do Brasil, uma vez que esse manteve suas tradições preservadas (LIMA, 1998). Também, apresentando uma cultura original, ou, como o autor menciona ser: “o cerne vigoroso danossa nacionalidade.” (CUNHA, 2017, p. 121).

Ao aprofundar-se na obra de Euclides da Cunha, entende-se que, mediante suas reflexões a respeito do território, ele habilmente redige “um grande ensaio histórico de interpretação do Brasil” (FACIOLI, 2008 p. 113). Dado que *Os Sertões* elabora de forma singular uma nova ótica sob o espaço e a nação brasileira:

Dentre as formulações paradigmáticas sobre um projeto de Brasil, a voz de Euclides da Cunha ressoa de forma duradoura desde o aparecimento de *Os Sertões* (1902). Considerado como um autor fundante dos modos de tratar a existência do sertão, em sua capacidade de organizar ditos eficazes por seu poder de diagnose, estará posto como reflexivo de um momento de inflexão no ato de nomear e valorar o sertão, como é feito no pensamento social (SOUZA, 1997, p. 95)

Entende-se que autor pensava e descrevia o arranjo territorial a partir de simbologias, tendo em vista que “o espaço, contudo, resistiu e resiste como categoria de interpretação” (MAIA, 2008,

p. 32). Nesse sentido, a figura do sertão é interpretada e expressa enquanto uma imagem espacial simbólica (SOUZA, 1997) e que ocupa um papel importante para se entender o Brasil.

Portanto, o sertão não é apresentado somente como uma materialidade da superfície terrestre, mas como uma realidade simbólica, uma verdadeira ideologia geográfica. Para isso, Euclides usou uma narrativa que centrou grande parte de sua reflexão na dimensão espacial. Bem próximo do que Moraes (2002) nos diz sobre o discurso geográfico: “[...] um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo” (MORAES, 2002, p. 2)

Nesse caminho, ao fazer uma análise do sertão, e tentar incorporar essa realidade a um projeto de modernização, Euclides constrói uma imagem da estrutura socioespacial de um Brasil dividido em

dois “Brasis”, entre litoral e sertão. Por isso, o sertão em Euclides é visto como uma dimensão que precisaria ser incorporada à nacionalidade. Em razão disso, passa a debater a relação entre Estado, território e povo, apontando, inclusive, os rumos (errados) que se tomavam naquele momento.

Por isso, Cunha apresenta toda uma construção discursiva com fortes características de saber geográfico. A dimensão espacial nele passa a ser pensada de forma real e simbólica, por meio do potencial revelador das palavras (MAIA, 2008, p. 31).

O seu discurso tem uma forte índole geográfica passando a ser visto como forma de legitimar a visão e a construção de uma identidade nacional no final do século XIX e início do XX. Em razão disso, o discurso geográfico em Euclides da Cunha é um caminho interpretativo para refletirmos não só a formação-nacional-territorial, mas também, as bases para a construção de um pensamento geográfico no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado do escrito foi de apresentar uma perspectiva teórica e reflexiva, a partir da hipótese de Manuel Correia de Andrade que apontou para a necessidade de verificação e investigação do saber produzido em textos que necessariamente estão dentro do rol da ciência geográfica.

Para isso, partimos da perspectiva trazida pelo eminente geógrafo pernambucano de que a Geografia pode ser definida como a ciência que estuda as relações entre a homem e a meio. Mas, ao mesmo tempo, é uma forma de saber centrada na análise de como a sociedade organiza o espaço terrestre visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza (ANDRADE, 2008).

A partir das reflexões prestadas por Manuel Correia de Andrade é possível compreender que a construção do pensamento geográfico no Brasil perpassa por um processo de constituição interdisciplinar e que tem na realidade brasileira um caminho interpretativo (ANDRADE, 2008; 1977).

Há em diversos escritos fora do eixo da Geografia mais acadêmica que apresentam um cabedal de informações e saberes que possibilitam reconstruir as bases do pensamento geográfico brasileiro. Textos que além de contribuir para pensar o Brasil, possibilitaram a efetivação de conhecimentos com forte arcabouço histórico, mas também espacial, principalmente, por apresentarem nas representações do povo e do território o processo de compreensão do Brasil.

Nessa óptica, ressalta-se que é importante fazer um esforço analítico sobre o saber geográfico presente no conjunto de interpretações “para geográficos” que contribuíram para apontar soluções aos problemas nacionais (ANDRADE, 1977, p. 21). Corroborando o que foi dito por Moraes (2002), quando afirmou: “a história da Geografia brasileira ainda está para ser contada” (MORAES, 2002, p. 156), dado que nela se faz evidente a existência de grandes buracos negros.

Nesse caminho, as contribuições de Euclides da Cunha possibilitaram, principalmente, a construção de representações geográficas da nação (SOUZA, 1997), como também, forneceram as bases para a constituição de temas de maior relevância para a Geografia (ANDRADE, 1977). O que permitiu entender que as ideias de Euclides foram construídas dentro de um contexto histórico-geográfico bem definido, mas que mantém uma forte ligação com o processo de configuração do território brasileiro e gênese de um pensamento geográfico.

Tendo em vista tais considerações apontadas aqui, faz-se possível entender que a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha oferece uma oportunidade de análise da sociedade e do país, na medida em que o literato se uniu ao esforço nacional que buscava compreender o próprio Brasil e a raiz de seus males (LIMA, 1998). Para isso, Cunha como jornalista e escritor apresentou em seu principal livro uma teoria interpretativa que perpassava a concepção de atraso vivenciado pela nação, permitindo uma análise com forte dimensão espacial.

A releitura de *Os Sertões* possibilita compreender a dinâmica de organização territorial do Brasil por meio de condições específicas presentes no século XIX. Ao mesmo tempo, confirma a hipótese de Andrade (1977), de que a Geografia e o saber geográfico têm muitas contribuições às questões nacionais por meio dos escritos que fora do eixo de uma geografia acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMORY, F. **Euclides da Cunha: Uma odisséia nos trópicos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- ABREU, R. **O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os sertões na viradado século**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, 1998.
- ANDRADE, M. C. de. **O pensamento geográfico e a realidade brasileira**. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 54, p. 5-28, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1088>.
- _____. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.
- _____. **A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S. l.], v. 22, n. 65, p. 9-15, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092007000300002>.
- BERNUCCI, L. M. **A ontologia discursiva de Os sertões**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, 1998.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ouro Sobre Azul, 2006.
- _____. **Euclides da Cunha sociólogo**. Campinas: Remate de Males, 2012.
- CUNHA, E. da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2017.
- _____. **Caderneta de Campo; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade**. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- DIAS, Léa Costa Santana. **O consórcio da ciência e da arte enquanto projeto estético norteador de Os Sertões, de Euclides da Cunha**. A Cor Das Letras, 2009.

- FACIOLI, V. **Os Sertões: consórcio entre ciência e arte**. IN:BERNUCCI, Leopoldo M. (org.). Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha. SãoPaulo: Edusp, 2008. (Coleção Ensaio de Cultura).
- LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1998.
- LIMA, L. S. **Os sertões: ressignificando discursos**. Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões, 2011.
- MAIA, J. M. E. **A terra como Invenção: O espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- MAGNOLI, D. **O corpo de pátria - imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna, 1997.
- MEDEIROS, B. **Tijolos para uma catedral**. IN: CUNHA, Euclides da. Caderneta de Campo; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2009. (Apresentação).
- MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2005.
- _____. **História do pensamento geográfico no Brasil: indicações**. Geografares, [S. l.], n. 3, 2002. DOI: 10.7147/GEO3.1124.
- _____. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil**. História e Natureza, 1991.
- OLIVEIRA, P. N. D. S. **Jornalismo literário: como o livro- reportagem transforma um fato em história**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Bahia: UNB, 2006.
- SCHNEIDER, A. L. **Pensamento social e linguagem n’Os Sertões de Euclides da Cunha: entre a ciência europeia e a experiência sertaneja**. Cadernos de História da Ciência, 2013.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- SOUZA, C. V. e. **A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro**. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SOUSA NETO, M. F. **Geografia nos Trópicos: histórias do naufrago de uma jangada de pedras?** Terra Livre. São Paulo, n. 17, 119-138p, 2001.
- VENTURA, R. **“Nossa Vendéia”: Canudos, o mito da revolução francesa e formação de identidade cultural do Brasil (1897-1902)**. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, 1990.

INFLUÊNCIA RECLUSIANA NA GEOGRAFIA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Walter Luiz Junior
Flamarion Dutra Alves

RESUMO

A extensa obra do geógrafo libertário Élisée Reclus (1830-1905), contém em suas temáticas críticas do espaço, como os problemas políticos, a estrutura social, luta de classes, o Estado, a expansão do capitalismo, e também as relações entre sociedade civil, igreja, e o progresso. Nesse sentido, através dessas temáticas do importante trabalho de Élisée Reclus, o objetivo da pesquisa visa analisar a influência de Reclus na constituição das obras de Manuel Correia de Andrade, no contexto de uma geografia crítica, além de identificar as temáticas e conceitos que dialogam nas obras dos autores. Nesse caminho, o respectivo estudo usa como base as obras "Abolição e Reforma Agrária" de 1987 e também o livro "O Povo e o Poder" de 1991. As abordagens evidenciadas por Andrade como a escravidão, e a propriedade da terra, bem como o sentido da abolição e a República, o populismo, autoritarismo e questão agrária, além da Monarquia à República e a República e a questão social são facetas componentes dessas duas obras e o seu respectivo contexto dialoga com a geografia de cunho libertário ou geografia reclusiana.

Palavras-chave: Geografia libertária, Questão agrária, Pressupostos ácratas, Geografia crítica.

ABSTRACT

El extenso trabajo del geógrafo libertario Élisée Reclus (1830-1905), que contiene sus temas críticos del espacio, como los problemas políticos, la estructura social, la lucha de clases, el Estado, la expansión del capitalismo, y también las relaciones entre la sociedad civil, la iglesia y el progreso. En este sentido, a través de estos temas de la importante obra de Élisée Reclus, el objetivo de la investigación es analizar la influencia de Reclus en la constitución de las obras de Manuel Correia de Andrade, en el contexto de una geografia crítica, además de identificar los temas y conceptos que dialogan en las obras de los autores. De esta manera, el estudio respectivo toma como base las obras " Abolição e Reforma Agrária " de 1987 y también el libro " O Povo e o Poder " de 1991. Los planteamientos evidenciados por Andrade como esclavitud, y propiedad de la tierra, así como el significado de abolição y la República, el populismo, el autoritarismo y la cuestión agraria, además de la Monarquía a la República y la República y la cuestión social, son facetas componentes de estas dos obras y sus respectivos diálogos contextuales con la geografía de naturaleza libertaria o geografía reclusiana.

Palabras clave: Geografía libertaria, Cuestión agraria, Suposiciones acratas, Geografía crítica.

INTRODUÇÃO

Manuel Correia de Andrade foi uns dos precursores a evidenciar no Brasil, a importância da obra geográfica de Élisée Reclus, bem como situou a obra do autor no espaço e no tempo. Com o seu livro “Élisée Reclus” (1985), organizado por Andrade e o Coordenador Florestan Fernandes, dos Grandes Cientistas Sociais, assim caracterizando seu percurso e sua geografia anarquista libertária, com a suas temáticas críticas do espaço, como os problemas políticos, a estrutura social, Luta de Classes, o Estado, a expansão do capitalismo, e bem como as relações entre sociedade civil e a igreja, e o progresso.

Nessa perspectiva, através dessas temáticas da extensa obra de Élisée Reclus, o objetivo da pesquisa é analisar a influência de Reclus na constituição das obras de Manuel Correia de Andrade, no contexto de uma geografia crítica, além de identificar as temáticas e conceitos que dialogam nas obras dos autores. Dessa forma, o respectivo estudo usa como base as obras “Abolição e Reforma Agrária” de 1987 e também o livro “O Povo e o Poder” de 1991. As abordagens evidenciadas por Andrade como a escravidão, e a propriedade da terra, bem como o sentido da abolição e a República, o populismo, autoritarismo e questão agrária, além da Monarquia à República e a República e a questão social são facetas componentes dessas duas obras e o seu respectivo contexto dialoga com a geografia de cunho libertário ou geografia reclusiana.

Percurso geográfico, esse do Manuel Correia de Andrade, devido influências das temáticas críticas libertárias de Reclus que fazem parte da constituição do pensamento geográfico. E ressoou frutos para a análise crítica do espaço na constituição do saber geográfico, incorporada por Manuel Correia de Andrade nas duas respectivas obras analisadas, bem como na constituição totalizante de sua obra. Os componentes da geografia de Reclus como o Progresso, Luta de Classes, Geopolítica e a participação do Estado se configura na obra de Andrade e é possível identificar os desdobramentos e influência da geografia reclusiana.

Devido a importância do pensamento social de Manuel Correia de Andrade na sociedade contemporânea, e na construção do pensamento social brasileiro e da conjuntura da formação territorial brasileira, sobressaindo também o pensamento histórico-geográfico. É de estrita importância pôr à tona os desdobramentos da geografia reclusiana e a sua contribuição vigorosa na história da geografia, e a influência de Reclus no percurso geográfico de Manuel Correia de Andrade. Assim, revelando nexos fundamentais da relação sociedade e natureza, sobressaindo a visão crítica do espaço de Reclus, assim como incorporada por Andrade. Ademais, através desse trabalho será destacado a importância de resgatar a Geografia anarquista, e as contribuições de boa relevância no contexto de ampliar e evidenciar as contribuições libertárias ao tempo presente, e as relações do homem com a terra.

METODOLOGIA

Para realização dessa pesquisa, pautou-se uma análise de conteúdo e discurso nas obras de Andrade e Reclus, para compreender os elos existentes entre os escritos originais de Reclus e as influências na obra de Andrade.

Para tal, análise de conteúdo e discurso foram adotadas, pois tem como fundamento “[...] compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens” (SEVERINO, 2017, p. 92).

As obras selecionadas de Reclus como base do pensamento “Do sentimento da natureza nas sociedades modernas” e “O Homem e a Terra”. Essas obras exprimem grande parte das bases teórico-metodológicas e a concepção de mundo e da geografia de Reclus.

Considerando a vasta obra de Andrade, optou-se pelos livros “Abolição e Reforma Agrária” de 1987 e “O Povo e o Poder” de 1991. A escolha se deu pelo momento político que atravessou o Brasil, pós Ditadura Militar e Nova República, bem como o momento de grande expressão da Geografia Crítica no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Manuel Correia de Andrade (1985, p. 21) evidencia que “para compreendemos a contribuição do geógrafo anarquista Élisée Reclus, no campo político e geográfico, se faz necessário analisar a diferenciação de seus pensamentos entre o demais, sistematizadores da história da geografia”. Para Reclus, o Progresso é um fenômeno contraditório por essência, no qual, aos progressos, ele opõe os retrocessos. No qual, toda modificação, qual quer que seja a sua importância, se realiza-se pela junção ao progresso de retrocessos correspondentes.

Nesse viés, Andrade (1991, p. 21) exprime uma reflexão importante para se pensar a formação espacial das classes sociais na atualidade brasileira, que é a temática do sentido da abolição, e também quem a fez. No qual, “a escravidão era uma excrescência que vinha se mantendo devido ao fortalecimento dos grandes proprietários rurais, configurados à produção da cana-de-açúcar e do café, que se viam temidos com a possibilidade de debacle de sua economia”. Bem dizendo a perda da escravaria, e que não dispunha de capital de giro, pagando assim salários baixos aos seus “trabalhadores”. Élisée Reclus (2011, p. 60) esclarece que “um progresso nunca vem sozinho; ele completa-se, repercute-se em outros progressos no conjunto da evolução social”.

Outrossim, ainda na obra o Homem e a Terra, respectivamente Progresso (2011) de Élisée Reclus, é possível ver os desdobramentos libertário que reflete na analítica espacial de Andrade e ainda as temáticas do espaço da geografia reclusiana nas narrativas abordadas e evidenciadas por Manuel Correia de Andrade.

[...] O escravo, e podemos mesmo dizer, de uma maneira geral, o homem cuja vida foi regulada desde sua infância e que não aprendeu a estabelecer claramente a comparação entre dois estados sucessivos muito distintos de seu meio, acostuma-se facilmente à rotina imutável da existência, por mais vulgar que seja: ele pode viver sem se queixar, como a pedra ou planta invernando sob a neve. (RECLUS, 2011, p. 55).

Nesse sentido, Andrade (1991, p. 93) dialoga que:

A perda do apoio dos proprietários de terra se fez diminuta com a abolição da escravatura, a abolição foi uma medida muito tardia no Brasil, que deveria ter sido tomada mais ainda no passado, quando o país começou a se industrializar e com a expansão de sua área de cultivo, sobressaindo o café. Ademais, o Império manteve uma lei de terras, que excluía a apropriação de terras devolutas, por parte de pequenos e médios agricultores, fazendo a configuração da escravidão subsistir até 1888. quando ela já havia sido abolida em toda a América Latina.

A Geografia constituída nas duas respectivas obras está preocupada em fazer uma análise crítica do espaço, e da história do Brasil, oferecendo acessórios e ferramentas para se pensar a constituição da sociedade brasileira, através de uma geografia libertária, sem exaltar figuras de importância da época, no sentido, de dar espaço ou voz intelectual para justificar a política de poder da elite branca brasileira. Bem dizendo, alimentar as vozes dos opressores, cidadãos/personagens históricos detentores do poder e com acesso as ciências. No qual, tentam na história justificar o injustificado, que é temática da escravidão.

Andrade (1991, p. 15), exprime que:

Meditando-se em tudo o que foi feito e em tudo o que deixou de ser feito, vêm-nos à mente as seguintes proposições: por que a abolição ocorreu? Quem a realizou? A quem ela beneficiou ou visava beneficiar? São perguntas que para serem respondidas faz-se necessário analisar o processo que levou à Lei Áurea e as consequências que a mesma provocou.

A classe dominante está sempre na história em busca de mão-de-obra que possa ser explorada, para manter-lhes o padrão e os caprichos, e também, controlar o pensamento social, e manter suas tradições e crenças particulares na sociedade, assim se fortificando na custa de pessoas exploradas, muitas vezes sem conhecimento de seu meio.

O percurso geográfico de Manuel Correia de Andrade, ou a sua Geografia com traço reclusiana, está vinculada e alinhada a uma análise espacial crítica, no qual é evidente que essa Geografia apresentada por Andrade nos faz pensar em uma análise espacial libertária, podemos dizer que é uma Geografia Social, no sentido, de diluir as espacialidades e os eventos históricos do Brasil, assim como a Geografia reclusiana, de raízes francesas, que construiu e nos permite construir uma ciência popular e participativa, com a finalidade de atingir o progresso na relação sociedade natureza, ou melhor a relação o homem e a terra.

Andrade (1987, p. 72):

Imaginando uma sociedade em que os ricos mandam e os pobres obedecem humildemente, esses proprietários consideram o povo incapaz e incompetente para tomar decisões. Para os tecnocratas, quase sempre imbuídos de preconceitos e de teorias alienadas da realidade brasileira, o problema agrário é neutro, teórico, cabendo a eles, os técnicos, elaborar e, ao

povo, submeter-se às suas deliberações. É a eles que cabe decidir o que é bom e o que é mau para a população.

Reclus (2011, p. 13):

Alguns grandes espíritos não se contentam em admitir essas restrições capitais à noção do progresso, eles negam inclusive que possa haver melhoria real no estado geral da humanidade. Toda impressão do progresso seria, segundo eles, pura ilusão e só teria um valor completamente pessoal. Na maioria dos homens, o fato da mudança confunde-se com a ideia de progresso ou retrocesso segundo ele aproxima-se ou afasta-se do grau particular ocupado pelo observador na escala dos seres.

Élisée Reclus, evidencia em sua Geografia que a ciência geográfica não é pronta, mas se constrói no cotidiano, no qual, pode ser construída pela população subalterna, no viés de ser o homem consciente de seu meio e amarras. Conforme aponta Moreira (2015, p.26): (...) para Reclus, como êmulo de uma ciência libertária, pondo o homem diante de si como um ser conscientemente livre e atuante ('o homem é a natureza adquirindo consciência de si própria', diz em A terra), um homem conhecedor e consciente da sua condição natural de ser humano racional, sujeito de si mesmo na história. Orienta Reclus (...) sua concepção do homem criador do seu espaço-tempo por sua ação consciente, sua vida igualitária, sua inserção comunitária na comunidade.

O debate sobre evolução no pensamento ácrata de Reclus, um dos princípios fundantes é a premissa de que o homem não nasce nem mau, nem bom, nem neutro; mas possui facilidades, ou aptidões, que o meio desenvolve e confere sentido (PELLETIR, 2011, p. 17). Nesse sentido, a organização da sociedade, imposta pelo poder dominante, cria regras, normatizações e costumes (advindo também dos princípios religiosos), que visam moldar o indivíduo para que haja sempre uma "ordem social", o que contraria os fundamentos libertários de evolução e felicidade, como põem à tona Reclus.

Já que o geógrafo francês era declaradamente anti-marxista, restava a ele a defesa de uma metodologia de análise positivista, grande arcabouço teórico daquele momento histórico. (ANDRADE, 2008).

Essa Geografia crítica de cunho libertário, ou Geografia anarquista é diferente de todas as Geografias, ou melhor dos caminhos da Geografia constituídos até então, um olhar contemporâneo para essa época em questão que Manuel Correia de Andrade analisa, que começou com a ocupação portuguesa na primeira metade do século XVI e perdurou por três séculos e só foi abolida em 1888; Elisée Reclus (1830-1905), na época em questão analisada nesse artigo, a Geografia e a importância de Reclus para o meio acadêmico do tempo estudado, era evidente, muitos intelectuais o respeitavam, mas também, muitos tinham medo de sua Geografia e o que a mesma numa temática libertária poderia causar. Assim temos que deixar claro que a Geografia reclusiana, a ciência Geografia pela qual Reclus

disseminava frutos para a análise crítica social, não era uma Geografia conservadora, alinhada ao Estado e controlada pelos interesses da elite.

Em realidade, todas as nações, inclusive aquelas que se dizem inimigas, não constituem, a despeito de seus chefes e malgrado as sobrevivências de ódios, senão única cujos progressos locais, todos, reagem sobre o conjunto e constituem um progresso geral. (RECLUS, 2011, p. 40)

O anarquismo de Reclus é indissociável da sistematização de sua “Geografia Social” (ANDRADE, 1985) ou “Geografia da Práxis” (MOREIRA, 2015). Philippe Pelletier (2016, p.4). Da mesma maneira, ao compararmos sua trajetória de vida nas condições histórico-espaciais em que viveu, podemos notar também que os acontecimentos que marcaram e motivaram sua vida refletiram em sua produção científica. Inúmeros trabalhos caracterizaram muito bem a vida e a obra de Élisée Reclus. Alguns destacando até mesmo a impossibilidade de separação entre o Reclus geógrafo e o Reclus anarquista (LACOSTE, 1981, ANDRADE, 1985).

Para os geógrafos anarquistas, uma das passagens fundamentais pelas quais transitam seus saberes e ideias é a educação popular, à qual o movimento atribui grande importância exatamente no sentido de tornar iguais os militantes, sem que os intelectuais constituíssem um grupo dirigente. Por isso, os intelectuais anarquistas tentaram desenvolver uma temática que pretendesse o desenvolvimento das liberdades e lutas sociais: nem vanguardistas, nem orgânicos; são organizadores culturais no sentido da difusão do conhecimento por meio de três vias de vulgarização: a construção de escolas modernas, a imprensa popular e a organização de uma educação popular e laica (ROSA, 2013). Assim, “Reclus fundou (principalmente) uma geografia social, econômica e política, colocando em relevo os modos de produção, os sistemas de exploração capitalista e de opressão estatista” (BOINO; 2010:12).

Nesse sentido, assim como Manuel Correia de Andrade evidencia verdades libertadoras das temáticas aqui diluídas e estudadas do passado; Elisée Reclus que vivenciou esse tempo em questão, no qual fazia parte do século XIX, põem os conhecimentos e as verdades do mundo acessíveis a todos. Através da ciência e da educação prega que é possível assim gerar a igualdade social dos indivíduos.

O progresso reclusiano tem suas raízes na simplicidade, mas complexo para as classes dominantes, é a sociedade e natureza em cooperação, nesse sentido, Reclus, Paul Vidal de La Blache e Jean Brunhes têm em comum o mesmo momento histórico, vivem um mesmo tempo, em que é tratado nos seus livros os mesmos temas de época, porém, o texto de Reclus antecipa a Geografia de tom social e político. (MOREIRA, 2012).

Podemos afirmar seus posicionamentos tem fortes influências das aspirações iluministas e do positivismo em sua educação libertária, pois viveu o “ar dos tempos em que todos os teóricos, fossem

socialistas, liberais, republicanos ou conservadores, procuravam, durante o século XIX, basear suas ideias na ciência, e legitimá-las por ela, fosse por princípio ou por reposta(...) (PELLETIER, 2016, p.3)”.

Vitte (2009) e Moreira (2009) enfatizam o momento rico em que Humboldt e Ritter estavam inseridos, no qual se conectavam de forma atenta e atualizada ao passado e aos seus contemporâneos, e ao mesmo tempo, lançaram as fontes de uma geografia do futuro, que ressoou profundamente em Reclus, Friedrich Ratzel e em Paul Vidal de La Blache. A metodologia comparativa da geografia de Ritter, as análises regionais, a geografia política, e a relação dinâmica empreendida pelos grupos humanos na alteração da natureza serão influenciadas pela fundamentação em *La Terre* e em *Nouvelle Géographie Universelle* de Reclus. “Embora discípulo declarado de Ritter, como Ratzel, Reclus se distanciará da visão teológica e organicista do mestre, destronando a geografia sobre base abstrata até ele construída, calcificando sua maturidade intelectual e originalidade libertária”. (CIRQUEIRA, 2016, p. 6).

Como analisa Andrade (1991), que os escravos se embrenharam nas matas, e que assim passam a viver de coleta de frutos silvestres e de babaçu, da pesca, da caça e de pequenas plantações de mandioca, detêm assim uma sociedade humanista e cooperativista, sem influência direta do homem de raízes europeias, uma sociedade com as chaves do progresso, que a elite e alguns intelectuais de época não eram dignos de vivências e análise crítica de seu próprio ser, para entender o processo espacial que eles mesmos causavam.

Mas essa forma de compreensão, essa capacidade maior do homem moderno, que lhe permite reconquistar o passado do selvagem em seu meio natural antigo e associá-lo, fundi-lo harmoniosamente com suas ideias mais refinadas, todo esse acúmulo de força não pode resultar numa reconquista definitiva, normal, senão sob a condição para o novo homem de abraçar todos os outros homens, seus irmãos, em um mesmo sentimento de unidade com o conjunto das coisas (RECLUS, 2011, p.65)

O território que é delimitado e governado pelo Estado, para Reclus, impõem barreiras artificiais, sendo estas étnicas, culturais e políticas, limitando o desenvolvimento dos indivíduos. A fronteira administrativa, no seu pensamento representa despotismo e centralismo. Daí seu posicionamento em negá-las, tratando as fronteiras projetadas e potencialmente aberta a toda penetração humana e cultural (FERRETI, 2014).

Os territórios, antes de serem estatais, deveriam ser comunais, sem divisões territoriais ou fronteiras que separassem ou diferenciasses os homens a partir de nacionalidades, pois isso impedia a fraternidade entre eles. Este pensamento se concretizava em suas obras quando ele afirma que as fronteiras naturais, por não serem resultados de leis dos homens, eram as únicas que deveriam ser consideradas, pois as fronteiras políticas tinham a capacidade de separar povos que historicamente cooperavam. (NOGUEIRA, 2011, p.37).

Esses fazendeiros consagravam, assim, formas já existentes – em proporções pouco expressivas –, desde o período colonial, que criavam um verdadeiro campesinato. Nessas formas, o trabalho se sentia preso à terra por receber lotes para cultivar produtos de subsistência, dando ao proprietário, por um baixo salário, ou gratuitamente, alguns dias de trabalho semanal. O proprietário tinha, em suas propriedades, armazéns – os barracões –, em que vendiam aos trabalhadores, a crédito, os produtos essenciais à sua subsistência, mantendo-os endividados e presos à propriedade (ANDRADE, 1987, p.27).

Assim, o progresso da abolição no passado na sociedade brasileira, carrega consigo retrocessos, que refletem na configuração atual da sociedade

O mais importante elemento de pacificação seria ninguém causasse mal a seu próximo, pois está em nossa natureza odiar aqueles que lesamos e amar aqueles cuja presença lembra nosso próprio mérito. As consequências morais desse ato muito simples de justiça: garantir a todos o pão e a instrução, seriam incalculáveis. (RECLUS, 2011, p. 60).

Em que a grande concentração de terras no Brasil, ainda está sob a tutela de grande de produtores e empresas, configurando ainda um império de terras. Reclus (2011, p.88):

Mesmo em certas obras de elevado saber, nas quais não se esperaria encontrar tais pobreza, vemos referências a “ciência alemã” ou “ciência francesa”, “ciência italiana”, como se a própria noção do livre conhecimento não excluísse todas as sobrevivências de fronteiras e inimizades nacionais.

Se houve progresso, o homem ficou de fora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi como geógrafo que Reclus depositou a maior parte de seus esforços. Com uma vasta obra discorreu sobre diversos temas e contribuiu com a consolidação da geografia. Isso de tal modo que muitos autores contemporâneos têm sofrido influência de suas ideias. No que diz respeito à relação entre o homem e a natureza suas análises tiveram influência dos métodos usados pela da escola tradicional.

Além do mais, sua preocupação com as desigualdades sociais tanto na França quanto no resto do mundo o distinguiu dos demais autores tradicionais da época, principalmente Vidal La Blache. Em meio ao contexto ortodoxo em que Reclus parcialmente se configurou-se, ele deu enorme contribuição ao saber geográfico, sendo um dos principais responsáveis por garantir a continuidade e o desenvolvimento das pesquisas, avançando o saber da geografia enquanto ciência, após o desaparecimento de Ritter e Humboldt, fazendo essa conexão, conforme destaca Tatham (1959), dos clássicos fundadores aos inovadores estudos de Ratzel e La Blache (ROBIC, 2009).

Dessa forma, a Geografia de Manuel Correia de Andrade e de Élisée Reclus e o contexto de suas análises espaciais, dialogam e se influenciam no sentido de pôr à tona o conhecimento do mundo a serviço de todos, uma Geografia libertária, Crítica, que explicita as desigualdades sociais e que se volta para o futuro dos homens, o progresso, com o propósito de uma ciência que seja usada como ferramenta para a coletividade social, o homem e o meio em cooperação, expondo as Lutas de Classes, e apresentando de forma justa a guerra não declarada da classe dominante, contra a minoria que se

configura durante a história como maioria, mas controlada no labirinto da sociedade que a elite manipula. É uma Geografia Social, uma ciência construída no dia a dia, uma forma de emancipação social, os oprimidos com o mesmo nível teórico de conhecimento da classe opressora, para que aja o diálogo das injustiças e a análise e o conhecimento do seu meio. Para que haja a mudança, o progresso.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. Editora Ática, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo e o poder**. Oficina de Livro, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Élisée Reclus**. Editora Ática, 1985.
- BOINO, P. O Pensamento Geográfico de Elisée Reclus. In: Reclus, E. **Da Ação Humana na Geografia Física**. Editora Imaginário. 2010
- BOLIGIAN NETO, Artur. Repensando as fronteiras: a atualidade de Élisée Reclus. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 10-22, 2017.
- CIRQUEIRA, José Vandério. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 7, 2016.
- CIRQUEIRA, José Vandério. Um ponto no infinito do espaço: a geografia libertária de Élisée Reclus surgiu antes da hora? **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 18–35, 2017.
- COELHO, Plínio Augusto. In: RECLUS, Élisée. **Anarquia pela educação**. São Paulo: Hedra, 2011.
- CASTRO, Renan Fernando de; ALVES, Flamarion Dutra. Élisée Reclus: a Geografia Política a serviço dos explorados. **Revista Geonorte**, v. 4, n. 12, p. 69-80, 2013.
- DE PAULA, Amir El Hakim. Anarquia e geografia na I Internacional: As presenças de Élisée Reclus e Charles Perron. **Élisée-Revista de Geografia da UEG**, v. 4, n. 1, p. 20-35, 2015.
- FERRETTI, Federico. As origens da noção de “fronteiras móveis”: limites Políticos e Migrações nas Geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus. **Continents (UFRRJ)**, 2014, vol. 2, no. 4
- FERRETTI, Federico; PELLETIER, Philippe. Indígenas do universo: espaço, dominação e práticas de liberação social na obra dos geógrafos anarquistas Elisée Reclus, Pêtr Kropotkin e Léon
- Metchnikoff. **Território Autônomo**, v. 2, n. 2, p. 5-16, <http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>, 2013.
- LACOSTE, Yves. A Geografia In: CHÂTELET, François. (org.). **História da Filosofia, Idéias, Doutrinas** (A Filosofia das Ciências Sociais). v. 7, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- MOREIRA, Ruy. **O Pensamento geográfico brasileiro – Vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteiras: a divisão da fraternidade no mundo. **Revista Geonorte**, v. 2, n. 3, p. 25-39, 2011.
- PELLETIER, Phelippe. Introdução. In: RECLUS, Élisée. **Anarquia pela educação**. São Paulo: Hedra, 2011.
- PELLETIER, Philippe. Élisée Reclus: Teoria geográfica e teoria anarquista. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 7, 2016.
- RECLUS, Élisée. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas**. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2010.
- RECLUS, Elisée. **O homem e a terra**–Progresso. São Paulo: Imaginário: Expressão & Arte, 2011.
- ROBIC, M-C. De la relativité... Élisée Reclus, Paul Vidal de la Blache et l'espace-temps. In: BORD, J-P. et. al. (Ed.). **Élisée Reclus – Paul Vidal de la Blache**. Le géographe, la cité et le monde hier et aujourd'hui (autour de 1905). Paris: L'Harmattan, 2009.

ROSA, Rodrigo. **Anarquismo, ciência e educação**: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista, 1890-1920. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TATHAM, G. A geografia no século dezenove. **Boletim Geográfico**. Conselho Nacional de geografia. IBGE: Ano XVII, n. 150, p. 198 - 226, maio/junho de 1959.

VITTE, A. C. As influências da filosofia natural e da naturphilosophie na contribuição do darwinismo: elementos para uma filosofia da geografia física moderna. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 29, n. 1, jan./jun. Goiânia: UFG, 2009, p. 13 – 32.

ZAAR, Miriam Hermi. A questão agrária na obra geográfica de Élisée Reclus. **Ateliê Geográfico**, v. 9, n. 3, p. 43-62, 2015.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A CONSOLIDAÇÃO DA PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS

José Wellington Carvalho Vilar

RESUMO:

O Dr. Manuel Correia de Oliveira Andrade, ou Manuel Correia de Andrade, como é mais conhecido, ou ainda simplesmente professor Manuel, é uma referência incontestável na geografia brasileira. Em Sergipe não é diferente e suas contribuições à Pós-graduação, à pesquisa e ao ensino na Universidade Federal de Sergipe (UFS) foram muito grandes e bastante representativas, com marcas indelévels em toda uma geração de geógrafos e geógrafas. O objetivo do presente texto é destacar o papel do egrégio professor na consolidação dos cursos de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Em termos metodológicos, foram feitas consultas aos primeiros relatórios enviados à CAPES pelo então Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGeo) e entrevistas com professores do atual Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) da UFS. Os registros em forma de depoimentos de vários professores da primeira geração do PPGeo, alguns já aposentados, também se mostraram valiosos como fonte de informação e de dados para ilustrar a força das ideias, a coragem do pensamento, a oportunidade da crítica com lastro na História, no Direito e na Filosofia, e a importância aguda das colaborações do Professor Manuel Correia de Andrade no campo da geografia agrária, em especial do campesinato, dos problemas da modernização do campo e da (des)organização do espaço rural no Nordeste brasileiro, temáticas caras ao NPGeo e ao PPGeo da UFS.

Palavras chaves: Manuel Correia de Andrade; Pós-graduação em Geografia em Sergipe.

ABSTRACT:

Dr. Manuel Correia de Oliveira Andrade, or Manuel Correia de Andrade, as he is better known, or simply Professor Manuel, is an undeniable reference in Brazilian geography. It is no different in Sergipe and his contributions to graduate studies, research and teaching at the Federal University of Sergipe (UFS) were very large and quite representative, with indelible marks on a whole generation of geographers. The purpose of this text is to highlight the role of the distinguished professor in the consolidation of the Postgraduate courses in Geography at the Federal University of Sergipe. In methodological terms, consultations were made on the first reports sent to CAPES by the then Nucleus for Postgraduate Studies in Geography (NPGeo) and interviews with professors from the current Postgraduate Program in Geography (PPGeo) were carried out. from UFS. The records in the form of testimonies from several teachers of the first generation of PPGeo, some already retired, also proved to be valuable as a source of information and data to illustrate the strength of ideas, the courage of thought, the opportunity for criticism based on History, in Law and Philosophy, and the acute importance of Professor Manuel Correia de Andrade's collaborations in the field of agrarian geography, especially the peasantry, the problems of rural modernization and the (dis)organization of rural space in the Brazilian Northeast, themes dear to the UFS NPGeo and PPGeo.

Keywords: Manuel Correia de Andrade; Post-graduation in geography in Sergipe.

INTRODUÇÃO

O Dr. Manuel Correia de Oliveira Andrade, ou Manuel Correia de Andrade (MCA), como é mais conhecido, ou ainda simplesmente professor Manuel, é uma referência incontestável na geografia brasileira. Em Sergipe não é diferente e suas contribuições à Pós-graduação, à pesquisa e ao ensino da geografia na Universidade Federal de Sergipe (UFS) foram muito grandes e bastante representativas, com marcas indeléveis em toda uma geração de geógrafos e geógrafas.

O objetivo do presente texto é destacar o papel do egrégio professor na consolidação dos cursos de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Mas para entender essa pós-graduação se faz necessário mergulhar um pouco na história da graduação da UFS, uma vez que se tratam de trajetórias paralelas nas quais há intercâmbio e retroalimentação. Nesse sentido, o texto faz incursões históricas na vida profissional de alguns geógrafos(a)s sergipano(a)s antes de discutir propriamente a pós-graduação em Geografia da UFS em si e sua vinculação com o Professor Manuel Correia de Andrade.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, foram feitas consultas aos primeiros relatórios enviados à CAPES pelo então Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGeo)* e entrevistas informais com professores do atual Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGeo) da UFS. Os registros em forma de depoimentos de vários professores da primeira geração do PPGeo, alguns já aposentados, também se mostraram valiosos como fonte de informação e dados para ilustrar a força das ideias, a coragem do pensamento, a oportunidade da crítica com lastro na História, na epistemologia geográfica, no Direito e na Filosofia, e a importância aguda das colaborações do Professor Manuel Correia de Andrade no campo da geografia agrária, em especial do campesinato, dos problemas da modernização do campo e da (des)organização do espaço rural no Nordeste brasileiro, temáticas afins às áreas de concentração e às linhas de pesquisa do programa ao longo do tempo, ou seja, praticamente dos últimos quarente anos de existência†.

*O NPGeo (Núcleo de Pós-graduação em Geografia) existiu até o ano de 2014 quando a nomenclatura foi substituída para PPGeo (Programa de Pós-graduação em Geografia), vigente até hoje.

† A primeira área de concentração do NPGeo foi em Organização do Espaço Rural no Mundo Subdesenvolvido. Num segundo momento, no ano de 2001, a área de concentração foi modificada para Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional com três linhas de pesquisa: Produção e Organização do Espaço Agrário; Dinâmica Ambiental; e Análise Regional. Na atualidade, a área de concentração do PPGeo é Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, com as seguintes linhas de pesquisa: Produção do Espaço Agrário, Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento e Dinâmica Ambiental. Essas três linhas foram instituídas com a última reforma curricular do Programa (Instrução Normativa PPGeo/UFS, nº 01, de 2015 de 20/01/2015) que oferta cursos de Mestrado e Doutorado em geografia. <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=137>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os contatos entre Manuel Correia de Andrade e a geografia sergipana são de longa data. Iniciaram-se no famoso curso de Altos Estudos Geográficos, ministrado logo após o XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI), realizado no Rio de Janeiro, em 1956, para professores universitários brasileiros. No evento e no curso, além da presença de geógrafos estrangeiros de renome*, Andrade (1991-1992; 1985) destaca o aprofundamento dos conhecimentos geográficos, o início do amadurecimento da geografia brasileira, inclusive para questões sociais e econômicas, e o fortalecimento dos contatos com professores das mais variadas universidades brasileiras, públicas e particulares. Especificamente sobre o curso, Andrade (1991/1992, p. 133) tece a seguinte observação:

Entre os colegas me aproximei muito de **Bonifácio Fortes, de Sergipe**, de Milton Santos, Dalmo Pontual, Nilda Guerra (já falecida), e de Anna Carvalho, da Bahia, de Guiomar Goulart de Azevedo e Alisson Guimarães (já falecido), de Minas Gerais, de Araújo Filho e Blás Berlanda Martínez, de São Paulo e de Rafael Copstein e Alba Gomes, do Rio Grande do Sul (ANDRADE, 1991/1992, p. 133, grifo nosso).

Os laços profissionais e amistosos de MCA com o professor Bonifácio Fortes, também de formação original na área do Direito, num momento em que muitos advogados eram professores universitários de geografia, endossou a participação do então jovem geógrafo José Alexandre Filizola Diniz no XVII Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado na cidade de Penedo (AL), em 1962, sob a presidência do próprio Manuel Correia de Andrade.

Quando a gente fundou a AGB aqui, em 1961, e fomos para o congresso de Penedo, nosso professor de Geografia Humana era Bonifácio Fortes que tinha sido colega da Faculdade de Direito de Manuel Correia, em Recife. Bonifácio era um Geógrafo nato, com uma formação quase autônoma e tinha feito aquele curso que foi dado pela UGI em 1956, quando houve o Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, e que os professores franceses ficaram ministrando um mês de aula para o pessoal da Geografia brasileira. Então, nós fundamos a AGB aqui em Sergipe e Manuel Correia veio com Araújo que era o secretário-geral da AGB nacional. (...) E nós fomos para AGB e o Bonifácio disse ao Manoel que eu tinha escrito um trabalho sobre Aracaju, que certamente alguns de vocês conhecem, aquele primeiro trabalhinho “Aracaju, Síntese de sua Geografia Urbana”. E Manoel disse que a Lysia Bernardes estaria presente no Congresso e (...) ela poderia dar uma lida no seu trabalho e melhorá-lo. (...). Quando eu chego na AGB de Penedo, Manoel olha para mim e diz: amanhã de manhã você vai apresentar seu trabalho. Eu digo: como é? Ele respondeu: vai apresentar o seu trabalho. Eu não tinha levado absolutamente nada, não tinha levado um mapa, não tinha levado nada, foi de surpresa. Foi um sucesso, porque um menino lá de Aracaju apresenta um trabalho de pesquisa feito autonomamente e uma das pessoas que me elogiou muito e depois ficou conversando muito comigo foi simplesmente Caio Prado Júnior, que participava anualmente como sócio fundador da AGB (DINIZ, 2017, p. 253).

* “Este curso foi planejado e dirigido pelo Prof. Hilgard Stenberg, tendo como assistente a Professora Maria do Carmo Galvao e foi ministrado por sete mestres estrangeiros para quarenta estudantes brasileiros, todos professores universitários. Este curso foi ministrado pelos professores Orlando Ribeiro, da Universidade de Lisboa que deu um curso sobre a Geografia da Expansão Portuguesa no Mundo; por Karl Troll, da Universidade de Bonn que deu curso sobre Biogeografia da América Latina; por E. Rainz, que deu curso sobre Cartografia e pelos professores franceses, todos da Universidade de Paris, Pierre Mombeig com um curso de Geografia Agrária do Mundo Tropical, Pierre Defontaine com Geografia da Pecuária na América do Sul; Pierre Birot com Geomorfologia do Cristalino e André Cailleux com Sedimentologia” (REVISTA GEOSUL, Entrevista com Manuel Correia de Andrade, 1991-1992, p. 132-133).

Sobre o professor Alexandre Diniz, Andrade (1988, p. 199), em sua preocupação com a contribuição dos geógrafos ao desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil, num contexto de deferência para com os pares, tece a seguinte observação: "(...) de Alexandre Filizola Diniz com a preocupação de análise das estruturas agrárias e de regionalização, tentando utilizar racionalmente os métodos matemáticos-estatísticos e dar uma base filosófica às suas divagações geográficas (...)." A recíproca parece verdadeira, pois Diniz (2017), por ocasião do evento de comemoração dos 30 anos de pós-graduação em geografia na Universidade Federal de Sergipe (1983-2013), enfatiza a força do trabalho em rede, a relação de contatos com os centros de excelência da geografia brasileira e seus mais proeminentes intelectuais.

E o que é mais importante, eu tinha uma rede de conhecimento nacional, do pessoal de Rio Claro, sobretudo, da USP, da UFRJ, de Pernambuco. **Meu pai intelectual (...) é o Manoel Correia. Foi quem primeiro me deu a mão e me puxou, queria muito bem a ele. Era na realidade um Pai para mim** (DINIZ, 2017, p. 249, Grifo nosso).

Ao destacar a história da geografia universitária no Nordeste, Andrade (1986) enfatiza os grupos da Pernambuco e da Bahia, através das lideranças de Gilberto Osório e Mário Lacerda, no primeiro caso, e Milton Santos, no segundo. Em ambos os estados houve a realização de eventos da AGB, que de uma forma ou outra deram visibilidade e subsídios aos grupos regionais em formação e com intensos e variados estudos*.

Nos outros Estados, formaram-se grupos menos expressivos. No Ceará, já depois de 64/65 surgiu um pequeno grupo liderado por Amélia Nogueira Moreira. No Rio Grande do Norte, acho que só começou a se dinamizar depois da criação dos cursos de Mestrado. Na Paraíba, houve na década de 60 um esforço muito grande; trouxeram Mariano Feio e depois Nilo Bernardes, que tentaram fazer um mapa da Paraíba. Em Alagoas, a coisa se dinamizou um pouco depois da ida de Ivan Lima, que é mais geólogo. **Em Sergipe, fiz contato com a AGB, encontrando Alexandre Diniz, ainda estudante e Presidente do Diretório, que posteriormente deu boa dinamização à Geografia.** No Piauí e Maranhão sem querer desmerecer, acho que a coisa ainda está por ser dinamizada (ANDRADE, 1986, p. 112, grifo nosso).

Como se vê, os laços com a geografia sergipana são de longa data e se iniciam com o professor Bonifácio Fortes, advogado e professor da antiga Faculdade de Filosofia de Sergipe (FAFI), um dos embriões do que depois viria a ser a Universidade Federal de Sergipe. Além de Bonifácio Fortes e José Alexandre Filizola Diniz, também houve contatos sólidos com a professora Dr^a Adelci Figueiredo, referenciada por Andrade (1989) no texto onde desenvolve reflexões sobre os problemas do Doutorado

* "Em 1954, o professor Mário Lacerda foi eleito presidente da AGB e realizou um congresso em Garanhuns. Em 1956, foi eleito Gilberto Osório, com muito grande apoio da família Rosado. Em 1961, fui eleito Presidente da AGB, no Paraná, e fiz o congresso em Penedo, Alagoas (...)." (GEONORDESTE, 1986, p. 112). Vale ressaltar que no Congresso de Penedo, participaram, geógrafos do jaez de Orlando Valverde, Lysia Bernardes, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Tereza Cardoso, além de não geógrafos, do quilate de Celso Furtado, então, Superintendente da SUDENE, e Caio Prado Jr., ambos com ativa participação no evento (GEONORDESTE, 1986; GEOSUL, 1991-1992).

no Brasil e sobre a livre docência*, uma alternativa às dificuldades de titulação para a oferta de curso de pós-graduação em nosso país, sobretudo fora do eixo USP - UNESP. Esses dois últimos professores sergipanos (Alexandre Diniz e Adelci Figueiredo) foram as lideranças que capitanearam a formação da pós-graduação, primeiro como especialização em Geografia da Agricultura, em 1983, e depois com o Mestrado, em 1985, com área de concentração em Organização do Espaço Rural no Mundo Subdesenvolvido, e doutorado, iniciado em 2002, focado em Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Foram muitas e variadas as contribuições do Professor Manuel nas primeiras turmas e na consolidação da pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Sergipe. Em primeiro lugar, cabe destacar aquelas associadas ao ensino, mas também vale ressaltar a participação em bancas de mestrado, a abertura do ano letivo de 1983 e 1997 ministrando aulas magnas, palestras em eventos e o reconhecimento como Doutor Honoris causa pela UFS no ano de 1995†. Verifica-se assim, pelo menos, cinco tipos de registros para comprovar a estreita relação entre o professor Manuel e o NPGeo entre os anos oitenta e noventa e até no primeiro lustro do século XXI.

As ideias vivas, a dilatada produção, a erudição, o engajamento político, a experiência na pós-graduação em Geografia e Economia e os contatos com lideranças da geografia brasileira e estrangeira credenciaram o professor Manuel como referência, não somente para UFS, mas também para as universidades que dispunham nos anos oitenta de cursos de Mestrado em geografia (ANDRADE 1989; 1994). O conhecimento e a experiência num momento em que praticamente só existia nessa área seis cursos de Mestrado (USP – São Paulo e Unesp de Rio Claro; Recife – UFPE; São Cristóvão, UFS; Florianópolis, UFSC; e Rio de Janeiro, UFRJ) e dois de Doutorado (USP – São Paulo e Unesp de Rio Claro) foram decisivos para o NPGeo.

As discussões sobre a necessidade de intercâmbio entre os cursos e da manutenção de uma intensa atividade editorial são pontos levantados por Andrade (1989) num contexto em que tanto a geografia brasileira como o ensino de pós-graduação no Brasil se acham em vias de alcançar a maioria e por isso mesmo necessitavam de medidas para sua efetiva melhoria de qualidade.

A presença de grandes mestres, como Alexandre Diniz, em Sergipe, Manuel Correia, em Pernambuco e Silvio Bandeira de Mello e Silva, na Bahia, contribuiu para a discussão do funcionamento

* "Nesse período [refere-se à implantação da pós-graduação brasileira] vários professores como **Adelci Figueiredo em Sergipe**, Gervásio Neves e Aldo Paviani em Minas Gerais e Bertha Becker, no Rio de Janeiro, aproveitaram a oportunidade e com a livre docência passaram a usufruir os direitos equivalente ao Doutorado" (ANDRADE, 1989, p. 77, grifo nosso)

† Conforme informações da Professora Dr^a Vera Lúcia Alves França, o título foi originalmente concedido em 1995, juntamente com o do professor Dr. Milton Santos, por ocasião do 1º Encontro Nacional da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia), realizado em Aracaju, tendo como tema central "Território Brasileiro e Globalização", mas Manuel Correia de Andrade não pode comparecer naquela oportunidade e por isso a cerimônia de investidura foi realizada no ano de 1997.

dos mestrados e da possibilidade de abertura do primeiro Doutorado em Geografia da região Norte-Nordeste, efetivado em 2002, tendo como lastro a experiência do convênio entre a UFS e a UNESP de Rio Claro nos anos noventa, que titulou uma série de doutores que puderam então colaborar com a pós-graduação.

Com efeito, trata-se de um profissional generoso que não cansava de emprestar seu prestígio acadêmico, lastro editorial e peso intelectual para contribuir com um projeto pensado e liderado pelo professor Dr. José Alexandre Diniz e pela professora Dr^a Adelci Figueiredo, e que contou com a participação de todo um grupo de profissionais de alto gabarito, a exemplo do Prof Dr. Heinz Dieter Heidemann, que trabalhou na UFPE* com o MCA, da Dr^a Vânia Fonseca e Dr^a Emmanuel Franco (Quadro 1).

Quadro 1 – Corpo Docente inicial do NPGeo

Nº	Professores	Titulação	Depto./IFES
1	Adelci Figueiredo Santos	Livre Docente	Geografia/UFS
2	José Alexandre Filizola Diniz	Doutor	Geografia/UFS
3	Heinz Dieter Heidemann	Doutor	Geografia/UFS
4	Vânia Fonseca	Doutora	Geografia/UFS
5	Emmanuel Franco	Livre Docente	Geografia/UFS
6	Cecília Maria Pereira Martins	Mestre	Geografia/UFS
7	Maria Hosana de Souza	Mestre	Geografia/UFS
8	José Ibarê Costa Dantas	Mestre	Geografia/UFS
9	Maria Tereza Souza Cruz	Mestre	Geografia/UFS
10	Josué Modesto dos Passos Subrinho	Mestre	Ciências Sociais/UFS
11	João Américo P. de Andrade	Mestre	Economia/UFS
12	Ivanete Rocha de Oliveira	Mestre	Educação/UFS
13	Barbara Christine Nentwig Silva	Doutora	Geografia/UFBA
14	Manuel Correia de Andrade	Doutor	Geografia/UFPE
15	Neuza Sales Ribeiro	Doutor	Educação/UFS
16	Carlos França Melo Morais	Mestre	EMATER-SE
17	Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	Doutor	Geografia/UFBA
18	Sonia de Oliveira Leão	Doutora	Geografia/UFBA

Fonte: Conceição; França, 2008 (p. 16). Diniz (1984, p. 55). Grifo nosso.

No início da pós-graduação, a presença de professores somente com a titulação de mestre era permitida no corpo docente e por isso vale destacar Neuza Maria Gois Ribeiro, com Mestrado na UFPE,

* O professor Manuel Correia participou da banca de mestrado da professora Neuza Maria Gois Ribeiro, cujo trabalho sobre Aracaju, orientado pelo Dr. José Alexandre Filizola Diniz, foi reconhecido pelo prêmio Nelson Chaves de Tese sobre Norte e Nordeste Brasileiro, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, e por isso publicado em forma de livro pela Editora Massangana, em 1989. Hoje essa obra é um clássico nos estudos urbanos de Aracaju, uma referência obrigatória para os interessados na trajetória urbana da capital sergipana e na configuração espacial dessa cidade. As teias de relações são constantes na trajetória do NPGeo/PPGeo.

Helena Sousa Cruz e Maria Hosana de Sousa, ambas com mestrado na Unesp-Rio Claro, onde a geografia quantitativa fez escola e foi a universidade de Doutorado do Professor Alexandre Diniz.

Ao definir o então NPGeo como um exemplo de determinação e persistência, a professora Vera França (2013) destaca a participação de vários geógrafos e geógrafas, principalmente oriundos de universidades públicas do Nordeste brasileiro, na oferta de disciplinas e nas orientações.

Para reforçar o quadro docente foram convidados professores de outras instituições, como **Manoel Correia de Andrade, de Universidade Federal de Pernambuco**, Barbara Christine Nentwig Silva e Sylvio Carlos Bandeira de Melo, ambos da Universidade Federal da Bahia, amigos desde primeira hora e com grande contribuição através da oferta de disciplinas e de orientação, sobretudo os dois últimos (FRANÇA, 2013, p. 4. Grifo nosso).

Essa questão da necessidade de titulação e a luta contra a endogenia, algo recorrente no programa, também tiveram a participação do Professor Manuel em Sergipe. Em face desse quadro, houve uma preocupação no NPGeo com a vinda de professores visitantes, inclusive estrangeiros ou brasileiros com Doutorado no exterior. A postura do programa com a renovação e com a presença de doutores no quadro permanente evidenciou a necessidade de uma aposta clara na formação do grupo de base, ou seja, dos professores do departamento de Geografia da UFS.

Desse grupo vão sair os primeiros docentes da Pós-Graduação (...). A esse grupo se acrescenta a professora Vânia Fonseca, vinda de São Paulo por recomendação do pessoal de Rio Claro, **e também vem Dieter Heidemann, indicado por Manoel Correia**. Eu queria uma pessoa de uma formação diferente, senão esse pessoal vai ficar com “minha cabeça só” e não pode ser. **Manoel recomenda Dieter, porque eu queria uma pessoa da Geografia Crítica**. Então vem o Dieter Heidemann e algum tempo depois vem a Maria Geralda (DINIZ, 2017, p. 257. Grifo nosso).

É exatamente esse aspecto plural que vai caracterizar o programa até hoje, porque desde o início a visão elástica que permite pensamentos diferentes e admite a disputa com base mais nas ideias do que nas pessoas vai acompanhar a trajetória da pós-graduação em Sergipe. A inteligência geográfica em Sergipe, com seu olhar aberto, ao transitar pelas várias correntes do pensamento geográfico, e o espírito de autoavaliação, são indicadores da maturidade do programa desde seus momentos iniciais. A presença de professores com visões bastante diferentes, como é o caso de Dieter Heidemann e Maria Geralda de Almeida, são evidências de posturas mais abertas e plurais, dando passo ao crescimento do conhecimento geográfico em Sergipe. Nesse quesito, a influência incontestável das obras, a extensão dos vários tipos de intercâmbio e o alcance das ideias esclarecidas de Manuel Correia, merecem um registro todo especial.

Ainda no ensino, as aulas ministradas nas primeiras turmas da disciplina História do Pensamento Geográfico (HPG) revelam a importância da discussão epistemológica, de uma geografia enraizada na história e do resgate dos clássicos na ciência geográfica: Humboldt, Reclus, Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache. E falar em clássico é considerar obras que não envelhecem, resistem à passagem do tempo.

Vargas (2013), em suas memórias dos 30 anos do PPGEO, registra a grandeza das aulas que insistiam em situar esses autores no contexto histórico e epistemológico e assim dar mais sentido ao pensamento geográfico. Quanto a Humboldt e a leitura e discussão de sua obra máxima, *Cosmos*, as aulas do professor Manuel foram definidas como inspiradoras, pelas suas alunas, as primeiras mestras do curso, posteriormente, professoras da pós-graduação em geografia na UFS. Na verdade, tratava-se de uma visão abrangente e crítica dos pensadores originários da ciência geográfica. E quanto a Humboldt, Vargas (2013) enfatiza o olhar crítico e ao mesmo tempo sedutor oferecido pelas aulas de MCA.

i) ele não separa a Geografia física da humana; ele fala de mundo orgânico e mundo inorgânico; ii) da maternidade não se duvida, porém a paternidade é discutível; ele não foi o pai, pode-se dizer, propulsor da Geografia; iii) não é uma obra simples. Deve-se considerar a época em que o autor viveu, sua formação, no caso botânica e, ainda, sua origem nobre (VARGAS, 2013, p. 13).

Ademais, a oferta do Seminário de “Estudos e Problemas Brasileiros”, disciplina obrigatória na graduação e pós-graduação nos anos oitenta, ainda resquício do regime militar na educação superior no país, versava sobre a “Região Nordeste: um problema permanente”, ministrada originalmente pelo professor com ênfase no planejamento regional e na questão da seca, temáticas recorrentes em suas obras.

É válido assinalar que se vivia um momento histórico de inserção da chamada geografia crítica e da necessidade de revisão das categorias de análise da geografia, e nesse campo Manuel Correia emprestava seus conhecimentos filosóficos e epistemológicos e sua vivência de longa data na educação geográfica e nas práticas da agricultura, para subsidiar a formação de corpo técnico na pós-graduação sergipana.

A chamada geografia crítica entrou no NPGEO pelas mãos e pelas obras de Manuel Correia de Andrade, Milton Santos e de uma geração de geógrafos jovens à época, representados por Antonio Carlos Robert Moraes e Ruy Moreira. Embora em certo sentido tenha ficado órfã e enfraquecida pela força da geografia cultural e do movimento ambientalista e da própria falta de vitalidade epistemológica, a geografia crítica no PPGEO teve a colaboração decisiva do Prof. Heinz Dieter Heidemann e de uma das suas orientandas mais diligentes, arguta, provocativa e ainda muito produtiva, Dr^a Alexandrina Luz Conceição. Em ambos os casos, a lateralidade das ideias do mestre do Engenho Jundiá* está presente. Vale destacar a relação original de Dr. Heidemann com Manuel Correia desde a elaboração da Tese de Doutorado na Universidade Philipps-Universität, em Marburg (1980), Alemanha, sob orientação “informal” de MCA, até sua passagem pela UFPE, em incursões sobre História do Pensamento Geográfico e sobre mobilidade regional.

* Local de nascimento e Manuel Correia de Andrade, localizado na Zona da Mata de Pernambuco (REVISTA GEOSUL, 1991-1992).

Na esteira dessa busca de relações, é digno de nota as discussões sobre campesinato e pensamento social brasileiro, desenvolvidas por Luz Conceição. Parece que as ideias se misturam, se chocam, se repelem e se imbricam num emaranhado de fios e teias de relações nem sempre visíveis, e tampouco simples de entender e decifrar. A articulação com a história, o caminho da epistemologia e o foco na realidade brasileira ajudam a entender a indivisibilidade entre política, economia e geografia presentes na obra de MCA, considerada pioneira pela chamada geografia crítica em sua busca da totalidade.

Embora no presente texto não caiba uma discussão, por mais breve que seja, sobre o significado da geografia crítica no Brasil, é conveniente destacar, nesse momento da argumentação, o espírito integrador e polêmico das ideias do professor Manuel que se não seguiu diretamente os cânones marxistas ou fenomenológicos, foi um crítico contumaz, rigoroso e preciso sobre a geografia. Ao mesmo tempo, figura entre os pioneiros no Brasil em evidenciar a necessidade de revisitar os clássicos e de discutir nossas categorias analíticas. Havia também uma defesa do trabalho de campo na esteira da geografia tradicional. Enfim, está entre aqueles que deixaram claro que um dos caminhos para o avanço da geografia estava na compreensão do legado do pensamento geográfico. Ademais, tentou explicar as desigualdades regionais brasileiras, principalmente na região Nordeste, através de uma perspectiva histórica, crítica, reflexiva e de denúncia das relações de poder e das formas de controle social e de domínio do território, e a pós-graduação em Sergipe não ficou imune a esse debate, tendo suas obras muitas vezes como referência central, pelo menos para os trabalhos de geografia agrária e de estudos regionais.

Além de ministrar disciplinas nas primeiras turmas e participar de bancas, como já foi dito, nosso homenageado recebeu o título de Dr. Honoris Causa pela UFS, em 1995, evidência cabal de autoridade intelectual, respeito e reverência entre os pares, geógrafos e não geógrafos. Segundo França e Luz (2008, p. 19):

A abertura do ano letivo de 1997 foi abrilhantada pela presença do professor Manuel Correia de Andrade que proferiu a aula inaugural e recebeu da instituição o título de Doutor Honoris Causa pela sua grande contribuição sobre a questão agrária no Brasil, particularmente, da região Nordeste, tendo publicado o livro *A terra e o homem no Nordeste*, considerado a mais importante publicação para a leitura do espaço agrário nordestino.

As variadas participações em eventos promovidos pelo NPGEIO da UFS também são evidências dos fortes vínculos desse geógrafo, historiador e advogado pernambucano com Sergipe, em termos dos direcionamentos de ponta da geografia e de investigações feitas sobre a geografia do Nordeste do Brasil. Além de participar ativamente da “fase heroica” da AGB, MCA teve presença marcante nos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA), com destaque para a VIII edição do evento, realizado na Barra

dos Coqueiros, município costeiro de Sergipe, em 1987, sob a organização do então NPGeo, momento no qual o professor Manuel Correia proferiu a conferência de abertura intitulada “As Perspectivas da Agricultura Brasileira e a Geografia”. O evento Geografia 2001, organizado pelo NPGeo, no ano de 1998 (Figura 1), em comemoração dos 15 anos da pós-graduação, teve também a participação do Professor Manuel que ministrou a conferência “Geografia, Tecnologia e Ideologia: rumos para o século XXI” discutindo os grandes desafios do século XXI em termos de desenvolvimento tecnológicos, aceleração da exploração dos recursos naturais e degradação da natureza.

Figura 1. Prof. Manuel Correia no Evento Geografia 2001 - Aracaju - 1998



Fonte: Registros fotográficos do PPGeo/1998*

Na pesquisa, a influência de MCA foi igualmente ampla, uma vez que os estudos sobre o mundo agrário sempre estiveram na mira do NPGeo e permanecem numa das linhas do atual PPGeo. No mesmo diapasão, nas dissertações a presença da MCA como referência bibliográfica era frequente, a exemplo dos seguintes livros: “A Terra e Homem no Nordeste”, “Agricultura & Capitalismo”, “Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste” e “Lutas Camponesas no Nordeste”. A capacidade de síntese, a abundância das fontes, o aspecto propositivo e a competência para abordar, sob várias vertentes e com o olhar interdisciplinar, a realidade nordestina caracterizam grande parte do seu trabalho de pesquisa. Talvez essa seja a razão do sucesso de seus mais de 150 livros e opúsculos publicados (ANDRADE, 2018). O público leigo e acadêmico ainda muito se interessa, porque são livros clássicos,

* Da esquerda para direita na foto estão os seguintes professores: Vera Lúcia Alves França (PPGeo-UFS), Adelci Figueiredo (NPGeo - UFS - In memoriam), Barbara-Christine Nentwig Silva (UFBA), Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (UFBA – In memoriam), Ana Virgínia Costa de Menezes (NPGeo – UFS), Terezinha Oliva (UFS), Neuza Maria Góis Ribeiro (UFS), Manuel Correia de Andrade (UFPE - In memoriam), Maria Augusta Mundim Vargas (PPGeo - UFS), José Borzacchiello da Silva (UFC), Maria das Graças do Lago Borges (UFRN - aposentada) Maria Geralda de Almeida (UFG - NPGeo – UFS), Aracy Losano Fontes (PPGeo - UFS - In memoriam), Vania Fonseca (NPGeo - UFS - aposentada), Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto (PPGeo - UFS) e José Alexandre Filizola Diniz (NPGeo - UFS - aposentado).

com ideias pioneiras, escritas numa linguagem clara, fluida, objetiva e bastante acessível. Além de pesquisador exímio, Manuel Correia era um grande escritor.

A participação em bancas no NPGEIO, desde as primeiras turmas do Mestrado até o ano 2001, merece um registro especial (Quadro 2), primeiro porque há uma espécie de memória viva entre os mestrandos daquela época que recordam da participação do prof. Manuel nas sessões públicas de defesa, verdadeiros acontecimentos intelectuais com muita audiência. Em segundo lugar, porque eram aulas de erudição, sabedoria e conhecimento geográfico sistematizado.

Em geral, os alunos da graduação e da pós-graduação assistiam num “silêncio sepulcral” às defesas, e os comentários posteriores eram de aprendizagem e incentivo para pensar seus trabalhos, as questões sociais e a realidade regional do Nordeste brasileiro. Tanto os mestrandos como a audiência ali presente acompanhavam a discussão sobre as mais variadas temáticas da geografia agrária, a exemplo da concentração da terra, subordinação dos trabalhadores rurais ou mesmo das técnicas de produção, planejamento territorial, desigualdade e a necessidade de uma política de reforma agrária. Eram aulas magistrais de geografia, daquelas que encantam tanto os iniciados como os não iniciados nesse campo do saber.

Quadro 2 - Participações de Manuel Correia de Andrade em banca de Mestrado no NPGEIO

Nº	Geógrafo(a)	Título da dissertação	Ano da defesa	Cargo atual
1	Edna Maria Furtado	A cultura do caju e as mudanças no espaço rural do município de Lagoa Nova – RN	1990	Profª Drª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
2	José Augusto Andrade	O município de Moita Bonita (SE) e a pequena produção camponesa	1991	Prof. aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
3	Antônio Carlos Campos	Assentamento Vitória da União: unidade familiar versus organização coletiva	1997	Prof. Dr. da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
4	Marleide Maria Santos Sérgio	O Sertão do São Francisco e os movimentos sociais no campo	1999	Profª Drª aposentada da Universidade Federal de Sergipe.
5	Sônia de Souza Mendonça Menezes	As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi – Sergipe	2001	Profª Drª do PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Fonte: CONCEIÇÃO; FRANÇA, 2008.

Elaboração e organização: José Wellington Carvalho Vilar/2022.

Os depoimentos desses mestrandos à época, hoje professores universitários, alguns até já aposentados, refletem exatamente a presença viva, eloquente, estimulante e generosa do professor MCA (Figura 2):

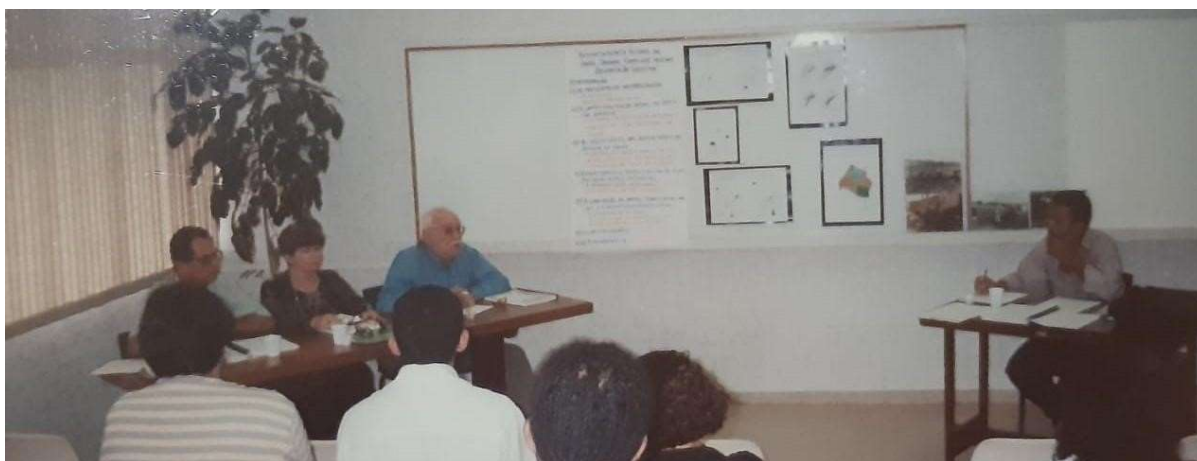
A presença do professor Manoel Correia de Andrade no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEIO) da UFS sempre se fez presente, seja a partir das leituras obrigatórias de obras consagradas nas ciências sociais e humanidades, mais precisamente, na geografia e

história regional, seja pela sua presença constante em Seminários de temas específicos realizados tanto na Universidade ou em eventos que coincidimos nos anos 90.

A sua influência pela crítica social, análise política e econômica e, fortemente marcada pelo cunho marxiano relacionada aos estudos regionais foram fundamentais para pudéssemos convidá-lo para compor a banca examinadora da minha dissertação de mestrado, que assim como alguns poucos trabalhos defendidos na Geografia sergipana, ousava discutir a trajetória do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) e suas estratégias de permanência e sobrevivência. Tanto no trabalho de pesquisa e construção da dissertação “Assentamento Vitória da União: Unidade Familiar versus Organização Coletiva” defendida no dia 29 de maio de 1997 (dia do geógrafo), quanto no momento final da sabatina empreendida pelos Professores José Alexandre Felizola Diniz e a minha orientadora Adelci Figueiredo Santos (*In memoriam*), o mestre sempre esteve presente; até para questionar a audácia de desenvolver um trabalho monográfico desse tipo, carregado de histórias, memórias e desafios inconclusos para as famílias dentro da casa eminentemente teórica quantitativa. A defesa se transformou no diálogo como ele mesmo intitulou, uma vez que entre alguns cafezinhos, biscoitos amanteigados, queijadas de São Cristóvão e as fotografias dos sujeitos estudados e mapas de perspectivas de justiça social, chegamos a quebrar a dureza dos cenários anteriores, quando da aprovação e indicação para leitura dos que viriam depois.

O geógrafo-historiador nos deu algumas lições além dos seus livros e ensaios, entre as mais importantes, ali mesmo no cotidiano das conversas nos intervalos dos eventos, sempre perguntava o que queríamos fazer, que espécie de professor queria ser? E dizia que sempre devemos buscar a igualdade entre as pessoas. Que nunca devemos subestimar o outro (Dr. **Antônio Carlos Campos**, Prof. do Dpto. de Geografia da UFS, 2022).

Figura 2: Sessão de defesa de Mestrado do Prof. Antônio Carlos Campos - NPGeo - UFS - 1997.



Fonte: Arquivos do prof. Dr. Antonio Carlos Campos.*

Treze (13) de dezembro de 1999, apresentação dos resultados de minha pesquisa em forma de Dissertação de Mestrado – “O Sertão do São Francisco e os Movimentos Sociais no Campo. Entre os membros da banca, o Prof. Manuel Correia de Andrade, convidado da Profª Adelci Figueiredo (Orientadora), ratificado por mim. A contribuição de Manuel Correia com sua presença serena, firme e, em suas palavras, “muito à vontade e feliz em estar na Federal de Sergipe, ao lado de Adelci e Alexandre Diniz avaliando um trabalho que traz a importância da luta camponesa”, antecede aquele momento. O conjunto de sua obra, referência em minha formação, revela o profundo conhecimento da realidade brasileira, particularmente do Nordeste, dos sujeitos que imprimem e dão sentido às lutas históricas dos camponeses, e se tornou essencial no desenvolvimento do meu trabalho. Eterno reconhecimento e gratidão, Professor! (Drª **Marleide Maria Santos Sergio**, Profª do PPGeo da UFS, 2022).

* Na foto, além do prof. Antonio Carlos Campos, participam da banca examinadora a orientadora, profª Drª Adelci Figueiredo, e como examinadores o prof Dr. José Alexandre Filizola Diniz (membro interno) e o Dr. Manuel Correia de Andrade (Membro externo).

O Professor Manoel Correia de Andrade, autor do clássico **A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE**, ao participar como avaliador externo da minha defesa de Mestrado (A cultura do caju e as mudanças no espaço rural de Lagoa Nova/RN, sob a orientação do Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann - PPGeo/UFS), trouxe a beleza, e a lucidez do enriquecimento científico àquele debate. Como admiradora do legado do Grande Mestre da Geografia, agradeço a oportunidade de reverenciá-lo. Prof. Manoel Correia de Andrade, PRESENTE! (Dr^a Edna Maria Furtado, Professora Titular Aposentada - DGE/UFRN, 2022).

A contribuição de inúmeros trabalhos acadêmicos nas primeiras edições da GeoNordeste*, Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFS, desde seu início nos anos oitenta, teve a colaboração do Professor Manuel em vários artigos, tratando das tendências da geografia brasileira da questão da construção de represas e da crise da atividade açucareira no Nordeste, além de uma entrevista concedida ao professor Dr. Heinz Dieter Heidemann† e João Phelipe Santiago‡.

Quadro 3 – Textos de Manuel Correia de Andrade publicados na Revista GeoNordeste

Nº	Título do artigo/entrevista	Ano de publicação	Temática do texto
1	A construção de grandes represas e os impactos ecológicos e sociais provocados	1984 - Ano I	Tecnologia e sociedade A ação do Estado no Vale do São Francisco As consequências ecológicas e sociais da política modernizadora
2	Tendências atuais da geografia brasileira	1985 Ano II	A formação da geografia científica no Brasil A consolidação da geografia científica no Brasil As tendências recentes da geografia brasileira
3	Entrevista: Manuel Correia de Andrade	1986 Ano III	Vida e obra de MCA
4	A crise açucareira no Nordeste do Brasil	2000 Ano XI	Distribuição geográfica da produção A produção de açúcar A produção de álcool Que perspectivas e que soluções?

Por último, alguns depoimentos de professores do PPGeo evidenciam a importância do professor Manuel para o programa e para a geografia brasileira:

Manoel Correia de Andrade foi um cientista difusor do conhecimento geográfico brasileiro, de modo particular nordestino, com vasta produção acadêmica regional articulando o local com o global, destacando o Brasil no cenário internacional. A minha geração dos anos 1980 da Geografia sergipana teve o prazer de ser agraciada com uma de suas mais importantes obras "A terra e o homem no Nordeste", leitura obrigatória para acesso ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFS até os anos 2000, além da primaz obra "Geografia Econômica, adotada por sua contemporânea na graduação a prof^a Adelci Figueiredo Santos. O excelente legado deixado na produção do conhecimento geográfico extrapolou os limites da Geografia para o campo multidisciplinar com trânsito de reconhecimento meritório na Sociologia, Antropologia e Economia, entre outros campos (Dr. Hélio Mário de Araújo, PPGeo-UFS, 2022).

O grande geógrafo nordestino, Manuel Correia de Andrade, se constitui num grande nome da Geografia brasileira com contribuição significativa através de suas pesquisas e de sua intensa produção bibliográfica, com destaque especial para a obra A Terra e o Homem no Nordeste.

* A GeoNordeste teve sua primeira edição em 1984 e permanece ativa até os dias atuais. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/index>>. Acesso em: 04/02/2022.

† Atualmente é professor aposentado pela Universidade de São Paulo (USP); compôs o quadro docente da primeira geração de professores do NPGeo/UFS.

‡ Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1991) e Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2005), com tese sobre a contribuição de Manuel Correia de Andrade à geografia no Brasil. Atualmente, é professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Para o Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, o professor tem grande expressão, tendo em vista que participou do grupo inicial de docentes que formaram o Núcleo de Pós-graduação em Geografia, ainda em 1983. Coube ao Professor Manuel proferir a primeira aula do Núcleo, dentro das atividades da disciplina História do Pensamento Geográfico, da qual muito me honrou participar. Portanto, foi um dos amigos da primeira hora, com contribuição significativa para o Núcleo, com participação em disciplinas, seminários e em bancas examinadoras de mestrado e doutorado (Profª Drª Vera Lúcia Alves França, PPGeo-UFS, 2022).

Ao grande geógrafo, toda nossa admiração advinda de seu legado intelectual e de sua disponibilidade em contribuir na formação da pós-graduação em Geografia da UFS. Não fui sua aluna, mas acompanhei sua trajetória e o cuidado em levar seu conhecimento e suas letras para a Geografia Brasileira. Foi autor citado e referência para toda uma geração e, na minha tese especificamente seus trabalhos “A terra e o Homem do Nordeste”, “O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil” e Brasil: Realidade e Utopia”, fundamentaram os reflexos do estudo da seca em Sergipe. Gratidão e reconhecimento sempre aos seus clássicos (Profª Drª Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, PPGeo-UFS, 2022).

Debruçar-se nos livros de Manoel Correia de Andrade é um ato que me acompanha desde o início da minha graduação, enquanto aluna, em seguida na utilização de suas referências para minhas aulas na educação básica da rede estadual de ensino, utilizando-me dos seus livros didáticos, até o momento que sela a aproximação e o convívio do autor e da obra, que se estabelece a partir da minha entrada na Pós-Graduação. Para ser aprovada no mestrado no Núcleo de Pós-graduação de Geografia na UFS foi preciso adentrar em cada página da sua obra magna: A Terra e o Homem no Nordeste, ou absorvíamos o conteúdo, ou não entrávamos no mestrado, essa era a prática obrigatória que o Núcleo determinava, afinal era e foi a garantia de termos a consolidação por fontes científicas das bases históricas e geográficas da formação socioespacial do Nordeste, e o estudo da questão agrária no Nordeste.

Destaco, que o mais prazeroso na minha formação foi poder constatar o compromisso, que o Professor Manoel Correia tinha com o conhecimento científico, sua postura ética política nos eventos, nas bancas de mestrados, doutorados, titular, podia-se constatar a leveza de sua arguição. O que mais me cativava era a sua participação nos Grupos de Trabalho, nas Comunicações dos nossos eventos fossem organizados pelas entidades estudantis, fossem eventos organizados por professores, lá estava o Professor Manuel presente na linha de frente, desde a abertura, sempre demonstrando respeito e compromisso, sua capacidade de escutar, perscrutar, cooperar no debate, querer conhecer, questionar. Uma singularidade do Professor Manoel Correia era sua determinação em buscar o novo, anotar o diferente, na sua impressionante capacidade de querer investigar e trazer novos artigos e atualização de suas obras (Profª Drª Alexandrina Luz Conceição, PPGeo-UFS, 2022).

Foi no ano de 1980 que encontrei com o geógrafo Manuel Correia de Andrade, em um evento organizado por nós, professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre. Terra de clima equatorial, chuvas abundantes, com um histórico de extrativismo da borracha, seringais em decadência a despeito do labor dos seringueiros e chegada de “paulistas” pecuaristas, a Geografia acreana escolheu um conferencista nordestino que apresentasse o contraponto. Andrade já era bastante conhecido pelo “A Terra e o Homem no Nordeste” (1963). Nele, ele analisa a economia, a ocupação, reforma agrária, êxodo rural, a elaboração dos sistemas agrícolas e de criação de animais, relações de trabalho entre proprietários e trabalhadores existentes no passado e no século XX. Seu mérito foi procurar interpretar a região Nordeste, demonstrando esta possuir um potencial econômico favorável e nordestinos capazes de promover mudanças e desenvolvimento. Andrade, sem o saber, já fazia uma abordagem humanista cultural ao discutir A Terra e o Homem no Nordeste (Drª Maria Geralda de Almeida, Profª da UFG e do PPGeo da UFS, 2022).

Um depoimento especial, feito pelo professor Heinz Dieter Heidmann, sintetiza muito bem o caráter indisfarçavelmente intelectual que se mistura com a generosidade e seriedade, valorizando o

trabalho de campo e emprestando seu prestígio intelectual para novas propostas nos caminhos da ciência geográfica nordestina.

Conheci o Prof. Manuel Correia de Andrade em 1976 quando estava fazendo pesquisa para a minha Tese de Doutorado numa universidade alemã sobre migrações e mobilidade do trabalho em Pernambuco. Logo se tornou amigo e meu estimado orientador “de facto”. Poucos anos depois me visitou com Dona Lourdinha na Alemanha para conhecer em viagens comigo várias universidades e discutir aspectos da Geografia alemã. Continuadamente aprendi muito com o seu profundo conhecimento de estudos geográficos para o meu posterior caminhar de professor visitante na UFPE em 1981, onde MCA tinha criado recentemente o curso de mestrado, e a partir de 1983 na UFS como Prof. Adjunto na fase inicial do NPGEIO, do qual MCA era docente credenciado. Os seus ensinamentos na UFS aproximaram os estudantes às reflexões teóricas do seu amigo Caio Prado Junior e à História do Pensamento Geográfico. Transmitiu em particular os seus profundos conhecimentos da geografia nordestina adquiridos em inúmeros trabalhos de campo. Aliás, sempre destacava a importância dos trabalhos de campo como fundamento essencial para a ciência geográfica. Em Sergipe ele influenciou bastante a visão geográfica da Profa. Adelci e seus alunos e foi muito respeitado pelo Prof. Alexandre e seus orientandos (Prof. Dr. **Heinz Dieter Heidemann**, Universidade de São Paulo, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um fio de Ariadne, a questão aqui proposta, ou seja, destacar a relação entre a obra e a presença de Manuel Correia de Andrade junto à pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, se revelou bastante complexa, com tentáculos e articulações com vários campos, autores e contextos históricos e epistemológicos. Se há alguma resposta possível para essa questão, parecer ser a necessidade de reflexão em conjunto para desvelar as conexões históricas e ontológicas na produção do conhecimento geográfico em Sergipe.

Seja como for, são muitos os traços marcantes do professor Manuel Correia, presentes em muitas entrevistas e também encontrados nas fontes secundárias pesquisadas, que demonstraram a relação com a geografia sergipana, principalmente com pós-graduação. Igualmente, são muitas as contribuições para geografia sergipana. Cabe aqui, num esforço de síntese, relacioná-las: i) valorização docente e discente; ii) abertura de oportunidades; iii) ampla e variada produção intelectual que contribuiu (e ainda contribui) ou inspirou (e ainda inspira) a produção do conhecimento geográfico em Sergipe; iv) presença física em eventos e bancas; v) colaboração com a revista GeoNordeste; vi) “empréstimo” de prestígio acadêmico em várias situações e contextos; vii) consolidação de relações profissionais e também de amizade; e viii) construção de redes de contatos entre geógrafos nacionais e internacionais.

Por meio dos textos clássicos redigidos pelo professor Manuel ou pela presença constante no início do programa, a contribuição é evidente para a consolidação da Pós-graduação sergipana em geografia, uma referência que deve ser ressaltada dado o seu caráter de pioneirismo, qualidade intelectual e abrangência temática. E nesse quesito as colaborações do professor foram, sem sombra de

dúvidas, decisivas não somente nos momentos iniciais de incerteza do programa, como ao longo da sua trajetória exitosa.

O PPGeo da UFS tem muito a agradecer pelas cooperações do Dr. Manuel Correia de Andrade, intelectual da mais alta estirpe da geografia brasileira, com trabalhos clássicos sobre o espaço agrário do Nordeste, planejamento e pensamento geográfico, colaborador da primeira hora com a pós-graduação da geografia sergipana. Muito obrigado professor Manuel! Toda uma geração de geógrafos e geógrafas das terras do indígena Serigy, ou o(a)s que por aqui estudaram, reconhecem seu trabalho geográfico que ultrapassou as fronteiras rígidas do conhecimento científico e por isso é reverenciado fora dos muros da vida acadêmica universitária. Vida longa para o pensamento, hoje clássico, do Professor Dr. Manuel Correia de Andrade, amigo ilustre da geografia sergipana.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores do PPGeo e do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) pelos depoimentos, fotografias e informações gentilmente cedidas. A responsabilidade pelas ideias, o encargo dos registros e as interpretações, obviamente, são exclusivas do autor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. A construção de grandes represas e os impactos ecológicos e sociais provocados. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano I, nº 1, 1984, p. 1-11. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/4352>>. Acesso em: 30/01/2022.

_____. Tendências atuais da geografia brasileira. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano II, nº 2, agosto de 1985, p. 14-23. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/4342>>. Acesso: 30/01/2022.

_____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. IN: SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira** (Org.). São Paulo: HUCITEC. 1988. p. 181-201.

_____. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas: Papirus, 1989.

_____. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. A crise açucareira no Nordeste do Brasil. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XI, nº 1, outubro de 2020, p. 117-132. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10598>>. Acesso em 3/2/2022.

ANDRADE, T. de L. C. de. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais**. Tese de Doutorado, USP, 2018.

CONCEIÇÃO, A. L.; FRANÇA, V. L. **NPGeo 25 anos de contribuição à Geografia: catálogo de Dissertações e Teses (1988-2008)**, São Cristóvão: EDUFS, 2008.

DINIZ, J. A. F. 30 anos de pós-graduação em geografia na Universidade Federal de Sergipe (1983-2013): nos caminhos da memória. **Revista GeoNordeste**, ano XXVIII, nº 2, 2017, p. 247-272. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/7245>>. Acesso em 27/1/2022.

DINIZ, J. A. F. A propósito da Pós-graduação em geografia no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, 15(1): 1-15, jan./dez.1995. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4324/3788>>. Acesso em: 6/2/2022.

DINIZ, J. A. F. O curso de pós-graduação em geografia na UFS: Especialização/Mestrado. **Revista GeoNordeste**, Ano I, nº 1, 1984, p. 54-56. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/4359>>. Acesso em: 05/02/2022.

FRANÇA, V. L. A. A SAGA DO PP GEO: breve relato como contribuição à memória da Pós-graduação em Geografia da UFS. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXIX, n. 2, Jul./Dez. 2018. p. 277-285. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10591>>. Acesso em 26/1/2022.

_____. NP GEO/UFS: determinação e persistência de um grupo. **Revista GeoNordeste**, Edição Especial dos 30 anos do NP GEO, ano XXIV, nº 2, 2013, p. 1-9. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1506>>. Acesso em: 25/01/2022.

REVISTA GEOSUL. Entrevista com o professor Manuel Correia de Andrade. **Revista Geosul**, nº 12, ano VI, 2º sem., 1991 - 1º sem., 1992, p. 130-169. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12793>>. Acesso em: 23/01/2022.

REVISTA GEONORDESTE. Entrevista: Manuel Correia de Andrade. **Revista GeoNordeste**, Ano III, nºs 1 e 2, 1986, p. 103-114. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10533>>. Acesso: 2/2/2022.

REVISTA GEONORDESTE. n. 1 (1988): Ano V - junho de 1988 - **Edição Comemorativa - ENGA Ano 10**. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/issue/view/395>>. Acesso em: 5/2/2022.

SANTOS, A. F. Uma experiência de pós-graduação. **Revista GeoNordeste**. Edição Comemorativa dos 10 anos da Pós-graduação em Geografia da UFS. Ano VIII, nº 1, 1993, p. 13-17. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10564>>. Acesso em: 23/01/2022.

VARGAS, M. A. M. Geografizando nos grifos da memória. **Revista GeoNordeste**. Edição Especial dos 30 anos do NP GEO, ano XXIV, nº 2, 2013, p. 10-23. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1507>>. Acesso em 24/01/2022.

ANAIIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



MEIO AMBIENTE: RELAÇÕES ENTRE A TERRA E O HOMEM



O PISF E OS IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS NO SERTÃO DO MOXOTÓ PERNAMBUCANO

Edmaylson Joia Leandro
João Henrique Lúcio de Souza

RESUMO

Esse trabalho pretende analisar os impactos causados pelo PISF no Sertão do Moxotó Pernambucano é dividido em quatro partes. Na primeira faremos um pequeno resumo reflorestamento de áreas que sofreram desmatamento para a execução do PISF e o plantio de espécies vegetais no meio urbano. Na delimitação do problema focaremos o processo de gestão das áreas verdes no ambiente natural deve seguir normas técnicas e preponderadas para evitar o plantio de espécies indevidas ou dificultar o reflorestamento. Em seguida, através de uma conversa com diversos autores, dialogamos sobre o cenário nacional de ocupação urbana vem crescendo a cada dia com mais pessoas desejando moradia nos centros urbanos. Este crescimento traz consigo problemas para as cidades brasileiras como grandes ocupações habitacionais de forma irregular. Por fim, apresentamos através da pesquisa bibliográfica acerca da gestão de áreas verdes no ambiente urbano e rural, prática que consiste no plantio de vegetais, de um modo abrangente para obter informações de como elaborar técnicas e orientações para esta prática. Com o material estudado, delimitou-se a área coberta pelo Sertão do Moxotó pernambucano para que sejam realizados neste uma análise dos impactos sociais, econômicos e nas áreas verdes do bioma caatinga gerados pelo PISF.

Palavras-chave: PISF; Impactos; Reflorestamento; Políticas Públicas; Sertão do Moxotó Pernambucano.

ABSTRACT

This work intends to analyze the impacts caused by PISF in Sertão do Moxotó Pernambucano is divided into four parts. In the first one, we will make a short summary of reforestation of areas that suffered deforestation for the execution of the PISF and the planting of plant species in the urban environment. In Delimiting the Problem, we will focus on the process of managing green areas in the natural environment, which must follow technical and preponderant norms to avoid the planting of undue species or make reforestation difficult. Then, through a conversation with several authors, we discussed the national scenario of urban occupation that is growing every day with more people desiring housing in urban centers. This growth brings with it problems for Brazilian cities such as large irregular housing occupations. Finally, we present through bibliographic research about the management of green areas in the urban and rural environment, a practice that consists of planting vegetables, in a comprehensive way to obtain information on how to develop techniques and guidelines for this practice. With the material studied, the area covered by Sertão do Moxotó Pernambuco was delimited so that an analysis of the social, economic and green areas of the caatinga biome generated by the PISF can be carried out.

Palavras-chave: PISF; Impacts; Reforestation; Public policy; Sertão do Moxotó Pernambucano.

INTRODUÇÃO

A vegetação exerce um papel importante na vida das pessoas. Quando habitam em locais bem arborizados, elas percebem o quanto áreas verdes trazem benefícios ao modificarem o microclima. Sem a presença dessa cobertura vegetal, cidades sofreriam com mais rigor as consequências da poluição e das práticas humanas contra a natureza. Sombra para animais e pedestres, alimento para a fauna, beleza, melhora da umidade e conforto térmico, são alguns ganhos que proporcionam para uma cidade. Para a região do Sertão do Moxotó pernambucano o conforto térmico seria a mais importante mudança causada por estes vegetais, pois é de fácil reconhecimento ao comparar locais com áreas verdes com locais sem vegetação. Um ambiente bem arborizado altera o bem-estar da população.

Desde o início da colonização dos estados do semiárido, as espécies da flora da caatinga vêm sofrendo com problemas de desmatamento e implantação de espécies exóticas. O crescimento econômico e a expansão da colonização

[...] foram feitas com grandes danos ecológicos e sociais, como a intensificação do desmatamento, deixando o solo à mercê da ação das intempéries e o deslocamento de populações indígenas com massacres como em Barra da Corda e dos caboclos que vieram do Sertão há décadas e que plantavam lavouras itinerantes e formavam pequenos povoados, verdadeiramente desconhecidos dos órgãos oficiais (ANDRADE, 1980, p. 199)

A derrubada de áreas verdes provoca a exposição do solo a altas temperaturas e possibilita a ocorrência da desertificação da área. A paisagem começa a ficar estéril na medida em que perde nutriente, compacta o solo e inviabiliza o cultivo na área. Quando comparado com áreas de clima tropical, o semiárido passa por dificuldades para restaurar suas áreas que sofreram desmatamento devido às suas características de clima. Algumas tentativas de reflorestamento na região em estudo executam ações equivocadas ao plantar de forma homogênea espécies exóticas para a caatinga.

Trazidas de outros ecossistemas, em alguns casos extremamente divergentes do semiárido, espécies exóticas se adaptam e se reproduzem de maneira rápida no ambiente impedindo que espécies nativas e já adaptadas, cresçam e sobrevivam nesse meio. Com um clima quente e com curtos períodos de chuvas, o semiárido da caatinga abriga um grande número de espécies que só poderiam ser encontrados aqui pela adaptação adquirida ao longo de anos. Espécies exóticas que não se adaptaram e que foram inseridas na produção ou gestão de áreas por beleza passam por grandes dificuldades. Na tentativa de vencer as perturbações climáticas acarretadas pela mudança de um ambiente para outro, muitos indivíduos acabam morrendo por não resistir à falta de água ou a grande incidência da radiação solar. Algumas destas estão sendo agora, inseridas no ambiente urbano, como uma ação da arborização urbana, por exemplo.

Nessa perspectiva esse trabalho é dividido em quatro partes. Na primeira, Impactos do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) faremos um pequeno resumo reflorestamento de áreas que

sofreram desmatamento para a execução do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e o plantio de espécies vegetais no meio urbano. Na delimitação do problema focaremos o processo de gestão das áreas verdes no ambiente natural deve seguir normas técnicas e preponderadas para evitar o plantio de espécies indevidas ou dificultar o reflorestamento.

Na terceira parte, O PISF e o Moxotó Pernambucano: do social ao ambiental, através de uma conversa com diversos autores, dialogamos sobre o cenário nacional de ocupação urbana vem crescendo a cada dia com mais pessoas desejando moradia nos centros urbanos. Este crescimento traz consigo problemas para as cidades brasileiras como grandes ocupações habitacionais de forma irregular. Por fim, apresentamos os caminhos metodológicos através da pesquisa bibliográfica acerca da gestão de áreas verdes no ambiente urbano e rural, prática que consiste no plantio de vegetais, de um modo abrangente para obter informações de como elaborar técnicas e orientações para esta prática. Com o material estudado, delimitou-se a área coberta pelo Sertão do Moxotó pernambucano para que sejam realizados neste uma análise dos impactos sociais, econômicos e nas áreas verdes do bioma caatinga gerados pelo PISF.

Impactos do Projeto de Integração do São Francisco (PISF)

O reflorestamento de áreas que sofreram desmatamento para a execução do Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e o plantio de espécies vegetais no meio urbano é uma prática benéfica para os habitantes de uma região. Além de embelezar os locais onde estão presentes melhoram a qualidade de vida das pessoas que habitam ou frequentam o seu entorno. Outros benefícios dessa prática já são conhecidos e não deixam de ser importantes, mas o que se percebe, é a grande adesão de espécies que trazem beleza, mas que não levam os benefícios que uma da própria caatinga traria. Biondi e Neto (2011) afirmam que atualmente as espécies indicadas para arborização são selecionadas de modo empírico seguindo apenas informações voltadas para a estética e de linhas bibliográficas. A seleção de espécies apenas pela beleza não assegura o sucesso de sua adaptação ao meio inserido na vida dela, nem a beleza esperada.

Isso não quer dizer que as espécies exóticas devem ser excluídas da arborização urbana. O problema maior é quando a população, sem a devida orientação, planta somente espécies de outro ambiente, acarretando problemas naturais e econômicos. Existem também espécies nativas que carregam um potencial maior de benefícios e uma beleza própria. Adaptadas ao seu ambiente de origem, muitas só se desenvolvem no seu ambiente natural.

Quando as espécies corretas são inseridas em um dado ambiente evitam cuidados extremos por parte dos habitantes e dos órgãos públicos. A vegetação proporciona benefícios de maneira gratuita para a cidade, mas evidentemente o seu manejo requer custos com: cultivo de mudas para a substituição de

árvores, podas de limpeza de galhos mortos e podas de formação da copa. Uma gestão de áreas verdes com esse planejamento e cuidados sustenta a flora por longos períodos.

Durante a execução do PISF, uma grande extensão de áreas verdes foi desmatada para a construção do canal e evidentemente seria recuperada com o reflorestamento. Após a conclusão da obra extensas áreas que não foram recuperadas acarretando problemas ambientais como a desertificação e demonstra um descuido em relação ao ambiente degradado pela obra, assim “a questão ambiental era muito mais que um recurso, um meio, um enfoque, para melhor adentrar na complexidade de uma dada área” (EVANGELISTA, 2010, p. 98). Agravando a situação, a população da região sonhava com o projeto que ajudaria suas famílias proporcionando água e melhorias econômicas.

Várias famílias foram desabrigadas e indenizadas pela passagem do canal em suas terras com a promessa de disponibilidade de água para erradicar a seca. É suposto que boa parte dessas famílias não têm acesso as águas do canal e estão impedidos de desenvolver sua agricultura familiar pela ausência desse acesso. Contudo, algumas propriedades já construíram tubulação, na sua maioria não autorizada, para coletar a água do canal.

Delimitação do problema

Todo o processo de gestão das áreas verdes no ambiente natural deve seguir normas técnicas e preponderadas para evitar o plantio de espécies indevidas ou dificultar o reflorestamento. Quando estas normas não são seguidas ou não estudadas, a vegetação acaba não trazendo benefícios, mas prejuízos. A ausência desses cuidados ou até mesmo de um órgão municipal como, por exemplo, uma Secretaria de meio ambiente, algo que acontece frequentemente nas cidades do Sertão do Moxotó pernambucano, agrava ainda mais o problema.

O descaso com a questão ambiental dos municípios não se limita apenas a região rural. No ambiente urbano, um problema frequente é o conflito de árvores com as redes elétricas de distribuição, o que leva a podas indevidas feitas para evitar o contato com essas redes que quando danificadas, geram gastos ainda maiores. A frequência de podas possui uma necessidade de investimento e acaba retirando a vida útil do vegetal que passa a sofrer com essas práticas. Uma poda muito realizada nas cidades é conhecida como destopo que retira grande parte da massa da copa do vegetal, deixando-o com pequenos galhos e poucas folhas, tudo isso para evitar que em breve, seja feita uma nova poda. Outro problema enfrentado em cidades é o plantio de uma única espécie em todo o seu entorno, o que fragiliza a vegetação diante de pragas. Nas cidades do semiárido, existe uma predominância do plantio de apenas uma espécie de figueira (*Ficus benjamina* L). Se uma praga afetar um indivíduo, todos os outros podem ser afetados.

Em visitas *in loco* e com base em tudo que foi visto até aqui, percebe-se problemas nas áreas verdes de cidades localizadas no entorno da região do a ser analisada por essa proposta de estudo. O que ocorre atualmente nestas cidades é o plantio de árvores exóticas em grande proporção e fora dos padrões adequados para a arborização das ruas e praças. Isto traz prejuízos econômicos e naturais que levam um maior tempo e dinheiro para serem corrigidos sem trazer benefícios esperados por parte de quem planta.

Ao longo do percurso do canal de transposição do PISF percebe-se uma vasta área que foi desmatada, não reflorestada e que corre o risco de sofrer os problemas da desertificação. Tanto a zona urbana quanto a rural expõem fatores que demonstram problemas associados à má gestão das áreas verdes nas cidades do Sertão do Moxotó pernambucano. Evidentemente que a população tem participação nesses problemas e que os órgãos governamentais devem orientar seus habitantes, independentemente da sua esfera executiva. Impactos sociais e econômicos positivos esperados com a conclusão da obra talvez não beneficiaram os moradores da região. Supõe-se que esses problemas ocorram de maneira homogênea por estarem na mesma faixa regional.

Qual o cenário econômico, social e da gestão de áreas verdes nas cidades do Sertão do Moxotó pernambucano que foram impactadas pelo PISF? A investigação desse cenário focará como os órgãos públicos estão gerenciando as áreas verdes e os reflexos desses atos na flora e no bem-estar da população. Este estudo possivelmente proporcionará perspectivas para uma melhora no cenário verde das cidades, colocando as recomendações teóricas em prática. Esta prática promove mudanças benéficas para as cidades sem um custo elevado e com uma maior proporção de benefícios físicos e psicológicos para os habitantes dos centros urbanos. Além disso, demonstrará qual a faixa da população que se beneficia ou não com as águas vindas pelo projeto.

O PISF e o Moxotó Pernambucano: do social ao ambiental

O cenário nacional de ocupação urbana vem crescendo a cada dia com mais pessoas desejando moradia nos centros urbanos. Este crescimento traz consigo problemas para as cidades brasileiras como grandes ocupações habitacionais de forma irregular. Falta de impermeabilização do solo, poluição atmosférica, hídrica, sonora e visuais devido a esta grande concentração de pessoas e indústrias, deixando pouco espaço para a vegetação. Alguns estudos focam na reflexão de uma nova imagem deste cenário, propiciando melhor qualidade de vida para as pessoas através de planejamento e administração das cidades. Já para Manuel Correia de Andrade (1963)

no Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa ao homem, é o clima, através do regime pluvial, e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde o tempo colonial a 'zona da Mata' com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca – do Sertão, também quente, porém,

seco e não só seco como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra firma-se uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros tão secos como o Sertão, alterando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Daí, dessa diversidade climática, surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mas que, política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura. (ANDRADE, 1963, p.6-7)

Uma parte da população rural da região do Nordeste do gado (ANDRADE, 1963) se viu esperançosa com o PISF, sua promessa de água o ano inteiro e de acabar com os períodos de secas. Essa abundância proporcionaria água para as famílias produzirem alimento para sua sobrevivência e como fonte de renda. O combate à seca no Nordeste começou a ser discutido no período imperial considerando inicialmente a açudagem, transposição de águas do rio São Francisco e a irrigação como mecanismo para mudar o perfil econômico da região.

Assim foi pensando em uma complementação dessa obra enorme que, o governo federal juntamente com o Ministério da Integração Nacional criou o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, que como já foi dito visa beneficiar 12 milhões de pessoas que se encontram no chamado Polígono das Secas, significando que o Nordeste Setentrional (parte do Semiárido ao norte do rio São Francisco) caracteriza – se por ser a área que mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Pelo o que será exposto da obra de integração será possível perceber que, a transposição é algo a ser analisado com cautela, pois os dados ambientais mostram grandes problemas de fragilidade, salinização dos solos entre outros que serão percorridos (MAIA; BARRETO, 2014)

Contudo, a irrigação se limitou as regiões ribeirinhas do São Francisco. A implementação do eixo leste no projeto inicial do PISF que continha apenas o eixo norte, o transformou na maior obra de infraestrutura hídrica já ocorrida no Brasil.

O Eixo Leste, com extensão de 217 km, tem início no reservatório de Itaparica, no rio São Francisco, entre as cidades de Floresta - PE e Petrolândia - PE, e é formado pelo Trecho V. A partir do Reservatório Barro Branco, derivará o Trecho VII, denominado Ramal do Agreste, um empreendimento de infraestrutura hídrica que suprirá o déficit hídrico da região atendendo cerca de 70 municípios pernambucanos. O Ramal do Agreste está integralmente localizado no estado de Pernambuco, em uma área de contato entre o semiárido e o agreste pernambucano. Os seus 70,8 km de extensão, os quais atravessam os municípios de Sertânia e Arcoverde, nos domínios das bacias hidrográficas dos rios Moxotó e Ipojuca, visam integrar açudes já construídos com uma fonte perene de recursos hídricos, intensificando a disponibilidade hídrica local e assegurando a garantia de abastecimento de água à população beneficiada (CPRH, 2019).

A região do Sertão do Moxotó de Pernambuco possui 233.991 habitantes numa área de 8939 km² e compreende sete municípios: Arcoverde, Betânia, Custódia, Ibimirim, Inajá, Manari e Sertânia (IBGE, 2019). As cidades dessa região diretamente beneficiadas pelo PISF são Arcoverde, Betânia, Custódia e Sertânia. A figura 1 evidencia a faixa de cobertura do eixo leste e as cidades em que ele

passa. Como a cidade de Betânia foi beneficiada com uma pequena parte do projeto ela foi excluída dessa proposta de estudo.

Figura 1 – Eixo Leste do PISF



Fonte: CPRH, 2019

A maior parte do eixo leste está no estado de Pernambuco, com cerca de 79% dos 202km do trecho. As águas são transportadas desde a barragem de Itaparica até a cidade de Monteiro na Paraíba (RIBEIRO DE MELO, 2010). A Resolução CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986, determina que toda obra, possivelmente danosa ao ambiente, só tem seu licenciamento liberado após o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e posterior elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para avaliar os efeitos causados pela obra. O papel do EIA é fazer um diagnóstico da área afetada pelo projeto, descrevendo os recursos ambientais antes do início da obra, analisando os aspectos físicos (água, solo, recursos minerais etc), biológicos (fauna, flora, fossilizadas, ameaçadas de extinção etc) e socioeconômicos da região. Esse estudo também analisa os possíveis impactos ambientais, medidas que amenizariam os impactos negativos e o monitoramento da área que precisará de acompanhamento após a obra (BRASIL, 1986).

De acordo com a resolução, após o EIA ocorre a elaboração do RIMA contendo aspectos da obra como: objetivos; justificativas; sua compatibilidade com os programas governamentais; descrição do projeto com as fases da construção, matérias primas, mão de obra, fontes de energia, prováveis efluentes, emissões e resíduos; descrição dos prováveis impactos ambientais considerando alternativas; caracterização do ambiente no futuro; descrição dos efeitos das medidas mitigadoras aos impactos negativos; programa de acompanhamento; e monitoramento.

Apesar da elaboração e conclusão desses relatórios, diversos fatores imprevistos ao longo da obra possivelmente alteraram a sua construção. São empecilhos que não podem ser solucionados

seguindo o plano original e que geram novos impactos. Antes da conclusão da obra, Maia e Barreto (2014) perceberam alguns danos causados pelo PISF:

Perda temporária de empregos e renda por efeito das desapropriações; Modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das bacias receptoras; Risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras; Introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obra; Ruptura de relações sociocomunitárias durante a fase de obra; Possibilidade de interferências com populações indígenas; Pressão sobre a infraestrutura urbana. Risco de interferência com o Patrimônio Cultural; Perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre; Risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas ao homem nas bacias receptoras. Interferência sobre a pesca nos açudes receptores; Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras.

As autoras perceberam que problemas como a desertificação e a salinização, acarretados pelo desmatamento necessário na obra, não foram considerados pelo RIMA. A salinização do solo ocorre com o acúmulo de sais minerais, prejudicando suas propriedades e conseqüentemente o crescimento das plantas. A falta de vegetação contribui para o aumento destes problemas e deixa clara a importância das áreas verdes numa região. A diferença é evidente quando comparadas áreas que não apresentam vegetação com aquelas que são arborizadas. Os sentidos humanos são recompensados nos locais com árvores ou arbustos que, através da evapotranspiração, mudam o microclima da área diminuindo a amplitude térmica (ROCHA; LELES; NETO, 2004).

Nas cidades, essa percepção se agrava com a poluição e a formação de ilhas de calor, percebidas severamente quando estes centros urbanos não são arborizados. A gestão de áreas verdes na zona rural pode ser solucionada com o reflorestamento técnico, mas no caso da gestão de áreas verdes na zona urbana são notados diversos problemas. O mais frequente é o conflito entre o sistema de distribuição elétrica e as árvores já plantadas.

Neste caso, recomenda-se a adaptação das redes de distribuição ao ambiente encontrado. Os fios elétricos podem ser substituídos por fios mais compactos ou com isolantes, existindo a possibilidade de implantação de distribuição subterrânea que muitas vezes pode ser mais barata que a poda realizada. O desvio das redes subterrâneas é outra solução, pois é mais fácil modificar uma rede dessas que modificar o vegetal, afinal, o grande faturamento que estas companhias possuem é suficiente para tais mudanças (DANTAS *et al*, 2010).

Os autores ainda citam algumas recomendações que levam em consideração os fatores físicos que influenciam a gestão de áreas verdes nas cidades e interferem no desenvolvimento dos vegetais da área. A análise dos espaços disponíveis nas ruas, o preparo das covas, o tráfego de veículos e elementos urbanos como postes ou placas de trânsito, por exemplo, devem ser levadas em consideração na realização do plantio.

Os fatores biológicos interferem na gestão da área verde e também devem ser considerados. O porte das árvores pode ser um ponto importante a ser observado quando tomada a iniciativa, pois este caracteriza árvores que podem entrar em conflito com elementos físicos do ambiente. Recomenda-se que as árvores de médio e grande porte devem ser plantadas em espaços mínimos de 8 a 12 metros respectivamente. Isso possibilita o plantio de mudas fora do alinhamento da rede elétrica desde que sua copa seja tratada acima da rede, quando considerado as vias urbanas. Nas localidades com sinalização, recomenda-se um distanciamento para não impedir a visualização (ALMEIDA; NETO, 2010).

Outro ponto a ser observado é em relação à profundidade das raízes para evitar o contato das mesmas com redes subterrâneas de distribuição, impedindo o seu fluxo. Espécies de porte médio e alto são recomendadas para praças e canteiros sem fiação elétrica acima de sua copa. Estas orientações mostram o quanto a escolha de uma espécie adequada necessita de estudos técnicos e teóricos. Com base nisso tudo, percebe-se a grande influência que fatores como: a vegetação plantada no local certo, o espaço adequado a espécie da planta e a comunidade orientada em relação a preservação e cuidado com a vegetação nos arredores de suas moradias, atuam fortemente no sucesso de uma área arborizada (COELBA, 2002).

As espécies arbóreas devidamente indicadas para determinada área de arborização são benéficas aos pedestres e moradores, pois impedem que os raios solares incidam diretamente sobre as calçadas e paredes das edificações por meio de suas sombras, diminuindo a temperatura nestas localidades (LIMA; RIBEIRO, 2003). Algumas dessas recomendações podem ser utilizadas no reflorestamento das áreas que sofreram com a passagem do canal de integração. É sabido que a gestão de áreas verdes no âmbito rural e urbano deve seguir padrões diferentes, mas alguns dos pontos mencionados podem ser aplicados pelas características climáticas da região como, por exemplo, a preferência pelo plantio de espécies nativas.

Um manejo inadequado de uma área pode representar gastos sem benefícios. Uma avaliação dessas áreas verdes se torna necessária levando-se em conta o monitoramento da arborização, do reflorestamento das áreas rurais com novas práticas de manejo e um diagnóstico de uma área para uma futura restauração. Além de verificar se a quantidade de espécies em uma dada área está de acordo com o seu tamanho, é necessária uma verificação nos tipos de vegetações plantadas. Entre alguns problemas gerados por espécies inadequadas, pode-se citar a proliferação de pragas que seria inexistente por uma espécie propícia ao local (SALVI *et al.*, 2011).

As espécies arbóreas são prejudicadas pelo ambiente hostil das cidades localizadas no semiárido e pelas suas limitações climáticas, mas a presença delas nestas localidades é de grande

importância para proporcionar bem-estar para as pessoas. A falta de um planejamento científico e técnico para a vegetação urbana leva a transtornos e problemas nas cidades, mas quando esta é feita de modo adequado utilizando um levantamento das espécies adequadas, garantem os benefícios para a cidade e reduzem os gastos com o manejo e manutenção de elementos urbanos. Pode-se utilizar alguns critérios para desfrutar dos benefícios de uma arborização adequada como, em padrões estéticos, a textura, a cor e o tipo de sua copa para que agrade a população que dela desfruta (LACERDA; LIRA; VITAL, 2011).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para definir os procedimentos metodológicos, este trabalho foi iniciado com uma pesquisa bibliográfica acerca da gestão de áreas verdes no ambiente urbano e rural, prática que consiste no plantio de vegetais, de um modo abrangente para obter informações de como elaborar técnicas e orientações para esta prática. Com o material estudado, delimitou-se a área coberta pelo Sertão do Moxotó pernambucano para que sejam realizados neste uma análise dos impactos sociais, econômicos e nas áreas verdes do bioma caatinga gerados pelo PISF.

Diante disso, lembrando a pergunta de investigação, a saber: Qual o cenário econômico, social e da gestão de áreas verdes nas cidades do Sertão do Moxotó pernambucano que foram impactadas pelo PISF? Serão realizados fichamentos a partir de uma nova pesquisa bibliográfica e documental para obter mais informações do PISF e sua gestão. A pesquisa pode ser classificada como pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa e com foco no estudo de caso (COSTA; COSTA, 2011). A coleta dos dados ocorrerá através de registros de imagens através de visitas *in loco* e da coleta de documentos que demonstrem o cenário das áreas verdes das cidades. Serão aplicados questionários com moradores e funcionários públicos para investigar os aspectos abordados na pergunta de investigação. Serão determinados alguns grupos de pessoas que discutirão os impactos da gestão dessas áreas verdes em sua região como associações e sindicatos de agricultores rurais, por exemplo.

De acordo com os autores acima citados, pesquisas com esse tipo de coleta de dados são classificadas como Grupo focal (*Focus group*) que consiste numa “[...] técnica de entrevista coletiva que envolve uma discussão objetiva e mediada sobre um tema ou questão específica. A interação entre os participantes (geralmente em torno de 10 a 12) favorece e influencia, sobremaneira, a discussão”. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos com esse trabalho perceber o cenário econômico, social e ambiental proporcionado pelo PISF após a conclusão do projeto e da passagem das águas pelo canal. Através impactos positivos e negativos não previstos no RIMA é possível elaborar um material que proporcionará subsídios para políticas públicas voltadas para: a gestão das áreas verdes com a finalidade de recuperar áreas

degradadas pela obra; gestão da cobertura vegetal presente nos centros urbanos; ações de apoio a agricultores que tiveram suas residências afetadas e que não conseguem obter melhorias na qualidade de vida após a chegada das águas; e para os grupos de lideranças municipais que orientarão a população para a preservação e proveito da obra.

O fato de sermos moradores e conhecedores da área de uma das cidades em que passa o projeto facilitou o percurso ao longo da obra e proporcionou melhor contato com moradores, gestores e funcionários da região. Assim como, Manuel Correia trouxe sua experiência de vida como uma inspiração facilitadora:

O ato de ser, ser pernambucano, baiano, sergipano, etc. está impregnado por uma dimensão cultural forjada pelo seu meio; assim, a economia não apenas se expressa em moeda, em número, economia é empresa, interesse, investimento, porém, com cor local. Economia não é um ente abstrato que é o que é independente do lugar. De forma alguma. A economia tem cor local, está impregnada de particularidades decorrentes do meio natural onde aquela população está inserida, mas, está impregnada de nuances, hábitos, folclores, que se expressam numa moeda, numa maneira de fazer circular a economia que depende da ambiência no qual se insere! (EVANGELISTA, 2010, p. 99)

A escolha da região do Sertão do Moxotó pernambucano limitou a área de estudo, possibilitando a coleta de dados, algo que se fosse ocorrer em todas as cidades beneficiadas direta ou indiretamente pelo eixo leste não seria possível. Ao longo do projeto pode-se optar pela escolha da análise da gestão de áreas verdes apenas da região rural ou urbana das cidades.

A escolha da investigação dos fatores sociais, ambientais e econômicos já proporciona um vasto material a ser analisado e que posteriormente pode alterar a pesquisa se limitando a um desses fatores ou até mesmo a uma ou duas cidades. As preocupações iniciais focam na coleta dos dados que necessitará acesso a locais e pessoas da região, mas, como já dito, ser morador da região já facilita essa aproximação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielucia Noya de; NETO, Rubens Marques Rondon. 2010. **Análise da Arborização Urbana de duas cidades da Região Norte do estado de Mato Grosso**. Revista *Árvore Viçosa*. Volume 40 – Número 04 – 2010.1

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

BIONDI, Daniela; NETO, Everaldo Marques de Lima. **Pesquisa em Arborização de Ruas**. Editado por Daniela Biondi. Curitiba – PR, 2011

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução n.001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 fev. 1986.

_____. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Relatório de impacto ambiental – RIMA. Brasília: Ministério de Integração Nacional, julho/2004. Disponível em : <http://www.integração.gov.br/>>. Acesso em 10/09/2021

COSTA, Maria de Fátima Barrozo da; COSTA, Marco Antonio da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

COELBA. **Guia de Arborização Urbana**. 2002. Disponível na internet em www.arvoresurbanas.com.br/Docs/arborizacao.coelba.pdf. Acesso em 21/08/2021

DANTAS, Ivan Coelho *et al.* **Manual de Arborização Urbana**. Eduepb – Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2010

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**. São Paulo. Rio de Janeiro, 2019.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Manuel Correia de Andrade e a perspectiva ambiental no seu pensamento econômico. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 3, Edição Especial, p. 91-101, ago. 2010.

LACERDA, Roberta Maria de Albuquerque; LIRA, José Augusto de; VITAL, Rivaldo. **Indicação de Espécies de porte arbóreo para a arborização urbana no semi-árido Paraibano**. Sociedade Brasileira de Arborização Urbana 2011. Piracicaba – SP.

LIMA, M. B. de; RIBEIRO, E. E. **Diretrizes Urbanísticas e Construtivas para Cidades de clima semi-árido**. FEC – Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. UNICAMP.

MAIA, Rachel de Sousa; BARRETO, Leticia Ramos Paes. Análise crítica do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto de Integração do rio São Francisco. **Anais do VII Encontro Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, 2014.

CPRH – AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - **Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais** – PACUERA. Recife, 2019

RIBEIRO DE MELO, Cristiane. **Análise do eixo leste da transposição do Rio São Francisco face aos cenários de uso previstos**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ROCHA, Rodrigo Tavares da; LELES, Paulo Sérgio dos Santos; NETO, Sílvio Nolasco de Oliveira. **Arborização de Vias Públicas em Nova Iguaçu**, RJ: O Caso dos Bairros Rancho Novo e Centro. Revista *Árvore Viçosa*. Volume 28, Número 04, 2004.

SALVI, Luciane Teresa.; *et al.* **Arborização ao longo de Ruas** – Túneis Verdes – em Porto Alegre, RS, Brasil: Avaliação Quantitativa e Qualitativa. Revista *Árvore Viçosa*. Volume 35, Número 02, 2011.

AS ÁREAS DESIGNADAS PARA PARQUES PÚBLICOS NA PERIFERIA DE UBERABA-MG: USOS SOCIAIS E IMPASSES DA POLÍTICA URBANA

RESUMO

Parques constituem espaços livres, designados e implantados pelo poder público conforme legislação urbana específica que os delimitam em função de normas de parcelamento do solo ou interesses socioambientais. Em geral, essas áreas são previstas no Plano Diretor Municipal, mas podem decorrer de manobras e interesses ao longo de determinadas gestões, como desapropriações, por exemplo. O objetivo desta análise é entender, na cidade de Uberaba-MG, a situação atual das áreas designadas parques, mas não efetivadas, sua composição paisagística e de infraestrutura, observando os usos pela população e quais as interações que os diferentes sujeitos têm com os referidos espaços. A metodologia contemplou pesquisas bibliográficas, consultas em sítios na internet, análise da legislação municipal, levantamentos de dados em secretarias municipais, observações de campo e entrevistas com a população. Como resultado, constatou-se nas áreas periféricas significativos espaços públicos demarcados com a intenção de se transformarem em parques, mas que se encontram abandonados, sem infraestrutura e, por vezes, negligenciados por diversos agentes sociais. Mais da metade das áreas designadas parques em Uberaba não se encontra definitivamente implantada, constituem vazios urbanos ociosos no espaço, embora representem inestimável potencial socioambiental e sejam requeridos pela população como área verde e de lazer.

Palavras-chave: Parques públicos; Periferias urbanas; Uberaba.

ABSTRACT

The parks are free spaces, designated and implemented by the government according to specific urban legislation that delimits them based on subdivision rules or socio-environmental interests. In general, these areas are provided for in the Municipal Master Plan, but may result from maneuvers and interests during managements, such as expropriations, for example. The objective of this analysis is to understand, in the city of Uberaba-MG, the current situation of the areas designated parks, but not implemented, their landscape and infrastructure composition, observing the uses by the population and what the interactions that the different subjects have with the referred spaces. The methodology included bibliographic research, consultations on websites, analysis of municipal legislation, data collection in municipal secretariats, field observations and interviews with the population. As a result, significant public spaces demarcated with the intention of becoming parks were found in the peripheral areas, but which are abandoned, without infrastructure and, sometimes, neglected by various social agents. More than half of the areas designated as parks in Uberaba are not definitively implemented, they constitute idle urban voids in space, although they represent an invaluable socio-environmental potential and are required by the population as a green and leisure area.

Keywords: Public parks; Urban peripheries; Uberaba.

INTRODUÇÃO

Parques constituem espaços livres, designados e implantados pelo poder público conforme legislação urbana específica que os delimitam em função de normas de parcelamento do solo ou interesses socioambientais. Em geral, muitas dessas áreas são previstas no Plano Diretor Municipal, mas podem decorrer de manobras e interesses que se desenham ao longo de determinadas gestões, como desapropriações, por exemplo. Desempenham relevantes funções ambientais, sociais e econômicas, proporcionando benefícios para a população e seu meio.

No âmbito das diversas ciências que analisam o urbano, há inúmeros estudos sobre estes espaços, projetando olhares e interpretações distintas quanto às suas finalidades, características, usuários, dentre outros. No entanto, a Geografia possibilita uma análise espacial que os compreendem como elementos dinâmicos na trama urbana, não um objeto ou equipamento em si, mas uma estrutura portadora de sentidos e intencionalidades que serve a distintos usos e interesses.

No planejamento urbano, tornou-se comum a tentativa de definição ou conceituação dos diversos espaços livres públicos urbanos, mesmo que não haja consenso sobre tal debate. Teóricos e gestores públicos por vezes apresentam compreensões distintas sobre, de fato, o que seja um parque ou uma praça, por exemplo. Assim é que os parques comumente são reconhecidos como as áreas públicas de lazer que atingem especialmente área superior a uma ou duas quadras padrões de um loteamento, mesmo que seus conteúdos nada digam quanto ao reconhecimento pela sociedade da essência desses espaços (CARNEIRO e MESQUITA, 2000). Este é um problema teórico-conceitual que permanece para debate.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente* o “parque urbano é uma área verde† com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”. Sobre as dimensões adequadas destes espaços, nada é dito nesta instância ministerial.

Nesta análise, retifica-se a compreensão dos parques, já exposta em outros trabalhos, como “espaços públicos designados por lei, oriundos do parcelamento do solo, do aproveitamento de terras públicas ou de processos de desapropriação, cujos atributos permitem cumprir funções socioambientais” (GOMES, 2019).

Em cidades de porte médio, como Uberaba-MG, recorte desta análise, parques também integram a problemática urbana e, com frequência, são justificados como componentes de melhoria da

* Disponível: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/item/8051.html>. Acesso: setembro de 2019.

† Conforme o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, área verde pública é “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

qualidade de vida e qualidade ambiental urbana. No entanto, os processos que envolvem a delimitação, implantação ou melhoria destes espaços, em geral, obedecem a uma lógica de interesse privado, predominando projetos em áreas de maior retorno imobiliário ou áreas centrais. É nesse sentido que, por vezes, as políticas públicas, por mais que apareçam como democráticas na lei, na prática, se desdobram ampliando as desigualdades socioespaciais urbanas, características das cidades capitalistas.

Neste trabalho, em específico, procura-se avançar na compreensão dos parques, problematizando-os no contexto das periferias urbanas, comumente portadoras das maiores deficiências em serviços e infraestruturas públicas, como espaços de lazer, sistema de abastecimento de água e esgoto, serviços de saúde e educação, mobilidade urbana, entre outros.

O conceito de *periferia* nasce associado ao conceito de desigualdade, produzidas como resultado da espacialização do conjunto de relações sociais, econômicas e políticas dominantes na sociedade. Nesse sentido, se configura em uma relação a antagonismos sociais, pares de oposição, binaridades: urbano – não-urbano, legal – ilegal, formal – informal, ordem-caos, cidade – não-cidade; centro – periferia; riqueza – pobreza. Pares de oposição com forte relação entre si, quando pela produção social capitalista é a riqueza que produz a pobreza; o desenvolvimento industrial que produz o exército industrial de reserva, a espoliação urbana, a *periferia*; as relações de valorização imobiliária que provoca expulsão da população pobre e produz a *periferia*. (TANAKA, 2006, p. 149).

Como pontua esta autora e também consta em diversas outras análises na literatura, há inúmeras e complexas formas de se abordar e compreender as periferias, posto que os conteúdos das cidades se alteram constantemente e as relações socioeconômicas e políticas são redesenhadas em função de cada período histórico. As redefinições socioespaciais ganham novos contornos e impõem novos conteúdos às cidades em suas complexidades, como atestam, por exemplo, a implantação de loteamentos fechados de alto padrão, shoppings centers e redes de atacado nas franjas urbanas. Há de se considerar ainda a ressurgência de camadas de baixa renda em áreas centrais, antes ocupadas pelos mais ricos. Este é um debate em curso nas ciências sociais como um todo.

Para esta análise importa destacar que a periferia aqui tratada, para além da complexidade já apontada, incorpora as dimensões escalares, ou seja, relativa distância em relação ao centro, e também, socioeconômicas, no sentido de apontar que há políticas distintas para as diferentes camadas sociais, que habitam diferentes frações da área urbana. A abordagem incorre sobre a realidade das cidades de porte médio, cuja dinâmica urbana tem revelado alterações profundas nas últimas décadas, com suas periferias cada vez mais espalhadas, desestruturadas e resignificadas, prenhes de novas e difusas espacialidades. O recorte espacial é a cidade de Uberaba-MG, com 340.277 habitantes, estimados em 2021 (IBGE)*, e que tem 8 parques urbanos integral ou parcialmente implantados, embora estejam

* Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberaba.html>. Acesso: 05 de março de 2022.

previstos 11 no Plano Diretor Municipal. É sobre esta realidade dos espaços de lazer não implantados que esta análise discorre.

Em vista às questões até aqui expostas, o objetivo do presente trabalho é entender a situação atual das áreas designadas para parques, sua composição paisagística e de infraestrutura, observando quais usos são dados pela população e quais as interações que os diferentes sujeitos têm com os referidos espaços.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se em pesquisas bibliográficas, consultas em sítios na internet, análise da legislação municipal*, levantamentos de dados em secretarias municipais, observações de campo e entrevistas com representantes públicos. O estudo demandou ainda o preenchimento de um formulário para caracterização das referidas áreas, bem como entrevistas estruturadas com pessoas lindeiras a estes espaços.

O formulário utilizado nas observações de campo pautou as características morfológicas, paisagísticas e infraestruturais dos parques, além do perfil do imobiliário ao entorno dos mesmos. Já as entrevistas seguiram formulário próprio constituído de questões quanto ao perfil socioeconômico dos inquiridos, suas percepções e usos das áreas designadas para parques e seus conhecimentos quanto aos parques da cidade. Tendo em vista que as áreas visitadas estão designadas para parques, mas não necessariamente são dotadas de infraestruturas que permitam usos regulares pela população, foram abordados transeuntes nas imediações para proceder às entrevistas.

Quatro parques, localizados em diferentes partes da cidade, foram visitados nos meses de abril de 2019 e fevereiro de 2020, em horários alternados, sendo eles: Parque Tancredo Neves, Parque Córrego das Lages, Parque Linear Novo Horizonte e Parque São Cristóvão. A escolha se deu por sorteio entre aqueles constantes no Plano Diretor, mas não implantados e os resultados estão descritos e analisados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano Diretor Municipal de Uberaba† (Lei 359/2006), em seu artigo 106, discrimina onze áreas públicas como parques urbanos (Quadro 1):

Quadro 1. Parques públicos urbanos discriminados no Plano Diretor Municipal de Uberaba (Lei nº 359/2006)

* Em Uberaba, há um conjunto de leis que trata dos parques, sendo as mais abrangentes, consultadas para este trabalho: Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei Complementar N.º 375/2007), Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar N.º 376/2007), Plano Diretor Municipal (Lei Complementar N.º 359/2006), Código do Meio Ambiente (Lei Complementar N.º 389/2008) e Lei Orgânica Municipal (N.º 65/1990).

† No presente momento está em revisão o Plano Diretor Municipal de Uberaba, cuja minuta está em discussão na Câmara Municipal.

Nome	Localização/Bairro
Parque Ecológico Mata do Carrinho	Parque das Américas
Parque Mata José Elias (Parque do Paço)	Santa Marta
Parque Municipal Mata do Ipê	Leblon
Bosque do Jacarandá (parque e zoológico)	Jardim São Bento
Parque Mata do Bacuri	Quinta da Boa Esperança
Parque São Cristóvão	Paraíso
Parque Linear Grande Horizonte	Parque Grande Horizonte, Villaggio dei Fiori, Recanto das Torres e Jardim Uberaba
Parque Córrego das Lajes	Jardim São Bento
Parque Tancredo Neves	Residencial Tancredo Neves
Parque no entorno do Piscinão (Parque das Acácias)	Parque
Parque 2000	Residencial 2000

Org. Marcos Antônio Silvestre Gomes

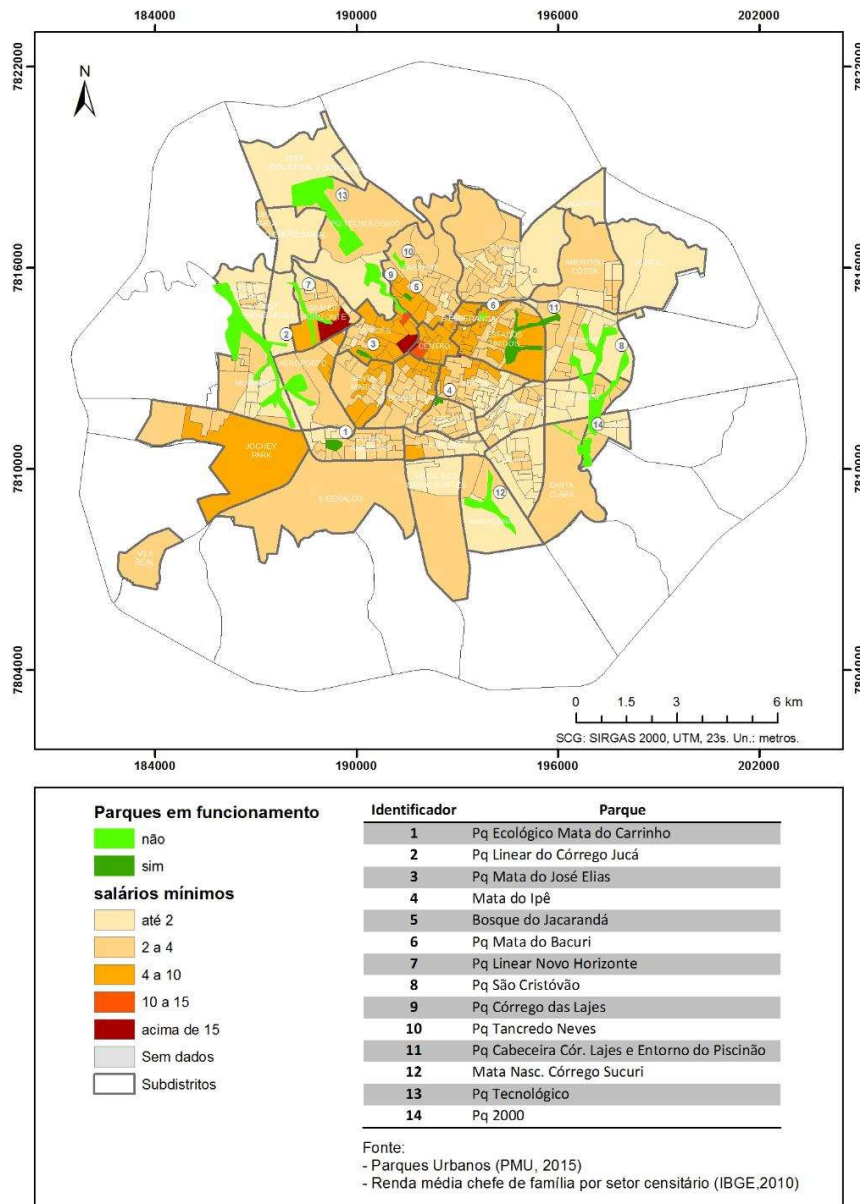
Consideram-se estes parques em quantidade significativa para uma cidade do porte de Uberaba, os quais apresentam-se distribuídos desigualmente na área urbana e, em muitos casos, seus usos estão comprometidos devido à falta de manutenção ou até escassez de equipamentos, ou mesmo encontram-se como espaços abandonados, sem qualquer infraestrutura.

Dos espaços elencados no Quadro 1, apenas os parques do Jacarandá, Mata do Ipê, Mata do Carrinho, das Acácias e do Paço encontram-se efetivamente implantados, favorecendo alguns usos pela população*. Outros dois parques, Netinho Guaritá e das Barrigudas, foram implantados recentemente mesmo sem constar no Plano Diretor. Os demais, a exceção do Parque Córrego das Lages, que está semi-implantado, consta designados, no entanto, sem garantias de que possam vir a ser efetivados porque não há leis específicas que os criam. Com a atual revisão do Plano Diretor Municipal, podem vir a ser destinados a outros usos, como ocorre com o Parque Mata do Bacuri, localizado na Quinta da Boa Esperança, nas proximidades da área central, que tem sido objeto de grande discussão face aos interesses imobiliários predominantes na cidade.

Os parques denominados por lei em Uberaba estão espacializados no Mapa 1, que permite uma análise acoplada aos dados de renda.

* Estes parques estão sob responsabilidade de diferentes órgãos públicos, o que dificulta a gestão e integração dos projetos e programas que poderiam ser desenvolvidos nos mesmos. Os Parques Mata do Carrinho, Mata do Ipê e Jacarandá são de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente. O Parque das Acácias, da Fundação para o Esporte e Lazer, o do Paço, da Secretaria de Serviços Urbanos e, o das Barrigudas, do Codau.

Mapa 1 - Parques públicos urbanos* discriminados por lei em Uberaba e renda por setor censitário



Autor: Ricardo Vicente Ferreira; Org. Marcos Antônio Silvestre Gomes.

O Mapa 1 sinaliza a condição socioeconômica dos bairros onde existem parques implantados e não implantados. Ao considerar o fator renda, permite uma leitura mais aprofundada da inserção desses espaços na malha urbana. Evidencia que os parques implantados estão localizados na área urbana mais

* Neste texto serão utilizadas as seguintes nomenclaturas para tratar de alguns parques retratados nos mapas: Parque das Barrigudas para se referir ao Parque Tecnológico*, tendo em vista que ocupa pequena parte desta área territorial maior, Parque das Acácias para se referir ao Parque Cabeceira Córrego das Lajes e Entorno do Piscinão, e Parque do Paço, para tratar do Parque Mata José Elias. A escolha destas nomenclaturas se justifica pela forma que são divulgados oficialmente pelo poder público, quer seja através de placas nos locais ou leis específicas de criação dos mesmos.

adensada, em geral, com predominância de rendas elevadas. Os parques não implantados encontram-se na franja urbana, onde a renda apresenta-se mais baixa.

Os parques urbanos efetivamente implantados em Uberaba foram criados em períodos distintos e os mais recentes, como Parque das Acácias (2008) e Parque do Paço (2011), encontram-se mais centralizados na malha urbana, sinalizando a prioridade do poder público em áreas de maior interesse imobiliário. Outros parques, quando foram criados nas décadas de 1960 a 1980 (Mata do Carrinho, Mata do Ipê e Jacarandá)*, localizavam-se basicamente na franja urbana, embora atualmente encontram-se em um raio de até 4 quilômetros da área central.

Os parques implantados no período de 1960 a 1980 se caracterizam, predominantemente, pela presença de vegetação densa, em geral, com espécies arbóreas nativas de grande porte, como os parques do Jacarandá, Mata do Ipê e Mata do Carrinho†, com fins predominantes de lazer contemplativo. No entanto, alguns parques criados por lei a partir da década de 2000 apresentam-se como espaços de cobertura vegetal exótica, esparsa, prestando-se, sobretudo, ao embelezamento paisagístico e ao lazer ativo. (GOMES, 2020)

Constatou-se que os parques já implantados estão mais centralizados na área urbana e agravam diversos problemas que comprometem seus usos, como infraestruturas precárias, manutenção ineficiente e falta de modernização. Já nas áreas periféricas há significativos espaços demarcados com a intenção de se transformarem em parques, mas que se encontram abandonados, sem infraestrutura, constituindo vazios ociosos na malha urbana, por vezes desconhecidos da população em geral, embora representem inestimável potencial socioambiental. As áreas de parques analisadas refletem esta condição.

Caracterização dos Espaços Não Implantados e a Percepção da População Lindeira

De maneira geral, como pode ser observado no Mapa 1, os parques designados por lei, mas não implantados com infraestruturas e projeto paisagístico, encontram-se em localidades distintas na cidade de Uberaba. Constituem áreas de preservação ambiental, sendo necessário consolidá-los como áreas de lazer para a população e reintegrá-los como áreas verdes à dinâmica urbana. A criação por leis específicas e a efetivação destes parques pode redundar em melhorias das condições de lazer, sobretudo nas periferias pobres, carentes de espaços desta natureza. Por outro lado, pode resguardar as condições dos mesmos de patrimônio natural devido a presença de nascentes e inúmeras espécies da flora nativa. Como demonstrou Pegorari (2007), muitos parques em Uberaba, como Mata do Carrinho e Jacarandá, apresentam um importante acervo natural do Cerrado, com rico complexo florístico.

* De acordo com a Lei 6599/1998, o "Bosque Jacarandá, criado pela Lei Municipal nº 1423, de 16 de Fevereiro de 1.966, passa a denominar-se PARQUE MUNICIPAL DO JACARANDÁ, situado no Loteamento Vila Olímpica, com 32.812 m², de área de preservação ambiental". A "Mata do Carrinho, considerada de preservação permanente pelo Decreto nº 381, de 04 de Junho de 1.985, passa a denominar-se PARQUE MUNICIPAL DA MATA DO CARRINHO, situado no Bairro Parque das Américas, com 132.567,00 m², de área de preservação ambiental". E a "Mata do Ipê, criada pela Lei Municipal nº 2.593, de 20 de abril de 1976, passa a denominar-se PARQUE MUNICIPAL MATA DO IPÊ, situado no Bairro Parque São Geraldo, com 35.301,00 m², de preservação de área ambiental".

† Estudo sobre a vegetação nestes parques foi desenvolvido por Pegorari (2007), que realizou o levantamento, descrição e análise das espécies arbóreas em fragmentos de vegetação nestes espaços.

Como apontado na metodologia deste trabalho, quatro parques em específico foram contemplados para este estudo, sendo adiante expostas as análises decorrentes dos dados coletados e observações realizadas e, posteriormente, fornecido um panorama qualiquantitativo quanto à percepção da população lideira a estes espaços.

O Parque Tancredo Neves está localizado no Loteamento Tancredo Neves no bairro Fabrício (Figuras 1 e 2). Com uma área de aproximadamente 0,08 km², ocupa terreno de declividade leve, tendo aspecto paisagístico* considerado ruim, deficiente, com apenas um caminho calçado e uma placa de identificação. O espaço está indicado na revisão do Plano Diretor como um espaço de Qualificação Ambiental Urbana, e assim tem prioridade no que diz respeito à execução de projetos e obras públicas.

Figura 1: Parque Tancredo Neves, Uberaba-MG



Fonte: Google Earth Pro (2019)

O espaço não possui nenhum tipo de infraestrutura que a comunidade possa reconhecê-lo como parque, pelo contrário, o que se constata é o crescimento desordenado de matos e arbustos, falta de podas da vegetação, calçamento irregular e inacessibilidade para quem porta necessidades especiais. O cuidado mais perceptível com a flora observado na área foi a proteção de mudas plantadas a partir de estruturas de estacas.

O lixo é outro elemento que degrada a área, em sua maioria proveniente de material de construção (telhas, areia, brita), além de rejeitos domésticos como embalagens de plástico e papel, e até mesmo roupas descartadas.

* Neste aspecto considerou-se a composição paisagística, a distribuição e conservação da fauna, flora e recursos hídricos bem como a diversidade e qualidade da infraestrutura.

No entorno imediato do parque predominam imóveis residenciais horizontais de médio padrão, sendo inexistentes edifícios verticalizados e comércios. Ainda, na mesma quadra do parque está localizado o CEMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) Prof.^a Eunice de Sousa Pühler, que, uma vez aproveitado pela instituição em processos educativos, agregaria usos ao local pela ampliação da frequência de usuários. O parque tem grande potencial paisagístico e topográfico favorável a um projeto urbanístico, no entanto, nenhuma política pública foi aplicada nesta área.

Figura 2: Aspecto do Parque Tancredo Neves e CEMEI (à direita)



Autor: Marcos Antônio Silvestre Gomes (2020)

O Parque Córrego das Lajes está localizado na Avenida Leopoldino de Oliveira, no bairro Jardim São Bento. Com uma área plana de aproximadamente 0,06 km², o parque está indicado na revisão do Plano Diretor como um elemento de referência para o patrimônio natural de Uberaba.

Figura 3: Parque Córrego das Lages, Uberaba-MG.



Fonte: Google Earth Pro (2019)

Esta área está situada em frente ao Praça Uberaba Shopping e ao Terminal Oeste de ônibus, como se nota ao centro e canto inferior direito da imagem, respectivamente, com predominância de edifícios de prédios residenciais e comerciais, que contribui para a intensa movimentação de carros e pedestres no entorno, mas que não efetivamente usam o espaço do parque para lazer.

Apesar de ter sido constatada intervenção pública em sua parte imediata ao Shopping, que favorece usos contemplativos e embelezamento, o espaço em sua totalidade é de precária infraestrutura, já que se estende por centenas de metros linearmente ao Córrego das Lages, portador de águas fétidas e escuras. Foram identificadas bancos, lixeiras, iluminação, calçadas, placa de sinalização, pontos de ônibus, cerca em alambrado para impedir acesso ao córrego e pista para caminhar bem como ajardinamento na área em frente ao Shopping, servindo como local de descanso para alguns funcionários. A facilidade de acesso por ônibus e carros torna-o um espaço potencial para receber a devida infraestrutura, já que se encontra ao longo de um importante via pública e equipamentos de elevado fluxo de pessoas, como o shopping e terminal de ônibus.

De maneira geral, há problemas de diversas ordens, desde a ausência de limpeza do local e calçamento precário até a falta de segurança, o que tem sido realizado esforços para minimizar por parte do poder público. A falta de iluminação torna o ambiente hostil para quem passa durante a noite. Na

parte em frente ao shopping frequentemente é constatado lixo proveniente dele, especialmente embalagens de *fastfood* e restos de comida.

De todos os parques estudados, o Córrego das Lajes é o que possui melhor acesso já que se encontra em frente a um dos principais terminais de ônibus da cidade, além de contar com grande número de residências e fluxo de veículos e pessoas ao seu entorno. Assim, se estivesse adequado para o uso, iria cumprir sua função social, sendo uma opção tanto para a prática de esportes como para lazer ativo e contemplativo.

O Parque Linear Grande Horizonte está localizado no bairro Grande Horizonte com uma área aproximada de 0,10 km² em terreno de baixa declividade (Figura 4). De acordo com o Plano Diretor é formado pela área de preservação permanente (APP) do córrego da Saudade, justificando uma de suas importâncias ecológicas.

Figura 4: Parque Linear Grande Horizonte, Uberaba-MG



Fonte: Google Earth Pro (2019)

Entre todos os parques visitados este é o que mais se encontra em estado de abandono e seu aspecto paisagístico é considerado ruim. Não possui nenhuma sinalização de que é uma APP designada parque e, sem os cuidados devidos, a área verde é usada como depósito para diversos tipos de lixo, restando a imagem de um matagal abandonado.

A área projeta sensação de insegurança para quem passa por perto, sendo muito fácil que acidentes ocorram com os buracos e pisos falsos que são possíveis de visualizar em meio à vegetação

que cresce de maneira desordenada. Apesar de o trabalho de campo ter sido realizado durante o dia, entrevistados afirmaram evitar a área, principalmente a noite, já que a falta de iluminação e cercamento tornam o ambiente propício para assaltos. Há necessidade de infraestruturas gerais e esportivas como também de facilidade de acesso, pois o parque atravessa ruas sem saída de um lado e o outro é adjacente a um condomínio fechado (Recanto das Torres), cujo acesso é limitado.

Mais do que servir como APA, o Parque possui grande potencial de uso para a comunidade já que sua vizinhança é majoritariamente de residências familiares de médio padrão.

O Parque São Cristóvão está localizado no bairro Paraíso, uma parcela do espaço urbano em processo de adensamento com diversos loteamentos e edificações novas (Figura 5). Com aproximadamente 0,09 km² de área em leve declive, situa-se ao longo dos afluentes do córrego dos Carneiros, e de acordo com o Plano Diretor vigente, consta como Área de Qualificação Urbana, assim como outro parque já citado, o Parque Linear Grande Horizonte.

Figura 5: Parque São Cristóvão, Uberaba-MG



Fonte: Google Earth Pro (2019)

O parque está localizado em uma área predominantemente residencial, cujo movimento é reduzido quando comparado com os outros locais pesquisados. O espaço não possui infraestrutura que indica ser um parque urbano. Apesar de estar próximo a uma das principais avenidas da cidade, a Leopoldino de Oliveira, tem acessos comprometidos por transporte público. Encontra-se no lado oposto

desta avenida em relação ao Parque Linear Córrego das Lages, já citado anteriormente. Apresenta problemas como a poda desordenada da vegetação e falta de caminhos, além de não transmitir segurança para quem passa. Em diversos pontos foi encontrado descarte de lixo doméstico.

O Parque São Cristóvão se assemelha aos outros parques pela deficiência de infraestrutura, mas difere deles em dois aspectos: uma área do parque foi cercada por algum morador que improvisou moradia e fez do espaço sua residência. Também, foi constatada a apropriação de partes da área para plantio de hortifrutí, como bananeiras, o que evidencia estratégias de usos alternativos pela população, fato que tem sido cada vez mais comum em espaços públicos que efetivamente não são dados usos oficiais em diversas cidades brasileiras, como em Uberaba (Figura 6).

Figura 6: Aspecto do Parque São Cristóvão, Uberaba-MG



Autor: Stella Márcia Pereira (2019)

Para compreender como as pessoas lindeiras percebem o espaço das áreas designadas parques, embora não implantadas, foram entrevistados 40 transeuntes nas áreas imediatas aos quatro parques, abordando questões relativas às suas percepções e usos efetivos destes espaços.

No geral foram entrevistados 65% do sexo feminino e 35% do sexo masculino, compondo-se de indivíduos com idades entre 18 a mais de 60 anos. Mais de 50% dos entrevistados tinham ensino médio e cerca de 90% tinham renda familiar entre 1 a 5 salários mínimos.

Quando questionados sobre os parques que conheciam em Uberaba, o Parque das Acácias teve o maior destaque (cerca de 40%), seguido da Mata do Ipê e Parque das Barrigudas. Ou seja, este primeiro parque apresenta a maior área destinada a lazer em espaço público da cidade, servindo como local de contemplação, pela presença de um grande lago, de esportes, com quadras esportivas, pistas de caminhada e corrida, além de quiosques e pistas de skate, entre outros. Há na atualidade um intenso

processo de verticalização no seu entorno, com fortes indícios de ampliação da especulação imobiliária, que está sendo analisada em pesquisa à parte. Os outros dois parques também mostram-se relevantes, respectivamente, pelo período histórico que o perpassa, no caso do Parque Mata do Ipê, e pelo paisagismo e estruturas infantis e culturais, no caso do Parque das Barrigudas. Assim, estão constantemente na mídia, o que ajuda na sua divulgação.

Questionados sobre a frequência aos parques da cidade, apenas 40% dos entrevistados afirmaram frequentar parques e, entre aqueles mais destacados, estão o Parque das Acácias (67%) e o Parque das Barrigudas (27%). Isto evidencia como a infraestrutura do local é um fator de atração para a comunidade. O primeiro apresenta maior diversidade em opções de lazer ativo e melhor facilidade de acesso, tanto de carro como de transporte público e, o segundo foi consideravelmente lembrado nas respostas, possivelmente pelos frequentes festivais culturais realizados no local, aos domingos.

Quando inquiridos sobre o conhecimento da área designada parque nas imediações do local da entrevista, 80% afirmaram a conhecer. No entanto, cerca de 90% relataram nunca a terem utilizado. Todos os entrevistados não sabiam que as áreas estavam previstas como parques no Plano Diretor, 80% relataram que tinham interesse em fazer uso da mesma caso fosse implantada infraestrutura, em especial para lazer e esporte. Ou seja, há uma forte disposição da população em utilizar os espaços públicos caso sejam efetivamente implantados pela gestão municipal.

A maioria nunca observou intervenções públicas nas referidas áreas. Entre aqueles que presenciaram, há relatos de podas de árvores e retirada do mato e lixo. Assim, quando questionados sobre a relevância socioambiental de um parque para a referida área, numa escala de 0 a 10, todas as respostas se enquadraram entre 8 e 10. Ou seja, fica demonstrada a valorização do espaço público pela população, desde que seja integrado à dinâmica do bairro e do cotidiano da mesma. Além disso, em sua totalidade, afirmaram que da forma que estas áreas se encontram não contribuem para a valorização dos imóveis ao entorno, ampliando sensação de insegurança.

Quando questionados como definiriam um parque, a característica mais citada foi a presença da vegetação. Foram termos frequentes: “verde”, “natureza” e “árvores”, mostrando como a flora permanece entrelaçada ao conceito, ideário de parque, juntamente com a presença de animais. Outros apontaram o parque urbano como elemento da natureza na cidade. Citaram a presença do verde, mas também elementos de infraestrutura como iluminação, bancos, mesas, além de espaços para caminhadas e para uso recreativo infantil.

Os entrevistados que disseram frequentar parques urbanos souberam elaborar uma resposta de forma mais precisa. Como a maioria dos frequentadores responderam só utilizar o Parque das Acácias,

essa foi a referência quando citaram que o parque deve ter espelhos d'água, mesas e bancos para refeições, áreas para esporte, trilhas, além de prover segurança aos usuários, com boa iluminação e guardas.

Foi frisada a importância do parque ser uma área que sirva a todos, principalmente para programas familiares, para o lazer, como a prática de esportes. A questão da segurança aparece como marcante para os entrevistados, pois 60% pontuaram o uso de cercas e alambrados como uma característica.

Em suma, de maneira geral, muitos entrevistados chegaram a usar expressões como “relaxar na natureza” e “tranquilidade”, demonstrando a relação que entendem ter o parque urbano com o descanso, o lazer e o tempo do ócio, necessários aos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática dos espaços de lazer em Uberaba aponta para uma política pública pouco eficiente, com impasses quanto à criação, implantação e gestão dos mesmos, especialmente quando se considera os parques. No tocante à periferia em sua complexidade, observa-se a inexistência ou precariedade dos espaços de lazer e, no caso dos parques efetivados, estes têm sido implantados em áreas prioritárias relacionadas à presença de grandes complexos científico-tecnológicos, distantes de áreas residenciais populares, e sem lei específica ou previsão no Plano Diretor, como ocorreu com o Parque Netinho Guaritá.

A totalidade das áreas designadas parques, mesmo não efetivadas em Uberaba, compõe importante refúgio de vida animal e vegetal. São áreas verdes, que abrigam nascentes e, no caso das quatro áreas analisadas, estão inseridas na malha urbana adensada ou em intenso processo de adensamento, o que evidencia a urgência de ações públicas que as resguardem em seu potencial ecológico e social.

A criação por lei e efetivação destes parques redundaria em melhorias das condições de lazer, sobretudo nas periferias, carentes de espaços desta natureza. Por outro lado, resguardaria as condições dos mesmos de patrimônio natural, como expressa o Plano Diretor. Como demonstrado em trabalhos específicos da literatura, muitos parques da cidade, como Mata do Carrinho e Jacarandá, apresentam um importante acervo natural do Cerrado, com rico complexo florístico.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. Espaços Livres do Recife. Recife: Prefeitura da cidade de Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

GOMES, M. A. S. Cidades sustentáveis e parques: reflexões teórico-conceituais. *Confins*, 40, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.19428>

GOMES, M. A. S. Parques urbanos e a problemática dos espaços de lazer não implantados em Uberaba-MG. Caminhos de Geografia Uberlândia-MG v. 21, n. 78 Dez/2020 p. 237–252.

PEGORARI, P. O. Fitossociologia de três fragmentos florestais urbanos de Uberaba, Minas Gerais. 2007. f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais pela mesma instituição) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. Periferia: conceitos, práticas e discursos; práticas sociais e processos na metrópole de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

UBERABA. **Lei n° 389**, de 11 de dezembro de 2008. Institui o Código de Meio Ambiente do Município de Uberaba e dá outras providências.

_____. **Lei n° 376**, de 19 de junho de 2007. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

_____. **Lei n° 65**, de 21 de março de 1990. Lei Orgânica do Município de Uberaba.

_____. **Lei n° 359**, de 11 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Uberaba e dá outras providências.

_____. **Lei. n° 375**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e os condomínios urbanísticos no Município de Uberaba.

_____. **Lei. n° 6599**, de 27 de março de 1998. Dispõe sobre a denominação de áreas ecológicas deste município, e contém outras disposições.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM ESPAÇOS PERIURBANOS: REFLEXÕES E CAMINHOS PARA A DISCUSSÃO

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão

RESUMO

A discussão sobre os rumos da sociedade moderna, na interface das ciências ambientais e humanas, não escanteia a reflexão sobre a efetividade das políticas públicas existentes, especialmente, aquelas relacionadas à educação, enquanto mecanismos imprescindíveis ao desenvolvimento humano e sustentável. Neste sentido, quais elementos podem contribuir para uma prática significativa da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em instituições de ensino localizadas em espaços periurbanos? À luz de ciências como a Geografia, chama-se atenção aos diferentes arranjos e contradições socioespaciais que formam os tecidos urbanos, estendendo-se com suas metamorfoses aos espaços periurbanos que, observados em escalas detalhadas, demonstram *pari passu* distintas combinações e problemáticas entre sociedade e natureza. Doravante, objetiva-se com este trabalho fomentar reflexões e caminhos que permitam avaliar como vem sendo conduzida a PNEA nas instituições de ensino dispostas em espaços periurbanos. A base metodológica referencia-se pela abordagem sistêmica, fomentada por Morin (2001; 2010), Leff (2010a; 2010b) e Monteiro (2001). Crê-se estar diante de um problema que, neste caso, avança para além de um aparente arrefecimento da sistematicidade da PNEA, aproximando-se de um cenário potencial de otimização da política em tela com as características socioespaciais e, portanto, culturais, políticas, ambientais e econômicas que marcam o periurbano.

Palavras-chave: Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); Educação ambiental; Espaços periurbanos.

ABSTRAC

The discussion about the direction of modern society, at the interface of environmental and human sciences, does not ignore the reflection on the effectiveness of existing public policies, especially those related to education, as essential mechanisms for human and sustainable development. In this sense, what elements can contribute to a significant practice of the National Environmental Education Policy (PNEA) in educational institutions located in peri-urban spaces? In the light of sciences such as Geography, attention is drawn to the different socio-spatial arrangements and contradictions that form urban fabrics, extending with their metamorphoses to peri-urban spaces that, observed at detailed scales, demonstrate *pari passu* distinct combinations and problems between society and society and nature. Henceforth, this work aimed to encourage reflections and ways to assess how the PNEA has been conducted in educational institutions located in peri-urban spaces. The methodological basis refers to the systemic approach, promoted by Morin (2001; 2010), Leff (2010a; 2010b) and Monteiro (2001). It is believed that we are facing a problem that, in this case, goes beyond an apparent slowdown in the systematicity of the PNEA, approaching a potential scenario of optimization of the policy in question with the socio-spatial and, therefore, cultural, political, environmental and economic aspects that mark the peri-urban.

Keywords: National Environmental Education Policy (PNEA); Environmental education; Peri-urban Spaces.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre os rumos da sociedade moderna, na interface das ciências ambientais e humanas, não escanteia a reflexão sobre a efetividade das políticas públicas existentes, especialmente, aquelas relacionadas à educação, enquanto mecanismos imprescindíveis ao desenvolvimento humano e sustentável (DIAS, 2004; LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2005; CARVALHO, 2006). Nesta guisa, tem-se questionado como vem sendo a exequibilidade da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999), nas instituições de ensino cuja localização dá-se em espaços periurbanos.

Doravante, objetiva-se com este trabalho fomentar reflexões e caminhos que permitam avaliar como vem sendo conduzida a PNEA nas instituições de ensino dispostas em espaços periurbanos. Desta-feita, a base teórico- metodológica referencia-se pela abordagem sistêmica, fomentada por Morin (2001; 2010), Leff (2010a; 2010b) e Monteiro (2001). Crê-se estar diante de um problema que, neste caso, avança para além de um aparente arrefecimento da sistematicidade da PNEA, aproximando-se de um cenário potencial de otimização da política em tela com as características socioespaciais e, portanto, culturais, políticas, ambientais e econômicas que marcam o periurbano.

À luz de ciências como a Geografia, chama-se atenção aos diferentes arranjos e contradições socioespaciais que formam os tecidos urbanos, estendendo-se com suas metamorfoses aos espaços periurbanos (FURTADO, 2007) que, observados em escalas detalhadas, demonstram *pari passu* distintas combinações e problemáticas entre sociedade e natureza. Nesta senda, a complexa tarefa de delimitação e análise dos problemas que constituem a contemporaneidade torna necessária a compreensão dos processos que se interrelacionam ao longo do tempo e do espaço. É preciso salientar que esse contexto encontra relação direta com a constituição da atual crise ambiental, por sua vez, expressão indissociável da modernidade.

Em outros termos, tem-se que a produção da ordem globalizada vigente (SANTOS, 2007), marcada por avanços incríveis no campo científico-tecnológico, mas também por mazelas sociais horrendas, como a fome, guerras químicas e nucleares, pobreza extrema, entre outras, é circunstanciada pela geração de dicotomias diversas que encontram base no desenvolvimento histórico das relações sociais hegemônicas do capitalismo internacional. Tal processo, é amplificado desde o advento da modernidade e da difusão geográfica do modelo de desenvolvimento economicista urbano-industrial, pautado na produção e no consumo desenfreados (PORTO-GONÇALVES, 2011).

A complexa organização e reprodutibilidade dos espaços periurbanos demanda, pois, uma concepção distinta, não apenas à luz da diferenciação com o centro urbano, mas em sua própria

disposição e diversificação. A PNEA nas instituições de ensino localizadas nos espaços periurbanos, se quer efetiva, precisa ser concebida a partir do contexto em que se localiza a unidade escolar. Em sendo o periurbano um recorte espacial que se expressa de modo multifacetado, contraditório, mutável, crê-se que a prática da PNEA precisa estar relacionada a seu objeto. Neste sentido, questiona-se *quais elementos podem contribuir para uma prática significativa da PNEA em instituições de ensino localizadas em espaços periurbanos?*

Hipoteticamente, acredita-se que a dinâmica socioespacial dos espaços periurbanos* possibilita às instituições de ensino o uso sistêmico, planejado e contínuo dos fundamentos da agroecologia e do planejamento urbano participativo, viabilizando a efetivação de práticas que contribuam para o ensino-aprendizagem das questões ambientais relevantes localmente e para o êxito da PNEA, principalmente, no fortalecimento da cidadania entre os membros da comunidade. Destarte, tais espaços transicionais precisam ser compreendidos, superando as prerrogativas cartesianas de fragmentação do saber e de modernidade, enquanto *modus operandi*; aproximando-se de uma perspectiva que busca, abarcando a complexidade do mundo, combinar estratégias que melhor atendam às peculiaridades locais e regionais.

Reflexões e Caminhos para a Discussão: A Política Nacional de Educação Ambiental nas Instituições de Ensino em Espaços Periurbanos

A especialização do conhecimento apesar de relacionada à grandes descobertas científicas que mudam os rumos da medicina, das engenharias, da comunicação, da telemática, da robótica, entre outras, não repercute em respostas materiais para os grandes problemas da sociedade, cuja amplitude revela-se interdisciplinar (LEFF, 2010a; MORIN, 2010; FAZENDA, 2008). A reprodução do espaço neste processo é mesmo um produto, condição e meio de tais metamorfoses (CARLOS, 2011), sendo representativa da envergadura de ações e objetos articulados entre si.

O espaço periurbano, esse conjunto intertransicional (FURTADO, 2007) entre áreas rurais, de conservação natural, territórios indígenas e quilombolas, entre outros, para com as cidades, são amostras dessa sociedade moderna cuja vida se reproduz sem ter na condição humana sua prioridade. Assim, o crescimento das áreas urbanas, seja através de processos de verticalização, seja a partir da expansão urbana horizontal, (re)produz tais áreas de interessante dinamismo socioespacial. Salienta-se que, no último século, perante a expansão do meio técnico científico informacional no mundo subdesenvolvido, esses espaços têm testemunhado intensas transformações, as quais expressam,

* Destacam-se as pesquisas feitas "Reestruturas urbanas na produção da cidade intermediária: difusão e dilemas da economia socioespacial em Garanhuns-PE." (ARAGÃO, 2019a), realizada entre abril de 2019 até julho de 2022; e "Meandros da produção segregada e (in)sustentável da cidade: análise de paisagens e impactos socioambientais nos espaços periurbanos de Garanhuns-PE." (ARAGÃO, 2019b) conduzida entre abril de 2019 até julho de 2022, que corroboram para essa hipótese.

juntamente à crise ambiental, uma crise aos modelos tradicionais de pensamento e ação (MORIN, 2010; LEFF, 2010b).

Sendo as cidades centros relevantes de subsídio da vida cotidiana, tem-se que essa crise ressoa de forma distinta, principalmente, segundo a posição que o centro urbano ocupa na rede urbana regional. Nessas redes é possível identificar uma diversidade de agentes sociais produtores de espaço, tais quais os especuladores imobiliários, as construtoras, os bancos, o próprio Estado, as indústrias, a população excluída e/ou precariamente incluída nas políticas urbanas, as classes com poder de compra mais solvável, os agentes sociais investigadores da realidade, entre outros, externando a vitalidade que os espaços periurbanos têm adquirido no dia a dia.

Destarte, acredita-se que tais espaços transicionais precisam ser compreendidos, superando as prerrogativas cartesianas de fragmentação do saber e de modernidade. Destarte, enquanto caminhos possíveis, a adoção dos fundamentos da agroecologia conjuntamente aos do planejamento urbano participativo, podem conferir elementos interessantes e adequados à realidade socioespacial, com vistas a exequibilidade da PNEA?

A Educação ambiental (EA) e a Política Nacional de Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) é um processo recente na história humana e que deriva do movimento ecológico da segunda metade do século XX (DIAS, 2004; CARVALHO, 2006). Sua evolução é reflexo do esforço de esclarecimento da crise ambiental contemporânea, bem como ferramenta para a promoção de transformações desejáveis, despertando o interesse público para a compreensão e superação dos problemas ambientais, como explicita Carvalho (2006). Para essa, a EA “é herdeira direta do debate ecológico e está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente” (CARVALHO, 2016, p. 51).

Essa necessidade se justifica, pois, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico alçado pela espécie humana, os momentos de lucidez e grandes descobertas vieram acompanhados de episódios de barbárie, guerras, mazelas, sejam de forma inusitada, sejam recheadas de estupidez e ignorância, absolutas. Todavia, a constituição e o reconhecimento da EA enquanto processo social de formação de sujeitos críticos e sensíveis aos desafios ambientais não se deu de forma instantânea. A própria ciência passava por metamorfoses, como a ampliação do número de estudiosos, publicações, debates e, principalmente, a reconstrução de uma perspectiva metodológica holística e interdisciplinar que se aproximasse da complexa realidade da vida e das relações interculturais em todos os recantos da superfície terrestre (DIAS, 2004; COSTA e LOUREIRO, 2021).

Desta feita, entende-se que a EA, atualmente discutida de forma ampla e diversa em termos teóricos e metodológicos, é

concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas. É em um segundo momento que a EA vai se transformando em uma proposta educativa no sentido forte, isto é, que dialoga com o campo educacional, com suas tradições, teorias e saberes. (CARVALHO, 2006, p. 51-52)

Nessa esteira, destaca-se a progressiva trajetória da EA na escala internacional, a partir de 1972 com a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Posteriormente, em 1977, é tema na I Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi, localizada na então URSS. Duas décadas adiante, é debatida na II Conferência realizada em Tessalônica, na Grécia. Todos esses encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Crê-se que a realização desses encontros ecoa nacionalmente, reproduzindo eventos com o mesmo intuito, bem como na criação de políticas públicas (CARVALHO, 2006).

No Brasil, registra-se no ano de 1973 a EA como um atributo da então Secretaria Especial do Meio Ambiente. Todavia, é no decurso das três décadas sequenciais que se concretiza o debate e as ações públicas em prol de uma EA fomentadora do interesse público sobre as questões ambientais no Brasil, à luz de Dias (2004). Assim, listam-se, a partir do que aponta Carvalho (2006), algumas das políticas públicas para a EA criadas no Brasil desde a década de 1980:

- a) a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental de 1984 (Pronea);
- b) a inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição, em 1988;
- c) a criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC), em 1992;
- d) a elaboração dos Parâmetros Curriculares definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, nos quais, em “meio ambiente”, a EA é incluída como um dos temas transversais, em 1997;
- e) a aprovação da Política Nacional de EA pela Lei 9.795, em 1999;
- f) a implementação do Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola, pelo MEC, em 2001;
- g) a regulamentação da Política Nacional de EA (Lei 9.795) pelo Decreto 4.281, em 2002; e
- h) a criação do órgão Gestor da Política Nacional de EA do MEC e MMA, em 2003.

Dentre essas políticas, destaca-se, neste estudo, a Lei 9.795 de abril de 1999 na qual a EA é entendida como

Os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9.795 de 27/04/1999)

A respeito dessa Lei, destaca-se que o Brasil foi o primeiro país de América Latina a reconhecer a EA como marco político necessário para uma sociedade mais justa. Trata-se ainda de uma legislação que representa a luta de inúmeros agentes sociais, atuantes por um ambiente mais equilibrado e inclusivo, como se infere de Dias (2006), o qual cita ambientalistas, funcionários dos órgãos públicos da área ambiental, ONGs e, com os quais, acrescenta-se pesquisadores, estudantes, membros de movimentos ecológicos comprometidos com uma educação significativa e sensível às necessidades mais urgentes da humanidade e sua qualidade de vida com sustentabilidade.

Neste sentido, frisam-se algumas características existentes na legislação em tela sobre a Educação Ambiental (EA). No seu Art. 2º trata-se da EA ser componente essencial e permanente em todos os níveis e modalidades do processo educativo*; o Art. 3º, inciso III, por seu turno, frisa a incumbência das instituições educativas em promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem†, assim como, no inciso VI, a responsabilidade da sociedade como um todo em manter atenção contínua à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva dirigida para a prevenção, identificação e a solução de problemas ambientais.

Em sua sequência, no Art. 4º, dentre os princípios que balizam a política, constam: I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II – a concepção do meio ambiente em

sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; e a VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais‡. Tais princípios subsidiam os objetivos da Lei, dentre os quais destacam-se aqui: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; e VIII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

* Grifo nosso.

† Grifo nosso.

‡ Grifo nosso.

A EA nas instituições de ensino e a formação de sujeitos com a realidade

A recente evolução da EA como estratégia de luta e resistência às lógicas de destruição da natureza e prejuízo aos grupos sociais mais pobres em meio à modernidade, não a separa da sua perspectiva atual e relevante para a formação de seres humanos com olhares holísticos perante a complexidade do mundo (LIMA E LOUREIRO, 2012; MORIN, 2010).

As instituições de ensino, por isso mesmo, não devem ser vistas fora da conjuntura socioeconômica que integram. A sociedade capitalista, como aludem Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), impõe desafios à função social da escola de modo que, juntamente e, por vezes, em conflito com a perspectiva de formar cidadãos críticos, emancipados e conscientes de sua realidade no mundo, emerge, por meio de políticas e programas internacionais, alinhados com os auspícios hegemônicos do mundo globalizado, a formação para o mercado. No Brasil, cuja inserção no mundo globalizado dá-se de forma questionável, é preciso explicar que a tensão em que se encontram as instituições de ensino

não significa seu fim como instituição social educativa ou o início de um processo de descolarização da sociedade. Indica, antes, o início de um processo de reestruturação dos sistemas educativos e da instituição tal como a conhecemos. A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo. Para isso, o ensino escolar deve contribuir para: a) formar indivíduos capazes de pensar e de aprender permanentemente (capacitação permanente) em um contexto de avanço das tecnologias de produção, de modificação da organização do trabalho, das relações contratuais capital-trabalho e dos tipos de emprego; b) prover formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informacional; c) desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico de cidadania; e d) formar cidadãos éticos solidários. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2005, p. 52-53).

Como se observa, o mundo globalizado, demanda apesar das pressões economicistas do mercado, instituições de ensino com função de sumária relevância ao trato de diversos temas, os quais repercutem nas atitudes, competências e habilidades dos cidadãos. Neste sentido, crê-se à luz de Meszáros (2008) que tais instituições (especialmente as públicas) não devem priorizar os interesses do capital, abertamente compromissado com os valores mercantis, mas com as mudanças qualitativas e quantitativas, contra hegemônicas, que valorizam direitos em prol de uma melhor qualidade de vida às coletividades.

Próximo a esse sentido, Morin (2001) acredita que a formação a partir de uma conjunção de saberes se impõe como horizonte necessário às instituições de ensino que, diferentemente da educação tradicional, deve superar a fragmentação do conhecimento e valorizar sua integração, substituindo a lógica da aprendizagem por partes por uma lógica dirigida ao conhecimento do todo, em uma proposição claramente interdisciplinar. Este caminho, concebe-se, não é excludente às tradicionais disciplinas curriculares, seja em número de componentes, seja em carga horária, mas uma chamada para o diálogo

entre os campos científicos, tendo em vista que na fronteira do ensino-aprendizagem com o mundo, o conhecimento não se apresenta na forma de caixas separadas.

O processo de formação de sujeitos sensíveis a realidade, como ela é, demanda, pois, o entendimento de que a crise ambiental atual é uma faceta indissociável da modernidade e sua forma acelerada de mutação técnica e irracional de apropriação da natureza. A busca pela superação dos problemas impostos pela modernidade é, contudo, impossível com o tardeamento da crise ambiental (LEFF, 2010b). Uma das características deste momento da espécie humana é o que muitos teóricos definem como globalização (SANTOS, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2011). O hodierno processo de globalização se efetiva como um período marcado pelo destacado desenvolvimento técnico, subsidiado pelo avanço da ciência e, ainda, por questões de cunho ético, filosófico e político.

A apropriação dos benefícios dessa dinâmica torna-se possível apenas para um grupo ainda restrito de indivíduos, os quais verdadeiramente se globalizam conseguindo influenciar os rumos de vários lugares do mundo, ainda assim, de forma seletiva e em, não raras oportunidades, sem compromissos éticos com a diversidade cultural e ambiental. Assim, a instantaneidade da informação, marco do mundo globalizado, não existe para todos e, tampouco, garante sozinha uma efetivação dos direitos fundamentais para toda a sociedade (SANTOS, 2007), como a educação, a saúde, a segurança, o lazer, a moradia, o emprego, a liberdade religiosa, bem como um meio ambiente ecologicamente equilibrado com qualidade de vida.

A efetividade seletiva da modernidade é decisiva para a manutenção do modelo de desenvolvimento, viciosamente dirigido pela economia dos grandes grupos transnacionais, atuantes no mundo globalizado sem um centro fixo, assim como para a desconsideração dos padrões sistêmicos e dinâmicos dos ecossistemas que se emaranham no planeta. A territorialidade do processo de globalização, efetiva-se, portanto, nos diversos estados nacionais, inclusive do mundo subdesenvolvido, onde a técnica se concretiza por meio do Estado, agente fundamental para o aparelhamento do território e que, muitas vezes, ausenta-se ou se faz presente de forma precária às demandas da sociedade. Nesse processo, verifica-se a manutenção de graves problemas sociais, muitos dos quais, ganham nas cidades suas melhores expressões socioespaciais e, escancaram a parcialidade da modernidade, bem como a contradição do mundo globalizado.

Espaços periurbanos e EA: reflexões à luz da agroecologia e do planejamento urbano

No âmbito das cidades, os espaços periurbanos expressam de forma significativa as nuances dos tempos modernos, da sociedade urbano-industrial e do mundo globalizado. Segundo Furtado (2007), tratam-se de áreas cujas características socioespaciais são compostas por elementos do urbano e do

rural, apesar de na tradição do planejamento e gestão urbana e ambiental, assim como no bojo maior das ciências sociais, serem percebidas por sua maior relação ao urbano.

Para a mesma autora, esses espaços são marcados por sua complexidade, cujos elementos relacionados às formas de habitabilidade, renda, diversidade cultural, heterogeneidade econômica, especulação imobiliária, carências sociais de toda ordem, além dos problemas socioambientais, conferem indícios que a presença do Estado não é eficaz, mesmo sendo, na atual lógica do urbanismo, espaços que também vêm sendo apropriados por grandes empreendimentos imobiliários, de lazer, além de infra estruturais.

Por isso, acredita-se que os espaços periurbanos precisem de políticas que os concebam pela natureza de suas dinâmicas, distintamente daquilo que persiste nas políticas de desenvolvimento territorial. Não sendo, pois, áreas urbanas isoladas das suas adjacências, sejam estas territórios naturais, como as Áreas de Preservação Permanentes (APP's) ou áreas rurais de diversas funcionalidades socioeconômicas e culturais, incluindo territórios quilombolas e indígenas; e, tampouco, áreas rurais ou naturais sem nenhum nexos aos processos especulativos, socioambientais e político-econômicos decorrentes da centralidade das cidades; acredita-se, conforme Douglass (1998) e Furtado (2007), que tais espaços precisem de maior atenção do poder público, a exemplo, das possíveis contribuições das políticas de EA, desde que concebidas e efetivadas para atender esses espaços propriamente.

Com essa perspectiva, entende-se inicialmente que os espaços periurbanos não dispõem de uma construção teórica sólida, especialmente, quando ao analisar o processo de urbanização e de expansão das redes urbanas no mundo globalizado, sua dinâmica ganha novos significados e conteúdos por intermédio da emergência de cidades intermediárias (ARAGÃO, et al., 2021). Além disso, verifica-se de forma emergente uma retomada das discussões, que se demonstram interdisciplinares, pela própria complexidade destes espaços. Assim, provisoriamente, entende-se que tais espaços correspondem a

[...] uma zona dinâmica, tanto espacialmente como estruturalmente. Espacialmente trata-se de uma zona de transição entre terras inteiramente urbanizadas em cidades e áreas com uso predominantemente agrícola. Caracteriza-se por usos mistos da terra e fronteiras internas e externas indeterminadas e é tipicamente dividida entre várias áreas administrativas. O solo que pode ser caracterizado como periurbano muda ao longo do tempo, na medida em que a cidade se expande. É também uma zona de rápidas mudanças na estrutura econômica e social, caracterizada por pressões sobre os recursos naturais, mudanças nas oportunidades no mercado de trabalho e nos padrões de uso da terra. (RAKODI, 1983 apud ADELL, 1999, p. 8)

A abordagem da PNEA em instituições de ensino localizadas em espaços como esses pode seguir os preceitos fundamentais da PNEA, entre os quais, destaca-se a importância de esta ser articulada em distintos níveis, desde o local ao global. A localização em áreas como essas representa

uma oportunidade de problematização da realidade que, por sua vez, efetiva-se sistêmica e não restrita a um campo idealizado ou puramente teórico, conforme o entendimento já apresentado sobre os espaços periurbanos e perante o que Leff (2010b) e Morin (2010) introduzem sobre uma abordagem holística, sistêmica e/ou complexa.

Desta feita, tem-se margem à ciências como a agroecologia que “se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (ALTIERE, 2010, p. 23), proporcionando referência com vistas à valorização da complexidade dos agroecossistemas nas áreas de transição do urbano com o rural. Esse marco ganha atualidade ainda mais destacada com as consequências de pandemias emergentes, como a Covid-19, servindo como alternativa para as crises ambientais e seus desdobramentos urbanos, como destacam Altieri e Nicholls (2021) ao apontarem como uma estratégia vital a promoção de uma agricultura urbana, hipoteticamente viável aos espaços periurbanos.

Neste sentido, cumpre indicar a possibilidade que a agroecologia, conforme explicam Caporal, Costabeber e Paulos (2011, p. 15), em seu enfoque teórico e metodológico próprio e com a contribuição de diversas disciplinas científicas, constitua “uma matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais, dando suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural” e, também, de desenvolvimento dos espaços inter transicionais entre o urbano e o rural, em tese. Para tanto, as experiências já existentes entre EA e agroecologia seriam potencializadoras de iniciativas desse porte, como entende-se do pensamento de Machado e Silva (2015, p. 126)

É vital entender as multidimensões que devem estar imbricadas na construção de outra forma de produção agrícola urbana e rural [...] Em cada uma dessas dimensões e suas imbricações é fundamental problematizar essa questão, bem como a sustentabilidade que se propõe, enquanto utopia e futuro na/da sociedade concreta vivida, pois os diferentes grupos sociais apresentam interesses que são antagônicos e nunca consensuais. Não há como consolidar isso sem partir dos fundamentos e premissas da Educação Ambiental e dos conflitos que a cercam.

Não por menos, acredita-se que o planejamento urbano, em um viés participativo, inspirado no pensamento democrático, do direito à cidade (LEFEBVRE, 2015), assim como a agroecologia explicitada por Machado e Silva (2015), também seja ferramenta de igual potencialidade. Mesmo sendo um mecanismo que é passivo aos vícios da mercadorização das cidades, crê-se que se torna ferramenta de emancipação e promoção de direitos, quando pensado no lugar e para o lugar onde se encontram as pessoas, principalmente, nas periferias urbanas, como discute Maricato (2013). Com este propósito, Correia et al (2018, p. 129) relatam a partir de sua experiência que a EA

é um ponto de partida fundamental para uma participação social concreta, nos processos de planejamento e gestão urbana. Compreende-se, então, porque a Educação Ambiental age como transformadora do ser social, contribuindo efetivamente nas ações de planejamento urbano.

Este pensamento deriva de uma das perspectivas mais contemporâneas de planejamento urbano, o participativo, segundo Keinert e Vitte (2009). Os problemas urbanos, as carências de serviços nos setores menos privilegiados da cidade e as lutas por direitos emanam, no mundo – e no Brasil, perspectivas, políticas e instrumentos de gestão que, além de buscarem sanar as problemáticas das cidades, buscam aproximar o Estado da sociedade de modo que esta última tenha maior participação na tomada de decisões no processo de governança. Exemplo disso, são as dinâmicas que de discussão e construção desejosamente coletivas que devem emanar da construção e/ou revisão dos planos diretores, principal instrumento de ordenamento dos territórios municipais.

A questão ambiental, e com ela a EA, são caminhos importantíssimos para a efetividade das políticas de planejamento urbano participativo, como os planos diretores. Como afirma Maricato (2012), o debate e a luta ambiental são um meio necessário para superar os ditames perversos da política urbana capitalista economicista, sendo preciso encontrar o elo entre essa dimensão e as pautas da política urbana democrática. Crê-se que os espaços periurbanos sejam muito representativos dessa possibilidade e a EA nas instituições de ensino, por sua vez, um caminho estratégico e comprometido com a cidadania e a utopia de uma sociedade plural, justa, inclusiva, sustentável, com qualidade de vida e digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção dos fundamentos da agroecologia conjuntamente aos do planejamento urbano participativo, podem conferir elementos interessantes e adequados à realidade socioespacial periurbana, consistindo em subsídios à prática significativa da PNEA. Crê-se que tais elementos, sistemática e intencionalmente planejados, podem colaborar para o processo de ensino aprendizagem numa perspectiva interdisciplinar em distintos níveis de formação escolar, sendo necessários estudos empíricos que ratifiquem ou sirvam para revisar tais construções teóricas.

Nessa esteira pesquisas sobre a prática da PNEA nas instituições de ensino em espaços periurbanos de cidades intermediárias, onde o crescimento dos espaços periurbanos tem sido intenso, ampliando demandas e até a oferta dos serviços de educação por instituições de ensino públicas, podem ser oportunos e necessários. Crê-se que os amplos bojos de pesquisas científicas já desenvolvidas sobre os temas dispostos, destacadamente: espaços periurbanos, agroecologia e planejamento urbano, possam subsidiar práticas significativas de EA, tanto em sua exequibilidade didático-pedagógica, como,

especialmente, em sua pertinência e potencial para a sensibilização sobre os problemas que perfazem as realidades dos espaços periurbanos em cidades intermediárias, por exemplo.

Para tanto, sugerem-se alguns questionamentos norteadores. Como as instituições de ensino da rede pública vêm trabalhando a PNEA? Quais os conceitos e concepções destas instituições sobre meio ambiente, instituição de ensino, educação ambiental, espaços periurbanos, agroecologia e planejamento urbano? Quais as suas dificuldades e estratégias didático-pedagógicas no exercício da educação ambiental? Quais as diferenças nos conceitos, concepções e estratégias adotadas nas instituições de ensino, de distintos níveis, em suas respectivas comunidades, do ensino infantil à pós-graduação? As instituições de ensino exploram elementos de agroecologia e/ou de planejamento urbano? Como e quais características socioespaciais da comunidade são exploradas em suas práticas de educação ambiental?

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação pelo apoio financeiro à realização da pesquisa, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFape) pela sinergia interinstitucional no âmbito do estágio pós-doutoral ao qual se vincula o presente estudo. Também registro o agradecimento especial aos estudantes do grupo de pesquisa Observatório Elo que tem contribuído, especificamente, para com este trabalho, através de seus planos de atividades.

REFERÊNCIAS

- ADELL, German. **Theories and Models of the Peri-urban Interface: A Changing Conceptual Landscape**, Draft 1999.
- ALTIERE, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERE**, Presidente Prudente, Ano 13, nº. 16, jan-jun., 2010.
- ALTIERE, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Inês. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolv. Meio Ambiente**, Vol. 57, Edição especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, jun. 2021.
- ARAGÃO, J. P. G. DE V. **Reestruturações urbanas na produção da cidade intermediária: difusão e dilemas da economia socioespacial em Garanhuns-PE**. (Projeto de pesquisa). Recife: Propesq/IFPE, 2019a.
- _____. **Meandros da produção segregada e (in) sustentável da cidade: análise de paisagens e impactos socioambientais nos espaços periurbanos de Garanhuns-PE**. (Projeto de pesquisa). Recife: Propesq/IFPE, 2019b.
- ARAGÃO, J. P. G. de V.; DIAS, V. C.; GALINDO, B. V. C. P.; SILVA, G. G. L. da. Reestruturações urbanas em centros intermediários regionais: reflexões a partir das recentes metamorfoses de Garanhuns-PE. In: SEABRA, G. **TERRA - A Saúde Ambiental para a Vitalidade do Planeta**. Ituiutaba: Barlavento, 2021.
- BRASIL. **Lei 9.795 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: IFPR, 2011.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2006.
- CORREIA, caro dos Santos Barros; LAPA, Tomás de Albuquerque; REIS, Josimar Vieira dos; SÁ, Cecília Sampaio; SILVA, Fabrício Martins; TRAJANO, Rubens Felipe de Paula.
- Planejamento Urbano e Educação Ambiental: Caminhos e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável nas Cidades. **Revista Nacional de Gerenciamento das Cidades**. Vol 6, n. 41, 2018.
- COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Materialismo histórico-dialético e interdisciplinaridade: por uma leitura ontometodológica na pesquisa em educação ambiental.
- Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 2, ago. 2021.
- DIAS, G. Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.
- DOUGLASS, Mike. A Regional Network Strategy for Reciprocal Rural-urban Linkages : An Agenda for Political Research with Reference to Indonesia. **Third World Planning Review**, London, Vol. 20, nº. 1, 1998.
- FAZENDA, Irani C. Arantes. **Interdisciplinaridade**: História, teoria e pesquisa. São Paulo: Papyrus Editora, 2008.
- FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. **A gestão urbana e regional e as áreas da interface periurbana**. Anais ENANPUR. v. 12 n. 1, mai., 2007.
- KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; VITTE, Claudete de Castro Silva. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2015.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010a.
- _____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. São Paulo: Vozes, 2010b.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Soares. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIMA, Maria Jaqueline Girão Soares de; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, 280-294, ago/dez. 2012.
- MACHADO, Carlos Roberto da Silva; SILVA, Maria de Fátima Santos da. A agroecologia e a educação ambiental transformadora: uma leitura para além de mudanças nas técnicas de produção agrícola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 10, nº. 1, 2015.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2012.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**: São Paulo: Boitempo, 2008.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do discurso único ao pensamento universal. São Paulo: Record, 2007.

TERRITORIALIDADES, RURALIDADES E CONVIVALIDADES NA OBRA DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Maria Augusta Mundim Vargas
Daniele Luciano Santos
Cicero Bezerra da Silva
Felipe Santos Silva

RESUMO:

O objetivo do presente texto é salientar a continuidade e a renovação do pensamento de Manuel Correia de Andrade tomando como ponto de partida a obra *A terra e o homem no Nordeste* e, como referentes, a produção advinda dos estudos culturais produzidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Em termos metodológicos, foram revisitados projetos de pesquisa institucionais realizados nas décadas de 1980 e 1990 e, em seguida, projetos acadêmicos manifestados em dissertações recentes, produzidas entre 2018-2022, mostrando as relações entre a terra e o homem pelas ruralidades, convivalidades e territorialidades. A continuidade é atestada pelo chão nordestino que persiste na realidade observada nos sertões de Sergipe e Alagoas e no vale do rio São Francisco, que os delimita tanto quanto os distingue, unifica, singulariza, entre outras ações, pelos múltiplos olhares. E a renovação é apreendida pelo contínuo estímulo na medida em que os Nordesteiros do prof. Manuel Correia permanecem aquecendo as pesquisas, avivando e ativando nossas reflexões.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; Relações entre a Terra e o Homem; Territorialidades; Ruralidades; Convivalidades.

RESUMEN

El objetivo de este texto es enfatizar la continuidad y renovación del pensamiento de Manuel Correia de Andrade, tomando como punto de partida la obra *A terra e o homem no Nordeste* y como referentes, la producción proveniente de los estudios producidos en el Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Sergipe. En términos metodológicos, se revisaron proyectos de investigación institucionales realizados en las décadas de 1980 y 1990 y, luego, proyectos académicos manifestados en disertaciones recientes, producidas entre 2018-2022, que muestran las relaciones entre la tierra y el hombre a través de territorialidades, ruralidades y convivalidades. La continuidad es atestiguada por el suelo nororiental que persiste en la realidad observada en las zonas de influencia de Sergipe y Alagoas y en el valle del río São Francisco que las delimita tanto como las distingue, unifica, singulariza, etc., a través de múltiples perspectivas. Y, la renovación es apreendida por el continuo estímulo que el prof. Manuel Correia sigue calentando la investigación, amenizando y activando nuestras reflexiones.

Palabras clave: Manuel Correia de Andrade; Relaciones entre la Tierra y el Hombre; Territorialidades; Ruralidades; Convivalidades.

INTRODUÇÃO

Se *A terra e o homem no Nordeste* fossem produzida atualmente, certamente o professor Manuel Correia de Andrade abordaria as territorialidades, as ruralidades e as convivialidades na e da região e, cremos, manteria sua assertiva de ser o Nordeste uma região muito discutida e pouco conhecida. A magnitude de suas contribuições principia pelo convívio com sua pessoa – inesquecível – e como percebeu e descreveu as ruralidades, convivialidades e territorialidades do homem nordestino, singularizando sua obra ao abordar as relações políticas e sociais de tantos Nordestes.

A continuidade do pensamento do professor Manuel Correia de Andrade é atestada neste texto pelo chão nordestino que persiste na realidade observada nos sertões de Sergipe e Alagoas e no vale do rio São Francisco, que delimita os estados tanto quanto os distingue, unifica e singulariza pelos múltiplos e possíveis olhares. Nesse contexto, permanece sua máxima: “É o Nordeste uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país” (ANDRADE, 1963, p. 3). Estabeleceu-se como objetivo salientar a continuidade e a renovação de seu pensamento tomando como ponto de partida a obra *A terra e o homem no Nordeste*. Como referentes, a continuidade é exposta pelos estudos culturais produzidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PP GEO/UFS, onde o professor ministrou disciplinas e participou efetivamente na constituição do Programa. E a renovação é apreendida pelo contínuo estímulo dos Nordestes andradinos, que permanecem aquecendo a pesquisa, avivando e ativando nossas reflexões.

Evidencia-se a ‘virada cultural’* empreendida pela produção da geografia humanista como condutora de uma releitura dessa obra. Adentrar pesquisas realizadas nas décadas de 1980/90 possibilitou-nos revivescer o baixo São Francisco em seus múltiplos sentidos, em que pese, dentre outros, revigorar sua paisagem cultural e vivificar práticas tradicionais. A esse respeito, pontuamos suas pegadas nas abordagens sobre a região do baixo rio São Francisco no contexto da segunda seção do texto “Nordeste: região de contrastes”, cuja influência é visível nos estudos de Vargas (1988, 1999) sobre as políticas da água e da terra, bem como de Almeida e Vargas (1997, 1999), que avaliam as possibilidades de sua cultura popular ser tomada como dimensão do planejamento do desenvolvimento, com ênfase na paisagem que pulsa e estampa as tradições sertanejas.

Décadas após essas imersões no baixo São Francisco, a Geografia do PP GEO/UFS promoveria o encontro com Daniele Luciano Santos (2018, 2020), Cicero Bezerra da Silva (2020) e Felipe Santos Silva (2022). A terra e o homem no/do Nordeste vêm sendo revolvidos pelo encadeamento de diálogos entre ruralidades, convivialidades e territorialidades, como construtos para o desvelamento de práticas,

* Faz-se referência à mudança ocorrida no final do século XX posicionando a Geografia Cultural no mesmo patamar que a Geografia Econômica e Política. Sob novas bases epistêmicas, Paul Claval (2002) expõe os pressupostos da ‘virada cultural’ em sintonia com a Geografia Inglesa pela assertiva de um ‘cultural turn’.

apropriações e sentidos de cuidar e pertencer à terra nordestina. Afinal, Manuel Correia de Andrade nos inspira e motiva desde a introdução da obra: “Este ensaio é o resultado de vários anos de estudos, pesquisa e meditações. Em verdade faz mais de vinte anos, desde os bancos acadêmicos, que nos preocupamos com os problemas brasileiros em geral e com os nordestinos em particular” (ANDRADE, 1963, p. XI). Os estudos que ilustram este texto são, portanto, fruto das pegadas deixadas pelo citado professor que vêm sendo pensadas, discutidas e executadas pelas empreitadas acadêmicas.

Em termos metodológicos, foram revisitados projetos de pesquisa acadêmicos e institucionais realizados nas décadas de 1980/1990 e mais recentes, produzidos entre 2018 e 2022, com ênfase na demonstração das relações entre a terra e o homem pelas ruralidades, convivialidades e territorialidades. Os projetos de pesquisa revisitados possuem uma base metodológica similar, com destaque para os levantamentos documental e bibliográfico, a realização de entrevistas, a observação participativa, e, assim, o desenvolvimento do texto mostra o retrabalhamento dos textos finais desses projetos sem menosprezar a ancoragem em autores clássicos com produções sobre as interfaces espaço-temporais desses conceitos, com destaque para Santos (1994), Boff (2004), Almeida (2008), Haesbaert (2012, 2021) e Dardel (2015).

Assinala-se a intenção de promover reflexões e estimular o debate sobre esses conceitos – ruralidades, convivialidades e territorialidades – que se entrecruzam com as categorias lugar, paisagem e região, presentes na obra referente*, ressaltando que as relações entre a terra e o homem – tão marcantes nas pesquisas aqui apresentadas – encerram as partes que se seguem a esta Introdução. As pesquisas acadêmicas e institucionais realizadas nas décadas de 1980/1990 são expostas como basilares por terem possibilitado longos e significativos contatos com as gentes e o meio semiárido pelo entrelaçamento entre “Região, Cultura, Desenvolvimento”.

A seção “Ruralidades e (re)existências” apresenta os estudos subjacentes à modernidade confrontada entre os cultivos com sementes crioulas e aqueles com sementes transgênicas. Silva (2022) procurou compreender as estratégias dos agricultores de sementes crioulas para a construção de territórios alternativos de saberes e de (re)existências. Os agricultores são apreendidos como guardiões, e o aspecto aqui sublinhado é o cuidar, tal como apresentado por Boff (2004), por aqueles que ‘teimam’ em nos oferecer sementes isentas de modificações genéticas.

Em “Convivialidades e pertencimentos”, Silva (2020, p. 20) se propôs a adentrar as territorialidades sertanejas e ribeirinhas do baixo rio São Francisco pela convivialidade, entendida “pelas

* Foram consideradas a primeira edição de 1963 e a sétima, editada em 2005. A edição de 2005, revisada e aumentada, foi acrescida de três capítulos que versam sobre o meio ambiente, o capitalismo e a evolução recente da agricultura, e o impacto da globalização. Esses temas perpassam o contexto dos estudos expostos.

relações sociais, políticas e simbólicas que se congregam em um mesmo espaço” (Cf. ALMEIDA, 2005; BONNEMAISON, 2012). Nesse sentido, traz o lugar-território não como uma sobreposição ou conjugação de categorias, mas, sim, como uma possibilidade de leitura das espacialidades cuja complexidade de interpretação se fez não tão somente pelo lugar ou pelo território.

Outras estratégias inserem-se nos processos produtivos alternativos do espaço rural nordestino, tais como as ressignificações de manifestações culturais com animais de monta observadas nas cavalgadas, cavalhadas, vaquejadas e pegadas de boi no mato. Santos (2018, 2020) traz, na seção seguinte, “Territorialidades e ressignificações”, sua contribuição com reflexões acerca das mudanças que vêm ocorrendo na motivação e composição dessas manifestações, chamando a atenção para aspectos das apropriações e dominações econômicas, políticas e simbólicas. Por fim, nas considerações finais, são reforçadas a contemporaneidade e a pertinência da obra *A terra e o homem no Nordeste*.

REGIÃO, CULTURA, DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, a proximidade com a obra de Manuel Correia de Andrade se dá pela apreensão da região como exercício da Geografia ocorrido entre os anos de 1980 e 1990, momento em que o baixo São Francisco sergipano foi apreendido como região fruto da natureza contraditória das políticas de desenvolvimento propostas como estratégias de transformação socioeconômica e cujas mudanças não implicaram inversão da ordem social. A intenção é trazer esse exercício como ‘ponte’ para os estudos apresentados nas seções seguintes, *i.e.*, demonstrar que a obra do professor em tela não se distanciou de nossas abordagens. Afinal, são muitas as leituras sobre o Nordeste, “conforme o aspecto abordado e o ponto de vista em que se coloca o autor [...] ora como área das secas [...] ora como área dos grandes canais [...] ora como área essencialmente subdesenvolvida [...] ou, como a região das revoluções libertárias...” (ANDRADE, 1963, p. 3).

Como exercício, didaticamente, distinguem-se três regiões que caracterizam a geo-história do baixo São Francisco sergipano, a saber: a Região Singular, a Região Planejada e a Região dos Ribeirinhos (VARGAS, 1988, 1999, 2003). Em seguida, apresentam-se apontamentos sobre a cultura como dimensão do desenvolvimento (ALMEIDA; VARGAS, 1997, 1999). Mas, sublinha-se, o ponto comum entre as implicações do planejamento regional e a abordagem do nível local – em que pese, metodologicamente, a significativa auscultação às gentes e comunidades sergipanas do baixo São Francisco – encontra-se na forte centralização da programação das políticas de desenvolvimento que imprimiram, sem consultas, ações de redirecionamento da base produtiva de determinados territórios, independentemente de suas instâncias administrativas.

Na Região Singular, o rio São Francisco é exposto como determinante explícito da sua conformação e reprodução. A região foi construída pela leitura de fontes históricas consultadas

observando as possibilidades oferecidas pelo meio natural ao desenvolvimento e à organização dos grupos sociais, tal como concebida por Vidal de la Blache (1982). A Região Singular traz a síntese do ambiente natural e do aproveitamento do meio.

Todavia, a importância dada à história, à evolução da relação do homem com seu meio, ressaltando, sobretudo, os meios e os modos de vida, se distingue na obra de Manuel Correia de Andrade (1963). Ele ressaltou a rudeza com que se vence a natureza – os meios primitivos com a terra, o animal, a água e o alimento – e, também, demonstrou a evolução das relações sociais, sinalizando o distanciamento entre a posse dos meios de produção e os despossuídos, entre os detentores da terra e os trabalhadores rurais. Nesse sentido, o estudioso apontou para o primitivismo do modo de produção e para as injustiças das relações de produção. Nos estudos aqui expostos, apreendemos o baixo São Francisco como uma Região Singular deprimida economicamente, mas com potencialidades de desenvolvimento, em que pesem, dentre outras, a disponibilidade de água para geração de energia, irrigação, pesca e incremento da circulação, bem como as condições edafoclimáticas favoráveis ao plantio de culturas comerciais e à pecuária melhorada.

A modernização da agricultura foi, sem dúvidas, o principal determinante das mudanças ocorridas no baixo São Francisco (não somente sergipano) após a década de 1970, comandada pela ação planejada do Estado, e o planejamento regional deu-se pela aceitação da intervenção do Estado, que agiu através de planos nacionais de desenvolvimento executados no período de 1970-89, tais como: uma ação política de modelação racional da morfologia, da reorganização produtiva e da dinamização socioeconômica de determinados espaços*. As vocações e potencialidades do baixo São Francisco sergipano – irrigação e pecuária – foram, dessa maneira, inseridas nas construções teóricas do planejamento. A especificidade do baixo São Francisco sergipano e alagoano resulta na forte presença e atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, sobretudo nos primeiros planos, e não da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, criada para comandar o planejamento do desenvolvimento da região Nordeste†. Numa ponta do processo, o contexto geral de neutralidade política e de tecnicismo e, na outra, a atuação imperativa da Codevasf, que agiu apressadamente na região do baixo São Francisco subordinada e sob pressão do setor elétrico, o qual exigia a construção de barragens geradoras de energia, sendo a última, a de Xingó, no semiárido entre Sergipe e Alagoas, inaugurada em 1994.

* O desenvolvimento dessa Geografia Regional deu-se pela evolução do esquema teórico desenvolvido pela chamada Geografia Econômica, nascida da necessidade de empregar métodos econômicos no estudo dos problemas da Geografia Humana. Ver Claval (1969).

Para Perroux (1955), o desenvolvimento regional é consequência de um processo de investimento planejado. Friedmann (1976) pressupõe o efeito difusor dos investimentos alocados em espaços *a priori* privilegiados por suas potencialidades e, portanto, capazes de deslanchar o dinamismo regional.

† Codevasf, à época, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; atualmente, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

A crise do conceito de região, incapaz de criar unanimidade científica, foi, portanto, paralela e intrínseca à crise do planejamento regional, incapaz de eliminar o subdesenvolvimento e a pobreza nos espaços marginais e marginalizados, como o baixo São Francisco. Justificam-se, assim, as sucessivas incursões ao baixo São Francisco no período de 1988 a 1998, entendendo-o como espaço controlado pelas políticas de água e de terra, para compreensão da população e de sua estrutura fundiária, tal como o fez Manuel Correia de Andrade, especialmente nas seções III e V*. Pela apreensão dos muitos Nordeste, o espaço geográfico banal, aquele que “em qualquer escala, agrupa horizontalidades e verticalidades” (SANTOS, 1994, p. 53), revela-se região dependente, marginal, subdesenvolvida e problemática.

Sob a ótica dos ribeirinhos e de seus representantes locais das demandas sociais, a região foi redesenhada. A Região dos Ribeirinhos ressaltou dois aspectos, detectados pela percepção de região e por sua construção prospectiva. Ela foi percebida pelo binômio seca-pecuária com enclaves dos espaços selecionados e privilegiados de irrigação. E a construção prospectiva foi feita pela ampliação das potencialidades para além da irrigação e da pecuária, pelas possibilidades de indústrias alimentícias, da piscicultura e do turismo. Assim posta e concebida como ‘entidade real’, a Região dos Ribeirinhos ficou-se mais próxima da Região Singular do que da Região Planejada, e, nesse sentido, os ribeirinhos negaram o planejamento, e o significado de região passou a ser mediatizado pela identidade territorial, sem esconder suas contradições e seus conflitos, firmando-se inserida na região Nordeste.

Foi dessa maneira, discutindo sobre o espaço cultural, que Almeida e Vargas (1997, 1999) desenvolveram um estudo sobre a dimensão cultural da região do baixo São Francisco, demonstrando a importância de se considerar a cultura em diagnósticos e planos socioeconômicos. As relações entre a terra e os homens no baixo São Francisco descritas no ‘ensaio’ de Manuel Correia de Andrade foram reveladoras dos ditames cosmológicos dos ciclos das águas para os cultivos comerciais, de consumo, bem como para a pesca. Ele expôs os saberes, as práticas e as tradições sem, todavia, ocultar as relações de trabalho, o subemprego, as obrigações e os direitos de proprietários frente aos meeiros.

Os estudos realizados procuraram levantar o conhecimento dos homens – os criadores de potencialidades e reveladores dos recursos ambientais (natureza-cultura) – partindo do pressuposto de que o cotidiano é um instrumento do desvendamento das expressões culturais e dos contextos sociais. É fato que a produção das expressões culturais se distingue pela influência, sobretudo, das matrizes indígena, portuguesa e africana entre o fazer do homem distinto do fazer da mulher que retrata, antes de tudo, a tradição dessas matrizes culturais. Igualmente, é fato a significativa degradação da caatinga e

* Na edição de 1963, a seção III aborda “A propriedade da terra e a mão-de-obra na região da Mata e Litoral Oriental” e a seção V, “O latifúndio, a divisão da propriedade e as relações de trabalho no Sertão e no Litoral Setentrional”.

das áreas de transição para o bioma litorâneo, configurando-se como um meio perturbado que vem afetando aqueles que, associando cultura, técnica e natureza, buscam estratégias de sobrevivência, como artesanato, alimentos e remédios.

Observou-se nesses estudos, como na obra *A terra e o homem no Nordeste* (1963, 2005), um campo vastíssimo de estudos no âmbito cultural que merecem ser aprofundados, bem como movimentos de quebra das fronteiras de que o conhecimento sobre o homem, sua produção e seu futuro se dá através de uma gama indissociável de saberes. É necessário renovar-se e inovar-se. A cultura é dinâmica e pulsa em múltiplas escalas.

RURALIDADES E (RE)EXISTÊNCIAS

O estudo sobre as ruralidades e as (re)existências dos agricultores guardiões de sementes crioulas teve como inspiração os apontamentos críticos de Manuel Correia de Andrade (1963, 2005) sobre a atuação do Estado no processo de transformação e modernização do espaço agrário nordestino e suas implicações ao tratar o problema do latifúndio, da monocultura e suas consequências; as lutas e resistências sociais no campo em defesa dos sistemas agrícolas, assim como as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais que afloraram e ainda afloram na trama regional nordestina.

Em estudo recente sobre o giro descolonial que atravessa a epistemologia geográfica brasileira, Haesbaert (2021) insere Manuel Correia de Andrade entre os geógrafos brasileiros precursores do pensamento descolonial por se preocupar com questões envolvendo a luta pela terra, as relações de trabalho, a colonização, as revoltas sociais no Nordeste, as lutas abolicionistas e quilombolas, sempre evidenciando a voz dos sujeitos subalternizados. Esses balizamentos orientaram Silva (2022) para a compreensão dos agricultores guardiões de sementes crioulas como autores de outras lógicas sociais com outros horizontes de sentidos de vida. A pesquisa se interessou pelas mediações teóricas e pelas práticas sociais, culturais e ambientais de mulheres e homens que, com perseverança e saberes tradicionais locais, lutam diariamente contra forças hegemônicas que tentam controlar o espaço agrário em diferentes escalas geográficas.

Manuel Correia de Andrade (2005) já sinalizara as mudanças sociais, ambientais e econômicas decorrentes do avanço da economia capitalista e da globalização para a agricultura nordestina e para os sertanejos. Entende-se que existe em escala global a atuação de grandes empresas que se dispersam em redes no mundo na busca pelo controle de organismos vivos, tais como as sementes. Essas empresas agem na produção de sementes híbridas e transgênicas, causando mutações que provocam desequilíbrio ambiental devido à capacidade dessas sementes de produzir plantas que contaminam e danificam a diversidade biológica endêmica e natural em comunidades rurais e tradicionais.

Na concepção de Porto-Gonçalves (2013, p. 298), a inserção desses organismos geneticamente modificados na paisagem e na vida humana aconteceu após 1993-1994, e, “[...] como se vê, são processos [...] recentes quando consideramos o tempo de metabolização e de evolução das espécies”, por isso o tempo mostrará quais serão os efeitos mais nítidos desse procedimento tecnológico de modificação genética das/nas espécies. Alguns desses efeitos já podem ser percebidos no campo, principalmente ligados à erosão genética de variedades crioulas/naturais e à hibridização desses organismos vivos.

De acordo com Lima e Santos (2018, p. 198), as grandes corporações do ramo agroquímico articulam-se em diferentes escalas e operam mundialmente na busca do controle dos organismos vivos e dos territórios, “[...] catapultando uma escalada colossal de concentração e centralização de capitais dedicados à manipulação e patenteamento de organismos vivos, em especial, as sementes”.

Há, assim, um plano de atuação que pode causar a desterritorialização de comunidades rurais e tradicionais, as quais dependem da diversidade de sementes crioulas, já adaptadas aos territórios tradicionais, para sua reprodução social e cultural. Sem a diversidade de sementes, os povos e comunidades tradicionais não mais conseguirão produzir seus alimentos, uma vez que as sementes que têm se proliferado por todo o mundo, sob o domínio das megacorporações empresariais, carecem de certo nível de insumos químicos, além de recursos financeiros e técnicos, para a sua produção, diferentemente das sementes crioulas/tradicionais.

Diante desse cenário, na contramão do movimento hierárquico das grandes empresas, que despontam com a dominação dos recursos naturais e sua transformação em mercadoria, o fenômeno de resistência dos agricultores observados fez compreender as práticas existenciais realizadas pelos agricultores guardiões de sementes crioulas, que resistem e ressignificam sua existência à proporção que criam um modo-de-ser voltado ao cuidado com as sementes, com a natureza e com os outros, tal como aponta Boff (2004). Nessa compreensão, entende-se o cuidado como elemento ontológico do ser humano, entendido como:

[...] um modo-de-ser não é um novo ser. É uma maneira do próprio ser de estruturar-se e de dar-se a conhecer. O cuidado entra na natureza e na constituição do ser humano. O modo-de-ser cuidado revela de maneira concreta como é o ser humano. Sem o cuidado, ele deixa de ser humano [...]. Traduzindo: um fenômeno que é base possibilitadora da existência humana enquanto humana. (BOFF, 2004, p. 34).

Esse movimento é evidenciado em Alagoas pelas ações comunitárias em defesa das sementes crioulas como prática de resistência cultural e simbólica, que cria uma concentração em redes no entorno dos bancos comunitários de sementes, cujos fluxos são orientados em uma complexa teia de trocas de sementes, de práticas tradicionais, de saberes, de cultura, de formação política e organizacional,

demarcando o território por meio de territorialidades e ruralidades complexas em defesa das sementes crioulas. Assim, essa tessitura ganha forma, é fortalecida e consolida ações em defesa da agrobiodiversidade e das práticas culturais tradicionais que percorrem gerações, como pode ser percebido abaixo na Figura 1.

Figura 1: Ruralidades e (re)existências dos agricultores guardiões de sementes crioulas no semiárido de Alagoas – 2021



A – Armário do conhecimento: entre os conhecimentos sistematizados da escola e os herdados pela vida no/do campo no Assentamento Genivaldo Moura, Delmiro Gouveia; B – Diversidade das sementes crioulas no sítio Poço Doce II, Piranhas; C – Banco Comunitário de sementes do sítio Poço Doce II, Piranhas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2021. Fotos: SILVA, Felipe Santos.

As interlocuções realizadas pelos agricultores guardiões de sementes crioulas fazem brotar uma forte articulação com o entorno dos bancos comunitários de sementes, das associações e das cooperativas, situando os territórios comunitários como *locus* de resistência sociocultural frente à geopolítica das grandes corporações globais de produção de alimentos.

Os sujeitos pesquisados têm suas vidas entrelaçadas com os movimentos sociais do campo pela defesa das diferentes formas de vida, das suas existências e do território, o que marca suas ruralidades. As denúncias vêm os mobilizando nos caminhos da justiça social e ambiental, visibilizando-os junto aos representantes políticos e à sociedade civil. Nesse processo, nem sempre consensual e isento de conflitos, procuram expor seus modos de ser, lastreados pela conduta de respeito à natureza. A esse respeito, é oportuno retomar o texto de Manuel Correia de Andrade sobre a rizicultura praticada no baixo São Francisco numa demonstração de como os propósitos da modernização agrícola desconsideraram as sementes crioulas. Ele introduz o leitor contextualizando tratar-se de cultivo tradicional, feito desde o século XIX, “usando-se uma variedade de pouca penetração no mercado consumidor urbano, chamada localmente de macambira ou chatinho, de grão vermelho e curto; propagava-se facilmente por ser muito rústico” (ANDRADE, 1963, p. 129). Em seguida, delimita a ação do planejamento estatal “após 1955,

revolucionar a rizicultura regional introduzindo uma nova variedade de arroz chamada cana roxa ou arroz do Texas, que é hoje a dominante” (idem, p. 129). Como exposto na seção anterior, a modernização da agricultura nesses espaços não eliminou o subdesenvolvimento, o que reforça o entendimento dos agricultores estudados como guardiões de territórios alternativos.

Os territórios dos guardiões foram apreendidos como alternativos (HAESBAERT, 2015), ou seja, contrapontos aos territórios hegemônicos dos grandes latifúndios, da monocultura e das grandes corporações, que se reproduzem às custas da degradação ambiental e da vida humana e não humana, além das injustiças sociais e ambientais.

Para os agricultores guardiões de sementes crioulas, a preservação dessas sementes possibilita a redução dos custos da produção agrícola e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar, além de reduzir a dependência da utilização das sementes modernas (VELOSO et al., 2018). As sementes crioulas são adaptadas ao solo, dele extraem os nutrientes necessários para crescer e se desenvolver e possuem resistência a diversas pragas. A diversidade dessas sementes garante a abundância e a variedade dos alimentos nas comunidades, bem como garante uma alimentação adequada e saudável nos territórios alternativos (VELOSO et al., 2018).

Ademais, constatou-se que as práticas dos guardiões com as sementes crioulas não se inserem numa ‘simples’ seleção de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas, mas, sim, num contexto social e cultural de resistência e (re)existência de seus territórios face à agricultura moderna capitalista. Assim, as sementes crioulas são ancoradas nos princípios de conexão com o universo que ressoam o cuidado, isto é, amor, ternura, carícia, compaixão, convivialidade e justa medida (BOFF, 2004). Como colocado por Stadler (2019), as sementes crioulas nesses territórios rurais fazem parte da construção social e identitária dos guardiões e, por sua vez, desvelam as territorialidades dos agricultores por meio das diferentes práticas de armazenamento, alimentação, religiosidade, técnicas de plantio, entre outras.

Com efeito, essas sementes carregam consigo valores simbólicos e materiais pelas suas representações e por sua importância econômica e social, que forjam as (re)existências e as ruralidades contemporâneas no Nordeste. Elas constroem significados e pertencimentos advindos do cuidado direcionado à sua salvaguarda, tendo como responsáveis pela sua existência os agricultores guardiões.

CONVIVALIDADES E PERTENCIMENTO

Adentrar as especificidades que atribuem forma e sentido ao pensamento de Manuel Correia de Andrade na obra *A terra e o homem no Nordeste* significa, entre outros elementos, descortinar o pensar e o fazer de um geógrafo e de uma Geografia que se enveredam nas tessituras do tempo e se materializam no presente como fundamento necessário à leitura dos “tantos Nordestes” pioneiramente apresentado, descrito e analisado pelo autor.

O homem, no contexto da diversidade regional, sua relação com a terra, as imposições advindas do processo de colonização, as dinâmicas da natureza e o modo de vida conformam convivialidades, as quais, traduzidas para os dias atuais, revelam a complexidade de interpretação do Nordeste e da relação embrionária do homem com a terra, fundamento das existências e base sobre a qual se estruturam essas mesmas convivialidades, compreendidas como sendo “relações sociais, políticas e simbólicas que se congregam em um mesmo espaço” (ALMEIDA, 2005; BONNEMAISON, 2012).

Dialogicamente, é pelos caminhos da convivialidade que Silva (2020) envereda ao considerar as espacialidades ribeirinho-sertanejas no Sertão do rio São Francisco e os modos pelos quais as gentes do rio e do sertão estabelecem suas territorialidades, os vínculos territoriais e os modos e ritmos sobre os quais o lugar e o território são/estão sendo produzidos. O sertão, para tanto, ultrapassa os limites do regionalismo e incorpora a dimensão da cultura como algo inerente ao próprio homem, não estando alheio ao conjunto de relações sociais e políticas que a circundam.

Ao versar sobre as relações sociais e políticas inerentes ao homem e à terra, Andrade (1963) se fundamenta no pensamento de que o agravamento das questões sociais no campo associa-se, sobremaneira, à questão agrária a que o homem foi submetido desde a colonização. Ressalta-se a atualidade desse pensamento e, ao se considerar a realidade ribeirinho-sertaneja, se pode constatar a continuidade de práticas que dão sustentação a esse sistema, incorporando-se a novos elementos que passam a dinamizar e atribuir novas formas e significações à paisagem e ao lugar do ribeirinho-sertanejo.

A despeito da realidade descrita, destaca-se a crescente apropriação das terras marginais ao grande rio – o São Francisco – tanto por empreendimentos agropecuários quanto por empreendimentos de turismo e lazer, afastando o homem da “Artéria do Sertão” (PIERSOM, 1972). Soma-se a isso a crescente ocorrência de conflitos por terra e por água na bacia do rio São Francisco e nas terras adjacentes, conforme observado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018) e por Silva (2020).

Em *A terra e o homem no Nordeste*, o rio São Francisco recebe centralidade tanto pelo papel que desempenha no contexto regional quanto pelo processo de ocupação das terras interiores pela pecuária e pelo homem. Nas margens do rio São Francisco, ressalta Andrade (1994), estabelece-se uma diversidade de atividades que se entremeiam entre a produção de energia elétrica, a pesca, a criação de gado e a agricultura. Dessas atividades, a agricultura de subsistência, a criação de pequenos animais e a pesca caracterizam os modos particulares pelos quais historicamente o ribeirinho-sertanejo estabeleceu na terra suas existências e as existências do núcleo familiar.

Andrade (1963, p. 128) ressalta que “a influência do rio São Francisco é decisiva na vida econômica regional”; além disso, traz ao conhecimento do leitor que “cultivavam também o leito do rio

São Francisco e seus afluentes à proporção que o baixar das águas deixava descobertas as 'praias' e ilhas; eram, portanto, culturas de vazante" (idem, p. 182). A (re)leitura de sua obra permite um importante resgate quanto à compreensão da vida no rio e nas terras adjacentes, considerando a dinâmica das cheias periódicas e dos modos pelos quais o ciclo das águas regia o modo de vida ribeirinho, principalmente à jusante de Propriá, na margem sergipana. Ele ressalta, ainda, a importância dos afluentes do rio São Francisco, cujos "vales encharcados" (idem, p. 128) permitem a existência e o cultivo de produções específicas para consumo local, o que é possível de ser observado nas desembocaduras e no interior dos afluentes intermitentes. Esses ambientes, definidos por vales encharcados, são fundamentalmente conhecidos e apropriados pelo ribeirinho-sertanejo, tornando-se parte da própria cultura e dos modos pelos quais as vivências se definem na relação triádica homem-rio-sertão.

Pela proximidade do olhar e ao considerar a espacialidade ribeirinho-sertaneja do São Francisco (SILVA, 2020), observou-se que o uso e a ocupação das áreas de várzea se dão, em geral, por pequenas propriedades com cultivos de mandioca, batata-doce e milho. Várzeas "abandonadas" marginais ao rio São Francisco também são utilizadas para o cultivo de capins e palma-forrageira, bem como para a criação de caprinos. Essas atividades, no baixo São Francisco, conforme demonstrado por Andrade (1963, p. 129), são feitas apenas para o consumo local, distintas da cultura das várzeas, onde a produção do arroz se faz pelo "subemprego e miséria".

De uso intensivo pela população local, tanto as várzeas quanto as planícies de inundação do Sertão do São Francisco são espaços que, embora de pequenas extensões, são fundamentais e conformam um mosaico de uso e aproveitamento humano e animal. A composição das formas de uso e ocupação da terra no Sertão do São Francisco é reveladora dos processos históricos de uso e apropriação desse espaço e da formação de territórios que, em primeira aproximação, desvelam a escala do mundo vivido como o lugar onde a vida se faz, tornando o rio São Francisco um espaço de referência identitária.

A afeição ao solo, à terra e ao ambiente circundante constitui, para Bonnemaïson (1987), as bases necessárias à manutenção das identidades territoriais. Esses círculos de convivialidade são conformadores de espaços de referências identitárias em que as raízes – o enraizamento – se arraigam tendo por base elementos tanto de dimensão material quanto simbólica. O espaço de referência identitário é, segundo Cruz (2007), a base em que estão assentadas nossas tradições, nossas experiências, os modos mais específicos do sentido do ser, as bases subjetivas da vida. Não obstante, o apego à terra, conforme Dardel (2015, p. 31), é a expressão mais concreta da existência, "terra como

* Planícies de inundações periódicas e várzeas fluviais do rio São Francisco.

lugar, base e meio de sua realização”. Rio e sertão, nesse sentido, se constituem nos espaços de referência identitária para o ribeirinho-sertanejo, base material e subjetiva das existências.

O apego à terra, ao rio e ao lugar no Sertão do São Francisco é revelado pelo valor que lhes é atribuído; o sentido do pertencimento está associado às experiências mais particulares do ribeirinho-sertanejo com o lugar, com a manutenção e afirmação das identidades e com as experiências vividas. Trata-se, portanto, de um profundo envolvimento entre natureza, homem e cultura. Esses elementos, na cultura ribeirinho-sertaneja, constituem uma tríade indissociável que envolve as bases necessárias à manutenção da vida – condições biológicas básicas como trabalho, alimentação, moradia –, mas também as relações que emolduram as existências, “uma espécie de cumplicidade obrigatória entre a terra e o homem” (DARDEL, 2015, p. 146), ou seja, a própria geograficidade do ser ribeirinho-sertanejo, que envolve pertencimento e formas de uso e apropriação segundo os níveis culturais historicamente estabelecidos.

TERRITORIALIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES

Nos dias de hoje, a produção do professor Manuel Correia de Andrade continua tão atual quanto foi no passado. Esse fato é comprovado pela estreita relação entre os seus escritos e tantos outros desenvolvidos recentemente por pesquisadores, a exemplo de Santos (2018, 2020), que em seus trabalhos traça as linhas dos marcos, apropriações e ressignificações de manifestações culturais com animais de monta no estado de Sergipe. Em seu caminhar analítico, revelou como as generalizações e as especificidades da conformação e ocupação dos espaços, das territorialidades, das formas de apropriação pela dominação política e econômica imprimiram, por meio das ressignificações, uma pluralidade singular nas vaquejadas, pegas de boi, cavalgadas e cavalhadas sergipanas que reflete a existência dos vários rurais, dos vários Sertões, dos vários Nordeste.

Os processos produtivos do espaço rural nordestino, bem como sergipano, trazem em seu cerne multiplicidades de origens, práticas, ações e intenções traduzidas essencialmente na pluralidade das temporalidades, bem como das apropriações de modos e expressões culturais que se dão no entrelaçar do tempo-espaço. Nesse sentido, o espaço é múltiplo, plural e diverso (HAESBAERT, 2012). As abordagens que convergem para tal multidimensionalidade permitiram pensar na complexidade dos contextos geográficos e históricos que contornam e atribuem particularidades às realidades no processo de produção dos espaços.

A configuração social, econômica e cultural do espaço rural nordestino é historicamente enveredada pelas territorialidades, assim como pelas suas sucessivas e concomitantes ressignificações. Andrade (1963) ressalta como a sociedade nordestina, suas relações e sua cultura foram delineadas pelas atividades econômicas orientadas pelas singularidades climáticas e pelo processo de ocupação do

solo. Desde as primeiras ocupações, é evidente a estreita relação entre as condições naturais da região e a implantação das primeiras atividades econômicas.

Especificamente no estado de Sergipe, a presença da pecuária, em toda a sua extensão territorial, desde sempre imprimiu suas marcas nas diferentes dimensões da sociedade. Subsidiária a outras atividades produtivas como, por exemplo, a cana-de-açúcar no Leste sergipano ou mesmo enquanto propulsora da economia do Agreste ao Sertão, a criação de gado é uma das atividades definidoras das territorialidades culturais e das identidades do rural sergipano. Em sua obra, Andrade (1963) demonstra claramente como nos primeiros tempos a implantação e a manutenção da pecuária extensiva no Nordeste foram favorecidas pela pouca necessidade de mão de obra. Os donos das fazendas viviam nas cidades, boa parte na Zona da Mata, enquanto isso as propriedades quase sempre eram administradas por vaqueiros que zelavam dos animais criados à solta, impedindo-os que se perdessem ou morressem de fome e sede nos períodos de seca. Ele descreve que “parece à primeira vista que o gado criado solto, à lei da natureza, permite ao vaqueiro uma vida morigerada, de pouco trabalho, este, porém, é árduo e contínuo” (ANDRADE, 1963, p. 195).

Ao fim de cada inverno, os vaqueiros se reuniam para apartar e separar o gado. Os barbatões* eram responsáveis por atrair os vaqueiros mais famosos de toda a região para capturar os animais. O felizardo pelo feito era premiado com fama, dinheiro ou até mesmo com o boi vencido. E, tal como evidenciado por Andrade (1963), em todo o Nordeste, portanto também em Sergipe, embora fizessem parte do ofício do vaqueiro, as apartações sempre foram envoltas de ares festivos e com o tempo tornaram-se as grandes festas populares da pega de boi no mato em toda a área pecuarista. Essa prática deu origem às tão conhecidas vaquejadas, que hoje são apropriadas por uma lógica que ultrapassa a significação cultural e, em um processo de ressignificação, se expandem por meio das intencionalidades de cunho político e econômico.

É inegável que os processos produtivos do espaço rural sergipano, os plantios da cana-de-açúcar, do algodão, a pecuária, bem como outras atividades, delinearam a cultura e sua expressividade. Algo semelhante ao ocorrido com as pegas de boi e as vaquejadas aconteceu com outras manifestações culturais, como a cavalgada e a cavalhada. Essas manifestações culturais com a presença do animal de monta confirmam a influência das atividades desempenhadas no espaço rural, como a lida com a terra, a agricultura, a criação de gado, que estão no cerne do ser sergipano, do ser nordestino.

A imagem do gado, do cavalo, do vaqueiro e do cavaleiro está impregnada de tal modo na cultura sergipana, especialmente no Sertão, onde a pecuária sobressai desde as primeiras ocupações, que a

* Animais ariscos, semisselvagens.

configuração das territorialidades em seu entorno, bem como das manifestações culturais a ela relacionadas, é impulsionada por dimensões diversas. Em Sergipe, chamam atenção as mudanças que vêm ocorrendo na motivação e composição dessas manifestações, especialmente pelos aspectos das apropriações e dominações econômicas, políticas e simbólicas desencadeadoras de ressignificações nos modos de fazer, ser e estar na cavalgada, cavalhada, vaquejada e pega de boi no mato.

A compreensão da indissociabilidade das formas de apropriações materiais e simbólicas no processo de manutenção dessas manifestações culturais foi respaldada nos diálogos estabelecidos com autores que tratam dos sentidos das apropriações na dinâmica da produção cultural: seja enquanto sentimento de posse e pertencimento (GEERTZ, 1989; TUAN, 2012); seja enquanto dominação pelo poder (RAFFESTIN, 1993), ou ainda enquanto manipulação político-ideológica (HALBWACHS, 2006). Esse foi, pois, o caminho que orientou a apreensão das manifestações com animais de monta entre as temporalidades, as generalizações, as singularidades da permanência dessas tradições, uma realidade expressivamente plural no Sertão sergipano. E a existência de vários Nordeste em um, que é enfatizada pelo próprio Manuel Correia de Andrade, colabora para afirmarmos a existência de várias vaquejadas, pegas de boi, cavalgadas e cavalhadas. O fato é que essas manifestações inserem-se no processo histórico de formação dos territórios que se constroem na pluralidade singular sergipana, bem como nos inúmeros Nordeste trazidos na obra do autor.

A realidade plural sergipana é, em parte, traduzida por essas manifestações culturais. A labuta, a destreza e até mesmo o lazer, a religiosidade e a musicalidade justificam a origem, a manutenção e a permanência das cavalgadas, vaquejadas, pegas de boi e cavalhadas, que têm em comum a presença do cavalo e sua expressividade no ambiente rural. A permanência (firmeza de continuidade) e a manutenção (constância de conservação) dessas manifestações culturais enquanto tradição ressignificada se estabelecem pela valorização dos significados e pela influência dos sentidos postos por seus produtores (empresários, políticos, fazendeiros) e fazedores (vaqueiros e cavaleiros), ou seja, o material e o simbólico no contexto da origem, manutenção e permanência dessas manifestações.

Por isso, o estudo dessas tradições ressignificadas não pode ser separado do contexto da história e formação da sociedade sergipana. Nele a confluência existente entre as cavalgadas, vaquejadas, pegas de boi e cavalhadas, entre os condicionantes tradicionais, ressignificados e modernos, leva à conjugação de manifestações culturais do rural e do urbano. Aquilo que a princípio era associado ao espaço rural, carregado de um simbolismo e ligado ao imaginário de quem é do campo, foi expandido para os espaços urbanos, atrelados ao mercado de entretenimento e de turismo, que responde às necessidades de acumulação de capital.

O mundo rural, na sociedade urbana, se expressa distintamente em contextos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. São vários rurais, assim como são vários Nordeste. Não obstante, a expansão da “racionalidade urbana” sobre o rural traz efeitos não só no campo material referente aos quesitos socioeconômicos e políticos, mas também no campo imaterial referente às práticas, representações e expressões de valores culturais/simbólicos. Em Sergipe, o campo, que por tanto tempo esteve associado, entre outros aspectos, à lida com a terra, as atividades de plantio e à criação de animais, passou a ser associado à ideia de espaço de lazer. Suas práticas e, conseqüentemente, suas manifestações culturais passaram a despertar interesses voltados para a lucratividade, ligados especialmente aos setores do turismo e do entretenimento.

Assim sendo, o interesse sobre os espaços que reúnem essas manifestações culturais traz um rastro de transformações materiais, bem como nos suportes de expressão dos símbolos, no instante em que são inseridos em circuitos econômicos de turismo e eventos por meio da sintonia entre políticas públicas e a atuação da iniciativa privada empresarial. Entre generalizações acerca da permanência das tradições e as singularidades das socioespacialidades das manifestações com animais de monta, tal como foi evidenciado pelo professor Manuel Correia de Andrade em *A terra e o homem no Nordeste*, são muitos os Nordeste advindos do processo histórico de formação dos territórios e inúmeras as manifestações com animais de monta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização, valorização e persistência da produção artesanal como expressão de uma cultura no tempo do modo global de produzir indica não apenas uma pluralidade de práticas culturais, mas, sobretudo, a importância de sua existência enquanto identidade regional/territorial. Nesse sentido, a estreita relação da produção das expressões culturais com os recursos naturais disponíveis definiu os territórios das diversas expressões, o nível de enraizamento pela apropriação cultural, a disponibilidade e o acesso pela dominação econômica.

O diálogo com vários autores no desenvolvimento da pesquisa com os guardiões de sementes crioulas aproximou a terra e o homem de Manuel Correia de Andrade no exercício interpretativo do saber cuidar pelo encontro dos pressupostos das relações de cordialidade, convivialidade e compaixão, apreendidas no cuidar como condutor conceitual na construção dos territórios alternativos.

O encontro com a terra e o homem na pesquisa sobre convivialidade e pertencimento se deu pela associação das indagações sobre identidade territorial do ‘ser sertanejo ribeirinho’ com o contexto da convivialidade. Isso permitiu a aproximação com o sertão do baixo São Francisco como chão empírico necessário para interpretar e pensar os sentidos de um lugar-território.

Entre generalizações acerca da permanência das tradições e as singularidades das socioespacialidades das manifestações com animais de monta, tal como nos mostra o professor, são muitos Nordeste e inúmeras as vaquejadas, por exemplo. O fato é que, reforça-se, essas manifestações inserem-se no processo histórico de formação dos territórios que se constroem nos inúmeros Nordeste que nos foi apresentado.

Ora, Manuel Correia de Andrade define a região pelas “paisagens geográficas” que não se separam por fronteiras político-administrativas, pois a paisagem “engloba em uma mesma região apenas as áreas com características realmente indicativas da existência dessa região” (ANDRADE, 1963, p. 4). Pela leitura de sua obra, a região compõe e é composta por inúmeros Nordeste prechos de lugares-territórios, de lugares, de territórios e de paisagens cuja leitura contemporânea nos permitiu apreendê-la, dentre outros olhares, pelas ruralidades, convivialidades e territorialidades.

Procurou-se, assim, ressaltar, neste recorte, a aproximação dialógica entre as pesquisas elegidas e o texto *A terra e o homem no Nordeste* pelo encontro das relações estabelecidas nos lugares do ‘universo’ regional. As potencialidades e particularidades expõem as materialidades e os mecanismos de sobrevivência pela cultura; a abordagem do cuidar sinaliza para a cordialidade, convivialidade e compaixão na construção de lugares e espaços; as manifestações culturais com animais de monta inserem-se no processo de formação dos territórios e, acrescidas pelas indagações sobre as identidades e o ‘ser sertanejo ribeirinho’, sugerem, enfim, que muitas outras abordagens podem e devem desvelar o baixo São Francisco, tanto quanto o Nordeste e os Nordeste expostos por Manuel Correia de Andrade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Etnogeografia do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 103-114, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Paisagens culturais e patrimônio cultural: contribuições introdutórias para reflexões In: HEIDRICH, Alvaro L.; COSTA Benhur P. da; PIRES, Claudia L. Z. (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 186-194.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A Dimensão Cultural do Sertão Sergipano. In: DINIZ, José Alexandre Felizola; FRANÇA, Vera Lúcia Alves (Orgs.). **Capítulos de Geografia Nordestina**. Aracaju: NPGeo/UFS, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste - contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.
- BÉRINGUIER, Christian. Manières paysageres: première parti une méthode d’étude. **Geodoc**, Université de Toulouse, n. 35, p. 2-58, 1991.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BONNEMAISON, Joel. **Tanna**. Les fondements géographiques d’une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d’une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Geografia cultural: uma ontologia (I). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 279-303.

CLAVAL, Paul. A 'virada cultural' em Geografia. **Revista Mercator**, v. 1, n. 1, 2002.

CLAVAL, Paul. La teoría de los lugares centrales. In: BONETTI, Eliseo et al. **Centralidade; regionalização**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969. p. 19-46.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). **Conflitos pela Água (2009-2017)**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela Outra Margem da Fronteira: território, identidades e lutas sociais na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1952].

FRIDMANN, John. Planejamento desenvolvimentista regional: o progresso de uma década. **Cadernos NAEA-I**, Belém, n. 1, 1976, p. 9-38.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" às multiterritorialidades**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 192-217, jan./mar. 2018.

PERROUX, François. Notes sur la notion de pôle de croissance. **Economie Appliquée**, v. 8, n. 1/2, 1955, p. 307-320.

PIERSOM, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomo I. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Daniele Luciano. **As socio-espacialidades e ressignificações das cavalgadas: Itaporanga D'Ajuda/SE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Daniele Luciano. Ressignificações de manifestações culturais com animais de monta em Sergipe. In: MENEZES, Sônia de S. M.; ALMEIDA, Maria G. de; DEUS, José A. S. de. **Novos usos do espaço rural e suas resiliências: transformações e ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. Aracaju: Criação, 2020. p. 415-444.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Cicero Bezerra da. **Entre margens, terras e gentes: convivialidades e identidades no sertão do baixo rio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Felipe Santos. **Para além do plantar e do colher: saberes e (re)existências dos agricultores guardiões de sementes crioulas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

STADLER, Cleusi T. Bobato. "Sementes crioulas" – saberes e práticas sociais em comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e faxinalenses no Estado do Paraná. In: Encontro Regional Sul de História Oral, 10, 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019. p. 01-09. Disponível em: https://www.sul2019.historiaoral.org.br/resources/anais/12/abhosul2019/1571250044_ARQUIVO_7c9aa2e91eec7fb24054a295a50f0fe5.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento**: sertão sergipano do São Francisco. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1988.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Desenvolvimento regional em questão**: o baixo São Francisco revisitado. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Rio Claro, 1999.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do Baixo São Francisco. *In*: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 113-132.

VELOSO, Cássio L.; SILVA, José M. da; NASCIMENTO, Denisson L. do; OLIVEIRA, Jailson de; COSTA, Cristian J. S. Mapeamento de sementes crioulas no sertão alagoano: revisão de literatura. *In*: Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, 2018, Natal. **Anais...** Natal: Realize Eventos e Editora 2018. p. 01-09. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO_EV116_MD1_SA3_ID551_06112018143411.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. As características próprias da Geografia. *In*: CRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-48.

MEANDROS DA PRODUÇÃO SEGREGADA DA CIDADE: ANÁLISE DE PAISAGENS NOS ESPAÇOS PERIURBANOS DE GARANHUNS-PE

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as principais dinâmicas urbanas que influenciam na produção da segregação socioespacial na cidade de Garanhuns-PE/Brasil, destacadamente, em seus espaços periurbanos. A reprodução dos centros urbanos em regiões marcadas pelo subdesenvolvimento, como a América Latina, também é caracterizada pela segregação socioespacial que dispõe às áreas susceptíveis a desastres, as moradias ocupadas pelas camadas mais pobres da população. Em países, como o Brasil, este processo é revigorado pela forma como historicamente as cidades são originadas e/ou expandidas, afetando inclusive cidades intermediárias distantes dos tradicionais centros metropolitanos. Destarte, questionou-se que dinâmicas relacionadas ao processo de reprodução do urbano implicam na segregação socioespacial em áreas periurbanas da cidade de Garanhuns. A metodologia foi baseada na abordagem sistêmica e na aplicação de técnicas como levantamento teórico, manuseio de imagens de satélites e análises empíricas apoiadas nas observações de campo. Constatou-se uma intensa atividade imobiliária e do Estado, combinando infraestruturas próximas a empreendimentos residenciais de alto padrão, valorizados e localizados distantes do centro. Paralelamente, apresenta-se necessária a revisão das ações conduzidas pelo poder público nos espaços periurbanos, principalmente, em setores mais carentes, nos quais concentram-se contingentes demográficos precariamente atendidos por políticas públicas, até recursos naturais impactados negativamente pelo crescimento urbano.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Espaços periurbanos; Paisagem; Garanhuns-PE.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the main urban dynamics that influence the production of socio-spatial segregation in the city of Garanhuns-PE/Brazil, especially in its peri-urban spaces. The reproduction of urban centers in regions marked by underdevelopment, such as Latin America, is also characterized by the socio-spatial segregation that places susceptible to disasters in the housing occupied by the poorest sections of the population. In countries such as Brazil, this process is reinvigorated by the way cities are historically originated and/or expanded, even affecting intermediate cities far from traditional metropolitan centers. Thus, it was questioned that dynamics related to the process of urban reproduction imply socio-spatial segregation in peri-urban areas of the city of Garanhuns. The methodology was based on a systemic approach and the application of techniques such as theoretical survey, handling of satellite images and empirical analysis supported by field observations. There was an intense real estate and state activity, combining infrastructures close to high standard residential developments, valued and located far from the center. At the same time, it is necessary to review the actions carried out by the government in peri-urban spaces, mainly in the poorest sectors, in which demographic contingents precariously served by public policies are concentrated, even natural resources negatively impacted by urban growth.

Keywords: Socio-spatial segregation; Peri-urban spaces; Landscape; Garanhuns-PE.

INTRODUÇÃO

A reprodução dos centros urbanos em regiões marcadas pelo subdesenvolvimento, como a América Latina, tem sido caracterizada também pela segregação socioespacial que dispõe, na maioria das vezes, às áreas susceptíveis a desastres, as moradias ocupadas pelas camadas mais pobres da população (ALVES, 2019; SPOSITO E SPOSITO, 2020). Mesmo havendo registros de casos de deslizamentos, inundações, terremotos, furacões, etc. em áreas privilegiadas, sem embargos, os grupos sociais mais pobres, além de mais vulneráveis, quando atingidos, dispõem de menor resiliência (ARAGÃO, 2017).

Neste âmbito, há uma pretensa ideia sobre a organização espacial das periferias urbanas e a presença unívoca de áreas precariamente estruturadas e de classes sociais mais pobres como residentes. Embora essas sejam visíveis na paisagem urbana, verifica-se como obsoleta tal premissa, uma vez que a relação centro–periferia tem recebido novos elementos, como os grandes condomínios horizontais e fechados de alto padrão. Mesmo situados em áreas periurbanas, apontam para uma autossegregação combinada à possibilidade destas classes utilizarem a cidade, por meio de sua capacidade de consumo e das vantagens localizacionais dos empreendimentos.

Este processo ocorre como uma nova fase da ação dos agentes imobiliários em cidades de distintos portes. De toda sorte, tal dinâmica não elimina a segregação socioespacial como característica indissociável do atual modelo de produção do espaço urbano nas sociedades capitalistas. Ao contrário, ao acirrar entre agentes sociais diversos as formas de produção do espaço urbano nas áreas distantes dos centros, são realçadas – nas próprias periferias – as formas de segregação pré-existentes, haja vista a coexistência de áreas com distintos conteúdos habitacionais, infra estruturais, socioeconômicos e socioambientais.

Em países, como o Brasil, este processo é revigorado pela forma como historicamente as cidades são originadas e/ou expandidas, afetando inclusive cidades intermediárias distantes dos tradicionais centros metropolitanos. Consequentemente, a lógica do espaço mercadoria (CARLOS, 2011) reproduz efeitos em cidades com distintos processos genéticos, sejam elas naturais ou planejadas, assim como em cidades de distintos tamanhos e densidades demográficas.

Nesta senda, opostamente ao que preconiza Sachs (2008), mediante processos acelerados de urbanização, industrialização e/ou terciarização, verifica-se a exposição das classes de menor poder aquisitivo à riscos socioambientais diversos em áreas caracterizadas pela periurbanização, isto é, as áreas de transição que se estendem entre o urbano e suas adjacências (FURTADO, 2007), geralmente o rural ou até áreas de preservação permanente e/ou territórios de povos tradicionais.

Por exemplo, na cidade de Garanhuns, centro intermediário localizado no Agreste meridional do estado de Pernambuco / Brasil, a ampliação e massificação do setor terciário de sua economia, tem impulsionado nas últimas décadas a um processo de urbanização configurado pela lógica do espaço mercadoria, principalmente, em suas áreas periurbanas. Destarte, questionou-se *que dinâmicas relacionadas ao processo de reprodução do urbano têm implicado na segregação socioespacial em áreas periurbanas da cidade de Garanhuns?*

Sem o intuito de encerrar o debate que se mostra com amplas possibilidades de aprofundamento, o objetivo deste estudo foi analisar as principais dinâmicas urbanas que influenciam na produção da segregação socioespacial na cidade de Garanhuns-PE, destacadamente, em seus espaços periurbanos.

METODOLOGIA

A necessidade de observar a cidade como forma geográfica resultante da relação e influência entre natureza e agentes sociais, de modo integrado, abre margem para a abordagem sistêmica (MONTEIRO, 2001; MORIN, 2010), enquanto meio de ver o mundo e seus lugares, a exemplo a cidade de Garanhuns-PE. O ponto de partida para a leitura, nomeadamente, dos espaços periurbanos de Garanhuns-PE, foi dado pela uso da paisagem, enquanto categoria de análise.

Expressão explorada de maneiras diversas, a paisagem é por Cauquelin (2007) explicitada a partir das formas de idealização e reprodutibilidade equivaescente à natureza. Besse (2014) dispõe sobre o conteúdo da palavra *landschap*, destacando seu conteúdo territorial, provincial ou de região, sendo o espaço objetivo da existência, mais até do que a apreensão incorporada na história da pintura a partir do século XVII por aquilo que a vista descortina de um dado ponto.

Considera-se de Santos (2014) uma apreensão mais geográfica da paisagem. O mesmo autor caracteriza a paisagem, explicando-a como o domínio do visível, a dimensão da percepção e que toma diferentes escalas a depender da localização em que se está. É claro também ao destacar que a paisagem é um quadro momentâneo das relações de produção, circulação, distribuição e consumo, dinamizadas pelas formas de trabalho, sendo, portanto, constantes suas transformações, um palimpsesto pelo qual o espaço é percebido.

Estas metamorfoses, são *pari passu*, decorrências dos processos de reprodução espacial, nos quais dá-se destaque aos processos que, no decurso da história social, transitam de coleções de objetos para sistemas de objetos, dos objetos divisíveis àqueles indivisíveis (SANTOS, 2014).

Há, todavia, o imbróglio de que este processo não coloca o Homem e suas necessidades como prioritárias, mas a funcionalidade dos sistemas em prol de uma racionalidade cada vez mais global, resultando de suas múltiplas dinâmicas processos de segregação socioespacial.

Desta feita, a paisagem dispõe-se como “uma forma, uma aparência. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição como essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere” (SOUZA, 2013, p. 46). É, desta forma, um meio analítico importante para a interpretação do espaço citadino, inclusive, o periurbano. A paisagem é, pois, um ponto de partida do qual espera-se dialética e sistemicamente encontrar subsídios para o entendimento do movimento que constitui o espaço e suas contradições.

Neste ínterim, há mesmo que se considerar a paisagem como ponto de partida e não final, haja vista suas limitações de escala. A indispensabilidade da paisagem para este estudo reside, contudo, em sua qualidade de permanente registro de mudança e capacidade de datação. A cada tempo histórico as formas de fazer são modificadas, conforme cada sistema de técnicas implantado e perante as intencionalidades que regem estas técnicas (SANTOS, 2014). Neste bojo, a multiplicação dos problemas ambientais vem demandar meios de apreensão sistêmicos, como a paisagem, ao entendimento dos processos e contradições da produção dos espaços habitados.

Para tanto, as técnicas concebidas à luz de Richardson (1999), foram organizadas em três etapas: a) juntamente ao levantamento teórico em revistas especializadas da Geografia e das ciências ambientais, observação de campo para levantamento fotográfico, obtenção de imagens de satélite datadas por meio do Google Earth Pro e a produção cartográfica; b) levantamento e análise de dados secundários obtidos em bases, como o Sidra/IBGE, mais a coleta e análise de amostras de água* e a visitação, com registro em fichas de campo, de aspectos de risco geológico em amostras de setores periurbanos de Garanhuns; e por fim c) o levantamento de políticas públicas, com a representação espacial de áreas caracterizadas pela segregação de populações de baixo poder aquisitivo em relação à serviços e infraestruturas básicas.

A seguir, dispõe-se a discussão organizada em três partes correlacionadas, as quais se destinam a: a) caracterização da cidade de Garanhuns, em especial, de seus espaços periurbanos mediando-se à luz de suas paisagens e dos movimentos socioespaciais que as constituem; b) identificação e configuração de alguns dos impactos da produção espacial periurbana, desde os aspectos socioeconômicos aos desequilíbrios socioambientais visíveis, apontando os agentes sociais envolvidos e áreas com segregação socioespacial verificadas em campo; e a c) relação de tais processos com a

* Para a coleta, no intuito de captar amostras de água em diferentes localidades no entorno da cidade de Garanhuns, procedeu-se na formação de quadrantes sobre a imagem de satélite da cidade e, com o auxílio do GPS, foram georreferenciados os pontos de coleta, todos com acesso possível por via terrestre, um para cada quadrante, sempre à jusante das áreas urbanas próximas. Foram coletadas três amostras em cada ponto, levadas posteriormente para análise em laboratório, onde foram verificados o nível de Ph da água, a presença de coliformes fecais e a turbidez da água. Toda a análise foi feita no laboratório de microbiologia com os instrumentos de coleta, armazenagem e testagem apropriados.

ineficiente ou inexistente aplicabilidade das políticas públicas por parte do Estado, destacando setores que carecem de serviços e infra estruturas básicas.

Análise de Paisagens nos Espaços Periurbanos de Garanhuns-PE: Meandros da Produção Segregada da Cidade

Atualmente, o município de Garanhuns concentra uma população estimada em 141.347 habitantes (IBGE, 2021), em uma área territorial de 458,552 km², resultando numa densidade demográfica de 308,24 hab./km². O salário médio mensal de seus trabalhadores formais era em 2016 de 1,8 salários mínimos, caindo para 1,7 em 2020 (IBGE, 2022a), o que coloca Garanhuns da posição 2920^o para a 4168^o dentre todos os municípios brasileiros, no mesmo período. Já no estado de Pernambuco, Garanhuns migrou da 32^o para a 46^o posição.

Com um PIB superior a de R\$ 2,6 bi (IBGE, 2022b), PIB per capita de R\$ 18.622,87, apresenta o 3^o maior índice per capita em sua região imediata, sendo o 18^o no estado e o 2714^o no Brasil. Este dado revigora o potencial econômico regional do município e, especialmente, ratifica o impulso econômico para o crescimento da cidade que polariza uma hinterlândia composta por vinte e um municípios, totalizando mais de meio milhão de habitantes (IBGE, 2021; 2020).

A disposição do sítio urbano de Garanhuns em área de elevadas altitudes do planalto da Borborema, concomitantemente a existência de numerosas nascentes fluviais, protegidas originalmente por combinações de Mata Atlântica e Caatinga, contribuem para a existência de um clima mais ameno, comparado ao que se pronunciam em outros trechos do Agreste pernambucano *(Figura 01). O crescimento urbano constatado na cidade desde sua gênese em 1811, mas intensificado a partir da segunda metade do século XX, tem reforçado o debate ambiental, assim como justificado estudos sobre os arranjos e contradições socioespaciais intra e inter urbanos. Além disso, assevera-se a escolha de Garanhuns, por três (3) aspectos associados entre si:

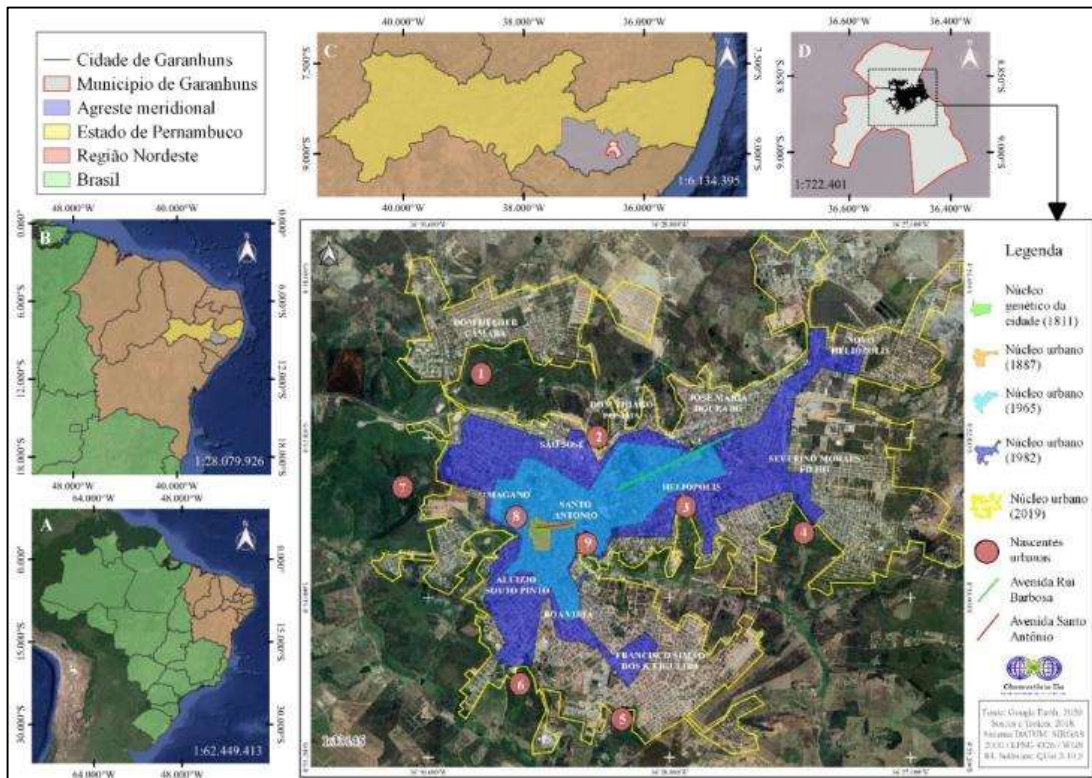
a) conforme o IBGE (2020), esta cidade passou de um centro sub-regional A para regional C†, estando na rede urbana de Recife. À luz das referências já apresentadas concebe-se Garanhuns como

* Sua localização na mesorregião do Agreste meridional, em rota que interliga importantes centros intermediários da rede urbana de Recife (IBGE, 2020), como Campina Grande-PB, Caruaru-PE e Arapiraca-AL, a torna importante centro de distribuição de fluxos logísticos. Em relação a outros centros da mesma rede urbana, Garanhuns está em relação a Aracaju-SE 302km, Arapiraca-AL 124km, Maceió-AL 169km, Campina Grande-PB 242km, João Pessoa-PB 340km, Natal-RN 460km, Caruaru-PE 95km, Recife-PE 231km e de SUAPE (Cabo/Ipojuca) - PE 229 km, com eixos de conexão terrestres por intermédio de rodovias estaduais e federais, sendo estas especificamente as BR's 423 e 424. Recentemente, a cidade de Garanhuns também passou a usufruir de voos domésticos pela empresa Azul, com conexões entre a cidade e a capital pernambucana (AZUL, 2022).

† Conforme o estudo sobre cidades e suas regiões de influência do IBGE (2020, p. 16) "Recife caracteriza-se por ser uma das redes mais populosas – com 24 milhões de habitantes, é a segunda maior após a rede de São Paulo, totalizando 11,3% da população do País – e com grande número de Cidades – ao todo, 720 centros urbanos, segundo maior número após a rede de Belo Horizonte. Abrange uma profusão de centros de hierarquia intermediária, localizados desde o Estado do Rio Grande do Norte até Sergipe e a porção norte da Bahia, estendendo sua entrada a Cidades limítrofes do Estado do Ceará e Piauí, já no contato com a rede de Fortaleza. Os centros intermediários convergem a atração das Cidades próximas, conectando-se por sua vez a centros urbanos de maior hierarquia até a Metrópole de Recife. A atração direta de Recife restringe-se às Cidades próximas e às Capitais Regionais como os Arranjos Populacionais de Natal/RN, João Pessoa/PB, Aracaju/SE e Petrolina/PE - Juazeiro/BA e dos Municípios de Caruaru (PE) e Garanhuns (PE). Alguns Centros Sub-Regionais do interior de Pernambuco, cada um com suas redes bem-estabelecidas, também possuem ligação direta com Recife, tais como os Municípios de Serra Talhada (PE), Arcoverde (PE) e Salgueiro (PE). Nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, os vínculos dos níveis intermediários se dão, em geral, para a própria Capital Estadual, e estas, em seguida, conectam-se com Recife".

uma cidade com grande influência em sua hinterlândia, designadamente, devido a envergadura na oferta de serviços clínico-laboratoriais, educacionais, jurídicos, contábeis, financeiros e de lazer, bem como no comércio (formal e informal), além de suas atividades agropecuárias, industriais e de distribuição logística, corroborando para seu crescimento urbano;

Figura 01. Localização do sítio urbano de Garanhuns e disposição de suas nascentes fluviais no Agreste meridional do estado de Pernambuco.



Fonte: Observatório Elo, 2022.

b) expressa em suas dinâmicas socioespaciais processos políticos, culturais e territoriais de reestruturação urbana nos últimos trinta anos, os quais se articulam a fluxos de escala local à internacional. Representam esta característica a presença de unidades de instituições públicas, como o IBGE, INSS, MPF, Receita Federal, PRF, MPE, Detran, entre outros; e eventos culturais, como o Festival de Inverno e o Magia do Natal, além do circuito religioso relacionado à prática do catolicismo e às edificações que integram o itinerário dos fiéis, especialmente, o templo da Mãe Rainha, a igreja de Santo Antônio, o mosteiro de São Bento e o seminário de São José; e

c) embora seja um centro urbano com influência regional há séculos, dispõe de uma centralidade renovada e massificada pelos fatores retromencionados, efetivando-se nos últimos trinta a quarenta anos. Alguns dados corroboram com isso: I - crescimento superior a 100% da malha urbana - de 9,46 km², em 1985, para 21,15 km², em 2018 (MAPBIOMAS, 2022); II - crescimento demográfico da população total e urbana com valores superiores, respectivamente, a 61,51% (ano referência 2020) e 71,26% (ano

referência 2010), em relação a 1980 (IBGE, 2021); e III – o aumento na produção de políticas urbanas e ambientais em vigor no município.

O periurbano na cidade de Garanhuns

A ocupação humana nessa região de cimeiras da Borborema tem desoriginalizado os sistemas naturais à medida da consolidação da cidade de Garanhuns como centro urbano regional de prestação de serviços e atividades comerciais, de lazer e culturais (FERREIRA, 2018). Dentro

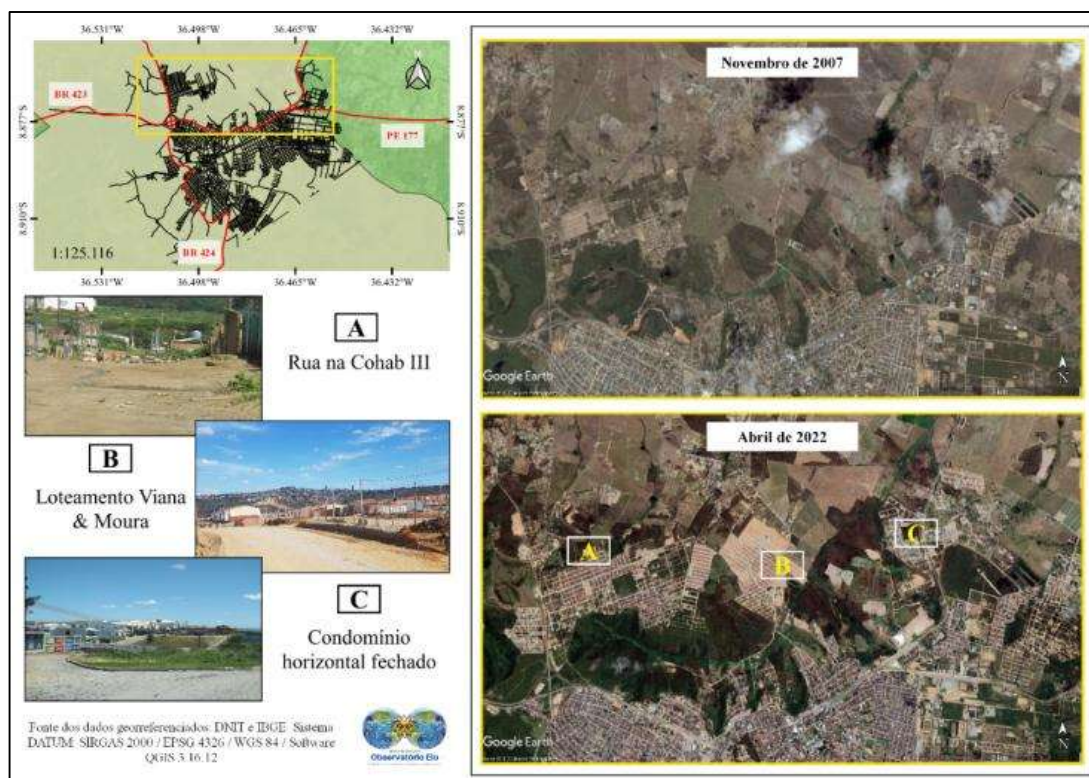
da lógica de produção do espaço em sociedades capitalistas, esse processo vem se majorando, principalmente, perante o crescimento populacional e o intenso mercado imobiliário (Figura 02), que congrega agentes sociais informais, e formais, como bancos, construtoras e o próprio Estado.

Densificada nos últimos decênios, seja com a produção de empreendimentos habitacionais de alto padrão (C – Figura 02), loteamentos populares, ou áreas ocupadas por populações mais carentes, a porção norte da cidade é ilustrativa. Neste setor, a especulação e a produção de residências às camadas populares tem resultado em diferentes condições de habitabilidade na Cohab III (A - Figura 02). Em algumas ruas inexistem estruturas adequadas, como esgotamento, iluminação, calçamento e drenagem. Predominam neste setor agentes informais de produção do espaço. A oferta de serviços públicos, como educação, saúde, mobilidade, etc, bem como a pavimentação nas ruas de maior circulação de veículos foram registrados.

No loteamento produzido pela construtora Viana e Moura (B – Figura 02), a intervenção do poder público tem sido destacada recentemente, registrando-se o esforço para deliberar pela regularização de núcleos urbanos em áreas rural, por meio de projeto de lei (PREFEITURA DE GARANHUNS, 2022), numa aparete ação de atualizar o Plano Diretor do município, beneficiando determinados agentes imobiliários. Nesse bojo, a produção de loteamentos populares tem impulsionado a expansão do uso do solo para fins residenciais nos espaços periurbanos da cidade*.

* Citam-se outros loteamentos: ao sul, na extensão da Cohab 2 com o bairro |Francisco Simão dos Santos Figueira – Rosa Mística (e.g.); à oeste com o loteamento Serra Branca, e à leste com o loteamento Cidade das Flores, o qual localiza-se no território municipal de São João, sendo a população residente integrada à cidade de Garanhuns.

Figura 02. Recorte de paisagem ao norte da cidade de Garanhuns, com produção de habitações para distintas classes sociais entre 2007 e 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Em síntese, o quadro caracterizado tem imposto severos desafios a gestão urbana e, sobretudo, a vida das classes menos abastadas. Além de constituir questão inadiável para as cidades brasileiras (MARICATO, 2013), a habitação trata-se de elemento do planejamento de qualquer pessoa que “vive” a cidade e precisa por ela circular. Soma-se a isso o intenso processo e crescimento urbano que avança em direção aos vales*, os quais guardam nascentes hídricas relevantes ao abastecimento de várias atividades, historicamente (SOARES E TROLEIS, 2018).

Salienta-se que o impulso para a produção do periurbano em Garanhuns demonstra-se em função da procura massificada pelo centro comercial e de serviços da cidade, atualmente concentrado nas avenidas Santo Antônio e Rui Barbosa, mais as ruas e avenidas adjacentes. A partir destes centros, desenvolvem-se bairros, como o Boa Vista e o Severiano Moraes Filho. Aspectos da paisagem de ambos indicam o espraiamento da economia para os comércios de bairros, dispostos entre os loteamentos, localizados nas extremidades periurbanas, e as áreas dos centros consolidados da cidade. Registram-se farmácias, mercadinhos, padarias, pequenas lojas de construção, postos de combustível e outros

* Visto por imagem de satélite, o limítrofe destas nascentes como a atual extensão urbana de Garanhuns, assemelha-se a um sinuoso e meandrante canal fluvial, na verdade, um aspecto que denota o modelo de expansão urbana, que se distingue em cada extremidade da cidade pelos conteúdos socioeconômicos, infra estruturais, habitacionais e socioambientais existentes.

pequenos empreendimentos comerciais, além de postos de saúde, escolas e feiras populares e, predominantemente, residências.

Nas franjas dos bairros que envolvem os centros da cidade e os comércios de bairros, dispõem-se as moradias de populações que mais carecem de infraestruturas básicas (Figura 03), como saneamento, iluminação, pavimentação, acessibilidade, arborização e áreas de lazer. Nestes setores, as dificuldades registradas impõem prejuízos para a realização da vida dos residentes na cidade.

Figura 03. Paisagens de áreas onde as carências de infraestruturas e serviços essenciais somam-se a riscos socioambientais.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

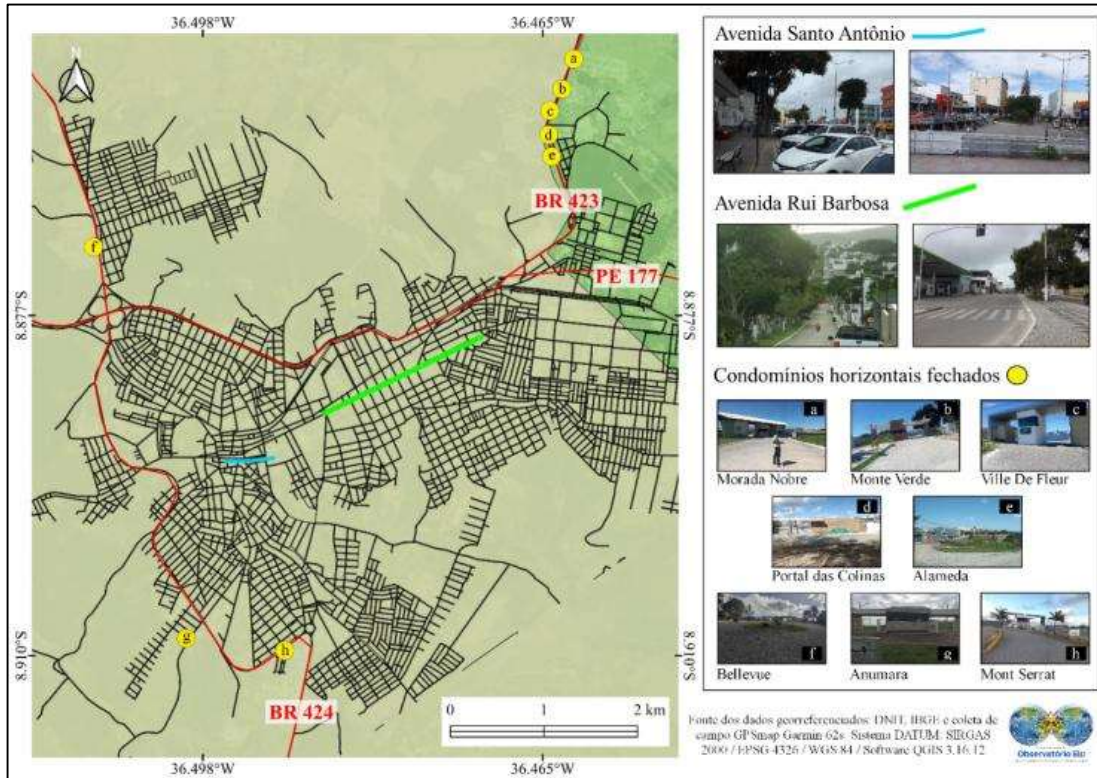
Em muitos casos, somam-se à localização distante dos centros e das atividades que concentram, habitações em áreas de risco, próximas a vales ou taludes íngremes. Ressalta-se, conforme Sposito (2011), que a segregação socioespacial não está restrita, atualmente, ao binômio

centro – periferia, haja vista as questões da insegurança e exclusão e/ou precária inclusão urbana externarem, nos espaços centrais e nos periurbanos, contradições socioespaciais que escancaram a distância entre os desiguais, contrapondo, num mesmo “setor” da cidade – o periurbano neste estudo – segmentos sociais com distintos poderes de solvabilidade.

Destarte, as áreas mais carentes e segregadas diferenciam-se na paisagem periurbana, em termos de infraestrutura e condições de vida dos residentes, aos condomínios de alto padrão existentes nos setores periurbanos mais bem estruturados e autosegregados da cidade (Figura 04). A possibilidade

de uso da cidade de Garanhuns para as populações residentes nestes empreendimentos tende a ser potencializada pelas vantagens de localização, mais as condições técnicas de produção do espaço e de consumo das famílias.

Figura 04. Condomínios horizontais fechados de alto padrão dispostos nas margens das BR's 423 e 424 na cidade de Garanhuns-PE.



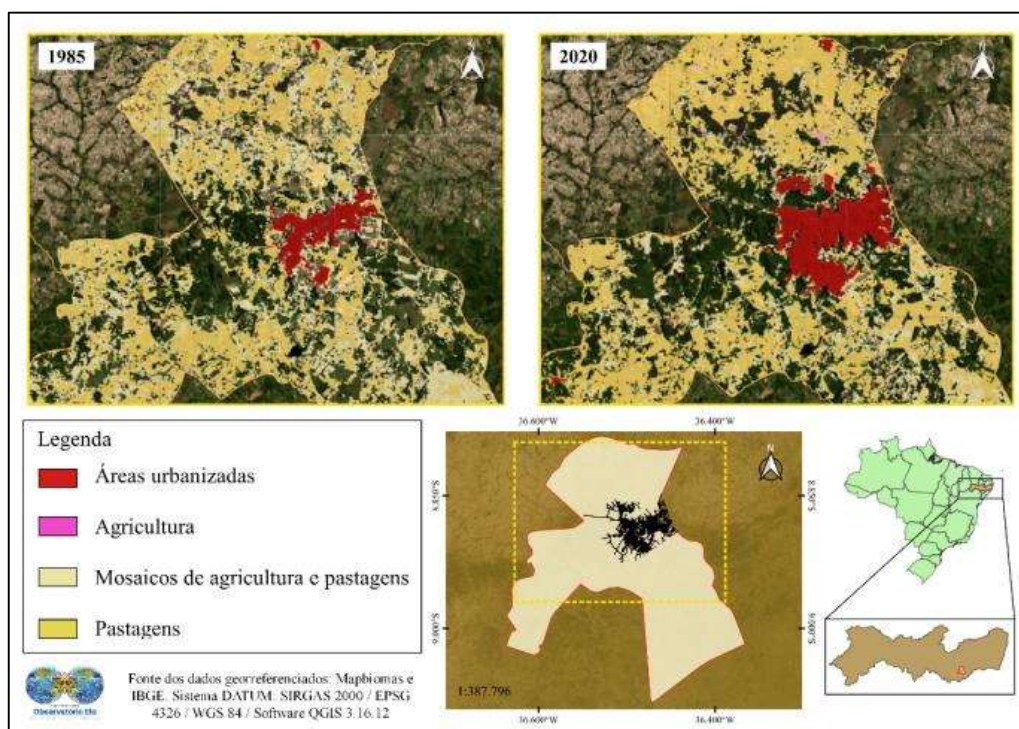
Para tanto, verifica-se o consórcio entre agentes sociais de produção, com ênfase nas imobiliárias, proprietários de terra, bancos e, mais uma vez, o Estado, fundamental na garantia de infraestruturas e condições para a efetivação dos negócios imobiliários. Ao menos oito empreendimentos com este modelo foram implementados na cidade nos últimos vinte anos e encontram em sua disposição próxima às BR's uma característica localizacional comum.

Em concordância com a concepção de Carlos (2011, p. 49) onde o espaço é condição, meio e produto das práticas sociais, entende-se a segregação socioespacial, incluindo a deliberada, como uma prática social cuja “ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial”. Em Garanhuns, um dos desdobramentos dessa morfologia espacial periurbana é a exposição das áreas mais pobres a riscos socioambientais que, neste sítio urbano, são factíveisis.

Riscos e impactos socioambientais nos espaços periurbanos da cidade de Garanhuns

O crescimento da malha urbana de Garanhuns, representado na Figura 05, aponta a ampliação de suas áreas periurbanas em mais de três décadas (1985 a 2020). Em um período deste intervalo, conforme dados extraídos da plataforma SIDRA/IBGE, de 2000 a 2010, o crescimento de domicílios ocupados foi superior a 38%, crescendo de 26.446 para 36.664 unidades, enquanto o de domicílios de uso ocasional aumentaram de 364 para 1.111 unidades, expressando mais de 205% de acréscimo. Tais mudanças não expressam apenas a ação dos agentes imobiliários que têm conduzido transformações impactantes na cidade, consorciadamente ao Estado. Os dados são indicativos da crescente demanda por força de trabalho nos sistemas de produção existentes na cidade, desde a construção civil até órgãos públicos.

Figura 05. Expansão das áreas urbanas e de pastagens em Garanhuns.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Junta-se a isso a consolidação da cidade de Garanhuns como polo cultural de eventos e negócios, que tem potencializado o roteiro turístico no estado de Pernambuco, principalmente nos períodos de inverno e fim de ano, com seus eventos principais. De toda sorte, a demanda dos fluxos turísticos por hospedagem não é atendida exclusivamente pela rede de pousadas e hotéis, concentrada no centro da cidade, mas também por unidades domiciliares produzidas em áreas mais afastadas. Um

indicativo deste mercado é a divulgação de residências para aluguel por temporada que conta com a divulgação da própria prefeitura (SECRETARIA, 2022).

À luz dos recortes de paisagens representados na figura 05, conjuntamente às observações

de campo realizadas, foi possível constatar que as áreas produzidas destinam-se especialmente à moradias. Os espaços produzidos de 1985 a 2020 são constituídos por loteamentos, condomínios horizontais e fechados de alto padrão, condomínios de verticais fechados e abertos populares, conjuntos residenciais, comunidades residentes em ocupações informais, além das vias de circulação e galpões, indústrias, empreendimentos de prestação de serviços e pontos comerciais.

A reprodução contínua destas áreas é corroborada por dados do MapBiomas (2022). As áreas de pastagens que em 1985 apresentavam 140,87 km², cresceram para 186,41 km², em paralelo a uma diminuição das áreas destinadas a agricultura e mosaico de agricultura e pastagens. Estas, de 149,46 km², passaram a 81,91 km². Pressupõe-se que a repercussão da expansão urbana tem gerado influência nas áreas rurais adjacentes à cidade, guinando interesses de agentes privados e públicos que destoam das legislações ambiental e urbana existentes no país.

Uma amostra recente disso foi observada a partir de parecer técnico emitido pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA, 2022). Dentre as recomendações do Conselho, destacam-se as contraindicações ao projeto de lei da Prefeitura Municipal de Garanhuns que visava a alteração do plano diretor quanto a Outorga Onerosa de Alteração de Uso e Parâmetros do Solo e disciplinamento do parcelamento, o uso e a ocupação do solo*. Acredita-se ser uma contradição já que, na contramão das soluções para as áreas de risco socioambiental existentes na cidade, como as comunidades da Liberdade e do Morro dos Macacos (Figura 06), e das terras urbanas previstas no plano diretor para a expansão na cidade, a proposta do projeto de lei estaria legitimando a antecipação dos interesses de agentes privados, como construtoras e imobiliárias, aos interesses coletivos por uma cidade mais justa e segura.

* Dentre os pontos mais criticados da proposta, destaca-se o da previsão de Núcleos Urbanos a serem criados em Zona Rural até um raio de 3 km (três quilômetros) do perímetro urbano mais próximo, com zoneamento compatível à tipologia de empreendimento proposto. Além de se tratar de proposta que conflita com os marcos jurídicos do direito urbano e ambiental nacional, não havendo previsibilidade no plano diretor do município (PREFEITURA DE GARANHUNS, 2008), aparenta constituir uma intervenção do Estado em prol de grupos privados que teriam maior autonomia para ampliar as áreas de produção de novos empreendimentos imobiliários em áreas rurais e até em reservas ambientais, já que o projeto não firma exceções.

Figura 06. Amostras de áreas de risco a movimentos de massa em Garanhuns.

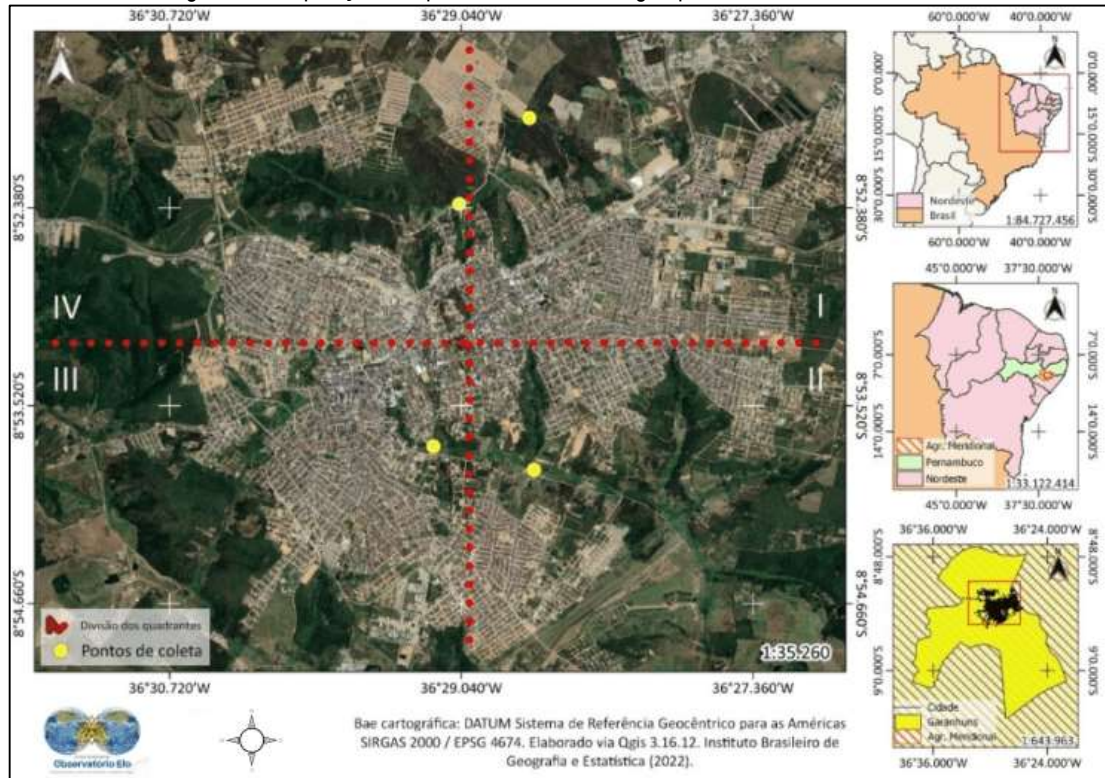


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Neste sentido, verificou-se que a ausência do Estado em áreas de risco geológico é um indicativo da desigualdade e das formas de segregação existente nos setores periurbanos de Garanhuns. A precariedade da política urbana, que se repete insistentemente em muitas cidades brasileiras (MARICATO, 2013), é explicitada pela não aplicação de instrumentos de fiscalização, mas principalmente, pela calamidade das políticas urbanas que condicionam às áreas menos valorizadas as populações mais pobres. Essa morfologia socioespacial amplifica a efetivação de riscos socioambientais (CARDOSO, GUERRA E SILVA, 2020), desdobrarem-se em impactos socioambientais (Figura 07), como explica Coelho (2011).

Em Garanhuns a ocupação de áreas de instabilidade geológica por moradias e infraestruturas vulneráveis a movimentos de massa também é comprometida pela própria população (rever figura 06) ao destinar seus resíduos nas encostas, favorecendo os deslizamentos. Este fato, conjuntamente ao despejo dos efluentes domésticos e a falta de esgotamento sanitário, além de contribuir para a instabilidade das encostas gera a poluição dos mananciais existentes em suas proximidades. As circunstâncias socioespaciais destes impactos os tornam potencialmente mais graves, uma vez tratarem-se de áreas cuja população é menos resiliente.

Figura 07. Disposição dos pontos de coleta de água para análise em laboratório.



Fonte: Observatório Elo, 2022.

A poluição dos cursos fluviais, por seu turno, dispõe de uma configuração distinta. Embora seja notória a emissão de efluentes domésticos e urbanos nas áreas mais pobres, disseminando vetores como baratas e caramujos, a carência de esgotamento sanitário gera impactos mais difusos e que se distribuem ao longo dos canais fluviais, desde suas nascentes. A disposição indevida de lixo pela população nas áreas mais carentes de Garanhuns demonstrou-se um problema. Porém, a análise de amostras de água coletadas em pontos à jusante de algumas nascentes permitiu atestar efeitos oriundos de efluentes difusos e de pontos de despejo de loteamentos e dutos urbanos.

Com vistas a ratificar tais impactos, realizou-se coleta em quatro pontos de cursos fluviais dispostos entre os vales que permeiam a cidade de Garanhuns-PE, seguindo-se de análise em laboratório do Ph, coliformes fecais e turbidez. Os resultados das amostras apresentaram Ph neutro e mostraram resultado positivo para a presença de objetos orgânicos e coliformes fecais. Quanto à turbidez, verificou-se resultado próximo a 100 NTU em análise comparativa, sendo considerado bastante superior ao valor máximo indicado para o consumo humano segundo a Organização Mundial para a Saúde (5 NTU). Tais dados evidenciaram o estado de contaminação das águas e sua inadequação para uso devido a falta de saneamento básico e o descarte indevido de lixo, problemas que aparentam afetar igualmente as nascentes fluviais.

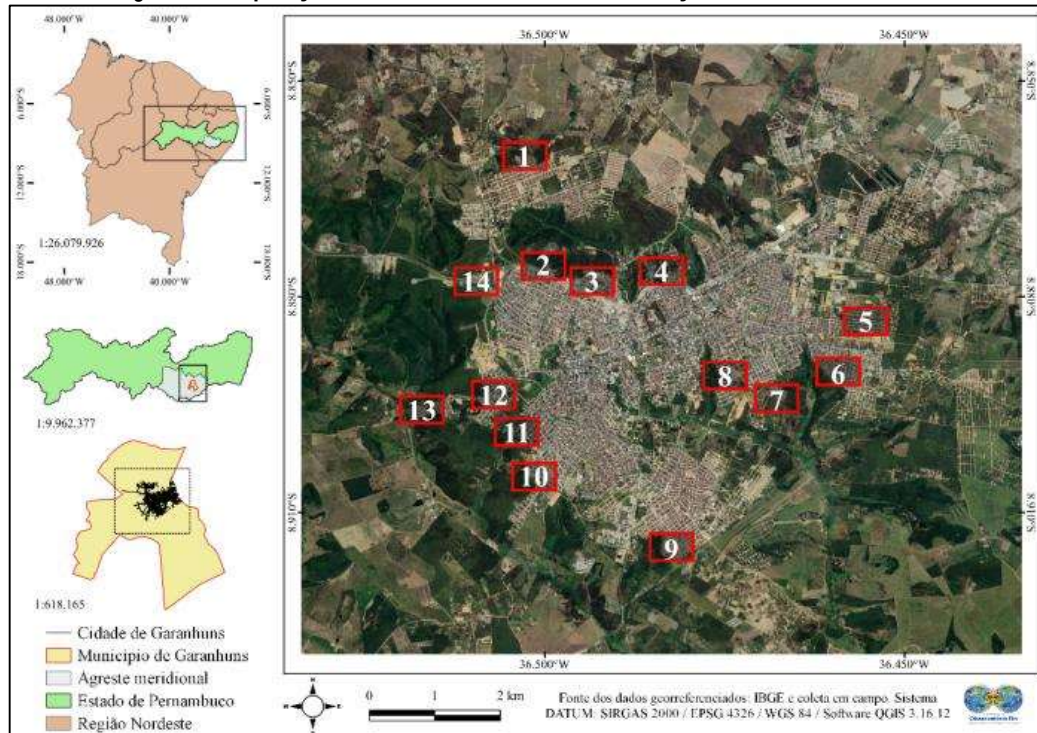
Políticas públicas e a permanência de setores segregados nos espaços periurbanos de Garanhuns

No município de Garanhuns, além das secretarias de governo, existem dois conselhos municipais para a tratativa das questões urbanas e ambientais: o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) e o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR). Apesar de serem apenas conselhos de natureza consultiva atualmente, desempenham funções importantes, dentre elas, a de acompanhar a executabilidade das políticas públicas existentes.

Neste bojo, o município passou a contar nos últimos decênios com um conjunto mais numeroso de políticas públicas relacionadas às questões urbanas e ambientais como, por exemplo: I – a Lei nº 2.436 de 2000 (Lei Orgânica do Município de Garanhuns), que trata da organização e direcionamento das políticas públicas municipais; II - Lei nº 3.444 (FMMA) de 2006, que orienta a destinação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA); III - Lei nº 3.620 (Plano Diretor) de 2008, que orienta a ação de agentes públicos e privados na produção e gestão do território municipal; IV - Decreto nº 003 de 2010 (Resíduos sólidos de construção) que orienta o descarte de resíduos de construção civil; V - Lei nº 4.224 de 2015 (Política ambiental do Município de Garanhuns) que institui a Política Ambiental e o Sistema Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para a proteção, controle e licenciamento ambiental no Município; VI - Resolução nº 02 de 2016 (Coleta e tratamento de efluentes), que regulamenta as estruturas da rede de coleta e tratamento de efluentes em relação a instalações residenciais, comerciais e de serviços; VII – Lei nº 4.397 de 2017 (Plantio de Árvores), que dispõe sobre a obrigatoriedade dos empreendedores de loteamento de realizarem o plantio de árvores nas regiões de passeios públicos; e a VIII - Resolução nº 10 de 2019 (Reservas legais), que dispõe sobre a manutenção e adequação das Reservas Legais, das Áreas de Preservação Permanente e demais áreas de conservação específica nas áreas sujeitas à expansão urbana no Município de Garanhuns.

Embora indiquem um avanço no tocante à legislação das matérias ambiental e urbana e do esforço dos conselhos e de outros agentes públicos e privados, observou-se uma grande dificuldade na exequibilidade das mesmas. Nos espaços periurbanos, principalmente aqueles ocupados por populações mais pobres e mais susceptíveis a riscos ambientais (Figura 08) a inexistência de direitos básicos juntamente à inexecução dessas políticas dão o tom da realidade vivida.

Figura 08. Disposição de áreas com carências de serviços e estruturas básicas.



Fonte: Observatório Elo, 2022.

Mesmo nos setores previstos no plano diretor como Zonas de Interesse Especial (ZEIS): Liberdade, Barreira do Inferno, Dom Thiago, Magano, Várzea e Parque Fênix, registrou-se a permanência de problemas e a ineficiência de instrumentos como regularização urbanística e fundiária e a implementação de saneamento ambiental. Os trabalhos de campo conjuntamente às análises das imagens de satélite, mostrando a evolução da cidade no tempo, permitiram identificar outros setores dispostos no periurbano que, igualmente, demandam atenção do poder público.

Problemas de ordem infra estrutural, socioeconômica e ambiental foram encontrados nos conjuntos residenciais Lula I e II – Cohab III (1), Morro dos Macacos (2), Cabeça de Porco (3), proximidades do Castelo de João Capão – Dom Thiago (4), Massaranduba (5), Parque Fênix (6), Jardim Petrópolis (7), Liberdade (8), Cohab 2 – proximidades da área da invasão (9), Comunidade do Mundaú (10), Barreira do Inferno (11), Manoel Xéu (12), Várzea (13) e Magano (14). Nos setores (2), (3), (4), (6), (7), (8) e (11) constatou-se condições de segregação socioespacial reforçadas por riscos e impactos socioambientais relacionados a movimentos de massa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência das questões ambientais na contemporaneidade, sem embargos, relevou a necessidade de abordagens complexas e sistêmicas para além de uma interpretação fragmentada (MORIN, 2010) e tornou ainda mais desafiante a discussão dos fenômenos pelas ciências, não sendo diferente nas análises socioespaciais relacionadas às dinâmicas urbanas. A realidade observada na

cidade de Garanhuns-PE além de corroborar para a relativização da ideia de centro-periferia, demonstrou-se elucidativa quanto a processos de segregação socioespacial nos setores periurbanos. Nestes, a (re)produção de áreas marcadas por carências de serviços e infra estruturas básicas, tem ocorrido paralelamente a especulação imobiliária e a produção de outros espaços destinados a moradias, como loteamentos e condomínios de alto padrão.

Tais aspectos apontam para um quadro de crescimento urbano impulsionado pela terciarização da economia da cidade, centro regional efervescente nas últimas décadas a partir de sua consolidação na oferta de serviços, comércio e atividades culturais. Neste âmbito, agentes sociais como construtoras, bancos, imobiliárias, proprietários de terra, o Estado, além dos grupos sociais carentes atuam ativamente na produção e expansão dos espaços periurbanos. À luz de Alves (2019) e Sposito e Sposito (2020), verificou-se que os processos de segregação, em alguns setores, são reforçados pela existência de problemas socioambientais relativos a poluição de cursos fluviais e nascentes e a ocupação de áreas íngremes susceptíveis a movimentos de massa. A permanência e produção de áreas como essas tem implicado na necessidade de revisão das políticas públicas existentes que, sozinhas, não poderão garantir o acesso das populações a uma cidade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo apoio financeiro. Aos docentes do grupo de pesquisa Observatório Elo, Leôncio de Barros e S. Neto, Pedro H. Campello Santos e Tatiana de O. Calado, pela sinergia conferida nessa pesquisa. E aos jovens estudantes que iniciaram jornadas na ciência, contribuindo no projeto do qual resulta este trabalho, em especial, Gabriel Santos da S. Gomes, Samira C. Araújo dos Santos, Águida J. Camilo da Silva e Isabel Joályce da S. Galindo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. da A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. **GEOUSP**, São Paulo, v. 29, n. 1, out. 2019.
- ARAGÃO, J. G. DE V. **Meandros da produção segregada e (in) sustentável da cidade**: análise de paisagens e impactos socioambientais nos espaços periurbanos de Garanhuns-PE. (Projeto de pesquisa). Recife: Propesq/IFPE, 2019.
- ARAGÃO, J. P. G. de V.; DIAS, V. C.; GALINDO, B. V. C. P.; SILVA, G. G. L. da. Reestruturas urbanas em centros intermediários regionais: reflexões a partir das recentes metamorfoses de Garanhuns-PE. In: SEABRA, G. **TERRA - A Saúde Ambiental para a Vitalidade do Planeta**. Ituiutaba: Barlavento, 2021.
- AZUL antecipa operações no Aeroporto de Garanhuns para o dia 18 de julho devido ao 30º FIG. **G1**, Recife, 29 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/06/29/azul-antecipa-operacoes-no-aeroporto-de-garanhuns-para-o-dia-18-de-julho-devido-ao-30o-fig.ghtml>>. Acesso em: 29 de junho de 2022.
- CARDOSO, C.; GUERRA, A. J. T.; SILVA, M. S. DA. **Geografia e riscos socioambientais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- COELHO, M. C. N. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: CUNHA, S. B. DA.; GUERRA, A. J. T. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFEESA DO MEIO AMBIENTE (CODEMA). **Parecer técnico nº 01/2022 sobre Projeto de Lei de ementa: Dispõe sobre a Outorga Onerosa de Alteração de Uso e Parâmetros do Solo - OOAUPS e disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de Garanhuns.** Garanhuns: CODEMA, 2022

FERREIRA, G. P. de M. **Das cidades das flores à cidade do evento:** A produção do espaço urbano em Garanhuns. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

FURTADO, M. de F. R. de G. A gestão urbana e regional e as áreas da interface periurbana. **Anais ENANPUR.** v. 12 n. 1, Belém – maio, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população:** Tabelas 2021 (2021). Disponível em: < https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20220419.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

_____. **Cadastro central de empresas:** salário médio 2016 e 2020 (2022a). Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1685#resultado>>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

_____. **IBGE Cidades:** Garanhuns – população e economia (2022b). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/garanhuns/panorama>>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

_____. **Região de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Sistema de Recuperação Automática do IBGE.** Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em 16 de junho de 2022.

MAPBIOMAS. **Plataforma Brasil.** Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas:** a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem feita:** repensar a reforma – reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PREFEITURA DE GARANHUNS. **Minuta de dispõe sobre a criação de Núcleo Urbano inserido em área Rural, neste município, e dá outras providências.** Garanhuns: Prefeitura de Garanhuns, 2022.

_____. **Lei nº 3620 de 2008 que Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Garanhuns, instrumento da política urbana e ambiental, e dá outras providências.** Garanhuns: Prefeitura de Garanhuns, 2008.

_____. **Lei 3.444, de 28 de dezembro de 2006.** Institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências. Prefeitura de Garanhuns, 2006.

_____. **Lei 4.397, de 22 de maio de 2017.** Dispõe sobre a obrigatoriedade do plantio de árvores. Prefeitura de Garanhuns, 2017.

_____. **Decreto nº 003, de 08 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre o descarte de resíduos sólidos de construção civil. Prefeitura de Garanhuns, 2010.

_____. **Resolução nº 02, de 22 de agosto de 2016.** Dispõe sobre a disposição das estruturas da rede pública de coleta e tratamento de efluentes. Prefeitura de Garanhuns, 2016.

_____. **Resolução nº 10, de 28 de fevereiro de 2019.** Dispõe sobre a manutenção e adequação das Reservas Legais. Prefeitura de Garanhuns, 2019.

_____. **Lei 4224, de 28 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a Política Ambiental e Sistema Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Prefeitura de Garanhuns, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETARIA de Turismo de Garanhuns divulga lista de casas disponíveis para aluguel no FIG 2022. **Prefeitura Municipal de Garanhuns,** Garanhuns, 28 de jun. de 2022. Disponível em: < <https://garanhuns.pe.gov.br/secretaria-de-turismo-de-garanhuns-divulga-lista-de-casas-disponiveis-para-aluguel-no-fig-2022/>>. Acesso em 05 de julho de 2022.

SOARES, A. B.; TROILES, A. L. A expansão urbana de Garanhuns-PE entre 1811 e 2016 e suas Implicações socioambientais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 7, N. 1, 2018, p.185-209. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu>. Acesso em: 13 out. 2020.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, jun. de 2020.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

LEITURA DAS PAISAGENS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DE VISITAS DE CAMPO: TRILHAS PARA O CONHECIMENTO ECOSSOCIAL

Solange Fernandes Soares Coutinho
Edneida Rabelo Cavalcanti
Juvenita Lucena de Albuquerque
Tarcísio dos Santos Quinamo

RESUMO

A existência de Unidades de Conservação não é recente, mas desde a instituição da primeira que seus objetivos são estabelecidos para atender diferenciados interesses de proteção do meio ambiente. Mais recentemente, já com as devidas comprovações científicas de mudanças climáticas e consequentes extinções de espécies em função de perdas de habitats, as áreas protegidas estão se mostrando cada vez mais presentes em debates diversos, incluindo pertinência de revisões conceituais e de formas de uso. Derivado de pesquisa sobre Unidades de Conservação como Lugares Educadores, o trabalho a seguir traz o recorte da leitura de paisagens em visitas de campo, buscando ultrapassar formas consolidadas de suas realizações ao centrar o protagonismo da ação no público que participa da atividade, partilhando com os educadores formais e leigos metodologias ativas embasadas em processos ecossociais, visando inserir os visitantes, quer da população local ou não, na proteção da vida no Planeta através da educação. A experiência demonstrou a importância da ampliação coletiva do saber e através dela a contribuição para a manutenção ou restauração dos serviços ecossistêmicos que os mais variados elementos naturais prestam nos sistemas ecológicos que a espécie humana faz parte.

Palavras-chave: Leitura de paisagens; Unidades de conservação; Visitas de campo; Conhecimento ecossocial.

ABSTRACT

The existence of Conservation Units is not recent, but since the establishment of the first one, their objectives have been established to meet different interests of environmental protection. More recently, with due scientific evidence of climate change and consequent species extinctions due to habitat loss, protected areas are increasingly present in various debates, including the relevance of conceptual revisions and forms of use. Derived from research on Protected Areas as Educating Places, the following work presents the clipping of the reading of landscapes in field visits, seeking to overcome consolidated forms of their accomplishments by focusing the protagonism of the action on the public that participates in the activity, sharing with the formal educators and lay people active methodologies based on ecosocial processes, aiming to insert visitors, whether from the local population or not, in the protection of life on the Planet through education. The experience has shown the importance of the collective expansion of knowledge and, through it, the contribution to the maintenance or restoration of ecosystem services that the most varied natural elements provide in the ecological systems that the human species is part of.

Keywords: Landscape reading; Conservation units; Field visits; Ecosocial knowledge.

INTRODUÇÃO OU CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Unidades de Conservação (UCs) correspondem a um tipo de Área Protegida (AP). No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado no ano 2000 e regulamentado em 2002, organizou as iniciativas de conservação existentes e ampliou categorias ao instituir doze tipos de UCs – cinco na categoria de Proteção Integral e sete na de Uso Sustentável. Um dos objetivos do SNUC é o de “favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000). Contudo, passadas duas décadas sem sofrer os ajustes que se mostram necessários, a inserção desse tema nos contextos educativos formais e não formais é ainda um desafio; e, no âmbito da sociedade, o reconhecimento desses espaços protegidos, na sua importância local, regional e nacional para a melhoria da qualidade de vida da espécie humana, parece ser insuficiente.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância de abordagens que possibilitem leituras integradas e sensíveis da paisagem como experiências que podem contribuir para mudanças na relação entre seres humanos e natureza não humana. Foi desenvolvido a partir de pesquisa realizada pelos autores em cinco UCs do Nordeste brasileiro, com aprofundamento em duas delas – a Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana e o Parque Nacional (Parna) do Catimbau –, por meio de aplicação de questionários semiestruturados, realização de oficinas, visitas de campo e construção de mapeamentos colaborativos, envolvendo professores, gestores educacionais, gestores ambientais e representantes da comunidade local. A partir do reconhecimento das potencialidades das paisagens geográficas, para a compreensão das várias realidades através de leituras que apontem o que não se percebida antes, as visitas de campo, entendidas como excursões didáticas realizadas por grupos ligados à educação formal e não formal, são uma estratégia, um caminho pedagógico fundamental para construção do conhecimento ecossocial. Esse tipo de conhecimento pressupõe trabalhar a partir da conexão, da abordagem integrada, do entrelaçamento e de influências mútuas entre os domínios físicos, biológicos e da organização do espaço pelo ser humano, que acabam por constituir paisagens naturais e culturais (ANDRADE, 1986).

É nesse sentido que a leitura da paisagem constitui um convite, uma abertura à percepção, um estímulo aos sentidos. Julga-se, assim, que é preciso avançar numa educação ético-estética, aquela em que “predomina a dimensão do sensível, sensorial, afetiva e perceptual da experiência humana, sempre situada em continuidade com o ambiente” (PAYNE *et al.*, 2018, p.100), que reconhece e reflete sobre a ideia de que a espécie humana afeta e é afetada pelos demais elementos do mundo em que vive. Nessa perspectiva, o educador ambiental, em um entendimento mais abrangente, aquele que envolve

professores, guias, pescadores, pode ser considerado um mediador dessa relação de interação entre sujeitos em seu meio social e no universo da natureza não humana (CARVALHO, 2012).

As Unidades de Conservação no Contextos das Áreas Protegidas

Um dos tipos de Área Protegida refere-se às Unidades de Conservação. Segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), uma Área Protegida é uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meio de instrumentos jurídicos e outros eficazes ou, textualmente:

Um espaço geográfico claramente definido. Reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados” (UICN, 2013, p.2).

São também exemplos de Áreas Protegidas as Matas Ciliares, as Nascentes de Água, os Territórios Indígenas e Quilombolas, e, como já registrado aqui, as Unidades de Conservação em suas diferentes modalidades e tipos; e também determinados espaços urbanos, o que há relativamente pouco tempo não eram dessa forma considerados. Existem municípios brasileiros que criaram seus sistemas de proteção ambiental que chegam a considerar uma única espécie objeto de preservação. É o caso do Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP) do Município do Recife-PE.

As Unidades de Conservação são espaços protegidos que podem ser legalmente constituídos nas esferas nacionais, estaduais e municipais, o que se torna ainda mais importante em uma região diversa ecológica e socialmente, com níveis de degradação ambiental significativos; e, assim, preocupantes no que se refere à capacidade de desenvolvimento dos serviços ecossistêmicos e, por consequência, à sustentabilidade dos sistemas ecossociais (COUTINHO, *et al.*, 2021). É o caso da Região Nordeste do Brasil que possui uma excepcional diversidade de sistemas que podem ser percebidos a partir de domínios climáticos, como os biomas da Caatinga, do Cerrado, da Mata Atlântica e a ela associados os Manguezais, as Florestas e Campos de Restinga, e as Formações de Dunas e Praias, e ainda a área de transição correspondente à Pré-amazônica Maranhense. Não menos diversas são a história e a cultura desse Nordeste brasileiro geograficamente distinto na sua formação histórica, como ficou constatado na pesquisa coordenada pelo professor Manuel Correia de Andrade, intitulada “Ecossistemas e Potencialidades do Nordeste Brasileiro”, na década de 1980, que incluiu ampla pesquisa de campo visando a interpretação das paisagens à luz das leituras das pessoas da região e das ações de instituições que ali atuavam (ANDRADE *et al.*, 1985).

Diferentes Tipos, Objetivos e Formas de Visitas de Campo

O termo visita de campo pode ter compreensões distintas. Visita técnica, excursão didática, aula de campo, aula prática e pesquisa de campo são exemplos e se diferenciam por seus objetivos específicos, mas também podem ser termos equivalentes ou até representarem atividades que se dão conjuntamente de formas complementares. Todavia, nenhuma dessas atividades representam um passeio no contexto da prática docente e da pesquisa científica.

De antemão, sentiu-se a necessidade de trazer algumas observações gerais sobre as visitas de campo, voltadas à excursão didática e visitas técnicas, consideradas em conjunto, abordando três fases diretamente relacionadas entre si: o planejamento, a realização e a utilização posterior dos conhecimentos e compreensões adquiridos, de acordo com o público-alvo, os objetivos e o objeto de estudo. Tudo isso deve ser acompanhado de forma viva, dinâmica e envolvente, ajustando o caminho conforme a caminhada.

São vários os procedimentos iniciais, a começar pelas discussões voltadas para os acordos preliminares que estarão presentes no planejamento dos trabalhos, com a devida atenção de promover e manter a motivação de todo o grupo. Nesta etapa deverão constar as diferentes necessidades a serem atendidas antes dos trabalhos, em conformidade com as peculiaridades e objetivo do projeto a ser construído. No caso da pesquisa em questão, reconhecer Unidades de Conservação como Lugares Educadores

É nesse contexto que se levantam algumas dúvidas que poderão estar presentes e que deverão ser consideradas antes da elaboração do projeto, em se tratando de Excursão Didática que inclua, ou não, visita técnica a uma determinada instituição. São algumas dessas dúvidas: Em quais disciplinas pode ser utilizada a visita de campo? Em que tipo de ensino e aprendizagem? Quantos professores devem participar? Que outras pessoas podem participar? O que fazer quando não há recursos financeiros ou de outro tipo? Destacando-se, já aqui, a importância do querer fazer e do fazer com boa qualidade, premissas indiscutíveis.

O campo da Educação Ambiental (EA) é plural em suas conceituações e metodologias, e vem se desenvolvendo ao longo das últimas cinco décadas, considerando as primeiras discussões mais abrangentes, formalizadas e difundidas a partir da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, ou Estocolmo 72. Numa abordagem que se aproxima das discussões sobre novas epistemologia ecológicas, a EA teria um papel desafiador de descolonizar estruturas de pensamento que excluem a alteridade do que não é humano e também as abordagens e cosmovisões não ocidentais e não acadêmicas. Steil e Carvalho (2014) usam o termo *epistemologias ecológicas* para se referir ao conjunto de atuações teóricas que

visam o rompimento de dualidades e se somam a um conjunto de orientações filosóficas contemporâneas que questionam dualidades decorrentes da visão antropocêntrica e da colonização. Nessa direção, Payne *et. al.* (2018) argumentam não haver fragmentação entre estética, ética e política, entre o corpo engajado no mundo e os posicionamentos cotidianos.

Iared, Hofstatter, Di Tullio, Oliveira (2022) argumentam a favor de uma Educação Ambiental pós-crítica como possibilidade para práticas educativas mais sensíveis e se valem de diversos autores que ressignificam o conceito de estética como a base da relação com o mundo, ou seja, é a conexão visceral com o mundo e intimamente ligada ao processo de atribuição de significado.

Queiroz e Guimarães (2016) defendem que, além da sensibilização e interpretação ambiental, a Educação Ambiental desenvolvida em UCs busque trabalhar o senso crítico e o sentimento de pertencimento ao ambiente natural, de modo a gerar reflexões e metodologias voltadas à criação de alternativas para a solução de problemas ambientais. Mas, por outro lado, estar em uma área protegida pode significar uma oportunidade de trabalhar com sensibilidade e criar oportunidade para que as pessoas se expressem, ampliem a experiência com o uso dos vários sentidos, contemplem, resgatem o olhar junto ao gesto, ao traço, à palavra e à escrita.

A arte, por exemplo, é um importante instrumento para a promoção do saber sensível (DUARTE JR., 2010), e ela pode ser incluída numa atividade de campo de diversas formas: no estímulo à fotografia, aos exercícios de expressão gráfica no papel, no convite ao movimento do corpo e ao canto, à escuta atenta dos sons que emanam de diversas fontes, à identificação de cheiros e à distinção de características geológicas do lugar através de cores e texturas.

Ao propor visitas de campo em Unidades de Conservação como instrumento de ampliação do saber, é importante refletir se os marcos legais da educação formal brasileira também consideram essa possibilidade. Essa ação não é limitante ou mesmo impeditiva para que tal iniciativa ou recurso didático ocorra, mas um olhar que permite ter elementos para compreender a valoração dada a ela. Neste sentido, buscou-se amparo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apresenta o padrão de componentes curriculares a serem seguidos em todas as instituições de ensino, desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio, além de delimitar aspectos importantes na formação docente e infraestrutura das escolas. É um documento normativo que traz uma série de componentes essenciais ao desenvolvimento do aluno na Educação Básica.

A BNCC apresenta uma série de Habilidades e Competências para cada faixa de ensino e suas devidas turmas. São consideradas Competências, os conceitos e procedimentos a serem aplicados; e Habilidades, as práticas desenvolvidas para o aprendizado. Dez Competências Gerais para o Ensino

Básico compõem a Base, apresentando temas com foco na autonomia, no exercício da curiosidade, na argumentação, na empatia e na coletividade (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, a contextualização se apresenta como um elemento indispensável à melhor qualidade do ensino/aprendizagem e, ao se buscar conexões com as Unidades de Conservação, é possível identificar a presença desse tema através de Habilidades direcionadas aos biomas. Pode-se propor, por exemplo, comparar Unidades de Conservação existentes no município de residência dos alunos com as que se encontram em outras localidades brasileiras, com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação; ou considerando características das dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como a distribuição geográfica das espécies e biodiversidade, o que pode propiciar a identificação e entendimento das condições ambientais atuais com base nas alterações sofridas no decorrer do tempo, com olhares voltados a cenários futuros. Especialmente quando se discute um novo Período geológico, o Antropoceno, conferindo à espécie humana a condição de protagonista das alterações ambientais (CAMILO *et. al.*, 2022)

Dinâmicas Ecosociais em Lugares Educadores

Considera-se o ambiente um produto das interações entre todos os elementos que o compõem, sejam eles abióticos (físicos e químicos) ou bióticos (seres vivos). Uma vez que nesse último grupo está presente a espécie humana, há necessidade de se considerar os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos como elementos integrantes dos ambientes. Dessa forma, os fatores ecológicos são tratados como tais, fazendo parte do meio, e nesse entendimento os aspectos ambientais não se referem apenas a eles, mas sim a todos que ali se fazem presentes com suas especificidades e arranjos locais consequentes. Sendo assim, o termo Ecosocial se coloca como adequado. Para Ramalho (2016, p. 397) “Os processos ecosociais são entendidos como um irrevogável metabolismo do ser social com a natureza”.

Um lugar é concebido como educador quando se possa aprender por nele estar, por ler sobre ele ou obter informações por vias distintas, especialmente através das pessoas que nele estão ou já estiveram, integrando a oferta de atividades sociais e culturais, inclusive nas visitas de campo, para potencializar sua capacidade educativa, formal e informalmente. Para tanto, precisam ser vistos como espaços comunitários de oferta de saberes, e que atendam a outras demandas relativas à pesquisa científica, valorizando-se o aprendizado por meio da vivência e da consequente mudança de valores a partir da compreensão das funções ecossistêmicas que os elementos de meio desempenham; e motivando a participação através de modificações de hábitos e ações, quando se percorre a trilha da Educação Ambiental, utilizando-se de recursos como da Educomunicação e do entendimento da

qualidade ambiental através de imagem, inclusive aquelas que possam ser geradas em mapeamentos colaborativos. Assim concorda-se com Genebaldo Freire Dias, ao dar ênfase ao fato de que:

Podemos não perceber, mas, para que possamos desenvolver nossas atividades cotidianas, dependemos dos ecossistemas, dos serviços prestados silenciosamente pela natureza – a mistura certa de gases que inspiramos da atmosfera, o equilíbrio da temperatura e da umidade do ar que nos circunda como uma segunda pele, o solo com a precisa proporção de nutrientes, a água potável, os frutos... (DIAS, 2015, p.32)

Presume-se que através do que foi citado, já é possível conceber a premência de uma aprendizagem positivamente significativa, a partir de uma ótica integral, crítica e, por conseguinte, emancipatória, oportunizando uma educação integral baseada na contextualização – na realidade local, que pode ser a retratada nas paisagens de Unidade de Conservação, sem perder a conexão com o que está imediatamente em volta ou mais distante. Nesse contexto, dito de uma outra forma, a ideia é “Criar processos educativos que proporcionem aprendizagens significativas que estejam associadas aos contextos, possibilidades e necessidades dos educandos, e também, aos desafios da atualidade” (CERRADAS; KEMP, 2020, p.6).

As Visitas de Campo na Resex Acaú-Goiana e no Parna do Catimbau – Contextualizando a Educação através de Leituras de Paisagens

Relembrando: segundo o SUNC (BRASIL, 2000), um Parque Nacional (Parna) – considerado Unidade de Conservação de Proteção Integral –, corresponde a uma área geográfica delimitada, dotada de atributos naturais excepcionais, portanto, constituindo-se objeto de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, onde é permitida visitação pública condicionada às restrições específicas. Enquanto uma Reserva Extrativista (Resex), Unidade de Conservação de Uso Sustentável, é um espaço territorial destinado à exploração com conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista. A visitação é permitida e deve ser compatível com os interesses locais e com o Plano de Manejo da unidade visando assegurar meios de vida para as comunidades tradicionais.

Nos questionários aplicados junto aos educadores que participaram das Oficinas realizadas no contexto da pesquisa que originou este trabalho, observou-se que uma parcela relativamente pequena deles havia realizado atividades de campo com seus alunos no âmbito das respectivas Unidades de Conservação. Considerando conjuntamente as duas UCs aqui em destaque, de um total de 105 educadores entrevistados – 47 no Parna do Catimbau e 58 na Resex Acaú-Goiana –, os que já tinham realizado visita de campo nas Unidades com seus alunos representam 15,2% dos respondentes.

Diferenças acentuadas foram observadas entre as respostas relativas a essas duas UCs, já que no caso do Parna foram 13 educadores que realizaram visitas com seus alunos, correspondendo a 27,7% e no caso da Resex foram apenas três educadores, correspondendo a 5,2%. Dentre os que desenvolveram esse tipo de atuação na UC com seus alunos, os objetivos da visita giraram em torno da importância e reconhecimento da Unidade enquanto patrimônio ecológico e cultural.

Em relação ao Parna do Catimbau, especificamente, nas atividades de campo prevaleceram interesses por aspectos do patrimônio histórico-cultural, geológico, geomorfológico e da flora, visando a realização de estudos e pesquisa relacionados a temas presentes nos livros didáticos utilizados em sala de aula. Essas questões são refletidas em respostas como: “Visitar as pinturas e plantas” (PB09); “Estudos de conteúdos curriculares” (PB11); “Tipos de rochas, vegetação, clima” (PT09); e “Reconhecer o Vale [do Catimbau] enquanto patrimônio explorando *in loco* conteúdos pedagógicos” (PB08). Observar-se que a despeito da importância da fauna na biodiversidade local, esse tema não foi citado por nenhum dos educadores entrevistados. Entretanto, existe correspondência direta entre a flora e a fauna de cada habitat, funcionando como bioindicadora das características ecológicas do lugar e da qualidade ambiental, o que pode ser percebido na leitura adequada e atenta das paisagens.

No que se refere à Resex Acaú-Goiana, nas respostas dos educadores também chama a atenção o foco das visitas de campo em aspectos relacionados ao patrimônio ecológico e cultural, com ênfase na importância da UC para a vida marinha e nos impactos negativos da ação antrópica, abordando temas como “O lixo e a importância do manguezal como patrimônio local” (RP07); e “Reprodução das espécies, e poluição dos mangues” (RP14).

Contudo, cabe destacar que, a maioria dos educadores envolvidos na pesquisa da qual este trabalho de deriva manifestou o interesse em iniciar ou intensificar atividades de natureza pedagógica no âmbito das UCs. Esse interesse foi expresso por 74,5% dos entrevistados, no contexto do Parna; e por 53,4%, no contexto da Resex. E os que declararam intenção de desenvolver os trabalhos incluindo atividades de visita ou aula de campo na UC, correspondem a 51,1% dos respondentes, no caso do Parna; e a 25,9%, no caso da Resex.

As informações acima apresentadas, com base no questionário dirigido aos educadores participantes das oficinas, sugerem a necessidade de se desenvolver procedimentos e metodologias relativas a atividades pedagógicas com visitas e aulas de campo nos ambientes das UCs. É nesse sentido que se apresentam as considerações a seguir.

As visitas aconteceram de maneira diferenciada nas duas Unidades de Conservação, nas quais ocorreram etapas de aprofundamento da pesquisa. Isso porque durante a realização das primeiras

oficinas se buscou sensibilizar os participantes para a importância delas, tanto no sentido de oportunidade de se conhecer e compreendê-las, como, a partir disso, adquirir consciência da importância que as Unidades de Conservação têm; e contribuir positivamente com a proteção ambiental que é necessária para que as Unidades cumpram os objetivos para os quais foram criadas. As dinâmicas dos grupos fizeram com que os passos se dessem em caminhadas diferentes. A decisão de como realizar as visitas de campo ficou a cargo de cada grupo nas respectivas Unidades de Conservação.

Na Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana, os desdobramentos realizados a partir das oficinas foram mobilizados pelos professores em articulação com os beneficiários da UC, os pescadores, pescadoras e marisqueiras que participaram conjuntamente e resolveram realizar visitas em seus diferentes locais de trabalho. Isso resultou na presença de pescadores e pescadoras nas escolas – como ocorreu na comunidade de Carne de Vaca, em Goiana-PE –, explicando a educadores e estudantes como e porque a Resex foi criada, a necessidade de que seja uma área protegida, a importância e a rotina das atividades pesqueiras que desenvolvem na área. Na outra direção, pescadores e pescadoras artesanais receberam estudantes e professores no interior da Resex, no Porto de Congaçari, no Município de Caaporã-PB, na prática confirmando ser este um lugar educador. Visitas de estudantes e professores à Colônia de Pescadores Z14 de Baldo do Rio, no Município de Goiana, também foram realizadas.

Mapas da Unidade de Conservação, elaborados para uso nas oficinas foram reproduzidos por algumas escolas e entregues aos alunos que durante a visita de campo puderam identificar e localizar a Resex, antes sequer conhecida a sua existência. Salienta-se que esse mapa, para a maioria das pessoas que tiveram acesso a esse instrumento, foi a única representação cartográfica da Resex que tiveram oportunidade de ver. Este fato merece destaque porque se torna muito mais difícil desenvolver hábitos e ações de proteção ambiental de algo que não se conhece e que não se tem ideia de onde esteja.

O que se deu no Parna do Catimbau, que é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, foi diferente do que ocorreu na Resex Acaú-Goiana, que é uma Unidade de Uso Sustentável com objetivos voltados para a proteção ambiental e geração de emprego e renda para a população beneficiária, no caso as comunidades de pescadores artesanais.

No Parque Nacional do Catimbau, durante a segunda oficina, a de Elaboração de Programas e Projetos de Educação Ambiental, os participantes solicitaram que a equipe de pesquisadores responsável pelas atividades os acompanhasse em visitas de campo. As visitas foram mobilizadas e organizadas, no aspecto logístico, pelos participantes das oficinas em parceria com as Secretarias de Educação dos municípios e dos gestores do Parna, no caso analistas ambientais do ICMBio.

Os pesquisadores, partindo do acúmulo gerado nas interações e reflexões durante as oficinas, elaboraram um Bloco de Notas a ser utilizado por cada um dos participantes durante a visita e fizeram sugestões de vivências no ambiente natural do Parna, que pudessem se tornar apoio para uso futuro por professores e por outros profissionais, estimulando para que desenvolvam também suas próprias estratégias de educação sensível. O Bloco de Notas trazia a representação cartográfica do Parna, solicitava a identificação do participante, a anotação das expectativas para a visita de estudo, com campo para o registro das fotos tomadas a partir do lugar, ou do objeto fotografado, e das respectivas latitude, longitude e altitude, mais as observações que se fizessem necessárias para posteriores utilizações.

Outros registros foram solicitados, incluindo como cada indivíduo se via ao conduzir uma atividade dessa natureza. Junto com o Bloco de Notas, também foram inseridas dinâmicas pertinentes aos objetivos e local da visita, especialmente relacionados à leitura das paisagens geográficas, como “Fotografar com o Olhar” e “Desenhe o que o você está Vendo”. Ao término das atividades foi solicitado que cada participante relesse o que tinha colocado como expectativa da viagem e o que tinha a dizer após a visita. Por fim, se pediu para avaliar se a Unidade de Conservação em questão pode ser considerada um lugar educador.

Dados coletados na viagem de campo foram utilizados na oficina seguinte – Revelando a Qualidade Ambiental através de Imagens –, quando também se teve notícias da utilização do Bloco de Notas por professores que haviam participado dos trabalhos de campo. Eles adaptaram esse instrumento e o utilizaram em excursões didáticas realizadas com seus alunos. Esse fato significa um avanço na direção do alcance dos objetivos da pesquisa.

Durante as visitas, a sugestão da equipe da pesquisa foi de realização de caminhadas com reconhecimento de elementos ecológicos, culturais e históricos presentes nas paisagens ou que pudessem ser reconhecidos através dos testemunhos presentes; e em locais de contemplação e observação onde se desenvolveriam atividades específicas. O convite foi para que todas as pessoas se envolvessem ativamente, buscando-se ir além da escuta e anotação das explicações dadas por professores ou pesquisadores ou guias, possibilitando o protagonismo dos participantes e não apenas de parcela deles. Assim, pôde se dar, inclusive, trocas de saberes em função da diversidade do grupo em termos de formação profissional e conhecimentos adquiridos na vivência de cada representação presente.

Antes de iniciar a visita, como já foi referido, os participantes foram animados a registrarem no Bloco de Notas suas expectativas para a atividade, mas vale aqui lembrar que boa parte deles não conhecia a área do Parna. No percurso, a sugestão foi a de aguçar o olhar, a percepção, detectar o que

chamou a atenção. Nos pontos pré-estabelecidos ou que no decorrer da visita se mostraram pertinentes a observações específicas, antes das falas se pediu para todos realizarem um exercício respiratório relaxante e posterior contemplação da paisagem.

Como forma de estimular os sentidos, a fotografia foi utilizada para captar as características do ambiente, com orientação para especificar no instrumento de registro das atividades o ponto de tomada da foto e, também, agregar um texto-legenda. Para tanto, as pessoas aprenderam a tomar as coordenadas geográficas a partir de simples aplicativos (do tipo GPS) baixados em seus celulares, a partir das demonstrações realizadas durante as oficinas, quando se foi construindo coletivamente um mapeamento da Unidade. A partir de vivência com o corpo, foram realizadas atividades em duplas, o que anteriormente foi aqui mencionado como “Fotografar com o Olhar”. Nessas atividades, um dos integrantes representava uma máquina fotográfica e o outro o fotógrafo, com comandos pré-definidos por cada dupla e trocas de posição ao final.

Com o grupo da Oficina de Buíque e Tupanatinga, as atividades de campo abrangeram o Sítio Arqueológico do Alcobaça (Carneiro) e as Trilhas dos Homens Sem Cabeça (pinturas rupestres) e os Paredões, no contexto do Catimbau. Com o grupo da Oficina de Ibimirim, as atividades abrangeram a Lagoa do Puiú e os Paredões de pintura e gravuras rupestres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, a realização de visitas de campo correspondeu a um dos pontos de destaque dentre as atividades desenvolvidas, que tiveram início na definição das Unidades de Conservação a serem trabalhadas e na escolha de duas delas para o aprofundamento da investigação científica através de oficinas e produção colaborativa de representações cartográficas, como foi ressaltado no decorrer do artigo. As visitas colaboraram afirmativamente para se responder à questão de partida da pesquisa: as Unidades de Conservação são Lugares Educadores?

Várias são as ciências que têm no campo, direta ou indiretamente, o seu lugar de reflexão e produção de conhecimento. Quer seja no sentido pedagógico de exemplificação e demonstração na prática do que é estudado em sala de aula, quer seja no sentido de pesquisa para os mais diversos levantamentos e coletas de dados ou materiais, quer seja ainda para constatações de resultados obtidos ou para delineamento ou definição dos objetos de estudo.

O recorte feito neste artigo, sem perder a conexão com toda a pesquisa realizada, ressaltou não só a importância das visitas de campo, mas, em especial, a forma como elas podem se dar, ainda mais quando se tem Unidades de Conservação como tema ~~objetos~~ de estudos. Estudos sim, pois se considera lugares como esses fundamentais para se obter conhecimentos das suas existências, assim como dos

arranjos ecológicos e sociais que neles se dão, sem perder de vistas as outras diversas conexões externas a eles, inclusive aquelas no âmbito político, tendo como raiz da questão o modelo de desenvolvimento ao qual se está submetido.

Considera-se, assim, que a realização de visitas de campo devem ser concebidas de acordo com uma série de providências anteriores, construídas a partir dos diálogos com as pessoas envolvidas, a exemplo dos encontros/oficinas ocorridos durante a pesquisa, como se buscou ressaltar no decorrer do texto, e que se procure ir bem além de explicações gerais despersonalizadas, considerando fontes seguras de informações mais técnicas e científicas e também problematizando termos e expressões utilizadas, pois não é raro se verificar equívocos que podem e devem ser evitados. É nesse sentido, que a participação ativa de todos os integrantes do grupo pode levar a mudanças na abordagem da relação sociedade e natureza não humana baseada na proveitosa ampliação coletiva do saber e numa abordagem sensível das paisagens que guardam pistas de elementos do passado, do presente e, em muitos casos, de cenários futuros.

E mais, que a visita de campo deve ser prazerosa no sentido de que todos os seus participantes se sintam incluídos não só na partilha de informações, mas de como investigar, como despertar curiosidades, como acessar linguagens diferentes para se aproximar de um tema e ainda como comunicá-lo. Quando se reconhece que Unidades de Conservação possuem objetivos específicos e seus gestores, beneficiários e visitantes são responsáveis pelo alcance deles, os processos educativos sensíveis demonstram surtir efeitos num sentido de reconexão e corresponsabilidade.

Também ficou evidente, a partir das atividades desenvolvidas, que o exercício de contato e leituras da paisagem e de estímulo para que se perceba as interdependências e mútuas influências entre os elementos que a constituem é cada vez mais necessário e que a experiência cumpra um papel de destaque para que as UCs sejam efetivamente percebidas e valorizadas no âmbito da educação de maneira ampla. Cabe dizer que fazer a defesa em favor da experiência e do sensível não exclui abordagens críticas, perspectiva histórica e emancipadora, mas sim a inclusão de processos que estimulem pisar devagarinho sobre a terra e caminhar para uma pedagogia da coexistência, como tem preconizado Ailton Krenak, principalmente em seu livro *A Vida Não é Útil*.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, M. C. de. (Coord.). **Ecosistemas e Potencialidades do Nordeste**. Sudene; UFPE, Recife, 1985 (Mimeog.)

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: DOU, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAMILO, C. J.; GURGEL, C. L.; SANTOS, M. de O.; SILVA, R. H. da. A Domesticação da Natureza como Marco da História Humana. In: ALBUQUERQUE, U. P. de; SOUZA, T. G. (Editores). **Introdução ao Antropoceno**. Recife: Nupeea, 2022. p. 23-40.

CARVALHO, I. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

ERRADAS, G.; KEMP, K. Um Olhar Transdisciplinar sobre a Relação entre Currículo e Educação Integral de acordo com a BNCC no Brasil. In: **Anais VII Congresso Nacional de Educação**. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimento. Campina Grande, PB: Realize, 2020. p.1-12. Disponível em <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA21_ID5755_30082020214524.pdf>

COUTINHO, S. F. S.; CAVALCANTI, E. R.; ALBUQUERQUE, J. L. de; QUINAMO, T. dos S.. O Poder da Imagem na percepção das Unidades de Conservação como Lugares Educadores. In: SEABRA, Giovanni. **Educação Ambiental: Uso, manejo e gestão de recursos naturais**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2021. Livro 1. p. 509-532. Disponível em: <https://www.mediafire.com/file/6entqbg5wxppope/Livro_1_-_CNEA_2021.pdf/file>

DIAS, G. F. **Ecopercepção**: um resumo didático dos desafios socioambientais. 2. ed. São Paula: Gaia, 2015.

DUARTE JR, J. F. **O sentido dos sentidos**: a educação (do) sensível. 5.ed. Curitiba.PR: Criar Edições, 2010.

IARED, V. G.; HOFSTATTER, L. J. V.; DI TULLIO, A.; OLIVEIRA, H. T. de. Educação Ambiental Pós-Crítica como Possibilidade para Práticas Educativas Mais Sensíveis. **Educação & Realidade**, 46(3), 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/104609>>.

PAYNE, P.; RODRIGUES, C.; CARVALHO, I.; FREIRE, L. M.; AGUAYO, C.; IARED, V. G. Affectivity in Environmental Education Research. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13. Especial, p. 93-114, 2018.

RAMALHO, C. V. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, mai./agos., 2016, p. 391-414. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3940/394054353004.pdf>>.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Epistemologias Ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

QUEIROZ, E. D.; GUIMARÃES, M. O trabalho de campo em unidades de conservação como ambiente educativo e estratégia pedagógica fundamental para uma formação diferenciada em educação ambiental. **Revista de Políticas Públicas**. Número Especial, p. 421-425, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5994>>.

UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais. **Governança de Áreas Protegidas**: da compreensão à ação. Gland, Suíça: UICN, 2013. (Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas Nº 20). Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020-Pt.pdf>.

A AGRICULTURA TRADICIONAL E O USO DO SOLO NA COMUNIDADE RURAL SERRA DO CAVALO EM ÁGUA BRANCA-AL

Juliana dos Santos Lima
Raquel Oliveira Alves

RESUMO

Historicamente, a agricultura familiar constitui uma das principais atividades exercida pelas famílias residentes no interior alagoano, que através do uso do solo atrelado aos conhecimentos tradicionais, cultivam para garantir a subsistência dos seus lares. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo compreender as práticas tradicionais no manejo do solo na agricultura familiar da Comunidade rural Serra do Cavalo pertencente ao município de Água Branca-AL. Os procedimentos metodológicos partiram primeiramente de um estudo de gabinete, buscando aportes teóricos sobre a temática. Posteriormente, compilamos uma base de dados cartográfica, onde foram processados utilizando o software Quantum Gis (Qgis) versão 3.14. Por fim, efetuamos um questionário-entrevista com 14 questões, aplicado à 20 agricultores. Como resultado, nota-se que grande parte dos agricultores costumam plantar anualmente utilizando-se de sementes crioulas, sendo a mandioca, feijão e milho os principais produtos cultivados. O período de plantio concentra-se nos meses chuvosos entre março a junho. Quanto ao manejo e preparação do solo, uma pequena minoria utiliza o método de adubação, assim, os moradores somente limpam, queimam e aram o solo antes do plantio.

Palavras-chave: Agricultura tradicional; Solo; Comunidade rural.

ABSTRACT

Historically, family farming is one of the main activities carried out by families living in the interior of Alagoas, who, through the use of soil linked to traditional knowledge, cultivate to ensure the subsistence of their homes. Thus, the research had as its main objective to understand how the soil is used in the practice of traditional agriculture in the community Serra do cavalo, belonging to the municipality of Água Branca-AL. The methodological procedures started first with a desk study, searching for theoretical contributions on the theme. Secondly, we compiled a cartographic database, which was processed using the software Quantum Gis (Qgis) version 3.14. Finally, we carried out a questionnaire-interview with 14 questions, applied to 20 farmers. As a result, it can be seen that most farmers plant annually using native seeds, with cassava, beans, and corn as the main crops. The planting period is concentrated in the rainy months between March and June. As for the management and preparation of the soil, a small minority uses the fertilization method, so the residents only clean, burn and plow the soil before planting.

Keywords: Traditional agriculture; Soil; Rural community.

O uso do solo é indispensável para a vida do homem principalmente para aqueles que dependem exclusivamente desse bem que se apresenta como meio primário de sobrevivência.

A agricultura tradicional se evidencia enquanto uma estratégia de sobrevivência muito recorrente por parte dos moradores da comunidade rural Serra do Cavalo. Esta cultura agrícola foi e vem sendo transmitida de geração para geração imbricando-se com os modos de ser individuais e coletivos de cada sujeito do povoado. Assim, o uso do solo para a agricultura tradicional se caracterizou enquanto um ofício inerente aos viventes da comunidade.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as práticas tradicionais no manejo do solo na agricultura familiar da Comunidade rural Serra do Cavalo. Nessa perspectiva é considerado o contexto histórico-cultural e territorial da Comunidade retratando as experiências tradicionais utilizadas na agricultura familiar que perpassam as gerações.

Diante do apresentado, consideramos importante ressaltar que a comunidade demonstra fortes traços de conhecimentos empíricos. Tais ações podem ser manifestadas através das tradições, saberes antigos e práticas de manejo com o solo que são essencialmente voltadas à tradicionalidade do povo da roça e da característica rural.

Considerando o exposto, entendemos que é relevante destacar que os agricultores do povoado percebem o solo (terra) não somente como um meio de produção, mas como algo que simboliza vida e possibilita sobrevivência. Desse modo, o solo é entendido não somente como um meio, mas como um fim, pois é ele que permite que o pequeno agricultor consiga suprir as necessidades alimentares da família, principalmente.

Antes de iniciarmos as discussões, consideramos importante abordar que o trabalho está organizado em seis seções principais.

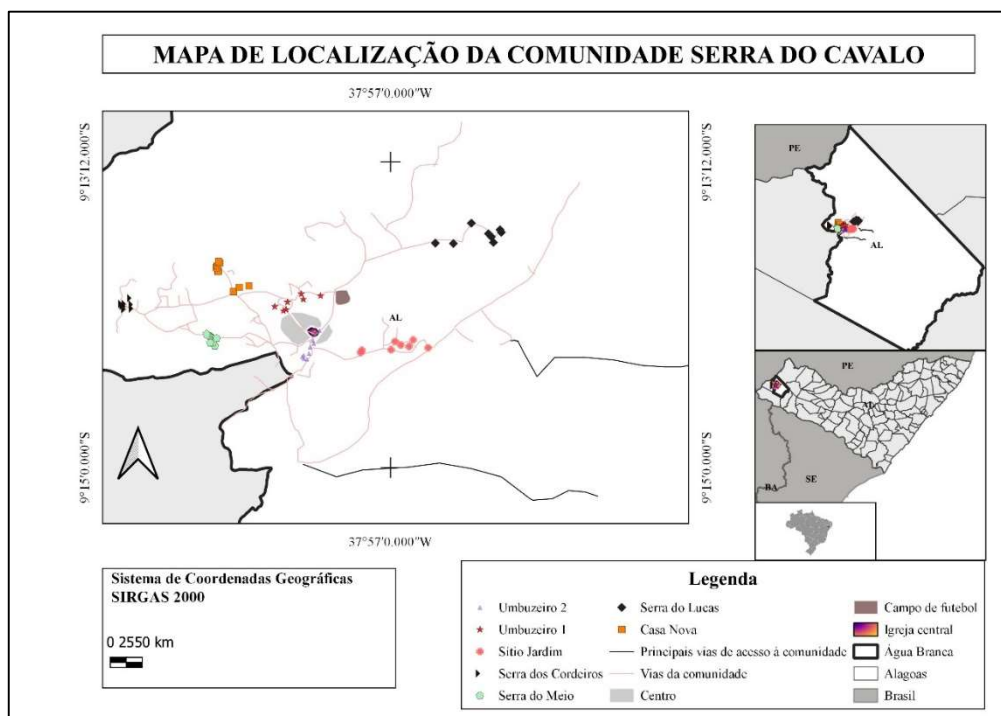
Inicialmente, na primeira seção buscamos situar o leitor no que diz respeito à localização da área de estudo. Na segunda seção apresentaremos breves discussões acerca da agricultura tradicional na comunidade. Na terceira seção sugerimos uma breve caracterização dos solos da comunidade. Na quarta seção propomos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. Por conseguinte, na quinta seção apresentamos os resultados obtidos na investigação; e por fim, na sexta e última seção traremos algumas reflexões e considerações que foram tecidas ao longo da elaboração deste trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O povoado Serra do Cavalo encontra-se no município de Água Branca-AL. O município está localizado na mesorregião sertaneja e na microrregião serrana (alto sertão) e limita-se a oeste com

Pariconha, ao norte com Mata Grande, a leste com Inhapi e ao sul com Delmiro Gouveia e Olho D'água do Casado. Na figura 1 podemos observar o mapa de localização da comunidade.

Figura 1 - Mapa de localização da área de pesquisa.



Fonte: IBGE (2019). Organização: LIMA, J.S. (2020)

A comunidade da Serra do Cavalo localiza-se em altitudes que giram em torno de 600 a 788 metros de altitude. A comunidade concentra cerca de 2.000 habitantes de acordo com os cadastros dos mapeamentos de famílias que são registrados pelos agentes comunitários de saúde do povoado. Para mais, a comunidade se encontra em uma distância de 15 km da sede municipal. A área de estudo apresenta características peculiares para o sertão, a topografia acentuada condiciona maiores índices de pluviosidade e temperaturas amenas fugindo das condições intrinsecamente semiáridas.

De acordo com Parahyba et al (2006, p. 01) o município de Água Branca e área de estudo supracitada estão inseridos numa "microrregião serrana pertencente à mesorregião do Sertão Alagoano". Ainda de acordo com os autores a vegetação natural do município é composta basicamente por caatinga hiperxerófila, hiperxerófila/hipoxerófila e trechos com floresta subcaducifólia, sendo encontrados fragmentos remanescentes apenas em alguns pontos da área (PARAHYBA, et al 2006, p. 01).

Em adição, embora a comunidade apresente um cenário similar aos aspectos característicos do sertão semiárido, é possível identificar em pontos específicos a predominância de uma vegetação mais densa e arbórea.

Nesse sentido, podemos verificar com base nas características fisiográficas mencionadas, que o povoado apresenta condições ambientais peculiares em relação à outras áreas do sertão de Alagoas. Tais peculiaridades sinalizam favorecer o povoado em alguns aspectos, dentre eles podemos destacar uma maior taxa de precipitação e a possível consolidação ou formação de solos mais espessos do tipo argissolo possibilitando à comunidade Serra do Cavalo um considerável potencial agrícola.

A AGRICULTURA TRADICIONAL NO SEIO DA COMUNIDADE RURAL SERRA DO CAVALO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Na tentativa de primeiras aproximações acerca da noção de comunidade rural tomamos como base Silva & Hespanhol (2016). Para os autores, comunidade rural é um grupo de pessoas que habitam as áreas rurais e, conseqüentemente, partilham dos mesmos eventos, tradições e costumes. Lima et Silva (2020, p. 71) sinalizam concordar com a considerações dos autores anteriores, pois citam em seus escritos que “a característica rural, de valorização da residência e do trabalho na roça, revela que a comunidade não é só um pedaço de terra; é a vida que cada um e cada família dá seguimento e expressa na forma de valores [...]”.

Com base no apresentado, podemos compreender que a noção de comunidade vai além de simples características geográficas, pois a sua compreensão também está intimamente ligada a noções que fogem da materialidade, da objetividade. Um exemplo disso pode ser demonstrado através dos laços sociais e culturais que são construídos entre os sujeitos que coabitam entre si seja através de narrativas, seja através de laços de afetividade. Nesse sentido, podemos compreender que a ideia de comunidade é também configurada através de relações de convivência e de dizeres individuais ou coletivos que só podem ser experimentadas em circunstâncias de proximidade, trocas, experiências, respeito e valores em comum.

Retornando novamente as contribuições de (SILVA & HESPANHOL, 2016) temos que

O conceito de comunidade é compreendido como um fenômeno histórico e social, que assume diferentes significados no tempo e no espaço. As reflexões sobre o assunto são repletas de possibilidades de conceitos pautadas em diferentes referências como territorialidade, interesses, organização social e política, valores em comum, sentimento comunitário, entre outros (SILVA et HESPANHOL, 2016, p. 362).

Podemos compreender com base no exposto por Lima et Silva (2020) e Silva et Hespanhol (2016) que a comunidade é mais que um pedaço de terra, é a própria manifestação da vida, é a exaltação das raízes, da existência e dos valores em comum. Sendo assim, compreendemos que a noção de comunidade está diretamente vinculada ao compartilhamento de formas de vida e modos de ser expressos muitas das vezes através de dizeres, de experiências e conhecimentos tradicionais.

Dando seguimento as discussões, em um estudo* realizado Lima et Silva (2020) na comunidade Serra do cavalo, foi verificado que

A comunidade rural tem como atividade socioeconômica principal a agricultura. Nesse contexto, todos os moradores entrevistados vivem cotidianamente no trato da roça. Todavia, mesmo dos esforços junto ao trabalho diário, os moradores em geral não demonstram repulsa em relação à comunidade; pelo contrário, a ruralidade e o trabalho na roça parecem estar enraizados nos dizeres de cada um, combinados com o apego em relação à comunidade enquanto estimado lugar de moradia e de convivência (LIMA et SILVA, 2020, p. 69).

Podemos notar com base no exposto, que a agricultura se apresenta como um ingrediente caro à própria configuração do imaginário da comunidade rural. Nesse sentido, a agricultura presente no seio da comunidade sinaliza não somente uma estratégia valiosa de sobrevivência, mas um elemento vital no processo de identidade territorial e de apego com o Lugar apesar das dificuldades enfrentadas na “roça”, na lida diária no campo.

No que se refere à esse tipo de agricultura, portanto a agricultura tradicional, o EMBRAPA ressalta que

...é desenvolvida, sobretudo, nos “quintais” e nas “roças”. Os quintais são agroflorestais e estão ao redor das moradias, onde se encontra uma alta diversidade de hortaliças (incluindo nativas), ervas medicinais cultivadas, frutíferas cultivadas e também pequenos cultivos, que contam com diversas variedades de mandioca, feijão, abóboras, amendoins, canas-de-açúcar, batatas, inhames, cafés, entre outros. Os pequenos cultivos desses gêneros nos quintais são justificados pelos(as) moradores(as) pela necessidade de se ter alimentos de fácil acesso e nas proximidades das moradias, para o dia a dia. Nessas áreas, é comum o uso de esterco de animais para fertilização (EMBRAPA, 2019, p. 109).

Em síntese, podemos compreender com base no apresentado que esse modelo de plantio se caracteriza nitidamente pela tradicionalidade e implementação de simples técnicas de manejo com o solo, visto que as atividades de plantio podem ser facilmente realizadas nos arredores da habitação do próprio agricultor. Além disso, podemos notar que na agricultura tradicional dificilmente se opta pelo uso de fertilizantes e pesticidas agrícolas, pois “...fertilizantes químicos e pesticidas agrícolas são considerados desnecessários e prejudiciais à saúde das pessoas e ao ambiente como um todo...” (EMBRAPA, 2019, p. 115). Um dos motivadores dessa consideração, segundo o EMBRAPA (2019, p.116) é que a produção dos quintais e das roças é destinada prioritariamente ao consumo familiar e num segundo plano os produtos que ultrapassam as necessidades familiares acabam sendo vendidos.

De modo geral, entendemos que esse tipo de agricultura ressalta dentre outras especificidades, o conhecimento empírico e tradicional. Nesse contexto, evidencia a essência do saber advindo da prática e da experiência transmitida entre gerações. A agricultura tradicional nesse cenário representa antes de tudo uma íntima ligação do homem com a terra. Representa a perpetuação de saberes ímpares que

* Esta pesquisa buscou registrar alguns caminhos de reflexões e apreciações sobre a abordagem qualitativa junto a valorização e interpretação de narrativas no que se refere à identidade e apego ao Lugar.

norteiam os agricultores permitindo aos mesmos autonomia e protagonismo frente à produção de seus próprios alimentos.

CARACTERÍSTICAS DOS SOLOS DA ÁREA DE ESTUDO

De acordo com o manual técnico de pedologia do (IBGE, 2015) o “solo é material mineral e/ou orgânico inconsolidado na superfície da terra que serve como meio natural para o crescimento e desenvolvimento de plantas terrestres”. Em outras palavras, o solo é o resultado de ações simultâneas que implicam a interação dos aspectos climáticos, dos organismos que compõem a biodiversidade, dos aspectos temporais e do relevo. Desse modo, não se trata somente de um conglomerado de terra, mas de um “corpo” que dispõe de necessidades básicas de formação e manutenção. O uso desse recurso findável também necessita de cuidados específicos.

Dando continuidade a tais discussões, o Embrapa (2018) entende o solo como uma coleção de corpos naturais constituídos por partes sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, formados por materiais minerais e orgânicos que ocupam a maior parte do manto superficial das extensões continentais do nosso planeta, contêm matéria viva e podem ser vegetados na natureza onde ocorrem e, eventualmente, terem sido modificados por interferências antrópicas. De modo sintético, o solo exige todo um arcabouço de composições químicas e mineralógicas, dentre outras consolidações. As composições específicas como, por exemplo, a (fertilidade e profundidade) que cada solo detém depende também de fatores externos singulares.

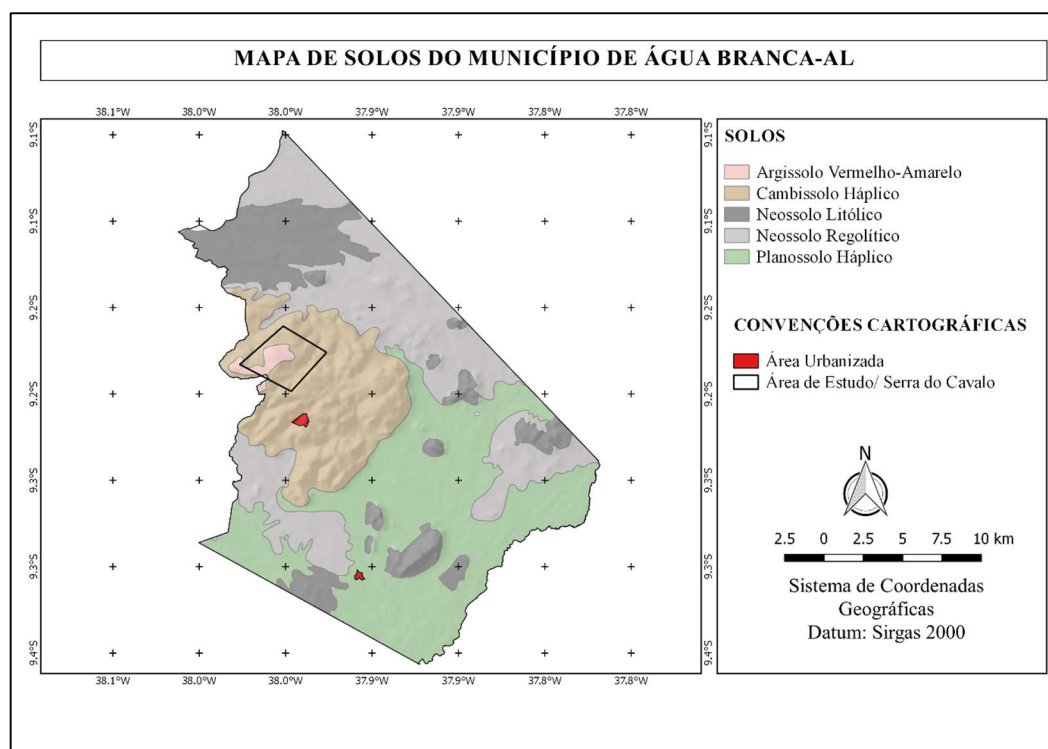
Ademais, o fato de a comunidade estar situada em um relevo montanhoso, composto por elevações de terra (serras) apenas reforça o real potencial agrícola que a mesma detém. Com efeito, Bétard et al. (2007) citado por Gois et al (2019, p. 78) classifica essa forma de relevo enquanto brejos de altitude, cuja característica se dá através de montanhas isoladas de altitudes médias ou baixas, tendo como superfície de piso (*piedmont*) níveis aplainados, conservados entre interflúvios e vertentes bastante inclinadas.

Destarte, tomando como referência a linha de pensamento de Gois et al (2019), constata-se que estes locais apresentam notoriamente uma vegetação mais densa e solos mais desenvolvidos. Essa especificidade, tornou essas áreas privilegiadas para a prática da pequena agricultura de subsistência e comercial (GOIS et al. 2019, p. 78). Essa singularidade permite a diferenciação desse recorte geográfico em detrimento das demais áreas inseridas nas características físicas do semiárido do Sertão Alagoano. Na (figura 2) podemos observar melhor a característica de relevo da comunidade supracitada.

Seguindo esse visionamento, com base nas informações disponibilizadas pelo Zoneamento Agroecológico de Alagoas (ZAAL, 2013) o município de Água Branca apresenta cinco classes de solos,

o argissolo vermelho-amarelo - solo profundo e bem drenado; cambissolo háplico - solo pouco desenvolvido; neossolo litólico - solo raso e pedregoso, possui muitas limitações ao uso agrícola; neossolo regolítico - típico no ambiente semiárido, apresenta potencial baixo a médio para agricultura irrigada; e por fim o planossolo háplico - solo de aparência acinzentada devido a deficiência hídrica, possui elevado risco de salinização e de solonização, com pequena profundidade efetiva. Esses solos podem ser melhores visualizados no mapa abaixo (figura 2).

Figura 2 - Mapa de identificação de solos do município de Água Branca.



Fonte: ZAAL (2013). Organização: ALVES, R. O. (2020).

Dado o exposto, no levantamento realizado por Parahyba et al (2006), verificou-se que os solos de Água Branca/AL apresentam limitações agrícolas devido a deficiência hídrica, como neossolos e planossolos. Entretanto, Cavalcanti (2010) cita que nas áreas mais elevadas com maiores precipitações devido o fator orográfico formam-se solos bem drenados do tipo argissolo, que são encontrados em áreas de brejos de altitude (CAVALCANTI, 2010). Esse fator de exceção citado pelo autor – o brejo de altitude - compreende justamente a área de pesquisa, cujo recorte geográfico apresenta precipitações mais constantes devido a característica do relevo.

Nota-se no mapa, que a área de estudo engloba dois tipos de solos – argissolos e cambissolos. De acordo com o Embrapa (2014), o primeiro se caracteriza como solos profundos e bem drenados, com cores que podem variar para vermelhas, acinzentadas ou brunadas e vermelho-amarelas. Esse tipo

possui grande potencial agrícola, utilizado para agricultura extensiva, pastagem, silvicultura, dentre outros.

Por outro lado, os cambissolos - que ocupam maior parte da área de estudo, são solos pouco desenvolvidos, com boa reserva de nutrientes e capacidade de armazenamento de água. Geralmente o uso desse solo é voltado para culturas agrícolas de ciclo curto ou perene, pastagem e agricultura irrigada (EMBRAPA, 2014).

Dessa forma, verifica-se que os solos presentes na Serra do cavalo possuem diversas potencialidades, especialmente voltadas para a agricultura que é base para a subsistência de diversas famílias. Com base em tais informações observa-se que a Comunidade alia os elementos do relevo e alta pluviosidade aos tipos de solos promissores para cultura agrícola.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a organização da pesquisa realizamos revisão bibliográfica de aportes teóricos referentes a comunidade, agricultura de subsistência, solos e uso de sementes crioulas. Como principais autores destacam-se: Cavalcante (2010), que realizou um pesquisa geossistêmica de Alagoas tratando sobre condições edafoclimáticas, onde descreve sobre a mesorregião sertaneja do referido estado. Ainda, é importante destacar os dados disponibilizados pelo Zoneamento Agroecológico de Alagoas (ZAAL) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para a descrição e mapeamento dos tipos de solos da área de estudo.

Importante salientar também os dados encontrados em Lima et silva (2020) que realizaram uma pesquisa na Comunidade Serra do Cavalo, onde interpretam vivências e narrativas referentes à identidade de lugar e à noção de Lugar. Para mais, destacamos Silva et Hespanhol (2016) que também realizam discussões no que se refere à identidade de lugar e Cavalcanti (2010) que traz descrições acerca da noção de brejo de altitude. Além desses, tivemos como base alguns dados do Embrapa, IBGE e ZAAL.

Para a elaboração deste trabalho realizamos uma pesquisa de campo para a obtenção de registros fotográficos e junto a isso aplicamos um questionário-entrevista com 14 questões. O questionário-entrevista foi aplicado a 20 agricultores com uma faixa etária entre 17 e 90 anos, sendo a maioria do gênero feminino.

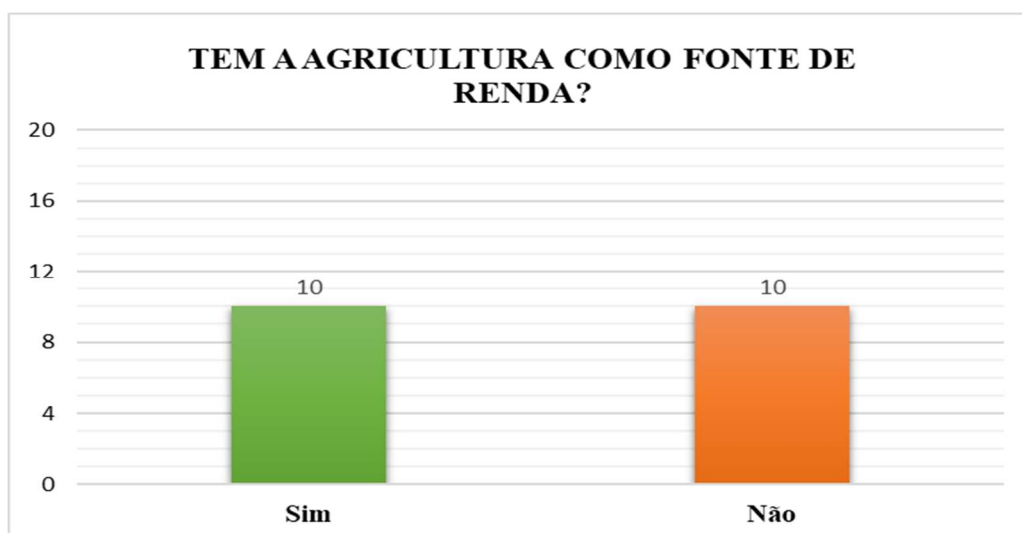
Por fim, para a elaboração dos mapas de localização e de solos, utilizamos o software Quantum Gis (QGIS) versão 3.14. A escolha se deve ao fato do software ser de livre acesso e por trabalhar com diferentes tipos de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das considerações realizadas ao longo deste trabalho entendemos ser importante salientar os resultados encontrados com base nos objetivos e metodologias propostas. A partir da aplicação do questionário na comunidade foi possível traçar alguns elementos pertinentes dos quais selecionamos questões centrais sobre a prática da agricultura familiar na área de estudo.

De início, questionamos os moradores no que dizia respeito ao fato deles terem a agricultura como fonte de renda. Tivemos respostas proporcionalmente opostas, onde 50% afirmaram que sim e 50% afirmaram que não (gráfico 1).

Gráfico 1. Levantamento das famílias que têm a agricultura como fonte de renda.



Fonte: Autoras (2022).

Na narrativa dos agricultores que responderam em afirmativo, os produtos que plantavam eram utilizados para subsistência e o excedente comercializado na feira livre de Água Branca/AL. No entanto, o ganho desses produtos não era suficiente para atender todas as demandas da família. Relatos semelhantes foram mencionados pelos demais entrevistados, onde o que plantavam era somente para o núcleo familiar e necessitava de outras fontes de renda para sua subsistência.

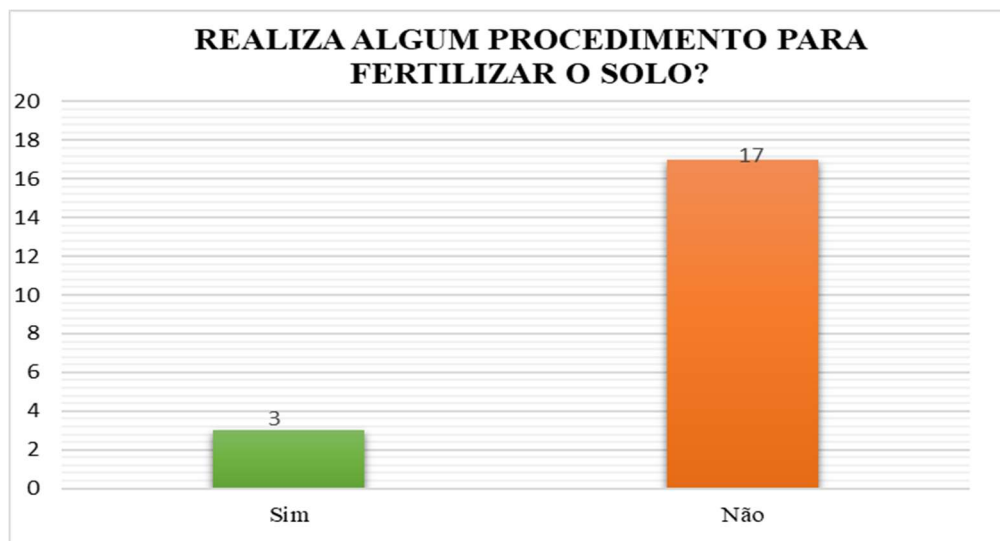
Salientam que outrora a quantidade de alimentos produzidos era bem superior à atual. Devido a migração dos jovens e adultos para o mercado de trabalho, boa parte para outros estados, a mão de

obra local foi reduzindo gradativamente ao longo dos anos, o restante que permaneciam/permanecem no campo sobrevivem com auxílios governamentais juntamente com o ganho obtido na agricultura.

Nessa perspectiva, é importante destacar que desde a década de 60, o Brasil tem implementado políticas públicas no setor agropecuário, trazendo inovação tecnológica especialmente para as grandes propriedades (CASTRO, 2015). Entretanto, essa inovação não foi disseminada por todo o meio rural, historicamente os incentivos agrícolas para pequenas propriedades foram/são quase inexistentes (CASTRO, op cit.), a exemplo de várias comunidades como a Serra do Cavalo presentes no sertão alagoano.

Com relação ao manejo do solo, no que tange a utilização de adubos e/ou fertilizantes, a maioria dos moradores não costuma utilizar tais técnicas. Os poucos que aplicam são criadores de animais, no qual utilizam majoritariamente fezes de ovelha para nutrir o solo (Gráfico 2).

Gráfico 2. Uso de adubos/fertilizantes pelos moradores do povoado Serra do Cavalo.

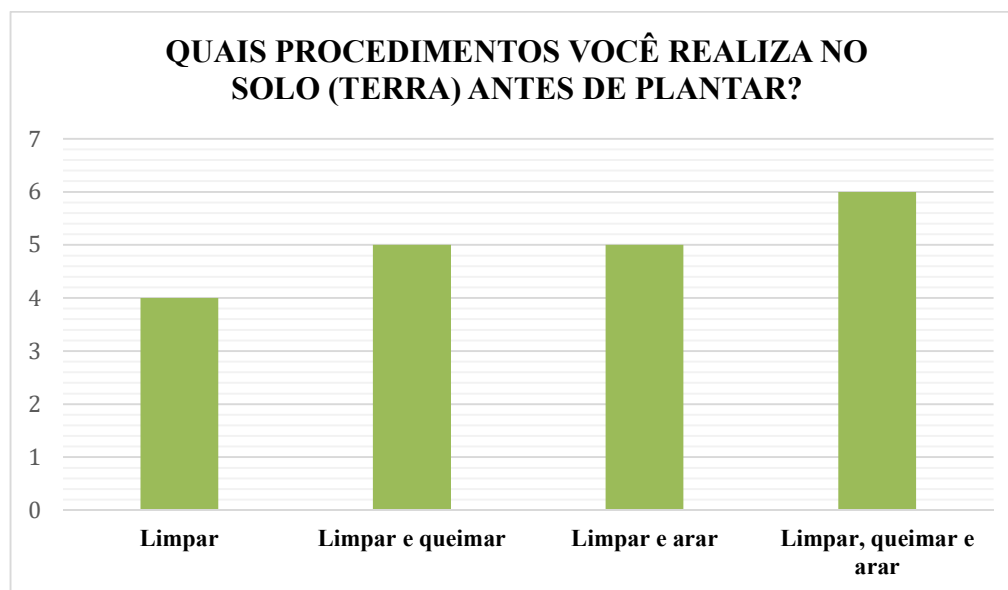


Fonte: Autoras (2022).

Dessa forma, para que o rendimento dos pequenos roçados ocorra de maneira satisfatória, tendo em vista que um solo produtivo requer nutrientes, tem-se a hipótese que a preparação do mesmo possa ser a chave disso.

Frente a isso, quando questionados em relação aos procedimentos com o solo antes de plantar os entrevistados responderam o seguinte:

Gráfico 3. Procedimentos realizados no solo antes do plantio.



Fonte: autoras (2022).

Podemos notar que dentre as ações mais recorrentes no que se refere aos procedimentos com o solo, destacam-se os seguintes procedimentos: limpar, queimar e arar o solo. Um aspecto a ser considerado diante das informações contidas no Gráfico 3 é que embora alguns agricultores tenham hábitos diferentes no trato com o solo há um elemento presente em todas as respostas dos entrevistados, que é justamente o procedimento de limpar a parte mais superficial do solo para poder plantar os produtos.

Apesar da queimada ser uma ação bastante criticada por diversos setores ambientais, as cinzas que ficam no local são ricas em nutrientes, podendo auxiliar no desenvolvimento das plantas em determinadas regiões. Um estudo realizado no semiárido nordestino, observou que as cinzas depositadas no solo contribuíram para melhorias químicas no cultivo do milho e feijão, onde o efeito fertilizante se manteve por três anos (MENEZES, et al. 2006). Embora seja uma hipótese pertinente, é necessário realizar estudos práticos e laboratoriais nos solos da comunidade Serra do Cavalo, buscando informações mais precisas.

Quanto aos alimentos que são produzidos na área do estudo, os moradores entrevistados citaram quase unanimemente os mesmos produtos (Gráfico 4):

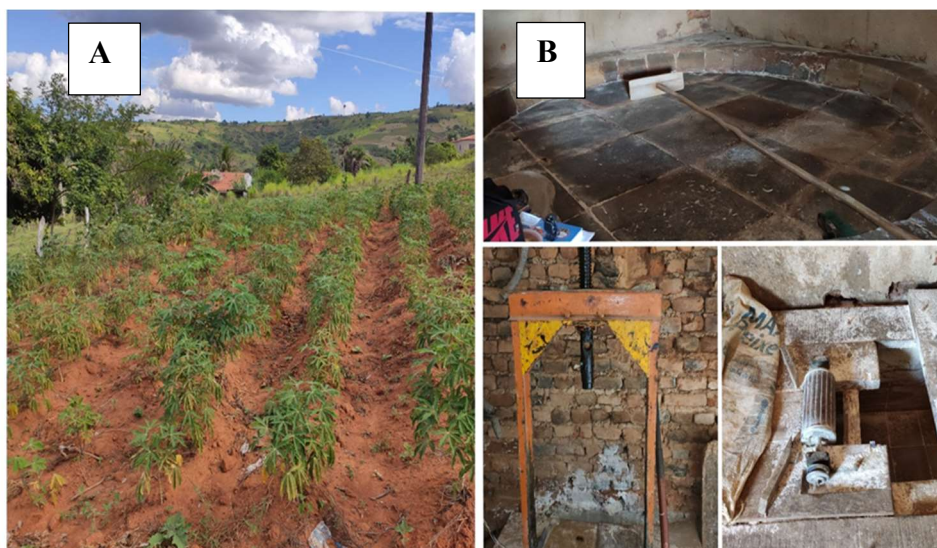
Gráfico 4. Alimentos produzidos pelos moradores da Serra do Cavallo.



Fonte: Autoras (2022).

Como destaca o Gráfico 4, os alimentos mais produzidos pelas famílias são feijão, mandioca e milho, alguns preferem plantar somente feijão e milho, outros plantam mais variedades como frutas. Destes alimentos, grande parte dos moradores relataram que priorizam o plantio da mandioca, quando colhem a safra utilizam para fazer farinha e tapioca nos estabelecimentos denominados “casa de farinha”, um símbolo da agricultura familiar do interior alagoano (figura 3).

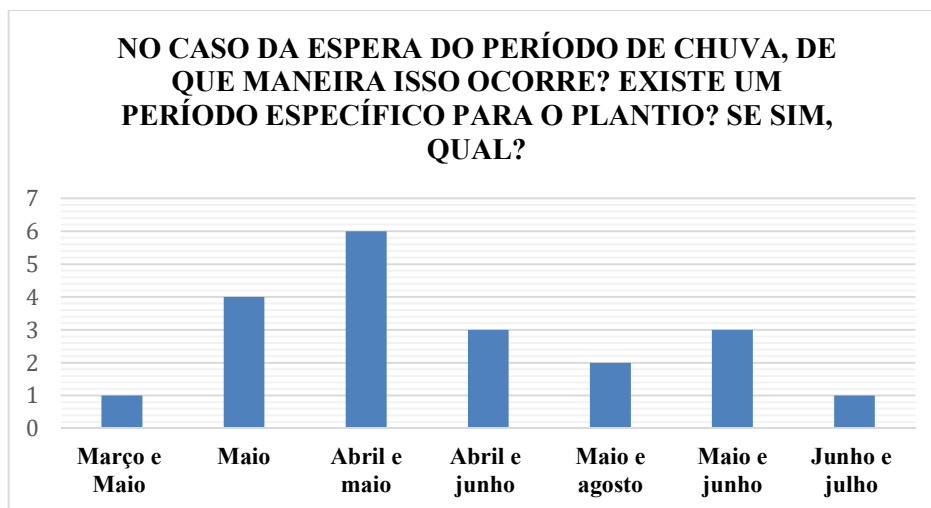
Figura 3. A- Plantação de mandioca. B- Interior da casa de farinha na comunidade Serra do Cavallo



Fonte: Acervo das autoras (2022)

No gráfico 5 a seguir poderemos observar que os agricultores usam os seus conhecimentos tradicionais para poder plantar os seus produtos com base na tendência de chuva anual. Nesse sentido, de acordo com alguns costumes os entrevistados elegem com base em seus conhecimentos períodos que são mais propícios à quantidades mais elevadas de pluviosidade o que possibilita uma melhor safra.

Gráfico 5. Períodos em que os agricultores realizam o plantio.



Fonte: autoras (2022).

Com base no gráfico, podemos observar que a maioria dos entrevistados responderam que costumam plantar no mês de abril e maio, mais especificamente no fim de abril para meados do mês de maio. Outro elemento importante a ser ressaltado frente as informações expostas é que o mês de maio se apresenta de um modo geral como um período bastante propício para o plantio, visto que é citado mais de uma vez pelos entrevistados.

Quando questionados sobre o tipo de sementes que usam no plantio, todos os entrevistados responderam que utilizavam sementes crioulas, como podemos observar no (gráfico 6).

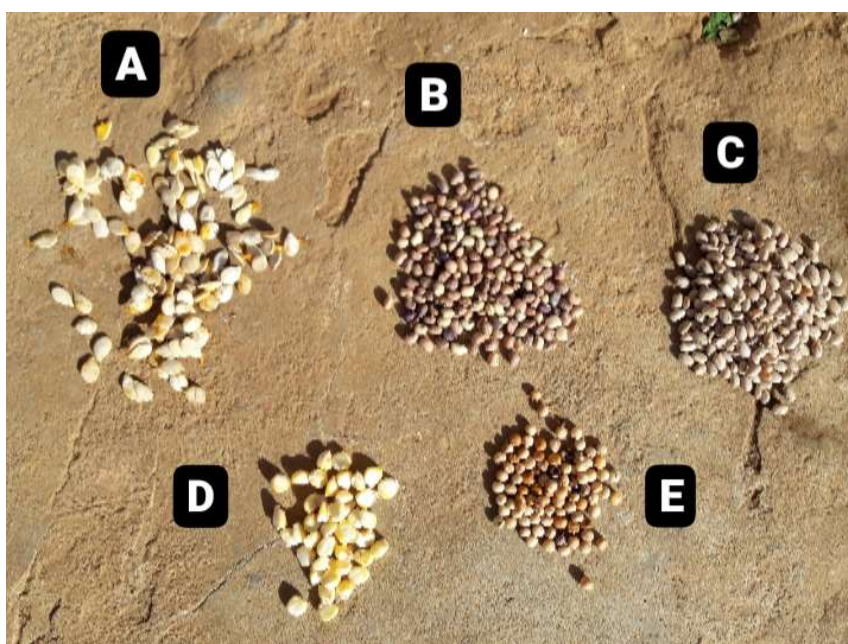
Gráfico 6. Uso de sementes crioulas na plantação.



Fonte: Autoras, 2022.

Diante do apresentado no (gráfico 6) podemos compreender que todos os entrevistados usam somente sementes crioulas para plantação. De acordo com eles, as sementes são guardadas sempre após a colheita para que possam ser plantadas novamente no ano seguinte. Na (figura 4) podemos observar algumas dessas sementes.

Figura 04: Sementes crioulas que são plantadas na comunidade pelos agricultores. (A) semente de gerimum; (B) semente de feijão de corda seco; (C) semente de feijão de corda verde; (D) semente de milho; (E) semente de feijão andu.



Fonte: Autoras, 2022.

Na figura acima podemos contemplar algumas sementes crioulas que são plantadas nos solos da comunidade. É importante salientar que todas essas sementes são de origem do próprio povoado e são guardadas em garrafas pets e em grandes vasos de alumínio com formato cilíndrico. É válido destacar ainda, que de acordo com os relatos dos entrevistados, quando a safra não é suficiente para que as sementes sejam guardadas para o próximo ano de plantio, os moradores da própria comunidade doam ou trocam entre si fomentando relações de amizade, confiança e solidariedade.

CONSIDERAÇÕES

Diante do que foi apresentado ao longo deste, podemos verificar que a agricultura tradicional se apresenta como um importante ingrediente no que tange às estratégias de sobrevivência familiar dos moradores da comunidade rural Serra do Cavalo, seja através da venda de excedentes, seja através do consumo familiar.

Para mais que uma estratégia de sobrevivência local dos moradores, a agricultura tradicional sinaliza ser parte do cotidiano dos sujeitos dessa comunidade, ou seja, um elemento fundamental na configuração da identidade territorial e na constituição do pertencimento para com o povoado. Desse modo, a agricultura se apresenta tal qual uma extensão e ampliação do sentimento de permanência e apego que se manifesta através das terras, da “roça”, da territorialidade construída ao longo de anos.

É importante ressaltar, que a lida com o solo exalta os conhecimentos tradicionais dos agricultores da comunidade. Nesse sentido, traz à baila tradições e saberes herdados e transferidos de geração em geração conforme cada contexto. Dessa maneira, pensar em agricultura tradicional é pensar no protagonismo da mulher e do homem do campo junto as suas narrativas, é pensar naqueles que percebem a terra não tão somente como um meio de produção, mas como a manutenção e conservação da vida.

À guisa de conclusão, podemos observar ainda que os conhecimentos dos agricultores da comunidade não sinalizaram prejuízos no solo. Embora utilizem técnicas de manejo tradicionais como arar e limpar o solo e queimar a vegetação superficial, não foram identificadas intencionalidades ou discursos voltados à degradação do solo. Tais técnicas dizem respeito à saberes locais perpetuados de pais para filhos e que seguem sendo manifestados até então.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, C. N.. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA). v. 12, p. 51-62, 2015.
- CAVALCANTI, L.C. **Geossistemas no estado de Alagoas**: uma contribuição aos estudos da natureza em geografia. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2010.
- EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed. Brasília, 2018.
- EMBRAPA. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. Brasília, 2019.

EMBRAPA. **Solos do nordeste**. 2014. Disponível em: Solos do Nordeste ganham cartilha - Portal Embrapa

EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do estado de Alagoas**: levantamento de reconhecimento de baixa e média intensidade dos solos do estado de Alagoas. 2020. Disponível em: Zoneamento agroecológico do estado de Alagoas: levantamento de reconhecimento de baixa e média intensidade dos solos do estado de Alagoas. - Portal Embrapa

GOIS, Laís Susana de Souza et al. Análise integrada dos brejo de altitude do nordeste do Brasil a partir de atributos fisiográficos. **Espaço aberto**, v. 9, n° 2, p. 77-98, Rio de Janeiro, 2019.

IBGE: **Manual técnico de pedologia**, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Juliana dos Santos.; SILVA, Kléber Costa da. A Comunidade Rural Serra do Cavalo, Água Branca-AL: relato de experiências de observação e interpretação sobre apego ao lugar. In: SILVA, Kléber Costa da. **Olhares geográficos sobre o sertão de Alagoas**. 1.ed. Delmiro Gouveia: Agbook; Clube de Autores, 2020.

PARAHYBA, Roberto da Boa viagem et al. Solos do município de Água Branca, Estado de Alagoas. **Comunicado técnico**. Embrapa, Recife, 2006. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1005498/1/ComTec40AguaBranca.pdf>

MENEZES, R. I.Q.; NUNES, L. A.P. L.; FILHO, J. A. A.; SILVA, N. L. Impacto da Queimada e do Pousio Sobre a Qualidade de um Solo Sob Caatinga no Semi-Árido Nordestino. **Revista Caatinga** (UFERSA. Impresso), v. 19, p. 200-208, 2006.

SILVA, J. M.; HESPANHOL, R. A. M. Discussão sobre comunidade e características das comunidades rurais no município de Catalão (GO). **Soc. & Nat**, 361-374, set./dez., 2016.

ZAAL. **Zoneamento Agroecológico de Alagoas**. 2013. Disponível em : <http://www.ima.al.gov.br/servicos/downloads/download-de-dados-vetoriais/> Acesso em 14/01/2022.

AÇÕES VOLUNTÁRIAS COMUNITÁRIAS EM ÁREAS VERDES URBANAS DE JOÃO PESSOA – BRASIL: AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOCULTURAIS COM BASE NA TEORIA DA RECIPROCIDADE

Carmem Lucas Vieira
Tomás Ponce Dentinho

RESUMO

O artigo objetiva contribuir para a avaliação sociocultural de ações voluntárias na gestão e conservação de áreas verdes urbanas (AVUs) de João Pessoa, PB/Brasil. Cada vez mais tem-se dado ênfase à elaboração de projetos urbanísticos que contemplem a criação e/ou a ampliação de AVUs, de modo a contribuir para a mitigação dos impactos do aquecimento global e promoção de melhoria na qualidade de vida dos habitantes nas grandes cidades. A participação popular na implantação de hortas orgânicas, canteiros medicinais, manejo e irrigação de árvores frutíferas, manutenção, realização de eventos culturais, etc., pode resultar no firmamento de parcerias eficientes junto à administração municipal, de modo a reduzir os impactos negativos advindos da urbanização. Com base no referencial teórico foi realizada a aplicação digital de questionário semi-estruturado e análise quali-quantitativa dos dados coletados. Resultados preliminares permitiram identificar que o perfil dos atores majoritariamente envolvidos nas ações voluntárias nas AVUs está relacionado a grupos focais, como Associações de Moradores, em bairros onde se verifica crescente especulação imobiliária, como Bessa, Jardim Oceania, Bancários e Aeroclub. As atividades realizadas de forma coletiva no recorte espacial especificado ocorrem, em grande parte, como resposta aos conflitos de uso e ocupação do solo e impactos ambientais.

Palavras-chave: Cidades sustentáveis; Agricultura urbana; Voluntariado; Reciprocidade; Comunidade.

ABSTRACT

The article aims to contribute to the socio-cultural assessment of the voluntary actions in the management and conservation of Urban Green Areas (UGAs) in João Pessoa, PB/Brazil. More emphasis has been given to urban projects that contemplate the creation or expansion of AVUs, to contribute to the mitigation of global warming impacts and the promotion of an improvement in the inhabitants of large cities' quality of life. Popular participation in the implementation of organic and medicinal gardens, management and irrigation of fruit trees, maintenance, holding of cultural events, etc., can result in the establishment of efficient partnerships with the municipal administration, reducing the negative impacts arising from urbanization. An application of a semi-structured questionnaire was carried out and the data collected was analyzed through quali-quantitative approach. Preliminary results have identified that the profile of the actors mostly involved in voluntary actions in the UGAs is related to focus groups, such as Residents' Associations, in places where there is growing real estate speculation, such as Bessa, Jardim Oceania, Bancários, and Aeroclub. The activities carried out in a collective and organized way occur mostly in response to conflicts over land use and occupation and environmental impacts.

Keywords: Sustainable cities; Urban agriculture; Volunteering; Reciprocity; Community.

INTRODUÇÃO

O desenho e a inserção de áreas verdes no espaço modificado pelas ações humanas voltados à criação de Paisagens e cidades constitui uma tarefa de suma relevância no planejamento urbano. Alterações nas dinâmicas de ordenamento, ocupação e uso do solo nas sociedades contemporâneas, interligadas por uma economia globalizada e com distintas evoluções históricas, produzem impactos ambientais derivados do processo civilizatório, os quais podem ser absorvidos e integrados de forma positiva ou negativa na vida das pessoas residentes nas cidades e municípios. Bargas e Matias (2011) ressaltam para a ampla diversidade de abordagens conceituais em relação às AVUs, com maior relevância para o termo “áreas verdes” como definidor de áreas urbanas cobertas com vegetação. Benini e Martin (2010) propuseram uma aproximação conceitual para as áreas verdes com base em revisão literária e análise de legislação urbana e ambiental, apresentando como síntese de áreas verdes públicas “todo o espaço livre, afetado, de uso comum, que apresente alguma vegetação e contribuição ambiental, além de usufruto para finalidades sociais, ecológicas, científicas e culturais”. Diversos indicadores são utilizados para avaliar o bem-estar das populações urbanas, dentre os quais destacamos, para o presente trabalho de pesquisa, a presença e a qualidade de áreas verdes urbanas, assim como as atividades de cogestão praticadas de modo voluntário, especialmente em locais destinados ao uso público, de acesso gratuito, como a implantação de hortas, pomares, jardins medicinais comunitários, dentre outras ações (PIZZOL, 2005; SILVA, 2016; CAMPOS, 2019). De forma bastante resumida, pode-se considerar as ações coletivas voluntárias como o produto de intencionalidades e atitudes realizadas por um conjunto de pessoas, as quais compartilham um objetivo em comum (SCHIMITZ et al., 2017). Na categoria “Áreas verdes urbanas de uso público” (AVUPs) estão contempladas, por exemplo, as praças, Parques, espaços verdes em vias rodoviárias (canteiros centrais), cemitérios, Jardins Botânicos, Áreas de Proteção Ambiental, dentre outros. A cidade de João Pessoa, umas das mais antigas do Brasil e capital do estado da Paraíba, localizado na região nordeste, já foi conhecida como uma das cidades mais arborizadas do país. Colonizada inicialmente a partir do seu interior, ao longo das margens dos principais cursos de água urbanos, João Pessoa, carinhosamente chamada de ‘Jampa’, passou a sofrer com a expansão urbana em direção à zona sul e áreas costeiras, processo intensificado a partir da década de 70 do século XX pela especulação imobiliária (BARBOSA, 2015; FARIA, 2015). Nos últimos 20 anos, entretanto, a ocupação intensiva de áreas destinadas à preservação e à conservação de ecossistemas de restinga, manguezais e Bioma Mata Atlântica, áreas de fragilidade geotécnica e valor ao patrimônio histórico (SALES, 2009; FERNANDES, 2013; ANJOS, 2014; FARIA 2015), tem sido objeto de preocupação por parte da população residente. A crescente fragmentação e perda de áreas verdes públicas nos espaços urbanos (TRIGUEIRO, 2018) têm servido de estímulo para a implementação de

ações voluntárias de caráter comunitário por parte dos cidadãos, com práticas que vão desde a denúncia ao Ministério Público quanto a atos de descarte irregular de resíduos de construção civil e lixo, até a formação de associações ambientalistas, com coordenações de atividades culturais, sociais, ecológicas, de educação ambiental e diálogo junto ao poder público. O trabalho tem como questão científica analisar qual o impacto sociocultural das ações voluntárias comunitárias em áreas verdes urbanas de uso público?. Como objetivo principal a pesquisa propõe diagnosticar o perfil, as principais ações e motivações dos cidadãos residentes que contribuem para a cogestão destes espaços na cidade de João Pessoa/Brasil em diálogo com a Teoria da Reciprocidade (SABOURIN, 2011; SABOURIN, 2018). Analisando práticas de permuta em sociedades e organizações camponesas a partir de contextos de produção agrícola, Sabourin (2011) esclarece que, dentre diversas modalidades de correspondência, as regras de reciprocidade garantem uma ampla gama de serviços e asseguram direitos à comunidade. A reciprocidade, segundo o autor, representa uma simetria nas relações, uma sensação de dádiva, um sentimento de graça e amizade, sinônimo de solidariedade ou mutualidade. Com base na problemática supracitada, o trabalho também busca identificar ações voluntárias em AVUs que exemplificam uma forma de reciprocidade positiva, onde há destaque para as dádivas e reforço dos laços sociais, com estrutura generalizada. A teoria da reciprocidade pode se configurar como uma alternativa à lógica de defesa dos interesses privados, tão naturalizada nas sociedades urbanas e contemporâneas atuais (SABOURIN, 2018). De acordo com o autor, o princípio da reciprocidade vai além da mera formalização de atos de permuta de bens e objetos, refletindo atitudes reflexivas e relações intersubjetivas entre os atores sociais envolvidos. No contexto de ações voluntárias nas AVUs, o enfoque se assenta, dessa forma, no âmbito da reciprocidade na governança dos bens comuns. O compartilhamento de ações coletivas na gestão de recursos comuns representa a base de uma estrutura específica, denominada reciprocidade binária, onde despontam os sentimentos de pertencimento e confiança, derivados dos valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha (SABOURIN, 2010). Instrumentos de inquérito constituem uma boa ferramenta de pesquisa em campo, proporcionando a rápida coleta e registro de dados para posterior análise. O uso de métodos mistos de investigação, questionários semiestruturados, permite que se trabalhe com variáveis obtidas em questões fechadas, e.g. atributos pessoais por dados censitários e Survey (MARTINS & FERREIRA, 2011), assim como códigos e categorias obtidos a partir da análise dos discursos em questões abertas. Da mesma forma, análises estatísticas, hierarquizações e grau de afinidade entre os dados podem ser extraídas, gerando uma riqueza de informações. Em nossa pesquisa exploratória, os resultados obtidos até o momento, mesmo que preliminares, configuram valiosas fontes de informações aos gestores públicos, direcionando seu

olhar para tomadas de decisões quanto ao Planejamento e a Sustentabilidade Urbana, de modo a considerar as reais demandas da população, concretizadas de forma voluntária e comunitária nas AVUs de João Pessoa.

METODOLOGIA

Para a definição da metodologia foi realizado, primeiramente, o recorte espacial da área e estudo. Utilizou-se como critério de delimitação aqueles locais onde se verifica maior impacto em relação à nova frente de expansão imobiliária nas últimas três décadas (BARBOSA, 2015), compreendendo os bairros Bessa, Jardim Oceania e as respectivas AVUs de intervenção popular: Eco Praça - Bairro Jardim Oceania; Eco Bosque – Bairro Jardim Oceania; Parque Linear Parahyba 1 – Bairro Aeroclube; Parque Linear Parahyba 2 – Bairro do Bessa; Parque Linear Parahyba 3 – Bairro do Bessa; Bosque das Corujas – Loteamento Jardim América/Bairro do Bessa; EcoPraça Esperança – Bairro Aeroclube; Comunidade São Luiz – Bairro do Bessa – Figura 1. De caráter exploratório e dedutivo, a pesquisa apresenta um abordagem mix-método com característica quali-quantitativa e metodologia de trabalho fundamentado no tripé caracterização, diagnóstico e proposições. Entre os dias 22 e 29 de julho de 2021 foi realizada uma visita de reconhecimento da área de estudo, em cuja oportunidade foi possível conhecer algumas áreas verdes urbanas percorrendo os Bairros supracitados, captar imagens fotográficas in loco e conversar com alguns moradores que já desempenhavam atuações voluntárias nas AVUs – Figuras 2, 3 e 4.

Como objetivos específicos foram propostas três linhas de ação principais, as quais serviram de referência para a formulação das questões e blocos do Questionário:

1. Mapear características e diagnosticar o perfil dos voluntários envolvidos periodicamente nessas ações;
2. Identificar e descrever as principais ações voluntárias comunitárias realizadas nas AVUs de João Pessoa, de acordo com o recorte espacial selecionado;
3. Relacionar as principais justificativas que levam esses atores sociais a atuarem de modo voluntário e comunitário e propor formas de integração com a gestão pública.

Figura 1. Construção civil recente no Bairro Jardim Oceania, em frente à Orla Marítima.



Fonte: Vieira, C.L. Julho de 2022.

Figura 2. Área Verde Urbana com intervenções voluntárias da população.



Fonte: Vieira, C.L. Julho de 2022.

Figura 3. Área Verde Urbana – terreno baldio, sem qualquer manutenção e com depósito de calça.



Fonte: Vieira, C.L. Julho de 2022.

Figura 4. Articulação de lideranças representantes de catadores de material reciclável com gestores municipais em AVU mantida com apoio de Associação Ambientalista dos moradores do Bairro.



Fonte: Vieira, C.L. Julho de 2022.

Para executar a etapa de diagnóstico realizou-se a elaboração de um questionário semi-estruturado, anonimizado, na forma de um modelo de auto-aplicação distribuído por meio de formulário digital, com acesso via link gratuito disponibilizado na internet. Optou-se pela distribuição digital pela impossibilidade em estar pessoalmente na área de estudo para aplicação dos questionários (economia de recursos), maior conveniência para os colaboradores registrarem as respostas, assim como maior agilidade na recepção e tratamento das informações. A coleta de dados foi realizada em um único intervalo de tempo, *survey interseccional*, compreendido entre 08 de junho e 08 julho de 2022, configurando um mês de campanha. A interpretação das respostas levou em conta não somente os relatórios e tratamentos dos dados provenientes dos questionários, como a pesquisa de dados secundários e as informações obtidas na visita de reconhecimento. Para a distribuição dos questionários foi realizado o contato com atores de grupos focais apresentados na visita de reconhecimento, os quais se encarregaram de entrar em contato com voluntários que se estivessem dispostos a contribuir com a pesquisa, em semelhança a uma estratégia “Bola-de-Neve” ou amostragem não intencional por conveniência (MARTINS & FERREIRA, 2011). Após essa primeira abordagem, o link do questionário foi enviado aos contatos para a coleta de respostas. Uma segunda abordagem para captação de respondentes foi através de grupos de redes sociais relacionados às temáticas socioambientais e AVUs de João Pessoa. Houve o permanente cuidado em esclarecer o caráter de anonimato dos respondentes, cujas instruções para colocar somente as iniciais dos nomes solicitação de concordância em responder ao instrumento de inquérito foram apresentadas tanto no cabeçalho do questionário quanto no Termo de Consentimento Informado, disponibilizados previamente. Da mesma forma, foi solicitado, em caráter obrigatório, que os colaboradores assinalassem se concordavam ou não em responder ao questionário, nas condições em que foi elaborado. Foi ressaltado aos mesmos que o trabalho busca elucidar de que forma os resultados alcançados podem, efetivamente, fomentar a interação entre atores da sociedade e os gestores públicos, de modo a contribuir para as tomadas de decisão, a sustentabilidade socioambiental e o fortalecimento dos vínculos culturais e relações de reciprocidade. A amostra de análise consiste de parte da população residente em João Pessoa, com unidade amostral composta pelos residentes nos bairros Bessa, Jardim Oceania, Aeroclub e Bancários. A unidade de observação foi representada pelos moradores que, efetivamente, exercem ações voluntárias em AVUs considerando o recorte espacial determinado na unidade amostral. Para a correta concepção do questionário uma planilha preliminar de orientação foi organizada, constando de 1. Dicionário e Plano de Análise, 2. Questionário de Aplicação e 3. Banco de Dados dos Resultados. O questionário foi então estruturado em três blocos, compostos por 27 perguntas abertas e fechadas, cuja ordem de resposta poderia ser

livremente escolhida pelos respondentes. As questões abertas foram configuradas com caráter optativo. Ao final do questionário foi fornecido um link para acesso à Lei Geral de Proteção de dados - Lei nº 13.709/2018. O primeiro bloco foi denominado como '*Bloco 1 – Questões Censitárias – Características pessoais*', composto por 13 questões, dentre as quais sete com demanda para respostas curtas e seis de múltipla escolha – Quadro 1. A primeira questão, além de ser estruturada como múltipla escolha continha uma requisição complementar, a qual poderia ser preenchida com resposta curta (e.g.: Caso você não tenha nascido na cidade de João Pessoa, especifique o seu local de nascimento). Parte das questões do Bloco 1 foi elaborada com base em questões do Censo IBGE, para que se pudesse realizar um comparativo, e.g.: '*Qual a sua cor ou raça?*' Alternativas de resposta: branca, preta, amarela, parda e indígena (categorias definidas pelo IBGE). O segundo bloco de perguntas, denominado '*Bloco 2 – Interação com as Áreas Verdes Urbanas (AVUs)*' teve como objetivo verificar a relação dos respondentes com as Áreas Verdes Urbanas de João Pessoa, apresentando em seu cabeçalho uma breve conceituação geral sobre AVUs. Esse conjunto foi composto por sete questões, sendo três abertas e quatro de múltipla escolha, dispostas de modo alternado. Três questões de múltipla escolha apresentavam perguntas abertas complementares, de resposta longa ou curta e caráter optativo (e.g.: '*Se você respondeu a sim na questão acima, cite quais*'). O bloco três, denominado '*Percepção sobre as Áreas Verdes Urbanas e a sua gestão*' teve por objetivo verificar de que forma os cidadãos residentes avaliavam as condições das AVUs na cidade de João Pessoa, assim como as ações do Poder Público em relação às mesmas. Nesse conjunto foram apresentadas quatro questões de múltipla escolha com requisições de complemento por meio de respostas curtas ou longas e três questões abertas, de caráter optativo. Ao final do questionário foi apresentado um agradecimento aos colaboradores e ratificada a possibilidade de produção de artigos e outras publicações, além da tese de mestrado. Para fins do presente artigo, uma primeira análise dos dados coletados foi realizada por meio de relatório gerado automaticamente pela ferramenta on line (Google Forms), o qual apresenta como produto: 1. resumo geral das respostas por questão; 2. resumo por pergunta, onde foi possível verificar as perguntas (ou complementações) abertas deixadas em branco e 3. respostas obtidas de cada colaborador, identificados por um código de auto-preenchimento com as iniciais do nome, conforme instrução disponibilizada no questionário. Os dados foram então exportados em formato de planilha do Excel e transpostos para a matriz única denominada '*Banco de dados dos resultados*'. Essa matriz foi então carregada no programa MAXQDA 2022 para posterior análise quali-quantitativa, de acordo com as possibilidades e pacotes de ferramentas disponibilizados pelo software, tendo como unidades básicas de análise códigos e variáveis.

Quadro 1 – Exemplo de variáveis da Pesquisa - Bloco 1.

Questão	Variável	Classificação (tipo/subtipo)
1	Origem (naturalidade)	Qualitativa/Nominal
2	Local de residência	Qualitativa/Nominal
3	Tempo de residência no local	Quantitativa/Discreta
4	Idade	Quantitativa/Discreta
5	Identidade sexual	Qualitativa/Nominal
6	Grupo étnico	Qualitativa/Nominal
7	Grupo religioso	Qualitativa/Nominal
8	Vínculo socioafetivo	Qualitativa/Nominal
9	Grau de instrução	Qualitativa/Nominal
10	Qualificação profissional	Qualitativa/Nominal
11	Atividade econômica	Qualitativa/Nominal
12	Função social	Qualitativa/Nominal
13	Faixa de renda	Qualitativa/Nominal

Fonte: Vieira, C.L. Junho de 2022. Adaptado de Martins & Ferreira (2011).

Um fator que trouxe preocupação no desenvolvimento da pesquisa foi o engajamento dos colaboradores. No início do mês de maio de 2022 realizou-se a tentativa de agendar entrevistas com respondentes voluntários indicados por atores focais em contato prévio por e-mail e redes sociais mas, como não houve retorno por parte dos colaboradores e o tempo para coleta de respostas estava chegando a um limite hábil para recebimento, o questionário foi adaptado para formato digital e auto-aplicação. Dessa forma, no início do mês de junho foi realizada uma segunda tentativa de aplicação do instrumento, com dispersão do questionário digital para mais de 100 instituições educacionais públicas de João Pessoa e professores universitários da UFPB com afinidade na temática mas, novamente, praticamente nenhum retorno foi obtido. Em face à falta de êxito na coleta de dados, foi necessário reforçar as solicitações durante o mês de junho, dispersando as solicitações com maior frequência e ênfase junto aos grupos e atores focais, cuja campanha, enfim, possibilitou obter uma pequena porém significativa coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ressaltamos que, no momento de redação do presente artigo, o processo de coleta de respostas ao questionário estava ainda aberto a contribuições. Um total de 10 pessoas haviam se voluntariado a responder, sendo as mesmas cooptadas através do método “Snow Ball”, em que um participante focal indica o instrumento de inquérito a outros respondentes, com o mesmo perfil. No caso de nossa pesquisa, todos os respondentes são pessoas diretamente envolvidas em ações voluntárias em Áreas Verdes Urbanas de João Pessoa, localizadas nos Bairros de maior pressão por especulação imobiliária nas últimas décadas, sendo 50% no Jardim Oceania, 20% no Bessa, 10% no Jardim Oceania/Bessa, 10% bairro Bancários e 10% Ponta de Matos. Interessante verificar que, no resumo dos dados coletados no Bloco 1, Característica pessoais e dados censitários, 60% dos respondentes não são nativos de João

Pessoa e tampouco do estado da Paraíba. Somente 20% nasceram na cidade de João Pessoa e 20% em outro município do estado da Paraíba. Dentre os 80% não nascidos em João Pessoa, 30% são oriundos de estados do sudeste, como MG e RJ, 10% do extremo sul do Brasil, RS e 40% de outros estados da região nordeste, como CE e PE. Ou seja, o pressuposto de que as pessoas com maior envolvimento seriam as nativas, com maiores vínculos identitários, em teoria, não se confirmou. Já o fato de residir em locais onde os conflitos de uso e ocupação do solo são mais evidentes parece refletir em uma maior participação dos moradores em ações voluntárias para conservação e manutenção das AVUs, conforme dados apresentados no primeiro parágrafo. Quanto ao tempo de residência, 20% dos respondentes residem há menos de cinco anos no local, 20% entre cinco e dez anos, 30% entre 10 e 20 anos, 10% entre 20 e 30 anos e 20% entre 30 e 40 anos. Aqui, mais uma vez, os dados chamam a atenção, pois 40% dos respondentes moram no local há pouco tempo, menos de uma década. Os moradores mais antigos, com tempo de residência maior do que 30 anos, correspondem a 30% da amostra. Em relação à faixa etária, percebe-se que residentes na faixa entre 35 – 40 anos de idade correspondem a 20% dos respondentes, 30% entre 55 – 60, 40% entre 60 – 65 e acima de 70 anos somente 10% do total de colaboradores. Pode-se inferir que a maioria, 80%, faz parte de um grupo de pessoas possivelmente aposentadas ou em idade de aposentadoria, com maior tempo disponível para dedicação a causas voluntárias. Entretanto, somente 30% se declararam aposentados, efetivamente. A presença feminina também foi mais significativa, 70% dos respondentes e a maior parte, 80%, declarou pertencer a alguma religião, católica ou cristã. Esse contexto majoritariamente feminino e religioso pode ter relação com o que Sabourin (2011) destacou como exemplo de um processo de reciprocidade positiva, onde há destaque para as dádivas e o reforço dos laços sociais. Apesar de somente 30% dos respondentes possuírem alguma formação profissional diretamente relacionada à natureza e questões ambientais, todos os colaboradores possuem nível superior completo e/ou pós-graduação. Essa maior possibilidade de entendimento conceitual das AVUs e a sua relevância para a qualidade de vida da população pode representar um fator decisivo em relação ao envolvimento e articulações em prol de ações voluntárias nestes espaços públicos, em diálogos com questões políticas atuais, como a revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa. De acordo com levantamentos do IBGE (2020) o estado da Paraíba apresenta um rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente de R\$ 892,00. Em nossa pesquisa, 80% dos colaboradores possuem rendimentos muito acima desse valor, com uma faixa salarial entre R\$ 3.000,00 e R\$ 10.000,00 e somente 30% dos colaboradores estão em união estável. O restante, 70%, são solteiros, divorciados ou viúvos. A partir desse cenário surge o

questionamento: - Pessoas solo e com maior poder aquisitivo tendem a apresentar maior envolvimento com as ações voluntárias nas AVUs? Por qual razão?

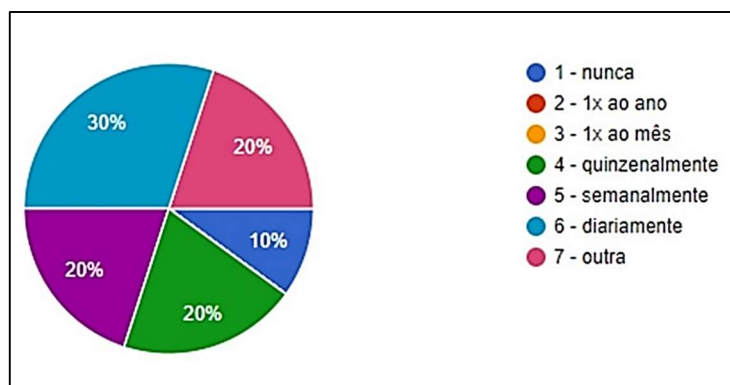
No Bloco 2, onde se busca investigar a interação com as AVUs, verifica-se que 90% dos respondentes residem próximo a esses espaços onde predomina a cobertura com vegetação e todos frequentaram no último mês locais situados próximos à sua residência de forma majoritária, mas, não exclusivamente. Dentre as ações voluntárias mais comumente realizadas nas Áreas Verdes Urbanas, conforme PIZZOL (2005), SILVA (2016) e CAMPOS (2019) os respondentes destacaram:

1. Atividades de lazer e contemplação como caminhadas, encontrar e conversar com os amigos, ouvir o canto dos pássaros, comemorações;
2. Atividades mais aplicadas, tais como aprendizado/educação ambiental, manutenção, cuidar de plantas, participar de mutirões, fazer compostagem;
3. Atividades de rotina e fomento ao comércio local como aquisição de produtos da Feira Agroecológica e utilizar os espaços verdes como seu local de trabalho.

A figura 5 ilustra a frequência de envolvimento dos respondentes nas ações voluntárias, onde percebe-se que 50% dos colaboradores participam diária ou semanalmente das mesmas, ressaltando o maior comprometimento de membros integrantes do grupo focal. Somente um respondente declarou não fazer parte de nenhuma associação civil ou grupo cujo objetivo seja desenvolver ações em AVUs.

Além das atividades supracitadas, alguns respondentes afirmaram participar de ações com caráter cívico e político, em consonância ao ressaltado por Trigueiro (2018), como eventos culturais e reuniões com a comunidade organizadas para a geração e apresentação de políticas de preservação ambiental ao poder público, atos de protesto e denúncia de degradação ambiental em áreas de mangue e desova de espécies de tartarugas ameaçadas de extinção, encontros para mutirão de cuidados das Áreas Verdes Urbanas. Dentre as principais motivações que os levam a exercer essas ações e frequentar esses espaços houve destaque para argumentos voltados à socialização, preservação e sustentabilidade ambiental, responsabilidade cívica e social, sensações de paz e liberdade, defesa e preservação do meio ambiente, assim como o prazer em produzir alimentos em uma área pública e o cuidado para as gerações futuras desfrutarem do(s) local(is).

Figura 5: Resposta à questão 18 do Questionário - “Com qual frequência você participa das ações voluntárias em Áreas Verdes Urbanas?”.

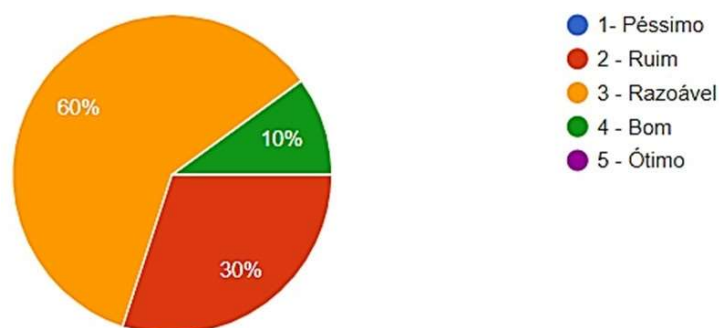


Fonte: Vieira, C.L. Junho de 2022.

O Bloco 3, Percepção sobre as Áreas Verdes Urbanas e a sua Gestão, foi estruturado de modo a haver a predominância de questões abertas e o aceite de respostas longas. O objetivo desse conjunto foi possibilitar o registro de impressões, motivações e dados subjetivos que pudessem ser analisados por meio de categorias e códigos presentes nos discursos, passíveis de agrupamentos e hierarquização. Importante ressaltar que as interpretações das respostas tiveram como ponto inicial de referência os objetivos relacionados no Plano de Análise, a fim de verificar se aquilo que foi relacionado como orientação para a elaboração das questões foi, de alguma forma, contemplado nas respostas. Em nossos resultados preliminares 60% dos respondentes consideraram João Pessoa uma cidade arborizada, ressaltando conceitos e expressões relacionadas ao fato de haver uma elevada diversidade de árvores, espaços verdes e áreas verdes passíveis de preservação e/ou preservados. Dentre os 40% que não consideram a cidade arborizada, os principais conceitos e expressões mencionados foram a verticalização e urbanização, a substituição de áreas verdes por prédios e o crescente desmatamento para atender a interesses do setor de construção civil. Ao serem questionados sobre a avaliação pessoal em relação ao planejamento e manutenção das AVUs na cidade, o mesmo percentual de 60% considerou como razoável – Figura 6. Como justificativa, os participantes argumentaram conflitos importantes, como a predominância de cobertura de cimento nas praças públicas e a ocupação de fachadas e calçadas por garagens de prédios, impedindo o plantio de árvores. Falta de apoio das autoridades e apoio dos gestores públicos, inadequado planejamento, escassa manutenção em bairros de menor poder aquisitivo, assim como o descompromisso de políticas públicas em relação à arborização urbana foram pontos de destaque nas respostas. Foi possível verificar que existe um desconforto em relação à situação das AVUs e um sentimento de que a cada nova gestão pública um novo impacto negativo será gerado nas áreas verdes. Essa percepção é ratificada na questão subsequente, quando 80% dos respondentes afirmaram haver conflitos entre as áreas verdes urbanas e os interesses da gestão municipal. A

expressão 'Construção Civil' predominou nas justificativas, como elemento principal de fomento à degradação e ocupação irregular das AVUs. Quando questionados sobre o efeito das ações voluntárias nas áreas verdes urbanas, 80% dos respondentes mencionaram impactos positivos, como a possibilidade de representação dos interesses e organizações sociais, bem como atitudes em prol da preservação, revitalização, sustentabilidade e ativismo ambiental. Todos os colaboradores concordaram que a administração pública municipal poderia trabalhar de forma cooperativa com voluntários na co-gestão das AVUs, de modo a dar maior apoio na manutenção e conservação desses espaços, ouvir as demandas da população residente, fomentar ações culturais e de educação ambiental.

Figura 6. Respostas à questão 22 – “Como você avalia as AVU(s) de João Pessoa em relação ao seu planejamento e manutenção (funcionalidade, localização, dimensões, cobertura vegetal, infraestrutura, etc.)?”



Fonte: Vieira, C.L. Julho de 2022.

Na penúltima consulta do questionário foi apresentado um breve conceito sobre Cidades Sustentáveis e solicitado ao respondente que apresentasse a sua sugestão para a cidade de João Pessoa, caso tivesse a possibilidade de propor algo junto aos gestores públicos. Todos os colaboradores responderam, alguns em apenas uma frase e outros desenvolvendo melhor a argumentação, em um parágrafo. Alguns conceitos e expressões foram predominantes nos discursos, especialmente aqueles relacionados a políticas públicas que estimulem a implantação de hortas comunitárias, a criação de Polos Ecológicos Socioambientais, aumento na quantidade e qualidade de manutenção das AVUs em todas as regiões da cidade, incremento da arborização nas ruas e áreas públicas, garantia de preservação dos cursos de água urbanos e áreas de manguezais, além de melhorias na coleta seletiva de lixo, acessibilidade ao transporte público e educação ambiental nas escolas. Por fim, os colaboradores foram convidados a registrarem um último comentário, caso desejassem. Nessa questão apareceram externalizações muito interessantes, com a participação de 60% dos respondentes. Alguns temas de suma relevância foram destacados, como a necessidade de maior conscientização e participação da população nas discussões relacionadas à revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), em curso desde 2021, conservação ambiental, bem como efetiva consideração das demandas da população no processo

de debate das políticas públicas pela gestão municipal. A expressão “platéia emudecida” foi utilizada por um respondente para ilustrar a insatisfação quanto à qualidade da participação cidadã nas discussões para elaboração do novo PDM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados até o momento, mesmo que provenientes de um pequeno e específico recorte amostral, permitiram verificar a predominância de motivações relacionadas à conservação ambiental e convivência social nas áreas verdes de uso público, em consonância a pressupostos da teoria da reciprocidade aplicadas à gestão comunitária de ambientes compartilhados coletivamente. O conflito de interesses dos cidadãos residentes em relação às finalidades de uso e ocupação do solo preconizadas pelo poder público municipal ficou evidente nas respostas coletadas. Houve destaque para a insatisfação dos colaboradores quanto à situação de conservação e manutenção das AVUs, assim como a destinação de áreas verdes para a construção civil e especulação imobiliária. A aplicação de questionários, análise quali-quantitativa dos dados coletados e interpretação dos resultados constitui importante fonte de informação para os gestores públicos, sendo uma ferramenta essencial mas ainda pouco empregada ao adequado planejamento do uso do solo, diagnóstico, prevenção e mediação de conflitos urbanos.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nosso sincero agradecimento aos cidadãos de João Pessoa que se dispuseram, até o momento, a colaborar com a pesquisa, em especial aos integrantes da Associação dos Ambientalistas do Jardim Oceania (AMJO) e Instituto Raízes D’Alma. Agradecimentos ao professor, Doutor e pesquisador da FGV Leandro Mahalem de Lima pelo treinamento no software MAXQDA e gratidão especial ao meu professor orientador Tomás Ponce Dentinho, do Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza pela Universidade dos Açores (UAC), por toda a gentileza, esclarecimentos e disponibilidade manifestada para o desenvolvimento dessa Tese de Mestrado.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Wellintânia Freitas dos. **Dispersão urbana x áreas verdes**: um estudo sobre a zona especial de preservação natural da bacia do Rio Cuiá. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- BARBOSA, Tamires Silva et al. **Geomorfologia urbana e mapeamento geomorfológico do município de João Pessoa - PB, Brasil**. 2015.
- BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.
- BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. **Formação (online)**, v. 2, n. 17, 2010.
- CAMPOS, Juliana Cláudia Bezerra. **Áreas verdes e qualidade de vida: uma análise sobre a percepção dos usuários dos parques Solon de Lucena e zoobotânico Arruda Câmara em João Pessoa - PB, Brasil**. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FARIA, Alexandre Brito de. **Avaliação das condições de uso e ocupação do parque Parahyba - João Pessoa/PB.**, 2015. 71 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FERNANDES, Maria Andreína Moreira. **A (re)produção do espaço urbano no Bairro Altiplano, João Pessoa-PB: estratégias, iniciativas e interesses dos agentes que produzem a cidade.** 2013. 286 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MARTINS, Claudia Garrido; FERREIRA, Miguel Luiz Ribeiro. O survey como tipo de pesquisa aplicado na descrição do conhecimento do processo de gerenciamento de riscos em projetos no segmento da construção. In: **VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão.** sn, 2011.

PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. **Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa PB.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

SABOURIN, Eric. **Manejo dos recursos comuns e reciprocidade:** os aportes de Elinor Ostrom ao debate. 2010.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** 2011.

SABOURIN, Eric. **Desenvolvimento territorial sustentável, reciprocidade e organização social:** referencias e casos no Brasil. Território, Redes e Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas. pp.25-54, 2018.

SALES, Andréa Leandra Porto. **O centro principal de João Pessoa: espacialidade, historicidade e centralidades.** 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, p. 201-220, 2017.

SILVA, Lídia Pereira. **Dos quintais às ruas: estudo de implantação de hortas nos vazios urbanos de João Pessoa como parte da infraestrutura verde urbana.** 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

TRIGUEIRO, Wendell Araújo Nóbrega. **As transformações da paisagem na Avenida Hilton Souto Maior, na cidade de João Pessoa-PB.** 2018. 107 f. (Monografia de Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

Link para acesso externo:

IBGE (2020). Acesso em: 27/06/2022. Disponível em:
https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2020.pdf

RESILIÊNCIA CAMPONESA NA PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS: UM ESTUDO NA COMUNIDADE OLHOS D'ÁGUA, MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG

Mônica Arruda Zuffi
Rosselvelt José Santos

RESUMO

O camponês contextualizado com sua lógica social pode contribuir para compreendermos as suas estratégias e arranjos sócioprodutivos em lugares dominados pela lógica do agronegócio. Assim, estudamos em uma comunidade na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, reações ao uso desmedido de agroquímicos e agrotóxicos. Ameaçados, inclusive em seus modos de vida, em geral de forma individual, iniciam processos de conscientização dos impactos presentes no lugar e aos poucos vão revendo suas práticas sociais e produtivas, evidenciando uma percepção ecológica de que eles podem melhorar o meio e a si mesmo. A iniciativa em produzir orgânicos na comunidade de Olhos D'Água é incipiente, mas já desempenha um papel fundamental para a permanência camponesa no lugar em meio a tantas outras situações que ameaçam a existência da produção familiar no campo. Assim, mesmo sendo uma produção pequena, uma família ao produzir orgânicos, materializa possibilidades de estabelecer sistemas de produção que não envolvam dependências ao capital agroindustrial de insumos, contribuindo para a socialização de experiências em um contexto de imposições de pacotes tecnológicos

Palavras-chave: Orgânicos. Território. Espaço. Camponeses. Sociobiodiversidade.

ABSTRACT

Thus, contextualized with their social logic, when they realize that their actions can be a threat to their ways of life, they organize themselves in a way that the impacts of their practices show an ecological perception that they can harm the environment and themselves. Organic production in the community of Olhos D'Água is incipient, but it already plays a fundamental role in keeping the family in place amid so many other situations that permeate resistance in the countryside. Thus, even a small production and only one family adhering to it, in this context, production systems that do not involve chemical reagents contribute to the materialization of experiences in a context of impositions of various orders.

Palavras-chave: Organic. Territory. Space. Peasants. Sociobiodiversity.

INTRODUÇÃO

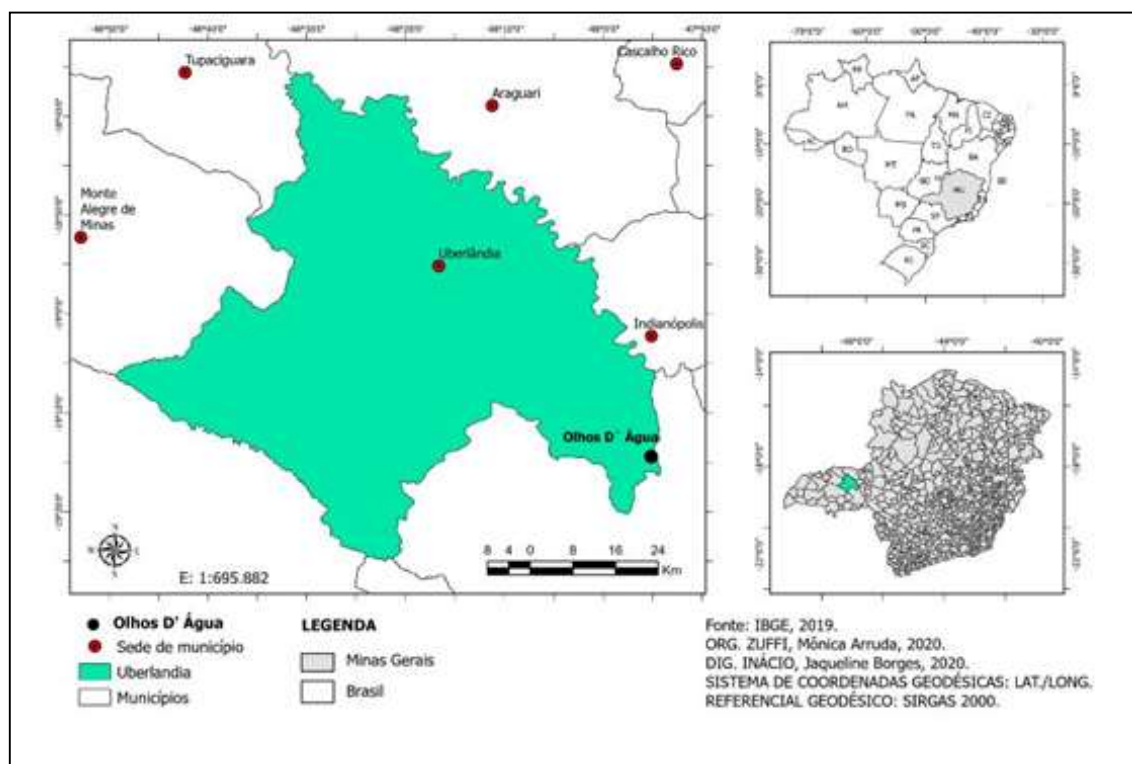
No município de Uberlândia, pesquisamos diversas propriedades rurais as quais caracterizamos por suas especificidades, envolvendo formas e relações de produção que foram desenvolvidas considerando as suas condições tecnológicas, sociais, culturais e recursos disponíveis no lugar. Na lida com os ciclos da natureza, elas comparecem como resultado de saberes e fazeres constituídos como um conjunto de estratégias das famílias.

Adentrando nas áreas rurais deste município, conhecemos a Comunidade de Olhos D'água, onde observamos em vários aspectos os grupos familiares que desenvolvem seus cultivos de hortifrúti. As propriedades são densamente trabalhadas pelas famílias, ressaltando sua campesinidade em lidarem com os processos produtivos e seus problemas cotidianos. No lugar, conhecemos uma dessas famílias que ressalta seu modo de ser, indicando diversas disparidades com as demais. Suas habilidades produtivas indicam que seus membros são pessoas atentas as imposições do capital e usam suas experiências e resiliência a favor de inovações que os tornam resistentes a lógica social dominante, ou seja, do capitalismo.

A família promoveu condições para os seus filhos estudarem e contrariando a lógica do sistema de ensino, um dos filhos retornou a propriedade e foi envolvendo a família na produção de alimentos orgânicos. Trata-se de iniciativas desenvolvidas em consonância com o conhecimento que eles já tinham, passando a empregá-lo como tradicional ecológico camponês.

A comunidade Olho D'água está localizada na área rural do município de Uberlândia-MG, na BR 365, próximo ao anel viário leste, seguindo até o limite do município de Araguari, (SANTOS e SANTOS, 2017) em direção a antiga estrada do "Pau Furado".

Mapa 1 – Localização Comunidade Rural Olhos D'Água – Município de Uberlândia-MG



Fonte: elaborado por INÁCIO, Jaqueline Borges, 2020.

Com as intensas mudanças na região do Cerrado Mineiro, mediante processos produtivos voltados para o agronegócio e conseqüentemente os conflitos que são provocados entre os sujeitos envolvidos, as paisagens tendem a tornarem-se homogêneas. Como resultado das políticas de uso e ocupação dos solos junto com a modernização no campo, registram-se grandes impactos socioambientais e econômicos para as comunidades tradicionais.

Os camponeses, proprietários de terras são induzidos a consumirem agroquímicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Como os custos de produção são elevados nesta condição, alguns estão tomando medidas que resgatam aprendizados dos quais lhe possibilitam criar outros caminhos para obterem renda de forma a continuarem (re)existindo como camponeses no lugar.

A opção pela produção de uma agricultura livre de agrotóxicos e agroquímicos em meio as demais culturas tradicionais indica que existe uma compreensão abrangente sobre a produção de comida saudável que vai além do lucro, estendendo-se aos cuidados com os solos, água, sementes, dentre outros. Paralelamente estabelecem um resgate de ciclos epistemológicos da natureza, sugerindo em suas práticas sociais e produtivas rompimentos com os discursos da “Revolução Verde”. Em alguns casos, observados no município, retorna-se a técnica de selecionar sementes crioulas e reutilizá-las em seus cultivos, potencializando certa autonomia em seus roçados.

Nesse movimento de ter as suas próprias sementes, reaparecem preocupações como o uso de “veneno”, por exemplo, como aqueles que se coloca nos tomates e os agravantes que tal prática trás para o consumo humano. Essa retomada pela produção do orgânico, o diferente comparece entre os demais produtores, fazendo crescer curiosidades, pois crescem suas plantações sem a ajuda de produtos químicos. A iniciativa também indica caminhos que os libertam do sistema transgênico, maturadores, pesticidas e vários outros insumos que vão se ligando a lógica do mercado para prenderem os pequenos produtores aos interesses dos grandes conglomerados capitalistas do agronegócio.

Para Petersen (2013), são estratégias camponesas que foram incorporadas na agricultura enquanto arte da corporação entre o ser humano e a natureza. Os artifícios adaptativos que sustentam os camponeses mesmo sendo contraditórios aos demais produtores da Comunidade Olhos D’Água, acabam lançando luzes sobre as práticas sócioprodutivas empregadas na produção de orgânicos, envolvendo os modos de vida desses sujeitos.

Nas comunidades camponesas da região do Triângulo Mineiro, observamos uma consciência ecológica de usos dos recursos naturais. Em diversas falas, identificamos a compreensão de preservação ambiental para continuarem produzindo, existindo e resistindo enquanto camponeses.

A abordagem central para este estudo surgiu durante os trabalhos de campo em diversos projetos de pesquisas vinculados ao laboratório de Geografia Cultural. Destacamos em especial uma incursão às comunidades rurais com um grupo de pesquisadores realizado no ano de 2019. No trajeto envolvendo várias comunidades, observamos camponeses que ao descreverem suas práticas agrícolas indicavam terem encontrado alternativas de existência social na contramão do discurso “progressista” que o agronegócio faz para justificar o uso constante e excessivo de substâncias químicas, objetivando melhoria da produção.

A incorporação de tecnologias, sobretudo os agroquímicos, aqueles que prometem aumentar e melhorar a agricultura, que garantem rendimento extraordinário aos vegetais, em menor tempo possível, foi observado, como milagre da ciência moderna. Segundo Rachel Carlson (1969), no mundo moderno não há tempo, por isso, o homem criou as substâncias químicas para que a vida se ajustasse a ele e não o contrário. Quase seis décadas depois dos escritos de Carlson, a vida nos anos seguintes continua no caminho descrito por ela. Como referência, o Brasil, desde o ano de 1991 até o ano de 2015, aumentou cerca 10% do consumo mundial de agrotóxicos. No ano de 1991, esse valor era cerca de sete vezes menor que os Estados Unidos (MORAES, 2019).

O Estado, no regime militar, agiu criando programas de incentivo ao desenvolvimento do campo como o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, o qual envolveu o bioma Cerrado em

um processo de reocupação territorial, reformulando cultural, social e economicamente os lugares por onde ele foi adentrando. Nessa perspectiva, fomentou a reocupação de áreas que antes eram ocupadas pela pecuária extensiva e pequenos produtores familiares.

A perversidade do sistema se amplia quando o mesmo desenvolve um discurso progressista e inclusivo como justificativa dos impactos negativos que ele causa, principalmente no que tange aos recursos naturais. Esse discurso também é incorporado pelas classes mais baixas pelo anseio de fazer parte do seletivo grupo ou por acreditarem que essa é a única realidade, mesmo que para isso, os mais ricos fiquem mais ricos e eles sejam mais explorados e mais distantes de chegarem próximo dessa realidade que tanto almejam.

Trata-se de um modelo que produz uma inversão radical do princípio tradicional que regia a agricultura. Segundo Alentejano (2012), o que se tem agora é uma agricultura padronizada que se impõe à diversidade ambiental, artificializando os ambientes e adequando-os ao padrão mecânico-químico da agricultura moderna, atendendo aos interesses das grandes corporações. Os impactos que esse sistema trouxe para as comunidades tradicionais foram incisivos quanto à subordinação da renda e do trabalho das famílias. Sobretudo, a perda de suas terras foi uma das consequências negativas que mais impactaram na (re)produção social e econômica dos camponeses. A expressividade com que esse movimento chegou ao campo invadiu os espaços das comunidades tradicionais a ponto de elas incorporarem esse discurso para se adequarem à nova realidade, colaborando com os objetivos da tomada do campo pela Revolução Verde.

Considerando o modelo homogeneizante que o capitalismo desenvolve no campo brasileiro, os nossos objetivos é apresentar, a partir da iniciativa da família camponesa em produzir orgânicos, elaborações de alternativas que podem funcionar como exemplos em um espaço homogeneizado pela lógica do agronegócio. Além disso, podem funcionar como inspiração no enfrentamento das contradições, tensões e incubação de novos arranjos sócioprodutivos decorrentes da construção de alternativas ao modelo “moderno” de agricultura. Poderá ainda indicar saídas a problemática agroambiental, relacionada ao uso d’água na comunidade de Olhos D’Água, no município de Uberlândia – MG.

METODOLOGIA

Para a condução deste trabalho, procuramos analisar a realidade camponesa considerando o lugar de vida e as relações que os conectam ao mercado através da coleta empírica de dados. No campo a observação e análise seguiram considerando os contextos e seus enlaces com o agronegócio. A incursão sobre a produção de orgânicos implicou em reconhecer a importância da pesquisa qualitativa, possibilitando aguentar sobre as práticas sociais e culturais.

Ao considerar as práticas sociocultural e ambiental como amplas, dinâmicas, complexas e criativas, fomos descobrindo as estratégias de produção. Assim, procuramos estudá-las associando-as aos seus sistemas de resistência. Ao examinarmos as ações dos sujeitos, fomos encontrando composições de afirmação deles como diferente em um espaço dominado pelo agronegócio. O trabalho de campo na comunidade ampliou o conhecimento dos seus modos de vida e de produção, possibilitando analisar as particularidades sociais e culturais envolvidas na produção de orgânicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sem sombras de dúvidas, a tal da “Revolução Verde” contribuiu (e muito) para que esse processo rapidamente se tornasse o padrão entre os agricultores, e, aqui, incluímos todos eles, desde os grandes (produtores de monoculturas e donos do agronegócio) aos pequenos produtores. As argumentações ideológicas da sociedade, em torno da revolução verde, eram tão robustas que não se adequar aos novos produtos que iriam assegurar sua produção, seria uma ingenuidade desses sujeitos, e bem sabemos, que esse termo não descreve em nada as pessoas que vivem no campo.

Como resultado, criou-se uma dinâmica que aprofundada pelo capital, continua amarrando a cadeia produtiva ao agronegócio, a qual começa na germinação das sementes e vai até o produto final. Todo o processo vem acompanhado de várias imposições tecnológicas. No caso das sementes, a Revolução Verde planejou, e atendeu as expectativas, principalmente para as empresas que modificam geneticamente as sementes para que elas sejam estéreis, evitando sua reprodução. Dessa forma, o produtor fica alienado a compra contínua de sementes e insumos que a fazem germinar e quantificar resultados produtivos.

O Brasil é campeão mundial em utilizar venenos na agricultura, nos últimos anos, pesquisas mostram que a taxa de aumento no uso e na diversidade desses produtos aumentaram assustadoramente. Não há dúvidas que os produtos que chegam à mesa dos brasileiros têm sido motivos de preocupação. Só no ano de 2021, o governo liberou mais de 1.400 tipos de agrotóxicos para serem utilizados no cultivo de alimentos, batendo um novo recorde. Só nos meses de fevereiro e julho do mesmo ano, foram registrados cerca de 118 novos registros divulgados no Diário Oficial da União pelo Ato nº 9 de 22 de fevereiro de 2021 e o Ato nº 32 de 26 de julho do mesmo ano, apoiados pelo Artigo 14 do Decreto nº 4 de 04 de janeiro de 2002, que prevê desde a classificação toxicológica à divulgação dos registros (BRASIL, 2021).

Bem sabemos que não faltam pretextos para que os grandes produtores justifiquem o uso de agrotóxicos, tão pouco lhes faltam interesse em saber o quão prejudicial eles são. Considerando as imposições tecnológicas, observamos que o Agro não é nada pop. Trata-se de estratégias de marketing associadas a reprodução ampliada do capital. A contradição sucede a partir da seletividade, a qual ocorre

quando, o agro que não é popular, contribui para a exclusão dos produtores que não têm condições de comprarem os pacotes tecnológicos necessários para produzirem comida. Assim, para sustentar e mesmo subsidiar a agroindústria, tem-se a implantação de políticas públicas regulamentando e normalizando essa situação tal como é o estímulo de monoculturas no Brasil.

Todavia, existe um paralelo cultural que vem resistindo a essas amarras que a indústria do agronegócio não conseguiu destruir, são os sujeitos camponeses, em grande parte pequenos produtores familiares que, para continuarem fazendo àquilo que lhes dão sustento, permaneceram na contramão desse caminho. No campo da região do Triângulo Mineiro estudamos os pequenos produtores familiares que a despeito das imposições dos capitais e do estado resistem e permanecem em suas propriedades produzindo comida.

Aqueles produtores, em geral resistem na propriedade familiar, pois suas identidades, pertencças, vínculos com os lugares, experiências e por terem um conhecimento tradicional do campo, acabam criando várias estratégias sócioprodutivas. Além disso, também deve ser levando em conta a capacidade adaptativa em criarem arranjos familiares e comunitários para se sobressaírem dentro daquilo que lhes fortalecem na conquista e manutenção de sua autonomia.

Esses sujeitos são produtores tradicionais, camponeses que desde sempre estiveram no lugar resistindo aos sistemas de exploração que historicamente foram submetidos. Na região do Triângulo Mineiro persistem famílias camponesas que usam a seu favor várias técnicas adaptadas as suas demandas temporais que foram desenvolvidas e absorvidas pelas gerações que ainda encontramos no meio rural.

Nos chama a atenção, além de sua permanência no lugar, seus modos de vida, implicados em um jeito de existir, que impõe certo protagonismo no desenvolvimento de suas estratégias de vida. Em certas circunstâncias acionam suas redes familiares e comunitárias para resolverem seus problemas cotidianos

Seus laços comunitários, familiares e de pertencimento aos lugares, são responsáveis por formas de mutirão, envolvendo maquinários que contribuem na recuperação e reedição de heterogeneidade de relações sociais no campo e de manterem uma diversificação nas relações sociais e de produção, potencializando a existência de escolhas aos que se identificam com práticas tradicionais e também de equilíbrio na produção de alimentos no campo.

Nos fenômenos da vida cotidiana, observamos enigmas inabaláveis sendo contrapostos pelas pluralidades dos indivíduos, afinal qualquer que seja o problema particular, o sentido da evolução

epistemológica é claro e constante: a evolução de um conhecimento particular caminha no sentido de uma coerência racional (BACHELARD, 1996, p. 26).

Na agricultura, o senso comum é rompido pela ciência, que produziu na Revolução Verde sistemas idealizados para suprir uma escassez alimentar. Essa ruptura no pensamento de como a agricultura deveria ser conduzida foi e é tão forte, que mesmo o problema de acesso aos alimentos às populações mais carentes ser uma questão social e de mercado, ainda é um discurso de efeito predominante.

Claro que o uso de agrotóxicos é estendido à diversas outras culturas, não somente alimentares, mas de produção de energia como a cana-de-açúcar ou produção de mercadorias agrícolas como a soja, sorgo, milho, etc.

No entanto, é na comida que ela prevalece e ascende a neutralidade de ingerirmos alimentos com venenos e normalizarmos isso. Com tanto avanço científico e técnicas de cultivo, o veneno à mesa não deveria ser uma opção, por isso, dizemos que essa ruptura da ciência em prol de um grupo que se beneficia com isso é tão forte e sustentada até hoje.

Por isso fazemos tão importante a ciência agroecológica para lidarmos com essas rupturas e mais uma vez traçar um novo caminho na linha do conhecimento técnico-científico, considerando as realidades locais, formando um paradigma à Revolução Verde.

Bem sabemos que o uso excessivo de fertilizantes químicos na agricultura é uma problemática mundial e suas consequências como degradação dos solos, perda da biodiversidade, dentre outros, tem contribuído para levantar questionamentos sobre como o manejo de agrotóxicos têm sido tratados pelos órgãos governamentais e como eles têm sido recebidos pelos produtores que produzem a partir do uso de pacotes tecnológicos.

Até o momento, as discussões têm direcionado para um manejo orgânico na cultura de alimentos. Estudos abordam que os impactos gerados pela agricultura tradicional em comparação a agroecológica, mostram que os funcionamentos dos ecossistemas são melhores adaptados aos desgastes gerados pelos cultivos, principalmente quando esses contribuem com a ciclagem de nutrientes, amenizando inclusive a propagação de pragas.

Para que se tenha uma cultura agroecológica, antes de tudo, ela precisa manter um padrão sustentável ambiental e social. Ela, pois, somente é validada quando esses fatores são simultaneamente cumpridos,

como sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais). A Agricultura Ecológica, historicamente denominada no

Brasil de Agricultura Alternativa, nasceu da necessidade da incorporação de uma dimensão ecológica à produção. Este modo afirmativo de apresentar-se vinha vinculado inseparavelmente de uma forma negativa, ou seja, a idéia de recusar os métodos e impactos da agricultura moderna (convencional ou da Revolução Verde). (EMBRAPA, 2006, p.2-3).

A agroecologia somente poderá ser entendida em sua essência, quando ela cumprir os fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais, sendo assim, sua prática deve ser voltada para atender as necessidades e demandas locais, bem como o respeito e o incentivo à produção pelas comunidades tradicionais.

Por conseguinte, é de extrema importância conhecermos e discutirmos as barreiras que a agricultura considerada moderna impõe e como ela afeta as culturas que a circunda. Assim, é vital entender que as adoções de práticas ecológicas promovem um caminho sustentável não só para os ecossistemas, mas também para a segurança alimentar.

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), a política de Segurança Alimentar Nacional, ganhou um forte impulso a partir da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional no ano de 2006, a qual define segurança alimentar e nutricional como:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (FAO, 2014, P.6-7).

A criação de uma lei que instituisse um ambiente cujo propósito é de definir as responsabilidades políticas quanto a investimentos em áreas de agricultura familiar, marca o reconhecimento do governo em fomentar modelos agrícolas sustentáveis. Contudo, o direcionamento que a agricultura tem tomado nos últimos anos desde 2018 até o momento, tem nos mostrado a falta de interesse nesta ementa, como é o caso da liberação desenfreada de agrotóxicos.

Todavia, não são recentes os obstáculos que surgem dificultando o modelo de produção agrícola sustentável. No Cerrado Mineiro, temos acompanhado alguns fatores que inibem o desenvolvimento da agricultura orgânica. Mais especificamente no município de Uberlândia, os contratempos que os produtores agrícolas de orgânicos enfrentam para uma produção sustentável, também é colocado em oposição a criação de estratégias para que os camponeses sejam beneficiados com ela.

O município de Uberlândia conta com uma área territorial de 4.115,206 km² e uma população estimada em 706.597 pessoas, dessas temos 689.851 domiciliadas nas áreas urbanas e 16.747 nas áreas rurais (IBGE, 2021). Ainda conforme o Instituto, o censo agropecuário feito em 2017, registra em dados quantitativos que o município conta com 298.749 hectares de área ocupada por atividades

agropecuárias, sendo 2.706 estabelecimentos agropecuários, desses, 718 estabelecimentos afirmam ter utilizado agrotóxicos e 1.988 não indicam o uso daqueles produtos no ano de 2016 (IBGE, 2017).

Os dados são importantes para levarmos em consideração as mudanças de comportamento que vem ocorrendo no município. A partir deles observa-se que aproximadamente 25% dos estabelecimentos declararam não utilizarem agrotóxicos. Contudo, 75% ainda é uma quantidade muito grande de estabelecimentos que utilizam produtos tóxicos para produzirem produtos agrícolas no município de Uberlândia.

De acordo com um levantamento feito por Bernardes (2017) na Comunidade Olhos D'Água, no município de Uberlândia, ele constatou que o uso de agrotóxicos pelos produtores da região tem uma porcentagem significativa. Em sua pesquisa:

O projeto preocupou-se com o contato direto e indireto com o agrotóxico, em análise, 95,24% das pessoas pesquisadas tinham contato direto com o agrotóxico e 4,76% contato indireto. A exemplo das mulheres, sem informação, cujas lavavam as roupas dos maridos que aplicavam e trabalhavam com agrotóxico o dia inteiro junto com as roupas dos filhos e outros familiares. Promovendo a contaminação indireta. (BERNARDES, 2017, P. 41)

Sobre a produção agrícola, o município tem uma boa variedade de hortifrúti, sendo os principais: Banana Prata, Chuchu, Banana Nanica, Tomate Santa Cruz e Milho Verde (SIMÃO, 2016, P. 6). A produção de Banana no município abrange uma área significativa de cultivo, bem como de produtores, de acordo com os dados reunidos na tabela 1.

Tabela1: Produção de Bananas por estabelecimento rural em Uberlândia, MG.

Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	167	Estabelecimentos
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	19.249	Toneladas
Número de pés existentes nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	1.381	(x1000) unidades
Área nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	1.326	Hectares
Área colhida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	1.108	Hectares
Valor da produção nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	19.255,034	(x1000) R\$

Fonte: Elaborado por ZUFFI, M.A.IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Podemos dizer que essa cultura tem essa significância por ser um alimento de fácil cultivo e de grande demanda. Por ser uma fruta que está presente na mesa de grande parte dos consumidores. As *frutas tropicais e subtropicais possuem um elevado potencial de consumo, no entanto, apenas a Banana tem presença significativa no comércio internacional* (ANDRADE, 2020. p. 1).

Contudo, se formos mais afundo, é possível identificarmos fragilidades ambientais derivadas desse plantio, assim como toda cultura que é feita no modo baseado na aplicação de pacotes tecnológicos – decorrentes do “milagre” da ciência moderna.

Na medida em que os consumos desses insumos foram crescendo, o agronegócio foi se fortalecendo e com ele, o estado, a partir de políticas públicas, influenciou grandes produtores rurais a estenderem a fronteira agrícola no país e conseqüentemente à exploração de áreas naturais.

Nos vários lugares que estudamos no Cerrado Mineiro, especialmente no entorno do município de Uberlândia, observamos alguns bananais dos quais nos chamaram a atenção por se enquadrarem nessa agricultura consumista de pacotes tecnológicos que temos descrito até aqui.

Ao percorrermos o entorno do lago da Usina Amador Aguiar I, registramos em grande parte das propriedades familiares a produção de bananas. As áreas observadas reúnem fatores importantes para a produção daquela fruta, principalmente solos profundos, disponibilidade d'água e níveis de insolação importantes para o cultivo das bananeiras. Assim, ao discorrermos sobre o cultivo da fruta, também é importante destacar o mercado consumidor que existe na região, aproximadamente 1,2 milhão de habitantes. Isso é entendido pelos agricultores como um investimento garantido. Também registramos o cultivo de outras culturas como chuchu, soja, e a cana-de-açúcar.

“A banana é um cultivo que tem mercado, pois tem o Ceasa, e tem muita cidade que vem busca a fruta aqui...”

A comunidade de Olhos d'água encontra-se situada na bacia hidrográfica do baixo Rio Araguari. É uma área onde estão localizadas várias nascentes, contribuindo para que os agricultores locais sejam os principais responsáveis pelo fornecimento da maior parte da produção de alimentos que abastece a região do Triângulo Mineiro e o município de Uberlândia.

Essas nascentes, algumas já ocupadas pela mancha urbana, em especial dos córregos Olhos d'água, Terra Branca e Marimbondo estão rapidamente sendo degradadas influenciando na qualidade e quantidade de água disponível para os agricultores que estão a jusante. Os produtores agrícolas dessas bacias são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos que abastece a CEASA em Uberlândia. A conservação e a proteção dessas áreas são estratégicas do ponto de vista da segurança alimentar da cidade. Outra característica importante dessas áreas vai além de sua realidade atual, pois corresponde a região embrionária do povoamento regional e da própria formação da cidade, ou seja, um espaço permeado de história e tradições (SOARES, et. al. 2011, p3).

Mesmo ameaçadas, sobretudo ambientalmente, a maioria da produção de alimentos no município é produzida naquelas comunidades. A reocupação dos espaços nas comunidades tradicionais acontece como processos complexos que ocorrem em contextos de fatores complicados, unos e diversos. Há uma vida de esperança e de fatores que contribuem para compreenderem/persistirem em suas relações com a terra em ambientes diversos do nosso país. Desse modo, a produção de alimentos precisa urgentemente considerar relações colaborativas e refutar o individualismo tecnológico e financista como uma via de mão única.

* Fala de camponês da comunidade Olhos D'Água. Trabalho de Campo, 2019.

As políticas públicas precisam considerar a possibilidade de agrupar entre os camponeses seus conhecimentos. Também é necessário que como resultado crie-se espaço para a geração de tecnologias que lhes possibilitem continuarem (re)existindo nos lugares. Trata-se de propor novas ideias sobre como gerar renda e trabalho na agricultura camponesa sem ter que se submeter as imposições do grande capital agroindustrial, e que poderá ser potencializado a partir de resultados decorrentes do exercício constante de lidarem com as adversidades.

O antagonico vivenciado pelo camponês decorre de movimentos de manobras de acumulação ampliada do capital. Ele acontece no lugar. O risco de impactos a partir de suas ações no meio ambiente é mais ou menos previsível por esses sujeitos por estarem expostos a vários tipos de imposição, sobretudo do mercado capitalista.

Assim, lidar com eventos futuros que podem ocorrer, bem como sua probabilidade de impactos lhes permitem criar/planejar alternativas para lidarem com ele. Para os camponeses que estudamos na região do Triângulo Mineiro, tudo tem que ser muito bem pensado e planejado. Tal postura, em grande parte se fundamenta em suas experiências com os percalços da vida. Em seus ciclos reprodutivos, surgem rupturas, a resiliência camponesa em (re)existir em meio aos momentos difíceis, em lidar com as adversidades da vida fazendo comparecer saberes que podem fazer ressaltar suas habilidades socioculturais na compreensão dos ciclos da natureza.

Dessas experiências surgem aprendizados, sobressaindo o conhecimento tradicional ecológico enquanto adaptação e retomada de seus jeitos de produção. As formas com as quais eles reagem perante determinadas situações inclui o uso de técnicas que fazem comparecer nos momentos que exigem rupturas. Se em um determinado ciclo os usos dos agrotóxicos lhes prendem a um sistema, quebra-lo e recuperar os princípios tradicionais, retomando forças que residem nas raízes dessas contradições pressupõe a criação de alternativas a lógica dominante.

A produção de orgânicos sugere mudanças de racionalidades sociais, econômicas e políticas. Uma transformação que fecunda na ação de romper com modelos e recriar alternativas baseadas naquilo que já foram um dia, mas que agora introduzi-los nos seus processos de (re)existência, se trata de oferecer a sociedade uma produção livre de veneno.

Na propriedade que estamos estudando, os membros das famílias camponesas criam alguns animais, cultivam a horta e constroem suas (re) existências sócioterritoriais instituindo alternativas de geração de renda e trabalho a partir dos recursos disponíveis no lugar. A capacidade resiliente da família decorre de práticas agrícolas onde é possível inventar e também reinventar estratégias de vida, inclusive

em situações de crise, suportando sobressaltos socioeconômicos, fortes tensões e se recuperando a cada impasse do mercado, estado e indeterminação da natureza.

Além do resgate de práticas sociais antigas como a guarda de sementes crioulas é a partir dos seus modos de vida que eles adaptaram suas técnicas, principalmente de plantio, colheita e de preparação dos solos, para amoldarem-se a essa nova produção, a qual difere de toda comunidade que ainda produz na lógica de uma “revolução verde” que lhes tornam dependentes da agroindústria. Desse modo, também discutimos os aspectos resilientes dos camponeses da comunidade Olhos D’Água, inclusive a prática de uma agricultura pré-Revolução Verde, que deu lugar ao que hoje denominaram como orgânicos.

A resistência camponesa na comunidade Olhos D’Água dimana da utilização de técnicas tradicionais para obter condições de (re)existir. Suas experiências a partir do trabalho que desenvolvem na terra, com o passar dos tempos se consolidou, materializando no lugar a produção de orgânicos.

Essa composição de uma cultura complexa, pautada em conhecimentos e experiências derivadas da relação com a natureza, torna o camponês um produtor de orgânicos resiliente. Desse modo, a permanência camponesa, criando alternativas de geração de renda e trabalho na comunidade Olhos D’Água remete a inclusão de práticas culturais que persistem a despeito das mudanças que ocorreram em seus modos de vida. Suas experiências em cultivar hortifrúti de certo modo têm possibilitado o início de um movimento camponês de recusar o uso de produtos químicos.

Considerando as demandas singulares envolvendo a produção de orgânicos é necessário insistirmos em políticas públicas que levem em consideração as estratégias de produção local. Elas de fato podem contribuir para a permanência deles no lugar e assim fornecerem subsídios para rompermos com o modelo econômico capitalista de monoculturas altamente dependentes da aplicação de pacotes tecnológicos que marginalizam os camponeses. Portanto, fazem-se necessárias ao desenvolvimento e aplicação de políticas públicas uma reflexão sobre as especificidades das demandas locais. Assim, advogamos uma presença efetiva e respeitosa do estado que garantam a permanência de comunidades camponesas no Cerrado, levando em consideração seus modos de vida e formas de usos da sociobiodiversidade.

Nessas condições, os agricultores tradicionais que se mantêm na contramão dos mecanismos de expansão do capital, neste caso, rompendo com os usos de agrotóxicos, sinalizam um tipo de autonomia que exercem sobre a produção e sobre o espaço. No livro “Economia Espacial” (2003), Milton Santos discute as condições históricas sobre esse mecanismo capitalista considerando o uso das formas do espaço, onde as coisas adquiriram um tipo de poder que até então, nunca possuíam, para ele:

As formas correntes de ação em áreas rurais ajustam-se neste esquema geral. Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamento, etc. e encorajam a comercialização e a administração moderna. Isto é feito sob o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e de pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Obviamente, qualquer alteração técnica na agricultura é seguida por uma modificação na propriedade da terra que é, ela própria, uma forma: uma forma jurídica mas também espacial (SANTOS, 2003, p. 190)

Esse aumento da composição técnica e orgânica do capital na agricultura que Milton Santos discute, sugere conflitos entre produtores de “orgânicos” e os que ao se subterrem ao consumo de pacotes tecnológicos se tornaram “modernizados”. De tal modo, se por um lado eles ganham tempo e espaço para expandir a sua produção, de outro, essas formas geram tensões no lugar. Quando evoluem para conflitos, quando latentes, tendem a gerar novas possibilidades de vida entre as famílias camponesas que (re)existem no campo como diferentes, exercendo papel fundamental na geração de alternativas aos processos produtivos dominantes e assim manterem-se no território.

Posicionar-se preocupados com as diferenças vai de encontro com a necessidade de compreender como eles elaboram suas estratégias de vida no lugar, inclusive para atender as demandas da família, posicionando de forma crítica ao mercado e ao Estado. Por isso destacamos que o modo de vida deve ser analisado também considerando as suas formas de compreensão do mundo, das concepções sobre a sua produção, do uso do território, noções de natureza, equilíbrio e formas de reciprocidade.

Na comunidade Olhos D'Água, a agricultura orgânica praticada ocorre em pequenas parcelas e é diversificada. Na família estudada, seus membros trabalham com cultivo de vegetais, destacam: chuchu, banana, abobrinha, maracujá, berinjela e folhas de alface, repolho, dentre outras. As demais fazem uso de agrotóxicos. Como exceção, a família, que aderiu ao selo de produção orgânico tem que criar barreiras naturais para que o veneno usado no entorno, não contamine os seus cultivos. Um dos princípios da agricultura orgânica é manter os sistemas de produção em equilíbrio com a natureza.

Assim, a seguridade em oferecer um alimento saudável passa a ser questionável quando se tem, na vizinhança, uma alta carga de usos de produtos químicos. Assim quando se tem a iniciativa de produzir orgânicos em um lugar repleto de usuários de agrotóxicos, os produtores de orgânicos necessitam desenvolver técnicas de manejo cada vez mais cuidadosas e abrangentes, inclusive reduzindo áreas de cultivos para reservar uma faixa sem produção no perímetro de sua propriedade.

Tal medida visa garantir a qualidade de sua produção orgânica. No caso da família que optou por orgânico, além da faixa foi criado cultivo de isolamento, constituindo-se em uma coluna de capim Mombasa.

Neste sentido, os orgânicos retomam o papel da alimentação natural, sem uso de pesticidas ou

qualquer outro agente químico que pode vir a ser prejudicial a saúde humana e ambiental. Na visão do camponês

Antigamente eles punha veneno no tomate e falava que era remédio! Tinha um veneno que eles usavam mas tinha que respeitá uma distância dos pés, uma vez um sujeito aí colocou fora da distância que tinha que ser e contaminou tudo as couve, a mulher dele não sabia, foi lá e fez as couve, no outro dia tava todo mundo passando mal.*

A retomada ao contexto de crescimento orgânico, natural, faz parte dos modos de vida desses camponeses, caminha pela resiliência em construir saídas em meio a pressão que os mecanismos do mercado colocam para que eles continuem (re) existindo.

A produção de orgânicos na comunidade de Olhos D'Água é uma novidade, mas já desempenha um papel fundamental para gerar e exemplificar outras práticas sócioprodutivas que podem ser interpretadas como alternativa ao uso intensivo de agroquímicos e agrotóxicos. A adesão de uma família no lugar em meio a tantas outras situações que permeiam a resistência no campo, indica de certa forma oposição as práticas dominantes.

Em geral as mudanças ocorrem dentro de processos que avançam de forma relativa aos contextos sociais que vivemos. Assim, o surgimento de práticas agrícolas orgânicas em pequena propriedade, onde uma família se reproduz aderindo a ela, indica uma conjuntura de rupturas aos sistemas de produção que envolva reagentes químicos. Desse modo, ao recusarem os pacotes tecnológicos, contribui para a materialização de experiências em situação de imposições de várias ordens.

Os camponeses que estudamos, apesar das intromissões de fora do lugar de vida, apresentam suas resistências no arrolamento com o mercado, indicando que em seus modos de vida não separam os aspectos objetivos e subjetivos das suas relações com a natureza. Assim, consideramos importante considerar as táticas de adequação ao meio e as suas capacidades de serem resilientes.

Ampliando a reflexão, Kinn explica sobre os processos de existir no lugar considerando o conhecimento, a cultura e os modos de vida peculiares dos sujeitos locais. Analisando as formulações socioespaciais que os sujeitos elaboram, compreendemos que eles se auto capacitam no custeamento de costumes fincados nos seus complexos sistemas sociais. Nas palavras da autora:

No campo do conhecimento das pessoas sobre o lugar, podemos enfatizar os hábitos, as atitudes, os costumes que existem radicados no saber, na consciência erigida na relação com o lugar, originária de complexos processos de existir no espaço. (KINN, 2010, p. 86).

* Diálogos de campo. Acervo do laboratório de Geografia Cultural. Dezembro, 2019.

Perfilhando dessas reflexões, têm-se processos de reterritorialização como possibilidade das formas locais de produção de natureza evidenciando o legado cognitivo da diversidade socioespacial e cultural dos camponeses. Amparar estudos que visam interpretar costumes e modos de vida de comunidades rurais tem conduzido, não raro, a outros conceitos, como de povos tradicionais e de *habitus* (BOURDIEU, 1983) de forma articulada imbricada.

As interações sociais e ambientais dos camponeses, habitantes do entorno das áreas úmidas e férteis do Cerrado, conduz pensar na resiliência como processo de existência e resistência a situações que mudam constantemente aproximando, teoricamente a noção de *habitus*. Fazendo alusão aos conceitos de território, territorialidade e vínculos territoriais tornando-se necessário destacar a capacidade de os camponeses adaptarem-se as mutações do espaço.

Em um contexto de iniciativas em relação a produção de orgânicos, elas podem indicar não só rupturas com lógicas de produção dominantes, mas também funcionar como exemplos que podem suscitar outras transformações, como é o caso do uso da água na Comunidade de Olhos D'Água. Como produtores de hortifrúti eles demandam o uso da irrigação, ocasionando conflitos, embora velados na comunidade. Com a iniciativa em produzir orgânicos como alternativa ao ecossistema dominante, trata-se de considerarmos também a capacidade das famílias alterarem seus circuitos reprodutivos, suas tecnológicas objetivando existirem sob as pressões do mercado e do estado.

Produzir orgânicos implica em serem reconhecidos como produtores qualificados. Para aquela família camponesa, tem sido uma importante fonte de renda e nesse momento, sobressaiu sua capacidade resiliente de se reinventar e driblar os usos de produtos químicos. Na relação como os consumidores explicitam particularidades e personalizações daquele processo:

meu filho é quem entrega as cestas, ele já tem seus clientes e leva na casa deles*

Enquanto camponeses, suas famílias tendem a usar meios que lhes possibilitem permanecerem na terra de forma que seja viável, financeiramente, sem que o leve ao endividamento. Para isso, eles utilizam dos recursos que encontram em seus territórios. Essa situação indica que, no cerrado, há ainda uma heterogeneidade de práticas sócioprodutivas e suas relativas e relacionais interações com a natureza.

Tal condição recomenda também que há uma campesinidade no Cerrado, a qual pode ser definida a partir do estudo das formas de resistências, inclusive simbólicas, que possibilita materializar esse valor, a terra, ao trabalho e a própria existência social (SAUER, 2008).

* Proprietário da fazenda onde se produz orgânicos na comunidade Olhos D'Água. Trabalho de campo, 2019.

Nesta propriedade, observamos uma consciência ecológica de usos dos recursos naturais, em diversos procedimentos. Em suas falas, identificamos a compreensão de preservação ambiental para continuarem produzindo enquanto camponeses.

Com um discurso diferente das outras famílias visitadas, mais crítico, voltado a práticas que estimulam o bem-estar social e ambiental em oposição ao uso de agrotóxicos, reagem dizendo que:

eles falam que põem remédio, mas na verdade é veneno né?!

Evidentemente há uma demanda cada vez maior pela produção de comida saudável, nesse contexto, podemos observar que eles criaram um ecossistema de produção baseado nos princípios da soberania alimentar, em que a produção de orgânicos os coloca praticando uma lógica diferente a do agronegócio, com qualidades e escalas diferentes. Os seus produtos não são comercializados junto a grandes corporações comerciais, eles criaram mercados novos e relações com o consumidor, oferecendo serviços de cestas orgânicas vendidas diretamente aos clientes, destacando também o instinto de sustentabilidade desses sujeitos.

De acordo com a família, para que a produção recebesse a certificação orgânica, foi necessário que o espaço e os procedimentos fossem adequados e verificados pelos responsáveis pela concessão do selo. Trata-se de cumprir a legislação para que eles fossem oficializados na condição de produtor de orgânicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Romper com a lógica dominante em um espaço onde as práticas sócioprodutivas são quase totalmente hegemônicas, certamente impõe a família camponesa perseverança, resistência em um existir repleto de incertezas. Assim, produzir orgânicos na comunidade de Olhos D'Água possibilitou enxergar e analisar a presença de inúmeras estratégias de vida.

Também essa iniciativa pode estar funcionando como exemplo. De tal modo, já desempenha um papel fundamental para potencializar diferentes adesões, podendo fortalecer outras permanências de famílias no lugar.

Contudo, produzir orgânicos ocorre em meio a tantas outras situações que permeiam a resistência camponesa exigindo o comparecimento de ações governamentais e estatais que respeitem as demandas dos camponeses e de seus lugares de vida.

Dessa forma, precisamos compreender que não existe apenas o agronegócio nos processos de produção agrícola em nosso país. Na produção camponesa, a agricultura orgânica necessita do estado. O comparecimento de políticas públicas precisa atender as famílias. Aderindo a elas, nesse contexto, os

* Fala da esposa do camponês que vive na Comunidade de Olhos D'Água sobre o uso de agrotóxicos nos alimentos. Trabalho de campo, 2019.

ecossistemas de produção camponesa podem contribuir para uma produção livre de reagentes químicos. Também podem fornecer um conjunto de experiências, fortalecendo e criando formas de superação das várias imposições que eles estão submetidos, principalmente na condição de consumidores de pacotes tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **Modernização da Agricultura**. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão popular, 2012.

ANDRADE, P. F. S. Fruticultura: Análise da Conjuntura. **Deral**. Paraná-PR. 2020. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/fruticultura_2020.pdf. Acesso em maio de 2022.

BACHELARD, G. **A Filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Joaquim José Moura Ramos et. al. 2.ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

BERNARDES, André Luís Freitas, 1966- 2017 **O uso do agrotóxico na agricultura familiar: saúde do trabalhador rural no Município de Uberlândia (MG)** / André Luís Freitas Bernardes. – 2017. Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.88>. Acesso em maio de 2022.

BOURDIEU, P.; **Esboço de uma teoria da prática**. In: Ortiz. R. (org) Pierre Bourdieu. São Paulo: 1983. (coleção Grandes pensadores).

BRASIL. Ato Nº 32. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Publicado em: 23/07/2021. Edição: 138. Seção:1, página: 8. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-n-32-de-16-de-julho-de-2021-333762323>. Acesso em janeiro de 2022.

CARLSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. 2006. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/10/EMBRAPA-Marco-Referencial-Agroecologia.pdf>. Acesso em abril de 2022.

FAO. Relatório 2014: **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil - Um retrato multidimensional**. 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso em: maio de 2022.

IBGE. Cidades e Estados. Uberlândia. **IBGE - Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html>. Acesso em maio de 2022.

IBGE. **Censo agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/pesquisa/24/0>. Acesso em maio de 2022.

KINN, Marli Graniel. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. Defendida em 2010. São Paulo, 2010

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Brasília, setembro de 2019. ISSN 1415-4765. Disponível em: [1http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td_2506.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td_2506.pdf). Acessado em 13 de outubro de 2020.

PETERSEN, Paulo. Agricultura Camponesa: Entre a Onipresença e a Invisibilidade. **Revista Carbono**. 2013. Número 4. Dossiê. ISSN:2358-8047. Disponível em: <http://revistacarbono.com/artigos/04agricultura-camponesa-paulopetersen/>. Acesso em junho de 2022.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus Agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. ISSN1677-5473; 30.

SANTOS, R. J.; SANTOS, A. B. **Comunidade de Olhos D'Água e as articulações camponesas no uso de políticas públicas: O papel do conselho comunitário rural de desenvolvimento sustentável**. In: VIII Simpósio Internacional de

Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT V – Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo. Curitiba, PR. 2017. ISSN: 1980-4555.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. ISBN 85-314-0773-7.

SIMÃO, E.A. Agricultura Orgânica uma Necessidade no Município de Uberlândia **Revista de Geografia-PPGEO -UFJF**. Juiz de Fora, v.6, n.2, (Jul-Dez) p.219-224, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18027/9322>. Acesso em: maio de 2022.

SOARES, Ângela Maria; DEL GROSSI, Suely Regina; DEL GROSSI Michelotto, Letícia; OLIVEIRA, Hérica Leonel De Paula Ramos. Pressupostos metodológicos para a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar em Uberlândia - MG, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-12. ISSN: 1011-484X. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820615.pdf>. Acesso em maio de 2022.

ÁGUAS DE ALUVIÃO NO RIO CAPIBARIBE/PE: IMPORTÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM DO AGRESTE E NO ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO DIFUSA

Edneida Rabêlo Cavalcanti

RESUMO

Os rios e riachos do semiárido brasileiro são naturalmente e predominantemente intermitentes, ou seja, sua vazão ocorre durante o período de chuvas, concentrado em quatro meses do ano, e se prolonga por um curto tempo após cessarem as precipitações. As características climáticas desse vasto, diverso e dinâmico território faz com que haja processos de transporte de material para os cursos de água e a formação das aluviões, num processo geralmente lento. Quando ocorrem chuvas mais torrenciais a tendência é de escoamento superficial rápido, provocando as enchentes, a chegada da frente de água no leito seco (BRAGA, 2016) e toda uma transformação daquele espaço. Esse fenômeno aporta uma boa quantidade de sedimentos, variando em função de fatores como intensidade das chuvas, tipo e disponibilidade de material, cobertura vegetal, dentre outros, e que muitas vezes permanecem naquele local após as chuvas. No período de estiagem ou de seca, esse aporte de sedimentos praticamente cessa. Onde as condições geográficas são favoráveis à formação da aluvião e, principalmente, nos casos em que cristas de rochas funcionam como barramento natural no leito do rio, conformando barragens subterrâneas naturais, a presença do cacimão faz um diferencial positivo na oferta hídrica. Os poços amazonas ou cacimbões ou apenas os poços escavados, são técnicas de acesso a água da aluvião nos leitos secos de rios e riachos no semiárido brasileiro, representando importante e tradicional fonte hídrica local (CAVALCANTI, 2015). Andrade (1986) faz referência a essas tecnologias, juntamente com barreiros, açudes e tanques, como estratégias dos fazendeiros para que o gado possa permanecer o maior tempo possível na propriedade, nas fazendas de gado instituídas com a doação das sesmarias, dispostas a partir das ribeiras de rios como o Paraíba do Norte, o Capibaribe, o Ipojuca e o Una. Na mesma obra, o autor vai alertar que “à proporção que o estio se prolonga e o nível das águas baixa, a cacimba vai sendo aprofundada. O gado que aí penetra para beber pisoteia um dos lados da cacimba, já que o outro é sempre defendido por uma cerca, defeca, urina e polui a água, tornando-a imprópria à alimentação” (p.37). Durante as secas, os poços escavados, as cacimbas, eram os bebedouros naturais e junto com as ramas de cactáceas e as macambiras, atendiam ao criatório quando as pastagens já não existiam (Andrade, 1986). Percebe-se claramente a importância dos rios na formação territorial do interior do Nordeste, mesmo nas situações onde os mesmos possuem caráter intermitente. Para os primeiros

colonizadores, percorrer a extensão dos territórios a serem desbravados acompanhando os cursos d'água, considerando os rios como possíveis estradas e referência espacial, consistia na atitude mais adequada, também em virtude de que a proximidade da água podia garantir a sobrevivência de pessoas e animais (CORTEZ, 2013). O abastecimento de água no semiárido segue como um desafio e Souza Filho (2011, p.8) destaca que “uma primeira clivagem é estabelecida por aqueles que pertencem e pelos que não pertencem a um sistema de recursos hídricos (hidrossistema). Comumente, os que não pertencem a um sistema de recursos hídricos são frequentemente as populações rurais difusas e a agricultura de sequeiro”. O objetivo do presente trabalho é o de analisar a água de aluvião no contexto da gestão hídrica local do alto Capibaribe e para tanto fez uso da constituição de calendário hídrico construído a partir de entrevista com as comunidades situada na sub bacia do riacho Muquém. Ao longo da história, diferentes políticas públicas, pautadas em solução tecnológica específica, vêm sendo implementadas no semiárido, voltada a atender as populações difusas e é possível observá-las numa dinâmica temporal e espacial nesse recorte espacial da pesquisa: a pequena açudagem, os poços como dessalinizadores, as cisternas de consumo e de produção, as barragens subterrâneas, os sistemas simplificados de abastecimento rural, dentre outras. Contudo, raramente estão baseadas numa visão integrada do território e são replicados de forma homogêneas para espaços socioculturais e ecológicos heterogêneos (CAVALCANTI; BRAGA; AGUIAR, 2016). Além disso, as estratégias que existem efetivamente nos territórios, com complementariedade de fontes hídricas, com estratégias de gestão individualizadas não são vistas nem apoiadas numa lógica de entrelaçamento e de mútua influência na apreensão da totalidade dos elementos que conformam a realidade do semiárido, preconizada por Andrade (1986). As cacimbas e cacimbões estão presentes na oferta de água nos períodos de estiagem há bastante tempo, contudo não entram na esfera de discussão pública, de iniciativas de políticas públicas. Passaram a compor agendas de discussão muito em função dos conflitos, reais e potenciais, construídos em função da retirada indiscriminada de areia ou tensões devido a venda de água dos cacimbões para abastecer os centros urbanos através de carros pipas, diminuindo a oferta para as populações locais; também aparecem descontentamentos com as restrições de uso pela comunidade, colocadas pelos donos dos cacimbões em períodos de diminuição da vazão e ainda em relação ao uso abusivo na irrigação, que antecipa a escassez daquela reserva. Isso exemplifica claramente a ausência de articulação estratégica no nível local e as lacunas deixadas pela gestão dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Aluviões; Rios Intermitentes; Rio Capibaribe; Paisagem do Agreste; Gestão Local da Água.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BRAGA, R. A. P. As águas invisíveis nos rios intermitentes. In: BRAGA, R. A. P. (Editor). **Águas de areias**. Recife: Clã, 2016.
- CAVALCANTI, E. R.; BRAGA, R. A. P.; AGUIAR, W. J. Desafios para a governança hídrica local. In: BRAGA, R. A. P. (Editor). **Águas de areias**. Recife: Clã, 2016.
- CAVALCANTI, E. R. **Vulnerabilidade de comunidades rurais diante da variabilidade climática no semiárido pernambucano: perspectiva de governança adaptativa dos recursos hídricos**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil. Área de Concentração em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- CORTEZ, A. I. P. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeira no Ceará no século XVIII. **Revista Latino-Americana de História** v. 2, n. 8, out., 2013.
- SOUZA FILHO, F. de A. A política nacional de recursos hídricos: Desafios para sua implantação no semiárido brasileiro. In: MEDEIROS, S. S.; RAJ GHEYI, H.; GALVÃO, C. O.; SILVA PAZ, V. P. da (Editores). **Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas**. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, 2011.

TERRITORIALIDADE DAS ATIVIDADES CULTURAIS EM PRESIDENTE PRUDENTE

Alex Gonçalves Carvalho

RESUMO

A busca por lazer tornou o Centro Cultural Matarazzo um dos principais destinos em Presidente Prudente. O processo de fragmentação socioespacial tem sido um fenômeno em que acontece a segmentação das camadas sociais através do controle de acesso ao público em determinados locais da cidade em especial através de novas centralidades. Portanto, o lazer que é um modo de interação social, acabou sendo afetado por esse novo contexto de fragmentação socioespacial e também pelas práticas de mercado. Este projeto tem como objetivo contribuir para o entendimento da territorialidade das atividades culturais em Presidente Prudente. Também buscamos entender como a distribuição desigual dos investimentos em lazer no espaço urbano afeta o cotidiano dos habitantes da cidade. De início será feita uma revisão bibliográfica para entender o que já é conhecido e buscar novas visões do assunto. Em seguida será feita a coleta de dados dentro de uma abordagem qualitativa através da história oral. Nesse método deve ser analisado junto ao discurso o aspecto social, econômico e político. Será preciso também fazer um cruzamento dos pontos de vista dos diferentes sujeitos da cidade e analisar a contradição de seus objetivos. Procurar o quanto as pessoas têm consciência da realidade que vivem e suas ações em busca de alternativas. Por fim, deve-se encontrar a compreensão de como a fragmentação socioespacial é construída e como as pessoas vivem esse contexto.

Conforme Lefebvre (2001) apesar de existirem parques de diversão, jogos coletivos e outros; os antigos lugares de reunião não têm mais sentido. Além disso, a sociedade de consumo cria centros de lazer e permite também a comercialização da cultura como produto.

Com o crescimento do município de Presidente Prudente, na década de 1930 foram criados espaços públicos onde era possível um maior convívio social através do caminhar e da contemplação. Inicialmente, houve a criação do Jardim Público (atual Praça Nove de Julho) e do Jardim da Esplanada da Estação (atual Praça da Bandeira). Além disso, nas ruas centrais houve a devida pavimentação das calçadas e em seguida instalação de instituições, lojas comerciais, centros de serviços que funcionavam em prédios modernos. E ainda houve o aumento das residências. O centro da cidade começa a perder

seu protagonismo a partir da década de 1970, o seu lazer característico (cinema, footing, encontro nos bailes) desapareceu ou mudou de lugar. Isso acontece ao mesmo tempo da expansão territorial da cidade, juntamente com sua segmentação sócio-espacial. Portanto as pessoas de diferentes classes sociais deixam de conviver não praticando as mesmas atividades ou frequentando os mesmos espaços na cidade. (VALENTE, 2005)

Já o Parque do Povo tem sua concepção iniciada na década de 1970. Nascido devido à pressão exercida pela vontade do Poder Público de expansão territorial, sua implantação geraria uma melhoria do saneamento e do sistema viário. Para sua criação houve a ocupação do Fundo de Vale e consequente canalização de trechos do Córrego do Veado. Nesse processo resultou uma segregação e até expulsão de moradores, onde 330 residências foram desapropriadas. O prudentino faz uso do Parque do Povo com finalidade de lazer. Mas além disso esse é um espaço para manifestação popular. Vemos que através de seu uso os habitantes tiveram o seu papel na produção desse espaço urbano. Contudo para seu uso foi preciso melhorias ao longo do tempo feitas pelo Poder Público. Esses feitos muitas vezes tinham objetivos políticos eleitorais e também econômicos através do lucro obtido com as obras. (DE BORTOLO, 2013)

Através do que foi descrito percebe-se que o Parque do Povo concentra grande número de atividades e de investimento. Apesar disso, sua condição ambiental é delicada. Tudo isso reforça o modelo capitalista de produção das cidades nas últimas décadas. O crescimento territorial urbano vem acontecendo de forma bastante desigual. Enquanto isso novas obras residenciais são implantadas nas regiões periféricas, sejam elas elitizadas em condomínios fechados ou em conjuntos habitacionais populares. Como resultado aparecem os vários vazios urbanos. Assim reproduzem as áreas centrais ou subcentrais, ocorrendo uma distribuição inadequada dos equipamentos urbanos, comércio, serviços e infraestrutura. Ou seja, o lazer também é oferecido de forma desigual na malha urbana. (PEREIRA, 2002)

Essa condição é influenciada pelo mercado e afirmada pelo também pelo poder público. Conforme afirma Silva (2009), a produção do espaço urbano da cidade Presidente Prudente sofreu influência da especulação imobiliária pela quantidade de vazios urbanos e também pelo espaço destinado a habitação social no zoneamento imposto pelo Poder Público. Outro fenômeno que tem sido observado em Presidente Prudente é a redução do contato de pessoas de diferentes segmentos sociais através de novas práticas socioespaciais. Esses hábitos acabam por quebrar a unidade territorial da cidade configurando-se uma fragmentação socioespacial. (DAL POZZO, 2008)

Algumas características da fragmentação espacial estão presentes em Presidente Prudente. Uma dessas características é o surgimento de novas centralidades com a abertura de shopping centers. Junto a isso ocorre o crescimento do número de residenciais fechados que se caracterizam como enclaves que visam propiciar a sensação de segurança. Esses habitats fechados apresentam muros e localizam-se principalmente nas partes mais periféricas da cidade, configurando uma nova organização espacial onde há continuidade sem continuidade. (SPOSITO, 2013)

A necessidade de segurança criada por esses enclaves também pode ser relacionada pela contenção territorial. Esse conceito remete a um processo iniciado após a Segunda Guerra Mundial onde Estado de Bem Estar Social entra em crise, em decorrência disso o Estado começa a se dedicar a contenção das massas populares, restringindo sua mobilidade e expansão. Para garantir esse objetivo o Estado vincula-se uma política penal aliado à mídia das massas populares que contribui para criação do estereótipo do criminoso. O resultado disso é a contenção aplicada ao território, onde vemos por toda parte a presença de novas cercas e muros, chegando ocupar até as fronteiras entre países. (HAESBAERT, 2009)

Palavras-chaves: fragmentação socioespacial, atividades culturais, Presidente Prudente, territórios.

REFERÊNCIAS

- DAL POZZO, Clayton Ferreira. Fragmentação socioespacial: Análise das práticas socioespaciais dos sujeitos auto-segregados em Presidente Prudente - SP. Presidente Prudente - SP: FCT/UNESP, 2008 (Monografia de Bacharelado).
- DE BORTOLO, Carlos Alexandre. O espaço público do parque do povo-Presidente Prudente-SP: reflexões geográficas. Geografia em Atos (Online), v. 1, n. 13, 2013.
- HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120, 2009.
- LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- PEREIRA, Silvia Regina. EXPANSÃO E ESTRUTURAÇÃO INTERNA DO ESPAÇO URBANO EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP. Formação (Online), v. 1, n. 9, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- SILVA, Ronés Borges. A SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, p. 81-104, 2009.
- VALENTE, Luis Paulo. Lazer e vida urbana em Presidente Prudente-SP. 2005.

ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL A TERRA E O HOMEM:
CENTENÁRIO DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE



O RURAL E O URBANO



O URBANO E O RURAL EM CAMPINA GRANDE – PB: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Gabriel Madureira Attem,
Davidson Matheus Félix Pereira,
Natan Barboza de Oliveira

RESUMO:

Este trabalho busca compreender a relação contraditória entre o campo e a cidade em Campina Grande – PB. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho apresenta duas dimensões: uma teórica e outra empírica. Na perspectiva teórica, pesquisas bibliográficas foram essenciais para compreender os conceitos trabalhados nesta pesquisa, dentre os quais destaca-se o par dialético urbano e rural, comumente, campo e cidade. Além disso, relaciona-se as desigualdades socioespaciais com a diferenciação socioespacial. Sob a ótica da materialidade, concentram-se as operacionalizações no processo de produção do espaço urbano de Campina Grande, sobretudo, um olhar a partir da Zona Leste da cidade e a partir dos agentes sociais. Em tal recorte espacial encontra-se a ZEIS Jardim Europa e as obras de reestruturação urbana, tais como a construção da Nova Alça Leste e de um Centro de Convenções. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa de campo para coleta de dados a partir de entrevistas e questionários com moradores locais. Imagens de satélite representam as transformações no uso do território.

Palavras-chave: Urbano e Rural; Cidade e Campo; Diferenciação socioespacial; Desigualdades Socioespaciais;

ABSTRACT

This work seeks to understand the contradictory relationship between the countryside and the city in Campina Grande - PB. From a theoretical-methodological point of view, the work has two dimensions: one theoretical and the other empirical. In the theoretical perspective, bibliographical researches were essential to understand the concepts worked in this research, among which the urban and rural dialectic pair stands out, commonly, countryside and city. In addition, socio-spatial inequalities are related to socio-spatial differentiation. From the point of view of materiality, the operationalizations in the process of production of urban space in Campina Grande are concentrated, above all, a look from the East Zone of the city and from the social agents. In this spatial area, there is the ZEIS Jardim Europa and the urban restructuring works, such as the construction of the New East Handle and a Convention Center. As methodological procedures, field research was used to collect data from interviews and questionnaires with local residents. Satellite images represent the transformations in the use of the territory.

Key-words: Urban and Countrified; City and Countryside; Socio and Spacial differentiation; Socio and Spacial Inequalities;

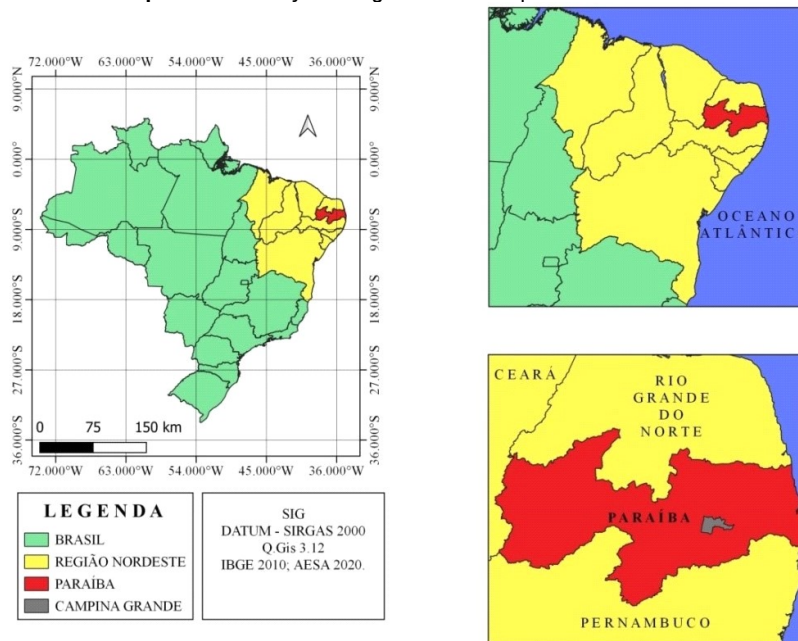
INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o urbano e o rural em Campina Grande, localizada no agreste da Paraíba, Brasil. O estudo está centrado nos arredores da comunidade Jardim Europa, instituída como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e localizada na periferia. Para tanto, a análise espacial vai para além do recorte do lugar e o estudo concentra reflexões acerca das novas dinâmicas e usos do território na cidade, assim como, sobre a da formação histórica e os seus traços rurais.

O seguinte escrito problematiza questões, tais como: “Será possível explicar dada realidade a partir dos conceitos ‘urbano’ e ‘rural’?” Ou, “como esses conceitos se materializam em escala local?” indaga-se sobre “quais seriam as particularidades históricas do urbano em Campina Grande-PB?” E, ainda “por que certas práticas espaciais rurais, como a criação de animais, está presente na cidade?” “Qual o papel dos agentes sociais na transformação da terra rural em urbana?” Estes são alguns questionamentos que norteiam os debates do trabalho a seguir.

Portanto, em síntese, organiza-se este estudo a partir de uma análise teórica entre a relação cidade e campo, partindo da realidade urbana de Campina Grande-PB. No primeiro ponto aborda-se o arcabouço teórico-metodológico sobre os pares dialéticos campo e cidade, urbano e rural. Portanto, diferenciam-se estes conceitos complementares, porém, distintos. Além disso, serão trabalhadas categorias de análise, tais como diferenciação e desigualdade socioespacial, divisão do trabalho, fragmentação e segregação urbana. Dessa forma, a teoria se materializa na cidade de Campina Grande (Mapa 1).

Mapa 1 - Localização Geográfica de Campina Grande – PB.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Assim, na comunidade do Jardim Europa, considerada uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), observamos uma série de transformações que revelam uma relação integrada entre o rural e o urbano de forma mais intensa se comparado a outras frações do espaço urbano da cidade. Neste trabalho, não iremos nos deter a este ponto de vista institucional e política das ZEIS em Campina Grande, porém salienta-se que as ZEIS são áreas da cidade destinadas exclusivamente para habitação e moradia, além disso, é um instrumento político cuja finalidade é garantir aos moradores de assentamentos precários o direito à cidade e à regularização fundiária.

No caso do Jardim Europa, observamos a existência de condições precárias para reprodução da vida, como a ausência de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos, tais como, postos de saúde e saneamento básico e mobilidade urbana. Além disso, podem-se observar diversas desigualdades socioespaciais, por meio da fragmentação e segregação urbana, comumente, a diferenciação espacial entre o campo e a cidade com base na divisão social e técnica do trabalho.

Destacamos que no entorno dessa comunidade foi construído o Arco Metropolitano Leste, que é uma obra recente na cidade que está sendo - produzida em uma antiga Unidade de Conservação Ambiental. Além disso, presenciamos a construção de um Centro de Convenções na margem dessa nova via urbana o que vem a realçar a especulação imobiliária no local, assim como, a metamorfose de um espaço outrora rural, hoje urbanizado. Nota-se a atuação de agentes sociais produtores do espaço na transformação da terra rural em urbana. Neste sentido, a relação entre a cidade e campo em Campina Grande – PB é envolta em uma série de contradições.

METODOLOGIA

Podem-se estruturar os procedimentos metodológicos deste trabalho em duas etapas distintas: uma teórica, conceitual e outra prática, através do estudo de campo. Porém, vale ressaltar que esta divisão em etapas é articulada e dialética, servindo apenas para fins analíticos e para melhor expor a problemática.

Em relação à pesquisa bibliográfica, centralizaram-se os estudos na definição conceitual sobre o espaço e o espaço urbano, comumente, nos pares dialéticos campo e cidade, urbano e rural. Outro ponto importante da revisão bibliográfica diz respeito a entender o processo histórico de formação da cidade de Campina Grande e da urbanização do Brasil.

Na perspectiva prática, a pesquisa teve como objeto central de estudo a comunidade do Jardim Europa. Assim, o estudo de caso como método de pesquisa social foi escolhido visto que, “deverá haver sempre a preocupação de se perceber o que o caso sugere a respeito do todo e não o estudo apenas daquele caso” (VENTURA 2007, p. 383). Portanto, pode-se afirmar o estudo de caso na ZEIS Jardim

Europa representa uma parte das contradições e desigualdades presentes na cidade, comumente, no território nacional e uma perspectiva mais ampla da sociedade capitalista.

Além disso, a coleta de dados primários e secundários foi de suma importância para realização da pesquisa, visto que, os números são a realidade socioespacial quantificada. Em relação aos dados primários, a pesquisa de campo com questionários e entrevista foi essencial. Ao todo 31 pessoas da comunidade do Jardim Europa responderam às perguntas. Sobre os dados secundários, utilizaram-se fontes como do IBGE para relacionar o processo de urbanização do Brasil com a região Nordeste e em Campina Grande. Por fim, o uso de imagens de satélite do Google Earth e fotografias trazem à tona parte da realidade cotidiana.

REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO URBANO E RURAL, CAMPO E CIDADE

Concordamos com Milton Santos: “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou social, [...]” (SANTOS 2004 [1978]. p. 151), um espaço concreto e determinado pelas relações sociais que o animam. Assim, o espaço está intrinsecamente interligado com a sociedade e com o tempo, deste modo, “as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais com significados diferenciados em função do tempo histórico.” (CARLOS 2018[2011], p. 18).

Assim, “todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa.” (LENCIONI, 2008). Assim, as definições sobre urbano e rural tornam-se uma instrumentalização para o estudo da realidade e “se nossos conceitos são inadequados e/ou inconsistentes, não podemos identificar problemas e formular soluções políticas apropriadas.” (HARVEY 1980, p. 13). Portanto, a abstração teórica é essencial para compreender a sociedade e seu movimento.

Além disso, a definição conceitual do que é urbano e/ou cidade, campo e/ou rural é imprescindível para entender a realidade socioespacial. Por isso, “‘urbano e ‘rural’ longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta.” (CARLOS, 2004, p.31).

Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão (...). Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, (...) uma dimensão processual, são conteúdo e contingente (WHITACKER 2010, p. 191).

Dessa forma, encontra-se um ponto-chave no processo de entendimento sobre os pares dialéticos cidade e campo, urbano e rural, sendo os primeiros (campo e cidade) caracterizados pela *forma* e os últimos (urbano e rural) pelo *processo*. Segundo Milton Santos, “*forma* é o aspecto visível da coisa.” Já o *processo* “pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.” (SANTOS, 1985, p.50).

Pode-se dizer que as ideias de cidade e campo são as formas espaciais do conteúdo urbano e rural, respectivamente.

Do ponto de vista teórico metodológico, a relação entre os espaços urbanos e rurais, ou entre o campo e cidade podem ser analisadas tanto de uma perspectiva complementar ou dicotômica. A perspectiva de *continuum* é vista de forma dialética, onde, apesar das diferenças, o campo e a cidade se articulam. Já, sob a ótica antagônica, observa-se que as semelhanças se excluem.

Do ponto de vista dicotômico, os estudos abordam a “realidade rural e urbana levando em consideração duas organizações totalmente distintas, de maneira que a existência de uma excluía a outra.” (ROSA&FERREIRA, 2010, p. 188). Tal corrente metodológica é entendida com um forte viés ideológico, polarizador e hierárquico, onde prioriza a cidade e despreza o campo. Além disso, a dicotomia é uma característica marcada pelo método descritivo, por conseguinte, faz parte, sobretudo, dos estudos da Geografia Tradicional. O quadro a seguir ilustra esse processo oposto de distinção de cidade e campo, urbano e rural, com base na etimologia. (Quadro 1).

QUADRO 1 - Origem e significados dos termos cidade - urbano e campo - rural.

CIDADE – URBANO	CAMPO – RURAL
<p>Civitas f. 1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2. Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs.</p>	<p>Campus m. 1. Planície; terreno plano; campina cultivada. 2. Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produto da terra.</p>
<p>Civis m. e f. 1. Cidadão livre; cidadã livre; membro livre da cidade, a que pertence ou por adoção. 2. Concidadão; concidadã. 3. Habitante. 4. Soldado romano. 5. Companheiro.</p>	<p>Campensis adj. 1. Relativo aos campos; campestre. 2. Epíteto de Isis que tinha um Campo de Marte.</p>
<p>Urbs. f. 1. Cidade (em oposição à <i>rus</i> ou a <i>arx</i>). 2. A cidade por excelência. 3. Cidade, população duma cidade, os cidadãos; Estado. 4. Moradia; asilo.</p>	<p>Rus. n. 1. Campo (em oposição à <i>domus</i> “casa” e <i>urbs</i> “cidade”). 2. Terras de lavoura. 3. Casa de campo. 4. Território, região. 5. <i>Fig.</i> Rusticidade, rudeza. 6. <i>Pl</i> Propriedade rural; o campo (em geral).</p>
<p>Urbanus adj. 1. Da cidade (em oposição a <i>rusticus</i>); da cidade de Roma; urbano. 2. Civil (em oposição à <i>castrensis</i>); pacífico. 3. Polido; fino; delicado; urbano. 4. Espirituoso; engraçado; engenhoso. 5. Divertido; folgazão; gracejador. 6. Elegante; esmerado; (fal. Do estilo). 7. Impudente; desavergonhado; indiscreto.</p>	<p>Rusticus adj. 1. Dos campos; do campo; rústico; campestre; rural. 2. <i>Fig.</i> Rústico; agreste; rude; inculto; grosseiro; toscos; desajeitado; sem elegância. 3. Simples; ingênuo; pouco atilado; estúpido. 4. Inacessível ao amor; esquivo; bisonho. 5. Camponês; lavrador; campônio.</p>

Fonte: Torrinha, Francisco. **Dicionário Latino – português.** *Apud.* BAGLI, P. (2006) p.44. Adaptado pelo autor

A relação indissociável entre o campo e cidade, assim como, do urbano e rural encontra-se presente no sentido de que “[...] o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades, [...]” (ABRAMOVAY 2000, p.2). Nesse sentido, percebe-se a complementariedade mútua dentre estes espaços, ou uma perspectiva de continuidade dialética.

Assim, Lefebvre põe a divisão do trabalho (biológica e técnica, material e intelectual) como fator essencial para a oposição entre o campo e a cidade (LEFEBVRE 2001, p.38, 39). A principal característica econômica do campo, ou dos espaços rurais, está vinculada às atividades primárias (trabalho material). Já a cidade exerce função secundária de reprodução e produção de capital (trabalho intelectual). Ou seja, a partir de atividades econômicas diferenciadas, atreladas com o domínio desigual da técnica e de práticas socioespaciais diversas, a oposição entre o campo e a cidade se acentua apesar das complementariedades.

M. Santos afirma que a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial (SANTOS 2017 [1996], p.129). Portanto, a divisão do trabalho é um fator para diferenciação e “a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar.” (CARLOS 2007, p. 48).

O PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE-PB

Para entender a atual situação do espaço urbano de Campina Grande faz-se necessário remeter à sua história. Assim, ressalta-se que “a origem de Campina Grande não se dá sem articulação com a história mundial e, por conseguinte, com a brasileira.” (MAIA *et al.* 2013, p. 37). Afirma-se que a localização geográfica de Campina Grande é um ponto essencial para compreender sua importância regional, visto que, está situada em uma zona de transição entre o litoral e o sertão – o Agreste, este “tardamente ocupado” (ANDRADE 1986).

Segundo Aranha (1991, p. 48), a povoação de Campina Grande teve início no final do século XVII e foi erigida à condição de vila no final do século XVIII. Surge como aldeamento do povo Ariú, com a finalidade de pastorear os gados dos Oliveira Ledo. (COSTA 2003, p. 17). E, “deve-se a dois momentos: o estabelecimento de fazendas de gado na região, e a constituição de entroncamento utilizado pelos tropeiros.” (MAIA *et al.* 2013, p. 37, 38). Portanto, nota-se as ruralidades como fator essencial para o processo de centralização da cidade de Campina Grande – PB, comumente, do território brasileiro.

Os impactos gerados pelas mudanças engendradas no sistema mundial revolucionaram o papel que até então Campina Grande cumpria na ordenação territorial do espaço nordestino e principalmente paraibano: de entreposto comercial subordinado à dinâmica gerada pelas atividades litorâneas, transforma-se em um vigoroso núcleo de centralização e escoamento da produção primário-algodoeira realizada no semiárido nordestino. (id. p. 40).

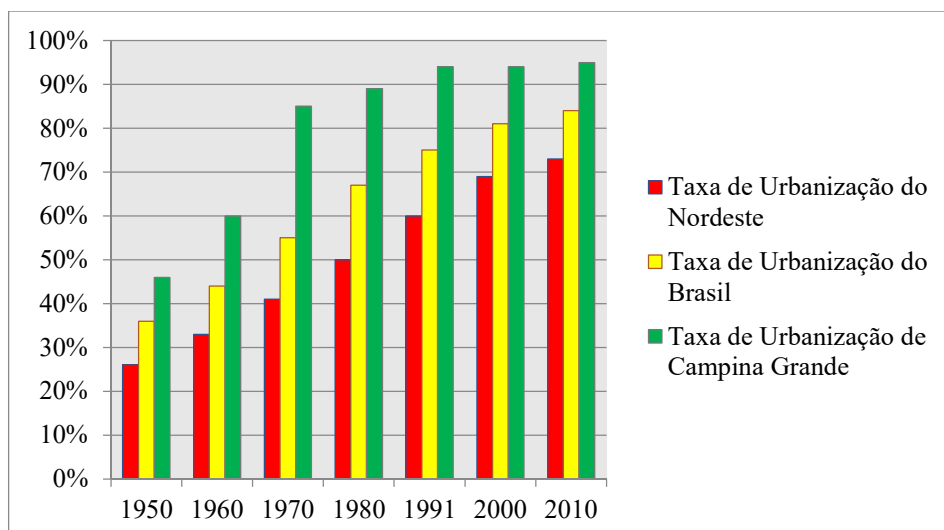
Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, as cidades constituem-se como lugar do trabalho nas recém-criadas indústrias. Vale salientar o surgimento de novos objetos técnicos, como a máquina a vapor, sobretudo, o trem. Em 1907, a chegada da Estação Ferroviária em Campina Grande simboliza os ares urbanos na cidade. “Neste momento, o espaço campinense se integra diretamente a uma economia capitalista internacionalizada, integração que foi viabilizada pelo moderno sistema de transporte.” (COSTA 2003, p. 35).

A presença da ferrovia estabeleceu em Campina Grande um ponto de escoamento para a circulação do algodão, assim, soma-se ao entroncamento de caminhos do gado – que se transformaram em rodovias federais e estaduais - a ferrovia. Desta forma, percebe-se a transição do *meio natural* para o *meio técnico* (SANTOS [2017] 1996) que proporcionou à cidade intensas transformações estruturais e simbólicas, econômicas, políticas e sociais. Tal fato remete-se à modernização técnica do território como um todo.

Hoje, de acordo com estudos do REGIC 18 (Região de Influência das Cidades)* Campina Grande é considerada Capital Regional C, devido a aglomerações de pessoas, indústrias, capital, serviços, comércio, bancos, escolas, hospitais, festas, etc. Continuamente, desemprego, miséria, fome e desigualdades.

Assim, pode-se afirmar que o processo de urbanização em Campina é recente, pois, segue a lógica da urbanização brasileira e de países subdesenvolvidos. De acordo com Santos (SANTOS 1993), a urbanização brasileira foi tardia, concentrada e acelerada e para Cabral Filho, em Campina Grande “o que poderíamos denominar processo de modernização ocorre obedecendo a ritmos outros. Nesta cidade as mudanças ocorreram e foram plenamente percebidas e vivenciadas.” (CABRAL FILHO 2009, 45). Os dados estatísticos mostram a dimensão da taxa de urbanização† no Brasil, no Nordeste e em Campina Grande. (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de Urbanização no Brasil, na região Nordeste e em Campina Grande - PB.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122> & LIMA (2004) apud (VALVERDE 2017). Adaptado.

* A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas.

† Entende-se como taxa de urbanização a razão entre a população total e a população urbana. (IBGE, 2017).

Nota-se, portanto, baseado no gráfico acima, que a maioria da população brasileira reside em cidades apenas na década de 1970. Isto não quer dizer que as cidades não tinham importância antes de tal data. Entretanto, este processo inicia-se no início do século XX e “apesar dos grandes e importantes pólos, que representavam o Brasil urbano, até o final do século XIX, a grande maioria da população permaneceu no campo” (MARICATO 2003, p. 151). Apenas o São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador tinham mais de cem mil habitantes em 1900. (SANTOS 1993, p.21). Ou seja, o Brasil era predominantemente um país rural/agrícola e torna-se urbano de forma acelerada e concentrada nas metrópoles com resquícios de eventos importantes no fim do século XIX como a Proclamação da República (1889) e a Abolição da Escravatura (1888).

Desse modo, MARX&ENGELS (1998, p, 55) *apud* RUA (2005) afirmam que “a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento, e a dispersão.” E, para Maricato, uma das marcas do processo de urbanização no Brasil é a concentração e a centralização de população e de poder no território. (MARICATO 2009, p.269).

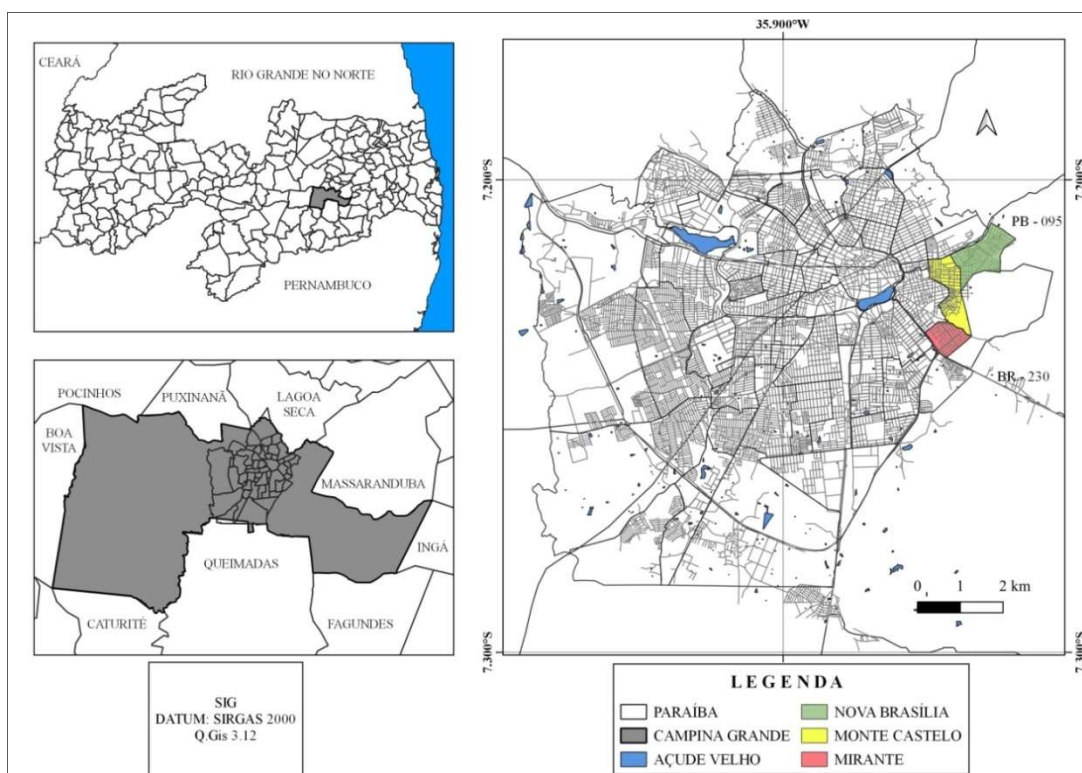
No caso particular das cidades brasileiras, é indispensável articular o papel da segregação urbana na produção da desigualdade e da dominação social. Isso porque a segregação (em geral e em inúmeras de suas manifestações “oficiais”) é aquela forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial. (VILLAÇA, p. 48, 2012)

A população estimada de Campina Grande em 2020, segundo o IBGE, é de 411.807 habitantes, sendo assim, a segunda cidade mais populosa do estado. Estima-se ainda, que dentre a população total da cidade, menos de 10% reside fora da cidade. Peculiar, visto que, a zona rural da cidade é maior que o território urbano e sustentando a ideia de que a cidade representa a concentração enquanto o campo a dispersão.

Tal fato é uma peculiaridade histórica da cidade. Em Campina Grande, no contexto histórico, considera-se a urbanização do tipo espraiada (SANTOS, 1993) e espontânea (*id.* 1985, p. 30), visto que, surge em uma intersecção de caminhos e condiz com a dispersão, fragmentação e periferização. Além disso, é na dimensão do habitar que as desigualdades urbanas se materializam.

Para compreender as dinâmicas atuais do espaço urbano de Campina Grande – PB além de descrever e explicar o processo de configuração territorial da cidade, comumente, da formação socioespacial do território brasileiro, torna-se necessário um “recorte” espaço-temporal (Mapa 2). Tal recorte está materializado na zona leste, sobretudo nos bairros de Nova Brasília, Monte Castelo e o Mirante, entre os anos de 2005 e 2022.

Mapa 2: recorte espacial da pesquisa



Fonte: acervo pessoal.

O Jardim Europa foi considerado uma Zona Especial de Interesse Social em 2009 e está localizada na periferia da cidade e do bairro de Nova Brasília, às margens da PB-095. No local, vivem cerca de 600 pessoas em situação de vulnerabilidade socioambiental em cerca de 150 domicílios (algumas casas sendo resultado da autoconstrução do início da ocupação). (Mapa 2).

O lugar apresenta carência de infraestrutura urbana, tais como, saneamento básico, vias calçadas, iluminação pública e etc. Além da segregação e fragmentação urbana, no local ocorre nítida diferenciação socioespacial entre campo e cidade, devido tanto à localização geográfica – na periferia – quanto à divisão do trabalho. (Figura 2)

Figura 2 – ZEIS Jardim Europa.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O Jardim Europa, cujo nome remete à paisagem natural e o clima frio e ameno - lembrando os jardins da Europa - é um local carente de infraestrutura espacial, ou seja, faltam objetos técnicos característicos do espaço urbano, como vias calçadas, saneamento básico e, em alguns casos, até energia elétrica.

Percebe-se, deste modo, a reprodução das desigualdades socioespaciais na cidade de Campina Grande. Para Rodrigues, “a desigualdade socioespacial é a expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social.” (RODRIGUES 2007, p.74) (Figura 3 e 4).

figura 3 e 4 – Desigualdade socioespacial no Jardim Europa



Fonte: acervo pessoal, 2020.

É perceptível a criação de animais, como cavalos, bodes, galinhas e também do cultivo de milho, feijão e jerimum na região, assim como a paisagem natural. Para Sposito (2011, p. 124): “não há cidades sem divisão social do trabalho” e M. Santos afirma que “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial.” (SANTOS 2017 [1996], p. 129). Portanto, a diferenciação socioespacial entre a cidade e o campo em Campina Grande está materializada na relação entre o urbano e o rural e na divisão social e técnica do trabalho. Na figura abaixo nota-se um híbrido entre o campo e a cidade expressa tanto nas formas (paisagem) quanto no processo (Figura 5 e 6).

Figura 5 e 6 - Relação entre o campo e a cidade no Jardim Europa.



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Carlos afirma que “a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar.” (CARLOS 2007, p. 48). Dessa forma, articula-se o espaço como produto mercador com as contradições e contrastes sociais. Neste sentido, “as desigualdades viram diferenças”. (SPOSITO 2011, p. 129).

A periferia, segundo Corrêa, é o *locus* de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades (CORRÊA, 1993). Assim, alguns dos primeiros moradores da comunidade são provenientes do campo e trazem consigo os hábitos e costumes rurais para a cidade. (Figura 7 e 8). Tal fato permanece até hoje, com a criação de porcos, galinhas, bodes e cultivo de feijão, jerimum e batata.

Figura 7 e 8 - uso de carroças como meio de transporte e de trabalho.

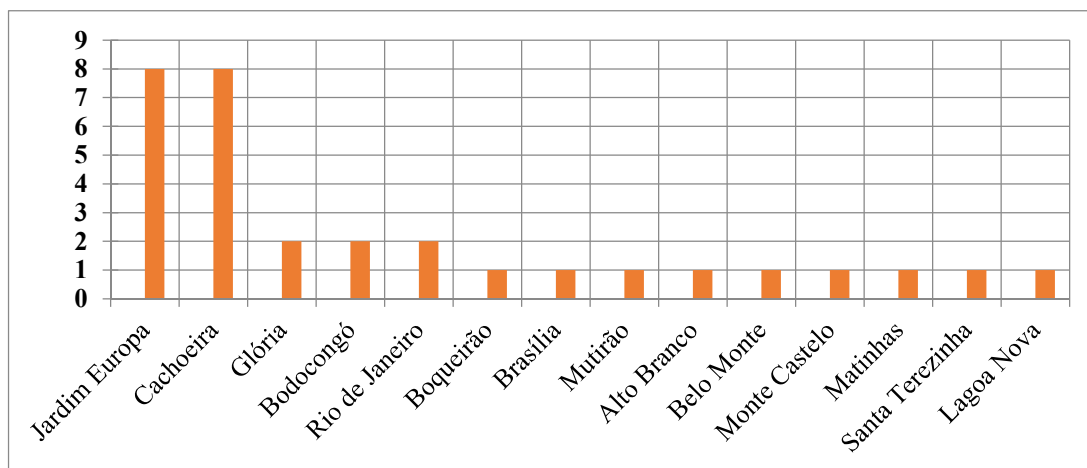


Fonte: Acervo do autor, 2020.

Nota-se perspectiva de *continuum* entre o campo e a cidade, no espaço urbano de Campina Grande, seja na visão histórica, com a presença de ruralidades no processo de formação social da cidade, ou, do ponto de vista estrutural – funcional com atividades, predominantemente rurais na cidade, como a criação de porcos e bode e a agricultura, seja para consumo ou venda.

Vale salientar que durante o processo de ocupação na área, parte das pessoas é oriunda de outras comunidades periféricas da cidade, como a Cachoeira, de pequenas cidades (Matinhas, Santa Terezinha e Lagoa Nova) ou grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e Brasília) e da zona rural. No entanto, das 31 pessoas entrevistadas, 8 sempre moraram no Jardim Europa. (Gráfico 2).

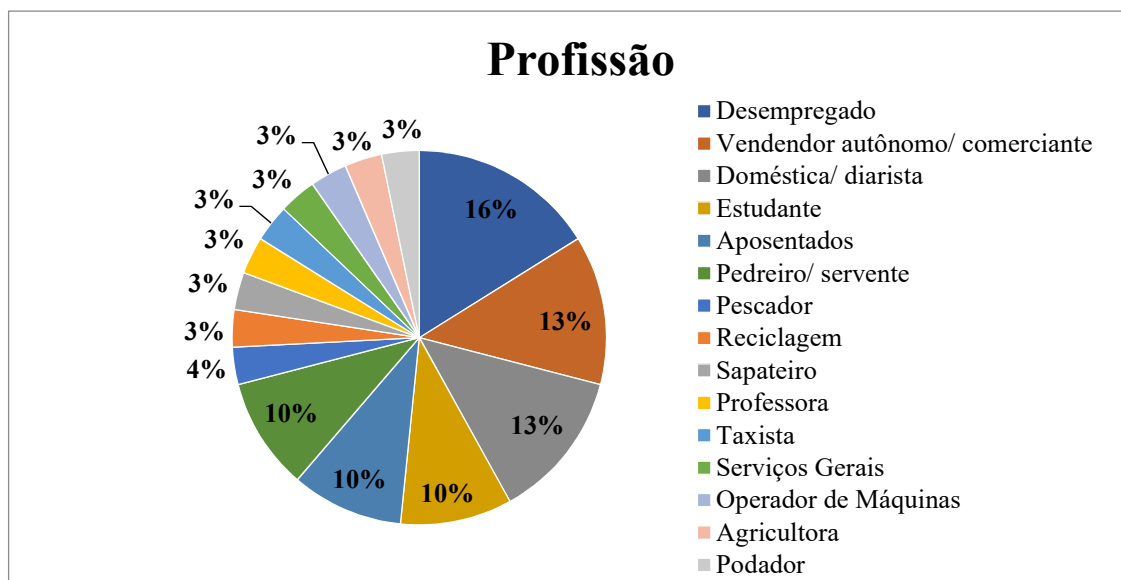
Gráfico 2 – Local de moradia antes do Jardim Europa



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

No gráfico abaixo, percebe-se a profissão dos moradores locais, dentre elas, destaca-se o número de desempregados e as profissões de agricultor e pescador que não são comuns na zona urbana, reafirmando a divisão social e técnica do trabalho entre campo e cidade no Jardim Europa. Além disso, elevado número de pessoas são vendedores e/ou comerciantes, aposentados, diaristas e pedreiros. Outra profissão também que merece destaque é a de coleta de reciclados. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Profissão dos moradores do Jardim Europa



Fonte: Pesquisa direta, 2022.

O espaço é alvo de diversos agentes sociais produtores do espaço (CORRÊA 1993), como promotores imobiliários – promovendo a especulação imobiliária; o Estado – com ações, ou não, de políticas públicas de urbanização; e, os grupos sociais excluídos – moradores da área, que estão

literalmente “à margem” da sociedade. Enquanto o Estado é cego para os grupos sociais excluídos é guia para os promotores imobiliários e os proprietários fundiários.

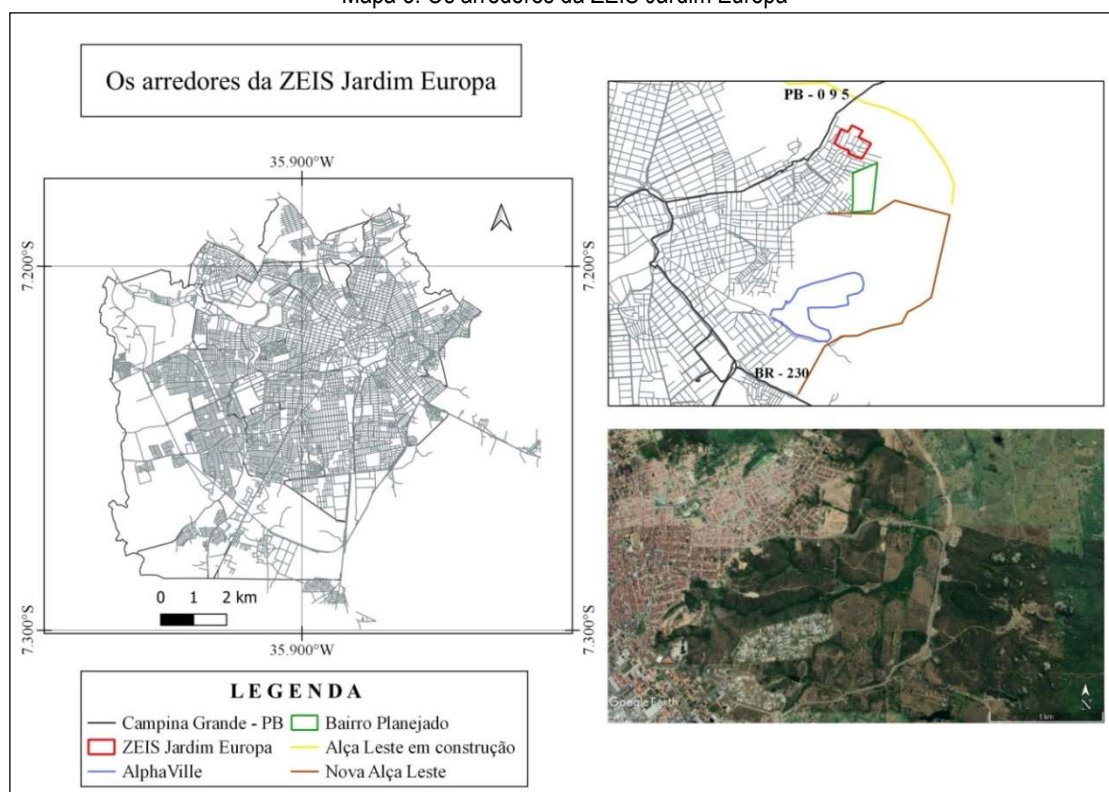
Sabe-se que “a produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.” (CORRÊA 2011, p. 43). Portanto, estes agentes têm papel decisivo no processo de produção do espaço urbano, visto que, as dinâmicas socioespaciais perpassam por diferentes “mãos”.

Em relação “a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p. 23, 24). São os promotores imobiliários responsáveis diretos pela especulação e venda da propriedade fundiária urbana em conjunto com os proprietários fundiários, “que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no *valor de uso*.” (id. p.16). Há uma diversidade de tipologias de promotores imobiliários, podendo tanto os bancos quanto o Estado participarem dessa categoria.

Sobre a ação do Estado, “tende a privilegiar os interesses daquele segmento de classes dominante.” (CORRÊA 1993, p. 26). Assim, pode-se afirmar que o Estado é responsável direto pela manutenção da sociedade de classes e das desigualdades socioespaciais, deste modo, atuação do Estado se faz visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (id. p.26).

Vale ressaltar que entre a PB – 095 e a BR – 230 foi criada a Nova Alça Leste com o objetivo de interligar as duas rodovias, desafogar o trânsito no centro da cidade e conseqüentemente, melhorar a mobilidade urbana. Com isso, a especulação imobiliária no local aumentou tangencialmente, tanto pela inserção do condomínio de luxo Alphaville quanto pela própria dinâmica do mercado. Além disso, um novo bairro planejado chamado Villa Olímpia está em processo de construção e iniciou a venda dos lotes próximo ao Jardim Europa. (Mapa 3)

Mapa 3: Os arredores da ZEIS Jardim Europa



Fonte: Google Earth Pro. Adaptado pelo autor, 2022.

Em 2020, com a expansão da urbanização e intensa especulação imobiliária, a área ao redor do AlphaVille valorizou-se. Deste modo, foi construída a Nova Alça Leste - uma via pavimentada, bem sinalizada, com ciclovia e luzes de led – cujo intuito foi facilitar o deslocamento e a mobilidade urbana na região. Por outro lado, o Jardim Europa ainda permanece invisível diante de obras públicas, como saneamento básico e calçamento. Percebe-se, assim, a ação do Estado visando prestigiar as classes dominantes. As imagens a seguir ilustram a recente transformação no espaço urbano de Campina Grande. (Figura 9)

Figura 9- Imagens de satélite da Zona Leste de Campina Grande - PB entre 2005 e 2022.

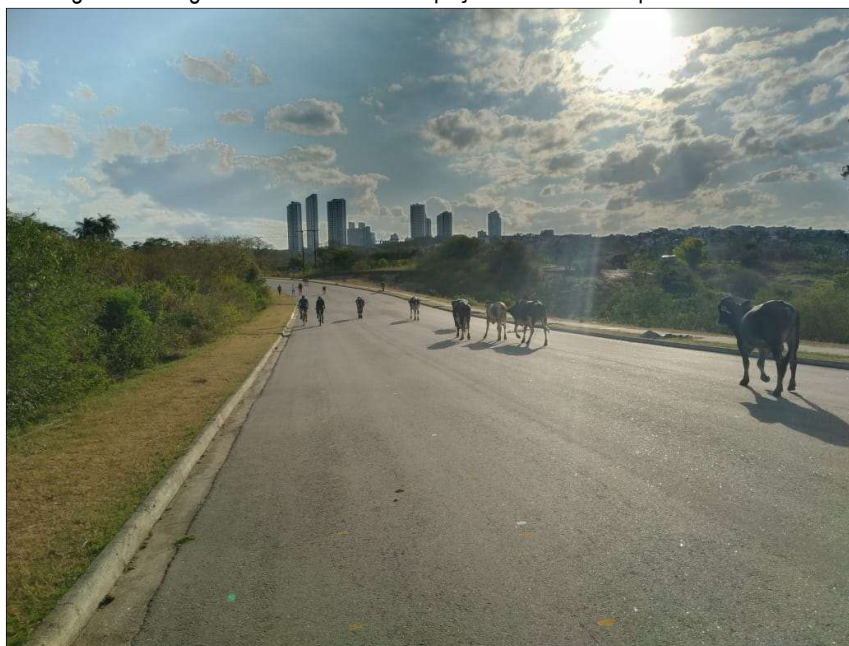


Fonte: adaptado do Google Earth. Acervo pessoal, 2022.

Percebe-se que em 2005 existia uma imensa área verde. Este lugar, além de ser considerado zona rural da cidade, era classificado como uma Unidade de Conservação Ambiental devido às riquezas tanto de fauna e flora numa intersecção entre Mata Atlântica e Caatinga. A UC foi instituída em 2004 pelo Decreto Estadual de nº 25.3223. * Vale ressaltar que em 2020, entre a PB – 095 e a BR – 230, foi criada a Nova Alça Leste com o objetivo de interligar as duas rodovias, desafogar o trânsito no centro da cidade e, por conseguinte, melhorar a mobilidade urbana. Vale salientar que também foi construída na UC Parque do Poeta. Tal fato, remete à transformação da zona rural em zona urbana algo lucrativo para os proprietários fundiários. (Figura 10)

* Para mais informações sobre esse processo consultar SOUZA, 2017.

Figura 10 – rugosidades* do rural no espaço urbano de Campina Grande – PB



Fonte: acervo pessoal, 2020.

Portanto, as políticas públicas do Estado, que deveriam atender todas as demandas da sociedade, privilegiam as classes dominantes. Assim, “a produção de valores de uso através da ação política é uma forma direta de intervenção, mas a intervenção é frequentemente indireta.” (HARVEY 1980, p.142). E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos que o Estado se torna o alvo de reivindicações de segmentos da população urbana, como é o caso dos Movimentos Sociais.

Desta forma percebe-se que os agentes sociais da cidade capitalista trabalham em diferentes perspectivas e pode-se afirmar que “são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p.36). E, “afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.” (id. 2011, 44)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com este trabalho, percebe-se o encontro entre as abstrações teóricas e conceituais com a materialidade do espaço urbano de Campina Grande. Nota-se que o processo de produção do espaço é contínuo e perverso, pois, as camadas populares da cidade geralmente vivem em áreas que não possuem valor de troca e utilizadas como valor de uso; lugares sem infraestrutura essencial, como

* Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...]. Em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado. (SANTOS 2017 [1996], 140).

saneamento básico e rede de esgoto; ambientalmente vulneráveis, com riscos de deslizamento e enchentes de encostas ou de morros; zonas sem acesso ao transporte, lazer e até mesmo de postos de saúde e escolas.

A situação do Jardim Europa preocupa, visto que, é uma ocupação que teve início nos anos 90 e até os dias atuais não foi resolvido os seus principais problemas estruturais, enquanto isso, o Estado urbaniza os arredores da região em prol do desenvolvimento econômico. Ressalva-se a importância e relevância deste lugar ser considerado uma ZEIS.

Além disso, a atuação dos agentes sociais produtores do espaço é vista como contraditória e hegemônica, visto que, auxiliam na fragmentação socioespacial da cidade, como é no caso das obras de urbanização próximas ao Jardim Europa – este, que necessita também de tais interferências e não são realizadas.

Deste modo, pode-se afirmar que a construção da Nova Alça Leste na cidade de Campina Grande, assim como, do Centro de Convenções, são cristalizações da metamorfose ocorrida na Zona Leste. De um lugar periférico, insalubre e desvalorizado para alvo de proprietários fundiários e especuladores imobiliários, simbolizando a reestruturação urbana.

Por fim, na comunidade do Jardim Europa, pôde-se observar desigualdades socioespaciais proveniente do modo de produção capitalista e de uma perspectiva história e estrutural, visto que, o local é resultado de uma ocupação e a problemática da habitação e moradia é de escala mundial. Além disso, no local, nota-se a nítida diferenciação socioespacial entre campo e cidade a partir da divisão do trabalho, pela localização periférica e por conta dos costumes e hábitos dos moradores primeiros.

REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA: texto para discussão, n. 702, 2000, 33p.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5.ed. Editora: Atlas, São Paulo – SP, 1986.
- BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.
- CABRAL FILHO, S. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande – UFCG, 2009.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. 1. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.
- CARLOS, A. F. **Diferenciação Socioespacial**. CIDADES, v.4, n.6, p. 45–60, 2007.
- CARLOS, A. F. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? In: CARLOS, A. F. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- COSTA, A. A. da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande – PB na interface desse processo**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. Editora: Hucitec, São Paulo - SP, 1980.

- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro 2001. (Original: Le droit à la ville).
- LENCIONI, S. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 4, p. 109 - 123, 2008.
- LIMA, D. de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. 2004, 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Econômica / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. In: VALVERDE, A. T. Entre a microrregião e a região metropolitana: considerações sobre Campina Grande – Paraíba.
- MAIA, D. S et. al. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes Econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- MARICATO, E. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003.
- MARICATO, E. A informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: Org.: WANDERLEY, L. E; RAICHELIS, R. **A cidade de São Paulo: Relações Internacionais e Gestão Pública**. Educ – São Paulo – SP, 2009.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. In: RUA, João. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. Revista da ANPEGE, v.2, n.2, 2005.
- RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade**. CIDADES, v.4, n.6, p. 73-88, 2007.
- ROSA, L. R; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Orgs) **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed., 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2013. Original: 1993.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. 9. reimpr. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. Original: 1996.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Livraria Nobel S.A, 1985.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Original: 1978.
- SOUZA, A. S. **Valoração da Paisagem da Unidade de Conservação Parque Estadual do Poeta e Repentista Juvenal de Oliveira – Campina Grande – PB: uma proposta de ordenamento territorial**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPB, 2017.
- SPOSITO, M. E. B. A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Org. CARLOS, A. F; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Editora: Contexto. São Paulo: 2011.
- VENTURA, M. M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev. SOCERJ. 2007.
- VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.
- WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87)

COMPREENSÕES ACERCA DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ESPAÇO URBANO DE CAICÓ/RN: UMA ANÁLISE DA ZONA OESTE

Iapony Rodrigues Galvão

RESUMO

O crescimento expressivo da população urbana brasileira leva ao surgimento de problemas nas cidades, dificultando o acesso a moradia, saúde e segurança. Nesse sentido, Caicó se caracteriza como uma importante referência urbana regional no Rio Grande do Norte. No entanto, no desigual sistema capitalista em que vivemos, há processos, como a especulação imobiliária, onde a população de baixa renda acaba sendo segregada para as periferias da cidade, constituindo um processo de segregação socioespacial. Assim, a presente pesquisa buscou compreender esse processo no espaço urbano caicoense, em especial na Zona Oeste, a partir de levantamentos bibliográficos relativos a compreensão teórica, pesquisas quantitativas e qualitativas, registros fotográficos das formas espaciais na área acima citada, aplicação de questionários, diálogos com os residentes e discussão sobre os principais problemas e necessidades enfrentadas nestas porções do espaço urbano caicoense, aprofundando a compreensão sobre a atuação do poder público na comunidade, para constituir uma compreensão ampla sobre a realidade vivenciada pelos moradores da Zona Oeste Caicoense. Desta forma, a presente pesquisa contribuiu para destacar como os processos segregatório são refletidos nas dinâmicas sociais existentes, enfatizando a relevância de uma reflexão teórica geográfica para o efetivo entendimento do espaço caicoense.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Espaço urbano; Caicó.

ABSTRACT

The expressive growth of the Brazilian urban population leads to the emergence of problems in cities, making access to housing, health and safety difficult. In this sense, Caicó is characterized as an important regional urban reference in Rio Grande do Norte. However, in the unequal capitalist system in which we live, there are processes, such as real estate speculation, where the low-income population ends up being segregated to the outskirts of the city, constituting a process of socio-spatial segregation. Thus, the present research sought to understand this process in the urban space of Caico, especially in the West Zone, from bibliographic surveys related to theoretical understanding, quantitative and qualitative research, photographic records of spatial forms in the aforementioned area, application of questionnaires, dialogues with the residents and discussion of the main problems and needs faced in these portions of the urban space of Caico, deepening the understanding of the performance of the public power in the community, to constitute a broad understanding of the reality experienced by the residents of the West Zone of Caico. In this way, the present research contributed to highlight how the segregation processes are reflected in the existing social dynamics, emphasizing the relevance of a geographic theoretical reflection for the effective understanding of the space of Caico.

Palavras-chave: Socio-spatial segregation; Urban space; Caicó.

INTRODUÇÃO: O CONTEXTO ESPACIAL DE CAICÓ

A constituição da população urbana no Brasil possuiu significativas mudanças no século XX, onde, em 1940, a população correspondia a 41 milhões de habitantes, ampliando para 93 milhões de habitantes em 1970 (CARVALHO, 2004). E no ano de 2017, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira correspondia a, aproximadamente, 208 milhões de habitantes.

Devido a esse crescimento expressivo da população, surgiram problemas nas cidades, uma vez que as mesmas não foram organizadas para receber tamanha população em um prazo de tempo tão curto. E, como consequência, os moradores de áreas segregadas das cidades possuíram um menor acesso a moradia, saúde e segurança (SILVA, 2016).

A partir do nascimento de aglomerados urbanos recentes, surgem novas dinâmicas urbanas regionais, destacando-se as cidades de médio porte, que interpretam uma relevante articulação entre as cidades grandes e as cidades pequenas.

Nesse sentido, Caicó se caracteriza como uma cidade intermediária de grande importância espacial no estado do Rio Grande do Norte, uma vez que é referência para as cidades circunvizinhas, interagindo ainda com as cidades de outros estados. Sua relevância pode ser destacada pelos aspectos econômicos, associado à formação do polo educacional de ensino superior, colaborando para o aumento da sua importância no cenário regional.

Assim, Caicó, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possui uma população estimada em 68.343 habitantes no ano de 2020, e se encontra localizada na Região Imediata de Caicó e Região intermediária de Caicó, umas das três regiões intermediárias potiguares, juntamente com a Região Intermediária de Natal e a Região Intermediária de Mossoró (IBGE, 2017). Desta forma, Caicó é o município mais populoso da Região Intermediária que leva o seu nome, o segundo mais populoso do interior potiguar e o sétimo mais populoso do estado do Rio Grande do Norte.

No que se refere a origem de Caicó, sua gênese foi advinda da expansão da pecuária bovina, tornando-a destaque pelos seus produtos de origem bovina, como a carne de sol, o queijo e a manteiga da terra. Em meados do século XVIII há o fortalecimento da atividade algodoeira, a qual ganha destaque nacional e mundial durante o século XIX e XX (CLEMENTINO, 1987).

Atualmente a cidade de Caicó é caracterizada por uma grande prestação de serviços e das atividades comerciais locais, estabelecendo dessa forma, importantes relações com as cidades circunvizinhas. E de acordo com as Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2018), Caicó/RN é classificada como Centro Sub-regional A, com grande importância para a rede urbana nordestina, visto

que esses centros assumem funções de mediação entre os grandes centros urbanos e as pequenas cidades, sendo classificada, portanto, como uma cidade média ou intermediária.

Consolidando o contexto acima exposto, Caicó é considerado como um grande polo educacional, existindo uma participação significativa do setor público na implementação de cursos de nível médio e superior, com a presença da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Além disso, também se destaca a existência de instituições de ensino superior privadas, como a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Universidade Paulista (UNIP), Faculdade Católica Santa Teresinha (FCST), Universidade Potiguar (UNP), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Centro Universitário Instituto Superior de Teologia Aplicada (UNINTA).

Todos esses fatores colaboram para que essa cidade se constitua como uma cidade média, as quais são valorizadas como fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas, bem como por exercer as funções de relação e intermediação com as grandes e pequenas cidades e com o meio rural, onde o papel de articulação e intermediação são fundamentais para a implantação, desenvolvimento e a expansão dos corredores de transporte e comunicações (DANTAS e CLEMENTINO, 2013 apud SILVA, 2016).

E para compreender sobre as dinâmicas numa cidade, a mesma deve ser compreendida como relevante elemento de compreensão das dinâmicas existentes no espaço geográfico, tendo a Geografia como uma relevante área do conhecimento capaz de apresentar subsídios satisfatórios para a compreensão da cidade, fundamental para entender as dinâmicas socioespaciais da atualidade, pois, conforme afirma Milton Santos (1987, p.63), “as cidades têm um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência”.

E nessas dinâmicas, em especial no modo capitalista de produção, é necessário compreender as contradições que influenciam na organização espacial, como é o caso dos processos que constituem a segregação espacial no espaço urbano, em especial na Zona Oeste de Caicó, os quais serão vistos a seguir.

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ZONA OESTE CAICOENSE

No desigual sistema capitalista, fica evidente que “falta o discurso coerente da cidade, buscando as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos, as situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito” (SANTOS, 1987, p.133).

Desta forma, diante de um quadro de dinâmicas econômicas consideráveis, associado a interesses e intencionalidades do capital no espaço caicoense, há processos como a especulação imobiliária, a partir da constituição de formas espaciais que valorizam o espaço, elevando os preços do meio habitacional nas regiões centrais, e, por conseguinte, a população de baixa renda acaba sendo segregada e marginalizada para as periferias da cidade, possuindo grande dificuldade no acesso de serviços públicos e privados, uma vez que há notáveis carências de infraestrutura para a população residente, aprofundando o processo de segregação socioespacial em Caicó.

Assim, esse processo de segregação socioespacial advém das transformações urbanas advindas do processo de reprodução capitalista, associada a uma distribuição desigual de renda, e uma consequente desigualdade na distribuição dos serviços públicos, há um notório processo de segregação espacial.

Segundo Carlos (2007), a paisagem urbana é constituída por um choque de contrastes, onde o espaço é produzido fundamentalmente de maneira desigual, e, logo, essa contradição será refletida no espaço. A autora explica que a população mais pobre parte em busca das áreas mais distantes, onde os terrenos são mais baratos, os quais não possuem infraestrutura, num processo de autoconstrução das moradias.

E esse fenômeno é aprofundado pela especulação imobiliária, onde a área central acaba por se tornar valorizada e a periferia tende a ser desvalorizada. Esse desenvolvimento antagônico de uma cidade capitalista conduz a maioria dos moradores a serem excluídos de direitos básicos de trabalho, educação e saúde (HUGHES, 2004). Faz-se necessário complementar que:

A ausência da ação do Estado nas periferias foi uma marca recorrente da urbanização periférica, gerando uma estrutura urbana precária, com insuficientes equipamentos sociais (escolas e postos de saúde) e déficits de infraestrutura e de melhorias urbanas essenciais (como saneamento básico), fruto de uma ocupação desordenada que comprometeu a qualidade de vida, a mobilidade e o acesso da população aos serviços e ao mercado de trabalho." (HUGHES, 2004, p.75).

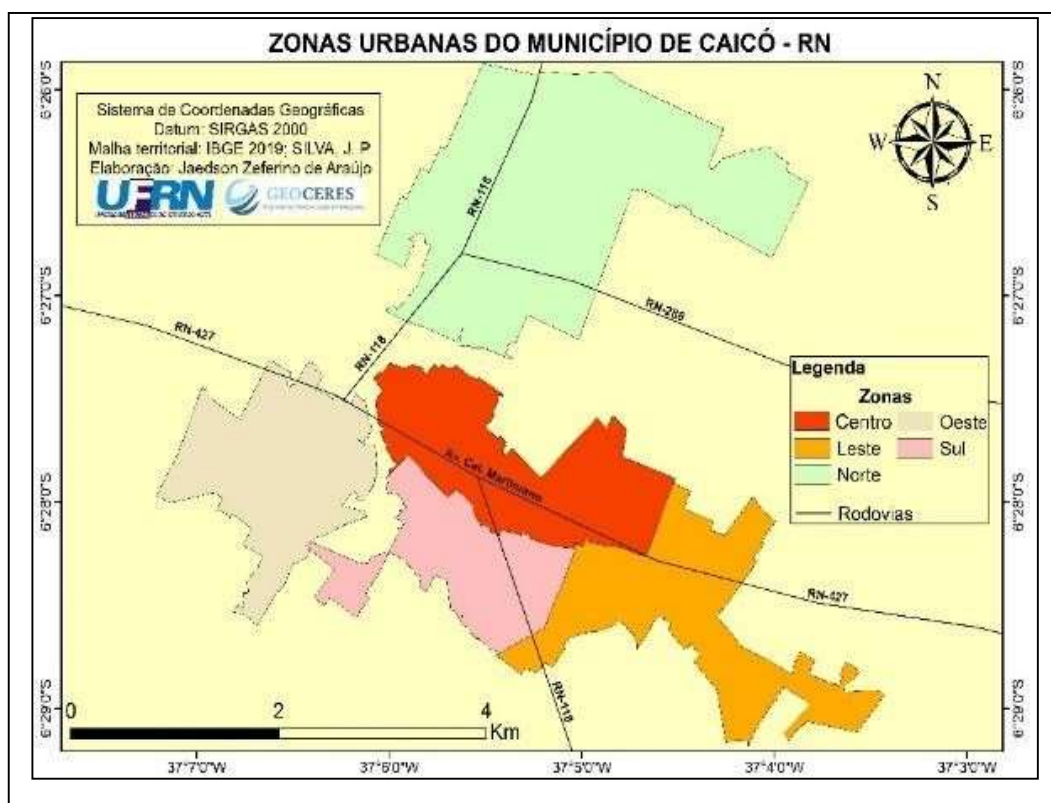
Em um sistema político-econômico contraditório, onde existem contrastes entre as formas espaciais e o modo de habitação, ampliam-se as restrições à infraestrutura, alimentação, educação, emprego, moradia, saúde e aos demais serviços públicos, além do escasso acesso a equipamento técnicos de produção, lazer, diversão e cultura.

É notório que os lotes e os terrenos urbanos nas principais localidades de uma cidade capitalista custa caro e isso gera uma segregação, que afasta, dessa forma, a população carente, a qual fica a margem de todos esses benefícios, uma vez que:

Colocaram o morador pobre aspirante a uma habitação pelos órgãos governamentais em contato com o clientelismo na distribuição de moradias, em longas filas de espera, sujeito ao preenchimento de cadastro em que desfilam seu baixo salário, o número de dependentes, a falta de residência condigna, enfim, as condições que o encaixam como membro dessa vasta categoria “população de baixa-renda”. E continua. Como opção fora da máquina governamental, ocupam favelas e cortiços, moradias precárias das quais poderiam ser expulsos por políticas habitacionais tomadas à sua revelia (...) (CALIXTO, 2008, p.81)

E isso é visto claramente na Zona Oeste de Caicó, mais bem destacada, juntamente com as demais zonas do espaço urbano caicoense, na figura a seguir, onde há escassez nos serviços basilares de educação e saúde, reduzido quantitativo de equipamentos técnicos de produção, lazer, diversão e cultura, corroborandoa existência de um notório processo de segregação socioespacial.

Figura 1. Zonas Urbanas do município de Caicó - RN



Autor: Jaedson Zeferino de Araújo, 2021.

Assim, todos esses fatores beneficiam o crescimento urbano, com agentes econômicos, como o imobiliário, promovendo um processo especulativo do solo urbano. Partindo desse contexto, as áreas centrais passam a apresentar custos muito dispendiosos, o que torna a aquisição e ocupação inviável pela população em estado de vulnerabilidade social.

E na conjuntura espacial caicoense, uma parcela considerável da população em situação vulnerável socialmente acabou ocupando a porção oeste, situada na região dos Rios Barra Nova e Seridó, numa área desconsiderada pelo capital imobiliário caicoense, com grandes precariedades ambientais e sociais.

E o processo de expansão urbana para a atual Zona Oeste de Caicó ocorreu a partir da constituição econômica baseada na produção algodoeira, em meados do século XX (MORAIS, 1999; FARIA, 2010), onde empreendimentos de manufatura do algodão foram instalados em alguns destes pontos do espaço caicoense (CLEMENTINO, 1987). E a população que realiza atividades trabalhistas nestes empreendimentos inicia a ocupação de áreas segregadas pelo capital dominante local, correspondendo a atual porção Oeste da área urbana caicoense.

Este processo de ocupação das áreas periféricas a Oeste da zona urbana de Caicó amplia-se a partir da decadência algodoeira, nos anos 1970, uma vez que Caicó reduz sua dinâmica econômica no contexto estadual, levando a uma redução considerável no seu poderio político-econômico (FARIA, 2010).

Com isso, há um empobrecimento ainda maior da população e as áreas periféricas do espaço urbano caicoense são largamente ocupadas pela população mais excluída socialmente, num processo ampliado nas décadas seguintes. Apesar de algumas políticas habitacionais recentes, como o “Minha casa, minha vida”, direcionada no início dos anos 2000, numa parceria entre os poderes municipal estadual e federal, objetivando fornecer moradia para famílias de baixa renda, as mesmas não foram suficientes para reduzir fortemente o considerável déficit habitacional para a população caicoense menos favorecida economicamente.

Além disso, a construção recente de alguns destes conjuntos habitacionais, como o “Nova Caicó”, ocupado a partir de 2009, via recursos do programa “Minha casa, minha vida”, advém da existência de parcelas de solo com reduzido custo, as quais foram cedidas pela administração municipal caicoense, num terreno situado nas proximidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, sendo o referido conjunto utilizado muito mais como um “aglutinador espacial” entre o IFRN e o restante da cidade, numa evidente processo de apropriação urbana do que propriamente como uma possibilidade ampla de redução do déficit habitacional.

Deste modo, fica evidente que a segregação socioespacial é uma problemática eminente no modo capitalista de produção, consequência de uma reprodução desigual e contraditória deste sistema econômico, conduz a uma ampliação na escassez de políticas públicas e sociais mais abrangentes e eficazes.

Embora ocorram avanços, como os projetos sociais anteriormente destacados, como o “Minha casa, minha vida”, que visaram beneficiar a população segregada com a distribuição de moradias e a consequente criação e fundação de novos conjuntos habitacionais, a situação da população de baixa renda caicoense, em especial na Zona Oeste da área urbana de Caicó, continua precária, devido ao

descaso e falta de planejamento do poder público, aprofundando um processo segregatório que poderá ser minimizado com políticas públicas de educação, saúde e constituição de uma infraestrutura plena nestes novos pontos do espaço urbano. Deste modo, a presente pesquisa, ao buscar analisar o processo de constituição da segregação socioespacial na porção Oeste de Caicó, levou em consideração o histórico de ocupação espacial destas áreas, o qual evidencia a desigualdade da infraestrutura e equipamentos urbanos presentes frente as outras regiões urbanas caicoenses, evidenciando as disparidades existentes, como será visto mais adiante, após a exposição dos procedimentos metodológicos.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento e realização da presente pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos relativos a Geografia Urbana, em especial documentos relativos a compreensão teórica relativa aos processos de segregação socioespacial urbana, baseando-se em autores como, Milton Santos (1987; 2001); Flávio Vilaça (2001); Ana Fani Alessandri Carlos (2007), David Harvey (2014), dentre outros pesquisadores.

Além disso, a partir da utilização de autores como Faria (2010) e Moraes (1999), houve a busca da compreensão do histórico de ocupação da Zona Oeste caicoense, bem como realizar alguns apontamentos acerca da ausência da infraestrutura e equipamentos urbanos presentes nesta área, reiterando, assim, o processo segregatório no espaço urbano caicoense.

Também foram realizados levantamentos documentais em organismos públicos, buscando compreender a segregação socioespacial como problemática eminente no modo capitalista de produção, consequência de uma reprodução desigual e contraditória deste sistema econômico, conduzindo a uma ampliação no entendimento acerca da escassez de políticas públicas e sociais mais abrangentes e eficazes.

Assim, a partir da realização de tais pesquisas, associado a visitas de campo in loco, a presente pesquisa científica buscou uma análise mais aprofundada sobre a constituição espacial do processo segregatório em Caicó – RN.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa, tornou-se possível compreender os processos de segregação socioespacial no espaço caicoense a partir de uma análise sobre a dinâmica do processo da segregação socioespacial da Zona Oeste caicoense, em seu atual processo de segregação socioespacial, sendo possível compreender se tais problemáticas poderão ser minimizadas com políticas públicas que efetivamente possibilitem a esta população maiores e melhores oportunidades de crescimento social e intelectual, algo ainda distante num sistema tão desigual como o capitalista.

Ficou evidente que a periferia não tem o mesmo apreço pela assistência do Estado e dos atores que produzem o espaço, evidenciando fragilidades da infraestrutura cidadina e ampliando os níveis de vulnerabilidade socioeconômica, a partir do proeminente processo de segregação socioespacial na Zona Oeste caicoense (SALVADOR E BRITO, 2018).

E esta discussão foi reforçada durante a pesquisa bibliográfica e de campo, onde foi possível evidenciar, *in loco*, as considerações realizadas pelas pesquisadoras Luziana Nunez Queiroz, Ione Diniz Morais e Magdi Agmed Aloufa (2018), as quais discutiram acerca dos problemas decorrentes da expansão urbana de Caicó, como as precárias condições de vida da população residente em áreas periféricas, e as consequências sociais, econômicas e ambientais, em especial as vulnerabilidades socioeconômicas nos grupos sociais estudados.

Deste modo, o estudo acima destacado consolidou o que foi observado e apurado durante a pesquisa de campo, a qual apontou que a Zona Oeste caicoense apresentava o IVSB - Índice de Vulnerabilidade Socioeconômico baixo, evidenciando que a localização periférica e a concentração de populações de menor poder aquisitivo, são consequências de uma menor intervenção de políticas públicas nestas áreas periféricas, com a segregação socioespacial passando a ser evidente e real (QUEIROZ, MORAIS E ALOUFA, 2018).

Assim, na análise acerca do espaço urbano caicoense e os processos segregatórios no mesmo, ficou evidente a tendência de cidades contemporâneas globalizantes, a partir de um espaço urbano fragmentado e perpassado por relações socioespaciais frágeis, reforçado pelo fato dos produtores do espaço investirem intencionalmente na infraestrutura urbana em áreas com maior acessibilidade locacional a serviços e locomoção, interferindo na geração de espaços hierarquizados e susceptíveis a segregação socioespacial, privilegiando um grupo e negligenciado outro, tornando perceptível a presença de estratos sociais com perfis socioeconômicos distintos que habitam, perpassam e usufruem desse espaços citadinos desiguais.

Além disso, os bairros da cidade, como um espaço urbano capitalista possuem uma lógica de produção e reprodução voltado à valorização e/ou desvalorização do capital em determinados pontos do espaço urbano, possui uma menor assistência pelo Estado e os Agentes Hegemônicos capitalistas.

Logo, a Zona Oeste caicoense possui escassez nos serviços básicas e direitos humanos, demonstrados na degradação de algumas áreas, baixo investimento em infraestrutura e alocação de recursos para obras de mobilidade, educação, saúde, precariedade no saneamento básico, além da presença de moradias de baixo nível ou subnormais, habitadas por grupos sociais excluídos, de baixo poder aquisitivo, os quais ocupam áreas de moradia irregular.

Assim, a realidade da construção do espaço urbano de Caicó, se assemelha a tantas outras configurações espaciais de cidades médias do semiárido brasileiro, guiadas pelo sistema capitalista que fundamenta a construção desses espaços, carrega em suas entrelinhas diversas desigualdades entre os territórios intraurbanos, uma vez que a supremacia do capital e dos investimentos privados em detrimento do público e do coletivo transforma a cidade capitalista cada vez mais em um espaço de segregação e fragmentação das relações (CARLOS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa cidade capitalista, as dicotomias existentes entre centro e periferia, as vulnerabilidades socioeconômicas e as segregações socioespaciais, acabam por desencadear a exposição de grupos com baixo padrão socioeconômico a ocuparem cada vez mais áreas da cidade em condições precárias quanto ao que se refere à moradia, ou segurança habitacional, em especial dada a escassa presença do funcionamento dos serviços públicos e privados e a consequente precariedade social destas áreas que correspondem a considerável porção do espaço urbano caicoense, uma vez que não há políticas pública efetivas que possibilitem a população de baixa renda a garantir o direito a moradia.

Desta forma, ao compreender e informar sobre a dinâmica do processo da segregação socioespacial da Zona Oeste caicoense, em seu atual processo de segregação socioespacial, evidencia-se que estas problemáticas poderão ser minimizadas com políticas públicas que efetivamente possibilitem a esta população maiores e melhores oportunidades de crescimento social e intelectual, algo ainda distante num sistema tão desigual como o capitalista.

Assim, as dicotomias existentes entre centro e periferia, as vulnerabilidades socioeconômicas e as segregações socioespaciais, acabam por desencadear a exposição de grupos com baixo padrão socioeconômico a ocuparem cada vez mais áreas da cidade em condições precárias quanto ao que se refere à moradia, ou segurança habitacional (CARLOS, 2007).

E como afirma Flávio Villaça (2001), a mesma resulta de luta de classes ou disputa por território, onde as classes e os grupos sociais tendem a se concentrar em diferentes regiões do espaço urbano, deixando evidente seus contrastes.

Logo, os perfis socioeconômicos dos grupos sociais urbanos estão evidentes e materializados na localização e acessibilidade dos fixos e fluxos a partir da produção e reprodução do capital na infraestrutura, moradia, acesso a bens e consumo, ou seja, a segregação existe na forma de separação social ou apresentam graus de dificuldade de acesso existentes entre os espaços, o que Santos e Silveira (2001) vão chamar de subespaços luminosos, intermediários e opacos.

Assim, na intrínseca e dialética relação entre a cidade e o capital, a concentração e a distribuição de renda, riquezas, bens, são alguns dos elementos que caracterizam o sistema de estratificação social

ocorrido no espaço urbano, com cidades, no atual contexto neoliberal e globalizante, cada vez mais individualistas, fragmentadas, divididas, fragmentadas e propensas a conflitos, onde os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão inscritos nas formas espaciais das cidades (HARVEY, 2014).

Portanto, a necessidade de trazer a comunidade acadêmica e a sociedade civil a discussão acerca da Segregação Socioespacial, os quais, no contexto caicoense, ainda foram pouco discutidos e debatidos cientificamente, são bastante necessários, tendo em vista as graves e eminentes consequências da precariedade de serviços coletivos e do escasso investimento, pelo poder público, em infraestruturas nas áreas menos favorecidas no espaço urbano, que, deste modo, provocam a desproteção social das comunidades mais carentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade.** Dourados. UFGD, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo. Contexto, 2007.
- CARVALHO, José Alberto Magno de. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil.** Belo Horizonte. UFMG. 2004
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista do algodão e o capital comercial.** Natal, EdUFRN, 1987.
- FARIA, Carlos Eugênio de. Faria. **Os eventos geográficos e a expansão urbana de Caicó: desigualdades e coexistências na URBE.** Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN, Natal, 2010 (Dissertação de Mestrado).
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre; **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas,** 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Imediatas e Intermediárias.** Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2018.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial,** Brasília: Editora do Senado, 1999.
- QUEIROZ, Luziana Nunez; MORAIS Ione Rodrigue Diniz. ALOUFA, Magdi Agmed. **Expansão Urbana e Vulnerabilidade Socioeconômica: cartografia da cidade de Caicó/RN.** Revista Desenvolvimento em Questão Editora Unijuí, Ano 16, n. 45. out./dez. 2018.
- SALVADOR, Diego Salomão Cândido de Oliveira; BRITO, Diogo. M. **Planejamento e Ordenamento do Território Urbano de Caicó (RN) na atualidade.** Geografia em Questão. v.11, n. 01, 2018
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão,** São Paulo, Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, M. M. N. et al. **Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano.** In: Revista Monografias Ambientais – REMOA, do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, Santa Maria, v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio nobel: FAPESP. 2001.

BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE (CE): A RELIGIÃO E O URBANO

Gerlane Gomes da Rocha
Cláudio Ubiratan Gonçalves
Carlos José dos Santos Freitas

RESUMO

A cidade de Juazeiro do Norte localizada ao sul do Ceará na região do Cariri exerce um papel central no cenário religioso regional. Essa influência é resultante de processos históricos como a presença do Padre Cícero Romão personagem de uma conjuntura político-religiosa que deu início ao processo de formação territorial e crescimento urbano local. Juazeiro também protagoniza uma influência socioeconômica na Região metropolitana do Cariri e apresenta um processo de urbanização dinâmico. O presente trabalho busca analisar esse processo por meio de uma pesquisa qualitativa fundamentada em um levantamento bibliográfico, assim como na análise das informações e dados fornecidos por órgãos do município de Juazeiro do Norte e do Estado do Ceará. Nota-se ainda que a relevância da análise da cidade de Juazeiro do Norte tanto do ponto de vista urbano quanto religioso se estabelece devido a impossibilidade de dissociar essas questões do estudo de formação territorial e da história deste local.

Palavras-chave: Juazeiro do Norte; Padre Cícero Romão; Religião; território;

ABSTRACT

The city of Juazeiro do Norte located south of Ceará in the Cariri region plays a central role in the regional religious scene. This influence is the result of historical processes such as the presence of Father Cícero Romão, a character of a political-religious conjuncture that started the process of territorial formation and local urban growth. The protagonist also has a socio-economic influence in the Metropolitan Region of Cariri, an urbanization process, and presents one. The analyzed work seeks this process through qualitative research presented in a bibliographic survey, as well as data provided by agencies in the municipality of Juazeiro do Norte and the State of Ceará. It is noted that the history of the North caused both the analysis of the city of Juazeiro and the formation of questions of territorial study and religious formation.

Keywords: Juazeiro do Norte; Father Cicero Romão; Religion; territory;

INTRODUÇÃO

A cidade de Juazeiro do Norte localizada ao sul do Ceará na região do Cariri teve uma influência precursora no cenário urbano estadual. Enquanto que cidades circunvizinhas às suas intermediações emergiram a partir de localizações privilegiadas e/ou proximidades das áreas produtivas, Juazeiro do Norte (CE) surge, primeiramente, como lugar de descanso dos viajantes e comerciantes, acompanhado, posteriormente, de um fenômeno religioso, protagonizado pelo Padre Cícero Romão Batista e pela beata Maria de Araújo (PEREIRA, 2012).

Esse acontecimento reorienta o espaço geográfico de Juazeiro do Norte (CE) e possibilita o povoamento do local por diversos sertanejos que migram para a região em busca da proteção do Padre Cícero que começava a se erguer como um santo popular. A partir de então diversos fatores culminam na estruturação urbana local. Posteriormente, depois da suspensão das ordens sacerdotais do Padre Cícero, a cidade tomou novos rumos por intermédio da liderança política deste que passou a exercer um poder popular. No cenário atual essa cidade ocupa um papel estratégico no comércio e turismo da região do Cariri. O turismo religioso aproveita a simbologia e o significado sagrado presente na cidade para transformar isso em retorno econômico tanto atingindo os romeiros quanto os demais turistas que não tem necessariamente um vínculo religioso com essa espacialidade.

Nesse sentido, devido à relevância e representatividade cultural, urbana e socioeconômica da cidade de Juazeiro do Norte (CE) objetiva-se ao longo deste artigo analisar brevemente o seu processo de formação territorial, religioso e urbano a partir da influência religiosa do Padre Cícero. A fim de atingir esses apontamentos têm-se três eixos de análise. De modo inicial buscou-se apresentar a origem da cidade de Juazeiro e a influência da figura do Padre Cícero Romão nesse processo. Em seguida foi apresentado o panorama da atual conjuntura urbana de Juazeiro do Norte (CE), com destaque também para a Região metropolitana do Cariri. Por fim, relaciona-se o território com a expressão simbólica da religiosidade existente na cidade de Juazeiro do Norte.

A metodologia utilizada baseia-se em dados qualitativos que tem como foco a análise do processo histórico e geográfico da formação da cidade de Juazeiro do Norte. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a construção socioespacial dessa cidade, com destaque para os seus fatores urbanos, econômicos, turísticos, religiosos e a influência do Padre Cícero Romão nessa dinâmica. Também buscou-se estudar reportagens e informações fornecidas por órgãos do município de Juazeiro do Norte e do Estado do Ceará, como por exemplo a Secretaria de Turismo e Romaria e a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará. Somando-se a esses fatores, foram analisados dados do censo do IBGE (2010) referentes a população desta cidade e a sua distribuição em relação à crença religiosa.

Esses processos estão alinhados com a sistematização dos dados obtidos para a elaboração de gráficos e mapas referentes à área de estudo.

Padre Cícero Romão e a formação territorial da cidade de Juazeiro do Norte (CE)

O Nordeste brasileiro compõe um conjunto regional repleto de singularidades religiosas e culturais, o que pode ser percebido, por exemplo, nas manifestações de messianismo religioso. Um dos casos mais emblemáticos na região é a devoção ao Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), que acarretou em movimentos de peregrinação em direção a cidade de Juazeiro do Norte (CE).

Como destaca Oliveira (2008) e Lima (2017) Cícero Romão Batista nasceu no município do Crato, Ceará, em 24 de março de 1844, era filho de Joaquim Romão Batista e Joaquina Vicência Romana. Ao longo da sua vida exerceu funções no ramo eclesiástico, foi ordenado no dia 30 de novembro de 1870, e no campo político tendo sido prefeito da cidade de Juazeiro do Norte (CE) e grande figura de poder político na espacialidade nordestina.

A primeira missa ministrada pelo Padre Cícero em Juazeiro* ocorreu em 24 de dezembro de 1871. Depois disso muda-se no ano seguinte definitivamente para o povoado que na época ainda era pertencente ao município de Crato† e possuía poucas habitações. O jovem padre começou a missionar pela região e logo conquistou alguns seguidores e admiradores locais. Contudo, o fato que marcou o seu reconhecimento em outras localidades do Nordeste e chamou atenção da Igreja Católica foi o acontecimento incomum ocorrido em 11 de novembro de 1889 (LIMA, 2017). Sobre esse episódio Marques (1999) destaca que:

Naquela data, ao participar de uma comunhão geral, oficiada pelo Padre Cícero Romão Batista, na capela de Nossa Senhora das Dores, a beata Maria de Araújo ao receber a hóstia consagrada, não pôde degluti-la, pois, a mesma transformou-se em sangue. O fato repetiu-se outras vezes, e o povo crédulo achou que se tratava de um novo derramamento do sangue de Jesus Cristo e, portanto, um milagre autêntico. (MARQUES, 1999, p.13).

Com a repercussão desse caso, imigrantes em sua maioria sertanejos de regiões da caatinga nordestina, foram para essa localidade objetivando conhecer, obter conselhos e proteção do Padre Cícero Romão. Em consequência disso alguns acabaram se instalando na região o que possibilitou o crescimento significativo do povoado. Posteriormente a cidade de Juazeiro do Norte (CE) se tornou um dos principais centros religiosos do país, com a realização de procissões, missas, novenas e

* Em 1827, o padre Pedro Ribeiro de Carvalho construiu uma capela num local denominado Tabuleiro Grande em frente a um frondoso juazeiro, daí popularmente é a origem do nome da cidade.

† Cabe salientar que mesmo que o sentimento separatista tenha aumentado no início do século XX) - advindo do crescimento do povoado e da influência regional - a emancipação da do povoado ocorreu somente em 22 de julho de 1911 por meio da lei n° 1.028, com isso a vila criada passa a se chamar oficialmente de Juazeiro. Já a lei Estadual n.º 1.178, de 23 de julho de 1914, eleva a vila de Juazeiro à categoria de cidade. A denominação "Juazeiro do Norte" só se consolidou em 30 de dezembro de 1943, com o Decreto Estadual n° 1.114 (IBGE).

peregrinações periódicas. Além disso, outro atrativo para o deslocamento populacional em direção a essa região foi a fama do caráter caridoso e protetor dos empobrecidos que a figura do Padre Cícero consolidou.

A partir disso Juazeiro do Norte (CE) passa por um considerável processo de crescimento populacional, de produção agrícola, comercial e sobretudo da indústria artesanal, o que influencia também o crescimento de outras cidades do Cariri cearense. Comparativamente destaca-se que em 1875, o povoado tinha apenas 2 mil habitantes e poucas construções, sendo essas em parte bastante precárias. Em 1909 já se somavam mais de 10 mil habitantes, a cidade contava com um plano urbanístico bem estruturado e o crescimento do comércio era constante em especial a questão artesanal (DELLA CAVA, 1985. Apud OLIVEIRA 2009).

Em contrapartida, a crescente atração de romeiros e o aumento do prestígio do Padre Cícero no Nordeste preocupava a Diocese local, incitando um processo de forte perseguição pela Igreja Católica ao religioso, culminando mais tarde com a suspensão das ordens de Padre Cícero e a sua consequente elevação de homem caridoso e religioso para santo no imaginário popular (OLIVEIRA, 2008). Sendo assim impulsionado por esse processo começa a desenvolver formalmente suas atividades políticas tendo ocupado o cargo de prefeito da cidade de Juazeiro por 12 anos, além de ter exercido influência na política do Estado do Ceará, com o apoio da oligarquia coronelista local formada pela família Accioly. A respeito desse aspecto Oliveira (2009) relata que:

Devido a sua influência consolidada através de alianças políticas estabelecidas, Padre Cícero conquistou ainda mais poder. Continuando sua trajetória política, ele chegou a terceiro Vice-Presidente do Ceará (1912); Deputado Federal (1926) e ainda Senador, não chegando a assumir o cargo devido a doenças e a idade avançada, contando na época da eleição com 82 anos de idade (OLIVEIRA, 2009, p.158).

Esse processo, como analisa Pontes (2021b), está inserido em mecanismos de dominação e produção do espaço geográfico a partir do dogmatismo religioso e tende a ser utilizado para a manutenção de estruturas de poder. Sobre a gestão do Padre Cícero ocorreu um processo de desenvolvimento considerável das suas estruturas urbanas de Juazeiro do Norte com a construção de estradas, açudes e fábricas. Dessa forma ao longo do século XX a cidade foi se constituindo, por intermédio também do apoio das oligarquias e coronéis da região etc, como um centro comercial e turístico. Progressivamente passou a exercer um certo protagonismo em relação a outros municípios locais, o que criou uma rivalidade territorial no vale do Cariri (OLIVEIRA, 2009).

Com a morte do Padre Cícero aos 90 anos de idade, no dia 20 de julho de 1934, uma série de rumores se alastrou pela região, bem como questionamentos referentes a manutenção do crescimento

econômico, ao futuro político da cidade e a duração da devoção ao seu principal benfeitor, como afirma Marques (1999):

Ao morrer, no dia 20 de julho de 1934, aos 90 anos ... apregoavam que, morto o ídolo, a cidade que ele fundou e a devoção à sua pessoa acabariam logo. Enganaram-se. A cidade prosperou e a devoção aumentou. Até hoje, todo ano, religiosamente, no Dia de Finados, uma grande multidão de romeiros, vinda dos mais distantes lugares do Nordeste, chega a Juazeiro para uma visita ao seu túmulo, na Capela do Socorro (MARQUES, 1999. p.22)

Esse processo de devoção produzido por meio de romarias que aumentaram ao longo do tempo, como bem salienta Marques (1999), auxiliou a consolidar a cidade de Juazeiro do Norte (CE) como um polo regional. Por causa disso, outros setores dessa cidade passaram a se desenvolver e aperfeiçoar os seus serviços.

A Cidade do Juazeiro do Norte (CE) como um polo econômico e regional

A cidade de Juazeiro do Norte completou em 2011 um século da sua emancipação. Nesse percurso, o espaço geográfico local se dinamizou consideravelmente, passando de um pequeno povoado até se tornar um importante centro urbano. Esse fato se deu mediante as transformações sociais, econômicas e sobretudo urbanas que afetaram a cidade e intensificaram o seu crescimento.

Em relação ao conceito de urbano Carlos (2003) defende a sua discussão para além do processo meramente produtivo, desse modo elabora a seguinte definição:

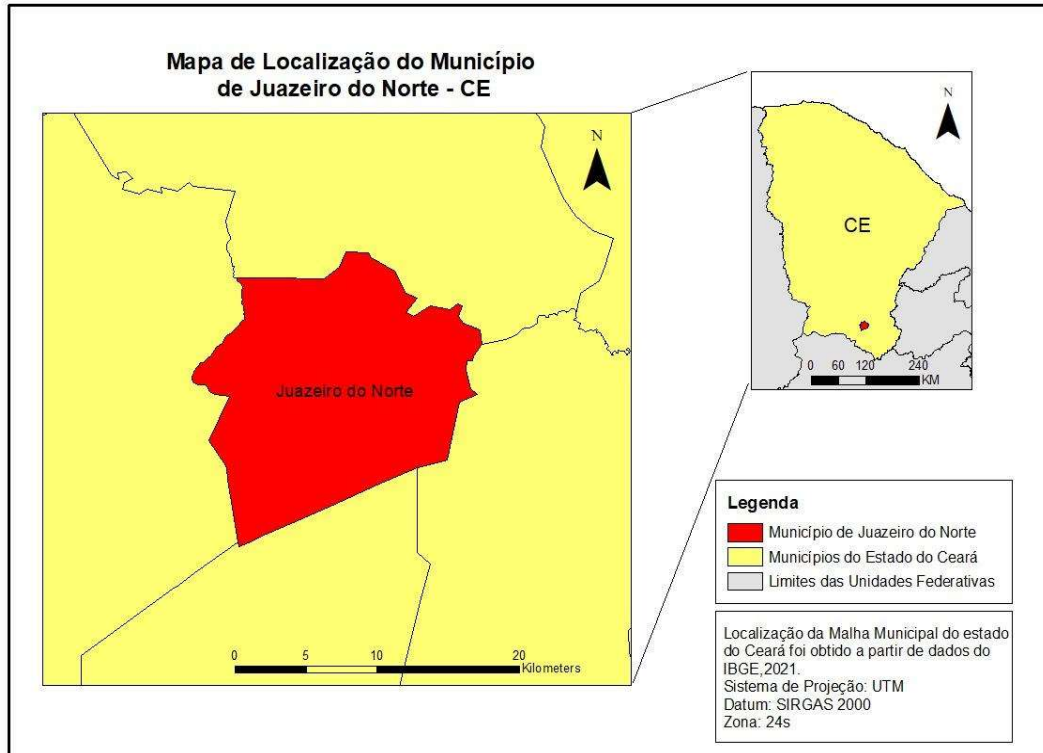
Um produto do processo de produção de um determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, refletir, enfim, é um modo de vida. (CARLOS, 2008, p. 84).

Nesse aspecto, o tempo como categoria de análise fundamental para a compreensão das configurações atuais, conforme Abreu (1988), deve ser analisado em conjunto com as dinâmicas sociais, pois atua nas modificações urbanas de Juazeiro. Ainda, a partir da análise sobre o urbano realizada por Carlos (2008) evidencia-se a característica particular da cidade de Juazeiro do Norte que influencia toda a sua rede urbana hierárquica e reflete no “modo de vida” da população local, o processo histórico de devoção religiosa em volta da figura do Padre Cícero. Contudo, transcendendo esse fator original nos últimos anos o desenvolvimento das relações produtivas dessa cidade se diversificou juntamente com a estrutura urbana que passa a influenciar as áreas intermediárias consolidando o seu poder regional.

Em termos localizacionais, Juazeiro do Norte, está situado na região do Cariri, no extremo sul do Ceará (Figura 1) e é hoje a terceira maior cidade em número populacional do estado, 276.264 mil habitantes, tendo uma extensão territorial menor do que outras cidades limítrofes (IBGE, 2010).. Assim assume um papel relevante dentro da rede de hierarquia urbana local, pois polariza as cidades intermediárias criando um centro de influência comercial e turístico etc. Em relação ao conceito de pólo

de desenvolvimento, Andrade (1987) destaca que Perroux, partindo do conceito econômico de espaço, admite que esse pode ser visto sob três perspectivas: espaço econômico como conteúdo de um plano; como um conjunto homogêneo e como um conjunto de forças. Disso surgem os três tipos de regiões econômicas: a região plano, a região homogênea e a região polarizada. Essa última região pode ser entendida como a interdependência existente entre várias áreas que acaba por centralizar fluxos econômicos, comerciais e de pessoas.

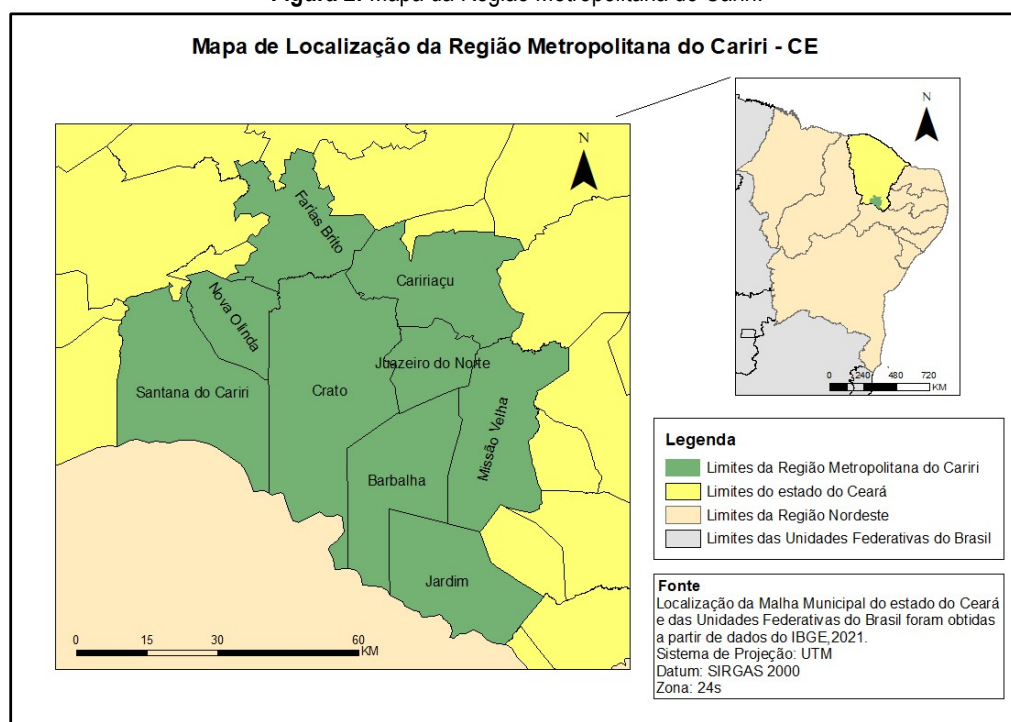
Figura 1: Mapa de localização do Município de Juazeiro do Norte (CE)



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores, 2022.

A Região Metropolitana do Cariri (RMC) foi composta de modo inicial pelo aglomerado urbano em processo de conurbação entre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, chamado antigamente de triângulo CRAJUBAR. Conforme a Secretaria das Cidades do Ceará, a Região Metropolitana do Cariri foi criada com a finalidade de reduzir as disparidades econômicas entre a capital e o interior do Estado, visando também ampliar o nível de investimento local e minimizar o desenvolvimento desigual presente nesta região. Atualmente fazem parte da RMC (figura 2) também os seguintes municípios limítrofes: Caririaguçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri (IBGE, 2010). Dentro desse contexto, a cidade de Juazeiro do Norte representa uma maior importância econômica, turística e política nessa região.

Figura 2: Mapa da Região Metropolitana do Cariri.



Fonte: Secretaria das cidades do Estado do Ceará, 2020. Elaboração dos autores.

A cidade, que hoje é um polo da região do Cariri, despontou como já citado devido ao turismo religioso, em volta da mística figura do patriarca Padre Cícero. Por ano, de acordo com a Secretaria de Turismo e Romaria de Juazeiro do Norte, milhões de pessoas visitam a cidade em época de romarias, sendo as quatro maiores a Romaria da Nossa Senhora das Candeias; Romaria do Padre Cícero; Romaria da Nossa Senhora das Dores; e Romaria de Finados. Contudo, devido a pandemia do Covid-19 as grandes celebrações religiosas em Juazeiro do Norte foram suspensas entre os anos de 2020 e 2021, o que causou um impacto econômico para a economia local que depende de forma majoritária do setor de serviços ligado ao turismo religioso.

Diante do desenvolvimento regional de Juazeiro do Norte percebe-se que o turismo religioso foi o grande impulsionador hegemônico da economia da cidade durante décadas. Contudo, atualmente o turismo divide a sua contribuição no desenvolvimento local com grandes empresas, expansão de fábricas e indústrias, especulação imobiliária e a consolidação do polo universitário, fatores que juntos, constroem a economia de uma das maiores cidades do Ceará.

Território e religiosidade

O território é mais do que o espaço propriamente dito, pois está composto por relações de poder construídas pelos sujeitos que dele se apropriam (Raffestin, 1993). Além disso, é um dos conceitos basilares da ciência geográfica e a sua análise é essencial para entender a dinâmica de pertencimento encontrada na cidade de Juazeiro do Norte. Com isso destaca-se em consonância com Andrade (2004)

que ao criar mecanismos de identidade em um determinado território se possibilita em contrapartida a valorização desse e a sua conseqüente manutenção o que pode-se entender como territorialidade. Relacionado a isso Abreu (1998), aponta que a memória coletiva sobre determinado lugar e seus conjuntos de informações e preservações auxilia nesse processo de identificação, muitas vezes ligados a aspectos do passado.

Outra faceta que pode influenciar esse cenário são os vínculos simbólicos com o território a respeito da religião, por exemplo. Nessa linha de pensamento Santos e Solla (2006) definem o território do ponto de vista religioso como um lugar que ao longo do tempo, de forma persistente, é utilizado pelo ser humano para as suas atividades religiosas, tornando-se um espaço simbólico e de referência para um determinado grupo social que passa a se apropriar da sua totalidade.

Assim pode-se caracterizar a cidade de Juazeiro do Norte para além de um polo regional como um território religioso que atrai turistas, fiéis e romeiros de toda a região Nordeste para as suas celebrações, igrejas, santuários, museus, monumentos e feiras de artesanato. Sobre essa questão é relevante pontuar também uma das mais emblemáticas atrações turísticas da cidade, a estátua do Padre Cícero, que foi inaugurada em 1969 e está localizada do topo da colina do Horto, ponto mais alto de Juazeiro (PONTES, 2021a). Até mesmo antes do início do projeto arquitetônico alguns romeiros frequentavam o Horto por acreditarem na espiritualidade deste lugar, já que era um refúgio para o Padre Cícero. Nota-se então a origem religiosa e subjetiva que está instalada nesse ponto turístico, um exemplo de vários outros locais dessa cidade.

Outros exemplos de pontos turísticos ligados a religião são a Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; o Santuário de São Francisco das Chagas; a Praça dos Romeiros; a Basílica de Nossa Senhora das Dores; o Memorial Padre Cícero; o Casarão do Horto e o Museu Vivo do Padre Cícero. Esses espaços são considerados por Pontes (2021b) como “lugares-convergentes de religiosidade popular”. Nesse sentido, para o autor esses locais são representados para além da normativa cristã Católica Apostólica Romana e passam pela pluralidade de sujeitos e culturas envolvidas na construção da religiosidade no sertão nordestino, em especial no sertão cearense. Evidencia-se de modo geral que esses atrativos turísticos estão estruturados numa rede de distribuição de bens simbólicos e geossímbolos que têm em comum a relação com a religião e com a figura do Padre Cícero.

Nota-se ainda, segundo a análise da Geografia Urbana Histórica de Abreu (1998), que o passado se materializa na paisagem a partir das instituições de memórias (igrejas, arquitetura, museus, monumentos etc.) e nas práticas culturais do cotidiano. Assim a dimensão econômica desses bens existe devido ao significado de revelação do sagrado que expressam. Destaca-se, em consonância com

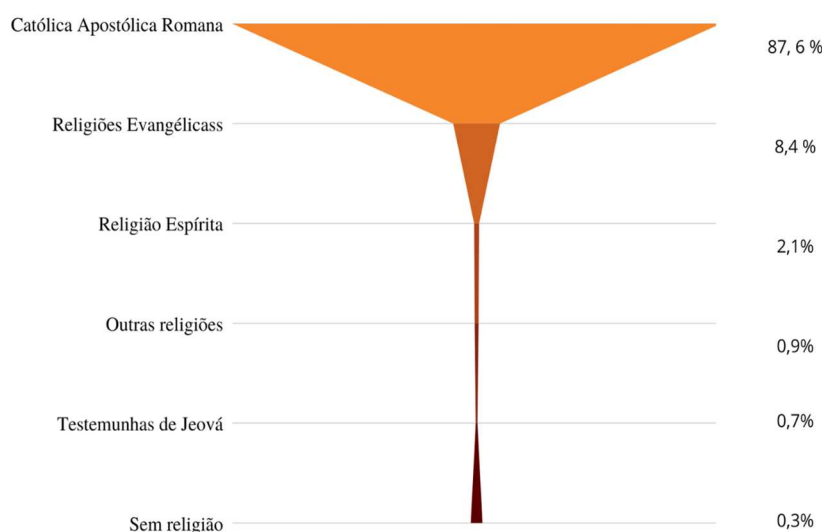
Rosendahl (2005), que o território religioso se constitui, como um sistema dotado de estruturas específicas, incluindo um modo de distribuição espacial e de gestão de espaço. Desse modo, seguindo essa discussão Pontes (2021a), ressalta que a ligação do trabalho e da fé proporcionada pelo entrelaçamento dos espaços sagrados e econômicos serviram como um alicerce para a formação territorial e posterior crescimento da cidade de Juazeiro.

Ademais cabe salientar que ao longo do tempo o território passa por constantes processos de ampliação, crescimento e urbanização, isso não foi diferente com a cidade de Juazeiro do Norte (CE). Esse espaço passou por diversas mudanças na sua infraestrutura urbana. O romeiro devido ao caráter contínuo das suas visitas pode presenciar o processo de modificação territorial resultante do crescimento elevado da economia interna da cidade de Juazeiro do Norte, principalmente na última década, quando ocorreu a ampliação da estrutura turística, dos serviços e também dos transportes locais.

Pontua-se que compete diversas vezes aos organizadores desse tipo de turismo, a sistematização e divulgação de várias atividades como encontros, celebrações religiosas, espetáculos artísticos de cunho religioso, roteiros de fé, entre outros (SOUZA e PINHEIRO, 2014). As políticas públicas de incentivo ao turismo que propiciam essas reordenações espaciais são construídas por órgãos específicos do município de Juazeiro, mas recebem clara influência também do ramo eclesiástico, ocorrendo em alguns casos divergências entre esses dois poderes locais, fato recorrente no cenário histórico dessa cidade.

Para compreender melhor a influência da religiosidade no território de Juazeiro do Norte e o consequente impacto disso na gestão local deve-se analisar também a composição religiosa da cidade. Segundo os últimos dados do Censo demográfico (IBGE, 2010) 87,6% da população residente em Juazeiro se identifica como pertencente à religião Católica Apostólica Romana (218.944 pessoas). As religiões evangélicas estão em segundo lugar com 8,4% (20.994 pessoas), seguidas da parcela da população sem religião, com 2,1% (5.361 pessoas), da religião espírita com 0,9% (2.284 pessoas), outras religiões somam o total de 0,7% (1668 pessoas) e Testemunhas de Jeová com 0,3% (690 pessoas), como apresentado no figura 3 abaixo.

Figura 3: Gráfico da distribuição populacional da cidade de Juazeiro do Norte (CE) referente a identificação religiosa.



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração dos autores

Outra característica da população local é que a maior parte dessa se compõe historicamente de pessoas advindas de outros municípios intermediários e até mesmo de outros Estados nordestinos. Quadro demográfico proporcionado pelo messianismo presente na região e pelo posterior desenvolvimento econômico e industrial da cidade de Juazeiro do Norte (CE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A devoção popular ao Padre Cícero Romão foi um fator essencial para a construção da maior cidade do sul do Ceará, Juazeiro do Norte. A partir disso houve a integração de vários municípios limítrofes na Região metropolitana do Cariri, ocasionando num aglomerado urbano em potencial crescimento mediante relações econômicas, turísticas e comerciais etc. O turismo religioso exerceu e exerce um papel primordial na dinâmica local e regional de Juazeiro. Atualmente outros ramos também contribuem para o crescimento econômico da cidade como o comércio, o setor industrial e o polo universitário que atrai estudantes das regiões vizinhas.

A gestão territorial aproveita a simbologia e a religiosidade em torno da cidade para criar diversos mecanismos que potencializam essas características em retorno econômico realizada pelo município, mas sofre interferência da Igreja católica que possui influência histórica na região. Desse modo ao longo do tempo as estruturas urbanas foram modificadas e orientadas o que impulsionou o desenvolvimento e o reconhecimento de Juazeiro do Norte como um polo regional e um local de fé visitado por milhares de turistas e romeiros continuamente.

A relevância da análise da cidade de Juazeiro do Norte tanto do ponto de vista urbano quanto religioso se estabelece devido a impossibilidade de dissociar essas questões no estudo do espaço

geográfico e da história deste local. Por fim afirma-se a necessidade da discussão e aprofundamento dessa temática tendo em vista o crescimento econômico e populacional de Juazeiro do Norte na última década e o aumento da complexidade urbana da Região Metropolitana do Cariri.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, v. 14, p. 77-97, 1998.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo:Hucitec, 2004.
- ANDRADE, M.C. **Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4° ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- CARLOS, A. São Paulo: dinâmica urbana e metropolização. **Revista Território**, v. 11, p. 77-89, 2003.
- DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. trad. Maria Yedda Linhares. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LIMA, J.A. **Cícero Romão Batista: da canonização popular à canonização oficial**. Curso: Ciência da Religião. (Mestrado) - (PUC/GO) - Escola de Formação de Professores Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Goiânia. 2017.
- MARQUES, D. W. A. **Pequena biografia de padre Cícero**. Juazeiro do Norte: eBookLibris, 1999.
- OLIVEIRA, L.C. **Espaço urbano e turismo religioso: Avaliação da política de reordenamento do centro da cidade de Juazeiro do Norte-CE**. Pós-graduação em avaliação de políticas públicas, UFC. Fortaleza, 2008.
- OLIVEIRA, C. D. M., OLIVEIRA, L. C. Turismo e políticas públicas: Problemática urbana e mutações do sagrado em Juazeiro do Norte (Ceará-Brasil). **Terra Livre** - n. 33 (2): 155-170, 2009.
- PEREIRA, C. S. S. Transformações e Permanências no Processo de Estruturação Urbana de uma Cidade Média: Juazeiro do Norte - Ceará. Instituto de Geografia, UFU. Programa de Pós-graduação em Geografia. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 13, n. 42, 2012. p. 300-314.
- PONTES, B.M. P. Capítulo V – As Cidades Histórico-Religiosas do Nordeste. Juazeiro do Norte (Ceará). org. PONTES, B.M.S, CASTILHO, C.J.M. **As cidades históricas do Nordeste brasileiro**. Recife: Ed. UFPE, 2021a. p 213-237.
- PONTES, E. T. M. Lugares-convergentes de religiosidade popular: usos, desusos e abusos das geossacralidades nos sertões cearenses. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 22, n. 80. p. 253–266, 2021b.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. G. M. P; SOLLA, J.M. S. **Espiritualidade, turismo, território: estudo geográfico de Fátima**. Principia, 2006.
- SOUSA, A.; PINHEIRO, C. O papel do turismo religioso nos territórios - caso de lamego (portugal). In: **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**. 2014.
- IBGE. Juazeiro do Norte, Ceará. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/pesquisa/23/22107>. Acesso em 05/01/2022.
- SECRETARIA DAS CIDADES. Região Metropolitana do Cariri, Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>. Acesso em 05/01/2022.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E ROMARIA. Disponível em: <https://www.juazeironorte.ce.gov.br/secretaria.php?sec=16>. Acesso em 07/01/2022.

A CAMINHO DA CIDADE: CONFLITOS E MIGRAÇÃO DE MORADORES ATINGIDOS POR CONSTRUÇÕES DE BARRAGEM NO INTERIOR DO CEARÁ

Joalysson Severo Batista

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir os impactos socioculturais em comunidades tradicionais no Cariri cearense a partir da construção de megaprojetos e analisar como o desenvolvimento dessas construções no campo influenciam no processo de migração e que passa a modificar o modo de viver desses grupos atingidos por barragens. Trarei como foco para a discussão desse artigo um estudo de caso desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado desenvolvida entre anos de 2018 e 2020, se utilizando de entrevistas concedidas por moradores atingidos pela construção da barragem do sítio Cachoeira, situada no município de Aurora, no Cariri do Ceará. Isso nos ajudará a compreender como ocorreu o processo de construção de barragens, principal fator que impulsionou a migração de famílias para a zona urbana daquela região, impactou a vida nas comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Megaprojeto; modernização; migração; campo-cidade.

ABSTRACT

The present by challenging objectives for the traditional cultural impacts in Cariri cearense has the construction of megaprojects and how the development of constructions in the social field and work no process of change and that changes the way of living these groups affected by. I will focus on a discussion of this article a case study developed from the master's research developed between the years of construction of 2018 and 2020, using interviews from interviews carried out by residents affected by the dam of the Cachoeira site, located in the municipality of Aurora, in the Cariri from Ceará. This is the main factor in the construction of dams, which drove the migrations of families to a different urban zone, as the main impact of life in urban communities.

Key words: Megaproject; modernization; migration; countryside-city.

INTRODUÇÃO

O discurso de progresso e desenvolvimento vem ganhando destaque nas discussões acadêmicas nas últimas décadas, principalmente no campo das ciências humanas. Discutir urbanização, dicotomia campo-cidade, integralidade local/global, são focos de pesquisas que vêm sendo discutidos por historiadores, sociólogos, geógrafos, que buscam entender a narrativa construída em torno da noção de progresso, como também analisar as ações e os efeitos atrelados aos discursos proferidos pelos chamados “agentes do progresso”, sejam estes os grandes empresários/latifundiários ou o Estado, e que acabam por desencadear diversos conflitos envolvendo ideologias, conflitos por terra, desterritorialização e reterritorialização de novos espaços.

Dessa forma, propomos, no desenvolver deste trabalho, discutir apenas um dos diversos conflitos que surgiram atrelados ao discurso de progresso nos fins do século XX e início do século XXI no Ceará, a ideia de progresso presente nos discursos sobre a política de recursos hídricos. Nosso foco de pesquisa será analisar as injustiças com comunidades tradicionais presentes no discurso de progresso do “Governo das mudanças” a partir da construção de barragens no Cariri cearense, tomando como base a construção do açude Cachoeira, no município de Aurora, situado na mesorregião sul do Ceará, distante, em média, 340 km da capital Fortaleza. A obra foi iniciada em 1998 e concluída em meados dos anos 2000, atingindo os habitantes comunidade do sítio Cachoeira e adjacentes, provocando desterritorialização desses grupos, que rumaram para os mais diversos locais, a caminho da cidade (centro urbano).

O presente trabalho tem por objetivo discutir as injustiças socioculturais em comunidades tradicionais no Cariri cearense a partir da construção de reservatórios hídricos em territórios de comunidades tradicionais e analisar como as construções influenciaram no processo de migração desses grupos, impactando o modo de viver das comunidades atingidas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, trataremos de entrevistas obtidas a partir de trabalhos de campo como metodologia de pesquisa se utilizando dos diálogos desenvolvidos com moradores das comunidades atingidas pela construção do reservatório hídrico, relatando suas vivências, os conflitos pela permanência da terra e a mudança de vida após a conclusão da obra. Essas entrevistas se deram a partir da discussão sobre a construção de um reservatório hídrico na comunidade do sítio Cachoeira, no município de Aurora, desenvolvida na pesquisa de mestrado realizado entre os anos de 2018 e 2020 e que foram retomadas em 2021 com o início da pesquisa de doutorado, ampliando o campo de estudo para outras comunidades que também foram impactadas pelo chamado progresso da política de recursos hídricos dos “governos das mudanças” no Ceará durante pelo menos duas décadas.

Desse modo, desenvolver o trabalho de campo se faz relevante na compreensão das trajetórias dos “atingidos por barragem”, pois é a partir dela que podemos ouvir os atores sociais, considerados impasses nos projetos “modernizantes” e que são licenciados pelos dominantes, é dar voz a quem não teve o direito de falar diante das injustiças impostas pelo que chamam de progresso, é “reconstruir práticas, impasses, conflitos vividos através desse tortuoso processo de relembração” (MONTENEGRO, 2010, p.147).

Como embasamento teórico para o desenvolvimento desse trabalho buscaremos dialogar com autores do campo das ciências humanas, geógrafos, sociólogos, que nos ajudarão a compreender os conflitos que giram em torno da política de recursos hídricos e a significação do território, a dicotomia entre o uso da terra pelo capital e o uso da terra pelo camponês. Nesse sentido, adentraremos na discussão desenvolvida por Fernandes; Cassundé; Pereira (2018) sobre o “paradigma do capitalismo agrário” e o “paradigma da questão agrária”.

O processo de construção dos reservatórios hídricos gerou conflitos numa disputa entre o “paradigma do capitalismo agrário” e o “paradigma da questão agrária” (FERNANDES; CASSUNDÉ; PEREIRA. 2018). Nesse contexto, podemos compreender o paradigma do capitalismo agrário em compreender a terra como meio de produção e excedente atrelado às indústrias, como também ao Estado. Enquanto que o paradigma da questão agrária consiste em compreender a terra numa relação de cooperação entre o camponês e natureza, associado às pequenas comunidades rurais que se utilizam da terra como meio de subsistência para suas famílias.

A inserção da política de recursos hídricos nos territórios das comunidades acaba expulsando os camponeses de suas terras e realocando-os, geralmente, em locais escolhidos pelo Estado, são as chamadas Agrovilas, com espaços reduzidos e pouca terra cultivável. Muitos desses grupos impactados não suportam essa quebra de rotina e acabam migrando para a cidade, encontrando novos padrões socioculturais. Nesse sentido, “a migração rural-urbana também pode ser considerada como um fenômeno de mudança sociocultural que envolve a transformação dos padrões de comportamento vigentes nas comunidades rurais de onde provêm os migrantes”. (DURHAN, 1973, p.11)

Adentrando na discussão sobre migração e a relação rural-urbano faz-se importante destacar as contribuições da socióloga Eunice R. Durhan (1973) principalmente a partir do livro “A caminho da Cidade”, que envolve uma discussão acerca da quebra de padrões estabelecidos com a mudança campo-cidade, analisando como as políticas alicerçadas pelo capitalismo marginalizam determinados grupos sociais, segregando e gerando pobreza ao mesmo tempo em que se utiliza desses grupos como mão-de-obra para a manutenção de seu sistema.

Nessa perspectiva, dialogaremos com os autores acima mencionados envolvendo seus campos de pesquisa, além de outras mais leituras que surgirão ao longo da escrita/pesquisa afim de contribuir com o debate sobre a inserção das políticas neoliberais em territórios tradicionais, sejam estes alicerçados por grandes empresas e/ou também pelas ações do Estado.

O capitalismo e o discurso de progresso

Discutir o conceito de progresso é um tanto complexo, a ideia de progresso advém da modernidade e surge associado a algo positivo. Le Goff, um dos autores clássicos acerca do tema, nos traz análises interessantes para se entender essa associação progresso-modernidade-avanço positivo. Podemos compreender a partir dos escritos de Jacques Le Goff (1990) sobre o tema, ao discutir que a ideia de progresso emergiu junto com o iluminismo e desenvolveu-se ao longo dos séculos XIX e XX, levando em consideração os avanços científicos e tecnológicos daquele período. Dessa forma, surgiu a narrativa de que o progresso vem atrelado ao avanço, ao desenvolvimento, como algo linear:

Ao longo de todo este período o que, com avanços e recuos, favorece o nascimento da idéia de progresso são em primeiro lugar as invenções, a começar pela imprensa, o nascimento da ciência moderna tendo como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu, o cartesianismo e o sistema de Newton. É também o crescimento da confiança na razão e a idéia de que o mundo físico, moral e social é governado por leis. (1990, p.246).

O trecho de Le Goff (1990) sobre a ideia de progresso, nos mostra a compreensão do sentido de que o progresso está atrelado ao desenvolvimento positivo, seja da sociedade, da tecnologia ou do conhecimento humano, isso, associado a ascensão do pensamento científico conduzido pela razão positivista como pensamento dominante, fez com que a ideia de progresso fosse o melhor caminho a ser seguido pela humanidade, o progresso-modernidade conduziria a humanidade ao “paraíso”. Modernizar seria preciso!

Podemos perceber que essa visão é bastante contraditória, pois na prática o progresso não nos conduz ao desenvolvimento universal, mas parte da consolidação de um pensamento hegemônico que institui suas bases como universal, logo seus interesses são evidenciados como benefícios em prol da humanidade como um todo. Essas bases podem ser vistas na discussão sobre a implantação de megaprojetos e também no desenrolar de políticas públicas, que são consideradas como progresso/desenvolvimento pelas iniciativas privadas e também Estado, mas que nem sempre refletem os mesmos pensamentos em grupos ou comunidades que são inseridas em tais ações.

A partir disso, passo a analisar a implantação de reservatórios hídricos por parte do governo estadual ao longo do território do Estado do Ceará, assunto que venho trabalhando nos últimos anos de minha formação acadêmica. A construção de reservatórios hídricos no Ceará é definida pelo Governo como políticas que visam promover o progresso do Estado, com o discurso de amenizar os efeitos

causados pelas constantes secas. Essa política de recursos hídricos se inicia a partir dos anos de 1987, com a eleição do governador Tasso Ribeiro Jereissati, e se estende até a primeira década dos anos 2000, e ficou marcado pela construção de diversos açudes de grande, médio e pequeno porte, a exemplo do açude Castanhão, situado na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, construído entre os anos de 1995 e 2002, é considerado o maior reservatório de água doce do Ceará. Mas na prática, tais políticas foram verdadeiros desastres para comunidades rurais e até mesmo cidades inteiras, como o município de Jaguaribara-CE (localidade onde fora construído o açude Castanhão).

Pensando sobre a implantação de megaprojetos e como estes se classificam pelo domínio e expansão do capitalismo em diversos espaços, sejam eles espaço rural ou urbano, Íbarra Garcia (2016) define tais construções

- a) Como um tipo de producción espacial de la fase capitalista neoliberal y que responde a las escalas globales de producción; son la máxima expresión del espacio em tanto que intencionalidad de producción desde el poder en su vertiente racionalista e instrumental.
- b) Se sostiene que los megaproyectos se producen tanto en espacios rurales como urbanos, puesto que incluyen todas las fases de la producción, circulación y consumo dentro del capitalismo.
- c) Este tipo de producciones espaciales se caracterizan por ser el resultado de una convergencia de escalas en un lugar determinado, de fijos y flujos; entre estos últimos se movilizan grandes recursos financieros, materiales, científico-técnicos y de población.
- d) También generan resistencias a ellos; movimientos sociales en oposición a los megaproyectos, por tanto los mismos son: una posibilidad de producción espacial susceptibles de ser materializados.

Íbarra Garcia analisa como a produção do espaço pelo capitalismo adentra nos espaços tradicionais buscando uma transformação no sentido do espaço tendo como objetivo a obtenção do lucro, a medida em que a natureza é fragmentada o que antes era um todo agora passa a ser partes que são classificadas a partir do seu valor de uso, a terra tem o seu valor específico a partir de seu uso, a água tem um valor específico a partir de sua utilização, as plantações têm um valor específico, e todos estariam segregados e não como uma unicidade. Tal pensamento diverge do modo como o camponês visualiza o espaço em que se habita, o camponês é parte daquele espaço no qual estão inclusos todos os demais elementos em uma complexidade.

A implantação de reservatórios hídricos em território camponês implica numa mudança de rotina, numa quebra de cotidiano, na transformação do modo de viver desses grupos. Um dos aspectos evidenciados nesses embates é a maneira como o Estado passa a controlar os grupos atingidos, a partir da construção de Agrovilas descritos como “espaço de convivência” pelo Estado, a lógica de vida imposta

reproduz o aspecto urbano, mesmo sendo construída em áreas rurais, casas coladas umas nas outras, taxas de servidos para uso da água, pouco espaço para reprodução do labor da agricultura, como mostra a imagem a seguir:

Imagem aérea da Agrovila do Açude Cachoeira



Fonte: Regimento Interno da Agrovila

O espaço retratado acima representa a Agrovila do sítio Cachoeira, situada no município de Aurora-CE, onde foram realocados os moradores atingidos pela construção do açude do Cachoeira, em meados dos anos 2000. A organização das chamadas agrovilas representa uma ruptura no modo viver do camponês pois há uma pequena área delimitada para que os mesmos possam viver, um espaço controlado onde a convivência com a natureza já não é mais a mesma uma vez que, como já mencionado anteriormente, a partir desse modo de vida a natureza passa a ser coisificada, obtendo um valor capital de uso. Coisas que antes eram dadas como natural para essas pessoas, agora passam a ter valor de compra, como a água, determinados alimentos, frutas, espaços para plantações.

Pelas dificuldades representes nesta nova rotina que impede de se reproduzirem nesse “espaço de convivência”, de desenvolver suas atividades nesse ambiente com poucas condições, muitos moradores desistem e acabam migrando de vez para os centros urbanos, passando a enfrentar sérias dificuldades de moradia, de alimentação, de manutenção com o ritmo de vida imposto pelo espaço urbano.

A imagem apresentada acima faz referência à agrovila do município de Aurora-CE, onde residem os moradores atingidos pela construção do açude Cachoeira na zona rural do município mencionado.

Durante dois anos em que estive à campo desenvolvido a pesquisa de mestrado, pude conhecer e ouvir alguns dos moradores da extinta comunidade do sítio Cachoeira e que após a conclusão do açude passaram por tempos difíceis, alguns saíram de seus terrenos direto para a cidade, outros passaram alguns anos na agrovila até decidirem migrar de vez para o centro urbano.

A seguir destacarei alguns desses fortes relatos concebidos pelos atingidos, relacionando esse processo de migração com as dificuldades que o espaço urbano impõe a partir de uma lógica de vida diversa do campo, levando em consideração a perspectiva de moradia, de alimentação, o bem viver do campo e a realidade oposta na cidade.

Do campo para a cidade: relatos de moradores atingidos pela barragem do sítio Cachoeira em aurora-CE

A construção do açude Cachoeira no município de Aurora, situado no Cariri do Ceará, gerou conflitos desde o início da obra, onde muitos moradores tiveram que abandonar suas casas logo no início enquanto os maquinários avançavam transformando o espaço habitado em espaço limpo à espera da chegada das águas. Ao todo foram mais de 90 propriedades desapropriadas para que o açude pudesse ser construído. No entanto, nem todas famílias desapropriadas se estabeleceram na agrovila criada pelo Estado, ocorreu a migração desde dezenas de quilômetros de distância da área desapropriada, até famílias que migraram para outros municípios. A tabela abaixo representa o total de propriedades que foram desapropriadas, bem como o número de moradores que foram atingidos, direto ou indiretamente com a construção do açude na localidade:

Tabela 1 – Detalhes sobre a desapropriação do sítio Cachoeira.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	
DETALHES – DESAPROPRIAÇÃO/REASSENTAMENTO: CACHOEIRA	
• LOCALIZAÇÃO	
Açude	Cachoeira
Município	Aurora
Área desapropriada	1.241,00
• LOTES	
Parcialmente atingidos	93
Totalmente atingidos	2
Total de lotes	95
• PROPRIETÁRIOS	
Proprietários residentes	17
Proprietários não residentes	42
Espólio	36
Total de propriedades atingidas	95
• MORADORES	
Moradores com benfeitorias	67
Moradores sem benfeitorias	15
Nº Total de moradores atingidos	

A tabela foi elaborada pelo autor a partir de dados coletados na Secretaria de Recursos Hídricos.

A tabela acima mencionada representa os dados numéricos sobre o processo de desapropriação dos moradores da região por parte da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, com desapropriação de 95 (noventa e cinco) propriedades, sendo que 17 (dezessete) proprietários habitavam diretamente a região afetada; 42 (quarenta e dois) não moravam na área; e 36 (trinta e seis) áreas de espólio. Foram considerados moradores as pessoas que não tinham terras e que moravam como rendeiros, alugados - geralmente essas pessoas eram filhos ou parentes próximos dos proprietários, como não tinham terras foram categorizados entre com benfeitorias e sem benfeitorias, pois suas benfeitorias iriam definir os valores das indenizações. Foi apontado um total de 82 (oitenta e dois) moradores, sendo 67 (sessenta e sete) moradores com benfeitorias; e 15 (quinze) moradores sem benfeitorias.

Embora tenham recebido as indenizações referentes às suas propriedades e bem feitorias, como bem destacado acima, a construção da obra provocou o processo de migração desses camponeses e, conseqüentemente, o impacto do modo de viver desses grupos. A partida de muitas famílias rumo à zona urbana foi de dificuldade imensa para se adaptar à nova realidade, a desconstrução do modo de vida camponês que se tinha, a sua relação com a terra, deu lugar ao modo de vida urbano e sua dependência pelo capital.

Em diálogo com uma das moradoras atingidas pôde-se perceber o quanto foi difícil se adaptar à rotina da cidade, principalmente por conta do casal de filhos que a mesma tinha e que no período da migração, no início dos anos 2000, eram adolescentes. A abertura para um mundo repleto de armadilhas foi um desafio para a depoente que, viúva, teve que se desdobrar para evitar que os filhos não se perdessem nas mais variadas “ofertas” que a cidade proporcionava. Para ela, a relação entre a sua adolescência, vivida no campo, e a realidade dos filhos, na cidade, foram totalmente diferentes.

Era muito bom, a gente tudim ali, tudo unido, nesse tempo quase os meus irmãos não ia festa, né? E hoje, quando sai um filho da gente pra uma festa a gente já fica preocupada, né? Porque nesse tempo não existia negócio de moto, não existia bebedeira quem nem hoje, num existia droga, porque a gente não sabia o que era isso, e ainda mais, pai ainda brigava quando meus irmãos ia pra qualquer brincadeirinha, e nós mulher, nós pedia a ele pra ir nas debulha de feijão e ele deixava, porque achava que a ia trabalhar, porque ia debulhar feijão, né? Mas outra festa ele não deixava não... Era muito diferente de hoje, né? Porque hoje uma moça sai pra uma festa, quando chega no outro dia diz: eu fui seis festas essa noite, andei em seis 'lugar'.
(Relato de uma moradora, 2019)

A moradora acima, no qual irei chamar de Cícera, nos apresenta como foi a sua realidade ao migrar para a zona urbana, conhecida pela fácil mobilidade e pelas ofertas de divertimento. O que muitos consideram como benefícios oferecidos pela cidade, para Cícera foi um desastre que viu sua família ser atingida pelo ócio de estar na cidade e levou seu filho ao vício no álcool e outras drogas. Para ela, a vida no campo oferece uma melhor ocupação, no sentido de se ver conectado com a natureza, desde a

criação de um animal, na plantação e cultivo de alimentos, coisas que não se conseguiu desenvolver na cidade.

Ao se estabelecerem nas cidades, os camponeses muitas vezes não estão “qualificados” para os trabalhos ofertados na zona urbana, o que os obriga a se sujeitar à quaisquer tipos de trabalho onde o único objetivo é conseguir recursos para que possa sobreviver comprando alimentos. Outros acabam não suportando e entram na criminalidade ou se entregam as drogas, no consumo do álcool principalmente. Assim, analisando pela perspectiva de uma pequena cidade no interior do Ceará, onde há, em média, um pouco mais de 24 mil habitantes, é possível perceber os efeitos drásticos que a ideia de modernização do campo causa em comunidades tradicionais.

É importante destacar que a vida desses camponeses não era de um todo isoladas da realidade urbana, há uma conexão entre o que se é produzido no campo e levado até a cidade e o que se evidencia na cidade e é apresentado ao campo. No entanto, ao migrar para a cidade, ao morar em um espaço onde as casas são coladas umas nas outras, as ruas (e não mais estradas) estão em constantes movimentos, o camponês se ver distante do seu vínculo com a terra. Nesse sentido, é importante ter cuidado para não se cair na armadilha de marginalizar o modo de vida do camponês como atrasado e, por isso, excludente do meio capitalista, moderno, pois essa é justamente a forma como o sistema dito moderno/capitalista busca tratar o camponês. Cabe ainda ressaltar que a importância da terra para o camponês não está associada como valor de troca, mas como parte de sua vida, “a terra representa uma ordem moral, tendo em vista a sua relação de pertencimento, o vínculo com a sua história”. (DOURADO, 2010, p.45)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida nesse trabalho consistiu em compreender como a inserção de investimentos do capitalismo em territórios tradicionais ameaçam a existência desses grupos, sejam estes territórios indígenas, comunidades ribeirinhas, comunidades quilombolas. Ao terem seus territórios tomados para a implantação de diversos projetos ditos desenvolvimentistas, esses grupos acabam migrando para os centros urbanos, enfrentando sérias dificuldades com a lógica de vida.

Embora o texto desta pesquisa se situe em uma determinada localidade, a saber, a comunidade do sítio Cachoeira do município de Aurora no interior do Estado do Ceará, é importante destacar que essa é uma realidade presente nas mais diversas regiões do Brasil e também de outros países da América Latina. O discurso de progresso na contemporaneidade à medida em que avança no espaço promove a exclusão social e a destruição de territórios que não se assemelham ao modo de viver do capitalismo, que transforma a natureza como um todo em coisas que são estabelecidas a partir do seu

valor de uso. Ao adentrarem em territórios camponeses, sejam revestidos de obras públicas, sejam a partir da iniciativa privada, a modernidade do capitalismo expulsa o homem do campo em direção aos centros urbanos. Estes, por sua vez, acabam encontrando uma série de problemas como a falta de oportunidades, a dificuldades de reprodução da vida, o vício, entre outros fatores que são considerados os impactos diretos do processo de modernização.

Vale destacar que embora seja fruto de pesquisa de mestrado, a discussão acima não se encontra concluída, pois existem muito o que se compreender acerca do processo de migração campo-cidade e também tem como objetivo contribuir com os mais diversos estudos acerca da relação modernidade/progresso e território camponês. Nesse sentido, nossa pesquisa ainda se encontra em aberto e sofrerão modificações ao longo do período de estudo de doutorado.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Joalysson Severo. **Memórias do sítio Cachoeira de Aurora-CE: tradições e histórias submersas pelas águas de um projeto político. (1989-2000)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 99 f, 2020.
- DOURADO, José Aparecido Lima. Reflexões paradigmáticas sobre a questão agrária no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.9, p. 33-50, fev., 2010.
- DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1873.
- FERNANDES, Bernardo M.; CASSUNDÉ, José Ricardo de O.; PAREIRA, Lorena I. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12. n. 2, p. 533-548, João Pessoa, 2018.
- LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? : O desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova**. São Paulo, v. n. 21, p. 73-86, Set., 1990.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BOECHAT. Cássio Arruda (Org). **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente no campo brasileiro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO E CIDADE: AS CIDADES DO CAFÉ NA REGIÃO IMEDIATA DE ALFENAS - MG

Guilherme Guiari Silva Correia
Flamarion Dutra Alves

RESUMO

O presente ensaio visa entender como o café vêm se territorializando nos pequenos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas. Esta região, segundo Alves e Lindner (2020) é responsável por mais de 32% da produção nacional de café do tipo arábica. Aliás, a maioria dos municípios desta região podem ser caracterizados como pequenos, tanto levando em consideração sua dimensão demográfica como as dinâmicas presentes neles. Para isto utilizaremos, principalmente, dados secundários produzidos pelo IBGE no Censo Agropecuário disponíveis na plataforma SIDRA. Segundo a plataforma, no ano de 2017 havia na região 1.193 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, destes 862 eram provenientes de agricultores familiares correspondendo a 72,25% de todos os estabelecimentos. As pequenas cidades, circunvizinhas deste campo produtor, sofrem mudanças significativas de fixos e fluxos necessários para a manutenção do rural agro exportador. Desta forma, longe de esgotar o assunto, mas sim buscando abrir as fronteiras para a discussão, esse exercício intenta observar quanto da área destinada ao cultivo é utilizada para a plantação dessa *commodity*, analisando desde o ano de 1988 à 2020. Foi observável uma commoditização do território em oposição a plantação de alimentos essenciais à manutenção da vida humana, ponto este, que merece atenção nas discussões geográficas.

Palavras-chave: Café; Cidades pequenas; *Commodity*, Agronegócio.

ABSTRACT

The present essay intends to understand how coffee has been territorialized in the small municipalities of the Immediate Geographical Region of Alfenas. This region, according to Alves and Lindner (2020) is responsible for more than 32% of the national production of Arabica coffee. In fact, most municipalities in this region can be characterized as small, both taking into account their demographic dimension and the dynamics present in them. For this, we will mainly use secondary data produced by the IBGE in the Agricultural Census available on the SIDRA platform. According to the platform, in 2017 there were 1,193 agricultural establishments with rural agroindustry in the region, of which 862 were from family farmers, corresponding to 72.25% of all establishments. The small towns surrounding this producing field undergo significant changes in fixed and flows necessary for the maintenance of rural agro-exporters. In this way, far from exhausting the subject, but seeking to open the borders for discussion, this exercise intends to observe how much of the area destined for cultivation is used for the plantation of this commodity, analyzing from the year 1988 to 2020. A commoditization was observed of the territory as opposed to the planting of food essential to the maintenance of human life, a point that deserves attention in geographical discussions.

Palavras-chave: Coffee; Small towns; Commodity; Agrobusiness.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos acerca da relação campo-cidade ou mesmo rural-urbano têm pautado-se nas discussões que envolvem os médios e grandes centros urbanos, visto sua dinamicidade demográfica, cultural, econômica, social, política e nas diversas esferas que se incluem dentro dessas relações. Antagonicamente, as pequenas cidades só ganharam destaque dentro das discussões acadêmicas nas últimas décadas. As cidades pequenas são, de fato, de difícil conceituação visto a multiplicidade de fatores que envolvem as relações de hierarquia desses pequenos centros urbanos. Conquanto, torna-se, na maioria das vezes – nestes pequenos centros – empiricamente mais aparente as relações diretas entre campo produtor e cidade, muitas vezes especializada para suprir as necessidades desse campo “capitalizado”. Como apontam, Castillo (2016); Santos (1988); Lemos e Alves (2021); Alves e Lindner (2020) e Alves (2021), assim como diversos outros autores que estão alhures nesta obra, as cidades pequenas sofreram tantas mudanças quanto os grandes e médios centros urbanos. Nessa linha de pensamento, Elias (2007) caracteriza alguns destes centros como cidades do agronegócio, ou mesmo Alves (2021) cidades rurais, que são importantes conceituações para a reflexão deste ensaio.

(...) as cidades do agronegócio são aquelas capazes de oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, de logísticas e de mão de obra para o agronegócio. São os espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias. (ELIAS, 2022, p. 1009)

O agronegócio das *commodities*, concentrador de terras, caracterizado pela segregação espacial e social, detentor do capital e concentrador de renda – o que agrava as desigualdades sociais, principalmente nos pequenos centros urbanos dependentes de poucas formas de reprodução profissional – caracteriza-se por, não apenas alterar as dinâmicas do campo com grandes monoculturas, poucos trabalhadores e muita mecanização e tecnologia, mas por conseguinte necessita que os centros urbanos circunvizinhos instalem fixos e disponham de fluxos que supram as necessidades dessa agricultura mundializada. A necessidade por especialistas, lojas agrícolas de insumos e equipamentos, a demanda por tecnologias e por centros de pesquisa, por exemplo, muitas vezes alteram tanto a paisagem da cidade quanto do campo produtor. E se isso faz-se verdade, a cidade pequena é o mostruário ideal dessa dinâmica espacial. Estas cidades do agronegócio são reflexos da especialização produtiva e podem ser entendidas como aquelas em que as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (FREDERICO, 2011, p. 8). Dada esta especificidade técnica e produtiva estas cidades tendem a ser mais submissas às variações do

mercado externo dada esta dependência de um único setor produtivo, setor este que depende de agentes externos e foge do controle local ou regional (CASTILLO, et al. 2016, p. 268).

Essa influência do capital, que territorializa-se através do agronegócio e de suas principais commodities, transforma – com uma política ideológica que não deve ser vista como não intencional – as formas e as funções dessas cidades pequenas em detrimento de outras centralidades urbanas ditadas pela influência e importância do agronegócio mundializado. Desta forma, enquanto, devido a fatores demográficos e econômicos, alguns pequenos centros tornam-se centralidades comerciais, outros perdem sua importância econômica. Também, precisamos levar em consideração que o espaço é constantemente (re)produzido, visto as particularidades da continuidade histórica e dos interesses do capital em dado momento.

Para o Brasil e principalmente para o mercado internacional – e para os barões do agronegócio e as grandes multinacionais envolvidas nas várias escalas desse processo – o agronegócio, ou também conhecido como *agrobusiness* traduz-se por uma atividade econômica, financeiramente rentável para o Brasil e para o mercado internacional, envolvendo grandes empresas multinacionais, grande apoio estatal, principalmente vinculado ao crédito, conglomerados, além das iniciativas privadas visando controlar o mercado das cooperativas (ALVES, 2019, OLIVEIRA, 2007, 2016). Não raro, o conceito de agronegócio é tratado como sinônimo de eficiência produtiva para o campo brasileiro, que, conseqüentemente, assegura resultados positivos na economia nacional (SOUZA, 2019).

Assim, o conceito de agronegócio persiste sendo comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhorando-se de toda a produção agropecuária, propalando ser capaz de assegurar os resultados positivos da economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil. (SOUZA, 2019, p. 51, 52)

O uso demasiado de agrotóxicos, característico para manutenção das grandes monoculturas e/ou para a efetividade produtiva das commodities, além do frequente discurso de agressão ao próprio meio ambiente, afeta diretamente os produtores rurais, principalmente os agricultores familiares que fazem parte da cadeia agroprodutiva. Estes, além de normalmente manusearem diretamente esses venenos severamente degradantes à saúde humana tornam-se dependentes desse uso para a manutenção da colheita. Para além dessa problematização e seguindo uma relação desigual e contrária, às grandes multinacionais envolvidas no agronegócio, não raro, são, por um lado produtoras das sementes transgênicas compradas por esses agricultores familiares que demandam o uso de venenos,

por outro são as próprias produtoras desses agrotóxicos, colocando o pequeno produtor e o agricultor familiar em um ciclo vicioso de consumo através da monopolização do território por parte dessas empresas (MELO & ALVES, 2020). Outras variáveis também envolvidas – e muitas vezes negligenciadas por poderes estatais – no que concerne esse tipo de produção dizem respeito a alta taxa de concentração de terras, empobrecimento do trabalhador rural, assim como do agricultor familiar inserido na cadeia, que demasiadas vezes são “reféns” de financiamentos e de apoios estatais, degradação do meio ambiente, monopolização mercadológica e aumento nos conflitos do campo (ALVES, 2019).

METODOLOGIA

Essa reflexão, limitada e ciente de sua limitação, busca refletir sobre a territorialização cafeeira nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas, delimitada e caracterizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi realizado, para elaboração deste ensaio, um levantamento bibliográfico acerca, principalmente, do agronegócio, exposto na primeira sessão da pesquisa. Para prosseguir a discussão utilizamos, principalmente, dados secundários produzidos pelo IBGE e disponibilizados na Plataforma SIDRA referente a área (em hectares) destinada ao plantio dessa *commodity* dentre os anos de 1988 à 2020.

Optamos pela variável de área plantada pois a quantidade produzida pode, facilmente, ser alterada devido aos avanços tecnológicos do campo, assim como a quantidade vendida é, normalmente, dependente das variações mercadológicas visto a variância de seus preços ditados pela bolsa e pelos interesses mundiais. Conseqüente, levantamos os dados referentes aos produtos agrícolas plantados entre os nove municípios analisados entre os anos de 1988 e 2020. Com os dados produzidos, elaboramos mapas e gráficos para elucidar os pontos expostos no que concerne a territorialização do café na RGI de Alfenas. Por fim, intentamos refletir sobre o aumento ou a diminuição das áreas destinadas ao cultivo dessa *commodity* e algumas considerações finais sobre esse breve ensaio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sul de Minas Gerais é uma região geográfica caracterizada, entre inúmeros outros fatores, pela ausência de metrópoles e grandes cidades. A produção agropecuária possui grande importância econômica, simbólica e forte relação com os municípios dessa região, destacando a produção de café que representa 25% da produção nacional e segundo Alves e Lindner (2020) é responsável por mais de 32% da produção nacional de café do tipo arábica. Devido a importância regional dessa *commodity* as agroindústrias são frequentes no território agrícola da região, da mesma forma que os fixos instalados nos centros urbanos também são de fácil identificação como bancos de créditos rurais – como o SICOOB –, lojas de maquinário e equipamentos agrícolas, universidades e centros de pesquisa e cooperativas – com destaque para a COOXUPÉ, maior cooperativa de café do mundo que possui mais de 14 mil

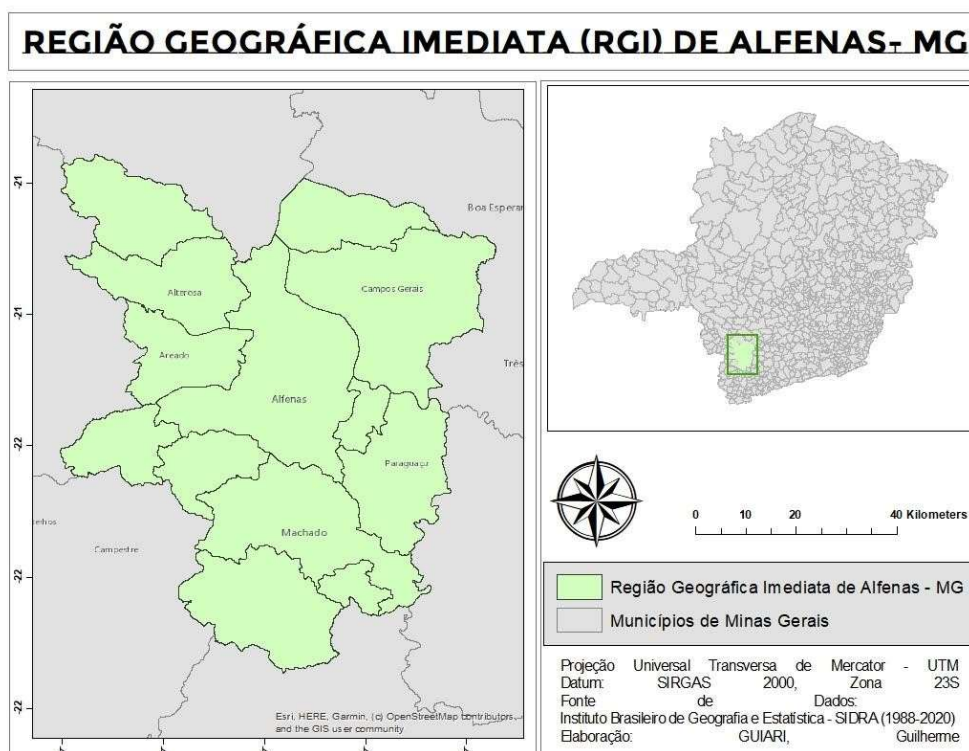
cooperados sendo 95% pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, ademais “a cooperativa recebe grãos de 200 municípios no sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo)”. (COOXUPÉ, 2019 apud. MELO & ALVES, 2020, p. 219).

Essa realidade sul mineira, assim como de várias regiões brasileiras, demanda uma relação contraditória no que diz respeito à colaboração e competição entre os produtores e cooperativas. Buscando sua inserção no mercado, o agricultor familiar e o médio produtor cada vez mais são obrigados, direta ou indiretamente, a incluir-se nesta relação contraditória trocando a produção de alimentos considerados essenciais para o ser humano, e para o mercado nacional interno, pela monocultura de café e mais recentemente a de soja.

Adiantamos que estamos cientes da complexidade em caracterizar cidades como pequenas visto o dinamismo atual das relações econômicas, políticas e demográficas que envolvem as cidades brasileiras o que torna a simples caracterização através de uma análise demográfica insuficiente para concluirmos tal afirmação. Entretanto, devido à proximidade do objeto de estudo por parte dos pesquisadores e do conhecimento prévio desses centros urbanos como fortemente influenciados pelo agronegócio, optamos por, inicialmente, analisar os municípios com menos de 20 mil habitantes, considerando a população rural e urbana, em sua totalidade.

A Região Geográfica Imediata é composta por 13 municípios (Figura 1) sendo eles: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania. Dentre esses 13 municípios apenas 4 ultrapassaram a delimitação de 20 mil habitantes, sendo: Alfenas (73.774), Campos Gerais (27.600), Machado (38.668) e Paraguaçu (20.245) (Figura 2). Por consequência, respeitando o número populacional escolhido para a análise, esses municípios não farão parte da presente reflexão, não limitando o potencial da análise desses centros urbanos para futuros trabalhos.

Figura 1 - Localização Geográfica da RGI de Alfenas - Minas Gerais, Brasil.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 2 - População dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2010).

Município	População Urbana	Percentual Pop. Urbana (%)	População Rural	Percentual Pop. Rural (%)	População Total
Alfenas	69.176	93,77%	4.598	6,23%	73.774
Alterosa	10.002	72,92%	3.715	27,08%	13.717
Areado	11.525	83,93%	2.206	16,07%	13.731
Campo do Meio	10.059	87,65%	1.417	12,35%	11.476
Campos Gerais	19.176	69,41%	8.444	30,59%	27.600
Carvalhópolis	2.459	73,60%	882	26,40%	3.341
Conceição da Aparecida	6.199	63,13%	3.621	36,84%	9.820
Divisa Nova	4.659	80,84%	1.104	19,16%	5.763
Fama	1.515	64,47%	835	35,53%	2.350
Machado	32.068	82,89%	6.620	17,11%	38.688
Paraguaçu	16.679	82,39%	3.566	17,61%	20.245
Poço Fundo	9.281	58,16%	6.678	41,84%	15.959
Serrania	6.576	87,19%	966	12,81%	7.542
TOTAL	199.374	81,70%	44.652	18,30%	244.006

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Segundo os dados censitários obtidos através da plataforma SIDRA, disponibilizados pelo IBGE, em 2017 havia na RGI 1.193 estabelecimentos agropecuários incluídos no complexo agroindustrial.

Deste número total, 862 eram propriedades rurais familiares, o que corresponde a 72,25% do total de estabelecimentos presentes no espaço agrícola da região. Contudo, em uma explícita relação contrária a renda total obtida por essas produções foi de 1.525.349 (mil reais), sendo apenas 524.475 (mil reais), ou seja 34%, advindos da agricultura familiar (IBGE, Censo Agropecuário, 2017). Se analisarmos apenas a produção cafeeira da RGI a situação se mantém como sinônimo já que no mesmo ano havia na Região Imediata de Alfenas 662 estabelecimentos produtores da commodity, destes, 470 (70,99%) eram cultivados por agricultores familiares. Apesar disso, foi produzido no mesmo ano 2.934 (mil reais) de café e apenas 649 (mil reais), ou seja 22.11%, foi procedente da agricultura familiar.

É preciso apresentar que a área total destinada ao plantio de produtos agrícolas da RGI de Alfenas mudou durante os 30 anos que foram analisados neste trabalho (Figura 3). Em 1988, 135.760 hectares foram utilizados para os diversos cultivos existentes no recorte espacial analisado. Esse número subiu para 165.361 ha no ano de 2020.

Figura 3: Hectares disponíveis para o plantio de culturas agrícolas - RGI de Alfenas (1988-2020)



Fonte: IBGE (1988-2020)

Houve um aumento considerável na área destinada à plantação nos municípios que fazem parte da Região Geográfica Imediata de Alfenas, em números percentuais este aumento foi de aproximadamente 22%, com destaque para o município de Alfenas que contava com 22.265 ha em 1988 e passou a plantar em 36.588 ha no ano de 2020. Entretanto, os hectares dedicados ao cultivo de alimentos essenciais à manutenção humana e à soberania alimentar apresentaram um decréscimo considerável em detrimento do aumento da produção de *commodities* na região. No ano de 1988, 27.742 hectares – 20,5% em relação à área total – foram utilizados para plantar alimentos essenciais, que

elencamos aqui como verduras, frutas, leguminosas e grãos de consumo diário e necessário para uma dieta balanceada e com um bom nível nutricional (arroz e feijão). Em contrapartida, apenas 13.781 hectares – aproximadamente 8% em relação à área total – foram utilizados para o plantio desses mesmos alimentos em 2020, demonstrando uma queda de mais da metade da produção desses alimentos ao longo dessas três décadas (Figura 4).

Figura 4: Hectares destinados à plantação de alimentos essenciais - RGI de Alfenas (1988-2020)



Fonte: IBGE (1988-2020)

Em uma relação antagônica e contraditória a plantação de café, que em 1988 era cultivada em 73.375 hectares (54%) da região teve um aumento em números totais da área destinada ao plantio. Em 2020, 87.394 hectares (53%) foram utilizados para a plantação da *commodity* (Figura 5). Temos que considerar que os números percentuais no que concerne a produção de *commodities* podem ser tendenciosos. No caso do café e de vários outros produtos destinados à exportação, normalmente, há uma necessidade maior de tecnologias, tanto maquinário, quanto sementes, insumos e agrotóxicos ditados pela necessidade do capital agroexportador em lucrar. Mesmo que os números percentuais se assemelham entre os anos, a produção tende, hoje, a ser maior do que a três décadas atrás, devido a essas variáveis. O que não serve como referência quando refletimos sobre a produção de alimentos essenciais, de forma geral. Conquanto, mesmo com a semelhança entre os percentuais entre os anos, o número total ainda tornou-se maior, refletindo a territorialização cafeeira acompanhada pelo aumento das áreas plantadas da região.

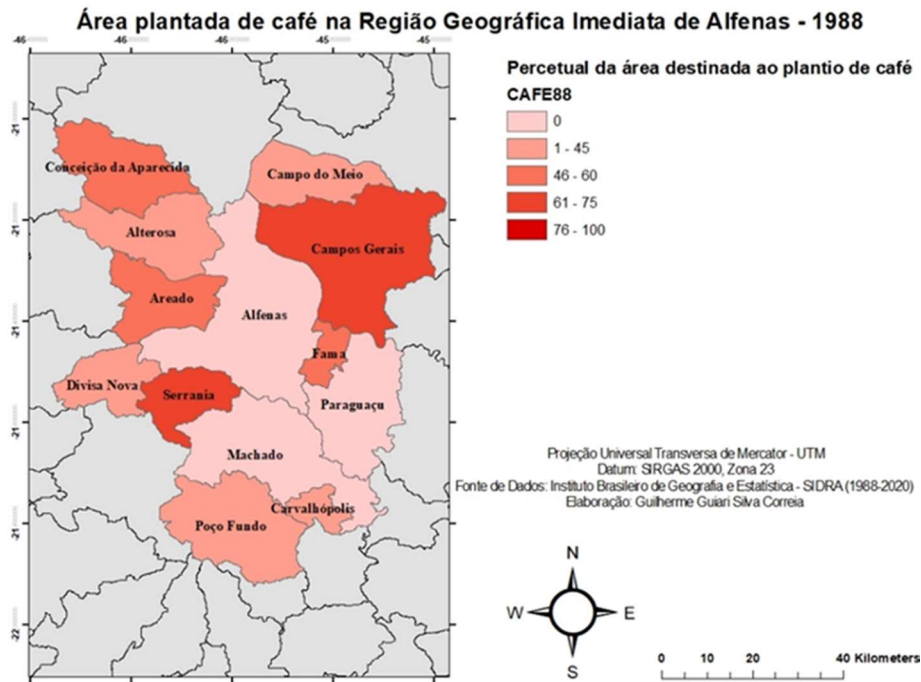
Figura 5: Hectares destinados à plantação de café - RGI de Alfenas (1988-2020)



Fonte: IBGE (1988-2020)

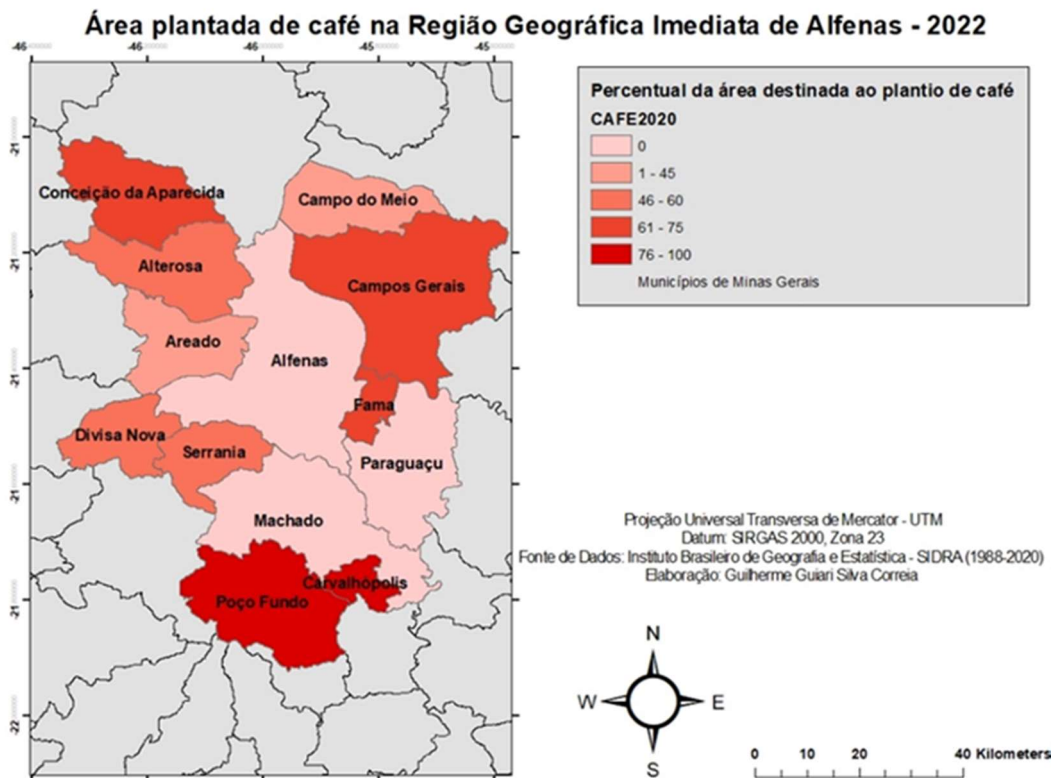
Esse aumento exponencial na maior parte dos municípios da região Geográfica Imediata demanda algumas considerações. A produção dessa commodity vem substituindo o espaço rural, antes destinado à plantação de alimentos essenciais à vida humana (Figuras 7 e 8). Em Carvalhópolis, por exemplo, havia em 1988, 235 hectares de área destinados ao plantio de arroz e 330 hectares para o plantio de feijão. Em 2020 a área total plantada de feijão no município foi de 125 hectares. A de arroz, por sua vez, foi extinta, não sendo destinado nenhum hectare para sua plantação (IBGE, 2020). Para explicitar melhor essa relação, analisemos o total de hectares destinados ao plantio de alimentos que, aqui, consideramos como essenciais para a manutenção da vida humana – grãos, leguminosas, verduras e frutas – e sua comparação entre os anos de 1988 e 2020. No que tange todo o espaço da RGI de Alfenas, em 1988, 27.742 hectares foram utilizados para a plantação de alimentos essenciais. Antagonicamente, em 2020, esse número caiu para 13.781 hectares, ou seja, uma redução de 50,32% no que concerne ao espaço destinado para plantação na RGI (IBGE, 2020). Esses números corroboram especialmente a *commoditização* (ALVES, 2021) do território da região ao encontro dos interesses e necessidades do capital agroindustrial.

Figura 7 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (1988).



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 8 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2020).



Fonte: Acervo Pessoal

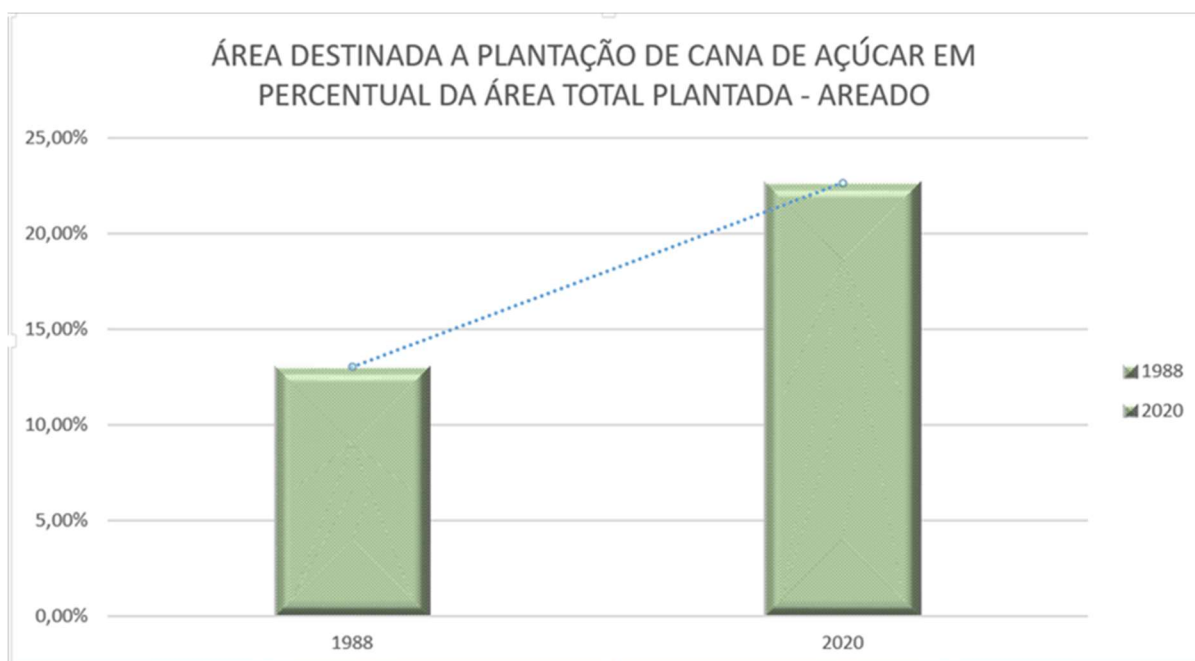
Pensando na totalidade concreta dessa relação, ela denota – além da fragilidade alimentar consequente da diminuição desse cultivo – ou a expulsão dos agricultores familiares que antes plantavam esses alimentos, ou o aumento da inserção deles na cadeia produtiva agroindustrial, não excluindo a eventual relação dialética entre essas duas possibilidades. Ademais, uma vez que esses alimentos deixam de ser cultivados localmente, o próprio ciclo econômico e funcional da cidade demanda a importação destes para a manutenção e o funcionamento da dela, consequentemente, criando fluxos logísticos de transporte e potencializando o fluxo de pessoas dentro desses centros urbanos. Conquanto, como resultado, há o aumento do preço desses alimentos, fragilizando ainda mais a população e tornando-se mais um obstáculo para a soberania alimentar e o combate à fome.

A cidade também altera-se em decorrência das demandas oriundas do capital agroexportador. Poço Fundo, que em 1988 destinava 3.400 hectares (44,61% do total da área de plantação) para a plantação de café, passando para 7.801 hectares (84,51% do total da área de plantação) no ano de 2020 é um ótimo exemplo dessa especialização. O município, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010) possui população total de 15.959 habitantes, sendo destes 6.678 (41%) moradores rurais. Além dos armazéns e lojas especializadas em materiais agrícolas e insumos há, hoje, no município: A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM), Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo (COOPFUNDO), Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Rio Verde e a Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (COOCAMINAS). Além de filiais da COOPAMA e do banco cooperativo SICOOB. Cabe ainda ressaltar o MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), que é um grupo de mulheres cafeicultoras que vem crescendo significativamente nos últimos anos. A paisagem da cidade é alterada em detrimento das ruralidades consequentes do campo produtor da região. Tanto os fixos, quanto os fluxos de mercadorias são resultados e resultantes dessa especialização produtiva cafeeira do agronegócio na região, reforçando e corroborando com as particularidades das cidades rurais e do agronegócio (ALVES, 2021) (ELIAS, 2007).

Cabe ressaltar que o único município que teve um decréscimo considerável na plantação de café, dentre os analisados, foi o de Areado. Areado, segundo o último censo, tem uma população aproximada de 13.731 habitantes. Destes, 2.206 (16%) são residentes rurais (IBGE, 2010). Aproximadamente, 55% da área total destinada à plantação, no ano de 1988, era utilizada para o plantio do café. Já no ano de 2020 esse percentual caiu para, aproximadamente, 35%. Esse declínio na plantação do café no município pode ser justificado por alguns fatores. O primeiro deles diz respeito à usina açucareira Monte Alegre do grupo Adecoagro, disposta entre os municípios de Areado e Monte Belo. A empresa demanda uma grande extensão de terra para o cultivo da cana de açúcar, matéria prima

para os produtos da empresa. Essa afirmação é corroborada quando analisamos os dados das áreas plantadas no município de Areado. Houve um aumento significativo na produção de cana de açúcar. Em 1988, aproximadamente 13% da área de cultivo era destinada a essa matéria prima passando para aproximadamente 22% em 2020 (Figura 9).

Figura 9 - Área percentual de cultivo de cana de açúcar no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020).



Fonte: Acervo Pessoal

Além do aumento na produção canavieira, mais recentemente outra *commodity* vem ocupando o território agrícola, não só do município, mas também da região: a soja. No ano de 1988 não havia, em Areado, hectares destinados a essa cultura. Entretanto, no ano de 2020, a soja ocupou 1000 hectares da área plantada no município, representando mais de 14% da área total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RGI de Alfenas, assim como boa parte do Sul de Minas Gerais, é conhecida pela – entre outras características – pela importância da cafeicultura para o mercado regional, nacional e pela produção que interliga essas pequenas cidades, de forma multi escalar, a diversos outros espaços do planeta. Como observado, de forma geral, a área destinada ao plantio de café na região cresceu exponencialmente desde o ano de 1988, tornando esses municípios importantes locais para a especialização cafeeira brasileira. Em contrapartida, os alimentos essenciais a vida humana vão perdendo espaço nas plantações o que acarreta, em muitos casos, no aumento do preço desses produtos além – e

consequência – de ser um obstáculo direto a soberania alimentar e a sustentabilidade do campo. As cidades também são diretamente afetadas pelas plantações de café, que como corrobora Endlich (2011, p. 154), esse cultivo não altera apenas o campo, mas também dinamiza as cidades no que concerne ao fluxo de transportes, investimentos em infraestrutura e alteração da paisagem com a instalação de fixos (lojas de insumo, cooperativas, bancos de financiamento agrícola e filiais de multinacionais).

“A cidade então pode-se tornar o principal lócus da produção, visto que é nela que estão os principais serviços (bancos, empresas, cooperativas, etc.), produtos (insumos, fertilizantes, maquinário agrícola, etc.) e agentes (agrônomos, trabalhadores agrícolas, consultores, etc.)” (FREDERICO, 2011, p. 7-8).

Acrescentamos que tanto o lugar, quanto o território – levando em consideração o peso epistemológico destes conceitos – são alterados e mesmo desconstruídos visto a territorialização do agronegócio. O pequeno agricultor, ou agricultor familiar, ora insere-se na cadeia agroprodutiva, ora vê-se obrigado a migrar, ora – em relação contrária aos interesses do capital – mantém-se plantando para subsistência o que normalmente fragiliza social e economicamente esses agricultores. Esses aspectos causam a perda do sentimento de pertencimento ao lugar visto o caráter de submissão ou de expulsão do campo. Da mesma forma, antigos territórios são desconstruídos em uma relação de contradição do campo concentrador de terras.

Se deixarmos-nos influenciar por um olhar unilateral, fragmentado da totalidade de relações produtivas, industriais, comerciais, políticas e principalmente sociais dessas relações entre agronegócio e o desenvolvimento do campo e das cidades, iremos corroborar com essas afirmações visto a importância da exportação de *commodities* para a economia nacional e para a elevação do Produto Interno Bruto nacional. Entretanto, esse olhar antagônico ao multifacetado que necessitamos para entender o verdadeiro caráter e a real intenção do agronegócio ditado pelos interesses do capital mascara o caráter predador e excludente do agronegócio brasileiro que com frequência expulsa da terra e da competitividade pelo mercado outros produtores e residentes rurais que tornam-se incapazes de permanecer ou competir pelo acesso a este espaço. Ademais, diversas contradições estão presentes nesse tipo de atividade produtiva.

Não devemos negligenciar nossa análise ignorando as variáveis englobadas nas relações hodiernas entre campo e cidade. Devemos, através de um olhar multifacetado e crítico, buscar entender que essas dinâmicas do campo brasileiro são consequências de uma continuidade histórica, ideológica e ditada pelos interesses do capital diretamente ligado ao processo de mundialização e avanço tecnológico nas relações de trocas e de comunicação, que de forma gradual, ou súbita, alteraram – continuam e vão continuar alterando – os espaços geográficos e os territórios rurais e urbanos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve auxílio da bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Flamarion Dutra. **Da diversidade agrícola à commoditização do território**: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas –Minas Gerais. Boletim Alfense de Geografia. Alfenas. v. 1,n.2,p. 129-150, 2021.
- ALVES, F. D., LINDNER, M. **AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS**: territorialização, mundialização e contradições. Revista OKARA: Geografia em debate, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.
- CASTILLO, R. et al. REGIÕES DO AGRONEGÓCIO, NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Geografia** (Anpege). p.265-288, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.
- ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ELIAS, Denise. CONSUMO PRODUTIVO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro - 2022
- ENDLICH, Angela Maria. **O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais**: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. Huellas, nº 15, 2011, pp. 149-165.
- FREDERICO, S. AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA BRASILEIRA. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011.
- LEMONS, T. C. S., ALVES, F. D. . EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE POÇO FUNDO- MG: diversificação à monocultura do café. **III CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO – XV SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**. 31 DE MAIO, 02 E 04 DE JUNHO, 2021, p. 1224-1239
- MELO, Renata Vieira, ALVES, Flamarion Dutra. MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA - MG. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Edição especial, p. 199-229, jul., 2020
- SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.
- SOUZA, M. A. A HEGEMONIA IDEOLÓGICA DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PRIORITÁRIO PARA O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: NOTAS PARA UM DEBATE. **Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v. 03, p. 50-72, jan-abr/2019

TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO: CONFLITOS EM TORNO DO USO DE SUAS ÁGUAS NO ESTADO DO CEARÁ

Fabiano José Lopes Alves

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as perspectivas teóricas e metodológicas a serem desenvolvidas na pesquisa de doutorado desenvolvida pelo autor que tem como objeto a transposição de água do rio São Francisco para o semiárido nordestino. Essa perspectiva procura analisar a relação da sociedade com o espaço através de processos universais e os processos históricos que condicionam a transposição. A escolha do conceito de renda da terra pode contribuir com a validação da hipótese de que a efetivação de grandes obras hídricas de transposição de rios configura um novo campo de expansão geográfica para o capital. Este artigo apresenta as interpretações iniciais da pesquisa no Estado do Ceará e mostra como o uso das águas do São Francisco neste Estado já interfere na renda auferida na agricultura irrigada e na distribuição para uso urbano e industrial.

Palavras-chave: Transposição do Rio São Francisco; Renda da terra; Perímetro irrigado.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar las perspectivas teóricas y metodológicas a desarrollar en la investigación doctoral desarrollada por el autor, que tiene como objeto la transposición del agua del río São Francisco al noreste semiárido. Esta perspectiva busca analizar la relación entre sociedad y espacio a través de procesos universales y los procesos históricos que condicionan la transposición. La elección de lo concepto de renta de la tierra puede contribuir a la validación de la hipótesis de que la realización de grandes obras hidráulicas para la transposición de ríos configura un nuevo campo de expansión geográfica para el capital.

Palabras clave: Transposición del río São Francisco; Ingreso de la tierra; Perímetro irrigado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as interpretações iniciais de uma pesquisa acadêmica de doutorado que tem por objeto os usos das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) no semiárido nordestino. A hipótese levantada no projeto da pesquisa é a de que a efetivação de grandes obras hídricas de transposição de rios configura um novo campo de expansão geográfica para o capital, em detrimento a manutenção da família camponesa no campo e do fortalecimento de seu modo de vida. As interpretações iniciais contidas neste artigo estão circunscritas ao uso das águas no estado do Ceará do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, resultado de um trabalho de campo realizado no Estado.

A complexidade do fenômeno estudado está colocada devido aos conflitos em torno da obra e acerca do uso futuro de suas águas transpostas. Há muitas dúvidas sobre a capacidade do Rio São Francisco em verter água para a transposição, devido à degradação do rio e aos múltiplos usos de sua água. A transposição, realizada pelo Estado brasileiro, levará água de alto custo para açudes e rios e grande parte dessa água será mercantilizada para usuários nos núcleos urbanos e nos projetos de agricultura irrigada. A obra promoveu a desapropriação de comunidades antes localizada ao longo dos canais construídos e suas águas somente chegarão a população difusa da região através de caminhões pipas, devido a não existência de redes de abastecimento entre os açudes e essas comunidades. A água disposta pela transposição flui pelos canais precificada, encarecida e de uso restrito.

O uso da água precificada que é transposta ao semiárido nordestino nos leva a contradição nevrálgica do empreendimento: o “cercamento das águas” do Rio São Francisco, que alija comunidades sertanejas de seu uso e cria condições de apropriação de renda por parte daqueles que farão uso da água. Setores econômicos que fazem uso dessa água se apropriam tanto da renda da terra derivada do aumento de produtividade, resultante da produção agrícola irrigada, quanto da renda da água auferida na distribuição das águas da transposição.

Na agricultura irrigada, a expansão geográfica do capital proporcionada pelas águas da Transposição se manifesta pelas condições de apropriação de renda que a “nova água” transposta proporciona aos empreendimentos agrícolas, os já existentes e aqueles a serem implantados. Aqui, a renda da terra auferida pelos proprietários de terra aumenta, a partir das condições de modernização agrícola, aumento de produtividade e do assalariamento das relações de trabalho.

Por outro lado, novas condições de apropriação de renda são criadas a partir do aporte de água que a Transposição proporciona. A água flui por infraestruturas de transporte de água (principalmente para uso urbano e industrial), que complementam as infraestruturas da transposição, ambas construídas

pelo Estado. A posse dessas infraestruturas tem sido gradativamente transferida a agentes econômicos através de diversificados e sutis instrumentos de controle dos ativos, como privatização, abertura do capital de empresas públicas no mercado de ações, lançamento de debêntures e outras formas de financiamento da operação dos ativos. A posse e/ou controle deste capital fixo que proporciona o transporte e distribuição da água dá o direito a esses agentes econômico de auferir renda na distribuição da água mercantilizada e precificada.

Mapa 1: Eixos principais, canais e ramais do PISF



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O Eixo Norte deságua suas águas no Reservatório Eng. Ávidos, no Rio Grande do Norte e, a partir daí, as águas seguem o curso natural do Rio Piranhas-Açú. O Ramal do Apodi é uma derivação do Eixo Norte, que leva água da transposição até o Rio Apodi. E o Ramal Cinturão das Águas do Ceará (CAC) é outra derivação em operação do Eixo Norte, que drena o Ceará com as águas da transposição através dos rios Salgado e Jaguaribe, chegando ao Açude Castanhão. Os demais ramais de derivação do Eixo Norte, Salgado, Piancó e Entremontes, ainda estão na fase de projeto, sem ter suas obras iniciadas. Os principais usos previstos com a água no Eixo Norte se referem à agricultura irrigada e usos difusos ao longo dos rios Jaguaribe (Ceará) e Apodi e Pinhanhas-Açu (Rio Grande do Norte). A Região Metropolitana de Fortaleza, que inclui o Porto de Pecém, também fará uso das águas do São Francisco, através da captação feita no açude Castanhão pela adutora Eixão das Águas.

Os objetivos deste artigo serão identificar os usos que serão feitos das águas desviadas do Rio São Francisco e os sujeitos sociais que farão esses usos no Estado do Ceará. Atingir esses objetivos passa por identificar quais grupos econômicos e políticos foram favorecidos mais diretamente pelo

Projeto de Integração do Rio São Francisco. Entender essas questões leva ao entendimento dos conflitos em torno dos usos da água da transposição, conflitos aguçados em períodos de escassez hídrica.

METODOLOGIA

O método é um elemento essencial no discurso geográfico construído pela pesquisa, pois pensar e fazer ciência pressupõe utilizar algum método, mesmo na condição de procedimentos técnicos. Na geografia, devemos diferenciar uma realidade fático-material de disposição e organização dos objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material) e as representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico). Numa pesquisa geográfica, a partir da definição de um objeto, materializado na paisagem, o discurso geográfico a ser produzido guarda relações com o pensamento produzido historicamente:

Os discursos geográficos - no sentido mais amplo desse termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com *epistemés* próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão, mas a própria sensibilidade humana. Nesse sentido, qualquer olhar geográfico já se exercita dentro de determinações históricas, qualquer leitura da paisagem sendo densa de uma temporalidade própria. (MORAES, 2014, p.32).

O pensar histórico, ou a produção de discursos geográficos que considere análises anteriores, nos evidencia que a atual transposição do Rio São Francisco apresenta similaridades com soluções passadas para mitigar o problema da seca. O discurso geográfico que se pretende construir com a pesquisa será resultado, por um lado, de uma revisitação de discursos geográficos já construídos acerca de obras passadas de reservação e de transposição hídrica. Por outro lado, também será resultado da compreensão da totalidade contemporânea.

É necessário, como método, reconstruir os processos que produzem os híbridos sionaturais e seus fluxos estruturados e constantemente modificados. O recurso metodológico apontado por SWYNGEDOUW (2001) nos sugere a escolha de uma “forma sionatural” e de seus fluxos constituintes para nos dar uma ferramenta adequada para olhar o fluxo de água da Transposição para além da explicação de processos naturais e externos à sociedade. Adotamos assim a análise da Transposição do Rio São Francisco, que será desconstruída em processos sociais históricos que determinam tanto suas formas quanto seus usos. Os canais da Transposição, esses “híbridos” trazem em si a natureza como parte integrante do metabolismo (histórico) da vida social. A análise dos processos sionaturais que condicionam esse metabolismo nos possibilita desnudar também as contradições presentes tanto nos discursos quanto na produção da mercadoria água:

Se eu fosse captar um pouco daquela água em um copo, expor as redes que a trouxeram até ali e seguir o fio de Ariadne através da água, passaria continuamente do local ao global, do humano ao não humano. Esses fluxos poderiam narrar muitas histórias inter-relacionadas da cidade: a história do seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o

urbano e seus espaços de privilégio e exclusão. Em suma, meu copo d'água incorpora múltiplas estórias da cidade como um híbrido. O rizoma dos fluxos de água, subterrâneos e superficiais, de córregos, tubulações e veios que contribuem para que a água urbana jorre do hidrante é uma poderosa metáfora dos processos socioecológicos corporificados na vida urbana. (SWINGEDOUW, 2001, p. 85)

Assim, o método adotado para a apreensão da totalidade acerca do uso das águas da Transposição no Ceará compreendeu um trabalho de campo que buscou, num primeiro olhar, identificar os caminhos da água da transposição no Ceará, caminhos estes materializados no espaço em canais, açudes e no leito de rios. A partir dessa evidência das águas da transposição no espaço cearense, o passo seguinte foi identificar os atores sociais que estão a fazer uso dessas águas. Desse caminho metodológico foi possível adentrar nos conflitos já existentes entre esses atores sociais pelo uso da água, conflitos estes ora intensificados, ora amenizados com a chegada das águas da Transposição no Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em junho de 2020 as águas do Rio São Francisco finalmente chegaram ao Ceará, no Reservatório Jati, localizado no município de mesmo nome no sul do Estado. As águas chegam trazidas pelo Eixo Norte do Projeto de Integração do São Francisco (PISF), um dos dois conjuntos de canais, túneis e estações de bombeamento que integram a chamada transposição do rio (o outro é o Eixo Leste). O Eixo Norte tem 200 km de distância entre a tomada de água no São Francisco, no município de Floresta (PE) até a Barragem de Jati. E mais 80 km de canais até seu ponto final, o deságue no açude Engenheiro Ávidos (RN).

Em Jati (CE), a transposição “entrega suas águas ao Ceará”. Isso porque na Barragem de Jati, há uma tomada de água que desvia parte das águas da transposição para o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), um conjunto de canais construídos pelo governo cearense. E outra parte das águas da transposição seguem até o Reservatório Atalho e Reservatório dos Porcos, onde há uma tomada d'água (TUD – Terminal de Uso Difuso) para o Riacho dos Porcos. Do Reservatório dos Porcos os canais da transposição seguem para o Rio Grande do Norte.

Mapa 2: Os canais da Transposição no Ceará e as derivações de água para o CAC e Riacho dos Porcos



Fonte: Elaboração própria

Desde que as águas da transposição começaram a chegar no Reservatório Jati, em junho de 2020, boa parte dessa água é direcionada ao Açude Castanhão. Além de ser direcionada para o Castanhão (via CAC), pequena parcela das águas do São Francisco alimentam o Riacho dos Porcos, no sul do Estado. Abaixo apresentamos a vazão média prevista de água a ser entregue pelo PISF/Eixo Norte no Estado do Ceará em 2022:

Tabela 1: Volumes de água da Transposição no Ceará - 2022

Ponto de Entrega	Derivação	Vazão Média - m ³ /s (Ano)	Volume Anual (hm ³)	Uso	
Reservatório Jati - Derivação para o CAC	CAC	4,17	131,4	Abastecimento Humano	Concessionária de Abastecimento Público
Reservatório dos Porcos - TUD	Riacho dos Porcos	0,60	18,9	Irrigação e demais usos	Pequeno usuário
TOTAL - PISF - Ceará - 2022		4,77	150,3		

Fonte: Plano de Gestão Anual – 2022 (Agência Nacional de Águas – ANA)

Para chegar no Açude Castanhão, a água percorre os canais do CAC e depois são desviadas para o Riacho Seco (município de Missão Velha – CE). Daí se inicia um caminho tortuoso através de rios semi-perenes e sujeitos a grande evaporação e infiltração no leito desses rios. O Riacho Seco deságua as águas da transposição no Rio da Batateira, que por sua vez tem o trajeto até o Rio Salgado e este, até o Rio Jaguaribe. Neste trajeto de canais do CAC e de rios perenes e semi-perenes (Riacho Seco, Rio das Batateiras, Rio Salgado e Rio Jaguaribe), as águas do Rio São Francisco se destinam ao Açude Castanhão, localizado na Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe:

Mapa 3: Caminho das águas da transposição até o Açude Castanhão



Fonte: Elaboração própria

Antes da chegada ao Açude Castanhão, no município de Jaguaribara, as águas da transposição passaram pelas cidades cearenses de Jati, Brejo Santo, Abaiara e Missão Velha (através do Cinturão

das Águas) e Missão Velha, Aurora, Lavras de Mangabeira, Icó e Jaguaribe (através do Riacho Seco, Rio das Batateiras, Rio Salgado e Rio Jaguaribe).

O destino principal das águas da transposição no Ceará é o Açude Castanhão, construído em 2002 e responsável por regular a vazão das águas do Rio Jaguaribe. Desde 2010, o Castanhão também fornece água para abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e para o Porto de Pecém, através de um grandioso sistema de canais, reservatórios e adutoras chamado Eixão das Águas.

O Açude Castanhão e a Dinâmica de Uso de Suas Águas

As obras de construção do açude Padre Cícero – Castanhão começaram em 1995 e finalizaram em 2003. O objetivo de sua construção foi de amenizar os efeitos das irregularidades hídricas do semiárido cearense, mais uma ação da política de açudagem do DNOCS. Isso possibilitaria o uso das águas em seu entorno além de perenizar o leito do rio na sub-bacia do Baixo Jaguaribe, que está a jusante do Castanhão. O açude Castanhão está localizado na porção Leste do Ceará, na Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe e tem capacidade de armazenamento de 6,7 bilhões de m³ de água.

O Castanhão é responsável por perenizar o fluxo do Rio Jaguaribe, no seu trajeto a jusante do açude. Neste trecho do Rio Jaguaribe (que correspondem as sub-bacias do Médio e Baixo Jaguaribe), as águas do rio, somadas à vazão do Castanhão, tem os mais diversos usos: população ribeirinha, abastecimento urbano e agricultura irrigada (com destaque para os perímetros irrigados de Russas e Jaguaribe-Apodi).

No ano de 2004, foi concluída a construção do Canal da Integração (ou Eixão das Águas), com 255 km de extensão e uma vazão máxima de 22m³/s. O Canal da Integração destina-se a levar água para a Região Metropolitana de Fortaleza e para o Complexo Industrial e Portuário de Pecém (CIPP), além de alimentar diversas adutoras que levam água para comunidades localizadas ao longo dos canais do popularmente conhecido como Eixão das Águas.

Assim, o Açude Castanhão transfere suas águas para o Eixão das Águas e para o leito natural do Rio Jaguaribe, no trecho da Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe:

Mapa 4: Os caminhos das águas do Castanhão: Rio Jaguaribe e Eixão das Águas



Fonte: Elaboração própria

Podemos agrupar os usos da água que flui do Açude Castanhão em 5 grandes usos a partir de dois caminhos das águas partindo do açude, o Eixão das Águas e o Rio Jaguaribe:

Tabela 2: Usos das águas do Açude Castanhão: Rio Jaguaribe e Eixão das Águas

Caminho das águas	Uso das águas	Volume de água transferido (m ³ /s médio)			
		2018	2019	2020	2021
Eixão das Águas	Captação nos canais	5,93 *	0,92	0,37	1,11
	Fortaleza / Porto de Pecém	-	-	-	-
	Perímetro de Russas	1,2	1,2	2,5	2,5
	Total da transferência para Eixão Águas	7,13	2,12	2,87	3,61
Rio Jaguaribe	Usos no leito do rio	3,65	3,16	6,5	5,15
	Perímetro Jaguaribe-Apodi	1,2	1,2	2,5	2,8
	Total da transferência para o Rio Jaguaribe	4,85	4,36	9	7,95
	Total da transferência do Castanhão	11,98	6,48	11,87	11,56

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de vazão da COGERH (* Dados agregados para 2018)

De 2019 pra cá, o Eixão das Águas não tem transferido água para a Fortaleza/Pecém porque as chuvas neste período tem dado conta da tarefa de manter elevado os níveis dos açudes de abastecimento das regiões metropolitana e portuária. Até 2018, uma grande estiagem em todo estado do Ceará fez com que a maior parte do volume de água retirado do Castanhão fosse direcionado para Fortaleza/Pecém.

Desde 2010 o açude Castanhão sofre uma drástica redução de seu volume de água armazenado em função do longo período de estiagem e poucas chuvas. O nível do açude passa por uma redução, ano a ano, chegando ao nível crítico de 7% de sua capacidade de 6 bilhões de metros cúbico em 2018. Havia uma esperança que a transposição pudesse recuperar o nível do Castanhão, mas a transposição não tem a capacidade nem a intenção de “encher o Castanhão”. É impossível encher o reservatório de grande porte por meio de bombeamento, algo que só vai acontecer através de sucessivas chuvas volumosas. Em 2021, o Castanhão teve aporte de 255 milhões de metros cúbicos de água, dos quais 64,5 milhões (ou 2,05 m³/segundo, vazão média no ano) vieram da Transposição do Rio São Francisco. As previsões de vazão para o Castanhão em 2022 são de 131,4 milhões de m³ de água (ou 4,17 m³/segundo), considerando a previsão da vazão média* e conforme apresentado anteriormente na Tabela 1.

Os Usos Das Águas da Transposição no Ceará – Açude Castanhão

Desde o início da operação da Transposição/Eixo Norte em 2020, as águas do São Francisco tem sido direcionada exclusivamente ao estado do Ceará. Ainda que haja considerável número de comunidades que façam uso das águas dos rios que recebem água da Transposição antes dela chegar ao Castanhão, será a partir deste último que analisaremos os usos das águas da Transposição devido ao Castanhão receber a maior parte da água transposta do Rio São Francisco.

Isso nos leva a afirmar que a transposição, ao desaguar e misturar suas águas no Açude Castanhão, retroalimenta um quadro de conflitos pelo uso das águas do Castanhão, que envolve as regiões das bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe e da região metropolitana de Fortaleza.

A – A agricultura irrigada do Vale do Baixo Jaguaribe

As águas do Rio Jaguaribe tem diversos usos nos trechos das bacias do Médio e Baixo Jaguaribe. Os municípios do Vale do Rio Jaguaribe fazem uso de suas águas principalmente para agricultura irrigada, abastecimento canalizado urbano e rural e pesca (com destaque para a carcinicultura), além dos usos menos menores no abastecimento industrial e hidroeleticidade.

A implantação de perímetros irrigados levada a cabo pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1960 se refere a uma política pública destinada a promover o desenvolvimento em determinadas regiões brasileiras empregando capital público e atraindo capital privado. Essa política pública era suportada por um minucioso planejamento, enquadrado no contexto político dos anos 1960 e 1970 no Brasil: o poder central (federal) autoritário (regime militar pós 1964) promotor de projetos de desenvolvimento regional.

* O Plano de Gestão PISF – 2022 apresenta 3 cenários de vazão de água da transposição para o Estado do Ceará. A vazão mínima é prevista em 96 milhões de m³ de água (ou 3,06 m³/segundo) e a vazão máxima em 184 milhões de m³ de água (ou 5,8 m³/segundo)

Esse planejamento considerava especificidades regionais, como no caso dos “vales úmidos”, eleitos como regiões adequadas a implantação de perímetros irrigados.

A partir do histórico realizado por Albano (2022) e Vieira (2015) das ações governamentais nos anos 1960 e 1970 que marcaram a criação e consolidação da política pública de implantação de perímetros irrigados no Nordeste, elencamos abaixo os principais eventos:

1 - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN): esse grupo de trabalho elaborou o relatório *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (1959)* com uma estratégia de desenvolvimento regional. A partir das recomendações deste documento, o Congresso Nacional elaborou e aprovou quatro Planos Diretores de Desenvolvimento Regional para orientar as ações que viriam a ser implementadas pela Sudene.

2 - Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ): grupo criado em 1961, no âmbito do primeiro Plano Diretor (1961-63), de seus estudos técnicos e recomendações surgiram ao final dos anos de 1960 dois perímetros irrigados no Ceará: de Morada Nova e o Icó-Lima Campos.

3 - Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA): grupo criado em 1968, no âmbito do primeiro Plano Diretor (1965-67), que fez um levantamento de áreas irrigáveis para implantação de perímetros irrigados. Relatório apresentado por esse grupo também indicou a viabilidade técnico-econômica para criação de 63 projetos de irrigação localizados no Nordeste nos “vales úmidos”.

4 – I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): o primeiro planejamento do governo federal vigorou entre os anos de 1972 e 1974 e já trazia como prioridade os projetos de irrigação para cumprimento de suas metas de desenvolvimento regional. Neste plano, foi estabelecida a meta de serem irrigados 40 mil hectares nos vales úmidos da faixa semiárida do Nordeste. Lançou o Programa de Irrigação Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

5 - II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): lançado no final de 1974 vigorou entre os anos de 1975 e 1979. Lançou o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) que tinha como objetivo promover o desenvolvimento de algumas áreas consideradas prioritárias do Nordeste: tabuleiros costeiros (do Rio Grande do Norte à Bahia), as serras úmidas (Ibiapaba, Baturité, Araripe e outras), os **vales irrigáveis dos rios Jaguaribe (Ceará), Apodi (Rio Grande do Norte), Piranhas-Açu (Rio Grande do Norte e Paraíba), Moxotó (Pernambuco)***, Gurguéia, Fidalgo e Parnaíba (Piauí) e São Francisco (Bahia).

* Esses “vales irrigáveis” previstos para receber projetos de irrigação no II PND coincidem com os destinos finais das águas da Transposição do Rio São Francisco: Rios Jaguaribe, Apodi e Piranhas-Açu com o Eixo Norte e o Rio Moxotó (através de uma adutora) com o Eixo Leste, além do Rio Paraíba

A partir daí, se inicia uma série de implantação de perímetros irrigados no semiárido nordestino (conduzida pelo DNOCS) e no Vale do Rio São Francisco (conduzida pela CODEVASF). Na construção de perímetros irrigados públicos, o Estado investiria em estruturas fixas associados à irrigação (canais, barragens, perímetros irrigados) e em políticas voltadas para a assistência técnica, a extensão e o crédito.

6 - I Programa Plurianual de Irrigação (PPI): lançado em 1978, este programa é um marco na virada na política de irrigação, que ocorre no início dos anos 1980, especificamente quanto aos perímetros irrigados. Nesse período, são elaborados um conjunto de estudos e incentivos para a emancipação dos perímetros irrigados existentes. Em relação aos perímetros irrigados públicos até então existentes, Elias (2002) assinala as transformações:

com o redirecionamento político do Governo Federal na década de 80, visando um Estado menos intervencionista, mudou o âmago da política de irrigação e buscou-se erigir novos modelos de gestão para os perímetros irrigados. Iniciaram-se estudos tendo em vista a emancipação dos existentes, com o objetivo de transferir aos produtores a responsabilidade pela operação, manutenção e gerenciamento dos projetos públicos de irrigação, privilegiando a administração privada, por parte de empresários, e empresas agrícolas e agroindustriais (ELIAS, 2002, p. 298).

Nesse contexto de ampliação do espaço da irrigação privada, é instituída uma nova legislação que buscava ampliar o capital empresarial nos perímetros públicos de irrigação. É neste contexto que são criados os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi (1989) e Tabuleiro de Russas (2003), os dois maiores perímetros irrigados do vale do Baixo Jaguaribe e que fazem uso de grande volume de água do açude Castanhão/Rio Jaguaribe.

O Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi teve suas atividades iniciadas em 1989 com organização de seus 13.229 hectares de área desapropriada de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Com a extinção do DNOS no ano seguinte, o perímetro irrigado passou a ser administrado por diversas cooperativas e associações de irrigantes até que, em 2001, criou-se a Federação das Associações do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi – FAPIJA, associação de irrigantes do perímetro que gerencia as estruturas do DNOCS (canais, bombas, etc) que conduzem a água do Rio Jaguaribe (captação na Barragem das Pedrinhas) até o alto da Chapada do Apodi, onde está localizado o perímetro.

O solo da região do alto da Chapada do Apodi, onde se localiza o perímetro Jaguaribe-Apodi, é fértil e adequado a agricultura. Isso faz com que o uso de água da irrigação reduza bastante em períodos chuvosos. A produtividade também é maior que a registrada no Perímetro de Russas: Jaguaribe Apodi tem uma produção maior em uma área menor de cultivo. O custo de energia é muito alto, devido a adução

de água realizada da Barragem de Pedrinhas (localizada no Vale do Jaguaribe) até a área do perímetro, no alto da Chapada do Apodi, numa diferença de 120 metros.

O Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas está localizado no Baixo Jaguaribe, nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova. Sua operação se iniciou no ano de 2003, com 18.915 hectares de área desapropriada. No início de sua operação, o perímetro tinha a captação de água no Rio Banabuiú, que alimentava o Açude de Curral Velho, construído para uso do perímetro. Com a construção do Eixão das Águas e a redução do nível do Rio Banabuiú, o perímetro passou a utilizar as águas do Castanhão/Eixão das Águas. O Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas é hoje administrado pela associação de irrigantes chamada Distrito do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (DISTAR).

Abaixo segue quadro com características e dados atualizados dos dois perímetros, informações compiladas a partir de entrevistas realizadas com os gestores dos dois perímetros:

Tabela 3: Características e dados atualizados (2021) dos perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas

	DISTAR	FAPIJA
Lotes irrigados (2021)	300	324
Área irrigada (2021)	2.667 hectares	3.348 hectares
Culturas	Destaque para as culturas permanentes: banana (23% da área cultivada), goiaba (19%), coco (12%), acerola (11%) e pastagem (10%)	Destaque para as culturas permanentes banana (48% da área plantada em 2021) e pastagem (11%) e para a cultura temporária soja (35%).
Grandes Empresas	Mari Pobo controla 1.050 hectares dentro do perímetro, mas cultiva 190 há de acerola e compra a produção dos 90 há com acerola de pequenos irrigantes. Quatro empresas de pecuária leiteira. Agrícola Famosa tem o controle de 1.500 há dentro do perímetro: tinha grande produção de melão antes da escassez hídrica, mas atualmente cultiva mamão em 200 há e banana em 400 há.	A Banisa e a Delmonte controlam 2.300 hectares, parte dentro do perímetro, parte no seu entorno. Fazem uso da água fornecida pela FAPIJA, mas irrigam somente 600 hectares devido à instabilidade no fornecimento hídrico.
Medição dos irrigantes	Individual. Pagamento ao DISTAR segundo a classe de consumo	Não há medição individual dos irrigantes. Irrigantes pagam à FAPIJA pela água segundo a energia consumida por suas bombas. FAPIJA paga cerca de 110 mil reais por ano à COGERH
Valor pago pela água	Pequenos: R\$ 22 / mil m ³ ; Grandes: R\$ 35 / mil m ³	R\$ 51 / mil m ³
Despesas anuais do perímetro e	1,2 milhão/ano pagos a COGERH pela água; 300 mil/ano de pagamento de energia; despesas com manutenção do perímetro (valor não apurado)	2,1 milhões de reais/ano
Subsídio do DNOCS	10% das despesas totais anuais	35% das despesas totais anuais
Desnível: captação de água x perímetro	7 metros	120 metros
Sistema de posse dos lotes	Lotes são titulados com escritura em cartório. 92% dos lotes são titulados.	A titularidade dos lotes é por cessão de uso dada pelo DNOCS aos irrigantes.
Valores de comércio de lotes	de R\$ 12 mil a R\$ 17 mil por hectare	30.000 por hectare

Fonte: Elaboração própria

B - Os usos urbano e industrial em Fortaleza e Porto de Pecém

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) é responsável pela distribuição de água, através de rede canalizada, à Região Metropolitana de Fortaleza. A companhia abastece a região a partir de 2 estações de tratamento de água: ETA Gavião, que fornece 9,3 m³/segundo e a ETA Oeste, que fornece 1 m³/s de água. Já a responsabilidade por fornecer água bruta para as duas estações de tratamento de água é da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), que faz isso a partir de uma gigantesca e complexa malha de açudes e canais de interligação. Cabe também a COGERH fazer o transporte de água bruta até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). No ano de 2021 a COGERH forneceu pouco mais de 1 m³/segundo de água ao CIPP.

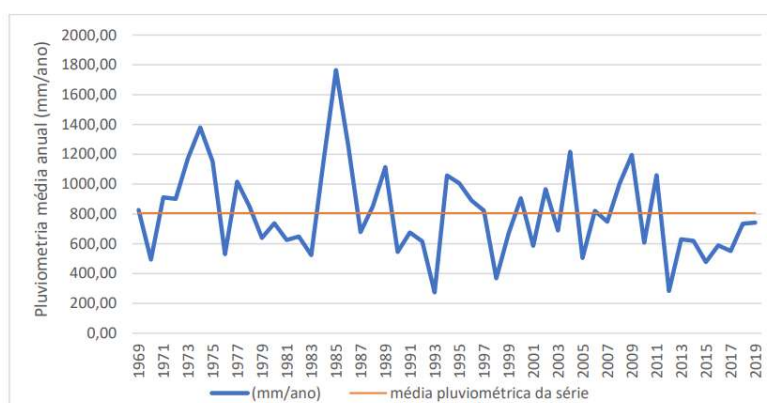
Somado o consumo urbano da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) ao consumo do Porto de Pecém temos um volume de água em torno de 11,3 m³/segundo. No ano de 2018, marcado por uma grave crise hídrica que reduziu o nível dos açudes de abastecimento da região metropolitana, cerca de 4 m³/s de água foram transferidos do Castanhão para o sistema de açudes e canais da COGERH na região, através do Eixão das Águas. Porém, desde 2019, com elevação do índice de chuvas e do nível dos reservatórios na região, o Castanhão não transfere água para o sistema de açudes e canais da COGERH que abastece Fortaleza e o Porto de Pecém.

Tanto a prioridade de uso humano da água definida pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433/97) quanto altas as tarifas cobradas pela CODEVASF pelo fornecimento das águas do Rio São Francisco são elementos que tem fortalecido o discurso de que as águas da transposição no Ceará deverão ser direcionadas ao abastecimento (ou à garantia da segurança hídrica) de Fortaleza e do Porto de Pecém. Os irrigantes, que fazem uso da água do Castanhão/Rio Jaguaribe, pagam menos de 1 centavo à COGERH pelo metro cúbico de água utilizado. Eles argumentam que a tarifa cobrada pela água do São Francisco (R\$ 0,74/m³) é inviável para a irrigação. Certamente essa polêmica de quem fará uso da água do Castanhão/PISF ficará para 2023, já que o custo da água fornecida ao Ceará pela Transposição/CODEVASF no ano de 2022 serão arcados pela União.

Os Conflitos pelo Uso da Água do Castanhão no Período de 2016-2019

A partir de 2010, o Estado do Ceará atravessou uma fase de intensa estiagem, devido a redução das chuvas abaixo da média histórica.

Gráfico 1: Pluviometria da Sub-Bacia do Médio Jaguaribe



Fonte: Rocha; Almeida (2020)

Isse refletiu na redução gradativa do nível do açude Castanhão que estava com 74% de sua capacidade no ano de 2012 e atingiu seu menor nível neste período em 2018, chegando a 7% de sua capacidade.

Gráfico 2: Volume de água armazenado no açude Castanhão



Fonte: COGERH - Reunião de avaliação do XXVIII Seminário de Alocação Negociada das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú - Operação 2021 e Operação Emergencial do 1º Semestre de 2022

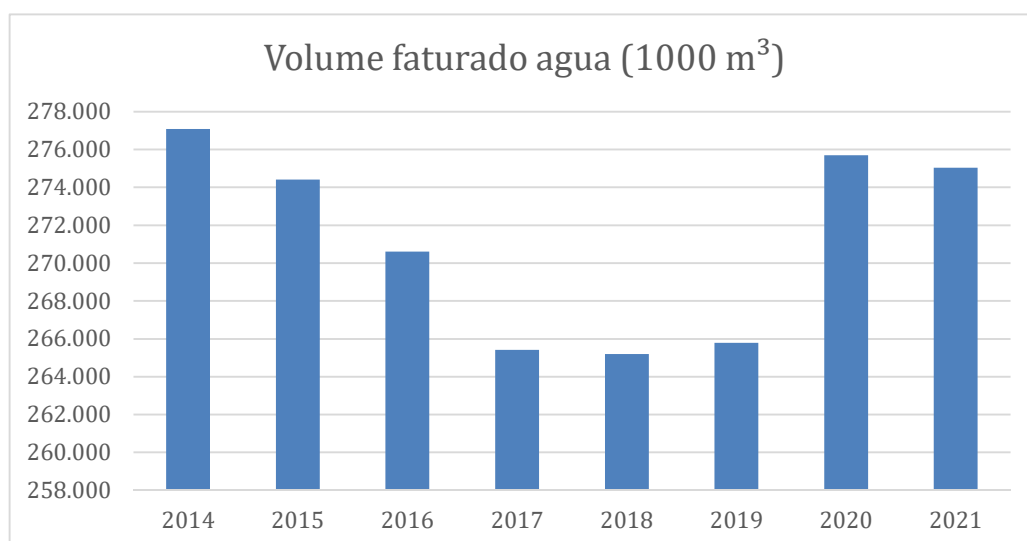
No ano de 2015, quando o nível de água do Castanhão estava em aproximadamente 15%, os impactos da seca começam a ser sentidos nos usuários da água do açude. A COGERH, para não colapsar o fornecimento de água para Fortaleza/Pecém, passa a direcionar a maior parte da alocação das águas do Castanhão para a região metropolitana*, reduzindo muito o aporte direcionado ao Rio Jaguaribe e aos perímetros irrigados de Russas e Jaguaribe-Apodi.

No período de 2016 a 2019 verificou-se uma redução drástica da água disponível, tanto para a Região Metropolitana de Fortaleza quanto para a agricultura irrigada ao longo do Rio Jaguaribe. Com a incapacidade do Castanhão em fornecer água para os usos dos agentes econômicos que dependiam de sua água, aliada a drástica redução da pluviosidade tanto no vale do Jaguaribe quanto na região metropolitana, o que pode se observar foi uma grande redução da atividade econômica desses agentes. O abastecimento de água na região metropolitana foi reduzido, como também a agricultura irrigada.

A CAGECE teve uma redução no fornecimento de água no período 2016 a 2019, acarretando grande redução no faturamento da companhia:

* Desde 2007, a alocação anual das águas entre Eixão, Rio Jaguaribe e os perímetros irrigados é definida a partir de 2 reuniões semestrais, uma no início da fase chuvosa (inverno), em janeiro, e outro no início da época de estiagem, em julho.

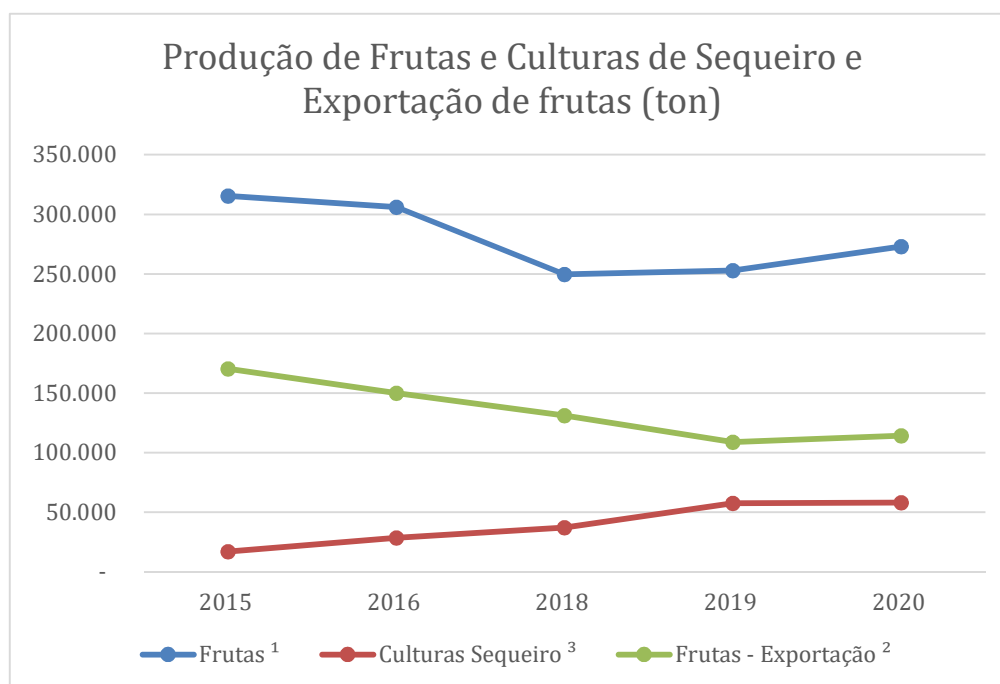
Gráfico 3: Volume de água faturado pela CAGECE (em mil m³)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CAGECE (2021)

A produção agrícola nos municípios localizados na sub-bacia do Baixo Jaguaribe e no entorno do Castanhão registraram grande redução da produção de frutas, culturas muito dependentes da irrigação. A exportação de frutas dos referidos municípios também teve uma redução no período 2016-2019. Somente a partir de 2020 tanto a produção quanto a exportação de frutas começam a apresentar um quadro de recuperação. No mesmo período, porém, foi registrado um leve aumento de duas culturas de sequeiro, feijão e mandioca. Isso pode refletir uma mudança na prioridade de culturas irrigadas para as culturas de sequeiro, na tentativa de usar as poucas chuvas do período para a produção agrícola, no contexto de redução da água liberada pelo Castanhão:

Gráfico 4: Produção e exportação de frutas e produção de culturas de sequeiro (em toneladas)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Produção Agrícola Municipal (www.ibge.gov.br) e da Exportação e Importação por Municípios (<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>)

¹ Produção de banana, goiaba, limão, mamão, manga, melancia e melão nos municípios do Baixo Jaguaribe (PAM-IBGE). ² Exportação de banana, mamão, melancia, melão, suco de frutas e outras frutas nos municípios do Baixo Jaguaribe (COMEXSTAT-MDIC). ³ Produção de feijão e mandioca nos municípios do Baixo Jaguaribe (PAM-IBGE)

Os perímetros irrigados de Russas e Jaguaribe-Apodi também tiveram forte redução da água no uso de água durante esse período de estiagem acentuada. Isso refletiu na redução da área cultivada:

Tabela 4: Consumo anual de águas nos perímetros irrigados (m³/s)

Ano	Jaquaribe-Apodi	Tabuleiro de Russas	
	Consumo água (m ³)	Consumo água (m ³)	Área Cultivada (há)
2014	3,6	2,9	6.152
2015	2,5	1,9	3.868
2016	1,8	1,3	3.164
2017	1,2	0,95	2.297
2018	1,2	1,2	2.115
2019	1,2	1,2	2.055
2020	2,5	2,5	2.694
2021	2,8	2,5	4.711

Fonte: Elaboração própria

Antes do período de escassez hídrica e das consequentes restrições de fornecimento de água aos perímetros irrigados, a produção nos dois perímetros era maior. No Tabuleiro de Russas, no ano de

2014, foram cultivados 6.150 hectares dentro do perímetro (atualmente são 3.348 ha), sendo somente cultivados com bananas 1.900 ha (atualmente são 600 ha). Houve redução de área e de produção nos dois perímetros durante os anos de 2016 a 2019.

Cada perímetro possui um regime jurídico de posse da terra diferente, mas o comércio de lotes ocorre nos dois. Mas, tanto no período de escassez hídrica quanto nos últimos 2 anos de retorno das chuvas, esse comércio é pequeno. A terra funciona como uma reserva de valor. A escassez hídrica também tem impedido o lançamento da 2ª etapa dos perímetros, o que impede o cultivo de 3.600 ha em Russas e de 2.500 ha no Jaguaribe-Apodi. Isso faz com que as estruturas de canais sofram deterioração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi apresentar os primeiros resultados da pesquisa acadêmica de doutorado cujo tema é a transposição das águas do Rio São Francisco para o semiárido nordestino. A partir do levantamento bibliográfico e de entrevistas realizadas em um trabalho de campo à região do Vale do Jaguaribe, constatou-se que a transposição abastece com suas águas o Açude Castanhão, o maior do Ceará. Assim, esse artigo centra seu olhar nos usos das águas do Castanhão, na grande redução de seu nível nos anos 2016-2019 e nos conflitos em torno do uso de suas águas.

O caminho teórico escolhido visa a compreensão dos processos atuais de cercamento das águas do São Francisco no semiárido cearense e de extração de rendas auferidas no seu uso pela agricultura irrigada e no seu transporte/distribuição para consumo industrial e urbano na região metropolitana de Fortaleza.

Um ponto de ajuste que esse artigo proporcionou à pesquisa diz respeito ao melhor entendimento de objeto de pesquisa. Isso porque na geografia humana, o objeto são as relações sociais estabelecidas entre os homens e entre estes e seu meio. A apropriação das águas do Rio São Francisco no Ceará e as rendas auferidas por essa apropriação podem ser tratados neste artigo como seu objeto. A partir desse entendimento salientamos que os processos sociais qualificam o espaço e as características naturais nele contidas, e não o contrário. O enquadramento da natureza como recurso natural é um qualificativo histórico que depende da tecnologia disponível para explorar esses recursos e aplicações também históricas de seus usos.

O levantamento dos usos das águas transposta do Rio São Francisco para o Estado do Ceará foram eleitos como objetivos deste artigo. A proposta foi mapear e identificar esses usos para, num segundo momento, entender como e por quem se dá a apropriação das rendas proporcionadas pelo uso das águas. A crise hídrica que atravessou o Ceará nos anos 2016-2019, com redução das chuvas e consequente redução do nível do Açude Castanhão evidenciou com a disponibilidade de água determina

o nível da atividade agrícola irrigada e da quantidade de água na distribuição para a Região metropolitana de Fortaleza. Isso, por sua vez, interfere no nível da renda auferida pelos atores sociais que fazem uso das águas do Castanhão, açude este que desde 2020 recebe todo o volume de água da Transposição do Rio São Francisco que chega ao Ceará.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Perímetros Irrigados nos Semiáridos do Brasil e de Portugal: uma análise comparativa**. Natal: EDUFN, 2022
- ANA - Agência Nacional de Águas. **Plano de Gestão Anual PISF – Exercício 2022**
- CAGECE – **Relatório de Administração 2021**. www.cagece.com.br
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. **“As firmas tomaram conta de tudo”: Agronegócio e Questão Agrária no Baixo Jaguaribe**. 398 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- ELIAS, D. **A modernização da produção agropecuária**. In: ELIAS, D. (org.). O novo espaço da produção globalizada: O Baixo Jaguaribe – CE. Fortaleza: FUNECE, 2002. p.281-346.
- FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 181p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010
- GADELHA, Diego. **Estudo de caso sobre o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (CE)**. 2013. No prelo.
- MELO, Maria José de. **Transposição do Rio São Francisco e Renda Fundiária: uma análise da propriedade camponesa do Alto Paraíba – PB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acessado em 21/12/2018.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, Interdisciplinaridade e Metodologia. In: **GEOUSP** (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9 – 39, jan/abr 2014
- ROCHA, Sâmia de Souza; ALMEIDA, João Roberto Façanha de. **A variabilidade da precipitação nas sub-bacias do Alto e do Médio Jaguaribe e seu efeito sob os açudes Castanhão e Orós, localizados no estado do Ceará**. Revista Brasileira de Geografia Física v.14, n.01 (2021) p. 25-36.
- SWINGEDOUW, Erik. **A Cidade como um Híbrido: Natureza, Sociedade, e ‘Urbanização - Cyborg’** In: Acselrad H, A Duração das Cidades – Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. DP&A Editora, Rio de Janeiro; 2001. p. 83-104.
- VIEIRA, W. L. P. **A irrigação no Nordeste: Uma abordagem histórica do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO IMEDIATA DE TRÊS CORAÇÕES-MG

Deilson Alves Dias
Flamarion Dutra Alves

RESUMO

Em meio às transformações nas dinâmicas territoriais, as discussões acerca das relações entre o campo e as cidades devem ser postas em pauta nos estudos da ciência geográfica. A região localiza-se no Sul de Minas, região que em seus primórdios teve forte ligação com a “fazenda”, fator que pode ter sido fundamental na configuração espacial atual da região. Onde constata-se a ausência de cidades grandes, presença de algumas cidades de porte médio, que se configuram como polos regionais, e a existência de muitas cidades de pequeno porte que têm sua cultura e paisagens fortemente ligados às dinâmicas do campo. Mas sabidas as mudanças na dinâmica econômica nos últimos séculos, nos propomos a fazer uma análise e descrição socioeconômica dos municípios da Região Geográfica Imediata de Três Corações, abordando a relação campo-cidade presente. Além de, investigar os fatores que contribuem para que Três Corações desempenhe um papel de centralidade nesta região. Quanto à abordagem teórico-metodológica, o trabalho foi desenvolvido seguindo uma abordagem quantitativa e qualitativa, elaborada através de pesquisas bibliográficas acerca de conceitos-chaves e coleta de dados, para tal, utilizamos a plataforma SIDRA-IBGE e IMRS (FJP).

Palavras-chave: Pequenas Cidades; Região; Planejamento; Sul de Minas; Campo-Cidade.

ABSTRACT

In the midst of changes in territorial dynamics, discussions about the relations between the countryside and cities must be put on the agenda in the studies of geographic science. The region is located in the south of Minas, a region that in its beginnings had a strong connection with the “farm”, a factor that may have been fundamental in the current spatial configuration of the region. Where there is the absence of large cities, the presence of some medium-sized cities, which are configured as regional centers, and the existence of many small cities that have their culture and landscapes strongly linked to the dynamics of the countryside. But knowing the changes in the economic dynamics in the last centuries, we propose to make a socioeconomic analysis and description of the municipalities of the Immediate Geographical Region of Três Corações, approaching the present countryside-city relationship. In addition to investigating the factors that contribute to Três Corações playing a central role in this region. As for the theoretical-methodological approach, the work was developed following a quantitative and qualitative approach, elaborated through bibliographic research on key concepts and data collection, for this, we used the SIDRA-IBGE and IMRS (FJP) platform.

Palavras-chave: Small cities; Region; Planning; South of Minas; Field-City.

INTRODUÇÃO

O fato de o Sul de Minas ter um contingente significativo de cidades pequenas pode ser reflexo da maneira como ocorreu a povoação do território brasileiro, um país hostil ao agrupamento, teve na derrota do povoamento aglomerado pelas reduções jesuíticas, uma vitória da fazenda como unidade de povoamento, orientando assim o país para a dispersão (DEFFONTAINES, 1938). Essa “vitória da fazenda” é um dos legados que fazem as pequenas cidades do Sul de Minas terem uma relação muito forte com o campo. Ainda que sejam tidas como modos de vidas distintos, tendo no urbano a predominância da aglomeração de pessoas, dinheiro, serviços e infraestrutura, e no rural a dispersão (HESPANHOL, 2011), novas perspectivas para a análise desses meios vem surgindo, onde se constata uma similaridade e interação entre o rural e o urbano, principalmente nas pequenas cidades.

É sabido que, após o êxodo rural do século XX e a transformação nos modos de produção, resultado principalmente dos processos provenientes da revolução tecnológica, após a década de 1970, o campo e a cidade passaram por transformações, que resultaram em novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais. Uma das transformações mais marcantes é o processo de modernização da tecnologia, retratado por Santos (1996). O autor desenvolveu o entendimento quanto às transformações que resultaram da evolução das tecnologias, ele afirma que o atual momento está relacionado ao conceito de meio técnico-científico-informacional que se revelou mais intenso na década de 1970. Essa evolução da tecnologia é tida como importante fator na ampliação das relações entre agricultura e indústria e a tendência à urbanização da sociedade brasileira (HESPANHOL 2002).

Tais aspectos influenciam e têm o poder de moldar os níveis de desenvolvimento econômico e social, o que resulta diretamente nas condições de vida dos habitantes, seja no campo ou na cidade. Ao tratarmos de uma economia globalizada, a inclusão de uma determinada região na rede econômica, independe de seu tamanho físico ou populacional, mas sim do nível em que está inserida no contexto da informação e comunicação (CASTELLS 1999). É nessa linha de pensamento que Corrêa (1999) afirma ser, a rede urbana, a manifestação mais categórica da lógica de investimentos globais, onde os interesses do mercado globalizado cria novas redes urbanas e refuncionaliza as já existentes.

Dada a importância dessas mudanças ocorridas e que vem ocorrendo na dinâmica campo - cidade, atrelada a diversidade territorial do Brasil, nessa pesquisa optamos por trabalhar com a nova regionalização do país proposta pelo IBGE em 2017. Esse modelo de divisão regional mais recente veio como forma de atualizar a divisão regional que até então vigorava, ordenada a partir das mesorregiões e microrregiões geográficas da década de 1990. Esse novo modelo proposto divide o território em duas

categorias: as Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, e levam em consideração conceitos como o de território-rede e de território-zona.

O território-rede leva em consideração a apropriação do espaço pela sociedade, incorporando as peculiaridades relacionadas ao movimento e as diferentes formas de mobilidade (fluxos) (HAESBAERT, 2004). Já o território-zona leva em conta os fluxos e os fixos, considerando o controle exercido pelas cidades frente a suas funções e atividades de alcance intra e inter-regionais (IBGE 2017), um exemplo claro é o deslocamento cotidiano para o trabalho ou estudo. Ainda de acordo com o IBGE (2017) o uso dessas interpretações geográficas é o que marca o método dessa proposta de regionalização, considerando não só a continuidade espacial, mas também os fluxos materiais e imateriais que a atravessam.

Levando em consideração essa nova regionalização e a proximidade com o campo no sul de minas, esse trabalho tem por objetivo fazer o levantamento e organização de dados socioeconômicos a fim de analisar o processo de de urbanização da RGI de Três Corações, tendo em vista a centralidade econômica apresentada pela região nos séculos XVIII e XIX fortemente ligados a agropecuária de abastecimento interno. A partir da confecção de gráficos, tabelas e mapas tentaremos entender qual a organização econômica regional atual, a relação com a cidade e o campo, e por fim elucidar os motivos que fazem Três Corações a cidade pólo desta região.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem teórico-metodológica, o trabalho foi desenvolvido seguindo uma abordagem quantitativa e qualitativa, elaborada através de pesquisas bibliográficas acerca de conceitos chaves, que nos ajudarão a entender a dinâmica e relação entre as cidades dessa região. A priori autores como Corrêa (1999, 2011) e Wanderley (2002), Hespanhol (2002) e Moreira Junior (2009) no intuito de conceituar as temáticas: cidades pequenas, o espaço rural e urbano.

A fim de entender o processo de êxodo rural do século XX e a transformações nos modos de produção vindos da revolução tecnológica após a década de 1970 utilizamos autores como Santos (1996), Castells (1999). Haesbaert (2004) foi utilizado para a conceituação quanto a sociedade em rede, os fluxos e os fixos.

Tendo em vista que heranças do passado são importantes para a configuração da atual dinâmica regional, alguns autores foram utilizados para que possamos conceituar a maneira como se deu o povoamento da região. Quanto ao processo e o modo como foi constituída a rede de cidades no Brasil, Defontaine (1938) Chaves (2013) Araújo (2012) e Andrade (2008) e nos mostram o contexto e as características do povoamento das vilas em Minas Gerais.

Martins (2014) é outro autor utilizado e foi importante por nos apresentar, a mudança da paisagem no Sul de Minas, que passa de uma paisagem natural para uma paisagem transformada pela cafeicultura entre as décadas de 1870 e 1920. Outra conceituação teórica importante é apresentada nos textos de Corrêa (1999) e Castilho (2012), no qual relatam a importância da linha férrea e das estações ferroviárias para a formação da malha territorial brasileira. Esses autores demonstram a importância da implantação de ferrovias no que tange o processo de centralização de algumas cidades.

Após a conceituação teórica, a próxima etapa foi a coleta de dados, utilizou-se das plataformas SIDRA-IBGE e IMRS da Fundação João Pinheiro, para a obtenção dos dados e confecção das tabelas e gráficos referentes aos indicadores pré-selecionados.

Os dados relativos às características demográficas, sociais e econômicas desse estudo foram disponibilizados a partir dos dois últimos Censos Demográficos realizados pelo IBGE, datados de 2000 e 2010. Esses dados são de caráter público e estão disponibilizados nas plataformas do IBGE.

A análise de dados referentes à: Estrutura fundiária; Agricultura familiar - Propriedades com menos de 100 hectares será realizada a partir da plataforma SIDRA, utilizaremos dados do Censo Agropecuário de 2017. Além dos dados de uso da terra dos municípios que são disponibilizados pelo MapBiomias.

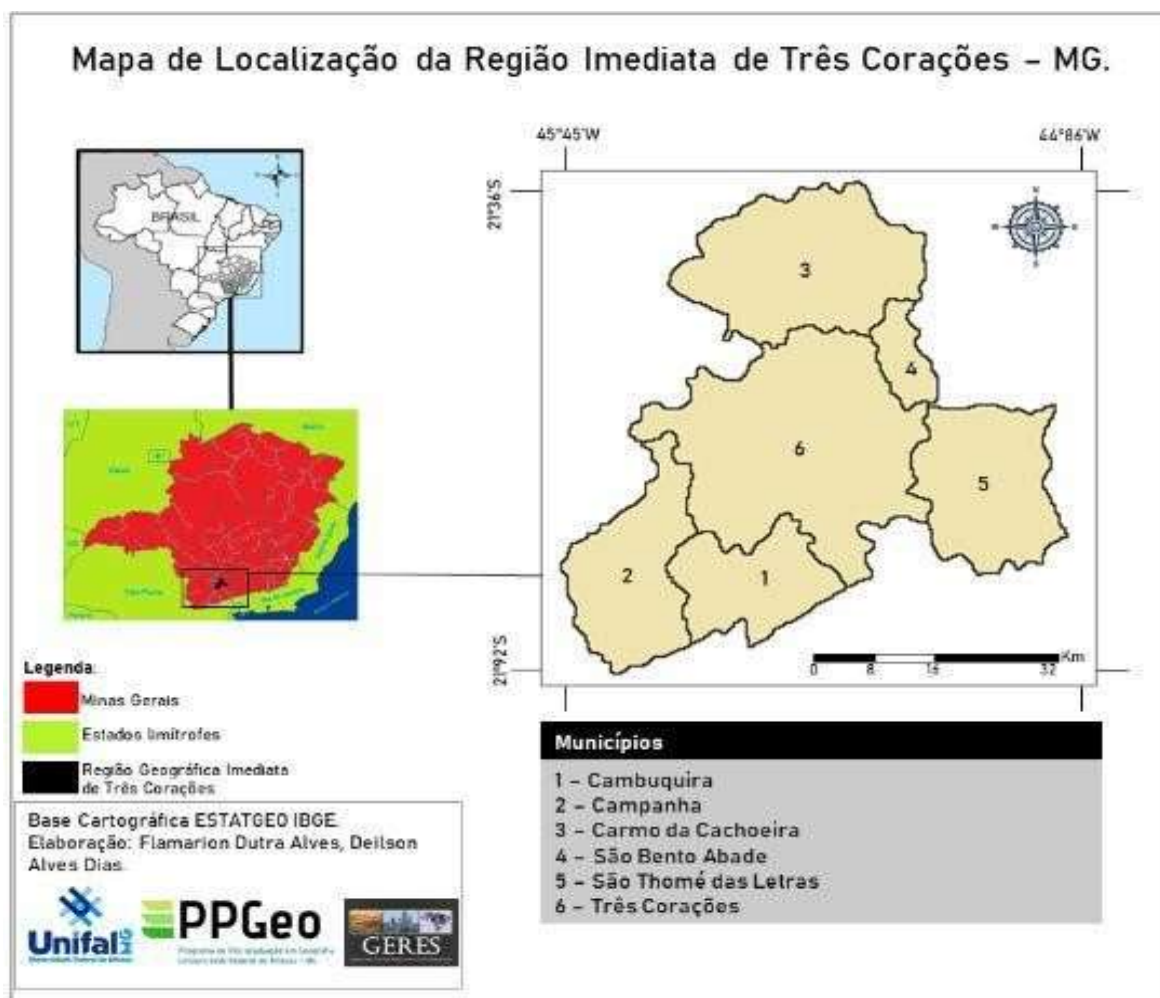
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Geográfica Imediata de Três Corações

A Região Geográfica Imediata de Três Corações (Figura 1) é composta por seis municípios - Três Corações, Campanha, Cambuquira, São Thomé das Letras, São Bento Abade e Carmo da Cachoeira. Se localiza na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas. A Região se encontra localizada em área de transição da Mata Atlântica para o Cerrado brasileiro, com predominância do bioma Mata Atlântica. Seu relevo característico é de planalto, caracterizado pela presença de mares de morros. Quanto à Hidrografia, todos os municípios estão situados na bacia do Rio Verde, a única exceção fica por conta de São Bento Abade que está sobre o divisor de águas das Bacias Hidrográficas do Rio Verde e do Rio Grande.

A origem do povoamento da região se dá pela corrida do ouro, no século XVII, onde se destaca a cidade de Campanha, notadamente uma das cidades mais antigas do Sul de Minas, foi descoberta pelos exploradores paulistas e sendo inicialmente denominada como “As Minas do Rio Verde”. A localidade logo foi integrada junto à coroa Portuguesa, tendo como interesse maior dos portugueses a cobrança do quinto, tributo cobrado pela coroa na época que correspondia a 20% do total de minério extraído (ARAÚJO 2012).

Figura 1 - Mapa de Localização da RGI de Três Corações



Autores: Deilson Alves Dias e Flamarion Dutra Alves, 2020. Fonte: ESTATGEO IBGE

Com o fim do ciclo aurífero a região teve seu setor econômico reinventado pelas elites locais, e se constituiu como importante localidade em Minas Gerais. Seu auge econômico foi no começo do século XIX, tendo sua economia baseada nas grandes fazendas que desenvolveram atividades agrícolas e agropecuárias, principalmente para abastecer a então capital da época e centro urbano mais próximo, o Rio de Janeiro (ARAÚJO 2012). Deffontaines (1938) relata que em algumas regiões do Brasil, núcleos de povoamento foram crescendo em volta de áreas de produção, o que provocou um processo de dispersão populacional em algumas regiões, colaborando para a uma organização sócio espacial difusa.

Outro detalhe evocado por alguns autores é a mudança na paisagem, ocorrida no sul de minas, principalmente durante o século XIX e início do século XX (MARTINS 2014). Segundo este autor, a substituição das paisagens naturais sul mineiras por paisagens agrárias na época, foram decorrentes de quatro principais dinâmicas: o crescimento demográfico regional, a introdução e rápida expansão da

cafeicultura, a modernização dos meios de transporte e dos aparatos viários, além da modernização da pecuária sul mineira.

Quanto à modernização dos meios de transporte no século XIX, cabe destaque para o transporte ferroviário, que se assentou no sul de minas para atender ao intenso comércio, principalmente impulsionado pelas receitas do café e do gado. As ferrovias tiveram importância não só ao trazerem consigo desenvolvimento para a região, mas também, tiveram grande participação na alteração da paisagem, conseqüentemente o desmatamento na região. As maria fumaças demandavam um alto contingente de madeira que pudessem funcionar. Além das ferroviárias, outro grande responsável por ampliar em larga escala o desmatamento, e o padrão de uso do solo no Sul de Minas, foram as fazendas de café, que ocuparam principalmente os topos de morro que estavam cobertos por matas nativas (MARTINS 2014).

Deffontaines (1938) credita o triunfo de algumas cidades, no quesito concentração populacional, à instalação de uma estrada de ferro e uma estação ao entorno. É nesse sentido que se destaca a criação e expansão de estradas férreas no sul de minas, conectando a região e intensificando suas relações com o restante do país, além de definir em grande parte, a configuração territorial, ditando que cidade desempenharia função de centro e polo regional (CASTILHO, 2012).

Martins (2014) em seu texto, atribui também a linha férrea da época o papel de conectar a região, tendo diversas estradas vicinais que iam em direção às estações de trem e os portos a vapor. O autor também relata a existência de diversas cidadezinhas, que segundo ele, surgiam principalmente na parcela oeste da região, e iam constituindo um excelente esboço das paisagens rurais no Sul de Minas nos anos de 1920.

Cabe destacar que um dos fatores contribuintes para a posição central de Três Corações na RGI é o fato de o município ter sido contemplado com o terminal da estrada de ferro Minas-Rio, a primeira estrada de ferro a adentrar o sul de minas. O ponto de partida era a cidade de Cruzeiro no interior de São Paulo, o que reforçava os laços entre as regiões. A ferrovia facilitou não só o escoamento de bens, mas também facilitou o deslocamento de mão de obra, o que foi fundamental para a formação do mercado de trabalho na região (CASTILHO 2012).

É nesse contexto que surgem as cidades da RGI de Três Corações, fortemente ligadas às expedições dos bandeirantes paulistas que buscavam ouro, posteriormente foram crescendo os núcleos de povoamento provindos das grandes fazendas agropecuárias. E que por fim puderam se desenvolver, mesmo que até certo ponto, graças à instalação da linha férrea na região, que garantia a comunicação e o transporte de bens e pessoas para os grandes centros São Paulo e Rio de Janeiro.

A Evolução da População Rural e Urbana ao Longo dos Últimos Censos Demográficos

A tabela 2 auxilia na análise do crescimento populacional da região Imediata de Três Corações. Nota-se que a cidade de Três Corações teve um crescimento populacional constante, segundo o IBGE. Cidades a estimativa populacional de Três Corações em 2020 é de 80.032 pessoas, enquanto as demais cidades tiveram uma estagnação ou um crescimento pequeno de sua população residente. Em uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2017, disponibilizada no Diário Oficial da União, a cidade de Três Corações ocupava a 7ª posição no ranking de cidades do Sul de Minas que mais cresceram em relação ao número de habitantes.

Tabela 2 - Evolução do número populacional dos municípios da RGI de Três Corações-MG.

Município	População 1991	População 2000	População 2010	Pop. Estimada 2020
Campanha	12.259	14.098	15.433	16.762
Cambuquira	11.507	12.538	12.602	12.812
Carmo da Cachoeira	10.279	11.600	11.836	12.182
São Bento Abade	2.556	3.737	4.577	5.349
São Tomé das Letras	5.700	5.204	6.655	7.120
Três Corações	57.044	65.291	72.765	80.032

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1991, 2000, 2010) e Estimativa Populacional (2020)

Já em relação a população residente por condição do domicílio sabemos que as mudanças ocorridas na economia do último século em nível global fizeram com que os municípios do Brasil participassem do movimento de urbanização, marcada pelo aumento da população urbana e o decréscimo da população rural. A tabela 3 nos permite a análise desse processo na região estudada.

Tabela 3 - RGI de Três Corações: População Urbana e Rural 1970 a 2010.

Município	Situação de domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Cambuquira	Urbana	6.679	7.608	8.988	10.023	10.457
	Rural	3.463	3.003	2.520	2.515	2.145
Campanha	Urbana	6.437	7.267	9.654	11.735	13.326

	Rural	3.593	3.244	2.606	2.363	2.107
Carmo da Cachoeira	Urbana	2.745	3.946	5.661	7.527	8.966
	Rural	4.549	4.623	4.618	4.073	2.870
São Bento Abade	Urbana	720	1.170	2.175	3.452	4.238
	Rural	771	612	381	285	339
São Tomé das Letras	Urbana	638	1.125	2.029	3.212	3.857
	Rural	6.158	4.167	3.671	2.992	2.798
Três Corações	Urbana	25.623	36.167	49.134	58.419	65.826
	Rural	9.557	8.215	7.911	6.872	6.939

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Em alguns municípios da região o êxodo rural é significativo, São Thomé das Letras é o melhor exemplo. Em 1970 o município tinha população predominantemente rural com taxa de quase dez vezes mais moradores no campo, sendo 6.158 moradores no espaço rural e apenas 638 no espaço urbano, quadro que mudou nos trinta anos posteriores. No ano de 2000 a população urbana ultrapassa a rural, sendo 3.212 habitantes na cidade e no campo 2.992 habitantes. Carmo da Cachoeira segue a mesma linha, mas com uma mudança menos brusca no número de população rural. O crescimento da população urbana foi constante tendo ultrapassado a população rural no ano de 1991, nota-se também que de 1970 até 2000 a população rural se manteve com pouca variação se mantendo na casa dos 4000 mil habitantes, com um pequeno decréscimo no ano de 2010.

Nos outros municípios, nota-se um crescimento exponencial da população urbana e apesar de ter ocorrido um decréscimo na população rural, não ocorreu em simetria com o aumento da população urbana, sendo também menos acentuada.

Moreira Junior (2009), traz a importante concepção de que urbanização não significa necessariamente crescimento econômico. E que não se pode confundir o fenômeno da urbanização com industrialização. É essa questão da economia e da urbanização que discutiremos a seguir.

Dinâmica Socioeconômica

O entendimento da dinâmica socioeconômica numa escala regional é importante para compreendermos as relações entre os municípios dessa região e como os fluxos e os fixos podem ajudar a moldar o setor econômico de cada local. Para entendermos melhor como está a configuração atual do setor econômico dos municípios da RGI, faz-se necessário a introdução do como é ocupado o solo da região.

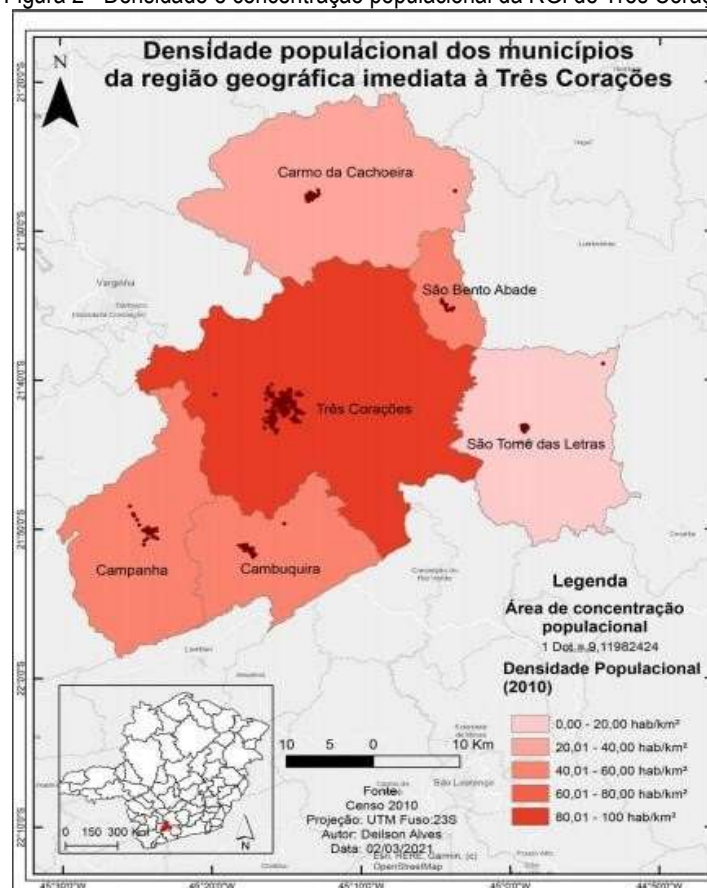
Tabela 4 - Porcentagem de ocupação do solo, por setores, da RGI de Três Corações

	Cambuquira	Campanha	Carmo da C.	São Bento A.	São Tomé L.	Três Corações
Infra. Urbana	0,08	0,08	0,04	1,2	0,04	1,9
Agropecuária	79	80	74,5	70,6	71,1	80,8
Flora Nativa	19,6	17,3	23,4	20,1	24,5	15,7
Outros	0,07	1,8	1,7	8,2	4	1,6

Fonte: IMRS/Fundação João Pinheiro

A Tabela 4 representa a paisagem rural observada em quase toda a área da RGI. Todos os municípios têm sua área predominantemente ocupada por atividades relacionadas à agropecuária. Os dados servem para exemplificar os relatos feitos por Martins (2014) que relata a mudança na paisagem sul mineira, havendo a substituição da mata nativa pelas pastagens e plantações. Como podemos ver, o município que possui maior parcela de mata nativa é o de São Tomé das Letras, com 24,5% da área do município preservada, representando apenas menos de um quarto da área total do município. Em termos de infraestrutura urbana, podemos notar que Três Corações é a cidade que ocupa a maior área municipal, mantendo relação, claro, com o número de habitantes bem maior do que os demais municípios.

Figura 2 - Densidade e concentração populacional da RGI de Três Corações



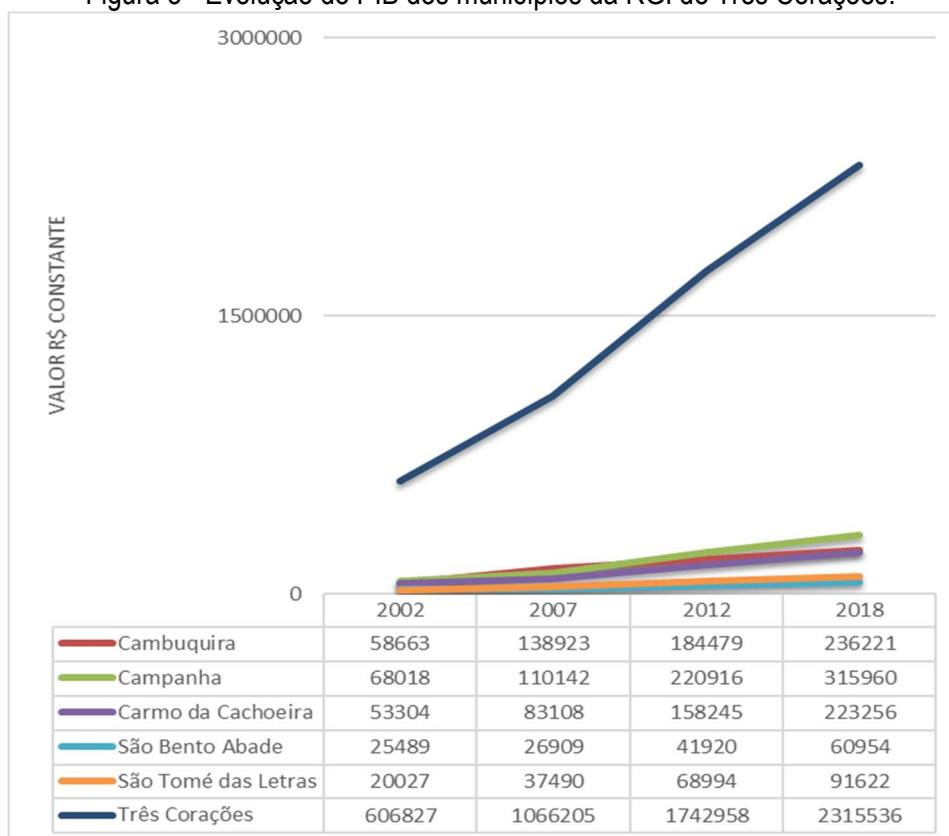
Autoria: Deilson Alves Dias - Fonte de dados: IBGE - Censo 2010

A Figura 2, representa no mapa os dados apresentados pela tabela de ocupação do solo. Também mostra a densidade demográfica populacional nos municípios da RGI estudada. Os dados

utilizados foram dos Setores Censitários do IBGE 2010. De uma maneira geral o mapa mostra uma polarização da ocupação espacial nos municípios. Mesmo Três Corações que possui a maior densidade demográfica da RGI, apresenta uma centralização na ocupação de seu território municipal. As demais cidades apresentam menor densidade populacional e seguem a linha da centralização na ocupação populacional. Fazendo relação com os dados apresentados na Tabela 3, constata-se a concentração dos habitantes nas zonas urbanas e o esvaziamento das zonas rurais. Entretanto como apresentado, urbanização não é sinônimo de desenvolvimento, ao analisar a economia dos municípios da RGI de Três Corações, poderemos notar que o processo de urbanização nas cidades menores não proporcionaram um desenvolvimento econômico significativo, como no caso de Três Corações.

Situada às margens da BR-381, que interliga a capital mineira Belo Horizonte a São Paulo, Três Corações, conta com fácil rota de escape para a entrada e saída de fluxos variados, que movimentam a economia, agindo a favor do município no quesito desenvolvimento econômico e polarização regional. Podemos ver no gráfico abaixo um crescimento acentuado do PIB de Três Corações e um leve crescimento no das demais cidades.

Figura 3 - Evolução do PIB dos municípios da RGI de Três Corações.



Fonte: SIDRA – IBGE (2002 - 2018).

A Figura 3, mostra o crescimento do PIB dos municípios da RGI de Três Corações. Dentre as pequenas cidades, a que teve maior crescimento do PIB foi Campanha, seguida de Cambuquira, Carmo

da Cachoeira, São Thomé das Letras e São Bento Abade, respeitando o ranking de número de habitantes. Vale ressaltar que São Tomé das letras ultrapassa São Bento Abade ao longo da série Temporal apresentada, única mudança de ranking.

A fim de entender melhor como é composta a economia dos municípios, bem como, o diferencial econômico de Três Corações, devemos analisar qual é a participação de cada setor produtivo na economia dos municípios da RGI, conforme aponta a Figura 4.

Figura 4 - RGI de Três Corações: PIB Municipal por setor de 2002 a 2018.



Fonte: IBGE 2002 - 2018

Três Corações é o município que apresenta maior participação do setor industrial, pode-se dizer que atualmente o município conta com um setor industrial consolidado, situado às margens da rodovia Fernão Dias e com capacidade de atrair mão de obra das cidades circundantes. O município também apresentou um crescimento na participação do setor de serviços e comércios, demonstrando um crescimento do consumo interno e aumento da oferta de serviços, cada vez mais especializados. Podemos observar também que o município apresenta a menor parcela de contribuição da agropecuária para o PIB, em dicotomia com os 80% de área municipal ocupada pelo setor, apresentado na tabela 4.

Campanha, segundo maior PIB da RGI, apresentou um lento crescimento econômico de 2002 a 2018 e manteve quadro constante no que diz respeito à participação por setor, destaque vai para o setor de serviços, que representa mais de 60% da fatia do PIB municipal. O setor agropecuário apresenta maior relevância que em três corações, demonstrando um laço econômico mais forte com o campo no município. O setor industrial em Campanha se consolida como o segundo mais participativo no PIB da região.

Cambuquira, segue a mesma linha de Campanha, no que diz respeito ao crescimento de seu PIB. Crescimento lento, mas que chama a atenção para as modificações que ocorreram, na participação por setores, ao longo da série temporal. O Município apresentou um crescimento significativo do setor industrial em 2007, que veio a diminuir até 2018. Além, de crescimento da participação do setor agropecuário, chegando a representar quase 40% do PIB municipal em 2018. Indo na contramão dos demais municípios, Cambuquira apresenta um decréscimo do setor de serviços ao longo da série temporal.

Carmo da Cachoeira não apresentou mudanças significativas ao longo da sucessão apresentada. O município teve um leve crescimento de seu PIB, tendo como setor principal o de Serviços, seguido pelo setor agropecuário que teve um leve decréscimo na participação ao longo dos anos. Configurando também uma economia que tem suporte no campo.

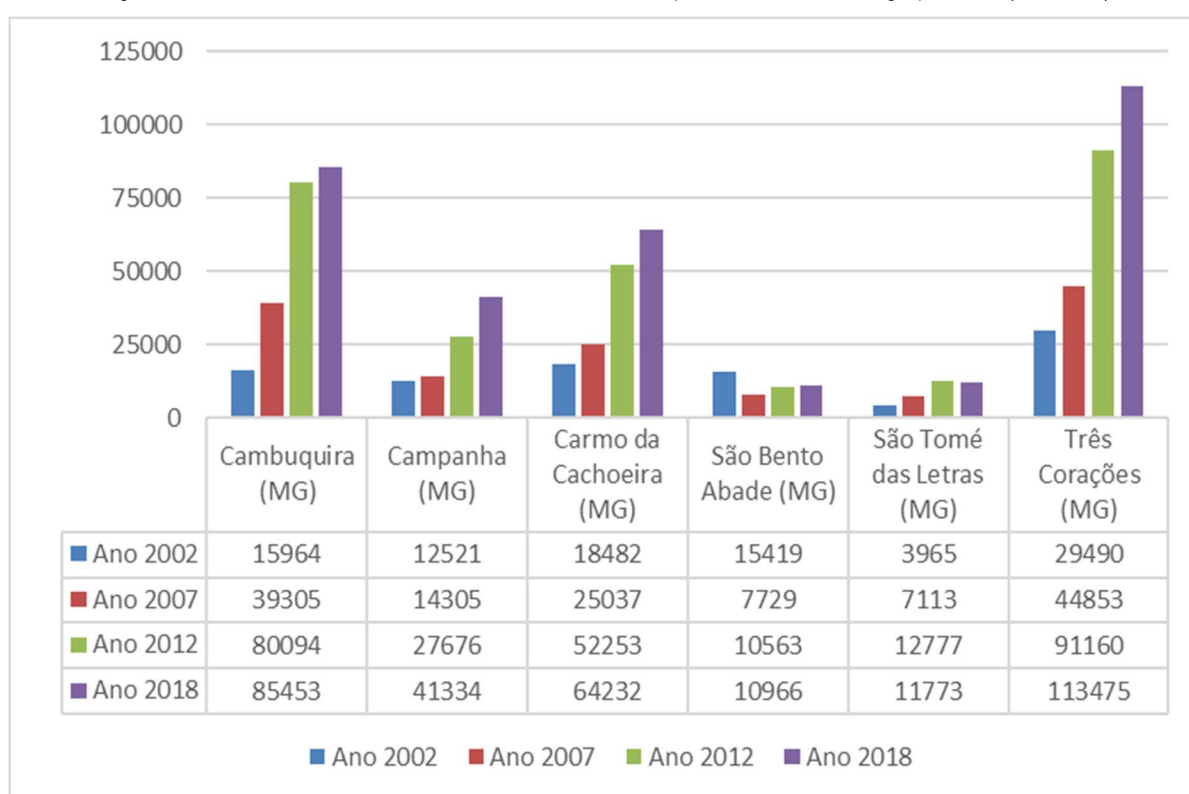
São Tomé das Letras também apresentou leve crescimento do PIB, chegando a ultrapassar em valor o PIB de São Bento Abade. A localidade apresentou um aumento da participação do setor de serviços, seguindo a tendência regional. Nota-se, que apesar de o município ter o maior percentual de habitantes na zona rural em 2010, o setor agropecuário não apresenta dominância na participação do PIB. Com a crescente procura do turismo de paisagem natural e o ecoturismo, a prefeitura tem investido constantemente no ramo do turismo, com intuito de consolidar a atividade como atrativo principal. Fato que colaborou e continuará colaborando para o aumento da parcela dos setores de serviços e administração pública no PIB.

Em São Bento Abade é interessante notar que o setor econômico passou por modificações acentuadas. Relacionando os dados da tabela 3 e participação por setor no PIB municipal, pode-se supor, a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbanizada nas últimas décadas. Em 2002, o município apresentava uma dominante participação da agropecuária, com 62,08%, que veio diminuindo, chegando a 25% em 2018. Com a transição de uma população rural para urbana, houve a necessidade de estruturação da cidade, com instalação de aparatos dos setores de serviço, educação, saúde, segurança e comércio, Fato que justifica o crescimento acentuado da participação do setor de

administração pública no PIB municipal. Concomitantemente, nota-se o acentuado crescimento dos setores de serviços e consumo interno, seguindo a linha das demais cidades e a tendência de urbanização da região.

Apenas pelos gráficos de contribuição por setor, algumas informações podem estar camufladas. Para que possamos examinar de maneira mais precisa, é importante que façamos comparativos entre o valor adicionado bruto por setor dos municípios. Foram selecionados dois setores para que possamos analisar o valor adicionado bruto nos municípios e entender a dinâmica econômica de uma cidade média e das demais cidades pequenas da RGI.

Figura 5 - RGI de Três Corações: Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)



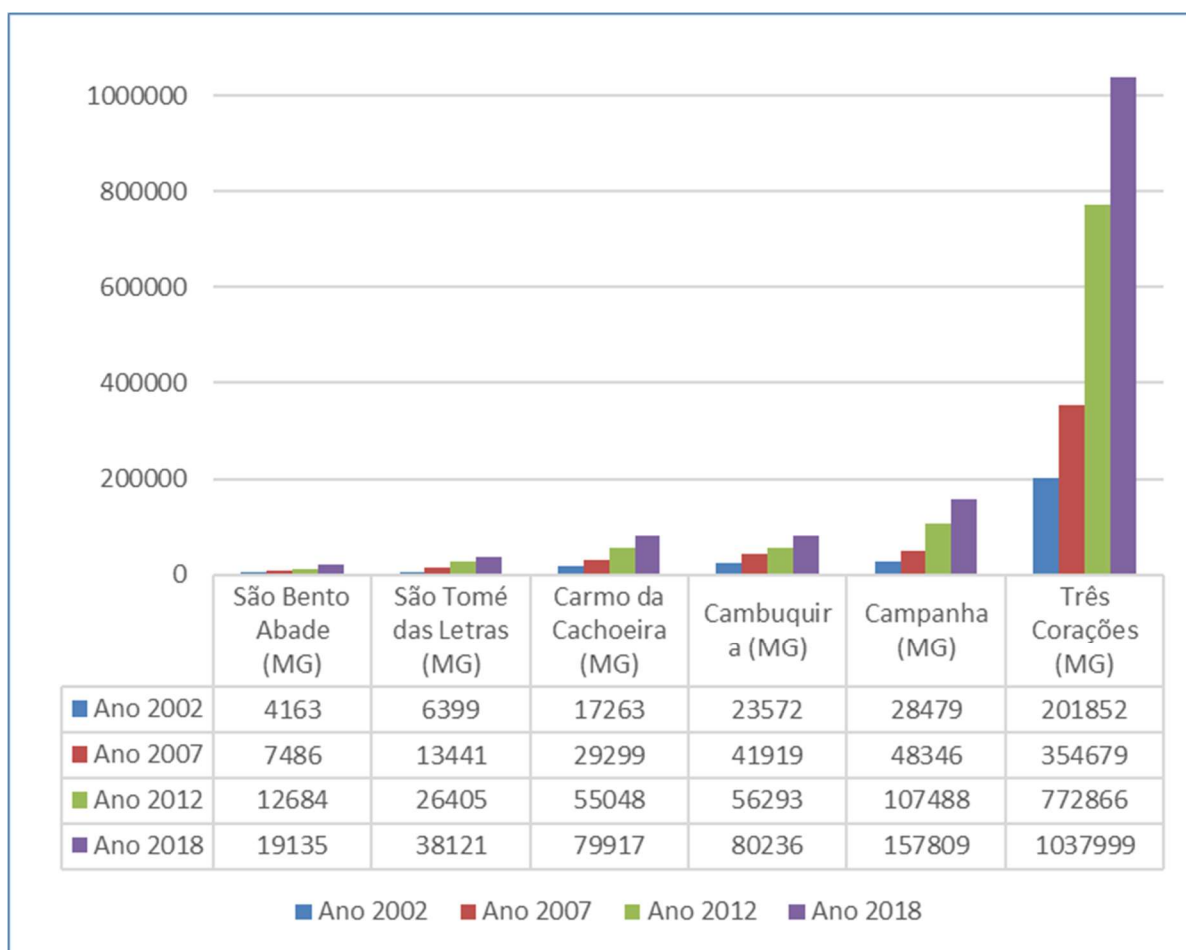
Fonte: IBGE 2002 - 2018

A Figura 5 apresenta o valor bruto adicionado pelo setor da agropecuária nos municípios da RGI estudada. Foi apresentado anteriormente no gráfico de participação no PIB por setores (Figura 4), que o setor agropecuário tem a menor parcela de contribuição para o PIB de Três Corações. Ainda assim, no gráfico da Figura 5, nota-se que o município teve maior valor adicionado bruto desse setor em seu PIB.

Enquanto nos municípios, que têm suas cidades consideradas de porte pequeno, temos o setor agropecuário como uma das bases da economia. Sendo no mínimo 20% da participação do PIB municipal (Campanha) e podendo chegar a 40% (cambuquira) em 2018. Dito isso, observa-se na Figura 5 que o valor bruto adicionado é menor que o de Três Corações. Cambuquira é o município que tem o

maior valor bruto contribuído dentre as cidades pequenas, sendo também quem mais depende economicamente da agropecuária na RGI.

Figura 6 - RGI de Três Corações: Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços e comércio (Mil Reais)



Fonte: IBGE 2002 - 2018

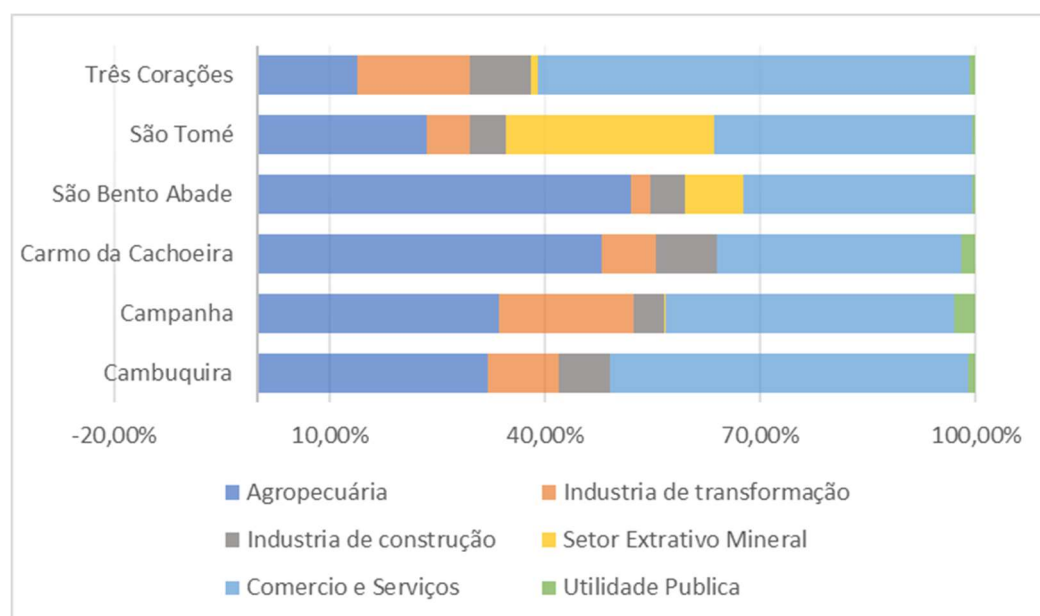
A figura 6 traz o valor adicionado bruto pelo setor de serviços e comércios, que é o setor com a maior parcela de contribuição pro PIB dos municípios dessa RGI. Nota-se o diferencial significativo no valor bruto adicionado entre a cidade de porte médio (Três Corações) e as demais cidades, de porte pequeno da região. Ao analisar o gráfico, fica claro quão mais forte foi o desenvolvimento desse setor no município de Três Corações. Nos municípios com pequenas cidades o crescimento desse setor foi lento.

A Figura 5 e 6 servem para mensurar a disparidade entre os setores econômicos das cidades pequenas de uma cidade média da mesma região, bem como a disparidade na proporção e velocidade de crescimento. Mesmo o setor que apresenta a menor parcela de contribuição na cidade média tem valor bruto adicional significativamente maior, mas que quando comparado a parcela de contribuição no PIB se mostra irrisório. Já o setor que mais contribui, o de serviços e comércio, mostra um crescimento do valor bruto adicionado acelerado em Três Corações enquanto as cidades pequenas mostram um

crescimento linear e lento, tendo um valor bruto mesquinho quando comparado ao da cidade polo da RGI. Conciliamos esse fato ao processo de especialização de serviços ocorrido a partir da demanda cada vez maior desses serviços, relacionada ao aumento populacional acentuado e o processo de urbanização, bem como ao meio técnico científico informacional, a sociedade em rede cada vez mais densificada. Que facilitam a polarização do desenvolvimento em um nóculo da rede, por meio da atração de mais e maiores recursos.

Classificação mencionada por Andrade e Alves (2021), a “cidade dormitório”, pode ser relacionada à região. Trata-se do quadro onde cidades menores servem de local para o pouso, deixando o trabalho a ser executado em cidades próximas, as quais oferecem mais e ou melhores opções de emprego. Seja no setor de serviços, ou na zona rural, esse cenário pode ser encontrado no município de Três Corações, que apresenta tendência de atração da mão de obra das cidades vizinhas.

Figura 7 - Percentual de Ocupados por Setor Produtivo da RGI de Três Corações em 2010



Fonte: IBGE 2010

A Figura 7 aborda o percentual de ocupados por setor, nos municípios da RGI. Ao analisarmos o gráfico, nota-se que os municípios com menor parcela de ocupados no setor agropecuário são, Três Corações e São Tomé das Letras. Três Corações por ter um setor econômico forte e diversificado é capaz de oferecer muitos empregos no setor de comércio e serviços, bem como no setor industrial. São Tomé conta com uma indústria de extração mineral, capaz de criar muitos empregos, o setor de comércio e serviços tem crescido e se diversificado a fim de abastecer o crescente turismo. Mesmo com esse cenário, o número de ocupados no setor agropecuário em São Tomé é relevante equivalente a quase $\frac{1}{4}$ do total de serviços do Município.

Os municípios de Campanha e Cambuquira têm uma relação ainda maior com o setor agropecuário em relação à parcela de ocupados. Fazendo uma relação com a Figura 4, podemos ver que, Campanha ao longo da série temporal não apresentou o setor agropecuário como maior contribuinte de seu PIB, entretanto quando se trata de geração de empregos podemos ver que o setor tem relevância, sendo o segundo setor que mais emprega, com 33,56% dos ocupados. Ficando só um pouco atrás do setor de comércio e serviços com 40,28%. Cambuquira segue a mesma linha, com diferença para a contribuição no PIB onde o setor agropecuário tem destaque. O município apresenta 31,68% dos ocupados no setor agropecuário e 50% no setor de comércio e serviços.

São Bento Abade e Carmo da Cachoeira, aponta a Figura 7, uma relação forte com o rural no que diz respeito à geração de empregos. Em ambos os municípios é esse o setor que mais emprega. São 47,5% dos ocupados no setor em Carmo da Cachoeira, que apresentou uma relação forte com o setor agropecuário também no que diz respeito à participação do PIB, apresentado na Figura 4. O setor de serviço e comércio vem em segundo lugar, responsável por 34% dos ocupados. O município de São Bento abade segue a linha de Carmo da Cachoeira, tendo 57,44% dos ocupados no setor agropecuário, dado muito relevante que, ao relacionarmos com a Figura 4, podemos constatar a forte relação do setor agropecuário prevalecente, do município com o rural, assim como Carmo da Cachoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar uma análise socioeconômica Região Geográfica Imediata de Três Corações, a partir da conceituação teórica quanto a região seguida de busca, organização e confecção de gráficos, tabelas e mapas, a fim desvendar a relação campo-cidade atual e à herança histórica dos primórdios do povoamento na região. É nítido que as cidades de pequeno porte da RGI ainda tem uma forte relação econômica campo, onde o percentual de habitantes que trabalham nas instâncias agropecuárias se mostra relevante, assim como a participação no PIB, em um comparativo com a participação da agropecuária no PIB de Três corações temos um percentual baixo, enquanto nas cidades menores o percentual num geral ultrapassa 20% chegando a 40%, mesmo assim em valores brutos a contribuição do setor da agropecuária no município de Três Corações era consideravelmente maior. Mostrando uma das relações cidade pequena-cidade média e a tendência a polarização do desenvolvimento econômico.

Foi possível exemplificar também, o processo de êxodo rural e urbanização, seguido do desenvolvimento do setor de serviços e comércio em todas as cidades, assim como o de administração pública para melhor estruturar as cidades. Entretanto nota-se que o crescimento econômico e populacional das cidades menores da RGI é modesto.

Ademais, na RGI nota-se um acelerado crescimento do município de Três Corações, nas últimas décadas, tendo a cidade se afirmando como cidade de porte médio e se consolidando como a cidade pólo desta RGI. Esse fato faz com que a oferta de serviços especializados, presente no Município de Três Corações, seja um ótimo atrativo para as populações dos demais municípios, que vão em busca de serviços especializados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Alexandre C.; ALVES, Flamarion Dutra: A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021, 1ª Edição, p.62-97.
- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. Vivências Urbanas: Festas e Vida Cotidiana na Vila de Campanha da Princesa – Minas Gerais (Século XIX). **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, JUL/DEZ de 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As Estradas de Ferro do Sul de Minas. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Juiz de Fora, Vol. 7 Nº 12 Jan-Jun 2012
- CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP. São Paulo, n.30, 2011.
- CORRÊA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades**. Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun.1999
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pt. 1, p. 141-148, maio de 1944.
- HAESBAERT, Rogério Costa. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades, Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004.
- HESPANHOL, R. A. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator (UFC)**, Fortaleza, v. 12, número especial 2, p. 103-122, 2013.
- IBGE – **Censos Demográficos do IBGE** (1991, 2000 e 2010). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial> Acesso em: 20/11/2020.
- IBGE – **Censo Agropecuário do IBGE** (2017). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 21/11/2020.
- IBGE – **Estimativas da População**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> Acesso em: 24/11/2020.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008
- MARTINS, Marcos Lobato. Paisagens do passado no sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura (décadas de 1870-1920). In: SAES, Alexandre Macchione et al. **Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Alameda, 2016.
- MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Cidades pequenas em regiões não-metropolitanas: cidade pequena ou campo grande? II Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. **Anais...**Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2011. p.1-16.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 1996. 260 p.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.



Realização



Co-realização

